ESTADO DO CEARÁ

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ELETRÔNICO

Ano VI • Edição 1370 • Fortaleza, Segunda-feira, 1 de Fevereiro de 2016

Caderno 2: Judiciario

Fortaleza, Ano VI - Edição 1370 | EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESA. MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE
PRESIDENTE

DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE

DES. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO

Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Des. Francisco Gomes de Moura
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Maria Gladys Lima Vieira
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des.Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Helena Lúcia Soares
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Desa.Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos
Dr. Antônio Pádua Silva - Juiz Convocado
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

ÓRGÃO ESPECIAL

(Reuniões às quintas-feiras com início às 13h30min)

Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des.Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

(Reuniões às últimas terças-feiras de cada mês, com início às 13h30min)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Maria Gladys Lima Vieira
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des.Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Helena Lúcia Soares
Desa.Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Dr. Antônio Pádua Silva - Juiz Convocado
Dr. Antônio Valdir de Almeida Filho - Secretário

1ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13h30min)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Dra. Naiana Rocha Frota Philomeno Gomes - Secretária

2ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira- Presidente
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Dra. Maria Conceição Holanda Banhos - Secretária

3ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às segundas-feiras com início às 13h30min)

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes - Presidente
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Dr. Abelardo Rodrigues Cavalcante - Secretário

4ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 13h30min)

Des. Francisco Pedrosa Teixeira - Presidente
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Dr. Alexandre Ramos Garcia - Secretário

5ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08h30min)

Des. Francisco Barbosa Filho - Presidente
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Dra. Daniela da Silva Clementino - Secretária

6ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 08h30min)

Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda - Presidente
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa.Lira Ramos de Oliveira
Dra. Geórgia Márcia Coelho Ramos - Secretária

7ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às terças-feiras com início às 08h30min)

Des. Durval Aires Filho - Presidente
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Desa. Maria Gladys Lima Vieira
Desa. Helena Lúcia Soares
Dra. Kátia Cilene Teixeira - Secretária

8ª CÂMARA CÍVEL

(Reuniões às terças-feiras com início às 08h30min)

Des. Francisco Darival Beserra Primo - Presidente
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Des.Raimundo Nonato Silva Santos
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Dr. Antônio Pádua Silva - Juiz Convocado
Dra. Maria do Socorro Loureiro de Oliveira - Secretária

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

(Reuniões às últimas quartas-feiras de cada mês, com início às 13h30min)

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Francisco Gomes de Moura
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Des. Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos
Dr. Antônio Valdir de Almeida Filho - Secretário

1ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 13h30min)

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Dr. Emanuel Andrade Linhares - Secretário

2ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 13h30min)

Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo- Presidente
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Francisco Gomes de Moura
Des. Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos
Dra. Ana Amélia Feitosa Oliveira - Secretária

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

(Reuniões às 2as e 4as segundas-feiras, com início às 17h)

Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTES DO 2º GRAU

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0630627-71.2015.8.06.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Diego Pinheiro Alexandrino - Impetrado: Secretário de Segurança Pública e Defesa Social - Impetrado: Secretário do Planejamento e Gestão - Impetrado: Estado do Ceará - Impetrado: Superitendente Academia da Fundação para o Vestibular Universidade Estadual Paulista - VUNESP - Ante o exposto, ausente o fumus boni iuris, indefiro a medida liminar requerida. Notifiquem-se as Autoridades coatoras para prestarem suas informações (art. 7º, I, da Lei 12.016/09), bem como os Órgãos de Representação Judicial, estes por seus legais representantes, enviando-se-lhe cópia da inicial sem documentos, inclusive para que, querendo, em 10 dias ingressem no feito (art. 7º, II, Lei nº 12.016/2009). Após, nos termos do art. 12, caput, da Lei 12.016/09, dê-se vista ao Ministério Público para parecer. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Julyana Moreira de Oliveira (OAB: 27672/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0630635-48.2015.8.06.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: João Vaz Gadelha de Aguiar - Impetrante: Jefferson de Souza Lima - Impetrado: Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - Impetrado: Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Impetrado: Superintendente Acadêmica da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP - Impetrado: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP - Defiro o pedido de fls. 547/548, formulado pelos impetrantes, a fim de dar efetividade à decisão liminar de fls. 525/534. Oficie-se aos Secretários da Segurança Pública e Defesa Social e do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, para que providenciem a reposição do conteúdo das aulas ministradas entre os dias 12 e 18 de janeiro do ano corrente, de forma que não conflite com o horário regular das aulas do Curso de Formação e Treinamento Profissional, atualmente em andamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator - Advs: Renan Sales Montenegro (OAB: 29778/CE) - Jose Ney Goncalves Montenegro (OAB: 5541/CE) - Jose Amaury Batista Gomes Filho (OAB: 12095/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0105549-95.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Impetrante: Qualidade Servicos Terceirizados Ltda - ME (QST Terceirização de Serviços) - Impetrado: Estado do Ceará - Impetrado: Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - Impetrado: Procurador Geral do Estado do Ceará - Impetrado: Pregoeiro do Estado do Ceará - Assim, a meu ver, há de ser reconhecida a incompetência da 2ª instância para processar e julgar o feito. ISSO POSTO, DENEGO A SEGURANÇA em relação ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social e ao Procurador-Geral do Estado do Ceará, com base no que dispõem os arts. 267, inciso VI, do CPC e 6º, § 5º da Lei nº 12.016/2009, por ilegitimidade passiva, e determino a remessa dos autos ao Juízo de primeira instância, com distribuição à 14ª vara da Fazenda Pública, para apreciação da ação mandamental em relação ao outro impetrado, isto é, o Pregoeiro do Estado do Ceará. Sem honorários (art. 25 da Lei nº 12.016/2009). Intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO Relator - Advs: Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB: 10591/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620362-73.2016.8.06.0000 - Mandado de Segurança - Impetrante: Filipe Freitas de Pinho Gomes - Impetrado: Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - Impetrado: Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Impetrado: Superintendente Acadêmica da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP - Impetrado: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP - Por essa razão, homologo o pleito e, consequentemente, extingo o mandamus sem resolução de mérito, nos termos dos arts. 158 e 267, VIII, do Código de Processo Civil[1], tendo em vista que, consoante o preceituado no art. 2º do CPC[2], sem o interesse da parte não é possível a prestação jurisdicional. Transcorrido o prazo recursal, arquivem-se os presentes autos com baixa no sistema respectivo, a fim de não mais constar vinculado ao meu gabinete. Intimem-se. Expedientes necessários, com urgência. Cumpra-se. Fortaleza, . DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator - Advs: Ciro Daher de Freitas Mendes (OAB: 20507/CE)

Serviço de Mandado de Segurança
DESPACHO DE RELATORES

0626735-57.2015.8.06.0000 - Mandado de Segurança. Impetrante: Ministério Público do Estado do Ceará. Impetrado: Secretário de Saúde do Estado do Ceará. Impetrado: Secretário de Saúde do Município de Fortaleza. Proc. Municipio: Martonio Mont'alverne Barreto Lima (OAB: 6840/CE). Despacho: - Recebidos ontem, após interrupção das férias. Esta relatoria não suporta o silêncio, tampouco o descumprimento das decisões judiciais emanadas desta egrégia Corte. Considerando a petição de fls. 123/124 subscrita pela Promotora de Defesa da Saúde Pública, Dra. Isabel Porto, comunicando a recalcitrância das autoridades impetradas em cumprirem a decisão liminar concessiva, venho determinar: A imediata notificação pessoal, no prazo de 48h, para que as autoridades impetradas, ou quem lhes fizer as vezes, dê cumprimento à decisão LIMINAR ou informe à

relatoria, através de documentos, se cumpriu ou não a decisão de fls. 57/60. Nem se olvide a regra do art. 26 da Lei 12.016/2009, ao asseverar constituir crime de desobediência, nos termos do art. 330 do CPB, o não cumprimento das decisões proferidas em Mandado de Segurança, sem prejuízo das sanções administrativas. Expedientes necessários, com urgência. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Mandado de Segurança
DESPACHO DE RELATORES

0210641-96.2015.8.06.0001 - Mandado de Segurança. Impetrante: Heinrich Ross Batista Souza. Advogado: Heinrich Ross Batista Souza (OAB: 11227/RN). Impetrado: Fundação Vunesp. Impetrado: Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Impetrado: Estado do Ceará. Despacho: - Reservo a apreciação do pedido de liminar para após a formação do contraditório. Notifiquem-se as autoridades impetradas para prestarem informações no prazo legal. Dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial do Estado do Ceará, nos termos do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 29 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Mandado de Segurança
DESPACHO DE RELATORES

0620625-08.2016.8.06.0000 - Mandado de Segurança. Impetrante: Anakedma Menezes Lopes. Impetrante: Clayton Jorge Guimarães de Melo. Impetrante: Evelton de Castro Braga. Impetrante: Kristiane Gluck Paul Pereira. Impetrante: Maria das Graças Mota dos Santos. Impetrante: Pedro Henrique Pinheiro de Albuquerque. Impetrante: Luciana Magalhães Bastos. Impetrante: Renato Leite de Figueiredo. Advogado: Renato Leite de Figueiredo (OAB: 24724/CE). Impetrado: Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Impetrado: Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Impetrado: Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público p/ Provimento de Cargos de Inspetor e Escrivão de Polícia Civil. Impetrado: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP. Despacho: - Reservo a apreciação do pedido de liminar para após a formação do contraditório. Notifiquem-se as autoridades impetradas para prestarem informações no prazo legal. Dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial do Estado do Ceará, nos termos do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 29 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA Relator

Total de feitos: 1

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE

Serviço de Apelação Crime
DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE

0004005-75.2000.8.06.0114 (4005-75.2000.8.06.0114/1) - Apelação. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Recorrido: Joao Carneiro Correia Lima. Advogado: Raimundo Araujo Filho (OAB: 10201/CE). Advogado: Joao Carneiro Correia Lima (OAB: 11943/CE). Decisão: Cuida-se de Recurso Ordinário Constitucional interposto às fls. 560/568 contra acórdão proferido pela 2ª Câmara Criminal desta Corte que, em única instância, denegou a segurança pretendida no *mandamus* impetrado. Dessa forma, remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça para análise do recurso interposto. Expedientes necessários. Fortaleza, 19 de janeiro de 2015. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0629033-56.2014.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda - Agravada: Maria de Fatima Gadelha de Oliveira - Do exposto, NÃO ADMITO o Recurso Especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido, oficiando ao juízo de origem. Empós, arquivem-se, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de Janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Lidiane Magalhães Rogério de Lima (OAB: 24351/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0438591-72.2010.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Banco Santander Brasil S/A - Apelante: Banco Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Apelado: Marcelo de Abreu Santos - Diante do exposto, INADMITO o recurso especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos à origem, sem necessidade de nova conclusão a esta Vice-Presidência, procedendo-se à baixa, com as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Josiene Nogueira Gama (OAB: 17446/CE) - Celso Marcon (OAB: 10990/ES) - Rafael Pordeus Costa Lima Filho (OAB: 3432/CE) - Joaci Inacio de Brito (OAB: 8942/CE) - Silvia da Silva Nogueira (OAB: 7914/CE) - Cinara Martins Castelo Branco Camurça (OAB: 16569/CE) - Annie Cavalcanti Costa Lima (OAB: 21562/CE) - Francisco Jean Oliveira Silva (OAB: 16190/CE) - Laecio Nogueira Reboucas (OAB: 6934/CE) - Lauro Martins de Oliveira Filho (OAB: 15422/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0754721-16.2000.8.06.0001 (2000.0135.9721-4) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Município de Fortaleza - Apelada: Roselena Menezes da Costa - Apelada: Francisca Maria Lima - Apelada: Francisca Vilma Araújo - Apelada: Maria José de Oliveira - Diante do exposto, INADMITO o presente recurso especial. Transcorrido o prazo recursal carente de interposições, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO À VICE-PRESIDÊNCIA, certifique-se o trânsito em julgado e remeta-se ao juízo de origem, adotando-se as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de Janeiro de 2016. Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará - Advs: Francisco Lisboa Rodrigues (OAB: 12204/CE) - Thiago Camara Loureiro (OAB: 19245/CE) - Moab Saldanha Junior (OAB: 21928/CE) - Cecilia Parente Pinheiro (OAB: 19065/CE) - Lidianne Uchoa do Nascimento (OAB: 26511/CE) - Marcio Alan Menezes Moreira (OAB: 18728/CE) - Gustavo Ferreira Magalhaes Solon (OAB: 26505/CE) - Josberto dos Santos Garcez (OAB: 15672/CE) -

Nº 0754721-16.2000.8.06.0001 (2000.0135.9721-4) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Município de Fortaleza - Apelada: Roselena Menezes da Costa - Apelada: Francisca Maria Lima - Apelada: Francisca Vilma Araújo - Apelada: Maria José de Oliveira - Diante do exposto, INADMITO o presente recurso especial. Transcorrido o prazo recursal carente de interposições, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO À VICE-PRESIDÊNCIA, certifique-se o trânsito em julgado e remeta-se ao juízo de origem, adotando-se as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de Janeiro de 2016. Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará - Advs: Francisco Lisboa Rodrigues (OAB: 12204/CE) - Thiago Camara Loureiro (OAB: 19245/CE) - Moab Saldanha Junior (OAB: 21928/CE) - Cecilia Parente Pinheiro (OAB: 19065/CE) - Lidianne Uchoa do Nascimento (OAB: 26511/CE) - Marcio Alan Menezes Moreira (OAB: 18728/CE) - Gustavo Ferreira Magalhaes Solon (OAB: 26505/CE) - Josberto dos Santos Garcez (OAB: 15672/CE) -

Nº 0754721-16.2000.8.06.0001 (2000.0135.9721-4) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Município de Fortaleza - Apelada: Roselena Menezes da Costa - Apelada: Francisca Maria Lima - Apelada: Francisca Vilma Araújo - Apelada: Maria José de Oliveira - Diante do exposto, nego seguimento o presente Recurso Extraordinário, nos termos do art. 543-B, §3º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo recursal carente de interposições, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO À VICE-PRESIDÊNCIA, certifique-se o trânsito em julgado e remeta-se ao juízo de origem, adotando-se as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de Janeiro de 2016. Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará - Advs: Francisco Lisboa Rodrigues (OAB: 12204/CE) - Thiago Camara Loureiro (OAB: 19245/CE) - Moab Saldanha Junior (OAB: 21928/CE) - Cecilia Parente Pinheiro (OAB: 19065/CE) - Lidianne Uchoa do Nascimento (OAB: 26511/CE) - Marcio Alan Menezes Moreira (OAB: 18728/CE) - Gustavo Ferreira Magalhaes Solon (OAB: 26505/CE) - Josberto dos Santos Garcez (OAB: 15672/CE) -

Nº 0754721-16.2000.8.06.0001 (2000.0135.9721-4) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Município de Fortaleza - Apelada: Roselena Menezes da Costa - Apelada: Francisca Maria Lima - Apelada: Francisca Vilma Araújo - Apelada: Maria José de Oliveira - Diante do exposto, nego seguimento o presente Recurso Extraordinário, nos termos do art. 543-B, §3º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo recursal carente de interposições, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO À VICE-PRESIDÊNCIA, certifique-se o trânsito em julgado e remeta-se ao juízo de origem, adotando-se as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de Janeiro de 2016. Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará - Advs: Francisco Lisboa Rodrigues (OAB: 12204/CE) - Thiago Camara Loureiro (OAB: 19245/CE) - Moab Saldanha Junior (OAB: 21928/CE) - Cecilia Parente Pinheiro (OAB: 19065/CE) - Lidianne Uchoa do Nascimento (OAB: 26511/CE) - Marcio Alan Menezes Moreira (OAB: 18728/CE) - Gustavo Ferreira Magalhaes Solon (OAB: 26505/CE) - Josberto dos Santos Garcez (OAB: 15672/CE) -

Serviço de Recursos Criminais
DESPACHO DE RELATORES

0629010-76.2015.8.06.0000 - Mandado de Segurança. Impetrante: Francisco Gonçalves de Alencar. Advogado: Danilson de Carvalho Passos (OAB: 20322/CE). Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Antonina do Norte. Despacho: - ISSO POSTO, indefiro o pedido de medida liminar, sem prejuízo de seu reexame pelo relator prevento para julgar a presente impetração, a quem se autoriza o feitio da conclusão, após oitiva da parte impetrada e do competente órgão do Ministério Público Estadual. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente TJ/CE

Total de feitos: 1

Serviço de Apelação Crime
DESPACHO DE RELATORES

0445804-84.2000.8.06.0000/50001 (445804-84.2000.8.06.0000/1) - Apelação. Apelante: José Arivaldo da Silva. Advogado: Jose Gustavo Godoy Alves (OAB: 15365/CE). Advogada: Mariayda Pereira Faria (OAB: 13728/CE). Advogada: Valdivia Pinheiro Furtado (OAB: 8758/CE). Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará. Ass Ac: Joita Rodrigues Pereira (OAB: 9647/CE). Ass Ac: Mario Celio Sales Aragao (OAB: 7398/CE). Apelado: Edvardo Enoque da Silva. Advogado: Elano Feijo Damasceno (OAB: 8241/CE). Despacho: - Diante do exposto, ADMITO o presente recurso especial pela divergência. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016. Francisco de Assis Filgueira Mendes Desembargador Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0194473-24.2012.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: José Pereira da Silva - Apelado: Banco Pan S/A - Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido e remetam-se

os autos à origem, sem necessidade de nova conclusão a esta Vice-Presidência, procedendo-se à baixa, com as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE) - Karuza Castro de Oliveira Amorim (OAB: 21331/CE) - Liliana Pereira da Silva (OAB: 33911/BA)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0194529-23.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Jonas Araújo da Silva - Apelado: Banco GMAC S/A - Diante do exposto, CONHEÇO EM PARTE E NESTA PARTE INADMITO o recurso especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos à origem, sem necessidade de nova conclusão a esta Vice-Presidência, procedendo-se à baixa, com as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Francisco Rerisson Oliveira de Sousa (OAB: 9595/CE) - Clailson Cardoso Ribeiro (OAB: 13125/CE) - Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB: 18857/PE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0424744-03.2010.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Lucia Holanda Rodrigues - Apelado: Banco Panamericano S/A - Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos à origem, sem necessidade de nova conclusão a esta Vice-Presidência, procedendo-se à baixa, com as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE) - Lilian Daniele Nascimento de Oliveira (OAB: 27265/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0452246-77.2011.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Elizeu Viana Marques - Apelado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A - Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos à origem, sem necessidade de nova conclusão a esta Vice-Presidência, procedendo-se à baixa, com as cautelas de praxe. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE) - Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0072191-84.2012.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Espólio de Maria Bezerra do Nascimento - Inventariante: Maria Eleusis de Alencar Monteiro - Litisc. Ativo: Maria Helenira Bezerra Farias - Litisc. Ativo: Maria Helena Bezerra Gomes - Litisc. Ativo: Zacarias Bezerra Neto - Litisc. Ativo: Vitória Regia Rolim Bezerra - Litisc. Ativo: Carlos Rolim Neto - Litisc. Ativo: Daniela Rolim Bezerra Marques - Litisc. Ativo: Antonio Bezerra Neto - Litisc. Ativo: Arivaldo Bezerra do Nascimento Junior - Litisc. Ativo: Maria da Paz Cavalcanti Bezerra - Litisc. Ativo: Edmara Maria Cavalcanti Bezerra - Litisc. Ativo: Germana Maria Cavalcanti Bezerra - Litisc. Ativo: Antonio Bezerra do Nascimento Neto - Litisc. Ativo: Iraneide Marques Bezerra - Litisc. Ativo: Francisco Silvio Marques Bezerra - Litisc. Ativo: Francisco das Chagas Marques Bezerra - Litisc. Ativo: Francisco Alex Marques Bezerra - Litisc. Ativo: Francisco Maximiliano Marques Bezerra - Litisc. Ativo: Maria das Graças Siqueira - Litisc. Ativo: Maria Irene Rodrigues - Litisc. Ativo: Niedja Maria de Vasconcelos Araujo Bezerra - Litisc. Ativo: Frederico Antonio Araujo Bezerra - Litisc. Ativo: Osvaldo Bezerra do Nascimento Junior - Litisc. Ativo: Rodrigo Otávio Araujo Bezerra - Litisc. Ativo: Andrea Maria Bezerra Benetti - Litisc. Ativo: Tania Maria Sales - Litisc. Ativo: Francisco Themio Bezerra Sales - Litisc. Ativo: Telma Regia Bezerra Sales Queiroz - Litisc. Ativo: Gabrielle Bezerra Sales - Litisc. Ativo: Maria Helenita Bezerra - Agravado: Espólio de Luis Bezerra do Nascimento - Inventariante: Francisco Alex Marques Bezerra - Diante do exposto, determino a retenção do recurso especial. Fortaleza, 21 de janeiro de 2015. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Maria Eleusis de Alencar Monteiro (OAB: 3070/CE) - Francisco Massilon Torres Freitas (OAB: 2446/CE) - Valdenize do Nascimento Marques (OAB: 1860/CE) - Jose Feliciano de Carvalho Junior (OAB: 4100/CE) - Eliana Garcia de Carvalho (OAB: 6496/CE) - Maria Neide Bezerra Evangelista (OAB: 3789/CE) - Andrea Maciel de Andrade (OAB: 9697/CE) - Ariani Florencio de Sa (OAB: 11059/CE) - Lilian Lusitano Cysne (OAB: 6459/CE) - Amaurilo de Sousa Holanda (OAB: 13113/CE) - Cristiane Pinheiro Diogenes (OAB: 13446/CE) - Cicero Antonio de Menezes Sobreira (OAB: 9443/CE) - Gilvan Linhares Lopes (OAB: 5629/CE) - Ninon Elizabeth Tauchmann (OAB: 5012/CE) - Eduardo Sobral Monte E Silva (OAB: 15815/CE) - Mauricio Tauchmann Rocha Moura (OAB: 11397/CE) - Francisco Evanio de Barros Lima (OAB: 9853/CE) - Jarbas de Almeida Botelho (OAB: 4366/CE) - Rebeca Pinto Botelho (OAB: 18758/CE) - Carlos Otavio de Arruda Bezerra (OAB: 5207/CE) - Francisco Erionaldo Cruz (OAB: 15205/CE) - Patricia Bezerra Campos (OAB: 11150/CE) - Aloisio Pereira Neto (OAB: 13167/CE) - Ana Karina Rios de Araujo Mathias (OAB: 14430/CE) - Frederico Antonio Araujo Bezerra (OAB: 7841/CE) - Enio Ponte Mourao (OAB: 12808/CE) - Francisco de Assis de Mesquita Ciriaco (OAB: 10680/CE) - Narcilio Nasareno Carneiro Saraiva (OAB: 11888/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0091208-45.2008.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apte/Apdo: Ana Maria dos Santos Arruda - Apte/Apdo: Fundação Sistel de Seguridade Social - Em sendo assim, ADMITO o recurso especial. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente - Advs: Nagela de Sousa Beserra Barroso (OAB: 21410/CE) - Enio Ponte Mourao (OAB: 12808/CE) - Vinicius Maia Lima (OAB: 13299/CE) - Marcos Luiz Rigoni Junior (OAB: 15950/CE) - Gerson Moises Medeiros (OAB: 17373/CE) - Haline Fernandes Silva da Hora (OAB: 18955/CE) - Karyna Saraiva Leao Gaya (OAB: 12911/CE) - Fernanda Cabral de Almeida Gonçalves (OAB: 15542/CE) - Yvila Maria Pitombeira Coelho (OAB: 12537/CE) - Felipe Sorio Silva (OAB: 22019/CE) - Ana Caroline Barreto Machado Aragao (OAB: 15535/CE) - Carlos Eduardo Lima de Freitas (OAB: 17779/CE) - Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 13058/CE) - Fabio de Possidio Egashira (OAB: 24265/CE) - Gilvando Furtado de Figueiredo Junior (OAB: 18259/CE) - Manoel Duarte Pinto (OAB: 15809/CE) - Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB: 14325/CE) - Marcelo Memoria de Araujo (OAB: 14407/CE) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599/CE) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 211648/SP) - Fábio da Costa Vilar (OAB: 167078/SP) - Leandro Daroit Feil (OAB: 318345/SP)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0454620-52.2000.8.06.0001 (454620-52.2000.8.06.0001/1) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Apelante: Tv Jangadeiro Ltda - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceara - Apelado: Zacarias Ribeiro dos Santos - Apelada: Elianai Matos da Costa - Apelada: Eridan Gomes da Silva - Ante o exposto, NÃO ADMITO o recurso especial manejado por ESTADO DO CEARÁ. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016 Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do TJCE - Advs: Marcos de Holanda (OAB: 1730/CE) - Jose Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB: 4040/CE) - Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE) - Rachel Andrade Sales Rattacaso (OAB: 16150/CE) - Elton Jonathas Carneiro de Araujo (OAB: 13420/CE) - Felipe Melo Abelleira (OAB: 13422/CE) - Leonardo Aguiar Oliveira (OAB: 18940/CE)

Nº 0454620-52.2000.8.06.0001 (454620-52.2000.8.06.0001/1) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Apelante: Tv Jangadeiro Ltda - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceara - Apelado: Zacarias Ribeiro dos Santos - Apelada: Elianai Matos da Costa - Apelada: Eridan Gomes da Silva - Ante o exposto, NÃO ADMITO o recurso especial manejado por ZACARIAS RIBEIRO DOS SANTOS, ELIANAI MATOS DA COSTA e ERIDAN GOMES DA SILVA. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016 Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do TJCE - Advs: Marcos de Holanda (OAB: 1730/CE) - Jose Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB: 4040/CE) - Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE) - Rachel Andrade Sales Rattacaso (OAB: 16150/CE) - Elton Jonathas Carneiro de Araujo (OAB: 13420/CE) - Felipe Melo Abelleira (OAB: 13422/CE) - Leonardo Aguiar Oliveira (OAB: 18940/CE)

Nº 0454620-52.2000.8.06.0001 (454620-52.2000.8.06.0001/1) - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Apelante: Tv Jangadeiro Ltda - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceara - Apelado: Zacarias Ribeiro dos Santos - Apelada: Elianai Matos da Costa - Apelada: Eridan Gomes da Silva - Isso posto, NÃO ADMITO o Recurso Extraordinário interposto por ESTADO DO CEARÁ. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido e remetam-se à origem, procedendo-se à baixa. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016 Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do TJCE - Advs: Marcos de Holanda (OAB: 1730/CE) - Jose Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB: 4040/CE) - Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE) - Rachel Andrade Sales Rattacaso (OAB: 16150/CE) - Elton Jonathas Carneiro de Araujo (OAB: 13420/CE) - Felipe Melo Abelleira (OAB: 13422/CE) - Leonardo Aguiar Oliveira (OAB: 18940/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0513161-78.2000.8.06.0001 (513161-78.2000.8.06.0001/1) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Associaçao de Poupança e Emprestimo- Poupex - Apelante: Gileno Fernandes Villar Filho - Apelado: Associaçao de Poupança e Emprestimo- Poupex - Apelado: Gileno Fernandes Villar Filho - Isso posto, INADMITO o Recurso Especial interposto. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE - Advs: Francisco Gladyson Pontes (OAB: 3242/CE) - Miguel Oscar Viana Peixoto (OAB: 3648/CE) - Claudio Barroso Magalhaes (OAB: 9720/CE) - Gustavo Marinho Lira (OAB: 10300/CE) - Silvia Maria Farias de Castro E Silva (OAB: 11027/CE) - Jose Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE) - Jose Erinaldo Dantas Filho (OAB: 11200/CE) - Roseane Maciel Barbosa Justi (OAB: 12147/CE) - Jose Afonso Tavares (OAB: 7134/DF) - Juraci Mourao Lopes Filho (OAB: 14088/CE) - Leonardo Augusto Pinheiro Guimares (OAB: 14221/CE) - Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragao (OAB: 14770/CE) - Lorena Brandao Landim Camarotti (OAB: 15385/CE) - Ulisses de Oliveira Jorge (OAB: 15896/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Hedilene Freire Caseca Rosa (OAB: 9552/DF) - Charles Goiana de Andrade (OAB: 20160/CE) - Maximo Henrique Fortinho de Miranda Sa (OAB: 2407/CE) - Marcelo Monteiro de Miranda Sa (OAB: 8640/CE) -

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0628164-59.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Crato - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Espólio de Joaquim Jairo Monteiro de Brito - Isto posto, INADMITO o Recurso Especial sub studio. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o ocorrido, oficie-se o juízo de origem e remeta-se ao arquivo, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE - Advs: Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB: 28184/CE) - Melissa Abramovici Pilotto (OAB: 28185/CE) - Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB: 27109/PR) - Candido Alexandrino Barreto Neto (OAB: 15519/CE) - Arnaud Ferreira Baltar Neto (OAB: 23660/CE) - Fatima Aparecida Zullani Figueira (OAB: 119384/SP) - Maria Tarcila Pierre Monteiro

Nº 0628164-59.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Crato - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Espólio de Joaquim Jairo Monteiro de Brito - Isto posto, INADMITO o Recurso Extraordinário sub studio. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o ocorrido, oficie-se o juízo de origem e remeta-se ao arquivo, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE - Advs: Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB: 28184/CE) - Melissa Abramovici Pilotto (OAB: 28185/CE) - Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB: 27109/PR) - Candido Alexandrino Barreto Neto (OAB: 15519/CE) - Arnaud Ferreira Baltar Neto (OAB: 23660/CE) - Fatima Aparecida Zullani Figueira (OAB: 119384/SP) - Maria Tarcila Pierre Monteiro

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0486591-55.2000.8.06.0001/50000 - Agravo - Fortaleza - Agravante: Estado do Ceará - Agravado: Diego Ribeiro Moreira - Isso posto, INADMITO o Recurso Especial interposto. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o ocorrido e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas

de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE - Advs: Jose Amaury Batista Gomes Filho (OAB: 12095/CE) - Luana Maira Rodrigues Cruz Lima (OAB: 26435/CE) - Maria Helena Miranda Gomes Jales (OAB: 25740/CE) - Rebeca Suianny Rodrigues Peixoto Correia (OAB: 29074/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000865-66.2009.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Walderice Maia Parente Holanda - Apelado: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda - Ante o exposto, INADMITO o presente apelo raro. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se à origem, procedendo-se à baixa. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES VICE-PRESIDENTE DO TJCE - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Gilmara Maria de Oliveira Barbosa (OAB: 13461/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Gustavo Martins Queiroz (OAB: 16769/CE) - Nathalia Aparecida Sousa Dantas (OAB: 22248/CE) - Luscelia Celestino de Moura (OAB: 20262/CE) - Dayena Pontes Cruz (OAB: 20405/CE) - Felipe Bayma Marques (OAB: 23238/CE) - Nayhara Cristina Gomes da Silva (OAB: 25892/CE) - Glaucianne Barbosa Aguiar (OAB: 26322/CE) - Francisco Leitao de Sena Junior (OAB: 26524/CE) - Juliana Sobral de Andrade (OAB: 26623/CE) - Mayara de Lima Paulo (OAB: 27304/CE) - Rana Emi Pimenta Farias (OAB: 28995/CE) - Lisle de Pontes Lima Lopes (OAB: 30211/CE) - Viviane Bezerra de Oliveira (OAB: 30615/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0623993-59.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Verônica Landim da Silveira - Agravado: Fábio Zech Sylvestre - Agravado: Felipe Silveira Gurgel do Amaral - Agravado: Denyson Sales do Nascimento Rios - Isto posto, INADMITO o Recurso Especial interposto. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido, oficiando ao juízo de origem e, empós, arquive-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de Janeiro de 2016. Desembargador FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES Vice-Presidente do TJCE - Advs: Ticiana da Costa Carneiro (OAB: 12796/CE) - Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0623673-09.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Verônica Landim da Silveira - Agravado: Fábio Zech Sylvestre - Agravado: Felipe Silveira Gurgel do Amaral - Agravado: Denyson Sales do Nascimento Rios - Diante do exposto, INADMITO o presente Recurso Especial. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, certifique-se o ocorrido, oficiando ao juízo de origem e, empós, arquive-se. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará - Advs: Ticiana da Costa Carneiro (OAB: 12796/CE) - Lucila Volnya Barbosa de Assis (OAB: 9189/CE) - Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE) - Caio Cesar Vieira Rocha (OAB: 15095/CE) - Deborah Sales Belchior (OAB: 9687/CE)

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

DESPACHOS DOS RELATORES - Câmaras Cíveis Reunidas

Serviço de Mandado de Segurança
DESPACHO DE RELATORES

0032347-93.2013.8.06.0000 - Ação Rescisória. Autor: Jatahy Engenharia Ltda. Advogado: Adriano Geoffrey de Gois Araujo (OAB: 14714/CE). Réu: Israel da Silva Martins. Despacho: - ISSO POSTO, determino seja realizada a citação do réu, no endereço fornecido pelo autor às fls. 105/107, por meio de Oficial de Justiça. Expedientes Necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0627484-74.2015.8.06.0000 - Ação Rescisória - Crato - Autor: Francisco Pitigrilli Peixoto de Carvalho - Ré: Júlia Maria dos Santos - DIANTE DO EXPOSTO, homologo a desistência da ação, extinguindo o processo sem resolução de mérito nos termos do art. 267, inc. VIII, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Decorrido in albis o prazo para a interposição de eventuais recursos, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se na forma regimental. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Relatora - Advs: Larissa Cavalcante Bezerra (OAB: 21755/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0628449-52.2015.8.06.0000 - Impugnação de Assistência Judiciária - Fortaleza - Impugnante: Imobiliária José Carneiro S/A - Impugnado: Acrisio Miranda da Silveira - 9. À vista do exposto, JULGO EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a presente impugnação por restar prejudicada ante o julgamento liminar da rescisória por sua inépcia. 10. Expedientes necessários. Fortaleza, 16 de dezembro de 2015. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Manoel Osvaldo Florencio Batista (OAB: 3776/CE)

CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS

1ª Câmara Cível

DESPACHOS - 1ª Câmara Cível

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0627845-91.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Maracanaú - Agravante: Maracanaú Empreendimentos Imobiliários S/A - Agravado: Áquila Diniz Cavalcanti de Albuquerque - Agravado: Marajó Construções Ltda - Agravado: Astério Cavalcanti de Albuquerque - Com amparo nestes argumentos, conheço do agravo na forma de instrumento e lhe dou provimento com amparo no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil e na jurisprudência uniformizadora do Superior Tribunal de Justiça para cassar a interlocutória de primeira instância apenas no ponto relacionado à eficácia pela qual os embargos à execução foram recebidos em primeira instância, permitindo, com isso, que tenha curso a ação executiva proposta pela agravante. Expediente necessário. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator - Advs: Francisco Welton Linhares Demetrio de Souza (OAB: 10250/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0036620-96.2013.8.06.0071 - Apelação / Reexame Necessário - Crato - Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Crato - Apelante: Município do Crato - Apelado: Juscelino Jose Soares da Hora - Isto posto, em consonância com os excertos jurisprudenciais acima invocados e com o parecer da d. PGJ, conheço da apelação e do reexame necessário, mas para negar-lhes provimento, com amparo no art. 557, caput, do CPC, confirmando a sentença de primeiro grau. Expediente necessário. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator - Advs: Hina Mirella Vilar Portela Aguiar (OAB: 17179/CE) - Stenio Rolim de Oliveira (OAB: 17880/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0133337-21.2015.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Francisco Elson Nascimento Saraiva - Apelado: Maritima Seguros S/A - Isto posto, conheço da apelação para, com fundamento no art. 557, caput, da Lei Processual Civil, negar-lhe seguimento ex vi das Súmulas nº 474 e 544 do STJ e nos precedentes do citado Tribunal Superior e do Tribunal de Justiça do Ceará. Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator - Advs: Fabio Monteiro Arrais Medeiros (OAB: 23738/CE) - Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB: 16045/CE) - Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000129-20.2014.8.06.0180 - Apelação - Varjota - Apelante: Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Apelado: Maria Albuquerque Linhares - ISSO POSTO, em conclusão, com arrimo no art. 557, §1º-A, do CPC, conheço o presente Recurso de Apelação, para dar-lhe parcial provimento, mas apenas para determinar que a restituição dos descontos indevidos verificados na conta corrente da autora seja realizada de forma simples, mantidos os demais termos da sentença apelada. Transcorrido in albis o prazo para o §1º do art. 557 do Código de Processo Civil, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza/Ce, 20 de janeiro de 2016. Paulo Francisco Banhos Ponte Desembargador Relator - Advs: Ana Cristina Bonfim Farias (OAB: 9669/CE) - Fabricio Pinto de Negreiros (OAB: 24492/CE) - Pedro Linhares de Sousa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000535-63.2013.8.06.0184 - Apelação - Alcantaras - Apte/Apdo: Luzia Barbosa Lemos da Silva - Apte/Apdo: Municipio de Alcântaras - ISSO POSTO, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, conheço as Apelações Cíveis, mas para negar-lhes seguimento, mantendo a sentença impugnada em todos os seus termos por se encontrar em consonância ao entendimento firmado neste Sodalício e Tribunais Superiores. Transcorrido in albis o prazo do art. 557 do Código de Processo Civil, tornem à origem para os fins de direito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Oreilly Gabriel do Nascimemento (OAB: 25533/CE) - Jose Arnaldo Dias Monteiro (OAB: 23152/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002000-58.2010.8.06.0105 - Apelação - Itatira - Apelante: Manoel Capistrano do Nascimento - Apelado: Ministerio Publico do Estado do Ceara - ISSO POSTO, conheço do recurso de apelação para dar-lhe provimento, extinguindo a ação por falta de condição relativa à legitimidade passiva, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Ritos. Preclusa a presente decisão, tornem os autos à origem. Exp. Nec. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Jose Somio Fernandes Costa (OAB: 20628/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0004027-18.2015.8.06.0144 - Exceção de Suspeição - Pentecoste - Excipiente: Valdeliane Bezerra Pinto - Excipiente: Zenaide de Sousa Araujo - Excipiente: Belisario de Almeida Andrade - Excipiente: Deisa Ramos Feijo - Excipiente: Francisco de Assis Bezerra de Castro - Excipiente: Maria Margareth Barbosa Guimarães - Excipiente: Maria Jose Vieira de Almeida - Excipiente: Maria Cleyrismar de Macedo Barros - Excipiente: Onofre Alves Gomes - Excipiente: Rejane do Nascimento Pereira - Excipiente: Rosimere da Silva Costa - Excipiente: Rita de Cassia Sousa da Silva - Excipiente: Antonia Celia Costa Albuquerque Sales - Excepta: Drª Cynthia Nobrega Pereira Franklin Thomaz - Juiza de Direito da Vara Única da Comarca de

Pentecoste - ISSO POSTO, à luz dos fatos e razões apresentadas e por tudo mais que dos autos consta, conheço do presente incidente de exceção de suspeição, mas para negar-lhe provimento. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0005121-78.2013.8.06.0141 - Apelação - Paraipaba - Apelante: Milina de Oliveira Gois - ME - Apelado: Banco Bradesco S/A - ISSO POSTO, com arrimo no art. 557, §1º-A, do CPC, conheço o Recurso de Apelação para dar-lhe provimento, anulando a sentença de mérito e julgando improcedente o pleito autoral. Transcorrido in albis o prazo para o § 1º do art. 557 do Código de Processo Civil, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Paulo Francisco Banhos Ponte DESEMBARGADOR RELATOR - Advs: Carlos Alberto Saldanha Fontenele Junior (OAB: 14240/CE) - Dirceu Antonio Brito Jorge (OAB: 21648/CE) - Maria Lucilia Gomes (OAB: 16018/CE) - Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB: 107414/SP)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0008857-15.2012.8.06.0182 - Apelação - Viçosa do Ceará - Apelante: Maria do Socorro Rocha de Almeida - ISSO POSTO, com arrimo no art. 557, §1º-A caput, do CPC, conheço da Apelação Cível, dando-lhe provimento, reformando-se integralmente a sentença monocrática. Transcorrido in albis o prazo do art. 557 do Código de Processo Civil, retornem os autos à origem para os fins de direito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0012479-48.2010.8.06.0158 - Apelação - Russas - Apelante: Municipio de Russas - Apelado: Orlando Guimarães Bezerra - ISSO POSTO, decreto, de ofício, a nulidade da sentença, por se tratar de decisão extra petita, de acordo com os arts. 128 e 460 do CPC. Retornando os autos para a origem, devendo o juiz a quo proferir nova decisão que compreenda todos os pedidos autorais, assim como fundamente seu decisum conforme a presente actio. Recurso prejudicado. Intimem-se as partes. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator X-03 - Advs: Francisco Sergio Cordeiro de Sousa (OAB: 9487/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0124835-69.2010.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Pefil - Indústria e Comércio de Calçados Ltda - Apelado: Estado do Ceará - ISSO POSTO, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, ço o presente recurso, mas para negar-lhe provimento. Transcorrido in albis o prazo do art. 557 do Código de Processo Civil, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Thiago Morais Almeida Vilar (OAB: 16396/CE) - Jose Anchieta Santos Sobreira (OAB: 2127/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0471588-11.2010.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Banco Finasa BMC S/A - Apelado: Juscelino Magalhães Cavalcante - ISSO POSTO, com fundamento no art. 557, §1º-A, do CPC, ante os fundamentos acima expendidos, e em consonância com a jurisprudência referenciada, conheço o Recurso de Apelação, para dar-lhe parcial provimento, mantendo a possibilidade de aplicação do CDC ao contrato em discussão, bem como a possibilidade de o Poder Judiciário modificar eventuais cláusulas ilegais; contudo, reformando a sentença a quo,e determinando a possibilidade de capitalização mensal dos juros, a legalidade da taxa de juros remuneratórios cobrada e a legalidade da Cláusula 5ª do contrato que prevê os encargos moratórios sem a cumulação da comissão de permanência. Transcorrido in albis o prazo para o §1º do art. 557 do Código de Processo Civil, arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza,dede 2015. PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Desembargador Relator - Advs: Maria Socorro Araujo Santiago (OAB: 1870/CE) - Roseany Araujo Viana Alves (OAB: 10952/CE) - Francisco Everardo de Oliveira Nobre (OAB: 7979/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0624234-33.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Mais Serviços Ltda nova denominação de Dinânmica Ceará Serviços e Obras Ltda - Agravado: Município de Fortaleza - Homologo, portanto, a desistência. Arquive-se. Exp. Nec. Fortaleza, 26 de Janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Rebeca Simao Bede (OAB: 25539/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002539-23.2011.8.06.0094 - Apelação - Ipaumirim - Apelante: Maria Zulmira Alves - Apelado: Banco BMG S/A - ISSO POSTO, por se mostrar manifestamente improcedente o apelo, nego-lhe seguimento. Preclusa a presente, dê-se baixa à origem. Exp. Nec. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE) - Alysson Araujo Pinto (OAB: 26513/CE) - Antônio de Morais Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB: 23798/PE) - Tiago Costa Lisboa de Carvalho (OAB: 19636/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0036900-60.2012.8.06.0117 - Apelação - Maracanaú - Apelante: Banco Itaucard S/A - Apelada: Maria Nadia Rocha da Silva - ISSO POSTO, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, ante os fundamentos acima expendidos, e em consonância com a jurisprudência invocada, conheço a presente Apelação Cível para negar-lhe provimento, mantendo in totum a sentença vergastada, por estar em completa consonância com a legislação e jurisprudência vigentes. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa à origem. Expedientes Necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator X-03 - Advs: Carolinne Peixoto Teixeira (OAB: 29276/CE) - Celso Marcon (OAB: 19431/CE) - Antonio Haroldo

Guerra Lobo (OAB: 15166/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0037584-42.2012.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Raimundo Hermenio Soares Pinto - ISSO POSTO, nos termos do art. 557, §1º-A do Código de Processo de Civil, por se encontrar a decisão apelada em consonância ao entendimento consolidado perante este Tribunal, com esteio nos precedentes deste Sodalício e no parecer do Ministério Público, conheço do Recurso de Apelação, para dar-lhe parcial provimento. Nego o apelo, no que tange à ilegitimidade passiva, confirmando a tutela antecipada e determinando a obrigação do Estado de fornecer o aparelho. E dou provimento ao apelo no que concerne à confusão entre credor e devedor que impossibilita a fixação de honorário advocatícios, no sentido de reformar a sentença de piso apenas no que tange à condenação em honorários, os quais não deverão ser suportados pelo recorrente. Preclusa a presente decisão, dê-se baixa. Expedientes Necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator M-04F - Advs: Paulo de Tarso Cavalcante Asfor Junior (OAB: 15603/CE) -

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0162089-42.2011.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Maria Sofia Rodrigues - Apelado: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - ISSO POSTO, decreto, de ofício, a nulidade da sentença de fls. 85/89, por se tratar de decisão citra petita, de acordo com os arts. 128 e 460 do CPC. Tornem os autos à origem para que seja proferida nova decisão que compreenda todos os pedidos autorais. Intimem-se as partes. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Gerardo Coelho Filho (OAB: 3796/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620230-16.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravada: Osmira Soares de Sousa - ISSO POSTO, concedo o efeito suspensivo pleiteado. Intimem-se as partes da presente decisão. Ocasião em que será intimada a parte agravada para apresentar - querendo - contrarrazões ao presente Instrumento, no prazo legal, conforme previsto no art. 527, inc. V, do CPC. Requisitem-se as informações necessárias ao juiz a quo (art. 527, IV, CPC). Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, para fins de manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Rosangela da Rosa Correa (OAB: 27988/CE) - Abraao Lincoln Aprigio dos Santos (OAB: 19295/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620332-38.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Felipe Pinho Silveira - Agravado: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médico Ltda - ISSO POSTO, nego o efeito suspensivo pleiteado, sem prejuízo de nova análise em momento posterior, ante a inexistência dos requisitos autorizadores. Intimem-se as partes da presente decisão. Ocasião em que será intimada a parte agravada para apresentar - querendo - contrarrazões ao presente Instrumento, no prazo legal, conforme previsto no art. 527, inc. V, do CPC. Requisitem-se as informações necessárias ao juiz a quo (art. 527, IV, CPC). Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, para fins de manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Marlon Carvalho Cambraia (OAB: 14333/CE) - Reno Porto Cesar Bertosi (OAB: 18902/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620431-08.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Agravada: Eunice Cordeiro da Silva - ISSO POSTO, nego o efeito suspensivo pleiteado, sem prejuízo de nova análise em momento posterior, ante a inexistência dos requisitos autorizadores. Intimem-se as partes da presente decisão. Ocasião em que será intimada a parte agravada para apresentar - querendo - contrarrazões ao presente Instrumento, no prazo legal, conforme previsto no art. 527, inc. V, do CPC. Requisitem-se as informações necessárias ao juiz a quo (art. 527, IV, CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Rogerio Pinto Martins (OAB: 31084/CE) - Roseany Araujo Viana Alves (OAB: 10952/CE) -

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620536-82.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Maracanaú - Agravante: Francisco Ivanildo Adeodato - ISSO POSTO, em sede de liminar, ressalto, verifico elementos suficientes para a concessão do pleiteado efeito suspensivo, visto que presentes os requisitos descritos no art. 558 do CPC, bem como a presença da fumaça do bom direito, autorizando a reversão da decisão proferida pelo juízo a quo. Notifiquem-se as partes da presente decisão, ocasião em que a parte agravada será intimada para - querendo - apresentar contrarrazões ao presente instrumento, obedecido o prazo legal previsto no art. 527, inc. V, do CPC. Requisitem-se as informações necessárias ao juiz a quo (art. 527, IV, CPC). Após, vistas ao Ministério Público. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator - Advs: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620628-60.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco BMG S/A - Agravada: Francisca Márcia Dias Bastos - Isto posto, recebo o agravo na forma de instrumento e antecipo parcialmente a tutela recursal para o fim de determinar que a incidência da multa cominatória se verifique a partir de quinze dias contados da intimação pessoal do réu para cumprimento da obrigação de fazer, manter o seu valor e alterar a periodicidade da sua incidência, fixando as astreintes em cem reais por cada inserção de quantias erradas nos contracheques mensais da autora. Comunique-se ao Juiz da causa,

dispensando a requisição de informações. Intime-se a recorrida para, querendo, apresentar resposta (inc. V do art. 527 do CPC). Expediente necessário. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator - Advs: Antônio de Morais Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Lidianne Uchoa do Nascimento (OAB: 26511/CE)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara Cível
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 293

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

0040492-19.2005.8.06.0001 - **Apelação** - Fortaleza/4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Madja Polyana Brito Borges. Advogado: Paulo Maria Teixeira Lima (OAB: 6989/CE). Advogado: Daniel Costa Holanda (OAB: 16606/CE). Apelado: Municipio de Fortaleza. Procª. Munic.: Luciola Maria de Aquino Cabral (OAB: 4872/CE). Relator(a): FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

0630258-77.2015.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/10ª Vara de Família. Agravante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Cicero Cordeiro Furtuna (OAB: 22014/CE). Advogado: David Arison da Rocha Bezerra Cavalcante (OAB: 17939/CE). Agravada: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Julio de Assis Araujo Bezerra Leite (OAB: 12972/CE). Advogada: Janaina Noronha Gurgel do Amaral (OAB: 19282/CE). Relator(a): PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE

Total de processos a julgar: 13

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

Naiana Rocha Frota Philomeno Gomes

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

1ª Câmara Cível
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 293

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

0022125-39.2008.8.06.0001 - **Apelação** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Apelante: Moacir Correia Lima Filho. Advogado: Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB: 5496/CE). Advogado: Phelipe Albuquerque de Souza (OAB: 22117/CE). Apelada: Tim Celular S/A. Advogada: Christianne Gomes Rocha (OAB: 20335/PE). Advogado: Joao Paulo Araujo Farias (OAB: 19868/CE). Advogado: Joaquim Cabral de Melo Neto (OAB: 27112/PE). Apelada: Tim Nordeste S/A. Advogado: Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB: 26683/CE). Apelado: Huawei do Brasil Telecomunicações LTDA. Advogado: Cristiano Holanda Travassos Corrêa (OAB: 117253/RJ). Relator(a): FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA. Revisor(a): LISETE DE SOUSA GADELHA

Total de processos a julgar: 14

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

Naiana Rocha Frota Philomeno Gomes

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

2ª Câmara Cível

DESPACHOS - 2ª Câmara Cível

Nº 0006387-11.2008.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelada: SEGREDO DE JUSTIÇA - Representada Por A. I. T. V. - Apelada: SEGREDO DE JUSTIÇA - Representado Por E. M. S. F. - Sendo assim, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente Reexame Necessário e à Apelação. Intimem-se. Decorrido in albis o prazo legal, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos à origem. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Desembargadora TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES Relatora - Advs: Adonias Ribeiro de Carvalho Neto (OAB: 22351/CE) - Jefferson Rodrigues dos Santos (OAB: 11184/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0093127-40.2006.8.06.0001 - Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autor: Maria Orquídea do Nascimento Almeida - Réu: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - Réu: Estado do Ceará - Pelo exposto, considerando tudo o que dos autos consta, princípios legais, doutrinários e jurisprudenciais aplicados à espécie, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO E DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA REFORMAR A SENTENÇA A QUO, nos termos do Art. 557 § 1º-A do CPC, reconhecendo o dever do Estado do Ceará, através do SUPSEC, de inscrever Francisco Wagner de Queiroz Almeida como dependente de sua esposa Maria Orquídea do Nascimento Almeida, para fins previdenciários, além dos assistenciais, esses de responsabilidade do ISSEC, ficando entretanto ambos excluídos (ISSEC e Estado do Ceará) da condenação ao pagamento de custas processuais, a teor do que reza a norma isentiva (Lei nº 12.381, de 09/12/1994, art. 10, inciso I). Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 - Advs: Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE) - Rita de Cassia Batista Ribeiro (OAB: 3564/CE) - Juvencio Vasconcelos Viana (OAB: 6883/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0089330-85.2008.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração - Fortaleza - Embargante: Estado do Ceara - Embargado: Lucas Nascimento Lacerda - Isto posto, conheço dos Embargos de Declaração, para acolhê-los, integrando o julgado da Apelação com relação à supressão da condenação do Estado ao pagamento de custas, bem como para reduzir as verbas honorárias para o valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Intimem-se. Expediente necessário. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Desembargadora TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES Relatora - Advs: Paulo Roberto Mourao Dourado (OAB: 9121/CE) - Dirceu Costa Lima Filho (OAB: 19219/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0147020-33.2012.8.06.0001 - Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autor: Renata Mena Barreto dos Santos - Réu: Universidade Estadual do Ceará - UECE - Sendo assim, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente Reexame Necessário e Apelação. Intimem-se. Decorrido in albis o prazo legal, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos à origem. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Desembargadora TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE)

3ª Câmara Cível

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000930-16.2007.8.06.0071 - Apelação. Apte/Apdo: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE). Advogada: Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB: 10591/CE). Advogado: Bruno Miguel Costa Felisberto (OAB: 16700/CE). Advogado: Adenauer Moreira (OAB: 16029/CE). Apte/Apdo: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Wilson Albuquerque Gouveia (OAB: 10441/CE). Advogado: Cicero Franklin Alencar dos Santos (OAB: 12478/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ABUSO SEXUAL DE MENOR POR DETENTO NO INTERIOR DA PENITENCIÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 37, § 6º DA CF. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. QUANTUM INDENIZATÓRIO INSUFICIENTE. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE MODIFICADA. 1.Aplicável ao caso a responsabilidade objetiva da administradora da penitenciária, prestadora de serviço público, em razão do altíssimo risco da atividade por ela desempenhada. Fundamento no art. 37, § 6º da CF/88. 2.É indiscutível que os serviços contratados e prestados pela empresa administradora da penitenciária, onde ocorreu o evento danoso, vão muito além dos serviços de hotelaria, sendo tal empresa totalmente responsável pela segurança interna do presídio, incluída expressamente a segurança das visitas. 3.A gravidade do dano consubstanciado no abuso sexual de um menor de 07 (sete) anos de idade por um detento, no interior da penitenciária, bem como os fins pedagógico, inibitório e reparador da verba indenizatória, revelam a insuficiência da quantia fixada no primeiro grau, impondo a sua majoração. 4.Recursos conhecidos, sendo desprovido o apelo da requerida e provido o apelo do autor. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade de votos, em conhecer dos apelos, para negar provimento ao da requerida e dar provimento ao do autor, tudo nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0020163-34.2015.8.06.0001 - Apelação. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APELAÇÃO. ATO INFRACIONAL EQUIVALENTE A ROUBO. CONCURSO DE AGENTES. VIOLÊNCIA À PESSOA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTERNAÇÃO. CABIMENTO. INOCUIDADE DE MEDIDA MAIS BRANDA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1.Em se tratando de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa e concurso de agentes, comprovadas sua autoria e materialidade, recomenda-se a aplicação da medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 122, inciso I, da Lei nº 8.069/90. Precedentes do STJ. 2.No caso, a imposição de medida mais branda, como requereu a defesa, restaria totalmente inócua, face à gravidade da integração dos menores à criminalidade, que,

inclusive, respondem a outros procedimentos. 3.Recursos conhecidos e desprovidos. Sentença mantida, com consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer dos recursos de apelação, mas para negar-lhes provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000050-22.2010.8.06.0167/50001 - Embargos de Declaração. Embargante: Cassiana Silva Mesquita. Advogado: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE). Embargado: Itaú Seguros S/A. Advogada: Renata Holanda de Azevedo (OAB: 27356/CE). Advogado: Rostand Inacio dos Santos (OAB: 22718/PE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. SÚMULA Nº 18 DO TJCE E ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1 - Súmula nº 18 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: "São indevidos embargos de declaração que têm por única finalidade o reexame da controvérsia jurídica já apreciada". 2 - Acórdão no qual restou suficientemente discutida a matéria objeto dos embargos não merece esclarecimento ou suprimento. 3 - Ausente qualquer das hipóteses autorizadas pelo art. 535 do CPC, os aclaratórios devem ser rejeitados. 4 - Embargos Declaratórios conhecidos e improvidos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer dos Embargos Declaratórios, e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000581-07.2010.8.06.0136 - Apelação. Apelante: Icatu Seguros S/A. Advogada: Manuela Motta Moura (OAB: 20397/PE). Advogado: Djalma Ferreira de Araujo Junior (OAB: 16923/CE). Apelado: Aldair José Rodrigues Ferreira. Advogado: Carlos Augusto Almeida de Holanda E Silv (OAB: 7409/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. APELADO BENEFICIÁRIO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO. COMPANHEIRISMO ALEGADO NA VIA ADMINISTRATIVA. CAPITAL SEGURADO PAGO INTEGRALMENTE A HERDEIRO. AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO DO VALOR DEVIDO AO COMPANHEIRO SOBREVIVENTE. OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA. SENTENÇA MANTIDA. 1.A união estável foi elevada ao status de entidade familiar pela Constituição Federal de 1988, através de seu art. 226, § 3º, para proteger as relações familiares e os indivíduos que delas participam e, com isso, promover a dignidade da pessoa humana. 2.Em juízo, é possível o reconhecimento da união estável sem a exigência de vasta documentação que aponte para o relacionamento entre pessoas de sexos distintos, desimpedidas para casar - com exceção daqueles que sejam separados - e cuja convivência fosse pública, contínua, duradoura e com o intuito de constituir família (art. 1.723, CC/2002), pois a comprovação do companheirismo pode-se dar, inclusive, por meio dos depoimentos testemunhais e das circunstâncias ocorridas nos autos. 3.Com base na prova testemunhal contundente, - que confirma a presença dos requisitos essenciais do instituto ora tratado - no silêncio do herdeiro da falecida e nas correspondências enviadas pela seguradora/ apelante, resta configurada a união estável em apreço. 4.Como consequência de sua declarada qualidade de companheiro da segurada e considerando que não havia indicação de beneficiário do seguro em debate, o recorrido é credor de metade do prêmio devido pela empresa apelante, de acordo com interpretação conforme a Constituição Federal dada ao art. 792, do Código Civil de 2002. 5.Assim, embora a seguradora sustente não ter mais a obrigação de pagar qualquer quantia ao recorrido, por ter entregado, segundo alega, a totalidade do prêmio ao herdeiro da segurada, não há falar em quitação da parte da indenização securitária devida ao apelado, isto porque, quando pagou todo o montante ao filho da de cujus, a empresa tinha ciência da possibilidade de o apelado ser reconhecido como companheiro supérstite da extinta. 6.Por isso, diante da fundada dúvida de quem seria o credor da segunda metade do capital segurado, caberia à recorrente proceder com o pagamento em consignação (art. 335, IV, CC), isso porque, ao entregar o total da indenização securitária ao herdeiro, mesmo sabendo que este poderia não ser o credor do total do prêmio, a empresa assumiu o risco do pagamento, nos moldes da previsão contida no art. 344, do CC. 7.Apelo conhecido e não provido. Sentença mantida. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer do apelo, negando-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0165520-16.2013.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Proc. Jurídico: Joao Barbosa de Paula Pessoa Cavalcante Filho (OAB: 12585/CE). Apelado: Luciano Leite Barbosa da Frota. Advogado: Flavio Ferreira de Castro (OAB: 20702/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. DESNECESSÁRIO O ESGOTAMENTO PELA VIA ADMINISTRATIVA. CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA PARA CUSTEIO DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA. ART. 149, PARÁGRAFO 1º, CF/1988. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES STF, STJ E DESTA CORTE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 STJ. JUROS MORATÓRIOS EM CONDENAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 12, ART. 100 DA CF/88 E, POR ARRASTAMENTO, O ART. 5º DA LEI Nº 11960/2009 E O ART. 1º-F DA LEI 9494/1997. DÍVIDA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. REGRAS ESPECÍFICAS. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1.O Princípio da Inafastabilidade da jurisdição faculta ao recorrido deduzir sua pretensão em juízo sem a necessidade de esgotamento da via administrativa. 2.Considera reiterada jurisprudência, inclusive deste e. Tribunal de Justiça, que a instituição de contribuição para custeio da assistência à saúde, não

encontra previsão constitucional nos artigos 40, caput, e 149, §1º, da CF/1988. 3.Direito de restituição dos valores descontados compulsoriamente, ainda que os serviços estivessem disponíveis, sendo irrelevante para o caso, sua utilização. Precedentes. 4.A legislação atinente à repetição de indébito prevê a restituição, conforme previsão do CTN, art. 168 e seus incisos. 5.O Supremo Tribunal Federal ao apreciar as ADIs 4357/DF; 4425/DF; 4400/DF e 4372/DF da EC 62/2009 que modificou o art. 100 da CF/88 e o art. 97 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) CF/88, acerca de alterações no regime de pagamento de precatórios, julgou-as procedente em parte, conferindo algumas alterações no texto, retirando expressões, para declarar a inconstitucionalidade do § 12, art. 100 da CF/88 e, por arrastamento, o art. 5º da Lei nº 11960/2009 e o art. 1º-F da Lei 9494/1997. 6.Nos créditos tributáveis, à correção monetária, aplicam-se as mesmas regras de quando a Fazenda Pública é credora, ou seja, as taxas da SELIC. Já em relação aos juros de mora, o STJ entendeu que são devidos no percentual de 1% ao mês, segundo o art. 161, § 1º do CTN. 7.Apelo conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer do apelo, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0187668-21.2013.8.06.0001 - Reexame Necessário. Autora: Tainá Silva Galvão. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Proc. Estado: Iuri Chagas de Carvalho (OAB: 18478/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SAÚDE. FORNECIMENTO DE BOMBA DE INFUSÃO CONTÍNUA DE INSULINA E DE MATERIAL COMPLEMENTAR. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES POLÍTICOS. DEVER ESTATAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE. DIREITO FUNDAMENTAL CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. 1. É dever do Estado “assegurar às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à medicação necessária para a cura de suas mazelas, em especial, as mais graves.” (STJ, Primeira Turma, AgRg no Ag 858.899/RS, Rel. Ministro José Delgado, julgado em 26.06.2007, DJU 30.08.2007). 2. Não há que se cogitar de ingerência indevida do Poder Judiciário no âmbito da discricionariedade da Administração, pois “A negativa de fornecimento de um medicamento de uso imprescindível, cuja ausência gera risco à vida ou grave risco à saúde, é ato que, per si, viola a Constituição Federal, pois a vida e a saúde são bens jurídicos constitucionalmente tutelados em primeiro plano. Por isso, a decisão que determina o fornecimento de medicamento não está sujeita ao mérito administrativo, ou seja, conveniência e oportunidade de execução de gastos públicos, mas de verdadeira observância da legalidade.” (STJ, Segunda Turma, REsp 857.502/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, julgado em 17.10.2006, DJU 30.10.2006). 3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente afirmado ser inaplicável a teoria da “reserva do possível” nas hipóteses em que se busca a preservação dos direitos à vida e à saúde, pois “ambos são bens máximos e impossíveis de ter sua proteção postergada.” (STJ, Segunda Turma, REsp 835.687/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, julgado em 04.12.2007, DJU 17.12.2007). Os direitos constitucionais à saúde e à vida não podem ser inviabilizados em razão de alegações genéricas de impossibilidade financeira e orçamentária. 4. Procedência do pedido inicial. Sentença confirmada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do Reexame Necessário, para confirmar a decisão de primeira instância. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR RELATOR PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0455266-62.2000.8.06.0001 (455266-62.2000.8.06.0001/1) - Apelação / Reexame Necessário. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Stelio Lopes Mendonça Junior (OAB: 3/CE). Estagiário: Antonio Tadeu U. Filho (OAB: 90000/CE). Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Ceará. Apelado: Jose Bonifacio de Carvalho. Advogado: Jose Wilson Pinheiro Sales (OAB: 9090/CE). Advogada: Fabiola Bezerra de Castro Alves Brasil (OAB: 12733/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REMESSA OFICIAL E RECURSO DO ESTADO DO CEARÁ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MÉDICO ÚNICO DO PLANTÃO. AUSÊNCIA DO MÉDICO NO PLANTÃO E MORTE DE PACIENTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO. ART. 199, INCISO III E § 1º, DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/74. ERRO MATERIAL NA PUBLICAÇÃO DO ATO DEMISSIONÁRIO NÃO CONTAMINA O PAD. 1. A decisão reexaminanda, após elogiar o comportamento profissional do médico/apelado, vem afirmar que “a morte de paciente internado em condições gravíssimas no hospital onde o mesmo estava de plantão, mas que de lá se retirara para atender outro paciente, também em condições de gravidade - para o qual não existe a mínima prova de que não teria ocorrido o fato, se presente o médico que ausentara momentaneamente, do hospital por razões da mais alta valia - atendimento de outro paciente - a acusação assacada contra sua pessoa não foi de ser desidioso, mas a de haver abandonado o serviço sem justa causa”. 2. Totalmente claudicante o desfecho anunciado, visto que o procedimento administrativo disciplinar cuidou de apurar a saída do médico durante seu plantão, em particular por ele próprio afirmando: para fazer atendimento em um hospital de um colega, mais precisamente no Hospital Nossa Senhora da Conceição, de propriedade do Sr. José de Alencar Bezerra; ..”. 3. Deveras, naquele dia, o médico/apelado estava de plantão no Hospital e Maternidade Otacílio Mota, remunerado pelos cofres públicos, como de costume, e abandou o plantão para prestar seus serviços em um Hospital particular. 4. À Comissão Processante, frente à segurança da prova colhida, outra alternativa não lhe restou, senão a de recomendar a demissão do servidor, restando ao ato de demissão a imputação de abandono de cargo e deliberada ausência ao serviço, nos termos do art. 199, inciso III e § 1º, da Lei nº 9.826, 14 de maio de 1974’. 5. Nesse pesar, não há que se acolher a pretensão deduzida de que o possível erro material da publicação do ato demissionário, venha a contaminar o Procedimento Administrativo Disciplinar, até mesmo porque, repita-se, que é firme o entendimento jurisprudencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o indiciado se defende dos fatos imputados e não da sua capitulação jurídica, de forma que a posterior modificação do enquadramento legal da conduta não tem o condão de ensejar a nulidade do PAD. 6. Reexame Necessário provido. Recurso do Estado do Ceará prejudicado. Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do Reexame Necessário, dando-lhe provimento, restando prejudicada a

Apelação do Estado do Ceará, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0495508-77.2011.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Maria Divanilda dos Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelada: Denise Martins Vieira. Apelado: Raimundo Nonato. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. PLEITO LIMITADO A À INTIMAÇÃO. CIENTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEL. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRODUÇÃO DE PROVA. PRECEDENTES DO STJ. NÃO CARACTERIZADA AFRONTA AO ART. 867 E SS DO CPC. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. 1.A controvérsia em destrame gira em torno da parte apelante poder ou não, por meio da ação de notificação nos termos do art. 873, do CPC, que os apelados sejam notificados a desocuparem o imóvel. 2.Protestos, notificações e interpelações são técnicas processuais que servem para manifestar vontade. Especificamente visa à comunicação de um fato determinado nos quais não operam os princípios da ampla defesa e do contraditório. “A notificação judicial é instrumento hábil tão só para tornar pública a manifestação de vontade da parte interessada” (Theodoro Júnior, Humberto, Código de Processo Civil Anotado, 12a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008, ps. 683/684). 3.Extrai-se que a pretensão da autora é que os requeridos sejam cientificados da necessidade de deixar o imóvel que hoje se encontra ocupando, resguardando um direito seu. Poderia até ser feito de forma extrajudicial mas, o Código de Processo Civil, embora especificamente não trate de tal possibilidade, também inexiste vedação explicita. 4.A notificação pode ser utilizada como forma de produção de prova da ciência inequívoca acerca de algum fato. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp 180.882/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26.09.2000, DJ 23.10.2000 p. 142). 5.Resta apurado que a parte apelante conseguiu demonstrar as condições da ação, no caso o interesse de agir, a legitimidade e a possibilidade jurídica do pedido. Não vislumbro afronta ao dispositivo processual 867 do Código de Processo Civil, bem como as possíveis causa de indeferimento do pedido previstas no art. 869, do mesmo diploma processual. 6.Recurso conhecido e provido. Sentença desconstituída. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer e dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, parte deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0035148-52.2008.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Laís França Cabral. Advogado: Carlos Eduardo Miranda de Melo (OAB: 20433/CE). Embargado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Licio Justino Vinhas da Silva (OAB: 16959/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO POR NÃO HAVER O ACÓRDÃO EMBARGADO TRATADO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. APELAÇÃO JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE. CONSECTÁRIO LÓGICO. INVERSÃO AUTOMÁTICA DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS. I. São cabíveis embargos de declaração apenas no que se refere a omissões, contradições ou obscuridades que por ventura restem verificadas na decisão embargada. II. Não há que se falar em omissão quanto à inversão do ônus da sucumbência quando a apelação foi julgada totalmente procedente, sem que o acórdão fizesse expressa menção aos ônus sucumbenciais. É consectário lógico, uma vez inteiramente reformada a sentença, dando-se total provimento ao recurso de apelação, inverte-se totalmente o ônus da sucumbência. III. Embargos conhecidos e improvidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer dos presentes Embargos Declaratórios, negando-lhes provimento, ante a ausência de qualquer dos vícios delimitados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0001098-90.2014.8.06.0000 - Conflito de competência. Suscitante: Juiz de Direito da 4ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra A Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA PROPOSTA POR AUTARQUIA MUNICIPAL CONTRA PARTICULAR. COMPETÊNCIA RECONHECIDA NO ART. 110, INCISO I, ALÍNEA “A”, DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. CONFLITO CONHECIDO E IMPROVIDO. I - Tem-se Ação de Execução Hipotecária ajuizada pelo Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM em desfavor de particulares, objetivando receber crédito hipotecário oriundo de contrato vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação. II - O art. 110, inciso I, alínea “a”, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Ceará estabelece a competência das Varas de Execução Fiscal e de Crimes Contra a Ordem Tributária, sendo a cobrança da espécie uma modalidade de execução fiscal. III - Conflito de competência conhecido e improvido para reconhecer a atribuição judicante do juízo suscitante. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do conflito de competência e negar-lhe provimento, decretando competente o juízo suscitante, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0001556-27.2011.8.06.0093 - Apelação. Apelante: Municipio de Ipaporanga. Advogado: Geraldo de Holanda Gonçalves Filho (OAB: 17824/CE). Advogado: Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos (OAB: 18185/CE). Apelada: Antonia Maria de Oliveira. Advogado: Antonio Ednaldo Altino de Melo (OAB: 20795/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: APELAÇÃO. EQUIPARAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR A SERVIDOR PÚBLICO. POSSIBILIDADE PARA FINS DE INELEGIBILIDADE. FINALIDADE DO LEGISLADOR FOI PRESERVAR A INTEGRIDADE DA ELEIÇÃO. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS VENCIMENTOS INTEGRAIS ENQUANTO AFASTADO. APELAÇÃO IMPROVIDA. I. Trata-se de conselheira tutelar que se afastou por três meses da função para concorrer ao cargo de vereadora, em respeito à Lei Complementar nº 64/90, mas houve recusa por parte do Município em efetuar o pagamento dos vencimentos a que tinha direito a conselheira quanto ao período em que esta permaneceu afastada. II. Os conselheiros tutelares não são servidores públicos, o que implica dizer que a Lei Complementar nº 64/90 não prevê hipótese de inelegibilidade no que tange a eles. III. Para fins de inelegibilidade, todavia, é sensata a equiparação dos conselheiros tutelares a servidores públicos, tendo em vista a importância social da função, o fato de ser o Conselho Tutelar um órgão eminentemente público e a interpretação da norma conforme a vontade do legislador, que era a de garantir a impessoalidade e a integridade das eleições às quais poderiam concorrer pessoas que exercem múnus público. IV. Uma vez equiparados aos servidores públicos no que se refere à inelegibilidade e à necessidade de desincompatibilização, os conselheiros fiscais fazem jus, portanto, ao recebimento dos vencimentos integrais referentes ao período afastado, conforme previsão na legislação V. Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer da Apelação, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0003899-54.2006.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário. Apelante: Maria Elirice Lima da Silva. Apelante: Gecilio Monteiro da Silva. Advogado: Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE). Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Leonardo Gonçalves Santana Borges (OAB: 21356/CE). Apelado: Instituto de Saude dos Servidores do Estado do Ceará- ISSEC. Procª. Jurídica: Geuza Leitao Barros (OAB: 5396/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. AUTOR VENCEDOR QUANTO AO PEDIDO FORMULADO EM FACE DE UM DOS RÉUS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONSEQUÊNCIA DO JULGAMENTO PROCEDENTE DO PEDIDO INICIAL EM RELAÇÃO AO VENCIDO. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. 1. Por expressa previsão do art. 20, caput, do Código de Processo Civil, a sentença deve condenar o vencido a pagar honorários advocatícios ao vencedor. 2. Apelação provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer da Apelação, e dar-lhe provimento, e do Reexame Necessário, para confirmar o capítulo da sentença que reconheceu o direito de inclusão do autor Gecílio Monteiro da Silva dependente da servidora estadual Maria Elirice Lima da Silva perante o ISSEC, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR RELATOR PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000556-97.2007.8.06.0168/50000 - Agravo. Agravante: José Atualpa Pinheiro Junior. Advogado: Antonio Sigeval Pinheiro Landim (OAB: 3706/CE). Advogada: Marcela Leite Pinheiro Landim (OAB: 20545/CE). Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA:ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO. PREFEITO QUE ATRASOU OS SALÁRIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS POR 2 (DOIS) MESES. ART. 11, INCISO II DA LEI 8.429/92. CONFIGURAÇÃO DO DOLO GENÉRICO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. I. Cuida-se de Agravo Regimental em que se objetiva a reconsideração ou reforma de decisão monocrática que manteve a sentença a quo que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na ação de improbidade administrativa, condenando o agravante nas seguintes sanções: “a) Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 03 (três) anos; (b)Pagamento de multa civil no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), importância esta definida a partir das disposições legais aplicáveis e observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando que os salários atrasados foram posteriormente quitados.; (c) Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 anos.” II. In casu, trata-se de Ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público estadual em desfavor do ora agravante, pelo fato deste, enquanto Prefeito do Município de Solonópole, no mandato compreendido no período de 2005-2008, ter cometido ato de improbidade administrativa, conforme preceitua o art. 11, e inciso II, da Lei n° 8.429/92, porquanto atrasou os salários dos servidores públicos, deixando de pagar os meses de novembro e dezembro de 2006. III. Com efeito, faz-se mister salientar que os servidores públicos possuem direito inalienável de receber seus vencimentos mensalmente e regularmente, uma vez que se trata de direito individual indisponível daqueles. Desse modo, devem os Municípios, em obediência aos princípios constitucionais, honrar os pagamentos dos serviços prestados pelos servidores municipais, sob pena de se configurar enriquecimento ilícito por parte do Município. No caso em liça, verifica-se que resta patente nos autos que o agravante de forma injustificada deixou de pagar os salários dos servidores públicos de Solonópole no segundo semestre de 2006. Observa-se, ainda, que a situação apenas foi resolvida após a decisão liminar em que foi determinado o sequestro de verbas públicas. IV. O agravante, no recurso em tela, alega que “jamais tivera a intenção de ficar inadimplente com os servidores públicos, além de que, o simples atraso de 2 (dois) meses, sem que haja a prática de ato desonesto pelo apelante, não seria conduta razoável para caracterizar ato ímprobo.” O argumento do agravante não merece procedência. Primeiro, porque tal conduta encontra-se inserida no art. 11, inciso II, da lei de improbidade administrativa.

Segundo, porque esse “simples atraso” violou diretamente a Constituição Federal e prejudicou a vida de diversos servidores e consequentemente de suas famílias. V. No presente caso, não se pode falar em ausência de dolo ou má-fé do recorrente na sua conduta, eis que não se pode cogitar que um Prefeito Municipal desconhecesse as exigências constitucionais e legais de pagar os salários aos servidores públicos mensalmente, bem como que tenha agido de boa-fé e sem dolo ao atrasar a remuneração dos servidores em vários meses sem qualquer justificativa plausível. Agiu, pois, o ora agravante em total desrespeito aos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade e, consequentemente, violando o preceito descrito no art. 11, inc. II, da Lei 8.429/92. A tese do requerente não merece prosperar, uma vez que, de acordo com o conjunto probatório trazido aos autos, patente é a presença do dolo genérico, requisito este, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, necessário à comprovação da improbidade. VI. Agravo Regimental improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em, por unanimidade de votos, conhecer do presente agravo regimental, mas para lhe negar provimento, mantendo a decisão em todos os seus termos. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0004001-29.2009.8.06.0112 - Apelação / Reexame Necessário. Apelante: Município de Juazeiro do Norte. Proc. Municipio: Luciano Alves Daniel (OAB: 14941/CE). Proc. Municipio: Alberto Jorge B.de Oliveira (OAB: 9446/CE). Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelado: Luiz Vieira da Silva. Advogada: Maria Delmair E Silva (OAB: 5716/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PEDIDO DE SUSPENSÃO CONSUBSTANCIADO NO ART. 15 DA LEI Nº 12.016/2009 NÃO CONHECIDO. APRECIAÇÃO PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRELIMINARES DE DECADÊNCIA, ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA REJEITADAS. ATIVIDADE INSALUBRE, PRESUNÇÃO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SEM PRÉVIA PERÍCIA. RECURSOS OFICIAL E APELATÓRIO CONHECIDOS E IMPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA. I - O pedido de suspensão da segurança contido no art. 15 da Lei nº 12.016/2009, deve ser dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, por ser autoridade competente para apreciação. Requerimento não conhecido. II - O prazo decadencial para a impetração do Mandado de Segurança é contado da ciência inequívoca, pelo impetrante, do ato impugnado, o que foi observado, na espécie, pois não se passaram mais de 120 (cento e vinte) dias entre o protocolo do pedido administrativo e a propositura do writ. III - Embora possua a Câmara Municipal personalidade judiciária, podendo ingressar em juízo como parte ou interveniente, sua capacidade processual limita-se a defesa das prerrogativas institucionais, sendo destituída de personalidade jurídica e de patrimônio próprio, devendo figurar no polo passivo da ação o Município de Juazeiro do Norte, responsável pelo pagamento, porventura, pretendido. IV - Rejeita-se a preliminar de inadequação da via eleita em face de haver nos autos prova pré-constituída do direito invocado pela parte autora. V - A prerrogativa da Administração Pública de revisar seus atos, que passa a constituir-se dever quando eles se apresentam eivados de ilegalidade, não afasta a observância do prévio procedimento administrativo, oportunizando ampla defesa e contraditório para não ferir o direito do administrado. VI - A Lei Municipal nº 1.977/95 conferiu à atividade de odontólogo o direito ao adicional de insalubridade de forma presumida, ou seja, sem a necessidade de comprovação das condições insalutíferas na atividade desempenhada. VII - Comprovado de plano pelo impetrante, por meio de prova pré-constituída, a atividade desempenhada e habitualmente prestada na condição de insalubre, cabível a concessão do mandamus. VIII - RECURSOS Oficial e Apelatório CONHECIDOS, rejeitadas as preliminares e, no mérito, negado provimento. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer dos Recursos Oficial e Apelatório, rejeitando as preliminares e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0005510-49.2013.8.06.0081 - Apelação. Apelante: Maria José Frota Pereira Fontenele. Advogado: Antonio Serafim Rodrigues (OAB: 8684/CE). Apelado: Município de Granja. Proc. Municipio: Jorge Umbelino da Silva (OAB: 23626/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA. EXONERAÇÃO SUMÁRIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO. DIREITO AS VANTAGENS INERENTES AO CARGO DURANTE O PERÍODO DE AFASTAMENTO. PRECEDENTES DO STF, STJ E DESTA CORTE. APELO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1.Caracteriza-se ilegal a exoneração de servidor público efetivo (concursado), sem a instauração de processo administrativo que lhe assegure a ampla defesa e o contraditório. 2.A exoneração sumária acarreta para a Administração Pública a obrigação de efetuar o pagamento das vantagens inerentes ao cargo, durante o período do afastamento. 3.”O princípio de que a administração pode anular (ou revogar) os seus próprios atos, quando eivados de irregularidades, não inclui o desfazimento de situações constituídas com aparência de legalidade, sem observância do devido processo legal e ampla defesa. A desconstituição de ato de nomeação de servidor provido, mediante a realização de concurso público devidamente homologado pela autoridade competente, impõe a formalização de procedimento administrativo, em que se assegure, ao funcionário demitido, o amplo direito de defesa. (RMS 257/MA, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, Primeira Turma, julgado em 17/10/1994, DJ 14/11/1994, p. 30916).” (STJ - AgRg no AREsp 150441/PI, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/05/2012, DJe 25/05/2012) 4.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, por unanimidade, em conhecer do recurso de apelação, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0629061-87.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: José Haroldo Hamilton de Freitas. Agravante: Maria das Graças Ribeiro. Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Advogada: Fernanda de Mesquita Teles (OAB: 11599/CE). Advogado: Joserisse Hortencio dos Santos Maia Alencar (OAB: 23981/CE). Agravado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Newton Fontenele Teixeira (OAB: 16980/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTITUIÇÃO DE PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. LEI ESTADUAL Nº 14.786/2010. DISCUSSÃO DE CRITÉRIO DE ENQUADRAMENTO. PEDIDO DE REPOSICIONAMENTO NO NÍVEL SUPERIOR COM A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO. VEDAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NO PRESENTE CASO. ARTIGO 1º, DA LEI Nº 9.494/97. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. I. Compulsando os autos, verifica-se que os agravantes interpuseram o presente agravo de instrumento visando a concessão da tutela antecipada para que seja determinado o enquadramento deles na carreira SPJ/NS, observada a correspondência na carreira e na referência vencimental igual ou superior - art. 8º da Lei nº 14.786/2010 - e observando-se a irredutibilidade vencimental. II. Inicialmente, acerca da concessão de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública, cumpre asseverar que no julgamento da ação Declaratória de Constitucionalidade nº 4/97, o Supremo Tribunal Federal declarou a compatibilidade do Art. 1º, da Lei nº 9.494/97 com a Constituição Federal. Nesse esteio, observa-se que o Ordenamento Jurídico não veda a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública em qualquer caso, mas sim a concessão de tal tutela antecipada quando a pretensão autoral versar sobre reclassificação, equiparação, aumento ou extensão de vantagens pecuniárias de servidores públicos ou concessão de pagamento de vencimentos. III. Verifica-se, assim, que não se pode conceder a antecipação de tutela requestada pelos agravantes, porquanto a situação almejada por estes, referente ao enquadramento deles na carreira, encontra-se legalmente vedada e está em dissonância com o entendimento desta Corte de Justiça acerca do tema em liça. IV. Portanto, tendo em conta que o pleito dos agravantes encontra vedação no artigo 1º da Lei nº 9.494/97, não é possível a concessão da antecipação de tutela em face do Estado do Ceará, não havendo sequer que analisar a existência dos requisitos insculpidos no artigo 273 do Código de Processo Civil. Outrossim, conforme registrado alhures, verifica-se que esta Corte de Justiça coaduna com o entendimento ora delineado. V. Agravo Regimental conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em, por unanimidade de votos, conhecer do presente agravo regimental, mas para lhe negar provimento. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0009912-62.2010.8.06.0055 - Reexame Necessário. Autor: João Antonio Silva Mariano. Advogado: Marcelo de Oliveira Lima (OAB: 24894/CE). Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Canindé. Réu: Município de Canindé. Proc. Municipio: Jerônimo Correia de Oliveira (OAB: 18067/CE). Ré: Helia Maria dos Santos. Advogado: Joao Jackson Campos da Silva (OAB: 5164/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NO CARGO DISPUTADO. PONTUAÇÃO RESPECTIVA. NÃO ATRIBUIÇÃO. REGRA EDITALÍCIA OBJETIVA. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO. TESE NÃO COMPROVADA. REMESSA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1.O edital que disciplinou o concurso foi claro ao estabelecer que seriam válidos para efeito de pontuação na prova de títulos a experiência no cargo disputado, in casu, Agente Comunitário de Saúde. 2.Dessa forma, ao pontuar a experiência em enfermagem, a comissão ofendeu o regramento do certame, configurando conduta manifestamente ilegal que prejudicou os demais candidatos que tiveram que se submeter às mesmas regras. O próprio Município admitiu o equívoco ao apresentar memoriais. 3.A propósito, convém assinalar que não se trata de substituição da banca examinadora, alteração ou valoração de critérios subjetivos de formulação das questões e correção de provas, nem mesmo atribuição de notas a candidatos. 4.A intervenção do Poder Judiciário, na hipótese, faz-se necessária para afastar flagrante ilegalidade consistente no descumprimento de regra editalícia puramente objetiva. Excepcionalidade admitida pela jurisprudência dos tribunais superiores, diante da necessidade de observância do princípio da vinculação ao edital do concurso. 5.Por outro lado, cumpre anotar que o autor, mesmo depois de toda instrução processual, não conseguiu comprovar a alegada ofensa ao item 2.8 do edital, que exigia do candidato a demonstração de residência na micro área de atuação, desde a data da publicação do edital. Como não cumpriu com o ônus que lhe competia (CPC, art. 333, I), essa tese específica não merece reconhecimento. 6.Remessa conhecida e não provida. Sentença confirmada, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer do reexame necessário, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0011270-08.2013.8.06.0136/50000 - Agravo. Agravante: Banco Pan S/A. Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE). Agravado: Danielle Coutinho Pires. Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO LOCALIZAÇÃO DA DEVEDORA. PROMOVENTE INSTADO A SE MANIFESTAR ACERCA DO ATUAL ENDEREÇO DA PROMOVIDA. INÉRCIA DO AUTOR. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. ART. 267, IV, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I. A decisão recorrida negou seguimento à apelação interposta pelo agravante, mantendo a sentença de primeiro grau, que extinguiu o feito, nos termos do art. 267, inciso IV, do CPC, por

ausência de citação. II. In casu, verifica-se que a tentativa de citação da parte adversa restou inexitosa, tendo a magistrada a quo oportunizado ao banco autor se manifestar acerca da ausência de citação da parte promovida, permanecendo o mesmo inerte, apesar de intimado. III. Tendo-se oportunizado à parte autora a correta indicação do endereço da promovida, alertando-a de que, caso não se manifestasse, haveria a extinção do feito sem resolução do mérito, correto foi o julgamento de primeiro grau que assim procedeu, em face da inércia da parte, bem como a decisão ora agravada. IV. Decisão monocrática mantida. Agravo improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer do Agravo Regimental, negando-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0012398-49.2012.8.06.0055 - Apelação. Apelante: Município de Canindé. Proc. Municipio: Antonio Jailson Otoni Marinheiro (OAB: 17769/CE). Apelado: Maria Gilsilene Uchoa Coelho. Advogado: Miguel de Castro Neto (OAB: 12384/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PARCELAS NÃO REPASSADAS PELA MUNICIPALIDADE À INSTITUIÇÃO CONSIGNATÓRIA. INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO. INEXISTENTE. TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA APLICADA PARA RESPONSABILIZAR APENAS A INSTITUIÇÃO CONSIGNATÓRIA PELA CONDUTA ILÍCITA, INDEPENDENTE DA ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Descontadas as prestações do empréstimo consignado na folha de pagamento da servidora, o município será o único responsável perante a instituição consignatória, que não poderá inscrever o nome da mutuária nos serviços de proteção ao crédito. 2. No caso, a CEF adotou conduta ilícita ao autorizar a anotação do nome da autora nos cadastros de inadimplentes, de modo que sua atuação mostra-se (relativamente) independente da conduta do município - malgrado conexas, dada a inexistência do repasse pelo município à instituição consignatória. 3. Destaca-se que a CEF tinha o dever de evitar o dano, porquanto, no caso, a responsabilidade pelo não repasse das prestações é unicamente do município, consoante estabelecido na Lei nº 10.820/2003 e no contrato entabulado entre a interessada e a instituição financeira. Assim, inobstante a negligência do município, a CEF é a única responsável, direta e imediata, pelo evento danoso que deu ensanchas à presente lide. 4. Logo, a teor da Teoria da Causalidade Adequada, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, em sede de responsabilidade civil, nem todas as condições que concorrem para o resultado são equivalentes, mas somente aquela que foi a mais adequada a produzir concretamente o resultado. 5. Nesses moldes, ante o rompimento do nexo de causalidade entre a conduta do município e o evento danoso, inexistente previsão de responsabilidade solidária entre aquele e a instituição consignatória, resta afastada a responsabilidade do município de Canindé de indenizar a servidora pela anotação indevida de seu nome nos serviços de proteção ao crédito. 6. Recurso de Apelação conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do Recurso Apelatório, dando-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0023836-48.2009.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Cláudio Esmeraldo Henrique. Advogado: Andre Eduardo Villa Real Duarte (OAB: 27432/CE). Embargado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Juvencio Vasconcelos Viana (OAB: 6883/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E DOS VÍCIOS DELINEADOS NO ART. 535 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ ANALISADA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS. I. Inicialmente, deve-se destacar que, no que tange às hipóteses de cabimento de Embargos de Declaração, tal recurso tem por escopo aclarar decisão que se encontre maculada de omissão, quanto a algum ponto cuja manifestação se fazia obrigatória, de obscuridade, ou de contradição entre premissas estabelecidas no próprio julgado. II. Constata-se, então, que é inviável o manejo dos Embargos Declaratórios com o fim de rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão recorrida, haja vista serem incabíveis para provocar novo julgamento da lide. III. No que tange às razões destes Embargos de Declaração, observa-se que o embargante pretende apenas o reexame da demanda, suscitando para tanto questões que já foram discutidas e analisadas no acórdão recorrido concernentes na ausência de comprovação do que foi alegado na exordial. IV. Outrossim, no acórdão ora embargado foi constatado que não existem provas suficientes para que seja decretada a nulidade do PAD (Processo Administrativo Disciplinar). V. É válido ressaltar que existe independência entre a esfera penal e administrativa ,ou seja, a circunstância de que determinados fatos não constituem ilícito penal não afasta a possibilidade de receberam tratamento diferenciado na esfera civil ou administrativa, constituindo nestas searas ilícitos puníveis. (Precedentes: MS 13.134/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2015, Dj e 02/10/2015; RMS 39.558/AL, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJ e 11/06/2014; RMS 45.182/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJ e 05/10/2015.) VI. Quanto à alegação do embargante em relação à nulidade do procedimento administrativo disciplinar em relação à ausência de intimação pessoal da decisão proferida nos autos do PAD, é importante frisar que após a decisão ocorreu regularmente a publicação no Diário Oficial do Estado, tornando pública a demissão em voga. Salienta-se que a intimação pessoal do servidor acusado não é obrigatória. VII. Embargos de Declaração conhecidos e não providos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer dos Embargos Declaratórios, mas para lhes negar provimento. Fortaleza, 25 de janeiro de 2015 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0041085-09.2009.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Luiz Otávio Dias de Souza. Agravante: Francisco Edson Vieira do Nascimento. Agravante: Felipe Goes de Medeiros. Agravante: Antônio Braga de Oliveira Neto. Agravante: Luiz Leonardo Feitosa dos Reis. Agravante: Lucas Cavalcante Lima. Agravante: Emerson Viana do Nascimento Forte. Advogada: Fabricia Fernandes Ribeiro de Castro (OAB: 19972/CE). Agravado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Fabio Pedrosa Vasconcelos (OAB: 16743/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSO CIVIL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO PARA POLICIAL MILITAR. EXAME PSICOLÓGICO. PREVISÃO LEGAL E EDITALÍCIA. CRITÉRIOS OBJETIVOS. LEGALIDADE DO CARÁTER ELIMINATÓRIO. EXAMES REALIZADOS EM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS E CONSTITUCIONAIS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. I. A questão travada nos autos reside em verificar a legalidade do exame psicológico aplicado no concurso público para provimento do cargo de PM/CE e, consequentemente, o desligamento dos autores do concurso antes mesmo da Banca Examinadora ter se pronunciado acerca dos recursos administrativos. Desse modo, a presente ação foi ajuizada com o fito de desconstituir o ato administrativo que considerou os autores inaptos no aludido exame, uma vez que, segundo alegam os recorrentes, tal exame foi realizado de forma abusiva e sem respeito aos princípios norteadores da atividade administrativa e a Portaria nº 161/2008, que trata do perfil psicográfico dos candidatos para o ingresso da PMCE. II. Ab initio, cabe destacar que de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é válida a exigência de aprovação em exame psicotécnico ou psicológico em concurso público, desde que condicionada à observância de três pressupostos, quais sejam, previsão legal, cientificidade e objetividade dos critérios adotados, e possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, acerca da matéria editou a súmula 686 “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.” Ademais, segue o entendimento de que o exame psicotécnico precisa ter um grau mínimo de objetividade para que se permita o controle jurisdicional da legalidade das conclusões obtidas. III. Na situação em tela, verifica-se que o aludido exame psicológico possui previsão no art. 10, inciso XIII, alínea “c”, da Lei Estadual nº 13.729/2006, cumprindo, assim, o requisito de que necessita ter previsão legal. No que tange ao segundo requisito, qual seja, a possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato, cumpre destacar que se encontra previsto no item 11.2.4.2 do edital. Em relação ao terceiro item, concernente na objetividade dos critérios adotados, faz-se mister salientar que consta de forma expressa no edital que será observado como parâmetro de avaliação psicológica o perfil profissiográfico correspondente ao futuro policial militar, conforme estabelecido pela PM/CE. IV. Depreende-se, assim, que a avaliação psicológica do concurso para Soldado PM da Carreira de Praças da Polícia Militar do Ceará obedeceu a todos os requisitos exigidos pelos Tribunais Superiores para sua validade e que os testes não afrontaram o princípio da isonomia, muito pelo contrário, foram adotados critérios objetivos e respeitados os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade e razoabilidade. V. Agravo Regimental conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em, por unanimidade de votos, conhecer do presente Agravo Regimental, mas para lhe negar provimento. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0139162-43.2015.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: José Edismar de Souza. Advogada: Eurijane Augusto Ferreira (OAB: 16326/CE). Agravado: Mapfre Seguros Gerais S/A. Agravado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Advogado: Luis Ricardo de Queiroz Ferreira (OAB: 29743/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. INVALIDEZ PARCIAL RECONHECIDA NA SEARA ADMINISTRATIVA. PAGAMENTO PROPORCIONAL. APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Diferentemente do que afirmou a recorrente, esta Corte possui entendimento dominante no sentido da desnecessidade de realização de perícia quando a invalidez parcial já tenha sido reconhecida na seara administrativa e que a discussão se restrinja a mera complementação entre o valor máximo integral e o pago administrativamente. Possibilidade de aplicação das disposições contidas no art. 557 do CPC. 2. Vale destacar que a própria agravante admitiu na exordial que havia sido detectada sua invalidez, inclusive juntou relatório de perícia medico, indicando a patologia. 3. Ausência de ação ao princípio constitucional do devido processo legal e seus consectários, princípios de contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º, LV), pela não autorização da produção de perícia médica requerida, posto que a perícia médica anexa aos autos é suficiente para elucidação da controvérsia. 4. Embora o autor defenda a complementação do valor indenizatório, não consta na exordial, a indicação da invalidez total sofrida pela vítima, que comporte o grau máximo da indenização e o erro ocorrido na avaliação administrativa da seguradora que sustente seus argumentos, limitando-se a uma nova perícia médica. 5. A propósito, só cabe indenização no patamar máximo se ficar demonstrada a invalidez permanente total, o que não foi o caso. 6. Agravo regimental conhecido e não provido. Decisão mantida. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do relator, parte deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0503510-22.2000.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Maria Conceição Campêlo Lima. Advogado: Stenio Goncalves Silva (OAB: 10727/CE). Apelada: Mônica Albuquerque Frota. Advogada: Patricia Martins Viana Belem (OAB: 13893/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA NO PROCESSO DE ORIGEM. FORMAÇÃO IRREGULAR DA RELAÇÃO PROCESSUAL. EFEITOS DA

COISA JULGADA PERANTE TERCEIROS ART. 472 DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Ausência de citação no processo de conhecimento, tendo por objeto a anulação da venda do imóvel, no qual a embargante reside com seu cônjuge (direito real imobiliário). Litisconsorte necessário, nos termos dos arts. 10, § 1º, inciso I e 47, Parágrafo único, do CPC. Precedentes do STJ. 2. A sentença faz coisa julgada às partes litigantes, não beneficiando, nem prejudicando terceiros (art. 472, CPC). 3. Possível o ajuizamento de embargos de terceiro, mesmo quando houver decisão transitada em julgado, em demanda possessória em que o terceiro não tomou parte. 4. Recurso conhecido e provido, anulada a sentença proferida no processo de conhecimento e desconstituído o título executivo, determinando o retorno dos autos à 1ª instância, para que seja procedida à regular instrução do feito. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer da apelação, e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR RELATOR PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0623714-73.2015.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração. Embargante: MC Assessoria e Consultoria Ltda. Advogado: Vicente Bandeira de Aquino Neto (OAB: 9665/CE). Advogado: Tiberio de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSENTES AS SITUAÇÕES PREVISTAS NO ART. 535, I E II DO CPC. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. 1.Embargos de Declaração opostos visando rediscutir matéria já decidida. Ausência de contradição, omissão ou obscuridade, art. 535, I, II, do CPC. Aplicabilidade da Súmula 18 do TJCE. 2. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer dos Embargos de Declaração, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0024079-91.2006.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Gerardo Rodrigues de Albuquerque Filho (OAB: 4622/CE). Embargado: Santana Têxtil Ltda (Em Recuperação Judicial). Embargado: Raimundo Delfino Filho. Embargado: Verônica Maria Rocha Perdigão. Embargado: Hélio Perdigão Vasconcelos. Advogada: Ana Maria Moreira Maia (OAB: 5608/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL. SUPOSTOS VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO FINAL. MERA SUSPENSÃO. EFEITOS INFRINGENTES AFASTADOS. ACÓRDÃO MANTIDO. 1.Não demonstrando o recorrente que o provimento jurisdicional embargado possui qualquer um dos vícios elencados no art. 535 do CPC, ou mesmo erro manifesto, capaz de inverter o julgamento, não merece provimento o recurso, ainda que tão somente para fins de prequestionamento. 2.O acórdão hostilizado não enseja a conclusão de que determinada parte foi vencedora e a outra vencida, pois não houve julgamento final do processo, considerando que a consequência se resumiu à mera suspensão da execução do título executivo extrajudicial até o trânsito em julgado da revisional referente ao mesmo contrato (CPC, art. 265, IV, “a”). 3.Quando a demanda retomar sua tramitação na origem, o juízo a quo inevitavelmente irá prolatar nova sentença, oportunidade em que será possível identificar a parte vencida e lhe atribuir a obrigação pelo pagamento dos ônus sucumbenciais, nos termos do art. 20 do CPC. Precedentes do STJ. 4.Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, mas para negar-lhes provimento, nos termos do voto do relator, parte deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. PRESIDENTE E RELATOR PROCURADOR(A)

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0026049-29.2006.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Andre Gustavo Carreiro Pereira (OAB: 17356/CE). Agravado: Mais Sabor Indústria e Comércio de Refrigerantes Ltda. Agravado: Mais Sabor Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. Advogado: Paulo Roberto Uchoa do Amaral (OAB: 6778/CE). Advogado: Samuel Nogueira Matoso (OAB: 28553/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO APELATÓRIO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APLICABILIDADE DA REGRA CONTIDA NO ART. 557 DO CPC, BEM COMO DA SÚMULA Nº 253 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 155, § 2º, INCISO IX, ALÍNEA “B”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRELIMINARES REJEITADAS. ENERGIA ELÉTRICA. DEMANDA RESERVADA OU CONTRATADA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE SODALÍCIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. I - A Súmula nº 253 do Superior Tribunal de Justiça autoriza o julgamento monocrático, pelo Relator, em caso de reexame necessário, na forma do art. 557 do CPC. II - É inaplicável o disposto no art. 155, § 2º, inciso IX, alínea “b”, da Constituição Federal, vez que inadmissível a incidência de ICMS sobre o valor exigido a título de distribuição de energia elétrica, porquanto não se trata de serviço de transporte. III - A tarifa relativa à Demanda Reservada (ou contratada) não integra a base de cálculo do ICMS, porque não se refere à operação de saída de energia elétrica, como dispõe a Súmula nº 391 do STJ: “O ICMS incide sobre o valor da tarifa de energia elétrica correspondente à demanda de potência efetivamente utilizada.” IV - O ICMS deve incidir apenas sobre a energia efetivamente consumida pelo usuário e não sobre a denominada demanda de potência contratada, quando esta não for efetivamente consumida, colocada à disposição do consumidor e não utilizada, pois, em não havendo consumo, não há o respectivo fato gerador do ICMS. V - Precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça e deste Sodalício. VI - Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. VII - Agravo Regimental conhecido, para afastar as preliminares e, no mérito, negar-lhe provimento.

ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do Agravo Regimental, rejeitando as preliminares e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª CâmaraEMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0031389-10.2013.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Wilson Paiva Filho. Advogado: Wilson Emmanuel Pinto Paiva Neto (OAB: 23847/CE). Embargado: Município de Fortaleza. Proc. Municipio: Everton Luis Gurgel Soares (OAB: 15336/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. HIPÓTESES DE CABIMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PRESENTE. FALTA DE PROVAS EM RELAÇÃO A INFRAÇÃO IMPUTADA AO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 333 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECRETO MUNICIPAL 9.300/94, ART.39. HIPÓTESES DE REVOGAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO NÃO ESTÃO PRESENTES NO REFERIDO CASO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PROVIDOS. 1. Inicialmente, deve-se destacar que, no que tange às hipóteses de cabimento de Embargos de Declaração, tal recurso tem por escopo aclarar decisão que se encontre maculada de omissão, quanto a algum ponto cuja manifestação se fazia obrigatória, de obscuridade, ou de contradição entre premissas estabelecidas no próprio julgado. 2. De fato, dentre as hipóteses que cabem os aclaratórios, em relação a omissão, entendo configurar as mencionadas omissões aduzidas pelo embargante. A princípio cabe ressaltar que o agravante, ora embargante, esclarecia que a revogação, do termo de permissão, pela Prefeitura de Fortaleza foi um ato que desrespeitou as diretrizes impostas pelo Decreto Municipal, qual seja, o de número 9.300/94, que traz no seu bojo as hipóteses de revogação em que a Prefeitura pode revogar o ato administrativo, no entanto, no presente caso, o motivo pelo qual o termo de permissão do embargante foi revogado não se encontra nas referidas hipóteses. 3. Ressalta-se que o motivo alegado pela Prefeitura de Fortaleza para revogar o termo de permissão do ora embargante, foi pelo fato de o permissionário não permanecer, pelo menos, 6 (seis) horas diárias no seu Box. No entanto, a reincidência da infração trazida pela Agravada/Embargada em nenhum momento foi comprovada, a mera alegação de que se o embargante estivesse no seu Box diariamente teria visto a Portaria nº. 34/2013 de 22 de abril, não é suficiente para corroborar que o embargante cometeu a infração mencionada. 4. Ou seja, de acordo com o artigo 333 do Código de Processo Civil, percebe-se que no momento que o ente público alegou a infração cometida pelo embargante, era para ter comprovado a desídia do mesmo, a fim de poder responsabilizá-lo posteriormente. A juntada de qualquer documento que corrobore para as suas alegações que aduzem o permissionário ter cometido alguma infração, também colaboraria para a formação e explanação do contraditório. Isto é, antes do embargante comprovar a ausência de qualquer infração, o ente público deveria ter provado cabalmente a infração imputada. 5. A permissão, embora, via de regra, inteiramente discricionária, pode ser condicionada, quando o próprio Poder Público estabelece limitações. Trata-se, portanto, de permissão condicionada, já que o próprio Poder Público se auto delimitou na faculdade discricionária de revogá-la. Logo, como ocorre no presente caso, em que a própria Prefeitura de Fortaleza, através do referido Decreto Municipal estipula condições a serem seguidas e hipóteses de revogação do termo de permissão, resta-se claro que a permissão como ato administrativo, no caso dos autos, não se demonstra como um ato eivado de precariedade e discricionariedade. 6. Embargos de Declaração conhecidos e providos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para lhes dar provimento. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0033526-93.2012.8.06.0001/50002 - Embargos de Declaração. Embargante: Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. Advogado: Juliano Rotoli Okawa (OAB: 179231/SP). Advogado: Marcia Harue Ishige de Freitas (OAB: 228384/SP). Advogado: Flávio Sussumu Pizão Yoshida (OAB: 256712/SP). Embargado: Estado do Ceará. Advogado: Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL, OBJETIVANDO DESOBSTRUIR DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO ICMS. SUCEDÂNEO DE AÇÃO DE COBRANÇA IMPOSSIBILIDADE. EX VI DAS SÚMULAS DO STF NS. 269 E 271. 1. O presentes autos - travestidos de embargos declaratórios para fins de reconhecer que o embargante tem direito a receber a restituição e/ou a compensação dos valores indevidamente recolhidos a titulo de ICMS sob a abrigo do Protocolo 21/2011, declarado inconstitucional pelo STF e ainda, para prequestionamento da matéria - propostos, única e exclusivamente, com a finalidade de rediscutir matéria de fato e de direito já amplamente divulgadas na decisão recorrida atentada, sob pretexto de que o acórdão foi obscuro, omisso e contraditório. 2. A inquietação da embargante não alcança os limites do artigo 535 do CPC, porquanto a matéria ventilada não pode ser arguida em sede de embargos declaratórios, haja vista que os mesmos não têm a destinação que a embargante pretende lhe emprestar, ou seja, reconhecer o direito a restituição de valores em sede de mandado de segurança, cujo requerimento inicial pede através de procedimento administrativo próprio. 3. Com efeito, os embargos de declaração são meios permissivos para correção de casuais imperfeições em acórdão, cuja envergadura está sob os rótulos de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, não se podendo, em princípio, atribuir-lhe o poder de modificar a decisão embargada, conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha admitido o efeito modificativo aos embargos de declaração quando objetiva sanar eventual omissão, que se faça necessária à modificação da essência do julgado. Não é o caso dos autos. 4. Assim é que, os presentes embargos aforados circunscreveram-se a discutir elementos fáticos dessumidos já exaustivamente discutidos no âmbito da apelação, cujo acórdão é questionado nestes embargos, onde busca a embargante que lhe seja feita, mais uma vez, o reexame da matéria objetivando alterar substancialmente o julgado. 5. Embargos improvidos. Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer dos Embargos Declaratórios, mas para negar-lhes provimento. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0035487-69.2012.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Jose Gomes de Paula P. Rodrigues (OAB: 7764/CE). Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Companhia Brasileira de Distribuição. Advogado: Ricardo Malachias Ciconelo (OAB: 130857/SP). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE DESISTÊNCIA PELO AUTOR. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONDENAÇÃO DO DESISTENTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. CRITÉRIO EQUITATIVO. APELAÇÃO. PROVIMENTO. I - Na hipótese em que o processo é extinto, sem resolução do mérito, em razão de pedido de desistência, é devida a condenação da parte autora a pagar honorários advocatícios (CPC, art. 26). II - Quando não há condenação, como ocorre do caso de homologação do pedido de desistência apresentado pela parte autora, os honorários advocatícios devem ser arbitrados equitativamente (CPC, art. 20, § 4º) III - Apelação a que se dá provimento. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer da apelação, e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR RELATOR PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0035791-78.2006.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração. Embargante: Marcos Antônio Rodrigues Aragão. Advogado: Marcos Antônio Rodrigues Aragão (OAB: 8947/CE). Embargado: Departamento Estadual de Rodovias - DER. Procª. Jurídica: Lucia Maria Cruz Sousa (OAB: 3174/CE). Advogada: Renata Albuquerque Reboucas (OAB: 10153/CE). Advogado: Jose Newton Montenegro Filho (OAB: 4985/CE). Advogada: Nicole Felismino Apolinario Santos (OAB: 11199/CE). Advogada: Valquiria Maria Coutinho Bezerra (OAB: 12493/CE). Embargado: Adoniz Gomes Sales Neto. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. MULTAS DE TRÂNSITO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. SÚMULA Nº 18 DO TJCE E ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - Súmula nº 18 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: "São indevidos embargos de declaração que têm por única finalidade o reexame da controvérsia jurídica já apreciada." 2 - Acórdão no qual restou suficientemente discutida a matéria objeto dos embargos não merece esclarecimento ou suprimento. 3 - Ausente qualquer das hipóteses autorizadas pelo art. 535 do CPC, os aclaratórios devem ser rejeitados. 4 - Embargos Declaratórios conhecidos e improvidos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer dos Embargos Declaratórios, e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0059409-18.2007.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Jose Gomes de Paula P. Rodrigues (OAB: 7764/CE). Agravado: JCM Serviços Mecânicos e Comércio de Peças Ltda. Advogado: Alex de Souza Abreu (OAB: 27439/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: AGRAVO INTERNO EM RECURSO APELATÓRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO GERAL FAZENDÁRIO - CGF. DÍVIDA DOS SÓCIOS. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIA DO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL E DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS. SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. INEXISTÊNCIA DE MOTIVOS À RECONSIDERAÇÃO. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. I - Inexiste razão para reconsiderar a decisão ora agravada, porquanto sobre a matéria de fundo, nada de novo trouxe o agravante que possa ensejar alteração do julgamento. II - Agravo conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do Agravo Interno, e negar-lhe provimento, mantendo a decisão agravada, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0131265-61.2015.8.06.0001 - Apelação. Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S.A.. Advogado: Pedro Cesar Bastos Junior (OAB: 3810/CE). Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Junior (OAB: 9075/CE). Apte/Apdo: João Paulo de Oliveira Couto Napoli. Advogada: Ednuzia Marcella Marques da Silva (OAB: 24200/CE). Advogada: Tereza Raquel Meneses de Souza (OAB: 30809/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. DÍVIDA QUITADA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. ADEQUADO VALOR FIXADO NA SENTENÇA. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. PREQUESTIONAMENTO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. Para afastar sua responsabilidade, a prestadora de serviços deve demonstrar que o fato ocorreu por culpa exclusiva da vítima, de terceiro ou inexistência de defeito na prestação do serviço, rompendo o nexo de causalidade, nos termos do art. 14, § 3º, do Código Consumerista. 2. Na reparação por

dano moral, incumbe ao julgador, ponderando as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, assim como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, arbitrar indenização que se preste à suficiente recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da parte. 3. Para configuração do questionamento prévio não é necessária a menção expressa do dispositivo constitucional ou legal tido como violado, sendo imprescindível, apenas, que no aresto recorrido a matéria tenha sido apreciada fundamentadamente, fato ocorrente na espécie. 4. Valor indenizatório de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) mostra-se razoável e proporcional à situação sub judice. 5. Recursos de Apelação CONHECIDOS E IMPROVIDOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer dos Recursos de Apelação, e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que faz parte desta decisão. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador Relator Procuradoria Geral de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0626313-82.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Comercial Construtora PPR Ltda. Advogado: Moises de Castro Silva (OAB: 8283/CE). Agravado: Grand Mirante Empreendimentos Turísticos Ltda.. Advogada: Christianna Lucia Gondim Soares Lopes (OAB: 5945/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA JÁ TRANSITADA EM JULGADO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINOU A REFORMA DA SENTENÇA, ALEGANDO A OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL NOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO UTILIZADOS. INEXISTÊNCIA DE INEXATIDÃO MATERIAL OU ERRO DE CÁLCULO ARITMÉTICO. OFENSA AO INSTITUTO DA COISA JULGADA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO PROVIDO. 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão interlocutória que, em sede de cumprimento de sentença, modificou os parâmetros em que foi proferida a sentença de primeira instância judicial. 2. O magistrado a quo, na referida decisão interlocutória, reduziu o valor a ser cobrado da agravada, por entender existir erro material no dispositivo da sentença, determinando o processamento da execução para o pagamento da quantia de R$ 194.997,81 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), inferior ao valor determinado em sentença e confirmado por esta Corte, qual seja, o montante de R$ 432.453,09 (quatrocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e nove centavos). O magistrado utilizou do instituto de erro material para alterar o montante devido, alegando erro de cálculo. 4. Todavia, a sentença já teve seu trânsito em julgado certificado nos autos, operando-se a coisa julgada material, somente podendo ser revisada ou pela via recursal, a requerimento da parte, ou por meio do ajuizamento de ação rescisória. Portanto, é evidente que a decisão agravada, ao alterar o comando contido na sentença já transitada em julgado, afrontou as regras contidas no artigo 467, do Código de Processo Civil, e no art. 5º, XXXVI, da CF. 5. O erro material passível de correção a qualquer tempo é aquele evidente, derivado de simples cálculo aritmético ou inexatidões materiais, não sendo inclusa a hipótese de critérios de cálculo, tendo em vista que as denominadas inexatidões materiais são aquelas que não devem afetar o decisório da sentença, isto é, o instituto da coisa julgada. 6. Agravo de Instrumento provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do presente Agravo de Instrumento, para conceder-lhe provimento. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0628330-91.2015.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração. Embargante: César Heros Júnior. Advogado: Adriano Geoffrey de Gois Araujo (OAB: 14714/CE). Embargado: Banco Volkswagen S/A. Advogada: Aldenira Gomes Diniz (OAB: 20837/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJCE. ACÓRDÃO MANTIDO. 1.Há momentos processuais onde é incabível uma decisão judicial que pontue, expressamente, todos os fatos ocorridos ao longo do processamento do feito e que juntamente formaram o convencimento do magistrado. 2.Na atual sistemática , a decisão não é omissa se deixar de examinar alguns argumentos apresentados pelas partes, bastando a fundamentação ser suficiente para resolver a contenda. Precedentes do STJ e de STF. 3.Os defeitos alegados pelo embargante se revelam tão somente como uma tentativa de rediscutir matéria já decidida, utilizando-se dos presentes embargos, que não são o meio hábil para esse propósito, exceto se o resultado da atividade judicante estiver maculado de contradição, omissão ou obscuridade, ou for consequência de erro material, quando inevitável, para correção desses defeitos, uma reanálise do conflito. Entendimento da Súmula nº 18, desta e. Corte de Justiça. 4.Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer e negar provimento aos embargos declaratórios, tudo nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0639303-30.2000.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de cidadania de fortaleza - AMC. Proc. Jurídico: Francisco Deusito de Souza (OAB: 10361/CE). Advogada: Nadege da Silva Cerqueira (OAB: 16321/CE). Apelado: Eridelson Florêncio de Gois. Advogado: Fernando Jose do Lago Costa (OAB: 3301/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. MULTAS DE TRÂNSITO. APELAÇÃO CÍVEL. AMC. CONDENAÇÃO. DETRAN. NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. QUITAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS MULTAS. PERDA DO INTERESSE DE AGIR QUANTO AO LICENCIAMENTO. AUSÊNCIA DE DUPLA NOTIFICAÇÃO. NULIDADE DAS SANÇÕES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. CAUSA DE PEQUENO VALOR. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO. FIXAÇÃO EQUITATIVA. APELO

CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. VERBA HONORÁRIA REDUZIDA. 1.Como o DETRAN/CE não mais participava da demanda em apreço, sua condenação a suportar parte dos ônus sucumbenciais é nula, haja vista o ato sentenciante não poder prejudicar pessoa alheia ao processo, nos termos do art. 472, do CPC. 2.O pagamento voluntário das multas de trânsito apenas afasta o interesse de agir relativamente à discussão sobre a legalidade de condicionar o licenciamento e a transferência do veículo à anterior quitação das referidas penalidades. Lado outro, tal atitude do promovente não o impede de pleitear o reconhecimento da nulidade das respectivas multas de trânsito, afinal, em obtendo vitória, ver-se-á livre das pontuações correspondes apostas em sua Carteira Nacional de Habilitação, além de poder buscar o ressarcimento da quantia indevidamente cobrada e paga. 3.Assim sendo, resta extinguir a lide, sem lhe solucionar o mérito, mas tão somente no tocante à exigência do pagamento das penalidades em pecúnia como requisito para a expedição da licença veicular. 4.É entendimento pacífico a necessidade da dupla cientificação do suposto infrator das leis de trânsito para aplicar-lhe as penalidades decorrentes de sua postura transgressora, nos moldes do art. 281, parágrafo único, II e art. 282, § 4º, ambos do CTB. O descumprimento dessa clara previsão legal malfere os direitos de ampla defesa do administrado, detentor da faculdade de se insurgir contra uma acusação a ele feita antes de sofrer as consequências jurídicas dos atos que lhe foram imputados. Súmula 312, do STJ. 5.No caso em tela, a AMC encaminhou ao recorrido, relativamente a cada multa ora em litígio, um único documento para cientificá-lo, concomitantemente, da autuação e da imposição de penalidade, ignorando as exigências do CTB e, sobretudo, os primados da Constituição Federal. 6.No que tange aos honorários advocatícios, cumpre observar que a Fazenda Pública foi vencida e a natureza da demanda é declaratória, - pois visa o reconhecimento da nulidade de atos administrativos e suas consequências legais - não havendo valor da condenação. Nessas circunstâncias, de acordo com o entendimento do STJ, expresso em recurso representativo de controvérsia, “os honorários devem ser fixados com referência no valor da causa ou em montante fixo” (REsp 1155125/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 06/04/2010). 7.Nulidade da condenação do DETRAN para suportar parte dos ônus sucumbenciais reconhecida de ofício. Apelo conhecido e parcialmente provido, a fim de extinguir o feito sem resolução do mérito, apenas quanto à questão do licenciamento, e reduzir os honorários advocatícios. ACÓRDÃO Acorda a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, não conhecer do reexame necessário e conhecer do apelo para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0712131-24.2000.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário. Apelante: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará- ISSEC. Proc. Estado: Ciro Leite Saraiva de Oliveira (OAB: 7923/CE). Remetente: Juiz de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelado: Terezinha Alves de Alencar. Advogada: Alda Alencar Pereira (OAB: 12998/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PREVIDENCIÁRIO. ILEGIMITIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO ISSEC. RECONHECIMENTO. MORTE DO INSTITUIDOR DA PENSÃO ANTES DO DIA 01/10/1999. PRESTAÇÕES POSTERIORES. COMPETÊNCIA DO ESTADO. LEI COMPLEMENTAR Nº 24/00. AUSÊNCIA DE RECURSO VOLUNTÁRIO DA AUTORA. SÚMULA 45 DO STJ. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1.Com o advento da Lei Complementar nº 24/2000 restou evidenciada a legitimidade residual do IPEC para figurar nos processos judiciais relativos à discussão de pensão decorrente de fato gerador antecedente a 01/10/1999, especificamente com relação às prestações compreendidas até 30/09/1999. As parcelas subsequentes ficaram a cargo do SUPSEC. 2.A condenação imposta envolve as parcelas referentes ao interregno de janeiro/2000 a abril/2000, considerando se tratar de prestação de trato sucesso em que o juízo a quo reconheceu a prescrição das parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da demanda. 3.O pagamento das diferenças da pensão por morte no mencionado período é de responsabilidade do Estado do Ceará, e não do ISSEC (sucessor do IPEC). Reconhecida a ilegitimidade passiva suscitada no apelo. 4.Por outro lado, merece destaque o fato de a ação ter sido manejada somente contra o IPEC. Apesar de a autora ter requerido na réplica o chamamento do Estado do Ceará para integrar o polo passivo, não houve deferimento desse pleito e a postulante permaneceu inerte, sem nada apresentar ou requerer. 5.Ademais, a integração do mencionado ente público nessa fase processual não seria possível, tanto pela ausência de recurso voluntário da parte interessada como pela impossibilidade de agravamento da situação da Fazenda Pública em sede de reexame necessário (Súmula nº 45 do STJ). 6.Recurso de apelação conhecido e provido. ACÓRDÃO ACORDA a 3ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por uma de suas turmas julgadoras, à unanimidade, em conhecer do apelo e do reexame, para dar-lhes provimento, nos termos do voto do relator, parte deste. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

DESPACHOS - 3ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 3ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0000746-20.2004.8.06.0086/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Francisco Marques da Costa. Advogado: Francisco Xavier de Abreu (OAB: 6574/CE). Embargado: José Roberto de Lima. Embargado: Manuel Frutuosos de Freitas. Embargado: Antonio Bezerra da Silva. Embargado: Raimundo Nonato Pinto. Embargado: Francisco José de Sena. Embargado: Francisco José da Silva. Embargado: Antonio Lima Silva. Embargado: Maria Bezerra da Silva. Embargada: Maria Lucimeire da Silva. Embargado: Roberto Ferreira de Oliveira. Embargado: Francisco Cleiton da Silva. Embargada: Maria Ferreira Moreira. Embargado: Francisco Lino da Silva. Embargado: Andre Pereira da Silva. Embargado: Francisco Andre do Nascimento Freitas. Embargada: Maria Eliana Nepomuceno Marques. Embargada: Francisca Luzirene Silva. Embargado: Rene Pereira da Silva. Embargada: Venis Maria Gomes de Lima. Embargado: Andre Paulino da Silva. Embargada: Claudiana de Sousa Oliveira. Embargada: Aila Maria Miranda da Silva. Embargado: Manuel Carlos Correia de Alcantara. Embargado: José Auricelio da Silva. Embargado: Abraão Pinto Lima. Embargada: Antonieta Gonzaga de Freitas. Embargado: Antonio Mardonio Nascimento da Silva. Embargado: Iranildo de Miranda Silva. Embargada: Irislene Henrique da Silva. Embargado: Jedielson Soares da Silva.

Embargada: Luzia Ferreira Barros. Embargada: Joelia Gonçalves de Castro. Embargada: Maria de Fatima do Nascimento Lopes. Embargada: Maria Luzanira de Oliveira Pinto. Embargado: Francisco Valmir Gonçalves. Embargada: Maria Luziene Freire Davi. Embargado: Silas Almeida dos Anjos. Embargado: João Valter do Nascimento. Embargado: Francisca Aurilene de Sousa Brito. Embargada: Lidia Maria Rodrigues de Freitas. Embargada: Nadia Lima Calixto. Embargada: Gervania de Vasconcelos Bento. Embargado: Antonio Mauricio do Nascimento da Silva. Embargada: Maria Ediane Maia Silva. Embargada: Maria Luciana Dantas de Lima. Embargada: Veridiane Fernandes de Miranda Gonçalves. Embargada: Francisca Erlanda Martins Lima Silva. Embargada: Cleciane Moreira da Silva. Embargada: Taciana Keive Lopes. Embargada: Maria Elenice da Silva Freitas. Embargada: Francisca Edmeire Cordeiro dos Anjos. Embargada: Ozivania Amably Gomes de Lima. Embargada: Francisca Eveline Cordeiro dos Anjos. Embargado: Francisco Nilton de Freitas. Embargado: Mauro Regis Lima Calixto. Embargada: Veronica Calixto de Sena. Embargada: Liliane Gurgel Miranda. Embargado: José Franklin de Andrade. Embargado: Eliandro Carneiro da Silva. Embargado: Eliadir Pereira Camuça. Embargada: Maria Socorro Araújo Andrade. Embargado: Antonio Gonçalves Duda. Embargada: Francisca Nailce da Silva. Embargado: José Cleiton Alves Brasil. Embargado: Francisco Eurilangio Oliveira da Silva. Embargado: Raimundo Guimarães Neto. Embargado: Joseilton Nogueira e Silva. Embargado: Edilberto Sampaio Nobre. Embargada: Eunice Rabelo de Oliveira e Silva. Embargado: Marcos Roberto Rufino da Silva. Embargado: Erivano Ferreira Moreira. Embargada: Rosa Silva de Miranda. Embargado: Francisco Cledison Guedes. Embargado: João Batista de Freitas Castelo Branco. Embargada: Leilane Moreira. Embargada: Francisca Meirilene da Silva Freitas. Embargado: José Claudio Bezerra. Embargada: Maria Aurilangia Oliveira da Silva. Embargada: Ivonete Nepomuceno de Carvalho. Embargada: Rita de Cassia Paulino da Silva Miranda. Embargada: Lucia Rosa da Silva. Embargada: Edivania Maria da Conceição Soares. Embargada: Maria Valdizia de Araújo Gonçalves. Embargada: Maria de Fatima Nojosa da Silva. Embargada: Abgail Albino da Silva. Advogado: Francisco Jose de Sena (OAB: 8808/CE). Advogado: Alexandre Fernandes Alves (OAB: 9702/CE). Despacho: - Cogitando-se de Embargos de Declaração com efeitos modificativos, intimem-se os embargados para, querendo, apresentarem manifestação acerca das razões dos presentes Aclaratórios, no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0002404-54.2013.8.06.0057/50000 - Agravo. Agravante: Maria do Carmo Lopes Castro. Advogada: Maria Evanusa Freire (OAB: 18462/CE). Agravado: Banco Bonsucesso S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Advogada: Carolina Bezerra Moraes (OAB: 26467/CE). Despacho: - Intime-se o Agravado para apresentar - querendo - a contraminuta ao presente Agravo no prazo de 05(cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0010747-39.2013.8.06.0154/50000 - Agravo. Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Joao Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE). Advogado: Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE). Agravada: Naiza Aguiar Souza. Advogado: Allan Dyego Pimentel Amancio (OAB: 27506/CE). Advogado: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE). Despacho: - Intime-se o Agravado para apresentar - querendo - a contraminuta ao presente Agravo no prazo de 05(cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0033024-91.2011.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Jose Amaury Batista Gomes Filho (OAB: 12095/CE). Embargado: Francisco Ciro Freire de Oliveira. Advogado: Daniel Sucupira Barreto (OAB: 17070/CE). Despacho: - Cogitando-se de Embargos de Declaração com efeitos modificativos, intime-se a parte embargada, para, querendo, apresentar manifestação acerca das razões dos presentes Aclaratórios, no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0121514-50.2015.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Francisca Ravena dos Santos Bezerra. Advogado: Antonio Ednaldo Altino de Melo (OAB: 20795/CE). Repr. Legal: Ana Lucia Matias dos Santos. Apelado: Marítima Seguros S/A. Advogado: Wilson Roberto Bueno da Costa (OAB: 79969/SP). Advogado: Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB: 110459/RJ). Advogado: Ricardo Lasmar Sodré (OAB: 88826/RJ). Advogado: Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE). Despacho: - Conforme Certidão de fls. 100, decorreu o prazo para interposição de recurso em face da decisão monocrática de fls. 54/66, sem que as partes se manifestassem a respeito. Diante disso, certifique-se o trânsito em julgado e, empós, remetam-se os autos ao juízo de origem. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0149191-02.2008.8.06.0001 (149191-02.2008.8.06.0001/1) - Apelação. Apelante: Jorge Xafy Ary. Apelante: Xafy Ary Neto. Apelante: Tfc - Trade Fomento Comercial e Servicos Ltda. Apelante: Georgia Porto Ary. Advogado: Jose Feliciano de Carvalho Junior (OAB: 4100/CE). Advogada: Cristiana Castelo Branco de Oliveira (OAB: 6286/CE). Advogada: Eliana Garcia de Carvalho (OAB: 6496/CE). Advogado: Mario Jorge Menescal de Oliveira (OAB: 6764/CE). Advogado: Minervino de Castro Neto (OAB: 8162/CE). Advogada: Viviane Elpidio de Sa (OAB: 10647/CE). Advogada: Ana Paula Prado de Queiroz (OAB: 12738/CE). Advogado: Homero Vasconcelos Neto (OAB: 3127/PI). Advogado: Aluisio Melo Lima Filho (OAB: 16048/CE). Advogado: Romulo Marcel Souto dos Santos (OAB: 16498/CE). Advogado: Daniel Gomes de Miranda (OAB: 17661/CE). Advogado: Daniel Soares Cavalcanti (OAB: 17659/CE). Apelado: Ricardo Ary. Advogado: Rodrigo Aderaldo Miranda (OAB: 27518/CE). Advogado: Edwin Basto Damasceno (OAB: 14361/CE). Apelada: Isabel de Aragao Ary. Apelado: Empreendimentos Cearense de Engenharia Imobiliaria Ltda. Advogado: Giselle Gonçalves de Souza (OAB: 31907/DF). Apelado: Marcos Tulio Pinheiro Regadas. Apelado: Brecil - Bandeirante Construçoes Incorporaçoes e Engenharia Ltda. Advogada: Ilnah Claudia de Freitas Clementino (OAB: 9021/CE). Advogada: Rosemary da Costa Freitas (OAB: 10954/CE). Advogado: Jose Olavo de Rodrigues Frota Neto (OAB: 18117/CE). Despacho: - Declaro-me suspeito, por motivo de foro íntimo, com base na norma do parágrafo único do art. 135 do Código de Processo Civil e do art. 158 do Regimento Interno desta Corte de Justiça. Ao Departamento Judiciário Cível para que se proceda à redistribuição do presente feito. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0394027-57.2000.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Carlos Otavio de Arruda Bezerra (OAB: 5207/CE). Agravada: Maria Zenaide Mota Braga. Advogada: Teresa Cristina Pinto Moreira (OAB: 6330/CE). Despacho: - Intime-se o Agravado para apresentar - querendo - a contraminuta ao presente Agravo no prazo de 05(cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0466139-38.2011.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Francisca Simone Gomes da Silva. Advogado: Jeferson Cavalcante

de Lucena (OAB: 18340/CE). Advogado: Leonardo Araujo de Souza (OAB: 15280/CE). Agravado: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S/A. Advogado: Rostand Inacio dos Santos (OAB: 22718/PE). Advogado: Joaquim Cabral de Melo Neto (OAB: 24196/CE). Despacho: - Intime-se o Agravado para apresentar - querendo - a contraminuta ao presente Agravo no prazo de 05(cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0620215-47.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Leve & Solto Indústria e Comércio de Confecções Ltda - ME. Advogado: Paulo Roberto Uchoa do Amaral (OAB: 6778/CE). Agravado: Companhia Tecidos Santanense. Despacho: - No que tange a petição de fls. 38/40, aduzo que mantenho integralmente a decisão de fls. 32/37, pelos seus próprios fundamentos. Aguarde-se o decurso do prazo da publicação da decisão acima mencionada, fls. 41. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator

0620466-65.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Antonio Marcelo Alves Bezerra Silva. Agravante: Cicero Rogerio Alencar Correia. Agravante: Gemailson Nogueira de Araujo. Agravante: Fernando Jose Rodrigues de França. Advogado: Francisco Oliveira da Nobrega (OAB: 12875/CE). Agravado: Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público Para Provimento de Cargos de Inspetor e Escrivão de Polícia Civi. Agravado: Fundação Para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - Vunesp. Agravado: Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Não obstante os fartos e bem lançados argumentos da parte agravante, vislumbro a necessidade de cotejá-los aos dos agravados, assim como às razões que determinaram o convencimento do julgador de primeiro grau. Diante do exposto, determino a ouvida dos recorridos e do magistrado a quo, nos termos do art. 527, IV e V do CPC. Deliberarei em seguida. Intimem-se. Expediente necessário. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. Antônio Abelardo Benevides Moraes Desembargador Relator

0627154-77.2015.8.06.0000/50002 - Embargos de Declaração. Embargante: Lúcio Giua. Embargante: Rina Cláudia Moura Giua. Advogado: Marcus Vinicius Cavalvanti Soares (OAB: 1959/CE). Advogado: Giuliano Cavalcanti Soares (OAB: 20437/CE). Advogado: Marcus Vinicius Cavalcanti Soares Junior (OAB: 17073/CE). Embargado: Lorenzo Agnoletti. Embargado: Roberto Nunes Frota. Despacho: - Defiro o pedido constante das fls. 28/29, tornando sem efeito o despacho à fl. 27, em face da desistência do incidente processual nº 0627154-77.2015.8.06.0000/50001. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator

0627838-02.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Francisco Mauricio da Costa. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Despacho: - Dessa forma, encaminho os autos ao Serviço de Recursos da Terceira Câmara Cível, para que verifique com as áreas competentes deste egrégio Tribunal se houve problemas técnicos no SAJ na data em que o presente agravo foi protocolado, de modo a determinar se a responsabilidade pela não visualização do teor dos documentos de fls. 09/26 pode ser atribuída ao agravante ou a este órgão do Poder Judiciário. Por fim, voltem-me os fólios, conclusos, para que eu possa deliberar acerca da possibilidade de seguimento do presente recurso. Expediente necessário. Fortaleza, 13 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO Relator

0861229-92.2014.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Carlos Otavio de Arruda Bezerra (OAB: 5207/CE). Embargada: Elisete de Araújo Silva. Advogado: Italo Sergio Alves Bezerra (OAB: 23487/CE). Despacho: - INTIME-SE a embargada, por seu advogado, para apresentar contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias, por envolver questão de ordem pública. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator

Total de feitos: 13

PAUTA DE JULGAMENTO

3ª Câmara Cível
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 250

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

19 - **0010360-86.2013.8.06.0101** - **Apelação / Reexame Necessário** - Itapipoca/3ª Vara. Apelante: Municipio de Itapipoca. Proc. Municipio: Wesley Marinho Cordeiro (OAB: 27577/CE). Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Itapipoca. Apelado: Maria Gerlane Magalhães. Advogado: Heldenita Maria Carvalho de Farias (OAB: 6747/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. Revisor(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

20 - **0050347-22.2005.8.06.0001** (50347-22.2005.8.06.0001/1) - **Apelação** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Apelante: Regina Coeli Aristides Policarpo. Advogado: Dayvis de Oliveira Lopes (OAB: 14119/CE). Apelado: Codisman Veiculos do Nordeste Ltda.. Advogado: Valdetario Andrade Monteiro (OAB: 11140/CE). Advogado: Jose Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE). Advogada: Armando Campos de Oliveira Neto (OAB: 15356/CE). Advogado: Rafael Crispino Vianna (OAB: 18283/CE). Advogada: Aline Azevedo de Alencar Rocha (OAB: 18426/CE). Advogada: Emannuella Bezerra Moreira (OAB: 19258/CE). Advogado: Daniel Aragao Abreu (OAB: 20005/CE). Advogada: Cintia Furtado Ribeiro da Silva (OAB: 20100/CE). Advogado: Charles Goiana de Andrade (OAB: 20160/CE). Apelado: General Motors do Brasil Ltda. Advogado: Fernando Sciascia Cruz (OAB: 8320/CE). Advogada: Camila dos Reis Barroso (OAB: 10081/CE). Advogado: Alderito Raimundo de Oliveira (OAB: 13429/CE). Advogada: Ana Claudia Madeiro Facanha (OAB: 13650/CE). Advogado: Ana Cassia Elias Mercante (OAB: 84139/SP). Advogado: Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB: 19353/PE). Advogado: ADSON VITOR DE CUPERTINO GALINDO (OAB: 29304/PE). Advogado: Alan Victor Campos Oliveira Mariano (OAB: 32745/PE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Revisor(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO

21 - **0108947-94.2009.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/8ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Maria Magaly Marques Dantas. Advogada: Maria Glaucia Morais de Oliveira (OAB: 16721/CE). Apelado: Município de Fortaleza. Proc. Municipio: Marcelo Sampaio Siqueira (OAB: 9107/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Revisor(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO

22 - **0145332-02.2013.8.06.0001** - **Reexame Necessário** - Fortaleza/4ª Vara da Fazenda Pública. Autor: Raimundo Rocileudo Matias Bento. Advogado: Joaquim Cito Feitosa Carvalho Neto (OAB: 20464/CE). Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Advogado: Arsenio Jorge Flexa Vieira (OAB: 5118/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES. Revisor(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

23 - **0401098-61.2010.8.06.0001** - **Apelação / Reexame Necessário** - Fortaleza/12ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Paulo Martins dos Santos (OAB: 19927/CE). Remetente: Juiz de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelada: Eurani Machado Aguiar. Advogado: Adryu Regis Rolim Fernandes (OAB: 24916/CE). Advogado: Jorge Gustavo Gomes Maciel (OAB: 23130/CE). Advogado: Luiz Henrique Gadelha de Oliveira (OAB: 22125/CE). Advogado: Thales de Oliveira Machado (OAB: 29558/CE). Relator(a): INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO. Revisor(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO

24 - **0507573-07.2011.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Apelante: Tam Linhas Aéreas S/A. Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 297608/SP). Apelante: Lan Airlines. Advogado: Rodrigo Saraiva Marinho (OAB: 15807/CE). Apelada: Maria Jose Fontenelle Barreira Araujo. Advogado: Edson Menezes da Nobrega Filho (OAB: 15937/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. Revisor(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

25 - **0771546-35.2000.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Coelce - Companhia Energética do Ceará. Advogado: Antonio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Advogado: Bergson de Souza Bonfim (OAB: 14364/CE). Apelado: Emanuel Lima Oriá. Advogado: Antonio Claudio Costa Lima Filho (OAB: 22867/CE). Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. Revisor(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

Total de processos a julgar: 25

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

Abelardo Rodrigues Cavalcante

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

3ª Câmara Cível
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 250

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

26 - **0012443-32.2012.8.06.0062** - **Apelação** - Cascavel/1ª Vara. Apelante: Fernando Antonio Costa Pompeu. Advogada: Cristiane Sampaio do Vale (OAB: 6445/CE). Apelado: Gerardo Pompeu Ribeiro. Relator(a): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO. Revisor(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

Total de processos a julgar: 26

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

Abelardo Rodrigues Cavalcante

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

4ª Câmara Cível

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 4ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0029523-37.2008.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Marisa Carvalho Silva. Advogada: Luciana Tacola Becker (OAB: 15911/CE). Apelada: Calina Accioly Ary. Advogada: Fernanda Rochelle Silveira Silva da Costa (OAB: 19220/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESACOLHIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE À FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DO JULGADOR. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA CAUSA DEBENDI. SÚMULA 299 STJ. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO

DIREITO DO AUTOR. REFORMA PARCIAL PARA FIXAR A CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA EMISSÃO DO TÍTULO E JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Reclama da decisão que nos autos da ação Monitória, rejeitou os embargos e por conseguinte acolheu o pedido inicial, constituindo de pleno direito o título executivo judicial. 2. Preliminar de cerceamento de defesa - Descabe, no caso, porque já existem provas suficientes nos autos, que possibilita a solução da questão, o que torna desnecessário, portanto, a pretendida produção de prova em audiência. 3. O artigo 131 do Código de Processo Civil, consagra o princípio da persuasão racional, permitindo ao magistrado decidir a questão, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos. 4. Assim, a falta de realização da audiência de conciliação não acarreta nulidade processual, pois as partes podem transigir a qualquer momento, até mesmo após o trânsito em julgado. Portanto, rejeito a preliminar suscitada de cerceamento de defesa. 5. Sobre a ilegitimidade - A ação monitória é facultada, em nosso ordenamento jurídico, ao credor que possuir prova escrita do débito, sem força de título executivo. 6. Segundo as lições primorosas do Prof. Cândido Rangel Dinamarco a legitimidade ad causam "é qualidade para estar em juízo, como demandante ou demandado, em relação a determinado conflito trazido ao exame do juízo, ela depende sempre de uma necessária relação entre o sujeito e a causa e traduz-se na relevância que o resultado desta virá a ter sobre sua esfera de direitos, seja para favorecê-la ou para restringi-la". (Dinamarco Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. 6ª edição. 2009. p.313). 7. No caso dos autos, extrai-se do cheque acostado às fls. 13/14 que a comprovação da transmissão do crédito contido no referido título deu-se com o endosso - efetuado em branco - no verso da cártula, sendo desnecessária qualquer outra prova para comprovar que o apelado é titular do crédito pretendido. 8. O endosso em branco caracteriza-se pela simples assinatura no verso do cheque, sem indicação do beneficiário, tendo o portador legitimidade para exigir o pagamento do título. (art. 19, §1º, da Lei nº 7.357/85) . 9. Desse modo, por força do endosso em branco do cheque ter ocorrido de forma válida, a tradição manual da cártula transfere a propriedade do mesmo ao portador, garantindo-lhe legitimidade de exigir os valores nele apontado. Portanto, preliminar rejeitada. 10. Importante lembrar que conforme jurisprudência do STJ, em ação monitória fundada em cheque prescrito, é desnecessária a demonstração da causa de sua emissão (Súmula 299), cabendo ao embargante o ônus da prova quanto aos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, sendo forçoso concluir que, no presente caso, a apelante não se desincumbiu do ônus previsto no artigo 333, II, do Código de Processo Civil. "É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito" (Súmula 299 STJ). 11. Na espécie, tratando de cheque prescrito e de ação monitória, consoante reiterada jurisprudência pátria, ao valor do débito deverá ser acrescida correção monetária a partir da data de emissão do cheque e juros de mora a partir da citação (artigo 405 CCB e 219 do CPC). 12. Recurso conhecido e parcialmente provido. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 0029523-37.2008.8.06.0001, em que é apelante MARISA CARVALHO SILVA e apelada CALINA ACCIOLY ARY. Acordam os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso apelatório, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, parte integrante desta decisão. Fortaleza-CE, 27 de janeiro de 2016. _____ _____ PRESIDENTE _____ RELATOR

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0062189-62.2006.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Fernando Antonio Teixeira Tavora (OAB: 4955/CE). Agravado: Indústria de Reciclagem de Plástico Ltda. Advogado: Allyson Costa de Oliveira (OAB: 17339/CE). Relator(a): FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO A REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. AJUIZAMENTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 1.533/51. EDIÇÃO DA LEI Nº 12.016/2009 NO CURSO DA AÇÃO, DISPONDO ACERCA DO REMEDIUM IURIS. INOBSERVÂNCIA AO QUE DISPÕE O ART. 7º, INC. II DA NOVEL LEGISLAÇÃO. NULIDADE INSANÁVEL. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. ANULAÇÃO DO FEITO EX OFFICIO. 1. Tratam os autos de agravo regimental contra decisão monocrática proferida em remessa necessária decorrente de ação mandamental, onde se defende a anulação dos atos posteriores à sentença por ausência de intimação pessoal do Estado do Ceará do sentencial concessivo da segurança, por afronta ao art.7º, inc. II da Lei nº 12.016/2009 e por inobservância do art. 25 do mesmo diploma, a dispor acerca da impossibilidade de condenação em honorários em mandado de segurança. 2. O writ foi impetrado na origem em junho de 2006. Todavia, com a edição da Lei nº 12.016/09, publicada em 07/08/2009, e nos termos do seu art.28, o ordenamento jurídico pátrio passou a dispor de uma nova legislação de regência a respeito do mandado de segurança, o qual, no seu art.7, inc. II, determina que o juiz, ao despachar a inicial, ordenará: "que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito". 3. Ocorre que após despachar a liminar em 2006, o mandamus ficou parado até posterior redistribuição e conclusão, isso em 29/07/2011, ocasião em que o magistrado de planície determinou vista dos autos ao órgão do parquet, com inobservância do disposto no art. 7, inc. II na novel legislação. 4. Tal omissão, ocasionou não somente a anulação dos atos posteriores à sentença, consoante advogou a d. Procuradoria Geral do Estado, mas sim, a anulação do feito desde o despacho de fl.55 em diante, o que deve proclamado, ex officio, com retorno dos autos a origem, para sanação ora identificada. 5. Agravo conhecido e, de ofício, dado como prejudicado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0062189-62.2006.8.06.0001/50000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 4ª Câmara Cível do e. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, ex officio, dar o recurso como prejudicado, nos termos do voto do Desembargador Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator e Presidente do Órgão Julgador

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0076174-98.2006.8.06.0001/50002 - Embargos de Declaração. Embargante: Unimed de Fortaleza - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogada: Gilmara Maria de Oliveira Barbosa (OAB: 13461/CE). Advogado: Erlon Charles Costa Barbosa (OAB: 15423/CE). Embargado: Sérgio Ferreira Rodrigues. Advogada: Maria de Jesus Bezerra de Meneses Mello (OAB: 17705/CE). Advogado: Antonio Carlos de Martins Mello Filho (OAB: 18915/CE). Relator(a): HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJCE. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E

DESPROVIDOS. 1. A decisão atacada, proferida em sede de julgamento de agravo regimental, reformou o decisum monocrático proferido pelo relator anterior apenas para majorar o quantum fixado a título de indenização por danos morais para R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em virtude da cobrança indevida, pela cooperativa de plano de saúde, de cheque caução quando o paciente já se encontrava na sala de cirurgia; e determinar, de ofício, a fixação dos juros de mora em 1% a.m. e a aferição da correção monetária pelo INPC, ambos com incidência a partir da data do arbitramento. 2. A embargante, com fins de prequestionamento, aponta omissão no julgado, pois não teria se manifestado acerca dos dispositivos de regência aplicáveis à indenização por danos morais, quais sejam, os arts. 186, 187, 188 e 944 do Código Civil. No entanto, a condenação das empresas foi devidamente fundamentada, não havendo qualquer contrariedade aos preceitos citados, que apenas respaldam a conclusão adotada pelo órgão colegiado. 3. A presente espécie recursal possui hipótese de cabimento especificamente vinculada à finalidade integrativa de aperfeiçoamento das decisões judiciais, com expressa previsão no art. 535 do CPC. Entretanto, os embargos declaratórios em apreço retratam tão somente a inconformidade da recorrente em relação ao decisum alvejado, sem, contudo, apresentar razões que justifiquem a interposição recursal. 4. Incidência da Súmula 18 do TJCE: ''São indevidos os embargos de declaração que têm por única finalidade o reexame da controvérsia jurídica já apreciada.'' 5. Embargos de Declaração conhecidos, porém, improvidos. ACORDÃO Acordam os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nos autos do processo nº 0076174-98.2006.8.06.0001/50002, por unanimidade, por uma de suas Turmas, em conhecer dos embargos de declaração para negar-lhes provimento, nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0161120-27.2011.8.06.0001 - Apelação. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogada: Valeria Menezes Gurgel Costa Lima (OAB: 10450/CE). Apelado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Frederico Augusto Parente Brito (OAB: 25967/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. MODIFICAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ALIMENTANTE. COMPROVAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. A pretensão recursal visa reformar a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, que julgou parcialmente procedente a ação Revisional de Alimentos proposta por P. R. de S. da R. 2. De acordo com o que dispõe o artigo 1699 do Código Civil Brasileiro, o pedido de redução e ou exoneração dos alimentos, somente tem cabimento quando ocorre substancial alteração das condições financeiras de quem presta os alimentos ou das necessidades do alimentado, posto que, é princípio fundamental da obrigação alimentar a ponderação quando da fixação de alimentos, do clássico binômio necessidade/possibilidade. 3. Para o professor Arnoldo Wald "os alimentos são determinados pelo juiz, atendendo à situação econômica do alimentante e às necessidades essenciais de moradia, alimentação, vestuário, tratamento médico e educação do alimentado". - WALD, Arnoldo. O Novo Direito de Família. 15 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004, p. 43. 4. Conforme documentação acostada aos autos, a obrigação alimentar do apelante foi arbitrada no valor de 1 (um) salário mínimo, em agosto de 2000, nos autos da ação de Alimentos. 5. Na ação revisional de alimentos, compete àquele que pleiteia a revisão de alimentos o ônus de comprovar sua impossibilidade em suportar o montante da pensão originalmente fixada. Sem esta demonstração, com elementos fáticos probatórios, do alegado decréscimo financeiro de suas condições, não há como atender a pretensão de redução do percentual. 6. O artigo 1694, §1º, do Código Civil, estabelece que para fixação da verba alimentar é preciso obedecer ao binômio necessidade do alimentado e possibilidade do alimentante, in verbis: Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. § 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada (Grifo nosso). 7. Desta forma, tais requisitos (necessidade e possibilidade) são parâmetros nos quais deve incentivar o juiz para fixar, à luz da razoabilidade, o valor da pensão alimentícia, atentando-se que a obrigação de sustentar a prole compete a ambos os genitores. 8. A formação de nova família, não constitui necessariamente motivo suficiente para reduzir valores ou percentuais de alimentos, no entanto, no presente caso, percebo que o apelante além de constituir nova família teve uma diminuição de sua renda em razão da perda de seu emprego formal, conforme comprova a cópia da CTPS, juntada às fls. 133/136 dos autos. 9. Daí que, restando demonstrado que o alimentante não possui condições financeiras para continuar arcando com a pensão fixada na ação de alimentos e que a filha já adquiriu a maioridade civil, devem os alimentos ser reduzidos para um percentual que se ajuste a nova realidade das partes. 10. No mais, não consta dos autos prova suficiente que ateste os problemas de saúde apostados e de que a apelante esteja matriculada em alguma instituição de ensino. 11. Logo, ponderando por um lado a necessidade presumida da apelante, e, por outro, a redução da capacidade financeira do apelado mostra-se justa a redução da verba alimentar para o percentual correspondente a 50% (setenta por cento) do salário mínimo, conforme estabelecido na decisão atacada. 12. Recurso conhecido e improvido sentença confirmada. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 0161120-27.2011.8.06.0001, em que são apelante A. Y. de P. R. representada por sua mãe A. S. DE P. R. e apelado P. R. DE S. DA R.. Acordam os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por maioria de votos, vencido o Desembargador Francisco Pedrosa Teixeira, em conhecer do recurso apelatório, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, parte integrante desta decisão. Fortaleza-CE, 27 de janeiro de 2016. _____ PRESIDENTE _____ RELATOR

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0185186-03.2013.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Mútiplo. Advogada: Giselle Rocha Ferraz (OAB: 12970/CE). Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 23747/CE). Agravado: Nestor Barbosa Neto. Relator(a): FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO A RECURSO DE APELAÇÃO. DESPACHO DETERMINANDO EMENDA À INICIAL NOS TERMOS DO ART. 282, INC. II DO CPC. NÃO ATENDIMENTO. INDEFERIMENTO DA INICIAL NA FORMA DO ART. 284 DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO EX VI DO ART. 267, INC. I DO

CÓDIGO DE RITOS. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Regimental objurgando decisão monocrática que conheceu e negou provimento à Apelação Cível, a qual combatia sentença proveniente do MM. Juízo da 39ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, que julgou a Ação sem apreciar o mérito, na medida em que o autor não atendeu a ordem de emendar a inicial. 2. Como cediço, a qualificação das partes, nos termos do art. 282, inc. II, do CPC, é de rigor, sendo um pressuposto da preludial. Não sendo tal requisito atendido, o juiz deve indeferi-la. 3. In casu, anteriormente à prolação da sentença, a parte autora foi intimada para emendar a inicial, tendo em vista que a demandada não estava qualificada corretamente. O não atendimento ao chamado, culminou com a sentença extintiva nos termos do art. 267, inc. II c/c art. 284, ambos do CPC. 4. Nesse sentido, tendo sido oportunizado à apelante, ora agravante, a providência legal, não atendendo, o indeferimento da exordial é de rigor, consequente extinção do feito sem resolução do mérito. Precedente do Tribunal da Cidadania (REsp 1235960/RJ), no sentido de que "é do autor o ônus de indicar a qualificação e o respectivo endereço da parte constante do polo passivo, requisito este indispensável da petição inicial, cujo não atendimento acarreta a sua inépcia". 5. Por fim, quanto ao argumento do agravante, no que tange à necessária intimação pessoal para extinção do feito, tal não merece guarida. É que referida hipótese somente será observada quando for para extinguir o feito por ausência de interesse da parte. Na vertência, como se mostrou, o motivo da extinção do feito é diverso ao da exigência, mostrando-se desnecessária a intimação pessoal da parte. 6. Portanto, mostra-se correta a sentença que deu cobro ao processo sem resolução de mérito com fulcro no art. 267, I c/c art. 284, ambos do Código de Processo Civil. 7. Agravo conhecido e improvido, decisão monocrática recorrida mantida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0185186-03.2013.8.06.0001.50000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 4ª Câmara Cível do e. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do agravo regimental, e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator e Presidente do Órgão Julgador

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0626662-85.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI. Advogado: Guilherme de Castro Barcellos (OAB: 56630/RS). Agravada: Célia Maria de Sousa Santana. Advogado: Moyses Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM VIRTUDE DA NATUREZA ORDINATÓRIA DO DESPACHO ATACADO. O ATO COMBATIDO NADA DECIDIU, MAS APENAS DETERMINOU O CUMPRIMENTO DE DECISÃO ANTERIOR QUE NÃO FORA, INCLUSIVE, OBJETO DE QUALQUER INCONFORMISMO. INCIDÊNCIA DO ART. 504 DO CPC. ALEGAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE INTIMAÇÃO VÁLIDA DE DECISÃO ANTERIORMENTE PROFERIDA, QUE DECLAROU A INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROTOCOLADO PELO AGRAVANTE. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA OCORRÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO. ADVOGADO DA AGRAVANTE QUE FEZ CARGA DOS AUTOS, TOMANDO, ASSIM, CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO REFERIDO ATO. INSURGÊNCIA QUANTO À MULTA COMINATÓRIA. AGRAVANTE QUE, À ÉPOCA DA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, JÁ CONTAVA COM 259 DIAS DE DESCUMPRIMENTO. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA DE FATO QUE JUSTIFIQUE A ALTERAÇÃO DA MULTA IMPOSTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. Na hipótese dos autos, o agravante assevera que interpôs o recurso de agravo de instrumento em decorrência da seguinte determinação exarada pelo Juízo singular: "Notifique-se via postal o Gestor/Diretor da PREVI para cumprir a decisão de fl. 450 em 5 dias, sob pena de multa de 20% do valor da causa, devida pelo dito Gestor, pessoalmente, art. 14, p. Único, do CPC.". II. Como se observa, o comando suso mencionado somente impõe o cumprimento de determinação proferida anteriormente, não se caracterizando, assim, como uma decisão interlocutória, mas um verdadeiro despacho de mero expediente, eis que desprovido de qualquer carga decisória. III. Por se tratar de um despacho de mero expediente, incabível a sua desconstituição pela via do agravo de instrumento, ex vi do art. 504 do Código de Processo Civil. IV. Quanto à alegação de nulidade do agravante, por não ter sido intimado da decisão que declarou a intempestividade da sua impugnação ao cumprimento de sentença, inexiste nos autos prova de que a Carta de Intimação destinada a dar ciência à parte recorrente quanto ao teor do citado decisum não tenha sido entregue com sucesso. Não obstante, há informação de que o patrono da recorrente fez carga dos autos em data posterior à prolação daquele decisório, tomando, assim, ciência inequívoca deste em 01 de Dezembro de 2014, sem apresentar, posteriormente, qualquer inconformismo, não podendo fazê-lo através do presente recurso, que, conforme já assentado, ataca um despacho, em razão do instituto da preclusão. V. Por fim, não prospera a insurgência ventilada pelo agravante contra a multa aplicada - a qual pode ser revista a qualquer tempo -, visto que a agravante já contava, quanto da interposição do instrumental, com 259 (duzentos e cinquenta e nove dias) dias de descumprimento, não tendo sequer demonstrado nestes autos que já cumpriu a ordem judicial e, por fim, porque não se observa qualquer circunstância de fato que justifique a alteração da multa imposta. VI. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Interno nº. 0626662-85.2015.8.06.0000/50000, em que figuram as partes acima indicadas. Acordam os Desembargadores integrantes da Turma Julgadora da 4.ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator PROCURADOR DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0627088-97.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Adriana de Castro Maia. Advogado: Cicero Charles Sousa Soares (OAB: 22960/CE). Agravante: Alexandre de Castro Accioly Maia. Advogado: Juarez Martins de Oliveira (OAB: 5150/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DE R$ 16.600,00 DAS CONTAS BANCÁRIAS DO AGRAVADO. RECORRENTE QUE BUSCA AMPLIAR TAL QUANTIA ATÉ O MONTANTE DE R$ 500.000,00, SOB O ARGUMENTO DE QUE ESTA SERIA A IMPORTÂNCIA MOVIMENTADA INDEVIDAMENTE PELO RECORRIDO DAS CONTAS DE SUA FALECIDA GENITORA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA DEMONSTRANDO QUE O RECORRIDO, FAZENDO USO DE

PROCURAÇÃO CONFERIDA PELA DE CUJUS, MESMO APÓS O SEU ÓBITO, REALIZOU DIVERSOS SAQUES EM CONTAS BANCÁRIAS DA FALECIDA. NECESSIDADE DE DEFERIMENTO DA MEDIDA REQUESTADA, ATÉ O ESCLARECIMENTOS DOS FATOS PELO JUÍZO A QUO, COM O FITO DE EVITAR A DILAPIDAÇÃO DOS BENS DO ESPÓLIO E GARANTIR A PARTILHA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. Através da presente espécie recursal, a parte agravante busca complementar a decisão interlocutória proferida na instância singular, mediante a concessão de tutela jurisdicional que lhe assegure a preservação integral de ativos financeiros deixados em instituições bancárias por sua falecida ascendente, no montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que teriam sido sacados e utilizados indevidamente pelo agravado, sem a devida autorização judicial ou conhecimento dos demais herdeiros. II. Na hipótese dos autos, o própio agravado reconheceu durante o seu depoimento prestado em Juízo que se utilizou de uma procuração conferida pela de cujus, mesmo após o seu óbito, sem informar tal fato às instituições financeiras onde realizou diversos saques em contas bancárias da falecida. E, ainda que as transações tenham sido feitas com o escopo de pagar dívidas da falecida genitora - conforme defende o agravado - é cediço que nenhum dos herdeiros pode dispor de valores existentes em contas bancárias do espólio, mesmo que para o pagamento de débitos do de cujus, sem que tal medida lhe seja previamente deferida mediante autorização judicial (art. 992, III, CPC), o que, in casu, não ocorreu. III. Esses eventos, aliados aos demais elementos de prova existentes nos autos, a exemplo de extratos que demonstram a inexistência de valores nas contas da falecida, levam a crer que se faz necessário conceder a tutela jurisdicional almejada nesta espécie recursal, até que os fatos narrados sejam totalmente esclarecidos perante o Juízo singular, notadamente no que diz respeito ao montante efetivamente movimentado de forma indevida pelo agravado. IV. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O BLOQUEIO DE VALORES EVENTUALMENTE EXISTENTES EM CONTAS BANCÁRIAS DE TITULARIDADE DO AGRAVADO, ATÉ O MONTANTE DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS), EXCETUADAS AS VERBAS DE NATUREZA EMINENTEMENTE ALIMENTAR. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 0627088-97.2015.8.06.0000, em que figuram as partes acima indicadas. Acorda a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Ceará, à unanimidade, em conhecer e prover o presente recurso, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE RELATOR PROCURADOR DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0627453-88.2014.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Aglaeh Lopes de Aquino. Agravante: Luiz Antônio de Souza. Advogado: Yuri Martins de Borba (OAB: 25330/CE). Agravado: João Luiz Soares. Agravada: Nilza Rangel Ferreira Soares. Advogado: Antonio Leite Tavares (OAB: 1838/CE). Relator(a): FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COBRANÇA. TUTELA ANTECIPADA INDEFERIDA NO JUÍZO ORIGINÁRIO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À CONCESSÃO DA MEDIDA. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO REJEITADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. 1.Tratam os autos de Agravo de Instrumento desafiando decisão do Juízo da 28ª Vara Cível de Fortaleza, indeferitória de antecipação de tutela no sentido de obrigar os agravados a quitar toda e qualquer dívida relativa ao imóvel objeto do contrato de compra e venda entre as duas partes, junto à Caixa Econômica Federal, assim como, de determinar que o cartório de registro de imóvel competente, incluísse cláusula de intransferibilidade daquele imóvel. 2. Pleito preliminar de inadmissibilidade do presente recurso, aventado pela agravada rejeitado, pois restaram cumpridas as determinações do art. 526 do CPC, através dos documentos referidos na petição inicial e acostados aos fólios e, ainda, pelas informações prestadas pelo juízo a quo. 3. A tutela antecipada só pode ser concedida se presentes os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil, quais sejam, a verossimilhança das alegações do autor e a existência de dano irreparável ou de difícil reparação. 4. Na vertência, pelo exame dos elementos dos autos, não é possível se aferir, de plano, o cumprimento da obrigação do pagamento integral do imóvel pelos agravantes, apesar destes já se encontrarem na posse, restando, assim, ausente a verossimilhança da alegação. 5. Tocante ao último pleito, desmerece seguimento o agravo, eis que os documentos colacionados nos fólios demonstram que antedito imóvel se encontra hipotecado como garantia de dívida à Caixa Econômica Federal, sendo esta a legítima titular do imóvel. Desta forma, descabe aos atuais detentores da posse do imóvel, em face de contrato de promessa de compra e venda, do qual o legítimo titular sequer teve participação, pleitear direitos que não possuem, devido inexistir levantamento da hipoteca. 6. Recurso parcialmente conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de Instrumento de n° 0627453-88.2014.8.06.0000 acorda a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer do recurso, para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2015 FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Presidente do Órgão Julgador e Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0627689-40.2014.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE). Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Advogado: Renato Pontes Arruda (OAB: 26571/CE). Embargado: CEVEMA - Ceará Veículos, Máquinas e Acessórios. Embargado: Vereda - Comercio Distribuidor de Veiculos e Maquinas Ltda. Embargado: Raimundo Tadeu de Alencar. Embargado: Trilha - Comércio Distribuidor de Veículos e Máquinas Ltda. Embargada: Luiziane Maria Monteiro Lacerda de Alencar. Embargado: Adenauer Augusto de Alencar. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel E Silva (OAB: 16629/CE). Relator(a): FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA. EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INOCORRÊNCIA DE PENHORA “ON LINE” OU DEPÓSITO QUANDO DA IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA NA FORMA DA SÚMULA 14 DO STJ. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. VEDAÇÃO DE NOVA ANÁLISE A TEOR DA SÚMULA 18 DESTA CORTE. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. 1. Tratam os autos de Embargos de Declaração com efeitos modificativos contra acórdão que conheceu e improveu recurso de Agravo de Instrumento, arguindo, nesta sede recursal, que teria havido omissão quanto a ponto essencial sobre o qual devia ter havido pronunciamento. 2. O Tribunal da Cidadania, no EDcl no AgRg no REsp 1210112/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 18/04/2012, entendeu que “os embargos

de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso". 3. A análise do aresto embargado revela a inexistência de obscuridade, omissão ou contradição a serem sanadas, mostrando-se a pretensão em tentativa de rediscussão da matéria, o que se configura vedado por expressa disposição da Súmula nº 18 deste Tribunal, a dispor que "são indevidos embargos de declaração que tem por única finalidade o reexame da controvérsia jurídica já apreciada". 4. Embargos conhecidos e improvidos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0627689-40.2014.8.06.0001.50000, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a 4ª Câmara Cível do e. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer dos Embargos de Declaração, para negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2015. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator e Presidente do Órgão Julgador

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0629150-13.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Companhia Energética do Ceará - COELCE. Advogado: Antonio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: José Gonçalves da Silva. Advogada: Francisca Edilene Marques Pacheco Azevedo (OAB: 29094/CE). Advogado: Geraldo Gomes de Azevedo Filho (OAB: 10281/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MAJORAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL. DESPROVIMENTO MONOCRÁTICO. PRAZO RAZOÁVEL CONSIDERADAS AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REGIMENTAL CONHECIDO, PORÉM DESPROVIDO. 1. Na hipótese, embora não desconheça que a ligação de energia nova trata-se de uma obra de grande complexidade, o prazo de 30 (trinta) dias assinado pelo juízo a quo não se revela acanhado se consideradas as peculiaridades do caso concreto. 2. É preciso ver que o primeiro pedido de ligação de energia dirigido à Companhia de Energia Elétrica data de 28 de julho de 2011 (fls. 21). 3. Tenho, daí, a desdúvida, que já decorreu tempo suficiente para a tomada das providências cabíveis para a incoação das obras necessárias à instalação pretendida. 4. Ademais, consta da decisão judicial objurgada que não seria razoável pretender que a companhia de eletrificação concluísse as obras no prazo de 90 (noventa) dias, circunstância que denota que a multa diária fixada só terá incidência a partir de comprovação manifesta de ato inercial que possa apontar descumprimento da ordem judicial, ou seja, não incidirá a multa, caso a agravante comprove que, dentro do prazo fornecido (30 dias), teria iniciado os trabalhos necessários à instalação de energia elétrica na residência do autor, ora agravado, não procedendo, portanto, a tese escrita no Regimental de que "o prazo fixado pelo Juízo a quo é ínfimo considerando que para cumprimento da decisão a COELCE terá que efetuar uma obra de grande complexidade, tendo em vista a necessidade da extensão de rede e a posterior energização da unidade consumidora do autor". 5. Recurso conhecido, porém desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo regimental em agravo de instrumento nº 00629150-13.2015.8.06.0000/50000, em que são partes o COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE e JOSÉ GONÇALVES DA SILVA, acorda a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0630247-48.2015.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Thiago Pereira Araújo. Advogado: Virgilio Paulino Soares (OAB: 6258/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Exercitando o juízo de admissibilidade recursal, verifico, de plano, o não atendimento de todos os requisitos extrínsecos e intrínsecos que o compõem, especificamente aquele que diz com a tempestividade do recurso o que conduz a um juízo negativo de admissibilidade e, assim, ao não conhecimento destes embargos de declaração, com a consequente negativa de seu seguimento. 2. Consoante a certidão de fl. 32, dos autos do agravo de instrumento, a decisão monocrática ali proferida restou disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico, na data de 15 de dezembro de 2015 (terça-feira) pelo que, de acordo com a legislação processual de regência, restou considerada publicada no dia seguinte (quarta-feira), com o início do prazo para interposição de recurso no dia 17 de dezembro daquele ano (quinta-feira). 3. Daí que, considerando a suspensão dos prazos processuais no período de 20 de dezembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016, por força da Portaria nº 2550/2015 e contando o prazo de 5 (cinco) dias na forma prevista na lei processual, tenho que o termo ad quem do prazo recursal ocorreu dia 08 de janeiro de 2016, ao passo que este recurso de embargos de declaração somente foi interposto no dia 14 de janeiro de 2016 - revelando-se, portanto, indiscutivelmente intempestivo. 4. Embargos declaratórios não conhecidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos declaratórios em agravo de instrumento nº 0630247-48.2015.8.06.0000/50000, em que são partes THIAGO PEREIRA ARAÚJO e BANCO PANAMERICANO S.A, acorda a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em não conhecer dos embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator

Total de feitos: 1

DESPACHOS - 4ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0041578-20.2008.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Banco Bradesco S/ A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Junior (OAB: 9075/CE). Apelado: Antônio Feitosa de Sousa. Advogado: Raimundo Jansen de Oliveira (OAB: 11127/CE). Despacho: - DESPACHO Rec. hoje, após interrupção das férias individuais. Remetam-se o apelatório à douta apreciação do eminente Vice-

Presidente desta Corte, ante a interposição de Recurso Especial (Processo nº 0041578-20.2008.8.06.0001/50001). Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Desembargador Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0626940-86.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogada: Melissa Abramovici Pilotto (OAB: 28185/CE). Advogada: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB: 27109/PR). Agravado: José Alves de Sousa. Advogado: Jose Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE). Despacho: - Rec. hoje, após interrupção das férias individuais. Em que pese os argumentos postos no Agravo de Instrumento, reservo-me para análise do pedido de efeito suspensivo após a manifestação da parte agravada (formação do contraditório) e do recebimento das informações do juízo prolator da decisão objeto desta insurgência recursal. Exegese do art. 267, incisos IV e V do CPC. Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0627228-34.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE). Agravado: Haroldo Sérgio Teixeira. Advogado: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE). Advogada: Vanda Maria Lopes de Sousa (OAB: 9882/CE). Despacho: - Rec. hoje, após interrupção das férias individuais. Em que pesem os argumentos postos no Agravo de Instrumento, reservo-me para análise do pedido de efeito suspensivo após a manifestação da parte agravada (formação do contraditório) e do recebimento das informações do juízo prolator da decisão objeto desta insurgência recursal. Exegese do art. 527, incisos IV e V do CPC. Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0627358-24.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Francisco de Assis Ximenes do Prado. Agravante: Maria de Fátima Monteiro Prado. Advogado: Francisco Evandro Paz (OAB: 18370/CE). Agravada: Andreia Rocha da Silva. Agravada: Joana Darc Rocha da Silva. Agravada: Maria das Dores Nepomuceno Soares Alves. Agravado: Icaro Nepomuceno Soares Alves. Agravado: Yuri Nepomuceno Soares Alves. Agravado: Euridedit Alves da Rocha. Agravado: Ocimar Alves da Rocha. Agravada: Maria Edilene Alves da Rocha. Agravado: Júlio Alves da Rocha. Agravada: Maria Lusiane e Vasconcelos Nogueira. Agravada: Maria Gorete da Rocha. Agravada: Maria Auxiliadora Rocha da Silva. Agravado: Francisco Alves da Rocha. Agravada: Maria Ivanilde Azevedo da Rocha. Agravada: Maria das Dores Nepomuceno Soares Alves. Agravada: Ana Cláudia Serpa Barroso da Rocha. Agravada: Maria Dirce Rocha Figueiredo. Agravada: Iridan Rocha Lima. Agravado: João Batista Figueiredo Matos. Advogado: Augusto Ranieri Brito (OAB: 9532/CE). Despacho: - Rec. hoje. Em que pesem os argumentos postos no Agravo de Instrumento, reservo-me para análise do pedido de efeito suspensivo após a manifestação da parte agravada (formação do contraditório) e informações do juízo singular. Exegese do art. 527, incisos IV e V do CPC.Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0627382-86.2014.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: João Felipe dos Santos Silva. Advogado: Rodolfo Cabreira Lopes (OAB: 26258/CE). Agravado: Banco Itaucard S/A. Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 23747/CE). Despacho: - Assim determino sua renovação no sentido de que sejam requisitadas informações do juízo a quo e intimação da parte agravada. Exegese do arat. 527, incisos IV e V do(CPC, Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0630025-80.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Melkzedec Teixeira da Fonseca (OAB: 25503/CE). Agravado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Agravado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Ricardo Monteiro Cavalcanti (OAB: 25576/CE). Despacho: - Assim, visando impulsionar o feito, requisitem-se informações ao Juízo a quo (CPC, Art. 527, IV), além da intimação da parte agravada (CPC, Art. 527, V) para, querendo, apresentar contraminuta. Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DES. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0630181-68.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Filipe Silveira Aguiar

(OAB: 17899/CE). Agravado: Tânia Regina Soares de Lima. Advogada: Tania Regina Soares de Lima (OAB: 6154/CE). Despacho: - DESPACHO Rec. hoje, após interrupção das férias individuais. Requisitem-se informações ao Juízo a quo bem como intime-se a agravada, para, querendo, responder ao instrumental no prazo legal. Exegese do Art. 527, IV e V do CPC). Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Desembargador Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 4ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0630718-64.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Francisco Alexandre Macedo Arrais. Advogado: Francisco Alexandre Macedo Arrais (OAB: 13149/CE). Agravada: Terezinha de Vasconcelos Lopes. Advogado: Espedito Afonso Junior (OAB: 9851/CE). Despacho: - DESPACHO Rec. hoje, após interrupção das férias individuais. Requisitem-se informações ao Juízo a quo bem como intime-se a agravada, por seus patronos, para, querendo, responder ao recurso no prazo legal (CPC, Art. 527, incisos IV e V). Expediente necessário. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. FRANCISCO PEDROSA TEIXEIRA Desembargador Relator

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0136914-51.2008.8.06.0001 - Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Publica da Comarca de Fortaleza - Autor: Sintsaf - Sindicato dos Trabalhadores No Serviço de Saúde de Fortaleza - Réu: Municipio de Fortaleza - Réu: Instituto Dr. José Frota - IJF - Réu: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM - Diante do exposto, no exercício do poder-dever insculpido na norma do art. 557, § 1º ‘A’ do digesto processual civil, conheço do Reexame Necessário e dou-lhe PARCIAL PROVIMENTO para extinguir o feito com relação ao Instituto Dr. José Frota e ao Município de Fortaleza (art. 267, inciso VI do CPC), mantendo-se, no mais, tudo o que foi decidido. Intime-se e publique-se. Fortaleza, 30 de novembro de 2015. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator. Republicar por Incorreção, para inclusão representante Jurídico. - Advs: Roxane Benevides Rocha Sobreira (OAB: 6610/CE) - Gustavo Ferreira Magalhaes Solon (OAB: 26505/CE) - Josberto dos Santos Garcez (OAB: 15672/CE) - Sergio Ellery Santos Girao (OAB: 15154/CE) - Carolina Bruno Martins (OAB: 18496/CE) - Debora Cordeiro Lima Loiola (OAB: 15314/CE) - Silvia Maria Pires de Souza (OAB: 5127/CE) - Maria Vanilde Rebouças Machado (OAB: 2955/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001007-41.2007.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Mardonio Costa de Araujo Lima - Apelado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Portanto, evidenciada a expressa pactuação, imperativo reconhecer a legalidade da cláusula referente a capitalização mensal de juros. Diante das razões acima delineadas, conheço do recurso apelatório interposto NEGANDO-LHE PROVIMENTO para manter a sentença alvejada em todos os seus termos. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo a decorrência do prazo in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002614-93.2013.8.06.0061 - Apelação - Carnaubal - Apelante: Bv Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Apelada: Maria de Lourdes Ribeiro Isaias - Diante do exposto, firme nos propósitos acima esposados, conheço da apelação interposta para dar-lhe parcial provimento, afastando a repetição do indébito para confirmar a sentença monocrática em seus demais termos. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo sem manifestação e certificada sua decorrência, remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes Necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Robson Bezerril Cavalcante (OAB: 24834/CE) - Carlene Meire Moraes Silveira (OAB: 25246/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0004977-81.2012.8.06.0160 - Apelação - Santa Quitéria - Apelante: Município de Santa Quitéria - Apelada: Carla Maria Oliveira Timbó - Pelo exposto, nego seguimento ao presente recurso, nos termos do art. 557, caput do CPC, por estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça, mantendo a sentença em todos os seus termos. Intimem-se. Certificada a decorrência do prazo remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO RELATOR - Advs: Francisco Airton da Silva (OAB: 8440/CE) - Carlos Celso Castro Monteiro (OAB: 10566/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0020395-90.2008.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros - Apelado: Antonio Lazaro Rodrigues - Por todo o exposto, nos termos do artigo 557 § 1º-A do CPC, conheço do presente recurso para DAR PROVIMENTO, declarando nula a sentença alvejada e determinando o envio do feito ao juízo de origem para regular dilação probatória com realização de perícia médica pelo IML ou por perito designado para fins de determinar o percentual da lesão e consequentemente a prolação de novo decisório. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 18 de novembro de 2015. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Samuel Marques Custodio de Albuquerque (OAB: 20873/CE) - Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE) - Jeferson Cavalcante de Lucena (OAB: 18340/CE) - Audic Cavalcante Mota Dias (OAB: 16100/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0060970-77.2007.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Francisca Veronica Jorge Vieira - Apelante: Helena Pereira Damasceno - Apelante: Herjan Sa Pinto - Apelante: Lucivânia Gomes Portacio de Souza - Apelante: Maria de Fatima Carlos Matos - Apelante: Maria de Lourdes Martins Gomes - Apelado: Municipio de Fortaleza - Face ao exposto e firme nos propósitos acima delineados, considerando que o apelo está em manifesto confronto com a jurisprudência desta Corte de Justiça e com jurisprudência dos nossos tribunais pátrios e Súmula do STF, com fundamento no caput do art. 557 do Código de Processo Civil nego seguimento ao presente recurso apelatório. Intimem-se. Transcorrido o prazo sem manifestação e certificada sua decorrência remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Waldir Xavier de Lima Filho (OAB: 10400/CE) - Maria Celia Batista Rodrigues (OAB: 5727/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0072869-38.2008.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Verônica Araujo de Moraes - Apelante: Verônica Maria Lima do Vale - Apelado: Municipio de Fortaleza - Ante tais considerações, CONHEÇO do recurso apelatório para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para reformar in totum a sentença julgando parcialmente procedente o pleito inaugural para condenar o requerido ao pagamento das férias semestrais não gozadas, na forma simples, com o acréscimo de um terço, observando a regra contida no art. 1º-F da Lei 9.49/1997, para atualização dos valores devidos, com valor total a ser calculado em sede de liquidação de sentença. Intimem-se. Certificada a decorrência do prazo remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE) - Manuel Marques dos Santos (OAB: 2687/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0107771-17.2008.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelada: Regina Celia dos Santos Capistrano - Apelado: Raimundo Capistrano Araújo - Ante o exposto, conheço do apelo, mas para negar-lhe provimento, ao tempo em que reconheço o acerto da sentença de primeiro grau, mantendo-a em todos os seus termos, por ser permitida a inscrição do cônjuge varão como dependente do cônjuge virago para fins previdenciários e assistenciais, sem que lhes seja exigida condição de dependência econômica, invalidez ou morte. Intimem-se. Transcorrido o prazo sem manifestação e certificada sua decorrência remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Daniel Maia Texeira (OAB: 17118/CE) - Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0135465-82.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Lidia Maria Gonçalves Nogueira - Apelado: Construtora Itaúba Ltda. - Ante o exposto, não se encontrando a causa madura para julgamento, e considerando o cerceamento de defesa laborado no Primeiro Grau, conheço do apelo, dando-lhe provimento, para decretar a nulidade do julgado e determinar a remessa dos autos à origem para regular instrução probatória. Intimem-se. Transcorrido o prazo sem manifestação e certificada sua decorrência remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Manoel Severino Gonzaga Marreiro (OAB: 11297/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0156115-53.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Raphael Leite Pinheiro Batista - Apelado: Estado do Ceará - Diante do exposto, firme nos propósitos acima esposados e por não vislumbrar mácula no procedimento administrativo, conheço da apelação interposta para negar-lhe provimento, confirmando a sentença monocrática em todos os seus termos. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo sem manifestação e certificada sua decorrência, remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes Necessários. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator A-II - Advs: Jose Wagner Matias de Melo (OAB: 17785/CE) - Antonia Camily Gomes Cruz (OAB: 18376/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0160255-62.2015.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Jessica Kelly Silva Lima - Apelado: Maritima Seguros S/A - Portanto, no litígio em análise, vejo que é incabível o requerimento autoral, pois não há amparo legal para concessão de correção monetária em virtude da desvalorização da moeda em razão do processo inflacionário. Por todo o exposto, conheço do presente recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença alvejada em todos os seus termos. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Antonio Ednaldo Altino de Melo (OAB: 20795/CE) - Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB: 16045/CE) - Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0174031-03.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: José Mesquita de Almeida - Apelado: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Por todo o exposto, nos termos do artigo 557 § 1º-A do CPC, conheço do presente recurso para DAR PROVIMENTO, declarando nula a sentença alvejada e determinando o envio do feito ao juízo de origem para regular dilação probatória com realização de perícia médica pelo IML para fins de determinar o percentual da lesão e consequentemente a prolação de novo decisório. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal

in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Vinicius Pinheiro Melo (OAB: 24353/CE) - Tiberio de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0175603-23.2015.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Esplanada Brasil S/A Lojas de Departamentos - Pelo exposto, nego seguimento ao reexame necessário e ao recurso de apelação, por estarem em confronto com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça, mantendo a sentença em todos os seus termos. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO RELATOR - Advs: Jose Gomes de Paula P. Rodrigues (OAB: 7764/CE) - Francisco Alexandre dos Santos Linhares (OAB: 15361/CE) - Gustavo Bevilaqua Vasconcelos (OAB: 22128/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0180797-72.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Mardonio Bertoldo Silva - Apelado: Maritima Seguros S/A - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Por todo o exposto, conheço do presente recurso para DAR PARCIAL PROVIMENTO, declarando nula a sentença alvejada e determinando o envio do feito ao juízo de origem para regular dilação probatória com realização de perícia médica pelo IML para fins de determinar o percentual da lesão e consequentemente a prolação de novo decisório. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Antonio Ednaldo Altino de Melo (OAB: 20795/CE) - Joao Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE) - Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0184015-40.2015.8.06.0001 - Conflito de competência - Fortaleza - Suscitante: Juiz de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Suscitado: Juíz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Ocorre que, certamente por desconhecer a decisão proferida no processo nº 0001614-76.2015.8.06.0000, esta inclusive com trânsito em julgado datado de 12/11/2015, repetiu-se a demanda em toda a sua extensão; o que impõe, em face da coisa julgada e, em observância ao disposto no art. 267, V, extinguir o presente conflito e determinar o retorno dos autos ao juízo declarado competente para fins de apreciação da ação ordinária (12ª Vara da Fazenda Pública), com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0184092-20.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Pedro Felipe Borges Neto - Apelante: Maria Inês Barbosa Borges - Apelado: Vivian Otoch Simões Borges - Pelo exposto, reconheço de ofício a ilegitimidade da ré para figurar no polo passivo e, por conseguinte, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito (art. 267, VI, do CPC). Ademais, considero prejudicado o recurso dos autores, com a manutenção da condenação dos demandantes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Defiro o pedido de desentranhamento da petição de fls. 315 - 329 formulado pela própria subscritora da peça, por não possuir relação com a causa. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO RELATOR - Advs: Francisco Erionaldo Cruz (OAB: 15205/CE) - Jose Feliciano de Carvalho (OAB: 1094/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0218008-45.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Banco J. Safra S/A - Apelada: Voneide Maria Ramalho Cabo - Diante das razões acima delineadas, conheço do recurso apelatório para DAR PROVIMENTO, reformando a sentença de primeiro grau para julgar improcedente o pleito autoral. Tendo em vista o julgamento improcedente da ação, condeno a parte recorrida nos ônus da sucumbência ao pagamento de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, mas com ressalva do artigo 12 da Lei 1060/50. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo a decorrência do prazo in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 28 de janeiro de 2015. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Nelson Paschoalotto (OAB: 108911/SP) - José Carlos de Oliveira (OAB: 28854/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620177-69.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Damacena Empreendimentos S.A - Agravante: Moscatu Empreendimentos S.A - Agravada: Anna Karine Alves da Silva - Agravado: Reuber Saraiva de Santiago - Ante o exposto, conheço para dar PARCIAL PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento, reformando a Decisão Interlocutória de fls. 240/246 no sentido de revogar a fixação de multa diária por ausência de apresentação do “habite-se” dentro do prazo estabelecido, nos termos do art. 461, §6º, e 471 do Código de Processo Civil. No que resta, mantenho a decisão em todos os seus termos. Intimem-se as partes e informe-se do presente julgado ao prolator da decisão alvejada. Transcorrido o prazo in albis, arquivem-se os autos com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Vicente Martins Prata Braga (OAB: 19309/CE) - Amanda Montenegro Carvalho (OAB: 28800/CE) - Andre Garcia Xerez Silva (OAB: 25545/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620251-89.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravado: Redeserv Serviços Eireli EPP - Diante do acima explanado, converto o agravo de instrumento em retido, na forma do artigo. 527, inciso

II, do CPC, determinando a remessa dos autos à origem, com a baixa no acervo do meu gabinete. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Expedientes Necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO RELATOR - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Carlos Eduardo Nunes de Sena (OAB: 12742/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620375-72.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Jose Iran Ferreira de Assis - Agravado: Espolio de Durval Ferreira - Agravado: Francisco das Chagas Fernandes Ferreira - Agravada: Alaíde Fernandes Maia - E assim é que, ante aos fundamentos fáticos e jurídicos acima declinados, e na trilha da reiterada jurisprudência nacional acima transcrita, nego seguimento ao recurso de agravo de instrumento que cuida este feito. Publique-se e intimem-se. Decorrido o prazo dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator - Advs: Joao Romario Fernandes (OAB: 3446/CE) - Samia Maria Meneses Brilhante (OAB: 5461/CE) - Ana Cristina Penaforte de Souza (OAB: 160787/RJ) - Fernando Henrique Melo Formiga (OAB: 23820/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620389-56.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: José Iran Ferreira de Assis - Agravado: Francisco das Chagas Fernandes Ferreira - Agravado: Alaíde Fernandes Maia - E assim é que, ante ao exposto, nego seguimento ao presente recurso. Publique-se. Intimem-se. Decorrido o prazo, dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator - Advs: Joao Romario Fernandes (OAB: 3446/CE) - Samia Maria Meneses Brilhante (OAB: 5461/CE) - Ana Cristina Penaforte de Souza (OAB: 160787/RJ)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0627975-81.2015.8.06.0000 - Habeas Corpus - Fortaleza - Impetrante: SEGREDO DE JUSTIÇA - Paciente: SEGREDO DE JUSTIÇA - Impetrado: SEGREDO DE JUSTIÇA - Assim, por considerar que a medida aplicada é adequada, especialmente por não se observar ausência de fundamentação, tampouco ocorrer constrangimento ilegal, ilegalidade ou abuso de poder, recebo o habeas corpus para, em consonância com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, denegar a ordem requerida. Intimem-se. Certificado o transcurso do prazo sem irresignação, arquivem-se os autos com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0629267-04.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aurora - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Nelson Viana da Silva - E é assim que, por todo o exposto, conheço do agravo de instrumento, e dou-lhe provimento, para reformar a decisão vergastada com o fim de que a peça defensiva manejada pelo agravante seja admitida como tempestiva e regularmente processada nos autos de origem. Publique-se e intimem-se. Dê-se ciência ao Juízo de origem. Decorrido o prazo dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator - Advs: Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB: 28184/CE) - Melissa Abramovici Pilotto (OAB: 28185/CE) - Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB: 27109/PR) - Francisco Rogerio Facundo Filho (OAB: 20453/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0629865-55.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Agravado: José Carlos Motta Carmona - Diante do acima explanado, converto o agravo de instrumento em retido, na forma do artigo. 527, inciso II, do CPC, determinando, de logo, a remessa dos autos ao Juízo a quo, com a baixa no acervo do meu gabinete. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Martha Salvador Dominguez (OAB: 13717/CE) - Bruno de Souza Almeida (OAB: 24821/CE) - Jose Diego Martins de Oliveira E Silva (OAB: 23834/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0630183-38.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Domus Companhia de Crédito Imobiliário - Agravado: Maria José Lopes de Freitas - E é assim que, por todo o exposto e no exercício do poder-dever insculpido na norma do art. 557, § 1º A, do CPC, conheço do agravo de instrumento, mas para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão vergastada. Publique-se e intimem-se. Decorrido o prazo dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE Relator - Advs: Flavio Cunha de Carvalho Rego (OAB: 10091/CE) - Jose Newton Lopes de Freitas (OAB: 28217/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0843940-49.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Marcelo Eugênio da Silva - Apelado: Mapfre Seguros Gerais S/A - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Por todo o exposto, conheço do presente recurso para DAR PARCIAL PROVIMENTO, declarando nula a sentença alvejada e determinando o envio do feito ao juízo de origem para regular dilação probatória com realização de perícia médica pelo IML para fins de determinar o percentual da lesão e consequentemente a prolação de novo decisório. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB: 18044/CE) - Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE) - Luis Ricardo de Queiroz Ferreira (OAB: 29743/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0882787-23.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Francisca de Araújo Lobo - Apelado: Marítima Seguros S.A. - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - Por todo o exposto, conheço do presente recurso para DAR PARCIAL PROVIMENTO, declarando nula a sentença alvejada e determinando o envio do feito ao juízo de origem para regular dilação probatória com realização de perícia médica pelo IML ou por perito designado para fins de determinar o percentual da lesão e consequentemente a prolação de novo decisório. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB: 18044/CE) - Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0891620-30.2014.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Multimports Comercial Importadora Ltda - Apelado: Estado do Ceará - Pelo exposto, nego seguimento ao reexame necessário e ao recurso interposto, nos termos do art. 557, caput do CPC, por estarem em confronto com a Súmula Vinculante nº 48 do STF e com a jurisprudência dominante desta Corte de Justiça, mantendo a sentença em todos os seus termos. Intimem-se. Certificada a decorrência do prazo remetam-se os autos à origem com a respectiva baixa no acervo do meu gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO RELATOR - Advs: Moyses Barjud Marques (OAB: 13496/CE) - Jose Gomes de Paula P. Rodrigues (OAB: 7764/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0910586-41.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Antonio Relvis Maia Almeida - Apelado: Yasuda Maritima Seguros S/A - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Por todo o exposto, nos termos do artigo 557 § 1º-A do CPC, conheço do presente recurso para DAR PROVIMENTO, declarando nula a sentença alvejada e determinando o envio do feito ao juízo de origem para regular dilação probatória com realização de perícia médica pelo IML ou por perito designado para fins de determinar o percentual da lesão e consequentemente a prolação de novo decisório. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Por fim, havendo o transcurso do prazo recursal in albis, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao Juízo de primeiro grau. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Relator - Advs: Filipe Bezerra Catunda Campelo (OAB: 27565/CE) - Tiberio de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE)

5ª Câmara Cível

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 5ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000086-88.2012.8.06.0201/50002 - Embargos de Declaração. Embargante: Município de Miraíma. Advogado: Francisco Ivan da Ponte Mendes (OAB: 9746/CE). Advogado: Eriano Marcos Araujo da Costa (OAB: 10145/CE). Advogado: Antonio Josafa Martins Mesquita (OAB: 19683/CE). Embargada: Regina Maria Santos Teixera. Embargada: Rosane Maria Pinto Brandão. Embargada: Rozâangela Maria Linhares. Embargado: Sandra Maria Linhares. Embargada: Sandra Regina Xavier de Sousa. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJCE. EMBARGOS REJEITADOS. 1 - O Plenário do Supremo Tribunal Federal já decidiu que a majoração da carga horária é uma das formas de afronta à irredutibilidade: " A violação da garantia da irredutibilidade de vencimentos pressupõe a redução direta dos estipêndios funcionais pela diminuição pura e simples do valor nominal do total da remuneração ou pelo decréscimo do valor do salário-hora, seja pela redução da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, seja pelo aumento da jornada de trabalho sem a correspondente retribuição remuneratória."(Tribunal Pleno, julgado em 30/10/2014, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-032 DIVULG 18-02-2015 PUBLIC 19-02-2015) 2- No caso, portanto, há flagrante desarmonia com as normas constitucionais, pois mesmo laborando 20 (vinte) horas semanais, o trabalhador, servidor público do Município de Miraíma, não poderia auferir valor remuneratório inferior ao salário mínimo unificado. 3- Os embargos de declaração têm a função de eliminar obscuridade, omissão ou contradição do julgado embargado, sendo vedada sua utilização para suscitar novos questionamentos ou mesmo rediscutir a matéria. 4 - Os aclaratórios, cujo objetivo é a integração da decisão embargada, não servem como meio de rediscussão da matéria já julgada (Súmula 18 do TJCE). 5 - Mesmo com a finalidade de prequestionamento, deve se ater às hipóteses previstas no art. 535, do CPC. Precedentes. 6- - In casu, o propósito de renovar a irresignação já solucionado no julgamento do apelo interposto pela mesma parte. 7- - Embargos declaratórios conhecidos e rejeitados. Decisão inalterada. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0000086-88.2012.8.06.0201/50002, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do recurso, contudo para rejeitá-los, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator Procurador(a) de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000107-30.2012.8.06.0180/50000 - Agravo. Agravante: Jorge Trajano de Mesquita. Advogado: Marcos Antonio Inácio

da Silva (OAB: 20417/CE). Agravado: Itaú Seguros S/A. Advogado: Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Advogado: Luis Ricardo de Queiroz Ferreira (OAB: 29743/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DO SEGURO DPVAT. ABANDONO DA CAUSA (ART. 267, III, DO CPC). INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. EXTINÇÃO DO FEITO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. Trata-se de Agravo Regimental interposto em face da decisão monocrática que negou provimento ao recurso apelatório, nos autos da Ação de Cobrança do Seguro DPVAT. 2. Configura-se o abandono, gerador da extinção do feito sem julgamento do mérito, quando, por não promover os atos e as diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Ademais, a extinção apenas é autorizada após o transcurso in albis de prazo de 48 (quarenta e oito horas), iniciado a partir da intimação pessoal da parte autora a suprir a falta, conforme preceitua o artigo 267, § 1º, do Código de Processo Civil. Ressalta-se também que cabe à parte fornecer ao juízo seu endereço correto. 3. In casu, dessume-se do exame do caderno processual que os dois aspectos foram observados como exige o referido dispositivo legal, pois o promovente foi intimado, via Diário de Justiça, para juntar aos autos o laudo do IML e o comprovante do requerimento administrativo junto à seguradora (fl.18) e após, não havendo manifestação, foi determinada sua intimação pessoal, para que desse prosseguimento ao feito (fls. 21 - 22 - mandado de intimação), tendo decorrido o prazo legal sem que nada fosse apresentado (fls. 23 - certidão de decorrência de prazo). 4. A sucessão dos atos processuais, no caso, demonstra a recalcitrância da parte autora no cumprimento da ordem judicial, revelando o abandono da causa (art. 267, III, do CPC) na marcha processual. O demandante foi intimado para apresentar documentação, no entando, este não se manifestou na oportunidade dizendo da impossibilidade de apresentação da referida documentação, ou mesmo se queria, ou não, o prosseguimento do feito, com a determinação de realização de perícia médica. 5. Tendo se quedado inerte, consumado estar sua desídia para o processamento da ação. 6. O autor que deixa de cumprir diligência do juízo, embora intimado, justifica a extinção do feito pelo art. 267, III, do CPC. 7. Recurso desprovido. Decisão monocrática mantida. ACÓRDÃO Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, tudo de conformidade com o voto da e. Desembargadora Relatora.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000156-83.2013.8.06.0197 - Apelação. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Apelado: Francisco Davi Falcão de Oliveira. Advogada: Ariano Melo Pontes (OAB: 15593/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ILEGALIDADE CONFIGURADA. NÃO CONFIGURAÇÃO DA CONDUTA DOLOSA E DO EFETIVO DANO AO ERÁRIO NECESSÁRIOS PARA O ENQUADRAMENTO DO ATO COMO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PREVISTO NO ART. 10 DA LEI 8.429/92. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO PARA JUSTIFICAR A DISPENSA QUE SE TORNA IRRELEVANTE PARA O CASO, PORQUANTO, POR SI SÓ, NÃO CONFIGURA ATO DE IMPROBIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Pleiteia o Ministério Público a condenação do apelado por improbidade administrativa, decorrente da dispensa de licitação sem o devido procedimento administrativo e a justificativa para a locação de veículos. Este contrato de locação, no importe de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), fora pactuado para efetuar a mudança dos cidadãos que sofriam com a enchente, a qual assolou o Município de Itaiçaba no ano de 2009, conforme se verifica com os decretos e as fotos constantes às fls. 73 a 77 e 83 a 86 dos autos. 2. Inicialmente, cabe rechaçar a alegação do apelado de que o Parquet inovara no apelatório, na medida em que a alegação do ente público, em grau de recurso, estava contida nas afirmações da peça exordial da ação civil pública. 3. Nos termos da jurisprudência do STJ, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do apelado como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessário a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos arts. 9º e 11 e, ao menos, pela culpa, nas hipóteses do art. 10. Isso porque não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. 4. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. 5. Ressalta-se, todavia, que os atos de improbidade administrativa descritos no art. 11 da Lei n. 8.429/92, como visto, dependem da presença do dolo genérico, mas dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a administração pública ou enriquecimento ilícito do agente. Precedentes do STJ. 6. É cediço que a dispensa de licitação sem a observância do procedimento previsto na norma é ilegal, mas para que este comportamento seja caracterizado como ímprobo exige a jurisprudência e a legislação a demonstração do dolo genérico, o que não ocorreu no caso em comento. Precedentes do STJ. 7. Recurso conhecido e improvido. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº. 0000156-83.2013.8.06.0197, em que figuram as partes acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0001194-71.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Antônia Ribeiro Lima. Agravante: Antônio Fernandes Martins. Agravante: Antônio Melo de Mesquita. Agravante: Hosanan Lima Silva. Agravante: Maria da Conceição da Cruz Rodrigues. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE). Advogada: Antonia Alcimaria Paula de Araujo (OAB: 25986/CE). Agravado: Município de Mucambo. Advogada: Marcela Leopoldina Quezado Gurgel E Silva (OAB: 18971/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO NÃO INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. LEI SUPERVENIENTE QUE AUMENTA A CARGA HORÁRIA. OFENSA À COISA JULGADA NÃO CONFIGURADA. FIDELIDADE AO TÍTULO. 1- A superveniente modificação do regime de trabalho não implica no descumprimento de sentença que determina o pagamento de remuneração não inferior a um salário mínimo a servidor público. 2- Insurgindo-se o servidor contra o aumento da carga horária, tal matéria deve ser objeto de ação própria, não sendo passível de discussão no âmbito do cumprimento da sentença proferida em ação de cobrança anterior.

3- Agravo regimental conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Regimental n.º 0001194-71.2015.8.06.0000/50000, em que são agravantes Antônia Ribeiro Lima, Antônio Fernandes Martins, Antônio Melo de Mesquita, Hosanan Lima Silva e Maria da Conceição da Cruz Rodrigues e é agravado o Município de Mucambo. A C O R D A a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Mantido o decisum que extingue o cumprimento de sentença, com fulcro nos arts. 581 e 794, I do CPC, por entender que o Município agravado vem cumprindo a determinação consistente no pagamento de salário não inferior ao mínimo em prol dos servidores públicos municipais recorrentes. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0003355-17.2014.8.06.0056/50000 - Agravo. Agravante: Banco BMG S/A. Advogado: Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB: 23798/PE). Advogado: Antônio de Morais Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravado: Rosangela Alves Cassemiro. Advogada: Karileny Sales Pinto Uchoa (OAB: 21348/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO REALIZADO MEDIANTE FRAUDE. AUSÊNCIA DE PROVA PRODUZIDA PELA INSTUIÇÃO BANCÁRIA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CONFIGURADO. DECISÃO MONOCRÁTICA EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 557 DO CPC, ANTE A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. NÃO VIOLAÇÃO DOS PODERES DO RELATOR. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS CORROBORANDO O ENTENDIMENTO ADOTADO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais e repetição de indébito no qual a autora postulou a exclusão de seu nome de todos os órgãos de proteção ao crédito e a nulidade dos contratos de financiamento celebrado, por ausência de manifestação. 2. Inicialmente, insta salientar a possibilidade de julgamento monocrático, inclusive de mérito, pelo Relator nos Tribunais, sem necessidade de submeter a pretensão recursal ao Colegiado decorre de previsão legal e tem como 'intentio legis' conferir celeridade ao trâmite processual em segunda instância e destrancar as pautas de julgamento, a fim de reservar à Câmara Julgadora a análise as questões de maior complexidade e que demandam maiores questionamentos. Assim, afastada a alegação de ofensa ao artigo 557, do Código de Processo Civil. 3. Por fim, resta nos autos que a agravada foi vítima de fraude, restando o defeito na prestação de serviço pela instituição bancária evidenciado na medida em que realizou contrato de crédito sem o cuidado de averiguar se estava contratando com a pessoa que de fato seria a beneficiária do mesmo, sendo inconteste, neste caso, o abalo à honra da consumidora, na medida em que os transtornos suportados pela parte ultrapassam a ideia de mero aborrecimento. 4. Assim sendo, entendo que o valor da prestação indenizatória fixado no primeiro grau de jurisdição mostra-se adequada para compor os danos morais ensejados, devendo ser mantido o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), uma vez que se mostra consentâneo com a gravidade do ato lesivo e com as repercussões decorrentes da lesão causada, atendendo, pois, aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 5. Desta forma, não há razões para afastar o entendimento anteriormente adotado em decisão monocrática que conformou a sentença a quo, mormente porque amparado em vasta jurisprudência. 6. Agravo Regimental conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Interno, autuados sob o nº 0003355-17.2014.8.06.0056/50000, em que são partes as pessoas acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores da 5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em julgamento de sessão, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão guerreada, tudo nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0003792-93.2014.8.06.0109/50000 - Agravo. Agravante: Maria Cerle Sá Peixoto da Luz. Advogado: Sergio Quezado Gurgel E Silva (OAB: 28561/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PEDIDO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. CARÊNCIA DE AÇÃO. POSICIONAMENTO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Para o ajuizamento de ação cautelar de exibição de documentos, a fim de instruir ação que questiona expurgos inflacionários, é necessária a demonstração da negativa da parte contrária em apresentar os documentos postulados na via administrativa previamente à propositura do processo. 2. Não ocorrendo, portanto, o requerimento da documentação objeto da ação cautelar na via administrativa, impõe-se o não conhecimento da ação cautelar de exibição de documentos, ante a ausência de interesse de agir, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC. 3.Precedente do Superior Tribunal de Justiça em sede de RECURSO REPETITIVO (Tema: 648) - REsp 1349453 / MS. Relator(a): Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Órgão Julgador: SEGUNDA SEÇÃO. Data do Julgamento: 10/12/2014. Data da Publicação/Fonte: DJe 02/02/2015). 4. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator Procurador(a) de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0003792-93.2014.8.06.0109/50000 - Agravo. Agravante: Maria Cerle Sá Peixoto da Luz. Advogado: Sergio Quezado Gurgel E Silva (OAB: 28561/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA

DE POUPANÇA. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PEDIDO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. CARÊNCIA DE AÇÃO. POSICIONAMENTO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Para o ajuizamento de ação cautelar de exibição de documentos, a fim de instruir ação que questiona expurgos inflacionários, é necessária a demonstração da negativa da parte contrária em apresentar os documentos postulados na via administrativa previamente à propositura do processo. 2. Não ocorrendo, portanto, o requerimento da documentação objeto da ação cautelar na via administrativa, impõe-se o não conhecimento da ação cautelar de exibição de documentos, ante a ausência de interesse de agir, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC. 3.Precedente do Superior Tribunal de Justiça em sede de RECURSO REPETITIVO (Tema: 648) - REsp 1349453 / MS. Relator(a): Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Órgão Julgador: SEGUNDA SEÇÃO. Data do Julgamento: 10/12/2014. Data da Publicação/Fonte: DJe 02/02/2015). 4. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator Procurador(a) de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0907871-94.2012.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Banco Itaú Unibanco S/A. Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB: 91811/MG). Apelada: Virgilia Maria Rolim Campos. Advogado: Marcilio Barbosa Moreira (OAB: 24339/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO. QUANTUM INDENIZATÓRIO IRRAZOÁVEL. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Observa-se nos autos inscrição indevida da recorrida no banco de dados de restrição ao crédito, decorrente de dívida devidamente quitada, conforme atestam os documentos de fls. 23/38. 2. Inicialmente, cabe destacar que o deslinde da matéria deverá obedecer aos delineamentos do Código de Defesa do Consumidor, pois a relação estabelecida entre as partes adequa-se perfeitamente ao liame estabelecido entre fornecedor e consumidor, conforme disposições legais. 3. Ora, in casu, em se tratando de responsabilidade objetiva, ante a relação de consumo estabelecida, esta independe da existência de culpa, nos termos do art. 12 do CDC. É de se observar que o registro nos órgãos de proteção ao crédito realizado de forma indevida gera dano que prescinde de comprovação de prejuízo, sendo conceituado como dano in re ipsa. 4. Assim, claramente se observa que o fato causou à parte consumidora gravame que sobeja a esfera do aborrecimento. 5. Cabe a esta relatoria, ainda, avaliar, com sopesamento e acuidade, o valor condenatório a ser deferido. A dificuldade em determinar o quantum a ser estipulado, em face do dano moral causado, já foi, inclusive, discutido anteriormente pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, considerando-se árduo mister do julgador fixar valor em pecúnia para sanar, ou pelo menos tentar minorar, o malefício causado pelo vetor do dano. 6. O montante indenizatório arbitrado pelo Magistrado a quo foi no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais. A fixação do arbitramento do dano sofrido deve estar regrado dentro de parâmetros de moderação e comedimento, sob pena de deferir enriquecimento indevido a uma das partes. O regramento em questão não se coadunou perfeitamente com as regras da proporcionalidade e da razoabilidade, pois restou inadequado em face do gravame sofrido. Desta feita, deve ser minorado o quantum arbitrado, de modo a adequar, de forma prudente e cautelosa, o valor da reparação a ser deferido ao apelado. Assim, reduzo para R$ 8.000,00 (oito mil reais) o quantum indenizatório, valor adequado e consentâneo aos danos morais provocados à parte consumidora. 7. Apelo conhecido e parcialmente provido, para reformar a sentença, reduzindo a condenação quanto aos danos morais causados, dantes arbitrados em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescidos de correção monetária, contabilizada a partir da publicação do presente acórdão, e juros moratórios, a incidirem a partir da citação válida, por tratar-se de responsabilidade contratual, conforme art. 405 da legislação cível substantiva. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer do presente recurso, para dar-lhe parcial provimento, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0897830-97.2014.8.06.0001 - Apelação. Apelante: José Pereira da Silva. Advogado: Antonio Ednaldo Altino de Melo (OAB: 20795/CE). Apelado: Marítima Seguros S.A.. Apelado: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. Advogado: Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE). Advogado: Joao Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, I, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Vide-se que a Lei nº. 6.194/74, com as modificações inclusas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, conforme preceito do art. 5º, §5º, do citado dispositivo normativo. 2. Vislumbra-se, nos autos, que foi proferido despacho pelo juízo monocrático designando data para realização de exame pericial e tentativa de conciliação. 3. Contudo, no caso concreto, o autor, mesmo intimado pessoalmente, não compareceu à perícia médica designada, não se desincumbindo do ônus de comprovar a alegada invalidez em grau superior ao constatado na esfera administrativa, conforme preceitua o art. 333, I, do CPC. Logo, deve ser mantida a improcedência da ação. 4. Apelo conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0836593-62.2014.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Advogado: Erlon Charles Costa Barbosa (OAB: 15423/CE). Advogada: Martha Salvador Dominguez (OAB: 13717/CE). Advogada: Cybelle Mendes Batista Siebra de Brito (OAB: 28456/CE). Agravado: José Walter de Farias. Advogado: Francisco Jose Colares Filho (OAB: 4421/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO EM RAZÃO DA SUA IMPROCEDÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. PACIENTE COM 86 (OITENTA E SEIS) ANOS E PORTADOR DO MAL DE PARKISON. TRATAMENTO HOME CARE. SUCEDÂNEO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR. PRESCRIÇÃO MÉDICA, APÓS PERIODO DE INTERNAMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELA OPERADORA DE SAÚDE SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. DESCABE AO PLANO DE SAÚDE LIMITAR A TERAPÊUTICA INDICADA POR PROFISSIONAL HABILITADO NA BUSCA DA CURA OU NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: “O SERVIÇO DE “HOME CARE” CONSTITUI DESDOBRAMENTO DO TRATAMENTO HOSPITALAR CONTRATUALMENTE PREVISTO QUE NÃO PODE SER LIMITADO PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE.” CONTRATOS DE SAÚDE. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS FAVORÁVEIS AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO FIXADO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PELO JUÍZO DE PLANÍCIE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Tratam os autos de Agravo Regimental em face da Decisão Monocrática que negou seguimento ao Recurso de Apelação manejado com o objetivo de desconstituir a sentença prolatada pelo Juízo da 37ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de Tutela e Indenização por Danos Morais que teve trâmite naquela serventia. 2. Extrai-se do exame dos fólios que o agravado conta com mais de 86 (oitenta e seis) anos de idade, é portador do mal de parkinson, contraiu infecção respiratória e urinária, que o levou a passar 18 (dezoito) dias internado no Hospital São Mateus (fl. 12) e ao receber alta médica lhe foi prescrito tratamento intensivo domiciliar de fonoaudiologia e fisioterapia, ou seja, tratamento home care (fls. 15-18). 3. Se encontra pacificado no Superior Tribunal de Justiça - STJ, que o serviço “home care”, é sucedâneo da internação hospitalar, observados alguns requisitos como a indicação médica (fls. 15-18), a concordância do paciente e que o custo do atendimento domiciliar por dia seja inferior ao custo diário em um hospital. 4. Destarte, consta dos autos a indicação médica (fls. 15-18) e o assente do paciente, já que solicitou o serviço à Operadora de Saúde (fls. 11-14); não havendo a UNIMED FORTALEZA, informado orçamento de custos, limitando-se a verberar que trata-se de um tratamento de alto custo, razão pela qual, in casu, a decisão impugnada deve ser mantida pelos fundamentos em que fora lançada. 5. Em sendo o tratamento home care, sucedâneo da internação hospitalar e sendo esta objeto do contrato, não há o que se falar em negativa de cobertura por ausência de previsão contratual, restando superada a justificativa da recorrente para não oferecer o serviço requestado. 6. Por oportuno, consigne-se que a teor da Súmula 469 do Superior Tribunal de Justiça, aos contratos de saúde se aplica o Código de Defesa do Consumidor, porquanto, as suas cláusulas devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor. 7. Já a indenização por danos morais fixada pelo Juízo de Piso em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), entendo razoável ao ilícito reconhecidamente praticado a considerar as circunstâncias do caso e as condições econômicas das partes, razão pela qual, não merece ser alterado ou excluído da condenação. 8. Assim, em não havendo a agravante trazido aos autos nenhum elemento novo capaz de modificar o entendimento consolidado na decisão agravada, deve a mesma ser mantida na forma em que fora lançada e pelos próprios fundamentos. 9. Recurso conhecido e improvido. Decisão mantida. ACÓRDÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, tudo de conformidade com o voto da e. Relatora.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0710376-62.2000.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Meliá Brasil Administração Hoteleira e Comercial Ltda. Advogado: Giuliano Pimentel Fernandes (OAB: 14241/CE). Advogado: Carlos Antonio Wanderlei Medeiros (OAB: 25739/CE). Apelado: Condomínio Edificio Ivan Bezerra de Menezes. Advogado: Felipe Braga Albuquerque (OAB: 15507/CE). Advogada: Lilian Rebouças de Araujo (OAB: 15597/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AÇÃO IDÊNTICA AJUIZADA ANTERIORMENTE. LITISPENDÊNCIA. EXTINÇÃO DO SEGUNDO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, V, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. 1. O art. 219 do CPC estatui que “a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. 2. Consoante o § 1.º do art. 301 do CPC: “Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.” 3. Foram ajuizadas perante o Juízo singular duas ações de prestação de contas com a mesma causa de pedir, pedido e partes. A primeira em 26.08.2003 e citação válida em 05.12.2003 (processo n.º 2003.02.55107-7 atual 0705204-42.2000.8.06.0001). A segunda em 08.09.2003 e citação válida em 20.12.2003 (processo n.º 2003.02.59582-1 atual 0710376-62.2000.8.06.0001). 4. A sentença impugnada reconhece a litispendência e extingue a segunda ação (processo n.º 2003.02.59582-1 atual 0710376-62.2000.8.06.0001), com fundamento no art. 267, V, do CPC. 5. Apelação Cível conhecida e não provida. 6. Sentença confirmada. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº. 0710376-62.2000.8.06.0001 que é apelante MELIÁ BRASIL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA E COMERCIAL LTDA. e apelado CONDOMÍNIO EDIFÍCIO IVAN BEZERRA DE MENEZES. ACORDA a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento para confirmar a sentença de primeiro grau.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0629155-35.2015.8.06.0000 - Habeas Corpus. Impetrante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogada: Alessia Piol Sa (OAB: 16492/CE). Advogado: Fabio Jose de Oliveira Ozorio (OAB: 8714/CE). Impetrante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Impetrado:

SEGREDO DE JUSTIÇA. Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: HABEAS CORPUS CÍVEL. PENSÃO ALIMENTÍCIA. REDUÇÃO DO VALOR. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA. 1. A despeito das alegações de impossibilidade financeira de arcar com o ônus imposto, a via estreita do habeas corpus, por se tratar de instrumento de cognição sumária, não comporta discussão acerca do binômio necessidade-possibilidade, de maneira que pouco importa o fato do paciente ter ou não vendido a Casa Lotérica ou de ter reduzido parcialmente as suas quotas societárias. 2. A questão deve cingir-se apenas à análise da existência da ilegalidade da autoridade coatora. E sobre esse aspecto o writ exige a comprovação de plano do suposto constrangimento à liberdade do paciente, cabendo o ônus ao impetrante. 3. Compulsando detidamente os autos, observa-se que a liquidez e certeza do direito alegado não restaram demonstradas. 4. Habeas Corpus denegado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer e denegar a ordem impetrada, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0628687-08.2014.8.06.0000/50001 - Agravo. Agravante: Roberto Ramos Carvalho. Agravante: Regina Lúcia Pires de Carvalho. Advogado: Afonso Henrique de Lima Campos Torres (OAB: 16340/CE). Agravado: Estado do Ceará. Advogada: Ana Luisa Sampaio Siqueira (OAB: 15609/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. CORRESPONSABILIDADE DE SÓCIOS CUJOS NOMES CONSTAM DA CDA. CONEXÃO COM A EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DOS PROCESSOS. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. 1- Uma vez ajuizada a Execução Fiscal, o Juízo da Vara de Execuções Fiscais e de Crimes contra a Ordem Tributária para o qual esta for distribuída será competente para processar e julgar qualquer outra ação que vise a modificar ou desconstituir o respectivo crédito tributário, ou que, de qualquer modo, se oponha ou possa comprometer os atos executivos, inteligência do art. 110 da Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual n.º 12.342/94). 2- Insere-se nesse contexto a ação ordinária ajuizada por sócios ou ex-sócios de pessoa jurídica com o escopo de afastar a sua responsabilidade pelo pagamento da dívida tributária, a qual, por seu turno, é objeto de ação de execução fiscal em curso. 2- Agravo regimental conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Regimental n.º 0628687-08.2014.8.06.0000/50001, em que são agravantes Roberto Ramos Carvalho e Regina Lúcia Pires de Carvalho e é agravado o Estado do Ceará. A C O R D A a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento. Mantida a decisão monocrática do relator que, consoante autoriza o art. 243 do RITJCE, reconsidera a decisão monocrática impugnada e: I) acolhe a arguição de incompetência suscitada pelo Estado do Ceará, declarando nulos os atos praticados nos autos da ação ordinária (Processo n.º 0891681-85.2014.8.06.0001), e determina o seu encaminhamento à 3.ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária, competente para processar e julgar o feito, em virtude da prevenção operada pela distribuição da Execução Fiscal (Processo n.º 0716371-56.2000.8.06.0001) em curso naquele Juízo; II) julga prejudicado o agravo de instrumento interposto pelo Estado do Ceará (art. 557, caput do CPC c/c art. 33, inciso XVII do RITJCE). Fortaleza, 27 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0003794-63.2014.8.06.0109/50000 - Agravo. Agravante: Danielle Peixoto Neves da Luz. Advogado: Sergio Quezado Gurgel E Silva (OAB: 28561/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Advogada: Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB: 28184/CE). Advogada: Melissa Abramovici Pilotto (OAB: 28185/CE). Advogada: Larissa de Alencar Pinheiro (OAB: 20256/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO PEDIDO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. CARÊNCIA DE AÇÃO. POSICIONAMENTO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Para o ajuizamento de ação cautelar de exibição de documentos, a fim de instruir ação que questiona expurgos inflacionários, é necessária a demonstração da negativa da parte contrária em apresentar os documentos postulados na via administrativa previamente à propositura do processo. 2. Não ocorrendo, portanto, o requerimento da documentação objeto da ação cautelar na via administrativa, impõe-se o não conhecimento da ação cautelar de exibição de documentos, ante a ausência de interesse de agir, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC. 3. Precedente do Superior Tribunal de Justiça em sede de RECURSO REPETITIVO (Tema: 648) - REsp 1349453 / MS. Relator(a): Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Órgão Julgador: SEGUNDA SEÇÃO. Data do Julgamento: 10/12/2014. Data da Publicação/Fonte: DJe 02/02/2015) 4. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0628421-84.2015.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração. Embargante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Lintor José Linhares Torquato (OAB: 15131/CE). Embargado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Oreilly Gabriel do Nascimemento (OAB: 25533/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE OU UNICIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO

CONSUMATIVA. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS EM FACE DA MESMA DECISÃO. RECURSO DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO ANTERIORMENTE AOS PRESENTES EMBARGOS. RECURSO NÃO CONHECIDO. ORIENTAÇÕES REITERADAS DO TJCE E STJ. 1- O manejo de mais de um recurso contra uma mesma decisão contraria o princípio da unirrecorribilidade, unicidade ou singularidade recursal, ato jurídico vedado pelo ordenamento pátrio, sendo inviabilizado o conhecimento dos demais recursos que sucederem a primeira peça recursal protocolada em razão da preclusão consumativa. 2 -Em análise, o recurso de Agravo Interno (0628421-84.2015.8.06.0000/50000) foi protocolado primeiramente, conforme documento de registro de autuação, operando-se, portanto, a preclusão em face dos presentes embargos de declaração. 3 -"Em respeito ao princípio da unirrecorribilidade recursal, interpostos dois recursos contra uma única decisão, apenas o primeiro recurso deve ser conhecido, pois operada a preclusão consumativa em relação ao segundo recurso" (Precedentes STJ- EDcl nos EDcl no AgRg no Resp 1261444/RS). 4 -Embargos de declaração não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em NÃO CONHECER DO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, de acordo com a ata do julgamento. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator Procurador (a) de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0004665-18.2014.8.06.0134/50000 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Jefferson de Paula Viana Filho (OAB: 18401/CE). Agravada: Maria Taiane Silva Nascimento. Repr. Legal: Maria Evaristo da Silva. Advogada: Cintia Alves de Sousa (OAB: 28648/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AOS RECURSOS. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE LITISCONSÓRICIO PASSIVO NECESSÁRIO COM A UNIÃO. REJEITADA. DIREITO À EDUCAÇÃO. ENSINO MÉDIO. CURSO TÉCNICO. INDEFERIMENTO DE MATRÍCULA. REQUISITO ETÁRIO EXIGIDO NA PORTARIA Nº 1053/2013. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRECEDENTES DESTA E. CORTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Tratam os autos de Agravo Regimental em face da Decisão Monocrática que negou seguimento à Apelação Cível e ao Reexame Necessário, mantendo a sentença que concedeu a segurança pleiteada. 2. Preliminar de Litisconsórcio Passivo Necessário com a União. Rejeitada. O Ente agravante alega que o presente caso diz respeito a matéria de cunho federal, pois trata da Resolução CNE/CEB nº 01/2004 (Conselho Nacional de Educação), restando claro o interesse da União no feito. No entanto, muito embora a resolução tenha sido expedida pela União, o ato coator partiu da diretora da escola profissionalizante, não se discutindo, pois, a legalidade em abstrato da resolução, mas sim o prejuízo de sua aplicação no caso concreto. 3. A controvérsia instaurada nos autos gira em torno do indeferimento da matrícula da impetrante no curso de ensino médio profissionalizante, sob o argumento de que a estudante não possuía o requisito da idade mínima à época da efetivação da inscrição, exigida pela supramencionada Resolução, qual seja, 16(dezesseis) anos, pois contava apenas com 14 (quatorze) anos. 4. Impossibilitar a impetrante, ora agravada, de se matricular no curso técnico em questão, tão somente por não preencher o requisito etário indicado no certame, não se coaduna com a nova política social do país que, a cada dia, busca alternativas para retirar jovens adolescentes de classes sociais desprivilegiadas da ociosidade e da marginalização social, inserindo-os no mercado de trabalho. 5.É dever do Estado propiciar aos jovens o direito à educação e à qualificação profissional, devendo ser valorizado o mérito da estudante que, ao ingressar no ensino médio, pretende participar de curso profissionalizante já pensando no futuro próximo. 6. Precedentes deste Sodalício (TJ-CE. Processo: 0004564-78.2014.8.06.0134. Relator: Antônio Abelardo Benevides Moraes. Terceira Câmara Cível. Publicação: DJe03/08/2015; TJ-CE. Processo: 0004574-25.2014.8.06.0134. Relator: Vera Lúcia Correia de Lima. Quarta Câmara Cível. Publicação: DJe 02/09/2015) 7. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, unanimemente, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, tudo de conformidade com o voto da e. Relatora.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0004960-39.2011.8.06.0141/50001 - Embargos de Declaração. Embargante: BV Financeira S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Giovanio de Gois Dias. Advogado: Fabricio Coelho Cavalcanti (OAB: 20917/CE). Advogado: Rogerio Pereira Dantas (OAB: 21220/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO COLEGIADA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO PELO JUIZ DE PISO. OMISSÃO CONFIGURADA. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. A PARTIR DO ARBITRAMENTO DEFINITIVO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 362 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS. 1. Trata-se de Embargos de Declaração em Agravo Regimental que negou provimento ao recurso apresentado, mantendo a decisão monocrática, no sentido de reformar parcialmente a sentença a quo, reduzindo o quantum indenizatório para R$ 4.000,00 (quatro mil reais), devidamente corrigido, mantendo-se inalterada nos demais termos. 2. Insurge-se o embargante contra o decisum, sustentando que houve omissão quanto à modificação do termo inicial da correção monetária sobre os danos morais. 3. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça "a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula 362) 4. Embargos de Declaração Acolhidos, tão somente para sanar a omissão constatada. ACÓRDÃO Acordam os Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em acolher os Embargos de Declaração, para sanar omissão apontada, nos termos do voto da Relatora.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0628421-84.2015.8.06.0000/50000 - Agravo Regimental. Agravante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Lintor José Linhares Torquato (OAB: 15131/CE). Advogada: Bruna Silva Frota (OAB: 27817/CE). Agravado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Oreilly Gabriel do Nascimemento (OAB: 25533/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE NEGOU O EFEITO SUSPENSIVO. IRRECORRIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 527, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. ORIENTAÇÕES REITERADAS DO TJCE E STJ. 1- O Código de Processo Civil em vigor não admite a interposição de recurso contra decisão que concede ou nega o efeito suspensivo ou que concede ou nega a tutela antecipada recursal em agravo de instrumento, podendo o relator modificá-la somente por meio de reconsideração ou ao julgar definitivamente o recurso. 2 - O parágrafo único do artigo 527 do Código de Processo Civil determina expressamente que as decisões interlocutórias somente poderão ser modificadas no momento do julgamento do agravo, salvo se o relator da causa reconsiderar, o que não ocorreu no caso em tela. 3 - Agravo Interno não conhecido por ausência de interesse recursal. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em NÃO CONHECER O AGRAVO INTERNO, de acordo com a ata do julgamento. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator Procurador(a) de Justiça

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0008917-33.2011.8.06.0049/50002 - Embargos de Declaração. Embargante: Juarez Gomes Ribeiro. Advogada: Joana Peroba Gomes (OAB: 20183/CE). Embargado: Roberval Torres Sombra. Advogada: Francisco Monteiro da Silva Viana (OAB: 15287/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PRETENDIDA REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA E JURÍDICA. DECLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Não se observa no acórdão embargado omissão, contradição ou obscuridade a justificar a pretendida rediscussão da matéria de fato e de direito já amplamente analisada no acórdão recorrido. 2. Quanto à alegação de que o autor da ação popular não teria capacidade postulatória, há muito já restou evidente que qualquer cidadão é parte legítima para propor a ação popular (art. 5º, LXIII, CF) que visa anular ato lesivo ao patrimônio público, bem como se demonstrou com a procuração constante à fl. 10 a existência da capacidade postulatória do autor da demanda. 3. Restou demonstrado, no acórdão fustigado, que a decisão atacada já atende aos pedidos do aclaratório, na medida em que reconhece a regularidade da dita “quinta gratificação” quando efetua o pagamento com fulcro em diploma diverso ao questionado na ação popular, não havendo, portanto, qualquer interpretação dúbia. 4. O decisum supracitado resolveu, de forma clara, todos os aspectos encaminhados pela prova dos autos, atitude que revela desamparo ao direito do embargante em pleitear a alteração do acórdão. 5. Verifica-se na decisão apreciada que foram bastante analisados os aspectos fáticos e jurídicos extraídos dos autos. Precedentes deste Tribunal, conforme Súmula nº. 18 do TJCE. 6. Declaratórios improvidos. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração cível nº. 0008917-33.2011.8.06.0049/50002, em que figuram as partes acima indicadas, acordam os Desembargadores da 5ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios, mas para negar-lhes provimento. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0628291-94.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Banco Citibank S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Agravado: Roberto Moreira Feliciano. Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULO POR CONTADOR JUDICIAL. LAUDO PERICIAL NÃO IMPUGNADO PELAS PARTES. ACEITAÇÃO TÁCITA. INSURGÊNCIA APÓS DECISÃO QUE HOMOLOGA O CÁLCULO. PRECLUSÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As partes foram intimadas para se manifestar acerca do laudo pericial em 12/11/2014 (fls. 46/48) tendo a agravante silenciado. 2. Como não houve impugnação do cálculo apresentado pela contadoria judicial, o magistrado de origem homologou o cálculo pericial (fls. 51/152), sendo tal provimento judicial objeto do presente recurso. Nesse contexto, inviável a apresentação de insurgência quanto ao laudo apenas em sede recursal, após a homologação pelo magistrado, ante a ocorrência de preclusão. 3. O questionamento de matéria controvertida deve ser realizado no momento oportuno sob pena de gerar a preclusão como consequência da inércia do interessado. Desconsiderar a preclusão significaria admitir a perpetuação infinita do processo, soçobrando o princípio da segurança jurídica. 4. Impende registrar, por fim, que não se trata de alegação de mero equívoco aritmético ou erro material, sendo, portanto, inviável a impugnação quanto aos critérios de cálculo adotados na perícia a qualquer tempo, sob pena de eternizar as discussões judiciais. 5. Agravo Regimental conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental, autuados sob o nº 0628291-94.2015.8.06.0000/50000, em que são partes as pessoas acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores da 5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em julgamento de sessão, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão guerreada, tudo nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0013646-50.2011.8.06.0034/50001 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE). Agravado: Projet3 Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Carlos Cesar Quadros Pierre (OAB: 10567/CE). Advogado: Fabio Rodrigues Coutinho (OAB: 15497/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E À APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE INSCRIÇÃO EM CADASTRO DA SEFAZ. EXIGÊNCIA DE REGULARIZACÃO DE SÓCIO DA EMPRESA POSTULANTE JUNTO AO FISCO ESTADUAL COMO CONDIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MEIO COERCITIVO DE COBRANÇA DE TRIBUTOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 70, 323 E 547, DO STF. PRÁTICA QUE OFENDE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A ORDEM ECONÔMICA (ART. 170, DA CF/88). INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 94, DO DECRETO ESTADUAL Nº 24.596/97, DECLARADA PELO PLENO DO TJCE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Estado do Ceará em face da Decisão Monocrática de fls. 98 - 108, proferida por esta Relatoria, que conheceu do Reexame Necessário e da Apelação Cível para negar-lhes provimento, confirmando a sentença de 1º grau nos termos em que foi lançada. Nas razões de inconformação, o Estado do Ceará sustenta que não fora localizado, nos registros da SEFAZ, nenhum pedido administrativo solicitando a inscrição da recorrida no Cadastro de Contribuintes do Estado do Ceará, bem como qualquer documento que demonstre a negativa da autoridade coatora, ora recorrente, em protocolar o aludido pleito. Alega que o agente público age sob o estrito prisma da legalidade, assim, a suposta negativa de inscrição de empresa, em hipótese como a da espécie, não significaria agir dentro da ilegalidade ou com abuso de poder. 3. Embora o recorrente sustente a ausência de documentação que comprove a negativa em protocolar o pleito administrativo, é de reconhecer que não merece razão suas alegações. Às fls. 24 - 30, consta a documentação acostada pela recorrida onde a mesma comprova a tentativa de registrar a empresa no Cadastro Geral da Fazenda - CGF, por meio eletrônico, não tendo, no entanto, logrado êxito. 4. Assim e ao contrário do que afirma o ente público, há nos autos prova documental de que a impossibilidade de cadastramento da empresa agravada no cadastro geral de contribuintes se deu pelo fato de um dos seus sócios está inscrito na dívida ativa por débito de IPVA. 5. As restrições administrativas para coagir o contribuinte ao recolhimento de impostos ou a cumprimento de eventual obrigação tributária, decorrente de sua atividade empresarial, ferem os princípios constitucionais insculpidos no art. 170 da Constituição Federal de 1988 (assegura a todos, o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei). 6. A utilização de mecanismos coercitivos a fim de forçar as empresas a resolver pendências tributárias, acaso existentes, ou como forma de retaliação por demanda judicial proposta pelo contribuinte ou seu representante configura abuso de poder. Incidência das Súmulas 70, 323 e 547, do STF. 7. Descortinando a matéria, o e. Des. Francisco Barbosa Filho, quando do julgamento da Apelação 212-09.2002.8.06.0034/1, em 04/07/2011, pontuou que "ao impedir a inscrição da impetrante no CGF, o apelante ofende o princípio da legalidade, haja vista a previsão constitucional no sentido de que não deve haver restrições ao exercício da atividade econômica." E continuou: "O princípio da livre iniciativa é o fundamento da ordem econômica e atribui à iniciativa privada o papel primordial na produção ou circulação de bens ou serviços, constituindo a base sobre a qual se constrói a ordem econômica". 8. No mesmo sentindo cito os precedentes do STJ e dos Tribunais Pátrios: RTJ 125/395, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI e APL 0619576-51.2014.8.04.0001 - Des. Rafael de Araújo Romano - Julgamento: 18/03/2015) 9. Ademais, o art. 94 do Decreto n° 24.569/97 que, assim como o art. 14 da Lei 12.670/96, autoriza o indeferimento da inclusão no CGF, caso qualquer sócio da empresa requerente esteja inscrito na Dívida Ativa, restou declarado inconstitucional no voto proferido pelo e. Des. José Arísio Lopes da Costa, quando do julgamento do Mandado de Segurança nº 2004.0006.3695-2, em 04.05.2009. 10. Recurso conhecido, porém, desprovido. Decisão monocrática mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, tudo de conformidade com o voto da e. Desembargadora Relatora.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0059020-04.2005.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogada: Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB: 28184/CE). Advogada: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB: 27109/PR). Advogada: Melissa Abramovici Pilotto (OAB: 28185/CE). Agravado: Waltersom Mardem de Moirais. Advogado: Francisco Vinicio Moura de Almeida (OAB: 7192/CE). Advogado: Antonio Jose Thaumaturgo Barroso (OAB: 6931/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. RETENÇÃO INTEGRAL DO SALÁRIO DO CORRENTISTA. PAGAMENTO DE EVENTUAL SALDO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO PROPORCIONAL. 1. É ilícita a conduta do banco de reter o salário do correntista, que lhe é confiado em depósito, pelo empregador, para cobrir eventual saldo devedor de conta-corrente, devendo se valer dos meios ordinários de cobrança. 2. Ainda que expressamente pactuada, a retenção integral do salário de correntista com o propósito de saldar débito deste perante a instituição financeira enseja reparação por danos morais e materiais. Precedentes. 3. Agravo Regimental conhecido e desprovido. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental n.º 0059020-04.2005.8.06.0001/50000 em que é agravante Banco do Brasil S/A e agravado Waltersom Mardem de Morais. ACORDA a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do Agravo Regimental interposto e negar-lhe provimento, por não existir fundamentos capazes de infirmar a decisão monocrática proferida. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0131651-33.2011.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Estado do Ceará. Proc. Estado: Fernando Antonio Teixeira Tavora (OAB: 4955/CE). Agravado: José Xavier Pereira. Advogado: Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE

PRECEITO COMINATÓRIO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. ACESSO À JUSTIÇA. ART. 5º, XXXV, DA CF/88. DEMORA NA PUBLICAÇÃO DO ATO DE APOSENTAÇÃO DE SERVIDOR. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. DESCONTOS INDEVIDOS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE E CELERIDADE. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 33, DO TJCE. JUROS DE MORA. REPARAÇÃO A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO DEFINITIVA. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. , DO CTN, E ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 188, DO STJ. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Trata-se de Agravo Regimental interposto em face da Decisão Monocrática (fls. 77-88) que negou seguimento ao recurso de Apelação Cível manejado pelo Estado do Ceará, confirmando a sentença de 1º grau nos termos em que foi lançada. 2. Em suas razões recursais, so Estado agravante, pela segunda vez, a ausência de interesse de agir por parte do recorrido, uma vez que, no seu dizer, não há pretensão resistida, ante a publicação no Diário da Justiça da Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011, que previu, no parágrafo segundo, do art. 3º, que, após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias contados do início do processo de aposentadoria, voluntária ou não, sem que haja sido publicado o ato de aposentadoria, serão adequadas, independentemente de requerimento do interessado, a cobrança da contribuição previdenciária do servidor e a percepção dos valores a título de remuneração, subsídios ou proventos, sem prejuízo de posteriores compensações ou cobranças, apurando-se, em qualquer caso, a eventual responsabilidade pela inadequação do afastamento. 3. O acesso ao Judiciário não se encontra condicionado ao exaurimento da via administrativa, sendo direito constitucionalmente assegurado nos termos do art. 5º, XXXV da Constituição Federal de 88. A não utilização preliminar dessa via, antes de buscar-se o Judiciário, não configura a falta de interesse processual do jurisdicionado, uma vez que a necessidade nasce pura e simplesmente da alegação de lesão ou de ameaça à lesão de um direito e não da negativa da via administrativa. 4. A remuneração paga ao servidor autorizado a afastar-se da função, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias previsto em lei, a partir da formalização do pedido de aposentadoria, não mais tem a natureza de contraprestação pelo exercício do cargo. 5. Assim, conforme entendimento pacificado através da Súmula 33 deste Tribunal de Justiça, todos os descontos previdenciários ocorridos após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias contados do início do processo de aposentadoria, sem que tenha sido publicado o ato de jubilamento, deverão ser restituídos ao servidor público afastado, na forma da legislação vigente. 6. A restituição de tais quantias deverá ser feita em valores atualizados, com juros de mora contados a partir do trânsito em julgado da sentença, conforme dispõe o parágrafo único do art. 167 do Código Tributário Nacional e no Enunciado da Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça. 7. Portanto, agiu de maneira correta o d. Juiz a quo quando determinou a imediata suspensão dos descontos previdenciários incidentes sobre os proventos do autor, condenando o Ente Estadual à restituição do valores indevidamente recolhidos. 8. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão recorrida, tudo de conformidade com o voto da e. Desembargadora Relatora.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0626975-46.2015.8.06.0000/50001 - Agravo. Agravante: Milvia Karla Rezende de Moura. Advogado: Paulo Napoleao Goncalves Quezado (OAB: 3183/CE). Agravado: Estado do Ceará. Proc. Estado: Cicero Carpegiano Leite Gonçalves (OAB: 17888/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ. 1. CANDIDATA PARADIGMA BENEFICIADA POR ORDEM JUDICIAL. PRETERIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. LEI POSTERIOR CRIANDO NOVOS CARGOS. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS ORIGINALMENTE PREVISTAS NO EDITAL. 3. CLÁUSULA DE BARREIRA. POSSIBILIDADE. 1- Na hipótese em que o paradigma somente participa da etapa seguinte do concurso público e concretiza sua nomeação e posse em virtude de ordem judicial, não há que se falar em preterição de candidatos melhores classificados por parte da Administração. 2- A legislação superveniente que cria vagas não possui o condão de alterar automaticamente as regras previstas no edital de abertura do concurso. 3- Não há óbice, de ordem constitucional ou legal, à cláusula editalícia que limita a convocação de determinado número de candidatos para as etapas subsequentes do concurso público, eliminando os excedentes, ainda que existam ou venham a ser criadas novas vagas durante a sua vigência. 4- Agravo regimental conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Regimental n.º 0626975-46.2015.8.06.0000/50001, em que é agravante Milvia Karla Rezende de Moura e é agravado o Estado do Ceará. A C O R D A a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0133418-14.2008.8.06.0001/50001 - Agravo. Agravante: Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. Advogado: Francisco Alexandre dos Santos Linhares (OAB: 15361/CE). Advogado: Gustavo Bevilaqua Vasconcelos (OAB: 22128/CE). Advogada: Gabriella Lima Batista (OAB: 29499/CE). Agravado: Município de Fortaleza. Procª. Munic.: Ingrid Barreira de Carvalho Passos (OAB: 6151/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA: AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA. PROCEDIMENTO FISCAL. RECUSA E/OU ATRASO EM FORNECER DOCUMENTOS. INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. SANÇÃO LEGAL APLICADA REGULARMENTE. DECISÃO CONFORME JURISPRUDÊNCIA DO STJ FIRMADA EM JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1- Nos termos da reiterada jurisprudência do STJ, as autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente" (STJ. REsp 1134665/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/12/2009). 2- Nas demandas de cunho declaratório, até por inexistir condenação pecuniária que possa servir de base de cálculo, os honorários devem ser fixados "de acordo com a apreciação equitativa do juiz, não se impondo a adoção do valor da causa ou da condenação" (STJ. REsp 1155125/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA

SEÇÃO, DJe 06/04/2010). 3- Em síntese, a decisão monocrática está amparada em jurisprudência consolidada de Tribunal Superior (STJ), firmada em julgamento de recurso repetitivo. 4- Agravo Interno não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 5ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO e NEGAR-LHE PROVIMENTO, de acordo com a ata do julgamento. Fortaleza, 27 de JANEIRO de 2016. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente do Órgão Julgador - em exercício DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator Procurador

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0153768-76.2015.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Patricio Rodrigues Beserra. Advogado: Rafael de Sousa Rezende Monti (OAB: 18044/CE). Apelado: Maritima Seguros S/A. Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Joao Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE). Advogado: Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. LAUDO OFICIAL. IMPRESCINDIBILIDADE. PERÍCIA MÉDICA. NÃO COMPARECIMENTO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei nº. 6.194/74, com as modificações inclusas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve qualificar e quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, conforme preceito do art. 5º, §5, do mencionado diploma normativo. 2. O Juiz monocrático determinou a inclusão dos autos no Mutirão do DPVAT, para fins de realização de prova pericial, com o fito de demonstrar a incapacidade e o grau de invalidez do autor. Assim sendo, determinou a intimação da parte autora, via postal, mediante aviso de recebimento. Contudo, o pedido da ação foi julgado improcedente por ausência de prova do grau da lesão sofrida, em razão do não comparecimento da parte vitimada para realização de perícia. 3. Em se tratando de perícia médica, onde é exigido o comparecimento da vítima para a realização do exame, a sua intimação pessoal torna-se indispensável, pois não se pode atribuir a terceiro a responsabilidade de cientificá-la da obrigação de comparecer à perícia designada, mesmo que este seja seu patrono. 4. No caso concreto, a parte apelante foi intimada pessoalmente para comparecer na data designada para a realização de perícia médica, não restando configurado o cerceamento do direito de defesa. 5. Recurso conhecido, porém improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação cível nº. 0153768-76.2015.8.06.0001, em que figuram as partes acima indicadas, acordam os Desembargadores da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto, mas para negar-lhe provimento, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0157217-47.2012.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração. Embargante: Yasuda Marítima Seguros S/A. Advogado: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282/CE). Advogado: MAURICIO SANITA CRESPO (OAB: 124265/SP). Embargado: Samara Chagas Cavalcante. Advogado: Paulo Maria Teixeira Lima (OAB: 6989/CE). Advogado: Djacir Ribeiro Parahyba Neto (OAB: 18567/CE). Advogado: Airton Bruno Viana Martins (OAB: 30901/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES PÚBLICOS. PRETENSÃO DE EXTENSÃO DE VANTAGENS SOBRE OS VENCIMENTOS COM BASE EM DECISÃO JUDICIAL. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 535 DO CPC. REDISCUSSÃO. 1. Os embargos de declaração podem ser opostos perante qualquer provimento judicial, desde que presente alguma das hipóteses do artigo 535 do CPC, ou erro material no julgado. 2. Ausente qualquer vício consistente em omissão, contradição, obscuridade, ou erro material no acórdão embargado, o recurso não deve ser acolhido, não se revelando esta via como adequada para reexame de matéria já amplamente discutida pelo órgão julgador. 3. Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração n.º 0157217-47.2012.8.06.0001/50000, em que é embargante o Yasuda Marítima Seguros S/A e é embargada Samara Chagas Cavalcante. ACORDA a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer dos Embargos de Declaração e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0626688-83.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Bradesco Vida e Previdência S/A. Advogado: Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB: 22910/CE). Agravado: Vanilda Cruz Lima. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PESSOA JURÍDICA. NULIDADE DA CITAÇÃO NA FASE COGNITIVA. INOCORRÊNCIA. CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ENVIADO AO ENDEREÇO CONSTANTE NO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, ONDE FUNCIONA SUCURSAL DA EMPRESA. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA, SEM QUALQUER RESSALVA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. MULTA DE 10%. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO NO PRAZO LEGAL. INCIDÊNCIA. 1. Não há nulidade de citação quando a correspondência é enviada para endereço informado no contrato firmado entre as partes, ainda mais quando nele funciona sucursal da empresa requerida. 2. É válida a notificação realizada na pessoa de quem se apresenta como representante legal da pessoa jurídica, sem fazer qualquer ressalva quanto à inexistência de poderes para receber citação, aplicando-se a teoria da aparência. Precedentes. 3. Transcorrido in albis o prazo previsto no art. 475-J do CPC, sem que o devedor pague a dívida, deve incidir a multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 4. Agravo Regimental conhecido e desprovido. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental

n.º 0626688-83.2015.8.06.0000/50000 em que é agravante Bradesco Vida e Previdência S/A e agravada Vanilda Cruz Lima. ACORDA a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do Agravo Regimental interposto e negar-lhe provimento, por não existir fundamentos capazes de infirmar a decisão monocrática proferida.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0160968-42.2012.8.06.0001 - Apelação. Apelante: José Nilson Oliveira Silva. Advogado: Rodolfo Bento da Rocha (OAB: 23237/CE). Apelado: Maritíma Seguros S/A. Advogado: Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE). Advogada: Kelvya Chaves Cavalcante (OAB: 21308/CE). Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO MÉDICO DO ÓRGÃO OFICIAL. PROPORCIONALIDADE DO DANO. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DILAÇÃO PROBATÓRIA. RETORNO AO JUÍZO DE ORIGEM. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. Versam os autos sobre modalidade de seguro por dano pessoal (DPVAT), de cunho eminentemente social, cujo pagamento é vinculado a três eventos determinados: morte, invalidez permanente de membro ou função e despesas com assistência médica. Resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva dos usuários de veículos pelos danos pessoais que venham a causar a terceiros, independentemente da apuração de culpa. 2. Analisando o caderno processual, observa-se que a recorrente colacionou aos autos somente o registro da ocorrência no órgão policial competente e as fichas de avaliações médicas. Assim, assiste razão à parte recorrente quanto a impossibilidade de averiguar o acerto ou não do pagamento securitário na via administrativa, uma vez que ausente o laudo pericial emitido pelo IML atestando o grau de invalidez suportada pela segurada. 3. Vide-se que a Lei nº. 6.194/74, com as modificações inclusas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, conforme preceito do art. 5º, §5º, do citado dispositivo normativo. Ocorre que a parte vitimada não apresentou nos fólios processuais o documento exigido em lei, nem o mesmo foi requerido pelo Juízo monocrático. 4. Apelo conhecido e provido. Sentença anulada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, para dar-lhe provimento, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0184367-03.2012.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Banco Panamericano S/A. Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB: 91811/MG). Agravado: Élder Rodrigues Ribeiro. Advogado: Francisco Osmidio Brigido Bezerra Lima (OAB: 5091/CE). Relator(a): MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL - REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO - COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - POSSIBILIDADE - NÃO CONSTATADA A CUMULATIVIDADE COM OUTROS ENCARGOS - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - DESCABIMENTO - PAGAMENTO INDEVIDO NÃO DEMONSTRADO. 1.Trata-se de Agravo Regimental adversando decisão monocrática que deu parcial provimento ao Recurso Apelatório interposto por Banco Panamericano S/A nos autos da Ação Revisional de Contrato movida por Élder Rodrigues Ribeiro contra a instituição financeira. 2. O cerne do presente agravo cinge-se à inconformação da instituição financeira com o ato judicial quanto à cobrança da comissão de permanência e à repetição do indébito. 3. Comissão de permanência: No tocante à comissão de permanência, entendo que o recorrente carece de interesse recursal, porquanto a decisão monocrática ora combatida permitiu a cobrança do encargo, vez que não constatada a sua cumulação com os demais encargos contratuais. 4. Repetição do indébito: Não tendo sido constatada qualquer abusividade no instrumento contratual em discussão, é de se concluir que inexiste indébito a restituir ou compensar. Portanto, assiste razão ao agravante neste ponto, devendo ser afastado do comando judicial a parte em que determinou a restituição do indébito, mesmo que de forma simples, em razão da não comprovação de que houve pagamento indevido. 5. Recurso conhecido em parte e provido parcialmente. Decisão monocrática reformada apenas para afastar a condenação em repetição do indébito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em, unanimemente, conhecer do Agravo Regimental em parte, para dar-lhe parcial provimento, reformando a decisão monocrática adversada apenas para afastar a condenação em repetição do indébito.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0624702-94.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Kleyton Jânio Camelo. Advogado: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE). Agravado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE ASTREINTES. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS ANTES DA INTIMAÇÃO. PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE E DA BOA-FÉ. RECURSO TEMPESTIVO. 2. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A DECISÃO DENTRO DO PRAZO LEGAL. PRECLUSÃO AFASTADA. 3. ASTREINTES. EXECUÇÃO CONDICIONADA À SUA CONFIRMAÇÃO POR SENTENÇA DE MÉRITO. 4. VALOR DA MULTA NÃO ARBITRADO. OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA. INEXEQUIBILIDADE DO TÍTULO. 5. BLOQUEIO DE VALORES. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDIQUEM O RISCO DE INADIMPLEMENTO. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DAS ASTREINTES ACOLHIDA. 1- Em nome do princípio da instrumentalidade e da boa-fé, as Cortes Superiores admitem como tempestivo o recurso interposto antes da intimação das partes. 2- Não há que se falar em preclusão temporal quando interposto, no prazo legal, o recurso cabível contra a decisão, independentemente dos efeitos em que recebida a insurgência. 3- A multa diária prevista no § 4.º do art. 461 do CPC, devida a partir do descumprimento da decisão que antecipa os efeitos

da tutela, somente poderá ser objeto de execução provisória após a sua confirmação pela sentença de mérito e desde que o recurso eventualmente interposto não seja recebido com efeito suspensivo. 4- Na hipótese em que o valor da multa não é arbitrado, ausente está a liquidez da obrigação, obstando a execução do título. 5- Mostra-se descabido o bloqueio de valores com o fim de garantir o pagamento de dívida quando ausentes elementos a indicar a insolvabilidade do devedor, ou o risco de inadimplemento a justificar tal cautela. 6- Agravo regimental conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Regimental n.º 0624702-94.2015.8.06.0000/50000, em que é agravante Kleyton Jânio Camelo e é agravada BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. A C O R D A a Quinta Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento. Mantida a decisão monocrática do relator que dá provimento ao agravo de instrumento, reformando a decisão de primeiro grau e, com isso, acolhe a impugnação à execução de astreintes promovida por BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento e determina a liberação das constrições que porventura recaiam sobre as contas da agravada em razão da execução em tela. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016.

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0620066-51.2016.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Francisco José Serafim. Advogado: Luiz Ernesto de Alcantara Pinto (OAB: 14181/CE). Advogado: Joao Vicente Message Arraes de Sousa (OAB: 26454/CE). Relator(a): TEODORO SILVA SANTOS. EMENTA:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. DEPÓSITO DA PARCELA INCONTROVERSA. PRETENSÃO INCIDENTAL VEICULADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 12.810 /2013. ARTIGO 285-B DO CPC. PRETENSÃO RECURSAL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DE INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Após a vigência da Lei nº 12.810 /2013, modificação legislativa que, dentre outras, acrescentou ao CPC o artigo 285-B, desaparece possibilidade jurídica de autorização para depósitos totais ou parciais em ações que discutam revisão de obrigações decorrentes de contratos bancários, vez que agora se exige o pagamento ao credor, no tempo e principalmente no modo contratado. 2. Nesse cenário, o deferimento dos depósitos consignatórios judiciais iria, inexoravelmente, confrontar com o texto da nova lei, vez que embora a consignação seja uma espécie do gênero pagamento, não corresponde, por certo, ao modo ajustado entre as partes para fazê-lo. 3. Desta forma, a intenção do agravante é rediscutir matéria julgada, não trazendo nada de novo em seu recurso, capaz de modificar a decisão objurgada, tornando-se incabível a retratação da decisão monocrática 4. Agravo Regimental conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental, autuados sob o nº 0620066-51.2016.8.06.0000/50000, em que são partes as pessoas acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores da 5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em julgamento de sessão, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão guerreada, tudo nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Presidente em exercício do Órgão Julgador DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA

Total de feitos: 1

DESPACHOS - 5ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0627475-15.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Maria Irís Cruz de Sousa. Agravante: Luan Sousa Marinho. Advogado: Jose Heleno Lopes Viana (OAB: 1485/CE). Repr. Legal: Maria Irís Cruz de Sousa. Agravado: José de Deus Mota Garcia. Agravada: Alzira Maria Santos Garcia. Advogada: Janny Amaral da Costa (OAB: 21550/CE). Advogado: Jorge Eduardo Pereira da Costa (OAB: 11180/CE). Despacho: - R.H. Determino, caso não haja restrição, o cadastramento do advogado das partes agravadas, Dr. Jorge Eduardo Pereira da Costa, OAB/CE 11.180, no Sistema de Automação da Justiça - e-SAJ. Empós o referenciado cadastramento, promova-se a republicação do despacho exarado à fl. 95 (artigo 527, V, do CPC). Em ato contínuo, com a finalidade de aclarar e melhor compreender os fatos narrados na petição inicial do recurso, requisito as informações ao Juízo de Origem, inclusive, com a remessa de cópia integral dos autos dos Embargos de Terceiro (artigo 527, IV, do CPC). Expedientes Necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0620621-68.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Raimundo Antunes Filho. Advogado: Thalys Anderson Malta Bitar (OAB: 16893/CE). Agravado: Marcelo Braga Pontes. Advogado: Joao Rafael de Farias Furtado Nobrega (OAB: 17739/CE). Advogada: Patricia Lobato Ferreira Ribeiro (OAB: 27479/CE). Despacho: - Reservo-me à apreciação do pedido de efeito suspensivo após o contraditório e as informações informações do Juízo a quo. Intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões, bem coo oficie-se o Juízo de primeiro grau para apresentar as informações. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara

DESPACHO DE RELATORES

0049570-90.2012.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Ivan Clayton Carvalho Dias. Advogado: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE). Apelado: Banco Santander Brasil S/A. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE). Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Filho (OAB: 3432/CE). Advogado: Eduardo Henriques Freire (OAB: 21901/CE). Advogado: Joaci Inacio de Brito (OAB: 8942/CE). Advogado: Savile Frota Camilo (OAB: 24439/CE). Despacho: - A possibilidade de composição amigável entre às partes é atitude louvável e estimulada pelo Poder Judiciário, contudo, no presente caso, ao ser prolatada a monocrática às fls. 125/131 e não ocorrendo interposição de recursos contra esta decisão, dá-se início a fase de cumprimento de sentença em primeiro grau. Assim, dê-se a devida baixa do processo e encaminhem-se os autos ao Juízo de primeiro grau para que este possa homologar o acordo apresentado às fls. 133/135, uma vez que é o Juízo competente. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0630831-18.2015.8.06.0000/50000 - Agravo. Agravante: Clerton Moreira Freire. Advogado: Leandro de Araújo Sampaio (OAB: 32509/CE). Agravado: Banco Itaucard S/A. Advogado: Celso Marcon (OAB: 19431/CE). Despacho: - Intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator

Total de feitos: 1

Serviço de Recursos da 5ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0627412-87.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Espólio de José Rui Sabiá. Advogado: Marco Antonio Duarte Sabia (OAB: 17761/CE). Inventariante: Marília Marinho Sabiá. Agravado: Edvan Pereira. Agravado: Francisco Emanuel Lobo dos Santos. Advogado: Cicero Carpegiano Leite Gonçalves (OAB: 17888/CE). Despacho: - Assim, à luz do disposto do art. 59 § 4º do Regimento Interno desta eg. Corte, "() a distribuição de recurso tornará preventa a competência do relator para todos os recursos posteriores (...)". No entanto, em desrespeito à aludida norma regimental, o presente Agravo de Instrumento fora distribuído à minha relatoria em 20/10/2015 (fl. 66). Destarte, evidenciando-se o equívoco na distribuição do Agravo em liça, determino a redistribuição dos presentes ao e. Des. Francisco Barbosa Filho, em face do instituto da prevenção. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000137-76.2015.8.06.0207 - Apelação / Reexame Necessário - Penaforte - Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca Vinculada de Penaforte - Apelante: Estado do Ceara - Apelado: Cesar Roberto Lopes da Silva - Diante dos motivos expostos, inexistem razões para a modificação do decisum em exame, razão pela qual NEGO PROVIMENTO ao recurso voluntário e CONFIRMO A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO, nos termos do artigo 557, caput, do CPC. Publique-se e intime-se. Após decorrido o prazo recursal, sem que nada tenha sido apresentado, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Fernando Antonio Teixeira Tavora (OAB: 4955/CE) - Ricardo Carvalho de Pinho Gomes (OAB: 12923/CE) - Sandra Maria Tavares de Pinho Gomes (OAB: 12780/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0025235-75.2010.8.06.0001 - Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autora: Vera Lúcia de Paula - Réu: Estado do Ceará - Com fulcro nestas razões, conforme a jurisprudência consolidada pelos Tribunais Superiores, reconhecendo o direito autoral, confirmo a sentença em Reexame Necessário, nos termos dos artigos 557, caput do CPC, a fim de manter inalterada a decisão proferida pelo Juízo da 9ª Vara da Fazenda Pública/CE. Publique-se e intime-se. Após decorrido o prazo recursal, sem que nada tenha sido apresentado, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Leonardo Gonçalves Santana Borges (OAB: 21356/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0048576-81.2014.8.06.0166 - Apelação - Senador Pompeu - Apelante: Antonio Aurélio de Oliveira - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em consonância com a jurisprudência dominante, verificada, in casu, a violação de princípios constitucionais, conhece-se do recurso para DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do artigo 557, §1º-A do CPC, a fim de reconhecer a nulidade que macula a decisão recorrida e cassá-la, para que sejam os autos remetidos à instância de origem para realização da ampla instrução processual e em seguida seja a demanda regularmente processada e julgada. Publique-se e intime-se. Após decorrido o prazo recursal, sem que nada tenha sido apresentado, remetam os autos à instância de origem para cumprimento da presente decisão. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE) - Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 32405/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0459377-06.2011.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Paulo Victor Terto de Freitas - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, DAR-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, fixando os juros remuneratórios em 26,90% (vinte e seis, noventa porcento) ao ano, conforme a média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, ao tempo da contratação (março de 2008), em operações da espécie. Em razão da cobrança de taxas ilegais na normalidade contratual, exclue-se a mora e seus efeitos. Mantem-se a possibilidade de anatocismo, pois devidamente contratado. Autoriza-se a repetição de indébito/compensação. Valores a serem apurados em liquidação de sentença. Tendo em vista o afastamento da mora, concede-se a antecipação dos efeitos da tutela ao apelante, no sentido de proibir a inclusão de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito, ou excluí-lo caso já esteja, salientado que esta medida é cabível apenas em relação ao contrato revisado nos autos (nº: 530572753). Em razão da parcial procedência deste recurso, tendo a parte autora decaído de pedido mínimo, inverte-se os ônus sucumbenciais, fixando honorários sucumbenciais em R$ 1.000,00 (mil reais) com fundamento no artigo 20, §4º, do CPC. Comunicar e intimar. Expedientes necessários. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Lucia Maria Brasil Ricarte (OAB: 8663/CE) - Ingrid Viana Soares (OAB: 19296/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620265-73.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Antonio Lisboa Filho - Agravado: Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Pelo exposto, nos termos do artigo 557, caput, do CPC, NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO. Comunicar e intimar. Expedientes necessários. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. TEODORO SILVA SANTOS Desembargador Relator - Advs: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE) - Rafael Pordeus Costa Lima Filho (OAB: 3432/CE) - Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620325-46.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: José Barbosa Porto - Superintendente do Instituto de Previdência do Municipio de Fortaleza - Agravado: Chapas Perfuradas do Nordeste LTDA - CPN - Posto isso, com fulcro no artigos 557 e 526, parágrafo único, ambos Código de Processo Civil, em homenagem à jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal, hei por bem NÃO CONHECER DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. Publique-se e intimem-se. Expedientes necessários. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Joao Barbosa de Paula Pessoa Cavalcante Filho (OAB: 12585/CE) - Eugenio de Araujo E Oliveira Lima (OAB: 18264/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620423-31.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Jorge Eduardo Bezerra - Agravado: Francisco Jhonson de Oliveira Gomes - Dispositivo. Por todo o exposto, considerando que a decisão foi proferida conforme jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e demais Tribunais Pátrios, conheço o recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma do artigo 557 do Código de Processo Civil, a fim de manter a decisão interlocutória a quo em todos os seus termos Publique-se e intime-se. Após decorrido o prazo recursal, sem que nada tenha sido apresentado, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Artur Frota Monteiro Júnior (OAB: 23300/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620572-27.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Carmaxx Locação de Veículos Ltda - ME - Agravado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A - Por todo o exposto, conhece-se do presente agravo de instrumento para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Publique-se e intime-se. Expedientes necessários. Após decorrido o prazo recursal, sem que nada tenha sido apresentado, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0752842-71.2000.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração - Fortaleza - Embargante: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF - Embargada: Arimazelia Maria Moreira Ferreira - Diante do exposto, com arrimo na doutrina e jurisprudência, conhece-se do recurso, mas para NEGAR-LHE PROVIMENTO. Publicar e intimar. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se. Fortaleza, 28 janeiro de 2016. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Ana Flavia Rabelo Silva (OAB: 26655/CE) - Sidney da Silva Rodrigues (OAB: 15252/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0910166-36.2014.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração - Fortaleza - Embargante: Raimundo Adriano Dias Silva - Embargado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - 13. Diante do exposto, tem-se que a decisão judicial combatida se mostra clara e completa em relação a todas as questões relevantes deduzidas em juízo. Por tais razões, CONHEÇO dos presentes embargos por tempestivos, mas para NEGAR-LHES, contudo, provimento. 14. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Gerlano Araujo Pereira da

Costa (OAB: 9544/CE) - Rafael Pordeus Costa Lima Filho (OAB: 3432/CE) - Joaci Inacio de Brito (OAB: 8942/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0620368-80.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Universidade de São Paulo - USP - Agravado: José Osterno Diogenes Saldanha - Diante do exposto, firme nas razões acima delineadas, e em observância ao disposto no art. 557, caput do Código de Processo Civil, hei por bem negar seguimento ao presente Agravo de Instrumento, por ser manifestamente inadmissível. Intimem-se as partes. Transcorrido in albis o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado, com a respectiva baixa. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Ana Carolina Varandas Martos (OAB: 300936/SP) - Jose Herannd Diogenes Saldanha (OAB: 21202/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0625963-94.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: SEGREDO DE JUSTIÇA - Agravada: SEGREDO DE JUSTIÇA - Diante do exposto, com arrimo no artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao Recurso Agravo de Instrumento para desconstituir a decisão agravada em virtude da mesma extrapolar os limites da coisa julgada material, ou seja, o título executivo judicial que instruiu o pedido que deu azo ao presente recurso. Intimem-se as partes. Decorridos os prazos de lei, proceda-se à baixa na Distribuição e o respectivo arquivamento dos autos. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Paulo Otavio Mota Correia (OAB: 12090/CE) - Jales de Sena Ribeiro (OAB: 6397/CE) - Maria Ester Capelo Rodriguez (OAB: 7628/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0130083-11.2013.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Apelada: Maria Conceição de Oliveira Souza - Diante do exposto, caracterizada a inadmissibilidade do recurso, nego seguimento ao mesmo, o que faço nos termos dos arts. 514, II e 557, caput, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Ticiana Leite Escorcio Athayde (OAB: 19232/CE) - Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001990-62.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Luiza de Marilac Duarte Barreto ME - Diante do exposto, com fundamento no conjunto das Fontes do Direito acima noticiadas, vislumbrando-se a ausência de documento indispensável à propositura do presente Agravo de Instrumento, in casu, a Certidão de Intimação da Decisão Agravada (art. 525, I, CPC), deixo de conhecer o recurso interposto, negando-lhe seguimento, com fulcro no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes. Oficie-se o Juízo prolator da decisão recorrida. Decorridos os prazos de lei, proceda-se à baixa na Distribuição e o respectivo arquivamento dos autos. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Liduina Ofelia Duarte Barreto (OAB: 6080/CE) - Renan de Frias Queiroz (OAB: 32287/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0032556-30.2011.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Instituto de Previdência do Município - IPM - Apelado: André Pinheiro Bezerra - Apelada: Anna Renee Cintra Marques - Apelado: David Lima Nogueira - Apelada: Fabíola Cavalcanti Ribeiro - Apelado: Márcio Antônio Almeida Pinheiro - Apelada: Valéria de Nazareth Fontenelle Pinheiro - 19. Isto posto, conheço da apelação interposta, para NEGAR-Lhe provimento, mantendo-se a sentença vergastada nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil. 20. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Joao Barbosa de Paula Pessoa Cavalcante Filho (OAB: 12585/CE) - Franklin Freire Dantas (OAB: 15044/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0045514-14.2012.8.06.0001 - Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autora: Maria Lígia Lopes de Sá - Réu: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - 12. Por tais razões, NEGO SEGUIMENTO aos recursos nos termos do art. 557, do CPC, mantendo, assim, em todos os seus termos a decisão vergastada. 13. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Ernani Augusto Moura Coelho (OAB: 18368/CE) - Marcia Maria Vieira de Sa (OAB: 23751/CE) - Marco Aurelio Montenegro Goncalves (OAB: 3549/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0107784-16.2008.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Instituto de Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará - ISSEC - Apelante: Estado do Ceará - Apelada: Rosemary de Abreu Viana - Apelado: José Ivan Ayres Viana - 10. Por tais razões, NEGO SEGUIMENTO aos recursos nos termos do art. 557, do CPC, mantendo, assim, em todos os seus termos a decisão vergastada. 11. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Gerardo Coelho Filho (OAB: 3796/CE) - Fernando Antonio Teixeira Tavora (OAB: 4955/CE) - Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0627965-37.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Juazeiro do Norte - Agravante: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Agravada: Maria Zuleide Campos ME - MZC - Material Escolar - Agravada: Maria Zuleide Campos - 7. Por tais razões, DOU PROVIMENTO ao recurso nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, para reformar a decisão interlocutória, tendo em vista que a resolução do Órgão Especial deste egrégio Tribunal de Justiça considera como tempestiva a data da postagem no protocolo postal da apelação apresentada pela recorrente. 8. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Antonio Braz da Silva (OAB: 23747/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001167-33.2009.8.06.0151 - Apelação - Quixadá - Apelante: Francisca Edilene da Silva Brito - Apelado: Unibanco Seguros S.A - 24. Isto posto, CONHEÇO do presente recurso, tendo em vista não ter operado a prescrição, para DAR-LHE PROVIMENTO, reformando a sentença vergastada, para afastar a ocorrência do prazo prescricional e determinar que a recorrida pague indenização securitária na quantia de 25% (vinte e cinco por cento) do valor previsto no art. 3º, II, da lei aplicável à matéria, acrescida de juros moratórios, contados a partir da data da citação e correção monetária pelo índice INPC, a contar do evento danoso, além de arcar com os honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 25. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Marcos Antonio Inácio da Silva (OAB: 20417/CE) - Leandro Teixeira Gomes (OAB: 27462/CE) - Rostand Inacio dos Santos (OAB: 22718/PE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0857203-51.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: PATRI UM Empreendimentos Imobiliários Ltda - Apelado: Antonio de Brito da Silva - Apelada: Tammy Savia Pinto Sousa de Brito - 14. Assim, não há como deixar de reconhecer o vício a inquinar a decisão a quo, pelo que CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso de apelação, nos termos do §1º-A do art. 557 do CPC, para anular a sentença proferida, devendo o Magistrado dar estabilidade à demanda citando a PATRI UM Empreendimentos Imobiliários LTDA, formando, assim, a relação processual. 15. É como voto. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: José Frederico Cimino Manssur (OAB: 194746/SP) - Patricia Rosa Bertagnoli de Figueiredo (OAB: 363038/SP) - Ana Beatriz Beltrao Magalhaes Lemos (OAB: 13405/CE) - Tharlleton Pinto Sousa de Brito (OAB: 28285/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0866194-16.2014.8.06.0001 - Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Autora: Ana Lucia Ribeiro de Oliveira - Réu: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - 12. Por tais razões, NEGO SEGUIMENTO aos recursos nos termos do art. 557, do CPC, mantendo, assim, em todos os seus termos a decisão vergastada. 13. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Gerardo Coelho Filho (OAB: 3796/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0651524-45.2000.8.06.0001 - Apelação / Reexame Necessário - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE - Apelada: Ieda Pessoa de Melo Nogueira - Réu: Autarquia Municipal de Trânsito Serviços Públicos e de Cidadania - AMC - Diante do exposto tendo em vista que a sentença encontra-se em consonância com o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conheço o recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, e confirmar a sentença em reexame necessário, nos termos do artigo 557, caput do CPC/73, a fim de manter inalterada a decisão recorrida pelos seus próprios e bem lançados fundamentos. Publique-se e intime-se. Após decorrido o prazo recursal, sem que nada tenha sido apresentado, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS Relator - Advs: Erica Fontenele de Albuquerque Souza (OAB: 21282/CE) - Anny Kariny Cruz Feitosa (OAB: 11604/CE) - Felipe Diogo de Siqueira Frota (OAB: 12968/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0620015-40.2016.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Juazeiro do Norte - Agravante: Município de Juazeiro do Norte - Agravado: Raimundo da Silva - Diante do acima explanado, converto o agravo de instrumento em retido, na forma do artigo, 527, inciso II do CPC, determinado, de logo, a remessa dos autos ao Juízo prolator da decisão impugnada neste recurso. Intimem-se as partes. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Joao Victor de Alencar Grangeiro (OAB: 19225/CE) -

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0626170-93.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - São Benedito - Agravante: Município de São Benedito - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - ISTO POSTO, converto o recurso de Agravo de Instrumento em Agravo Retido, com escólio no comando jurídico encartado no artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil e determino a devolução dos autos do processo ao juízo da causa, onde deverão ser apensados aos principais. Expedientes Necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Haroldo Celso Maciel Júnior (OAB: 17441/CE) - Pedro Cesar Mourão Bezerra (OAB: 12989/CE)

PAUTA DE JULGAMENTO

5ª Câmara Cível

PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 251

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

1 - **0005914-42.2012.8.06.0047** - **Apelação** - Baturité/1ª Vara. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Apelada: SEGREDO DE JUSTIÇA. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): FRANCISCO BARBOSA FILHO

Total de processos a julgar: 1

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

DANIELA DA SILVA CLEMENTINO

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

6ª Câmara Cível

DESPACHOS - 6ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 6ª Câmara
DESPACHO DE RELATORES

0053028-18.2012.8.06.0001/50000 - Agravo. Agravante: Banco Itaucard S/A. Advogado: Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567/CE). Agravado: Júlio César Moreira da Silva. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Advogado: Cicero Cezar Quezado Fernandes (OAB: 9947/CE). Despacho: - Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões ao agravo interno, manifestando-se sobre o documento de fls 07/12, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000561-09.2014.8.06.0190 - Apelação - Choró - Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S.A. - Apelado: Francisco Anisio Pinheiro - Apelado: Maria das Dores Silva Cunha - Diante do exposto, estando a decisão em desconformidade com a legislação pátria e com a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça, conheço e dou provimento ao recurso de apelação, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, para excluir a cominação de multa diária. Expedientes necessários. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Junior (OAB: 9075/CE) - Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0153658-82.2012.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Francisca Rodrigues da Silva - Apelado: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Dessa forma, estando a decisão singular em conformidade com a legislação e com a jurisprudência do STF, STJ e deste Tribunal, e não havendo fundamentação apta a ensejar a modificação do provimento, conheço e NEGO PROVIMENTO ao recurso de apelação, com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Fabio Nogueira Rocha (OAB: 14833/CE) - Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE) - Virginia Neusa Costa Mazzucco (OAB: 30177/CE)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Nº 0626094-69.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Condomínio de Construção do Edifício Brisamar - Agravado: MCF Empreendimentos e Participações Societárias Ltda. - 15. Do exposto, indefiro a “questão de ordem” (sic) levantada por MCF Empreendimentos e Participações Societárias LTDA. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Maximiano Aguiar Camara (OAB: 5879/CE) - Priscilla Oliveira da Silveira (OAB: 25359/CE) - Carlos Alberto Torrens (OAB: 6214/CE) - Joyce Leite Torrens (OAB: 9839/CE) - Rafael Leite Torrens (OAB: 18956/CE)

7ª Câmara Cível

DESPACHOS - 7ª Câmara Cível

Serviço de Recursos da 7ª Câmara

DESPACHO DE RELATORES

0622835-66.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Francisco Veras Sena (OAB: 12856/CE). Agravado: Artfyber Indústria e Comércio Fiberglass Ltda. Advogado: Luis Valterle Silva (OAB: 8077/CE). Despacho: - Nesta oportunidade, entendo prudente receber o recurso no âmbito meramente formal, sem prejuízo de oportunamente, reavaliar seus pressupostos de admissibilidade, reservando-me no direito de analisar o pedido de concessão de liminar, veiculado no presente agravo, somente quando prestadas as informações pelo Juízo singular e transcorrido o prazo legal de resposta da parte agravada. Destarte, determino que seja oficiado ao Juízo a quo solicitando informações acerca da ação originaria, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 527, IV, do Código de Processo Civil, noticiando, inclusive, se exerceu o juízo de retratação previsto no art. 529 do citado Diploma Legal. Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contraminuta, no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe a juntada da documentação que entender conveniente, nos moldes do art. 527, V, do CPC. Expediente necessário. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora

Total de feitos: 1

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0005035-65.2001.8.06.0000 (5035-65.2001.8.06.0000/0) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Goyana S/A Industria Brasileira de Materiais Plasticos - Apelado: Curadoria Especial - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, com arrimo no art. 557, caput, c/c art. 503, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente recurso, sem resolução de mérito. Expediente de mister. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Francisco da Costa Rodrigues (OAB: 7955/CE) - Noemia Maria de Lacerda Schutz (OAB: 122124/SP) - Maria das Gracas Reis (OAB: 1/CE) - Andson Gurgel Batista (OAB: 14882/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0006144-12.2004.8.06.0000 (6144-12.2004.8.06.0000/0) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Raimundo Sales Dantas Neto - Apelante: Rafael Costa Dantas - Apelado: Hernane Garcia Carvalho - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, com arrimo no art. 557, caput, c/c art. 503, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente recurso, sem resolução de mérito. Expediente de mister. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Andre Luis Negreiros de Almeida (OAB: 11911/CE) - Jose Maria Costa (OAB: 3120/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0010932-69.2004.8.06.0000 (10932-69.2004.8.06.0000/0) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Paulo Sergio Quezado de Castro - Apelado: Condominio do Edificio Em Construçao Denominado Albatroz - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, com arrimo no art. 557, caput, c/c art. 503, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente recurso, sem resolução de mérito. Expediente de mister. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Jose Lindival de Freitas (OAB: 1613/CE) - Carlos Augusto Oliveira de Freitas (OAB: 5932/CE) - Jose Lineu de Freitas (OAB: 5552/DF) - Adriano Josino da Costa (OAB: 2164/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0014170-96.2004.8.06.0000 (14170-96.2004.8.06.0000/0) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Ordem dos Estudantes do Ceará - Oec - Apelado: Ettusa - Empresa de Transito e Transporte Urbano S/A - Apelado: Cesc Centro Estudantil Cearence - Apelado: Assesf Associação dos Estudantes de Fortaleza - Apelado: Uesf União dos Estudantes Secundaristas de Fortaleza - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, com arrimo no art. 557, caput, c/c art. 503, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente recurso, sem resolução de mérito. Expediente de mister. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Francisco de Assis Costa Aderaldo (OAB: 14873/CE) - Maria de Fatima Liberato Fernandes Arrud (OAB: 4134/CE) - Cicero Roger Macedo Goncalves (OAB: 8795/CE) - Adriana Gomes Lopes Bratta (OAB: 9304/CE) - Liane Arruda Navarro Albuquerque (OAB: 9607/CE) - Maria Thea Moreira Catunda Pinho (OAB: 10138/CE) - Erica Bezzato de Magalhaes (OAB: 11175/CE) - Jose Arima Rocha Brito (OAB: 9092/CE) - Edwin Basto Damasceno (OAB: 2899/RN) - Cesar Morel Alcantara (OAB: 14753/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0015324-52.2004.8.06.0000 (15324-52.2004.8.06.0000/0) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Erg - S/A - Engenharia, Industria, Comercio e Agricultura - Apelado: Fazenda Publica do Municipio de Fotaleza - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, com arrimo no art. 557, caput, c/c art. 503, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente recurso, sem resolução de mérito. Expediente de mister. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Alexandre Rodrigues de Albuquerque (OAB: 6023/CE) - Francisco Cesidio Gomes (OAB: 7763/CE) -

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0015428-44.2004.8.06.0000 (15428-44.2004.8.06.0000/0) - Apelação - Fortaleza - Apelante: Paulo Sergio Quezado de Castro - Apelado: Condominio do Edificio Em Construçao Denominado Albatroz - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, com arrimo no art. 557, caput, c/c art. 503, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente recurso, sem resolução de mérito. Expediente de mister. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Jose Lindival de Freitas (OAB: 1613/CE) - Carlos Augusto Oliveira de Freitas (OAB: 5932/CE) - Jose Lineu de Freitas (OAB: 5552/DF) - Adriano Josino da Costa (OAB: 2164/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0630742-92.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Tianguá - Agravante: Michelle Rodrigues Fontenele - Agravado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Pelo exposto, a fim de dar plenitude ao princípio da eficiência (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal) e da celeridade processual, na medida em que inviabiliza o prosseguimento de recurso manifestamente improcedente ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal ou de Tribunal Superior, ante os termos da peça recursal, hei por bem NEGAR-LHE SEGUIMENTO, pelo disposto no art. 557, do Código Buzaid, acima citado, mantendo na íntegra a decisão agravada. Em seguida, publicando-se a presente decisão e não se manifestando as partes no prazo legal, encaminhem-se os autos para o d. juízo a quo para os devidos fins de direito. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Antonio Nunes Neto (OAB: 27236/CE) - Gabriela Mota Melo (OAB: 26366/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0834384-23.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Rafael Gomes Carneiro de Araújo - Apelado: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento - Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo in totum a sentença a quo. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Jose Flavio Meireles de Freitas (OAB: 10883/CE) - Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0848639-83.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Francisco Erivardo da Silva - Apelado: Aymoré Crédito, Financiamentos e Investimentos S.A. - Diante do exposto, pelos fundamento acima alinhados CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL para, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO ANULANDO A SENTENÇA A QU0, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para regular processamento do feito. Expediente de mister. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA HELENA LÚCIA SOARES Relatora - Advs: Raniere de Sousa Barros (OAB: 15565/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0032723-79.2013.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Maria Liduina Melo Jorge - Agravado: BV Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Isto posto, INADIMITO o Recurso Especial sub studio. Tendo em vista o feito encontrar-se na Divisão de Arquivo, determino a digitalização da peca recursal e da presente decisão e o seu posterior entranhamento nos autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de agosto de 2015. DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES VICE-PRESIDENTE DO TJCE - Advs: Naline Nojosa de Lavor (OAB: 22067/CE)

PAUTA DE JULGAMENTO

7ª Câmara Cível
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 272

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

19 - **0003152-56.2015.8.06.0109** - **Apelação** - Jardim/Vara Única. Apelante: Maria Aparecida Evangelista Gomes Silva. Advogada: Cintia Vieira Pereira Bringel (OAB: 20569/CE). Advogada: Jocelaine dos Santos Melo (OAB: 27427/CE). Apelado: Município de Jardim. Advogada: Nelcia Turbano de Santana (OAB: 21840/CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Revisor(a): HELENA LÚCIA SOARES

20 - **0036669-48.2012.8.06.0112** - **Apelação** - Juazeiro do Norte/3ª Vara. Apelante: Cajuína São Geraldo Ltda. Advogado: Andre Carvalho Alves (OAB: 16497/CE). Advogado: Samuel de Oliveira Lacerda (OAB: 16329/CE). Advogado: Pattrick Luis Ramos de Carvalho (OAB: 20725/CE). Advogado: Aecio Mota de Sousa (OAB: 28161/CE). Advogado: Humberto Farias de Alencar Filho (OAB: 32001/CE). Advogado: Thiago Bonavides Borges da Cunha Bitar (OAB: 19880/CE). Advogado: Felipe Jose Braga Hortencio Juca (OAB: 22791/CE). Advogado: Bruno Almeida Mota (OAB: 22751/CE). Advogado: Jose Alencar Alves Filho (OAB: 23310/CE). Apelado: DNR Consultoria e Serviços Ltda. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel E Silva (OAB: 16629/CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Revisor(a): HELENA LÚCIA SOARES

21 - **0010132-43.2015.8.06.0101** - **Apelação / Reexame Necessário** - Itapipoca/2ª Vara. Apelante: Município de Itapipoca. Procª. Munic.: Vania de Andrade Carolino (OAB: 17298/CE). Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itapipoca. Apelada: Maria Gabriel Teixeira. Apelada: Maria Gevia da Silva. Apelada: Maria Glauca da Silva Braga. Apelada: Maria Glauciane de Sousa. Apelado: Maria Gleiza dos Santos. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE). Advogada: Antonia Alcimaria Paula de Araujo (OAB: 25986/CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Revisor(a): HELENA LÚCIA SOARES

22 - **0004606-40.2012.8.06.0121** - **Apelação** - Massapê/Vara Única. Apelado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Apelado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE

23 - **0034261-35.2013.8.06.0117** - **Apelação** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Edson Lima do Nascimento. Advogado: Gerlano Araujo Pereira da Costa (OAB: 9544/CE). Apelado: Banco Itaucard S/A. Advogado: Roberto Guenda (OAB: 29465/CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Revisor(a): HELENA LÚCIA SOARES

24 - **0899096-22.2014.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Companhia Cearense de Transportes

Metropolitanos - METROFOR. Advogado: Pedro Joao Carvalho Pereira Filho (OAB: 22155/CE). Apelado: Francisco de Assis Bezerra Ribeiro - FBR Prestação de Serviços. Advogado: Ricardo Ferreira Chaves (OAB: 25944/CE). Relator(a): DURVAL AIRES FILHO. Revisor(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE

25 - **0016356-21.2006.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: Maria Ferreira Lima. Advogado: Paulo Napoleao Goncalves Quezado (OAB: 3183/CE). Advogada: Natália Marques Reis (OAB: 28316/CE). Apelada: Tarcila Velma Santos de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Revisor(a): HELENA LÚCIA SOARES

Total de processos a julgar: 25

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

KÁTIA CILENE TEIXEIRA

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

8ª Câmara Cível

DESPACHOS - 8ª Câmara Cível

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0046865-22.2012.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Creuza Holanda de Oliveira - Apelado: Mapfre Seguradora S.A - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - DIANTE DO EXPOSTO, nego seguimento ao recurso apelatório, diante de sua manifesta improcedência, nos termos do art. 557, caput, do CPC, posto que possui fundamentos dissonantes aos firmados por jurisprudência do STF e STJ, mantendo, dessa forma, incólume, a sentença do juízo a quo. Publique-se e intimem-se. Expedientes necessários. Decorrido o prazo legal, retornem os autos ao Juízo de origem, com anotação da devida “baixa” no acervo deste gabinete. Fortaleza, 29 de janeiro de 2016. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator - Advs: Eurijane Augusto Ferreira (OAB: 16326/CE) - Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0004973-05.2013.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Eusebio - Agravante: Francisco Gleysomar de Sousa Silva - Agravado: Município de Eusébio - Agravado: Pró-Município Serviços de Treinamento em Desenvolvimento Profissional Ltda. - Isto posto, diante dos fundamentos acima delineados, em virtude da perda superveniente do objeto do presente recurso de Agravo de Instrumento, de forma a não ter mais o recorrente interesse na sua apreciação, julgo-o prejudicado, com fulcro no art. 557, caput, do Código de Processo Civil e no art. 33, inc. XVII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expediente necessário. Empós, sem manifestação das partes, arquivem-se os autos. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE) - Edy Marcio Falcao Soares (OAB: 20625/CE) - Marina Jatai Gadelha Barros Lima (OAB: 25612/CE) - Lucio Flavio de Sousa Benevides (OAB: 25947/CE) - Sarah Benvinda Castro Figueiredo (OAB: 21252/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0010644-86.2013.8.06.0136 - Apelação - Pacajus - Apelante: Banco Santander Brasil S.A - Apelado: Maria de Jesus de Freitas Pereira - Assim, sendo as partes capazes (art. 104, I, do Código Civil); estando elas representadas por seus patronos; envolvendo o acordo objeto lícito (art. 104, II, CC) e direitos patrimoniais de caráter privado (art. 841, CC); e celebrada a transação mediante termo nos autos assinado pelos recorrentes (arts. 842 e 104, III, CC), homologo o acordo (fls. 205/206) firmado pelas partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e declaro extintos o feito, nos termos do art. 269, III, do CPC. Alem disso, em virtude do depósito realizado pelo Banco Santander (Brasil) S/A, em cumprimento ao acordo, intime-se a apelada, Maria de Jesus de Freitas Pereira, para requerer o levantamento do valor depositado por meio de alvará judicial. Por fim, diante da renuncia das partes ao prazo para apresentar recurso em face desta decisão homologatória, após certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao juízo de origem para a realização dos expedientes necessários. Intimem-se. Fortaleza, DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator - Advs: Joaquim Cabral de Melo Neto (OAB: 24196/CE) - Roberto Sergio Limeiro Paula Filho (OAB: 25096/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Samia Maria Meneses Brilhante (OAB: 5461/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0050962-07.2008.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda - Apelado: Mauro Reis Albuquerque - Ante o exposto, e à luz da legislação colacionada e da jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e desta e. Corte de Justiça, conheço apelação cível interposta, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, e o faço com esteio no art. 557, caput, do CPC, mantendo in totum a sentença proferida pelo juízo de primeiro grau. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Alfredo Leopoldo Furtado Pearce Filho (OAB: 19596/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0630584-37.2015.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Ipaumirim - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravada: Francisca Gonçalves Alves dos Santos - Agravado: Francisco Pereira dos Santos - Em face do exposto, ante a manifesta inadmissibilidade do recurso, causada pela deficiência insanável na formação do instrumento, sob o permissivo do artigo 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente recurso. Expediente necessário. Empós, sem manifestação das partes, arquivem-se os autos. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator - Advs: Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 27567/CE) - Thais Moreira Andrade Vieira (OAB: 23247/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0873453-62.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: Jessica Suianny Alves da Silva - Apelado: Marítima Seguros S/A - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Por todo o exposto, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, conheço da apelação cível, com arrimo no art. 557, caput, do CPC e nos fundamentos acima expendidos, para negar-lhe provimento, preservando a sentença de primeiro grau em sua integralidade. Publique-se e intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Dr. Antônio Pádua Silva Relator - Port. 1356/2015 - Advs: Diego Lima de Farias (OAB: 22985/CE) - Rafael Esteves Studart (OAB: 22655/CE) - Joao Alves Barbosa Filho (OAB: 27954/CE) - Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB: 14752/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0878914-15.2014.8.06.0001 - Apelação - Fortaleza - Apelante: José Josenia de Abreu - Apelado: Marítima Seguros S/A - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Por todo o exposto, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, conheço da apelação cível, com arrimo no art. 557, caput, do CPC e nos fundamentos acima expendidos, para negar-lhe provimento, preservando a sentença de primeiro grau em sua integralidade (fls. 127/131). Publique-se e intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Dr. Antônio Pádua Silva Relator - Port. 1356/2015 - Advs: Alessandra Erika Maia Barros (OAB: 21113/CE) - Daniel Farias Porto (OAB: 20334/CE) - Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB: 16045/CE) - Antonio dos Santos Mota (OAB: 19283/CE)

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0009282-40.2011.8.06.0000/50000 - Agravo Regimental - Fortaleza - Agravante: Estado do Ceará - Agravado: Carlos Alan Souza da Fonseca - Agravado: Francisco Lindemberg Lopes de Oliveira - Agravado: Francisco Fabiano da Silva Alves - Agravado: Francisco de Sousa Soares - Agravado: Davis Augusto Cruz de Oliveira - Agravado: Claudio Jose Gonçalves Ribeiro - Agravado: Cesar Augusto Carvalho Junior - Agravado: Carlos Henrique de Sousa - Agravado: Carlos Eduardo Lucio Cavalcante - Agravado: Francisco Marcelo Reis Chaves - Agravado: Candido Portinari Morais de Sousa - Agravado: Atila Alves Nepomuceno - Agravado: Antonio Glauber Paulino Ribeiro - Agravado: Alexandre Ferreira Cavalcante - Agravado: Adriano Oliveira Monteiro - Agravado: Anderson Saraiva Pinheiro Neto - Agravado: Antonio de Almeida Lisboa Filho - Agravado: Carlos Eder Cruz Moura - Agravado: Francisco Pereira Saldanha - Agravado: Francisco Renato de Oliveira Brito - Agravado: Francisco Claudio Medeiros de Oliveira - Agravado: Gilson Rodrigues da Silva - Agravado: Gustavo Queiroz Hipolito - Agravado: Halison de Sousa Lima - Agravado: Herondy Albuquerque Rodrigues Serra Azul - Agravado: Itamar Braz Alencar - Agravado: Jose Luciano Sousa de Queiroz - Agravado: Joseneldo Sampaio Pinto - Agravado: Leonardo Vieira da Silva - Agravado: Marcelo Adolgo Nogueira de Carvalho - Agravado: Marinaldo Rodrigues - Agravado: Osanias Moraira de Freitas - Agravado: Thiago Saldanha e Silva - Agravado: Antonio Ernandes Ferreira de Oliveira - Agravado: Adriano Ribeiro de Almeida - Agravado: Alex Duarte Soares - Agravado: Cecilia Alcantara de Almeida Mota - Agravado: Clairton Lima Moraira - Agravado: Davi Alexandre Azevedo - Agravado: Euliane Soares Carneiro - Agravado: Erislândio Alves da Silva - Agravado: Fernando Henrique de Goes Carvalho - Agravado: Francisco Ciro Freire de Oliveira - Agravado: Francisco Ivanildo Pereira Santana - Agravado: Francisco José Braga do Nascimento - Agravado: Gilvanilson Freire da Silva - Agravado: Josué Lidiano Souza Cruz - Agravado: Harilson dos Santos Carneiro - Agravado: Jefferson Moraes Vidal - Agravado: Joao Daniel Moreira de Lima - Agravado: Jonatas Lima Leite - Agravado: Jose Araujo Filho - Agravado: José Ricardo Rodrigues da Silva - Agravada: Karen Mesquita de Castro - Agravado: Luis Paulo Lima Rodrigues - Assim, nos termos do art. 33, XVII, do RITJCE, considero prejudicada a apreciação do recurso de agravo regimental interposto, porquanto a extinção da ação principal sem mérito revoga tacitamente a decisão liminar objeto desta insurgência e carateriza sua evidente perda de objeto e, em consequência, NEGO-LHE SEGUIMENTO, o que faço com esteio no art. 557, caput, do CPC. Deve o presente agravo ser apensado à demanda principal de Ação Cautelar, que se encontra em fase de admissibilidade de recurso superior. Expediente necessário. Fortaleza, 29 de janeiro de 2016. DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator - Advs: Wladimir Azevedo Requiao (OAB: 28123/CE) - Jose Joaquim Mateus Pereira (OAB: 12660/CE)

ATOS,EDITAIS,AVISOSE OUTROS EXPEDIENTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
Departamento Judiciário Cível
8a CÂMARA CÍVEL
DIVISÃO DE RECURSOS CÍVEIS IV

INTIMAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DE AUTOS

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no cumprimento das atribuições legais que lhe são impostas pelos arts. 141, IV e 235 do CPC c/c o art. 97 do Provimento nº 01/2007/CGJCE e dos preceitos do Conselho Nacional de Justiça, que controlam a taxa de congestionamento dos processos neste TJ/CE vem, pelo presente, INTIMAR o (a) s advogado (a) s, a seguir elencados, para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devolver os autos.

JERÔNIMO DE ABREU JÚNIOR OAB/CE Nº 5647

Processo nº 0369630-31.2000.8.06.0001
Partes: MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, MASSA FALIDA DA SIMCOL - SOCIEDADE IMOBILIARIA E CONSTRUTORA LTDA, FRANCISCO GENTIL JEREISSATI, FRANCISCO REBOUÇAS DE OLIVEIRA, MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA, HELENA GENTIL JEREISSATI.

sob pena de aplicação das penalidades do art. 196 do CPC. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO VALDIR DE ALMEIDA FILHO
SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO TJCE

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

DESPACHO DOS RELATORES - Câmaras Criminais Reunidas

Serviço de Recursos Criminais
DESPACHO DE RELATORES

0622442-44.2015.8.06.0000 - Revisão Criminal. Requerente: Francisco Jucielio Batista Almeida Araújo. Advogado: Francisco Cesar Mariano (OAB: 20991/CE). Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - Ao exame perfunctório das razões aduzidas na exordial, em confronto com a documentação acostada, verifico que o pleito liminar não merece deferimento. Deveras, em que pese a alegação de estar evidenciada a existência de provas frágeis quanto à autoria do delito pelo requerente, e, bem assim, de que este se encontrava em local diverso ao do crime pelo qual restou condenado, conforme indicariam os testemunhos colhidos nos autos da justificação judicial nº 8092-07.2015.8.06.0128, tais matérias demandam o cotejo percuciente das novas provas trazidas a lume pelo requerente com aquelas que deram lastro à decisão condenatória. Desse modo, não avultando, em juízo de cognição sumária exigível para esta fase processual, ilegalidade manifesta no decreto condenatório recorrido, entendo ausentes os requisitos exigidos para a concessão da liminar requestada, razão por que INDEFIRO o pedido de suspensão dos efeitos da sentença penal condenatória impugnada, devendo a matéria ser analisada de forma exaustiva por ocasião do julgamento do mérito da ação revisional. Intime-se o requerente sobre o inteiro teor da presente decisão. Outrossim, sem prejuízo da determinação de intimação retro e considerando a solicitação constante da parte final do parecer da Procuradoria Geral de Justiça às fls. 69/70, proceda o setor competente nos termos requeridos pelo Órgão ministerial, ex vi do art. 625, § 2º, do CPP, c/c o art. 200, do RITJCE. Empós o apensamento dos autos originais, abra-se vista à Procuradoria Geral de Justiça para a emissão de parecer de mérito. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADOR FRANCISCO GOMES DE MOURA Relator

0627591-21.2015.8.06.0000 (2008.0008.7961-0) - Revisão Criminal. Requerente: Raimundo Nonato da Silva. Advogada: Veronica do Amaral Madeiro Batista (OAB: 4950/CE). Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - ISSO POSTO, INDEFIRO o pedido de liminar. Publique-se. Intime-se. Encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 17 de dezembro de 2015 DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora

0630601-73.2015.8.06.0000 - Revisão Criminal. Requerente: José de Fátima Ferreira de Sousa. Advogado: Osivaldo Marcio Cesar de Sa Leitao (OAB: 25188/CE). Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - Destarte, em juízo de cognição sumária, que me é próprio neste momento processual, indefiro o pedido de medida liminar, ante a ausência de comprovação da necessidade inadiável de um provimento de caráter urgente e emergencial. Abra-se vistas à douta Procuradoria Geral de Justiça. Após, retornem os autos conclusos. Expedientes e intimações de estilo, com a máxima urgência Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

Total de feitos: 3

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0626280-92.2015.8.06.0000 - Desaforamento de Julgamento - Acopiara - Autor: Antônio Renildo Custódio Cazuza - Réu: Ministério Público do Estado do Ceará - DECISÃO MONOCRÁTICA Cuida-se de Pedido de Desaforamento de Julgamento, interposto pela defesa do réu ANTÔNIO RENILDO CUSTÓDIO CAZUZA. Ao compulsar do autos e de igual ao Sistema Processual SAJ/Sg, verifica-se a olhos desnudos a existência de Pedido de Desaforamento de Julgamento, autuado sob o número 0626270-48.2015.8.06.0000, onde constam as mesmas partes, as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido, ou seja, a tríplice mesmeidade, circunstância, de sabença comum, comprobatória da ocorrência da litispendência. Desta feita, impõe-se a extinção do presente feito, com a consequente baixa na distribuição. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO Relator - Advs: Carlos Giovane Barbosa Rebouças (OAB: 19437/CE)

CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS

1ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara Criminal

Serviço de Apelação Crime
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0004503-95.2000.8.06.0107 (4503-95.2000.8.06.0107/1) - Apelação. Apelante: Antonio Ferreira. Apelante: Valdeci Alves Ferreira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Assistente: Francisca Eleuda Vidal de Oliveira Lopes. Advogado: Sinobilino Pinheiro da Silva (OAB: 1722/CE). Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA:APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELA SURPRESA E COMETIDO POR MOTIVO DE RELEVANTE VALOR MORAL (APELANTE ANTÔNIO FERREIRA). HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO TORPE E SURPRESA (APELANTE VALDECI ALVES FERREIRA). DECISÕES MANIFESTAMENTE CONTRÁRIAS ÀS PROVAS DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. VERSÕES ACOLHIDAS PELOS JURADOS COM AMPARO NO ACERVO PROBATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Consideram-se as decisões do Conselho de Sentença manifestamente contrárias à prova dos autos, em sua interpretação restritiva, quando desprovidas de qualquer sustentação nos elementos produzidos sob o crivo do contraditório judicial. 2. É vedado ao Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso de apelação, apreciar valorativamente a decisão dos jurados - se correta ou não, se melhor ou pior, se certa ou errada. A valoração da prova é competência exclusiva do Cenáculo Popular. Ao Tribunal de Justiça resta verificar se a decisão do júri está de acordo com o contexto probatório dos autos, se encontra respaldo na prova produzida sob crivo do contraditório judicial. 3. A opção por uma das versões fluentes da prova não enseja nulidade do julgamento. Precedentes. Havendo pluralidade de versões plausíveis, o Tribunal do Júri é soberano para optar por uma delas, no exercício de sua função constitucional assegurada no art. 5º, XXXVIII, “c”, da Carta Magna. 4. Na hipótese, a tese acatada pelos jurados para cada um dos apelantes encontra respaldo na produção probante levada a efeito durante a instrução criminal, não se havendo falar em decisão contrária à prova dos autos, o que determina a aplicação do enunciado da Súmula 6 deste egrégio Tribunal de Justiça. 5. Recurso a que se nega provimento. ACÓRDÃO:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso, porém para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador, em exercício e Relatora

0031649-68.2005.8.06.0000 (2000.0194.5870-4) - Apelação. Apelante: Francisco Adonai Farias de Lima. Advogado: Janos Roven Almeida Abreu (OAB: 9084/CE). Apelante: Edílson Geraldo da Silveira. Advogado: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. EMENTA:DUAS APELAÇÕES CRIMINAIS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ART. 12 C/C ART. 18, INCISO III, AMBOS DA LEI Nº 6.368/76(REVOGADA). ABSOLVIÇÕES. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGADA CONDENAÇÃO BASEADA EM CONJUNTO PROBATÓRIO FRÁGIL. INACOLHIMENTO. SENTENÇA BEM APARELHADA. DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS HARMÔNICO COM AS DEMAIS PROVAS. VERSÕES CONTRADITÓRIAS DOS RÉUS. RECURSOS DESPROVIDOS. EX OFFICIO: 1- ADOTAR O REGIME INICIALMENTE FECHADO PARA CUMPRIMENTO DA PENA DO APELANTE FRANCISCO ADONAI FARIAS DE LIMA. 2- RECONHECER A PRESCRIÇÃO SUPERVENIENTE E DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APELANTE EDILSON GERALDO DA SILVEIRA. 1. A prova testemunhal dos policiais, o laudo de constatação de substância entorpecente, as circunstâncias em que se deu o flagrante, os depoimentos controversos dos réus; e, ainda, a comprovação da materialidade, autorizam a conclusão firme e segura de que os apelantes são narcotraficantes, procedendo à exordial acusatória. 2. O depoimento dos milicianos constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório, mormente quando prestado ou corroborado em Juízo, no âmbito do devido processo legal. Precedentes. 3. Consubstancia constrangimento ilegal a manutenção do regime integralmente fechado ao recorrente Francisco Adonai Farias de Lima. Com efeito, com o julgamento do HC 82.959/SP, foi declarada a inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, que vedava a progressão de regime aos autores de crimes hediondos e equiparados. 4. Desta feita, ante a pena privativa de liberdade concretizada na sentença ao apelante Edilson Geraldo da Silveira, no total de 4(quatro) anos, o prazo prescricional que é de 8(oito) anos, já se operou entre as datas da publicação da sentença condenatória (26/4/2004) e o presente momento, conforme previsão do art. 109, inciso IV, do Código Penal. 5. Apelações desprovidas, mas ex officio substituo o regime integralmente pelo inicialmente fechado para cumprimento da pena do apelante Francisco Adonai Farias de Lima e declaro extinta a punibilidade do recorrente Edilson Geraldo da Silveira pela incidência da prescrição superveniente. ACÓRDÃO:Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, por votação unânime, em conhecer dos recursos e não lhes dar provimento, tomando as providências ex officio, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador, em exercício e Relatora

Total de feitos: 2

Serviço de Recursos Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000172-75.2015.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Francisco Rafael de Araujo. Advogado: Armando Wallyson de Oliveira Caldas (OAB: 25969/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA DISPARO DE ARMA DE FOGO. INVIABILIDADE. DÚVIDAS SOBRE A AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. IMPOSSIBILIDADE NESTE MOMENTO. PRINCÍPIO “IN DUBIO PRO SOCIETATE” 1. Na primeira fase do procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, quando houver dúvida ou incerteza sobre qual tese optar, a da defesa ou da acusação, esta se resolve em favor da sociedade, pois nesta fase vigora o princípio in dubio pro societate. 2. No caso vertente, insurge-se o recorrente contra a decisão de pronúncia, pleiteando a desclassificação do delito de tentativa de homicídio para o crime de disparo de arma de fogo, vez que o réu não tinha a intenção de matar a vítima. 3. Da análise dos depoimentos da vítima, extrai-se que a mesma relatou que, após discussão, fugiu para o quintal e o acusado, da janela do quarto, efetuou disparo em sua direção, só não a tendo atingido em razão de a mesma ter escondido-se atrás do banheiro. Os policiais que foram ao local da ocorrência, por sua vez, ao prestarem depoimento, confirmaram que no dia dos fatos a ofendida teria narrado o ocorrido de forma consonante com a versão apresentada em por ela, tanto em inquérito quanto em juízo. 4. De certo, há provas em sentido contrário, como o interrogatório do réu, contudo, uma vez que não existe a certeza da ausência de animus necandi, medida que se impõe é a apreciação do caso pelo Tribunal do Júri, impossibilitando, neste momento, a

desclassificação do delito para o crime de disparo de arma de fogo. Precedentes. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0000172-75.2015.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em dissonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0000945-23.2015.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Recorrido: Paulo Santiago de Souza. Def. Público: Jose de Sousa Alencar Neto (OAB: 2714/CE). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. IMPOSSIBILIDADE DE RETRATAÇÃO DE RECEBIMENTO ANTERIOR DA PEÇA ACUSATÓRIA. EXAME PERICIAL QUE PODE SER REALIZADO DURANTE A INSTRUÇÃO. REJEIÇÃO PREMATURA DA DELATÓRIA. RECURSO PROVIDO. 1. Recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeitou a denúncia, em virtude de ausência de laudo pericial, mesmo após seu devido recebimento pelo magistrado a quo. Assim, pleiteia o Ministério Público a reforma do decisum vergastado, para que seja recebida a delatória e se dê o prosseguimento da demanda. 2. Importante que se diga que, consoante jurisprudência e escol doutrina, não pode haver retratação de recebimento de denúncia anteriormente realizado, exceto quando, após a apresentação de defesa preliminar, for constatada a presença de uma das hipóteses dos arts. 395 e 397 do CPP, o que não se deu no presente caso, visto que o próprio julgador afirmou que ratificaria o recebimento da denúncia em virtude de não se configurarem nenhuma das hipóteses de rejeição da mesma ou de existir alguma causa de absolvição sumária (fls. 67). Precedente STJ. 3. In casu, com o recebimento da delatória e sua ratificação, houve preclusão pro judicato, passando-se para outra fase processual e, por isso, não poderia ter havido a retratação do recebimento da peça. Precedentes. 4. Ademais, ainda que seja entendimento uníssono de que, para condenação pelo crime em comento, faz-se necessária a realização de perícia que comprove a materialidade do delito (por ser o crime não transeunte), entende-se que na atual fase processual (qual seja, recebimento da delatória e início da instrução) exige-se, tão somente, a existência de indícios suficientes de autoria e de materialidade, já que neste momento aplica-se o princípio “in dubio pro societate”. Precedente. 5. Ressalte-se que a perícia em questão poderia ter sido realizada ao longo de toda a instrução criminal, que é momento para a produção probatória. Desta feita, mostra-se prematura a decisão de rejeitar a delatória por ausência de laudo pericial quando este pode ser confeccionado no decorrer do processo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0000945-23.2015.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0000954-82.2015.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Recorrido: Alex de França Custodio. Advogado: Jose Ronald Gomes Bezerra (OAB: 9656/CE). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. IMPOSSIBILIDADE DE RETRATAÇÃO DE RECEBIMENTO ANTERIOR DA PEÇA ACUSATÓRIA. EXAME PERICIAL QUE PODE SER REALIZADO DURANTE A INSTRUÇÃO. REJEIÇÃO PREMATURA DA DELATÓRIA. RECURSO PROVIDO. 01. Recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeitou a denúncia, em virtude de ausência de laudo pericial, mesmo após seu devido recebimento pelo magistrado a quo. Assim, pleiteia o Ministério Público a reforma do decisum vergastado, para que seja recebida a delatória e se dê o prosseguimento da demanda. 02. Importante que se diga que, consoante jurisprudência e escol doutrina, não pode haver retratação de recebimento de denúncia anteriormente realizado, exceto quando, após a apresentação de defesa preliminar, for constatada a presença de uma das hipóteses dos arts. 395 e 397 do CPP, o que não se deu no presente caso, visto que no presente caso a defesa do recorrido sequer se manifestou acerca da peça acusatória, tendo em vista que foi proposta e aceita a suspensão condicional do processo em audiência data de 27.06.2012. Precedente STJ. 03. In casu, com o recebimento da delatória, houve preclusão pro judicato, passando-se para outra fase processual e, por isso, não poderia ter havido a retratação do recebimento da peça. Precedentes. 04. Ademais, ainda que haja entendimento de que, para condenação pelo crime em comento, faz-se necessária a realização de perícia que comprove a materialidade do delito (por ser o crime não transeunte), entende-se que na atual fase processual (qual seja, recebimento da delatória e início da instrução) exige-se, tão somente, a existência de indícios suficientes de autoria e de materialidade, já que neste momento aplica-se o princípio “in dubio pro societate”. Precedente. 05. Ressalte-se que a perícia em questão poderá ser realizada ao longo de toda a instrução criminal, que é momento para a produção probatória. Desta feita, mostra-se prematura a decisão de rejeitar a delatória por ausência de laudo pericial quando este pode ser confeccionado no decorrer do processo. Precedente STJ. 06. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACORDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0000954-82.2015.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

Total de feitos: 3

Serviço de Recursos Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0001468-35.2015.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Francisco Alberto Lopes da Silva. Advogado: Moacir Carneiro do Nascimento (OAB: 8991/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. DÚVIDAS SOBRE A TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. PRINCÍPIO DO “IN DUBIO PRO SOCIETATE”. SENTENÇA DE PRONÚNCIA MANTIDA. 1. Na primeira fase do procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, quando houver dúvida ou incerteza sobre qual tese optar, a da defesa ou da acusação, esta se resolve em favor da sociedade, pois nesta fase vigora o princípio in dubio pro societate. 2. No caso vertente, insurge-se o recorrente contra decisão de pronúncia, pugnando por sua absolvição, em razão de não haver indícios suficientes que indiquem ter o mesmo cometido o delito em análise nos autos da ação penal de origem. 3. Da análise dos depoimentos coligidos nos autos, ainda que nenhuma testemunha tenha visto a prática do crime, percebe-se que existem indícios suficientes de que o recorrente atuou no delito

perpetrado contra a vítima, principalmente levando-se em consideração o fato de que alguns relatos demonstram a existência de uma animosidade anterior entre a vítima e o recorrente, inclusive a própria Sra. Maria José Ferreira da Silva, companheira do acusado e filha da vítima, afirmou em sede inquisitorial que dois meses antes do crime, vítima e acusado se desentenderam por motivos banais. Ressalte-se ainda que, em que pese não ter presenciado a prática delitiva, Maria Priscila Ferreira da Silva, neta da vítima afirmou que esta, quando estava agonizando, contou-lhe que foi o ora recorrente quem perpetrou o delito. 4. Se mostra correta a sentença de pronúncia quando, considerando o acervo probatório que assegura a existência do delito e aponta indícios suficientes de autoria, determina o julgamento do acusado pelo Conselho de Sentença, porquanto fundada tão somente em juízo de prelibação, ou seja, juízo de suspeita. 5. Uma vez que não existe a certeza da ocorrência da dita tese defensiva, sendo a tese plenamente discutível, medida que se impõe é a apreciação do caso pelo Tribunal do Júri, juízo competente para julgar crimes dolosos contra a vida, impossibilitando a impronúncia do recorrente. Precedentes. 6. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO : Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0001468-35.2015.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0001662-35.2015.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: José Evaldo Mendes de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DEFENSIVO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (SURPRESA E MOTIVO TORPE). PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL. INVIABILIDADE. DÚVIDAS QUANTO AO ANIMUS NECANDI. MATÉRIA A SER DIRIMIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO “IN DUBIO PRO SOCIETATE”. SENTENÇA DE PRONÚNCIA MANTIDA. 1. Na primeira fase do procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, quando houver dúvida ou incerteza sobre qual tese optar, a da defesa ou da acusação, esta se resolve em favor da sociedade, pois nesta fase vigora o princípio in dubio pro societate. 2. No caso vertente, insurge-se o recorrente contra decisão de pronúncia, pleiteando a desclassificação do delito narrado na delatória para o imputado no artigo 129, do Código Penal; 3. A desclassificação do crime só é possível quando a inexistência do animus necandi estiver demonstrada de forma peremptória, sem qualquer contradição ou questionamento. 4. In casu, apesar do acusado sustentar que não tinha intenção de matar a vítima, há dúvidas quanto ao animus necandi, uma vez que a testemunha presencial afirma que o acusado somente não deu mais facada na vítima, pois ele interferiu, sendo, por tal razão, imperiosa a necessidade de encaminhar o caso ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgar o mérito da demanda. PRECEDENTES 5. Quanto às qualificadoras admitidas na sentença de pronúncia, sabe-se que as mesmas só podem ser excluídas quando manifestamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos, o que não ocorre no presente caso, posto que os relatos colhidos no feito dão conta que a vítima foi pega de surpresa, quando estava de costa comprando na bodega, não servido para retirar a surpresa o fato do dono do comércio ter dito para a vítima que o acusado queria matá-la, bem como que o motivo do crime seria o ciúme que o acusado tinha da vítima. 6. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0001662-35.2015.8.06.0001, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em negar provimento ao presente recurso. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0001685-78.2015.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Antonio Gilmar de Andrade. Advogado: Clebson Marques da Costa (OAB: 8323/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DEFENSIVO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. PEDIDO DE IMPRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO ANIMUS NECANDI. FALTA DE PROVA INCONTESTE DA ALEGAÇÃO. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. SENTEÇA DE PRONÚNCIA MANTIDA. 1. Insurge-se o recorrente contra a decisão de pronúncia, pugnando pela absolvição do fato atribuído, posto que não teria restado demonstrado nos autos que o réu tenha praticado o crime conforme narrado na delatória, bem como que não teve a intenção de matar a vítima. 2. Para o decreto da pronúncia basta que o juiz se convença da existência do crime e de indícios suficientes de autoria, prevalecendo nesta fase, ao contrário do que sustenta o recorrente, o princípio do in dubio pro societate. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 3. A materialidade restou devidamente comprovada pela prova oral colhida na instrução processual. Da mesma forma, tem-se que também existem indícios suficientes de autoria, conforme prova testemunhal colhida, sobretudo pelo depoimento da vítima, do acusado e da companheira da vítima. 4. Com base nos depoimentos colacionados aos autos, entendo que, no momento, apesar de não haver a certeza acerca da existência do dolo de matar no presente caso, pois o ofensor afirmar que não tinha intenção de matar a vítima, não há provas suficientemente hábeis a comprovar tal fato a ponto de desconstituir a sentença de pronúncia. 5. Assim, havendo indícios da autoria e materialidade do crime de tentativa de homicídio, bem como não havendo prova inconteste da ausência de animus necandi, neste momento processual aplica-se o brocardo in dubio pro societate, ficando o exame mais acurado do conjunto probatório a cargo do Conselho de Sentença, juiz natural competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, ex vi do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea ‘d’ da CF/88. 6. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0001685-78.2015.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

Total de feitos: 3

Serviço de Recursos Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0004077-59.2013.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Recorrido: Alano Franklin Rodrigues de Melo. Recorrido: Júlio César do Livramento de Oliveira. Def. Pública: Renan Cajazeiras Monteiro (OAB: 7632/CE). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REÚS DENUNCIADOS POR HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, IV, CP). PRONÚNCIA POR

HOMICÍDIO SIMPLES. RECURSO MINISTERIAL. PRETENSÃO DE INCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. POSSIBILIDADE. NARRATIVA ACUSATÓRIA E PROVAS COLHIDAS DURANTE A INSTRUÇÃO QUE REVELAM DIFICULDADE DE DEFESA DA VÍTIMA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. DECISÃO A SER DIRIMIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. 1. O Ministério Público interpôs o presente recurso contra a decisão de pronúncia, pleiteando a inclusão da qualificadora de recurso que dificultou a defesa da vítima, retirada pelo juízo de piso quando da prolação do aludido decisum. 2. Sabe-se que as qualificadoras, na decisão de pronúncia, só podem ser excluídas quando manifestamente improcedentes. Havendo plausibilidade de sua ocorrência, a análise sua incidência deve ser realizada pelo órgão jurisdicional competente, qual seja, o Tribunal do Júri. 3. Extrai-se dos autos que, ao contrário do que afirmou o magistrado de piso na sentença de pronúncia, durante a instrução criminal foram colhidas provas que indicam a possibilidade de incidência da qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, havendo indícios suficientes de que os réus, munidos de arma branca, atacaram a vítima, que estava sozinha e desarmada, golpeando-lhe várias vezes. 4. Sobre isso, o laudo de exame cadavérico também atestou que a vítima sofreu três golpes de faca, sendo duas pelas costas e uma na região do tórax, o que leva a crer que o réu foi atingido pelas costas, enquanto tentava fugir da ação dos réus, não tendo logrado êxito, contudo, face a superioridade de armas e dos agentes, o que viabiliza, por ora, a inclusão da qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa do ofendido. Precedentes. 5. Ressalte-se que ainda que o Ministério Público não tenha mencionado expressamente na denúncia em que consistiu a qualificadora (traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido), o Parquet, na peça acusatória, narrou detalhadamente a ação delitiva, dando ênfase ao fato de o laudo cadavérico haver demonstrado que a vítima sofreu três golpes de faca, sendo duas pelas costas (na região da cabeça e outra na região dorsal) e uma na região do tórax e que a mesma estava sozinha e desarmada no momento da ação delitiva, contando com apenas 18 (dezoito) anos, o que poderia caracterizar o emprego de recurso que impossibilitasse ou dificultasse a defesa da vítima. 6. Logo, verificando-se que a referida qualificadora, em uma análise superficial, se mostra presente, medida que se impõe é a inclusão da mesma, outrora decotada quando da decisão de pronúncia, cabendo aos jurados decidirem sobre sua plausibilidade ou não. 7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO ACÓRDÃO : Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 00004077-59.2013.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em exercício DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0004845-82.2013.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito. Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará. Recorrido: Francisco José Brito Rodrigues. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INSURGÊNCIA MINISTERIAL QUANTO À DECISÃO QUE CONCEDEU LIBERDADE PROVISÓRIA AO RECORRIDO. PERICULUM LIBERTATIS NÃO DEMONSTRADO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA SOLTURA DO RÉU. RECURSO IMPROVIDO. 1. O Ministério Público do Estado do Ceará, irresignado com a decisão proferida pelo juízo a quo, que concedeu liberdade provisória ao réu, interpôs o presente recurso, requerendo o retorno do acusado ao cárcere, tendo em vista sua periculosidade consubstanciada no risco de reiteração delitiva. 2. O Parquet fundamenta a necessidade de revogação da liberdade provisória no fato de que o acusado já respondia a outro delito quando praticou o crime objeto da ação penal originária que deu azo ao pedido de revogação, o que seria justificativa idônea para o cárcere. Ocorre que o magistrado de piso, ciente da possível reiteração delitiva do recorrido (já que a ação penal a que o mesmo respondia é anterior ao presente processo), não utilizou tal fato para justificar eventual segregação, vindo a entender que tal não demonstrava a periculosidade necessária para justificar o ergástulo, já que o recorrido tinha condições pessoais favoráveis, tais como residência fixa e profissão definida. 3. Ressalte-se que sobre o risco de reiteração delitiva sustentado pelo Parquet e existente quando da soltura, tem-se que agora só seria possível determinar o retorno do acusado à prisão se demonstrado o periculum libertatis conjugado com a atual situação do processo. 4. Tendo em vista o decurso do tempo, entende-se que não há que se falar em atual situação de perigo oriunda da liberdade do recorrido (em razão do risco de reiteração delitiva sustentado pelo Parquet), já que a decisão de soltura do paciente foi expedida em 01/12/2008 e, após contato telefônico realizado em 12/01/2016, junto à vara na qual tramita o processo originário, tomou-se ciência de que inexiste nos autos notícia de que o réu cometeu novo crime. Ademais, após consulta ao Sistema Processual deste Tribunal (ESAJ) e confirmando as informações fornecidas via telefone, também extrai-se que inexiste registro de cometimento de delito em momento posterior ao da soltura aqui discutida. 5. Assim, a situação de perigo decorrente da reiteração delitiva (e existente, segundo o Ministério Público, quando do deferimento do pedido de revogação do ergástulo) não mais prospera no momento atual, visto que transcorreram mais de 07 (sete) anos desde o deferimento da liberdade provisória, não tendo sido noticiado qualquer fato que tenha o condão de, no momento, revogá-la, devendo ser mantida a liberdade do recorrido. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em sentido estrito nº 0004845-82.2013.8.06.0000, ACORDAM os desembargadores da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, em CONHECER do recurso, para dar-lhe IMPROVIMENTO, tudo em conformidade com o voto do Relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 MARIA EDNA MARTINS Presidente do Órgão Julgador em julgador DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

Total de feitos: 2

DESPACHOS - 1ª Câmara Criminal

Serviço de Apelação Crime
DESPACHO DE RELATORES

1ª Câmara Criminal

0000010-88.2010.8.06.0151 - Apelação. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Francisco Dario Pacheco da Silva (OAB: 10310/CE). Apelado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Despacho: - Compulsando os autos verifiquei que o advogado do réu ficou de apresentar as razões recursais na superior instância conforme fl.66. Assim, devolvam-se os autos ao setor competente para intimar FRANCISCO DÁRIO PACHECO DA SILVA, OAB/CE nº10310 , para que apresente as razões recursais. Decorrido o devido prazo legal, sem a devida apresentação da peça recursal, intimem-se, de logo o réu para constituir novo advogado

ou se deseja ser patrocinado pelo defensor público. Não havendo nomeação do réu acerca do novo advogado no prazo de 05(cinco) dias, notifique-se a defensoria desta corte para patrocinar a causa. Peça recursal uma vez ofertada, encaminhem-se ao Ministério Público para as contrarrazões, seguindo as normas do Provimento nº 002/10 da PGJ. Por derradeiro, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0000077-05.2005.8.06.0062 - Apelação. Apelante: Francisco Gleidson Pereira. Advogado: Francisco Antonio Queiroz dos Santos (OAB: 7030/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - Compulsando os autos verifiquei que o advogado do réu ficou de apresentar as razões recursais na superior instância conforme fls. 90/92. Assim, devolvam-se os autos ao setor competente para intimar FRANCISCO A. QUEIROZ DOS SANTOS, OAB/CE nº 7030 , para que apresente as razões recursais. Decorrido o devido prazo legal, sem a devida apresentação da peça recursal, intimem-se de logo o réu para constituir novo advogado, ou dizer se deseja ser patrocinado por defensor público. Não havendo nomeação do réu acerca do novo advogado no prazo de 05(cinco) dias, notifique-se a defensoria desta corte para patrocinar a causa. Peça recursal uma vez ofertada, encaminhem-se ao Ministério Público para as contrarrazões, seguindo as normas do Provimento nº 002/10 da PGJ. Por derradeiro, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0000115-48.2012.8.06.0037 - Apelação. Apelante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Antonio Ferreira Mendes (OAB: 4283/CE). Apelado: SEGREDO DE JUSTIÇA. Despacho: - Compulsando os autos verifica-se que o advogado do réu ficou de apresentar as razões recursais na superior instância como se verifica à fl. 210. Assim, devolvam-se os autos ao setor competente para intimar ANTONIO FERREIRA MENDES, OAB/CE nº 4283 , para que apresente as razões recursais. Decorrido o devido prazo legal, sem a devida apresentação da peça recursal, intimem-se de logo o réu para constituir novo advogado ou se deseja ser patrocinado pelo defensor público. Não havendo nomeação do réu acerca do novo advogado no prazo de 05(cinco) dias, notifiquem-se a defensoria desta corte para patrocinar a causa. Peça recursal uma vez ofertada, encaminhem-se ao Ministério Público para as contrarrazões, seguindo as normas do Provimento nº 002/10 da PGJ. Por derradeiro, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça, para parecer. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

0043588-67.2014.8.06.0117 - Apelação. Apelante: Reginaldo Alves dos Santos. Advogado: Pedro Henrique Almeida Leite (OAB: 21128/CE). Apelante: Daniel Esteves. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Intime-se a defesa para que seja apresentada as razões do recurso apelatório interposto à pp. 155. Em seguida, incontinenti, à douta Procuradoria Geral de Justiça - PGJ. Retornados, faça-se à conclusão. Expedientes de estilo, para os quais se recomenda máxima urgência. Fortaleza, 27 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0460674-48.2011.8.06.0001 - Apelação. Apelante: Marcos Vinicius Alves Lima. Advogada: Mayara de Andrade Santos Travassos (OAB: 23879/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Intime-se a defesa para que seja apresentada as razões do recurso apelatório interposto à pp. 153. Em seguida, incontinenti, à douta Procuradoria Geral de Justiça - PGJ. Retornados, faça-se à conclusão. Expedientes de estilo, para os quais se recomenda máxima urgência. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

0793033-70.2014.8.06.0001 - Apelação. Apelante: David Castro Rocha. Advogado: Wagner Ferreira de Souza (OAB: 8382/CE). Apelante: Edio Marques de Almeida. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Despacho: - DESPACHO Intime-se a defesa de David Castro Rocha, para que seja apresentada as razões do recurso apelatório interposto à pp. 175, tendo em vista a manifestação de interesse em apelar nesta superior instância, com esteio no art. 600, § 4°, do Código de Processo Penal. Em seguida, incontinenti, à douta Procuradoria Geral de Justiça - PGJ. Retornados, faça-se à conclusão. Expedientes de estilo, para os quais se recomenda máxima urgência. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora

Total de feitos: 6

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001183-76.2014.8.06.0000 - Apelação - Baturité - Apelante: Francisco Cleide Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Forte nestes argumentos, impõe-se-me tão somente reconhecer e declarar, ex officio, a extinção da punibilidade do recorrente em virtude da incidência cortante da prescrição retroativa, o que faço com fulcro no art. 107, IV, c/c arts. 109, III, e 115, do Código Penal, e art. 61, caput, do Código de Processo Penal. Intimações e expedientes de estilo. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara Criminal
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 301

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

1 - **0182425-33.2012.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/3ª Vara Criminal. Apelante: Jose William de Sousa Albuquerque. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. Revisor(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

2 - **0001340-15.2015.8.06.0000** - **Agravo de Execução Penal** - Fortaleza/2ª Vara de Execução Penal. Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará. Agravado: Francisco Edson Maia Roberto. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

3 - **0001593-03.2015.8.06.0000** - **Agravo de Execução Penal** - Fortaleza/2ª Vara de Execução Penal. Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará. Agravado: Piraja Sanguinette da Silva. Advogado: Jose Eldis Nogueira Costa (OAB: 8641/CE). Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

4 - **0001595-70.2015.8.06.0000** - **Recurso em Sentido Estrito** - Quixeramobim/1ª Vara. Recorrente: Antonio Lindomar Freire Borges. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

5 - **0001602-62.2015.8.06.0000** - **Recurso em Sentido Estrito** - Boa Viagem/1ª Vara. Recorrente: Jose Raulino da Silva Junior. Advogado: Alex Xavier Santiago da Silva (OAB: 24390/CE). Advogado: Paulo Napoleao Goncalves Quezado (OAB: 3183/CE). Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

6 - **0051921-75.2008.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/18ª Vara Criminal. Apelante: Francisca Regilce Marques de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS. Revisor(a): MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Total de processos a julgar: 6

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

EMANUEL ANDRADE LINHARES

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

1ª Câmara Criminal
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 301

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

7 - **0010543-42.2008.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/Vara Única de Trânsito. Apelante: Saulo Ramalho da Silva. Advogado: Vartan Alves Boyadjian (OAB: 7351/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS

Total de processos a julgar: 7

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

EMANUEL ANDRADE LINHARES

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

1ª Câmara Criminal
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 301

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

8 - **0017910-20.2008.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/Vara Única de Trânsito. Apelante: Marcos Roberto dos Anjos. Advogado: Juaci Nunes Nogueira (OAB: 4465/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA EDNA MARTINS

Total de processos a julgar: 8

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

EMANUEL ANDRADE LINHARES

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

ATAS DAS SESSÕES

ESTADO DO CEARÁ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 02 DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, EM 19 DE JANEIRO DE 2016.

PRESIDÊNCIA: Da Exma. Desa. Maria Edna Martins.

SECRETÁRIO: Bel. Emanuel Andrade Linhares.

PRESENTES: A Exma. Desa. Maria Edna Martins – Presidente em exercício, o Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto, o Exmo. Sr. Des. Paulo Airton Albuquerque Filho (vogal), bem como a Exma. Sra. Luiza de Marilac Cavalcante Costa – Procuradora de Justiça. Ausentes justificadamente os Desembargadores Luiz Gerardo de Pontes Brígido e Lígia Andrade de Alencar Magalhães em razão do gozo de suas férias. Aberta a sessão às 13h30min, e após os cumprimentos de estilo, foi aprovada por unanimidade a ata da sessão anterior.

- J U L G A M E N T O S -

01-PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0625987-25.2015.8.06.0000 DE FORTALEZA (PEDIDO DE VISTA).

Impetrante: Adv. André Eugênio de Oliveira.

Paciente: Noé de Paula Moreira.

Relator: O Exmo. Sr. Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido.

Decisão: "A Câmara, por maioria e em consonância com o parecer ministerial, conheceu e denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto-vista da Desembargadora Maria Edna Martins." Vencido o voto do Relator, somente no que tange à fundamentação da decisão.

02–PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0628003-49.2015.8.06.0000 DE FORTALEZA (SUSTENTAÇÃO ORAL).

Impetrante: Adv. Michel Costa Castelo Branco Rayol.

Paciente: Romário Moreno Gonçalo Araripe**.**

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, conheceu e denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora."

Sustentação oral realizada pelo ilustre advogado Dr. Michel Costa Castelo Branco Rayol (OAB/CE: 20.145), seguida de manifestação oral da douta representante do *Parquet* estadual, que ratificou integralmente o parecer ministerial acostado aos autos digitais.

03–PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0628651-29.2015.8.06.0000 DE PACATUBA.

Impetrante: Adv. Francisco Iranete de Castro Filho.

Paciente: Werison dos Santos Nunes**.**

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por maioria e em dissonância com o parecer ministerial, conheceu do *writ*, para negar a ordem, tudo em conformidade com o voto do Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, designado para lavrar o acórdão". Vencido o voto da Relatora.

04–PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0629234-14.2015.8.06.0000 DE PACATUBA.

Impetrante: Adv. Antônio Ferreira Barros.

Paciente: Antônio Carlos Xavier da Silva**.**

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, concedeu a ordem de *habeas corpus* requerida, para que não venha a ser preso em decorrência do mandado de prisão encaminhado à Delegacia de capturas e Polinter do Estado do Ceará, através do ofício nº 481/2013 do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pacatuba/CE, referente ao processo nº 5198-56.2000.8.06.0137/0, uma vez que foi extinta sua punibilidade pela prescrição, recomendando ainda que o Juiz impetrado envide todos os esforços necessários para que o mandado de prisão expedido contra o paciente seja devolvido ao Juízo com maior brevidade possível."

05-PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0626466-18.2015.8.06.0000 DE FORTALEZA.

Impetrante: Adv. Alessandro de Azevedo Nogueira.

Pacientes: Marcos Antônio de Castro Farias e Artur Lucas Rodrigues do Carmo**.**

Relator: O Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto.

Decisão: " A Câmara, por unanimidade e em parcial consonância com o parecer ministerial, rejeitou a preliminar suscitada pelo Ministério Público, e, no mérito, conheceu do *writ e* denegou a ordem, nos termos do voto do Relator."

06-PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0628069-29.2015.8.06.0000 DE FORTALEZA.

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Paciente: Francisco Venuto dos Santos Junior.

Relator: O Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, conheceu a ordem, mas para denegá-la, tendo em vista inexistir o constrangimento ilegal apontado, tudo em conformidade com o voto do Relator. Contudo, recomendou-se ao Juízo de piso que dê prioridade no julgamento da ação penal de origem, observado o princípio constitucional da razoável duração do processo e as disposições previstas no art. 429 e seus incisos do Código de Processo Penal. Sugeriu-se, outrossim, que em caso do corréu e seu advogado não comparecerem a audiência de instrução, que seja desmembrado o feito, conforme possibilita a lei processual."

07-PETIÇÃO DE *HABEAS CORPUS*, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0628102-19.2015.8.06.0000 DE FORTALEZA.

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Paciente: Antônio França de Oliveira Neto**.**

Relator: O Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, conheceu do *habeas corpus,* mas para negar a ordem, tendo em vista inexistir o constrangimento ilegal apontado. Contudo, recomendou-se ao Juízo de piso que dê prioridade no julgamento da ação penal de origem, observado o princípio constitucional da razoável duração do processo e as disposições previstas no art. 429 e seus incisos do Código de Processo Penal, tudo em conformidade com o voto do Relator."

08-CONFLITO DE JURISDIÇÃO, NOS AUTOS DIGITAIS N.º 0001727-30.2015.8.06.0000 DE JUAZEIRO DO NORTE.

Suscitante: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Juazeiro do Norte.**Suscitado:** Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, julgou procedente o conflito e declarou a competência do Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte para processar o presente feito, nos termos do voto da Relatora."

09-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0003992-54.2012.8.06.0050/50000 DE BELA CRUZ.

Embargante: Luis Carlos Carvalho.

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu dos embargos declaratórios opostos, porém para rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora."

10-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0628141-16.2015.8.06.0000/50000 DE FORTALEZA.

Embargante: Diomedio Oliveira de Almeida.

Embargado: Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Relator: O Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu e acolheu parcialmente o presente embargo, apenas no que tange à omissão referente a aplicação de cautelares, tornando expresso no *decisum* o fato de que, sendo necessário o afastamento do paciente do meio social, ante a sua periculosidade, conforme devidamente fundamentado, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão previstos no art. 319 do Código de Processo Penal mostra-se insuficiente e inadequada para evitar a reiteração criminosa, tudo em conformidade com o voto do Relator."

11-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS AUTOS DIGITAIS, N.º 0016527-15.2005.8.06.0000/50000 DE FORTALEZA.

Embargantes: Alexandre Gadelha Felix, Tarcísio Gadelha Leitão, Joacy Martins Feitosae Mauricio Costa Braga.

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: O Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso, rejeitando-se as preliminares arguidas e improvendo-o no mérito, nos termos do voto do Relator."

12 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0002854-37.2014.8.06.0000 DE CRATO.

Recorrente: José Martins de Santana.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso interposto para lhe dar provimento, decretando a nulidade da sentença de pronúncia e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem para que outra seja proferida, nos termos do voto da Relatora."

13 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0002898-56.2014.8.06.0000 DE ITAPIPOCA.

Recorrente: Maxwell Moura Muniz.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, deixou de conhecer do recurso, decretando, *ex officio*, a nulidade da sentença de pronúncia e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem para que outra seja proferida, devidamente fundamentada, nos termos do voto da Relatora."

14 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0001198-11.2015.8.06.0000 DE CRATO.

Recorrente: Francisco Edmar Filho Vitoriano.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso interposto para lhe dar provimento, decretando a nulidade da sentença de pronúncia e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem para que outra seja proferida, nos termos do voto da Relatora."

15 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0001271-80.2015.8.06.0000 DE MARACANAÚ.

Recorrente: Valdemir da Silva Barbosa.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso interposto para lhe dar provimento, decretando a nulidade da sentença de pronúncia e determinando a remessa dos autos ao juízo de origem para que outra seja proferida, nos termos do voto da Relatora."

16 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0002868-21.2014.8.06.0000 DE FORTALEZA.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrido: Francisco Felipe Maia Nogueira.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por maioria e em consonância com o parecer ministerial, conheceu do recurso interposto pelo agente ministerial, dando-lhe provimento, para decretar a prisão preventiva do réu FRANCISCO FELIPE MAIA NOGUEIRA, posto que presentes indícios de autoria e materialidade, com fundamento no art. 312 do Código de Processo Penal, para assegurar a ordem pública, devendo ser expedido mandado de prisão em desfavor do réu, tudo em conformidade com o voto-vista do Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, designado para lavrar o acórdão." Vencido o voto da Relatora.

17 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0000149-66.2014.8.06.0000 - 4ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE FORTALEZA.

Recorrente: Luís Antônio Lucena Diniz.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, porém para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença de pronúncia recorrida, nos termos do voto da Relatora."

18 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 0075578-10.2012.8.06.0000 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE/CE.

Recorrente: Osiel Marinho de Moraes - Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Justiça Pública.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara por unanimidade, conheceu do recurso para declará-lo prejudicado, em face da anulação *ex officio* da sentença de pronúncia por excesso de linguagem, baixando os autos ao Juízo de origem para que seja proferida nova decisão,

nos termos do voto da Relatora."

19 - MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0624735-21.2014.8.06.0000 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARAMBU/CE.

Impetrante: Saulo Tasso da Silva.

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Parambu.

Relatora: A Exma. Sra. Desa. Maria Edna Martins.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade e em consonância com o parecer ministerial, denegou a segurança ante a ausência de direito líquido e certo a ornar a pretensão do impetrante, nos termos do voto da Relatora."

Antes de determinar o encerramento da sessão, com a palavra, o Des. Mário Parente Teófilo Neto manifestou grande satisfação pela presença do Des. Paulo Airton Albuquerque Filho, ao ajudar no julgamento dos processos desta Câmara Criminal, sendo acompanhado pela Desa. Maria Edna Martins. Em seguida, o Des. Paulo Airton Albuquerque Filho agradeceu a confiança e afirmou trabalhar na intenção de contribuir com a instituição. Nada mais havendo o que tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar eu, Sabrina Tabatinga Araújo, assessora técnica, digitei a presente Ata. Subscrevo e assino: Bel. Emanuel Andrade Linhares – Secretário da Primeira Câmara Criminal. Conforme: Desembargadora Maria Edna Martins – Presidente da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em exercício ocasional.

2ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 2ª Câmara Criminal

Serviço de Apelação Crime
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0000069-54.2008.8.06.0084 - Apelação. Apelante: Antonio Gecivan Pereira de Araujo. Advogado: Antonio Claudio Lopes de Sousa (OAB: 24510/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO SIMPLES.CONDENAÇÃO. RECURSO DA DEFESA. 1) PLEITO ABSOLUTÓRIO. DESCABIMENTO. EVIDENCIADAS NOS AUTOS A AUTORIA E A MATERIALIDADE.2) PRETENSÃO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO PREVISTAS NO ARTIGO 43, I A V DO CPB. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. SUBSTITUIÇÃO OPERADA NA ORIGEM. 3) PRETENSÃO DE REDUÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA. PARCIAL CABIMENTO. VERIFICADA DESPROPORCIONALIDADE DA PENA PECUNIÁRIA COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. READEQUAÇÃO AO PATAMAR MÍNIMO - 10 DIAS-MULTA. MANTIDO O VALOR DO DIA-MULTA FIXADO NO PISO MÍNIMO LEGAL ASSIM ESTABELECIDO, SOB A FUNDAMENTAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DO RÉU. Recurso parcialmente conhecido, e na extensão conhecida, parcialmente provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação crime, nº.0000069-54.2008.8.06.0084, oriundos da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte, em que figura como apelante Antônio Gecivan Pereira Araújo. Acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em CONHECER parcialmente do recurso, e, na extensão conhecida CONCEDER-LHE parcial provimento. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora Procurador(a) de Justiça

0000203-03.2007.8.06.0089 - Apelação. Apelante: José Odmar de Sousa. Advogado: Jose Erismar Ferreira Lima (OAB: 4596/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME DE TRÂNSITO. HOMICÍDIO CULPOSO. ART. 302, PARÁGRAFO ÚNICO, III, DO CTB. RECURSO DA DEFESA. 1) ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CULPA COMPROVADA. EVIDENCIADA A NEGLIGÊNCIA.2) PLEITO DE EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA ATINENTE À OMISSÃO DE SOCORRO. IMPROCEDÊNCIA. OMISSÃO CONFIGURADA. 3) REDIMENSIONAMENTO, EX OFFICIO, DA PENA DE PROIBIÇÃO DE GUIAR VEÍCULO AUTOMOTOR POR IGUAL PERÍODO. DESPROPORCIONALIDADE OBSERVADA EM RELAÇÃO À REPRIMENDA CORPORAL IMPOSTA NO QUANTUM MÍNIMO PREVISTO EM LEI. OFENSA AO ART. 293 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. Recurso conhecido e desprovido. Redimensionamento ex officio da reprimenda estabelecida com esteio no art. 293 do CTB. 1. Impossível a absolvição do apelante uma vez comprovada a sua culpa na modalidade negligência, ao estacionar o veiculo em uma estrada estreita sem proceder à devida sinalização, sendo certo que o fato de a vítima não haver reduzido a velocidade em face da baixa visibilidade causada pelo sol, não isenta o réu de ser responsabilizado penalmente, uma vez que a simples comprovação da culpa concorrente do autor do delito é suficiente para sustentar o decreto condenatório, pois não há, em nosso sistema penal, a chamada compensação de culpas. 2. Igualmente, não se faz cabível a exclusão da causa de aumento de pena atinente à omissão de socorro uma vez que, segundo a prova coletada nos autos, mesmo o réu tendo permanecido no local do acidente nada fez para socorrer a vítima que só veio a falecer posteriormente no hospital, tendo sido socorrida por terceiros. 3. A pena de suspensão ou proibição de obter a habilitação deve ser fixada nos mesmos moldes da privativa de liberdade, observando-se os preceitos dos artigos 59 e 68 do Código Penal e partindo-se do mínimo legal previsto no art. 293 da Lei 9.503/1997. In casu, impõe-se o seu redimensionamento, ex officio, pois fixada no mesmo período da pena corporal, revelou-se desproporcional em relação aos critérios utilizados na fixação da reprimenda básica privativa de liberdade. 4. Recurso conhecido e desprovido. Redimensionamento ex officio da reprimenda de suspensão ou proibição de obter a carteira nacional de habilitação. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de nº em que interposto recurso de apelação por José Odmar de Sousa contra sentença proferida na Vara Única da Comarca de Icapuí, pela qual restou condenado pela prática de crime previsto no art. 302, parágrafo único, III, do Código de Trânsito Brasileiro. Acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Outrossim, procedem, ex officio, à modificação da pena de suspensão ou proibição de obter a CNH, tudo em consonância com o voto da eminente Relatora. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora Procurador(a) de Justiça

0000299-16.2000.8.06.0169 - Apelação. Apelante: Francisco Nonato Chaves. Advogado: Dario Igor Nogueira Sales (OAB: 15813/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME DE TRÂNSITO. HOMICÍDIO CULPOSO. ART. 302, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO CTB.

RECURSO DA DEFESA. 1) ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CULPA EVIDENCIADA PELA IMPRUDÊNCIA. 2) PLEITO DE EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO INCISO I, PARÁGRAFO DO ART 302 DO CTB. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO À ÉPOCA DOS FATOS COMPROVADA NOS AUTOS.3) REDUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE COM O RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DE CONFISSÃO. IMPROCEDÊNCIA. PENA-BASE FIXADA NO PATAMAR MÍNIMO LEGAL. SÚMULA Nº 231 DO STJ. 4) PLEITO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA NOS TERMOS DO ART. 77 DO CPB. DESCABIMENTO. FIXAÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUPERIOR A DOIS ANOS DE DETENÇÃO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO LEGAL. 5) REDIMENSIONAMENTO, EX OFFICIO, DA PENA DE PROIBIÇÃO DE GUIAR VEÍCULO AUTOMOTOR POR IGUAL PERÍODO. DESPROPORCIONALIDADE OBSERVADA EM RELAÇÃO À REPRIMENDA CORPORAL IMPOSTA NO QUANTUM MÍNIMO PREVISTO EM LEI. OFENSA AO ART. 293 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. Recurso conhecido e desprovido. Redimensionamento ex officio da reprimenda estabelecida com esteio no art. 293 do CTB. 1.Impossível a absolvição do apelante, uma vez comprovada a sua culpa, na modalidade imprudência, vez que, no fim da madrugada, quando o céu ainda estava escuro, ele trafegava por uma curva acentuada em alta velocidade, tendo perdido o controle do veículo, avançado sobre a margem esquerda, vindo a atingir a vítima, que veio a falecer posteriormente em decorrência desse fato, e ainda outros pedestres que ali se encontravam. Acrescente-se a isso, o fato de o agente sequer possuir habilitação, circunstância que embora por si só não enseje a sua condenação, aliada ao contexto fático-probatório, contribui de forma desfavorável para a aferição de sua culpa. 2. Não procede o pleito de exclusão da causa de aumento de pena atinente à condução de veiculo sem habilitação uma vez comprovado que esta somente foi expedida mais de um ano após o fato delituoso. 3. Igualmente, não se faz possível a redução da pena, em face da atenuante de confissão, uma vez que a pena-base foi fixada no patamar mínimo legal, e o reconhecimento dessa atenuante não pode implicar na redução da reprimenda abaixo desse patamar, sendo essa a inteligência da Súmula 231 do STJ, in verbis: “A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.” Outrossim em tendo a pena privativa de liberdade permanecido nos moldes fixados, não há falar em extinção da punibilidade pela prescrição, requerida no recurso. 4.Por último, a pena de suspensão ou proibição de obter a habilitação deve ser fixada nos mesmos moldes da privativa de liberdade, observando-se os preceitos dos artigos 59 e 68 do Código Penal e partindo-se do mínimo legal previsto no art. 293 da Lei nº 9.503/1997. In casu, impõe-se o seu redimensionamento, ex officio, pois fixada no mesmo período da pena corporal, revelou-se desproporcional em relação aos critérios utilizados na fixação da reprimenda básica privativa de liberdade. 5. Recurso conhecido e desprovido. Redimensionamento ex officio da reprimenda de suspensão ou proibição de obter a carteira nacional de habilitação. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de nº 0000299-16.2000.8.06.0169, em que interposto recurso de apelação por Francisco Nonato Chaves contra sentença proferida na Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte, pela qual restou condenado pela prática de crime previsto no art. 302, parágrafo único, I, do Código de Trânsito Brasileiro. Acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Outrossim, procedem, ex officio, à modificação da pena de suspensão ou proibição de obter a CNH, tudo em consonância com o voto da eminente Relatora. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora Procurador(a) de Justiça

0002494-29.2013.8.06.0165 - Apelação. Apelante: Carlos André Ferreira de Souza. Advogado: Luis Augusto Correia Lima de Oliveira (OAB: 22441/CE). Apelado: Ministerio Publico do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ART. 157, “CAPUT” DO CPB. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE FURTO SIMPLES. IMPOSSIBILIDADE. EVIDENCIADAS GRAVE AMEAÇA E VIOLÊNCIA EXERCIDAS CONTRA A PESSOA DA VÍTIMA. O pleito de aplicação do princípio da insignificância ou bagatela, em caso de atendimento do pedido de desclassificação do tipo penal restou prejudicado vez que este foi rejeitado. Recurso conhecido e desprovido. 1. Descabe o pedido de reconhecimento de que a conduta praticada pelo apelante se insere no conceito de furto, uma vez que na ação restou empregada grave ameaça contra vítima, perpetrada no momento em que o acusado segurou o seu braço. A tese defensiva entra em completa dissonância com as declarações da vítima em Juízo. 2.Prejudicado o pedido de aplicação do principio da insignificância ao crime de furto, vez que configurado o crime de roubo. 3. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0002494-29.2013.8.06.0165, em face de sentença prolatada pela Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de São Luís do Curu, em que é apelante Carlos André Ferreira de Sousa. Acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em CONHECER do recurso e NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto da eminente Relatora. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA FRANCISCA ADELINEIDE VIANA Relatora Procurador(a) de Justiça

Total de feitos: 4

Serviço de Recursos Criminais
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0001341-97.2015.8.06.0000 - Agravo de Execução Penal. Agravante: Natanael da Silva Pereira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: /CE). Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO GOMES DE MOURA. Processo: 0001341-97.2015.8.06.0000 - Agravo de Execução Penal Agravante: Natanael da Silva PereiraAgravado: Ministério Público do Estado do Ceará EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. COMUTAÇÃO DA PENA. DECRETO 8.380/14. DESNECESSIDADE DE OITIVA DO CONSELHO PENITENCIÁRIO. PROVIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 10 DO DECRETO SUPRACITADO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 01. Trata-se de agravo em execução (fls. 02/09), impetrado em 04 de maio de 2015, no qual o agravante Natanael da Silva Pereira se insurge contra decisão do magistrado de piso que não analisou pedido de comutação de penas previsto no Decreto 8.380/14. Em apertada síntese, aduz o agravante que o magistrado de piso deveria ter analisado o pedido, não sendo necessária a oitiva do Conselho Penitenciário, posto que tal requisito não resta exigido pelo Decreto supracitado. 02. A Procuradoria Geral de Justiça exarou parecer em 15 de setembro de 2015 (fls. 35/37) no sentido do conhecimento e improvimento. 03. Estabeleceu o Decreto nº 8.380/14 a possibilidade de, preenchidos os requisitos do art. 2º, fosse concedido pelo juiz competente a comutação de parte da pena. Outrossim, o art. 10 do Decreto supracitado expressamente destacou que para a declaração do indulto ou para a comutação das penas não se exigiriam requisitos outros, senão os previstos neste Decreto. Seguindo nessa esteira, em seu art. 11 do Decreto nº 8.380/14, o diploma normativo estabelece o procedimento previsto para a concessão do benefício, o qual prevê apenas a oitiva do Ministério Público e da defesa. 04. Assim, diante da inexistência de previsão normativa acerca da necessidade de Parecer do Conselho Penitenciário para a concessão da comutação, entendo que assiste razão ao agravante quanto a desnecessidade daquele para

a prolação da decisão. Precedentes. 05. Recurso CONHECIDO E PROVIDO no sentido de determinar que o magistrado de piso analise eventual preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício de comutação da penas previsto no Decreto 8.380/15. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em, por unanimidade, CONHECER e julgar PROVIDO o recurso nos termos do voto do relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DESEMBARGADOR FRANCISCO GOMES DE MOURA Relator PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

0001933-78.2014.8.06.0000 - Agravo de Execução Penal. Agravante: Francisco Hernandes de Souza. Advogado: Ulisses Tabosa Campos (OAB: 12345/CE). Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO GOMES DE MOURA. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. TRABALHO EXTERNO. IMPROVIMENTO. PACIENTE QUE FOI PRESO EM FLAGRANTE DURANTE O TRÂMITE RECURSAL. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO PARA O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO CONFORME PARECER MINISTERIAL. 01. Trata-se de agravo em execução (fls. 01/05), impetrado em 28 de maio de 2014, no qual o agravante Francisco Hernandes de Souza se insurge contra decisão do magistrado de piso que denegou-lhe pedido de trabalho externo. Em apertada síntese, aduz que haveria o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos necessários ao deferimento do benefício, postulando a reforma da decisão vergastada. 02. A Procuradoria Geral de Justiça exarou parecer em 24 de fevereiro de 2014 (fls. 40/44) no sentido do conhecimento e improvimento. 03. Após examinar cuidadosamente os autos, entende a Câmara que não merece prosperar o recurso. Deveras, feita consulta pelo sistema E-SAJ. aos autos da do Processo de Execução penal nº 0043806-65.2008.8.06.0001 verificou-se que em decisão prolatada em 13 de outubro de 2015 foi determinada pelo magistrado da 2º Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza/CE a regressão do regime semiaberto para o fechado pelo fato de o recorrente ter sido preso em flagrante. 04. Deste modo, diante da falta praticada pelo agravante, entendo incabível a concessão do benefício pelo não preenchimento do requisito subjetivo, ou seja, que demonstre aptidão, disciplina e senso de responsabilidade compatíveis com aquele. 05. Recurso CONHECIDO E IMPROVIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em, por unanimidade, CONHECER e julgar IMPROVIDO o recurso nos termos do voto do relator. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DESEMBARGADOR FRANCISCO GOMES DE MOURA Relator PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de feitos: 2

PAUTA DE JULGAMENTO

2ª Câmara Criminal
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 278

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTES PROCESSOS:

9 - **0110281-37.2007.8.06.0001** - **Apelação** - Fortaleza/Vara Única de Trânsito. Apelante: Francisco Ricardo Nunes dos Santos. Advogado: Antonio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator(a): HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MAXIMO

Total de processos a julgar: 9

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

ANA AMÉLIA FEITOSA OLIVEIRA

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

EXPEDIENTES DO 1º GRAU

COMARCA DE FORTALEZA

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 28/01/2016

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107553-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Felipe Remerson Pinho Uchoa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 05:30 horas

PROCESSO : 0107554-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Franisco Lucas Arruda de Souza
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 06:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106679-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Iran Cardoso Cordeiro
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:53 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014878-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
I. P. : 10700428/2015 - Fortaleza
AUTOR : Ministério Público Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Edgleison de Souza Bezerra
VARA: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 07:58 horas

PROCESSO : 0107502-94.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10200084/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Carlos Henrique Costa de Menezes
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:59 horas

PROCESSO : 0014877-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
I. P. : 134-016/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público Estado do Ceará
AUTUADO : EDSON FERREIRA DOS SANTOS
VARA: 3ª Vara de Execução Penal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:59 horas

PROCESSO : 0005054-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Transferência entre estabelecimentos penais
REQUERENTE : Benevaldo Pereira da Silva
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0005055-28.2016.8.06.0001
CLASSE : Transferência entre estabelecimentos penais
REQUERENTE : Fernando Carlos Sampaio de Albuquerque
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0005056-13.2016.8.06.0001
CLASSE : Transferência entre estabelecimentos penais
REQUERENTE : Francisco José de Carvalho Porto
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0005057-95.2016.8.06.0001
CLASSE : Transferência entre estabelecimentos penais

REQUERENTE : Thomaz de Aquino dos Santos
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0005058-80.2016.8.06.0001
CLASSE : Transferência entre estabelecimentos penais
REQUERENTE : Ione Maria de Souza Braga
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0107510-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11500009/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Wandglesdiston Pearce Santiago
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:03 horas

PROCESSO : 0107551-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11100050/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Josafá José da Costa Júnior
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:08 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013471-82.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 119958920158060115
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara de Limoeiro do Norte-CE - Limoeiro Do Norte-CE
REQUERENTE : Maria dos Santos Pinheiro
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:08 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107556-60.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10700045/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Edsomauro Rogerio da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:13 horas

PROCESSO : 0014879-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
I. P. : 1070021/2015 - Fortaleza
AUTOR : Ministério Público Estado do Ceará
RÉU : Jorge Lucas Oliveira Teixeira
VARA: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:13 horas

PROCESSO : 0107555-75.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11100051/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : José Mário Ferreira Lima Filho
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106653-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : J.L.
REQUERIDO : G.A.S.
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 08:17 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107557-45.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13000084/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Paulo Henrique Martins dos Santos
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:19 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013472-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 120062120158060115
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara de Limoeiro do Norte-CE - Limoeiro Do Norte-CE
REQUERENTE : Maria das Graças Damasceno Sousa
REQUERIDO : 'Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107560-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13000085/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Samuel Avelino Alexandre
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:21 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013473-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 87489520158060052
JUÍZO DEPREC. : Juízo da 1ª Vara da Comarca de Brejo Santo/CE - Brejo Santo-CE
REQUERENTE : Maria Pereira de Lima
REQUERIDO : 'Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:22 horas

PROCESSO : 0106709-58.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Demontier de Deus da Silva
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.,
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:24 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107559-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10200085/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Cezar de Lima Oliveira
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106710-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Josiana Castro da Silva
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:26 horas

PROCESSO : 0106654-10.2016.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : W.G.S.
REQUERIDO : J.C.O.
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:29 horas

PROCESSO : 0106711-28.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Raimundo Domingos Reinaldo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014882-63.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
I. P. : 11200358/2015 - Fortaleza
AUTOR : Ministério Público Estado do Ceará
AUTUADO : Maicon Gleison da Silva
VARA: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106712-13.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Joao Soares da Silva
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:33 horas

PROCESSO : 0106713-95.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Fagner Rodrigues de Almeida
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014881-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução Provisória
I. P. : 134-016/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público Estado do Ceará
AUTUADO : JOSÉ JACKSON DE OLIVEIRA ANDRADE
VARA: 1ª Vara de Execução Penal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:36 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013474-37.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 2538820158060158
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Unica da Comarca de Palhano - Palhano-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:37 horas

PROCESSO : 0106714-80.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Alimentos
EXEQUENTE : F.A.C.
ADVOGADO : 8919/CE - Karla Teles dos Santos
EXECUTADO : T.O.M.
VARA: 13ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 08:38 horas

PROCESSO : 0106656-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaucard S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
REQUERIDA : Ludmille de Lima Teixeira
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:40 horas

PROCESSO : 0013535-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 9700420078060166
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Senador Pompeu/CE - Senador Pompeu-CE
REQUERENTE : COELCE - Companhia Energetica do Ceara
REQUERIDO : Fernando Antonio Veras Gaspar
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:44 horas

PROCESSO : 0013536-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00073403220148250034
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Crível da Comarca de Itabaiana/SE - Itabaiana-SE
REQUERENTE : Sergipe Administradora de Cartoes e Servicos Ltda - SEAC
REQUERIDA : Judith Leopoldina dos Santos Albuquerque
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:47 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014883-48.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
I. P. : 11500033/2015 - Fortaleza
AUTOR : Ministério Público Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Júnior Ribeiro
VARA: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:47 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106658-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.L.F.S.
ADVOGADO : 14403/CE - Rafael Freire de Arruda
REQUERIDO : J.M.L.A.
ALIMENTANDA : M.F.S.A.
VARA: 2ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:47 horas

PROCESSO : 0013537-62.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00000784020058170690
JUÍZO DEPREC. : Vara Unica da Comarca de Ibimirim/ PE - Ibimirim-PE
REQUERENTE : Banco do Nordeste do Brasil
REQUERIDO : Rener Manoel Umbuzeiro e Outro
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:49 horas

PROCESSO : 0106659-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Tadeu Mendes Parriao
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:49 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014884-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
A. P. F. : 11200578/2013 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público Estado do Ceará
RÉU : Francisco Rogerio Gaspar Silva
VARA: 1ª Vara de Execução Penal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:51 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013815-63.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1008877-84.2015.8.26.0292
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 1ª Vara de Familia e Sucessoes da Comarca de Jacarei - Jacarei-SP
REQUERENTE : Ozélia Macedo Borges Carneiro
REQUERIDO : Raimundo Abelardo Carneiro

VARA: 9ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:52 horas

PROCESSO : 0013538-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 03182120068060166
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Senador Pompeu/CE - Senador Pompeu-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Antonio Clidenor Genuino de Medeiros
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:53 horas

PROCESSO : 0013539-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 39473020108060047
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Baturite-CE - Baturite-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Fernando Lima Lopes e Outros
VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:57 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014885-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução Provisória
A. P. F. : 10700438/2014 - Fortaleza
RÉU : Inacio Rafael de Sousa Silva
VARA: 2ª Vara de Execução Penal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106662-84.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Karla Aline Alves da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:01 horas

PROCESSO : 0013588-73.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 2014091024363-0
JUÍZO DEPREC. : Sugunda Vara Cível de Samambaia/DF - Samambaia-DF
REQUERENTE : Campo da Esperanca Servicos Ltda
REQUERIDA : Ana Celia Lima Costa
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:03 horas

PROCESSO : 0106715-65.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : SAO JUDAS TADEU COMERCIO DE IMOVEIS, ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA - ME
ADVOGADO : 5521/CE - Maria do Carmo Pimentel Saboia
REQUERIDO : Municipio de Fortaleza
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:04 horas

PROCESSO : 0013590-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 20140910243630
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Segunda Vara de Família, Órfãoes e Sucessões de Samambaia - DF - Samambaia-DF
REQUERENTE : Campo da Esperanca Servicos Ltda
REQUERIDA : Ana Celia Lima Costa
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014888-70.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
A. P. F. : 10200344/2015 - Fortaleza
AUTOR : Ministério Público Estado do Ceará
AUTUADO : Wilson Oliveira da Silva

VARA: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:05 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013948-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 07044550920138010001
JUÍZO DEPREC. : 3ª Vara de Família - Rio Branco-AC
REQUERENTE : Bianca Helen Paulo Cavalcante e Outro
REQUERIDO : FELIPE NERY PAULA CAVALCANTE FILHO
VARA: 14ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:05 horas

PROCESSO : 0106716-50.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Vanderlei da Silva Oliveira Pinheiro
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:06 horas

PROCESSO : 0013594-80.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 33687720148060068
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Chorozinho-CE - Chorozinho-CE
REQUERENTE : Paulo Christiano Xavier Benicio
REQUERIDO : Eunides Maria Maia Chaves
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:09 horas

PROCESSO : 0013817-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 11686-96.2012.8.06.0075
JUÍZO DEPREC. : 2ª vara da comarca do Eusébio - Eusebio-CE
REQUERENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
REQUERIDO : E. ROLLA NETO
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:09 horas

PROCESSO : 0106717-35.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Samara Regila Oliveira de Moraes
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:12 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014893-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
A. P. F. : 10200465/2013 - Fortaleza
AUTOR : Ministério Público Estado do Ceará
RÉ : Marina Nascimento Sales
VARA: 2ª Vara de Execução Penal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013476-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 2547320158060205
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Unica da Comarca de Palhano - Palhano-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:14 horas

PROCESSO : 0107237-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maria Augusta do Nascimento
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:14 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0219299-12.2015.8.06.0001
CLASSE : Habeas Corpus
IMPETRANTE : Jonas Lima do Nascimento
ADVOGADO : 31481/CE - Jose Valdir de Castro Moura Neto
VARA: 11ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:15 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013567-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 201008620168060158
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Russas/CE - Russas-CE
REQUERENTE : Maia Isabelle Lima Rodrigues
REQUERIDO : Diretor da Escola Estadual Educacional Profissional Professor Walquer Cavalcante
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:15 horas

PROCESSO : 0013949-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 163621120168060055
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Canindé-CE - Caninde-CE
REQUERENTE : CARLOS ALBERTO DA SILVA
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:18 horas

PROCESSO : 0013569-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1296226420048090100
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Comarca de Luziânia/GO - Luziania-GO
REQUERENTE : Marilia Castro de Melo
REQUERIDO : Antonio Furtado de Melo Junior
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:23 horas

PROCESSO : 0013959-37.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0012533-89.2015.8.19.0024
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara Civel da Comarca de Itaguai - Itaguai-RJ
REQUERENTE : AGS Logística Ltda.
REQUERIDO : CASEBRAS Factoring Fomento Mercantil Ltda.
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:23 horas

PROCESSO : 0013478-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 989465420158060158
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Russas-Ce - Russas-CE
REQUERENTE : Francivan de Oliveira Me
REQUERIDA : SEMACE
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:24 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0206452-75.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 31000124/2015 - Fortaleza
AUT PL : Sergio Pereira dos Santos
INDICIADO : Leandro Soares da Silva
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:24 horas

PROCESSO : 0211009-08.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10201184/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Rafael Silva de Sousa
VARA: 13ª Vara Criminal

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:25 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013568-82.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1024305020158060167
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Sobral-CE - Fortaleza-CE
REQUERENTE : Rosa Prudencio de Sales
REQUERIDO : 'Estado do Ceará
VARA: 5ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:25 horas

PROCESSO : 0106718-20.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Alves da Rocha
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:25 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107416-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11300147/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
VARA: Vara Única de Trânsito
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:27 horas

PROCESSO : 0069448-93.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13400789/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Gabriel Costa Lima
VARA: 13ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:27 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013570-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 354024120128060112
JUÍZO DEPREC. : Vara Única de Familia e Sucessões - Juazeiro Do Norte-CE
REQUERENTE : Edilene Pereira da Silva
REQUERIDO : Cicero Guilherme Rodrigues da Silva
VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:28 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0215154-10.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10700766/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Marcos Fernando Santos Oliveira
VARA: 15ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:29 horas

PROCESSO : 0107403-27.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11300146/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : Francisco Fagner Rodrigues Costa
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:30 horas

PROCESSO : 0014317-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 0000428592012
JUÍZO DEPREC. : Vara Única da Comarca de Pombos - Pombos-PE
J DEPCTE : Juizo de Direiro da Vara Única da Comarca de Pombos
RÉU : Romero Augusto da Silva Maia
VARA: 9ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0190196-57.2015.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Terezinha da Silva Duarte
ADVOGADO : 11540/CE - Josilane Vasconcelos Rodrigues
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:30 horas

PROCESSO : 0106663-69.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Safra S/A
ADVOGADO : 18682/CE - Nelson Paschoalotto
REQUERIDO : José Roberto Ferreira Loureiro
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:32 horas

PROCESSO : 0013571-37.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0118190720158060117
JUÍZO DEPREC. : Vara Única de Famílias e Sucessões - Maracanau-CE
REQUERENTE : Enzo Matheus de Moura Cavalcante
REQUERIDO : Leandro Silva Cavalcante
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:33 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107455-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 30900190/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 1ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013572-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0011661492015806011 7
JUÍZO DEPREC. : Vara Única de Famíia e Sucessões de Maracanaú - Maracanau-CE
REQUERENTE : José Lucas Martins da Silva e Outros
REQUERIDO : José Júnior Martins da Silva
VARA: 4ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:35 horas

PROCESSO : 0013958-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0008251-31.2002.8.19.0002
JUÍZO DEPREC. : Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Niterói-RJ - Niteroi-RJ
REQUERENTE : Jardim de Infancia Aldeia Curumim Ltda
REQUERIDO : Marcos Afonso de Moraes Lima
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:35 horas

PROCESSO : 0013479-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 35774820158060056
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Capistrano-CE - Capistrano-CE
REQUERENTE : Rita Lucas da Silva
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:36 horas

PROCESSO : 0013842-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1839953201280601510
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Quixadá/CE - Quixadá-CE
REQUERENTE : SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE
REQUERIDO : FRANCISCO EVERTON BRAGA DE LIMA
VARA: 3ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:37 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107470-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10200083/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Francisco Jalison Lima dos Santos
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:37 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013573-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00117455020158060117
JUÍZO DEPREC. : Vara Única de Famílias e Sucessões - Maracanau-CE
REQUERENTE : Mateus Batista Soares da Silva
REQUERIDO : João Batista Soares da Silva
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:37 horas

PROCESSO : 0106664-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Renovatória de Locação
REQUERENTE : Livio Parente Cesar
ADVOGADO : 10108/CE - Marcelo Magalhaes Fernandes
REQUERIDO : Wop Empreendimentos Ltda
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:39 horas

PROCESSO : 0013574-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00112804120158060117
JUÍZO DEPREC. : Vara Única de Famílias e Sucessões - Maracanau-CE
REQUERENTE : Julia Gabrielle Oliveira Ferreira
REQUERIDO : Felipe Correia Ferreira
VARA: 3ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107469-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10200082/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Antonio Jose das Chagas Sousa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013480-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 34644220158060041
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Aurora-CE - Aurora-CE
REQUERENTE : Luiza Rosa de Jesus
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:42 horas

PROCESSO : 0013575-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 38120920158060155
JUÍZO DEPREC. : Vara Única - Quixere-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Municipio de Quixere/ Ce
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:42 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107480-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11600050/2015 - Fortaleza

AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 13ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:46 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106680-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Walney de Sousa Leornardo
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:50 horas

PROCESSO : 0013481-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 13580720158060042
JUÍZO DEPREC. : Vara Única da Comarca de Baixio - Baixio-CE
REQUERENTE : Maria Gorete de Morais Oliveira
REQUERIDO : CAGECE - Companhia de Agua e Esgoto do Ceara
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:50 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107583-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 13300151/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 3ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:51 horas

PROCESSO : 0014318-84.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 18846020098060049
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Beberibe/CE - Beberibe-CE
RÉU : Mario Cesar Gomes da Silva
VARA: 16ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:51 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013843-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 2096538201380601510
JUÍZO DEPREC. : Juiz de Direito da 3ª Vara de Quixadá - Quixada-CE
REQUERENTE : DEPARTAMENTO ESTADAL DE TRANSITO DETRAN
REQUERIDO : Antonio Ismak Nogueira Rabelo
VARA: 5ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:51 horas

PROCESSO : 0106665-39.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Itaucard S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
REQUERIDO : Valner Moreira de Sousa
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:52 horas

PROCESSO : 0013576-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 40003620148060155
JUÍZO DEPREC. : Vara Única - Quixere-CE
REQUERENTE : Jose Maria de Sousa Filho
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:53 horas

PROCESSO : 0106666-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Tania Fernandes da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti

REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:54 horas

PROCESSO : 0013577-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 18521920148060069
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Coreaú-CE - Coreau-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : 'Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:55 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107572-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13400084/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Josiel Ferreira de Souza
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:55 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106681-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Edneudo Coelho
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:56 horas

PROCESSO : 0013578-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 11088720158060069
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Coreaú-CE - Coreau-CE
REQUERENTE : Anailson Cardoso de Albuquerque
REQUERIDO : Erisvaldo Nascimento da Costa
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:57 horas

PROCESSO : 0106682-75.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Cleiton Santos da Silva
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Yasuda Marítima Seguros e Saúde
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:57 horas

PROCESSO : 0013965-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 4006330-34.2013.8.26.0019
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível do Foro de Americana da Comarca de Americana/SP - Americana-SP
REQUERENTE : Tecelagem Leonilda Ltda
REQUERIDO : MISS TEEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:58 horas

PROCESSO : 0013579-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 120218720158060115
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara de Limoeiro do Norte-CE - Limoeiro Do Norte-CE
REQUERENTE : Jose Camilo Rodrigues da Silva
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:59 horas

PROCESSO : 0106667-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.P.S.
REQUERIDO : F.O.S.
ALIMENTANDA : G.P.S.

VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:59 horas

PROCESSO : 0106719-05.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Emerson de Sousa Gomes
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:02 horas

PROCESSO : 0013482-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 06432009520158040001
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito do Núcleo de Conciliação de Família - Manaus-AM
REQUERENTE : Raimunda Maria Alves Constancio
VARA: 2ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:03 horas

PROCESSO : 0106668-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Paulo Henrique Tavares Oliveira
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Yasuda Marítima Seguros e Saúde
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:05 horas

PROCESSO : 0013580-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1108857220158060112
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte-CE - Juazeiro Do Norte-CE
REQUERENTE : Solange Aparecida do Nascimento
REQUERIDO : Município de Juazeiro do Norte - Ce
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:07 horas

PROCESSO : 0013581-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 111243820148060101
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itapipoca-CE - Itapipoca-CE
REQUERENTE : Vitória Regia Mendonça de Oliveira
REQUERIDO : Djaci Amaral Mariano
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:10 horas

PROCESSO : 0013966-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0352610-44.2012.8.19.0001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 40ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - Rio De Janeiro-RJ
EXEQUENTE : Banco Triangulo S/A
EXECUTADO : Francisco F Morais Mercearia
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:13 horas

PROCESSO : 0013582-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 12040520158060069
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Coreaú-CE - Coreau-CE
REQUERENTE : Carlos Roger de Souza Martins
REQUERIDO : Jose Roberto Martins Pereira
VARA: 1ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:14 horas

PROCESSO : 0013727-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 89535820158060171
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Tauá-CE - Taua-CE
REQUERENTE : Manoel Cordeirinho Cunha
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:14 horas

PROCESSO : 0106720-87.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário

REQUERENTE : José Wilson Farias Gomes
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Yasuda Marítima Seguros e Saúde
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:16 horas

PROCESSO : 0106721-72.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Paulo Sergio Aquino da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:17 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107514-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Restituição de Coisas Apreendidas
REQUERENTE : Joao Paulo dos Santos Barroso
ADVOGADO : 24742/CE - Alan Frota Bastos
VARA: Vara Única da Justiça Militar do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:18 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106772-83.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : D.A.N.
ADVOGADO : 29514/CE - Carlos André Barbosa de Carvalho
VARA: 14ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:19 horas

PROCESSO : 0106773-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Adriano de Freitas Pinheiro
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:20 horas

PROCESSO : 0106774-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : José Odécio de Vasconcelos
ADVOGADO : 22394/CE - Emanoel Nasareno Menezes Costa
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:22 horas

PROCESSO : 0106775-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Regina Celia do Nascimento de Paula
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:22 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014828-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Pedido de Prisão Preventiva
REQUERENTE : M.P.E.C.
RÉU : P.R.S.M.
VARA: 3ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:22 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106669-76.2016.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Marilene Aguiar Studart
ADVOGADO : 11671/CE - Maria Filomena de Castro Maciel
INVDO : RODOLFO TOME AGUIAR
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:23 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107534-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Restituição de Coisas Apreendidas
REQUERENTE : Ana Lucia Silva Ribeiro
ADVOGADO : 9654/RN - Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:23 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106776-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Maria de Fátima Vieira de Oliveira
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:24 horas

PROCESSO : 0106722-57.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Michelle Moura da Silva
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Yasuda Marítima Seguros e Saúde
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:24 horas

PROCESSO : 0106777-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Carlos Henrique Alves Ferreira
ADVOGADO : 7211/CE - Norma de Matos Esmeraldo
REQUERIDO : Renova - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:25 horas

PROCESSO : 0013967-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0381220-17.2015.8.19.0001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 51ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - Rio De Janeiro-RJ
EXEQUENTE : LA ESTAMPA COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA.
EXECUTADO : Comercial de Confecções Cor de Jambo Ltda Me
VARA: 22ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:25 horas

PROCESSO : 0106723-42.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Jose Edvonilton Oliveira
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Marítima Seguros S.a
VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:26 horas

PROCESSO : 0013728-10.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 40879620158060109
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Jardim/CE - Jardim-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Municipio de Jardim/ Ce
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:26 horas

PROCESSO : 0013844-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 291948201580601450
JUÍZO DEPREC. : SECRETARIA DE VARA UNICA - Pereiro-CE
REQUERENTE : ANNY VITORIA BEZERRA DE LIMA
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:29 horas

PROCESSO : 0107636-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : André Luis Silva dos Santos

ADVOGADO : 19741/CE - Beatriz Fonteles Gomes Pinheiro
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:30 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107422-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 10400002/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 9ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106779-75.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : José Humberto Ferreira da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:35 horas

PROCESSO : 0106781-45.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Eumenes Paz de Almeida
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:36 horas

PROCESSO : 0106724-27.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
EXECUTADA : Geovanisia Vieira Silva
VARA: 38ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:37 horas

PROCESSO : 0106683-60.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Genisa Fernandes do Nascimento
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:38 horas

PROCESSO : 0106782-30.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonia Iris Ferreira Cruz
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:38 horas

PROCESSO : 0106725-12.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
EXECUTADO : Reginaldo Sales dos Santos
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:39 horas

PROCESSO : 0106783-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Miqueias Barroso Ribeiro
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:39 horas

PROCESSO : 0106726-94.2016.8.06.0001

CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Gildivan Oliveira da Silva
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : YASUDA Marítima Seguros E SAUDE
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:40 horas

PROCESSO : 0106784-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Francidalvo Silva de Queiroz
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:40 horas

PROCESSO : 0106684-45.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.B.A.M.
REQUERIDO : J.F.S.
ALIMENTANDO : S.A.S.
VARA: 3ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107589-50.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201864/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 4ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:41 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106785-82.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisco Edno Peixoto da Silva
ADVOGADO : 22394/CE - Emanoel Nasareno Menezes Costa
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:42 horas

PROCESSO : 0013960-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1014263-83.2015.8.26.0005
JUÍZO DEPREC. : 1a. Vara da Familia e Sucessões - Foro Regional V - São Miguel Paulista - São Paulo-SP
REQUERENTE : Luiz Renan Gomes de Arruda
REQUERIDO : Luiz Luciano Menezes de Arruda Filho
VARA: 5ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:42 horas

PROCESSO : 0106685-30.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Erickson de Holanda Machado
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:42 horas

PROCESSO : 0013845-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 2147092201480601510
JUÍZO DEPREC. : Juiz de Direito da 3ª Vara de Quixadá - Quixada-CE
REQUERENTE : PAULO TEIXEIRA DO NASCIMENTO
REQUERIDO : Municipio de Quixadá
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:42 horas

PROCESSO : 0107318-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Suprimento de Capacidade ou de Consentimento para Casar
REQUERENTE : F.B.F.
ADVOGADO : 15832/CE - Jose Valente Neto
REQUERIDO : R.R.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:43 horas

PROCESSO : 0106727-79.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Lindoval Jesus de Matos
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Marítima Seguros S.a
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:43 horas

PROCESSO : 0106686-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Edson Sousa Nogueira
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 35ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:44 horas

PROCESSO : 0106671-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Francisca Deurismar Arrais
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:44 horas

PROCESSO : 0106786-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Alexandro Silva Gomes
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:44 horas

PROCESSO : 0013729-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 20120110865286
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, de Família e de Orfãos e Sucessões de Braslândia,72720640 da Comarca de Brasília/DF - Brasilia-DF
REQUERENTE : Andre de Oliveira Pessoa
REQUERIDO : espolio de Gerardo de Araujo Pessoa
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:45 horas

PROCESSO : 0106787-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Samira Serpa da Silva Sousa
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:46 horas

PROCESSO : 0106687-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Fábio Bandeira de Oliveira
ADVOGADO : 13890/CE - Raquel Filgueiras Mascarenhas
REQUERIDA : Jamila Mara Ferreira Pinheiro
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:46 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107585-13.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201735/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 1ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:46 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106672-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Erandir Aprigio da Silva

ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 22ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:46 horas

PROCESSO : 0106688-82.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Regina Fernandes Mateus
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Yasuda Marítima Seguros e Saúde
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:48 horas

PROCESSO : 0106788-37.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Ivoneide Miguel Ribeiro de Freitas
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
REQUERIDO : BV FINANCEIRA
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:48 horas

PROCESSO : 0106689-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : José Wilson Duarte
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:49 horas

PROCESSO : 0106789-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : J.E.L.S.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:49 horas

PROCESSO : 0106690-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : L.A.C.
ADVOGADO : 22725/CE - Sergio Luis de Holanda Barbosa Soares Araujo
REQUERIDO : D.B.C.
VARA: 9ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:50 horas

PROCESSO : 0106673-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Joana Darc Pereira da Silva
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:50 horas

PROCESSO : 0106728-64.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Antônia de Queiroz Ferreira
ADVOGADO : 32784/CE - Jordana Soares Mourão
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:50 horas

PROCESSO : 0106691-37.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Raul Ramos Santos
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:51 horas

PROCESSO : 0106790-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Espaço Arquitetura e Construção Eireli - Me
ADVOGADO : 21585/CE - Francisco Vieira de Andrade
REQUERIDO : Itau Unibanco Holding S/A
VARA: 7ª Vara Cível

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:52 horas

PROCESSO : 0106729-49.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ana Georgélia Monte
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : YASUDA Marítima Seguros E SAUDE
VARA: 11ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:52 horas

PROCESSO : 0106791-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : E.S.A.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
REQUERIDA : F.A.V.L.A.
VARA: 14ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:53 horas

PROCESSO : 0106692-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Rita de Cassia Nobre dos Santos
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:54 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014319-69.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 10238692012
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Beberibe/CE - Beberibe-CE
J DEPCTE : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Beberibe-CE
RÉU : Genário da Silva Santos
VARA: 18ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:55 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106792-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.C.R.S.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
REQUERIDO : F.A.M.S.
VARA: 5ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:55 horas

PROCESSO : 0106693-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Bradesco Financiamentos S/A
ADVOGADO : 7629/SC - Sergio Schulze
REQUERIDA : Maria das Gracas Gomes Marques
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:55 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107593-87.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201887/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 3ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:55 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106793-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : D.F.V.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
REQUERIDO : M.E.F.N.
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:57 horas

PROCESSO : 0106794-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.I.S.F.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
REQUERIDO : J.A.F.M.
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107597-27.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32202068/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 1ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106795-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : E.V.S.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
REQUERIDA : M.E.S.S.
VARA: 10ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:59 horas

PROCESSO : 0106730-34.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : José Eronildo dos Santos
ADVOGADO : 8390/CE - Cesar Augusto Frota Ribeiro
REQUERIDO : Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:59 horas

PROCESSO : 0106731-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Virginia dos Santos Moura
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:02 horas

PROCESSO : 0106732-04.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Alimentos
EXEQUENTE : R.C.L.
ADVOGADO : 3610/CE - Francisco Leitao de Sena
EXECUTADO : J.B.O.
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:05 horas

PROCESSO : 0106733-86.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Mauricio Alves Lima
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Marítima Seguros S.a
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:07 horas

PROCESSO : 0106734-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Clementino Ribeiro da Silva
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : YASUDA Marítima Seguros E SAUDE
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:08 horas

PROCESSO : 0106735-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Carlos Alberto de Freitas Souza
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Marítima Seguros S.a

VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:10 horas

PROCESSO : 0106736-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Roni Ely Soares de Araujo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:11 horas

PROCESSO : 0106737-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Aldisia Aguiar Brito
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : YASUDA Marítima Seguros E SAUDE
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:12 horas

PROCESSO : 0106738-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Aila Wariss Maia
ADVOGADO : 16081/CE - Rubens Ferreira Studart Filho
REQUERIDO : Unidade Universitária do Instituto de Química de São Carlos
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:14 horas

PROCESSO : 0106739-93.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Domingos Araujo dos Santos
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:15 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107552-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10700044/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Tiago Abreu da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106740-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Victor Hugo Batista Alencar
ADVOGADO : 32784/CE - Jordana Soares Mourão
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:16 horas

PROCESSO : 0106741-63.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Janilson dos Santos Rodrigues
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:18 horas

PROCESSO : 0013677-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : E.S.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:19 horas

PROCESSO : 0106694-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves

REQUERIDO : Jose Erismar Machado Junior
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:26 horas

PROCESSO : 0106674-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria Izolda Lopes dos Santos
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:27 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014916-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Outros : 30900015/2016 - Fortaleza
REQUERENTE : D.R.F.
RÉU : D.A.A.F.
VARA: 5ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:28 horas

PROCESSO : 0066157-85.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 1644/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Dhemerson Santos Gomes
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:28 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106695-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Cleber da Silva
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:28 horas

PROCESSO : 0075184-92.2015.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Andre Luiz de Matos Mendes Bezerra
ADVOGADO : 16445/CE - Mozart Gomes de Lima Neto
REQUERIDO : Instituto de Oftalmologia e Otorrinolarincologia de Fortaleza Ltda - Iof
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:28 horas

PROCESSO : 0106696-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : José Edilson Freires da Silva
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

PROCESSO : 0106697-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Weverton de Sousa Avila
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0106698-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : M.P.A.
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0106699-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria Veridiana dos Santos Sousa
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a

VARA: 11ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0217974-02.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13001043/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Tiago Tomas Gomes da Silva
VARA: 6ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:35 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013963-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0000760-30.2000.8.19.0038
JUÍZO DEPREC. : Cartório da 4a. Vara de Família de Nova Iguaçu - Nova Iguacu-RJ
REQUERENTE : Tatiane Pereira de Souza
REQUERIDO : Braulimar Silva de Souza
VARA: 10ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:35 horas

PROCESSO : 0013429-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : M.S.T.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:35 horas

PROCESSO : 0106700-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Expedito Lopes
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a.
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:35 horas

PROCESSO : 0014909-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 3104920108060119
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3a Vara da Comarca de Maranguape - Ce - Maranguape-CE
REQUERENTE : Maria de Lourdes Barbosa Ramos e Outro
REQUERIDA : Clarissa Barbosa Ramos
VARA: 12ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:36 horas

PROCESSO : 0013907-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00226368020148220001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 6ª Vara Cível, Falências e Concordata da Comarca de Porto Velho-RO - Porto Velho-RO
REQUERENTE : Banco Bradesco Financiamentos S.A.
REQUERIDO : Carlos Marcelo Couto Rodrigues
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:37 horas

PROCESSO : 0106701-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisco Caetano Carvalho Carneiro
ADVOGADO : 25539/CE - Rebeca Simao Bede
REQUERIDO : Sul Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:37 horas

PROCESSO : 0106702-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Ederlandio Neves de Menezes
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:38 horas

PROCESSO : 0106845-55.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : José Wilson da Silva Neto
ADVOGADO : 31507/CE - Kaio Galvao de Castro
REQUERIDO : Secretaria da Segurança Publica e Defesa Social do Estado do Ceara Sead / Sspds
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:39 horas

PROCESSO : 0106703-51.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ricardo Souza Aragão
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 35ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:40 horas

PROCESSO : 0106704-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Walkley Augusto Cosmo dos Reis
ADVOGADO : 7953/CE - Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena
REQUERIDO : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a.
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:41 horas

PROCESSO : 0106676-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : E.S.
REQUERIDO : E.S.F.
VARA: 4ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:42 horas

PROCESSO : 0106705-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Joel Nascimento Azevedo
ADVOGADO : 18523/CE - Flavio Henrique Pontes Pimentel
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social -
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:42 horas

PROCESSO : 0106796-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : L.C.G.
ADVOGADO : 16158/CE - Daniel Leao Hitzschky Madeira
VARA: 2ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:44 horas

PROCESSO : 0106706-06.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
EXECUTADO : Paulo Sergio Mariano Aragao
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:44 horas

PROCESSO : 0014342-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00308462220148260224
JUÍZO DEPREC. : 4ª Vara de Familia e Sucessões - Guarulhos-SP
REQUERENTE : J.S.O.
REQUERIDO : Emerson Alves de Oliveira
VARA: 17ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:45 horas

PROCESSO : 0106707-88.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.R.B.
ADVOGADO : 28326/CE - Regiana Pedrosa Alves
REQUERIDO : R.L.O.
ALIMENTANDO : Y.R.L.
VARA: 1ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:46 horas

PROCESSO : 0106797-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível

REQUERENTE : Maria José da Costa
ADVOGADO : 33345/CE - Fabiana Lima Sampaio
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:46 horas

PROCESSO : 0106798-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco do Nordeste do Brasil S/A
ADVOGADO : 22373/CE - Lara Rola Bezerra de Menezes
EXECUTADO : Ricardo Lincoln Barreira
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:48 horas

PROCESSO : 0106677-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : George do Nascimento Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:49 horas

PROCESSO : 0106708-73.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Elisabeth Schilling
ADVOGADO : 19055/CE - Raimundo Bezerra Furtado
REQUERIDA : Neusa Cardozo Martins
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:49 horas

PROCESSO : 0106840-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Franklin da Silva Pinto
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:50 horas

PROCESSO : 0014138-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : S.M.M.A.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:51 horas

PROCESSO : 0106678-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Divaldo Bruno Dantas
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguro S.a
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:51 horas

PROCESSO : 0106799-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : João Benicio de Albuquerque Moreira
ADVOGADO : 25680/CE - Luiz Iatagan Cavalcante Rocha
REQUERIDO : Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.a
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:52 horas

PROCESSO : 0106841-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Raimundo Monteiro da Silva
ADVOGADO : 32440/CE - Luiz Braga de Lima Neto
REQUERIDO : Mrv Engenharia - Mrv Magis Ii Incorporações Spe Ltda
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:52 horas

PROCESSO : 0106842-03.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ariane Farias da Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros

VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:54 horas

PROCESSO : 0106801-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Sergio Sousa Santiago
ADVOGADO : 23112/CE - Renan Barbosa de Azevedo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:54 horas

PROCESSO : 0106904-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antônio Charlie da Silva Freitas
ADVOGADO : 23628/CE - Guilherme Queiroz Maia Filho
REQUERIDO : Departamento Estadual de Trânsito do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:56 horas

PROCESSO : 0106802-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.A.S.L.
ADVOGADO : 18014/CE - Camila Vieira Nunes
REQUERIDO : G.G.S.L.
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:57 horas

PROCESSO : 0106905-28.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:58 horas

PROCESSO : 0013964-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0016775-13.2011.8.24.0018
JUÍZO DEPREC. : Vara de Familia, orfãos e sucessões - Chapeco-SC
EXEQUENTE : Maria Gabriely Ribeiro e outro
EXECUTADO : João Márcio Ribeiro
VARA: 11ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0218220-95.2015.8.06.0001
CLASSE : Petição
REQUERENTE : Ederlon Ferreira
ADVOGADO : 18920/CE - Marcio Borges de Araujo
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013854-60.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 20100112209793
JUÍZO DEPREC. : Segunda Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília - Brasilia-DF
REQUERENTE : ROSA MARIA DE OLIVEIRA NUNES
REQUERIDO : CELESTINO NUNES DE OLIVEIRA
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0106843-85.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Lavanderia Dryclean Usa Eireli Me
ADVOGADO : 26258/CE - Rodolfo Cabreira Lopes
REQUERIDO : Dryclean Usa do Brasil Lavanderias Ltda
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0014012-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas

AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : J.M.L.F.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0106906-13.2016.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Rene Aguiar Sisnando Araújo
ADVOGADO : 31767/CE - Adelia Cristina Martins Menezes Cavagnolli
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0106907-95.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Gustavo Alves da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0106844-70.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisco Melo de Assis
ADVOGADO : 11817/CE - Francisco Raimundo Malta de Araujo
REQUERIDO : Mbm Seguradora S.a.
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0013795-72.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00009346020148180043
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direiro da Comarca de Buriti dos Lopes - Buriti Dos Lopes-PI
REQUERENTE : Francisco Rian de Sousa Silva e Outro
REQUERIDO : Raimundo Nonato Victor de Sousa
VARA: 13ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:03 horas

PROCESSO : 0106908-80.2016.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial
REQUERENTE : Maria Emilia de Oliveira Teofilo
ADVOGADO : 19595/CE - Samia Costa Farias
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:04 horas

PROCESSO : 0014164-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00308897220098190209
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ - Rio De Janeiro-RJ
REQUERENTE : Clláudio Macário Construtora Ltda
REQUERIDO : Miguel de Castro Cunha
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:04 horas

PROCESSO : 0106909-65.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Vokswagem S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDO : João Paulo Ramalho Cardoso
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:06 horas

PROCESSO : 0106846-40.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Carlos Andre Silva de Andrade
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:07 horas

PROCESSO : 0201321-90.2013.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
EXEQUENTE : Emilia Martins Cavalcante
ADVOGADO : 26758/CE - Emilia Martins Cavalcante
EXECUTADO : Estado do Ceará

VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:08 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0072435-05.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13400838/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Francisco Lino Rodrigues dos Santos
VARA: 6ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:08 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106910-50.2016.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Italo Regis Mariano Jovino
ADVOGADO : 16132/CE - Yanayher Mydore de Veras Tavares
REQUERIDA : Edvanísia Ferreira do Nascimento
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:09 horas

PROCESSO : 0013796-57.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1100353201580600843
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Barbalha - Barbalha-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Município de Barbalha/CE
VARA: 5ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:09 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0213538-97.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13200184/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : Lucas Alison Lima Silva
VARA: 14ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:09 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106911-35.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Kaio Eduardo Alexandre
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:10 horas

PROCESSO : 0106912-20.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Bradesco Financiamentos S.a.
ADVOGADO : 17314/CE - Wilson Sales Belchior
REQUERIDO : Ana Mayre Paiva Mesquita C de
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:13 horas

PROCESSO : 0106913-05.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:14 horas

PROCESSO : 0106847-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Daniel Robertson Uchoa Grangeiro
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:14 horas

PROCESSO : 0106914-87.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Silvany Oliveira de Souza
ADVOGADO : 15166/CE - Antonio Haroldo Guerra Lobo
REQUERIDO : Banco Panamericano S/A
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:15 horas

PROCESSO : 0013855-45.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 504750201480601210
JUÍZO DEPREC. : 2ª Vara da Comarca de Massapê-CE - Massape-CE
REQUERENTE : Ana Gabriele do Nascimento Sales
REQUERIDO : MARCIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
VARA: 9ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:16 horas

PROCESSO : 0013970-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 383-47.2013.8.06.00044
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Comarca de Barreira-CE - Barreira-CE
EXEQUENTE : George Alexandre Freitas de Oliveira
EXECUTADO : George Alexandre de Oliveira
VARA: 14ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:16 horas

PROCESSO : 0208928-57.2013.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
EMBARGANTE : ‘Estado do Ceará
ADVOGADO : 16941/CE - Joao Renato Banhos Cordeiro
EMBARGADA : Emilia Martins Cavalcante
ADVOGADO : 26758/CE - Emilia Martins Cavalcante
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:16 horas

PROCESSO : 0013705-64.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 38590520138060041
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Aurora-CE - Aurora-CE
REQUERENTE : Luiz Antonio Oliveira Aquino Silva
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:20 horas

PROCESSO : 0107662-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maria Marques da Silva
ADVOGADO : 31313/CE - Gessika de Fatima Ribeiro Feitosa
REQUERIDO : Universidade de São Paulo - Usp
VARA: 11ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:24 horas

PROCESSO : 0106742-48.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Anderson David de Menezes Pereira
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:25 horas

PROCESSO : 0107033-48.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.M.B.L.
ADVOGADO : 7268/CE - Maria do Socorro Silveira Ribeiro
REQUERIDO : A.R.L.P.
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:26 horas

PROCESSO : 0106849-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : Neoplastic Embalagens Plásticas Ltda
ADVOGADO : 188878SP - ALESSANDRO ROSELLI
REQUERIDO : José Joacy Fonseca

VARA: 22ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

PROCESSO : 0106743-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.A.C.
ADVOGADO : 8919/CE - Karla Teles dos Santos
REQUERIDO : T.O.M.
VARA: 13ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:31 horas

PROCESSO : 0106810-95.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisco Carlos Silva
ADVOGADO : 73825RS - FELIPE SOUZA GALVAO
REQUERIDO : Caixa Seguradora S/A (Nova Denominação de Sasse - Companhia Nacional de Seguros Gerais
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

PROCESSO : 0107036-03.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : F.F.S.O.
ADVOGADO : 7268/CE - Maria do Socorro Silveira Ribeiro
REQUERIDO : J.W.O.
VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0013973-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 2973-81.2014.8.10.0001
JUÍZO DEPREC. : 3ª Vara Família da Comarca de São Luís - Sao Luis-MA
REQUERENTE : Camila Ribeiro Rabelo
REQUERIDO : Ricardo Galeno Campos dos Reis
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0106744-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Jose Costa Oliveira
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0107054-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : I.R.S.M.
ADVOGADO : 18380/CE - Felipe Souza Marinho
VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:35 horas

PROCESSO : 0013706-49.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 39559520158060155
JUÍZO DEPREC. : Vara Única - Quixere-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Municipio de Quixere/ Ce
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:36 horas

PROCESSO : 0106745-03.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Raimundo Nonato Sousa Silva
ADVOGADO : 22394/CE - Emanoel Nasareno Menezes Costa
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 38ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:36 horas

PROCESSO : 0107040-40.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.P.B.V.
ADVOGADO : 20933/CE - Fernando Regis Freitas de Carvalho
REQUERIDO : F.R.P.V.
VARA: 4ª Vara de Família

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:37 horas

PROCESSO : 0106967-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Vilane Pinto de Sousa
ADVOGADO : 24353/CE - Vinicius Pinheiro Melo
REQUERIDO : Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:38 horas

PROCESSO : 0107050-84.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : A.M.S.L.
ADVOGADO : 18380/CE - Felipe Souza Marinho
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:39 horas

PROCESSO : 0106746-85.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Roberto Gonçalves da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:40 horas

PROCESSO : 0107053-39.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : D.A.C.A.
ADVOGADO : 18380/CE - Felipe Souza Marinho
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:40 horas

PROCESSO : 0106850-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento
REQUERENTE : Emilce Rodrigues Vieira
ADVOGADO : 18014/CE - Camila Vieira Nunes
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:42 horas

PROCESSO : 0106747-70.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Luciana Viana Penha
VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:42 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0217870-10.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13200190/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Lourival Taveira dos Santos
VARA: 2ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:43 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013707-34.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 41801320138060050
JUÍZO DEPREC. : Vara Única da Comarca de Bela Cruz - Bela Cruz-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : Francisco Glauco Silva da Costa
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:43 horas

PROCESSO : 0106767-61.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Amarildo Felipe Caetano
ADVOGADO : 18523/CE - Flavio Henrique Pontes Pimentel
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social -
VARA: 10ª Vara Cível

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:45 horas

PROCESSO : 0106748-55.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : F.T.S.P.J.
ADVOGADO : 13145/RN - Iran do Carmo Guimarães Filho
REQUERIDA : L.H.M.C.R.
VARA: 10ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:45 horas

PROCESSO : 0014166-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00314683820068260562
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Cível do Foro de Santos da Comarca de Santos/SP - Santos-SP
REQUERENTE : Costa Containers Lines Spa
REQUERIDO : Sda Consultoria de Comércio Exterior Ltda e ouatro
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:46 horas

PROCESSO : 0107056-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco José Ribeiro Santiago
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:47 horas

PROCESSO : 0106770-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Manoel Praxedes Neto
ADVOGADO : 19282/CE - Janaina Noronha Gurgel do Amaral
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:48 horas

PROCESSO : 0013708-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 111732520158060043
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Barbalha/CE - Barbalha-CE
REQUERENTE : Fernanda Silva Paiva
REQUERIDO : Município de Barbalha/CE
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:48 horas

PROCESSO : 0106768-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Airton Geraldo
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:49 horas

PROCESSO : 0106915-72.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco Bradesco S/A
ADVOGADO : 17314/CE - Wilson Sales Belchior
EXECUTADO : Fh Comercio de Calçados Ltda Me
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:50 horas

PROCESSO : 0107037-85.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão
REQUERENTE : Marcílio Guerra Carneiro
ADVOGADO : 28114/CE - Cristiano Queiroz Arruda
REQUERIDO : Marcelo Albuquerque
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:50 horas

PROCESSO : 0106771-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Celio Costa da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 22ª Vara Cível

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:50 horas

PROCESSO : 0106916-57.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Kaio Cezar Campos Chaves Melo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:51 horas

PROCESSO : 0106769-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Diego Machado de Oliveira
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:52 horas

PROCESSO : 0014162-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00141415920158171130
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Petrolina/PE - Petrolina-PE
REQUERENTE : David Ramos da Rocha
REQUERIDA : Poliana Bezerra de Oliveira
VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:53 horas

PROCESSO : 0107046-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco das Chagas Lopes da Cunha
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:53 horas

PROCESSO : 0106917-42.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.A.S.
ADVOGADO : 19595/CE - Samia Costa Farias
REQUERIDA : L.M.C.R.A.
VARA: 10ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:54 horas

PROCESSO : 0014451-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Medidas de Proteção à Criança e Adolescente
REQUERENTE : C.T.C.R.J.
MENOR : V.K.E.S.
REQUERIDO : L.E.S.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:54 horas

PROCESSO : 0107052-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco José Gonçalves da Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:54 horas

PROCESSO : 0106918-27.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Diego Alves do Nascimento
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:55 horas

PROCESSO : 0107066-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : João Felipe de Lima Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 38ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:56 horas

PROCESSO : 0014018-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : A.L.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:57 horas

PROCESSO : 0106919-12.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Nandson Martins Meneses Sousa
ADVOGADO : 24353/CE - Vinicius Pinheiro Melo
REQUERIDO : Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:57 horas

PROCESSO : 0107023-04.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Raimundo Ribeiro Lima Filho
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:58 horas

PROCESSO : 0106921-79.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Erika Marcia Campelo Aguiar Abreu
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:58 horas

PROCESSO : 0107058-61.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Wellington Lazaro da Silva Filho
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:58 horas

PROCESSO : 0107048-17.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Honorio da Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:59 horas

PROCESSO : 0106922-64.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Tatiana Costa Fontenele
ADVOGADO : 15166/CE - Antonio Haroldo Guerra Lobo
REQUERIDO : Banco Gmac S/A
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0107024-86.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.P.C.F.
ADVOGADO : 5796/CE - Josemar Viana Aguiar
REQUERIDA : C.C.P.
VARA: 12ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0106924-34.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0107067-23.2016.8.06.0001

CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Marcos Antonio França Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107744-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Cristian Nilton Nascimento da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:01 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106750-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Antonio Cleiton Tavares da Silva
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:01 horas

PROCESSO : 0107062-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Iderleuso Angelo da Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:02 horas

PROCESSO : 0106925-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Rodrigo Maciel da Silva
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:02 horas

PROCESSO : 0107025-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Antonio Cesar Domingos Barbosa
ADVOGADO : 28157/CE - Igor Moreira Barros
REQUERIDO : Banco Aymore Credito e Financiamento S/A
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:03 horas

PROCESSO : 0014170-73.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00736279320158190038
JUÍZO DEPREC. : 4a. Vara de Familia da Comarca de Nova Iguaçu - Nova Iguacu-RJ
REQUERENTE : Joselia Torquato de Lima
REQUERIDO : Silvio Cesar Gomes de Lima
VARA: 2ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:03 horas

PROCESSO : 0107049-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Homologação de Transação Extrajudicial
REQUERENTE : Carlos Diego Freitas de Almeida Barros
ADVOGADO : 18380/CE - Felipe Souza Marinho
VARA: 4ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:03 horas

PROCESSO : 0107064-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : N.M.C.
ADVOGADO : 18380/CE - Felipe Souza Marinho
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:04 horas

PROCESSO : 0106751-10.2016.8.06.0001

CLASSE : Notificação
NOTIFTE : Tadeu Machado Pinheiro Alves
ADVOGADO : 18692/CE - Paschoal de Castro Alves
NOTIFICADO : Antonio Leonilson de Carvalho
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:05 horas

PROCESSO : 0106926-04.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Itaú Unibanco S.a.
ADVOGADO : 11005/CE - Marcia Suely Macambira Marques
REQUERIDO : Nilson Marques de Oliveira Junior
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:06 horas

PROCESSO : 0107063-83.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : C.B.F.
ADVOGADO : 18380/CE - Felipe Souza Marinho
REQUERIDA : G.L.G.
VARA: 17ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:07 horas

PROCESSO : 0106752-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Carlos Pereira de Matos
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:08 horas

PROCESSO : 0014007-93.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : J.D.B.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:08 horas

PROCESSO : 0106753-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.F.G.
ADVOGADO : 5435/CE - Maria das Dores Andrade Falcao
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:10 horas

PROCESSO : 0107041-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : M.N.V.M.
ADVOGADO : 20933/CE - Fernando Regis Freitas de Carvalho
INTERDITANDO : F.G.V.
VARA: 3ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:10 horas

PROCESSO : 0107068-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria Doralice de Aguiar
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:12 horas

PROCESSO : 0107026-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Cautelar Inominada
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:12 horas

PROCESSO : 0106927-86.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Francisco da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A

VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:12 horas

PROCESSO : 0107065-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ivania Maria Lima de Souza
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Companhia de Seguros
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:13 horas

PROCESSO : 0106754-62.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Carlos Henrique Alves Ferreira
ADVOGADO : 7211/CE - Norma de Matos Esmeraldo
REQUERIDO : TIM CELULAR S.A
VARA: 35ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:14 horas

PROCESSO : 0106928-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisco Gomes Filho
ADVOGADO : 15166/CE - Antonio Haroldo Guerra Lobo
REQUERIDO : Banco Panamericano S/A
VARA: 22ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:15 horas

PROCESSO : 0107069-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial
REQUERENTE : Messias Pinto de Siqueira
ADVOGADO : 20536/CE - Camilo Silva Costa
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:15 horas

PROCESSO : 0106929-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Lazaro Moreira Machado
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:16 horas

PROCESSO : 0107283-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Francisco Valderi Carneiro
ADVOGADO : 19741/CE - Beatriz Fonteles Gomes Pinheiro
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:17 horas

PROCESSO : 0106931-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.A.P.F.T.
ADVOGADO : 13405/CE - Ana Beatriz Beltrao Magalhaes Lemos
REQUERIDO : P.R.T.S.J.
VARA: 11ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:19 horas

PROCESSO : 0106755-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Notificação
NOTIFTE : Tadeu Machado Pinheiro Alves
ADVOGADO : 18692/CE - Paschoal de Castro Alves
NOTIFICADO : Mitra Arquidiocesana de Fortaleza
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:20 horas

PROCESSO : 0106818-72.2016.8.06.0001
CLASSE : Homologação de Transação Extrajudicial
REQUERENTE : Venício Ferreira da Silva
ADVOGADO : 18873/CE - Dani Esdras Cavalcante Feitosa
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:20 horas

PROCESSO : 0107012-72.2016.8.06.0001

CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maria de Fátima Brito
ADVOGADO : 16132/CE - Yanayher Mydore de Veras Tavares
REQUERIDO : José Pereira da Silva
VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:20 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107714-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11900012/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Jailson Gomes Ribeiro
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:21 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106807-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Valdemar Bento de Sousa
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:21 horas

PROCESSO : 0106968-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:21 horas

PROCESSO : 0106932-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Raimunda de Sousa Ferreira
ADVOGADO : 24353/CE - Vinicius Pinheiro Melo
REQUERIDO : Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:21 horas

PROCESSO : 0013519-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 01668026220128260100
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 33ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP - São Paulo-SP
REQUERENTE : MEJI ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA
REQUERIDO : DIANA RODRIGUES DA SILVA
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:22 horas

PROCESSO : 0106933-93.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:22 horas

PROCESSO : 0106969-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Clebe da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 38ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:23 horas

PROCESSO : 0106756-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Exibição
REQUERENTE : Luiz Cláudio Ferreira Façanha Braga
ADVOGADO : 14119/CE - Dayvis de Oliveira Lopes
REQUERIDA : Zuila Maria Alencar Barreira Braga

VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:24 horas

PROCESSO : 0106970-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Alan Fladney da Silva Barreto
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:25 horas

PROCESSO : 0106934-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Rafael de Sousa Silva
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:25 horas

PROCESSO : 0107018-79.2016.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança
IMPETRANTE : Setzero Indústria de Calçados Eireli Epp (7 Zero)
ADVOGADO : 18964/CE - Paulo Germano Autran Nunes de Mesquita
IMPETRADO : Coordenador da Catri
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:25 horas

PROCESSO : 0106805-73.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
EXECUTADO : José Roberto Dias
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:27 horas

PROCESSO : 0106809-13.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ricardo Vagner Onofre Lima
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:29 horas

PROCESSO : 0107042-10.2016.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Antonia Trajano de Menezes
ADVOGADO : Raimundo Pinto de Oliveira Filho
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:29 horas

PROCESSO : 0107013-57.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Sementes Pontal Brasil Importação e Exportação Ltda
ADVOGADO : 163821/SP - Marcelo Manfrim
EXECUTADO : Paulo de Tarso Alves Pimentel Filho
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

PROCESSO : 0107748-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução Fiscal
EXEQUENTE : ‘Estado do Ceará
ADVOGADO : 16586/CE - Francisca Adriana de Souza
EXECUTADO : Rabelo & Girão Fabricação de Gêlo Ltda Me
VARA: 2ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

PROCESSO : 0105591-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisco Aurisio Aprigio
ADVOGADO : 29715/CE - Celma Aparecida Chaves Taveira
REQUERIDO : BRADESCO SEGUROS
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

PROCESSO : 0107014-42.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Domingos Vieira Barreto
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

PROCESSO : 0106804-88.2016.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : João Paulo Monteiro
ADVOGADO : 32282/CE - Marcio José Magalhães de Sousa
REQUERIDA : Francisca Edilene de Moura Correia
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:34 horas

PROCESSO : 0107045-62.2016.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Pedro Lucas Pereira Nascimento
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:34 horas

PROCESSO : 0106757-17.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Anderson Roberto da Silva Alencar
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:35 horas

PROCESSO : 0107015-27.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Rodrigo Maranguape Silva da Cunha
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:36 horas

PROCESSO : 0014809-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 11101-13.2016.8.06.0137/0
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pactuba/CE - Pacatuba-CE
ADOLESCENTE : V.C.N.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:39 horas

PROCESSO : 0107016-12.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.B.G.U.
ADVOGADO : 17351/CE - Manoella de Queiroz Freitas Lima
REQUERIDO : F.A.L.U.
VARA: 5ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:39 horas

PROCESSO : 0106817-87.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Josemary Duarte Silva de Sousa
ADVOGADO : 32784/CE - Jordana Soares Mourão
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:40 horas

PROCESSO : 0107061-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maria Leci Silva
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:40 horas

PROCESSO : 0013675-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : A.M.C.S.

VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:40 horas

PROCESSO : 0106814-35.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Alex Araújo Gomes
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 11ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:41 horas

PROCESSO : 0106971-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Alimentos
EXEQUENTE : A.L.A.F.
ADVOGADO : 21498/CE - Maria Aurineide Moreira Carneiro
EXECUTADO : A.L.A.
VARA: 18ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:42 horas

PROCESSO : 0106812-65.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Fabio de Sousa Gomes
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:43 horas

PROCESSO : 0013614-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00496578220168130086
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2a. Vara Cível da Comarca de Brasília de Minas - MG - Brasilia De Minas-MG
REQUERENTE : Edson Alves Pereira
REQUERIDO : Ana Rosa Serra Ribeiro
VARA: 13ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:43 horas

PROCESSO : 0107017-94.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADA : Vania Maria da Silva Barros
VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:43 horas

PROCESSO : 0106935-63.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maria Elizandra Barbosa de Oliveira
ADVOGADO : 32509/CE - Leandro de Araujo Sampaio
REQUERIDO : Bv Financeira
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:43 horas

PROCESSO : 0106815-20.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : João Acacio Batista da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:44 horas

PROCESSO : 0219129-40.2015.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Andreas Michael Batke
ADVOGADO : 11107/CE - Lucrecia Maria da Silva Holanda Cruz
REQUERIDO : Mistral Hotelaria e Administracao Ltda - Hotel Mistral
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:44 horas

PROCESSO : 0106852-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Sebastiao Claudeilson de Sousa Mota Representado Por Gerliene Fernandes de Sousa
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A

VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:44 horas

PROCESSO : 0106972-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : José Rogerio Ribeiro de Sousa
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:44 horas

PROCESSO : 0106936-48.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDO : Emanuel Fernandes Castelo Branco
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:45 horas

PROCESSO : 0106853-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Charles Gomes Rodrigues
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:46 horas

PROCESSO : 0106820-42.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ana Naiana do Nascimento Alves
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 35ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:46 horas

PROCESSO : 0106937-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Vanessa Maria Martins dos Santos
ADVOGADO : 15166/CE - Antonio Haroldo Guerra Lobo
REQUERIDO : Banco Santander S/A
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:47 horas

PROCESSO : 0106854-17.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Edilson Batista Ferreira
ADVOGADO : 20334/CE - Daniel Farias Porto
REQUERIDO : Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:48 horas

PROCESSO : 0106973-75.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Josefa Sales Dutra
ADVOGADO : 73825RS - FELIPE SOUZA GALVAO
REQUERIDO : Caixa Seguradora S/A (Nova Denominação de Sasse - Companhia Nacional de Seguros Gerais
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:48 horas

PROCESSO : 0107019-64.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Andre Santiago Estevam
ADVOGADO : 16441/CE - Joao Paulo Oliveira Dias de Carvalho
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:49 horas

PROCESSO : 0107030-93.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Alimentos
EXEQUENTE : R.M.O.
ADVOGADO : 17351/CE - Manoella de Queiroz Freitas Lima
EXECUTADO : F.E.F.S.
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:49 horas

PROCESSO : 0106938-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Eisenhower Imobiliária Ltda. Epp
ADVOGADO : 18892/CE - Nathalia Damasceno da Costa E Silva Ervedosa
EXECUTADO : Via Lógica Sistemas e Serviços Ltda
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:50 horas

PROCESSO : 0106974-60.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDO : José Ivan Duarte de Freitas
VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:51 horas

PROCESSO : 0107039-55.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.V.S.A.
ADVOGADO : 22725/CE - Sergio Luis de Holanda Barbosa Soares Araujo
REQUERIDO : F.B.S.A.
VARA: 9ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:51 horas

PROCESSO : 0107020-49.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADA : Virginia Maria Ribeiro e Paiva
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:52 horas

PROCESSO : 0106939-03.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Leonardo Pimentel de Lima
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:52 horas

PROCESSO : 0106824-79.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : André Gomes da Silva
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:52 horas

PROCESSO : 0106975-45.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Amazonina Maciel Sousa
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:52 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014553-51.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 89190820158060099
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itaitinga - Itaitinga-CE
RÉ : Juliele da Silva Alves
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:53 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0107044-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : G.S.
ADVOGADO : 20933/CE - Fernando Regis Freitas de Carvalho

REQUERIDO : F.F.G.A.
VARA: 14ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:53 horas

PROCESSO : 0106940-85.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:54 horas

PROCESSO : 0014810-76.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 11101-13.2016.8.06.0137/0
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pactuba/CE - Pacatuba-CE
ADOLESCENTE : Y.S.P.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:54 horas

PROCESSO : 0107021-34.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Niltenor de Oliveira
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:54 horas

PROCESSO : 0106855-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : L.M.R.
ADVOGADO : 20593/CE - Chardson Gonçalves da Silva
VARA: 4ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:57 horas

PROCESSO : 0106976-30.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Lucio Teixeira Lira - Me
ADVOGADO : 31262/CE - Bruno Henrique de Lavor Araujo
EXECUTADO : Ds Comercio de Confecções Ltda - Me
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:57 horas

PROCESSO : 0106941-70.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Eliano Queiroz da Silva
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:58 horas

PROCESSO : 0106758-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Francisca Danúbia Costa Soares
ADVOGADO : 23091/CE - Priscila Mesquita de Carvalho
REQUERIDO : John David da Costa Araújo
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014622-83.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
AUTOR : Justiça Pública
DENUNCIADO : Joaquim Cunha Dias
VARA: 16ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0013611-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 10094606820158260066

JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 1ª Vara Civel da Comarca de Barretos - Barretos-SP
EXEQUENTE : Mikaeli Ingride Alves de Sousa
EXECUTADO : Andre dos Santos Sousa
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

PROCESSO : 0106977-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Iolanda do Nascimento Oliveira
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

PROCESSO : 0204383-70.2015.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : H.M.B.
ADVOGADO : 20926/CE - Bruno Fiori Palhano Melo
VARA: 2ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

PROCESSO : 0106942-55.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ridelvan Alves da Costa
ADVOGADO : 24353/CE - Vinicius Pinheiro Melo
REQUERIDO : Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014554-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 995595820158060034
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Aquiraz-CE - Aquiraz-CE
RÉU : Francisco Wellidon Oliveira Bezerra
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:01 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106978-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria Ludgero de Alencar
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:01 horas

PROCESSO : 0106822-12.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisca Mikaela da Silva Santos
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:01 horas

PROCESSO : 0106943-40.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Aila Vieira de Araujo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:01 horas

PROCESSO : 0107043-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco de Assis Domingos da Silva
ADVOGADO : 20933/CE - Fernando Regis Freitas de Carvalho
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

PROCESSO : 0106759-84.2016.8.06.0001

CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : João Batista Martins Prata Braga
ADVOGADO : 26614/CE - Damiao Soares Tenorio
REQUERIDO : MOURA DEBEUX ENGENHARIA S/A
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

PROCESSO : 0106821-27.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Andre da Silva Souza
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 22ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:03 horas

PROCESSO : 0106761-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.D.M.S.
ADVOGADO : 32563/CE - Germana Costa Pinheiro
REQUERIDO : M.A.B.S.N.
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:04 horas

PROCESSO : 0106979-82.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria de Fátima Temóteo Campêlo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:04 horas

PROCESSO : 0107055-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria Alice Fernandes
ADVOGADO : 28211/CE - Erlon Silvio Moura de Oliveira
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:05 horas

PROCESSO : 0014811-61.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 11101-13.2016.8.06.0137/0
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pactuba/CE - Pacatuba-CE
ADOLESCENTE : A.V.R.Q.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:05 horas

PROCESSO : 0106819-57.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Marcos Fernandes Bernardino
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:07 horas

PROCESSO : 0106763-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Notificação
NOTIFTE : Tadeu Machado Pinheiro Alves
ADVOGADO : 18692/CE - Paschoal de Castro Alves
NOTIFICADO : Banco do Brasil S/A
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:08 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014555-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : ofs. 75/2016 e 76/2016
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juiz(a) de Direito da Vara Única Júri da Comarca de Caucaia
VARA: 1ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:09 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106980-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : C.L.V.A.
ADVOGADO : 18014/CE - Camila Vieira Nunes
REQUERIDO : O.F.A.
VARA: 5ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:09 horas

PROCESSO : 0106764-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Pimentel Flho
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:10 horas

PROCESSO : 0106766-76.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDA : Jeane Veras Amorim
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:11 horas

PROCESSO : 0106816-05.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Moacir Dourado de Araujo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:12 horas

PROCESSO : 0106981-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDO : Jose William da Silva Costa
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:12 horas

PROCESSO : 0106811-80.2016.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Maria Leda Medeiros de Lima
ADVOGADO : 25964/CE - Mackswel Mesquita Mororo Pinto
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:13 horas

PROCESSO : 0013645-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00073403220148250034
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Crível da Comarca de Itabaiana/SE - Itabaiana-SE
REQUERENTE : Sergipe Administradora de Cartoes e Servicos Ltda - SEAC
REQUERIDA : Judith Leopoldina dos Santos
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:13 horas

PROCESSO : 0107022-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Adalberto Carneiro Baquit
ADVOGADO : 27437/CE - Carolina Melo Guilherme
REQUERIDA : Carla Candida Carvalho Baquit
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:14 horas

PROCESSO : 0106813-50.2016.8.06.0001
CLASSE : Outros procedimentos de jurisdição voluntária
REQUERENTE : Ozeias da Silva Firmeza
ADVOGADO : 23879/CE - Mayara de Andrade Santos Travassos
VARA: 3ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:15 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014556-06.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : ofs. 72,73 e 74/2016
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juiz(a) de Direito da Vara Única Júri da Comarca de Caucaia
VARA: 2ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106944-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Tania Maria Rocha Liberato
ADVOGADO : 15166/CE - Antonio Haroldo Guerra Lobo
REQUERIDO : BV FINANCEIRA
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:16 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014949-28.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução da Pena
VÍTIMA : Sefaz
RÉU : Carmosan Dantas da Silva
VARA: Vara de Execução de Penas Alternativas e Habeas Corpus
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:17 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106982-37.2016.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Aires Cesar de Melo Neto
ADVOGADO : 8637-ACE - ANTONIO FRANCISCO ARRUDA PRADO
REQUERIDA : ESPÓLIO DE OSWALVO RIZZATO
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:18 horas

PROCESSO : 0107761-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Embargos à Execução Fiscal
EMBARGANTE : Ana Paula Mota do Amaral Sabino
EMBARGADO : Município de Fortaleza
VARA: 1ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:18 horas

PROCESSO : 0013646-76.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 50005401720158130707
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Comarca de Varginha - Varginha-MG
REQUERENTE : Milena de Oliveira Moura Pio e Outro
REQUERIDO : Renato de Moura Pio
VARA: 4ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014557-88.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : ofs. 71/2016
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juiz(a) de Direito da Vara Única Júri da Comarca de Caucaia
VARA: 4ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014812-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 11101-13.2016.8.06.0137/0
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pactuba/CE - Pacatuba-CE
ADOLESCENTE : V.C.N.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:21 horas

PROCESSO : 0013647-61.2016.8.06.0001

CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 37407620158060129
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Morrinhos/CE - Morrinhos-CE
REQUERENTE : Antonia Rayane Lopes
REQUERIDO : Antonio Marcos dos Santos
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:22 horas

PROCESSO : 0106857-69.2016.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento
REQUERENTE : Serge Tringale
ADVOGADO : 19220/CE - Fernanda Rochelle Silveira Silva da Costa
REQUERIDO : João Rodrigues Magalhães Filho
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:24 horas

PROCESSO : 0106837-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Gilberto Luiz Bueno Flores
ADVOGADO : 19000/CE - Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:25 horas

PROCESSO : 0106831-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Condomínio Residencial Guanacés
ADVOGADO : 20243/CE - Lucelia Duarte Portela
REQUERIDA : Silvia Machado de Carvalho
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:26 horas

PROCESSO : 0106836-93.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Afranio de Matos Andrade
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:27 horas

PROCESSO : 0013648-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 98144520148060182
JUÍZO DEPREC. : Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará - Vicosa Do Ceara-CE
REQUERENTE : Ariane Barbosa dos Santos e Outro
REQUERIDO : Francisco Erivaldo Carneiro dos Santos
VARA: 5ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:28 horas

PROCESSO : 0106983-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Eliane da Silva Lima
ADVOGADO : 19917/CE - Joel Rodrigues Farias
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:28 horas

PROCESSO : 0106945-10.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Germana Daniel de Paula
ADVOGADO : 33345/CE - Fabiana Lima Sampaio
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:28 horas

PROCESSO : 0106828-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Will Robson Carneiro de Souza
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:29 horas

PROCESSO : 0106946-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário

REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:29 horas

PROCESSO : 0107084-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Erinaldo Mesquita de Castro
ADVOGADO : 20417/CE - Marcos Antonio Inácio da Silva
REQUERIDO : Mapfre Seguros Gerais S.a.
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

PROCESSO : 0106834-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : João Silva Oliveira Filho
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

PROCESSO : 0106947-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Liana Selma Gonçalves da Silva
ADVOGADO : 30291/CE - Paulo Eduardo Benjamim Viana
REQUERIDO : Banco Santander S/A
VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0107085-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Gustavo da Silva Filho
ADVOGADO : 20417/CE - Marcos Antonio Inácio da Silva
REQUERIDO : Mapfre Seguros Gerais S.a.
VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0106838-63.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Sara de Araujo Mateus
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Marítima Seguros S/A
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0107086-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : M.A.M.B.
ADVOGADO : 18090/CE - Andre Campos Pacheco Vasquez
VARA: 7ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0107032-63.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Elaine Cristina Oliveira de Vasconcelos
ADVOGADO : 23859/CE - Rodrigo Carvalho Azin
REQUERIDA : Maria Fernanda Araújo Valente
VARA: 6ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0107087-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Leonardo Farias dos Santos
ADVOGADO : 20417/CE - Marcos Antonio Inácio da Silva
REQUERIDO : Mapfre Seguros Gerais S.a.
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0107073-30.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Condominio Edificio Atlantic Village
ADVOGADO : 20915/CE - Diego Guedelha Carlos
REQUERIDA : Ravina Beatriz Reis Ribeiro

VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:35 horas

PROCESSO : 0106858-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Wellington Coelho Santos
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:35 horas

PROCESSO : 0107088-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Alimentos
EXEQUENTE : W.F.L.
ADVOGADO : 9569/CE - Juilma Silva Rodrigues
EXECUTADO : F.W.F.L.
VARA: 11ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:36 horas

PROCESSO : 0106984-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco Bradesco S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
EXECUTADO : Eduardo Miranda Consultoria Em Gestao Empresarial Ltda
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:36 horas

PROCESSO : 0013649-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 31286520158060129
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Morrinho/CE - Morrinhos-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 7ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:36 horas

PROCESSO : 0106826-49.2016.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Iracilda de Sousa Cavalcante
ADVOGADO : 18014/CE - Camila Vieira Nunes
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:36 horas

PROCESSO : 0107031-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maria Aparecida Alves da Silva
ADVOGADO : 73825RS - FELIPE SOUZA GALVAO
REQUERIDO : Caixa Seguradora S/A (Nova Denominação de Sasse - Companhia Nacional de Seguros Gerais
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:37 horas

PROCESSO : 0106832-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
INTERTE : J.A.S.S.
ADVOGADO : 8263/CE - Sandra Maria Matos Rocha
VARA: 1ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:38 horas

PROCESSO : 0107029-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Thiago Pereira de Almeida
ADVOGADO : 23550/CE - Thiago Pereira de Almeida
REQUERIDO : BANCO BRADESCO SA
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:39 horas

PROCESSO : 0106859-39.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Graziela Araujo da Silva
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:39 horas

PROCESSO : 0107028-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Cleide Ferreira dos Santos
ADVOGADO : 28157/CE - Igor Moreira Barros
REQUERIDO : Banco Gmac S/A
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:40 horas

PROCESSO : 0107004-95.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Espaco Projetos e Construcoes Ltda Me - Eireli
ADVOGADO : 21585/CE - Francisco Vieira de Andrade
REQUERIDO : Itau Unibanco Holding S/A
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:40 horas

PROCESSO : 0106948-62.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Marcilon Lima da Costa
ADVOGADO : 10105/CE - Jose Carlos Constantino Martins
REQUERIDO : Banco Brasileiro de Descontos S.a Bradesco
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:41 horas

PROCESSO : 0106833-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Ricardo Ibiapina Lima
ADVOGADO : 25856/CE - Vanessa Kerlen Ibiapina de Oliveira
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:41 horas

PROCESSO : 0106860-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Cristiano Alves da Silva Filho
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:41 horas

PROCESSO : 0107034-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Tomaz Ferreira Soares
ADVOGADO : 73825RS - FELIPE SOUZA GALVAO
REQUERIDO : Caixa Seguradora S/A (Nova Denominação de Sasse - Companhia Nacional de Seguros Gerais
VARA: 35ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:42 horas

PROCESSO : 0013650-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 31278020158060129
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Morrinhos/CE - Morrinhos-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:42 horas

PROCESSO : 0106835-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Embracon Administradora de Consórcio Ltda.
ADVOGADO : 10917/CE - Manoel Luiz Alves
REQUERIDO : Henrique Bezerra de Lavor
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:42 horas

PROCESSO : 0107035-18.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Ednardo Cunha de Abreu
ADVOGADO : 28157/CE - Igor Moreira Barros
REQUERIDO : BV FINANCEIRA
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:43 horas

PROCESSO : 0106949-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Usucapião

REQUERENTE : Maria Socorro Ribeiro
ADVOGADO : 11540/CE - Josilane Vasconcelos Rodrigues
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:44 horas

PROCESSO : 0106829-04.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.C.O.M.
ADVOGADO : 18873/CE - Dani Esdras Cavalcante Feitosa
REQUERIDO : A.I.M.
VARA: 13ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:44 horas

PROCESSO : 0107047-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Ângela Ribeiro Melo Crisostomo
ADVOGADO : 27408/CE - Lucas Shalon Cardoso de Abreu
REQUERIDO : Mrv Engenharia e Participações Sa
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:45 horas

PROCESSO : 0107775-73.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : José de Brito Sobrinho
ADVOGADO : 26800/CE - Muniz Augusto Freire Araujo Evaristo
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:45 horas

PROCESSO : 0106861-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : José Alfredo da Rocha
ADVOGADO : 19595/CE - Samia Costa Farias
VARA: 2ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:45 horas

PROCESSO : 0106950-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDO : Francisco de Assis de Oliveira
VARA: 11ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:46 horas

PROCESSO : 0106985-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : Liana Cavalcante Lima
ADVOGADO : 19296/CE - Ingrid Viana Soares
REQUERIDA : Diógenes de Andrade Vieira
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:46 horas

PROCESSO : 0014022-62.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : R.A.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:46 horas

PROCESSO : 0106952-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Hina Silva Queiroz
ADVOGADO : 23402/CE - Helissandra Holanda Reis
REQUERIDO : Hospital Sos ¿ S/A Socorros Médicos (Hospital Central de Fortaleza)
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:47 horas

PROCESSO : 0013651-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 34638420158060129
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Morrinhos/CE - Morrinhos-CE
REQUERENTE : Jardenia Jarly da Costa Penha
REQUERIDO : Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE
VARA: 13ª Vara da Fazenda Pública

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:47 horas

PROCESSO : 0107005-80.2016.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Tiago de Araujo Mendonca
ADVOGADO : 16441/CE - Joao Paulo Oliveira Dias de Carvalho
REQUERIDO : 'Estado do Ceará
VARA: 14ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:48 horas

PROCESSO : 0106953-84.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Domingos Edson Oliveira
ADVOGADO : 15166/CE - Antonio Haroldo Guerra Lobo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 34ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:49 horas

PROCESSO : 0106839-48.2016.8.06.0001
CLASSE : Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE : Espolio de Eva Sandra Pereira
ADVOGADO : 5714/CE - Mauro Junior Rios
REQUERIDO : Aurelio de Jesus Simoes
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:49 horas

PROCESSO : 0106986-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDA : Maria Jose Sousa dos Santos
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:49 horas

PROCESSO : 0106954-69.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.S.
ADVOGADO : 24107/CE - Dayse Sabino Nunes Batista
ALIMENTANDO : A.S.P.
VARA: 8ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:50 horas

PROCESSO : 0107060-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco do Nordeste do Brasil S/A
ADVOGADO : 22373/CE - Lara Rola Bezerra de Menezes
EXECUTADO : Ricardo Lincoln Barreira
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:50 horas

PROCESSO : 0107006-65.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Elane Maria Barbosa de Sousa
ADVOGADO : 29285/CE - João Batista de Lima Júnior
REQUERIDO : Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a.
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:51 horas

PROCESSO : 0107051-69.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Cia de Gestao dos Recursos Hidricos do Estado do Ceara - Cogerh
ADVOGADO : 23864/CE - Carlos Augusto Goes Mota
REQUERIDO : Cimencol Construções e Serviços Eireli Epp
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:51 horas

PROCESSO : 0106955-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Andre Silva do Nascimento Filho
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:52 horas

PROCESSO : 0107009-20.2016.8.06.0001

CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Antônio Hélio Marques Jucá
VARA: 4ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:53 horas

PROCESSO : 0106956-39.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Gessica Carla dos Santos Nascimento
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 35ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:53 horas

PROCESSO : 0013653-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 18548620148060069
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Coreaú-CE - Coreau-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 10ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:55 horas

PROCESSO : 0106862-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : José Elenildo Feitosa
ADVOGADO : 19595/CE - Samia Costa Farias
REQUERIDO : Carlos Alberto Martins Amorim
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:56 horas

PROCESSO : 0107774-88.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Joyce Arruda Maia
ADVOGADO : 19741/CE - Beatriz Fonteles Gomes Pinheiro
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:56 horas

PROCESSO : 0106957-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Magno Thiago Lucena Amaral
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:56 horas

PROCESSO : 0107011-87.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Heleno Dias Reboucas
VARA: 11ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:57 horas

PROCESSO : 0106958-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Sebastião Mendes Batista
ADVOGADO : 24353/CE - Vinicius Pinheiro Melo
REQUERIDO : Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
VARA: 38ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:59 horas

PROCESSO : 0106987-59.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Sandra Monteiro de Carvalho
ADVOGADO : 18181/CE - Ricardo Lima Moreira Borges
REQUERIDO : Fbp Administração e Participação Ltda.
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:59 horas

PROCESSO : 0106959-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 19ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

PROCESSO : 0013654-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 18530420148060069
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Coreaú-CE - Coreau-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 12ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

PROCESSO : 0106960-76.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco Bradesco S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
EXECUTADO : Edilson Fernandes de Sousa
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:03 horas

PROCESSO : 0014021-77.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : F.C.S.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

PROCESSO : 0106863-76.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento do Juizado Especial Cível
REQUERENTE : Regina Angela Esteves da Justa Santos
ADVOGADO : 18728/CE - Marcio Alan Menezes Moreira
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

PROCESSO : 0107089-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.C.S.
ADVOGADO : 9569/CE - Juilma Silva Rodrigues
REQUERIDO : P.L.S.
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:05 horas

PROCESSO : 0106961-61.2016.8.06.0001
CLASSE : Conversão de Separação Judicial em Divórcio
REQUERENTE : Paulo Vinicius Siqueira de Assis
ADVOGADO : 27268/CE - Francisco Adalberto da Silva Filho
VARA: 17ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:06 horas

PROCESSO : 0107080-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Igor de Pinho Pessôa Xavier
ADVOGADO : 27168/CE - Joao Carlos de Mensurado Ferreira
REQUERIDO : Unimed de Fortaleza Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
VARA: 14ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:06 horas

PROCESSO : 0106962-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Jose Rene Costa do Nascimento
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 17ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:07 horas

PROCESSO : 0106963-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Erinaldo de Sousa Santos

ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:08 horas

PROCESSO : 0106864-61.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Mateus Pedrosa Angelo
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 21ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:09 horas

PROCESSO : 0107082-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Fiat S/A
ADVOGADO : 18682/CE - Nelson Paschoalotto
REQUERIDO : Francisco Bispo Parnaíba
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:10 horas

PROCESSO : 0013597-35.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 30013923620138260076
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Unica da Comarca de Bilac/SP - Bilac-SP
REQUERENTE : Banco Bradesco S.A.
REQUERIDO : Marcos José dos Santos
VARA: 7ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:10 horas

PROCESSO : 0107090-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Alimentos
EXEQUENTE : F.K.R.S.
ADVOGADO : 9569/CE - Juilma Silva Rodrigues
EXECUTADO : F.A.J.S.
VARA: 16ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:11 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014598-55.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 20150410111043
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal do Gama - Gama-DF
J DEPCTE : Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal do Gama/DF
RÉU : Johnny Christian Lima Paulo de Souza
VARA: 3ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:11 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0107083-74.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Safra S.a
ADVOGADO : 18682/CE - Nelson Paschoalotto
REQUERIDA : Adriana Carla Dias Alcântara
VARA: 23ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:12 horas

PROCESSO : 0106865-46.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Denice Pinheiro de Oliveira
ADVOGADO : 23112/CE - Renan Barbosa de Azevedo
REQUERIDO : Banco Toyota do Brasil S/A
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:14 horas

PROCESSO : 0106965-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Jose Edilson da Costa Oliveira
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 28ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:14 horas

PROCESSO : 0107091-51.2016.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.C.R.S.
REQUERIDO : F.A.J.S.
VARA: 6ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:19 horas

PROCESSO : 0106866-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Safra S/A
ADVOGADO : 23747AC/E - ANTONIO BRAZ DA SILVA
REQUERIDO : Fabrizio Negreiros de Azevedo
VARA: 27ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:20 horas

PROCESSO : 0107092-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : F.A.F.L.
ADVOGADO : 9569/CE - Juilma Silva Rodrigues
REQUERIDA : M.R.M.P.L.
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:20 horas

PROCESSO : 0107093-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : P.R.L.F.
REQUERIDO : F.D.S.L.
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:23 horas

PROCESSO : 0014024-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : F.S.F.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:23 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014737-07.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 365739320148100001
JUÍZO DEPREC. : 5 vara crimina - Sao Luis-MA
RÉU : Edson Gomes do Nascimento
VARA: 3ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:25 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106867-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 30ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:30 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014599-40.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 18181320098060136
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pacajus-CE - Pacajus-CE
RÉ : Salete Vieira Freitas
VARA: 7ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0218101-37.2015.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Glen Peter Rolf Gustafsson
ADVOGADO : 17561/CE - Gustavo Hitzschky Fernandes Vieira Junior

REQUERIDO : Condomínio Papillon
VARA: 10ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:33 horas

PROCESSO : 0107832-91.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução Fiscal
EXEQUENTE : ‘Estado do Ceará
ADVOGADO : 9316/CE - Deusdedit Rodrigues Duarte
EXECUTADO : Transportadora J P N Ltda
VARA: 4ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:37 horas

PROCESSO : 0107817-25.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Bibiano da Silva
ADVOGADO : 26800/CE - Muniz Augusto Freire Araujo Evaristo
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:38 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014905-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00022549320148180028
JUÍZO DEPREC. : Juiz de Direito da 2a. Vara da Comarca de Floriano - PI - Floriano-PI
RÉU : Zarytcha Transportes de Cargas Ltda
VARA: 18ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:39 horas

PROCESSO : 0100063-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10200011/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Antônio Jefferson Damasceno Ximenes
VARA: 8ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:39 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0213377-87.2015.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Severino Peixoto Silva
ADVOGADO : 25274/CE - Wellington Luiz Sampaio de Holanda Filho
REQUERIDO : Thiago Bráulio Lima Oliveira
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:44 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014742-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 024110061454
JUÍZO DEPREC. : 5 vara criminal - Belo Horizonte-MG
J DEPCTE : Juizo de Direito da Quinta Vara Criminal de Belo Horizonte-MG
RÉU : Orlando Faber Filho
VARA: 13ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:47 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014584-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : A.D.M.D.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:47 horas

PROCESSO : 0013678-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : T.S.D.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:47 horas

PROCESSO : 0107826-84.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Ana Vitória Salviano Barros
ADVOGADO : 26800/CE - Muniz Augusto Freire Araujo Evaristo
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:51 horas

PROCESSO : 0014154-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 03666165120158190001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ - Rio De Janeiro-RJ
REQUERENTE : Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
REQUERIDO : Nutriex Comercio Importaçao e Exportaçao de Alimentos Ltda
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:52 horas

PROCESSO : 0106988-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Clinica de Fisioterapia e Ortopedia Ltda
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:56 horas

PROCESSO : 0106868-98.2016.8.06.0001
CLASSE : Embargos à Execução
EMBARGANTE : ‘Estado do Ceará
ADVOGADO : 23316/CE - Andre Luiz Sienkievicz Machado
EMBARGADA : Andréa Albuquerque Sá Rodrigues
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:57 horas

PROCESSO : 0106879-30.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Maciel Construções e Terraplanagens Ltda
ADVOGADO : 8667/CE - Maria Imaculada Gordiano de Oliveira Barbosa
REQUERIDO : Guerra Locações de Equipamentos e Veículos Ltda.
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:59 horas

PROCESSO : 0106989-29.2016.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Andrea Lima Carneiro
ADVOGADO : 23628/CE - Guilherme Queiroz Maia Filho
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014578-64.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 446576520158060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia-CE - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juiz de Direito da 3a Vara Criminal da Comarca de Caucaia
RÉU : Luiz Felipe Otaviano Vieira
VARA: 14ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014019-10.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : E.N.M.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:01 horas

PROCESSO : 0106999-73.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Rogerio Andrade Dias
ADVOGADO : 6109/CE - Luiz Ronaldo Pereira Ribeiro
REQUERIDO : CINEPOLIS - Pessoa Juridica de Direito Privado

VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014889-55.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 494451420128100001
JUÍZO DEPREC. : 6 vara criminal - Sao Luis-MA
RÉU : Antonio Edvanio Ferreira da Silva
VARA: 6ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:05 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0107320-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Interdição
REQUERENTE : Maria Mozarina da Silva
ADVOGADO : 27404/CE - Fernanda Dourado Aragao Sa Araujo
REQUERIDA : Maria José da Silva Lopes
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:07 horas

PROCESSO : 0106992-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Junior Lopes da Silva
ADVOGADO : 16132/CE - Yanayher Mydore de Veras Tavares
REQUERIDA : Silvenice Silva de Souza
VARA: 15ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:07 horas

PROCESSO : 0106993-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Cicero Edvan Monteiro
ADVOGADO : 4030/CE - Pedro Ferreira Freitas
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:11 horas

PROCESSO : 0014134-31.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:12 horas

PROCESSO : 0014585-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : J.S.M.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:12 horas

PROCESSO : 0107001-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Bradesco Financiamentos S/A
ADVOGADO : 23747AC/E - ANTONIO BRAZ DA SILVA
REQUERIDA : Maria das Gracas Diogines Frei
VARA: 3ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:13 horas

PROCESSO : 0107837-16.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução Fiscal
EXEQUENTE : ‘Estado do Ceará
ADVOGADO : 9316/CE - Deusdedit Rodrigues Duarte
EXECUTADO : Antonio Vilamar Maciel Cabral
VARA: 3ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:16 horas

PROCESSO : 0106990-14.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Bradesco S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
REQUERIDO : Edvaldo Sousa de Oliveira
VARA: 33ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:18 horas

PROCESSO : 0106869-83.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Condomínio Residencial Guanacés
ADVOGADO : 20243/CE - Lucelia Duarte Portela
REQUERIDO : Jose Leonésio Rabelo Macedo
VARA: 39ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:18 horas

PROCESSO : 0107000-58.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDO : Rogerio Vieira Veras
VARA: 31ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014886-03.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00002012920158140057
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Comarca de Santa Maria do Pará/PA - Santa Maria Do Para-PA
J DEPCTE : Juizo de Direito da Vara de Santa Maria do Pará
RÉU : Francisco Augusto Cavalcante das Chagas
VARA: Vara Única de Trânsito
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106995-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDA : Priscila Patrice do Nascimento
VARA: 1ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:21 horas

PROCESSO : 0106991-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Honda S/A
ADVOGADO : 20837/CE - Aldenira Gomes Diniz
REQUERIDA : Maria Rosilene Mendes da Silva
VARA: 38ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:22 horas

PROCESSO : 0106870-68.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Joyce Pereira dos Santos
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 2ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:22 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0103187-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10300002/2016 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Thiago Antonio Mota de Moraes
VARA: 3ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:23 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106997-06.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : M.F.U.C.E.C.M.S.P.P.E.E.C.N.R.M.F.L.
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADA : A.B.C.
VARA: 29ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:24 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107850-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Restituição de Coisas Apreendidas
REQUERENTE : Douglas de Oliveira Rodrigues
ADVOGADO : 28515/CE - Nayane Nunes Barreto
VARA: 18ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:24 horas

PROCESSO : 0212983-80.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10700737/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Francisco Marcilio Pontes Mota
VARA: 14ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:25 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014121-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : I.M.F.L.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:25 horas

PROCESSO : 0106996-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco Bradesco S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
EXECUTADA : Osemilda Maria Fernandes de Oliveira
VARA: 16ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:26 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0214966-17.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10700762/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Vicente de Paula Lima Pereira
VARA: 6ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:26 horas

PROCESSO : 0107778-28.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 31000012/2016 - Fortaleza
AUT PL : Sergio Pereira dos Santos
AUTUADO : Leonardo Batista de Lima
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:27 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106871-53.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Hosana Andrade de Araujo
ADVOGADO : 11540/CE - Josilane Vasconcelos Rodrigues
REQUERIDO : Autarquia Municipal de Transito, Servicos Publicos e de Cidadania de Fortaleza
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:28 horas

PROCESSO : 0106994-51.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltd
ADVOGADO : 14433/CE - Paulo Henrique Mamede Ellery
EXECUTADO : Alexandre Brandao Junior
VARA: 24ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:28 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0071260-73.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante

A. P. F. : 10201164/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Elmanuel Nascimento Ramalho
VARA: 9ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:28 horas

PROCESSO : 0107675-21.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32202142/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 4ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014123-02.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : K.A.M.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

PROCESSO : 0107003-13.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Bradesco S/A
ADVOGADO : 26151/CE - Everton Veras Evangelista
REQUERIDA : Sandra Oliveira Rocha
VARA: 32ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:30 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0215233-86.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11200812/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Bruno Souza Silva
VARA: 13ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

PROCESSO : 0107671-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32202113/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 2ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106872-38.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Maria Lucia Rodrigues de Paulo
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 8ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0214678-69.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13001011/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Iury Ferreira da Silva
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106375-24.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Antonia Lucimar Barros da Silva
ADVOGADO : 3200/CE - Francisco Edilson Albuquerque
REQUERIDO : Banco Itaú S/A

VARA: 13ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0106873-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
REQUERENTE : Angelina da Silva
ADVOGADO : 16132/CE - Yanayher Mydore de Veras Tavares
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107670-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201905/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A Apurar
VARA: 5ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:35 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106373-54.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Henrique de Paula Fudoli
ADVOGADO : 11581/CE - Jane Soares Cruz Cabral
REQUERIDA : Elaine Cristina Menezes Silva
VARA: 3ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014579-49.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 81759120118060086
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito de Vara Única da Comarca de Horizonte-CE - Horizonte-CE
RÉU : Francisco Jose da Silva Braz
VARA: 1ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:38 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106998-88.2016.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança
IMPETRANTE : Marphisa Rachel de Siqueira Rego
ADVOGADO : 8251/CE - Henrique Vilela Sales
IMPETRADO : Ato do Secretario do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará
VARA: 8ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:39 horas

PROCESSO : 0106874-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Edson Silva Macedo
ADVOGADO : 23628/CE - Guilherme Queiroz Maia Filho
REQUERIDA : Ana Paula Mendes Cardoso
VARA: 4ª Vara de Família
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:39 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107651-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11100497/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : Jose Claudio dos Santos de Morais
VARA: Vara Única de Trânsito
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:39 horas

PROCESSO : 0107640-61.2016.8.06.0001
CLASSE : Transferência entre estabelecimentos penais
REQUERENTE : Marciel Bezerra de Oliveira
ADVOGADO : 25073/CE - Francisco Edson de Sousa Pereira
VARA: Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:40 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106875-90.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Felipe Carlos Facundo da Silva
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 36ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:41 horas

PROCESSO : 0014129-09.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : M.S.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:41 horas

PROCESSO : 0014586-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 97593-52.2015.8.06.0166
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Senador Pompeu/CE - Senador Pompeu-CE
ADOLESCENTE : J.S.M.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:42 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0212124-64.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 31000141/2015 - Fortaleza
AUT PL : Sergio Pereira dos Santos
INDICIADO : Jose Silva da Costa
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:42 horas

PROCESSO : 0212083-97.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 31000139/2015 - Fortaleza
AUT PL : Sergio Pereira dos Santos
AUTUADO : Ivando da Silva
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:44 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014353-44.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : T.G.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:47 horas

PROCESSO : 0106877-60.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Eduardo Sousa do Nascimento
ADVOGADO : 18044/CE - Rafael de Sousa Rezende Monti
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:47 horas

PROCESSO : 0014163-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00019314620058220011
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Alvorada D Oeste/RO - Alvorada D Oeste-RO
REQUERENTE : Fazenda Pública do Estado de Rondônia
REQUERIDO : Icla Indústria e Comércio de Laticínios Alvorada Ltda
VARA: 1ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:48 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0215152-40.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante

A. P. F. : 10700744/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Samuel Marcel Lopes Teixeira
VARA: 7ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:48 horas

PROCESSO : 0014580-34.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00356346720148060117
JUÍZO DEPREC. : Juizo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanau - Maracanau-CE
RÉU : Iris Carlos do Nascimento Lima
VARA: 2ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:49 horas

PROCESSO : 0213530-23.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13200183/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : Francisco Graciliano Alves Ferreira
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:50 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106878-45.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Jose Hamilton da Costa
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
REQUERIDO : Maritima Seguros S.a
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:51 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0212851-23.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10800133/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : José Rithely Alves da Silva
VARA: 4ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:51 horas

PROCESSO : 0213014-03.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10201216/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Clayton da Silva Fagundes
VARA: 4ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:52 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106880-15.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Emanoel Batista Leal
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 18ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:53 horas

PROCESSO : 0106371-84.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Tokio Marine Seguradora S/A
ADVOGADO : 17314/CE - Wilson Sales Belchior
REQUERIDO : EMPRESA DE TRANSPORTE SANTA MARIA LTDA.
VARA: 15ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:54 horas

PROCESSO : 0106881-97.2016.8.06.0001
CLASSE : Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE : Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil
ADVOGADO : 23747AC/E - ANTONIO BRAZ DA SILVA
REQUERIDO : Vitor Catunda Godinho
VARA: 6ª Vara Cível

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:55 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014581-19.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 59750420158060141
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Paraipaba-Ceará - Paraipaba-CE
RÉU : Antônio Eduardo da Silva Geraldo
VARA: 11ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014356-96.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : I.R.C.C.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:56 horas

PROCESSO : 0106372-69.2016.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Barcelona Participações e Administração Ltda
ADVOGADO : 11760/CE - Fabio de Caldas Honorato
REQUERIDA : Maria Djanete Macedo Cunha
VARA: 25ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:57 horas

PROCESSO : 0106374-39.2016.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Barcelona Participações e Administração Ltda
ADVOGADO : 11760/CE - Fabio de Caldas Honorato
REQUERIDO : Dirceu Lopes Pereira Filho
VARA: 26ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0072472-32.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11100531/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Jose Osmeudo Araujo Rodrigues
VARA: 1ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:59 horas

PROCESSO : 0215018-13.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 11900199/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : Luan Felipe Vieira
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014006-11.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : V.M.L.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014582-04.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 120031020108060158
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Russas-Ce - Russas-CE
RÉU : Francisco Natanael Brandao da Silva
VARA: 6ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:06 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106882-82.2016.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Banco Toyota do Brasil S/A
ADVOGADO : 31618/SP - Dante Mariano Gregnanin Sobrinho
REQUERIDO : Hildergalis Martins Carneiro
VARA: 12ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0068403-54.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 00887/2015 - Fortaleza
AUTUADA : Ketylla Tahinna Fernandes de Souza
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:07 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0107903-93.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução Fiscal
EXEQUENTE : ‘Estado do Ceará
ADVOGADO : 9316/CE - Deusdedit Rodrigues Duarte
EXECUTADO : Flama Ind e Comercio de Premoldados Ltda
VARA: 6ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107901-26.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Jose Tales dos Santos
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:08 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014784-78.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
ORIGEM : 14626-69.2016.8.06.0115/0
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Limoeiro do Norte/CE - Limoeiro Do Norte-CE
ADOLESCENTE : C.V.L.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:08 horas

PROCESSO : 0106883-67.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Benones Rodrigues Medeiros
ADVOGADO : 24353/CE - Vinicius Pinheiro Melo
REQUERIDO : Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
VARA: 5ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:10 horas

PROCESSO : 0014357-81.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : B.G.L.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:14 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0107785-20.2016.8.06.0001
CLASSE : Restituição de Coisas Apreendidas
REQUERENTE : José Wellington Pinho
ADVOGADO : 6778/CE - Paulo Roberto Uchoa do Amaral
VARA: 5ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:14 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014128-24.2016.8.06.0001

CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : B.D.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:17 horas

PROCESSO : 0014360-36.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : M.V.F.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:24 horas

PROCESSO : 0014917-23.2016.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Sócio-Educativas
ADOLESCENTE : A.M.S.L.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:24 horas

PROCESSO : 0106884-52.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Francisco Cledio Sousa Beserra
ADVOGADO : 21292/CE - Jose Orisvaldo Brito da Silva
REQUERIDO : Bradesco Auto/re Cia de Seguros
VARA: 37ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:25 horas

PROCESSO : 0014165-51.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 01179372120138200106
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró/RN - Mossoro-RN
REQUERENTE : Municpípio de Mossoró
REQUERIDO : Valdir Alves da Silva
VARA: 2ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:25 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014583-86.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 495208020148060070
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Crateús/CE - Crateus-CE
J DEPCTE : Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Crateús/CE
RÉU : Antônio Airton Rodrigues
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014020-92.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : B.A.F.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014778-71.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00007611320108140027
JUÍZO DEPREC. : Vara ùnica de Mae do Rio - Belem-PA
RÉU : Gerson Nunes Cordeiro Pina
VARA: 9ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:39 horas

PROCESSO : 0107144-32.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322002231/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : Jonatan Airton de Sousa Xavier
VARA: 3ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:39 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106886-22.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Sumário
REQUERENTE : Antonio Sebastiao de Oliveira
ADVOGADO : 14260/CE - Jose Idemberg Nobre de Sena
REQUERIDO : Maritima Seguros S/A
VARA: 9ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014779-56.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 3414820158060027
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Comarca de Acarape-CE - Acarape-CE
RÉU : Antonio Menezes do Nascimento Filho
VARA: 4ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:44 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0014025-17.2016.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : I.S.S.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:50 horas

PROCESSO : 0014918-08.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infância e Juventude
ORIGEM : 13875-27.2016.8.06.0101/0
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Itapipoca/CE - Itapipoca-CE
REQUERIDA : R.R.N.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:51 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0014780-41.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 421662220148060064
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia - Ceará - Caucaia-CE
J DEPCTE : Juiz(a) de Direito da Vara Única do Júri Comarca de Caucaia - CE
RÉU : Francisco Severiano da Silva Neto
VARA: 5ª Vara do Juri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:52 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0106888-89.2016.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Ordinário
REQUERENTE : Confiança Mudanças e Transportes Ltda
ADVOGADO : 29852/CE - Carlos Samuel de Gois Araujo
REQUERIDO : Banco Bradesco S/A
VARA: 20ª Vara Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0072984-15.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10600205/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Francisco de Assis Xavier Barros
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:05 horas

PROCESSO : 0218998-65.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13001068/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Auricelio Monteiro do Nascimento
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:06 horas

PROCESSO : 0069728-64.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13300147/2015 - Fortaleza
AUTUADO : Sebastião Gomes Coutinho Neto
VARA: 1ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:08 horas

PROCESSO : 0216281-80.2015.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 10201273/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Romero Martins Pereira Junior
VARA: 16ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:09 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0015045-43.2016.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 139957020168060101
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itapipoca-CE - Itapipoca-CE
REQUERENTE : Ministerio Publico Estadual
REQUERIDO : ‘Estado do Ceará
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:10 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0108016-47.2016.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
AUTUADO : Lenilton Alves Araujo
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:30 horas

Quantidade de processos: 640

Fortaleza, 28 de janeiro de 2016

Jose Maria dos Santos Sales
Juiz Diretor do Foro

VARAS DA JURISDIÇÃO CÍVEL

VARAS CÍVEIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2016

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE), BENEDITO RODRIGUES FERREIRA (OAB 89908/MG) - Processo 0183511-05.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ERIKA SABRINA DA SILVA COSTA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 02), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 14:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de

justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: ANTONIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 22463/CE), IVO LUNGUINHO BARBOSA (OAB 20348/CE), CARLOS EDUARDO MIRANDA DE MELO (OAB 20433/CE), WELTON COELHO CYSNE FILHO (OAB 13856/CE), ALOISIO CAVALCANTI JUNIOR (OAB 12426/CE), WELTON COELHO CYSNE (OAB 1647/CE) - Processo 0469431-31.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0503031-43.2011.8.06) - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Safra S.a - EXEQUIDO: Siqueira Gurgel S.a Comercio e Industria e outro - Defiro o pedido da parte credora e ordeno a expedição de ordem indisponibilidade dos saldos bancários caso existentes em nome da parte devedora até o valor indicado na execução. A efetivação do pleito dar-se-á através de consulta direta no sistema por parte deste magistrado tendo em vista as normas do convênio assinado pelo egrégio Sodalício com o BACEN. Efetivada a indisponibilidade dos ativos pertencentes à parte devedora e, não se tratando de verba impenhorável, lavre-se o termo de penhora seguindo-se a intimação da parte executada e do banco-depositário (artigo 652, §§1º e 5º do CPC). Constatada a inexistência de ativos financeiros em favor do(a) executado(a), intime-se, desde já, a parte credora para que requeira as providências cabíveis. Determino, ainda, a expedição de ofício ao DETRAN/CE, para que sejam retiradas as restrições determinadas sobre os veículos de placas HVP-8993 e HVG-5053, o mais breve possível. Expedientes necessários.

ADV: ALESSANDRA ERIKA MAIA BARROS (OAB 21113/CE), MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO (OAB 16468/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0502401-84.2011.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Lucivaldo Pereira Ferreira - REQUERIDO: Bradesco Segurosa S/A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 02), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 14:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2016

ADV: ANTONIO EUGENIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA (OAB 6809/CE), PEDRO JORGE CRUZ DE LIMA (OAB 30689/CE), FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), LUIS JORGE DE LIMA (OAB 6402/CE) - Processo 0139383-26.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elias Carneiro da Costa - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 15:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0185490-31.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Enoque Salustiano de Souza - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável

a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 16:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE) - Processo 0908746-93.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Fransuilton Inácio de Sousa - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdencia S/A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 16:00h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0910871-34.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Salviano da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 15:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2016

ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0141242-48.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: CARLOS ANTONIO DE SOUSA SOARES - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do

processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 02), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 15:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0064/2016

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE), FRANCISCO VIEIRA SALES NETO (OAB 21906/CE) - Processo 0161626-32.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: HELSON CLEVER MOREIRA MEDEIROS - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 02), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 16:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2016

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE), FRANCISCO VIEIRA SALES NETO (OAB 21906/CE), FRANCISCO GERLENE ARAGAO ARAUJO (OAB 19740/CE) - Processo 0168189-42.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: ANTONETE EVANGELISTA QUEIROZ - REQUERIDO: Bradesco Seguros S.A. - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 02), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 15:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de

realização da perícia. Publique-se.

ADV: JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE), PRISCILA PINTO COSTA (OAB 25101/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE) - Processo 0175195-03.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: JOSÉ VANILSON DOS SANTOS - REQUERIDO: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 02), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 16:00h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0185490-31.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Enoque Salustiano de Souza - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Mantenho a sentença proferida às fls. 20/34 destes autos, bem como recebo o recurso de Apelação, interposto pela parte requerente, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Cite-se o réu para, querendo, responder ao recurso no prazo legal. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0066/2016

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0135578-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Alcides Rodrigues de Miranda - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a. e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 13:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0168816-46.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Rodrigues da Silva Junior - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 13:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de

intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0920567-94.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Roana Linah de Sousa Santiago - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 14:00 h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2016

ADV: ADRIANO GEOFFREY DE GOIS ARAUJO (OAB 14714/CE), TIAGO AQUERY MORAES DE ARAGAO (OAB 25295/CE) - Processo 0164823-92.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A - REQUERIDO: WELLINGTON RIBEIRO DE OLIVEIRA - Defiro o pedido de fls. 94/95. Expeça-se mandado de busca e apreensão no endereço informado. Proceda-se ao bloqueio no Portal RENAJUD e oficie-se à Polícia Rodoviária Federal para anotação da intransferibilidade do veículo. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2016

ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE) - Processo 0049967-52.2012.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigações - REQUERENTE: ANTONIO GADELHA DE SOUSA - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 14:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 30984/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE) - Processo 0143897-90.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO LEANDRO ALVES DA SILVA - REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo

automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 15:00h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), VALERIA JACO VALE ADJAFRE (OAB 8779/CE) - Processo 0161093-73.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Bruno Rodrigues Alves - REQUERIDO: Bradesco Auto/Re Cia de Seguros e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 14:20 h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2016

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), DIEGO LIMA DE FARIAS (OAB 22985/CE) - Processo 0136263-43.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA ANDRÉIA DE LIMA - REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 16:00h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0179028-29.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: GERARDO LOPES CAVALCANTE - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano

Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 15:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO (OAB 16468/CE), JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE) - Processo 0184756-51.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO NOBERTO FREIRE - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 15:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2016

ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), ANTONIO IRLANDO PEREIRA LINHARES (OAB 15874/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE) - Processo 0054529-07.2012.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigações - REQUERENTE: EDNA MARIA DE SOUSA MESQUITA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 03), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 25/02/2016, às 16:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE), LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0134594-81.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Anderson Raulino da Silva - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água

Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 08:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE), FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE), EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO (OAB 21154/CE) - Processo 0173564-24.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: OSMAR ALVES DA SILVA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 08:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2016

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0146972-69.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz Jose Sampaio Rocha - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 09:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0168148-07.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Reinaldo Bezerra de Oliveira - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação

de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 09:00h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0914942-79.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Louryssya Justino da Costa Souza - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdencia S/A e outro - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 09:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANDREZA PEREIRA BONFIM
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2016

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), JOSE ETNATAN PEREIRA FILHO (OAB 27758/CE) - Processo 0120955-93.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Gonçalo Geraldo de Jesus - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 10:40h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE), JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0149193-93.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: SUZENITO RODRIGUES FORTE - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 10:20h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de

justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0151052-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Airton Pereira da Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Pelas circunstâncias da causa e pelas partes em litígio, verifico de ser improvável a obtenção de transação, pelo que deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 2.º). Não há questões processuais pendentes que possam acarretar na extinção prematura do processo. Fixo como ponto controvertido a quantificação das lesões e sequelas físicas, bem como o grau de invalidez do autor, conforme disposto na Lei n.º 6.194/74, decorrente sinistro envolvendo veículo automotor. Defiro a produção da prova pericial que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Setor de Perícias - DPVAT - 1.ª Vara Cível - SALA HARMONIA - MESA 01), no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, localizado na rua Desembargador Floriano Benevides, 220 - Água Fria, CEP 60.811-690 - Fortaleza/CE, e-mail: for.dirfcb@tjce.jus.br. Nomeio peritos os profissionais de saúde cadastrados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a quem incumbirá realizar as perícias e que serão custeadas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em decorrência do termo de parceria celebrado com o CEJUSC. As partes deverão comparecer munidas de documentação de identificação pessoal (RG, CPF, CTPS, ou outro documento oficial com foto) e dos documentos médico-hospitalares que possuir decorrentes do acidente (laudos, atestados etc.). Fica designado o início da perícia para o dia 26/02/2016, às 10:00h. Considerando a proximidade da data da perícia, a necessidade de solução rápida aos milhares de processos envolvendo DPVAT e o infindável movimento paredista dos oficiais de justiça, ficam as partes intimadas da data e horário da perícia, através de intimação pelo Diário da Justiça eletrônico, na pessoa dos advogados habilitados no processo, na forma do art. 431-A do CPC. Em caso de motivo justificado que impeça o autor de comparecer à perícia, deverá o advogado peticionar antecipadamente para a remarcação do exame. A ausência injustificada do autor ao exame pericial implicará o encerramento da prova e o julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 330, I, CPC). Encaminhem-se os autos digitais ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para fins de realização da perícia. Publique-se.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CID PEIXOTO DO AMARAL NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DAVID LOIOLA PARENTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2016

ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), EVELINE LIMA DE CASTRO AGUIAR (OAB 17251/CE), WITALO RONNER CABRAL SALES (OAB 24859/CE) - Processo 0132099-74.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Isabel Cristina de Sena Costa e outro - REQUERIDO: Camed Caixa de Assistencia dos Funcionarios do Banco do Nordeste do Brasil - Uma vez do não cumprimento integral da decisão de fls. 288, proceda-se a penhora eletrônica da diferença. Após, manifestem-se as partes. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CID PEIXOTO DO AMARAL NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DAVID LOIOLA PARENTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2016

ADV: ALFREDO MARQUES SOBRINHO (OAB 15092/CE) - Processo -

ADV: JOSE JALES DE FIGUEIREDO JUNIOR (OAB 4916/CE) - Processo 0903521-63.2012.8.06.0001 - Embargos à Execução - Assistência Judiciária Gratuita - EMBARGANTE: Joselino Carneiro Ximenes-me - EMBARGADO: Banco Triangulo S/A - Sobre impugnaçao fale o excipiente. Intimem-se

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CID PEIXOTO DO AMARAL NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DAVID LOIOLA PARENTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2016

ADV: FRANCISCO JOSE BARDAWIL FILHO (OAB 23570/CE), ANTÔNIO LUIZ PAIVA VIANA (OAB 5439-0/CE) - Processo 0457906-52.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Patricia Germano Serafim - REQUERIDO: Banco Volksvagen S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado via Diário da Justiça, para comparecer em secretaria, e, consultando os autos, promova o devido seguimento tendo em vista o lapso temporal já decorrido da movimentação processual.

ADV: GISELLE ROCHA FERRAZ (OAB 12970/CE) - Processo 0483609-82.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Multiplo - EXEQUIDO: Confeccoes Florida Distribuidora Ltda - Enxovais Bem Me Quer Cama, Mesa e Banho e outro - R.H. Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre a certidão de fls. 62-v. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO OSMIDIO BRIGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE), JOSE WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0483668-70.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Roberta Lemos Esteves do Amaral - REQUERIDO: Bv Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento - R. H. Vistos, etc. Intime-se a autora para informar o endereço da parte requerida a fim de que seja possível a sua citação. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO OSMIDIO BRIGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE), JOSE WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0483668-70.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Roberta Lemos Esteves do Amaral - REQUERIDO: Bv Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento - Intime-se o autor para, no prazo legal, informar o endereço atualizado do réu, com o fito efetuar a diligência citatória.

ADV: ANDRE FREITAS E SILVA (OAB 22619/CE) - Processo 0486516-30.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Joao Mariano Junior - REQUERIDO: Bb Leasing S/A Arrendamento Mercantil - Intime-se a parte autora, por seu advogado via Diário da Justiça, para comparecer em secretaria, e, consultando os autos, promova o devido seguimento tendo em vista o lapso temporal já decorrido da movimentação processual.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0494278-97.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Carlos Augusto Oliveira de Freitas - R. H. Intime-se o representante legal da empresa requerente acerca da renúncia de seus patronos para movimentar o feito requerendo o que achar de direito, sob pena de extinção.

ADV: ANTONIO WAGNER MARTINS CONDE (OAB 5786/CE) - Processo 0517031-48.2011.8.06.0001 - Monitória - Bancários - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - REQUERIDO: Dimetril Comercio de Materiais Eletricos e Serviços Ltda-me - R. H. Cadastre-se no SAJ o novo causídico do requerente. Após, intime-se a parte autora para se manifestar sobre a certidão de fls. 56.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE EDMILSON DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA EPAMINONDAS GOMES ROLIM JÚNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2016

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0026616-55.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Banco Finasa Bmc S/A - REQUERIDO: Francisco Renato de Souza - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 45.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE), MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0148696-16.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Glaucia Maria Barroso de Castro - REQUERIDO: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Ademais, com fulcro no art. 103, 106 e 219 do CPC, em virtude do Ofício de fls. 146, declino de minha competência para processar e julgar o feito, por entender que o juízo competente é o da Comarca de São Luis do Curu-Ce, POR SER PREVENTO, haja vista existir o processo 2472-68.2013.8.06.0165/0, que já fora despachado inicialmente, inclusive tendo sido formado a relação processual em 26/03/2013, com a citação da parte promovida, portanto despachado anteriormente à esta ação. Providencie a Secretaria deste Juízo o encaminhamento destes autos à Comarca de São Luis do Curu-CE, mediante Malote Digital encaminhado para o setor de distribuição da referida comarca, ressalvadas as cautelas necessárias, com a devida baixa na distribuição desta comarca. Publique-se.

ADV: JOÃO HENRIQUE SILVA SOBREIRA DE SAMPAIO (OAB 18221/CE) - Processo 0172654-26.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Portico Imoveis Ltda - EXECUTADO: Samuel Max Aguiar Macedo Osterno e outro - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 30.

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 30766AC/E) - Processo 0185979-68.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Rui Rocha - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 50.

ADV: ANA FLAVIA RABELO SILVA (OAB 26655/CE) - Processo 0187239-83.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Funcef - Fundação dos Economiários Federais - EXECUTADA: Antonia Tania Gomes - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 74.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE EDMILSON DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA EPAMINONDAS GOMES ROLIM JÚNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2016

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0002006-62.2005.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ferreira Mota - REQUERIDO: Banco Sudameris Brasil S.a - Expeçam-se dois alvarás de levantamento, um no valor de R$ 10.159,70 (dez mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta centavos) em favor do requerente Raimundo Nonato Ferreira Mota, e outro no valor de R$ 2.031,94 (dois mil, trinta e um reais e noventa e quatro centavos) em favor do advogado Francisco Evandro da Rocha, conforme requerido na petição retro. Após a expedição dos alvarás, baixe-se na distribuição e arquive-se.

ADV: JOSE MARCELO DE AMORIM (OAB 4243/CE) - Processo 0045909-06.2012.8.06.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: MARIA NEDIR DA ROCHA - REQUERIDO: Francisco Evaldo Rocha Silva - Fale a parte requerente sobre a petição e documentos de fls. 126/136, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO QUEIROZ RABELO (OAB 21041-0/CE), PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE), THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR (OAB 19880/CE), SABRINA DE AZEVEDO JUCA (OAB 20699/CE), MARTA ANDREA MATOS MARINHO (OAB 20562/CE), JOSE LUIS POLEZI (OAB 80348/SP) - Processo 0063974-88.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Jose Freires de Aguiar - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - O presente feito permanecerá suspenso até julgamento definitivo da exceção de incompetência n.º 0034986-23.2009.8.06.0001 em apenso, nos termos do art. 306 do CPC.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE) - Processo 0123049-14.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Thiago Vasconcelos Santos - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Defiro a expedição de alvará de levantamento nos moldes requeridos. Após, baixe-se e arquive-se.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0146461-71.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Gean Charles Ferreira de Farias - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Expeça-se alvará de levantamento nos moldes solicitados. Após, baixe-se e arquive-se.

ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE) - Processo 0159692-68.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Francisco Maeldson Araújo Caetano - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda e outro - Cls. Designo audiência de instrução a realizar-se no dia 05 de maio de 2016, às 15h00min, na sala de audiência cível nº 16. Intimem-se, pessoalmente, as partes para comparecimento e depoimentos em audiência. Concedo às partes o prazo de 10 dias

para que arrolem testemunhas (art. 407 do CPC), que também serão ouvidas nesta audiência. Intimem-se as testemunhas já arroladas. Por fim, intimem-se, pessoalmente, a Defensora Pública Rosângela Bobô de Carvalho Noronha e os advogados do promovidos por meio do Diário da Justiça Eletrônico. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0170532-40.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Ribeiro Mourão - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Intime-se o requerente para falar sobre o depósito judicial à f. 130 e requerer o que de direito.

ADV: CARLOS AGUILA MACIEL (OAB 20622/CE) - Processo 0176147-16.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: FRANCINETE COSTA DA SILVA - REQUERIDO: Imobiliária Manoel Satiro S/A - Designo Audiência de Instrução para o dia 10/05/2016, às 14:30h, na Sala de Audiências Cível n.º 16 deste Fórum. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a parte autora, querendo, substituir a testemunha Gildênia Costa de Oliveira, tendo em vista ter mudado de endereço, conforme certificado pelo Oficial de Justiça à f. 80, o que faço com fundamento no art. 408, III, do CPC. Após, intimem-se pessoalmente as testemunhas na forma do art. 412 do CPC. Intimem-se ainda a parte requerente, por meio de seu advogado, e o Curador Especial nomeado em defesa dos interesses da requerida Imobiliária Manoel Sátiro S/A.

ADV: TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO (OAB 14694/CE), GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556/CE) - Processo 0468104-51.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERIDO: Ricardo da Silva - Defiro o pedido de substituição processual em razão da cessão de crédito entre o Banco Santander Brasil S/A (cedente) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG Brasil Multicarteira (cessionário), devendo a Secretaria do Juízo proceder às necessárias alterações no sistema SAJ. Intime-se a parte autora a fim de requerer o que for de direito em 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE) - Processo 0471581-82.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: Agencia de Viagens e Turismo do Ceara Ltda - A atualização do débito deve vir acompanhada da memória do cálculo, sem a qual não será admitida por este Juízo. Ademais, deve o autor informar o endereço para cumprimento da diligência de busca e apreensão e citação, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: NATHALIA DAMASCENO DA COSTA E SILVA ERVEDOSA (OAB 18892/CE) - Processo 0798214-43.2000.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria Gurgel Vasconcelos - REQUERIDO: Carlos Eduardo Athayde Boucinha e outro - O peticionante é parte estranha a este processo, razão porque indefiro a juntada do substabelecimento de fls. 165/166. Intime-se a advogada que subscreve a peça de f. 165 para regularizar a representação processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE EDMILSON DE OLIVEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA EPAMINONDAS GOMES ROLIM JÚNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF) - Processo 0039963-53.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: MUTUA DE ASSISTENCIA DOS PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - EXECUTADO: FABIANO RODRIGUES SILVEIRA e outro - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 93.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ) - Processo 0044561-50.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Cartão de Crédito - REQUERENTE: ITAÚ UNIBANCO S/A - REQUERIDA: ELVIA VITTÓRIA FICHERA ARAÚJO - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 50.

ADV: CARLOS ALBERTO DA SILVA MAGALHAES (OAB 3397/CE) - Processo 0098784-26.2007.8.06.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - EMBARGANTE: William Bezerra e outro - EMBARGADO: Francisco Caetano Prata Braga e outro - Cls. Trata-se de um pedido de execução de título judicial requerido por Aloísio Cavalcânti Júnior em face de Francisco Caetano Prata Braga, objetivando a execução da sentença prolatada por este Juízo às fls. 82/86, devidamente transitada em julgado (cf. certidão à fl. 89), que, entre outras deliberações, condenou o embargado/executado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. Instruiu o pedido com a memória discriminada e atualizada do débito (fl. 106), nos termos do art. 475-B do CPC Desta forma, determino a intimação do executado Francisco Caetano Prata Braga - por meio de seu advogado Carlos Alberto da Silva Magalhães, OAB/CE 3.397, via Diário da Justiça Eletrônico - para efetuar o pagamento da quantia de R$ 3.061,06 (três mil e sessenta e um reais e seis centavos), conforme memória discriminada e atualizada do cálculo à fl. 106, no prazo de 15 (quinze) dias. Saliento que o não pagamento voluntário da obrigação no prazo fixado fará com que o montante da condenação seja acrescido tanto de a) multa no percentual de 10% (dez por cento), como de b) honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) e, a requerimento da parte credora, que seja c) expedido mandado de penhora e avaliação, tudo em conformidade com o art. 475-J do CPC e com a Súmula nº 517 do Superior Tribunal de Justiça. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO GOMES COELHO (OAB 1745/CE) - Processo 0148531-66.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S/A - REQUERIDO: Francisco Carlos Camelo de Sousa - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 63.

ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE) - Processo 0158441-15.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda Epp e outro - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 61.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0186403-13.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Adminstradora de Consorcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDA: Raquel Silva Nascimento - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 54.

ADV: DEUSIMAR NOGUEIRA ROCHA FILHO (OAB 19308/CE) - Processo 0219380-58.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Dnr Consultoria Empresarial - EXECUTADO: Transmax Logísticas de Transportes Rodoviários Ltda Me - Cls. A documentação acostada aos autos às fls. 46/53 diz respeito à empresa Deusimar Nogueira Rocha EPP, CNPJ: 72.483.571/0001-35, empresa esta que tem como “título do estabelecimento (nome de fantasia)” DNR Consultoria Empresarial Jurídica e Tributária, conforme se depreende do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica acostado à fl. 09. Assim, com a finalidade de regularizar o polo ativo da vertente demanda, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento. Exp. Nec.

ADV: MARCELO ILDEFONSO CAMPOS (OAB 15568/CE) - Processo 0472476-43.2011.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Marcela Cabrino Marques - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 91.

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0495803-17.2011.8.06.0001 - Restauração de Autos - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Nelson Eduardo Simoes Silva - REQUERIDO: Jose Joaquim Mateus - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 86.

ADV: CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE) - Processo 0550458-22.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Banco do Estado do Ceará S.a - Bec - EXEQUIDO: Maria Clemilda de Castro Lima-me e outro - Intimar a parte autora para falar sobre a certidão do meirinho de fls. 72.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMMEL MOREIRA CONRADO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RENATA FREIRE BEZERRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0041/2016

ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE) - Processo 0127151-79.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Fernanda Leticia Oliveira de Sousa - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0129980-33.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Kennyson Barbosa Alves - REQUERIDO: Maritima Seguros e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0131291-59.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Damião Cascimiro Santos - REQUERIDO: Bradesco Saúde Auto/re Companhia de Seguros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE), FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE) - Processo 0135349-08.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria da Conceição Albuquerque Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0135550-97.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Isabela Evely Paz Holanda e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE) - Processo 0135860-06.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Eder Neves da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE), FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE) - Processo 0140352-41.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Alcy Evarisato de Souza - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE), ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE) - Processo 0141649-83.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Roberto Coelho Marques - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0142161-66.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ezequiel Sousa Ferreira e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0143849-63.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Ribeiro Barbosa - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE) - Processo 0148408-63.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Walisson de Melo Pereira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.' e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0151284-88.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Wellington da Silva - REQUERIDO: Bradesco Saúde Auto/re Companhia de Seguros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0151517-85.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Ronelia Ferreira Conegundes - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0152050-44.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Evaldo Uchoa Pinto - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0153574-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marciano Claudino da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0158097-34.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisca Francilene Moura da Maia Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0158103-41.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Batista da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0159048-28.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz Eduardo Rodrigues - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0159566-18.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: José Nilo dos Santos - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (OAB 26373/CE) - Processo 0159788-83.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Cristiano de Oliveira Sousa - REQUERIDO: Mapfre Vera Cruz S.a. e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0160371-68.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Elisvaldo Almeida Ferreira - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0189346-03.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Ximenes Aragao - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0190843-52.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Herlen Alves de Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguro S.a e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0192602-51.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Helena Mendes de Souza - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0193191-43.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos Antonio Martins - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0193993-41.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Maciano Vieira da Costa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMMEL MOREIRA CONRADO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RENATA FREIRE BEZERRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2016

ADV: MARCELO LEMOS CALO (OAB 17537/CE), FRANCISCO MARIANO GARCIA (OAB 16765/CE) - Processo 0074738-41.2005.8.06.0001 - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Itau S/A - REQUERIDO: Francisca Maria de Barros - Homologo o pedido de desistência, para que produza seus jurídicos efeitos, resolvendo o processo com apreciação de mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC. Custas ex lege. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e, oportunamente, ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. P.R.I.

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0123260-50.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Bruna do Nascimento D'avila - REQUERIDO: Maritimo Seguro S.a - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0123317-68.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco de Assis Macedo da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0123645-95.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Joao Batista Silva Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.ider - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE) - Processo 0126632-07.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Aurenice Ferreira de Queiroz Pinheiro - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0126735-14.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elican Nicolau da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua::Sobre a

contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0162621-74.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Negreiros Rodrigues - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Lider - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0165234-72.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Catiuscia Quelle de Lima e Costa - REQUERIDO: Banco Psa Finance Brasil S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0165443-36.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Jose Januario da Silva Filho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0168472-94.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fatima Regina Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0169843-93.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Aldaires Dantas Ferreira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0171946-73.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Jose Oliveira Vasconcelos - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0174455-74.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mara Maria da Silva e outro - REQUERIDO: Capemisa Seguradora de Vida e Previdencia S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: DIEGO LIMA DE FARIAS (OAB 22985/CE) - Processo 0176772-16.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EDVAL MARIANO DA SILVA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), BRUNO YOHAN SOUZA GOMES (OAB 253205/SP) - Processo 0178742-80.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cemedi Centro Médico de Diagnóstico Por Imagem S/s - REQUERIDO: Hap Vida Assistencia Medica Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), RODRIGO ROCHA GOMES DE LOIOLA (OAB 20082/CE) - Processo 0184892-77.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: W2 Participações S/A - REQUERIDO: Mairton Alves Meireles ¿ Me e outro - Homologo, por esta sentença, o pedido de desistência formulado pela parte autora, às folhas 65, extinguindo o processo sem resolução do mérito, com esteio no Art. 267, inciso VIII, c/c Art. 158, § único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e oportunamente, ao arquivamento dos autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0190413-03.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Cleiton Cazuza da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: MAXIMIANO AGUIAR CAMARA (OAB 5879/CE) - Processo 0191428-07.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Companhia Energética do Ceará - Coelce - REQUERIDO: Fundação Especial Permanente - Casa da Esperança - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0192296-82.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonia Vanuza Alves Campos - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE), ARMANDO HELIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES (OAB 13781/CE) - Processo 0202308-58.2015.8.06.0001 - Embargos à Execução - Duplicata - EMBARGANTE: Alscience Engenharia e Representações Ltda - EMBARGADO: Idrb Viagens e Turismo Ltda - Manifeste-se a parte Embargante acerca da impugnação de fls.219/230 e documentos que a acompanham. Intime-se.

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), PAULA RODRIGUES DA SILVA (OAB 22911-2/CE) - Processo 0468931-62.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a - EXEQUIDO: Stopy Industria e Comercio de Confeccoes Ltda- Epp e outros - Intime-se o exequente para se manifestar, no prazo legal, sobre a Certidão do Oficial de Justiça de folhas 93 e 96. Expedientes necessários.

ADV: FABIOLA JOCA NOLETO (OAB 9320/CE) - Processo 0478064-31.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Compra e Venda - REQUERENTE: Ana Cristina de Sena Costa - REQUERIDO: Sanauto Nordeste Automoveis Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: AFONSO ARAGAO CARVALHO JUNIOR (OAB 17925/CE), ROBERTA SIMOES DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 17695/CE), VALTER SERGIO DUARTE FURTADO (OAB 2779/CE) - Processo 0801484-84.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francisca Aline Soares de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social do Estado do Ceará - INSS - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: RODRIGO JEREISSATI DE ARAUJO (OAB 8175/CE) - Processo 0920144-37.2014.8.06.0001 - Arrolamento de Bens

- Dissolução - ARROLANTE: Márcio Roberto Camurça Pessoa - ARROLADO: Ricardo Vieira Rego - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ROMMEL MOREIRA CONRADO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RENATA FREIRE BEZERRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2016

ADV: RAUL LOIOLA DE ALENCAR FILHO (OAB 11085/CE) - Processo 0139801-32.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - EXEQUENTE: CSTA- Colégio Santo Tomás de Aquino (Cons.Par. Nossa Senhora de Fátima) - EXECUTADA: ANA KÁTIA XIMENES DO AMARAL - Defiro a conversão do rito de execução para ação monitória, devendo a Secretaria providenciar as devidas anotações, inclusive junto a Distribuição. A parte autora emende a inicial, adequando-a ao novo rito, ao tempo em que deve se manifestar, desde logo, acerca da certidão de fls. 18 dos autos. Expedientes necessários.

ADV: JOAO BATISTA MELO LIMA (OAB 20763/CE) - Processo 0153674-36.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Felipe Brandão de Araújo - REQUERIDO: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Sobre a contestação, fale o requerente, no prazo de 10 dias.

ADV: MARILIA GRAZIELLE NOGUEIRA (OAB 24255/CE), JOSE AIRTON RIBEIRO FERNANDES (OAB 26851/CE) - Processo 0161497-27.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: SLAM COSTA FERREIRA - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Anuncio o Julgamento antecipado da Lide, em atendimento ao artigo 330, I do CP, que permite o Juiz conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença: quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência. Intimem-se as partes, e após transcorrido o prazo de 05(cinco) dias, retornem os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: ENISIO CORDEIRO GURGEL (OAB 2656/CE), WILSON EMMANUEL PINTO PAIVA NETO (OAB 23847/CE) - Processo 0188261-79.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Visao Empreendimentos Imobiliarios Ltda - REQUERIDA: Thamires Barbosa Ximenes - Mantenho as decisões agravadas por seus próprios fundamentos. As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando sua finalidade. Designe-se audiência de conciliação. Expedientes necessários

ADV: WILSON EMMANUEL PINTO PAIVA NETO (OAB 23847/CE), ENISIO CORDEIRO GURGEL (OAB 2656/CE) - Processo 0188261-79.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Visao Empreendimentos Imobiliarios Ltda - REQUERIDA: Thamires Barbosa Ximenes - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 08 de março de 2016, às 09:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0199905-24.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: Tamirys Martins Gomes Bruno - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - R.Hoje. Trata-se de Ação Revisional de Contrato bancário em razão de supostas ilegalidades nele inseridas. A priori, percebo que a exordial veio acompanhado da cópia do contrato a ser revisado fls. 35/38 e de uma planilha de recálculo de fls. 39/42. Considerando a redação do art. 285-B, do Código de Processo Civil, que impõe ao autor, em ações desta natureza, identificar, precisamente, quais as obrigações contratuais que pretende controverter, depositando o valor incontroverso, ou seja aquele que entende devido, ficando o autor cientificado de que o valor do depósito diverso do contratado não tem o condão de elidir a mora nem afastar os efeitos dela decorrente. Posto isso, determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial para que comprove nos autos o pagamento ou depósito desse valor incontroverso vencido até hoje, sob pena de indeferimento da inicial, por inépcia. Expediente necessário.

ADV: JOAO LANDIM NETO (OAB 16749/CE), GILBERTO COELHO DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 24915/CE), IZABEL FACO DE ALBUQUERQUE (OAB 25712/CE), PEDRO ALVES DA SILVA NETO (OAB 11318/CE), GUSTAVO BRASIL DE ARRUDA (OAB 14533/CE), ELAINE ALVES DA ROCHA (OAB 26396/CE), PRISCILA CRISTINNE AQUINO GONÇALVES (OAB 25911/CE) - Processo 0207703-36.2012.8.06.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Joao Landim Neto - EMBARGADO: Open Point Agencia de Viagem e Turismo Ltda - ADVOGADO: Joao Landim Neto - Juntada petição requerendo a juntada de substabelecimento, determino que a Secretaria providencie a alteração dos registros processuais dos procuradores a fim de que, quando da publicação da intimação dos atos processuais, esta saia no nome dos advogados substabelecidos. O art. 236, §1º do CPC, dispõe: "É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação". Intimem-se as partes para, no prazo de dez dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de uma composição, apresentando a respectiva proposta de acordo, no prazo de dez dias. Exp.Neces.

ADV: VICENTE NELSON BRANDAO JUNIOR (OAB 9962/CE), CAMILA LINHARES DE CASTRO (OAB 20559/CE), MARIA DO SOCORRO RODRIGUES PORTELA (OAB 5436/CE) - Processo 0510048-33.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Intercargas Encomendas de Cargas Ltda - REQUERIDO: Paulo Cirlen Oliveira Guimaraes - A parte promovente pede o desentranhamento de peças nas folhas 58 por serem destinadas a um outro processo, no entanto tal providência não pode ser efetuada em face de o processo ser digital, contudo determino sejam desconsideradas as alegativas formuladas na petição de folhas 53/55 dos autos. Remeta-se os autos a Central de Conciliação. Expedientes necessários.

ADV: CYNARA LEITE FÉRRER AUGUSTO GONÇALVES (OAB 23608/CE), JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE) - Processo 0882244-20.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Perdas e Danos - REQUERENTE: LENITA MEDEIROS NOGUEIRA - REQUERIDO: TIM CELULAR S.A - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 03 de março de 2016, às 09:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0907295-04.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a - REQUERIDO: Jose Joaquim de Matos - Feitas as considerações e verificando-se a ausência de citação da empresa ré na presente ação de busca e apreensão, DEFIRO A CONVERSÃO DA PRESENTE AÇÃO CAUTELAR EM AÇÃO DE EXECUÇÃO.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0342/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0165555-05.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: João Paulo de Souza Bezerra - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0343/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0165530-89.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonia Thaiza Monteiro dos Santos - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0344/2016
ADV: FRANCISCO LEITAO DE SENA JUNIOR (OAB 26524/CE) - Processo 0044046-54.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Helder Garcia - REQUERIDO: Unimed de Fortaleza - Isto posto, dando prosseguimento ao feito, determino a citação da promovida conforme requerido na exordial. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0345/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0164105-27.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Dennes Pedro Pereira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0346/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0162909-22.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Clauderlan Alves de Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0347/2016
ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0160850-61.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marcos Antônio Coelho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0100627-11.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Manoel de Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0349/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0150421-35.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Flavia de Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0350/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0150001-30.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alexsandro de Araujo Souza - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0351/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0149852-34.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz Breno Guilherme Pianco - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0352/2016
ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0143069-26.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rodolfo Arruda de Pontes - REQUERIDO: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos - Assim, indefiro o pedido de gratuidade da justiça, pelo que determino a intimação da parte autora para recolher as custas do processo no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena da aplicação do art. 257 do CPC. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0353/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0214280-25.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Jan Lucas Araujo Veras - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0354/2016
ADV: MAMEDE ADRIANO FILHO (OAB 27490/CE) - Processo 0210857-57.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Eugênio Ricardo da Silva Neto - REQUERIDO: Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0355/2016
ADV: MAMEDE ADRIANO FILHO (OAB 27490/CE) - Processo 0210500-77.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Cícero de Sousa Alves - REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0356/2016
ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0210464-35.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Anderson Girão Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0357/2016
ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0210276-42.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Jucelino do Nascimento Cruz - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0358/2016
ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0208830-04.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Jose Roberto Eufrasio de Abreu - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0359/2016
ADV: REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0207851-42.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Thiago da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria

fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0360/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0100601-13.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Adryele Barros Monteiro - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0361/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0100760-53.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Paula Mickaelly Lima da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0362/2016

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0207209-69.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Daniel Ferreira da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0363/2016

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0207167-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Leonardo Felix Silva de Assunção - REQUERIDO: Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0364/2016

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0206172-07.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Antônio Arnaldo de Souza - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0365/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0101016-93.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Claudia Domingos da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0366/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0217765-33.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Samuel Simao Rabelo - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0367/2016
ADV: MAMEDE ADRIANO FILHO (OAB 27490/CE) - Processo 0100341-33.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Evaldo Estevam Pereira - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0368/2016
ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0206152-16.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Jacinto Gomes dos Santos - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0369/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0217641-50.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Israel Luis Cavalcante Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0370/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0216931-30.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Robson Lima Batista - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0441/2016
ADV: RAIMUNDO NONATO DE LIMA RIBEIRO (OAB 2875/CE), FABIO JOSE DE OLIVEIRA OZORIO (OAB 8714/CE), EVELINE ANDRADE ROCHA RIBEIRO (OAB 17244/CE) - Processo 0023311-34.2007.8.06.0001 - Ordinaria - REQUERENTE: Jose Alberto de Lima - REQUERIDO: Clinica Leiria de Andrade - Recebo a apelação no duplo efeito. Intime-se o apelado para, no prazo legal, querendo, contra-arrazoar o recurso interposto. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0371/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0216477-50.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca de Moura Pereira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0372/2016
ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0205535-56.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Ray Alves Araujo - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0373/2016
ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0204647-87.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Márcio Gleisson Sobreira da Silva - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0374/2016
ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0204223-45.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Osmindo da Silva Mangueira - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0375/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0216523-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Jose Alves de Oliveira - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0376/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0216135-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Aparecida da Fonseca - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0377/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0215874-74.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raimundo Eupilde da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0378/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0215836-62.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Miguel de Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0379/2016
ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0215605-35.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Marcio Brito Conca - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0380/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0215539-55.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Jassielu Carvalho do Nascimento - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0381/2016
ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0203211-93.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: José Valdinez de Souza - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar

no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0382/2016

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0203120-03.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Humberto Ferreira Lima - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0383/2016

ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE) - Processo 0100411-50.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Antonio Glaudemberg Bezerra dos Santos - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0384/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0214911-66.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio de Paula da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0385/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0213603-92.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Carlos Daniel de Sousa - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0386/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0214558-26.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca Vanda Venancio Nascimento - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0387/2016

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0213588-26.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Moesio Susoste de Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0388/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0213364-88.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Roberto Ednei Otaviano da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0389/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0213240-08.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Eunice da Silva Moura - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cite-se o(a) promovido(a), por carta com aviso de recebimento, PARA RESPONDER, no prazo de 15(quinze) dias, devendo a Secretaria fazer constar no expediente as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC. Tendo em vista a necessidade de instruir o processo e que os documentos relativos ao processo administrativo de pagamento parcial da indenização estão na posse da parte promovida, determino a intimação do(a) demandado(a) para juntar aos autos, com a contestação, cópia integral do processo administrativo. Cite-se e intime-se a parte ré. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA KAYRENA DA SILVA FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARCELO BEZERRA DE MOURA FONTENELE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2016

ADV: JULIANA MATTOS MAGALHAES ROLIM (OAB 12800/CE) - Processo 0101971-27.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laércia Firmino Teixeira e outro - REQUERIDO: Caixa de Assistencia dos Funcionarios do Banco do Brasil - Cassi - Face a tudo quanto exposto, com base no Art. 273 do CPC defiro a tutela antecipada em favor de MARIA TEIXEIRA MOURA, para determinar a CASSI que em atendimento aos relatórios médicos e exames de fls.25/27, proceda com a liberação dos instrumentos necessários a realização da cirurgia, in casu, do denominado marca passo epimiocárdio temporário - marca-passo cardíaco, sob pena de multa diária de R$500,00(quinhentos reais). No cumprimento do mandado, cite-se a CASSI para apresentar contestação ou defesa no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. Procedam-se os expedientes necessários com a máxima urgência.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CÂNDIDO JOSÉ COSTA SEGUNDO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2016

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0003711-56.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Companhia Energetica do Ceara -coelce - Cls. Intime-se a parte autora, através de seu patrono, para que se manifeste sobre o seu interesse na continuação da lide. Ato seguido, não se manifestando no prazo legal, proceda-se a sua intimação, pessoalmente, para que se manifeste sobre o seu interesse na continuação do feito, em 48(quarenta e oito) horas, sob pena de não o fazendo ter por arquivado o seu processo ou extinto sem resolução de mérito. Intime(m)-se.

ADV: BRUNO QUEIROZ RABELO (OAB 21041/CE), SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE (OAB 20873/CE) - Processo 0007787-60.2008.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Jose Jucelino Deogenes Batista - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros - Cls. O processo em tela encontra-se arquivado. Assim , desejando peticionar em Juízo, deverá a parte interessada, inicialmente proceder aos requerimentos necessários ao desarquivamento. Intime(m)-se.

ADV: MARIA CONSUELO BEZERRA LINS (OAB 10934/CE) - Processo 0012117-37.2007.8.06.0001 - Nunciação de Obra Nova - REQUERENTE: Joao Francisco de Almeida Ramos - Claudia Vieira de Lima - A parte autora requereu em setembro de 2015 dilação de prazo para apresentação de réplica. Em virtude da grande demanda de processos em trâmite, só agora seu pleito veio a apreciação deste Juízo. Contudo, de fato, há muito decorreu o prazo pretendido, sem manifestação do autor. Assim, determino a intimação da promovente, através de seu patrono, para que se pronuncie sobre o seu interesse na continuação da lide. Ato seguido, não se manifestando no prazo legal, proceda-se a sua intimação, pessoalmente, para que se manifeste sobre o seu interesse na continuação do feito, em 48(quarenta e oito) horas, sob pena de não o fazendo ter por arquivado o seu processo ou extinto sem resolução de mérito.

ADV: AFONSO MARIA BUENO (OAB 24696/PR) - Processo 0018857-74.2008.8.06.0001 (apensado ao processo 0074779-03.2008.8.06) - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Daycoval S.a. - Cls. Rec. Hoje. Intime-se a parte promovente , através de seu patrono para que se manifeste sobre a certidao do meirinho de fls. Exp. e Int.

ADV: ALAN FERREIRA DE SOUZA (OAB 21801/CE) - Processo 0023711-43.2010.8.06.0001 (apensado ao processo 0096979-67.2009.8.06) - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: Santander Leasing S.a. - Arrendamento Mercantil - Intime-se a parte autora, através de seu patrono, para que se manifeste sobre o seu interesse no prosseguimento do feito.

ADV: FRANCISCO ANGELO DE FRANCESCO FILHO (OAB 14182/CE), PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE) - Processo 0123027-53.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Repetição de indébito - REQUERENTE: Vicente Brasil de Francesco - REQUERIDO: Banco Itauunibanco Sa - Cls. Esclareçam os litigantes, em cinco (5) dias, se existe possibilidade de virem a se compor amigavelmente, trazendo aos autos, se for o caso, os termos do acordo que desejam celebrar, para que seja homologado. No mesmo prazo, em não vindo a ocorrer acordo, digam se desejam produzir provas, especificando-as, de logo advertidos de que o seu silêncio será interpretado como anuência ao julgamento do processo no estágio atual.

ADV: MARIANA CHAVES CARVALHO (OAB 20283/CE), JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (OAB 10883/CE) - Processo 0217875-57.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Arcanjos Transporte Rodoviarios Ltda - Cls. Rec. Hoje. Dando-se atendimentoao despacho de fls. foi enviado pedido de penhora online , através do sistema BACENJUD ,de todas as contas proventua existentes no nome da executada. Contudo, consultando o boletim emitido pelo mesmo órgão, apurou-se que a pessoa executada dispõe de algumas contas bancárias, mas , por insuficiência de recursos, o valor bloqueado é inferior à execução em curso. Desta forma determino a intimação da parte promovente , através de sue patrono, para requerer o que entender de direito.

ADV: WAGNER BARREIRA FILHO (OAB 1301/CE), RAIMILAN SENETERRI DA SILVA RODRIGUES (OAB 17352/CE), THIAGO CORDEIRO GONDIM DE PAIVA (OAB 17374/CE) - Processo 0345917-27.2000.8.06.0001 - Busca e Apreensão - REQUERIDO: Wagner Barreira Filho - Cls. Intimem-se os promovidos para que no prazo de 5(cinco) dias indiquem bens passíveis de penhora, em virtude do débito existente nos autos. Intime(m)-se.

ADV: MARCOS ROBERTO ALVES (OAB 24001/CE) - Processo 0395099-30.2010.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Danielle Madeleine Berger Huber - Cls. Proceda-se ao desentranhamento e a correta juntada da petição de fls. 67/103. Renumere-se , certiique-se. Esclareça a parte autora sobre a participação , nestes autos, da sra. Agostinha Castelo Melo, referida na petição de fls. 112. Intime(m)-se.

ADV: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 22910/CE) - Processo 0464686-08.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: Banco Citibank S.a - Cls. Intimem-se as partes para que informem aos autos se alcançaram ao pacto anunciado no Termo de Audiência de fls. 124. Intime(m)-se.

ADV: JOSE BATISTA DE SA (OAB 20442/CE) - Processo 0473391-29.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Monteiro Aguiar - Cls. Intime-se a parte promovente através de seu patrono, para que se manifeste sobre a contestação apresentada. Prazo: 10(dez) dias. Intime(m)-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), RODRIGO GONDIM DE OLIVEIRA (OAB 13859/CE) - Processo 0474468-39.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Magnesium do Brasil Ltda . - REQUERIDO: Companhia Energetica do Ceara - Coelce - Cls. Intimadas as partes sobre a possibilidade de acordo ou provas a produzir, as mesmas comparecem aos autos informando a inexistência de acordo e não existirem outras provas a serem produzidas , salvo os documentos já acostados aos autos. Desta forma, anuncio o julgamento do feito no estado em que se encontra. Cls, decorrido o prazo desta intimação. Intimem-se.

ADV: ARMANDO PINTO MARTINS (OAB 10418/CE) - Processo 0478904-41.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Wagner Martins Almeida - Cls. R. Hoje. Certifique-se acerca da ocorrência de publicação da sentença prolatada. Após, recebo, caso tempestivo, o recurso de apelação apresentado, nos seus efeitos regulares. Intime-se a parte apelada para contrarrazoá-lo, querendo, no prazo legal. Oficie-se prestando as informações requeridas às fls. 133.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0506347-64.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Coelce - Companhia Energética do Estado do Ceará - Cls. Intimadas as partes sobre a possibilidade de acordo ou provas a produzir, comparece a parte promovida, informando a inexistência de acordo, requerendo a oitiva das testemunhas arroladas em sua contestação. Silente a parte autora. Desta forma, defiro o pedido de realização de audiência para oitiva das testemunhas supra, em data a ser designada pela Secretaria deste Juízo. Após a indicação de data para o certame, proceda-se a intimação dos causídicos através do Diário de Justiça, bem como das testemunhas, através de carta/AR, na impossibilidade do ato ser praticado por oficial de justiça. Intimem-se. Exp.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0513371-46.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Coelce - Companhia Energetica do Ceara - Cls. Trata-se de ação Ordinária, com pedido de antecipação de tutela, por estarem os promovidos impedindo o acesso da autora aos respectivos medidores. Expedidas as cartas de citação, retornaram os Ar's às fls. 51/52 e 55/56, restando apenas o do Sr João Bezerra Filho sem cumprimento. Informação de falecimento anotada em seu Ar de fl. 52, também constante na certidão do meirinho de fl. 63. Parte autora peticiona às fls. 67/69, requerendo a substituição processual do promovido falecido, por seu filho, também qualificado no polo passivo doas autos. No entanto, o direito reclamado pelo autor decorre de ato praticado decorrente da posse ou propriedade de imóvel, não se podendo afirmar que o Sr. João Bezerra Neto, apontado como sucessor, detém o uso do referido imóvel. Desta forma, determino a intimação da promovente para que esclareça sobre tal fato, ou mesmo se persiste com seu pleito relativamente ao falecido réu, diante da possibilidade de não mais existir o impedimento ao acesso, relatado na exordial. Intime-se.

ADV: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP) - Processo 0606120-68.2000.8.06.0001 - Reparação de danos - REQUERIDO: Banco Itau S/A e outro - Cls. (...) Intime-se a parte interessada na presente fase processul , Banco Itaú, para que se manifeste sobre a questão incidental acima, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA CRISTINA CHAUL BARBOSA (OAB 12153/CE) - Processo 0751834-59.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Rogerio Paulo da Silva - Renovem-se os Ofícios de fls., segundo os endereços indicados na petição de fls. 215-216.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO

DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO FREIRE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0080/2016

ADV: VICENTE MARTINS PRATA BRAGA (OAB 19309/CE), PEDRO JOAO CARVALHO PEREIRA FILHO (OAB 22155/CE) - Processo 0175352-73.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - REQUERIDO: BURROWS LTDA - Cls. Cite-se a parte ré por edital com prazo de 30 dias para, em 15 (quinze) dias, se quiser, contestar a inicial, sob pena de, não o fazendo, incorrerem sobre o procedimento os efeitos da revelia. Providenciado o edital pela secretaria da Vara, intime-se a parte autora para publicar o ato em diário oficial, mediante o recolhimento das custas processuais, e 02 (duas) vezes em jornal local, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Caso não haja contestação, fica, desde já, NOMEADO para atuar no feito na função de curador especial da parte requerida citada por edital o(a) Defensor(a) Público(a) atuante neste juízo, intimando-se este(a) para se manifestar no prazo de 30 dias. Expedientes e intimações necessárias.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO FREIRE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2016

ADV: RICARDO FERREIRA VALENTE (OAB 6433/CE), GISELE DE PAULA MAGALHAES (OAB 22851/CE) - Processo 0175305-02.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Antonio dos Santos Lima - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - R.H. Sobre informação contida em Aviso de Recebimento (A.R) de pág. 103, diga a parte autora, em 5 (cinco) dias, oportunidade em que deve requerer o que entender de direito, devendo indicar, ainda, o endereço para cumprimento da demanda e, se desejar, fornecer endereço alternativo para cumprimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos por falta de pressuposto para desenvolvimento do processo. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO FREIRE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2016

ADV: JULIO NOGUEIRA MILITAO NETO (OAB 3144/CE), CARLOS ALBERTO CAMARA DE VASCONCELOS (OAB 15334/CE) - Processo 0027941-07.2005.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - AUTOR: Fernando Augusto Teixeira Sa - RÉU: Banco Rural S/A - Cls. Defiro o pedido de denunciação à lide feita na contestação de pág. 38, com fulcro no art. 70, inciso III, do CPC. Destarte, cite-se a parte denunciada MARIA JOSÉ MONTEIRO - ME para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta, caso queira, conforme determina o art. 72, § 1º, alínea a, do CPC, com as advertências do art. 75 do mesmo diploma legal. Ademais, suspendo o processo até a efetivação da citação, nos termos do art. 72 do CPC. Oportunamente, apresentada a resposta, intime-se a requerente para, querendo e sendo o caso, impugna-la no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: JAMILSON DE MORAIS VERAS (OAB 16926/CE), CARLOS WELLINGTON SILVEIRA MARINHO (OAB 15640/CE) - Processo 0029034-05.2005.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - REQUERENTE: Maraponga Posto Shopping Ltda e outro - REQUERIDO: Md Comercial de Derivados de Petroleo Ltda - Cls. Intime-se a empresa Autora pessoalmente por AR, no endereço da inicial, para em 48 horas demonstrar interesse no processo indicando novo advogado para prosseguir no feito, sob pena de arquivamento dos autos. Expedientes necessários.

ADV: GALDINO MADEIRA (OAB 10047/CE) - Processo 0050393-40.2007.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Lojas da Biblia Ltda-casa da Biblia - Cls. Tendo em vista que a empresa executada não ter manifestado-se nos autos e levando, ainda, em conta o pedido da Exequente, defiro o pedido de bloqueio junto ao BACEN JUD em contas da executada UNIBANCO S/A (CNPJ nº. 33.700.394/0001-40), com os seguintes valores: Valores ExecutadosR$ 44.550,48 Honorários 10%R$ 4.455,04 Custas ProcessuaisR$ 2.056,71 Valor totalR$ 51.062,23 Exp. Nec.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0095625-07.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Cnh Capital S/A - REQUERIDO: Construtora Cgv Ltda - Construtora Cgv Ltda - Cls. Defiro o pedido de substituição do causídico de pág. 193. Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a certidão de pág. 224, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE) - Processo 0100717-19.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Leonardo de Souza Abreu - REQUERIDO: Maritima Seguros - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0100789-06.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Antonio Amilton de Almeida - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S.a. - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo

nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0101064-52.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz Carmo Lima - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: PEDRO JORGE CRUZ DE LIMA (OAB 30689/CE), ANTONIO EUGENIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA (OAB 6809/CE) - Processo 0101073-14.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Elizabete Cavalcante de Almeida Bezerra e outro - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A e outro - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0101281-95.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Antonio Lima - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0101386-72.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: David Valdevino Neto - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0101458-59.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Dalila Barboza Braz - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0101833-60.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Carlos Antonio de Souza Batista - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade

jurisdicional, constato a necessidade de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0101900-25.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz Gomes da Silva - REQUERIDO: YASUDA Maritima Seguros S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0101972-12.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: João Marcos Nascimento Gamileira - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a. - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0102189-55.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco de Assis Pinheiro de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0102255-35.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Jose Marcio Rolim Duarte - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0102275-26.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0102545-50.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Roberto de Jesus Lima - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que

essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0102691-91.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Reginaldo Santiago - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAYSA MORGANNA FERNADES BEZERRA (OAB 30895/CE) - Processo 0102708-30.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisca Eveni Queiroz Pereira - REQUERIDO: Cia Excelsior de Seguros - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0102741-20.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Pedro Manoel Vieira Nobre e outro - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a e outro - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 18 de janeiro de 2016.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0102794-98.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Edivan de Almeida - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 18 de janeiro de 2016.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0103191-60.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Santana de Sousa Neto - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 18 de janeiro de 2016.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103267-84.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Almirlon de Souza Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 18 de janeiro de 2016.

ADV: ALLAN CESAR BANDEIRA CHAVES (OAB 27169/CE) - Processo 0152573-56.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: João Bosco da Silva Soares - REQUERIDO: Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. e outro - Cls. Na busca de concretizar os princípios da celeridade e eficiência processual, norteadores da realização da atividade jurisdicional, constato a necessidade de chamar o feito à ordem, a fim de converter o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que embora a matéria tratada nos autos comporte a adoção do procedimento sumário, seja pelo valor da causa ou em razão da matéria (275 e seguintes do CPC), certo é que a adoção do aludido procedimento tem tido um resultado diverso do pretendido pelo autor; haja vista que a possível celeridade a ser conseguida com a designação de uma audiência de conciliação, instrução e julgamento é impedida pela recorrente indisposição das Seguradoras do Consórcio do seguro DPVAT para realizar acordo nesse ato. Ressalte-se que essa conversão não enseja nenhum prejuízo às partes, pois também possibilita o julgamento da lide de forma antecipada. Isto posto, converto o rito sumário para o ordinário, pelo que determino a observância das regras processuais atinentes ao novo rito, devendo a Secretaria proceder aos registros, inclusive no sistema. Defiro os benefícios da justiça gratuíta. Cite-se a parte demandada para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se as advertências dos arts. 285 e 319, ambos do CPC. Exp. Nec.

ADV: PATRICIA MESTIERI DE MACEDO (OAB 27661/CE), EDUARDO LINCOLN SILVA GUERRA (OAB 27221/CE), WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0175857-64.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Planos de Saúde - REQUERENTE: QUADRA IMOBILIARIA LTDA - REQUERIDO: BRADESCO SAÚDE S/A - R.H. Intime-se o apelante para, no prazo de 05 (cinco) dias, complementar o valor das custas de apelação, de acordo com a nova tabela do FERMOJU, sob pena deserção. Expedientes necessários.

ADV: GUIDO FONTGALLAND JUNIOR (OAB 14723/CE) - Processo 0199492-11.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Joao Carneiro Girao e outro - REQUERIDO: Edmilson Montezuma Albuquerque Braga e outro - Apensem-se aos autos da Reivindicatória de no. 0093881-45.2007.8.06.0001 que já deveria ter sido feito desde 2012. Cite-se o Promovido Edmilson Montezuma Albiquerque Braga na pessoa de seu advogado nos autos supramencionados para responder em 15 dias nos termos do Art.57 do CPC. Para que conste dos autos foi encontrado endereço do Oposto supra à Rua Manoel Carlos Rodrigues, 53 D Fundos - Lagoa Redonda - Cep 60.831-380. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DE LOURDES AGOSTINHO BERNARDO DE OLIVEIRA (OAB 10706-6/CE), ANDRE XIMENES PLUTARCO (OAB 24836/CE), FERNANDA ROCHELLE SILVEIRA SILVA DA COSTA (OAB 19220/CE) - Processo 0395943-77.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Cheque - REQUERENTE: Bacha & Cia Ltda - REQUERIDO: Severina Alves da Silva - Cls. Tratam os presentes autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA promovido por BACHA CIA LTDA contra SEVERINA ALVES DA SILVA. Por meio do despaho de pág. 81, este Juízo determinou que a parte credora indicasse outros bens ou solicitasse a insolvência do exequido, nada sendo apresentado ou requerido, conforme certidão de pág. 84. A existência de bens capazes de garantir a pretensão é pressuposto processual do andamento do cumprimento de sentença, de maneira que a ausência destes obsta o desenvolvimento válido e eficaz do processo. Uma vez inviabilizada pela inexistência de bens, não pode o processo prosseguir infinitamente. A presente decisão não faz coisa julgada material, podendo ser reaberta dentro do prazo prescricional, caso sejam localizados bens do devedor. Assim, impõe-se o arquivamento do processo, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que não se pode admitir o andamento do feito ad infinitum. Ante o exposto, determino o arquivamento do presente feito, em virtude da falta de pressuposto processual. Expedientes necessários.

ADV: RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA (OAB 10144/CE), FERNANDA DE MESQUITA TELES (OAB 11599/CE), BEATRIZ DE PAIVA PONTES (OAB 22846/CE), ADVOGADO SEM OAB JOAO GUALBERTO FEITOSA SOARES (OAB 11111/CO) - Processo 0414904-66.2010.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Programa Estadual de Protecao e Defesa do Consumidor- Decon - REQUERIDO: Fundacao Edson Queiroz - R.H. Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação de fls. 40/55 e seus documentos, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em deverá esclarecer se tem interesse na instrução probatória, especificando a necessidade das provas que pretende produzir. Exp. Nec.

ADV: FERNANDO MEDEIROS COSTA (OAB 23077/CE), CARLOS GOMES IBIAPINA (OAB 17435/CE) - Processo 0496987-08.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Idibra Participacoes Ltda - REQUERIDA: Amanda de Oliveira Silva - Cls. Cumpra-se a sentença transitada e julgada de pág. 88, expeça-se mandado de reintegração de posse em favor da parte autora. Indefiro o pedido de devolução dos valores pagos efetuado pela parte requerida às pág. 96/97 por ser estranho ao objeto desta lide. Expedientes necessários.

ADV: HELIO APOLIANO CARDOSO (OAB 3992/CE), LUIZ RONALDO PEREIRA RIBEIRO (OAB 6109/CE), MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE) - Processo 0529580-76.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERIDO: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda e outro - Cls. Levando em conta o pedido da Exequente de pág. 205, a planilha de cálculo apresentada à pág. 185 e a decisão da impugnação de sentença de pág. 198/200, defiro o pedido de bloqueio junto ao BACEN-JUD em contas da Executada BB-ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A (CNPJ nº. 31.591.399/0001-56), com os seguintes valores: Valores ExecutadosR$ 6.221,21 Honorários 10%R$ 622,12 Custas ProcessuaisR$ 328,45 Valor totalR$ 7.171,78 Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO FREIRE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2016

ADV: FRANCISCO JOSÉ RAMOS DE LIMA JUNIOR (OAB 28344/CE), ITALO GARCEZ MOREIRA DA ROCHA (OAB 32006/CE) - Processo 0102655-49.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Danielee Oliveira Almeida - REQUERIDO: Guarautos Veiculos e Pecas S/A e outro - R. h 1- Defiro o pedido de gratuidade judiciária, nos termos do art. 4º da Lei de 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária). 2- Por não vislumbrar perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para o autor com a citação da ré, e em atenção ao princípio do contraditório, até mesmo para uma compreensão mais segura da lide, reservo-me para apreciar o pleito antecipatório após a citação da parte adversa. 3- CITE-SE o promovido para apresentar resposta a presente demanda, no prazo legal (15 dias), advertindo-o quanto ao previsto no art. 285 do CPC. Determino que a parte ré, quando da apresentação da contestação, traga aos autos todo e qualquer registro contratual que possua, relativo ao objeto do presente litígio, com o fim de facilitar o trabalho judicante, conforme o art. 355 do CPC. Expedientes Necessários.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0103076-39.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisca Rosa de Morais - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários.

ADV: AVNER DE OLIVEIRA NERES (OAB 25366/CE) - Processo 0103436-71.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jonh Maykon Jesus de Azevedo - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e outro - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103479-08.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Elza Oliveira Prado Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103519-87.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Almino Silva Barbosa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - CLS. I- Recebo a inicial para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial. II - Defiro a gratuidade processual. III - Cite-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia. Expedientes necessários.

ADV: BERNARDO DALL MASS FERNANDES (OAB 18889/CE) - Processo 0219520-92.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: C Rolim Engenharia Ltda - REQUERIDO: Ivanaudo Dantas da Silva - Cls. Por não vislumbrar perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para o autor com a citação da ré, e em atenção ao princípio do contraditório, até mesmo para uma compreensão mais segura da lide, reservo-me para apreciar o pleito antecipatório após a citação da parte adversa. CITE-SE o promovido para apresentar resposta a presente demanda, no prazo legal de 15 (quinze) dias, advertindo-os quanto ao previsto no art. 285 do CPC. Expedientes Necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO FREIRE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2016

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0165089-79.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Helcio Lucas dos Santos - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A e outro - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Designe-se audiência de conciliação, uma vez que a espécie tem curso pelo rito sumário, consoante determina o art. 275, II, "e" do CPC. Citação da parte requerida com antecedência de dez dias da data da audiência, para comparecimento à audiência, em que poderá ser oferecida contestação, escrita ou oral, acompanhada de documentação e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico. Expedientes Necessários.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0165089-79.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Helcio Lucas dos Santos - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A e outro - Cls. Converto a ação para processamento pelo rito ordinário pela necessidade de produção de prova pericial, inclusive já realizada nos presentes autos à pág. 33/34. Cite-se e intime-se a PROMOVIDA para responder aos termos da inicial no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia, bem como para manifestar-se sobre a perícia de pág. 33/34. Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre o Laudo Pericial de fls. 33/34, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 433, parágrafo único, do CPC, nada sendo apresentado ou requerido, retornem-se os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: CID MARCONI GURGEL DE SOUZA (OAB 10007/CE), MARIO VIDAL DE VASCONCELOS NETO (OAB 7337/CE), BIANCA RAFAELE LIMA CAMINHA (OAB 21867/CE) - Processo 0433632-58.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Anulação - REQUERENTE: Comercial Rabelo Som e Imagem Ltda - REQUERIDO: Betel Telecom Comercio de Telefonia - Cls. Determino seja intimada pessoalmente a parte autora para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, impulsione devidamente o feito (CPC, art. 267, § 1º), bem como o advogado mediante publicação. Determino, ademais, seja o autor alertado de que o decurso do prazo deferido sem qualquer manifestação ensejará a extinção do feito sem resolução do mérito (CPC, art. 267, III). Decorrido o prazo ora concedido, com ou sem manifestação, volvam-me os autos conclusos para as providências cabíveis. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL ALMEIDA QUEZADO FERNANDES (OAB 20624/CE), CICERO CEZAR QUEZADO FERNANDES (OAB 9947/CE), RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0455606-20.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Posse - REQUERENTE: Adriano Gregorio da Silva - Cls. Defiro o pedido de gratuidade judiciária. CITE-SE o promovido para apresentar resposta a presente demanda, no prazo legal de 15 (quinze) dias, advertindo-os quanto ao previsto no art. 285 do CPC. Determino que a parte ré, junte cópia do contrato (art. 355 do CPC) na contestação, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite do valor da causa. Expedientes Necessários

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE COUTINHO TOMAZ FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO FREIRE VASCONCELOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2016

ADV: CICERO MARIO DUARTE PEREIRA (OAB 12564/CE) - Processo 0155029-47.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: FRANCISCO CÉSAR DA SILVA CAMPOS - REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - Tendo em vista o ingresso da apelação de páginas 44/55, torno sem efeito os despachos de páginas 58 e 64. Intime-se a parte apelada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões de apelação. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PEDRO FIRMEZA DA COSTA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: GUSTAVO DE ALENCAR E VICENTINO (OAB 20987/CE) - Processo 0422314-30.2000.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Joao Batista Romcy - REQUERIDO: Unimed de Fortaleza - Coopperativa de Trabalho Medico Ltda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se o promovente sobre o Alvará.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PEDRO FIRMEZA DA COSTA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2016

ADV: DANIEL HOLANDA LEITE (OAB 13714/CE) - Processo 0008380-21.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Victor Colaco Faco e Barros - REQUERIDO: Unimed - Fortaleza Cooperativa de Trabalho Medico Ltda - Rh., Intime-se o promovente, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se o procedimento já foi realizado e, caso negativo, requerer o que de direito, sob pena de remessa dos autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: MARCELO MONTEIRO DE MIRANDA SA (OAB 8640/CE), RUY MARQUES BARBOSA FILHO (OAB 22100/CE) - Processo 0037702-24.2013.8.06.0117 - Petição - Suspensão do Processo - EXCIPIENTE: Mcb Comercio de Frutas Naturais Ltda-me - Eguimaria Demelo Campos - R.h A presente Exceção de Incompetência foi processada e julgada no juízo da comarca de Maracanaú, sendo reconhecida a incompetência daquele juízo, remetido os autos para esta unidade. Assim, deve a secretaria tirar cópia da sentença que julgou a presente exceção, colocando cópia nos processos de n° 0042283-19.2012.8.06.0001, Ação de Cobrança e de n° 0151051-96.2012.8.06.0001, Ação de Consignação em Pagamento, que deverão serem apensados para evitar decisões conflitantes. Empós, arquive-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO WERNER FEITOSA (OAB 21574/CE) - Processo 0100374-23.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário -

Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sara Nunes de Melo - REQUERIDO: Daniel Alves Coelho - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos, declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da gratuidade. Expedientes necessários.

ADV: FELIPE LOURENÇO MELLO SILVA (OAB 24387/CE) - Processo 0100521-49.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luana Queiroz Mota Reis - REQUERIDO: Unimed de Fortaleza - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Rh. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos sua última declaração do Imposto de Renda, comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos dos arts. 284, § único e 267, inciso I, ambos do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: PAULO HENRIQUE MAMEDE ELLERY (OAB 14433/CE) - Processo 0101021-18.2016.8.06.0001 - Monitória - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltda - REQUERIDA: Francilene Nogueira Angelim - R.h. Gratuidade Deferida. Presentes os pressupostos processuais, assim como as condições gerais específicas da Ação Monitória. Os documentos apresentados pelo autor convenceram-me pelo menos provisoriamente da obrigação a cargo dos promovidos. Expeçam-se mandados de pagamento para que os promovidos paguem a importância reclamada, hipótese em que ficará isento de custas e honorários advocatícios, ou, então para oferecerem embargos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do mandado inicial ser convertido em mandado executivo, nos termos do art. 1.102-C do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO BRAULIO PONTES PIMENTEL (OAB 16882/CE) - Processo 0101090-50.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Diogo Ferreira Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - R.h Gratuidade Deferida. Cite-se. Expedientes necessários.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0102162-72.2016.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Carlos Augusto Melo Gomes - REQUERIDO: Herbert de Sousa Maia - Fortal Transportes e Locação - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial acostando aos autos, declaração atualizada de Imposto de Renda, comprovante da alegada insuficiência de recursos e atribuindo correto valor a causa, nos termos da lei 8245/91. Expedientes necessários.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0102392-17.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sergio Saraiva Almeida - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia técnica e que o IML, já está marcando as perícias para o ano de 2017. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (OAB 15166/CE) - Processo 0102572-33.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Sedenir Lopes de Oliveira - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - R. h Compulsando-se os autos, verifica-se que a parte autora não juntou à inicial cópia do contrato do financiamento objeto do presente feito, requerendo a inversão do ônus da prova com a finalidade de que fosse determinado à parte promovida juntá-la aos autos, fundamentando o pedido no Código de Defesa do Consumidor. Realmente o art. 6º, VIII, do CDC, dispõe que são direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as relações ordinárias de experiências. É sabido que os requisitos da petição inicial estão dispostos nos arts. 282 e 283, ambos do Código de Processo Civil. No primeiro, está assinado que a petição inicial indicará as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos (inciso VI) e no segundo está disposto que a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Por sua vez, o art. 333, do CPC, disciplina que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito (inciso I). Com relação à inversão do ônus da prova, Humberto Theodoro Júnior, em seu Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 53ª Edição, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2011, pág. 451, diz: O sistema do art. 6º, VIII, do CDC, só se compatibiliza com as garantias democráticas do processo se entendido como critério de apreciação das provas pelo menos indiciárias, disponíveis no processo. Não pode ser aplicado a partir do nada. É importante, outrossim, aplicar o ônus da prova no sentido teleológico da lei consumerista, que não teve o propósito de liberar o consumidor do encargo probatório prevista na lei processual, mas apenas o de suportar dificuldades técnicas na produção das provas necessárias à defesa de seus direitos em juízo. Todo consumidor é vulnerável em seu relacionamento com o fornecedor, segundo o direito material. Mas nem todo consumidor é hipossuficiente no sentido processual, ou seja, nem sempre estará desprovido de meios tecno-processuais para promover a prova do fato constitutivo do seu direito. Logo, se, no caso concreto, não ocorre a referida dificuldade técnica, não pode o juiz inverter o ônus da prova, apenas diante da vulnerabilidade genericamente reconhecida pelo CDC.(negritei) No caso dos autos, a teor dos imperativos legais citados e da lição doutrinária transcrita, entende o signatário que a parte promovente deve apresentar com a inicial as provas com que pretende provar em juízo a sua versão dos fatos alegados, sobretudo o documento indispensável à propositura da ação, que, no caso concreto, é a cópia do contrato hostilizado, já que faz a sua reclamação exatamente indicando irregularidades que diz presentes no aludido documento. Ora, como pretende a parte demandante impugnar, anular, desconstituir ou descaracterizar um contrato que desconhece. E mais, como pode a parte autora indicar irregularidades existentes no contrato e apresentar cálculos que diz serem nos parâmetros da legalidade, se não conhece o teor desse contrato? Acrescente-se, por oportuno, que a parte autora requer os benefícios da justiça gratuita sem acostar aos autos documentação que comprove a alegada insuficiência de recursos. Por tais razões, hei por bem indeferir o pedido de inversão do ônus da prova requerido pela parte promovente, determinando que a mesma seja intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, completar a inicial, acostando aos autos cópia do contrato do financiamento objeto do presente feito bem como declaração atualizada de Imposto de Renda comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: FABIO NOGUEIRA ROCHA (OAB 14833/CE) - Processo 0103237-49.2016.8.06.0001 (apensado ao processo 0899374-23.2014.8.06) - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Luiz Alberto Silva de Almeida - REQUERIDO: Banco Panamericano S.a - R. h. Compulsando-se os autos, verifica-se que a parte autora não juntou à inicial cópia do contrato do financiamento objeto do presente feito, requerendo a inversão do ônus da prova com a finalidade de que fosse determinado à parte promovida juntá-la aos autos, fundamentando o pedido no Código de Defesa do Consumidor. Realmente o art. 6º, VIII, do CDC, dispõe que são direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as relações ordinárias de experiências. É sabido que os requisitos da petição inicial estão dispostos nos arts. 282 e 283, ambos do Código de Processo Civil. No primeiro, está assinado que a petição inicial indicará as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos (inciso VI) e no segundo está disposto que a petição inicial será instruída com

os documentos indispensáveis à propositura da ação. Por sua vez, o art. 333, do CPC, disciplina que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito (inciso I). Com relação à inversão do ônus da prova, Humberto Theodoro Júnior, em seu Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 53ª Edição, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2011, pág. 451, diz: O sistema do art. 6º, VIII, do CDC, só se compatibiliza com as garantias democráticas do processo se entendido como critério de apreciação das provas pelo menos indiciárias, disponíveis no processo. Não pode ser aplicado a partir do nada. É importante, outrossim, aplicar o ônus da prova no sentido teleológico da lei consumerista, que não teve o propósito de liberar o consumidor do encargo probatório prevista na lei processual, mas apenas o de suportar dificuldades técnicas na produção das provas necessárias à defesa de seus direitos em juízo. Todo consumidor é vulnerável em seu relacionamento com o fornecedor, segundo o direito material. Mas nem todo consumidor é hipossuficiente no sentido processual, ou seja, nem sempre estará desprovido de meios tecno-processuais para promover a prova do fato constitutivo do seu direito. Logo, se, no caso concreto, não ocorre a referida dificuldade técnica, não pode o juiz inverter o ônus da prova, apenas diante da vulnerabilidade genericamente reconhecida pelo CDC.(negritei) No caso dos autos, a teor dos imperativos legais citados e da lição doutrinária transcrita, entende o signatário que a parte promovente deve apresentar com a inicial as provas com que pretende provar em juízo a sua versão dos fatos alegados, sobretudo o documento indispensável à propositura da ação, que, no caso concreto, é a cópia do contrato hostilizado, já que faz a sua reclamação exatamente indicando irregularidades que diz presentes no aludido documento. Ora, como pretende a parte demandante impugnar, anular, desconstituir ou descaracterizar um contrato que desconhece. E mais, como pode a parte autora indicar irregularidades existentes no contrato e apresentar cálculos que diz serem nos parâmetros da legalidade, se não conhece o teor desse contrato? Acrescente-se, por oportuno, que o autor requereu os benefícios da justiça gratuita sem contudo, acostar aos autos comprovante da alegada insuficiência de recursos. Por tais razões, hei por bem indeferir o pedido de inversão do ônus da prova requerido pela parte promovente, determinando que a mesma seja intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, completar a inicial, acostando aos autos cópia do contrato do financiamento objeto do presente feito, bem como declaração atualizada de Imposto de Renda, comprovando a alegada insuficiência de recurso, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: MAMEDE ADRIANO FILHO (OAB 27490/CE) - Processo 0103880-07.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Thiago Leandro Rebouças Rodrigues - REQUERIDO: Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. - Rh. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos cópia do Boletim de Ocorrência (B.O) legível, sob pena de indeferimento da exordial, nos termos dos arts. 283 e 284 do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0104036-92.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Damiao Marques Pereira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Rh. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos cópia do Boletim de Ocorrência (B.O) legível, sob pena de indeferimento da exordial, nos termos dos arts. 283 e 284 do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0104222-18.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Abdoral de Sousa Aguiar - REQUERIDO: Zurich Minas Brasil Seguros Sa - Duraseg Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos, declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da gratuidade. Expedientes necessários.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0104531-39.2016.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Manoel Gomes do Nascimento - REQUERIDO: Via Cast Soluções Em Telecomunicações Ltda Me - Gleydson Barbosa Carneiro - Yngrid Cristina Rebouças da Silva - Angela Maria Reis da Silva - Valfredo Angelo Junior - Rh. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, nos termos dos arts. 259, V, do Código de Processo Civil e da lei nº 8245/91 atribuindo correto valor à causa, bem como acostar aos autos declaração atualizada de Imposto de Renda, comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 284, § único e 267,I, todos do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CAMILA TABATINGA ARAUJO (OAB 23948/CE) - Processo 0104633-61.2016.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Janete Maria de Queiroz Bastos - REQUERIDO: Ary Araujo da Cunha - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos memorial descritivo do imóvel objeto da presente ação, bem como informar o estado civil dos confinantes a fim de que haja citação dos eventuais cônjuges. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS ANDERSON BEZERRA XIMENES (OAB 26624/CE) - Processo 0104922-91.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Natalino Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Rh. Intime-se o autor, por seu advogado, para no prazo de 5 dias, trazer aos autos cópia da última declaração do imposto de renda, sob pena de indeferimento à gratuidade requerida. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0105022-46.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Expedita Bento do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 (trinta) dias, acostar aos autos documento que comprove a negativa do réu em conceder o documento desejado pelo autor, imprescindivel para o ingresso da presente demanda, conforme preceito legal do art.257, do CPC, ou, pelo menos o requerimento protocolado perante o demandado solicitando a exibição do referido documento. Em igual prazo juntar a última declaração do Imposto de Renda, para deferimento ou não da gratuidade requerida. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA (OAB 28854/CE) - Processo 0105196-55.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Jose Anchieta de Souza Filho - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - R.h. Compulsando-se os autos, verifica-se que a parte autora não juntou à inicial cópia do contrato do financiamento objeto do presente feito, requerendo a inversão do ônus da prova com a finalidade de que fosse determinado à parte promovida juntá-la aos autos, fundamentando o pedido no Código de Defesa do Consumidor. Realmente o art. 6º, VIII, do CDC, dispõe que são direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as relações ordinárias de experiências. É sabido que os requisitos da petição inicial estão dispostos nos arts. 282 e 283, ambos do Código de Processo Civil. No primeiro, está assinado que a petição inicial indicará as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos (inciso VI) e no segundo está disposto que a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Por sua vez, o art. 333, do CPC, disciplina que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito (inciso I). Com relação à inversão do ônus da prova, Humberto Theodoro Júnior, em seu Curso de Direito Processual Civil, Vol. I, 53ª Edição, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2011, pág. 451, diz: O sistema do art. 6º, VIII, do CDC, só se compatibiliza com as garantias democráticas do processo se entendido como critério de apreciação das provas pelo menos indiciárias, disponíveis no processo. Não pode ser aplicado a partir do nada. É importante, outrossim,

aplicar o ônus da prova no sentido teleológico da lei consumerista, que não teve o propósito de liberar o consumidor do encargo probatório prevista na lei processual, mas apenas o de suportar dificuldades técnicas na produção das provas necessárias à defesa de seus direitos em juízo. Todo consumidor é vulnerável em seu relacionamento com o fornecedor, segundo o direito material. Mas nem todo consumidor é hipossuficiente no sentido processual, ou seja, nem sempre estará desprovido de meios tecno-processuais para promover a prova do fato constitutivo do seu direito. Logo, se, no caso concreto, não ocorre a referida dificuldade técnica, não pode o juiz inverter o ônus da prova, apenas diante da vulnerabilidade genericamente reconhecida pelo CDC.(negritei) No caso dos autos, a teor dos imperativos legais citados e da lição doutrinária transcrita, entende o signatário que a parte promovente deve apresentar com a inicial as provas com que pretende provar em juízo a sua versão dos fatos alegados, sobretudo o documento indispensável à propositura da ação, que, no caso concreto, é a cópia do contrato hostilizado, já que faz a sua reclamação exatamente indicando irregularidades que diz presentes no aludido documento. Ora, como pretende a parte demandante impugnar, anular, desconstituir ou descaracterizar um contrato que desconhece. E mais, como pode a parte autora indicar irregularidades existentes no contrato e apresentar cálculos que diz serem nos parâmetros da legalidade, se não conhece o teor desse contrato? Acrescente-se, por oportuno, que a parte autora requer os benefícios da justiça gratuita sem contudo, comprovar a alegada insuficiência de recursos. Por tais razões, hei por bem indeferir o pedido de inversão do ônus da prova requerido pela parte promovente, determinando que a mesma seja intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, completar a inicial, acostando aos autos cópia do contrato do financiamento objeto do presente feito bem como declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE), FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0130637-72.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Milton Rodrigues - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 142/144 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: RANIERE DE SOUSA BARROS (OAB 15565/CE), EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0139278-20.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: JOSSEANE MARINHO MOUTA - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - R.h Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, acostar aos autos minuta de acordo relatada às fls. 137, para homologação. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINA BARRETO ALVES COSTA FREITAS (OAB 21484/CE) - Processo 0150946-17.2015.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Tércia de Jesus Menezes - Francisco Sávio Costa Freitas - Rh., Diante da peça de fls. 61/62, a secretaria para cumprir com as determinações de fls. 57. Expedientes necessários.

ADV: ALINE SILVA LEMOS (OAB 20565/CE) - Processo 0152642-93.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Markan de Matos Dourado Neto - Rh., Defiro o pedido de bloqueio do bem, via sistema Renajud, conforme requerido à fl. 81. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE) - Processo 0163877-52.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Claudjany dos Santos Freitas Sales - REQUERIDO: Joao Luis Fontenele Sales - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas acostar aos autos declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da exordial. Expedientes necessários.

ADV: SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO (OAB 14439/CE), YARA OLIVEIRA PINHO CASTRO (OAB 24638/CE) - Processo 0167692-57.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Condominio Residencial Jardim Alvorada - REQUERIDO: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 176/177 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: RHOBERWAL CORREA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 18879/CE), IVAN ISAAC FERREIRA FILHO (OAB 26986/CE) - Processo 0172963-47.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelo de Almeida Guimaraes - Amanda Rodrigues Guimaraes - REQUERIDO: Inspiratto Residence Club Incorporações Spe Ltda - Magis Incorporações e Particpações Ltda - Rh., Designo o dia 08 de março de 2016, às 14:45 hrs, para Audiência de Conciliação. Intime-se as partes e os advogados. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0173889-28.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Welington de Lima Araujo - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 60/63 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE) - Processo 0179269-32.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio Gomes Vieira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Mapfre Seguradora S.a. - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 144/145 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0181510-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jorge de Oliveira Magalhães - R.h Defiro o pedido de fls. 36/37. À secretaria, proceda a intimação pessoal do promovente. Expedientes necessários.

ADV: KLAUS DE PINHO PESSOA BORGES (OAB 12861/CE) - Processo 0183790-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: MF Peixoto Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda - REQUERIDO: Hsbc Bank Brasil S/A Banco Multiplo - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a

inicial, acostando aos autos, declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da gratuidade. Expedientes necessários.

ADV: MAMEDE ADRIANO FILHO (OAB 27490/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0184217-17.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Carliuton Santiago dos Santos - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 141/142 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0184856-35.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cicero Bruno Rodrigues de Freitas - REQUERIDO: Maritima Seguros - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 77/78 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0185037-36.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edinei de Moura Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 93/94 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0187068-29.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisca Rafaela Costa - REQUERIDO: Bradesco Saúde Auto/re Companhia de Seguros - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 78/81 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0188021-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Genildo Pereira da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 105/106 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0188875-84.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Manuela de Oliveira Martins - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 93/96 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0189317-50.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Angela Cristina Tomaz Campos - Amanda Maria Tomaz Campos - REQUERIDO: Comprev Seguros e Previdencia S/a. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 212/214 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: IGOR MOREIRA BARROS (OAB 28157/CE) - Processo 0197027-24.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Cezar Carlos Maranhão - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento - Rh., Aguarde-se a decisão do agravo. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GILDAZIO DE OLIVEIRA LIMA GASPAR (OAB 27582/CE) - Processo 0199632-40.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Francisco Paixão de Almeida - REQUERIDO: Potylapia Aquicultura Ltda - Peixe Bom Aquiculura Ltda - Joao Danusio Mesquita Bessa - Paulo Victor Pontes Henriques - Rh. Gratuidade Deferida. Cite-se. Quanto ao pedido de antecipação da tutela, manifestar-me-ei oportunamente. Expedientes necessários.

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), FELIPE ROCHA CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 20943/CE) - Processo 0202830-56.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIO HERMANO BARBOSA - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S.A. - Vistos etc. homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora às fls. 109/110, declarando extinto o processo, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas na forma da lei. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. P.R.I.

ADV: WELTON COELHO CYSNE FILHO (OAB 13856/CE) - Processo 0206769-73.2015.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Sucumbência - REQUERENTE: Welton Coelho Cysne Filho - REQUERIDO: Carbomil Química S.a. - ADVOGADO: Welton Coelho Cysne Filho - Rh. Intime-se o requerido, para, no prazo de 15 (quinze dias), efetuar o pagamento da dívida, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: FABIO HENRIQUE FERREIRA (OAB 120631/MG) - Processo 0207107-47.2015.8.06.0001 - Monitória - Nota Promissória

- REQUERENTE: José Eronildo de Souza - REQUERIDO: Aleffs Walther Gomes da Silva - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos, declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da gratuidade. Expedientes necessários.

ADV: JOSE VALTER ALVES COSTA (OAB 24153/CE) - Processo 0210731-75.2013.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: DAMIANA PEREIRA DA SILVA NUNES - RICARDO NUNES DA SILVA - REQUERIDO: PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA - MARIA JOSIANE DE MENEZES - Rh., Designo o dia 08 de março de 2016, às 14:30 hrs, para Audiência de Conciliação. Intime-se as partes e os advogados. Expedientes necessários.

ADV: DALTON MARQUES SOARES (OAB 13961/CE) - Processo 0210932-96.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdemir Ferreira Neri - REQUERIDO: Impactus Comercial S/A (Telexfree Inc) - R.h Intime-se a parte autora para cumprir na íntegra o dispositivo legal do art. 257, do CPC, sob pena de cancelamento na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIO HENRIQUE PONTES PIMENTEL (OAB 18523/CE) - Processo 0211723-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - RMI - Renda Mensal Inicial - REQUERENTE: Rivelino Ribeiro Chaves - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - R.h Gratuidade Deferida. Cite-se. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0212427-78.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Carlos Giovane Barbosa Rebouças - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - Center Credit - ADVOGADO: Carlos Giovane Barbosa Rebouças - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos, declaração atualizada de imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da gratuidade. Expedientes necessários.

ADV: MARA THAYS MAIA FERREIRA (OAB 19462/CE) - Processo 0212693-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Orthomax Clinica Odontológica - REQUERIDO: Movéis Rebouças Ltda - Me - Rh. Intime-se a parte autora para cumprir na íntegra o art. 257, do CPC, sob pena de cancelamento na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: JOSE EDSON NOGUEIRA COSTA (OAB 6755/CE) - Processo 0213492-11.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Janneile Tavares Lima - REQUERIDA: ANDREIA PEREIRA CANDIDO - Rh. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, nos termos dos arts. 259, V, 282, inciso VI e 283, todos do Código de Processo Civil, atribuindo correto valor à causa, bem como acostar aos autos comprovante de pagamento de custas processuais, documento indispensável a propositura da ação, sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 284, § único e 267,I, todos do CPC. Expedientes necessários.

ADV: SAMUEL PORTELA RAMOS (OAB 17616/CE) - Processo 0213916-53.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Sun Land Locadora de Veiculos Ltda Epp - REQUERIDO: Jose Djalma Bezerra Dias Pecas e Servicos de Manutencao Em Veiculos - Me (Toyodiesel Caruaru) - R.h Indefiro o pedido de liminar em face de já ter sido concedida na medida cautelar. À Secretaria para apensar os feitos. Cite-se. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO COSTA NETO (OAB 5917/CE) - Processo 0216556-29.2015.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Marco Antonio Cunha Costa - Cynara Maria Victor Costa - R. h. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos memorial descritivo do referido imóvel, bem como as certidões dos seis Cartórios de Registro de Imóveis da comarca. Expedientes necessários.

ADV: JOSE MARIA COSTA (OAB 3120/CE) - Processo 0217492-54.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose Mauro de Oliveira - REQUERIDO: FINANCEIRA RENAULT - Companhia de Credito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil - R.h O autor ingressou com uma ação de revisão de contrato alegando excessiva onerosidade, sustentando que há cláusulas abusivas mas não especifica quais cláusulas conteriam as alegadas ilegalidades. Dispõe o art. 286 do CPC que o pedido deve ser certo e determinado, prevendo exceções que não se enquadram no caso em questão. Na hipótese da parte autora não dispor da documentação necessária, pode-se valer do pedido de exibição de documentos, disposto no art. 355 e ss. Do CPC, caso o instrumento esteja em poder do réu, desde que a parte autora comprove na inicial que tenha requerido administrativamente ao banco réu e que esse não atendeu. O entendimento sumulado pelo STJ é de vedação ao julgador de conhecer de ofício eventual abusividade, conforme prevê: Sumula 381 STJ: Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas. A autora requer também os benefícios da justiça gratuita sem contudo, comprovar nos autos que faz jus ao benefício. Conforme a lei, a petição inicial não possui os requisitos dos arts. 282 e 283 CPC, por isso, Determino a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos comprovante de insuficiência de recursos atualizada, bem como indicar as cláusulas do contrato as quais pretende revisar, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários.

ADV: JEREMIAS FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 18984PB) - Processo 0217847-64.2015.8.06.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Elfa Medicamentos Ltda - REQUERIDO: Dosaggio Comercio de Medicamentos Ltda - R.h. Presentes os pressupostos processuais, assim como as condições gerais específicas da Ação Monitória. Os documentos apresentados pelo autor convenceram-me pelo menos provisoriamente da obrigação a cargo dos promovidos. Expeçam-se mandados de pagamento para que os promovidos paguem a importância reclamada, hipótese em que ficará isento de custas e honorários advocatícios, ou, então para oferecerem embargos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do mandado inicial ser convertido em mandado executivo, nos termos do art. 1.102-C do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CECILIA RODRIGUES MOTA (OAB 13524/CE) - Processo 0218282-38.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Medida Cautelar - REQUERENTE: Absp - Associação Brasileira dos Servidores Públicos - DELEIDE BARROSO PIRES DE SENA - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg S.a. - R. h. A relevância do fundamento do pleito de exibição de documentos reside na viabilidade manifesta da argumentação posta na inicial, uma vez que o requerente não está na posse do referido documento, impossibilitando, assim, o exercício do seu direito. Isto posto, defiro liminarmente a medida pleiteada, determinando que o promovido exiba, no prazo de 05 (cinco) dias, nestes autos, a documentação referente aos contratos de empréstimo consignado, bem como dos documentos que a instruíram, sob pena de multa diária a ser arbitrado por este juízo, ou justifique o motivo da recusa, consoante ao disposto no art. 357 e ss. do CPC. Intime-se e cite-se.

ADV: RENATA DANTAS DE OLIVEIRA MERCADANTE (OAB 15484/CE) - Processo 0218672-76.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: ERG S/A ENGENHARIA INDUSTRIA, COMERCIO E AGRICULTURA - EXECUTADO: Josiel Wanderlei da Silva - Marcia Wanderlei da Silva - Rh. Intime-se o requerido, para, no prazo de 15 (quinze dias), efetuar o pagamento da dívida, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: PAULO HENRIQUE MAMEDE ELLERY (OAB 14433/CE) - Processo 0218728-41.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Massa Falida da Unanime - Coop. de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frot Ltda - EXECUTADO: Roberto Afonso Brito da Silva - Rh.,

Gratuidade Deferida. Cite-se para, no prazo de 3 dias efetuar o pagamento da dívida, expedindo 2 (duas) vias do mandado de execução, devendo a primeira via, após a citação, ser imediatamente devolvida à Secretaria e esta juntada aos autos. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Se por ventura o credor tiver indicado bens, a penhora deverá recair sobre os mesmos (art. 652, parágrafo 2º, CPC). A intimação do executado far-se-á na pessoa de seus advogados; não os tendo, serão intimados pessoalmente (art. 652, parágrafo 4º, CPC). Se não localizar o executado para intimá-lo da penhora, o oficial certificará detalhadamente as diligências realizadas, caso em que o juiz poderá dispensar a intimação ou determinar novas diligências (art. 652, parágrafo 5º, CPC). Fixo de logo os honorários em 10% (dez por cento) em observância ao (art. 20 parágrafo 4º, CPC) a sere pago pelo executado. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. Caso o devedor não seja encontrado, o oficial de justiça, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 653 CPC). Nos 10 (dez) dias seguintes a efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o devedor três vezes em três dias distintos, não os encontrando, certificará o ocorrido (art. 652, parágrafo único). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requer que seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. (art. 745-A). Expedientes Necessários.

ADV: IGOR MOREIRA BARROS (OAB 28157/CE) - Processo 0219151-98.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Osete Paixão dos Anjos Garrido - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos a cópia do contrato de financiamento celebrado entre as partes. Expedientes necessários.

ADV: ALINE SILVA LEMOS (OAB 20565/CE), VARTAN ALVES BOYADJIAN (OAB 7351/CE), NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP) - Processo 0219506-79.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A - REQUERIDO: SILVIO SALDANHA ARRUDA PINHEIRO - ME - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 66/69 e, em conseqüência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: SHEILA DANTAS BANDEIRA DE MELO (OAB 14439/CE), CARINNE FRANCISCA CAMPOS JUSTINO (OAB 22503/CE) - Processo 0484190-97.2011.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Ronaldo Gadelha Leitao - Tarciso Gadelha Leitao - Davi Gadelha Leitao - REQUERIDO: Locmil Locacao de Servicos Ltda Me - Jefferson Carvalho Milhome - Vistos etc. homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora às fls. 115, declarando extinto o processo, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas na forma da lei. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. P.R.I.

ADV: FRANCISCO MARTINS FILHO (OAB 4057/CE) - Processo 0484740-29.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Assistência Judiciária Gratuita - AUTOR: Associacao de Sao Vicente de Paulo de Fortaleza - RÉU: Hospital Pronto Socorro dos Acidentados - R.h Em atendimento ao Acórdão de fls. 282/292, baixo os autos em diligência,para nomear perito oficial o Sr. Fernando Antônio Barreto Machado, CRECI 3.945, com endereço na Rua Alfeu Aboim, 511, Apto 702 - Papicu, telefones 3262-4337 e 9.9988-8580, o qual deverá ser intimado para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar proposta de honorários, devendo o onus recair sobre a parte autora. Exaurida essa fase com o depósito dos honorários do perito, deve o mesmo apresentar laudo no prazo de 20 (vinte) dias. Conforme reza art. 421, §1º do CPC: Art. 421. O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo. (Redação dada pela Lei nº 8.455, de 24.8.1992) § 1o Incumbe às partes, dentro em 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - indicar o assistente técnico; II - apresentar quesitos. Expedientes Necessários.

ADV: GIL VICENTE DE ARAUJO GOMES (OAB 348/PE) - Processo 0517080-89.2011.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Sustação de Protesto - REQUERENTE: F2 Locadora de Veiculos Ltda - REQUERIDO: Gladson Marques Pontes - LITISC. PASSIVO: Ajust Comercio Representações e Serviços Ltda - Rh., Compulsando os autos, verifica-se que o teor do edital de fl. 124 está incorreto. Assim, à secretaria para expedir um novo edital de citação, observsndo na íntregra a legislação vigente e com as correções devida. Expedientes necessários.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), JOSE ALVES CUNHA NETO (OAB 22446/CE), JOSE WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0898590-46.2014.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Maria Juciane de Almeida e Silva - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 113/114 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), THIAGO AMORIM MARQUES (OAB 168528/RJ) - Processo 0908293-98.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Bruno Braga dos Santos - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 269/270 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0908492-23.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Angelo Batista da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, tomar ciência da documentação de fls. 107. Expedientes necessários.

ADV: NATALI MASSILON PONTES (OAB 12769/CE) - Processo 0914333-96.2014.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Antonia Lopes de Aguiar - REQUERIDO: Ademar Fernandes Farias - Hermenecisia Aguiar Costa - Francisco Gladistone Aguiar Costa - Eudine de Almeida Costa - Rh., Compulsando os autos, verifica-se que o confinante Luiz Auricélio Alves de Sousa não fora citado. Assim, renove-se o mandado de citação, com os permissivos do art. 172, §§ 2º e 3º do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RUTSON CASTRO AGUIAR REBOUÇAS (OAB 21089/CE), ATILA GOMES FERREIRA (OAB 20506/CE), WYLLERSON MATIAS ALVES DE LIMA (OAB 13975/CE), ISMENIA MARIA SOUSA CAMPELO (OAB 13894/CE) - Processo 0916516-40.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Islamar Turismo Ltda - REQUERIDO: Wyllerson Matias Alves de Lima - Isabel de Fátima Santos Marques - ADVOGADO: Wyllerson Matias Alves de Lima - Rh., Designo o dia 08 de março de 2016, às 13:45 hrs, para Audiência de Conciliação. Intime-se as partes e os advogados. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PEDRO FIRMEZA DA COSTA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2016

ADV: CECILIA RODRIGUES MOTA (OAB 13524/CE) - Processo 0102706-60.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Medida Cautelar - REQUERENTE: Probasp - Programa Brasileiro de Assistência Aos Servidores Públicos - Isaias Ferreira da Costa - REQUERIDO: Banco Santander (Brasil) S.a. - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa no fornecimento do contrato por parte do requerido e, ou, o requerimento da exibição do contrato que deseja revisar sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, 257 e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0103855-91.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Aparecida da Silva Pereira - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em disponibilizar cópia do contrato e, ou, o requerimento da exibição do contrato que deseja revisar sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, 257 e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0103879-22.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Geraldo Pimentel do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em disponibilizar cópia do contrato e, ou, o requerimento da exibição do contrato que deseja revisar. E juntar aos autos cópia da última declaração do imposto de renda, sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, 257 e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103934-70.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cleciano Falcão de Almeida - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104144-24.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ambrosio Moura de Maria - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo legal, acostar aos autos negativa da exibição do documento por parte da requerida, nos termos do art. 282, 283 e 257 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104214-41.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em disponibilizar cópia do contrato e, ou, o requerimento da exibição do contrato que deseja revisar. E juntar cópia da última declaração do imposto de renda, sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, 257 e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0104288-95.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Leone Pereira do Nascimento - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104387-65.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Margarida Lucimar de Sales Farias - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em não fornecer cópia do contrato e, ou, pelo menos o requerimento de solicitação protocolado na instituição bancária sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104399-79.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Creusa Araujo Alves - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em disponibilizar cópia do contrato e, ou, o requerimento da exibição do contrato que deseja revisar. E juntar aos autos a última declaração do imposto de renda, sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, 257 e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO RODRIGUES FELISMINO FILHO (OAB 29816/CE), ICARO ERNEMILIO RODRIGUES COELHO (OAB 26015/CE) - Processo 0104433-54.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Manoel Ferreira da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104526-17.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manoel Paulo Bezerra - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em não fornecer cópia do contrato e, ou, pelo menos o requerimento de solicitação protocolado na instituição bancária sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0104683-87.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Erisnando Mesquita Lima - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S.a. - R.h., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes

necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104692-49.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Justino Pereira - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em não fornecer cópia do contrato e, ou, pelo menos o requerimento de solicitação protocolado na instituição bancária sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104756-59.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Flavia do Nascimento Gomes - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 30 dias, acostar aos autos a negativa por parte da requerida em não fornecer cópia do contrato e, ou, pelo menos o requerimento de solicitação protocolado na instituição bancária sob pena de indeferimento da inicial nos termos dos arts. 282, 283, e 284, § único do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0104860-51.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Francisca Mesquita da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104981-79.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcos Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bmg - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos declaração atualizada de Imposto de Renda, comprovando a alegada insuficiência de recursos, bem como a negativa do requerido em sede administrativa. Expedientes necessários.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE) - Processo 0105444-21.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Valdir da Paz Nunes - REQUERIDO: K F Comercio e Corretagem de Veiculos Ltda - R.h Intime-se a parte autora para no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos cópia atualizada da declaração do Imposto de Renda, documento indispensável para deferir ou não a gratuidade requerida Expedientes necessários.

ADV: MONICA DE ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (OAB 14786/CE) - Processo 0105597-54.2016.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Marta Maria Ferreira Pacheco - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Prime Promotora - R.h Intime-se a parte autora para no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos cópia atualizada da declaração do Imposto de Renda, documento indispensável para deferir ou não a gratuidade requerida. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (OAB 15166/CE) - Processo 0105854-79.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Paulo Roberto Pereira da Silva - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - R.h Intime-se a parte autora para no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos cópia atualizada da declaração do Imposto de Renda, documento indispensável para deferir ou não a gratuidade requerida. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106427-20.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jackson Mateus Queiroz da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - R.h. Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 30766AC/E) - Processo 0106460-10.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimentos S/A - REQUERIDO: Israel Gomes de Aguiar - R.h. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, atribuindo correto valor à causa, nos termos do art. 259, V, do Código de Processo Civil, bem como recolher eventuais custas, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do §º único do art. 284 do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106781-45.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Eumenes Paz de Almeida - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - R.h. Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE), JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE) - Processo 0106842-03.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ariane Farias da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - R.h. Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0106942-55.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Ridelvan Alves da Costa - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - R.h. Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ IATAGAN CAVALCANTE ROCHA (OAB 25680/CE) - Processo 0121166-32.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Fabiana de Oliveira Costa - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Diante do exposto, julgo, por sentença, IMPROCEDENTE o pedido autoral, com resolução de mérito, nos termos do art. 285-A, caput, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários por ser o autor beneficiário da justiça gratuita. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na Distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. P.R.I.

ADV: PAULO SERGIO RIPARDO (OAB 16291/CE) - Processo 0136372-57.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0138329-93.2013.8.06) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: LUIZA SOLANGE CAMELO DA SILVA - REQUERIDO: JOÃO PEREIRA DOS SANTOS - Rh., Designo o dia 29 de março de 2016, às 13:30 hrs, para Audiência de Instrução precedida de conciliação. Intime-se as partes e os advogados, bem como as testemunhas arroladas tempestivamente de ambas as partes. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO COSTA NETO (OAB 5917/CE) - Processo 0137118-22.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0143395-54.2013.8.06) - Procedimento Ordinário - Locação de Imóvel - REQUERENTE: CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA PRISMA LTDA

- REQUERIDA: ELIZABETE CAVALCANTE LIMA - VALTER ALVES FERNANDES - Rh., Compulsando os autos, verifica-se que a requerida Elizabete Cavalcante Lima ainda não fora citada. Assim, a secretaria para proceder com a sua citação. Expedientes necessários.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0138765-81.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Rita Gomes do Nascimento - EXECUTADA: Maria Eliane Viana Silva - Jose Ribamar Barros Silva - R.h Defiro o pedido de fls. 31. À secretaria, expedir carta precatória para o endereço indicado. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (OAB 15166/CE) - Processo 0143338-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose Cleirton Silva Rodrigues - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Diante do exposto, julgo, por sentença, IMPROCEDENTE o pedido autoral, com resolução de mérito, nos termos do art. 285-A, caput, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários por ser o autor beneficiário da justiça gratuita. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na Distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0152721-67.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ithamara Braz de Oliveira - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, À parte autora, manifestar-se sobre a contestação apresentada, no prazo legal.

ADV: ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA NETO (OAB 30204/CE) - Processo 0158829-15.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wildener Santos Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Rh., Compulsando os autos, verifica-se que na carta de citação de fls. 29, não consta o endereço correto da seguradora, assim, renove-se a carta de citação, observando corretamente o endereço declinado. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), GUSTAVO RODRIGO MACIEL CONCEIÇAO (OAB 24263/CE) - Processo 0161711-47.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Danilo Rafael da Hora - REQUERIDO: Bradesco Saúde Auto/re Companhia de Seguros - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 133/134 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: RAISA MENDES ARAUJO COSTA (OAB 31050/CE), HERMANO DAVID DIAS FEIJAO (OAB 29920/CE), ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747AC/E) - Processo 0169073-03.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Italo Roger Mota Souza - Em face do exposto, julgo, por sentença para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, procedente o pedido, para DECLARAR rescindido o contrato, cuja cópia repousa às fls. 27/30, e mantenho a liminar antes deferida, consolidando nas mãos do autor a propriedade e a posse definitiva do veículo descrito na inicial, objeto do contrato em questão, ficando consolidada sua propriedade e sua posse plena e exclusiva no patrimônio da empresa arrendadora. Arcará o sucumbente com as custas processuais e honorários advocatícios de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta) reais. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. P.R.I.

ADV: IGOR MOREIRA BARROS (OAB 28157/CE) - Processo 0171275-50.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Raimundo Nonato do Nascimento - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - R.h Face a hipossuficiência da parte autora inverto o ônus da prova e o faço com fundamento no art. 6º, VIII do CDC. Assim, determino a citação e intimação do demandado, para no prazo da contestação trazer aos autos cópia do contrato, documento imprescindível para o deslinde da questão. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0185232-21.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cicero Jonas de Souza Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 101/102 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0187102-04.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio William Almeida - REQUERIDO: Mbm Seguradora S.a. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 146/147 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0194749-50.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raimundo Jose Silva dos Santos - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros Autore Cia de Seguros - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 171/172 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0198253-35.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: MARIA ROCILDA DA SILVA MOURA - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - À réplica, no prazo legal. Expedientes Necessários.

ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0202292-07.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Rildo Teofilo da Silva - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/A - À réplica, no prazo legal. Expedientes Necessários.

ADV: CARLOS SAMUEL DE GOIS ARAUJO (OAB 29852/CE) - Processo 0208513-06.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Milcores Bureau de Serviços Ltda - Adauto Sousa Camargo - Leonardo Lopes Camargo - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a. - R.h Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, acostando aos autos, declaração atualizada de Imposto de Renda - IR, documento comprovando a alegada insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento da gratuidade. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS SAMUEL DE GOIS ARAUJO (OAB 29852/CE) - Processo 0208515-73.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Brasil Porduções Locações e Comercio - Geazir de Freitas Barreto - Senir Rodrigues Barreto - Jurandir Xavier Barreto - Marta Maria de Freitas Barreto - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Rh. Intime-se a parte autora, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, nos termos do arts. 282, inciso VI e 283, do Código de Processo Civil, acostando aos autos cópia do contrato social da empresa autora, declaração atualizada de Imposto de Renda - IR bem como procuração outorgando poderes ao advogado subscritor da exordial, documentos indispensáveis a propositura da ação e atribuindo correto valor à causa, conforme art. 259, CPC e sob pena de indeferimento da inicial, nos termos dos arts. 284, § único e 267, inciso I do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CECILIA RODRIGUES MOTA (OAB 13524/CE), GUSTAVO DAL BOSCO (OAB 29982/CE) - Processo 0215494-51.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Medida Cautelar - REQUERENTE: Absp - Associação Brasileira dos Servidores Públicos - Francisco de Assis da Silva - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes às fls. 36/37 e, em consequência, declaro a extinção do feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas e honorários consoante acordado. Em face da renúncia do prazo recursal expressada pelas partes, certifique a Secretaria, para proceder à baixa na distribuição e ao arquivamento dos auto, observadas as disposições legais. Baixa de estilo, arquive-se. P.R.I.

ADV: CELSO MARCON (OAB 19431/CE) - Processo 0454358-19.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Nulidade - REQUERENTE: Evandro Rodrigues Lira - REQUERIDO: Bradesco S/A - R. H. Intime-se o demandado, por seu advogado e pessoalmente, para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar cópia legível do instrumento contratual objeto desta ação, documento imprescindível ao deslinde da questão, sob pena de não o fazendo, possa vir a sofrer sanção com aplicação de multa imposta por este juízo. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE), GILVAN EVANGELISTA DOS SANTOS (OAB 3297/CE), MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0477747-33.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Joao Batista Aguiar - REQUERIDO: Banco Bv Financeira S.a. - Diante do exposto, julgo, por sentença, IMPROCEDENTE o pedido autoral, com resolução de mérito, nos termos do art. 285-A, caput, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários por ser o autor beneficiário da justiça gratuita. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na Distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. Torno sem efeito o despacho de fl. 104. P.R.I.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE) - Processo 0778392-77.2014.8.06.0001 (processo principal 0869983-23.2014.8.06) - Exibição de Documento ou Coisa - Financiamento de Produto - REQUERENTE: BV FINANCEIRA - REQUERIDO: Wisdilene Pereira Furtado - Diante do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento de mérito, com fulcro no dispositivo legal acima invocado. Procedidos aos expedientes que se fizerem necessários, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: ROSA DOMICÍLIA MOREIRA ARAGÃO LIMA (OAB 23731-A/CE), JOSIENE NOGUEIRA GAMA (OAB 17446/CE) - Processo 0903810-93.2012.8.06.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S.a. - REQUERIDO: Isac Xavier Ramos Junior - R.h Intime-se a parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias, falar sobre a certidão de fls. 53, sob pena de extinção. Expedientes Necessários.

ADV: ROMARIO NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 27091/CE) - Processo 0903918-54.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ednir Braga Mota - REQUERIDO: Banco Itaucard - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se. Expedientes necessários.

ADV: CYNARA GOMES CATUNDA (OAB 11234/CE), DANIEL ALCÂNTARA NASTRI CERVEIRA (OAB 200121/SP) - Processo 0905525-05.2014.8.06.0001 - Revisional de Aluguel - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Alida Maria Magalhaes Adeodato - José Thomaz Ferreira Magalhães - Maria da Conceição Ferreira Magalhães - João José Pompeu Magalhaes - José Cesário Pompeu Magalhães - Maia Empreendimentos Imobiliários - REQUERIDO: Magazine Luiza S.a. Sucessora da F S Vasconcelos e Cia Ltda - Ante o exposto, julgo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, com resolução de mérito, nos termos do inciso I do artigo 269 do CPC, e declaro a renovação do contrato de locação firmado entre as partes, nas mesmas bases em que fora ajustado anteriormente, com vigência pelo período de 60 (sessenta) meses, a contar do seu vencimento. Fixo o valor do aluguel mínimo mensal do imóvel locado em R$ 38.595,75 (trinta oito mil quinhentos noventa cinco reais e setenta cinco centavos). Quanto ao pagamento das diferenças dos alugueis, prevê a norma do art. 69 da Lei 8.245/91, que os aluguéis fixados retroagem à citação e que as diferenças serão exigíveis após o trânsito em julgado. Nesse contexto, a obrigação ao pagamento das diferenças locatícias decorre da lei e deve ser apurado em liquidação de sentença, após o transito em julgado. Referente aos juros de mora, conforme o art. 219 do CPC, a citação constitui o devedor em mora, razão pela qual deve ser o termo inicial dos juros de mora, no percentual de 1% ao mês. Com referencia aos honorários periciais, deve a parte promovida reembolsar os autores do quanto desprenderam para pagamento dos honorários do perito oficial. Por fim, os honorários advocatícios. Em decorrência da sucumbência, a promovida MAGAZINE LUIZA S.A deve ressarcir os autores dos honorários advocatícios, conforme o art. 20, caput, do CPC, §3º, do CPC. Considerando a complexidade da causa, o lugar da prestação do serviço, o tempo e o esforço despendidos pelos advogados constituídos pela parte autora, é razoável a fixação dos honorários advocatícios em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). P. R. I

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PEDRO FIRMEZA DA COSTA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2016

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0104900-33.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco José Bezerra Bandeira - REQUERIDO: Yasuda Marítima Seguros e Saúde - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105506-61.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marcelo Silveira Alves - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica.

Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105738-73.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Lucas de Meneses Queiroz Melo - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105807-08.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Natanel Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105837-43.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Assis Silva Firmino - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0105881-62.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alex Oliveira da Costa - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0105913-67.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Carlos Mateus Oliveira Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0105970-85.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Cerino de Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0106017-59.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Joao Paulo Borges de Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106115-44.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luan Carlos Chaves de Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0106228-95.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Camila de Oliveira Moreira - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a - Rh., Gratuidade deferida. Cite-se e intime-se, para no prazo da contestação, apresentar nos autos o processo administrativo, sob pena de ser aplicada multa diária, a ser arbitrada por este juízo, em caso de descumprimento. Contestada e replicada, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania, tendo em vista há necessidade de perícia médica. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0131774-89.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Antonio Carlos Alves Melo - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Ante o exposto, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o pedido, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I do CPC, REJEITANDO O PEDIDO DO(A) AUTOR(A). Com fundamento no artigo 20, §4º do CPC, condeno o(a) autor(a) ao pagamento de honorários que fixo em R$ 700,00 (setecentos) reais, tendo em vista que não houve condenação. Condeno o(a) autor(a), ainda, ao pagamento das custas, ficando a obrigação suspensa, por 05(cinco) anos, enquanto não puder pagá-las em prejuízo do seu sustento, findo o qual ocorrerá a prescrição (artigo 12 da Lei nº 1.060/50). P. R. I. Após o trânsito em julgado, ao arquivo com as cautelas legais.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0150849-17.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Eduardo Teles Bezerra - EXECUTADO: Regineire Pereira Alves - R.h Defiro o pedido de fls. 24. À secretaria, para proceder a citação da executada no endereço descrito às fls. 24. Expedientes necessários.

ADV: MICHELE ALENCAR PONTE (OAB 13486/CE) - Processo 0163023-58.2015.8.06.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Carleandra Andrade Teixeira - REQUERIDA: Maria Roméria de Sousa Marques - Vistos etc. homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora às fls. 22, declarando extinto o processo, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas por ser o autor beneficiário da justiça gratuita. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. P.R.I.

ADV: MARCELO LESSA PINTO PITTA (OAB 24425/BA) - Processo 0163422-87.2015.8.06.0001 - Monitória - Inadimplemento - REQUERENTE: Lm Transportes Interestaduais Serviços e Comercio Ltda - REQUERIDO: Transnordestina Logística S/A - Rh.

Intime-se a parte autora, para, no prazo legal, se manifestar acerca dos embargos monitórios de fls. 61/71.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0182233-95.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Antonio Lopes Vieira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: À parte autora, manifestar-se sobre a contestação apresentada, no prazo legal.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE) - Processo 0869983-23.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: WISDILENE PEREIRA FURTADO - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - R. h. Diante da hipossuficiência da parte autora, inverto o ônus da prova nos termos do art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Cite-se e intime-se para no prazo da contestação acostar aos autos cópia do contrato de financiamento. Expedientes Necessários.

EXPEDIENTES DA 14ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCIA OLIVEIRA FERNANDES MENESCAL DE LIMA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAQUEL RIBEIRO DE ARAUJO SOUSA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: JOSE BONIFACIO DE MACEDO FILHO (OAB 16349/CE), GERALDO DE HOLANDA GONÇALVES FILHO (OAB 17824/CE), MARCUS VINICIUS CAVALCANTI SOARES JUNIOR (OAB 17073/CE), BRUNA RACHEL NOGUEIRA DE SOUSA (OAB 12703/PB) - Processo 0006123-91.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joao Jose Antunes Brasil - REQUERIDO: Atacadao dos Eletros do Nordeste Ltda - Uma vez tendo sido a parte autora a única a requerer a produção de provas, mais precisamente a tomada de depoimento pessoal das partes, bem como prova testemunhal, a meu ver desnecessária, à vista das provas apresentadas, e vislumbrando a possibilidade de julgamento do feito no estado em que se encontra, entendo por bem em anunciá-lo. Intimem-se.

ADV: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 14152/CE), ELIZÂNGELA DOS SANTOS SILVA (OAB 18100/CE) - Processo 0012816-23.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Evajanice Ferreira Girao - Intime-se a parte autora a suprir omissão referente a seu patrono, juntando substabelecimento devido. Expedientes necessários.

ADV: SILVIO CESAR FARIAS (OAB 6207/CE), LIVIA FRANÇA FARIAS (OAB 20084/CE), MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE), MARINA DO NASCIMENTO SIQUEIRA VIEIRA (OAB 23169/CE) - Processo 0030534-67.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Nulidade - REQUERENTE: Paulo Nogueira Granja - REQUERIDO: Banco Itauleasing S/A - Anuncio o julgamento antecipado da lide.

ADV: DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), CLAYTON MOLLER (OAB 21483/RS) - Processo 0050323-91.2005.8.06.0001 (apensado ao processo 0502638-07.2000.8.06) - Embargos a execução - REQUERENTE: Curadoria Especial - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Acerca dos Embargos à Execução interpostos, manifeste-se, o Banco Embargado. Intime(m)-se.

ADV: FRANCISCO JOÃO PAULO DE FREITAS MAGALHÃES (OAB 28423/CE), AUGUSTO CESAR DE SOUSA LIMA (OAB 4236/CE), MANOEL LUIZ ALVES (OAB 10917/CE), AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189/CE), FRANCISCA THAIS DO NASCIMENTO ARAUJO (OAB 30063/CE) - Processo 0055728-74.2006.8.06.0001 - Consignação em pagto. - CONSGTE: Terezinha da Silva Lima - CONSIGNADO: Consorcio Nacional Embracon Ltda - Considerando que as partes transigiram na ação de busca e apreensão em apenso (processo nº. 65811-52.2006.8.06.0001/0), apresentando acordo e pondo fim àquele feito, mediante sua homologação, e tratando-se o presente feito de consignação relativa ao mesmo contrato, e levando-se em conta, também, o pedido de fls. 115/116, digam as partes se ainda possuem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entenderem devido.

ADV: JOSIENE NOGUEIRA GAMA (OAB 17446/CE), CELSO MARCON (OAB 19431/CE) - Processo 0136299-27.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Banco Safra S.a - Isto posto, declaro extinto o presente feito, com base no Art. 267, VIII, do CPC, por sentença, sem resolução de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: JULIO NOGUEIRA MILITAO NETO (OAB 3144/CE), PEDRO FELIPE ROLIM MILITÃO (OAB 25091/CE), JULIANA MARIA MAVIGNIER MILITAO BRAGA (OAB 17770/CE) - Processo 0385941-48.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Barroso de Sousa - REQUERIDO: Casa Pio e outros - Isto posto, em face das considerações retro expendidas, homologo o acordo realizado em audiência de Termo em fls. 176/177, com esteio no art. 269, III, do CPC, somente em relação à requerida CASA PIO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Ressalte-se a continuação do feito em relação aos demais demandados não participantes do acordo celebrado, não sendo extinta, pois, essa demanda. Espeça-se Alvará em nome da Promovente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE SOUZA (OAB 7611/CE), REGINALDO CASTELO BRANCO ANDRADE (OAB 9975/CE), MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB 23601/CE) - Processo 0468344-74.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jose Maria Gadelha Caetano Junior - REQUERIDO: Toyota Leasing do Brasil S/A Arrendamento Mercantil - Isto posto, em face das considerações retro expendidas, declaro extinto o presente feito, por sentença, com resolução de mérito, ante o acordo anunciado nos autos, com esteio no art. 269, III, do CPC, homologando-o para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: ALOISIO CAVALCANTI JUNIOR (OAB 12426/CE), FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO TAVARES (OAB 20521/CE), FERNANDO SCIASCIA CRUZ (OAB 8320/CE), ERICK ARRUDA MACHADO (OAB 16890/CE), BRUNO NOVAES B. CAVALCANTI (OAB 19353/PE) - Processo 0478011-50.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Vera Lucia Pereira Cavalcante - REQUERIDO: Mucuripe Veiculos Comercio e Servico Ltda - Silcar - General Motors do Brasil Ltda - Isto posto, em face das considerações retro expendidas, homologo, por sentença, com resolução de mérito, o acordo anunciado às fls. 132/134, com esteio no art. 269, III, do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Em caso de descumprimento do presente acordo, poderá a parte interessada executá-la, se desejar. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE SOUZA (OAB 7611/CE), MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB 23601/CE) - Processo 0501639-68.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0468344-74.2010.8.06) - Reintegração / Manutenção de Posse - Liminar - REQUERENTE: Toyota Leasing do Brasil S/A - Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Jose Maria Gadelha

Caetano Junior - Isto posto, em face das considerações retro expendidas, declaro extinto o presente feito, por sentença, com resolução de mérito, ante o acordo anunciado nos autos, com esteio no art. 269, III, do CPC, homologando-o para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), CAMILLE CALHEIROS DA SILVA (OAB 26088/CE), CLAYTON MOLLER (OAB 21483/RS) - Processo 0502638-07.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - EXEQUIDO: Antonio Vieira Gomes Sobrinho - Sobre petição de fls 61/68, diga o Banco Exequente. Intime(m)-se.

ADV: EDSON JOSE PINHEIRO (OAB 10350/CE) - Processo 0505505-84.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Djane da Costa - Intime-se a parte autora a fim de que comprove os rendimentos que obtia com o carro, como taxista, para fins de comprovação dos lucros cessantes.

ADV: JOÃO ANDRÉ SALES RODRIGUES (OAB 19186/PE), GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS (OAB 56630/RS), SAMILA GONÇALVES LOIOLA (OAB 26254/CE), JOSE DE ALMEIDA MELO JUNIOR (OAB 7518/CE), FERNANDO DE SOUSA CAVALCANTI JUNIOR (OAB 9922/CE), VALMIR PONTES FILHO (OAB 2310/CE) - Processo 0582943-75.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ - EXEQUIDO: Jose de Almeida de Melo Junior - Vera Lucia Castro Melo - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, ajuizou a presente Ação de Execução por Quantia Certa, em desfavor de José de Almeida de Melo Júnior, e sua esposa, Vera Lúcia Castro Melo: Em síntese, alega-se, em suma que: a) Sendo constituída na forma de sociedade civil sem lucrativos e autorizada pelo Banco Central do Brasil, por resoluções, é apta a operar carteira de financiamentos, inclusive imobiliários , a seus membros. Portanto, a exequente é credora dos executados justamente em decorrência de operações de tal cunho, imobiliário,dispondo de título executivo liquido, certo, e exigível. b) Em 05/01/1994, a executada comprometeu-se com a parte exequente na quantia de CR$ 20.921.061,00 (vinte milhões, novecentos e vinte e um mil e sessenta e um cruzeiros reais), onde por meio de escritura pública de compra e venda adjeto de hipoteca, constituíram-se devedores. Em garantia de divida confessa, a executada concedeu o imóvel em questão, com matrícula inscrita no Cartório João, no livro B-82, registrada no Cartório da 1ª zona de Fortaleza- CE , sob o nº 26.908. c) Os devedores permanecem em mora desde julho de 1995 e como é de ciência, conforme estabelecido em cláusulas contratuais, a falta de pagamento de 3 (três)_ prestações de amortização, consecutivas, constitui-se motivo bastante para o imediato vencimento da totalidade da dívida confessa. Havendo determinação clara e exposta no contrato firmado, que independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, vence a totalidade da dívida com todas as penalidades previstas no contrato, caso o devedor deixe de pagar três prestações consecutivas. e) Como os devedores permanecem em mora, venceu-se a totalidade da dívida, perfazendo o montante de R$ 195.172,43 (cento e noventa e cinco mil cento e setenta e dois reais e quarenta e três centavos) f) Como bem a ser penhorado, a exequente requereu o imóvel de propriedade dos executados, oferecido em hipoteca e exposto em exordial, dentre outro, assim seja suficiente à satisfação da dívida. Sendo o réu regularmente citado, protelou exceção de pré- executividade , alegando que : 1) O excipiente JOSÉ DE ALMEIDA MELO JÚNIOR, esclareceu que foi funcionário do BANCO DO BRASIL S/A concursado, e no ato de sua posse, fora obrigado a firmar com o excepto, PREVI, contrato de previdência como condição necessária para sua admissão ao quadro de funcionários e que mensalmente, tinha descontado de seus contra-cheques, valores pelo BANCO DO BRASIL, sendo estes recolhidos a conta e administração da ora excepta. 2) Na condição de bancário e de segurado, do BANCO DO BRASIL e da PREVI, logo excepta, contribua mensalmente para a referida caixa de previdência e após vários anos de serviço na mencionada instituição financeira, fora convidado pelo próprio excepto a adquirir imóvel financiado, sendo então, firmado o financiamento alegado em exordial pelo excipiente, consistindo em ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA COM PACTO ADJETO DE HIPOTECA 3) A documentação juntada pelo excepto trata-se de mera cópia de documento, com reprodução por meio de escritura, ilegível e confusa, sendo esta totalmente desprovida de força executiva, não havendo legibilidade do título, inexistindo inclusive força documental e tratando-se de meros papeis, ensejando-se assim o postulado da exceção que aqui se trata. 4) Em razão dos chamados “Milagres Econômicos” promovidos a outras épocas pela então Presidência da Republica, o excipiente aderiu induzidamente ao PLANO DE DEMISSAO VOLUNTÁRIO , em razão de pressões sofridas e desse modo, desligou-se do quadro de funcionários do BANCO DO BRASIL e consequentemente, da CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, aqui excepto. 5) Desligando-se dos quadros do excepto, o excipiente teve devolvido em seu favor parte dos valores de sus quotas pessoais, sendo estas devolvidas e corrigidas irregularmente, com base em valores equivocados. 6) Veemente, no dia 05/01/1994 , os excipientes firmaram com o excepto negocio consistente em aquisição de imóvel financiado, formalizado através da supracitada ESCRITURA PUBLICA DE COMPRA E VENDA COM PACTO ADJETO DE HIPOTECA. 7) Que a forma de pagamento consistiu no parcelamento de 240 (duzentos e quarenta) mensalidades prestacionais, conforme registro na referida matrícula. 8) Inobstante, o excipiente ao deixar os quadros do BANCO DO BRASIL S/A e da CAIXA PREVI, obstando-se, como todos os demais servidores que adiaram ao mesmo Plano de Demissão Voluntária, em contingente, viu-se desamparado, juntamente com sua família, uma vez que a época em nada era favorável a tal postura e o momento econômico era demasiadamente crítico 9) Em virtude dos tamanhos abalos sofridos, o excipiente tenta demasiadamente retomar espaço no mercado de trabalho a fim de reestabelecer-se no mercado, sendo, porém, imensamente difícil e não havendo qualquer sucesso ou perspectiva, o prejudicando demasiadamente . Tornado-se assim, diante do então descalabro econômico, inadimplente perante o excepto, junto ao contrato celebrado. Ao final, pugnou pela improcedência do pedido autoral. Isto posto, é o relatório, DECIDO, A exceção de pré-executividade, via adequada ao devedor objetivando a inquinar o título executivo de plano, sem se submeter obrigatoriamente ao processo de execução propriamente dito, mediante interposição dos Embargos do Devedor, é meio excepcional. Cândido Rangel Dinamarco, citado por Humberto Theodoro Júnior, versa sobre a objeção de pré-executividade, impugnando o mito dos embargos à execução serem o único postulado à disposição do devedor para se defender contra o processo executivo. Com efeito, assim deve ser pois, não imerge na lógica jurídica ou economia processual, o formalismo de se obrigar o devedor a ingressar com ação própria, embargos do devedor, visando a, tão somente, nulificar título executivo por vício tão expresso que, detectado de plano, impediria o seguimento do curso normal do feito executivo, como é aqui o caso correlato. Ambos excipientes, expuseram várias alegações, supracitadas, pelas quais ver-se a total ilegitimidade do que é arguido pelo excepto, como sendo título extrajudicial passível de execução por quantia certa. O documento apresentado pela parte excepta não compreende os requisitos necessários e inerentes ao título executivo extrajudicial, devendo este ser dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, para que seja passível de executar-se, como versa: Art. 586 do Código de Processo Cível: “ A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, liquida e exigível. Desse modo, é claramente exposto em lei os requisitos impreterivelmente necessários a exibilidade de título. Demonstrando-se apócrito e sem força executiva o suposto título extrajudicial alegado: Vide Art. 585, III do Código de Processo Cível São títulos executivos extrajudiciais: III - os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução , bem como os seguro de vida. Versa-se, que embora o Requerente mencione e relate ao longo de todo o pleito, a existência de escritura pública de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca, esta não é em nada clara e satisfatória para este juízo, não demonstrando claramente sua veracidade e existência, não sendo sequer constante nos documentos apresentados, bem como, passível de clareza e legibilidade

necessárias minimamente. Adiante, explicita o Art 618, I do Código de Processo supracitado: Art 618, I. É nula a execução: I- se o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível Isto posto, em face das considerações retro expendidas e das disposições atinentes à espécie, acolho a exceção de pré-executividade de fls.102/120,reconhecendo seu cabimento, bem como, a nulidade da execução em face do não cumprimento de requisitos essenciais a execução de um título extrajudicial, e nem sequer, a correspondência deste a obrigação correlata, determinando o seu desentranhamento dos autos. Declaro extinta a presente execução e condeno o requerente e exepto ao pagamento de honorários sucumbências no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expediente necessário. Fortaleza, 27 de Outubro de 2015 Márcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima Juíza de Direito da 14ª Vara Cível Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2015. Marcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima Juíza de Direito

ADV: JORDANNA MARIA BASTOS DE ARAUJO CAVALCANTI FEITOZA (OAB 23795/CE) - Processo 0742766-85.2000.8.06.0001 - Obrigação de fazer - REQUERENTE: Antonio de Aguiar - Considerando a certidão de pág. 207, intime-se o Exequente para apresentar memória de cálculo do crédito exequendo atualizado, incluindo-se a multa prevista no art. 475-J do CPC, bem como para requerer o que entender devido.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), JOACI INACIO DE BRITO (OAB 8942/CE), RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432-0/CE) - Processo 0784737-50.2000.8.06.0001 - Revisional - REQUERIDO: Abn Amro Bank S/A - Quanto à petição de fls. 198/199, intime-se a parte promovida para providenciar a baixa do gravame de alienação fiduciária junto ao Detran/CE do veículo dado como garantia do contrato objeto da presente lide.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO GERARDO MAGELO FACUNDO JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANTONIO ADEILDO ALVES PEREIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2016

ADV: ELIAS GONDIM (OAB 7485/CE) - Processo 0014329-75.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Maria Edileuda de Oliveira - EXEQUIDO: Laura Alice Duarte - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: JOSE MARIA DO NASCIMENTO (OAB 6838-0/CE), JOSE MARIA FARIAS GOMES (OAB 6756/CE), HEMETERIO PEREIRA ARAUJO (OAB 1811/CE) - Processo 0171613-49.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Mair Fomento Mercantil Ltda - EXEQUIDO: Jorge Alberto de A.pereira e outros - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se ,com a devida baixa na distribuição.

ADV: FRANCISCO IRAPUAN DE PAIVA CAMPOS (OAB 2148/CE) - Processo 0243524-24.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Cequip - Importadora e Comercioi Ltda - EXEQUIDO: Marcos Aurelio de Sousa Buson e outro - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se ,com a devida baixa na distribuição.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432-0/CE) - Processo 0260840-50.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Nacional S/A - EXEQUIDO: Sylvana Bastos Carvalho - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: JOSE MARIA ROCHA NOGUEIRA (OAB 4567/CE), MAURO FERREIRA SALES (OAB 3523/CE), DECIO MOREIRA ROCHA (OAB 5476/CE) - Processo 0263032-53.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Industria Cearense de Alimentos - Inca - EXEQUIDO: Francisco Rogerio Menezes de Azevedo - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: NUNES RAMOS DE LIMA (OAB 8427/CE) - Processo 0301963-28.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Jose Wanderley Timbo - EXEQUIDO: Andre Carvalho de Melo e outro - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: ANA RAQUEL ARAUJO CAVALCANTE (OAB 8878/CE), LUIS ANTONIO FARIAS DE SOUSA (OAB 10531/GO) - Processo 0306685-08.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - EXEQUIDO: Comercio Construcao Ferragens Jasil Ltda e outros - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: LUIS ANTONIO FARIAS DE SOUSA (OAB 10531/GO), ANA RAQUEL ARAUJO CAVALCANTE (OAB 8878/CE) - Processo 0315762-41.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - EXEQUIDO: Mario Sergio Lima de Azevedo e outro - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: FRANCISCO IRAPUAN DE PAIVA CAMPOS (OAB 2148/CE) - Processo 0315846-42.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - EXEQUIDO: Esmel Ind. de Estruturas Mecanicas Ltda e outros - MAÇO 22

ADV: RAIMUNDO GOMES DE ALMEIDA (OAB 2676/CE) - Processo 0336796-72.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Prodotti Laboratorio Farmaceutico Ltda - EXEQUIDO: Joaquim Ximenes de Aragao - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE) - Processo 0365003-81.2000.8.06.0001 - Anulatoria - AUTOR: Gustavo Brito de Castro Figueira - RÉU: Eliane Representacoes e Administradora de Imoveis Ltda e outros - Diante do exposto, julgo

extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: JANAINA ROBERTO NUNES (OAB 11606/CE), ANDREA NOGUEIRA SALES GRAÇA (OAB 11221/CE), SANDRA MARIA LEITE NOLETO (OAB 8055/CE) - Processo 0368400-51.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Mehisa - Material Eletrico, Hidraulico e Sanitario Ltda - EXEQUIDO: Carlos Roberto Pereira Aguiar - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0373946-87.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Industrial e Comercial S/A - EXEQUIDO: Jose Arimateia Martins Noronha e outro - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: ANA RAQUEL ARAUJO CAVALCANTE (OAB 8878/CE), ALCIMAR NOGUEIRA DE MOURA (OAB 8499/CE) - Processo 0390415-14.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - EXEQUIDO: Pedro de Souza Lopes - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: FERNANDO ANTONIO CHAVES DE OLIVEIRA (OAB 9946/CE), PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA (OAB 9378/CE) - Processo 0434296-41.2000.8.06.0001 - Execução de titulo extrajudicial - EXEQUENTE: Euroflex Industria e Comercio de Colchoes Ltda - EXEQUIDO: Eletrodomesticos S/A Comercio e Industria - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: FRANCISCO MASSILON TORRES FREITAS (OAB 2446/CE) - Processo 0460850-13.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Ana Maria Juca Montenegro Gallo - EXEQUIDO: Jose Gerardo Coelho Ribeiro - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: EMMANUEL WEINTRAUB GASPAR (OAB 12953/CE) - Processo 0468030-80.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Rossi Mota Premoldados, Industria e Comercio Ltda - EXEQUIDO: Joao de Barro Construcoes Ltda - MAÇO 22

ADV: FRANCISCO GLADYSON PONTES (OAB 3242/CE), MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO (OAB 3648/CE) - Processo 0469984-64.2000.8.06.0001 - Execução de titulo extrajudicial - EXEQUENTE: Ceramica Brasileira Cerbras Ltda - EXEQUIDO: Comercial Eletrica Lux Ltda - MAÇO 16

ADV: FRANCISCO GLADYSON PONTES (OAB 3242/CE), MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO (OAB 3648/CE) - Processo 0469984-64.2000.8.06.0001 - Execução de titulo extrajudicial - EXEQUENTE: Ceramica Brasileira Cerbras Ltda - EXEQUIDO: Comercial Eletrica Lux Ltda - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: FRANCISCO IRAPUAN DE PAIVA CAMPOS (OAB 2148/CE) - Processo 0485546-16.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - EXEQUIDO: Sandra Mary Pinheiro Lopes - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se ,com a devida baixa na distribuição.

ADV: JOAO EVANGELISTA (OAB 3107/CE) - Processo 0571127-96.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Emesfort Com.e Representacoes de Medicamentos Ltda - EXEQUIDO: Jose Artur Damasceno de Albuquerque - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se ,com a devida baixa na distribuição.

ADV: MAXIMIANO AGUIAR CAMARA (OAB 5879/CE) - Processo 0580803-68.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Ciavel Comercio e Industria de Aves Ltda - EXEQUIDO: Ana Silvia de Sousa Lima-me - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: JOSE ALENCAR SALES (OAB 1663/SC) - Processo 0595507-86.2000.8.06.0001 - Execução - EXEQUENTE: Comercial de Madeiras Fortaleza Ltda - EXEQUIDO: Pedro Edson Ferreira - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

ADV: IRONDE PEREIRA CARDOSO (OAB 28475/MG), VICENTE NELSON BRANDAO JUNIOR (OAB 9962/CE), SEBASTIANA MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA (OAB 3742/CE) - Processo 0607281-16.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Chies Chies & Cia Ltda - EXEQUIDO: Arte Viva Decoracoes Ltda - Diante do exposto, julgo extinta a execução, pela ocorrência da prescrição intercorrente, o que faço fulcrado no art. 269, inc. IV, c/c 598, ambos do Código de Processo Civil. Custas pelo exequente. Sem condenação de honorários. P. R. I e, empós o trânsito em julgado, arquivem-se, com a devida baixa na distribuição.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANGELA MARIA SOBREIRA DANTAS TAVARES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SHEYLA MARIA ROCHA FERREIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2016

ADV: ROBSON SABINO DE SOUSA (OAB 16141/CE), MAURO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA (OAB 19730/CE), JOSE DE ARIMATEA SANTIAGO (OAB 9215/CE) - Processo 0098485-83.2006.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Geraldo da Ponte Vasconcelos - R.H. Ante o caráter infringente dos embargos, ouça-se a parte adversa em 05 (cinco) dias. Expediente necessário.

ADV: LARA PINHEIRO BEZERRA (OAB 17362/CE), ROSELINE SOUZA MIRANDA VIEIRA - Processo 0111271-28.2007.8.06.0001 - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Intime-se o autor para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça, requerendo o que achar de direito. Expediente necessário.

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), ROSELINE SOUZA MIRANDA VIEIRA, EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 4448/CE) - Processo 0111510-95.2008.8.06.0001 - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bmc S/A - R.H. Intime-se o autor, por seu representante e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Expediente necessário.

ADV: RICARDO LEMOS ESTEVES (OAB 9559/CE) - Processo 0115344-09.2008.8.06.0001 - Cautelar Inominada - REQUERENTE: Daniele Fabiola Maia - REQUERIDO: Banco do Brasil S. A. - R.H. Intime-se a autora para, no prazo de dez dias, manifestar-se soabre a contestação. Expediente necessário.

ADV: RAIMUNDO ROCHA DE SOUSA JUNIOR (OAB 6662/CE) - Processo 0115423-51.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Emanuelle Ferreira de Lavor - R.H. Manifeste-se a autora sobre o teor da petição de fls.95. Expediente necessário.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ANDRE LUIS NEGREIROS DE ALMEIDA (OAB 11911/CE) - Processo 0116886-62.2008.8.06.0001 (apensado ao processo 0134351-84.2008.8.06) - Reintegração / Manutenção de Posse - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antonia Leda Andrade - R.H. Indefiro o pedido de perícia feito pela requerida, uma vez que isso pode ser feito no bojo da ação revisional, se for o caso. Ademais, para que a promovida questione cláusulas contratuais, teria que ter depositado os valores incontroversos, a teor do art.285-B do CPC. Anuncio, assim, o julgamento da lide. Intimem-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0119157-10.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a - R.H. Intime-se o autor, por seu representante e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO (OAB 14694/CE) - Processo 0119569-72.2008.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - REQUERENTE: Panamericano Arrendamento Mercantil S/A - R.H Renove-se a intimação do autor, por seu advogado, para dizer, no prazo de 48:00 horas se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: SUZANA DE VASCONCELOS BARROS MARUSSI (OAB 11028/CE) - Processo 0119813-98.2008.8.06.0001 - Obrigação de fazer - REQUERENTE: Carlos Alberto Fernandes Coelho - R.H. Intime-se o autor, pessoalmente e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Expediente necessário.

ADV: AFONSO ARAGAO CARVALHO JUNIOR (OAB 17925/CE) - Processo 0121924-21.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERIDO: Valeria Candida Sampaio - Valeria Candida Sampaio - R.H. Manifeste-se a requerida sobre o teor da petição de fls.50. Expediente necessário.

ADV: JOAO PAULO DE SOUZA BARBOSA NOGUEIRA (OAB 16970/CE), JOSE LEITE JUCA FILHO (OAB 5214/CE), EUGENIO DE AQUINO DOS SANTOS (OAB 13169/CE), JOSE ARMANDO GOMES BONFADINI (OAB 13678/CE) - Processo 0122301-89.2009.8.06.0001 (apensado ao processo 0056691-48.2007.8.06) - Exibição de Documento ou Coisa - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Servmar Servicos Maritimos Ltda - Comercial Navemar Navegacao Maritima Servicos Ltda - REQUERIDO: Wilson Sons Agencia Maritima Ltda - R.H. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, não valendo o protesto genérico. Nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, o processo será julgado no estado em que se encontra. Expediente necessário.

ADV: CICERO CEZAR QUEZADO FERNANDES (OAB 9947/CE) - Processo 0128519-36.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Timotio de Sousa Monteiro - R.H Renove-se a intimação do autor, por seu advogado, para dizer, no prazo de 48:00 horas se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: JOSE ERIALDO MUNIZ (OAB 5958/CE) - Processo 0129539-62.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Antonio Candido da Rocha - R.H. Intime-se o autor, pessoalmente e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: WILISA VANNIA QUIARATO (OAB 12669/CE) - Processo 0130764-54.2008.8.06.0001 - Monitória - REQUERENTE: Industria Textil Irmaos Jurgensen Ltda - R.H Renove-se a intimação do autor, por seu advogado, para dizer, no prazo de 48:00 horas se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: HAROLDO CÂNDIDO MARTINS (OAB 19445/CE) - Processo 0132144-78.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Danne Industria e Comercio de Alimentos Ltda - R.H Renove-se a intimação da autora, por seu advogado, para dizer, no prazo de 48:00 horas se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Deve o causídico, nesse lapso temporal, fornecer o correto endereço de sua cliente, haja vista a certidão do oficial de justiça às fls.37. Expediente necessário.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567/CE) - Processo 0135434-04.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Intime-se o autor para se manifestar sobre o teor das informações obtidas junto a Receita Federal (fls.68), requerendo o que achar de direito. Expediente necessário.

ADV: EDIVANIA MARIA ALVES MOTA (OAB 9401/CE), PABLO BERGER (OAB 61011/RS) - Processo 0135481-75.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Antonio Pinto - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - R.H. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, não valendo o protesto genérico. Nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, o processo será julgado no estado em que se encontra. Expediente necessário.

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE) - Processo 0135958-35.2008.8.06.0001 - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Portoseg S/A - Credito, Financiamento e Investimento - R.H. Intime-se a autora para fornecer o atual endereço da requerida, onde a mesma possa ser citada, bem como para informar o paradeiro do bem a ser apreendido. Expediente necessário.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0139150-39.2009.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: Bv Leasing Arrendamento Mercantil S.a - R.H. Intime-se a autora, por seu representante e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dizer se ainda tem interesse no

prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: RAFAEL VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES (OAB 19035/CE), BRUNO VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES (OAB 20586/CE) - Processo 0141268-22.2008.8.06.0001 - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG-Brasil - R.H. Intime-se pessoalmente a parte autora, por seu representante e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0143559-58.2009.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A (Banco Finasa S/a) - R.H Renove-se a intimação do autor, por seu advogado, para dizer, no prazo de 48:00 horas se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE (OAB 19232/CE), EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE), FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP) - Processo 0143984-85.2009.8.06.0001 (apensado ao processo 0025056-78.2009.8.06) - Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil - REQUERENTE: Bv Leasing - Arrendamento Mercantil S/A - R.H. Proceda-se à atualização no SAJ quanto aos novos patronos da autora. Intime-se a autora para dizer se ainda tem interesse na reintegração do bem. Expediente necessário.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556/CE) - Processo 0149700-30.2008.8.06.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Itau S/A - R.H Renove-se a intimação do autor, por seu advogado, para dizer, no prazo de 48:00 horas se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: PAULO HAMILTON DA SILVA (OAB 13051/CE), MARCOS DA SILVA BRUNO (OAB 14379/CE) - Processo 0151173-51.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Kassandra Kelly Silva Sena - R.H. Intime-se o autor para se manifestar sobre as exigências do Juízo Deprecado (fls.69). Expediente necessário.

ADV: EDMILSON ALVES DE OLIVEIRA (OAB 5141/CE), DEUSIMAR LUIZ DE OLIVEIRA (OAB 4501/CE) - Processo 0169874-41.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0252832-84.2000.8.06) - Embargos à Execução - EMBARGANTE: Valdelia Colares Lisboa Teles de Menezes - EMBARGADO: Banco do Estado do Ceará S.a - Bec - R.H. Intime-se embargante, pessoalmente e por seu advogado, bem como a parte embargada, para, no prazo de 48:00 horas, dizerem se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: RUCHEN ADEODATO TALMAG JUNIOR (OAB 12922/CE) - Processo 0257149-28.2000.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - RÉU: Rock Construções Ltda. - R.H. Intime-se a requerida para saber se tem interesse em uma perícia contábil feita por outro profissional, assumindo os ônus da mesma. Expediente necessário.

ADV: DEBORA VALENTE GURGEL BARBOSA (OAB 8059/CE), SILVIA MARIA DE FREITAS BESSA (OAB 8094/CE), MARIA DE FATIMA XIMENES (OAB 8093/CE) - Processo 0300494-44.2000.8.06.0001 - Ordinaria de cobranca - REQUERENTE: Comercial Importadora Potiguar Ltda - R.H. Intime-se o advogado da autora para fornecer o correto endereço se sua cliente, haja vista a certidão do oficial de justiça às fls.68. Expediente necessário.

ADV: JOSE LUCIANO DE ALMEIDA JACO, HELENA CASTELO BRANCO DO BOMFIM (OAB 6352/CE) - Processo 0304511-26.2000.8.06.0001 - Reintegração de posse - REQUERENTE: Abn Amro Arrendamento Mercantil S/A - R.H. Ante o ajuizamento da ação de depósito, intime-se o autor, por seu representante e por seu advogado, para, no prazo de 48:00 horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expediente necessário.

ADV: MARIA STELLA MONTEIRO MONTENEGRO (OAB 6501/CE), IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE) - Processo 0315419-45.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Hapvida Assistencia Medica Ltda - REQUERIDO: Pilar Engenharia S/A - R.H. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, não valendo o protesto genérico. Nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, o processo será julgado no estado em que se encontra. Expediente necessário.

ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE) - Processo 0490214-30.2000.8.06.0001 - Monitória - REQUERENTE: Banco Itau S/A - REQUERIDO: Raimundo Bezerra da Silva Junior - R. h. Intime-se a parte autora para, no prazo de cinco dias, informar a este Juízo se o contrato objeto do presente feito é o mesmo discutido na ação revisional - processo nº 0412190-85.2000, que tramita na 4ª Vara Cível desta Comarca. Expedientes necessários.

ADV: ANA ZÉLIA BRITO (OAB 18992/CE) - Processo 0576779-94.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0475218-27.2000.8.06) - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Espólio de Jose Aldeny Farias - R.h. Intime-se o espólio de José Adenir Farias para, no decênio legal, manifestar-se sobre a contestação. Expedientes necessários.

ADV: ANNA IVANOVNA DE LUCENA MORENO (OAB 19676/CE), CELIA LUCIANNI ABREU LUCIO DE MACEDO (OAB 14665/CE) - Processo 0577540-28.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0574391-24.2000.8.06) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Panamericano S/A - REQUERIDO: Adriana da Rocha Souza - R.h. Compulsando os autos, verifica-se que o processo encontra-se sem movimentação há mais de 2 anos, sendo possível que a situação fática que ensejou o ajuizamento da ação tenha sido alterada. Assim, intime-se a parte autora, pessoalmente e por seu advogado para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 267, II e III, do CPC). Caso persista o interesse, deve a Secretaria dar o devido cumprimento ao despacho de fls. 42. Expedientes necessários.

ADV: ALESSANDRA NATASHA SANTOS ALVES (OAB 13208/CE), ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA (OAB 15645/CE), RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS (OAB 19952/CE), LUCIO MODESTO CHAVES LUCENA DE FARIAS (OAB 5004/CE) - Processo 0590822-36.2000.8.06.0001 - Indenização por dano moral - REQUERENTE: Rogerio Maia Barreto - REQUERIDO: Banco Industrial e Comercial - Bic - R.h. A matéria versada no presente feito admite transação (art.331 do CPC, com redação da Lei 10.444/2002), portanto, se pretendem as partes uma composição amigável através do instituto da transação, assinalo o prazo de 05 (cinco) dias para que o respectivo termo de acordo seja entregue na Secretaria desta Unidade Judiciária, para a devida homologação pelo Juízo. Decorrido o prazo supra sem a apresentação do termo de acordo, ficam as partes, de logo, cientes de que terão o prazo sucessivo de 05 (cinco dias) dias para especificarem as provas que pretendem produzir, não valendo o protesto genérico. Exaurido o prazo assinalado, tornem-me os autos conclusos para os fins do art. 330, I, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: JOSE JORGE STENIO MOURA DE OLIVEIRA (OAB 4131/CE), PEDRO VALTER LEAL (OAB 5688/CE), DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), JOAQUIM ERNESTO PALHARES (OAB 129815/SP), MARCIO MELLO CASADO (OAB 138047/SP) - Processo 0602887-63.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0585672-74.2000.8.06) - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Banco do Estado do Ceará S.a - Bec - REQUERIDO: Jose Mario Gomes de Carvalho - Anglo Alimentos S/A - R.h. A matéria versada no presente feito admite transação (art.331 do CPC, com redação da Lei 10.444/2002), portanto, se pretendem as partes uma composição amigável através do instituto da transação, assinalo o prazo de 05 (cinco) dias para que o respectivo termo de acordo seja entregue na Secretaria desta Unidade Judiciária, para a devida homologação pelo Juízo. Decorrido o prazo supra sem a apresentação do termo de acordo, ficam as partes, de logo, cientes de que terão o prazo

sucessivo de 05 (cinco dias) dias para especificarem as provas que pretendem produzir, não valendo o protesto genérico. Exaurido o prazo assinalado, tornem-me os autos conclusos para os fins do art. 330, I, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO VALTER LEAL (OAB 5688/CE) - Processo 0602888-48.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0585672-74.2000.8.06) - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Banco do Estado do Ceará S.a - Bec - R.h. Compulsando os autos, verifica-se que o processo encontra-se sem movimentação há mais de 13 anos, sendo possível que a situação fática que ensejou o ajuizamento da ação tenha sido alterada. Assim, intime-se a parte autora, pessoalmente e por seu advogado para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 267, II e III, do CPC). Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANGELA MARIA SOBREIRA DANTAS TAVARES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SHEYLA MARIA ROCHA FERREIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2016

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0017982-07.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Unimed de Fortaleza - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda - R.H. Verificada a tempestividade da interposição, recebo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, dispensando a parte recorrente do preparo por estar a mesma assistida pela Justiça Gratuita.. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer, querendo, as contra-razões. Transcorrido o prazo para contra-razões, com ou sem elas, remetam-se os autos à apreciação do Tribunal de Justiça. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE) - Processo 0053901-18.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: CAMILA NUNES DE SOUSA - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: MARCIO ANTONIO TORRES (OAB 92172/RJ) - Processo 0129041-53.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Liliane Lima da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS (OAB 16100/CE), GEORGE LUIS GONÇALVES LOPES (OAB 24233/CE) - Processo 0154232-08.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Sergio Mesquita Facundo - Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da contestação no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: MAMEDE ADRIANO FILHO (OAB 27490/CE) - Processo 0160665-23.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Antonio Costa Fernandes - Em face do exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, o que faço com fundamento no art. 284, parágrafo único c/c art. 267, inciso I, ambos do CPC. Sem custas, ante o benefício da justiça gratuita. Publique-se, registre-se e intime-se. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos.

ADV: DIRCEU COSTA LIMA FILHO (OAB 19219/CE) - Processo 0169721-51.2013.8.06.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Maria Elena Lessa Pereira - HENRIQUE ALBUQUERQUE PEREIRA - MARCIA HELENA ALBUQUERQUE DE ALENCAR - ANIBAL ALBUQUERQUE PEREIRA - RODOLFO ALBUQUERQUE PEREIRA - R.H. Manifestem-se os autores sobre a contestação. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE) - Processo 0170533-93.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: PEDRO FERNANDES LIRA - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0194764-87.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Renato Vieira de Souza - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE) - Processo 0195589-31.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: CARLOS JOSÉ DE SOUSA CARVALHO - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS DE MESQUITA CIRIACO (OAB 10680/CE), SOLANA MARIA MARTINS CARMO (OAB 6972/CE), PEDRO JORGE MEDEIROS (OAB 10717/CE) - Processo 0399093-18.2000.8.06.0001 - Cautelar Inominada - REQUERENTE: Bnb Clube de Fortaleza - REQUERIDO: Banco do Nordeste do Brasil S.a - R.H. Intime-se o autor para se manifestar sobre a petição de fls.297/298 e documentos juntos pelo requerido. Expediente necessário.

ADV: ALVARO PARENTE TEOFILO NETO (OAB 12454/CE), JOSE HELDER DE LIMA COSTA (OAB 11284/CE), MILENA MARTINS MONTEIRO (OAB 12114/CE) - Processo 0408109-93.2000.8.06.0001 - Indenização por dano moral - REQUERENTE: Orlando Bezerra Monteiro - R.h. Verificada a tempestividade da interposição, bem como a implementação do preparo devido, recebo a apelação no duplo efeito. Ao apelado, para, no prazo de 15 dias, oferecer as contrarrazões. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Exp. Nec.

ADV: BERNARDO BRITO DE MORAES (OAB 18355/CE), JOSE CARLOS MEIRELES DE FREITAS (OAB 2790/CE) - Processo 0425363-79.2000.8.06.0001 - Cautelar Inominada - REQUERENTE: Consuelo de Araujo Carvalho - REQUERIDO: Bb Adm de Cartao de Credito S/A - R.H. Considerando que o objeto da presente ação era a suspensão dos apontamentos no SPC/SERASA e estes prescrevem com 05 (cinco) anos, intime-se a autora para informar se subsiste interesse no prosseguimento do feito. Expediente necessário.

ADV: ANA RAQUEL ARAUJO CAVALCANTE (OAB 8878/CE), MIGUEL AGOSTINHO MARQUES DA COSTA (OAB 2124/CE) - Processo 0455621-72.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0436700-65.2000.8.06) - Cautelar Inominada - AUTOR: Ana Alice Macedo de Carvalho - REQUERENTE: Antonio Pitombeira Fernandes de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - R.H. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, não valendo o protesto genérico. Nada sendo requerido no prazo de 05 (cinco) dias, o processo será julgado no estado em que se encontra. Expediente necessário.

ADV: VLADIA ARAUJO MAGALHAES (OAB 8622/CE), RAFAELLA BRITO FERREIRA (OAB 15969/CE) - Processo 0473681-44.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Rogerio Chagas Lopes - REQUERIDO: Banco Sofisa S/A - Diante de todo o exposto e o mais que dos autos constam, hei por bem JULGAR

PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para determinar a manutenção das taxas de juros na forma convencionada no contrato, e a exclusão da cobrança de comissão de permanência, extinguindo o processo com julgamento de mérito, com fulcro nas disposições do artigo 269, inciso I, da Lei Adjetiva Civil. Ante a sucumbência recíproca, condeno autor e réu ao rateamento das custas processuais, ficando os honorários sucumbenciais compensados entre as partes, nos termos do art.21 do Código de Processo Civil, ficando tais obrigações suspensas, em razão da gratuidade judiciária requerida. Após o trânsito em julgado, intime-se as partes para que promovam o cumprimento do julgado. P.R.I.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0477239-87.2011.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: B V Financeira S/A Cfi - R.h. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, requerer o que for de direito. Transcorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: JOAO CARVALHO QUIXADA NETO (OAB 20511/CE) - Processo 0479501-44.2010.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bb Administradora Consorcios S/A - R.h. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, requerer o que for de direito. Transcorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0500689-59.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Jose Wedson da Silva Brito - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0552505-46.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Andre Luiz Freitas da Silva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua:Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar sobre a contestação.

ADV: MARCELO DIAS PONTE (OAB 10168/CE) - Processo 0677030-23.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0627167-98.2000.8.06) - Consignação em Pagamento - REQUERENTE: Nordon Construcoes Ltda - R.h. Compulsando os autos, verifica-se que o processo encontra-se sem movimentação há mais de 8 anos, sendo possível que a situação fática que ensejou o ajuizamento da ação tenha sido alterada. Assim, intime-se a parte autora, pessoalmente e por seu advogado para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 267, II e III, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: REGIANA PEDROSA ALVES (OAB 28326/CE), PEDRO ALVES DE SOUSA JUNIOR (OAB 26345/CE) - Processo 0904642-58.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0842436-08.2014.8.06) - Consignação em Pagamento - Depósito - CONSGTE: Raimundo Freita Ribeiro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0907934-22.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Igor Soares Araujo - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar sobre a contestação.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0921519-73.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Crisley Rani Andre de Sousa - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação.

EXPEDIENTES DA 19ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JUCINEIDE GUIMARÃES PEIXOTO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2016

ADV: CARLOS ALBERTO VIEIRA CRUZ (OAB 11759/CE) - Processo 0014812-90.2009.8.06.0001 - Prestação de Contas - Oferecidas - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otavio Pinheiro Dantas Junior - REQUERIDO: Emerson Maia Damasceno - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Tendo em vista que a parte promovida apresentou contestação e documentos, intime-se a parte promovente para se manifestar acerca dos mesmos em réplica, no prazo da lei. Expedientes necessários.

ADV: EMANOEL NASARENO MENEZES COSTA (OAB 22394/CE) - Processo 0101372-88.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francineide Ferreira da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Tendo em vista que a parte promovida apresentou contestação e documentos, intime-se a parte promovente para se manifestar acerca dos mesmos em réplica, no prazo da lei. Expedientes necessários.

ADV: MONICA MARIA MARQUES AGUIAR (OAB 25987/CE) - Processo 0105994-16.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Maria Carlos Oliveira Lima - REQUERIDO: Itaú Seguros S.a - Vistos. Recebo a presente inicial, uma vez que, neste primeiro juízo de cognição dos autos, reputo presentes as condições da ação. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, o que faço com fulcro no art. 4º da lei 1060/50. Cite-se o promovido, na forma do art. 222, caput, do CPC, com as advertências legais.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0106008-97.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Marciano de Sousa - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0106074-77.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Telma Maria Estevam Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106112-89.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Siqueira de Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106162-18.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Marcos Antonio Marques de Souza - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0106398-67.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Tiago Rodrigues - REQUERIDO: YASUDA Maritima Seguro S.a e outro - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106711-28.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raimundo Domingos Reinaldo - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, o que faço com fulcro no art. 4º da lei 1060/50. Cite-se o promovido, na forma do art. 222, caput, do CPC, com as advertências legais.

ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), REGINALDO PEREIRA ROSSI (OAB 29065/CE) - Processo 0120129-67.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Albertina Maria Sousa Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Vistos. Em virtude da natureza da lide, reputo imprescindível a realização de perícia médica para atestar o grau de invalidez do(a) reclamante em decorrência do acidente de trânsito narrado na exordial. Nomeio, pois, para atuar como peritos os Drs. Antônio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CRM/CE n.º 3792 e Josebson Silva Dias, CRM/CE nº 8291, profissionais que, rotineiramente, exercem tal múnus junto à Central de Conciliação deste Fórum. A parte requerida arcará com o ônus dos honorários do expert nomeado, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), e providenciará o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias após o exame. Designo a Perícia para o dia 11/3/2016, às 9h, a ser realizada no Setor Médico deste Fórum. Notifiquem-se os peritos e intimem-se as partes, através de seus patronos, para fazerem-se presentes ao ato, e para, querendo, designarem seus assistentes técnicos e apresentarem quesitos, se for o caso, no prazo de cinco dias. O advogado do(a) promovente incumbir-se-á de trazê-lo(a) para o exame acima agendado, em nome do princípio da cooperação, ficando advertido desde já que a falta injustificada do(a) periciando(a) não acarretará na repetição do ato e implicará no julgamento antecipado do feito. Realizada a perícia e não havendo imediata apresentação de acordo extrajudicial, junte-se o laudo aos autos e, após, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONALDO FARIAS FEIJAO (OAB 24951/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0153382-46.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jose Darlan Ribeiro Mesquita - REQUERIDO: Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. - Vistos. Em virtude da natureza da lide, reputo imprescindível a realização de perícia médica para atestar o grau de invalidez do(a) reclamante em decorrência do acidente de trânsito narrado na exordial. Nomeio, pois, para atuar como peritos os Drs. Antônio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CRM/CE n.º 3792 e Josebson Silva Dias, CRM/CE nº 8291, profissionais que, rotineiramente, exercem tal múnus junto à Central de Conciliação deste Fórum. A parte requerida arcará com o ônus dos honorários do expert nomeado, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), e providenciará o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias após o exame. Designo a Perícia para o dia 11/3/2016, às 8h30min, a ser realizada no Setor Médico deste Fórum. Notifiquem-se os peritos e intimem-se as partes, através de seus patronos, para fazerem-se presentes ao ato, e para, querendo, designarem seus assistentes técnicos e apresentarem quesitos, se for o caso, no prazo de cinco dias. O advogado do(a) promovente incumbir-se-á de trazê-lo(a) para o exame acima agendado, em nome do princípio da cooperação, ficando advertido desde já que a falta injustificada do(a) periciando(a) não acarretará na repetição do ato e implicará no julgamento antecipado do feito. Realizada a perícia e não havendo imediata apresentação de acordo extrajudicial, junte-se o laudo aos autos e, após, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0157181-97.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Anderson Oliveira Lopes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Vistos. Em virtude da natureza da lide, reputo imprescindível a realização de perícia médica para atestar o grau de invalidez do(a) reclamante em decorrência do acidente de trânsito narrado na exordial. Nomeio, pois, para atuar como peritos os Drs. Antônio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CRM/CE n.º 3792 e Josebson Silva Dias, CRM/CE nº 8291, profissionais que, rotineiramente, exercem tal múnus junto à Central de Conciliação deste Fórum. A parte requerida arcará com o ônus dos honorários do expert nomeado, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), e providenciará o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias após o exame. Designo a Perícia para o dia 11/3/2016, às 9h15m, a ser realizada no Setor Médico deste Fórum. Notifiquem-se os peritos e intimem-se as partes, através de seus patronos, para fazerem-se presentes ao ato, e para, querendo, designarem seus assistentes técnicos e apresentarem quesitos, se for o caso, no prazo de cinco dias. O advogado do(a) promovente incumbir-se-á de trazê-lo(a) para o exame acima agendado, em nome do princípio da cooperação, ficando advertido desde já que a falta injustificada do(a) periciando(a) não acarretará na repetição do ato e implicará no julgamento antecipado do feito. Realizada a perícia e não havendo imediata apresentação de acordo extrajudicial, junte-se o laudo aos autos e, após, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0160203-66.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gleison Carlos Miguel - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro Dpvat e outro - Vistos. Em virtude da natureza da lide, reputo imprescindível a realização de perícia médica para atestar o grau de invalidez do(a) reclamante em decorrência do acidente de trânsito narrado na exordial. Nomeio, pois, para atuar como peritos os Drs. Antônio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CRM/CE n.º 3792 e Josebson Silva Dias, CRM/CE nº 8291, profissionais que, rotineiramente, exercem tal múnus junto à Central de Conciliação deste Fórum. A parte requerida arcará com o ônus dos honorários do expert nomeado, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), e providenciará o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias após o exame. Designo a Perícia para o dia 11/3/2016, às 9h15m, a ser realizada no Setor Médico deste Fórum. Notifiquem-se os peritos e intimem-se as partes, através de seus patronos, para fazerem-se presentes ao ato, e para, querendo, designarem seus assistentes técnicos e apresentarem quesitos, se for o caso, no prazo de cinco dias. O advogado do(a) promovente incumbir-se-á de trazê-lo(a) para o exame acima agendado, em nome do princípio da cooperação, ficando advertido desde já que a falta injustificada do(a) periciando(a)

não acarretará na repetição do ato e implicará no julgamento antecipado do feito. Realizada a perícia e não havendo imediata apresentação de acordo extrajudicial, junte-se o laudo aos autos e, após, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO SOARES MACIEL (OAB 238777/SP), FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL (OAB 18476/CE), FABIO GENTILE (OAB 18498/CE) - Processo 0176956-06.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Pagamento - REQUERENTE: Ceará Marine Pilots Ltda - REQUERIDO: CSAV Group Agencies Brazil Agenciamento de Transportes Ltda e outros - Diante do exposto, e pelo mais que dos autos consta, decido: i) REJEITAR os embargos declaratórios de fls. 854 a 859; ii) nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, JULGAR PROCEDENTE a presente ação ordinária de cobrança, para CONDENAR a ré COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO S/A (antiga CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA.) ao pagamento do valor correspondente à soma das faturas relacionadas à fl. 20, que resulta em R$ 275.828,94 (duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos), conforme a tabela SINDACE, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde o vencimento de cada fatura, acrescido dos valores ainda não pagos no transcurso desta ação, estes referentes aos serviços de praticagem efetivamente prestados e comprovados pela autora, conforme tabela de preços acordada entre esta e o sindicato da categoria, devendo, por óbvio, quando da fase executiva, os cálculos levarem em consideração os valores que já foram pagos no decorrer deste feito pela ré, ora vencida; iii) modificar a decisão de fls. 849 a 851, para que o pedido de cobrança dos valores relativos aos serviços de praticagem ainda não pagos alcance apenas o período em que perdurou a lide, ou seja, da propositura da ação até a prolação da presente decisão, a serem pagos em execução de sentença, compensando-se os valores depositados pela ré em juízo ou acaso pagos diretamente à autora; iv) nos termos do artigo 318 do CPC, JULGAR IMPROCEDENTE a reconvenção de fls. 731 a 743; v) nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC, CONDENAR a ré, vencida na ação principal, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa; vi) nos termos dos artigos 20, §§ 3º e 4º, e 34 do CPC, CONDENAR a ré/reconvinte, vencida também na reconvenção, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa atribuído à reconvenção. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E INTIMEM-SE.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0188381-93.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0177961-29.2013.8.06) - Embargos à Execução - Espécies de Contratos - EMBARGANTE: ALISIO DE MATOS PONTES - EMBARGADO: MULTIPLA CREDITO FINANCIAMNETO E INVESTIMENTO S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, tendo em vista a certidão retro, intime-se o advogado do embargante, Dr. Davi Sombra Peixoto - OAB/CE n° 16477, sobre os termos do despacho de fl.13 dos autos: Teor do ato: "Vistos. Certifique a secretaria a tempestividade dos presentes embargos. Caso sejam intempestivos, retornem os autos para rejeição liminar. Em sendo tempestivos, recebo os embargos e determino a intimação do exequente, por meio de seu advogado, para, querendo, responder aos termos da inicial, em 15 (quinze) dias. A Secretaria deverá também apensar estes autos aos da ação de execução nº 0177961-29.2013.8.06.0001, caso mereçam processamento na forma acima indicada. Concedo, desde já, o benefício da gratuidade judiciária em favor do embargante, o que faço com amparo no art. 4º da Lei nº 1.060/50 c/c art. 1º da Lei nº 7.115/83. Expediente necessário. Cumpra-se."

ADV: PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO (OAB 3183/CE) - Processo 0202325-94.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0147063-62.2015.8.06) - Interdito Proibitório - Propriedade - REQUERENTE: Antonio Aldeni Pinheiro - REQUERIDO: Domingos Araujo Neto - Industria, Comercio e Representacao - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Tendo em vista que a parte promovida apresentou contestação e documentos, intime-se a parte promovente para se manifestar acerca dos mesmos em réplica, no prazo da lei. Expedientes necessários.

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 30766AC/E), TIAGO AQUERY MORAES DE ARAGAO (OAB 25295/CE) - Processo 0206540-16.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Israel Lima Saraiva - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Tendo em vista que a parte promovida apresentou contestação e documentos, intime-se a parte promovente para se manifestar acerca dos mesmos em réplica, no prazo da lei. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS SAMUEL DE GOIS ARAUJO (OAB 29852/CE) - Processo 0211599-82.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Ladosul Comerc. Serv. de Moveis e outros - REQUERIDO: A&a Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Diante do exposto, e pelo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 267, V, § 3º, do Código de Processo Civil, RECONHEÇO, de ofício, a litispendência destes autos ao processo 0207149.96.2015.8.06.0001 e, por via de consequência, JULGO EXTINTO este feito, sem resolução do litígio. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E INTIME-SE. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0214928-05.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Marcelo Da costa Oliveira - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Tendo em vista que a parte promovida apresentou contestação e documentos, intime-se a parte promovente para se manifestar acerca dos mesmos em réplica, no prazo da lei. Expedientes necessários.

ADV: ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA NETO (OAB 30204/CE) - Processo 0216606-55.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elieudo Vieira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Tendo em vista que a parte promovida apresentou contestação e documentos, intime-se a parte promovente para se manifestar acerca dos mesmos em réplica, no prazo da lei. Expedientes necessários.

ADV: JOSE AFRANIO PLUTARCO NOGUEIRA (OAB 2954/CE), RONALD TORRES DE OLIVEIRA (OAB 16310/CE), JOAO BATISTA MELO LIMA (OAB 20763/CE), HALANNA ALBUQUERQUE DE VASCONCELOS (OAB 25767/CE), CARLOS EDUARDO MELO DA ESCOSSIA (OAB 6243/CE) - Processo 0468726-33.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - AUTOR: Maria da Conceicao Albuquerque - RÉU: Fec Construcoes e Servicos Ltda e outro - Diante do exposto, e pelo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, ao tempo em que confirmo a liminar de fls. 122-124, JULGO PROCEDENTE os pedidos, para CONDENAR a ré FEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. ao pagamento, em prol da autora, do valor de R$ 175.934,77 (cento e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC desde a data do vencimento da nota promissória de fl. 25 - 15 de março de 2011 - e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação. Anoto, todavia, que, por ocasião da execução, deverá ser levado em consideração que R$ 75.934,77 (setenta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos) já se encontram depositados em conta judicial à disposição deste juízo, conforme fl. 161, restando, portanto, o remanescente de R$ 100.000,00 (cem mil reais), que deverá sofrer as atualizações monetárias determinadas no

parágrafo anterior. Nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC, CONDENO, ainda, a ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E INTIMEM-SE.

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JUCINEIDE GUIMARÃES PEIXOTO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2016

ADV: VANESSA PORTELA BARBOSA ZANINI (OAB 17832/CE), RAIMUNDO SANDOVAL MESQUITA (OAB 5884/CE), KLEINA CHAVES NOGUEIRA (OAB 17698/CE), FRANCISCO IGOR FONSECA DE ANDRADE (OAB 16126/CE), LARISSA DE FIGUEIREDO ALVES AGUIAR (OAB 15112/CE), MARIA DARLENE BRAGA ARAUJO MONTEIRO (OAB 10487/CE), GEORGIA TEIXEIRA MENDES PINHEIRO (OAB 10317/CE), MARIO CLETO LIMA MARQUES (OAB 5434/CE) - Processo 0013669-08.2005.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Antonio Pompeu de Araujo e outro - REQUERIDAS: Maria Marlene Maia - Concedo mais trinta dias para que os autores cumpram integralmente o despacho de fls. 207-208. Concedo o mesmo prazo aos réus a fim de que igualmente cumpram a determinação que lhes toca pelo despacho de fls. 207-208. Findo esse prazo, a secretaria deverá certificar o decurso de prazo, e, em seguida, retornar os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO (OAB 3648/CE), DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0030382-19.2009.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - EXEQUIDO: Ana Maria Maia - Assim, já foi ultrapassado o prazo acima preconizado para a suspensão da presente execução, de modo que INDEFIRO o pedido de fl. 38. Considerando o lapso temporal já decorrido entre o acima mencionado petitório e a presente data, determino, nos termos dos artigos 267, § 1º, e 598 do CPC, a intimação pessoal do credor, como também de seu advogado, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de sua extinção e arquivamento. Expediente necessário.

ADV: ROBERTO ARRUDA CAVALCANTE (OAB 15304/CE) - Processo 0054135-97.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: FERNANDO LUCAS LIMA DA CUNHA - REQUERIDO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A - No despacho de fl. 117, este juízo determinou a intimação do autor para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestasse sobre o pedido de fl. 116, sendo que o mesmo silenciou. Pelo exposto, intime-se o promovente, por seu advogado, para manifestar interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção por falta de objeto. Publique-se. Intime-se.

ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0062094-95.2007.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - AUTOR: Argemiro Guidolin Filho e outro - RÉU: Helcio da Silva Maia Junior e outros - Vistos. Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca do A. R. de página 132, bem como para requerer o que for de direito, prazo de dez dias. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), SAMUEL MARQUES CUSTODIO DE ALBUQUERQUE (OAB 20873/CE), JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), DAVID SUCUPIRA BARRETO (OAB 18231/CE), CRISTINA MENESES LEAL CARDOSO (OAB 16854/CE) - Processo 0082906-27.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Luciano de Deus Martins - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consorcios de Seguro Dpvat S/A - Vistos. Expeçam-se os alvarás para pagamento ao autor e seu advogado. Dado o integral cumprimento da sentença, determino o posterior arquivamento dos autos com baixa na distribuição tão logo sejam recebidos os alvarás respectivos. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: MONICA MARIA MARQUES AGUIAR (OAB 25987/CE) - Processo 0103307-66.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Carlos Oliveira Lima - REQUERIDO: Banco Itau Unibanco S A - Vistos. Recebo a presente inicial, uma vez que, neste primeiro juízo de cognição dos autos, reputo presentes as condições da ação. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, o que faço com fulcro no art. 4º da lei 1060/50. Cite-se o promovido, na forma do art. 222, caput, do CPC, com as advertências legais.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0104527-02.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Edenilo Pires da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, o que faço com fulcro no art. 4º da lei 1060/50. Cite-se o promovido, na forma do art. 222, caput, do CPC, com as advertências legais.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0105034-60.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Onias Inacio de Mesquita - REQUERIDO: Banco Bmg - Isto posto, intime-se o promovente para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, fazendo juntar a procuração ad judicia respectiva, sob pena de indeferimento da exordial, nos termos do artigo 284, parágrafo único, do CPC, e consequente extinção do feito sem resolução do litígio. Expediente necessário.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0105371-49.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Paulo Valberto do Vale Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A e outro - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105424-30.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco das Chagas da Silva Nascimento - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Assim, com base nas razões acima expostas, DECLINO DA COMPETÊNCIA para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE) - Processo 0144937-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nicolina Message Arraes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intime-se, por carta e por telefone (ver na fl. 94), a sra. perita para apresentar sua proposta de honorários, prazo de dez dias, bem como para indicar dia, hora e local para a realização do exame pericial requerido, observando 30 dias de antecedência, para viabilizar a intimação das partes e de seus advogados. Intime-se o banco réu, por seu advogado, para apresentar os documentos referentes aos registros da cliente Nicolina Message Arraes, principalmente o documento original de fl. 16, perante a perita, no dia, hora e local por esta indicados para o exame pericial. Expediente necessário.

ADV: AECIO AGUIAR DA PONTE (OAB 5284/CE) - Processo 0175614-52.2015.8.06.0001 - Despejo - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Maria Raimunda Aguiar da Ponte - REQUERIDA: Izolda Maria Abreu Ribeiro e outros - Vistos. Intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca da devolução do aviso de recebimento (A.R.) de página 68, bem como para requerer o que for de direito, prazo de dez dias. Publique-se e intime-se.

ADV: FRANCISCO ANTONIO MENDONCA BARBOSA (OAB 5871/CE) - Processo 0207623-67.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Maciel Silva - REQUERIDO: Fabio Trindade Silva e outro - Considerando que, quanto ao réu HOSPITAL DE OLHOS LEIRIA DE ANDRADE S/S LTDA., a secretaria, conforme carta de fl. 35, só encaminhou a citação para a Rua Ildefonso Albano, 2095, Meireles, sendo frustrada tal tentativa (conforme aviso de recebimento de fl. 39), mas que, todavia, o autor, na inicial, também informou a Rua Rocha Lima, 1140, Joaquim Távora, como endereço válido para citação do promovido acima citado, cite-se o indigitado réu, nos termos do artigo 221, I, do CPC, observando-se, desta feita, o último endereço supra mencionado. Com relação ao réu FÁBIO TRINDADE SILVA, cuja tentativa de citação também foi infrutífera, conforme aviso de recebimento de fl. 40, denoto que a carta foi direcionada a endereço diferente ao apontado na exordial. Por causa disso, determino seja retificado junto ao sistema processual o endereço do mencionado litisconsorte e, após, reexpedida a carta de citação. Cumpra-se.

ADV: GERALDO DE HOLANDA GONÇALVES FILHO (OAB 17824/CE) - Processo 0215666-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Célia Maria Brito Gama - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a. e outro - Por isso, entendo que não há prejuízo à parte na espera da decisão sobre o pedido de cunho antecipatório, que se dará após manifestação dos réus, quando possível colher outros elementos para formar a convicção deste juízo. Citem-se os réus para, querendo, contestarem os termos da exordial e para se manifestarem sobre o pedido de tutela antecipada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

EXPEDIENTES DA 20ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIA NEUMA MOTA MOREIRA DIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULO BRAGA DA ROCHA LIMA NETO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: CARLOS ALBERTO JONAS (OAB 184605/SP), ALBERTO VERAS CARAPEBA FILHO (OAB 21021/CE) - Processo 0016781-43.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Alberto Veras Carapeba e outro - REQUERIDO: Edilson Soares - Tem-se notícia pelas informações constantes de ações conexas que o requerido veio a falecer. As ações são independentes. Intime-se o requerente para dizer se persiste interesse no prosseguimento do feito, promovendo a regularidade do polo passivo. Intime(m)-se.

ADV: EDNUZIA MARCELLA MARQUES DA SILVA (OAB 24200/CE) - Processo 0027976-59.2008.8.06.0001 (apensado ao processo 0021156-87.2009.8.06) - Procedimento Ordinário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edilson Soares - REQUERIDO: Alberto Veras Carapeba e outro - Tem-se notícia pelas informações constantes de ações conexas que o requerente veio a falecer. As ações são independentes. Intime-se seu advogado para corrigir a sucessão processual Intime(m)-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016

ADV: JOSE MARIA FARIAS GOMES (OAB 6756/CE) - Processo 0041937-28.2012.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - CONSGTE: RICARDO SILVA BESSA - CONSIGNADO: POSTO SERPA LTDA - Face ao decurso de mais de dois anos, sem que a parte autora tenha realizado o depósito judicial, objeto da presente ação, é de bom alvitre intimá-la para que informe a este Juízo se ainda tem interesse no prosseguimento do feito.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0048452-79.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: MARIA ZENEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: BANCO VOLKSWAGEN - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação, no prazo da lei.

ADV: JOSE WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0050521-84.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: MAGALY ARRAES ASSUNÇÃO - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor incontroverso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC). Expedientes necessários.

ADV: JOSE WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0050893-33.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: LEDA MARIA DA SILVA CASTRO - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor incontroverso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC). Expedientes necessários.

ADV: JOSE MESSIAS FERREIRA (OAB 13095/CE), EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0054215-66.2009.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Liminar - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Orlando Gurgel - Isto posto, considerando a lei, a jurisprudência aplicada a espécie, a prova documental anexada, JULGO PROCEDENTE, a presente ação de Reintegração de posse, movida por AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A em desfavor de FRANCISCO ORLANDO GURGEL, declarando consolidada a parte autora na posse e na propriedade do bem descrito na petição inicial, autorizando, de logo, a sua venda extrajudicial, ficando, pois, rescindido o contrato de arredamento mercantil. Condeno a parte sucumbente em honorários, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), segundo os critérios do art. 20,§ 4º, CPC, ficando suspensa sua execução, face o beneficio da gratuidade da justiça.

ADV: JORGEANA LOPES DE LIMA (OAB 14194/CE), JORGE MARTINS DE LIMA (OAB 15407/CE) - Processo 0061902-36.2005.8.06.0001 - Revisional - REQUERENTE: Emanuel de Jesus Batista Carvalho e outro - REQUERIDO: Inss Instituto Nacional de Seguro Social - Na presente ação é necessária a realização de perícia médica, imprescindível para a instrução do feito. Entretanto, face o teor das informações prestadas, pela PEFOCE, através do ofício de nº 124/2015, informando da impossibilidade de realização de perícia médica em processos de natureza cível , determino que os presentes autos, sejam suspensos, e aguardem a realização de Mutirão que envolvam as ações do INSS, ocasião em que será realizada perícia médica, a fim de dar prosseguimento ao feito.

ADV: MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE) - Processo 0103988-36.2016.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S.a. - REQUERIDO: Livre Locadora de Veículos Ltda - Me e outros - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, juntando aos autos o comprovante de pagamento

das custas processuais referentes ao Fermoju, sob pena do art. 257, CPC, bem como para que efetue a juntada do referido contrato que justifica o ajuizamento da Ação Monitória.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0104098-35.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jose Roberto da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, juntando aos autos o comprovante de residência com data de referência mínima dos últimos 3 (três) meses.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0105091-78.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Wellington Sousa Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro Dpvat - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, juntando aos autos comprovante de residência com data de referência mínima dos últimos 3 (três) meses.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105183-56.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Gerdan Lima Teixeira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, juntando aos autos o comprovante de residência com data de referência mínima dos últimos 3 (três) meses.

ADV: RANIERE DE SOUSA BARROS (OAB 15565/CE) - Processo 0105414-83.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rubenick Silva dos Santos - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial para que comprove nos autos o pagamento ou depósito dos valores contratados até o ajuizamento da ação, e do depósito do valor que entende devido a partir do ingresso em juízo, bem como junte cópia legível do contrato, especificando as cláusulas que pretende revisar e por qual fundamento. sob pena de indeferimento da inicial, por inépcia.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105432-07.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Feitosa de Souza - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, juntando aos autos comprovante de residência com data de referência mínima dos últimos 3 (três) meses, bem como cópia legível do documento de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105684-10.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josue Levy de Almeida Sousa - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, juntando aos autos o comprovante de residência com data de referência mínima dos últimos 3 (três) meses.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0105689-32.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Monteiro da Silva Filho - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, juntando aos autos o comprovante de residência com data de referência mínima dos últimos 3 (três) meses, bem como junte as cópias legíveis da documentação pessoal do autor.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0137963-83.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Alex Ribeiro de Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Sobre a contestação, manifeste-se a Autora no prazo de 10(dez) dias. Intime-se.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0141341-47.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisca Doriene de Oliveira Brito - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Sobre a contestação, manifeste-se a Autora no prazo de 10(dez) dias. Intime-se.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0141803-04.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - EXECUTADO: JOSE MARCIO SOUZA DA COSTA - Intime(m)-se a parte exequente para, no prazo de 10 dias, regularizar a juntada do contrato de financiamento, visto que a petição de fls. 26, veio desacompanhada de referido documento.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0141859-37.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: BANCO FIAT S.A - EXECUTADO: CARLOS EUGENIO DE ANDRADE - HOMOLOGO por sentença, para que surtam seus jurídicos efeitos, a desistência pleiteada, julgando extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art.267, VIII, do Código de Processo Civil. Condena á parte autora ao pagamento de eventuais custas processuais.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0142205-56.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: PAULO SERGIO FERREIRA DE MORAIS - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor incontroverso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC). Expedientes necessários.

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0147110-36.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Robério Gonçalves da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros - R.H. Analisando os autos, localizei às fls. 79, o depósito de R$ 2.328,75 (Dois mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), referente ao acordo celebrado entre as partes (fls. 70/71) e homologado neste juízo (fls. 74), sendo R$ 2.025,00 (Dois mil e vinte e cinco reais) para o autor e R$ 303,75 (Trezentos e três reais e setenta e cinco centavos) para honorários advocatícios. Destarte, expeça-se competente alvará nos moldes da petição de fls. 87 Empós, arquive-se. Intime(m)-se.

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0148649-37.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Maria Eliane da Silva Pontes - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Diante do exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 267, I, combinado com o art. 295, I, parágrafo único, I, primeira parte, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se à baixa na Distribuição e ao arquivamento dos autos, observadas as disposições legais. Sem custas. P.R.I.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR), LUIZ EVANDRO CAMPOS GONZAGA DA IGREJA (OAB 20520/CE) - Processo 0153158-79.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: LUIZ ALVES CAVALCANTE - REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO S/A - Diante do exposto, homologo por sentença, para que surtam seus jurídicos efeitos, a transação realizada, julgando extinto o processo COM resolução de mérito, na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários advocatícios conforme convencionado. P. R. I. Uma vez estabelecida a coisa julgada, baixa e arquivo.

ADV: ADRIANO DE MARCHI (OAB 11060/CE), CARLOS OTAVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE), ANA THEREZA

GRAÇA MARCELO (OAB 19246/CE) - Processo 0765962-93.2014.8.06.0001 (processo principal 0177535-17.2013.8.06) - Impugnação de Assistência Judiciária - Rescisão / Resolução - IMPUGNANTE: Espólio de José Jacinto de Oliveira - IMPUGNADO: Francisco Reslanio Araujo de Paiva - Feito o breve relato, decido: Homologo, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, para que surtam seus lídimos efeitos jurídicos e legais, o que faço com arrimo no art. 269, III, do Código de Processo Civil. Custas da lei e honorários na forma pactuada.

ADV: JOSE GIOVANI PORTELA (OAB 9333/CE) - Processo 0858643-82.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ORLANDO DO NASCIMENTO SILVA - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor incontroverso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC). Expedientes necessários.

ADV: FABIO NOGUEIRA ROCHA (OAB 14833/CE) - Processo 0910026-02.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Abel dos Santos Pinto - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Visto em interlocutório. Trata-se de ação revisional de contrato bancário. Até a presente data a parte autora não foi intimada do despacho de fls. 35. Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor incontroverso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC). Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 21ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ADAYDE MONTEIRO PIMENTEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA EVELINE DE OLIVEIRA LAVOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2016

ADV: ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE) - Processo 0120083-78.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Luiz de Oliveira Tavares - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Considerando ser praxe desse Juízo a expedição de alvarás judiciais em apartado, separando-se os honorários sucumbenciais, indefiro o pedido de que o expediente seja unicamente em nome da causídica. Assim, tendo em vista o depósito apresentado às fls. 191, expeçam-se os competentes alvarás, sendo um em favor do autor no valor de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e outro em favor da advogada deste, no valor de R$ 354,38 (trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos), conforme acordo às fls. 168/169, homologado por sentença às fls. 173. Ao final, retornem os autos ao arquivo.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0128598-49.2008.8.06.0001 - Busca e apreensao - REQUERENTE: Banco Finasa S.a - REQUERIDO: Andre Luis Silva da Costa - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre o mandado de busca e apreensão, devolvido sem o devido cumprimento, nos termos da certidão do Oficial de Justiça, constante às fls. 57, no prazo de lei.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0133253-88.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - EXECUTADO: MARCOS DE CASTRO FOLLONE - Renove-se o mandado por precatória, conforme petição de fls.63/64. Exp. nec

ADV: MOZART GOMES DE LIMA NETO (OAB 16445/CE) - Processo 0140032-59.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: SM FOMENTO COMERCIAL LTDA - EXECUTADO: FÁBRICA DE ARAMES QUIKLINK LTDA e outros - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre as informações acostadas às fls. 61/63. Exp. Nec.

ADV: JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE) - Processo 0144829-78.2013.8.06.0001 - Usucapião - Propriedade - REQUERENTE: MARIA ESTELA MAIA DE ALENACAR - REQUERIDO: Antônio Augusto de Alencar, sua mulher e seus herdeiros e outro - Retornem os autos com vista ao MP.

ADV: KATARINA TEIXEIRA EVANGELISTA (OAB 13185/CE), ANTONIO EDMAR CARVALHO LEITE (OAB 14815/CE) - Processo 0151676-33.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - EXECUTADO: Hermes Monteiro Industrial de Embalagens Ltda ME e outro - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre as informações acostadas às fls. 87/88. Exp. Nec.

ADV: LEANDRO LIMA EVANGELISTA (OAB 23337/CE) - Processo 0162445-03.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Vanilson de Sousa - REQUERIDO: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena extinção. Exp. nec

ADV: MARCIO ANTONIO TORRES (OAB 92172/RJ) - Processo 0169642-04.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Camila Cavalcante Menezes - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação apresentada às fls. 25/46, no prazo decendial.

ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0176017-21.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Maxwel Ferreira da Silva - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A e outro - Considerando ser praxe desse Juízo a expedição de alvarás judiciais em apartado, separando-se os honorários sucumbenciais, indefiro o pedido de que o expediente seja unicamente em nome da causídica. Assim, tendo em vista o depósito apresentado às fls. 73/74, expeçam-se os competentes alvarás, sendo um em favor do autor no valor de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e outro em favor da advogada deste, no valor de R$ 354,37 (trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme acordo às fls. 63/64, homologado por sentença às fls. 67/68. Intime-se a parte promovida para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o comprovante de pagamento das custas processuais finais, através da guia FERMOJU, conforme sentença acima mencionada, sob pena de inscrição como dívida ativa do Estado (art. 7º, §2º da Lei Estadual nº. 12.381/94). Comprovado o recolhimento acima determinado, arquive-se.

ADV: FRANCISCO RAUL FELIX PINTO (OAB 27726/CE) - Processo 0176593-14.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Ilton Cordeiro Tavares Filho e outros - REQUERIDO: Tv Cidade de Fortaleza Ltda - Para fins do deferimento da gratuidade da justiça, junte a parte autora, em 10 (dez) dias, cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega na Receita Federal, ou recolha as custas iniciais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC). Exp. nec

ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE) - Processo 0177749-42.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial

- Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itau Unibanco S.A - EXECUTADO: A Mark S Representações Ltda e outro - Em face do pedido retro, à secretaria para que promova através do sistema INFOJUD, pesquisa como intuito de identificar o endereço atualizado do requerido: A Mark Representações Ltda. Renove-se mandado, conforme endereço indicado na inicial, do requerido Ailton Marques da Cunha, utilizando se necessário o disposto no art. 172 do CPC. Exp. nec

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0192737-63.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Edson Ferreira da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação e os documentos que a acompanham, apresentados às fls. 26/67, no prazo decendial.

ADV: TICIANE HOLANDA TOMAZ DE OLIVEIRA MARINHO (OAB 21728/CE), GIOVANNI AUGUSTO BALUZ ALMEIDA - Processo 0193963-11.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Marca - REQUERENTE: Leão do Sul Ltda - REQUERIDO: Leão da Barra - Indefiro pedido retro. À secretaria para que promova, através do sistema INFOJUD, pesquisa com o objetivo de localizar o endereço atualizado do requerido. Exp. nec

ADV: JOAO RAFAEL DE FARIAS FURTADO NOBREGA (OAB 17739/CE) - Processo 0194954-84.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: MARCOSA S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - EXECUTADO: RF Construção e Mineração ltda - Renove-se o mandado de execução, com a inclusão do endereço indicado na petição constante às fls. 105 dos autos.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0195129-73.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Fernando Macedo de Melo - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação e os documentos que a acompanham, apresentados às fls. 42/72, no prazo decendial.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0196392-43.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria de Fatima da Silva Cruz - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - Defiro a gratuidade de justiça. Converto o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que, segundo jurisprudência majoritária do STJ, inexistindo prejuízo para as partes, é admissível a conversão referida. Cite-se o réu para, querendo, responder a ação no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que, não apresentada nenhuma defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0197127-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cicero Alves de Assis - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - Defiro a gratuidade de justiça. Converto o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que, segundo jurisprudência majoritária do STJ, inexistindo prejuízo para as partes, é admissível a conversão referida. Citem-se os promovidos para, querendo, responder a ação no prazo de 15 (quinze) dias, cientes de que, não apresentada nenhuma defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor.

ADV: MARCO ANDRE HONDA FLORES (OAB 9708/MT) - Processo 0204680-82.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: George Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Indefiro o pedido retro. Arquivem-se os presentes autos.

ADV: GUSTAVO SAMPAIO BRASILINO DE FREITAS (OAB 17106/CE), ANDREZA MARIA MANO VIDAL (OAB 17493/CE) - Processo 0205573-73.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: João de Barro Empreendimentos Imobiliários LTDA - REQUERIDO: Espolio de Antonia Osanira Sales - Renove-se o expediente citatório, nos termos requeridos às fls. 46.

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0205690-59.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Felipe de Sousa Inacio - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação apresentada às fls. 22/39, no prazo decendial.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0206667-51.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Afonso Augusto de Freitas - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação apresentada às fls. 30/44, no prazo decendial.

ADV: CARLOS GIOVANE BARBOSA REBOUÇAS (OAB 19437/CE) - Processo 0207420-08.2015.8.06.0001 - Exibição - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Tatiany Alessandra Oliveira Lopes - REQUERIDO: Vpi - Vitoria Publicidade e Investimento - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto nos arts. 282 e 283 do Código de Processo Civil, apresentando aos autos comprovante de endereço e documento que comprove a existência de relação entre as partes. Para fins do deferimento da gratuidade da justiça, junte a parte autora, em igual prazo, documentos capazes de comprovar a alegada hipossuficiência (cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega na Receita Federal ou holerite), ou recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC).

ADV: SULPICIO MOREIRA PIMENTEL NETO (OAB 15935/PB) - Processo 0207780-40.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Medida Cautelar - REQUERENTE: Francisquinha Ribeiro de Almeida e outro - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto nos arts. 282 e 283 do Código de Processo Civil, apresentando aos autos cópia legível do documento de fls. 07. Para fins do deferimento da gratuidade da justiça, junte a parte autora, em igual prazo, cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega na Receita Federal, ou recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC).

ADV: ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI (OAB 39274/PR) - Processo 0208689-82.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco de Lage Landen Brasil S/A - EXECUTADO: Antônio Lima Câmara - Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, no montante de R$ 21.573,46 (vinte e um mil quinhentos e setenta e três reais), ou nomear bens à penhora. Fixo os honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito, os quais serão reduzidos pela metade na hipótese do parágrafo único do artigo 652-A, do Código de Processo Civil.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0210564-87.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Soares de Sousa - REQUERIDO: Yasuda Marítima Seguros e Saúde e outro - Defiro a gratuidade de justiça. Converto o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que, segundo jurisprudência majoritária do STJ, inexistindo prejuízo para as partes, é admissível a conversão referida. Cite-se o réu, devendo o mesmo trazer aos autos fotocópia do processo administrativo que reconheceu a invalidez da autora, já que se trata de documento comum às partes (art. 358, III, do CPC), no prazo da contestação. Caso assim não o faça, incidirá a penalidade prevista no art. 359, I do Código de Ritos. Expedientes necessários.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0210633-22.2015.8.06.0001 - Procedimento

Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Adailson Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimentosaymore Cred Financiamento e Investimanto S/A - Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Reservo-me no direito de apreciar o pleito liminar após a formação do contraditório. Cite-se a parte requerida para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar resposta, sob pena de, não contestada a presente ação, os fatos alegados na exordial serem considerados verdadeiros, conforme preceituam os artigos 297 e 319, do Código de Processo Civil. Exp. Necessários.

ADV: ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (OAB 15166/CE) - Processo 0211208-30.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Agostinho Jose Rodrigues Filho - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - Cite-se a parte ré para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar a contestação, sob pena de, não sendo apresentada nenhuma defesa, serem reputados verdadeiros os fatos alegados na exordial, conforme preceitua o artigo 319 do Código de Processo Civil. Ademais, intime-se a requerida para, no prazo supracitado, juntar aos autos a cópia do contrato de financiamento celebrado entre as partes. Exp. Necessários.

ADV: JOAO GUIMARAES DA SILVA (OAB 32963/CE) - Processo 0211374-62.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: João Victor Duarte Barbosa - REQUERIDO: Aruana Seguros S/A e outro - Defiro a gratuidade de justiça. Converto o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que, segundo jurisprudência majoritária do STJ, inexistindo prejuízo para as partes, é admissível a conversão referida. Cite-se o réu, devendo o mesmo trazer aos autos fotocópia do processo administrativo que reconheceu a invalidez da autora, já que se trata de documento comum às partes (art. 358, III, do CPC), no prazo da contestação. Caso assim não o faça, incidirá a penalidade prevista no art. 359, I do Código de Ritos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ADAYDE MONTEIRO PIMENTEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA EVELINE DE OLIVEIRA LAVOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2016

ADV: JORGE ANTONIO DANTAS SILVA (OAB 255381/SP) - Processo 0050193-57.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito - EXEQUENTE: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. - EXECUTADO: BROK LOGÍSTICA LTDA. - Cumpra-se o despacho de fls. 65, observando o endereço acostado às fls. 94. Exp. Nec.

ADV: MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO (OAB 15096/CE), KLEIDSON LUCENA CAVALCANTE (OAB 25830/CE) - Processo 0129284-94.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0910799-47.2014.8.06) - Embargos à Execução - Interpretação / Revisão de Contrato - EMBARGANTE: Jose Cleison Freitas da Silva Me - EMBARGADO: Banco do Brasil S.a. - Tendo em vista que a publicação do despacho de fls. 13 não foi direcionada ao advogado da parte embargada, publique-se novamente o mesmo. Exp. Nec.

ADV: MANOEL ABILIO LOPES (OAB 29431/CE) - Processo 0146138-66.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Jose Lima Viana - REQUERIDO: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, promovendo seu regular andamento, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção do processo (art. 267, III § 1º CPC).

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0146233-67.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: MONICA PAULINO DE OLIVEIRA - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A - Intime-se a parte promovida para que se manifeste sobre o pedido de desistência às fls. 216.

ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE) - Processo 0150227-06.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: ITAU UNIBANCO S/A - EXECUTADO: AMARAL PNEUS E SERVIÇOS e outro - Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para que o autor informe onde pode ser localizado os réus, a fim de se dar prosseguimento ao feito. Exp. nec

ADV: PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN (OAB 37007/PR) - Processo 0175885-66.2012.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Caixa de Previdencia dos Funcionários do Banco do Brasil - EXECUTADO: Edlberto Santana Noleto e outro - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher as custas correspondente à expedição das cartas precatórias para a citação das exequidas em outra comarca. Exp. Nec.

ADV: GISELLE ROCHA FERRAZ (OAB 12970/CE) - Processo 0178012-74.2012.8.06.0001 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itau S/A - REQUERIDA: Maria das Graças Gomes - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a informação acostada às fls. 61. Exp. Nec.

ADV: BRENO MORAIS DIAS (OAB 21695/CE) - Processo 0181967-11.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Vânia Sanders Oliveira e outro - REQUERIDO: Elvas Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outros - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação de tutela haja vista inexistência, no momento, de requisito essencial a sua concessão. Citem-se as promovidas para, querendo, contestar a presente demanda no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-as de que, não havendo resposta, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular pela parte promovente.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0185586-17.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: FRANCISCA ELIANA SILVA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Indefiro o pedido de fl.178, visto que tanto a tabela de custas quanto o formulário para pagamento encontram-se o sítio do TJCE (www.tjce.jus.br). Assim, certifique a Secretaria se houve ou não pagamento das custas processuais, nos termos da sentença de fls.106/116. Caso negativo, oficie-se ao órgão competente para inscrição na dívida ativo do Estado do Ceará. O que feito, arquivem-se os presentes autos.

ADV: MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0196111-87.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Valdemiro Moreira de Souza - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A e outro - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos das contestações e os documentos que as acompanham, apresentados às fls. 27/75 e 76/134, no prazo decendial.

ADV: RAUL LOIOLA DE ALENCAR FILHO (OAB 11085/CE) - Processo 0197941-88.2015.8.06.0001 - Monitória - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Csta- Colégio Santo Tomás de Aquino (Cons.par. Nossa Senhora de Fátima) - REQUERIDA: Francisca de Assis Viana Moreira - Tendo em vista que os documentos acostados não são suficientes para comprovar a insuficiência de recursos da parte promovente, intime-a para que recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC).

ADV: PATRICIA ARAUJO RAMOS (OAB 17343/CE) - Processo 0198371-40.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Inadimplemento - EXEQUENTE: Montadora Brasileira de Eventos Ltda - ME (MONTADORA PAULISTA DE EVENTOS) - EXECUTADA: TEREZA CRISTINA LIMA DE OLIVEIRA e outro - Cite-se a parte executada para, no prazo de 03 (três) dias,

efetuar o pagamento da dívida ou nomear bens à penhora. Fixo os honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito, os quais serão reduzidos pela metade na hipótese do parágrafo único do artigo 652-A, do Código de Processo Civil.

ADV: LOURENCO GASPARIN (OAB 47155/RS) - Processo 0206498-64.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Financeiro da Habitação - REQUERENTE: José Elson de Queiroz e outros - REQUERIDO: Caixa Seguradora - Desta forma, intime-se a parte promovente, por seu advogado, para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, retificando o valor da causa nos moldes do art. 258 do Código de Processo Civil. Com base nos arts. 282 e 283 do citado diploma legal, devem os autores, em igual prazo, apresentar narração clara dos fatos, indicar o(s) imóvel(is) objeto(s) do(s) contrato(s) supostamente firmado(s) entre as partes, apresentando documentação que aponte sua legitimidade para litigar no presente feito, tendo em vista que o único contrato de promessa de compra e venda acostado aos autos foi firmado em nome de José Elson de Queiroz, bem como para que comprovem a existência de relação jurídica com as promovidas, tudo sob pena de indeferimento da inicial. Para fins do deferimento da gratuidade da justiça, junte a parte autora, em igual prazo, cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega na Receita Federal, ou recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC).

ADV: CECILIA RODRIGUES MOTA (OAB 13524/CE) - Processo 0206811-25.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Medida Cautelar - REQUERENTE: Absp - Associação Brasileira dos Servidores Públicos e outro - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto nos arts. 282 e 283 do Código de Processo Civil, apresentando aos autos cópias legíveis dos documentos de fls. 7/9 e 33. Para fins do deferimento da gratuidade da justiça, junte a parte autora, em igual prazo, cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega na Receita Federal, ou recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC).

ADV: LOURENCO GASPARIN (OAB 47155/RS) - Processo 0207085-86.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Financeiro da Habitação - REQUERENTE: Adeildo Bastos Mesquita e outros - REQUERIDO: Federal de Seguros Sa e outro - Desta forma, intime-se a parte promovente, por seu advogado, para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, retificando o valor da causa nos moldes do art. 258 do Código de Processo Civil. Com base nos arts. 282 e 283 do citado diploma legal, devem os autores, em igual prazo, apresentar narração clara dos fatos, indicar os imóveis objetos dos contratos supostamente firmados entre as partes, apresentando documentação que aponte sua legitimidade para litigar no presente feito, tendo em vista não constar nos autos quaisquer documentos que comprovem a propriedade dos mesmos, bem como para que comprovem a existência de relação jurídica com as promovidas, tudo sob pena de indeferimento da inicial. Para fins do deferimento da gratuidade da justiça, junte a parte autora, em igual prazo, cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega na Receita Federal, ou recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, CPC).

ADV: ANA TERRA FEITOSA LOBATO (OAB 10734/MA) - Processo 0207151-66.2015.8.06.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Pif Lobato & Cia Ltda - Me - REQUERIDO: Godim Madereira Ltda - Epp e outros - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, apresentando aos autos cópia legível dos documento de fls. 09/13 e 16/18, bem como para que recolha as custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 257 do Código de Processo Civil.

ADV: CECILIA RODRIGUES MOTA (OAB 13524/CE) - Processo 0207229-60.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Medida Cautelar - REQUERENTE: Absp - Associação Brasileira dos Servidores Públicos e outro - REQUERIDO: Banco Votorantim Sa - Defiro o benefício da justiça gratuita. Cite-se a parte promovida para, no prazo de 05 (cinco) dias, promover a exibição dos documentos ou, em igual prazo, oferecer contestação, caso queira, tudo sob pena de revelia.

ADV: PAULO CESAR LOPES DE MELO (OAB 19414/CE) - Processo 0207607-16.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Raimundo Gomes de Oliveira - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Defiro a gratuidade da justiça. Cite-se a promovida para, querendo, contestar a presente demanda no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-a de que, não havendo resposta, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular pela parte promovente. Na oportunidade, intime-se a requerida para que apresente, em igual prazo, cópia do contrato firmado entre as partes. Sobre a antecipação da tutela, manifestar-me-ei após resposta da parte demandada.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567/CE) - Processo 0209197-28.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Maria do Carmo Lima Maia - Isto posto, homologo, para que surta seus respectivos efeitos, o pedido de DESISTÊNCIA formulado às fls. 32/33 dos autos, o que faço por esta sentença, nos termos do artigo 267, VIII do Código de Ritos. Custas já pagas pela autora. Sem honorários advocatícios, tendo em vista a não formação do contraditório. P. R. I. Após o trânsito em julgado, dêem-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: BRENO RIVADAVIA LOPES MELO CORDEIRO (OAB 31039/CE), CINTHIA PAOLA SILVA DAMASCENO (OAB 31038/CE), MARCONDES PAULO DA SILVA (OAB 8371/CE) - Processo 0216655-96.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adriana Homcy Lopes - REQUERIDO: Manhattan Summer Park - Empreendimento Imobiliário Ltda - Reservo-me o direito de apreciar o pleito antecipatório após a formação da relação processual. Cite-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, ciente de que, nada apresentado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Exp. nec

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0217740-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Saldanha da Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Defiro a gratuidade de justiça. Converto o rito sumário para o ordinário, tendo em vista que, segundo jurisprudência majoritária do STJ, inexistindo prejuízo para as partes, é admissível a conversão referida. Cite-se o réu, devendo o mesmo trazer aos autos fotocópia do processo administrativo que reconheceu a invalidez da autora, já que se trata de documento comum às partes (art. 358, III, do CPC), no prazo da contestação. Caso assim não o faça, incidirá a penalidade prevista no art. 359, I do Código de Ritos. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0217844-12.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Daniel de Moraes Ellery Barreira - REQUERIDO: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - Para fins de deferimento da gratuidade de justiça, junte o requerente, em 10(dez) dias, a cópia atualizada da última declaração de bens e rendimentos com o respectivo recibo de entrega da Receita Federal, ou, no prazo de 30(trinta) dias, recolha as custas judicias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme preceitua o artigo 257 do Código de Processo Civil. Exp. Necessários.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 29465/CE) - Processo 0407137-74.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Augustinho Alves Bezerra Neto - REQUERIDO: Banco Itau S/A - Defiro o pedido formulado nos termos da petição constante às fls. 161, com o fim de autorizar o desarquivamento do feito e determinar a

intimação da parte promovente para se manifestar sobre o depósito judicial apresentado na petição constante às fls. 174/175, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE), ADELGIDES FIGUEIREDO CORREIA NETO (OAB 8209/CE) - Processo 0465626-07.2010.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - REQUERIDO: R.a.c.s Em Informática Ltda e outro - Em face ao pedido retro, à secretaria para que promova através do sistema INFOJUD, pesquisa com o objetivo de localizar o endereço atualizado dos requeridos. Exp. nec

ADV: CID MARCONI GURGEL DE SOUZA (OAB 10007/CE) - Processo 0483326-93.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Mkg Alimentos Ltda - REQUERIDO: Companhia de Energia Eletrica do Estado do Ceara - Coelce - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação e os documentos que a acompanham, apresentados às fls. 179/351, no prazo decendial.

EXPEDIENTES DA 22ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE BARRETO DE CARVALHO FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DIONÍSIA MARIA TEIXEIRA MENDES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0098/2016

ADV: ANDERSON LAURENTINO DE MEDEIROS (OAB 20615/CE), SAMILA ROCHA DE ANDRADE (OAB 18205/CE), CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE), DAVID NOGUEIRA BARBOSA (OAB 24941/CE) - Processo 0209271-82.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Madson Henrique Tenorio Vieira e outro - REQUERIDO: Andrade Furtado Empreendimento Imobiliário Ltda. (Campobelo Condomínio Parque) e outros - Diante do exposto, concedo a medida, para, em consequência, deferir a tutela antecipada, em parte, determinando, até ulterior deliberação, a suspensão de toda e qualquer cobrança, quer em relação ao próprio saldo devedor, quer as referentes às taxas condominiais pertinentes ao imóvel objeto desta lide, bem ainda, que as Demandadas se abstenham de incluir os nomes dos Autores nos cadastros negativos de crédito ou, se existir tais gravames, que sejam baixados no prazo de cinco dias. Ficam os Autores obrigados a prestarem caução fidejussória no valor da dívida. Após, INTIMEM-SE os Demandado desta decisão. Na hipótese de descumprimento de quaisquer das medidas por parte das Promovidas, fixo pena cominatória, à razão de meio salário mínimo diário, para cada dia de descumprimento, em proveito dos Autores. Audiência preliminar para o dia 10 de março de 2016, às 15:00 horas. Intimem-se. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 24ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ADAYDE MONTEIRO PIMENTEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANETE CAVALCANTE GIRÃO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2016

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0033424-66.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0879593-15.2014.8.06) (processo principal 0879593-15.2014.8.06) - Exceção de Incompetência - Revisão - EXCIPIENTE: Banco Volkswagen S/A - R. H. Apensem-se os presentes, aos autos da ação principal de nº 0879593-15.2014.8.06.0001/0. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos os comprovantes de pagamento das custas processuais iniciais, que devem ser calculadas de acordo com o art. 3º, § 3º, da Portaria nº 13/2016 do TJ/Ce, disponibilizada no Diário da Justiça em 08.01.2016. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 14 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: DARLEN SANTIAGO (OAB 31724/CE) - Processo 0101623-09.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Silmara Janne Vieira Sanches - Rec. Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, corrigir o valor da causa de acordo com o contrato, bem como efetuar o pagamento das custas remanescentes. Exp. Nec.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0101646-52.2016.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jose Gomes de Holanda - REQUERIDA: Anna Claudia Lima Bezerra - Rec. Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, efetuar o pagamento das custas processuais ou comprovar a alegada hipossuficiência financeira, bem como corrigir o valor da causa de acordo com o descrito na lei 8.245/91 (lei do inquilinato). Exp. Nec.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0101714-02.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Ivanubia da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Rec. Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos documentação de fls.18/19 de forma legível. Exp. Nec.

ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA (OAB 17879/PE) - Processo 0102230-22.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - REQUERIDA: Francisca Rigele Mesquita de Lima - R. H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos o comprovante de pagamento das custas processuais referentes a Defensoria (DPC), o qual não consta dos autos. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 18 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FRANKLIN FERNANDES LIMA (OAB 17112/CE) - Processo 0102525-59.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Kelita Siqueira Lopes - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Rec. Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos documentação que identifique a parte autora. Exp. Nec.

ADV: KARUZA CASTRO DE OLIVEIRA AMORIM (OAB 21331/CE) - Processo 0139351-89.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0054260-65.2012.8.06) - Busca e Apreensão - Medida Cautelar - REQUERENTE: PANAMERICANO S/A - REQUERIDO: FABIANO SISNANDES FREIRES - Rec. Hoje. Intime-se a parte autora através de seus advogados para, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizar a petição de acordo às fls. 33-35, uma vez que a advogada que assinou digitalmente a peça não está habilitada para atuar no feito, sob pena de não ser homologada a transação. Exp. Neces.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0141665-37.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0452374-97.2011.8.06) - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: BANCO ITAUCARD

S.A. - EXECUTADO: FRANCISCO JOAB E SILVA - R. H. Ante o pedido de fls. 26, concedendo o prazo de 10(dez) dias para a parte exequente efetuar o pagamento das custas processuais iniciais de acordo com a tabela de custas vigentes, sob pena de extinção. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 13 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 23510/CE) - Processo 0161362-44.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Antônio de Pádua Freire Magalhães - REQUERIDA: Leudimar Bonfim Sobreira - R. H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos os seguintes documentos mencionados na petição de fls. 66: certificado de registro e licenciamento do veículo, bem como para informar o número da ação revisional e onde está tramitando. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ANDRÉ LUIZ CHINI (OAB 15336/PA) - Processo 0168222-66.2012.8.06.0001 (apensado ao processo 0513374-98.2011.8.06) (processo principal 0513374-98.2011.8.06) - Exceção de Incompetência - EXCIPIENTE: Alubar Energia S/A e outro - R. H. Apensem-se aos autos do processo nº 0513374-98.2011.8.06.0001/0. Indefiro o pedido de gratuidade, tendo em vista tratar-se de empresa capaz de suportar o pagamento das custas processuais. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos os comprovantes de pagamento das custas processuais iniciais. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 13 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0185868-84.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Evaldo do Nascimento Ferreira - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Diante do exposto, Considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO por sentença, a transação celebrada entre as partes, nos termos acordados às fls. 57-58, extinguindo-se assim o processo com fulcro no art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas pela forma acordada. Renunciado o prazo recursal, certifique a secretaria o trânsito em julgado da sentença, após arquivem-se os autos com a baixa devida.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0185963-17.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josenilson Vilanova da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguro S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Diante do exposto, Considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO por sentença, a transação celebrada entre as partes, nos termos acordados às fls. 89-90, extinguindo-se assim o processo com fulcro no art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas pela forma acordada. Renunciado o prazo recursal, certifique a secretaria o trânsito em julgado da sentença, após arquivem-se os autos com a baixa devida.

ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE), ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0200241-23.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Sergio Sousa Bento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Diante do exposto, Considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO por sentença, a transação celebrada entre as partes, nos termos acordados às fls. 105-106, extinguindo-se assim o processo com fulcro no art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Custas pela forma acordada. Renunciado o prazo recursal, certifique a secretaria o trânsito em julgado da sentença, após arquivem-se os autos com a baixa devida.

ADV: PAULO HENRIQUE MAMEDE ELLERY (OAB 14433/CE) - Processo 0212072-68.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Massa Falida da Unanime - Cooperativa de Econ e Cred Mut dos Serv Publ do Poder Execu do Est do Ce, Na Reg Met de Frotal - EXECUTADA: Cristiane Mendonça Avila - R. H. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, juntar aos autos os atos constitutivos da Cooperativa UNANIME e os documentos de identificação civil do administrador judicial. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 15 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CARLOS EDUARDO NUNES DE SENA (OAB 12742/CE) - Processo 0216535-53.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Márcio Eduardo dos Santos Ilha - REQUERIDO: Panamericano Arrendamento Mercantil S/A - R.h. Intime-se a parte autora, para, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, emendar à inicial, atribuindo à causa valor compatível com a quantia estipulada no contrato celebrado pelas partes (Art. 259, inciso V - CPC), bem como juntar comprovante da declaração de imposto de renda atual ou, em caso de isenção, apresentar outro documento capaz de comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Intime-se ainda, em igual prazo, para, juntar aos autos cópia o contrato que busca revisar e a planilha de cálculos mencionada na exordial. Exp. Nec. Fortaleza (CE), 15 de janeiro de 2016. Adayde Monteiro Pimentel Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ADAYDE MONTEIRO PIMENTEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANETE CAVALCANTE GIRÃO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2016

ADV: ALEXANDRE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/CE), LEVI DE OLIVEIRA PAIVA SALES (OAB 27472/CE), RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA (OAB 8985/CE), ANTONIO AUGUSTO PORTELA MARTINS (OAB 6556/CE), ALICE GONDIM SALVIANO DE MACEDO (OAB 18158/CE), FRANCISCO ROBERTO BRASIL DE SOUZA (OAB 6097/CE), TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAES DUARTE (OAB 3869/CE), OTHONIEL SILVA MARTINS (OAB 4508/CE) - Processo 0087284-31.2005.8.06.0001 - Revisional - REQUERENTE: Humberto Arruda Carneiro - REQUERIDO: Banco do Nordeste do Brasil S.a - Atenta as considerações postas na petição de fls. 565/567 e verificando que os calculos apresentados pela contadoria, fls. 521/527, foram elaborados em dissonância com o comando do V.Acórdão de fls. 318/331, defiro o pedido formulado pelo autor. Em consequência, determino o retorno dos autos à Contadoria do Fórum para que seja elaborada nova conta, em obediência estrita ao comando do v.Acórdão, que não afastou a capitalização anual dos juros. Exp. Nec.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), WALTER LAGE NETO (OAB 24807/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0485601-15.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Wellington Mateus da Silva Lira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Recebo a apelação de fls. 77/84, no duplo efeito. À parte adversa para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15(quinze) dias. Isto feito, remetam-se os autos à consideração da Instância Superior.

EXPEDIENTES DA 25ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO TEIXEIRA DE SOUSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCA CLEIDINIR REGO MAGALHAES MARTINS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2016

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE), PEDRO ROSADO HENRIQUES PIMENTEL (OAB 21153/PE), JOSE NARCELIO DE OLIVEIRA (OAB 23122/CE) - Processo 0139957-20.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Inadimplemento - EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO - EXECUTADO: JVS IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - MARIA JANAINA SANTANA DE ANDRADE LIMA e outro - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado pelas partes, nos termos do pleito juntado aos autos, o que faço com fulcro no dispositivo supra invocado. Custas pagas. Transitado em julgado esta decisão, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0142551-36.2015.8.06.0001 - Exibição - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Maria Aurea Rocha de Souza - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo ao disposto sura invocado. Custas recolhidas. P.R.I.

ADV: FABIO NOGUEIRA ROCHA (OAB 14833/CE) - Processo 0143763-92.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: Fabio Nogueira Rocha - EXECUTADO: Egladson Barbosa Lima - ADVOGADO: Fabio Nogueira Rocha - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo ao disposto sura invocado. Sem custas, por ser beneficiário da Justiça gratuita. P.R.I.

ADV: FLAVIANA WYLLYAN DE OLIVEIRA PONTES (OAB 12850/CE), FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE) - Processo 0154878-13.2015.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Rosendo da Costa Binda Neto - REQUERIDO: Robney Costa Meneses - Como a parte demandada ainda não fora citada, inexiste óbice para tal pleito. Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo ao disposto sura invocado. Custas recolhidas. P.R.I.

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0159075-11.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Jose Lima de Sousa - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo ao disposto sura invocado. Custas recolhidas. P.R.I.

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0168635-74.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Filipe de Oliveira Guilherme - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo ao disposto sura invocado. Sem custas, por ser beneficiário da Justiça gratuita. P.R.I.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE), DIRCEU ANTONIO BRITO JORGE (OAB 21648/CE), BRUNO VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES (OAB 20586/CE), EVERTON VERAS EVANGELISTA (OAB 26151/CE) - Processo 0172988-31.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC FINANCE (BRASIL) S.A. - BANCO MÚLTIPLO - REQUERIDO: AYRTON CAMPOS JUNIOR - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado pelas partes, nos termos do pleito juntado aos autos, o que faço com fulcro no dispositivo supra invocado. Custas pagas. Transitado em julgado esta decisão, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0206370-44.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen - REQUERIDO: Jose Ricardo de Sousa da Silva - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço com arrimo ao disposto sura invocado. Custas recolhidas. P.R.I.

ADV: ANA KARLA FONTELES CAVALCANTI (OAB 23086/CE), FRANCISCO NEUDSON FALCAO CHAVES (OAB 17620/CE), TEREZA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO (OAB 14694-0/CE), JOSE MESSIAS FERREIRA (OAB 13095/CE) - Processo 0516873-90.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Celeste de Sousa - REQUERIDO: Bv Financeira S. A . Credito , Financiamento e Investimento - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo entabulado pelas partes, pondo fim a fase de cumprimento de sentença, o que faço com fulcro no dispositivo supra invocado. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: ADRIANO GEOFFREY DE GOIS ARAUJO (OAB 14714/CE), MARIA FERNANDA BARREIRA DE FARIA FORNOS (OAB 198088/SP), GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0542840-06.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Iracy de Sousa Carnauba - REQUERIDO: Banco Daycoval S.a - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo entabulado pelas partes, pondo fim a fase de cumprimento de sentença, o que faço com fulcro no dispositivo supra invocado. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: LUCIA DE FATIMA ARAUJO (OAB 19238/CE), TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO (OAB 14694/CE), GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556/CE) - Processo 0552473-41.2012.8.06.0001 (apensado ao processo 0551308-56.2012.8.06) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira S/A - Credito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Roberto Pereira de Souza - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo entabulado pelas partes, pondo fim a fase de cumprimento de sentença, o que faço com fulcro no dispositivo supra invocado. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE (OAB 19232/CE), EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE), RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE) - Processo 0766073-77.2014.8.06.0001 (processo principal 0847267-02.2014.8.06) - Exceção de Incompetência - Busca e Apreensão - EXCIPIENTE: Paulo Luis Pereira Esteves - EXCEPTO: BV FINANCEIRA - Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, em razão da situação fática se coadunar com a previsão legal supra invocada. Após os expedientes que se fizerem necessários, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE), FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE), MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0847267-02.2014.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDO: PAULO LUIS PEREIRA ESTEVES - Isto posto, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado pelas partes, nos termos do pleito juntado aos autos, o que faço com fulcro no dispositivo supra invocado Transitado em julgado esta decisão, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: FRANCISCO JOSE COSTA LINHARES (OAB 5891/CE) - Processo 0919215-04.2014.8.06.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: José Simplício Costa - REQUERIDO: Francisco Neves Osterno Neto e outro - Em face da

ausência de interesse da parte autora, julgo EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Transitada esta decisão em julgado, arquivem-se os presentes autos, após a devida baixa na distribuição. P. R. I.

EXPEDIENTES DA 26ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO GUSTAVO HENRIQUE CARDOSO CAVALCANTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LEILA MARIA SALES MAIA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2016

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0082668-71.2009.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Liminar - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Agnaldo Barros da Silva - Pelo exposto, e sem maiores delongas, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com firme fulcro no art. 267, III, § 1º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0102340-65.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.v. Financeira S.a. C.f.i - REQUERIDO: Thiago Siqueira Santos - Pelo exposto, e sem maiores delongas, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com firme fulcro no art. 267, III, § 1º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE) - Processo 0155170-95.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Flavio da Conceicao - Sendo assim, homologo o pedido de desistência da parte autora e em consequência JULGO EXTINTO o feito na forma do art. 267, VIII, do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: FRANCISCO SCIPIAO DA COSTA (OAB 23945/CE) - Processo 0171356-67.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: CASA DOS RELOJOEIROS LTDA - REQUERIDO: COMERCIO REUNIDO SÃO LUIZ LTDA e outros - Intime-se o patrono do promovente para esclarecer, no prazo de 05 (cinco) dias, se o pedido de desistência colacionado às fls. 258 dos presentes fólios é extensivo à Sial Diversões e Empreendimentos Ltda.

ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0190464-14.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luis Americo de Oliveira Cmpos - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Sendo assim, considerando a composição amigável entre as partes, HOMOLOGO o presente acordo, JULGANDO EXTINTO o processo com fundamento no art. 269, III do CPC. Efetivado o depósito judicial, expeçam-se alvarás de levantamento na forma pactuada. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: ANTONIO MOITA TRINDADE (OAB 3043/CE) - Processo 0190883-34.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Moita Trindade - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - OI Fixo - ADVOGADO: Antonio Moita Trindade - Sendo assim, homologo o pedido de desistência da parte autora e em consequência JULGO EXTINTO o feito na forma do art. 267, VIII, do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0195074-25.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Taumaturgo Silva Rodrigues - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Sendo assim, considerando a composição amigável entre as partes, HOMOLOGO o presente acordo, JULGANDO EXTINTO o processo com fundamento no art. 269, III do CPC. Efetivado o depósito judicial, expeçam-se alvarás de levantamento na forma pactuada. P. R. I. Após arquive-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0195297-75.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Cleilson Gonçalves dos Santos - REQUERIDO: Aruana Seguros S/a., e outro - Sendo assim, considerando a composição amigável entre as partes, HOMOLOGO o presente acordo, JULGANDO EXTINTO o processo com fundamento no art. 269, III do CPC. Efetivado o depósito judicial, expeçam-se alvarás de levantamento na forma pactuada. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: EURIDES RODRIGUES DE PAULA (OAB 5621/CE) - Processo 0198190-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Jose Juacy Cunha Pinto Filho - REQUERIDO: Fortcasa Incorporadora e Imobiliária Ltda e outro - Sendo assim, ante a desídia do promovente em relação a determinação judicial, INDEFIRO a exordial, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: FRANKLIN DUARTE DA SILVA (OAB 23378/CE) - Processo 0203749-74.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigações - REQUERENTE: Cristiano Gomes do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A e outro - Sendo assim, ante a desídia do promovente em relação a determinação judicial, INDEFIRO a exordial, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0204045-96.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ednailson de Morais Ferreira - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Vistos, etc. Trata-se de Ação Cobrança de Indenização Securitária - Seguro DPVAT, aforada por Ednailson de Morais Ferreira em desfavor de Marítima Seguros S/A. Analisando os autos vê-se que às fls. 22 foi determinado que a parte autora emendasse a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de apresentar documentos pessoais, indispensáveis à propositura da inicial, na forma do art.284 do Código de Processo Civil. Importante ressaltar que o autor, intimado da referida decisão, deixou transcorrer in albis o prazo aludido, conforme se infere da certidão adunada às fls.25. Sendo assim, ante a desídia do promovente em relação a determinação judicial, INDEFIRO a exordial, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se.

ADV: RAFAELLA BRITO FERREIRA (OAB 15969/CE) - Processo 0207410-61.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Josevan Reboucas Firmiano - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Sendo assim, ante a desídia do promovente em relação a determinação judicial, INDEFIRO a exordial, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0213951-13.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fiat Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDA: Viviane Aline dos Santos Rocha - Sendo assim, homologo o pedido de desistência da parte autora e em consequência JULGO EXTINTO o feito na forma do art. 267, VIII, do CPC. P. R. I. Tendo em vista a renúncia ao prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os presentes autos.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0215397-51.2015.8.06.0001 - Procedimento

Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Rondinele de Oliveira de Azevedo - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Sendo assim, ante a desídia do promovente em relação a determinação judicial, INDEFIRO a exordial, com fundamento no art. 284, parágrafo único do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

ADV: MOYSES BARJUD MARQUES (OAB 13496/CE) - Processo 0468753-16.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Reginaldo Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: Banco Itaucard Financeira S.a. Credito Financiamento e Investimento - Recebidos Hoje. Intime-se a parte autora para, querendo, manifestar-se acerca da contestação e documentos de fls.38/80 acostados aos presentes autos. Expedientes Necessários.

ADV: JOSEMAR ESTIGARIBIA (OAB 96217/SP) - Processo 0513780-22.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Nicoletti Industria Textil S/A - EXECUTADO: Maria Eurenilda S Araujo Confeccoes - Recebidos Hoje. Intime-se a parte autora para manifestar-se acerca da certidão do meirinho de fls. 46/47 acostada aos presentes autos. Expedientes Necessários.

ADV: CLIVIA PINHEIRO DE LAVOR (OAB 25371/CE), RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), MARIANA HOLANDA ELLERY COELHO (OAB 26629/CE) - Processo 0872614-37.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Enilce de Freitas Teixeira Guedes - REQUERIDO: BANCO AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - Sendo assim, homologo o pedido de desistência da parte autora, com anuência da demandada, e em consequência JULGO EXTINTO o feito na forma do art. 267, VIII, do CPC. P. R. I. Após, arquivem-se.

EXPEDIENTES DA 30ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO SIRLEY CINTIA PACHÊCO PRUDÊNCIO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA WALLACE SOBREIRA MACHADO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2016

ADV: CINARA MARTINS CASTELO BRANCO CAMURÇA (OAB 16569/CE), EVANDRO MOISES FERREIRA FILHO (OAB 12737/CE) - Processo 0003883-95.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Fernando Kennedy Sales Gomes - REQUERIDO: Banco Aymore Financiamentos - EX POSITIS, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes e, em consequência, resolvo o mérito da causa, nos termos do art. 840, do Código Civil c/c o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Honorários conforme pactuado entre as partes. Publique-se, registre-se e intimem-se. Expeça-se alvará para levantamento dos valores. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição, após arquive-se.

ADV: SILAS OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 25763/CE) - Processo 0051854-71.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Raimundo Nonato Sobrinho - Diante do exposto e considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, A EXTINÇÃO da presente ação, o que faço sem julgamento do mérito, com esteio no artigo 267, inciso III e § 1º, do Codex instrumental civil.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE), CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0052235-79.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: JOANA DARK LIMA SOUSA - REQUERIDO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - DISPOSITIVO À luz do exposto, entendo por bem, JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido articulado na inicial, para determinar a exclusão da comissão de permanência do contrato entabulado entre as partes. Declaro a extinção do processo, com fulcro nas disposições do art. 269, I, CPC. Fixo o pagamento de custas e honorários advocatícios no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a cargo do autor; contudo em razão da gratuidade deferida, tais obrigações ficarão suspensas. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: CELSO MARCON (OAB 19431AC/E), BRUNO BEZERRA SOUTO (OAB 25263/CE) - Processo 0053662-14.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - REQUERIDA: ANTONIA GOMES VIEIRA - EX POSITIS, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes e, em consequência, decreto a extinção do mesmo, o que faço com amparo no art. 840, CCB c/c o art. 269, III do CPC.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0078762-73.2009.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Consorcio Nacional Honda Ltda / Administradora Consorcio Nacional Honda - REQUERIDO: Jose Edson Barros - Destarte, com fulcro no parágrafo único do art. 158 do Código de Processo Civil, homologo, por sentença, o pedido de desistência da ação formulado pelo autor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 267, VIII do mesmo Código, determinando, por consequência, o arquivamento dos autos, após o cumprimento das formalidades legais.

ADV: FRANCISCO AMARAL DE SOUZA JUNIOR (OAB 19793/CE), CARLOS ROBSON NOGUEIRA LIMA FILHO (OAB 21231/CE) - Processo 0131826-56.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: DAFNY RAYLA GOMES DE LIMA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - ISTO POSTO, considerando as provas carreadas aos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pelo demandante DAFNY RAYLA GOMES DE LIMA contra as demandadas SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e MARÍTIMA SEGUROS S/A, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o promovente nas custas processuais e nos honorários advocatícios, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais); isentando o mesmo, no entanto, do pagamento com base no contido no art. 12, da Lei nº 1.060/50. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades em-se os autos.

ADV: GEORGE LUIS GONÇALVES LOPES (OAB 24233/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0155552-93.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Ismael de Sousa Nobre - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros - ISTO POSTO, considerando as provas carreadas aos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pelo demandante ISMAEL DE SOUSA NOBRE contra a demandada COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o promovente nas custas processuais e nos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, isentando o mesmo, no entanto, do pagamento com base no contido no art. 12, da Lei nº 1.060/50. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades em-se os autos.

ADV: GISELLE ROCHA FERRAZ (OAB 12970/CE) - Processo 0160513-43.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário -

Contratos Bancários - REQUERIDO: BANCO VOLKSWAGEN - À luz do exposto, entendo por bem, JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido articulado na inicial, apenas para determinar a exclusão do contrato da comissão de permanência. Declaro a extinção do processo, com fulcro nas disposições do art. 269, I, CPC. Fixo o pagamento de custas e honorários advocatícios da seguinte forma: 70% a cargo do autor e o remanescente a cargo do requerido. Os honorários advocatícios ficam fixados no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), cabendo ao autor o mesmo percentual acima estipulado, aplicando-se correção monetária por índice do INPC, contados desta decisão; mais juros legais de 1% ao mês, desde a citação. Saliente-se, outrossim, que as obrigações acima determinadas em desfavor do autor, ficarão suspensas, em razão do deferimento da gratuidade judiciária. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0175638-85.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Leonilson Alexandria de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - ISTO POSTO, considerando as provas carreadas aos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pelo demandante LEONILSON ALEXANDRIA DE SOUZA contra a demandada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o promovente nas custas processuais e nos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, isentando o mesmo, no entanto, do pagamento com base no contido no art. 12, da Lei nº 1.060/50. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades em-se os autos.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0204976-07.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Antonio Monteiro de Oliveira - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros - ISTO POSTO, considerando as provas carreadas aos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo autor FRANCISCO ANTONIO MONTEIRO DE OLIVEIRA para condenar a promovida, BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS no pagamento da importância de R$ 168,75 (cento e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), acrescida de correção monetária com base no INPC e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data de propositura da ação. Condeno mais as promovidas no ônus da sucumbência processual, incluindo-se honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, igual acrescidos de juros e correção monetária.

ADV: ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA NETO (OAB 30204/CE) - Processo 0207261-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Bruno Bernardo do Amaral - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a - EX POSITIS, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes e, em consequência, decreto a extinção do mesmo, o que faço com amparo no art. 840, CCB c/c o art. 269, III do CPC.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0210682-63.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda - REQUERIDO: Francisco Elenilton de Souza Ferreira - Isto posto, proclamando a perda de interesse de agir, com fundamento nas disposições do artigo 267, VI (3ª figura), CPC, entendo por bem, extinguir o processo sem resolução de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

ADV: BENEDITO ARAUJO LIMA JUNIOR (OAB 11351/CE), SAMILA ROCHA DE ANDRADE (OAB 18205/CE) - Processo 0386848-23.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Terezinha Queiroz dos Anjos - REQUERIDO: Bfb Leasing S/A - Arrendamento Mercantil - EX POSITIS, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes e, em consequência, resolvo o mérito da causa, nos termos do art. 840, do Código Civil c/c o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Honorários conforme pactuado entre as partes. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição, após arquive-se.

ADV: ARMANDO PINTO MARTINS (OAB 10418/CE) - Processo 0421992-58.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Aldo Jorge Teixeira dos Santos - RÉU: Cia Itau Leasing Arrendamento Mercantil - Destarte, com fulcro no parágrafo único do art. 158 do Código de Processo Civil, homologo, por sentença, o pedido de desistência da ação formulado pelo autor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 267, VIII do mesmo Código, determinando, por consequência, o arquivamento dos autos, após o cumprimento das formalidades legais.

ADV: RAFAEL VICTOR DE ANDRADE MEDEIROS E ALMEIDA (OAB 21027/CE), WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0477235-50.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Lucio Alves da Silva - REQUERIDO: M. S. Laene Torres da Silva Veiculos (ouro Car Veiculos) e outro - EX POSITIS, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes e, em consequência, resolvo o mérito da causa, nos termos do art. 840, do Código Civil c/c o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Honorários conforme pactuado entre as partes. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição, após arquive-se.

ADV: LUIZ GUILHERME ELIANO PINTO (OAB 21516/CE), ANDRE MOTA FERNANDES VIEIRA (OAB 10042/CE), MARIA DA GLORIA DE SALES E SILVEIRA D' ALMEIDA FERREIRA (OAB 19031/CE), JOSE AUGUSTO REZENDE JUNIOR (OAB 131443/SP), FERNANDA VIEIRA CAPUANO (OAB 150345/SP), FABIO TADEU NICOLOSI SERRAO (OAB 13343/CE), MARGIT FLESCH (OAB 13344/CE) - Processo 0724060-54.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Bank Boston Leasing S/A - Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Francisco Jackes Araujo - R.H. Considerando que até o momento não foram efetivas buscas junto aos sistemas RENAJUD e BACENJUD, determino sua realização, no intuito de averiguar a existência de bens para quitação do débito.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE) - Processo 0736812-67.2014.8.06.0001 (processo principal 0212786-96.2013.8.06) - Exibição de Documento ou Coisa - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Magda da Silva Tavares - REQUERIDO: Banco Gmac S/A - Isto posto, proclamando a perda de interesse de agir, com fundamento nas disposições do artigo 267, VI (3ª figura), CPC, entendo por bem, extinguir o processo sem resolução de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Defiro a justiça gratuita. Sem custas.

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0907902-17.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Aymore Credito e Financiamento e Investimento S.a. - REQUERIDAS: Pedro Ivo Caliope Filho - Face ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e declaro consolidadas na parte autora a posse e a propriedade do bem descrito na inicial, valendo a presente como título hábil para a transferência de eventual certificado de propriedade, tendo por fundamento o art. 3º, § 3º do Decreto-Lei 911/69. Pagará a parte promovida as custas judiciais e os honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o

valor da causa.

JUÍZO DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO SIRLEY CINTIA PACHÊCO PRUDÊNCIO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA WALLACE SOBREIRA MACHADO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2016

ADV: LEILA MARIA CARVALHO COSTA (OAB 6897/CE) - Processo 0062429-85.2005.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Leonidia de Sousa Brigido - Certifique esta Secretaria de Vara quanto ao trânsito em julgado, após cumpra-se a parte final da sentença de fls. 159/163, para que seja expedido o mandado para registro no cartório de imóveis, para fins do art. 945 do Código de Processo Civil. Expedientes necessários

ADV: GUILHERME BORBA PALMEIRA (OAB 18064/PE), LUIZ OTÁVIO MONTEIRO PEDROSA (OAB 17597/PE), ADRIANA APARECIDA FERRAZONI (OAB 209431/CE), GISELLE ROCHA FERRAZ (OAB 12970/CE) - Processo 0069804-69.2007.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Hsbc Bank Brasil S.a - Banco Multiplo - EXEQUIDO: Vania Maria Luciano de Moura e outro - R.h Intime-se o exequente para falar sobre a certidão do Oficial de Justiça às fls. 80. Expedientes necessários.

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0139044-67.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Clebio Fernandes de Andrade - Defiro o pedido de fls. 34/35. Determino que seja feita uma pesquisa no sistema INFOJUD para tentar localizar o endereço do réu .Determino que seja inserida restrição judicial no veículo junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD.

ADV: RAIMUNDO ROCHA DE SOUSA JUNIOR (OAB 6662/CE) - Processo 0163721-64.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jean Carlos Cunha - REQUERIDO: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora, por seu patrono judicial para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar inicial, adequando-a ao art. 285-B, do CPC, no sentido de: a) descirminar precisamente as claúsulas que pretente controverter, b) quantificar o valor incontroverso.

ADV: LIGIA LINHARES ARRAIS (OAB 15001/CE), JOAO CLEMENTE POMPEU (OAB 14615/CE) - Processo 0169668-70.2013.8.06.0001 - Imissão na Posse - Imissão na Posse - REQUERENTE: Finanza Fomento Empresarial - REQUERIDO: Maurílio Alves Pereira e outro - Intime-se a parte adversa acerca da petição de fls. 128/130.

ADV: LUCELIA DUARTE PORTELA (OAB 20243/CE) - Processo 0195880-60.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Saturno - REQUERIDA: Antonia Katiuscia Nogueira Lima e outro - Intime-se o autor, para no prazo de dez dias, apresentar a ata de eleição do síndico representante do condomínio, bem como para apresentar demonstrativo financeiro do condomínio atualizado a fim de comprovar a impossibilidade de pagar as custos ou para que no mesmo prazo recolha as mesmas, sob pena de baixa na distribuição.

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE) - Processo 0196216-64.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - REQUERIDA: Maria Goncalves Bezerra Freitas - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: FRANCISCO FIRMO BARRETO DE ARAUJO (OAB 24766/CE) - Processo 0196945-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Planos de Saúde - REQUERENTE: Paulo de Tarso Garcia - REQUERIDO: Geap Fundação de Seguridade Social - Em que pese a documentação acostada a inicial, tais como: o laudo médico de fls. 50, informando que o tratamento com Lucentis não apenas previne o agravamento da doença mas que pode melhorar a condição da não perfusão da retina, bem como o termo de audiência às fls. 51, realizado no Núcleo de Práticas Jurídicas da FIC o que demonstra a tentativa de resolver o conflito e do protocolo de não ressarcimento do procedimento realizado de fls. 38, justificando que o procedimento não se enquadra nas Diretrizes de utilização da ANS, a inicial contudo, veio desacompanhada do Contrato de Seguro Saúde com o promovido, desta feita, intime-se o autor para no prazo de 10(dez) dias, apresentar cópia do contrato de seguro saúde.

ADV: DARLEN SANTIAGO (OAB 31724/CE) - Processo 0200987-85.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0181544-51.2015.8.06) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Abimael Silva Tavares - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO (OAB 14694/CE), GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556/CE), PAULO EDUARDO MAGNANI FABRICIO (OAB 23004/CE) - Processo 0203802-60.2012.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Fundo de Invertimento Em Direitos Creditórios Não-padronizados Pcg-brasil Multicarteira - REQUERIDA: Luiza Alves de Souza - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: GISELLE ROCHA FERRAZ (OAB 12970/CE) - Processo 0206374-52.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0149951-72.2013.8.06) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A - REQUERIDO: Moacir Ferreira Lima - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: CHARLES FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA (OAB 20106/CE) - Processo 0207470-34.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Leonardo da Silva Lima - REQUERIDO: Cia Excelsior de Seguros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, Intime-se a parte autora, por seu advogado, para replicar a contestação no prazo de 10 (dez) dias. Exp. Necessários.

ADV: MARIA JOSE BESERRA (OAB 5455/CE) - Processo 0213007-11.2015.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Francisco Teles Mourão - EXECUTADO: Maria Marques Moura Me e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua,Intime-se a parte autora, para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se sobre a certidão de fls. 26 . Exp. Necessários

ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0214631-95.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Naiza de Moura Freire - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: FRANCISCO REGIS BORGES AGUIAR (OAB 17675/CE), JOSE FRANKLIN MENEZES DANTAS (OAB 17933/CE) - Processo 0215651-24.2015.8.06.0001 - Exibição - Seguro - REQUERENTE: Adriano Aguiar de Jesus - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Defiro a gratuidade judiciária. 2. Cite-se o promovido para, querendo e no prazo legal de cinco (05) dias, promover a exibição dos documentos indicados na inicial, ou contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir (art. 802, do CPC), devendo constar do expediente citatório que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, na forma do art. 285 de CPC.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0216204-71.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda - REQUERIDO: Jose William Rocha Mendes e outro - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 18682/CE) - Processo 0216722-61.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Gutemberg Freitas de Oliveira - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida de busca e apreensão requerida, que deverá ser efetivada ainda que o bem se encontre em poder de terceiros, devendo ser inserida restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747AC/E) - Processo 0216967-72.2015.8.06.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - BANCO MULTIPLO - REQUERIDO: Douglas Luiz Vazquez - R. h. Defiro de plano a expedição de Mandado de Pagamento em face do demandado, determinando sua citação para que pague o valor descrito na inicial, com sua devida atualização monetária e juros legais, no prazo de 15 (quinze) dias, com base no art. 1.102-B, do Código de Processo Civil. Cientifique o promovido, com base no art. 1.102-C, do CPC, de que, no prazo previsto no art. 1.102-B, do mesmo Código, poderá oferecer embargos, onde suspenderão a eficácia do mandado inicial. Se os embargos não forem opostos, ou, mesmo opostos forem rejeitados, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei. Cientifique, ainda, com base no art. 1.102-C, do CPC, §§ 1º e 2º, de que, cumprindo o réu o mandado, ficará isento de custas e honorários advocatícios, e, em caso de oposição de embargos, estes independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), RAFAEL VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES (OAB 19035/CE), ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747/CE) - Processo 0471234-49.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Ana Cristina Nascimento de Barros - REQUERIDO: Hsbc Bank Brasil S. A. - R. H. Intime-se a parte contrária para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se acerca da petição de página 155. Empós, com ou sem resposta, façam-me os autos conclusos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ARMANDO PINTO MARTINS (OAB 10418/CE) - Processo 0513650-32.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Rita Maria Holanda do Nascimento - REQUERIDO: B V Financeira S/a, Credito, Financiamento e Investimento - Examinando acuradamente a matéria, conclui-se que a mesma admite a transação de que trata o art. 331, § 3º do Código de Processo Civil. Assim sendo, se as partes pretendem uma composição amigável, concedo-lhes o prazo de 10(dez) dias para que o respectivo termo de acordo seja acostado aos autos, para efeito de homologação. Caso contrário, especifiquem as provas que ainda pretendem produzir, tudo para fins de saneador, caso não entendam tratar-se de julgamento antecipado. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação das partes, voltem-me os autos conclusos para a decisão cabível, posto que concluída a fase postulatória.

ADV: MIGUEL TOMAZ DE OLIVEIRA (OAB 2364/CE) - Processo 0515906-31.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Banco do Estado do Ceará S.a - Bec - EXEQUIDO: El Shaddai Industria e Comercio de Plasticos Ltda e outros - R. H. Considerando que o promovente informa na petição de fls. 129 que a dívida da promovida foi liquidada em 30/10/2012, façam-me os autos conclusos para sentença. Exp. Necessários.

ADV: ISABELLA MEMORIA AGUIAR (OAB 16523/CE), SUMAIA ANDREA SANCHO DE CARVALHO ROCHA (OAB 10497/CE), FABIO AGOSTINHO DA SILVA NASCIMENTO (OAB 12171/CE), GERMANA VASCONCELOS DE ALCANTARA (OAB 14966/CE), ANA SUELEN DE OLIVEIRA SABOIA (OAB 24128/CE), ERIKA TEIXEIRA PINHEIRO (OAB 24020/CE), CAROLINE BRASIL DE CARVALHO ROCHA (OAB 21810/CE) - Processo 0797058-20.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: Copy Vip - Comercio, Representacao e Servicos Ltda - EXEQUIDO: Lucimere de Souza Garcia - R.H. Considerando o tempo decorrido entre o ingresso do feito e esta data, bem como o tempo em que o processo está parado, determino que a promovente seja intimada, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, requerer o que lhe for de direito. Exp Nec.

EXPEDIENTES DA 31ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO WOTTON RICARDO PINHEIRO DA SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FÁTIMA DE MENEZES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2016

ADV: MOISES NETO DE OLIVEIRA (OAB 8012/CE) - Processo 0187197-05.2013.8.06.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A - REQUERIDO: ESTHER M. IND. E COM. DE CONF. LTDA e outro - BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A , qualificado nos autos, propôs esta Ação Monitória contra ESTHER M. IND. E COM. DE CONF. LTDA e outro, também identificado. O autor, em petição à fl. 44, pediu a desistência da ação. Sendo assim, considero dispensável ouvir o demandado sobre o pedido de desistência, tendo em vista que sequer foi citado. Homologo, portanto, a desistência, nos termos dio art. 158, parágrafo único do CPC, e decreto a extinção do feito, com espeque no art. 267, inciso VIII do CPC.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0830435-88.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Cls. Notifique as partes para que digam se ainda persiste interesse na produção de provas, cientificando-as que em caso contrário, ou sendo as mesmas consideradas impertinentes, os autos serão julgados no estado em que se encontram, conforme disposição do art. 330, inc. I, do CPC. Intimem-se. Exp. Nec.

ADV: PEDRO MARQUES JONES NETO (OAB 30917/BA), CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0895141-80.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Nonata de Sousa - REQUERIDO: Postal Saúde Caixa de Assistência de Saúde dos Empregados dos Correios - Cls. Notifique as partes para que digam se ainda persiste interesse na produção de provas, cientificando-as que em caso contrário, ou sendo as mesmas consideradas impertinentes, os autos serão julgados no estado em que se encontram, conforme disposição do art. 330, inc. I, do CPC. Intimem-se. Exp. Nec.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0905216-81.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Unimed Fortaleza ¿ Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Cls. Notifique as partes para que digam se ainda persiste interesse na produção de provas, cientificando-as que em caso contrário, ou sendo as mesmas consideradas impertinentes, os autos serão julgados no estado em que se encontram, conforme disposição do art. 330, inc. I, do CPC. Intimem-se. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO WOTTON RICARDO PINHEIRO DA SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FÁTIMA DE MENEZES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2016

ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0145813-91.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Tendo em vista o depósito judicial às fls. 112, expeça-se Alvará de Levantamento em favor da parte autora. Empós, intime-se a requerida, via patrono, para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar as custas de lei, sob pena de inscrição na Dívida Ativa. Recolhidas as custas, arquivem-se, com as baixas e cautelas de estilo. Exp. Nec. Intime(m)-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ISABELLE JAINE GONÇALVES LIRIO (OAB 26805/CE) - Processo 0185390-47.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A - Intimem-se as partes para o efetivo cumprimento da sentença de fls. 102/103, no que diz respeito ao pagamento das custas e despesas processuais, em rateio. Efetivado o pagamento, expeça-se o competente alvará.

ADV: RAIMUNDO RENATO RESAL SALDANHA DA CUNHA (OAB 2483/CE) - Processo 0208982-52.2015.8.06.0001 - Exibição - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Raimundo Renato Resal Saldanha da Cunha - REQUERIDA: Maria Amélia Cordeiro Tupynambá e outros - ADVOGADO: Raimundo Renato Resal Saldanha da Cunha - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os Avisos de Recebimento de fls. 264 e 265, no prazo de 5 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO WOTTON RICARDO PINHEIRO DA SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FÁTIMA DE MENEZES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2016

ADV: ROSANGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988/CE), GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0126109-92.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Panamericano S/A - REQUERIDO: Gilson Lino de Alencar - Apensem-se os presentes autos à Ação Revisional (Processo nº 0887670-13.2014.8.06.0001). Considerando que a presente causa admite transação e que esta pode ser obtida em qualquer fase processual, apresentem os litigantes o respectivo termo em Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para a devida homologação, caso optem pela conciliação. Não havendo acordo, sucessivamente, no prazo comum de 10 (dez) dias, faculto às partes manifestar-se, justificadamente, pela realização de instrução probatória, indicando de forma especificada as provas que pretendem produzir em audiência de instrução ou outras que entendam cabíveis, ficando desde já indeferido o protesto genérico. Caso não haja manifestação ou sendo esta indeferida, fica anunciado o julgamento antecipado da lide, nos moldes do disposto no art. 330, inc. I, do CPC. Intime(m)-se.

ADV: FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO (OAB 27565/CE), RODOLFO DIOGO SAMPAIO FILHO (OAB 23814/CE), FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0162256-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Vistos etc. HOMOLOGO, por sentença, e para que surta seus legais e jurídicos efeitos, o termo de acordo acostado às folhas 126/127, nos precisos termos avençados pelas partes e, por conseguinte, extinguindo o presente processo com resolução do mérito, o que faço na forma do disposto no inc. III, do artigo 269 do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, arquivem-se os autos. Custas, ex lege, pelo promovido. P. R. I. C.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0184907-17.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: JOSE VALDENISO ROCHA BEZERRA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Isto posto, com fundamento no art. 267, inciso VIII, parágrafo 4o. do

CPC, extingo a presente ação sem julgamento de mérito. P.R.I.

ADV: ANA KARINA DE SOUSA CORREIA (OAB 27703/CE), LIVIO CAVALCANTE DE ARRUDA NETO (OAB 9976/CE) - Processo 0190032-63.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE FORTALEZA RESIDENCIAL - REQUERIDO: Ana Karina de Sousa Correia - À guisa das considerações expendidas, homologo o acordo formulado pelas partes, às fls. 84/88, e, via de conseqüência, declaro extinto o processo com resolução de mérito, a teor do que dispõe o artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Após o decurso do prazo, certifique-se o trânsito em julgado desse decisum arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE), EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE), MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE) - Processo 0859499-46.2014.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: B.F. - REQUERIDO: J.L.S. - Defiro o pedido de fls. 39, para determinar a inalienabilidade do veículo, através do sistema RENAJUD. Intime-se, ainda, a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar novo endereço do (a) promovido (a) ou requerer diligência junto aos sistemas judiciais de informação. Expedientes necessários. Intimem-se.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0905097-23.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Valdeci Dantas e outro - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a e outro - À guisa das considerações expendidas, homologo o acordo formulado pelas partes, às fls.141/143, e, via de conseqüência, declaro extinto o processo com resolução de mérito, a teor do que dispõe o artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado desse decisum arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO WOTTON RICARDO PINHEIRO DA SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FÁTIMA DE MENEZES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2016

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE), LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO (OAB 47710/PR) - Processo 0177755-15.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDO: Paulo Roberto Andrade de Freitas - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca do petitório e documentos de fls. 86/106.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0213617-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Gualter de Assis Muniz - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - Conforme a exordial, há a informação de que a parte autora assumiu obrigação contratual no valor mensal significativo de R$ 2.942,24 (dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), totalizando R$ 141.227,52 (cento e quarenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos) ao final da obrigação. Isto posto, não vislumbro o estado de miserabilidade alegado que enseje o deferimento dos beneplácitos da justiça gratuita, podendo a parte, se realmente não for possível efetuar pagamento das custas, comprovar a sua real situação financeira mediante a juntada do imposto de renda do exercício anterior ou conta de luz recente. Considerando a redação do art. 285-B, do Código de Processo Civil, que impõe ao autor, em ações desta natureza, identificar, precisamente, quais as obrigações contratuais que pretende controverter, depositando o valor incontroverso, ou seja aquele que entende devido, ficando o autor cientificado de que o valor do depósito diverso do contratado não tem o condão de elidir a mora nem afastar os efeitos dela decorrente. Posto isso, determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias emendar a inicial para que comprove nos autos o pagamento ou depósito desse valor incontroverso vencido até hoje, bem como o estado de hipossuficiência alegado, sob pena de indeferimento da inicial. Intime(m)-se. Fortaleza, 10 de dezembro de 2015. Epitacio Quezado Cruz Junior Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0213900-02.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Ana Gardenia Fernandes Alves do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a e outro - A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. Para o exercício da garantia da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJ) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias,especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo, bem como a declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: JEFERSON CAVALCANTE DE LUCENA (OAB 18340/CE), LEONARDO ARAUJO DE SOUZA (OAB 15280/CE) - Processo 0214072-41.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Jose Eudásio de Sousa e outro - Defiro a gratuidade. A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. Para o exercício da garantia da ampla defesa, determino a intimação da parte autora, através de seu advogado (DJ), para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo, bem como juntar aos autos, no mesmo prazo, fotocópia legível dos documentos de fls.19-20, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito, de acordo com os arts. 282, 283 e 284 c/c 267, I, do Código de Processo Civil. Intime(m)-se. Fortaleza, 10 de dezembro de 2015.

ADV: FRANCISCO ROBERTO BRASIL DE SOUZA (OAB 6097/CE) - Processo 0897426-46.2014.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - EXECUTADO: Nelson Queiroz Guimarães Me e outro - Procedam-se aos registros de BLOQUEIO e INTRANSFERIBILIDADE dos veículos identificados às fls. 91/92, através do sistema RENAJUD, certificando-se nos autos. Observo que as “certidões imobiliárias” mencionadas no item “b” da petição de fls. 91/92 não foram acostadas aos autos, motivo pelo qual indefiro o pedido de penhora requerido. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO WOTTON RICARDO PINHEIRO DA SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FÁTIMA DE MENEZES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2016

ADV: MAURO CESAR AGUIAR MOREIRA (OAB 25040/CE) - Processo 0136829-21.2015.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Aquisição de veículos automotores - CONSGTE: José Stênio Fernandes dos Santos - CONSIGNADO: Banco Psa Finance Brasil S/a. - Considerando que o depósito judicial juntado aos autos foi feito com os dados do processo principal (0905201-74.2014.8.06.0001), o alvará de levantamento deverá ser requerido nos aludidos autos, e não nos presentes. Ante a certidão de fl. 27, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Intimem-se.

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), RONALD TORRES DE OLIVEIRA (OAB 16310/CE), FRANCISCO OLIVANDO PAIVA DE SOUZA (OAB 25620/CE) - Processo 0164746-15.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a. - REQUERIDA: Armênia Araújo Gondim - Diante do exposto, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei nº. 911/69 com as alterações introduzidas pela Lei n. 10.931, de 02.08.2004 e a Lei 13.043/2014 defiro, liminarmente, a medida requerida devendo ser inserindo restrição judicial junto a base de dados do RENAVAM, através do sistema RENAJUD. Efetivada a liminar, cite-se a parte promovida, para, no prazo de quinze (15) dias, querendo, apresentar contestação ou, pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de cinco (05) dias, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial. Na hipótese de o bem a ser apreendido encontrar-se em poder de terceiros de boa-fé, ficar-lhe-á assegurada a posse até o julgamento definitivo da lide. Expedientes Necessários. Fortaleza/CE, 03 de dezembro de 2015. Epitacio Quezado Cruz Junior Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FRANCISCO OLIVANDO PAIVA DE SOUZA (OAB 25620/CE), RONALD TORRES DE OLIVEIRA (OAB 16310/CE) - Processo 0164746-15.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito, Financiamento e Investimento S.a. - REQUERIDA: Armênia Araújo Gondim - Analisando o pedido de suspensão formulado pela parte requerida, temos que a simples propositura da ação revisional de contrato bancário ou a mera constatação de que foram exigidos encargos abusivos na sua contratação não afastam a caracterização de eventual mora (Súmula nº: 380-STJ; REsp nº: 1061530 - RS - 2008/0119992-4). A análise de eventuais abusividades contratuais devem se dar dentro da normalidade contratual. Isto posto, indefiro a suspensão requerida. Cumpra-se, na íntegra, a decisão de fls. 33/34. Apensem-se os presentes autos à Ação Revisional (Processo nº 0211883-61.2013.8.06.0001).

ADV: FRANCISCA MONICA BARROS BRITO DA CONCEIÇAO (OAB 6439/CE) - Processo 0181881-40.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis de Araujo Barbosa - Analisando o pedido de suspensão formulado pela parte requerida, temos que a simples propositura da ação revisional de contrato bancário ou a mera constatação de que foram exigidos encargos abusivos na sua contratação não afastam a caracterização de eventual mora (Súmula nº: 380-STJ; REsp nº: 1061530 - RS - 2008/0119992-4). A análise de eventuais abusividades contratuais devem se dar dentro da normalidade contratual. Isto posto, indefiro a suspensão requerida. Apensem-se os presentes autos à Ação Revisional (Processo nº 0204290-10.2015.8.06.0001), e depois retornem conclusos.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE), LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO (OAB 47710/PR) - Processo 0199765-53.2013.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDO: DECIO FERREIRA OLIVEIRA - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca do petitório e documentos de fls. 50-53.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0214190-17.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Otacilio Silva de Franca - REQUERIDO: Banco Gmac S/A - Trata-se de ação revisional de contrato de crédito bancário. O parágrafo único do 285-B, do CPC, veicula regra de direito material e é suficientemente claro no sentido de que a parte autora deverá continuar pagando o chamado valor incontroverso, isso no tempo e modo contratado. Posto isso, determino a intimação da parte autora, por seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, comprovando nos autos o pagamento ou depósito desse valor incontroverso vencido até a data da oblação, indicando de forma pormenorizada as parcelas do financiamento consignadas. No mesmo prazo, juntar procuração devidamente assinada de fls. 25, bem como fotocópia de boa qualidade do documento de fl. 27, tudo sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito. Intime(m)-se.

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0214299-31.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Emanoel Mendes Alves - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Defiro a gratuidade. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial com fotocópia de boa qualidade do documento de fls. 11, por este ser documento essencial à propositura da ação, conforme artigo 283 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito, de acordo com o art. 284, parágrafo único, c/c art. 267, I, CPC. Intime(m)-se.

EXPEDIENTES DA 32ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 32ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO WOTTON RICARDO PINHEIRO DA SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA SUELEN DE OLIVEIRA SABÓIA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0138458-98.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS NASCIMENTO DE SOUSA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Recebo o Recurso de Apelação em seus jurídicos e legais efeitos. Vista ao apelado para responder. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do apelado, que os autos sigam com vista ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. Exp. Nec.

ADV: MARCELO DA SILVA (OAB 17053/CE) - Processo 0152604-76.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Margarida Augusto Gaspar - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S.a - Petrobras e outro - R.H. Nos Autos. Sobre as contestações, manifeste-se a parte autora no prazo de 10(dez) dias. Intime-se.

ADV: KLIZZIANE SANTIAGO AZEVEDO (OAB 20178/CE), MARCELO DA SILVA (OAB 17053/CE) - Processo 0162371-41.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Raimundo José Ramos e outro - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S/A e outro - R.H. Nos Autos. Sobre as contestações, manifeste-se a parte autora no prazo de 10(dez) dias. Intime-se.

ADV: FRANCISCO RAIMUNDO MALTA DE ARAUJO (OAB 11817/CE) - Processo 0166319-88.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Suely Maria Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Considerando que o despacho de fls.32/33 foi inserido equivocadamente por não versar sobre a matéria da presente lide, CHAMO O FEITO À ORDEM para torna-lo sem efeito, e ainda, consoante o art. 327, do CPC, intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a contestação no prazo de 10(dez) dias.

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0211642-19.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Maria Laurindo de Araújo - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - No presente feito, vislumbro a necessidade de produção de prova complexa (exame pericial), o que, à luz do art. 277, §5º, do CPC, autoriza a conversão do rito requerido pela parte autora.Ademais, o egrégio Tribunal de Justiça do Ceará já decidiu que a adoção do Rito

Ordinário, ao invés do Sumário, não gera nulidade (Apelação 2556063200480600000, Desembargadora Vera Lúcia Correia Lima, 4ª Câmara Cível, julgamento: 21/07/2011). Isso posto, adoto o Rito Ordinário ao invés do Sumário, determinando a modificação da classe deste feito para AÇÃO ORDINÁRIA, e ainda: 1) Defiro os benefícios da Justiça gratuita. 2) Cite(m)-se o(s) demandado(s) para apresentar(em) CONTESTAÇÃO no prazo de 15(quinze) dias, oportunidade em que deverá (ão) apresentar cópia do processo administrativo; 3) Apresentada defesa, e existindo preliminares ou documentos, intime-se a parte autora para réplica no prazo de 10(dez) dias; 4) Decorrido o prazo para a réplica, e inexistindo exame realizado pelo IML, oficie-se a esse Instituto encaminhando o autor para a realização da perícia, para a qual, desde já, apresento os quesitos seguintes: a) O autor restou incapacitado para o trabalho em razão do acidente de trânsito ocorrido? b) A incapacidade é total ou parcial? c) Se parcial, qual grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6194/1974? 5) Caberá ao autor conduzir a documentação médica/hospitalar referente ao fato gerador do recebimento do seguro, e competirá a ambas as partes, na mesma ocasião, apresentarem os quesitos, porventura existentes, a serem respondidos pela equipe médica responsável pelo exame; 6) Com a juntada do exame aos autos, intime-se a parte promovida para informar sobre a possibilidade de conciliação.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0219271-15.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. e outro - I- Designo perícia a ser realizada pelo IML; II-Expeça-se ofício ao IML para que designe data e horário para a realização de perícia médica complementar a ser procedida no autor, devendo de tudo ser informado este Juízo para que providencie os expedientes pertinentes e notificações necessárias; III-Com o ofício ao IML deverá ser enviado cópia desse despacho; IV- Caberá ao autor conduzir a documentação médica/hospitalar referente ao fato gerador do recebimento do seguro, e competirá a ambas as partes, na mesma ocasião, apresentarem os quesitos, porventura existentes, a serem respondidos pela equipe médica responsável pelo exame; V- Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo:

ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0848582-65.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: RAIMUNDO AGNALDO OLIVEIRA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. e outro - I- Designo perícia a ser realizada pelo IML; II-Expeça-se ofício ao IML para que designe data e horário para a realização de perícia médica complementar a ser procedida no autor, devendo de tudo ser informado este Juízo para que providencie os expedientes pertinentes e notificações necessárias; III- Com o ofício ao IML deverá ser enviado cópia desse despacho; IV- Caberá ao autor conduzir a documentação médica/hospitalar referente ao fato gerador do recebimento do seguro, e competirá a ambas as partes, na mesma ocasião, apresentarem os quesitos, porventura existentes, a serem respondidos pela equipe médica responsável pelo exame; V- Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo:

ADV: DAYANA RABELO LEAL (OAB 28367/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0859214-53.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: MARILENE MOURA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A - I- Designo perícia a ser realizada pelo IML; II-Expeça-se ofício ao IML para que designe data e horário para a realização de perícia médica complementar a ser procedida no autor, devendo de tudo ser informado este Juízo para que providencie os expedientes pertinentes e notificações necessárias; III- Com o ofício ao IML deverá ser enviado cópia desse despacho; IV- Caberá ao autor conduzir a documentação médica/hospitalar referente ao fato gerador do recebimento do seguro, e competirá a ambas as partes, na mesma ocasião, apresentarem os quesitos, porventura existentes, a serem respondidos pela equipe médica responsável pelo exame; V- Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo: a) O autor restou incapacitado para o trabalho em razão do acidente de trânsito ocorrido? b) A incapacidade é total ou parcial? c) Se parcial, qual grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6194/1974? Expedientes necessários

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0861281-88.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: KALIEL PEREIRA BELARMINO - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros. - I- Designo perícia a ser realizada pelo IML; II-Expeça-se ofício ao IML para que designe data e horário para a realização de perícia médica complementar a ser procedida no autor, devendo de tudo ser informado este Juízo para que providencie os expedientes pertinentes e notificações necessárias; III- Com o ofício ao IML deverá ser enviado cópia desse despacho; IV- Caberá ao autor conduzir a documentação médica/hospitalar referente ao fato gerador do recebimento do seguro, e competirá a ambas as partes, na mesma ocasião, apresentarem os quesitos, porventura existentes, a serem respondidos pela equipe médica responsável pelo exame; V- Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo: a) O autor restou incapacitado para o trabalho em razão do acidente de trânsito ocorrido? b) A incapacidade é total ou parcial? c) Se parcial, qual grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6194/1974? Expedientes necessários

ADV: TIAGO ALVES CAMELO (OAB 22321/CE) - Processo 0865599-17.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Liminar - REQUERENTE: helaine maria menezes mendonça - REQUERIDO: condomínio manoel marçal e outro - Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre o aviso de recebimento de fls 83. Exp. Nec.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE), DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0865850-35.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO DEYVIS ARAUJO DO NASCIMENTO - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. e outro - I- Designo perícia a ser realizada pelo IML; II-Expeça-se ofício ao IML para que designe data e horário para a realização de perícia médica complementar a ser procedida no autor, devendo de tudo ser informado este Juízo para que providencie os expedientes pertinentes e notificações necessárias; III- Com o ofício ao IML deverá ser enviado cópia desse despacho; IV- Caberá ao autor conduzir a documentação médica/hospitalar referente ao fato gerador do recebimento do seguro, e competirá a ambas as partes, na mesma ocasião, apresentarem os quesitos, porventura existentes, a serem respondidos pela equipe médica responsável pelo exame; V- Apresento, de logo, os quesitos deste Juízo: a) O autor restou incapacitado para o trabalho em razão do acidente de trânsito ocorrido? b) A incapacidade é total ou parcial? c) Se parcial, qual grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6194/1974? Expedientes necessários

ADV: ALESSANDRA MARIA MARGARITA LA REGINA (OAB 97954/SP), LUCIANA TACOLA BECKER (OAB 15911/CE) - Processo 0865982-92.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: CAMBUCI S/A - REQUERIDO: Caravella Alvinegra Comércio de Artigos Esportivos Ltda e outros - Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre os avisos de recebimento de fls 56/57. Exp. Nec.

EXPEDIENTES DA 33ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO RAIMUNDO DEUSDETH RODRIGUES JUNIOR

DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2016

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0164935-90.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega S/A Transporte Urbano - REQUERIDO: Antônio de Pádua Ferreira - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Acerca do AR juntado aos autos, à fl. 38, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ITALO MILO GABRIEL ALVES MARTINS (OAB 30138/CE), CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTIAGO JUNIOR (OAB 32299/CE) - Processo 0198145-35.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: João Augusto Stascxak e outro - REQUERIDO: Level Imobiliária Ltda e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Acerca do AR juntado aos autos, à fl. 50, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias.

EXPEDIENTES DA 35ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ARISTÓFANES VIEIRA COUTINHO JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA WALDENIO FARIAS ROCHA JUNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2016

ADV: NUNES RAMOS DE LIMA (OAB 8427/CE) - Processo 0215493-37.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Aquisição de veículos automotores - REQUERENTE: CAMILA VIEIRA DOS SANTOS - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor contratado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC), e as vincendas no valor incontroverso. Publique-se.

ADV: MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0219645-31.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS COSTA PEREIRA - Revogo o despacho de fls. 23 e 25. Defiro a gratuidade. A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. O artigo 286 do Código de Processo Civil determina que o "pedido deve ser certo ou determinado", sendo evidentemente expressa uma regra neste sentido. Existem exceções, todas ligadas às impossibilidades de determinação do pedido no início da demanda, o que não parece ser o presente caso. Para proporcionar o exercício da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJe) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo/subsidiário, sob pena de indeferimento. Publique-se.

ADV: JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (OAB 10883/CE), MARIANA CHAVES CARVALHO (OAB 20283/CE) - Processo 0830577-92.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: FRANCILDA DE CASTRO MARTINS - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor contratado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC), e as vincendas no valor incontroverso. Publique-se.

ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0833980-69.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Alves Barbosa - Revogo o despacho de fl. 24. Defiro a gratuidade. A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. O artigo 286 do Código de Processo Civil determina que o "pedido deve ser certo ou determinado", sendo evidentemente expressa uma regra neste sentido. Existem exceções, todas ligadas às impossibilidades de determinação do pedido no início da demanda, o que não parece ser o presente caso. Para proporcionar o exercício da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJe) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo/subsidiário, sob pena de indeferimento. Publique-se.

ADV: ALESSANDRA ERIKA MAIA BARROS (OAB 21113/CE), DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0837160-93.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: JOÃO BATISTA LIMA DOS SANTOS FILHO - Revogo o despacho de fls. 36-37. A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. O artigo 286 do Código de Processo Civil determina que o "pedido deve ser certo ou determinado", sendo evidentemente expressa uma regra neste sentido. Existem exceções, todas ligadas às impossibilidades de determinação do pedido no início da demanda, o que não parece ser o presente caso. Para proporcionar o exercício da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJe) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo/subsidiário, sob pena de indeferimento. Publique-se.

ADV: MANOEL PEREIRA DE SOUSA MARINHO (OAB 18059/CE) - Processo 0842806-84.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Olindina Gomes da Silva Lima - Revogo o despacho de fl. 18. Defiro a gratuidade. A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. O artigo 286 do Código de Processo Civil determina que o "pedido deve ser certo ou determinado", sendo evidentemente expressa uma regra neste sentido. Existem exceções, todas ligadas às impossibilidades de determinação do pedido no início da demanda, o que não parece ser o presente caso. Para proporcionar o exercício da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJe) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo/subsidiário, sob pena de indeferimento. Publique-se.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE) - Processo 0848427-62.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: TADEU SOUZA DA SILVA - Defiro a emenda da inicial no sentido de alterar o polo passivo. Reautue-se. O artigo 286 do Código de Processo Civil determina que o "pedido deve ser certo ou determinado", sendo evidentemente expressa uma regra neste sentido. Existem exceções, todas ligadas às impossibilidades de determinação do pedido no início da demanda, o que não parece ser o presente caso. Para proporcionar o exercício da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJe) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo/subsidiário, sob pena de indeferimento. Publique-se.

ADV: DAYANA RABELO LEAL (OAB 28367/CE) - Processo 0852478-19.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: LUCIANO MARCOS DA SILVA - Nesses termos é que julgo por sentença IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial e extingo o presente feito com julgamento liminar do mérito, com fundamento nos Arts. 269, I, e 285-A do Código de Processo Civil c.c. o Art. 3º da Lei 6194/74. Sem custas. Justiça Gratuita. Após o trânsito em julgado, dar baixa nos registros e arquivar. P.R.I.

ADV: DEMETRIUS COELHO RIBEIRO (OAB 12198/CE), VLADIMIR OLIVEIRA BARROS LEAL (OAB 1612/CE) - Processo

0852883-55.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Juros de Mora - Legais / Contratuais - REQUERENTE: MÁRCIA REGINA ROCHA COLARES - Cumpra-se o despacho de fl. 122.

ADV: RAFAEL VICTOR ALBUQUERQUE RODRIGUES DE LIMA (OAB 27628/CE) - Processo 0872382-25.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LÍDIO FERREIRA OLIVEIRA JÚNIOR - KARLA REJANE MORAES OLIVEIRA - Cumpra-se o despacho de fl. 38.

ADV: FABIO NOGUEIRA ROCHA (OAB 14833/CE) - Processo 0874901-70.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: JOHN WEYNES OLIVEIRA DOS SANTOS e outro - ISTO POSTO, ante as considerações supra, hei por bem INDEFERIR A INICIAL, na forma do art. 284, § único do CPC, e, consequentemente, JULGO EXTINTO o presente feito cível, sem resolução meritória, o fazendo com respaldo no art. 267, inciso I e IV, do mesmo Estatuto Processual Civil. Transitado em julgado, arquivem-se, com as cautelas de lei. Sem custas. P.R.I.

ADV: JAIME DE MORAIS VERAS JUNIOR (OAB 16921/CE), ANDREI BARBOSA DE AGUIAR (OAB 19250/CE), JAMILSON DE MORAIS VERAS (OAB 16926/CE) - Processo 0885022-60.2014.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Obrigações - CONSGTE: Cameron Construtora S/A - A retenção das cártulas gera desequilíbrio na relação contratual ora em dissolução, representando potencial vantagem indevida à construtora consignante. Nesses termos é que determino à construtora a devolução dos cheques nºs 850265 e 850266, do Banco do Brasil, aos promovidos, diretamente ou através deste Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais). Intimar as partes através de seus advogados (DJe).

ADV: MARIA ROSALI GOMES DE AZEVEDO KJAER (OAB 6359/CE) - Processo 0892550-48.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: João Monteiro Silva Neto - Assim, intime-se a parte promovente através de seu advogado (DJe) para consignar todas as parcelas em atraso no valor contratado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção por ausência de condição de procedibilidade (285-B § 1º CPC), e as vincendas no valor incontroverso. Publique-se.

ADV: MARIO CARNEIRO BARATTA MONTEIRO FILHO (OAB 6427/CE), THIAGO SIQUEIRA DE FARIAS (OAB 21615/CE) - Processo 0894968-56.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Nulidade e Anulação de Testamento - REQUERENTE: Maria Lusiane Vidal de Sousa Miteri - Uma vez que o inventário já se encontra em tramitação perante a 4ª Vara de Sucessões de Fortaleza, Processo nº 0053167-87.2000.8.06.0001 (doc. fl. 14), resta ainda caracterizada a prevenção do Juízo, por prejudicialidade. Nesses termos é que determino a devolução dos autos ao Setor de Distribuição para posterior remessa à 4ª Vara de Sucessões, por prevenção. Intimar a requerente através de seu advogado (DJe).

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0900412-70.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Clacer de Sousa - Revogo o despacho de fls. 18-19. A citação é feita com a contra-fé da inicial, razão pela qual ela deve conter todos os pedidos formulados pela parte autora. O artigo 286 do Código de Processo Civil determina que o “pedido deve ser certo ou determinado”, sendo evidentemente expressa uma regra neste sentido. Existem exceções, todas ligadas às impossibilidades de determinação do pedido no início da demanda, o que não parece ser o presente caso. Para proporcionar o exercício da ampla defesa, determino a intimação da parte autora através de seu advogado (DJe) para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, especificando o valor pretendido em sede de pedido alternativo/subsidiário, sob pena de indeferimento. Publique-se.

EXPEDIENTES DA 37ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2016

ADV: JOURDANETE MENDONÇA LOPES (OAB 5408/CE) - Processo 0102927-43.2016.8.06.0001 - Alvará Judicial - Tabelionatos, Registros, Cartórios - REQUERENTE: Maria Erenilda da Rocha - Assim, DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar o presente feito, determinando a remessa dos autos ao Setor de Distribuição deste Fórum a fim de que sejam redistribuídos para alguma das Varas de Registros Públicos da Capital.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), DARLAN MICHELLES PEREIRA MONTEIRO (OAB 22088/CE) - Processo 0175157-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Raimundo Vidal Pinheiro Neto - REQUERIDO: Banco Caterpillar S.a. - Como o direito debatido na presente demanda admite transação, determino que a Secretaria designe data para realização de audiência preliminar (art. 331, CPC), intimando-se as partes, que poderão fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir. Intimações e expedientes necessários.

ADV: DARLAN MICHELLES PEREIRA MONTEIRO (OAB 22088/CE), BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), LEONARDO MAX PEREIRA MONTEIRO (OAB 29667/CE) - Processo 0175991-23.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0175157-20.2015.8.06) - Procedimento Ordinário - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Raimundo Vidal Pinheiro Neto - REQUERIDO: Banco Caterpillar S.a. - Como o direito debatido na presente demanda admite transação, determino que a Secretaria designe data para realização de audiência preliminar (art. 331, CPC), intimando-se as partes, que poderão fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir. Intimações e expedientes necessários.

ADV: LUIZ ERNESTO DE ALCANTARA PINTO (OAB 14181/CE) - Processo 0216898-11.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: COLEGIO BATISTA SANTOS DUMONT - Considerando a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça acostado às fls. 40/46, intime-se o requerente para comprovar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob a cominação de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257) e consequente extinção do Processo.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0218810-43.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO MOREIRA COSTA - REQUERIDO: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A - Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral, o que faço com fundamento no art. 269, I, do Código de Ritos. Foi deferido à parte autora o benefício da gratuidade judiciária, de sorte que lhe concedo a isenção do pagamento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 12 da Lei 1060, de 5 de fevereiro de 1950, salvo se, no período de cinco anos, adquirir condições econômicas para pagá-las. Passado esse tempo, a obrigação estará prescrita. Por último, determino o DESENTRANHAMENTO do aviso de recebimento de fls. 95, já que referente a pessoa estranha ao feito, renumerando-se as páginas em seguida. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LARA CAMILA LANDIM DE OLIVEIRA (OAB 24301/CE), IVAN ISAAC FERREIRA FILHO (OAB 26986/CE) - Processo

0888078-04.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Geyson Pereira Franca - REQUERIDO: Forte Iracema Incorporações Ltda - Mrv Engenharia e Participações Sa - Magis Incorporações e Particpações Ltda - Como o direito debatido na presente demanda admite transação, determino que a Secretaria designe data para realização de audiência preliminar (art. 331, CPC), intimando-se as partes, que poderão fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir. Intimações e expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2016

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0833129-30.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Thiago Batista Mota - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 15:20h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0853967-91.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Edilson Simão Lima Júnior - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 15:40h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos,

conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0855751-06.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Maruza Bezerra da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 11:20h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE), MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0861318-18.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: CLEITON DA SILVA FERREIRA - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE CIA de Seguros - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 22/02/2016, às 16:00h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente

da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0870973-14.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Ednardo dos Santos Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 16:20h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0885154-20.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Darley Silva Costa - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 16:00h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência

não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0890240-69.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: João Lindemberg Honorata de Aquino - REQUERIDO: Maritima Seguro S.a - Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro Dpvat - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 08:20h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0903157-23.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Andrelino de Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto Re Cia de Seguros - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 09:00h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides

Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2016

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0175074-72.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: JOÃO ANTONIO DA SILVA - APTE/REQDO: Maritima Seguros S.A - Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 10h40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0189154-41.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOUSA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de

2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 08h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0198252-50.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: CLAUDIA MARIA DINIZ - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 09h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo

0842048-08.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Edilon da Silva Borges - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 14:20h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: BENEDITO RODRIGUES FERREIRA (OAB 89908/MG), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0843034-59.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: CELIANE FERREIRA HOLANDA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 22/02/2016, às 08:20h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado,

ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0853324-36.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz Fernando Xavier Braz - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 14:40h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CICERO CORDEIRO FURTUNA (OAB 22014/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE), DAVID ARISON DA ROCHA BEZERRA CAVALCANTE (OAB 17939/CE) - Processo 0866286-91.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: ERMILSON FERREIRA DA SILVA - REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 10:00h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo,

mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: NILA DE QUEIROZ OLIVEIRA (OAB 20218/CE), LARISSA MARIA DE QUEIROZ (OAB 23618/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0866988-37.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA GOMES - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 11h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0887276-06.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Adeval Soares da Costa - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 15:00h para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da Justiça, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou

apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Cristiano Rabelo Leitão Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2016

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0179026-59.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: JOSE ALCIR MOREIRA DA SILVA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 10h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0196580-07.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: RENE GOMES DE SOUSA, REPRESENTADO POR IRANETE GOMES DOS SANTOS - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 10h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte

autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0198928-95.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ANTONIO ERANILDO RODRIGUES - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 09h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0204267-35.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: RENATA FRANCISCA DA SILVA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido

da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 10h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0855652-36.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Wagner Clesio Meneses Lins - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S.a. - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 13h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0862011-02.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ANA PATRICIA ALVES DE SOUSA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização

da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 14h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0880691-35.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ANTONIA LEIDIANE MENDES DA SILVA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 11h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0885543-05.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Castro da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros - Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito,

tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 11h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0894703-54.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Glauber Leitão Firmino - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 14h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0895358-26.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luis Andre Soares Lima - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 13h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2016

ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE), PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE) - Processo 0186416-80.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: RAFAEL SANTOS MOURA - REQUERIDO: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 14h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva

Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: PAULO ROBERTO RABELO LEAL (OAB 13591/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0194235-68.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ENILDO FERREIRA MENDES - REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 14h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0211898-30.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ALLAN KARDEC LIMA PEREIRA - REQUERIDO: ITAÚ SEGUROS S.A - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 09h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso

presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0212463-91.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ALEXANDRE FELIX BEZERRA - REQUERIDO: ITAÚ SEGUROS S.A - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 10h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0837193-83.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: WILSON RODRIGUES SOUZA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 15h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte

autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: PAULO FELIPE SABOIA DINO (OAB 24665/CE), ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0875489-77.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE CIA de Seguros - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 13h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0879577-61.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO GERLANIE DA SILVA BRITO - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 14h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos

relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0904543-88.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Francisco Nairton Chagas da Silva - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 10h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE), JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE) - Processo 0905673-16.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Nonato Lopes - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S/A - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 10h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa

3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2016

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), DENISE LUCE DE PAULA PESSOA TERTO (OAB 7436/CE) - Processo 0184499-26.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: DIEGO DE OLIVEIRA - REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 09h40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), DENISE LUCE DE PAULA PESSOA TERTO (OAB 7436/CE) - Processo 0214903-60.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANTONIA CLESIA LIMA FEITOSA - REQUERIDO: FEDERAL DE SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Postas estas considerações,

decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 10h00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0839817-08.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: JOAO ALVES DE ARAUJO - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A.' - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 15h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0853101-83.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS ALVES CARDOSO - REQUERIDO: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA PREVIDENCIÁRIA S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 10h20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS (OAB 21145/CE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0855451-44.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Dayane Alves Celestino da Silva - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro Dpvat - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 09h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por

seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0865833-96.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCO MOREIRA CHAVES - REQUERIDO: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA PREVIDENCIÁRIA S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 11h00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0878406-69.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ARTUR FERNANDES DA SILVA - REQUERIDO: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA PREVIDENCIÁRIA S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 10h40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos

e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0896391-51.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Charles Amaro da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S.a - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 15h:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0901890-16.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ageu das Neves Costa - REQUERIDO: Companhia Bva Seguros S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 23/02/2016, às 11h20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, sediado à Rua Desembargador Floriano Benevides, Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente

técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 37ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CRISTIANO RABELO LEITÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SARAH CAVALCANTE SAMPAIO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2016

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0052631-56.2012.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Angelina de Lima Alves - REQUERIDO: Maritima Seguros S.A - Deliberações. Postas estas considerações, torno sem efeito o despacho de fl. 74, e, ainda, indefiro a questão preliminar suscitada na defesa. Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Dada a natureza do direito trazida à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). Não se determina previamente audiência preliminar em razão de normalmente recusar-se o acordo sem prévia realização da perícia, como se observa comumente na praxe do Fórum. Para a perícia, devem ser adotadas as providências abaixo indicadas. (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida ou não de tentativa de conciliação, como vier a ser deliberado. (ii) Designar data para a realização da prova pericial e, se for o caso, audiência de conciliação, intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça na data e horário designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. Serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados. Posteriormente haverá a nomeação dos profissionais expertos, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia, podendo ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias. (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0832026-85.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: CARLOS ANTONIO DE MOURA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 09:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou

apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0840777-61.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: JOSE ROBERTO CLEMENTINO DA SILVA - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A.' - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 08h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0851964-66.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: AFONSO EUDAZIO - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 10h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte,

sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0854402-65.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: MANOEL MESSIAS RODRIGUES FERREIRA - REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 25/02/2016, às 09h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 3, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0865674-56.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA BARROS - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A. - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 08:40 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência

não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 22718/PE) - Processo 0878198-85.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: ANTONIO JOANES CAVALCANTE - REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ S.A - SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 09h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 2, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954/CE) - Processo 0880516-41.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: JOÃO VIEIRA MOREIRA - REQUERIDO: Maritima Seguros - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 16h:20 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e

Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE), FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE) - Processo 0901405-16.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Eliseu Luiz da Silva Neto - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Deliberações. Postas estas considerações, decido: - Indefiro as questões preliminares suscitadas na defesa. - Rejeito a questão prejudicial de mérito, tendo por não caracterizada a prescrição do direito de ação. - Reconheço a constitucionalidade das Medidas Provisórias 340/2006 (convertida na Lei 11482, de 31 de maio de 2007) e 451/2008 (convertida na Lei 11945, de 4 de junho de 2009), exclusivamente no que se refere às alterações promovidas na Lei 6194/1974 (tema submetido à cognição judicial), em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. - Com vistas à realização da prova, e dada a natureza do direito trazido à cognição judicial, entende-se suficiente para instrução do processo tão-só a prova pericial, a fim de levantar o grau de invalidez decorrente do acidente que vitimou a parte autora, com exclusão de qualquer outra (salvo a documentação já trazida aos autos). - A perícia consistirá em exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados, adotando-se para sua realização as providências abaixo indicadas: (i) A Secretaria do Juízo procederá no sentido da inclusão deste no mutirão programado com processos da espécie que tramitam nesta 37.ª Vara Civil, com os procedimentos cabíveis para fins de realização de perícia, seguida de audiência de conciliação. (ii) Designo o dia 26/02/2016, às 16h:00 para a realização da prova pericial, seguida de audiência conciliatória, na Sala da JUSTIÇA, Mesa 1, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690), intimando-se a parte autora, por seu advogado e também por via postal, a fim de que compareça nas datas e horários designados, munida de documentação de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar pertinente, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destacar no expediente intimatório que a audiência não será realizada nesta Vara, mas sim no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. (iii) Deverá constar na correspondência a advertência de que a ausência injustificada ao ato implicará na desistência da produção de prova pericial, com imediato julgamento do processo. (iv) Intimem-se os representantes das partes pelo DJe, incumbindo ao advogado da parte autora o ônus da cientificação de seu constituinte, independentemente da intimação postal. O não comparecimento da parte, sem justificativa regular, será interpretado como recusa ao exame pericial, seguindo os autos conclusos para julgamento. Com esse escopo, observa-se que serão consideradas válidas as intimações remetidas ao endereço da parte constante nos autos, conforme o art. 39, parágrafo único, do CPC. (v) Intime-se o Ministério Público, caso presente hipótese legal de sua participação no feito. (vi) Para atuar no mutirão ficam nomeados os profissionais médicos a seguir indicados, assegurando-se à parte ou seu advogado a apresentação de recusa justificada antes da realização da perícia. Poderá ainda indicar assistente técnico e/ou apresentar quesitos no prazo de dez dias, contado de sua intimação para a produção da prova, via DJe. Médicos: Dr. Antonio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes, CREMEC 3792 Dr. Josebson Silva Dias, CREMEC 8291 Dr. José Glauber Araújo Mota, CRM 8122 Dr. Rafael Pontes de Siqueira, CRM 7535 Dra. Viviany Oliveira de Aquino, CRM 7096 (vii) Conforme entendimentos em prática perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, os honorários periciais serão suportados pela parte ré, até dez dias úteis após sua intimação para manifestar-se sobre o laudo pericial conclusivo, mediante depósito judicial no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais). (viii) Tendo em vista que os termos do mutirão implicam em simplificação / limitação na realização da prova, a parte fica advertida, mediante intimação desta decisão por seu advogado, de que a realização da perícia implica em aceitação da forma como é realizada. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico, não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente de tal condição, deverá recusar a realização do exame, com essa justificativa. (ix) Ressalva-se a apresentação pelas partes, a qualquer tempo, de acordo extrajudicial, para fins de homologação pelo Juízo.

EXPEDIENTES DA 38ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR NUNES BARROSO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ALEXANDRO AMARAL FREIRE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2016

ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE) - Processo 0102440-73.2016.8.06.0001 - Exibição - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Aldacira Furtado Mendes - REQUERIDO: Banco Votorantin Sa - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código

de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de MORADA NOVA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0103795-21.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Casciana Manuel da Costa - REQUERIDO: Banco Bmg Sabanco Bmg Saanco Bmg Sa - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de MARCO - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104252-53.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de CATARINA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104509-78.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ana Clea Martins de Sousa - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de GUARACIABA DO NORTE - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104681-20.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Querino de Souza Santos - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de ACARAÚ - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0105048-44.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lucia Ferreira Bezerra - REQUERIDO: Banco Bmg s/a - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de GUARACIABA DO NORTE - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0105063-13.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Alves de Araujo - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de GUARACIABA DO NORTE - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0105956-04.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca Rodrigues de Oliveira Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Cia de Seguros - Considerando que o autor não reside na Comarca de Fortaleza; que o acidente não se deu na Capital Cearense e ainda, que o endereço da demandada também não pertence a esta Jurisdição, DECLARO, por lei, a Incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de PALHANO - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0105973-40.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Charles da Silva - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Considerando que o autor não reside na Comarca de Fortaleza; que o acidente não se deu na Capital Cearense e ainda, que o endereço da demandada também não pertence a esta Jurisdição, DECLARO, por lei, a Incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de ITAIÇABA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0852193-26.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Financiamento de Produto - REQUERENTE: JERFFERSON FREIRE DE SOUZA - REQUERIDO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A - Recebo a apelação de fls. 123/127 em seu duplo efeito, vez que tempestivo. Intime-se a parte adversa, para, querendo, contra-arrazoar ao apelo no prazo legal. Empós, com ou sem resposta do apelado, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para os fins de direito. Exp. Nec

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR NUNES BARROSO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ALEXANDRO AMARAL FREIRE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2016

ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0102612-15.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Francisco José de Sousa Almeida - Rec. Hoje, Há expressa previsão legal no sentido de que pode ser concedida liminar de busca e apreensão em caso de inadimplemento do devedor fiduciário, provado pelo protesto cambiário/notificação premonitória repousante no bojo processual, situação que caracteriza o fumus boni juris em favor do proprietário fiduciário. Por sua vez, a demora na apreensão do veículo das mãos do devedor fiduciário pode trazer prejuízos de difícil reparação, como danos materiais ao veículo, multas administrativas e atraso no pagamento das demais parcelas, o que torna clara a existência de periculum in mora para a concessão da medida. Estabeleceu-se na moderna doutrina processual civil dois requisitos, cuja presença concomitante autoriza o deferimento do pedido liminar: a plausibilidade do direito invocado e a possibilidade do dano irreparável ou de difícil reparação. E, a meu ver, ambos resultam evidentes no caso sub oculi. Diante do exposto, Defiro liminarmente, a medida pleiteada, devendo o Sr. Oficial de Justiça Avaliador realizar a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente e descrito na inicial, que passa

a fazer parte integrante desta decisão, depositando o bem em mãos da parte autora ou a quem esta indicar. Executada a liminar, deverá ser procedida à citação parte ré, qualificada na proeminal, para, em 05(cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, podendo, ainda, contestar a ação, querendo, no prazo de quinze (15) dias, da execução da liminar, art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º, do Decreto Lei 911/69, com as modificações introduzidas pela Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004. Ciente o credor fiduciário, o qual ficará na posse do bem veicular, de que a referida entrega não gerará de imediato a consolidação de forma plena da propriedade do automóvel. Apresentada à contestação, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a contestação, oportunidade em que deverá dizer motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Não sendo necessária a réplica ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, venham-me os autos conclusos para sentença se a matéria for unicamente de direito ou se for desnecessária a realização de audiência. Havendo necessidade de audiência, retorne o feito concluso para a designação respectiva. Proceda-se anotação junto ao Sistema RENAJUD. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162, § 4º do CPC Cumpra-se. Expedientes Necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0102746-42.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Paulo Roberto Barbalho Silva - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0102972-47.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Emanuel de Carvalho Gadelha - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0103100-67.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rute Kenneds Fernandes Queiroz - REQUERIDO: Marítima Seguros S.a. e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: JOSE JAZIEL FERNANDES DANTAS (OAB 11988/CE), GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0103201-07.2016.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jairo de Oliveira Cordeiro Mendes - REQUERIDO: Lucimi Alves dos Reis - Antes o exposto, intime-se o autor, para, no prazo de (dez) dias, justificar a interposição das ações, sob pena de indeferimento da Inicial.

ADV: RENATO PIRES LUCAS (OAB 29538/CE) - Processo 0103304-14.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Reginaldo Almeida dos Santos - REQUERIDO: Fundação Habitacional do Exército-fhe e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103488-67.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Djacir Irineu Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de

justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103694-81.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cicero Porcidonio de Matos Junior - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0103960-68.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Paulo Rafael Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARIANA ARAUJO MENDES (OAB 23535/CE) - Processo 0103993-58.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Roberto Xavier de Aquino Neto - REQUERIDO: Bradesco Seguro S/A e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0104122-63.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Adriano Soares Mesquita - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0104350-38.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Maciano Inacio Vieira - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE

a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: LILIANA PEREIRA DA SILVA (OAB 33911/BA), EDILEDA BARRETTO MENDES (OAB 30217/CE) - Processo 0143873-91.2015.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S.a - REQUERIDO: Francisco Luciano Silva Cruz - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos termo de transação extrajudicial efetivamente assinado pelas partes. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0178567-57.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosileide Alves Chagas - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD - Intime-se a parte demandada para juntar comprovante de pagamento de custas judiciais, conforme determinado por sentença de fl. 73. Após, arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: LÚCIA TEREZINHA PEGAIA (OAB 88215/SP) - Processo 0180210-50.2013.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: BANCO CITIBANK S/A - EXECUTADO: LAZARO FERREIRA DE MOURA MARTINS - Não consta nos autos, comprovação da parte autora ter diligenciado no sentido de localizar a parte executada, ao ponto de requerer que este Juízo diligencie no seu lugar. Sabe-se que os termos do art. 232 diz que cabe à parte autora diligenciar no sentido de indicar o endereço atualizado da Promovida. Cabível qualquer tipo de diligência nesse sentido, após exauridas as tentativas de localizar o réu. Dessa forma, indefiro, no momento, o pleito formulado às fls, para determinar que o autor cumpra, no prazo de 30(trinta) dias, o que estabelece a previsão legal, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Após, à conclusão.

ADV: GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE) - Processo 0197084-13.2013.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO MENDES e outro - REQUERIDO: LUCIMI ALVES DOS REIS - Diante da duplicidade de ações, determino o recolhimento do mandado expedido e aguarde-se em secretaria pelo prazo determinado na outra demanda (0103201.07.2016.8.060001). Exp. Nec.

ADV: DENNIS LUIZ DE ABREU (OAB 10228/CE) - Processo 0208377-09.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Imputação do Pagamento - REQUERENTE: Associaçâo Brasileira de Cronistas Esportivos - Abrace - REQUERIDO: Associaçâo de Cronistas Esportivos do Estado de Sâo Paulo - Aceesp - Diante do exposto posto, determino a intimação do autor, para no prazo legal, juntar aos autos, toda a documentação necessária exigida para o ajuizamento da demanda, bem como deverá EMENDAR A INICIAL, adequando o seu pedido, na forma da lei, sob pena de não recebimento da inicial. Exp. Nec.

ADV: IGOR CARVALHO PAZ (OAB 24479/CE), MARLON CARVALHO CAMBRAIA (OAB 14333/CE), RENO PORTO CESAR BERTOSI (OAB 18902/CE), FILIPPE VASQUES SAMPAIO (OAB 25390/CE) - Processo 0213322-39.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Ivan de Moraes - REQUERIDO: Terra Companhia de Crédito Imobiliário - Em Falência - 3- CITE(M)-SE o(s) promovido(s) para apresentar(em) resposta(s) à presente demanda, no prazo legal, advertindo-os quanto ao previsto nos arts. 285 e 319 do CPC. Determino que a(s) parte(s) ré(s), quando da apresentação da(s) contestação(ões), traga(m) aos autos todo e qualquer registro contratual que possua(m), relativo ao objeto do presente litígio, com o fim de facilitar o trabalho judicante (art. 355 do CPC). Exp. Nec.

ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 0214867-47.2015.8.06.0001 - Alienação Judicial de Bens - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Mauro Fontenelle - REQUERIDA: Maria do Socorro Andrade - Isto posto, determino a intimação do autor, para no prazo legal, juntar aos autos, toda a documentação necessária exigida para o ajuizamento da demanda, bem como deverá EMENDAR A INICIAL, adequando o seu pedido, na forma da lei. Exp. Nec.

ADV: CICERA MARIA DA SILVA MAPURUNGA (OAB 17295/CE), NICOLE DE ALMEIDA BITTENCOURT (OAB 23579/CE), ANDRE GUSTAVO MADUREIRO PAIVA (OAB 24521/CE) - Processo 0876178-24.2014.8.06.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: KATIANA MENDES ALBUQUERQUE - REQUERIDA: JOSELEIDE OLIVEIRA DE OLIVEIRA - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, designo para o dia 01/03/2016, às 16:00h, a Audiência de Instrução e Julgamento.

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR NUNES BARROSO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ALEXANDRO AMARAL FREIRE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2016

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0102004-17.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Antônio Eligeston Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: FABIO NOGUEIRA ROCHA (OAB 14833/CE) - Processo 0102846-94.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Execução Contratual - REQUERENTE: Fabio Nogueira Rocha - REQUERIDO: Mauro Regis Bras Teixeira - ADVOGADO: Fabio Nogueira Rocha - Defiro o pedido de Gratuidade Judiciária. Cite(m)-se o(s) executado(s) POR CARTA, tendo em vista a greve dos Oficiais de Justiça, para, no prazo de três dias, a contar da formalização do ato processual e não da juntada do AR nos autos, efetuar(em) o pagamento da dívida (art. 652, CPC). Não efetuado o pagamento no prazo assinalado, o oficial de justiça, munido da segunda via do mandado, procederá, de imediato, à penhora e a avaliação de tantos bens bastem para a satisfação integral da execução, caso não se tratem de bem de família (art. 652, § 1º, CPC), lavrando-se auto de penhora e avaliação, intimando-se a parte executada e, incindindo a penhora sobre bens imóveis, seu cônjuge, se casado for (§§ 1º e 5º, art. 652, CPC), ficando a mesma advertida do prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de eventuais embargos do devedor e, ainda, que no prazo dos embargos poderá, reconhecendo o crédito do exequente, requerer o parcelamento de que alude o art. 745-A do CPC, desde que comprove o depósito de 30% (trinta por cento) do total do seu débito. Fixo os honorários advocatícios a serem pagos pelo(s) executado(s) em 10% (dez por cento) do valor exeqüendo. No caso de integral pagamento do débito, no prazo acima estipulado, reduzo, pela metade, a verba honorária (art. 652-A, parágrafo único). Efetuado o pagamento da dívida,

ou não se realizando a citação ou penhora, em razão de não terem sido localizados o endereço ou bens da parte executada, vista ao(s) credor(es). Exp. Nec

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0102970-77.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Miguel Prudencio do Nascimento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório Dpvat S.a. e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0103710-35.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriano Gonçalves de Carvalho - REQUERIDO: Maritima Seguros Sa - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104146-91.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cicera Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de CATARINA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104332-17.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Pereira Altino - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de CATARINA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0104495-94.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Financeira Alfa S/A - Credito, Financiamento e Investimentos - REQUERIDO: Luiz Eduardo Moreira Passos - Rec. Hoje, Há expressa previsão legal no sentido de que pode ser concedida liminar de busca e apreensão em caso de inadimplemento do devedor fiduciário, provado pelo protesto cambiário/notificação premonitória repousante no bojo processual, situação que caracteriza o fumus boni juris em favor do proprietário fiduciário. Por sua vez, a demora na apreensão do veículo das mãos do devedor fiduciário pode trazer prejuízos de difícil reparação, como danos materiais ao veículo, multas administrativas e atraso no pagamento das demais parcelas, o que torna clara a existência de periculum in mora para a concessão da medida. Estabeleceu-se na moderna doutrina processual civil dois requisitos, cuja presença concomitante autoriza o deferimento do pedido liminar: a plausibilidade do direito invocado e a possibilidade do dano irreparável ou de difícil reparação. E, a meu ver, ambos resultam evidentes no caso sub oculi. Diante do exposto, Defiro liminarmente, a medida pleiteada, devendo o Sr. Oficial de Justiça Avaliador realizar a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente e descrito na inicial, que passa a fazer parte integrante desta decisão, depositando o bem em mãos da parte autora ou a quem esta indicar. Executada a liminar, deverá ser procedida à citação parte ré, qualificada na proeminal, para, em 05(cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, podendo, ainda, contestar a ação, querendo, no prazo de quinze (15) dias, da execução da liminar, art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º, do Decreto Lei 911/69, com as modificações introduzidas pela Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004. Ciente o credor fiduciário, o qual ficará na posse do bem veicular, de que a referida entrega não gerará de imediato a consolidação de forma plena da propriedade do automóvel. Apresentada à contestação, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a contestação, oportunidade em que deverá dizer motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Não sendo necessária a réplica ou, caso seja necessária, já tenha ela sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, venham-me os autos conclusos para sentença se a matéria for unicamente de direito ou se for desnecessária a realização de audiência. Havendo necessidade de audiência, retorne o feito concluso para a designação respectiva. Proceda-se anotação junto ao Sistema RENAJUD. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162, § 4º do CPC Cumpra-se. Expedientes Necessários.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0104619-77.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Lucas Fonteles - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/

desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA (OAB 7953/CE) - Processo 0104921-09.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio Wellington Santos Honorato - REQUERIDO: Yasuda Marítima Seguros e Saúde e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CANDIDO ALEXANDRINO BARRETO NETO (OAB 15519/CE), ALESSANDRA ELICE LOPES CRESCÊNCIO PEREIRA (OAB 18949/CE) - Processo 0105001-70.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Joaquim Felix dos Santos e outros - Trata-se de um pedido de cumprimento de sentença requerido por JOAQUIM FELIX DOS SANTOS e OUTROS em face de BANCO DO BRASIL S/A. Instruiu o pedido com a memória discriminada e atualizada do débito, nos termos do art. 475-B do CPC Desta forma, determino a intimação do devedor BANCO DO BRASIL S/A, a fim de efetuar o pagamento da quantia de R$ 60.096,15 (sessenta mil, noventa e seis reais e quinze centavos), no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento da obrigação no prazo fixado acarretará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), acrescentando ainda honorários sucumbenciais no percentual de 20% sobre o montante da condenação nos termos da súmula 517 do STJ sobre o montante da condenação, bem como, a requerimento da parte credora, penhora de bens, nos termos do art. 475-J da Lei Adjetiva Civil. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105042-37.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Aldenia Alves de Souza - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL FARIAS PORTO (OAB 20334/CE) - Processo 0105134-15.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: Lucivanio de Oliveira Lima e outro - REQUERIDO: Yasuda Marítima Seguros e Saúde - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018AC/E) - Processo 0105198-25.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Ocelio Silva dos Santos - (...) Diante do exposto, Defiro liminarmente, a medida pleiteada, devendo o Sr. Oficial de Justiça Avaliador realizar a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente e descrito na inicial, que passa a fazer parte integrante desta decisão, depositando o bem em mãos da parte autora ou a quem esta indicar. (...) Proceda-se anotação junto ao Sistema RENAJUD. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162, § 4º do CPC Cumpra-se. Expedientes Necessários.

ADV: GAUDENIO SANTIAGO DO CARMO (OAB 20944/CE) - Processo 0105255-43.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Pedro Augusto Leitão Chaves - REQUERIDO: Capemisa Seguradora de Vida Previdenciária S/A e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: THAYLANA ALMEIDA MOTA (OAB 32700/CE) - Processo 0105278-86.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Edneudo Agostinho da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CELSO MARCON (OAB 19431/CE) - Processo 0105291-85.2016.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Jsafra S/A - REQUERIDO: Davi Russo Teixeira - (...) Diante do exposto, Defiro liminarmente, a medida pleiteada, devendo o Sr. Oficial de Justiça Avaliador realizar a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente e descrito na inicial, que passa a fazer parte integrante desta decisão, depositando o bem em mãos da parte autora ou a quem esta indicar. (...) Proceda-se anotação junto ao Sistema RENAJUD. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162, § 4º do CPC Cumpra-se. Expedientes Necessários.

ADV: ALESSANDRA ELICE LOPES CRESCÊNCIO PEREIRA (OAB 18949/CE), CANDIDO ALEXANDRINO BARRETO NETO (OAB 15519/CE) - Processo 0105308-24.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Maria Marlieta de Sousa e outros - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a - Desta forma, determino a intimação do devedor BANCO DO BRASIL S/A, a fim de efetuar o pagamento da quantia de R$ 21.493,39 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), no prazo de 15 (quinze) dias. O não pagamento da obrigação no prazo fixado acarretará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), acrescentando ainda honorários sucumbenciais no percentual de 20% sobre o montante da condenação nos termos da súmula 517 do STJ sobre o montante da condenação, bem como, a requerimento da parte credora, penhora de bens, nos termos do art. 475-J da Lei Adjetiva Civil. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105373-19.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Xavier da Rocha - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0105481-48.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria de Lourdes Barbosa Lima - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A e outro - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105559-42.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Laene da Silva Alves - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 38ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR NUNES BARROSO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ALEXANDRO AMARAL FREIRE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0036/2016

ADV: RODOLFO BENTO DA ROCHA (OAB 23237/CE) - Processo 0101955-73.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Amanda Gomes Bezerra - REQUERIDO: YASUDA Maritima Seguros S/A - Defiro o

pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0104795-56.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Solidade Eugenio Ferreira - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de ACOPIARA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: HILTON HRIL MARTINS MAIA (OAB 13442/PB) - Processo 0105075-27.2016.8.06.0001 - Exibição - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria de Fatima Farias - REQUERIDO: Banco Bmg - Assim sendo, declaro, por lei, a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de GUARACIABA DO NORTE - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105381-93.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Santos Nascimento - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0105823-59.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Gilberto Carneiro de Castro - REQUERIDO: Marítima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: GARDNER SALVADOR RODRIGUES (OAB 20465/CE) - Processo 0106006-30.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Leudo Pessoa - REQUERIDO: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros. - Considerando que o autor não reside na Comarca de Fortaleza; que o acidente não se deu na Capital Cearense e ainda, que o endereço da demandada também não pertence a esta Jurisdição, DECLARO, por lei, a Incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito, com fundamento na norma prevista no art. 100 do Código de Processo Civil, interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência dominante dos nossos Tribunais. Remetam-se, pois, os presentes autos à Comarca de JAGUARUANA - Ceará, por distribuição, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106138-87.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisca Dgllasy Rayanny Duarte Santos - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0106169-10.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Francisco Alves da Silva - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos

termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCELO VICTOR DE SOUSA (OAB 23085/CE), RAUL LOIOLA DE ALENCAR FILHO (OAB 11085/CE) - Processo 0152852-42.2015.8.06.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Lourenço Ferreira de Andrade - REQUERIDO: Francisco José Alves Rocha - Diante do exposto, DEFIRO, em parte, o pedido de execução para, primeiramente determinar a expedição de Mandado para a Desocupação Voluntária do imóvel, com prazo de 15(quinze) e em não sendo cumprido, de logo, já autorizo a expedição de mandado para o DESPEJO COMPULSÓRIO do executado. Exp. Nec.

ADV: EMERSON FERNANDES DOS SANTOS JUNIOR (OAB 25555/CE), LUIZ RONALDO PEREIRA RIBEIRO JUNIOR (OAB 15610/CE), ALCIMAR NOGUEIRA DE MOURA (OAB 8499/CE) - Processo 0198514-97.2013.8.06.0001 - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: MARIA NEIVA DE SOUSA SOARES - REQUERIDO: Paulo Sérgio de Souza - Ao exame dos argumentos elencados pela parte promovente e dos documentos acostados, verifica-se que estão provados satisfatoriamente, nos fólios, os pressupostos do pedido autoral, motivo pelo qual, DEFIRO, com fundamento no art 66 da L.8.245/91, a expedição de MANDADO DE VERIFICAÇÃO a ser cumprido, em caráter de URGÊNCIA, devendo o Sr Meirinho expedir o devido auto de constatação para apuração da verdade, e configurado o abandono, seja a autora IMITIDA na posse do Imóvel. Após, voltem-me os autos conclusos para o que couber.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0880874-06.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: EMERSON BARBOSA DE SOUZA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A e outro - Diante do ofício de fls 26/33, à ordem para anular o despacho de fls 18/19 e passo a decidir:: Defiro o pedido de justiça gratuita, devendo patrocinar os interesses do autor(a), o(s) advogado(s) habilitado(s), que aceitou o encargo. Embora a matéria versada em ações desta natureza sejam eminentemente de direito, existe a possibilidade de produção de prova técnica de maior complexidade, no caso, perícia médica, motivo pelo qual deve seguir o rito ordinário, nos termos do artigo 277, §5º, do CPC. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s), com as advertências de que não sendo contestada à ação, se presumirão aceitos por ele, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, salvo se tratar de direito indisponível. Deve a parte demandada apresentar cópia integral do processo administrativo autoral e do sistema Megadata, de acordo com o art. 355 do CPC, no prazo da defesa. Resta facultado a(s) parte(s) promovida(s), a possibilidade de apresentar proposta de composição, para o deslinde da causa. Apresentada a defesa, caso haja alegação de preliminar, oposição de fato constitutivo/desconstitutivo do direito ou juntada de documentos (exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças), INTIME-SE a parte autora para, querendo, replicar no prazo de 10(dez) dias. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho será dado pelos próprios servidores, na forma do art. 162 § 4º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (OAB 28184/CE), MELISSA ABRAMOVICI PILOTTO (OAB 28185/CE), JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0890360-15.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Deusdite Justa de Assis - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação à execução de sentença. Sucumbente o banco e diante do nítido caráter protelatório, já que apontou matéria pacificada nas jurisprudências dos nossos tribunais e já decidida na ação civil pública, como forma de burocratizar e impedir o pronto cumprimento daquela decisão judicial, fixo honorários da fase de cumprimento de sentença no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução. Devidamente fundamentada a presente decisão, fica afastada de plano a simples alegativa de erro de cálculo aritmético, oportunidade em que sequer há planilha que justificasse, o sendo de modo genérico e, caso se prestasse para prova pericial, inviabilizaria à Contadoria do Fórum e a prestação jurisdicional, somente por meras e infundadas argumentações genéricas. Condeno ainda o banco ao pagamento das custas e despesas processuais. Publique-se, Intime-se e expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados nos autos em favor do exequente.

EXPEDIENTES DA 39ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0233/2016

ADV: DIEGO LIMA DE FARIAS (OAB 22985/CE) - Processo 0833449-80.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCO RAILLAN PAIVA DA SILVA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Considerando o teor do AR de página 29, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se a respeito.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0234/2016

ADV: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO (OAB 20795/CE) - Processo 0200794-41.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Seguro - REQUERENTE: EVANDRO ROCHA FEITOSA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Considerando o teor do AR de página 20, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se a respeito.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2016
ADV: PAULO ROBERTO RABELO LEAL (OAB 13591/CE) - Processo 0206272-30.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: VALDECY CELESTINO DA SILVA - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Considerando o teor do AR de página 29, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se a respeito.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0236/2016
ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE), HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0189688-82.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0138235-77.2015.8.06) - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: JURACI RAMOS DE SOUZA - REQUERIDO: BANCO GMAC S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Faço gerar a intimação do requerido para comprovar o pagamento das custa processuais determinadas na sentença homologatória de p.98, no prazo de 10 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0237/2016
ADV: DOUGLAS MOTA NERES (OAB 25026/CE) - Processo 0872686-24.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigações - REQUERENTE: VOUGA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA - REQUERIDO: SAVIO MESQUITA CAETANO - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Considerando o teor do AR de página 24, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se a respeito.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0238/2016
ADV: BENEDITO RODRIGUES FERREIRA (OAB 89908/MG) - Processo 0843017-23.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: FRANCISCO HAROLDO DA SILVA MORAIS - REQUERIDO: MAPFRE SEGURADORA S.A e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca da contestação e documentos apresentados.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0239/2016
ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0901900-60.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cristiana Pereira de Araujo - REQUERIDO: Maritima Seguros e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca da contestação e documentos apresentados.

JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ZANILTON BATISTA DE MEDEIROS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA GLEBA GIRLENE BRITO CAVALCANTE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0240/2016
ADV: THAMIRIS PEREIRA DE ABREU TRANCA (OAB 26399/CE) - Processo 0043461-55.2015.8.06.0001 (processo principal 0870451-84.2014.8.06) - Impugnação de Assistência Judiciária - Obrigação de Fazer / Não Fazer - IMPUGNANTE: Ctl Engenharia Ltda - Ante o exposto, EXTINGO O PRESENTE INCIDENTE, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, VI do CPC. Sem condenação em custas e em honorários. P.R.I. Arquivem-se os autos com as cautelas legais, pois as partes renunciaram ao prazo recursal.

VARAS DE FAMÍLIA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO JOAQUIM SOLON MOTA JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2016
ADV: ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (OAB 15166/CE) - Processo 0166221-11.2012.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: A.C.S.R. - REQUERIDO: G.C.N.S. - Intime-se o advogado da parte autora , para dar prosseguimento ao feito, em 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento.
ADV: FABIO FILEMON LOPES DE SOUSA (OAB 18210/CE), ARTUR HEMIDIO BARRETO COELHO (OAB 10549/

CE) - Processo 0189298-44.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0206803-48.2015.8.06) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Jacilda Bastos Braga Louzada - REQUERIDO: Francisco Coutinho de Araujo Macedo - Conciliação Data: 09/03/2016 Hora 14:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO JOAQUIM SOLON MOTA JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0036/2016

ADV: MARIA ELIANE CARNEIRO LEAO MATTOS (OAB 5305/CE), WILBER AUGUSTO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 26279/CE) - Processo 0144787-58.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Renata Abido Alves e outro - REQUERIDO: Breno Rangel Nunes da Costa - R. hoje Intime - se a autora para manifestar - se sobre os pedidos de fls. 248/250 em três dias. Em seguida, ao agente ministerial para opinar com brevidade. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Joaquim Solon Mota Junior Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO JOAQUIM SOLON MOTA JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2016

ADV: GEORGE CESAR DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 23849/CE) - Processo 0194303-47.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.H.C.E.J. - ALIMENTANDO: J.H.C.J. - Previa de Conciliação Data: 14/03/2016 Hora 14:15 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: FRANKLIN FERNANDES LIMA (OAB 17112/CE) - Processo 0199710-34.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.G.M.M. e outro - Ratificação Data: 01/03/2016 Hora 10:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

EXPEDIENTES DA 6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE RICARDO COSTA D ALMEIDA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2016

ADV: ABRAAO CIFUENTES FRANKLIN LUCAS (OAB 26747/CE) - Processo 0102776-77.2016.8.06.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Francisco Reginaldo Rodrigues da Silva e outro - INTIMEM-SE OS AUTORES, via Diário da Justiça (DJ-e) e na pessoa dos advogados por eles constituídos, para emendar a inicial nos termos do art. 282 e 283 do CPC, informando a este juízo se há interesse em converter a presente demanda em “Divórcio Consensual”. Caso positivo, juntar aos autos “Termo de Ratificação de Acordo”, devidamente assinado (com reconhecimento de firma) por ambas as partes

ADV: JULIANA VASCONCELOS BORGES RIBEIRO (OAB 19200/CE) - Processo 0128948-03.2009.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - MENOR: Marilia Bernardes Bezerra - REPR. LEGAL: Maria Jose Bernardes Batista - REQUERIDO: Jose Gomes Bezerra - Ante o exposto e do mais que constam dos autos, julgo extinto o presente processo, sem resolução do mérito, e o faço respaldado na norma constante do art. 267, II e III c/c parágrafo 1º, do Código de Processo Civil. Custas de lei, honorários advocatícios em 10% do valor do calculo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquive-se, com o trânsito em julgado. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

ADV: JULIANA VASCONCELOS BORGES RIBEIRO (OAB 19200/CE) - Processo 0164859-37.2013.8.06.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: A.C.O. - REQUERIDA: M.S.S. - Em face do exposto e do mais que consta dos autos, julgo procedente o pedido, a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos, decretando o divórcio entre as partes e pondo termo ao casamento contraído entre ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA e MARTA SILVIA DA SILVA, divorciando-os, nos termos do art. 1.580 do CCB, art. 35 e segs. da Lei 6.515/77 e art. 226, § 6º da CF/88. Em seguida, julgo EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito, na forma do art. 269, III, do CPC. Expeça-se Mandado de Averbação ao cartório indicado às fls.,09, após o trânsito em julgado, a fim de que se procedam, respectivamente, a inscrição da sentença e à averbação pertinente. Providenciados, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após, arquive-se com as devidas cautelas legais. Ciência à Defensoria Pública na figura do curador especial. Ciência ao Ministério Público.

ADV: ADAUTO FERREIRA LOPES (OAB 11963/CE) - Processo 0181255-21.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.J.S.F.B. e outro - Destarte, sano a omissão, ficando a parte final da sentença acrescida da seguinte forma: o cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira, no caso, Maria de Jesus de Sousa Ferreira. No mais, persiste a sentença tal como lançada às fls. 10/11, no entanto, acrescida consoante acima indicado. Encaminhem-se os autos à SEJUD a fim de providenciar o mandado de averbação competente ao cartório indicado às fls.06, desta feita contendo informação sobre o nome de solteira do cônjuge virago. Intime-se.

ADV: CLAUDIA FIUSA MAIA (OAB 2583/CE) - Processo 0182875-68.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.L.P.M.F. e outro - Sendo assim e tendo em vista que o acordo constante de fls. 01/03 satisfaz as exigências legais aplicáveis à espécie, notadamente ao disposto no artigo 1.694 e ss., do Código Civil Brasileiro, HOMOLOGO, por sentença, pondo termo ao casamento contraído entre JOSÉ LEONARDO PEREIRA MARTINS FILHO e ANTONIA PAULA PEREIRA DA SILVA MARTINS, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, divorciando-os nos termos no art. 226, § 6º, CF/88; art. 10, I do CC e art. 32 da Lei 6515/73. Atente-se para o fato da cônjuge virago voltar a usar seu nome de solteira, qual seja: ANTONIA PAULA PEREIRA DA SILVA. Julgando EXTINTO, por conseguinte, o processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 269, III, CPC. Sem custas, conforme gratuidade concedida à fl.16. Expeça-se Mandado de Averbação ao cartório das fls. 10, após o transito em julgado, a fim de que se proceda a averbação pertinente. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Após, arquivem-se com baixa devida e demais cautelas legais. P.R.I.

ADV: JOSE BRASILINO DE FREITAS (OAB 6015/CE), JOSE BRASILINO DE FREITAS JUNIOR (OAB 24363/CE) - Processo

0199527-34.2013.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: B.C.S. - ALIMENTANDA: P.R.B. - Ante o exposto e do mais que constam dos autos, julgo extinto o presente processo, sem resolução do mérito, e o faço respaldado na norma constante do art. 267, II e III c/c parágrafo 1º, do Código de Processo Civil. Isento de custas e sem condenação em honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquive-se, com o trânsito em julgado. Ciência ao Ministério Público.

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0890180-96.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Guarda - REQUERENTE: Ronaldo Nascimento Ferreira - REQUERIDA: Livia Marques do Nascimento - Em face do exposto, julgo EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito, por indeferimento da inicial, e o faço com fulcro no art. 267, I c/c art. 284, parágrafo único e art. 295, VI, todos do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE RICARDO COSTA D ALMEIDA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2016

ADV: FRANCISCA BASTOS OLIVEIRA DE BRITO (OAB 21267/CE), SONIA MARIA FERREIRA CHAGAS (OAB 6506/CE), JOSE OLIVEIRA DE BRITO FILHO (OAB 9096/CE) - Processo 0032315-22.2012.8.06.0001 - Cautelar Inominada - Medida Cautelar - REQUERENTE: F.M.B.V. - REQUERIDA: T.K.F.L. - R.H. Cls. Intime-se a parte autora, por DJ, a fim de apresentar a Réplica no prazo legal.

ADV: JULIANA VASCONCELOS BORGES RIBEIRO (OAB 19200/CE) - Processo 0072281-31.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.H.A.P. - REPR. LEGAL: L.R.A.P. - REQUERIDO: C.H.A.M. - Diante do exposto e considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, A EXTINÇÃO da presente ação, o que faço sem julgamento do mérito, com esteio no artigo 267, inciso III e § 1º, do Codex instrumental civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo sem recurso, dê-se baixa na distribuição, seguido de arquivamento, observando-se as cautelas de praxe. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

ADV: LUIZ CLAUDIO SANTANA SOARES (OAB 12597/CE) - Processo 0100058-10.2016.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: M.M.S.G. - CITE-SE/INTIME-SE A INTERDITANDA, por Carta (AR/MP) ou na impossibilidade desta por Mandando, advertindo-a do prazo para apresentar impugnação, conforme preceitua o Art. 1.182 e seus parágrafos (CPC). Outrossim, ouça-se o Ministério Público (via Portal/DJ), tendo em vista o pedido de antecipação de tutela formulado na inicial

ADV: ISABELLE DE MENEZES FERREIRA (OAB 13715/CE) - Processo 0142744-95.2008.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.B.F.N. - REPR. LEGAL: M.M.F. - REQUERIDO: T.E.M.F. e outro - Diante do exposto e considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, A EXTINÇÃO da presente ação, o que faço sem julgamento do mérito, com esteio no artigo 267, inciso III e § 1º, do Codex instrumental civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo sem recurso, dê-se baixa na distribuição, seguido de arquivamento, observando-se as cautelas de praxe. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0167123-56.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Investigação de Maternidade - REQUERENTE: Maria Irene Soares de Araújo e outro - Diante do exposto, na forma dos artigos 111, I, “a” e 112 da Lei 12.342/94, declino da competência em favor de uma das Varas de Registros Públicos da Comarca de Fortaleza, oportunidade em que determino que os presentes autos sejam encaminhados para a referida unidade. Ciência ao Ministério Público. Ciência à Defensoria Pública.

ADV: JULIANA VASCONCELOS BORGES RIBEIRO (OAB 19200/CE) - Processo 0185116-54.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: K.V.S. - REQUERIDO: A.A.S. - Diante do exposto e considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, A EXTINÇÃO da presente ação, o que faço sem julgamento do mérito, com esteio no artigo 267, inciso III e § 1º, do Codex instrumental civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Decorrido o prazo sem recurso, dê-se baixa na distribuição, seguido de arquivamento, observando-se as cautelas de praxe.

ADV: WYLLERSON MATIAS ALVES DE LIMA (OAB 13975/CE), ISMENIA MARIA SOUSA CAMPELO (OAB 13894/CE) - Processo 0186660-38.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.S.C.B.D. e outro - Sendo assim e tendo em vista que o acordo constante de fls.01/03 satisfaz as exigências legais aplicáveis à espécie, homologo o presente pedido de dissolução de união estável entre as partes acima epigrafadas, dissolvendo assim a referida união vivida entre as partes no período compreendido entre 01/09/2014 à 20/08/2015. Igualmente, homologo o pedido partilha sobre os direitos do imóvel indicado às fls.02, na proporção de cinquenta por cento para cada um dos conviventes, na forma do acordo das fls. 01/03, tendo em vista ainda os documentos das fls. 46/48 e 82/83. Julgo extinto, por conseguinte, o processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 269, III, CPC. Ciência ao Ministério Público. Custas pagas. Com o trânsito em julgado oficie-se às empresas citadas às fls.81 para conhecimento da presente sentença. P.R.I.

ADV: DANIEL LEAO HITZSCHKY MADEIRA (OAB 16158/CE) - Processo 0191312-98.2015.8.06.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Alimentos - REQUERENTE: D.B.M. e outros - Diante do exposto e do mais constante nos autos, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado à fl. 01/08, dado satisfeitas as exigências de Lei, a fim de que surtam seus efeitos jurídicos e legais. Em conseguinte, julgo EXTINTO o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 269, III, do CPC. Sem custas. Oficie-se a empresa informada para os descontos necessários. P.R.I. Após, arquive-se com devida baixa e demais cautelas legais. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

ADV: ROBERTO BARCELOS BARBOSA (OAB 12155/CE) - Processo 0216173-51.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.S.N.H. e outro - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, o acordo de Divórcio celebrado às fls. 1/4, DECLARANDO EXTINTO O CASAMENTO CIVIL de FRANCISCO SHAVIO NOGUEIRA HOLANDA e BÁRBARA BEATRIZ GOMES MACHADO HOLANDA, com base no art. 226, parágrafo 6º da Constituição Federal/88, modificado pela EC 66/2010. Casamento realizado junto ao Cartório JOÃO DE DEUS, registrado no Livro B-47, às fls. 120, sob o nº 27.802, realizado no dia 23/09/1988, conforme cópia da certidão de casamento anexada às fls. 12. A mulher voltará a usar o nome de solteira, ou seja, BÁRBARA BEATRIZ GOMES MACHADO. Defiro o pedido de dispensa do prazo recursal formulado no inciso V de fls. 3 da Petição Inicial. Assim, SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, pelo que determino a extração de uma via desta, para ser encaminhada ao competente Cartório de Registro Civil, para os devidos procedimentos. Sem custas. Ciência ao Ministério Público. Registre-se. Após, arquivem-se com baixa devida e demais cautelas legais

ADV: ANTONIO ESMERALDO FERREIRA SILVA (OAB 26202/CE) - Processo 0220102-63.2013.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.G.R. - REQUERIDA: M.I.O.M. - R. H. Cls. Custas pagas. Trata-se o presente feito de Ação de Divórcio Litigioso, cuja tramitação dar-se-á em segredo de Justiça (art. 155, II do CPC), a ser processado pelo rito ordinário que avocaria como despacho inaugural apenas a citação da parte Demandada para oferecer resposta (querendo) no prazo e sob as penas da Lei. No entanto, como pode a Demanda, pelo consenso, ser ultimada antecipadamente, já no seu nascedouro e, à luz do inciso II, do Art. 7º, da Portaria nº 1.016/2015, da lavra da Diretoria deste Fórum (FCB), veiculada às fls. 48/50 da Edição nº 1.309 do DJ-e de 15/10/2015, determinei, e o Diretor do Gabinete desta 6ª Vara de Família já agendou para o dia 16 de fevereiro de 2016, às 14h30min, uma Audiência Prévia de Tentativa de Conciliação, oportunidade em que, obtido o consenso, este poderá vir a ser homologado, mas, alternativamente, perdurando o litígio, passará a fluir o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Requerida apresente, querendo, a Contestação. Não obstante a data para a realização da audiência de conciliação, as partes devem ser também intimadas acerca da existência do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação instalado no Gabinete desta 6ª Vara de Família para, querendo, resolver antecipadamente a demanda pelo acordo. Para tanto, caso haja interesse, deverá ser agendada data junto ao respectivo gabinete. CITE-SE/INTIME-SE a Requerida, por mandado ou, na impossibilidade desta, por carta com ARMP. INTIME-SE o Requerente, e seu patrono via DJ-e. Ciência ao Ministério Público

ADV: JULIANA VASCONCELOS BORGES RIBEIRO (OAB 19200/CE) - Processo 0830905-22.2014.8.06.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: P.L.J.S. - REQUERIDO: O.M.N. - Em face do exposto e do mais que consta dos autos, tomando por base o artigo 226, § 6º da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, julgo PROCEDENTE o pedido formulado nesta ação, e por consequência, decreto o divórcio das partes acima epigrafadas. Casamento realizado junto ao Cartório Jereissati, registrado sob nº de matrícula: 020750.01.55.2001.2.00056.258. 0031865.27 (Livro nº B-56, às folhas 258, sob o nº de Ordem 31.865), realizado no dia 25/07/2012, conforme cópia da Certidão de Casamento anexada às fls. 12, devendo voltar o cônjuge virado a usar o nome de solteira. Assim, serve a presente sentença como mandado de averbação, pelo que determino a extração de uma via desta, para ser encaminhada ao competente Cartório de Registro Civil indicado às fls.12, para os devidos procedimentos. Sem custas, por ser a parte beneficiária da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Após, arquive-se com as devidas cautelas legais.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE RICARDO COSTA D ALMEIDA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2016

ADV: JULIANA VASCONCELOS BORGES RIBEIRO (OAB 19200/CE) - Processo 0153416-89.2013.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.E.R.M.R.A.C.R.M. - REQUERIDO: F.T.A.S. - Diante do exposto e considerando o mais que dos autos consta, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, A EXTINÇÃO da presente ação, o que faço sem julgamento do mérito, com esteio no artigo 267, inciso III e § 1º, do Codex instrumental civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo sem recurso, dê-se baixa na distribuição, seguido de arquivamento, observando-se as cautelas de praxe. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público..

ADV: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE) - Processo 0212113-35.2015.8.06.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: José Claudio de Castro Pereira Filho - D.H. Vistas ao Ministério Público.

ADV: CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTIAGO JUNIOR (OAB 32299/CE) - Processo 0212377-52.2015.8.06.0001 - Interdição - Liminar - INTERTE: M.L.L.O.L. e outro - Interrogatório Data: 08/03/2016 Hora 11:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: FABIOLA JOCA NOLETO (OAB 9320/CE) - Processo 0214147-80.2015.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.M.N. - REQUERIDO: L.S.M. - Dessa forma, indefiro, no momento, o pedido de arbitramento de alimentos provisórios. No entanto, como pode a Demanda, pelo consenso, ser ultimada antecipadamente, já no seu nascedouro, DESIGNO, de logo, audiência de conciliação para o dia 27/04/2016 às 14h00min, oportunidade em que, obtido o consenso (reconhecimento espontâneo da paternidade por parte do Requerido, bem como de acerto em relação ao valor dos alimentos), poderá vir a ser homologado, mas, alternativamente, perdurando o litígio, passará a fluir o prazo da contestação. Cite-se/intime-se por carta precatória acerca da presente ação, bem como para comparecer à audiência designada. Não obstante a data para a realização da audiência de conciliação, as partes devem ser também intimadas acerca da existência do núcleo de conciliação permanente instalado no Gabinete da 6ª Vara de Família para, querendo, resolver antecipadamente a demanda pelo acordo. Para tanto, caso haja interesse, deverá ser agendada data pelas parte interessadas junto ao respectivo gabinete. Ciência ao Ministério Público. Intime-se ainda a parte autora, por meio de sua patrona e via DJ-e, acerca da presente decisão.

ADV: GUILHERME SOUZA SANTOS (OAB 7232/RJ) - Processo 0738755-22.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0738762-14.2014.8.06) - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: R.N.S.S. - Portanto, razão nenhuma justifica a tramitação dos presentes autos na Comarca de Fortaleza, vez que o endereço do interditado é em outra comarca do Estado, fora da jurisdição do presente Juízo. Assevere-se, de igual modo, que em se tratando de ação que envolve incapaz, deve ser prestigiado o interesse deste, indicando que a ação deve tramitar em seu domicílio. Precedente: Processo nº 2014.00.2.023858-4 (831795), 1ª Câmara Cível do TJDFT, Rel. Alfeu Machado. maioria, DJe 14.11.2014. Diante do exposto, declino da competência para apreciar o feito, em favor do Juízo de Direito da Comarca de Trairi-CE. Encaminhem-se, portanto, os presentes autos à mencionada Comarca. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se ainda partes interessadas por meio de seus patronos via DJ-e.

ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO (OAB 7760/AM) - Processo 0738762-14.2014.8.06.0001 - Prestação de Contas - Exigidas - Tutela e Curatela - REQUERENTE: R.N.S.S. - Dessa forma, igualmente ao decido nos atuos do processo 0738755-22.8.06.0001, declino da competência para o Juízo de Direito da Comarca de Trairi-CE. Encaminhem-se, portanto, os presentes autos à mencionada Comarca. Ciência ao Ministério Público. Intime-se ainda parte interessada por meio de seu patrono via DJ-e.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2016

ADV: PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO (OAB 3183/CE), ELIZABETE TEIXEIRA NONATO (OAB 4735/CE) - Processo 0135213-79.2013.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.C.A. - REQUERIDA: A.P.B. - Ante o exposto, extingo o presente processo, sem julgamento de mérito, e o faço com fulcro no art.267,VIII,do CPC. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de lei. Publique-se. Intime-se o Representante do Ministério Público da 7ª vara de Familia

ADV: MARIA TERESA SOARES CAVALCANTE (OAB 14517/CE), SONIA MARIA CAVALCANTE BARBOSA (OAB 14110/CE) - Processo 0171463-82.2011.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.M.S. - REQUERIDA: F.M.G.S. - Vistos etc. JOSÉ MARIA DA SILVA ingressou com a presente Ação de Divórcio em face de FRANCISCA MARIA GOMES DA SILVA, qualificados nos autos, com o propósito de dissolver o casamento. Citada pessoalmente a promovida nada apresentou ou requereu (fls. 37). A Emenda Constitucional nº 66/2010 dá nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Não há notícias de filhos menores nem bens a partilhar. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite o divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira: FRANCISCA MARIA CARLOS GOMES. Custas de Lei. Publique-se. Intime-se o representante do M.P. E da Defensoria Pública pessoalmente e após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO e de INSCRIÇÃO JUNTO AOS CARTÓRIOS COMPETENTES. Casamento realizado no Cartório de Coreaú livro B-09, às fls. 45, sob o número de ordem 1805. O cartório deverá elaborar o expediente gratuitamente, já que a parte é beneficiária da Justiça gratuita. Fortaleza, 14 de dezembro de 2015. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito

ADV: ENIO BARATA BRAVOS (OAB 9732/CE) - Processo 0205355-40.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: W.R.S. e outro - Vistos etc. WELLINGTON ROQUE DA SILVA e FABIANA CAETANO XAVIER, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união não adveio descendentes. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Casamento realizado no CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE MONDUBIM, às fls. 322 do livro B-18, sob o nº de ordem 5756.

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0206407-71.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.R.S. e outro - Vistos etc. CRISTIANO RODRIGUES DA SILVA e EDILENE TEIXEIRA DOS SANTOS DA SILVA, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união não adveio descendentes. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja EDILENE TEIXEIRA DOS SANTOS. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Casamento realizado no CARTÓRIO JOÃO DE DEUS, matricula nº 020420 01 55 2013 2 00118 396 0061060 72.

ADV: HUGO POMPEU ANDRADE GURGEL (OAB 32479/CE), LUCIANA ARAGAO AGUIAR (OAB 27279/CE) - Processo 0210925-07.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.S.T. e outro - Vistos etc. GUILHERME DE SOUSA TEIXEIRA e MERCIA DE SOUZA SEGUNDO, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Conversão de Separação em Divórcio com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união não adveio descendentes. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ex positis, julgo procedente a presente ação, com as modificações feitas na exordial, para decretar a Conversão da Separação Judicial do casal supra referido em Divórcio e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Transitada esta em julgado, expeçam-se os mandados finais deste feito. Após os expedientes necessários, deve a secretaria do juízo proceder a baixa na distribuição e arquivar os autos. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se.

ADV: ROZANE MARTINS MIRANDA MAGALHAES (OAB 15737/CE) - Processo 0211607-59.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.O.P. e outro - Vistos etc. ISAIAS DE OLIVEIRA PAIVA e BRENA KELLY DE OLIVEIRA SOUZA PAIVA, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial,

devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união não adveio descendentes. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja BRENA KELLY DE OLIVEIRA SOUZA. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Casamento realizado no CARTÓRIO JOÃO DE DEUS, às fls. 157 do livro B-115, sob o nº de ordem 59621.

ADV: GIOVANNI CARVALHO COLLYER (OAB 16684/CE) - Processo 0211620-58.2015.8.06.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: Socorro Alves de Sousa e outro - Vistos etc. SOCORRO ALVES DE SOUSA e VALMIR DE SOUSA SILVA, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Conversão de Separação em Divórcio com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união adveio descendentes, já maiores na forma da lei. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ex positis, julgo procedente a presente ação, com as modificações feitas na exordial, para decretar a Conversão da Separação Judicial do casal supra referido em Divórcio e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Transitada esta em julgado, expeçam-se os mandados finais deste feito. Após os expedientes necessários, deve a secretaria do juízo proceder a baixa na distribuição e arquivar os autos. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se.

ADV: TIAGO ARAUJO FILGUEIRAS (OAB 13780/CE) - Processo 0211850-03.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Casamento - REQUERENTE: A.C.S. e outro - Vistos etc. MANOEL BATISTA DE SOUSA e AURINEUDA CASSIANO DE SOUSA, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união adveio descendentes, já maiores na forma da lei. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja AURINEUDA CASSIANO DE QUEIROZ. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Casamento realizado no CARTÓRIO JOÃO DE DEUS, às fls. 256 do livro B-97, sob o nº de ordem 26589.

ADV: MARIA DO SOCORRO SILVEIRA RIBEIRO (OAB 7268/CE) - Processo 0213417-69.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.C.S.S.C. e outro - Vistos etc. ELENILSON OLIVEIRA DE CARVALHO e DÉBORA DA CRUZ SILVA DOS SANTOS CARVALHO, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união não adveio descendentes. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja DÉBORA DA CRUZ SILVA DOS SANTOS. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Casamento realizado no CARTÓRIO JAIME ARARIPE, às fls. 66v do livro 118, sob o nº de ordem 67087.

ADV: GEORGE CESAR DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 23849/CE) - Processo 0213510-32.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.M.P. e outro - Vistos etc. CRISTIANE MARISCAL DE LIMA e HÉLIO ALVES DE LIMA, ambos qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com apresente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 deu nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Da união não adveio descendentes. Os promoventes declararam não possuir bens imóveis a serem partilhados. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira, qual seja CRISTIANE MARISCAL DE PAULA. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO. Casamento realizado no CARTÓRIO V. MORAES, às fls. 170 do livro B-66, sob o nº de ordem 31932.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2016

ADV: VANDA MANLEY CATUNDA CARVALHO (OAB 6333/CE) - Processo 0100420-12.2016.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: A.M.F. e outro - Alberto Machado Filho e Mônica Machado Cavalcanti ingressaram com a presente interdição em face de sua genitora Valdivia Catunda Machado, alegando que a mesma se encontra em estado avançado de Alzheimer, impossibilitada de exercer os atos da vida civil. Atestado médico às fls. 16, confirmando as informações constantes da inicial. Anuência dos demais filhos da interditanda às fls. 28 dos autos. Atualmente, o Tribunais do Brasil têm aceitado a nomeação de dois parentes na condição de curador, chamando-se tal procedimento de Curatela Compartilhada. Dessa forma, o pedido preenche os requisitos legais. Assim, hei por bem conceder aos autores a curatela provisório da interditanda pelo prazo de 180 dias, com a restrição para vender bens da interditanda, podendo os autores representar a interditanda em juízo ou fora dele, inclusive em Instituições Bancárias para receber seus benefícios. Designo o dia 30/03/2016, às 9:45h para interrogatório.

ADV: TERESA PEREIRA DE SOUSA (OAB 14244/CE) - Processo 0166115-49.2012.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.J.C.O. - REQUERIDO: J.D.G.C. - Vistos etc. Trata-se de ação de OFERTA DE ALIMENTOS proposta por RENY JOSÉ CARABALLO OSUNA em face de JHON DANIEL GALVÃO CARABALLO, menor impúbere representado por sua genitora, DANIELE GALVÃO LEOPOLDINO, com o intuito de ofertar valor a título de pensão alimentícia. Pois bem, aduz o promovente que passou a residir no Ceará por conta de um emprego obtido no Porto do Pecém, obra que tem atraído centenas de nacionais e estrangeiros para o nosso Estado. Invoca o art. 24 da Lei 5.478/68, como fundamento legal de amparar sua pretensão. Adiante, reconheceu a competência do foro da Comarca do Rio de Janeiro, para conhecer e julgar esta demanda, porém ponderou que, em se tratando de iniciativa não-contenciosa, pugnou pelo ajuizamento desta ação nesta Comarca de Fortaleza. Sendo assim, às fls. 51/52 o membro do MP se manifestou no sentido de que diante da ausência de interesse do promovido por esta demanda, aplica-se ao caso as regras de competência relativa, ditadas pelo Código de Processo Civil às ações da espécie. Nesse sentido cumpre salientar que consoante entendimento jurisprudencial é competente o foro do domicílio do alimentando para ação em que se pede alimentos. No entanto, por se tratar de regra de competência relativa, não há óbice que impeça a propositura da ação de alimentos em foro diversos do domicílio do alimentando. Nesta hipótese, o alimentando estaria renunciando à prerrogativa legal estabelecida no art. 100, II, do CPC, e não poderia, posteriormente, invocar a mencionada norma na tentativa de remeter o processo ao juízo do foro de seu domicílio, pois implicaria violação ao princípio do juiz natural. Isso posto, hei por bem decidir pela fixação dos alimentos provisórios em favor da parte requerida no valor ofertado pelo requerente, qual seja, a importância equivalente de 17% (dezessete por cento) dos vencimento do autor, bem como das férias, a ser descontado em folha de pagamento e pago ao menor através de seu representante legal (genitora), mediante depósito bancário na conta corrente apontada às fls. 49 dos autos (Banco: 104 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | Agência: 3071 | Conta: 10002625), que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se o local de trabalho do requerente, qual seja o Porto de Pecém-CE com o intuito de se fazer cumprir a presente decisão. Sem custas. Publique-se e arquive-se. Intime-se o MP. Fortaleza, 16 de dezembro de 2015. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito

ADV: ANA PAUTILIA PEREIRA ROCHA (OAB 23706/CE), DEFENSOR PÚBLICO GIOVANNI CARVALHO COLLYER (OAB 1/CE) - Processo 0187083-03.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Guarda - REQUERENTE: C.B.S. - REQUERIDO: M.A.C.D. - Assim, diante de tudo que foi ventilado nestes autos, o conteúdo do relatório social e o parecer do Ministério Público, entendendo este Juízo que a melhor forma para o deslinde desta causa, tendo como prioridade o bem estar da infante que necessita de uma convivência saudável com ambos os genitores, sendo também observado que atualmente tanto o genitor quanto a genitora possuem condições de exercer a guarda da filha, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL, no entanto, visando resguardar o melhor interessa da criança, princípio basilar da doutrina da proteção integral, resolvo pela GUARDA COMPARTILHADA do menor Gabriel Dias Saundres entre os genitores, devendo o domicílio do garoto ser fixado na casa materna, podendo o garoto estar com o pai em finais de semanas alternados, de sexta feira às 18:00 horas, até domingo, às 20:00 horas, bem como metade das férias escolares; feriados prolongados (carnaval e semana santa) alternados; festas de fim de ano de forma alternada (iniciando este natal com o pai); dia dos pais com o pai; dia das mães com a mãe e aniversário dos genitores com o respectivo aniversariante. Encaminhem-se as partes e o menor para participarem, obrigatoriamente, do curso de oficina de familia ministrado pela Central de Conciliação deste Fórum, expedindo-se, de logo, ofício para tanto. Lavrem-se termos. Sem custas.

ADV: MARIA DO SOCORRO SILVEIRA RIBEIRO (OAB 7268/CE) - Processo 0200239-24.2013.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - MENOR: I.V.V.S. - REQUERENTE: L.V.S. - REQUERIDO: V.S.S.J. - Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de Lei. Publique-se. Intime-se o Representante do Ministério Público da 7ª vara de Familia Intime-se o Defensor Público 7ª vara de Familia

ADV: RUBENS FERREIRA STUDART FILHO (OAB 16081/CE) - Processo 0203119-18.2015.8.06.0001 - Prestação de Contas - Exigidas - Alimentos - REQUERENTE: J.O.F.M. - REQUERIDA: C.K.B.C. - Vistos etc.. A legitimidade ativa para a ação de prestação de contas é conferida apenas aquele que tenha o direito de exigi-las nos termos do art. 914 , I , CPC , ou seja, àquele que possua o interesse econômico direto na administração dos bens ou valores geridos pelo administrador, por serem feitos os pagamentos e recebimentos em seu proveito. O alimentante carece de legitimidade para a propositura de ação de prestação de contas em face da detentora da guarda dos filhos menores, uma vez que os valores referentes ao pensionamento são de titularidade dos alimentados. O objetivo principal do procedimento de prestação de contas é apurar o montante devido pelo administrador ao proprietário ou possuidor dos bens/ valores administrados, quando há suspeita de malversação. Diante do caráter irrepetível dos alimentos, seria impossível que a ação de prestação de contas redundasse em saldo favorável ao autor, o que implica a ausência de interesse de agir. A via eleita não é adequada para a defesa do “melhor interesse dos menores”, sendo outras as ações pertinentes para tanto, tais como a alteração de guarda, suspensão/destituição do poder familiar, ou ainda representação perante o Ministério Público. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALIMENTOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. IRREPETIBILIDADE. 1. A ação de prestação de contas está prevista no artigo 914 do Código de Processo Civil e possui natureza condenatória, em que se visa o acertamento de despesas e receitas na administração de valores ou bens, podendo haver a condenação do saldo devedor apurado. 2. Ausente o interesse de agir no ingresso de ação de prestação de contas em face da guardiã da criança, haja vista a verba deixar de

compor o patrimônio do alimentante, bem como possuir o caráter irrepetível, o que resulta na impossibilidade de devolução de qualquer quantia, caso exista a má aplicação dos recursos. 3. No caso dos alimentos, o direito de exigir o adequado emprego dos valores repassados pressupõe avaliar, além da mera análise matemática, a qualidade de vida vivenciada pelo alimentado, tendente a assegurar educação, saúde, alimentos, lazer, consoante a condição social da família, o que foge totalmente aos fundamentos lógicos e jurídicos da ação prevista no art. 914 do CPC. 4. Recurso desprovido. (TJ-DF - APC: 20140710055597 DF 0005423-60.2014.8.07.0007,Relator: MARIOSIMBOLOHIFENTJDFTZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 04/03/2015, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/03/2015 . Pág.: 171) Diante do exposto, com esteio no art. 267, VI, da Lei Adjetiva Civil, hei por bem indeferir a petição inicial e extinguir o presente processo sem julgamento do mérito, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas.

ADV: EMANUEL RIBEIRO LIMA (OAB 22564/CE), ANA PAULA PORFIRIO BARBOSA (OAB 26855/CE) - Processo 0207415-54.2013.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.S.L.O. - REQUERIDO: J.M.O.F. - Vistos, etc. TICIANE DE SOUSA LIMA DE OLIVEIRA ingressou com a presente Ação de Divórcio em face de JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA FILHO, nos termos da proemial. A parte autora desistiu da ação, conforme constata-se às fls. 27 dos autos. Diante do exposto, com esteio no art. 267, VIII da Lei Adjetiva Civil, hei por bem extinguir o presente processo sem julgamento do mérito, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de lei. P.I.Arquivem-se. Fortaleza, 08 de dezembro de 2015. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito

ADV: JOSE JORGE STENIO MOURA DE OLIVEIRA (OAB 4131/CE), ANTONIO SATURNINO COELHO CARDOSO (OAB 25118/CE) - Processo 0646738-55.2000.8.06.0001 - Execução de alimentos - REQUERENTE: LUÍS EDUARDO LIMA FAUSTINO e outros - REQUERIDO: Francisco Ednaldo Faustino - A parte autora abandonou injustificadamente a ação por mais de 30 dias, razão pela qual foi determinada a sua intimação para os fins do parágrafo 1º do art. 267 do Código de Processo Civil. Intimada por edital para os fins supra, a parte postulante deixou transcorrer in albis o prazo legal de 48 horas . . O art. 267, §1º da Lei Adjetiva Civil estabelece que: Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: (...) III quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de trinta (30) dias; (...) §1º. O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas. Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de Lei. Publique-se. Intime-se o Representante do Ministério Público da 7ª vara de Familia Intime-se o Defensor Público 7ª vara de Familia

ADV: MARIANE PAIVA NORÕES (OAB 28580/CE), GIOVANNI CARVALHO COLLYER (OAB 16684/CE) - Processo 0839098-26.2014.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.S.C.R.S.C. - REQUERIDO: J.R.C. - Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de Lei. Publique-se. Intime-se o Representante do Ministério Público. Intime-se o Defensor Público.

ADV: GIOVANNI CARVALHO COLLYER (OAB 16684/CE) - Processo 0851790-57.2014.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: I.S.F. - EXECUTADO: J.F.O. - Ante o exposto, extingo o presente processo, sem julgamento de mérito, e o faço com fulcro no art.267,VIII,do CPC. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de lei. PUBLIQUE-SE Intime-se o Representante do Ministério Público. Intime-se o Defensor Público.

ADV: GIOVANNI CARVALHO COLLYER (OAB 16684/CE) - Processo 0878934-06.2014.8.06.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Alimentos - REQUERENTE: V.M.R.B. e outro - Ante o exposto, homologo por sentença, para que surta os jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado, já que o mesmo atende os requisitos atinentes à espécie, nos moldes da Lei n.º 5.478/68. Custas de lei. Publique-se, arquivem-se. Intime-se o Ministerio Público da 7ª Vara de Familia Intime-se o Defensor P úblico da 7ª Vara de Familia

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2016

ADV: CLARKE MOREIRA LEITAO (OAB 3873/CE) - Processo 0860752-69.2014.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.D.M.F. - EXECUTADO: F.E.F. - Trata-se de ação de Execução manejada por Gabriela Dafne Martins Ferreira em face de Francisco Edvando Ferreira, qualificados nos autos. A Execução se arrasta desde maio de 2014 e o Executado sempre recalcitrante em pagar os alimentos na data aprazada, deixando sempre acumular meses e meses, prejudicando, assim, a sobrevivência da alimentanda. Verifica-se depósito de fls. 88 no valor de R$ 6.828,06, informando a autora que o Executado continua em débito referente aos meses de novembro e dezembro de 2015, e janeiro de 2016, reforçando a ideia acima levantada por este juízo de que o Executado realmente está usando de má fé ao não pagar os alimentos a que ficou obrigado. Dessa forma, hei por bem determinar que se expeça ALVARÁ para levantamento da importância constante do depósito de fls. 88, acrescidos de juros e correção monetária e determinar que se intime o executado, por seu patrono, para em 03 dias comprovar o pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2015, e janeiro de 2016, sob pena de prisão. Publique-se. Fortaleza (CE), 28 de janeiro de 2016. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2016

ADV: DEFENSOR PÚBLICO DR. TORRES (OAB 1/CE) - Processo 0041103-30.2009.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - AUTOR: F.A.A.M. - RÉU: M.E.S. - Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas. P.I.

ADV: MARIA ERIVANIA PEREIRA BURITI (OAB 23261/CE) - Processo 0132015-63.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Família - REQUERENTE: Joelma Silva de Moura Nascimento e outro - Cls. Acolho parecer ministerial. Intime-se as partes, através de seus patronos, para no prazo de 10 se manifestarem sobre o teor do parecer ministerial de fls. 18/19 dos presentes

fólios.

ADV: JUILMA SILVA RODRIGUES (OAB 9569/CE) - Processo 0136349-82.2011.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.F.F.G. - REQUERIDO: F.G. - Vistos etc... MARIA FERREIRA FONTELES GOMES ingressou com a presente Revisional de Alimentos em face de FRANCISCO GOMES, nos termos da inicial, alegando, resumidamente que fora firmado acordo para que o promovido pagasse alimentos no valor correspondente a R$ 50,00, o que acorreu em 10 de junho de 1999, mas que tal valor é irrisório. Por esta razão, pleiteia a majoração para R$ 200,00. Aduz, ainda, ser aposentada e ganhas apenas um salário mínimo, enquanto o promovido percebe em torno de R$ 1.000,00. Os proventos e ambas as partes se encontram às fls. 21 e 22 dos autos. Contestando o feito, o promovido afirma que tem problemas de saúde e necessita de tratamentos médicos especiais, os quais já acabam por consumir boa parte dos seus vencimentos, Além de ter constituído novo família e já possuir uma filha com 15 anos de idade. Réplica nos autos. Com vista, o ilustre representante do Ministério Público pugnou pela procedência desta ação,com a aplicação, doravante, ao valor requerido, do reajuste com base na atualização anual do salário mínimo. DECIDO Os alimentos foram fixados ainda em 1999. Atualmente, o valor acordado, qual seja, R$ 50,00 é uma quantia irrisória. Ambas aas partes são aposentadas, no entanto, há nos autos comprovante de que o alimentante percebe proventos bem mais significativos que a autora, mulher também idoso e que necessita da ajuda financeira do promovido. O acordo firmado entre as partes no valor de R$ 50,00, o foi em 1999, quando o salário mínimo era R$ 136,00. Portanto, a verba do acordo correspondia a 36,76% de um salário mínimo. A ação revisional fora interposta em 2011, época em que o salário mínimo era R$ 540,00, por isso a autora pleiteio o valor de R$ 200,00, salientando-se que neste ano de 2016, o salário mínimo importa em 880,00. Conclui-se portanto que o pleito inicial da autora importava em 37,03% de um salário mínimo. Assim, analisando os fatos e de acordo com as decisão dos Tribunais de Justiça, necessários se faz uma atualização monetária no presente caso, uma vez que aos alimentos fixados não fora aplicado nenhum índice de correção. Dessa forma, hei por bem julgar a presente Ação procedente em parte para fazer atualização monetária dos alimentos, ao mesmo tempo em que estabeleço o salário mínimo como base para reajuste da pensão, fixando-a em 36,76% de um salário mínimo a serem descontos em folha de pagamento do Sr. FRANCISCO GOMES e depositados na conta de MARIA FERREIRA FONTELES GOMES, indicada às fls. 94 dos autos. Oficie-se, de logo, à fonte pagadora. P.I.Arquivem-se. Intimem-se pessoalmente o representante da Defensoria Pública e do M.P. Fortaleza, 21 de janeiro de 2016. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito

ADV: MELKZEDEC TEIXEIRA DA FONSECA (OAB 25503/CE) - Processo 0150995-58.2015.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Luana Johana Veras de Lima - EXECUTADO: Francisco Plinio de Lima Junior - Expeça-se alvará para levantamento das quantias depositadas através dos recibos de fls. 27 e 46. Informe a parte autora, através de seu patrono, se os alimentos estão sendo pagos corretamente. Publique-se.

ADV: EMMANUEL EMERSON SANTOS ALBUQUERQUE (OAB 25364/CE), JOSE RIBAMAR DE SOUSA FILHO (OAB 24136/CE), MARIANA BIZERRIL NOGUEIRA (OAB 18624/CE), EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE) - Processo 0174637-60.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.R.C.P. - REQUERIDO: Daniel Laureano Pereira de Souza - ALIMENTANDO: Levi Roland Cartaxo Pereira de Souza - Vistos etc. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Trata-se Ação de Alimentos interposta por LEVI ROLAND CARTAXO PEREIRA DE SOUZA, menor impúbere representado por sua genitora, Sra. SABRINA ROLAND CARTAXO PEREIRA, me desfavor de DANIEL LAUREANO PEREIRA DE SOUZA. A presente Ação de Alimentos encontra-se prejudicada em razão da litispendência constatada com o processo nº 0176330-79.2015.8.06.0001, que tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, tendo ocorrido a citação válida em data anterior a presente demanda, nos termos do art. 219 do CPC, motivo pelo qual será extinta. Ante o exposto, dada a litispendência verificada nestes autos, julgo extinta a presente ação, sem exame de mérito, nos termos do art. 267, inc. V do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado da sentença, arquive-se.

ADV: GIOVANNI CARVALHO COLLYER (OAB 16684/CE) - Processo 0200715-62.2013.8.06.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: K.S.F. e outro - Ante o exposto, homologo por sentença, para que surta os juridicos e legais efeitos, o acordo celebrado, já que o mesmo atende os requisitos atinentes à espécie, no moldes da Lei n.º 5.478/68. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de lei. Publique-se. Intimem-se o Ministério Público Intimem-se o Defensor Público da 7ª vara de Familia

ADV: MARCELL MENEZES AQUINO (OAB 26975/CE), FRANCISCO RUBENS LIMA BARBOSA (OAB 28822/CE) - Processo 0212617-41.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: R.M.F. - REQUERIDA: C.C.S.G. - Cls. R.h. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.Designo a audiência para 18/04/2016 ás 15:30h. Cite-se e intimem-se. Expedientes e atos necessários.

ADV: LAWRENCIA FRAGONAT ALENCAR SALES (OAB 26049/CE), MARCUS DE PAULA PESSOA (OAB 5060/CE) - Processo 0214774-84.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: D.P.G.S. - REQUERIDA: M.M.M.G. - Cls. R.h. Defiro os beneficios da Justiça Gratuita. Designo a audiência para 18/04/2016 ás 16:00h. Cite-se e intimem-se. Expedientes e atos necessários.

ADV: CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES (OAB 13446/CE) - Processo 0217113-16.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: H.L.Q. e outro - Vistos etc. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. HERALDO LIMA DE QUEIROZ e PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS QUEIROZ já qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com a presente Ação de Exoneração de Encargos Consensual e Pedido de Tutela Antecipada nos termos da peça vestibular. Partes maiores e capazes. Ante o exposto, homologo, por sentença, para que surta os jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado, já que o mesmo atende os requisitos atinentes à espécie, inclusive os preconizados na Lei n.º 5.478/68, exonerando os alimentos destinados ao Sr. PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS, nos termos do acordo firmado. Oficie-se à instituição empregadora no fito de cessar os descontos referentes a este processo. Custas de lei. Publique-se, intime-se, arquivem-se.

ADV: DEFENSOR PÚBLICO DR. LUIZ (OAB 1/CE) - Processo 0391903-52.2010.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: A.P.F.A. - REQUERIDO: J.P.S. e outros - Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas. P.I. Fortaleza, 18 de dezembro de 2015.

ADV: KARINE CITO CARNEIRO DE CARVALHO (OAB 15631/CE), MARIA MAGALHAES DE SIQUEIRA (OAB 5507/CE), IVALDO JOSE MAGALHAES DE SOUSA (OAB 6708/CE) - Processo 0405625-56.2010.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.B.R. - REQUERIDO: J.V.S.R. - Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas. P.I.

ADV: FRANCISCA GLAUCINEIDE BEZERRA DE QUEIROZ (OAB 5251/CE), EMANUEL CARVALHO LIMA (OAB 22883/CE), FRANCISCO CLAUDIO BEZERRA DE QUEIROZ (OAB 8023/CE), RAFAEL SILVA MACHADO (OAB 24797/CE), CAIO FRAGA WANDERLEY (OAB 29900/CE) - Processo 0871289-27.2014.8.06.0001 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão de Menores

- REQUERENTE: J.B.S.L. - REQUERIDO: F.G.L.S. e outro - Expeça-se, de logo, ofício à fonte pagadora conforme requerido às fls. 396/397. Após, remeta-se o recurso de apelação ao Tribunal de Justiça.

ADV: MARCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE (OAB 12359/CE) - Processo 0898388-69.2014.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Mário Oliveira Pereira e outro - Vistos etc. MÁRIO OLIVEIRA PEREIRA e REJANNE ALVES MAGALHÃES PEREIRA, qualificados nos autos, ingressaram perante este juízo com a presente ação de Divórcio Consensual com o propósito de dissolver o casamento. A Emenda Constitucional nº 66/2010 dá nova redação ao § 6º do Art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Sendo assim, a petição inicial, devidamente instruída, preenche os requisitos legais atinentes à espécie. Diante da nova redação na Emenda e da Lei nº 11.441/2007, que permite o divórcio por via cartorária, não se mostra mais necessária a realização de audiência de ratificação e de justificação, desde que na proemial não reste dúvidas quanto à pretensão das partes, conforme vislumbramos no presente caso em que os promoventes manifestaram livremente e sem hesitação o intuito de divorciarem-se por mútuo consentimento. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à decretação do divórcio dos postulantes, consoante parecer retro. Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, decreto o divórcio do casal acima qualificado e homologo o acordo firmado às fls. 01/06 e 40/47, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A mulher voltará a usar o nome de solteira: REJANNE ALVES MAGALHÃES. Custas de Lei. Publique-se, intimem-se, arquivem-se. A PRESENTE DECISÃO, ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO JUNTO AOS CARTÓRIOS COMPETENTES. Casamento realizado no Cartório Botelho, livro B-27, às fls. 53, sob o número de ordem 15353. O cartório deverá elaborar o expediente gratuitamente, já que a parte é beneficiária da Justiça gratuita. Fortaleza, 08 de janeiro de 2016. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: ANA BEATRIZ BELTRAO MAGALHAES LEMOS (OAB 13405/CE) - Processo 0034264-81.2012.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.A. - REQUERIDO: F.N.M. - LITISC. PASSIVO: J.G.F. - Vistos etc. Melky Kessely Andrade de Freitas, representante de Georgiane Andrade, ingressou perante este Juízo com a presente ação de Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade contra os Francisco Neto Martins e outro, ambos qualificados nos autos, nos termos da proemial. A parte autora abandonou injustificadamente a ação por mais de 30 dias, razão pela qual foi determinada a sua intimação para os fins do parágrafo 1º do art. 267 do Código de Processo Civil. Intimada pessoalmente para os fins supra, a parte postulante deixou transcorrer in albis o prazo legal de 48 horas. O art. 267, §1º da Lei Adjetiva Civil estabelece que: "Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: (...) III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de trinta (30) dias; (...) §1º. O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas." Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de Lei. P.R.I. Fortaleza, 13 de janeiro de 2016.

ADV: PAULO CLAYTON NIGRI (OAB 10631/CE), NADIANE ALESANDRIA BEZERRA CAVALCANTE (OAB 30066/CE), DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), PEDRO DIOGENES LIMA CAVALCANTE (OAB 16973/CE) - Processo 0133563-26.2015.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.E.S.C. e outro - REQUERIDO: Cicero Waldemberg Carneiro Barros - Vistos etc. Maria Eduarda da Silva Correia e JOÃO PEDRO CORREIA CARNEIRO, ingressaram perante este Juízo com a presente ação de Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade contra os Cicero Waldemberg Carneiro Barros, ambos qualificados nos autos, nos termos da proemial. A parte autora abandonou injustificadamente a ação por mais de 30 dias, razão pela qual foi determinada a sua intimação para os fins do parágrafo 1º do art. 267 do Código de Processo Civil. Intimada pessoalmente para os fins supra, a parte postulante deixou transcorrer in albis o prazo legal de 48 horas. O art. 267, §1º da Lei Adjetiva Civil estabelece que: "Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: (...) III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de trinta (30) dias; (...) §1º. O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas." Ex positis, hei por bem extinguir o processo sem julgamento do mérito com espeque no art. 267, III e §1º do CPC, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de Lei. P.R.I. Fortaleza, 13 de janeiro de 2016.

ADV: JOSE FERREIRA DA SILVA (OAB 3263/CE), SAMUEL COELHO SILVA (OAB 25694/CE), ANDREY COUTINHO CARVALHO (OAB 27950/CE) - Processo 0177854-14.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Família - REQUERENTE: Tereza Raquel da Silva Rebouças - REQUERIDO: TITO TAVARES HOLANDA CAVALCANTI JUNIOR - Vistos etc... TEREZA RAQUEL DA SILVA REBOLÇAS ingressou com a presente Ação de Partilha de Bens em face de TITO TAVARES HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR, nos termos da inicial. Após o regular processamento do feito, inclusive com audiência (fls. 45), as partes entraram em composição amigável. Partes maiores e capazes. Assim, hei por bem HOMOLOGAR o acordo firmado entre as partes às fls. 45 e 47/48, o que o faço por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos. P.I.Arquivem-se. Intime-se o representante do M.P., pessoalmente. Fortaleza, 13 de janeiro de 2016. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES (OAB 13446/CE) - Processo 0191295-62.2015.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: H.O.S. - redesigno para o dia 16/02/2016, às 10:00h, a Audiência de Interrogatório.

ADV: JOSE TARCISIO PASSOS LIMA FILHO (OAB 18417/CE) - Processo 0834382-53.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDA: A.N.S. - VISTOS ETC.... CIRO MARTINS DA SILVA ingressou com a presente Ação de União estável em face de APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA, ambos qualificados, nos termos da inicial, alegando o autora que viveu com a promovida por 10 danos, investindo muito dinheiro na vida do casal, fazendo reformar no imóvel da autora e ter comprado uma moto. Contestação às fls. 13/17, afirmando a promovido que viveu com o autor por 07 anos; que a promovida já possuía um imóvel na rua João Paulo, 61, Bom Jardim, mas que após o relacionamento as partes construíram um segundo andar, investimento que não ultrapassou os R$ 6.000,00 e que a mota está com FAN sempre esteve com o autor. Após o normal prosseguimento do feito, as partes entraram em acordo como se vê às fls. 40 dos autos. No próprio termo de audiência, o representante do Ministério Público disse que não se oporia ao acordo celebrado. As partes

confirmaram que viveram em união estável por 08 anos ao mesmo tempo em que promoveram a partilha dos bens. Assim, hei por bem homologar o acordo de fls. 40, para que se cumpra e guarde como nele se contém e determina, reconhecendo a união havida entre as parte por 08 anos, ao mesmo tempo dissolvendo-a. Considera-se o término da relação na data da interposição da ação, qual seja, 27/01/2014. P.I.Arquivem-se. Intime-se o representante da defensoria pública e do M.P. Pessoalmente. Após, expeça-se mandado ao Cartório João de Deus.

ADV: REGIS COE GIRAO (OAB 20929/CE) - Processo 0892399-82.2014.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Edvardo Lima Gadelha - REQUERIDA: Brena Costa Evangelista - Vistos, etc. EDVARDO LIMA GADELHA já qualificado, ingressou perante este Juízo com a presente ação de Regulamentação de Visitas em face de BRENA COSTA EVANGELISTA nos termos da proemial. A parte autora desistiu da ação, conforme constata-se às fls. 21/22. Diante do exposto, com esteio no art. 267, VIII da Lei Adjetiva Civil, hei por bem extinguir o presente processo sem julgamento do mérito, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e arquive-se. Custas de lei. P.I.Arquivem-se. Intimem-se o representante da Defensoria Pública e do M.P. pessoalmente. Fortaleza, 12 de janeiro de 2016. Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito

EXPEDIENTES DA 8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO GUCIO CARVALHO COELHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2016

ADV: ADRIANA MAGALHAES LACERDA (OAB 25253/CE) - Processo 0100288-52.2016.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.T.T.F.F. e outro - Vistos, 1.Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 155, inciso II, do CPC; 2.Defiro pleito inicial atinente aos benefícios da justiça gratuita; 3.Tratando-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL, imprescindível, a meu sentir, a realização de audiência de ratificação, mesmo com o advento da Emenda Constitucional nº 66/2010. Nesse sentido o recente entendimento jurisprudencial: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. NECESSIDADE. A Emenda Constitucional nº 66/2010 não revogou a legislação que regula a matéria, apenas deu nova redação ao artigo 226, §6º, da Constituição Federal, tornando desnecessário o decurso do prazo para o divórcio. Logo, imperiosa a realização da audiência de ratificação, que é o momento onde as partes são cientificadas dos efeitos da sentença. Deram provimento ao apelo ao efeito de desconstituir a sentença." (TJRS, Apelação Cível nº 70053834677, 8ª Câmara Cível, Relator Alzir Felippe Schmitz, julgamento 06.06.2013). (grifo nosso) Nestes termos, designo data para audiência de conciliação/ratificação para o dia 23/03/2016, às 11:00 horas, com regular intimação dos divorciandos. Ciência ao Min. Público.

ADV: ANTONIO MONTEIRO DE SOUSA NETO (OAB 25075/CE), LEANDRO ARRUDA MAIA (OAB 20916/CE), DENIS DAMASCENO RAMOS (OAB 23971/CE) - Processo 0134032-14.2011.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.F.S.A. - REQUERIDO: L.M.S. - Intime-se a parte requerente, e a parte requerida, sendo esta última, intimada no novo endereço acostado à fl.95, qual seja: Rua Benjamim Brasil, nº1100, apto.202, Bloco 04, bairro Mondubim, CEP 60711-780, Fortaleza-CE, bem como as testemunhas do requerido, acostadas à fl.53, para comparecem à audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 28/03/2016 às 09:00 horas. Publique-se.

ADV: VALDECARLOS FARIAS OLIVEIRA (OAB 31008/CE) - Processo 0145293-34.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Viviane Castro Farias Oliveira - REQUERIDO: Genilson de Sousa Matos - Vistos, 1.Designo audiência de conciliação para o dia 30/03/2016, às 11:30 horas, intime-se a parte autora por carta com AR devendo a parte suplicada ser citada/intimada no endereço de fls. 25, qual seja: Rua Leão do Norte, nº 348, bairro Vila Pery, CEP 60730-010, Fortaleza-Ceará, também via carta com AR para o ato, ciente de que não havendo acordo poderá apresentar peça de resposta, no prazo de 15 dias, sob as penas da lei. Ciência ao Ministério Público. Publique-se.

ADV: MARIA CELIA SOARES (OAB 12594/CE) - Processo 0181095-98.2012.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.C.A. - REQUERIDO: A.P.B. - Intime-se as partes, por carta, para comparecerem à audiência redesignada para o dia 22/03/2016 às 11:00 horas.

ADV: THALLES AUGUSTO OLIVEIRA BARBOSA (OAB 5945/PI) - Processo 0186478-52.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.O.R.L. - REQUERIDA: A.C.A.L. - Vistos, Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 155, inciso II, do CPC; Designo audiência de conciliação para o dia 21/03/2016, às 11:00 horas, devendo a parte autora ser intimada, por carta , e a parte suplicada ser citada/intimada, via mandando, para contestar a presente ação sob pena de revelia; Publique-se.

ADV: SILVIA MARGARETH SOUSA BARROS (OAB 10235/CE) - Processo 0202759-54.2013.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.M.S. - REQUERIDA: A.C.A.S.M. - Designo a audiência de Conciliação para 21/03/2016 às 08:30h. Intime-se a parte autora e cite-se/intime-se a parte promovida, por carta com AR, em virtude da greve dos Oficiais de Justiça. Publique-se.

ADV: ROBSON GOMES LIMA (OAB 27636/CE) - Processo 0212733-47.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.S. - REQUERIDO: J.M.S. e outro - Vistos, 1.Ação de Exoneração de Encargos. Pugna a parte autora, no bojo de sua exordial, à luz do art. 273 do CPC, que lhe seja concedida, desde logo, a exoneração imediata da obrigação alimentar, conforme argumentação ali inserta. No caso em apreciação, entretanto, prudente a análise de tal pleito antecipatório somente após a formação do contraditório, colhendo-se os argumentos da parte contrária, em homenagem ao princípio do contraditório consagrado no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 2.Considerando a natureza da pretensão, e como as partes podem, pelo consenso, ultimar a lide, autorizado, ademais, pelos princípios da razoabilidade e celeridade, determino designação de ato conciliatório prévio para o dia 31/03/2016, às 11:00 horas. CITE-SEM/INTIMEM-SE os promovidos, por mandado, com as advertências legais (art. 285 do CPC), para apresentação de resposta, querendo, no prazo legal (a iniciar-se empós a prévia tentativa de conciliação), bem como regular intimação da parte autora, por mandado, para comparecer ao ato conciliatório. Publique-se.

ADV: FRANCISCO ABRAAO FREIRE DE SOUSA (OAB 7851/CE) - Processo 0213609-02.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.M.L. - REQUERIDO: B.L.S. - Vistos, 1.Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 155, inciso II, do CPC; 2.Defiro pleito inicial atinente aos benefícios da justiça gratuita, até prova em contrário; 3.Ação de Alimentos proposta por filho menor. Considerando a prova pré-constituída do parentesco acostada desde logo à vestibular (certidão de nascimento), deve o feito tramitar sob o rito especial previsto na Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos), ao tempo em que, à luz do art. 4º da lei de regência, devidamente comprovado o dever de sustento do suplicado em relação ao menor autor - com necessidade presumida -, arbitro alimentos provisórios mensais no quantum equivalente a 40% (quarenta

por cento) do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação, valor a ser depositado até o 5º dia útil de cada mês em conta bancária da representante da parte autora, a ser informada pela mesma nos autos, em sendo o caso, ou diretamente à representante, mediante recibo, ressaltando-se a fixação dos provisórios em tal patamar em razão da insuficiência ab initio de elementos comprobatórios atinentes às condições da parte requerida, o que será melhor aquilatado no curso do feito; 4.Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, nos moldes da citada legislação especial, para o dia 22/03/2016, às 11:30 horas, citando-se/intimando-se, por mandado, a parte suplicada para o ato, bem como regular intimação, por mandado, da parte autora, advertindo-se a parte suplicada que, na citada audiência, não havendo acordo, poderá contestar o feito sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, por sua vez, a ausência da parte autora acarretará o arquivamento do feito (art. 7º, lei supra). Publique-se.

ADV: FRANCISCO ADRIANO DE CASTRO (OAB 31720/CE) - Processo 0213894-92.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.S.S.A. - REQUERIDO: R.A. - Conciliação Data: 28/03/2016 Hora 11:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

ADV: FABIOLA JOCA NOLETO (OAB 9320/CE) - Processo 0216615-17.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.A.N. - REQUERIDA: D.B.N. - Vistos, 1.Intime-se a parte autora, via patrono, para proceder a devida EMENDA DA INICIAL, no prazo de 10 dias, na forma e sob as penas do art. 284, §único, do CPC, para emendar o comprovante do recolhimento do pagamento das custas processuais.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO GUCIO CARVALHO COELHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE) - Processo 0100882-66.2016.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: F.D.S. - EXECUTADO: F.J.R.B. - Vistos. 1.Defiro pleito inicial atinente aos benefícios da justiça gratuita; 2.Intime-se a parte autora, através de seu Procurador legalmente constituído, para EMENDAR A INICIAL-juntar aos autos cópia do acordo extrajudicial efetuado pelas partes e homologado por este Juízo-no prazo de 10 dias, na forma e sob as penas do art. 284, § único, do CPC. Publique-se.

ADV: KAIO TELES DE LIMA (OAB 25569/CE) - Processo 0102179-11.2016.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.M.C.C. - REQUERIDO: J.P.C. - Vistos, 1.Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 155, inciso II, do CPC; 2.Defiro pleito inicial atinente aos benefícios da justiça gratuita; 3.Designo audiência de conciliação para o dia 04/04/2016, às 11:00 horas, intime-se a parte autora por carta com AR devendo a parte suplicada ser citada/intimada, também via carta com AR para o ato devido a greve dos Oficiais de Justiça, ciente de que não havendo acordo poderá apresentar peça de resposta, no prazo de 15 dias, sob as penas da lei. Ciência ao Ministério Público. Publique-se.

ADV: LILIAN PAIVA CIDRAO (OAB 13115/CE) - Processo 0132571-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Maria Socorro Estevam Dantas - REQUERIDO: Luiz Queiroz Dantas Filho - Por assim pensar, indefiro o pedido de antecipação de tutela e determino que se proceda à citação do réu, por Carta com AR, com cópia da inicial, assinando-lhe prazo de 15 dias para apresentação de defesa escrita, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, ressaltando-se que o prazo para apresentação de contestação se contará a partir da audiência de conciliação, caso frustrada. Designo de logo audiência de tentativa de conciliação para o dia 17/05/2016, às 8h. Intimem-se autora e réu (ambos por Carta com AR) para conciliação.

ADV: MARCUS FELIX DA SILVA LEITÃO (OAB 23295/CE) - Processo 0209577-51.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.V.S.P. - REQUERIDO: D.M.M.P. - Vistos, 1.Processe-se sob segredo de justiça, à luz do art. 155, inciso II, do CPC; 2.Defiro pleito inicial atinente aos benefícios da justiça gratuita; 3.Arbitro alimentos provisórios em favor dos filhos menores no quantum equivalente a 30% (trinta por cento) dos rendimentos e demais vantagens do suplicado junto à Secretaria de Saúde do Município de Russas-CE, deduzidos os descontos oficiais, devidos a partir da citação, valor a ser descontado na folha de pagamento do suplicado e depositado em conta bancária da representante da parte autora, conta corrente nº 13.790-1, agência 4985-9, do Banco do Brasil; 4.Designo audiência de conciliação para o dia 07/04/2016, às 08:30h, citando-se/intimando-se a parte promovida para o ato, por carta precatória, ciente de que não havendo acordo poderá apresentar peça de resposta, no prazo de 15 dias, a partir da referida audiência, sob as penas da lei. 5.Intime-se a parte autora por carta com AR. 6.Publique-se.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO GUCIO CARVALHO COELHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2016

ADV: FELIPE RINALDI DO NASCIMENTO (OAB 15135/CE) - Processo 0205787-59.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.D.S.F. - REQUERIDA: I.D.G.S. e outros - Intime-se o autor via Diário da Justiça para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre as tentativas frustradas de localização das rés (fls. 43/44).

ADV: ANTONIO ANDRE AVELAR DA COSTA FERREIRA (OAB 27923/CE) - Processo 0210988-32.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.A. - REQUERIDA: M.O.A.R. - defiro o pedido de tutela de urgência, para suspender a obrigação alimentar anteriormente estabelecida em favor da ré. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/04/2016, às 14:45h. Publique-se. Cite-se a ré pelo correio para, querendo, apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência. Caso seja apresentada defesa, intime-se o autor para manifestar-se, em 10 (dez) dias.

ADV: SERGIO LUIS DE HOLANDA BARBOSA SOARES ARAUJO (OAB 22725/CE) - Processo 0211963-54.2015.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: M.L.C.S. - indefiro, por ora, o pedido de antecipação de tutela, ressalvada a possibilidade de reapreciação do pleito diante de novos elementos de convicção. Publique-se. Intimem-se a Defensoria e o MP. Aguarde-se a audiência de interrogatório.

ADV: NATHALIA DE LEMOS RIBEIRO DE AZEVEDO (OAB 31105/CE), MILVIA KELLY DE ALBUQUERQUE SAMPAIO (OAB 31886/CE) - Processo 0212569-82.2015.8.06.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE:

Francisco das Chagas Pinto Ferreira - REQUERIDA: Rafaiella Vidal Gois - Quanto ao pedido de medida protetiva de afastamento da ré em relação à atual companheira do autor, Claudelina Regina, a qual nem ao menos integra este processo, deixo de conhecê-lo, por falta de legitimidade da parte (autora), que não pode pleitear em juízo em nome de terceira pessoa. Ressalte-se, ademais, que mesmo que a Sra. Claudelina integrasse o polo ativo da causa e tivesse, por si mesma, requerido a medida protetiva, de qualquer modo este Juízo seria incompetente para decidir, já que inexiste relação da família entre ela e a ré (ex-esposa do autor), devendo tal questão ser discutida nas vias ordinárias. No que se refere ao pleito de regulamentação liminar do direito de visita, entendo que merece prosperar, pois quando do divórcio dos litigantes houve consenso de que o pai poderia encontrar livremente os filhos (fls. 85/91), sendo verossímil a versão inicial de que está sendo impedido pela ré de exercer tal faculdade, o que não se pode admitir, diante da extrema importância da convivência dos incapazes com ambos os genitores. Ressalte-se, por oportuno, que não há sequer notícia de qualquer fato desabonador da conduta do pai que possa ter acontecido após o referido acordo. Diante do exposto, defiro o pedido de antecipação de tutela, para fixar provisoriamente o direito de visitação do autor aos filhos - Lucas, Ana Lívia e Ana Lara Gois Pinto - a cada 2 (duas) semanas, podendo pegá-los na sexta-feira às 18:00h e devolvê-los no domingo, no mesmo horário, valendo tal prerrogativa já a partir do primeiro final de semana após a citação/intimação da ré. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 05/04/2016, às 15:30h. Publique-se. Cite-se/intime-se a ré pelo correio para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência. Intime-se o MP da data da audiência.

ADV: PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO (OAB 3183/CE), NATÁLIA MARQUES REIS (OAB 28316/CE) - Processo 0212871-14.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.N.B. - REQUERIDA: R.S.N. - indefiro o pedido de fixação de alimentos provisórios, ressalvada a possibilidade de reapreciação do pleito, diante de novos elementos de convicção. Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 05/04/2016, às 14:15h. Publique-se. CITEM-SE/INTIMEM-SE os réus (fls. 01 e 81) pelo correio, cientificando-os de que o prazo para resposta será de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do último aviso de recebimento aos autos, independentemente da data da audiência, sob pena de revelia e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Apresentada resposta, intime-se a parte autora para manifestação, em 10 (dez) dias. Ressalte-se que: As partes devem comparecer à audiência acompanhadas de seus respectivos advogados ou do Defensor Público. O não comparecimento da parte autora determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

ADV: THIAGO VASCONCELOS JUVENCIO SOUSA (OAB 23854/CE) - Processo 0214900-37.2015.8.06.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Rochella Lucy de Lavor e Silva - Concedo o benefício da assistência judiciária, em razão da alegada pobreza da autora. Cite-se/intime-se o(a) interditando(a) por oficial de justiça para, no dia 22/03/2016, às 16:00h, ser interrogado em audiência, a fim de ser examinado(a), nos termos do art. 1.181, do CPC. Publique-se. Intimem-se a parte requerente (pelo correio) e o Ministério Público, acerca da referida audiência. Como o setor de perícia médica encontra-se desativado, intime-se o(a) autor(a) pelo correio para comparecer à Secretaria Geral Judiciária II a fim de receber questionário a ser respondido por profissional vinculado a alguma instituição da rede pública de saúde, o qual deve ser devidamente identificado com sua matrícula e número de inscrição no CRM. Abra-se vista ao Ministério Público para se manifestar sobre o pedido de curatela provisória.

ADV: JUILMA SILVA RODRIGUES (OAB 9569/CE) - Processo 0215262-39.2015.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: M.E.O.L. - As provas dos autos apontam no sentido da incapacidade civil do(a) interditando(a), sobretudo o documento de fls. 16, estando presente risco de prejuízo de difícil reparação caso não seja concedida a tutela de urgência, porquanto se faz necessária uma pessoa que administre seu dia a dia e os seus bens. Preenchidos, portanto, os requisitos constantes do art. 273 do CPC. Diante do exposto, acolho o parecer ministerial de fls. 28 e, nesse sentido, defiro a antecipação dos efeitos da tutela pleiteada, para nomear Maria Eliene de Oliveira Lima como curador(a) provisório(a) do(a) interditando(a), Enoque Geivison de Oliveira Lima, no que determino a expedição do correspondente alvará de curatela, com o prazo de 180 (cento e oitenta) dias. PUBLIQUE-SE. Aguarde-se o interrogatório do(a) interditando(a).

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO GUCIO CARVALHO COELHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2016

ADV: FERNANDO ANTONIO LIMA CASSIANO (OAB 7113/CE), MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA (OAB 30302/CE) - Processo 0100196-74.2016.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.J.S.V.L. - REQUERIDO: M.A.A.L. - Defiro a gratuidade judicial pleiteada, em razão da alegada situação de pobreza da autora. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 14/03/2016, às 14h00min. Intimem-se. Cite-se o réu por oficial de justiça e pelo correio (em razão da greve dos oficiais de justiça) para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência. Intime-se o Ministério Público.

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0102441-58.2016.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: T.S.R. - REQUERIDO: G.S.I.R. e outro - Defiro o pedido de assistência judiciária, em razão da alegada pobreza da autora. Cuida-se de ação de oferta de alimentos ajuizada pelo rito especial de Lei nº 5.478/1968. Tendo em vista a comprovada relação de parentesco (fls. 10), bem como a inexistência, por ora, de elementos que contrariem a versão inicial dos fatos, fixo os alimentos provisórios em conformidade com a oferta autoral, ressalvada a possibilidade de reapreciação do quantum após a formação do contraditório. Designo audiência de conciliação para o dia 21/03/2016, às 13:30h, ficando os litigantes cientes de que, se frustrado o consenso, serão, na mesma oportunidade, tomados seus depoimentos pessoais. Intimem-se a autora, pelo correio, e como a Defensoria. CITE-SE/INTIME-SE pelo correio, cientificando-o de que o prazo para resposta será de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo aviso de recebimento aos autos, independentemente da data da audiência, sob pena de revelia e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Apresentada resposta, intime-se a parte autora para manifestação, em 10 (dez) dias. Ressalte-se que: As partes devem comparecer à audiência acompanhadas de seus respectivos advogados ou do Defensor Público. O não comparecimento da parte autora determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Dê-se ciência ao Ministério Público.

ADV: SERGIO LUIS DE HOLANDA BARBOSA SOARES ARAUJO (OAB 22725/CE) - Processo 0102823-51.2016.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.C.N.F. e outro - REQUERIDO: A.O.L.F. - Destarte, com arrimo no art. 4º da referida Lei e visando à fixação condizente com o binômio necessidade-possibilidade, considerando se

tratar de 2 (dois) filhos, não tendo sido apontada qualquer necessidade especial, mas tendo em vista que o encargo deve se prestar ao custeio de gastos com alimentação, vestuário, lazer, etc, fixo os alimentos provisórios em prol dos menores autores em 30% (trinta por cento) do salário e demais vantagens do réu, inclusive terço constitucional de férias, 13º salário, abonos, adicionais de qualquer espécie e quaisquer outras verbas de natureza salarial, e, em caso de rescisão do contrato de trabalho, sobre as verbas rescisórias, excluindo-se apenas as de caráter indenizatório, como, por exemplo, FGTS, devendo referida quantia ser descontada em folha de pagamento e repassada à genitora dos incapazes, mediante depósito em conta bancária a ser informada pela parte autora diretamente ao órgão empregador. OFICIE-SE para desconto em folha, quando informado o empregador. Caso o réu não esteja empregado, o percentual acima incidirá sobre o salário mínimo e seus aumentos subsequentes, devendo ser pagos até o 5º dia de cada mês, diretamente à genitora dos menores, mediante recibo ou depósito em conta informada. CITE-SE pelo correio, cientificando-o de que o prazo para resposta será de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo aviso de recebimento/mandado de citação/carta precatória aos autos, sob pena de revelia e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Assinalo AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO para o dia 21/03/2016, às 14h00min, ficando os litigantes cientes de que, se frustrado o consenso, serão, na mesma oportunidade, tomados seus depoimentos pessoais. Ressalte-se que: As partes devem comparecer à audiência acompanhadas de seus respectivos advogados ou do Defensor Público. O não comparecimento da parte autora determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.

ADV: SERGIO LUIS DE HOLANDA BARBOSA SOARES ARAUJO (OAB 22725/CE) - Processo 0102848-64.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Dissolução - REQUERENTE: Maria Teixeira Lima - REQUERIDO: José Orlando Xavier dos Santos - Defiro a gratuidade judicial pleiteada, em razão da alegada situação de pobreza da autora. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 21/03/2016, às 13h45min. Intimem-se. Cite-se o réu por oficial de justiça e pelo correio (em razão da greve dos oficiais de justiça) para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência. Intime-se o Ministério Público.

ADV: DENISE LUCE DE PAULA PESSOA TERTO (OAB 7436/CE) - Processo 0208315-66.2015.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - INTERTE: S.F.S. - Concedo o benefício da assistência judiciária, em razão da alegada pobreza da autora. Cite-se/intime-se o(a) interditando(a) por oficial de justiça para, no dia 16/03/2016, às 13:45h, ser interrogado em audiência, a fim de ser examinado(a), nos termos do art. 1.181, do CPC. Intimem-se a parte requerente (pelo correio), bem como a Defensoria e o Ministério Público, acerca da referida audiência. Como o setor de perícia médica encontra-se desativado, intime-se o(a) autor(a) pelo correio para comparecer à Secretaria Geral Judiciária II a fim de receber questionário a ser respondido por profissional vinculado à alguma instituição da rede pública de saúde, o qual deve ser devidamente identificado com sua matrícula e número de inscrição no CRM. Abra-se vista ao Ministério Público para se manifestar sobre o pedido de curatela provisória.

ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 0212771-59.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: B.P.P. - REQUERIDA: M.F.S.P. - Defiro a gratuidade judicial pleiteada, em razão da alegada situação de pobreza do autor. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 29/03/2016, às 16:15h. Publique-se. Cite-se/intime-se a ré por oficial de justiça e pelo correio (em razão da greve dos oficiais) para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência.

ADV: FRANCISCA LICIVANDA PEDROZA DE SOUZA (OAB 27401/CE) - Processo 0215050-18.2015.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: M.M.M.A.L. - REQUERIDO: E.P.H.L. - Defiro a gratuidade judicial pleiteada, em razão da alegada situação de pobreza da autora. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 16/03/2016, às 14:15h. Publique-se. CITE-SE/intime-se o réu por oficial de justiça e pelo correio (em razão da greve dos oficiais) para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO GUCIO CARVALHO COELHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LIA DIAS PIMENTEL GOMES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2016

ADV: JOAO FABRICIO LUCAS CRISOSTOMO (OAB 21057/CE) - Processo 0100499-88.2016.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.F.V.M. - REQUERIDO: J.M.S.V.M. - Defiro a gratuidade judicial pleiteada, em razão da alegada situação de pobreza do autor. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 30/03/2016, às 16:30h. Publique-se. Cite-se o réu por oficial de justiça e pelo correio (em razão da greve dos oficiais) para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência.

ADV: IVAN CARNEIRO VIEIRA (OAB 15792/CE) - Processo 0100944-09.2016.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.S.O. - REQUERIDO: A.H.R.O. - Defiro o pedido de assistência judiciária, em razão da alegada pobreza do autor. Cuida-se de ação de alimentos ajuizada pelo rito especial de Lei nº 5.478/1968. A cópia da certidão de nascimento acostada à inicial (fls. 07) comprova que o promovente é menor de idade e filho do réu, o que implica no dever de sustento deste para com aquela, conforme estabelece o art. 229 da Constituição Federal de 1988. Impõe-se, neste momento, fixar o quantum dos alimentos provisórios. Nesse tocante, os parâmetros devem ser os estampados no § 1º, art. 1.694, do CC/02, assim vazado: § 1º. Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. Discorrendo sobre as necessidades dos filhos menores, CRISTIANO CHAVES DE FARIAS e NELSON ROSENVALD são enfáticos em asseverar que elas são presumidas: Assim, defluindo a obrigação alimentícia do poder familiar (da paternidade ou maternidade), há presunção das múltiplas necessidades do filho menor, independendo da sua condição econômica. O vínculo possui tamanha dimensão que, ainda que o infante tenha recursos financeiros, os alimentos são devidos, exceto se os pais não tiverem condições, sequer, de se manter, como na hipótese de estarem impossibilitados de exercer atividade laborativa. (Direito das Famílias, ed. Lumen Juris, 2008, pág. 610) (destaquei) Destarte, com arrimo no art. 4º da referida Lei e visando à fixação condizente com o binômio necessidade-possibilidade, considerando se tratar de apenas 1 (um) filho, não tendo sido apontada qualquer necessidade especial, mas tendo em vista que o encargo deve se prestar ao custeio de gastos com alimentação, vestuário, lazer, etc, fixo os alimentos provisórios em prol do menor autor em 20% (vinte por cento) do salário mínimo, devendo referida quantia ser repassada pelo réu à representante legal do incapaz até o dia 5 (cinco) de cada mês, mediante recibo ou

por meio de depósito em conta bancária por ela indicada. CITE-SE pelo correio, cientificando-o de que o prazo para resposta será de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo aviso de recebimento/mandado de citação/carta precatória aos autos, sob pena de revelia e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Assinalo AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO para o dia 29/03/2016, às 14:00h, ficando os litigantes cientes de que, se frustrado o consenso, serão, na mesma oportunidade, tomados seus depoimentos pessoais. Ressalte-se que: As partes devem comparecer à audiência acompanhadas de seus respectivos advogados ou do Defensor Público. O não comparecimento da parte autora determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Intimem-se pelo correio. Publique-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.

ADV: ALEXANDRE FERNANDES ALVES (OAB 9702/CE) - Processo 0105870-33.2016.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.P.R. - REQUERIDO: L.A.R. - Destarte, com arrimo no art. 4º da referida Lei e visando à fixação condizente com o binômio necessidade-possibilidade, considerando se tratar de apenas 1 (uma) filha, não tendo sido apontada qualquer necessidade especial, mas tendo em vista que o encargo deve se prestar ao custeio de gastos com alimentação, vestuário, lazer, etc, fixo os alimentos provisórios em prol da menor autora em 20% (vinte por cento) do salário e demais vantagens do réu, inclusive terço constitucional de férias, 13º salário, abonos, adicionais de qualquer espécie e quaisquer outras verbas de natureza salarial, e, em caso de rescisão do contrato de trabalho, sobre as verbas rescisórias, excluindo-se apenas as de caráter indenizatório, como, por exemplo, FGTS, devendo referida quantia ser descontada em folha de pagamento e repassada à genitora da incapaz, mediante depósito em conta bancária a ser informada pela parte autora diretamente ao órgão empregador. OFICIE-SE para desconto em folha. CITE-SE pelo correio, cientificando-o de que o prazo para resposta será de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo aviso de recebimento/mandado de citação/carta precatória aos autos, sob pena de revelia e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Assinalo AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO para o dia 29/03/2016, às 13h45min, ficando os litigantes cientes de que, se frustrado o consenso, serão, na mesma oportunidade, tomados seus depoimentos pessoais. Ressalte-se que: As partes devem comparecer à audiência acompanhadas de seus respectivos advogados ou do Defensor Público. O não comparecimento da parte autora determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.

ADV: NATÁLIA MARQUES REIS (OAB 28316/CE) - Processo 0216384-87.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: S.F.S.R. e outro - Defiro o pedido de assistência judiciária, em razão da alegada situação de pobreza dos requerentes. Designo audiência de instrução para o dia 30/03/2016, às 14:15h, para oitiva dos autores, em depoimentos pessoais, e de suas testemunhas, que deverão ser trazidas independentemente de intimação. Publique-se.

ADV: LIBANO CARLOS DE MELO (OAB 11951/CE) - Processo 0216914-91.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.R.G.F. - REQUERIDA: L.L.M. e outro - Defiro a gratuidade judicial pleiteada, em razão da alegada situação de pobreza do autor. Designo audiência de tentativa de conciliação (rito ordinário) para o dia 30/03/2016, às 15:15h. Publique-se. Cite-se/intime-se a ré pelo correio para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, a serem contados a partir da juntada do respectivo expediente comunicatório aos autos, independentemente da data da audiência. Intime-se o Ministério Público, inclusive para que se manifeste sobre o pedido de antecipação de tutela.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO LUZIA PONTE DE ALMEIDA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA THEMIS PINHEIRO FERREIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0008/2016

ADV: FRANCISCO SOCRATES A. BARROSO (OAB 8940/CE), JOSE SERGIO BARBOSA ANGELO (OAB 10141/CE) - Processo 0189414-21.2013.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: T.T.E.R.T. - EXECUTADO: F.E.F.S. - Acolho integralmente o Parecer Ministerial retro (fls. 56), razão porque determino o sobrestamento do feito até o implemento do acordo que, consoante lembrou o Promotor de Justiça, deverá ocorrer em agosto de 2017. Providências da Secretaria Judiciária 3 quanto ao recolhimento do Mandado de Prisão outrora expedido ou, na hipótese de efetivação da prisão, Alvará de Soltura, se por outro motivo não deva o executado permanecer preso.

ADV: JOSE ALBERTO ROCHA JUNIOR (OAB 21535/CE) - Processo 0217043-96.2015.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Família - REQUERENTE: J.R.R.B. e outro - Isso posto, considerando o mais que nos autos consta, normas e princípios aplicáveis a espécie, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO E Homologo POR SENTENÇA O PEDIDO DE DIVÓRCIO DOS REQUERENTES, formulado às fls. 01/05 e emenda de fls. 29/30, com fundamento no art, 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal e respectiva EC nº 66/2010. A requerente voltará a usar o nome de solteira, qual seja, DANIELLE ALVES MARTINS. Com o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação do divórcio. Devendo o alimentante pai contribuir mensalmente, a título de pensão alimentícia em prol dos filhos Jacó Alves Martins Barros e Cecília Alves Martins Barros, com a importância equivalente a 1,5 (um e meio) salário mínimo vigente, depositando referida quantia na conta bancária informado às fls. 04, de titularidade da genitora dos menores e administradora da pensão, além das mensalidades escolares dos menores, nos moldes acordados na peça inaugural e emenda de fls. 29 e 30. O imóvel objeto de partilha do casal descrito às fls. 04, ficará para os filhos menores, conforme consentimento dos cônjuges, ficando a inscrição e averbação do referido bem condicionada a apresentação de matrícula atualizada do imóvel, dando conta que pelo menos um dos requerentes seja o proprietário do imóvel. Sem Custas, em virtude da gratuidade da justiça, que ora concedo. P.R.I. e, oportunamente, observada as formalidades legais, arquive-se.

ADV: FERNANDO JOSE DO LAGO COSTA (OAB 3301/CE) - Processo 0218998-36.2013.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.L.S.S. - REQUERIDO: E.A.S. - R. Hoje. Novo causídico do requerido fls. 93, devidamente cadastrado no Sistema SAJ. Intime-se a parte exequente, por meio da genitora, para dizer se o executado vem pagando regularmente as parcelas do acordo celebrado, referente a execução, bem como as prestações vencidas nos meses de julho,agosto,setembro e outubro, devendo a autora de manifestar através de petição do seu advogado, 05 dias. Oportunamente voltem-me concluso. Exp. Nec

ADV: LUCIANA CORDEIRO DE ALENCAR (OAB 15220/CE) - Processo 0869247-05.2014.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Y.R.C.M.I.N.A.R.S.G.S.Z.R. - EXECUTADO: T.R.S.C. - Vistos etc. Considerando o recibo de fls. 26, com a informação clara de que o executado satisfez a obrigação, nada mais resta a fazer, senão declarar, como DECLARO, EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO nos moldes do art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas, em virtude da gratuidade deferida. P.R.I. e, certificado o trânsito, arquivem-se, observadas as formalidades legais.

ADV: FLAVIO CESAR WEYNE DA CUNHA (OAB 10579/CE) - Processo 0870721-11.2014.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.F.L.S. - EXECUTADO: R.R.S. - Intime-se a parte autora, por seu causídico, para se manifestar sobre a justificativa e documentos de fls 36/52, no prazo de cinco dias, a teor do art. 398, do CPC, empós ao RMP.

ADV: CRISTIANE DE MELO LEITE (OAB 25780/CE) - Processo 0877623-77.2014.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.F.N. - REQUERIDA: A.L.O.N. - R. Hoje. Intime-se o(a) advogado(a) da parte autora para, diante da certidão de fls. 45, trazer o correto endereço do(a) acionado(a), inclusive com CEP, ou requerer o que entender de direito, em 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Havendo informação do atual endereço do acionado, renove-se o despacho de fls. 17. Fortaleza (CE), 28 de outubro de 2015. Valeska Alves Alencar Rolim Juíza de Direito

ADV: LUCIANA CORDEIRO DE ALENCAR (OAB 15220/CE) - Processo 0878516-68.2014.8.06.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.L.V.T. - REQUERIDO: C.R.V.T. - Isso posto, em consonância com o Parecer Ministerial de mérito, decreto a interdição de CARLOS RENATO VASCONCELOS TEIXEIRA, qualificado nos autos, e, via de consequência, declaro a total incapacidade civil do paciente, suprindo-se tal incapacidade pela curadora adiante nomeada. Nomeio sua mãe, MARIA LUCILENE DE VASCONCELOS TEIXEIRA, ora requerente, para exercer a curatela, com os poderes referidos nos artigos 1.774 e 1.741 a 1.752, todos do novo Código Civil Brasileiro, a qual deverá ser cientificada da necessidade da prestação de contas periódicas dos valores recebidos e despendidos em favor da paciente, nos termos dos arts. 1.756 e 1.757, c/c o art. 1.774, do Código Civil Brasileiro, depositando eventuais saldos em caderneta de poupança, bem assim, sendo advertida da impossibilidade de contrair empréstimos em nome da interditanda ou seus bens alienar sem a devida autorização judicial. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e art. 9º, inciso III, do Código Civil, expeça-se mandado para inscrição no Registro de Pessoas Naturais competente, e, ainda, efetue-se a publicação da presente sentença na imprensa oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dispenso, desde já, a prestação de garantia para o exercício da curatela, conforme faculta o artigo 1.190, do Código de Processo Civil. Em virtude da suspensão dos direitos políticos do interditando, consoante o art. 15, inciso II, da Constituição Federal, oficie-se à Justiça Eleitoral comunicando sobre o teor desta sentença de interdição para os devidos fins. Intime-se a curadora para prestar o compromisso de estilo. Custas pela parte autora, com exigibilidade condicionada ao disposto no art. 12, da Lei nº 1.060/50, eis que beneficiária da assistência judiciária gratuita, que ora concedo. Sem honorários, diante do caráter da demanda. P.R.I.

ADV: TIAGO ALVES CAMELO (OAB 22321/CE) - Processo 0879547-26.2014.8.06.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.V.R.B.B. - REQUERIDO: G.R.B. - Considerando a falta de profissional médico no Fórum para o fim dos presentes autos, intime-se a parte autora, por seu advogado, para comparecer a este gabinete a fim de receber formulário médico circunstanciado e providenciar seu preenchimento por médico especialista e providenciar a devolução aos autos, no prazo de 60 (sessenta) dias. Ressalto que mencionado profissional deve ser distinto do que subscreveu o atestado de fls. 23.

ADV: LUCIANA CORDEIRO DE ALENCAR (OAB 15220/CE) - Processo 0882042-43.2014.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.L.S.S. - REQUERIDO: A.F.S. - Isso posto, demonstrada a inequívoca vontade dos litigantes em se divorciar e atendidas as exigências do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e decreto o divórcio de JOSIANE LIMA DE SOUSA SILVA e ANDERSON FERNANDO DA SILVA, desfazendo o vínculo matrimonial existente.

ADV: LUCIANA CORDEIRO DE ALENCAR (OAB 15220/CE) - Processo 0888241-81.2014.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Oseias Carmo da Silva Oliveira e outro - PELO EXPOSTO, com fundamento no art. 267, III e § 1º, do CPC e na forma do art. 459, também do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem Custas, eis que beneficiários da assistência judiciária gratuita, que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportuno arquivamento.

ADV: LUCIANA CORDEIRO DE ALENCAR (OAB 15220/CE) - Processo 0892352-11.2014.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Elizabete Mariano de Andrade Maciel - REQUERIDO: Jean Fleure de Castro Maciel - Isso posto, demonstrada a inequívoca vontade dos litigantes em se divorciar e atendidas as exigências do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e decreto o divórcio de Elizabete Mariano de Andrade Maciel e Jean Fleure de Castro Maciel, desfazendo o vínculo matrimonial existente.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO AURO LEMOS PEIXOTO SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ALYNE KERCIA SAMPAIO CHAVES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2016

ADV: IGOR DE ALENCAR SALGADO (OAB 30354/CE) - Processo 0058288-71.2015.8.06.0001 (processo principal 0061061-36.2008.8.06) - Exibição de Documento ou Coisa - REQUERENTE: Evangelista Santos Nascimento Junior - Diante do exposto, com fulcro no Art. 267, incisos VI e VIII do Código de Processo Civil, declaro extinta a presente ação, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Como subsídio ao processo em apenso, tal como já noticiado, determino a necessária certificação do trânsito em julgado, fixação de cópia desta decisão aos autos e o arquivamento de ambas as ações. P.R.I. Arquivem-se.

ADV: FRANCISCA ROSIMAR B. MEMORIA (OAB 2831/CE), MAGDA MARIA LUZ MACIEL (OAB 14765/CE) - Processo 0124046-70.2010.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.C.M. e outro - REQUERIDO: F.G.B.M. - Excepcionalmente e em caráter emergencial, designar audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 28/03/2016 ás 09:00h, facultando a apresentação de defesa e prova documental na propria audiência; Determinar que contem nos expedientes de intimação (Carta com AR) advertências de que a imotivada ausência poderá ensejar o julgamento do processo no estado em que se encontra;Ensejar a publicação necessária. Caberá à Diretora deste Gabinete, interceder junto à coordenação da Terceira Secretaria Judiciária no sentido do imediato cumprimento das determinações acima; CUMPRA-SE!

ADV: ANGEL ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO NAPOLI (OAB 11954/CE) - Processo 0743744-71.2014.8.06.0001 (processo principal 0406941-07.2010.8.06) - Habilitação de Crédito - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Vera Lucia Nogueira da Cruz - Diante do exposto e pelo que brevemente relatado acima, indefiro a petição, o que o faço por SENTENÇA sem resolução do mérito, com esteio no Art. 267, inciso I do Código de Processo Civil, determinando o seu arquivamento, após os trâmites legais. P.R.I. Arquivem-se.

ADV: NILO DE OLIVEIRA MENDONÇA FILHO (OAB 17480/CE) - Processo 0780364-82.2014.8.06.0001 (processo principal 0157945-54.2013.8.06) - Impugnação ao Cumprimento de Sentença - Alimentos - IMPUGNANTE: Antonia Eduarda Mendes de Freitas(representada Por Sua Genitora Josineide Mendes de Freitas) - IMPUGNADO: Renato Alves da Suva - Posto isto, INDEFIRO a petição e documento(s), para declara-la EXTINTA, o que o faço por SENTENÇA sem resolução de mérito, fulcrada no Artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, determinando a extração de

cópia(s), que será (ão) aposta(s) nos autos principais. Sem custas.

ADV: CELSO RICARDO FREDERICO BALDAN (OAB 15642/CE) - Processo 0798299-38.2014.8.06.0001 (processo principal 0163570-69.2013.8.06) - Impugnação ao Cumprimento de Decisão - Causas Supervenientes à Sentença - IMPUGNANTE: Marcos Antônio Carvalho Couceiro - Posto isto, INDEFIRO a petição e documento(s), para declara-la EXTINTA, o que o faço por SENTENÇA sem resolução de mérito, fulcrada no Artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas.

ADV: SONIA MARIA FERREIRA CHAGAS (OAB 6506/CE), FABIANO GIOVANI DE OLIVEIRA (OAB 19466/CE), NAYANE NUNES BARRETO (OAB 28515/CE) - Processo 0892401-52.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0146321-37.2015.8.06) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Ceila Maria Matos Benevides - AUTORA: Camila Benevides Pantoja - REQUERIDO: Marcílio Sá Pantoja - Despacho: Primeira parte do requerimento de fls. 980/981 deferido, em face do direito de petição. Relativamente ao segundo pedido, constitui este encargo da parte. Cumprir.

VARAS DE SUCESSÕES

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO CLEIDE ALVES DE AGUIAR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENISE LAGE BEZERRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2016

ADV: LUIZ GADELHA ROCHA NETO (OAB 10604/CE) - Processo 0044264-43.2012.8.06.0001 - Alvará Judicial - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Djanira de Vasconcelo Feitosa - Vistos etc., Djanira de Vasconcelos Feitosa, devidamente qualificada no processo em epígrafe, requereu a concessão de Alvará para autorizá-la a proceder ao levantamento, junto ao INSS, dos valores relativos a resíduo de benefício previdenciário de titularidade do de cujus Ana Lúcia de Vasconcelos Feitosa. A requerente demonstrou o alegado através da documentação que instrui os autos, razão pela qual merece acolhimento do pedido, tendo em vista, inclusive, o parecer fiscal aquiescente à pretensão reclamada, às fls. 39. Ante todo o exposto, julgo procedente o pedido, determinando a expedição do Alvará, autorizando Djanira de Vasconcelos Feitosa a receber, junto ao INSS, dos valores relativos a resíduo de benefício previdenciário de titularidade do de cujus Ana Lúcia de Vasconcelos Feitosa, fazendo-o nos termos dos arts. 1.103 e 1.037, ambos do CPC, bem como nas disposições da Lei 6.858/1980, c/c Decreto 85.845/1981 e Súmula 161 do STJ. Sem custas de lei, haja vista o beneplácito da Justiça, ora deferido. P. R. I. Transitada em julgado e verificadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa na Distribuição. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

ADV: CIRO LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 7923/CE) - Processo 0132346-45.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Inês Eleutério Castelo Branco e outros - INVDO: Herbert Castello Branco Júnior - R. H. Cls. Tratam os autos de Inventário dos bens havidos por falecimento de Herbert Castello Branco Júnior, deixando o cônjuge supérstite Maria Inês Eleutério Castello Branco e os herdeiros Magno Castello Branco e Livia Eleutério Castello Branco, todos representados por advogado comum munido de poderes para transigir. Às fls. 53, a inventariante requer autorização judicial para quitar o imposto de transmissão causa mortis com recursos do espólio, bem como para alienar o veículo Fiat Punto Attractive de placas OIM 6476. Considerando o alegado e requerido na petição em referência, bem como a necessidade de se proceder à quitação fiscal do espólio para a ultimação do feito, nos termos dos arts. 1.026 do CPC e 192 do CTN, DEFIRO EM PARTE O PEDIDO veiculado no citado petitório, determinando o pagamento do imposto de transmissão causa mortis, com valores depositados junto ao Banco do Brasil, relacionados às fls. 40, de titularidade do espólio, expedindo-se, de imediato, o competente alvará judicial, autorizando o inventariante a proceder a quitação, anexando cópia da guia de pagamento do ITCD, constante às fls. 54, devendo este comunicar ao presente Juízo a efetivação desta decisão, juntando o respectivo comprovante. Sem custas de lei, tendo em vista que a autorização ora deferida destina-se a proceder à quitação fiscal do espólio. Ademais, acerca do pedido de autorização para alienação do veículo do espólio, necessária a intimação da Fazenda Pública Estadual. Está facultada a apresentação de plano de partilha amigável, na forma do art. 1.025 do CPC, o que acarretará a conversão do feito em Arrolamento Sumário, inclusive o alvará postulado poderá ser concedido quando do julgamento. Após juntado o comprovante de quitação do tributo, dê-se vistas dos autos à Procuradoria Geral do Estado, voltando-me os autos conclusos posteriormente, para impulso processual. Publique-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

ADV: SEBASTIANA MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA (OAB 3742/CE) - Processo 0206277-81.2015.8.06.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Sucessões - REQUERENTE: José Wilson Sampaio - REQUERIDO: Julio Auto Neto - Vistos etc., José Wilson Sampaio, devidamente qualificado nos autos, pleiteia, conforme a petição inicial, o cumprimento do testamento público deixado por Júlio Auto Neto, lavrado no Cartório do Primeiro Ofício de Notas e Protesto de Títulos de Fortaleza/CE, Cartório Alexandre Rolim, às fls. 142/143 do Livro nº 12-C, que dormita às fls. 11/13 dos autos, por traslado. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido, nos termos do parecer de fls. 24/29, pugnando pelo cumprimento do testamento. É o breve relato do necessário. Decido. O requerente demonstrou sua legitimidade ad causam, bem como o testamento objeto desta demanda não apresenta qualquer vício externo, nem denota qualquer suspeita de nulidade ou falsidade. ISTO POSTO, considerando a inexistência de vícios extrínsecos, bem como de suspeita fundada acerca de nulidade ou falsidade, considerando o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro nos arts. 1.126 e 1.127 do Código de Processo Civil. Em seguida, determino a realização dos atos necessários para arquivo, registro e cumprimento do testamento em tablado, com a fiel observância das exigências contidas em seu bojo. Registre-se que o testador nomeou testamenteiro na cédula, in casu, o requerente, que deverá firmar o termo de testamentaria, após o trânsito em julgado da presente sentença. Expeçam-se as necessárias cópias à Repartição Fiscal Estadual. Custas de lei, haja vista a não comprovação da hipossuficiência financeira do apresentante, observando a correção do valor da causa procedida no despacho de fls. 17. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpridas as formalidades da decisão, após o efetivo traslado das peças, bem como o respectivo trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

ADV: VINICIUS MADUREIRA MAIA (OAB 26401/CE) - Processo 0208731-34.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Regina Lucia Araujo Madureira - INVDO: Luiz Flamarion Palacio de Morais Santos - R. H. Cls. Às fls.

101/102 a inventariante nomeada comunicou a interposição de recurso de Agravo por Instrumento em desfavor da decisão de fls. 75/76. No que pertine ao exercício do juízo de retratação, esta Magistrada mantém a decisão impugnada, por seus próprios fundamentos, bem como da decisão de fls. 96. Ademais, deverá a Secretaria atender à requisição das informações, às fls. 119/121. Publique-se, intimem-se e cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

ADV: VIVIANE FERRER ALMADA RODRIGUES (OAB 14640/CE) - Processo 0216926-08.2015.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: Vera Lúcia Bastos Tigre - R. H. Cls. Prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ, ou, conforme o caso, o apurado em avaliação judicial. Haja vista a preferência legal, preceituada no art. 990, I do CPC, nomeio inventariante o cônjuge supérstite, Vera Lúcia Bastos Tigre, que, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá prestar o compromisso legal, e, nos 20 (vinte) dias subsequentes, apresentar as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros dos arts. 993 do CPC e 225 da Lei 6.015/73. Faculta-se à inventariante, caso todos os herdeiros sejam maiores e capazes, apresentar, juntamente com as primeiras declarações, o plano de partilha amigável, nos moldes dos arts. 1.025 do CPC, tudo subscrito por todos os interessados (meeira, herdeiros e respectivos cônjuges), com as firmas reconhecidas por tabelião, caso em que fica dispensada a fase citatória e o feito passará a ter o rito de Arrolamento Sumário. Não havendo a apresentação de plano de partilha amigável, promovam-se as citações pertinentes, na forma do art. 999 do CPC. Deverá o inventariante providenciar, quando da apresentação das primeiras declarações, a juntada aos autos dos seguintes documentos: a) os comprobatórios dos herdeiros (RG, CPF e certidão de casamento), bem como da titularidade dos bens; b) as certidões fiscais atualizadas (Fazendas Nacional, Estadual e Municipal). Após, cite-se a ilustre representante da Fazenda Pública Estadual, e, sendo o caso, do Ministério Público e da Curadoria Especial. Cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos, para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

ADV: ALAN FROTA BASTOS (OAB 24742/CE) - Processo 0217577-40.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Dulce Tavares Saraiva - INVDO: Luiz Carlos Ribeiro Saraiva - R. H. Cls. Acerca do pleito de gratuidade, manifestar-me-ei oportunamente, ressaltando que será analisada a hipossuficiência financeira do espólio. Ademais, prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ, ou, conforme o caso, o apurado em avaliação judicial. Haja vista a preferência legal, preceituada no art. 990, I do CPC, nomeio inventariante o cônjuge supérstite, Maria Dulce Tavares Saraiva, que, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá prestar o compromisso legal, recebendo a petição inicial como primeiras declarações. Deixo de determinar a citação da herdeira em razão de estar representada pelo mesmos advogados, munidos de poderes especiais. Faculta-se à inventariante,a apresentação do plano de partilha amigável, nos moldes dos arts. 1.025 do CPC, caso em que o feito passará a ter o rito de Arrolamento Sumário. Cite-se a representante da Fazenda Pública Estadual. Cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos, para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0218170-69.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lucila Maria Studart Noroes Coelho - INVDO: Jose Edilmar Noroes Coelho - R. H. Cls. Prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ, ou, conforme o caso, o apurado em avaliação judicial. Haja vista a preferência legal, preceituada no art. 990, inc. I do CPC, nomeio inventariante o cônjuge supérstite, a Sra. Lucila Maria Studart Norões Coelho que, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá prestar o compromisso legal, e, nos 20 (vinte) dias subsequentes, apresentar as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros dos arts. 993 do CPC e 225 da Lei 6.015/1973. Faculta-se à inventariante, caso todos os herdeiros sejam maiores e capazes, apresentar, juntamente com as primeiras declarações, o plano de partilha amigável, nos moldes dos arts. 1.025 do CPC, tudo subscrito por todos os interessados (meeira, herdeiros e respectivos cônjuges), com as firmas reconhecidas por tabelião, caso em que fica dispensada a fase citatória e o feito passará a ter o rito de Arrolamento Sumário. Não havendo a apresentação de plano de partilha amigável, promovam-se as citações pertinentes, na forma do art. 999 do CPC. Deverá o inventariante providenciar, quando da apresentação das primeiras declarações, a juntada aos autos dos seguintes documentos: a) os comprobatórios dos herdeiros (RG, CPF e certidão de casamento), bem como da titularidade dos bens; b) as certidões fiscais atualizadas (Fazendas Nacional, Estadual e Municipal). Após, cite-se a representante da Fazenda Pública Estadual, e, sendo o caso, do Ministério Público e da Curadoria Especial. Cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos, para os fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO CLEIDE ALVES DE AGUIAR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENISE LAGE BEZERRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2016

ADV: MARIA ELIANE CARNEIRO LEAO MATTOS (OAB 5305/CE) - Processo 0033865-47.2015.8.06.0001 (processo principal 0913755-36.2014.8.06) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Carlos Augusto Albuquerque Arruda e outro - R. H. Cls. À Secretaria para providenciar a intimação pessoal dos herdeiros/sucessores, na forma do art. 1.017 do CPC, conferindo ao Oficial de Justiça os benefícios do art. 172, §2º do CPC. Primeiras declarações às fls. 26/33 do feito principal. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 16 de julho de 2015. Cleide Alves de Aguiar Juíza de Direito

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JUNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2016

ADV: WALD CORDEIRO DA ROCHA QUEIROZ (OAB 24662/CE), VLADIMIR GALDINO DE QUEIROZ (OAB 4116/CE), NARCILIO NASARENO CARNEIRO SARAIVA (OAB 11888/CE) - Processo 0013099-80.2009.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Carlos Gonzaga Fernandes e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a Certidão de fls. 295, para cumprimento da determinação de fls. 290.

ADV: PEDRO ALVES DA SILVA NETO (OAB 11318/CE), CESAR AUGUSTO ILDEFONSO (OAB 13676/CE) - Processo 0021428-71.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0572528-33.2000.8.06) - Habilitação - Atos Processuais - REQUERENTE:

Antonio Carlos Vasconcelos Brasileiro - REQUERIDO: Ligia Maria Rangel Parente - HERDEIRO: Ana Cristina Parente Silveira - Ao Diretor de secretaria, para prestar as informações solicitadas no item 'a' da petição de fls. 50-54.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA LOPES PINTO (OAB 10659/CE), PRISCILA ROCHA DE ARAÚJO BASTOS (OAB 22006/CE) - Processo 0063247-03.2006.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca de Souza Monteiro e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 264, para cumprimento da determinação de fls. 261.

ADV: SEBASTIAO LEMOS BARROS (OAB 4407/CE), JOSE TELMO ALBUQUERQUE VASCONCELOS (OAB 8528/CE), FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA VIANA (OAB 15287/CE) - Processo 0093437-46.2006.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Maurilene Vieira de Oliveira e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 347, para cumprimento da determinação de fls. 336.

ADV: ANA AMELIA MOREIRA REIS (OAB 9495/CE) - Processo 0159118-16.2013.8.06.0001 - Alvará Judicial - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: FRANCISCO CLEMENTINO SÁ e outros - Renove-se intimação, desta feita através de Oficial de Justiça. Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: SONIA MARIA FERREIRA CHAGAS (OAB 6506/CE), MICHELLE QUINTINO RODRIGUES (OAB 15117/CE), JEFERSON CAVALCANTE DE LUCENA (OAB 18340/CE), LEONARDO ARAUJO DE SOUZA (OAB 15280/CE) - Processo 0512664-78.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0043696-32.2009.8.06) - Prestação de Contas - Exigidas - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Maria das Gracas Almeida Arruda - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 2802, para cumprimento da determinação de fls. 2794.

ADV: ROBERIO FERREIRA LIMA (OAB 13553/CE) - Processo 0605714-47.2000.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVENTARIANTE P: Fernando Montenegro Benigno Filho - REQUERENTE: Eugenia Franklin da Silva e outro - R.h., O Inventariante deve trazer aos autos anuência de TODOS os herdeiros quanto ao pedido de fl. 374. Concomitante, proceder à avaliação do espólio. Expedientes necessários. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016.

ADV: FABIOLA SAMPAIO LEITAO (OAB 9590/CE), FRANCISCO EVERARDO CARVALHO CIRINO (OAB 2491/CE) - Processo 0621191-13.2000.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVENTARIANTE P: Maria das Gracas Paz Sampaio e outro - FALECIDO: Atanasio Luiz Pereira Sampaio - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a Certidão de fls. 589, para cumprimento da determinação de fls. 582.

ADV: IZABEL KRYSTINA GALIZA ROCHA (OAB 12125/CE) - Processo 0831860-53.2014.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - INVTE: REGINA ASSUNÇÃO MENDES POMPEU - REQUERENTE: ANA LÚCIA POMPEU DE NORONHA e outros - INVDO: Luiz Gonzaga Pompeu e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a Certidão de fls. 107, para cumprimento da determinação de fls. 102.

ADV: 'DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0889640-48.2014.8.06.0001 - Declaração de Ausência - Declaração de Ausência - REQUERENTE: Mauriciana da Silva Canuto - Ao Diretor de secretaria, para prestar as informações solicitadas no item a da petição de fls. 89-93.

ADV: MARIA DO SOCORRO SILVEIRA RIBEIRO (OAB 7268/CE) - Processo 0891809-08.2014.8.06.0001 - Alvará Judicial - Sucessões - REQUERENTE: Jorge Alef Silva de Sousa - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a Certidão de fls. 83, para cumprimento da determinação de fls. 78.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JUNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2016

ADV: ISABELLE JAINE GONÇALVES LIRIO (OAB 26805/CE) - Processo 0105294-40.2016.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Regina Silva de Moura - INVDO: Francisco Leudivan Marcos Alves - R.H., I- Manifestar-me-ei acerca da gratuidade da Justiça oportunamente. II- Nomeio a Sra. REGINA SILVA DE MOURA, inventariante do espólio, devendo apresentar compromisso através de termo, cujo modelo a zelosa secretaria pode fornecer, além de apresentar as primeiras declarações, de acordo com as exigências do art. 993 do CPC, e juntar o respectivo termo, também cujo modelo a zelosa secretaria poderá fornecer. III- Junte-se aos autos digitais as certidões fiscais atualizadas (Fazendas Nacional, Estadual e Municipal) em nome dos "de cujus". IV- Providencie, junto à SEFAZ, o lançamento administrativo e recolhimento do imposto estadual de transmissão causa mortis (ITCM), nos termos do art. 142, do CTN e da Lei nº 13.417/2003, modificada pela Lei n.º 13.552/2004, ou apresentar a declaração de isenção do tributo, na forma prevista no art. 179 do CTN, juntando aos autos a respectiva GUIA de recolhimento ou isenção. V- Por último, após o cumprimento do item II, citar. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2016.

ADV: FRANCISCO MIRANDA PINHEIRO NETO (OAB 18701/CE) - Processo 0105957-86.2016.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Maria Célia Costa de Barros e outros - ARROLADO: Espolio de Francisco Eldenizio Silva Araújo - R.H., I- Manifestar-me-ei acerca do pedido de gratuidade processual oportunamente. II- Nomeio a Sra. Maria Célia Costa de Araújo, inventariante do espólio, devendo apresentar compromisso através de termo, cujo modelo a zelosa secretaria pode fornecer, além de apresentar as primeiras declarações, de acordo com as exigências do art. 993 do CPC, e juntar o respectivo termo, também cujo modelo a zelosa secretaria poderá fornecer. III- Junte-se aos autos digitais as certidões fiscais atualizadas (Fazendas Nacional, Estadual e Municipal) em nome do "de cujus". IV- Providencie, junto à SEFAZ, o lançamento administrativo e recolhimento do imposto estadual de transmissão causa mortis (ITCM), nos termos do art. 142, do CTN e da Lei nº 13.417/2003, modificada pela Lei n.º 13.552/2004, ou apresentar a declaração de isenção do tributo, na forma prevista no art. 179 do CTN, juntando aos autos a respectiva GUIA de recolhimento ou isenção. VI- Proceda-se pesquisa junto ao Bacenjud acerca dos valores existentes em nome do de cujus. VI- Após o cumprimento das diligências do item II supra, citar. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016.

ADV: HILNAH PINHEIRO MOREIRA (OAB 5874/CE), SILVIA MARGARETH SOUSA BARROS (OAB 10235/CE) - Processo 0132804-62.2015.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: Maria Celeida Brasileiro Macena - Conforme disposição

expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista as certidões de fls. 97/99, para cumprimento da determinação de fls. 88.

ADV: KEILA ROCHA RIBEIRO COSTA (OAB 18416/CE) - Processo 0145133-09.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eudine de Almeida Costa - INVDO: MRIRAM PAZ DE ALMEIDA e outro - HERDEIRO: Ceucesmiran Paz de Almeida e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 110, para cumprimento da determinação de fls. 109.

ADV: GERMANA COSTA PINHEIRO (OAB 32563/CE), HELIO WINSTON BARRETO LEITAO (OAB 10588/CE) - Processo 0146775-17.2015.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: Francisco Xavier Aragão - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 111, para cumprimento da determinação de fls. 85.

ADV: DEMITRIUS BRUNO FARIAS VALENTE (OAB 31283/CE), PALLOMA GIOVANNA OLIVEIRA MEIRA (OAB 31697/CE) - Processo 0163398-59.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Juarez Pinto Ribeiro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 65, para cumprimento da determinação de fls. 62.

ADV: BRUNO FIORI PALHANO MELO (OAB 20926/CE) - Processo 0177504-26.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Rival de Sousa - INVDA: Lucinda Serafim Rival - INTIME-SE a inventariante, pessoalmente, paramanifestar-se acerca da resposta de ofício de fls. 59-62, dando andamento ao feito.

ADV: PRISCILLA BATISTA DA SILVA LIMA (OAB 26634/CE) - Processo 0210617-68.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Gonçalves de Morais - INVDO: Fraçuerbe Rodrigo Gonçalves do Vale - À Secretaria para certificar acerca da prevenção do processo de inventário N.º 0211782-53.2015, nos termos da petição de fls. 21-22.

ADV: JOAO RODRIGUES NETO (OAB 4566/CE), JOSE MARDONES NASCIMENTO DA SILVA (OAB 15768/CE) - Processo 0552135-67.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Desdedit Jeronimo dos Santos e outros - ESPÓLIO: Maria Alice dos Santos - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 197, para cumprimento da determinação de fls. 193.

ADV: MARIA ZENILDA MACHADO SALES (OAB 30179/CE) - Processo 0921467-77.2014.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Luiza Helena de Oliveira Guimaraes - ARROLADO: Paulo Afonso Guimaraes de Carvalho - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 159, para cumprimento da determinação de fls. 130.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JUNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2016

ADV: FRANCISCO CHAGAS DA FROTA NETO (OAB 17610/CE), SERGIO AUGUSTO SALES XIMENES AVILA (OAB 16391/CE), ALOISIO PEREIRA NETO (OAB 13167/CE) - Processo 0090733-55.2009.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rita Guedes Meireles - ESPÓLIO: Espolio de Albino Antero Meireles - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 117, para cumprimento da determinação de fls. 114.

ADV: DANIEL LEAO HITZSCHKY MADEIRA (OAB 16158/CE) - Processo 0122064-45.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Márcia Maria do Vale Holanda - INVDO: Elival Gonçalves Silva - INTIME-SE a inventariante, pessoalmente, para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir o despacho de fls. 49, dando andamento ao feito, sob pena de remoção do encargo e/ou arquivamento.

ADV: REGIS COE GIRAO (OAB 20929/CE) - Processo 0127125-81.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jaccidey Cavalcante de Oliveira - INVDO: Maria Marlucia Cavalcante - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Cumpra-se o despacho de fls. 86, intimando pessoalmente, uma vez, que a inventariante, é representada pela Defensoria pública.

ADV: 'DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE), ZELIA RICARTE DE MEDEIROS (OAB 7693/CE) - Processo 0138755-37.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Isabel Ricarte de Medeiros - INVDO: Isabel Ricarte da Silva - INTIME-SE a inventariante, pessoalmente, para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir o despacho de fls. 76, dando andamento ao feito, sob pena de remoção do encargo e/ou arquivamento.

ADV: JOAO REGES LIMA DE QUEIROZ (OAB 10886/CE) - Processo 0147432-56.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Tereza Ramos de Freitas - HERDEIRO: Karina Martins Freitas de Melo e outros - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 109, para cumprimento da determinação de fls. 106.

ADV: 'DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0187007-42.2013.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA IRANETE GOMES e outros - Intime-se a inventariante, do despacho de fl.148, no endereço indicado à fl.103/106, Rua Mira Estrela, n.º 96, Parada Inglesa, CEP: 02307-030, São Paulo - SP. Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0199614-19.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Wilma Carvalho do Nascimento - INVDO: Arnaldo Barbosa do Nascimento - INTIME-SE a inventariante, por meio de seu Advogado, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir o despacho de fls. 30, dando andamento ao feito, sob pena de remoção do encargo e/ou arquivamento.

ADV: CICERO SOUSA DE LUNA (OAB 12950/CE) - Processo 0201952-34.2013.8.06.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de depósito - REQUERENTE: PENELOPE MENDES LEMOS, MENOR REPRESENTADA POR ELIANE MENDES DE SOUSA - INTIME-SE o (a) requerente, pessoalmente, para dizer se ainda tem interesse no prosseguimento da ação, requerendo o que for de direito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

ADV: REGIS COE GIRAO (OAB 20929/CE) - Processo 0888664-41.2014.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Ivanir Soares Martins - HERDEIRO: FRANCISCO IVO SOARES MARTINS e outros - INTIME-SE a inventariante, pessoalmente, para, no prazo de 10 (dez) dias, dar andamento ao feito, sob pena de remoção do encargo e/ou arquivamento.

ADV: HAYLTON DE SOUZA ALVES (OAB 27716/CE) - Processo 0894180-42.2014.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessões - REQUERENTE: Paulo Décio Maia Santos - Renove-se intimação do despacho de fl.47, no endereço indicado na inicial. Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JUNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2016

ADV: RAFAELA PINHEIRO BARBOSA PINTO (OAB 24871/CE) - Processo 0043781-13.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: maria de lourdes figueiredo pinheiro gomes - R.h., Cumprir o despacho de fl. 256. Expedientes necessários. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016.

ADV: MARIA SANTA MARTINS TIMBO (OAB 21566/CE) - Processo 0105273-64.2016.8.06.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antônia da Rocha Barros - R.H., I- Defiro o pedido de gratuidade processual ora requerido. II- Expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal, no sentido de informar os valores referentes ao FGTS, depositados em nome do “de cujus”. III- Expeça-se ofício ao órgão previdenciário para que informe a relação de dependentes habilitado. IV- Após, em havendo valores de titularidade comprovada do espólio, INTIME-SE a requerente, por meio de seu Advogado, via DJE, para providenciar o recolhimento do imposto estadual de transmissão causa mortis (ITCM), junto a SEFAZ, nos termos do art. 142, do CTN e da Lei nº 13.417/2003, ou apresentar a declaração de isenção do tributo, na forma prevista no art. 179 do CTN. V- Por último, vista dos autos à procuradoria Fiscal. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 25 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: PAULO TELES DA SILVA (OAB 4945/CE) - Processo 0105859-04.2016.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Helena Guedes da Silva - INVDO: Osmar Guedes da Silva - R.H., I- Indefiro o pedido de gratuidade da justiça, eis que o espólio tem plena capacidade econômica e financeira para suportar as custas deste processo. II- Converto esta ação em Alvará, tendo em vista inexistirem sucessores incapazes ou ausentes no presente feito, bem como bens passíveis de inventariar. III- Expeça-se ofício ao órgão previdenciário para que informe a relação de dependentes habilitado. IV- Intime-se a requerente, por meio de seu Advogado, via DJE, para : a. recolher as custas e b. providenciar o recolhimento do imposto estadual de transmissão causa mortis (ITCM), junto a SEFAZ, nos termos do art. 142, do CTN e da Lei nº 13.417/2003, ou apresentar a declaração de isenção do tributo, na forma prevista no art. 179 do CTN. V- Após o cumprimento das diligências supra, vista dos presentes autos à Procuradoria Fiscal. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: CASSANDRA MARIA ARCOVERDE E ASSUNÇAO (OAB 8020/CE), CELSO RICARDO FREDERICO BALDAN (OAB 15642/CE) - Processo 0166106-53.2013.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA REIS CAVALCANTE e outro - R.h., Expeça-se ofício à Receita Federal, para que proceda o cadastro no CPF, em relação ao espólio de MARIA DO CARMO COSTA REIS CAVALCANTE. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 26 de janeiro de 2016.

ADV: ‘DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0178848-13.2013.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA ERONDINA RODRIGUES DE OLIVEIRA - R.H., Expeça-se ofício ao órgão previdenciário para que informe a relação de dependentes habilitado em nome do de cujus. Após o cumprimento da diligência supra, sem nova conclusão, voltem-me os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 25 de janeiro de 2016.

ADV: JOSILANE VASCONCELOS RODRIGUES (OAB 11540/CE) - Processo 0190096-05.2015.8.06.0001 - Alvará Judicial - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Rosa Maria dos Santos - FALECIDO: Paulo Ricardo dos Santos Lima - Oficie-se à Caixa Econômica Federal, no sentido de informar a este Juízo se existe algum saldo referente ao PIS e FGTS em nome do falecido. Fortaleza (CE), 25 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito

ADV: SILVANA CLAUDIA SILVA ANDRADE (OAB 24927/CE) - Processo 0199525-93.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimunda Pereira da Silva - INVDO: FRANCISCO CAETANO DA SILVA - Expeça-se ofício ao INSS para que informe a respeito dos resíduos devolvidos pelo Banco do Brasil, referentes ao segurado FRANCISCO CAETANO DA SILVA (CPF nº 093.682.133-72 - N.º do benefício é 46/028.646.898-0), nos termos da petição de fls. 91-93.

ADV: ANA MARCIA SILVA COSTA LEITAO (OAB 14342/CE) - Processo 0208620-50.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antônio Marcos Torres Castelo Branco - INVDO: Paulo Castelo Branco - INTIME-SE a inventariante, pessoalmente, para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir o despacho de fls. 24, dando andamento ao feito, sob pena de remoção do encargo e/ou arquivamento.

ADV: JOSE MARIA FARIAS GOMES (OAB 6756/CE) - Processo 0403187-57.2010.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Angelita Lopes Mourao - ESPÓLIO: Jose Pires de Holanda - Expeça-se novo ofício à Caixa Econômica Federal, nos termos do despacho de fls. 118.

ADV: AFONSO HENRIQUE DE LIMA CAMPOS TORRES (OAB 16340/CE), CARLOS ALBERTO SOARES JUNIOR (OAB 17648/CE) - Processo 0518354-88.2011.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Socorro Cesar Barguil - ESPÓLIO: Antonio Dib Jorge Barguil - HERDEIRO: Célio Roberto César Barguil - HERDEIRO: Célio Roberto César Barguil e outros - Retifique-se o alvará de fls. 986, nos termos da petição de fls. 991.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO JOSE KRENTEL FERREIRA FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JUNIOR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2016

ADV: SONIA MARIA FERREIRA CHAGAS (OAB 6506/CE), SHEILA SALES SOBREIRA ARRUDA OLIVEIRA (OAB 15077/CE), ANGELO MARCONDES FURTADO DIAS (OAB 7481/CE) - Processo 0009040-49.2009.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Alice Acacio da Silva e outro - ESPÓLIO: Cicero Bezerra de Oliveira - HERDEIRO: MARIANA ACACIO BEZERRA e outros - Oficie-se ao Juízo da Comarca de Horizonte solicitando a devolução da Carta Precatória enviada àquela Comarca, devidamente cumprida. Intime-se a inventariante por seu patrono, para se manifestar sobre o parecer fiscal de fl.469. Fortaleza (CE), 25 de janeiro de 2016. Jose Krentel Ferreira Filho Juiz de Direito

ADV: FERNANDO ANTONIO FRANÇA MARTINS (OAB 21232/CE), ELISANGELA MOREIRA DE SOUSA (OAB 21026/CE) - Processo 0013117-57.2016.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Maria Teresa Cavalcante e outro - REQUERIDA: espolio de Francisca Cavalcante Dias e outro - R.H. Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais.

Exp. Nec. Fortaleza (CE), 27 de janeiro de 2016.

ADV: JULIANA MATTOS MAGALHAES ROLIM (OAB 12800/CE) - Processo 0021174-50.2005.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cynthia Magalhaes Moreno e outros - ESPÓLIO: Walter Batista Moreno - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: * Intimar a parte interessada para recolher as custas judiciais, tendo em vista a certidão de fls. 248, para cumprimento da determinação de fls. 241.

ADV: GILDASIO LOPES LEAL FILHO (OAB 6877/CE) - Processo 0100615-94.2016.8.06.0001 - Habilitação - Petição de Herança - REQUERENTE: Leonardo Alencar de Figueiredo - R.H. Nomeio o S.r Leonardo Alencar de Figueiredo Inventariante do espólio, devendo ser intimado para prestar compromisso, apresentar as primeiras declarações e juntar os respectivos termos cujos modelos estão disponíveis na secretaria. Exp. Nec. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016.

ADV: MARCUS DE PAULA PESSOA (OAB 5060/CE), LAWRENCIA FRAGONAT ALENCAR SALES (OAB 26049/CE), HELEN KERCIA DA SILVA NORONHA (OAB 30024/CE) - Processo 0669705-94.2000.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Paulo Sergio Ramalho Araujo e outro - R.h., Trata o pedido de fls. 147-148, em síntese, de pleito de retificação da sentença por erro material, no tocante ao nome da herdeira ANA CRISTINA ARAÚJO DE PAULA PESSOA, observando-se que seu nome constou com a grafia errônea. Segundo o art. 463 do Código de Processo Civil, ao "publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la: I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou lhe retificar erros de cálculo". Tendo em vista o exposto supra, retifico a grafia do nome da herdeira na sentença, passando a constar ANA CRISTINA ARAÚJO DE PAULA PESSOA. Ademais, considerando-se que a sentença será efetivada mediante a expedição de alvará de pronto, sem prejuízo da posterior publicação. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO ROSALIA GOMES DOS SANTOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA LUCIA DOS SANTOS NOGUEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2016

ADV: CICERO ROGER MACEDO GONCALVES (OAB 8795/CE) - Processo 0011278-07.2010.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Joveline Furtado de Andrade - ESPÓLIO: Joao Batista Furtado de Andrade - intime(m)-se o(a) advogado(a) Cícero Roger Gonçalves- OAB/CE 8795, para que devolva os autos alhures referidos, no prazo de 48 horas, uma vez que foi feito carga desde 10.03.10, e até então não foram devolvidos. Em não atendendo a presente determinação, será oficiado à OAB/CE para que tome as medidas cabíveis, bem como incidirá a multa prevista no art.196 do CPC.

ADV: RICARDO MACHADO LEMOS DIAS (OAB 13597/CE) - Processo 0075909-33.2005.8.06.0001 - Arrolamento - REQUERENTE: Maria Luci de Lima Silva e outros - ESPÓLIO: Luce de Lima e Silva - Intime(m)-se o(a) advogado(a) Ricardo Dias - OAB/CE 13597 , para que devolva os autos alhures referidos, no prazo de 48 horas, uma vez que foi feito carga desde 16.08.2011, e até então não foram devolvidos. Em não atendendo a presente determinação, será oficiado à OAB/CE para que tome as medidas cabíveis, bem como incidirá a multa prevista no art.196 do CPC.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO ROSALIA GOMES DOS SANTOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MORGANE BRASIL HOLANDA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2016

ADV: MARIA DE FATIMA GOMES (OAB 11374/CE) - Processo 0039512-28.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA DE LOURDES TAVARES DE SOUSA e outros - INVDO: FRANCISCO BRAGUINHA DE SOUSA - Intime-se a Sra. Maria de Fátima Gomes do inteiro teor da petição e documento de fls. 202/205.

ADV: VALERIA MARIA DE VASCONCELOS (OAB 11645/CE) - Processo 0126979-40.2015.8.06.0001 - Alvará Judicial - PIS - REQUERENTE: Julia Diniz de Sousa - Aguarde-se, por 30 (trinta) dias, a iniciativa da parte interessada.

ADV: MARIA ERIVANIA PEREIRA BURITI (OAB 23261/CE) - Processo 0132874-50.2013.8.06.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO BARROS SILVEIRA e outro - Tendo em vista o decisum de fl 217/219, que negou seguimento ao recurso interposto da decisão deste Juízo, de fl.179/180, deverá ser cumprido o que foi determinado nesse despacho, no que concerne ao que foi requerido pela Procuradoria Fiscal. Quanto ao pedido formulado na peça de fl. 224, defiro-o, concedendo o prazo de 60 (sessenta dias) para a juntada das informações e documentos já solicitados, acerca da situação do imóvel que se encontra registrado e nome do autor da herança. É o que se impõe. Intime-se. Exps. Necs.

ADV: ANTONIO SOARES FILHO (OAB 3466/CE) - Processo 0136251-58.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Robson Holanda Cavalcante - INVDA: Maria Djanira Hollanda e outro - Nomeio inventariante do espólio de MARIA DJANIRA HOLANDA e MARIA IRIS HOLLANDA o Sr. ROBSON HOLANDA CAVALCANTE, que deverá ser intimado para prestar o devido compromisso e apresentar as primeiras declarações. Expedientes necessários.

ADV: MARIA ASSUNCAO PEREIRA C.DE L.SARAIVA (OAB 11753/CE) - Processo 0180622-10.2015.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de depósito - REQUERENTE: Maria Assuncao Pereira C.de L.saraiva - ADVOGADA: Maria Assuncao Pereira C.de L.saraiva - A seguir, intime-se a requerente para providenciar o recolhimento ou a isenção do imposto estadual causa mortis.

ADV: SAVIO BRASIL GADELHA (OAB 6052/CE) - Processo 0196950-15.2015.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: Luis Edmilson Santos Barreto - INVDO: MARIA ILSA SANTOS - Intime-se o inventariante do inteiro teor do parecer fiscal de fls. 88.

ADV: CRISTIANE XIMENES PIMENTEL (OAB 8572/CE) - Processo 0510556-76.2011.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Lourdes Freitas de Araujo - Intime-se a inventariante para anexar as certidões negativas de débitos em nome dos inventariados.

ADV: ANNE CAROLINE BENTO DE ARAUJO MENDONÇA (OAB 19654/CE) - Processo 0518496-92.2011.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Neda Esmenia Goncalves de Barros - ESPÓLIO: Jonathas Nunes de Barros - Intime-se a inventariante do teor da certidão de fls. 449, parte final.

ADV: LIVIO SOARES GOMES (OAB 9102/CE) - Processo 0604664-83.2000.8.06.0001 - Inventário - INVENTARIANTE P: Celio Barbosa Braz - INVENTARIANTE P: Joaquim Barbosa da Costa - ESPÓLIO: Antonia Braz de Jesus Costa - Intime-se o Sr. Francisco Cleudo de Oliveira para providenciar as cópias referidas às fls. 292 e receber a carta de adjudicação. Não havendo manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquive-se o feito.

ADV: ANTONIA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA (OAB 111224/RJ) - Processo 0913979-71.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Sonia de Oliveira - Aguarde-se, por 30 (trinta) dias, a iniciativa da parte interessada.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO ROSALIA GOMES DOS SANTOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MORGANE BRASIL HOLANDA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2016

ADV: LUCILEIDE DE OLIVEIRA PIRES (OAB 2868/CE) - Processo 0045824-40.2000.8.06.0001 - Inventário - INVDO: Noelia Maia de Mesquita - Raimundo Pereira de Mesquita - Segundo prescreve o artigo 1.043 do Código de Processo Civil: “Falecendo o cônjuge meeiro supérstite antes da partilha dos bens do pré-morto, as duas heranças serão cumulativamente inventariadas e partilhadas, se os herdeiros de ambos forem os mesmos.” Isto posto, determino a cumulação dos Inventários de RAIMUNDO PEREIRA DE MESQUITA e NOELIA MAIA DE MESQUITA e nomeio inventariante a herdeira NEUSA MARIA MAIA DE MESQUITA PIRES, que deverá ser intimada para renovar o compromisso e apresentar as últimas declarações. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0106/2016

ADV: FRANCISCO EDVAN DE ARAUJO JUNIOR (OAB 23478/CE) - Processo 0219576-28.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Suely Costa Rebouças - INVDO: Milton Alves de Assis e outro - Intime-se a requerente, por seu patrono (procuração às fls.05), para no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, devendo acostar aos autos os documentos comprobatórios (RG e CPF) de todos os herdeiros, bem como para manifestar-se informando se os de cujus possuíam os mesmos bens e herdeiros, sendo estas, condições necessárias para o deferimento da abertura de inventário cumulativo, nos termos do Art.1043 do CPC. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários. Após, voltem-me os autos conclusos, para os fins de direito. Fortaleza (CE), 28 de janeiro de 2016.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0107/2016

ADV: MARIA FILOMENA DE CASTRO MACIEL (OAB 11671/CE) - Processo 0106669-76.2016.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: Marilene Aguiar Studart - INVDO: RODOLFO TOME AGUIAR - Intime-se a requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, esclarecendo os dados do autor da herança (fls.1), bem como esclarecendo o motivo da não indicação da meeira como inventariante, conforme art. 990 do Código de Processo Civil. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0108/2016

ADV: MARIA CLAUDIA PINHEIRO BARROS (OAB 21131/CE), LUIZ ARTUR DE OLIVEIRA LUZ (OAB 18908/CE), EDSON MANUEL FEIJO GUIMARAES (OAB 3082/CE), MANUELLA DE MESQUITA GUIMARAES (OAB 23167/CE) - Processo 0856593-83.2014.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Ernesto Guimaraes Saboia de Albuquerque - INVDA: espolio de Leticia Maria Guimaraes Saboia de Albuquerque - Is, R.H. Em face da petição de fls.172/175 dando conta do falecimento de FRANCISCO COELHO SABOIA DE ALBUQUERQUE, intime-se todos herdeiros nos endereços informado nas primeiras declarações de fls.85/88, para indicarem um para exercer o encargo de inventariante. Publique-se. Expedientes devidos.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0109/2016

ADV: EDMILSON BORGES FILHO (OAB 4759/CE) - Processo 0217710-82.2015.8.06.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Edmilson Borges Filho e outro - ADVOGADO: Edmilson Borges Filho - R.H. Cls. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, observado o disposto no art. 282 do Código de Processo Civil, completando documentação da requerente EDNILCE MARIA BORGES SALES a fim de que comprove o título de herdeira, bem como juntar declaração acerca da inxistência de outros bens e herdeiros da falecida. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0110/2016

ADV: VICENTE NELSON BRANDAO JUNIOR (OAB 9962/CE), IVANNA GONÇALVES BRITO (OAB 27707/CE) - Processo 0211647-41.2015.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessões - REQUERENTE: Marcus Augusto Gadelha Lopes e outro - Cls. R.h., 1. Defiro o pedido de processamento da presenta ação de Alvará, porquanto comprovado o óbito e a legitimidade dos requerentes. 2. Apreciarei o pleito de gratuidade da Justiça oportunamente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ. 3. Deverão os requerentes, no prazo de 5(cinco) dias, juntar aos autos: a) declaração firmada por 2(duas) testemunhas, declarando a inexistência de outros bens e herdeiros, com firmas reconhecidas por tabelião; 4. Sem prejuízo das diligências supra, expeça-se ofício ao Banco do Brasil para fins de obter informações acerca da existência de valores em nome do de cujus e ao INSS para obter informações acerca da existência ou inexistência de dependentes habilitados pelo de cujus. 5. Sendo incontroverso o valor objeto do presente pleito de autorização para recebimento, deverá a requerente providenciar o recolhimento ou a declaração de isenção do imposto de transmissão causa mortis. 6. Após juntada aos autos a resposta ao expediente supra, bem como cumpridas as diligências, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral do Estado e à ilustre representante do Ministério Público. Em seguida, voltem-me os autos conclusos, para fins de direito. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0111/2016

ADV: MARIA CARLILE SOARES CAVALCANTE (OAB 5669/CE) - Processo 0856465-63.2014.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Maria de Fátima de Oliveira Lima e outros - ARROLADO: FRANCISCO VITORIANO DE OLIVEIRA - Cls., R.H., Considerando a necessidade do procedimento em tela, defiro o pedido de abertura de INVENTÁRIO, porquanto comprovado o óbito (fls. 47) do autor da herança e a legitimidade da requerente, na condição de cônjuge supérstite conforme o documento de fls. 18 . 2. Defiro o pedido de gratuidade judiciária. 3. Nomeio inventariante a Sra. MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA LIMA, a qual, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá prestar o compromisso legal, e, nos 20 (vinte) dias subseqüentes, apresentar as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros dos arts. 993 do CPC e 225 da Lei 6.015/73, qualificando os interessados (herdeiros e cônjuges), informando RG, CPF, endereço e regime de casamento dos mesmos, bem como caracterizar com precisão os bens imóveis pertencentes ao espólio. Deverá, por ocasião das primeiras declarações, esclarecer se o herdeiro Jeandro de Oliveira Lima deixou bens a inventariar. Havendo consenso e sendo todos maiores e capazes, deverá a inventariante apresentar o plano de partilha amigável, nos moldes do art. 1.025 do CPC, subscrito por todos os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges), com firmas reconhecidas por tabelião, na medida em que o esboço de fls. 07 não atende aos requisitos necessários. Em caso da não apresentação do plano de partilha amigável, promovam-se as citações de todos os herdeiros porquanto os advogados constituídos às fls. 09,10,11 e 68 não possuem poderes para receber citação, assim como as procurações outorgadas às fls. 13 e 14 não conferem o referido direito à outorgada, ademais o herdeiro JEANDERSON DE OLIVEIRA LIMA não encontra-se assistido por advogado. 4. Deverá a inventariante providenciar, quando da apresentação das primeiras declarações, a juntada aos autos da escritura publica de cessão de direitos hereditários, posto que os documentos de fls. 54/55 não constituem documento hábil para comprovar tal negócio jurídico. 5. Após, cite-se a Representante da Fazenda Pública Estadual.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0112/2016

ADV: JOAO BATISTA MELO LIMA (OAB 20763/CE) - Processo 0144549-10.2013.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Sucessões - REQUERENTE: A.M.C.F. - Cls., R.H., Intime-se o requerente para tomar ciência da resposta de ofício às fls. 25 e, sendo incontroverso o valor do presente alvará, cumprir o parecer fiscal de fls. 37. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO GIRAO ABREU
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARILIA MARTINS DE CASTRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0113/2016

ADV: JOSE OLIVEIRA ARAGAO (OAB 7114/CE) - Processo 0860064-10.2014.8.06.0001 - Inventário - Sucessões - REQUERENTE: FRANCISCO ANTONIO CORDEIRO SOARES - INVDO: Maria Cordeiro Soares - R.h. Cls. Atento às razões contidas na petição de fls. 72/74, concedo a dilação de prazo por 45 (quarenta e cinco) dias, ao mesmo tempo que determino seja expedido ofício à Delegacia da Receita Federal no Ceará, solicitando, caso necessário, a inscrição no CPF da autora da herança Sra. Maria Cordeiro Soares, portadora do título eleitoral sob o nº. 9965807/01 e CTPS nº 011782, série 000215 CE. Expedientes necessários.

VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2016

ADV: JOSE AMAURY BATISTA GOMES FILHO (OAB 12095/CE), CRISTIANO QUEIROZ ARRUDA (OAB 28114/CE) - Processo 0901334-14.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: José Nilton Lima da Silva - REQUERIDO: Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - R.h. Recebo o Recurso interposto às fls. 112/117

nos efeitos suspensivo e devolutivo, visto que apresentado tempestivamente. À parte recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias apresentar contrarrazões, querendo. À Secretaria Judiciária de 1º Grau das Varas da Fazenda Pública para cumprir o(s) expediente(s) oriundo(s) da presente decisão. Intime-se. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Francisco Chagas Barreto Alves Juíz de Direito da 2ª V.J.E.F.P, em respondência pela 1ª V.J.E.F.P. Assinado Por Certificação Digital AJ-07

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2016

ADV: RANIERE FRANCO VIANA (OAB 21720/CE), BELISA MARIA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 22215/CE), DANIELA MACHADO DA ROSA (OAB 36422/RS) - Processo 0212425-11.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jeferson Abadi - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE e outros - Diante do exposto, hei por bem DEFERIR o pedido de antecipação de tutela, ao escopo de determinar à AMC e o DETRAN/CE que procedam à suspensão das autuações e da cobrança das multas de trânsito pelos respectivos órgãos lançadas em nome do autor, Jeferson Abadi, até ulterior deliberação deste Juízo. Oficie-se ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN/RS), no endereço declinado nos “pedidos” da exordial, para que adote as providências necessárias no sentido de evitar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir em desfavor do autor, permitindo a manutenção da carteira de habilitação do mesmo, até ulterior deliberação deste Juízo, salvo se por outro motivo, que não a existência das multas lavradas pela AMC e o DETRAN/CE esteja impossibilitado de fazê-lo. Arbitro, de logo, multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), no caso de eventual descumprimento pelos Promovidos (AMC e DETRAN/CE), além da apuração da responsabilidade pessoal do agente da administração pública encarregado do cumprimento da ordem judicial, tanto sob o prisma civil como penal, bem como a caracterização das sanções apontadas nos arts. 17 e 18 do CPC. INTIMEM-SE a AMC e o DETRAN/CE, por mandado, para o fiel e efetivo cumprimento desta decisão, sem prejuízo do fluente prazo para contestação. Ciência à parte autora, por seu advogado. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2016. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito da 2ª V.F.P., respondendo pela 1ª V.F.P.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2016

ADV: ADAUDETE PIRES DUARTE (OAB 18290/CE) - Processo 0101526-09.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Antonio Ivan Freire Lopes - REQUERIDO: Ematerce - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - ‘Estado do Ceará - Do exposto, reconhecendo não haver neste momento processual a presença dos requisitos disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a antecipação da tutela pretendida. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, razão pela qual designo a data de 14/03/2016, às 14:15 horas, para a realização da Sessão de Conciliação a se realizar na sala de conciliação, proceder-se-á imediatamente à instrução e ao julgamento, nos termos do art. 27 da Lei 9.099/1995. Citem-se e intimem-se as partes em litígio para comparecerem ao ato audiencial e do inteiro teor desta decisão, esclarecendo que o não comparecimento da parte autora poderá acarretar a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, com as consequências do enunciado 28 do FONAJE. Intime-se o Ministério Público para se manifestar no presente feito, bem como para comparecer a audiência, nos termos da Portaria 984/2015, publicada no DJE de 02 de outubro de 2015. No tocante ao pedido de gratuidade judicial, levando em consideração o art. 54 da Lei n.º 9.099/95 que garante ao jurisdicionado o acesso ao Juizado independente do pagamento de custas, em primeiro grau, reservo-me para apreciar referida solicitação em outra oportunidade. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados, com observância à norma inscrita no art. 7º da Lei 12.153/2009, que prescreve que a citação para a audiência deverá ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Fortaleza/CE, 14 de janeiro de 2016 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz (Assinado por Certificação Digital)1

ADV: ADAUDETE PIRES DUARTE (OAB 18290/CE) - Processo 0101852-66.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Francisco Gondim Lossio da Rocha - REQUERIDO: Ematerce - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - ‘Estado do Ceará - Do exposto, reconhecendo não haver neste momento processual a presença dos requisitos disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a antecipação da tutela pretendida. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, razão pela qual designo a data de 14/03/2016, às 15:30 horas, para a realização da Sessão de Conciliação a se realizar na sala de audiências 3 deste juízo, restando cientificadas as partes que, não obtida a conciliação, proceder-se-á imediatamente à instrução e ao julgamento, nos termos do art. 27 da Lei 9.099/1995. Citem-se e intimem-se as partes em litígio para comparecerem ao ato audiencial e do inteiro teor desta decisão, esclarecendo que o não comparecimento da parte autora poderá acarretar a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, com as consequências do enunciado 28 do FONAJE. Intime-se o Ministério Público para se manifestar no presente feito, bem como para comparecer a audiência, nos termos da Portaria 984/2015, publicada no DJE de 02 de outubro de 2015. No tocante ao pedido de gratuidade judicial, levando em consideração o art. 54 da Lei n.º 9.099/95 que garante ao jurisdicionado o acesso ao Juizado independente do pagamento de custas, em primeiro grau, reservo-me para apreciar referida solicitação em outra oportunidade. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados, com observância à norma inscrita no art. 7º da Lei 12.153/2009, que prescreve que a citação para a audiência deverá ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ADV: ADAUDETE PIRES DUARTE (OAB 18290/CE) - Processo 0101881-19.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Hernane José Alves Rocha - REQUERIDO: Ematerce - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - ‘Estado do Ceará - Do exposto, reconhecendo não haver neste momento processual a presença dos requisitos disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a antecipação da tutela pretendida. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, razão pela qual designo a data de 14/03/2016, às 15:15 horas, para a realização da Sessão de Conciliação a se realizar na sala de audiências 3 deste juízo, restando cientificadas as partes que, não obtida a conciliação, proceder-se-á imediatamente à instrução e ao julgamento, nos termos do art. 27 da Lei 9.099/1995. Citem-se e intimem-se as partes em litígio para comparecerem ao ato

audiencial e do inteiro teor desta decisão, esclarecendo que o não comparecimento da parte autora poderá acarretar a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, com as consequências do enunciado 28 do FONAJE. Intime-se o Ministério Público para se manifestar no presente feito, bem como para comparecer a audiência, nos termos da Portaria 984/2015, publicada no DJE de 02 de outubro de 2015. No tocante ao pedido de gratuidade judicial, levando em consideração o art. 54 da Lei n.º 9.099/95 que garante ao jurisdicionado o acesso ao Juizado independente do pagamento de custas, em primeiro grau, reservo-me para apreciar referida solicitação em outra oportunidade. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados, com observância à norma inscrita no art. 7º da Lei 12.153/2009, que prescreve que a citação para a audiência deverá ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ADV: ADAUDETE PIRES DUARTE (OAB 18290/CE) - Processo 0101925-38.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: José Acácio de Morais Lima - REQUERIDO: Ematerce - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - 'Estado do Ceará - Do exposto, reconhecendo não haver neste momento processual a presença dos requisitos disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a antecipação da tutela pretendida. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, razão pela qual designo a data de 14/03/2016, às 15:00 horas, para a realização da Sessão de Conciliação a se realizar na sala de audiências 3 deste juízo, restando cientificadas as partes que, não obtida a conciliação, proceder-se-á imediatamente à instrução e ao julgamento, nos termos do art. 27 da Lei 9.099/1995. Citem-se e intimem-se as partes em litígio para comparecerem ao ato audiencial e do inteiro teor desta decisão, esclarecendo que o não comparecimento da parte autora poderá acarretar a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, com as consequências do enunciado 28 do FONAJE. Intime-se o Ministério Público para se manifestar no presente feito, bem como para comparecer a audiência, nos termos da Portaria 984/2015, publicada no DJE de 02 de outubro de 2015. No tocante ao pedido de gratuidade judicial, levando em consideração o art. 54 da Lei n.º 9.099/95 que garante ao jurisdicionado o acesso ao Juizado independente do pagamento de custas, em primeiro grau, reservo-me para apreciar referida solicitação em outra oportunidade. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados, com observância à norma inscrita no art. 7º da Lei 12.153/2009, que prescreve que a citação para a audiência deverá ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ADV: LAURILENA RIBEIRO DE PAIVA OLIVEIRA (OAB 11367/CE), JACQUELINE FURTADO LUNA (OAB 11273/CE) - Processo 0102393-02.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Alzirene Macêdo de Lima - Maria José Lourenço de Sousa - Paulo Nei Barbosa de Almeida - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Indefiro, portanto, o pedido de antecipação de tutela. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, apresentando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Cite-se e intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

ADV: IRENE SOARES LACERDA (OAB 25870/CE) - Processo 0103132-72.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Irene Soares Lacerda - REQUERIDO: Estado do Ceara - ADVOGADA: Irene Soares Lacerda - Recebo a petição inicial no plano formal. A ação tramitará pelo rito do Juizado Especial da Fazenda Pública disciplinado pela Lei nº 12.153/2009, tendo em vista que o valor atribuído à causa é inferior ao limite legal de sessenta salários mínimos. Designo sessão de conciliação para o dia 05 de abril de 2016, às 14:30 horas, a se realizar no lugar de costume. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 dias para comparecer à audiência, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.153/2009, com vista à conciliação e/ou, querendo, apresentar resposta no feito. Para o comparecimento à audiência, intime-se a autora, por carta com aviso de recebimento, cientificando-o que o não comparecimento importará na extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 51, I da Lei nº 9.099/1995. Intime-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público. Demais expedientes de estilo.

ADV: MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA (OAB 18728/CE) - Processo 0103139-64.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Rahil Sombra Háchem Moreira - REQUERIDO: Município de Fortaleza - Diante de tal comando legal, incogitável se torna o deferimento da antecipação de tutela pleiteada, tendo em vista que o caso em questão implica em acréscimo de vencimentos, importando em pagamento. Indefiro, portanto, o pedido de antecipação de tutela. Designo, pois, audiência de conciliação para o dia 05 de abril de 2016, às 15:30 horas, a se realizar no lugar de costume. CITE-SE o Município de Fortaleza, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 dias para comparecer à audiência, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.153/2009, com vista à conciliação e/ou, querendo, apresentar resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e/ou rol de testemunhas, com pedido de perícia, se for o caso. Para o comparecimento à audiência, intime-se a autora, por carta com AR, advertindo-a de que o não comparecimento importará em extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 51, I da Lei nº 9099/1995 c/c o art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Intime-se, ainda, o patrono da autora, por intermédio da publicação desta decisão, cientificando-se, também, pessoalmente, o Ministério Público. Demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública

ADV: IRENE SOARES LACERDA (OAB 25870/CE) - Processo 0103145-71.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Irene Soares Lacerda - REQUERIDO: Estado do Ceara - ADVOGADA: Irene Soares Lacerda - Recebo a petição inicial no plano formal. A ação tramitará pelo rito do Juizado Especial da Fazenda Pública disciplinado pela Lei nº 12.153/2009, tendo em vista que o valor atribuído à causa é inferior ao limite legal de sessenta salários mínimos. Designo sessão de conciliação para o dia 05 de abril de 2016, às 15:00 horas, a se realizar no lugar de costume. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 dias para comparecer à audiência, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.153/2009, com vista à conciliação e/ou, querendo, apresentar resposta no feito. Para o comparecimento à audiência, intime-se a autora, por carta com aviso de recebimento, cientificando-o que o não comparecimento importará na extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 51, I da Lei nº 9.099/1995. Intime-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público. Demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2016 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública (Assinado por Certificação Digital)

ADV: MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA (OAB 18728/CE) - Processo 0103731-11.2016.8.06.0001 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: VERA LÚCIA BRAGA DA ROCHA - REQUERIDO: Município de Fdrtaleza - Recebo a petição inicial em seu plano formal, deferindo, na oportunidade, a gratuidade processual requerida. A ação tramitará pelo rito do Juizado Especial da Fazenda Pública. Considerando a necessidade de outros elementos para a formação de um juízo de convencimento acerca da medida antecipatória pleiteada, reservar-me-ei em apreciar o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Designo, pois, audiência de conciliação para o dia 01 de março de 2016, às 15:00 horas, a se realizar no lugar de costume. Cite-se o Município de Fortaleza, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 dias para comparecer à audiência, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.153/2009, com vista à conciliação e/ou, querendo, apresentar resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e/ou rol de testemunhas, com pedido de perícia, se for o caso. Para o comparecimento à audiência, intime-se a autora, por carta com AR, advertindo-a de que o não comparecimento importará em extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 51, I da Lei nº 9099/1995 c/c p art. 27 da Lei nº 12.153/2009. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2016 FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2º Vara da Fazenda Pública

ADV: EMANUEL RIBEIRO LIMA (OAB 22564/CE) - Processo 0104469-96.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Raimunda de Sousa Matos - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Indefiro, portanto, o pedido de antecipação de tutela. Cite-se e Intime-se o Município de Fortaleza, por mandado, a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica, de logo, determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para julgamento. Expediente necessário e em caráter de urgência. Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2016 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz

ADV: FREDY BEZERRA DE MENEZES (OAB 16374/CE), ANTONIO AUGUSTO PORTELA MARTINS (OAB 6556/CE) - Processo 0132946-66.2015.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante - REQUERENTE: Egliberto Rebouças de Vasconcelos - REQUERIDO: Estado do Ceará - Encontra-se o processo maduro para julgamento, posto que se trata de matéria de direito. Entretanto, converto o julgamento em diligência para que o Estado do Ceará informe, em 48 horas, a razão de não ter cumprido a decisão interlocutória lançada neste caderno processual, que se apresenta hígida até o presente momento. Escoado o prazo acima assinalado, com ou sem resposta, retornem-me os autos conclusos com urgência, Intimações e demais expedientes de estilo.

ADV: LUCIA MARIA BRASIL RICARTE (OAB 8663/CE), THIARA BRASIL RICARTE LIMA (OAB 19930/CE) - Processo 0213234-98.2015.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atos Administrativos - REQUERENTE: Adriana Rakel Aguiar Bezerra - Francisco Diassis Ferreira Pinheiro - Gardenia Ferreira Martins - Jéssyca Holanda Barbosa - Nilton Cesar Pereira Alves - REQUERIDO: Município de Fortaleza - Indefiro, pois, o pedido de antecipação da tutela pretendida. Designo, pois, audiência de conciliação para o dia 15 de março de 2016, às 15:00 horas, a se realizar no lugar de costume. CITE-SE o MUNICÍPIO DE FORTALEZA, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 dias para comparecer à audiência, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.153/2009, com vista à conciliação e/ou, querendo, apresentar resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e/ou rol de testemunhas, com pedido de perícia, se for o caso. Para o comparecimento à audiência, intimem-se os autores, por carta com AR, seu patrono, por intermédio da publicação deste despacho, cientificando-se, também, pessoalmente, o Ministério Público. Demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 15 de janeiro de 2016 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz (Assinado por Certificação Digital)

ADV: FRANCISCO CAVALCANTE DE PAULA NETO (OAB 9497/CE) - Processo 0218096-15.2015.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Débora Duarte de Souza Lucas - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE - Recebo a petição inicial em seu plano formal, deferindo, na oportunidade, a gratuidade processual requerida. A ação tramitará pelo rito do Juizado Especial da Fazenda Pública. Reservar-me-ei em apreciar o requesto liminar de Antecipação de Tutela, para somente fazê-lo após o contraditório. Designo, pois, sessão de conciliação para o dia 04 de abril de 2016, às 16:30 horas, a se realizar no lugar de costume. CITE-SE o Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 dias para comparecer à audiência, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.153/2009, com vista à conciliação e/ou, querendo, apresentar resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e/ou rol de testemunhas, com pedido de perícia, se for o caso. Para o comparecimento à audiência, intime-se a autora, por carta com AR, seu patrono, por intermédio da publicação deste despacho, cientificando-se, também, pessoalmente, o Ministério Público. Demais expedientes necessários. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2016 Francisco Chagas Barreto Alves Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública (Assinado por Certificação Digital)

ADV: GUILHERME QUEIROZ MAIA FILHO (OAB 23628/CE), GABRIEL SOARES CARDOSO FILHO (OAB 25201/CE), CARLOS OTAVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE) - Processo 0861474-06.2014.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Amarílio Francisco Moura de Melo - REQUERIDO: ESTADO DO CEARA - Neste diapasão, tenho como justificável a ausência de recurso inominado, porventura manejado pela Fazenda Pública vencida, no prazo de 10 (dez) dias, conforme lei especial que regulamenta a matéria. Ante o exposto, em permanente correição parcial nesta Vara, com competência exclusiva para receber e processar os feitos do Juizado Especial de Fazenda Pública Estadual e, para ordenar o feito, devolvo o prazo para interposição de recurso inominado, em face da sentença de fls. 101/107, a partir da publicação desta decisão interlocutória. Intimações e demais expedientes de estilo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0069/2016

ADV: ADAUDETE PIRES DUARTE (OAB 18290/CE) - Processo 0101835-30.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Francisco Rosefran Lins e Silva - REQUERIDO: Ematerce - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - 'Estado do Ceará - Do exposto, reconhecendo não haver neste momento processual a presença dos requisitos disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a antecipação da tutela pretendida. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, razão pela qual designo a data de 14/03/2016, às 15:45 horas, para a realização da Sessão de Conciliação a se realizar na sala de audiências 3 deste juízo, restando cientificadas as partes que, não obtida a conciliação, proceder-se-á imediatamente à instrução e ao

julgamento, nos termos do art. 27 da Lei 9.099/1995. Citem-se e intimem-se as partes em litígio para comparecerem ao ato audiencial e do inteiro teor desta decisão, esclarecendo que o não comparecimento da parte autora poderá acarretar a extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, com as consequências do enunciado 28 do FONAJE. Intime-se o Ministério Público para se manifestar no presente feito, bem como para comparecer a audiência, nos termos da Portaria 984/2015, publicada no DJE de 02 de outubro de 2015. No tocante ao pedido de gratuidade judicial, levando em consideração o art. 54 da Lei n.º 9.099/95 que garante ao jurisdicionado o acesso ao Juizado independente do pagamento de custas, em primeiro grau, reservo-me para apreciar referida solicitação em outra oportunidade. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados, com observância à norma inscrita no art. 7º da Lei 12.153/2009, que prescreve que a citação para a audiência deverá ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ADV: FRANCISCO CLAUDIO BEZERRA DE QUEIROZ (OAB 8023/CE) - Processo 0102097-77.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Francisco Maricélio de Sousa Carvalho - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Considerando a necessidade de outros elementos para a formação de um juízo de convencimento acerca da medida antecipatória pleiteada, reservar-me-ei em apreciar o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, apresentando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Cite-se e intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES JUIZ DE DIREITO DA 2ª V.F.P.

ADV: ANA LOURDES CUNHA DA SILVA (OAB 11686/CE) - Processo 0149115-31.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Lauro de Andrade - REQUERIDO: Estado do Ceara - Diante do exposto, determino a intimação do Estado do Ceará, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para que, em 72 (setenta e duas) horas, cumpra a decisão de fls. 23/26, fornecendo imediatamente a parte autora o tratamento apontado na referida decisão, em conformidade com a prescrição médica do profissional que a acompanha, sob pena de decretação do bloqueio de verba pública para realização do aludido tratamento. Ante o descumprimento injustificável da decisão judicial por parte do requerido e com fundamento no parágrafo 4º do art. 461, do CPC, fixo multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para a parte requerida, em caso de descumprimento, a contar a partir do primeiro dia do prazo para o cumprimento da referida decisão, bem como, em face do princípio constitucional da efetividade processual, fixo multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) para o Secretário Estadual de Saúde, em caso de descumprimento, a contar a partir do décimo dia do prazo para o cumprimento da mesma decisão, sendo tais multas revertidas em favor da Autora, além das demais sanções previstas, inclusive as constantes na Lei nº 1079/1950, com o envio de cópia destes autos ao Ministério Público para os devidos fins. Assim, expeça-se mandado de intimação pessoal ao Exmo. Sr. Secretári de Saúde do Estado do Ceará para que tome conhecimento da presente decisão e, caso queira, apresente manifestação no prazo de 10 (dez) dias, em obediência ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa. Expedientes necessários e urgentes e, empós, encaminhem-se os autos ao representante do Ministério Público, para, querendo, ofertar parecer de mérito.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2016

ADV: OLIVIA MARIA MOREIRA DE FARIAS (OAB 16729/CE) - Processo 0102026-75.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Reversão - REQUERENTE: Paulo Jorge Freire Lessa - REQUERIDO: Estado do Ceará - Considerando a necessidade de outros elementos para a formação de um juízo de convencimento acerca da medida antecipatória pleiteada, reservar-me-ei em apreciar o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, apresentando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Cite-se e intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES JUIZ DE DIREITO DA 2ª V.F.P.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2016

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE), MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA (OAB 18728/CE), CECILIA PARENTE PINHEIRO (OAB 19065/CE), THIAGO CAMARA LOUREIRO (OAB 19245/CE), MOAB SALDANHA JUNIOR (OAB 21928/CE), RENAN BEZERRA CAVALCANTE (OAB 24364/CE), KARYNE CAMPOS LOPES (OAB 25336/CE) - Processo 0071974-33.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ricardo Alexandre da Silva Fernandes - Artur Emilio Martins de Oliveira - Francisca Efigenia de Lima Silva - Isabel Cristina Lima Alves - FRANCISCO MARCIO ALVES DA SILVA - REQUERIDO: Município de Fortaleza - Trata-se de procedimento sumário, ajuizado por Ricardo Alexandre da Silva Fernandes e outros contra o Município de Fortaleza. Em petição de fls. 162/164, antes de estabelecido o contraditório, a parte autora requereu a desistência do feito, com a anuência do requerido, ficando ainda, dispensado o prazo recursal. Assim, HOMOLOGO, por sentença, a desistência requerida nestes autos, para que produza seus jurídicos e legais

efeitos. Em consequência, com fundamento no art. 267, VIII do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, tendo em vista o disposto nos arts. 27 da Lei nº 12.153/2009 c/c o art. 55 da Lei nº 9.099/1995. P. R. I. e após a publicação dessa sentença arquivem-se os autos.

ADV: CECILIA PARENTE PINHEIRO (OAB 19065/CE) - Processo 0857857-38.2014.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) - REQUERENTE: MARIA DE FATIMA MENDES SOARES - REQUERIDO: Município de Fortaleza - Diante do exposto, por não considerar que estão presentes os elementos ensejadores da medida pretendida, não concedo o pedido liminar.De outra mão, entendo prescindível a designação de audiência de conciliação no presente caso, eis que, embora esta espécie de mediação se constitua no instituto norteador do rito dos órgão judiciais especiais, a praxe judiciária tem revelado a dificuldade de aplicação desse aspecto do iter procedimental no âmbito dos Juizados Especiais Federais e dos JuizadosEspeciais Fazendários, notadamente, em razão de que os entes públicos não podem dispor dos seus bens e direitos (Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público) e a constatação de que, em inúmeras ações desse jaez, há manifestação prévia dos procuradores estatais no sentido de não comparecimento ao ato audiencial, circunstância que fundamenta o cancelamento ulterior da audiência por este juízo, livrando os/as requerentes de dispêndios de tempo e de recursos em virtude de deslocamento para participar de ato processual inócuo, mormente quando o requerido demonstrou o inequívoco desinteresse em transigir. Igualmente, evita-se desperdício de trabalho e de recursos financeiros por parte do órgão jurisdicional na preparação e na efetivação de expedientes para realização de ato inútil, valendo salientar, por oportuno, que ambas as partes reconhecem que a matéria tratada é unicamente de direito, sem necessidade da produção de provas em audiência, sendo suficiente para o deslinde da causa a prova documental. Ainda sob esse aspecto, é imperioso advertir que não merece incidir, in casu, o entendimento contido no Enunciado nº 10 do FONAJE, o qual prevê que a contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento , quando na hipótese se constata a inviabilidade, e mesmo a desnecessidade, da realização de audiência, seja de conciliação, seja de instrução, já que a matéria é única e exclusivamente de direito e as partes costumam pugnar pelo julgamento antecipado da lide. Tem-se, ainda, que a norma regente dos órgãos especiais (Lei 12.153/2009), preconiza, em seu artigo 7º, que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias . É de se concluir, então, que os entes públicos demandados no Juízo Especial Fazendário detém prazo de 30(trinta) dias para oferecer contestação, como forma de garantir prazo suficiente para elaboração da defesa, a qual, em tese, poderá ser ofertada até o dia e horadesignados para a audiência de conciliação, quando cabível esta, ante a possibilidade da formulação de defesa oral. No entanto, considerando que a Procuradoria Jurídica do ente público demandado tem aderido plenamente à nova lógica do Processo Judicial Eletrônico, instituído com o objetivo maior de se alcançar o ideal da celeridade processual, sendo que 100% (cem por cento) das petições (inclusive contestações) são depositadas em Juízo e instantaneamente juntadas aos autos, via protocolo digital, é caso, pois, de observância da regra no Enunciado nº 02 do FONAJEF, assim redigido: “Nos casos de julgamentos de procedência de matérias repetitivas, é recomendável a utilização de contestações depositadas na Secretaria, a fim de possibilitar a imediata prolação de sentença de mérito”. Tais fatos, atrelado ao desinteresse manifestado em conciliar, afastam a possibilidade da apresentação de defesa oral em audiência, assim como realmente se verifica na prática, tendo-se por razoável e adequado a adoção do prazo contido na norma inserta no art. 7º da Lei Federal nº 12.153/2009, qual seja, 30 (trinta) dias para contestação, a contar da citação válida. Cite- se, o Município de Fortaleza para contestar o feito no prazo processual acima determinado e intime-se a autora, por seu patrono, para ciência do indeferimento da antecipação de tutela pretendida. Demais expedientes de estilo. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. Francisco Chagas Barreto Alves Juiz1 (assinado por certificação Digital)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0072/2016

ADV: ANTONIA ALINE CARVALHO MONTEIRO (OAB 27460/CE), JOSÉ MONTEIRO NETO (OAB 33206/CE) - Processo 0102944-79.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Marcos Onaldo Marçal da Silva - REQUERIDO: Estado do Ceará - Considerando a necessidade de outros elementos para a formação de um juízo de convencimento acerca da medida antecipatória pleiteada, reservar-me-ei em apreciar o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, apresentando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Cite-se e intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES JUIZ DE DIREITO DA 2ª V.F.P.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2016

ADV: ANTONIO EUGENIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA (OAB 6809/CE) - Processo 0104510-63.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação - REQUERENTE: Ivo de Carvalho - REQUERIDO: Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania - Amc - Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE - Dito isso, reservar-me-ei em apreciar o requesto liminar de Antecipação de Tutela, para somente fazê-lo após o contraditório. Cite-se e Intime-se o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/CE e a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania - AMC, por mandado, a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas

que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica, de logo, determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para julgamento. Expediente necessário e em caráter de urgência. Fortaleza, 22 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0104644-90.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lucas Rafael Chaves Sampaio - REQUERIDO: Estado do Ceará - Cite-se e Intime-se o Estado do Ceará, por mandado, a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica, de logo, determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para julgamento. Expediente necessário e em caráter de urgência. Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2016 FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2º Vara da Fazenda Pública

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0104648-30.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lucas Rafael Chaves Sampaio - REQUERIDO: Estado do Ceará - Cite-se e Intime-se o Estado do Ceará, por mandado, a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica, de logo, determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para julgamento. Expediente necessário e em caráter de urgência. Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2016 FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2º Vara da Fazenda Pública

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0104650-97.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lucas Rafael Chaves Sampaio - REQUERIDO: Estado do Ceará - Cite-se e Intime-se o Estado do Ceará, por mandado, a ser cumprido por oficial de justiça, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica, de logo, determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para julgamento. Expediente necessário e em caráter de urgência. Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2016 FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2º Vara da Fazenda Pública

ADV: MARCELO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 8080/CE), CECILIA PARENTE PINHEIRO (OAB 19065/CE) - Processo 0210570-94.2015.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: Francisco Silva Andrade - REQUERIDO: Município de Fortaleza - Tendo em vista que o Município de Fortaleza se manifestou em sua contestação às págs. 63/70, pela prescindibilidade da audiência conciliatória, em face da ausência de lei que o autorize a transigir em referida sessão, declaro prejudicado o referido ato judicial. Uma vez contestado o feito, ouça-se em réplica a parte autora, por seu patrono, pelo prazo de 10 (dez) dias. Rementam-se os autos para a Secretaria Judiciária para que procedam os devidos expedientes. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública

ADV: AMANDA MACIEL COSTA (OAB 29513/CE) - Processo 0217484-77.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Amanda Maciel Costa - REQUERIDO: Fazenda Pública do Estado Ceará - ADVOGADA: Amanda Maciel Costa - Dito isto, recebo a inicial em seu plano formal para que produza seus jurídicos e legais efeitos, oportunidade em que concedo os benefícios da justiça gratuita, ficando o(a) autor(a) isento(a) das custas e demais despesas previstas no art. 3º, incisos I a VII da Lei Federal n° 1.060/50, admitindo-se, até prova em contrário, a afirmação de hipossuficiência constante na declaração unilateral juntadas aos autos, na forma do § único do art. 2º c/c o art. 4º, caput, e sob as penas do art. 4º, todos da referida lei. A Ação tramitará pelo rito do Juizado Especial da Fazenda Pública. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, apresentando de logo as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para julgamento. Do presente despacho, dê-se ciência ao autor, por seu patrono. Cite-se e intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito

ADV: WASHINGTON LUIS TERCEIRO VIEIRA JUNIOR (OAB 15733/CE) - Processo 0876529-94.2014.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: F JX F CONFECÇÕES LTDA-ME - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Na forma do art. 398 do CPC e mais, atendendo a promoção ministerial de fls. 376/377, ouça-se a parte autora sobre os documentos apresentados pela fazenda pública requerida. Intime-se. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016. Francisco Chagas Barreto Alves. Juiz.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2016

ADV: ROSIANE LEITE FERNANDES (OAB 29212/CE) - Processo 0103556-17.2016.8.06.0001 - Nomeação de Advogado - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Rosiane Leite Fernandes - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - ADVOGADA: Rosiane Leite Fernandes - De logo, cumpre discorrer acerca da dispensabilidade da audiência de conciliação no presente caso, em prol da busca pela solução processual mais adequada à rápida e eficaz prestação jurisdicional. Na hipótese in concreto, das inúmeras ações envolvendo o mesmo objeto e causa de pedir, constatou-se na praxe deste Juizado Fazendário que os procuradores judiciais do Promovido se manifestaram antecipadamente no sentido do não comparecimento à audiência de conciliação aprazada, quer pelo desinteresse, quer pela impossibilidade (ausência de autorização legal-normativa), em conciliar nos feitos. Tem-se por certo, ainda, o grande prejuízo causado às partes requerentes, na medida em que, muitas delas residentes no interior do Estado, tiveram que dispender tempo e recursos para se deslocar até à sede deste Juízo visando participar de uma audiência inócua, mormente quando o próprio Promovido demonstrou o claro e inequívoco desinteresse em transigir. Some-se a isso o desperdício de trabalho e recursos financeiros por parte do Poder Judiciário na confecção e efetivação de expedientes para um ato que desde o início revela-se desnecessário. Ressalte-se que, neste e naqueles processos de idêntica matéria, a parte autora pugna já na petição inicial pelo julgamento antecipado da lide, o que também é requerido, via de regra, pelo ente público demandado em suas peças de defesa, posto que ambas as partes reconhecem que a matéria tratada é unicamente de direito, sem necessidade da produção de provas em audiência, sendo suficiente para o deslinde da causa a prova documental. Advirta-se, por oportuno, que não merece incidir, in casu, o entendimento contido no Enunciado nº 10 do FONAJEF, o qual prevê que "a contestação poderá ser apresentada até a audiência de Instrução e Julgamento", quando na hipótese se constata a inviabilidade, e mesmo a desnecessidade, da realização de audiência, seja de conciliação, seja de instrução, já que a matéria é única e exclusivamente de direito e as partes costumam pugnar pelo julgamento antecipado da lide. Destarte, a designação de audiência em casos tais é perda de tempo e reveste-se de um formalismo nocivo à rápida e efetiva solução do processo. Estabelecida tal premissa, tem-se ainda que a Lei de Regência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei Federal nº 12.153/2009) prevê em seu artigo 7º que "não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias". Da leitura do dispositivo legal conclui-se que as pessoas jurídicas de direito público demandadas nos Juizados Especiais Fazendários detém prazo de 30(trinta) dias para oferecer contestação, como forma de garantir prazo suficiente para elaboração da defesa, a qual, em tese, poderá ser ofertada até o dia e hora designados para a audiência de conciliação, quando cabível esta, ante a possibilidade da formulação de defesa oral. No entanto, considerando que a Procuradoria Jurídica do ente público demandado tem aderido plenamente à nova lógica do Processo Judicial Eletrônico, instituído com o objetivo maior de se alcançar o ideal da celeridade processual, sendo que 100% (cem por cento) das petições (inclusive contestações) são depositadas em Juízo e instantaneamente juntadas aos autos, via protocolo digital, é caso, pois, de observância da regra no Enunciado nº 02 do FONAJEF, que diz "(...) é recomendável a utilização de contestações depositadas na Secretaria, a fim de possibilitar a imediata prolação de sentença de mérito". Tais fatos, atrelado ao desinteresse manifestado em conciliar, afastam a possibilidade da apresentação de defesa oral em audiência, assim como realmente se verifica na prática, tendo-se por razoável e adequado a adoção do prazo contido na norma inserta no art. 7º da Lei Federal nº 12.153/2009, qual seja, 30 (trinta) dias para contestação, a contar da citação válida. Dito isto, recebo a peça vestibular no plano formal, concedendo a gratuidade processual requerida. A ação tramitará pelo rito do juizado especial da Fazenda Pública. CITE-SE o ESTADO DO CEARÁ, por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/2009), conforme estabelecido acima, fornecendo ao Juízo a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, bem como para apresentar de logo, caso entenda necessário, proposta de acordo e as provas que pretende produzir, e/ou requerer a designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento. Ato contínuo, em se constatado que o Promovido alegou questões preliminares e/ou prejudiciais de mérito, ou ainda, que tenha apresentado documentação, fica de logo determinada a intimação da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 10 (dez) dias, apresentando as provas que porventura deseja produzir. Empós a manifestação das partes, ou decorrido in albis o prazo legal para tal fim, dê-se vistas ao Ministério Público para opinar acerca do mérito da questão. Em sequência, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Cite-se e intime-se. Expediente necessário. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2016. FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES JUIZ DE DIREITO DA 2ª V.F.P. Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0075/2016

ADV: SERGIO BRITO DE OLIVEIRA (OAB 24793/CE) - Processo 0106369-17.2016.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria dos Santos Brito - REQUERIDO: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - ANTE O EXPOSTO, declaro a incompetência deste juízo e determino a remessa destes autos para a distribuição, de modo que a presente ação seja redistribuída para uma das varas de família, por não se tratar de competência do juízo fazendário. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016 FRANCISCO CHAGAS BARRETO ALVES Juiz de Direito da 2º Vara da Fazenda Pública

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FERNANDO TELES DE PAULA LIMA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2016

ADV: FERNANDA CABRAL DE ALMEIDA GONÇALVES (OAB 15542/CE), KARYNA SARAIVA LEAO GAYA (OAB 12911/CE) - Processo 0000336-18.2007.8.06.0001 - Mandado de Segurança - IMPETRANTE: Qualix Servicos Ambientais Ltda - IMPETRADO: Arfor Agência Reguladora de Fortaleza - Intime-se a Empresa Impetrante, através de seus advogados (fls. 46) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda possuem interesse no prosseguimento do feito.

ADV: ANATOLE NOGUEIRA SOUSA (OAB 22578/CE), JOAO VIANEY NOGUEIRA MARTINS (OAB 15721/CE), HUMBERTO BAYMA AUGUSTO (OAB 16692/CE), MARCO AURELIO MONTENEGRO GONCALVES (OAB 3549/CE) - Processo 0007951-25.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Fadia Maria Gabriel

da Silva - REQUERIDO: Instituto de Saude dos Servidores do Estado do Ceara - Issec - Instituto de Saude dos Servidores do Estado do Ceara - Issec - Por tal motivo, acolho em parte os pedidos dos requerentes, a fim de determinar unicamente que o ISSEC inclua o marido da autora como seu dependente no âmbito da assistência médica, a partir de 12 de maio de 2010, data da vigência da Lei Estadual do Ceará 14.687/2010. Considerando o princípio da causalidade, condeno o IPEC (ISSEC) ao pagamento dos honorários advocatícios, fixando-os na forma prevista no art.20, § 4º, em R$ 1.000,00 (Mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE), AROLDO DE BARROS VERINO (OAB 11939/CE) - Processo 0038008-84.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria de São José Feijó - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pleito autoral, com resolução do mérito, ratificando a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, qual determinou o fornecimento dos medicamentos prescritos ao autor, nos termos da documentação colacionada à exordial, pelo tempo necessário ao seu tratamento, o que faço com espeque no art. 269, inciso I, do CPC. Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 20, caput e seu § 4º, do CPC, isentando-o quanto ao pagamento de custas, por expressa disposição legal (art. 10, inciso I, da Lei 12.381/1994). Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório. P.R.I.C.

ADV: IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE), AROLDO DE BARROS VERINO (OAB 11939/CE) - Processo 0040802-78.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Cleonice Teixeira Ozanan - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pleito autoral, com resolução do mérito, ratificando a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, qual determinou o fornecimento dos medicamentos prescritos ao autor, nos termos da documentação colacionada à exordial, pelo tempo necessário ao seu tratamento, o que faço com espeque no art. 269, inciso I, do CPC. Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 20, caput e seu § 4º, do CPC, isentando-o quanto ao pagamento de custas, por expressa disposição legal (art. 10, inciso I, da Lei 12.381/1994). Por fim, considerando a ausência de impugnação ao valor da causa pela parte requerida, e levando em especial relevo a orientação que vem sendo adotada pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (AgRg do REsp nº 699545, DJE 31/08/2009), no sentido de que "(...) as sentenças ilíquidas serão submetidas ao reexame necessário tão-somente nas hipóteses em que o valor dado à causa, devidamente atualizado, ultrapassar os sessenta salários mínimos (...)", deixo de submeter a presente sentença ao duplo grau obrigatório, por entender que o valor da causa devidamente atualizado não ultrapassará o limite estabelecido no artigo 475, § 2º, do Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: AROLDO DE BARROS VERINO (OAB 11939/CE), IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE) - Processo 0052547-55.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antônio Neves de Sousa - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pleito autoral, com resolução do mérito, ratificando a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, qual determinou o fornecimento dos medicamentos prescritos ao autor, nos termos da documentação colacionada à exordial, pelo tempo necessário ao seu tratamento, o que faço com espeque no art. 269, inciso I, do CPC. Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 20, caput e seu § 4º, do CPC, isentando-o quanto ao pagamento de custas, por expressa disposição legal (art. 10, inciso I, da Lei 12.381/1994). Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório. P.R.I.C.

ADV: MARIA NORMA MENDES DODT BEZERRA (OAB 8858/CE) - Processo 0100184-60.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Liminar - IMPETRANTE: Kilmer de Moraes Castelo Branco - Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por Kilmer de Moraes Castelo Branco e sua genitora Ana Cristina Cunha de Moraes Castelo Branco contra ato que entendem abusivo da lavra do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente do Processo Seletivo do Vestibular 2016.1 da Universidade de Fortaleza- UNIFOR, pelos fatos e fundamentos narrados na inicial de fls. 01/04. Acontece que o presente mandamus foi inicialmente distribuído por sorteio para a 38.ª Vara Cível e em seguida, redistribuído para esta vara especializada, através da decisão de fls. 13/14, com o argumento de que havia um requerimento, no item 07 da inicial de citação do ESTADO DO CEARÁ, para figurar no pólo passivo da presente demanda, na qualidade de litisconsorte. No entanto, ao examinar a inicial de fls. 01/04, verifico que não existe, em nenhum dos itens da exordial, pedido de citação do Estado do Ceará, havendo a indicação somente do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente do Processo Seletivo do Vestibular 2016.1 da Universidade de Fortaleza-UNIFOR, como autoridade coatora. Por entender que se trata de mero erro material, deixo de suscitar o conflito negativo de competência, nesse momento, para determinar que sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição, a fim de que sejam redistribuídos à 38.ª Vara Cível, unidade que entendo ser a competente para conhecê-lo e julgá-lo.

ADV: AROLDO DE BARROS VERINO (OAB 11939/CE), IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE) - Processo 0170216-32.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: João Sales Pinto - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pleito autoral, com resolução do mérito, ratificando a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, qual determinou o fornecimento dos medicamentos prescritos ao autor, nos termos da documentação colacionada à exordial, pelo tempo necessário ao seu tratamento, o que faço com espeque no art. 269, inciso I, do CPC. Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do art. 20, caput e seu § 4º, do CPC, isentando-o quanto ao pagamento de custas, por expressa disposição legal (art. 10, inciso I, da Lei 12.381/1994). Sentença sujeita ao reexame necessário. P.R.I.C.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2016

ADV: JOSE JACKSON NUNES AGOSTINHO (OAB 8253/CE), ALCIMAR NOGUEIRA DE MOURA (OAB 8499/CE), MARISLEY PEREIRA BRITO (OAB 8530/CE), ANA GEORGIA SANTOS LIMA DE ARAUJO (OAB 13785/CE), LUCIA MARIA CRUZ SOUSA (OAB 3174/CE), CARLOS JOSE EVANGELISTA DE CASTRO (OAB 12202/CE), PAULO ROBERTO FONTENELE MAIA (OAB 16444/CE) - Processo 0009896-52.2005.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções - AUTOR: Raimunda Gomes de Abreu - RÉU: Dert - Departamento de Estradas e Rodagem - Amc - Autarquia Municipal de Trânsito de Fortaleza - Detran - Departamento Estadual do Transito do Estado do Ceara - Ocorre que as partes promovidas, quando intimadas

para falarem aos autos, não acostaram as duplas notificações, quais sejam, a notificação de autuação e a notificação de penalidade, descumprindo as regras estabelecidas pela Resolução nº. 149/03 do CONTRAN, razão pela qual defiro o pedido autoral, declarando nulas as multas aplicadas à demandante, referentes aos autos de infração indicados na inicial, não gerando qualquer efeito tais anotações de supostas infrações, retirando-se, inclusive, a pontuação negativa do prontuário do promovente. Condeno os requeridos em custas processuais e honorários advocatícios, sendo que, em relação aos honorários, como no presente caso não houve sentença de natureza condenatória quanto ao direito material almejado, a fixação deve ser feita de acordo com o disposto no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual os arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais). A presente sentença está sujeita ao reexame necessário, por força do inciso I do art. 475 do Código de Processo Civil, não produzindo eficácia imediata, sendo diferido esse efeito para a hipótese de a decisão vir a ser confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Desse modo, os autos, deverão ser remetidos àquela Corte, independentemente de apelação (§1º do mencionado artigo). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016.

ADV: TANIA MARIA CARNEIRO SILVA FONTENELE (OAB 6466/CE), SAVIO BRASIL GADELHA (OAB 6052/CE), MARIA DO SOCORRO SIQUEIRA FEITOSA CARVALHO (OAB 5235/CE), CID ALCIDES CAMPOS (OAB 3092/CE) - Processo 0063533-88.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - AUTOR: Maria da Paz Brito da Silva e Outras - RÉU: Instituto de Previdencia do Estado do Ceara - Ipec - Por todos exposto, determino que após serem providenciadas pela Secretaria Judiciária das Varas da Fazenda Pública as exclusões e desentranhamentos anteriormente determinadas, seja intimada a parte autora para: 1. Quanto às credoras falecidas (I) Francisca de Assis Barros Costa, (II) Francisca Hilda Magalhães Soares, (III) Hortulana Barreto de H. Penaforte, (IV) Maria Alice de Paula Bastos, (V) Maria Antonieta Barbosa Costa, (VI) Maria Carmem Esteves Vitor, (VII) Maria Dantas de Araújo, (VIII) Maria de Lourdes Sousa, (IX) Maria Raimunda da Silva, (X) Maria Neli Nicodemus da Cruz, (XI) Maria Socorro da Silva, (XII) Nair Borges Mamede, (XIII) Raimunda Jaborandi de M. Dourado, (XIV) Rita Leitão Acciolt Linsa, (XV) Tereza Lima da Costa (XVI) Vanda Sousa Rocha e (XVII) Zélia de Paiva Viana, determino a suspensão do processo até que seja providenciada a habilitação dos espólios ou dos seus sucessosres, nos termos dos arts. 43 265, I e 567, I, todos do Código de Processo Civil. Determino, ainda, que o processamento de todos os pedidos de habilitação sejam feitos em autos apartados, como forma de se proceder ao exame detalhado dos requisitos legais, na medida em que, são diversas as relações jurídicas que amparam os pleitos dos beneficiários, exigindo portanto decisão específica para cada cenário. 2. Quanto ao cumprimento da obrigação de pagar os valores devidos a cada uma das credoras, dada a quantidade de precatórios individuais que deverão ser expedidos, nos termos do art. 9º da Resolução nº 10/2011 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e § 1º do art. 5º da Resolução nº 115 do CNJ, bem como o grande volume de documentos e fichas financeiras que foram juntos aos autos referente a cada servidor, determino que o requerimento de cumprimento de sentença seja renovado por cada credora em autos apartados e vinculado ao presente feito, observando-se a cota-parte que a cada uma aprouver,

ADV: FABIANO SILVA TAVORA (OAB 15800/CE), JULIO CARLOS SAMPAIO NETO (OAB 17866/CE), ARNOBIO GOMES NETO (OAB 11215/CE), PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ - FABIO PEDROSA VASCONCELOS (OAB 3/CE), RENATA MARIA LOPES DE BRITO (OAB 23826/CE) - Processo 0078931-21.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Curso de Formação - REQUERENTE: Rafaela Maria Lopes de Brito - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, acolho os pedidos da autora, declarando a nulidade da referida questão de nº 9 da prova de criminologia (conteúdo declarativo da sentença), em consequência determino que I) o promovido atribua pontuação positiva em relação à referida questão para a candidata autora desta ação, II) seja assegurada à autora a participação das etapas e fases seguintes do concurso público, caso tal pontuação seja suficiente para sua permanência no concurso, e finalmente que III) na hipótese de ser atendidos os demais requisitos do Edital do referido concurso, em sendo aprovada a autora na classificação apta a garantir sua nomeação, que seja nomeada e empossada no cargo respectivo, respeitada a ordem de classificação (conteúdo mandamental da sentença nos itens I, II e III). E nesse sentido, mantenho a decisão cautelarmente concedida às fls. 130/132, e defiro neste momento a antecipação da eficácia da tutela, a fim de que o Estado do Ceará, caso o concurso já se encontre na etapa de nomeação e posse dos candidatos, e desde que atendida o requisito do item III do parágrafo anterior, providencie de imediato a nomeação e posse da autora, o que faço considerando que consta pedido expresso da requerente nesse sentido (não só na petição inicial, mas em petições posteriores), tendo em vista o perigo de dano irreversível ou de difícil reparação caso se aguarde o trânsito em julgado desta sentença, eis que a autora não só perderia o seu direito a assumir a função juntamente com os demais aprovados, como seria preterida no tempo em relação à sua carreira, além da verossimilhança da alegação, na verdade mais do que isso, eis que já se firmou nesta sentença o juízo de certeza quanto à tese jurídica da promovente, e a prova (documental) inequívoca, que inclusive serviu de base para o julgamento, atendendo-se assim aos requisitos contidos no art. 273 e seu inciso I do Código de Processo Civil. Desse modo, esse conteúdo interlocutório de obrigação de fazer há de gerar a imediata eficácia mandamental por via de mandado específico para que o Estado do Ceará viabilize a antecipação da eficácia da tutela jurisdicional, na verdade um adiantamento da execução da obrigação de fazer (eficácia mandamental) e fixação de logo do futuro efeito somente devolutivo da provável apelação (art. 520, VII, do Código de Processo Civil). Condeno o requerido em honorários advocatícios, que ora fixo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerando os parâmetros fixados pelo § 4º art. 20 do Código de Processo Civil, já que a presente sentença tem conteúdo declaratório e mandamental, e tendo em vista a natureza da demanda, o tempo para o seu acompanhamento e o trabalho realizado pelo advogado da parte autora, devendo ser arcado tal verba de modo proporcional para cada demandado, em 50% (cinquenta por cento) para cada um. Sem custas, eis que a parte demandada é o Estado do Ceará, e a autora não adiantou qualquer valor dessa natureza, em face de sua condição de beneficiária da gratuidade da justiça, conforme requerido às fls. 2/5, e que ora defiro. A presente sentença está sujeita ao reexame necessário (art. 475 do Código de Processo Civil). Expeça a Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública, de imediato, em caráter de urgência, o mandado para cumprimento da antecipação da tutela acima definido. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza/CE, 21 de janeiro de 2016.

ADV: JOAO ANTONIO DESIDERIO DE OLIVEIRA (OAB 12342/CE) - Processo 0136390-10.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo Nonato da Silva Gonçalves - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, e, via de consequência, declaro, por sentença, a extinção do presente processo, sem julgamento do mérito, o que ora faço com suporte no parágrafo único, do art. 284, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios. Comunique-se o Setor de Distribuição desta decisão, para as anotações devidas, no caso de reingresso de ação. Transitada em julgado, promovam-se as anotações necessárias e, após, arquivem-se os presentes autos, com seus próprios elementos, sob o respectivo termo e a consequente baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza/CE, 15 de janeiro de 2016.

ADV: CICERA FRANCISCA GENUINO DO NASCIMENTO (OAB 14741/CE), CARLOS OTAVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE) - Processo 0140708-75.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria Socorro de Oliveira Galvão - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Por tais motivos, declaro, extinto o processo, sem análise

do mérito, por evidente perda de objeto da lide (falta de interesse processual superveniente), nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e os honorários advocatícios, que arbitro em R$ 3000,00 (trezentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, suspendendo o pagamento destes ônus por cinco anos, em face ao pedido de gratuidade judiciária que ora defiro, a contar da prolação desta sentença, data em que se encontrará prescrita a obrigação, caso o estado de necessidade do promovente ainda subsista, nos termos do art. 3º c/c art. 12, ambos da Lei nº 1.060/1950. Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, fica de logo autorizado o arquivamento e a baixa na distribuição, a ser providenciado pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Publique-se. Registre-se. Intimem-se

ADV: PEDRO LUCAS DE AMORIM LOMONACO (OAB 20716/CE) - Processo 0190317-85.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: Maria Alzenira Pinheiro Evangelista - IVANA MARIA EVANGELISTA TORRES - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Assim, considerando a superveniência do falecimento da autora e o caráter personalíssimo da demanda, julgo extinto o presente processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IX do Código de Processo Civil. Sem custas. Sem honorários. Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, ficam de logo autorizados o arquivamento e a baixa na distribuição, a serem providenciados pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: PROCURADOR ANTONIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA - PROCURADOR DO MUNICIPIO (OAB 3/CE), JOÃO AFRÂNIO MONTENEGRO (OAB 4466/CE) - Processo 0355468-31.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Federacao do Comercio do Estado do Ceara - REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Fortaleza - Intime-se o Município de Fortaleza para informar o banco e a conta para a qual deverá ser efetuada a transferência dos honorários de sucumbência que se encontram depositados em juízo, conforme comprovante de fls. 270/271.

ADV: ANTONIO JORGE COUTINHO (OAB 9974/CE) - Processo 0912214-65.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Concessão - REQUERENTE: Francisca Suelen dos Santos Souza - Francisca Jacqueline dos Santos Souza - REQUERIDO: Governador do Estado do Ceará - Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Despacho à fl. 40, determinando a emenda da inicial, para que as autoras indicassem corretamente a ação, tendo em vista que requereu-se a notificação de autoridades coatoras em Ação Ordinária. Devidamente intimadas para emendarem a inicial sob pena de indeferimento, as partes deixaram fluir o prazo legal sem apresentar manifestação, conforme certidão de fl. 43, razão pela qual declaro a extinção do processo, sem resolução de mérito, conforme autoriza o art. 267, I c/c o artigo 284, parágrafo único do Código Processual Civil. Sem custas e sem honorários. Comunique-se o Setor de Distribuição desta decisão, para as anotações devidas, no caso de reingresso de ação. Decorrido o prazo de recurso, na hipótese de não haver manifestação, ficam de logo autorizados o arquivamento e a baixa na distribuição, serem providenciados pela Secretaria, independentemente de despacho ulterior. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2016.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2016

ADV: LUENES PEREIRA SANTIAGO (OAB 28225/CE) - Processo 0212995-94.2015.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Wallucia Cunha Sales - REQUERIDO: Autarquia Municipal de Trânsito Serviços Publicos e de Cidadania de Fortaleza (amc) - Departamento Estadual de Trânsito (detran) - R. H. Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a contestação do DETRAN, no prazo legal. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2016

ADV: JOAO RENATO BANHOS CORDEIRO (OAB 16941/CE), FABIANA DE ARAUJO BICA (OAB 9018/CE) - Processo 0145545-37.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - EXEQUENTE: Fabiana de Araujo Bica - EXECUTADO: Estado do Ceará - ADVOGADA: Fabiana de Araujo Bica - Pelo exposto, e diante da recalcitrância do pólo passivo em cumprir o mandamento judicial, determino o sequestro do numerário suficiente à satisfação do débito, o qual se procederá através de bloqueio on-linevia Sistema BACENJud, dispensada a audiência da Fazenda Pública, na forma do art. 13, §1º da Lei Federal nº 12.153/2009.Efetuado o bloqueio, intime-se o promovido para ciência. Expediente necessário. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016 PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA Juiz de Direito Titular da 6ª Vara da Fazenda Pública

ADV: PAULO MARTINS DOS SANTOS (OAB 19927/CE), JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES (OAB 9442/CE) - Processo 0211470-77.2015.8.06.0001 - Outras medidas provisionais - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Davi Bezerra Araujo - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - R. H. Recebo o recurso inominado no efeito devolutivo, eis que existe nos autos medida concessiva de antecipação de tutela, nos termos do Enunciado 61 do FONAJEF. Intime-se a parte recorrida para apresentação de contrarrazões, se assim o desejar, no prazo de 10 (dez) dias, a teor do art. 42, §2º, da Lei nº 9.099/1995. Empós, enviem-se os autos à Turma Recursal, haja vista o Ministério Público já estar ciente da sentença, tendo declinado do prazo recursal (fl. 70). Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2016

ADV: FRANCISCO ANTONIO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 7390/CE), FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 1886/CE) - Processo 0209193-88.2015.8.06.0001 - Embargos à Execução - Contribuições Previdenciárias - EMBARGANTE: 'Estado

do Ceará - EMBARGADA: Francisca Alves Nogueira - Diante do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, devendo a execução, em trâmite nos autos em apenso, amoldar-se aos ditames estabelecidos na presente decisão, com elaboração dos cálculos pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua observando-se os seguintes parâmetros: A - DEVOLUÇÃO DO VALOR DO ABONO DE PERMANÊNCIA: A.1) período de devolução: JAN/04 a DEZ/06; A.2) atualização monetária e juros de mora, de acordo a IGP-M, mês a mês, afastando-se a incidência de juros sobre juros (anatocismo); A.3) aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado em 17/07/2015. Em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com seus respectivos honorários advocatícios. Decorrido o prazo recursal, a presente decisão deverá produzir sua eficácia nos autos em apenso, independentemente de novo despacho, dando-se continuidade à execução com base nos parâmetros aqui estabelecidos, devendo o processo ser encaminhado ao setor de contadoria do fórum para elaboração dos cálculos. Certifique-se o julgamento da presente ação de embargos nos autos do processo nº 0041826-83.2008.8.06.0001. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2016

ADV: FRANCISCO EDONIZETE TAVARES (OAB 6739/CE), RODRIGO MACEDO DE CARVALHO (OAB 15470/CE), RUI BARROS LEAL FARIAS (OAB 16411/CE), RIVANDA DA COSTA SANTOS (OAB 23515/CE) - Processo 0031019-96.2011.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Liminar - REQUERENTE: Vicente Emídio da Silveira Júnior - REQUERIDO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA - Isto posto, julgo EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC (perda superveniente do interesse de agir). Custas processuais já recolhidas. Tendo em vista a solução adotada e não havendo vencedor e vencido, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos advogados. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOSE NUNES RODRIGUES (OAB 10346/CE), FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0123523-58.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Lourdes Bastos Lima - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - A memória de cálculos apresentada às fls. 68 data de 2012. Assim, determino a intimação do exequente para fornecer descrição atualizada do débito. Colacionada a nova planilha de cálculos, promova-se a citação do acionado para, querendo, opor embargos à presente execução, no prazo de 30 (trinta) dias. Exp. Nec. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE), MATTEUS VIANA NETO (OAB 9651/CE) - Processo 0172288-84.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0132329-48.2011.8.06) - Embargos à Execução - Contribuições Previdenciárias - EMBARGANTE: Estado do Ceará - EMBARGADA: Maria Leomar Lopes de Souza - Diante do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, devendo a execução, em trâmite nos autos em apenso, amoldar-se aos ditames estabelecidos na presente decisão, com elaboração dos cálculos pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua observando-se os seguintes parâmetros: A - DEVOLUÇÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (CÓDIGO 0820): A.1) período de devolução: JAN/10 a ABR/11, inclusive contribuição previdenciária descontada das parcelas do 13º (décimo terceiro) salário; A.2) atualização monetária e juros de mora, de acordo a Taxa SELIC, a partir do trânsito em julgado ocorrido em 24 de outubro de 2014 (fls. 94, dos autos em apenso). B - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS: B.1) valor da base de cálculo de R$ 500,00 (quinhentos reais); B.2) índice de correção monetária com base no IPCA e juros moratórios atendo-se aos índices de remuneração básica da caderneta de poupança; B.3) marco inicial da correção monetária a partir de seu arbitramento em 03/09/2015 (fls. 79/91, dos autos em apenso), e, em relação à incidência dos juros de mora, deve ser aplicado a partir do trânsito em julgado, que, no presente caso, materializou-se em 24 de outubro de 2014 (fls. 94, dos autos em apenso). Sem custas, em razão da parte autora ser isenta. Em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com seus respectivos honorários advocatícios. Decorrido o prazo recursal, a presente decisão deverá produzir sua eficácia nos autos em apenso, independentemente de novo despacho, dando-se continuidade à execução com base nos parâmetros aqui estabelecidos, devendo o processo ser encaminhado ao setor de contadoria do fórum para os devidos fins. Certifique-se o julgamento da presente ação de embargos nos autos do processo nº 0132329-48.2011.8.06.0001. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 21 de agosto de 2015. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: MARCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE (OAB 12359/CE) - Processo 0181901-31.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Sindicato dos Oficiais de Justica do Estado do Ceara - Sindojus-ce - REQUERIDO: Estado do Ceará - Diante do exposto e tudo o mais perfunctoriamente examinado, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ora formulado nestes autos. Cite-se o promovido para os devidos fins. Exp. Cabíveis. Fortaleza/CE, 01 de setembro de 2015. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: SILVIA MARIA PIRES DE SOUZA (OAB 5127/CE), MANUEL MARQUES DOS SANTOS (OAB 2687/CE) - Processo 0883371-90.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ALEX HOLANDA CAVALCANTE - REQUERIDO: INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF - MUNICIPIO DE FORTALEZA - Diante do exposto, julgo procedente em parte o pedido autoral, no sentido de confirmar os efeitos da tutela antecipada concedida, condenando o Município de Fortaleza e o Instituto Dr. José Frota na obrigação de fazer, consistente em realizar no autor a cirurgia para a retirada de material de síntese e instalação de fixador externo circular (ilizarov) fornecendo todo o material cirúrgico, além de todos os procedimentos pré e pós operatórios que se fizerem necessários para o efetivo tratamento, conforme prescrição do médico (a) que o acompanha ou vier a acompanhá-lo. Deixo de acolher o pedido de danos morais, posto que não foram devidamente comprovados pelo autor. Sem custas, em face da gratuidade judiciária deferida. Em face da sucumbência recíproca, cada parte arcará com seus respectivos honorários advocatícios. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. P.R.I. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FREDY BEZERRA DE MENEZES (OAB 16374/CE), FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0910601-10.2014.8.06.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: 'Estado do Ceará - EMBARGADA: Leonisse de Souza Mauricio - Isto posto, considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, conheço dos embargos de declaração, por tempestivos, e os deixo de acolher, por não haver na decisão embargada omissão, obscuridade ou contradição, mantendo desta forma, na íntegra, referido decisório, o que faço com fundamento no art. 537 do Código de Processo Civil. P.R.I. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2016

ADV: GILBERTO FABIO EGYPTO DA SILVA JUNIOR (OAB 27834/CE) - Processo 0014310-10.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Licitações - IMPETRANTE: CSN - CORPO DE SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA. - IMPETRADO: Secreatário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - Procurador - Geral do Estado do Ceará - Pregoeiro do Estado do Ceará - 'Estado do Ceará - Diante do exposto, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA formulado e, consequentemente, julgo extinto o processo, sem adentrar no mérito, o fazendo com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado por Certificação Digital

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE), THIAGO CAMARA LOUREIRO (OAB 19245/CE) - Processo 0022907-46.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Maria do Socorro Lima Cardoso - REQUERIDO: Ipm - Instituo de Previdencia do Municipio de Fortaleza - À vista da certidão de fls. 215, intime-se a parte autora, para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que reputar conveniente. Decorrido o prazo assinado sem manifestação, promova-se o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido da parte. Exp. Nec. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0037122-85.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Descontos Indevidos - REQUERENTE: LUCIA MARIA NOGUEIRA MILANEZ - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Encaminhe para intimação da parte apelada apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. " Recebo a apelação em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à instância superior para os devidos fins. "

ADV: FRANCISCO EDONIZETE TAVARES (OAB 6739/CE), HELIO MONTENEGRO COELHO DE ALBUQUERQUE (OAB 6419/CE) - Processo 0041576-50.2008.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Provas - REQUERENTE: Dinel Participacoes Ltda - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Isto posto, estando produzida a prova pericial objeto do presente pedido cautelar, confirmo a decisão liminar de fls. 179 e julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor. Por fim, com supedâneo no Art. 269, inciso I do CPC, declaro extinta a presente ação. Custas processuais já recolhidas. Deixo de condenar o promovido em pagamento de honorários advocatícios, por não existir resistência processual do réu à pretensão do autor. Cumpridas todas as providências, faculto aos interessados a solicitação de certidão, na forma do art. 851 do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FRANCISCO DE ASSIS XAVIER (OAB 24377/CE), GERARDO COELHO FILHO (OAB 3796/CE), LEONARDO QUEIROZ XAVIER (OAB 14476/CE) - Processo 0041681-85.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Planos de Saúde - REQUERENTE: JOSÉ AILSON RABELO DE BRITO - REQUERIDO: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - Diante do exposto, julgo, por sentença, parcialmente procedente o pedido autoral, confirmando os efeitos da tutela antecipada concedida, condenando o ISSEC a custear e autorizar a realização dos serviços de médico anestesiologista, necessários ao procedimento cirúrgico do autor, referente à cirurgia de Tireoidectomia Total, incluindo todas as despesas decorrentes da internação hospitalar, materiais necessários e honorários médicos. Rejeito o pedido de danos morais, pelas razões já expostas. Sem custas, em face da gratuidade judiciária deferida. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com seus respectivos honorários advocatícios. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. P. R. I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito

ADV: MARCELO SAMPAIO SIQUEIRA (OAB 9107/CE), HELIO MONTENEGRO COELHO DE ALBUQUERQUE (OAB 6419/CE) - Processo 0043426-42.2008.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Apis Empreendimentos e Servicos Ltda - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Isto posto, estando produzida a prova pericial objeto do presente pedido cautelar, confirmo a decisão liminar de fls. 116 e julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor. Por fim, com supedâneo no Art. 269, inciso I do CPC, declaro extinta a presente ação. Custas processuais já recolhidas. Condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC. Cumpridas todas as providências, faculto aos interessados a solicitação de certidão, na forma do art. 851 do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE), DAFNE OLIVEIRA ALVES SOUZA (OAB 19214/CE), RICARDO IBIAPINA LIMA (OAB 6920/CE) - Processo 0082507-95.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Jose Aiso Ferreira de Menezes - REQUERIDO: Amc - Autarquia Municipal de Transito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - Diante do exposto e, pelo mais que dos autos consta, por sentença, para que produzam seus jurídicos efeitos, Julgo EXTINTA a presente ação, sem apreciar-lhe o mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC. Sem custas, em face da gratuidade judiciária, que ora defiro. Condeno o autor ao pagamento da verba honorária, que arbitro em 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, suspendendo o pagamento destes ônus por cinco anos, a contar da prolação deste sentença, data em que se encontrará prescrita a obrigação, caso o estado de necessidade dos promoventes ainda subsista, nos termos do art. 3° c/c 12, ambos da Lei n° 1.060/1950. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito

ADV: JANY GEYRE MONTE FEIJAO (OAB 16449/CE), EVELYNE MOREIRA BARBOSA GOMES TEIXEIRA (OAB 18222/CE), RAIMUNDO EDUARDO MOREIRA BARBOSA (OAB 5460/CE), ALCION LEMOS JUNIOR (OAB 7480/CE), FRANCISCO VANDERLI SIQUEIRA CHAVES (OAB 11755/CE) - Processo 0085040-27.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Ademir Soares de Sousa - REQUERIDO: Fundacao de Teleducacao do Estado do Ceara - Funtelc - Diante do exposto, considerando os elementos do processo e tudo o mais que dos presentes autos consta, bem como atenta aos dispositivos constitucionais e legais orientadores da matéria em tablado, julgo improcedente a pretensão formulada pelo promovente Ademir Soares de Sousa. Condeno o autor ao pagamento das custas e da verba honorária, que arbitro em 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, suspendendo o pagamento destes ônus em face da gratuidade judiciária que ora defiro, tudo nos termos do art. 3° c/c 12, ambos da Lei n° 1.060/1950. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de

janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública

ADV: EVANDRO FERREIRA MONTE (OAB 9734/CE), LÍCIO JUSTINO VINHAS DA SILVA (OAB 16959/CE) - Processo 0098668-83.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Jeova Castro de Sousa - REQUERIDO: Estado do Ceara - Diante do exposto e do mais que dos autos costa, julgo EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas, em face da gratuidade judiciária, que ora defiro. Condeno a parte autora ao pagamento da verba honorária, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, caput e §4º, do CPC, suspendendo esta condenação por cinco anos, na forma do art. 12, da Lei nº. 1.060/50. P. R. I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública

ADV: PAULO GERMANO AUTRAN NUNES DE MESQUITA (OAB 18964/CE) - Processo 0107018-79.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Liberação de mercadorias - IMPETRANTE: Setzero Indústria de Calçados Eireli Epp (7 Zero) - IMPETRADO: Coordenador da Catri - Isto posto, considerando os elementos do processo, que a inicial não atende aos requisitos legais e que a hipótese em tablado não abriga direito líquido e certo amparável pelo art. 1º da Lei nº 12.016/09, INDEFIRO a inicial, julgando extinto, sem análise de mérito, o presente processo. Ressalva-se ao impetrante a faculdade de manejar a postulação do direito subjetivo versado na presente demanda em ação ordinária própria que comporte ampla dilação probatória. Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das formalidades legais. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JORGE ALOISIO PIRES (OAB 9982/CE), PEDRO SABOYA MARTINS (OAB 9123/CE), MARTONIO MONT'ALVERNE BARRETO LIMA (OAB 6840/CE), DAVID BRAGA WANDERLEY (OAB 14133/CE) - Processo 0142928-51.2008.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Edital - IMPETRANTE: Mapa Comunicação Visual Ltda. - IMPETRADO: Presidente da Comissão Especial de Licitação do Município de Fortaleza - Prefeita Municipal de Fortaleza - Ante o exposto, julgo extinta a presente demanda, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: ANTONIO JOSE DE MELO CARVALHO (OAB 5438/CE), ANDRE LUIZ SIENKIEVICZ MACHADO (OAB 23316/CE) - Processo 0149214-45.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo - REQUERENTE: João Gomes da Silva Filho - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM - Intime-se a parte exequente, para, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre o documento de fls. 480. Exp. Nec. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ALBANO JOSE ROCHA TEIXEIRA (OAB 24322/CE), DENIVAL ALVES CORREA FILHO (OAB 22396/CE), PAULO MARTINS DOS SANTOS (OAB 19927/CE), JOSEMAR VIANA AGUIAR (OAB 5796/CE) - Processo 0151510-35.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Raimundo Jose Vieira de Assis - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Encaminhe para intimação da parte apelada apreesentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. " Recebo a apelação em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à instância superior para os devidos fins. "

ADV: UBIRATAN FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7915/CE) - Processo 0165013-84.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: Joelson Garcia Batista - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido autoral, confirmando a tutela antecipada concedida, e determinando que o Estado do Ceará forneça à autora a medicação termozolomida 75mg/m2 por dia, durante todos o período de irradiação, bem como complementação terapêutica com a mesma droga na dosagem 200mg/m2 por dia (D1 a D5) a cada 28 dias por 12 meses (fl. 19). Sem custas, em face da isenção legal, conforme Art. 10, I, da Lei 12.381/94. Condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20, §4°, do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA (OAB 10144/CE) - Processo 0182909-43.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Regime Estatutário - REQUERENTE: Antônio Junior Colares Oliveira - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto e tudo o mais perfunctoriamente examinado, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ora formulado nestes autos. Cite-se o promovido para os devidos fins. Exp. Cabíveis. Fortaleza/CE, 02 de setembro de 2015. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ARIANO MELO PONTES (OAB 15593/CE), JOSE MARIA GOMES PEREIRA (OAB 13874/CE) - Processo 0191550-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Alves Pereira - REQUERIDO: Estado do Ceará - Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de JORGE ALVES PEREIRA, confirmando a tutela antecipada concedida, determinando que o ESTADO DO CEARÁ forneça a parte autora a medicação ZYTIGA (Abiraterona), 250 mg, pelo período, ciclos, intervalos e quantidades prescritos pelo médico(a) que o acompanha (fls. 16) ou vier a acompanhá-lo. Deve ser ressaltado que esta decisão envolve prestação positiva do Estado por tempo indeterminado e está embasada em prescrição médica. Assim, em respeito ao controle quanto à destinação das verbas públicas e ao cuidado com a saúde do indivíduo, poderá a Administração, para fins de cumprimento de sua obrigação, exigir da parte autora que apresente, trimestralmente, relatório médico sobre a doença aqui retratada e a necessidade da manutenção da prescrição medicamentosa. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Fixo honorários advocatícios no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos pelo promovido, dado o disposto no Art. 20, §4º do CPC. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, independentemente da interposição de recursos. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FABIO RIVELLI (OAB 297608/SP), DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE) - Processo 0204649-57.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Dívida Ativa não-tributária - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S.a - REQUERIDO: Estado do Ceará - Diante do exposto e pelo mais que consta dos autos, de acordo com a legislação pertinente à matéria em espécie, julgo parcialmente procedente a pretensão autoral formulada para reduzir o valor da multa administrativa imposta para 8.000 (oito mil) UFICERs. Custas e honorários advocatícios recíproca e igualmente distribuídos e compensados na forma do art. 21 do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: DEUSDEDIT RODRIGUES DUARTE (OAB 9316/CE), FRANCISCO JOSE NUNES FREITAS (OAB 13962/CE) - Processo 0205465-39.2015.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Crédito Tributário - IMPETRANTE: Disbece-distribuidora Bebidas & Cereais Ltda - IMPETRADO: Orientador da Célula da Dívida Ativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - Cedat - Diante do exposto, considerando os elementos do processo e tudo o mais que dos presentes autos consta, bem como atenta aos dispositivos legais e jurisprudenciais orientadores da matéria em tablado, DENEGO A SEGURANÇA requestada nesta lide. Sem custas ou honorários (art. 25 da Lei 12.016/2009). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: DIOGO RODRIGUES DE CARVALHO MUSY (OAB 15097/CE) - Processo 0209627-77.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Tereza Alves do Amaral, - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Promova-se a intimação do representante do promovido, ESTADO DO CEARÁ, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 108/109, comprovando o efetivo cumprimento da decisão de fls. 77/79, sob pena de elevação do valor da multa anteriormente fixada e se constituir ato atentatório ao exercício da jurisdição, com fixação de multa a ser paga pelo responsável direto pelo descumprimento, como disposto no art. 14, inciso V e parágrafo único, do CPC, bem como da instauração de procedimento criminal por Delito de Prevaricação, previsto no art. 319, do Código Penal e demais cominações previstas em lei. Exp. Necessários e Urgentes. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ANA PAULA PORFIRIO BARBOSA (OAB 26855/CE), JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE) - Processo 0218823-71.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria da Piedade de Albuquerque Lobo - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - Ipm - Por todo o exposto, presentes os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil, CONCEDO a tutela antecipada pretendida, determinando ao promovido que suste da folha de pagamento da parte autora o desconto da contribuição prevista para assistência à saúde, denominado FORTALEZA SAÚDE - IPM (Cód. 0606), até ulterior deliberação deste Juízo. Intime-se o demandado para imediato cumprimento da presente decisão. Sem prejuízo, considerando a natureza do pedido inicial e à vista da documentação acostada aos autos, entendo ser dispensável a produção de novas provas, razão pela qual reconheço a possibilidade de julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC). Vista dos autos ao Ministério Público para manifestação de mérito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Exps. Necessários. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: MARIA APARECIDA FEITOSA CANDIDO HERCULANO (OAB 9865/CE), MARIA RENA LUCIA MACHADO (OAB 4273/CE) - Processo 0348665-32.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Maria dos Prazeres da Silva Balbino - REQUERIDO: Instituto de Previdencia do Estado do Ceara - Ipec - Diante do exposto, com o descumprimento por parte da autora do disposto no Art. 238, parágrafo único do Código de Processo Civil, extingo o presente feito, sem adentrar no mérito, com fundamento no art. 267, VI, do CPC. Custas pagas às fls. 22. Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública

ADV: EDUARDO MENESCAL (OAB 16996/CE), JOSE GOMES DE PAULA P. RODRIGUES (OAB 7764/CE) - Processo 0364839-19.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Estado do Ceara - REQUERIDO: Jose Fernando da Silva Ribeiro - Intime-se a parte exequente (Estado do Ceará), para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que reputar conveniente. Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, promova-se o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido da parte. Exp. Nec. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: SILVANA MARIA FLORENCIO DE CARVALHO (OAB 6083/CE), JOSE FELICIANO DE CARVALHO (OAB 1094/CE), MARCELO SAVIO FLORENCIO DE CARVALHO (OAB 5610/CE), JOSE JORGE STENIO MOURA DE OLIVEIRA (OAB 4131/CE), JOSE FELICIANO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 4100/CE) - Processo 0375960-44.2000.8.06.0001 - Mandado de Segurança - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - IMPETRANTE: M.dias Branco S/A Comercio e Industria e Outros - Imobiliaria Dias Branco Ltda - Idibra Incorporadora Ltda - IMPETRADO: Secretario Municipal de Financas - Isto posto, considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, conheço os embargos de declaração, por tempestivos, e os deixo de acolher, por não haver, na decisão embargada omissão, obscuridade ou contradição, mantendo desta forma, na íntegra, referido decisório, o que faço com fundamento no art. 537 do Código de Processo Civil. P.R.I. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ANA LUCIA SILVA DE SOUSA (OAB 7366/CE), JOSE WASHINGTON ALVES PINHEIRO (OAB 11288/CE), ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO TEIXEIRA LI (OAB 16516/CE), MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA CARLOS (OAB 10289/CE), MARIA ANDIARA GOMES IZIDORIO (OAB 6656/CE) - Processo 0460337-45.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Erro Médico - REQUERENTE: Webster Winter Pereira Martins - Zenilda Pereira Martins - Raimundo Martins - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Tendo em vista a certidão de óbito de fl. 599, intime-se a parte exequente, por seu advogado, para promover a habilitação do espólio de Raimundo Martins, por seu inventariante. Exp. Nec.

ADV: DEBORA CORDEIRO LIMA LOIOLA (OAB 15314/CE) - Processo 0840461-48.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MIKAELLE DA FROTA DINIZ - REQUERIDO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA - Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão formulada pela promovente, o que faço com arrimo no art. 269, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, em razão da justiça gratuita que ora defiro. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juiz Assinado Por Certificação Digital

ADV: PROCURADOR DO ESTADO - SIMONE MAGALHAES OLIVEIRA (OAB 3/CE), MANOEL OSVALDO FLORENCIO BATISTA (OAB 3776/CE) - Processo 0857591-51.2014.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Provas - REQUERENTE: IMOBILIARIA JOSE CARNEIRO S/A - REQUERIDO: ESTADO DO CEARÁ - Isto posto, estando produzida a prova pericial objeto do presente pedido cautelar, confirmo a decisão liminar de fls. 232 e julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor. Custas processuais já recolhidas. Deixo de condenar o promovido em pagamento de honorários advocatícios, por não existir resistência processual do réu à pretensão do autor. Cumpridas todas as providências, faculto aos interessados a solicitação de certidão, na forma do art. 851 do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOAO REGIS NOGUEIRA MATIAS (OAB 9663/CE) - Processo 0859055-13.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: FRANCISCA DA SILVA MONTEIRO - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão formulada pela promovente, o que faço com arrimo no art. 269, inciso I, c/c o art. 333, inciso I, ambos do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, em razão da justiça gratuita que ora defiro. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito

ADV: JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE), ANA CAROLINA DOS ANJOS DE SOUZA (OAB 18348/CE), PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ- FREDY BEZERRA DE MENEZES (OAB 3/CE) - Processo 0864229-03.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA - REQUERIDO: ESTADO DO CEARÁ - Assim, por entender ser impossível ao Poder Judiciário verificar, quanto ao mérito, os atos do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, como também por não vislumbrar qualquer motivo que viabilize a pretendida anulação da multa imposta, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, com fundamento no art. 269, I, do CPC. Custas já recolhidas. Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios, estes arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do Art. 20, §4º, do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os

autos. P.R.I Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2016

ADV: GILBERTO FABIO EGYPTO DA SILVA JUNIOR (OAB 27834/CE) - Processo 0014310-10.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Licitações - IMPETRANTE: CSN - CORPO DE SEGURANÇA DO NORDESTE LTDA. - IMPETRADO: Secreatário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - Procurador - Geral do Estado do Ceará - Pregoeiro do Estado do Ceará - 'Estado do Ceará - Diante do exposto, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA formulado e, consequentemente, julgo extinto o processo, sem adentrar no mérito, o fazendo com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado por Certificação Digital

ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE), THIAGO CAMARA LOUREIRO (OAB 19245/CE) - Processo 0022907-46.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Maria do Socorro Lima Cardoso - REQUERIDO: Ipm - Instituo de Previdencia do Municipio de Fortaleza - À vista da certidão de fls. 215, intime-se a parte autora, para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que reputar conveniente. Decorrido o prazo assinado sem manifestação, promova-se o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido da parte. Exp. Nec. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0037122-85.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Descontos Indevidos - REQUERENTE: LUCIA MARIA NOGUEIRA MILANEZ - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Encaminhe para intimação da parte apelada apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. " Recebo a apelação em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à instância superior para os devidos fins. "

ADV: HELIO MONTENEGRO COELHO DE ALBUQUERQUE (OAB 6419/CE), FRANCISCO EDONIZETE TAVARES (OAB 6739/CE) - Processo 0041576-50.2008.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Provas - REQUERENTE: Dinel Participacoes Ltda - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Isto posto, estando produzida a prova pericial objeto do presente pedido cautelar, confirmo a decisão liminar de fls. 179 e julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor. Por fim, com supedâneo no Art. 269, inciso I do CPC, declaro extinta a presente ação. Custas processuais já recolhidas. Deixo de condenar o promovido em pagamento de honorários advocatícios, por não existir resistência processual do réu à pretensão do autor. Cumpridas todas as providências, faculto aos interessados a solicitação de certidão, na forma do art. 851 do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FRANCISCO DE ASSIS XAVIER (OAB 24377/CE), GERARDO COELHO FILHO (OAB 3796/CE), LEONARDO QUEIROZ XAVIER (OAB 14476/CE) - Processo 0041681-85.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Planos de Saúde - REQUERENTE: JOSÉ AILSON RABELO DE BRITO - REQUERIDO: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - Diante do exposto, julgo, por sentença, parcialmente procedente o pedido autoral, confirmando os efeitos da tutela antecipada concedida, condenando o ISSEC a custear e autorizar a realização dos serviços de médico anestesiologista, necessários ao procedimento cirúrgico do autor, referente à cirurgia de Tireoidectomia Total, incluindo todas as despesas decorrentes da internação hospitalar, materiais necessários e honorários médicos. Rejeito o pedido de danos morais, pelas razões já expostas. Sem custas, em face da gratuidade judiciária deferida. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com seus respectivos honorários advocatícios. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. P. R. I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito

ADV: HELIO MONTENEGRO COELHO DE ALBUQUERQUE (OAB 6419/CE), MARCELO SAMPAIO SIQUEIRA (OAB 9107/CE) - Processo 0043426-42.2008.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Apis Empreendimentos e Servicos Ltda - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Isto posto, estando produzida a prova pericial objeto do presente pedido cautelar, confirmo a decisão liminar de fls. 116 e julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor. Por fim, com supedâneo no Art. 269, inciso I do CPC, declaro extinta a presente ação. Custas processuais já recolhidas. Condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC. Cumpridas todas as providências, faculto aos interessados a solicitação de certidão, na forma do art. 851 do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: RICARDO IBIAPINA LIMA (OAB 6920/CE), JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE), DAFNE OLIVEIRA ALVES SOUZA (OAB 19214/CE) - Processo 0082507-95.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Jose Aiso Ferreira de Menezes - REQUERIDO: Amc - Autarquia Municipal de Transito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - Diante do exposto e, pelo mais que dos autos consta, por sentença, para que produzam seus jurídicos efeitos, Julgo EXTINTA a presente ação, sem apreciar-lhe o mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC. Sem custas, em face da gratuidade judiciária, que ora defiro. Condeno o autor ao pagamento da verba honorária, que arbitro em 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, suspendendo o pagamento destes ônus por cinco anos, a contar da prolação deste sentença, data em que se encontrará prescrita a obrigação, caso o estado de necessidade dos promoventes ainda subsista, nos termos do art. 3° c/c 12, ambos da Lei n° 1.060/1950. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito

ADV: EVELYNE MOREIRA BARBOSA GOMES TEIXEIRA (OAB 18222/CE), RAIMUNDO EDUARDO MOREIRA BARBOSA (OAB 5460/CE), ALCION LEMOS JUNIOR (OAB 7480/CE), FRANCISCO VANDERLI SIQUEIRA CHAVES (OAB 11755/CE), JANY GEYRE MONTE FEIJAO (OAB 16449/CE) - Processo 0085040-27.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Ademir Soares de Sousa - REQUERIDO: Fundacao de Teleducacao do Estado do Ceara - Funtelc - Diante do exposto, considerando os elementos do processo e tudo o mais que dos presentes autos consta, bem como atenta aos dispositivos constitucionais e legais orientadores da matéria em tablado, julgo improcedente a pretensão formulada pelo promovente Ademir Soares de Sousa. Condeno o autor ao pagamento das custas e da verba honorária, que arbitro em 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC, suspendendo o pagamento destes ônus em face da

gratuidade judiciária que ora defiro, tudo nos termos do art. 3° c/c 12, ambos da Lei n° 1.060/1950. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública

ADV: EVANDRO FERREIRA MONTE (OAB 9734/CE), LÍCIO JUSTINO VINHAS DA SILVA (OAB 16959/CE) - Processo 0098668-83.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Jeova Castro de Sousa - REQUERIDO: Estado do Ceara - Diante do exposto e do mais que dos autos costa, julgo EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas, em face da gratuidade judiciária, que ora defiro. Condeno a parte autora ao pagamento da verba honorária, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, caput e §4º, do CPC, suspendendo esta condenação por cinco anos, na forma do art. 12, da Lei nº. 1.060/50. P. R. I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública

ADV: PAULO GERMANO AUTRAN NUNES DE MESQUITA (OAB 18964/CE) - Processo 0107018-79.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Liberação de mercadorias - IMPETRANTE: Setzero Indústria de Calçados Eireli Epp (7 Zero) - IMPETRADO: Coordenador da Catri - Isto posto, considerando os elementos do processo, que a inicial não atende aos requisitos legais e que a hipótese em tablado não abriga direito líquido e certo amparável pelo art. 1º da Lei nº 12.016/09, INDEFIRO a inicial, julgando extinto, sem análise de mérito, o presente processo. Ressalva-se ao impetrante a faculdade de manejar a postulação do direito subjetivo versado na presente demanda em ação ordinária própria que comporte ampla dilação probatória. Sem custas e sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das formalidades legais. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JORGE ALOISIO PIRES (OAB 9982/CE), PEDRO SABOYA MARTINS (OAB 9123/CE), MARTONIO MONT'ALVERNE BARRETO LIMA (OAB 6840/CE), DAVID BRAGA WANDERLEY (OAB 14133/CE) - Processo 0142928-51.2008.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Edital - IMPETRANTE: Mapa Comunicação Visual Ltda. - IMPETRADO: Presidente da Comissão Especial de Licitação do Município de Fortaleza - Prefeita Municipal de Fortaleza - Ante o exposto, julgo extinta a presente demanda, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: ANTONIO JOSE DE MELO CARVALHO (OAB 5438/CE), ANDRE LUIZ SIENKIEVICZ MACHADO (OAB 23316/CE) - Processo 0149214-45.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo - REQUERENTE: João Gomes da Silva Filho - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM - Intime-se a parte exequente, para, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre o documento de fls. 480. Exp. Nec. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOSEMAR VIANA AGUIAR (OAB 5796/CE), DENIVAL ALVES CORREA FILHO (OAB 22396/CE), ALBANO JOSE ROCHA TEIXEIRA (OAB 24322/CE), PAULO MARTINS DOS SANTOS (OAB 19927/CE) - Processo 0151510-35.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Raimundo Jose Vieira de Assis - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua: Encaminhe para intimação da parte apelada apreesentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. " Recebo a apelação em seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à instância superior para os devidos fins. "

ADV: UBIRATAN FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7915/CE) - Processo 0165013-84.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: Joelson Garcia Batista - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido autoral, confirmando a tutela antecipada concedida, e determinando que o Estado do Ceará forneça à autora a medicação termozolomida 75mg/m2 por dia, durante todos o período de irradiação, bem como complementação terapêutica com a mesma droga na dosagem 200mg/m2 por dia (D1 a D5) a cada 28 dias por 12 meses (fl. 19). Sem custas, em face da isenção legal, conforme Art. 10, I, da Lei 12.381/94. Condeno o promovido ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20, §4°, do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA (OAB 10144/CE) - Processo 0182909-43.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Regime Estatutário - REQUERENTE: Antônio Junior Colares Oliveira - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto e tudo o mais perfunctoriamente examinado, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ora formulado nestes autos. Cite-se o promovido para os devidos fins. Exp. Cabíveis. Fortaleza/CE, 02 de setembro de 2015. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: ARIANO MELO PONTES (OAB 15593/CE), JOSE MARIA GOMES PEREIRA (OAB 13874/CE) - Processo 0191550-20.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Alves Pereira - REQUERIDO: Estado do Ceará - Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de JORGE ALVES PEREIRA, confirmando a tutela antecipada concedida, determinando que o ESTADO DO CEARÁ forneça a parte autora a medicação ZYTIGA (Abiraterona), 250 mg, pelo período, ciclos, intervalos e quantidades prescritos pelo médico(a) que o acompanha (fls. 16) ou vier a acompanhá-lo. Deve ser ressaltado que esta decisão envolve prestação positiva do Estado por tempo indeterminado e está embasada em prescrição médica. Assim, em respeito ao controle quanto à destinação das verbas públicas e ao cuidado com a saúde do indivíduo, poderá a Administração, para fins de cumprimento de sua obrigação, exigir da parte autora que apresente, trimestralmente, relatório médico sobre a doença aqui retratada e a necessidade da manutenção da prescrição medicamentosa. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Fixo honorários advocatícios no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos pelo promovido, dado o disposto no Art. 20, §4º do CPC. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, independentemente da interposição de recursos. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE), FABIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0204649-57.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Dívida Ativa não-tributária - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S.a - REQUERIDO: Estado do Ceará - Diante do exposto e pelo mais que consta dos autos, de acordo com a legislação pertinente à matéria em espécie, julgo parcialmente procedente a pretensão autoral formulada para reduzir o valor da multa administrativa imposta para 8.000 (oito mil) UFICERs. Custas e honorários advocatícios recíproca e igualmente distribuídos e compensados na forma do art. 21 do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: FRANCISCO JOSE NUNES FREITAS (OAB 13962/CE), DEUSDEDIT RODRIGUES DUARTE (OAB 9316/CE) - Processo 0205465-39.2015.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Crédito Tributário - IMPETRANTE: Disbece-distribuidora Bebidas & Cereais Ltda - IMPETRADO: Orientador da Célula da Dívida Ativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - Cedat - Diante do exposto, considerando os elementos do processo e tudo o mais que dos presentes autos consta, bem como atenta aos dispositivos legais e jurisprudenciais orientadores da matéria em tablado, DENEGO A SEGURANÇA requestada nesta lide. Sem custas ou honorários (art. 25 da Lei 12.016/2009). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.

Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: DIOGO RODRIGUES DE CARVALHO MUSY (OAB 15097/CE) - Processo 0209627-77.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Tereza Alves do Amaral, - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Promova-se a intimação do representante do promovido, ESTADO DO CEARÁ, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 108/109, comprovando o efetivo cumprimento da decisão de fls. 77/79, sob pena de elevação do valor da multa anteriormente fixada e se constituir ato atentatório ao exercício da jurisdição, com fixação de multa a ser paga pelo responsável direto pelo descumprimento, como disposto no art. 14, inciso V e parágrafo único, do CPC, bem como da instauração de procedimento criminal por Delito de Prevaricação, previsto no art. 319, do Código Penal e demais cominações previstas em lei. Exp. Necessários e Urgentes. Fortaleza, 25 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE), ANA PAULA PORFIRIO BARBOSA (OAB 26855/CE) - Processo 0218823-71.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria da Piedade de Albuquerque Lobo - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - Ipm - Por todo o exposto, presentes os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil, CONCEDO a tutela antecipada pretendida, determinando ao promovido que suste da folha de pagamento da parte autora o desconto da contribuição prevista para assistência à saúde, denominado FORTALEZA SAÚDE - IPM (Cód. 0606), até ulterior deliberação deste Juízo. Intime-se o demandado para imediato cumprimento da presente decisão. Sem prejuízo, considerando a natureza do pedido inicial e à vista da documentação acostada aos autos, entendo ser dispensável a produção de novas provas, razão pela qual reconheço a possibilidade de julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC). Vista dos autos ao Ministério Público para manifestação de mérito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Exps. Necessários. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: MARIA RENA LUCIA MACHADO (OAB 4273/CE), MARIA APARECIDA FEITOSA CANDIDO HERCULANO (OAB 9865/CE) - Processo 0348665-32.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Maria dos Prazeres da Silva Balbino - REQUERIDO: Instituto de Previdencia do Estado do Ceara - Ipec - Diante do exposto, com o descumprimento por parte da autora do disposto no Art. 238, parágrafo único do Código de Processo Civil, extingo o presente feito, sem adentrar no mérito, com fundamento no art. 267, VI, do CPC. Custas pagas às fls. 22. Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC. P.R.I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública

ADV: JOSE GOMES DE PAULA P. RODRIGUES (OAB 7764/CE), EDUARDO MENESCAL (OAB 16996/CE) - Processo 0364839-19.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Estado do Ceara - REQUERIDO: Jose Fernando da Silva Ribeiro - Intime-se a parte exequente (Estado do Ceará), para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que reputar conveniente. Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, promova-se o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido da parte. Exp. Nec. Fortaleza, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOSE FELICIANO DE CARVALHO (OAB 1094/CE), MARCELO SAVIO FLORENCIO DE CARVALHO (OAB 5610/CE), SILVANA MARIA FLORENCIO DE CARVALHO (OAB 6083/CE), JOSE FELICIANO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 4100/CE), JOSE JORGE STENIO MOURA DE OLIVEIRA (OAB 4131/CE) - Processo 0375960-44.2000.8.06.0001 - Mandado de Segurança - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - IMPETRANTE: M.dias Branco S/A Comercio e Industria e Outros - Imobiliaria Dias Branco Ltda - Idibra Incorporadora Ltda - IMPETRADO: Secretario Municipal de Financas - Isto posto, considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, conheço os embargos de declaração, por tempestivos, e os deixo de acolher, por não haver, na decisão embargada omissão, obscuridade ou contradição, mantendo desta forma, na íntegra, referido decisório, o que faço com fundamento no art. 537 do Código de Processo Civil. P.R.I. Fortaleza/CE, 26 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: MARIA DA CONCEICAO OLIVEIRA CARLOS (OAB 10289/CE), ANA LUCIA SILVA DE SOUSA (OAB 7366/CE), ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO TEIXEIRA LI (OAB 16516/CE), JOSE WASHINGTON ALVES PINHEIRO (OAB 11288/CE), MARIA ANDIARA GOMES IZIDORIO (OAB 6656/CE) - Processo 0460337-45.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Erro Médico - REQUERENTE: Webster Winter Pereira Martins - Zenilda Pereira Martins - Raimundo Martins - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Tendo em vista a certidão de óbito de fl. 599, intime-se a parte exequente, por seu advogado, para promover a habilitação do espólio de Raimundo Martins, por seu inventariante. Exp. Nec.

ADV: DEBORA CORDEIRO LIMA LOIOLA (OAB 15314/CE) - Processo 0840461-48.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MIKAELLE DA FROTA DINIZ - REQUERIDO: MUNICÍPIO DE FORTALEZA - Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão formulada pela promovente, o que faço com arrimo no art. 269, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, em razão da justiça gratuita que ora defiro. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juiz Assinado Por Certificação Digital

ADV: PROCURADOR DO ESTADO - SIMONE MAGALHAES OLIVEIRA (OAB 3/CE), MANOEL OSVALDO FLORENCIO BATISTA (OAB 3776/CE) - Processo 0857591-51.2014.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas - Provas - REQUERENTE: IMOBILIARIA JOSE CARNEIRO S/A - REQUERIDO: ESTADO DO CEARÁ - Isto posto, estando produzida a prova pericial objeto do presente pedido cautelar, confirmo a decisão liminar de fls. 232 e julgo PROCEDENTE o pedido formulado pelo autor. Custas processuais já recolhidas. Deixo de condenar o promovido em pagamento de honorários advocatícios, por não existir resistência processual do réu à pretensão do autor. Cumpridas todas as providências, faculto aos interessados a solicitação de certidão, na forma do art. 851 do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I. Fortaleza/CE, 29 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: JOAO REGIS NOGUEIRA MATIAS (OAB 9663/CE) - Processo 0859055-13.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: FRANCISCA DA SILVA MONTEIRO - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão formulada pela promovente, o que faço com arrimo no art. 269, inciso I, c/c o art. 333, inciso I, ambos do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, em razão da justiça gratuita que ora defiro. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito

ADV: ANA CAROLINA DOS ANJOS DE SOUZA (OAB 18348/CE), JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO (OAB 24196/CE), PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ- FREDY BEZERRA DE MENEZES (OAB 3/CE) - Processo 0864229-03.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA - REQUERIDO: ESTADO DO CEARÁ - Assim, por entender ser impossível ao Poder Judiciário verificar, quanto ao mérito, os atos do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, como também por não vislumbrar qualquer motivo que viabilize a pretendida anulação da multa imposta, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, com fundamento no art. 269, I, do CPC. Custas já recolhidas. Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios, estes

arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do Art. 20, §4º, do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016. Joriza Magalhães Pinheiro Juíza de Direito Assinado Por Certificação Digital

EXPEDIENTES DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2016

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE), MARCO AURELIO MONTENEGRO GONCALVES (OAB 3549/CE), GERARDO COELHO FILHO (OAB 3796/CE) - Processo 0001556-46.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Inclusão de Dependente - REQUERENTE: Antonio Andrade Ribeiro Junior - Gerusa Monteiro Ribeiro - REQUERIDO: Issec - Instituto de Saude dos Servidores do Estado do Ceara - Feito esse breve relato. Decido. Ante a integral quitação da obrigação da executada, tem-se por satisfeita a execução, pelo que declaro-a extinta, com arrimo no artigo 794, I, do Código de Processo Civil. Após o pagamento das custas processuais, se for o caso, expeça-se o alvará para a parte exequente, salientando que o valor a ser liberado se encontra dentro da faixa de isenção para fins de recolhimento do IRPF. Cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. Publique-se.Registre-se.Intimem-se.

ADV: FERNANDO ANTONIO TEIXEIRA TAVORA (OAB 4955/CE), FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE) - Processo 0030567-86.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Descontos Indevidos - REQUERENTE: RITA GESSILAIDE LUSTOSA DE BARROS - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Isso posto, considerando a doutrina e a jurisprudência atinentes à espécie, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o Estado do Ceará a RESTITUIR a Autora os valores indevidamente descontados, cujo marco deve ser contado a partir de 90 (noventa) dias após a data do afastamento (29 de outubro de 2008), referente à matrícula nº. 191708-1-0, até a efetiva sustação dos descontos previdenciários, assegurando-se ao vencedor a percepção dos valores com os acréscimos legais adiante expendido. Com referência à forma de atualização do quatum debeatur, cumpre informar tratar-se de crédito tributário, não sendo o caso, portanto, conforme alegou o requerido, de aplicação da Lei n.º11.960/2009, pois dita norma, segundo orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, somente é aplicável em crédito de natureza não-tributária. Para tanto, destaco os seguintes precedentes a evidenciar que a atualização do crédito deverá ser feita nos mesmos moldes da cobrança do crédito tributário pela Fazenda Pública: i) Em relação à aplicação da Taxa SELIC, a Primeira Seção/STJ, ao apreciar o REsp 879.844/MG (Rel. Min. Luiz Fux, Dje de 11.11.2009), aplicando a sistemática prevista no art.543-C do CPC, confirmou a orientação no sentido de que "a Taxa Selic é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, diante da inexistência de Lei Estadual que determina a adoção dos mesmos critérios adotados na correção dos débitos fiscais federais." ii) Na restituição de tributos estaduais ou municipais a taxa de juros de mora, "deve, por analogia e isonomia à que incide sobre os correspondentes débitos tributários estaduais ou municipais pagos com atraso; e a taxa de juros incidente sobre esses débitos deve ser de 1% ao mês, a não ser que o legislador, utilizando a reserva de competência prevista no §1º do art. 161 do CTN, disponha de modo diverso." (STJ - REsp 1.111.189/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 13.5.2009, DJ de 25.5.2009). iii) No que tange à aplicação da taxa Selic, estabelece o §4º, do artigo 39, da Lei n.º 9.250/95, que "a partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou a restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic." iv) A taxa Selic é o valor apurado no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, mediante cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia e reflete, basicamente, as condições instantâneas de liquidez no mercado monetário e se decompõe em taxa de juros reais e taxa de inflação no período considerado, razão pela qual não pode ser aplicada cumulativamente com outros índices de reajustamento, como por exemplo, com UFIR, o IPC e o INPC. (STJ - REsp n.º1.136.733/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 13/1/0/2010). v) A orientação prevalente na Primeira Seção do STJ, com relação à incidência de juros da restituição de indébito tributário pode ser sintetizada da seguinte forma: (a) antes do advento da lei n.º9.250/95, incidia a correção monetária desde o pagamento indevido até a restituição ou compensação (Súmula 162/STJ), acrescida de juros de mora a partir do trânsito em julgado (Súmula 188/STJ), nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN; (b) após a edição da Lei 9.250, aplica-se a taxa SELIC desde o recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.01.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real. (STJ - REsp n.º 640.770/MG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 23.08.2004). Por essa razão, no tocante à restituição do indébito tributário pleiteado nesta ação, observar-se-ão as seguintes diretrizes: i) a atualização do débito tomará por base os mesmos índices oficiais utilizados pela Fazenda Pública para a cobrança de suas dívidas tributárias; ii) os juros de mora incidirão a partir do trânsito em julgado desta sentença (STJ - Súmula 188). Em razão da sucumbência, condeno o Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R$1.000,00 (mil reais), na forma do art. 20, caput e seu § 4º, do CPC, isentando-o quanto ao pagamento das custas processuais por expressa disposição legal (artigo 4º, inciso I, da Lei 15.834/2015). A presente ação não está sujeita ao reexame necessário, uma vez que a condenação não ultrapassa valor correspondente a sessenta (60) salários mínimos, além de a decisão estar fundamentada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (§ 2º do artigo 475 do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: DAVID MOREIRA LEITE (OAB 18021/CE), LILIANE SONSOL GONDIM (OAB 11744/CE), MARCELO CAPISTRANO CAVALCANTE (OAB 25293/CE) - Processo 0042543-22.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0135059-61.2013.8.06) (processo principal 0135059-61.2013.8.06) - Impugnação ao Valor da Causa - Prova de Títulos - IMPUGNANTE: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - Arce - IMPUGNADO: Patrick Pinheiro Pessoa de Andrade - Por essa razão, conheço dos embargos de declaração tão somente para reconhecer o erro material na exposição fática quanto ao apontamento do valor atribuído à causa, de forma que promovo a correção do texto do último parágrafo da peça de fls. 11 da seguinte forma: (...) No caso em tela, a impugnação refere-se à ação que visa, em síntese, compelir a parte adversa a conferir ao candidato 0,55 (cinquenta e cinco décimos), referentes aos títulos apresentados, ou que seja determinada a reserva de vaga para o autor até o trânsito em julgado da sentença, em que o promovente atribui à causa o valor de R$100.000,00 (cem mil reais), enquanto o impugnante entende que o referido valor não reflete o benefício que aquela almeja obter. (...). No mais, mantenho incólume o provimento de fls.11/14. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: LICIO JUSTINO VINHAS DA SILVA (OAB 16959/CE) - Processo 0068656-52.2009.8.06.0001 (apensado ao processo 0039430-02.2009.8.06) - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Ronaldo Lopes Sales - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - R.H. Em despacho de página 435, foi deferido o pedido de realização de perícia, nos termos postulados pelo réu, tendo sido oficiado à Secretaria de Saúde do Estado para indicação de profissional médico com a

especialidade em Psiquiatria, a qual informou, através do ofício de página 441, não ter condições de atender a perícia solicitada por não constar em seu corpo clínico, a especialidade de perito forense. Diante das informações das partes, através das petições de páginas 440 e 444, determino a expedição de ofício ao Ilmo. Senhor Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho, da Coordenadoria de Perícias Médicas do Estado do Ceará, com endereço na Av. Oliveira Paiva, 941, Cidade dos Funcionários, CEP: 60.822-130, no sentido de indicar a este juízo, em dez dias, profissional médico, com especialidade em Psicologia, a fim de exercer o múnus de perito judicial. Intime-se o Estado do Ceará para apresentar, no prazo de dez dias, os quesitos, facultando-se-lhe a indicação de seu assistente técnico. Expedientes necessários.

ADV: ANDRE LIMA SOUSA (OAB 32709/CE) - Processo 0106349-26.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - IMPETRANTE: Maq Lav Beneficiamento Textil Ltda - IMPETRADO: Secretário de Finanças do Município de Fortaleza - R.h. Recebo a petição inicial no seu plano formal. A análise da liminar será feita após o decurso do prazo para as informações da autoridade apontada como coatora, mormente porque não antevejo elementos fáticos a indicar que a sua apreciação, após a formação do contraditório, acarretará a ineficácia da medida postulada. Notifique-se a autoridade impetrada para prestar, querendo, no decêndio legal, as informações que entender necessárias ao presente remédio heroico. Cientifique-se, nos termos da lei, a Procuradoria Judicial do Município de Fortaleza (CE). Expedientes necessários.

ADV: VALDECY DA COSTA ALVES (OAB 10517/CE) - Processo 0124004-55.2009.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Claudecir Lima de Castro - Geane Dias Fernandes Pontes - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Isso posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido autoral contido na inicial do presente feito, o que faço com base no artigo 269, I, do Código de Processo Civil.Condeno os promoventes ao pagamento pro rata das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados, de acordo com o disposto no art. 20, §4º do Código de Processo Civil, equitativamente em R$500,00 (quinhentos reais); observando-se contudo, que a exigibilidade dos referidos créditos deve ser suspensa, em obséquio ao disciplinado no artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado da presente sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: JOSE AURILO CAVALCANTE LIMA (OAB 2694/CE), JOAO CARLOS BRAGA LEITAO (OAB 4688-0/CE), LILIAN TELES CAMILO DE ALBUQUERQUE (OAB 17666/CE), MARCUS CLAUDIUS SABOIA RATTACASO (OAB 16789/CE), ROGERS TEIXEIRA BASTOS (OAB 20047/CE) - Processo 0138828-48.2011.8.06.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR - 'Estado do Ceará - REQUERIDO: Luiz Augusto Vieira (Espólio de Júlia Machado Vieira) - R.H. Compulsando os presentes autos, constato a existência da sentença de fls.128/132, por meio da qual se homologou instrumento de acordo, resultando, com isso, na extinção do presente processo com resolução do mérito na forma do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Após a prolação da sentença de mérito, a parte expropriante colacionou aos autos a petição de fls. 142/143, instruindo-a com os documentos de fls. 144/149, através da qual noticia a necessidade de ampliação da área a ser expropriada, informando os novos limites e especificações do objeto da desapropriação. Para tanto, juntou aos autos novo laudo em que apresenta a avaliação do imóvel para o fim do objeto pretendido no valor de R$348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais). A priori, não antevejo a possibilidade jurídica de prosseguimento da ação com o fim de se efetivar desapropriação de área complementar daquela inicial indicada como de interesse público, especialmente por ter ocorrido o exaurimento da prestação jurisdicional por parte deste Órgão jurisdicional. Por essa razão, antes de analisar o pedido em apreço, entendo prudente ouvir o o Ministério Público sobre a matéria em tablado, concedendo-lhe o prazo de trinta dias para tal desiderato. Intimem-se. Expediente necessário.

ADV: JOSINES MARQUES DE FREITAS (OAB 15012/CE), DANIEL MAIA TEXEIRA (OAB 17118/CE) - Processo 0169670-11.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Adriano Leitinho Campos - Denise Sousa Castelo - Roberta Madeira Quaranta - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Isso posto, julgo PROCEDENTE a presente ação, com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, no sentido de condenar o Estado do Ceará a pagar aos Autores as diferenças vencimentais previstas no artigo 37 da Lei Complementar n.º06/1997, desde a data de cumprimento de seus estágios probatórios, conforme apontado na petição inicial, sem prejuízo do pagamento das parcelas vincendas do decorrer desta ação, assegurando-se-lhes, inclusive, a atualização dos créditos, nos termos da Lei n.º11.960/2009, sendo que os juros de mora incidirão a partir da citação (CPC, art.219). Em razão da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), na forma do art. 20, caput e seu § 4º, do CPC, isentando-o quanto ao pagamento das custas processuais por expressa disposição legal (artigo 4º, inciso I, da Lei n.º15.834/2015). A presente sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição, conforme determina o artigo 475 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: DANIEL FEITOSA DE MENEZES (OAB 17795/CE), EVERTON LUIS GURGEL SOARES (OAB 15336/CE) - Processo 0178645-80.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Funcionamento de Estabelecimentos Empresariais - REQUERENTE: DDR SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA - ME - REQUERIDO: Município de Fortaleza - R.H. Tomo conhecimento do Agravo interposto contra decisão interlocutória proferida nesta demanda às páginas 221/226, conforme noticia o requerente, em petição de página 230, instruída com a cópia do referido recurso. Mantenho a decisão agravada pelos próprios fundamentos ali expostos, determinando o encaminhamento dos autos ao representante do Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: ADRIANO PASCARELLI AGRELLO (OAB 12792/CE), RENATO VILARDO DE MELLO CRUZ (OAB 18311/CE), MARCELO DE MELO BRASIL FILHO (OAB 7982/CE) - Processo 0185697-98.2013.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Liminar - IMPETRANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE COVÊNIOS HOM LTDA - EMBRATEC - IMPETRADO: SR. PREGOEIRO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ - ROBISON DE BORBA E VELOSO - 'Estado do Ceará - R.h. Intime-se o Pregoeiro da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará para que cumpra, no prazo de dez dias, o que lhe fora requisitado no despacho de fls.333, sob pena de aplicação de multa diária no importe de R$1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de aferição de sua conduta nas esferas penal e administrativa. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MARINHO (OAB 3842/CE), MATTEUS VIANA NETO (OAB 9651/CE), JOSE DIRKSON DE FIGUEIREDO XAVIER (OAB 6949/CE), FRANCISCO ERNESTO MATOS GURGEL DO AMARAL (OAB 5952/CE), GERMANO VIEIRA DA SILVA (OAB 20951/CE) - Processo 0195881-16.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0153440-49.2015.8.06) - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: 'Estado do Ceará - REQUERIDA: Maria do Carmo Coelho Santiago - Recebidos hoje. Tendo em vista a petição de página 792, proceda a Secretaria Única da Fazenda Pública com a renovação do oficio de página 787, desta feita conforme informações prestadas na petição suso mencionada. Expedientes necessários.

ADV: GERARDO COELHO FILHO (OAB 3796/CE) - Processo 0212584-22.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CLEISON PEREIRA DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos,

hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pleito autoral, com resolução do mérito, ratificando a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, a fim de determinar que o promovido ponha à disposição, 5 (cinco) sessões semanais de fisioterapia até a total reabilitação cinético-funcional do autor, sem limitações quantitativas, quer sejam semanais, mensais ou mesmo anuais, nas quantidades indicadas pelo profissional que o acompanha, o que faço com espeque no art. 269, inciso I, do CPC. Em razão da sucumbência, considerando que o promovido está vinculado à mesma pessoa jurídica de direito público que patrocina o funcionamento da augusta Defensoria Pública, abstenho-me de condená-lo ao pagamento dos honorários, a teor da orientação constante na Súmula 421/STJ; isentando-o, ainda, quanto ao pagamento das custas processuais por expressa disposição legal (artigo 4º, inciso I, da Lei n.º15.834/2015). A sentença não está sujeita ao reexame necessário, uma vez que a condenação não ultrapassa valor correspondente e (60) sessenta salários mínimos, além de a decisão estar fundamentada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (§2º do artigo 475 do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GERMANO VIEIRA DA SILVA (OAB 20951/CE), PROCURADOR DO ESTADO DO CEARÁ - MARLEY CABRAL COUTINHO (OAB 3/CE) - Processo 0407217-38.2010.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Desapropriação - REQUERENTE: Estado do Ceara - REQUERIDO: Planos Tecnicos do Brasil Ltda - R.h. O decurso do prazo postulado na peça de fls.283 já decorreu, de forma que o pleito perdeu seu objeto. No mais, considerando os compromissos assumidos por ambas as partes quando da celebração do acordo extrajudicial de desapropriação, não há como deixar de reconhecer que as condições pactuadas devem ser regularmente cumpridas pelos transacionantes. Por essa razão, determino a intimação do Estado do Ceará para que cumpra a obrigação de fazer assumida no referido instrumento sinalagmático, no prazo de trinta dias, consistente no depósito em juízo da parcela de R$1.231.000,00 (um milhão duzentos e trinta e um mil reais), devidamente corrigidos, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais). Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ NEWTON MONTENEGRO FILHO (OAB 4985/CE), JOSE CAMINHA DE OLIVEIRA (OAB 4993/CE), ADRIANO BEZERRA CAMINHA DE OLIVEIRA (OAB 15494/CE), LUCIA MARIA CRUZ SOUSA (OAB 3174/CE), CARLOS NIKOLAI ARAUJO HONCY (OAB 15368/CE) - Processo 0677775-03.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0874904-25.2014.8.06) - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Adairtes Lima Filho - Antonio Andrade dos Santos - Elenir da Silva Dias - Elania da Silva Dias - Pedro Tome Dias - REQUERIDO: Dert - Departamento de Edificacoes Rodovias e Transportes do Estado do Ceara - Ante a integral quitação da obrigação da executada, tem-se por satisfeita a execução, pelo que a declaro extinta, com arrimo no art. 794, I, do Código de Processo Civil, salientando não haver fato gerador de incidência de IRPF, por tratar-se de indenização por moral. Cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. Publique-se.Registre-se.Intimem-se.

ADV: CROACI AGUIAR (OAB 5923/CE) - Processo 0873176-46.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: TERESINHA AGUIAR LOPES - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, à vista dos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, com espeque no art. 269, inciso I, do CPC, hei por bem JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito do autor, com resolução do mérito, ratificando a decisão antecipatória de tutela anteriormente concedida, para que lhe seja fornecido o medicamento RITALINA LA 20mg/dia e RESPIDON 1mg/dia, continuamente, por tempo indeterminado, conforme prescrição médica. No mais, julgo improcedente o pedido de reparação de dano moral. Considerando terem as partes sucumbido na mesma proporção, abstenho-me de fixar os honorários, em face da compensação. Ademais, ainda que se admitisse a hipótese de o autor ter decaído minimamente do pedido, há de se ponderar estar assistido pela Defensoria Pública, órgão integrante da estrutura do próprio requerido, devendo prevalecer a orientação do enunciado da Súmula 421 do STJ. Com referência às custas processuais, condeno o promovente ao pagamento de metade do valor devido, suspendendo, no entanto, a exigibilidade do crédito, na forma do artigo 12 da Lei n.º1060/50. Quanto ao Estado do Ceará, deveria arcar com o pagamento da outra metade, porém isento-o dessa obrigação, em razão da norma estatuída no artigo 4º, inciso I, da Lei 15.834/2015. A sentença não se sujeita ao reexame necessário, uma vez que a condenação não ultrapassa valor correspondente e (60) sessenta salários mínimos, além de a decisão estar fundamentada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (§2º do artigo 475 do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: EDUARDO MENESCAL (OAB 16996/CE), SAMARA OLIVEIRA PAIVA KIODI (OAB 23175/CE) - Processo 0885250-35.2014.8.06.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: 'Estado do Ceará - EMBARGADA: Samara Oliveira Paiva Kiodi - ADVOGADA: Samara Oliveira Paiva Kiodi - Por fim, determino que seja expedida a REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR, considerando que se trata de quantia inferior a R$5.100,00 (cinco mil e cem reais), valor máximo exigido pelo Estado do Ceará para pagamento por meio de RPV, de acordo com a Lei Estadual nº 13.105/01. Expedientes necessários

ADV: BRUNO QUEIROZ RABELO (OAB 21041/CE), JOSE GOMES DE PAULA P. RODRIGUES (OAB 7764/CE), JOAO ROBERTO LEITAO DE ALBUQUERQUE MELO (OAB 30771/CE) - Processo 0920711-68.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Atos Administrativos - REQUERENTE: Tap Transportes Aereos Portugueses S/A - REQUERIDO: Estado do Ceará - Recebidos hoje.Recebo o recurso de apelação de páginas 328/335, porquanto tempestivo, apenas em seu efeito devolutivo, haja vista o disposto no artigo 520, VII do Código de Processo Civil.Intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.Empós, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da apelada, encaminhem-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça.Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0081/2016

ADV: CLAUDIO LOPES MELO (OAB 20782/CE), ELY DO AMPARO CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 9731/CE), LIDIANY MANGUEIRA SILVA (OAB 11003/CE), JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE), FRANKLIN FREIRE DANTAS (OAB 15044/CE), ANDREA JOYCE DE CASTRO PETER (OAB 31548/CE) - Processo 0142091-49.2015.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Juliana Barros Mendes - Lorena Rocha Pires de Carvalho Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Instituto de Previdencia do Municipio - Ipm - R.H. Verifico que razão assiste à autora em seu petitório de fls.156, porquanto não fora analisada tempestivamente a petição de fls.111, na qual foi feito pedido de substabelecimento para os advogados elencados no instrumento procuratório de fls.112. Isso posto, defiro a petição de fls.111 e determino que a Secretaria Judiciária faça a devida atualização dos nomes dos representantes

judiciais das autoras. Recebo o Recurso Inominado de fls.157/165 em seu duplo efeito. À parte contrária para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo acima, com ou sem a apresentação de contrarrazões, remetamse os presentes autos à E. Turma Recursal. À Secretaria Judiciária de 1º Grau das Varas da Fazenda Pública para cumprir o(s) expediente(s) oriundo(s) da presente decisão. Fortaleza (CE), 07 de janeiro de 2016

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0082/2016

ADV: BRUNO MURILO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 27480/CE) - Processo 0208019-44.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Railda Monteiro Santos - REQUERIDO: Estado do Ceará - Relação :0013/2016 Data da Disponibilização: 14/01/2016 Data da Publicação: 15/01/2016 Número do Diário: 1358 Página: 220/222

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0083/2016

ADV: BRUNO MURILO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 27480/CE) - Processo 0208019-44.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Railda Monteiro Santos - REQUERIDO: Estado do Ceará - Vistos em erro material. No despacho de fls. 54, onde se lê “intime-se o promovente” lêia-se “ intime-se o promovido”, permanecendo o restante tal qual foi lançado. Consequência jurídica torno sem feito as certidões de fls. 55/56. À Secretaria Judiciária. Fortaleza, 20 de janeiro de 2016

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0084/2016

ADV: IRENE SOARES LACERDA (OAB 25870/CE) - Processo 0103136-12.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Irene Soares Lacerda - REQUERIDO: Estado do Ceará - ADVOGADA: Irene Soares Lacerda - R.H. Cuidam os autos de Ação Ordinária aforada pela requerente, Irene Soares Lacerda, advogando em causa própria, em face do Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, consoante exordial e documentação anexa, pleiteando honorários advocatícios. Por tramitar o feito à luz da Lei 12.153/2009 a designação de audiência é medida que se impõe, razão pela qual designo a data de 10/03/2016, às 10:15 horas, para a realização da Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento a se realizar na sala de audiências deste juízo, restando cientificadas as partes que, não obtida a conciliação, procederse-á imediatamente à instrução e ao julgamento, nos termos do art. 27 da Lei 9.099/1995. Cite-se e intimem-se as partes em litígio para comparecerem ao ato audiencial e do inteiro teor desta decisão, esclarecendo que o não comparecimento da parte autora poderá acarretar a extinção do processo sem resolução de mérito nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Intime-se o Ministério Público para ciência do referido ato audiencial, inclusive com o fim de manifestar eventual interesse no objeto da presente ação. No tocante ao pedido de gratuidade judicial, levando em consideração o art. 54 da Lei n.º 9.099/95 que garante ao jurisdicionado o acesso ao Juizado independente do pagamento de custas, em primeiro grau, reservo-me para apreciar referida solicitação em outra oportunidade. Providencie a Secretaria Única os expedientes acima determinados, com observância à norma inscrita no art. 7º da Lei 12.153/2009, que prescreve que a citação para a audiência deverá ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Fortaleza, 18 de janeiro de 2016. Paulo de Tarso Pires Nogueira Juiz de Direito

ADV: RENATO VILARDO DE MELLO CRUZ (OAB 18311/CE), OSEAS DE SOUZA RODRIGUES FILHO (OAB 21600/CE) - Processo 0131050-85.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Transferência ex-officio para reserva - REQUERENTE: Manoel Ozamir e Vasconcelos - REQUERIDO: Estado do Ceará - VISTOS ETC, Recebo o Recurso Inominado em seu duplo efeito. À parte contrária para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo acima, com ou sem a apresentação de contrarrazões, remetam-se os presentes autos à E. Turma Recursal. À Secretaria Judiciária de 1º Grau das Varas da Fazenda Pública para cumprir o(s) expediente(s) oriundo(s) da presente decisão. Fortaleza (CE), 21 de janeiro de 2015. Paulo de Tarso Pires Nogueira - Juiz de Direito resp. -

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0085/2016

ADV: VITOR MANOEL CHAVES SAMPAIO (OAB 23564/CE) - Processo 0104641-38.2016.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lucas Rafael Chaves Sampaio - REQUERIDO: Estado do Ceará - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 11/03/2016 Hora 10:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2016

ADV: TALITA TAVARES BARROS (OAB 27764/CE) - Processo 0061166-66.2015.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: GEILDA SILVA DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Município de Fortaleza - HOSPITAL DISTRITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - R.H. Defiro o requerido em audiência. Prazo 10 (dez) dias. Intime-se. Remeto os autos à Secretaria Judiciária de 1º Grau das Varas da Fazenda Pública para que providencie a intimação conforme aqui determinado. Fortaleza, 26 de janeiro de 2016 Paulo de Tarso Pires Nogueira Juiz de Direito resp.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO JOAQUIM VIEIRA CAVALCANTE NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO WASHINGTON VIANA DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2016

ADV: JUVENCIO VASCONCELOS VIANA - Processo 0020727-28.2006.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Viviane da Silva Araujo - REQUERIDO: Estado do Ceará - Vistos etc. Trata-se de ação Ordinária com pedido de antecipação de tutela, ajuizada em 19 de outubro de 2006, por Viviane da Silva Araújo em face do Estado do Ceará, objetivando a anulação da segunda fase (teste físico) do concurso de agente penitenciária. Instado a se manifestar acerca da existência do interesse no prosseguimento do feito, a parte requerente não foi localizada no endereço indicado na exordial, conforme certidão de fls. 134. Intimada por Edital para dizer se ainda tinha interesse no prosseguimento do feito, a parte requerente deixou transcorrer in albis, conforme certidão de fls. 142. Sob esse contexto, considerando que a ação foi ajuizada em 2006, e que a autora foi indagada acerca do interesse no prosseguimento do feito, dando o silêncio como resposta, a extinção do processo sem julgamento do mérito é medida que se impõe. ANTE O EXPOSTO, declaro, por sentença, extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com escopo no art. 267, inciso III, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. P.R.I.

ADV: HUGO CEZAR MEDINA (OAB 3722/CE) - Processo 0028711-63.2006.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Maria Zuila Sales de Figueiredo - Maria do Socorro Silva Lima - Maria Aurilia Mota de Morais - Maria de Lourdes Rodrigues - Antonio Batista Sobrinho - REQUERIDO: Estado do Ceara - Feito ajuizado em data de 8 de setembro de 2006, e com última movimentação (parecer do MP) em 8 de fevereiro de 2010, portanto, merecendo que se intimem os promoventes para que digam se remanesce interesse na continuidade da ação. Prazo para manifestação: 5 dias. Pena de arquivamento. Expedientes.

ADV: LIANA CAMARA DO VALE (OAB 3903/CE) - Processo 0041436-74.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: FRANCISCA NONATO NEPOMUCENO - REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - IPM - R.H. Intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Decorrido o prazo acima estipulado, sem manifestação, arquivem-se os autos. Expediente necessário.

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE), GEUZA LEITAO BARROS (OAB 5396/CE), FERNANDO ANTONIO TEIXEIRA TAVORA (OAB 4955/CE) - Processo 0045012-51.2007.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Inclusão de Dependente - REQUERENTE: Fausta Soares da Silva - Artur Soares da Silva - REQUERIDO: Issec - Instituto de Saude dos Servidores do Estado do Ceara - Estado do Ceará - R.H. Intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Decorrido o prazo acima estipulado, sem manifestação, arquivem-se os autos. Expediente necessário.

ADV: RITA DE CASSIA BATISTA RIBEIRO (OAB 3564/CE) - Processo 0068492-05.2000.8.06.0001 - Mandado de Segurança - IMPETRANTE: Maria Dinair Pires do Nascimento - IMPETRADO: Instituto de Previdencia do Estado do Ceara - Ipec - R.H. Intime-se o impetrado, Instituto de Previdência do Estado do Ceará acerca dos cálculos apresentados às fls. 221/228. Expediente necessário.

ADV: FABIANO ALDO ALVES LIMA (OAB 8767/CE), FRANCISCO ANTONIO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 7390/CE) - Processo 0104950-59.2016.8.06.0001 - Embargos à Execução - Servidores Inativos - EMBARGANTE: 'Estado do Ceará - EMBARGADA: Zuleide de Souza Sabino - Rh. Recebo os presentes Embargos a Execução. Apensem-se aos autos principais nº 0124540-32.2010.8.06.0001/0. Suspendo o andamento do processo supra indicado. Intime-se a parte embargada para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos interpostos. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: ALFREDO LEOPOLDO FURTADO PEARCE FILHO (OAB 19596/CE) - Processo 0105805-38.2016.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: Vaneska Pereira Macêdo - REQUERIDO: Estado do Ceará - Vistos e etc. Trata-se de procedimento Ordinário c/c pedido de antecipação de tutela, ajuizada por Waneska Pereira Macedo, regularmente qualificada e habilitada, em desfavor de Estado do Ceará, onde aquela pugna, em sede de antecipação de tutela, por medida liminar ao intento de que o requerido providencie o fornecimento do fármaco Fingolimod. Em breve resenha, sustenta a autora que é portadora de Esclerose Múltipla, já tendo utilizado várias medicações, sem o controle adequado, o que caracteriza a falha terapêutica. Diante do grave quadro clínico, os médicos que acompanham a requerente, prescreveram a utilização da medicação Fingolimod, sendo que o SUS realiza sua distribuição. Narra, ainda, que referida medicação é de altíssimo custo, sendo modesta a condição da requerente. É o breve relato dos autos. Transpasso à decisão. Insta prescrutar, em sede de interlocutória, a existência in concreto dos requisitos autorizadores para a sua concessão, nos termos em que preceitua o art. 273, caput e incisos I e II, do CPC, vale dizer: prova inequívoca, de modo a que o juiz se convença da verossimilhança da alegação; fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Assim, impôs o legislador pátrio o dever de a parte requerente demonstrar a existência de tais pressupostos para o escopo de antecipar os efeitos da sentença de mérito, visto que a demora no julgamento da ação sempre acarretou danos ao mandamento isonômico. A técnica escolhida pelo legislador ordinário se mostra como meio eficaz de distribuição do ônus do tempo do processo e é indispensável para a realização do princípio constitucional já referido. Posiciona-se Luiz Guilherme Marinoni, em obra dedicada ao tema (ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, São Paulo: Ed. RT, 206, p. 378), nos seguintes termos: Tratando-se de tutela antecipatória, o juiz tem amplo poder para determinar a modalidade executiva adequada, devendo sempre considerar a necessidade de imediaticidade na concessão da tutela (além, evidentemente, do direito afirmado pelo autor e do risco de lesão ao réu), que é o que inspira a própria concessão da tutela na forma antecipada. Na relação jurídica em foco, impende averiguar se existe a responsabilidade estatal no custeio do fornecimento dos medicamentos para o tratamento da doença que acomete a autora, assim como, saber se é viável a determinação de que essa obrigação possa ser empreendida em sede de decisão provisória. No que tange à efetivação de medidas urgentes, a antecipação da eficácia da sentença futura e provável vem sendo admitida nas searas jurisprudencial e doutrinária, mesmo quando envolvente a Fazenda Pública, desde que preenchidos os requisitos gerais previstos no art. 273 do CPC, e considerando, ainda, o não enquadramento nas situações especiais delineadas pela Lei 9.494/97 e a inexistência de confronto com o sistema de pagamento por via de precatório (art. 100, CRFB/1988). Nunca é demais lembrar, todavia, que tal medida é revestida de excepcionalidade, em se cuidando de ações envolvendo o Poder Público, pois, como adverte colendo STJ: A ratio da proibição da concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública consiste em privilegiá-la, posto administradora dos interesses públicos, mercê de a providência irreversível surpreender o planejamento econômico-financeiro do Administrador. Por esse motivo a regra é a aplicação da Lei n.º 9.494/97, admitindo-se

exceções quando em jogo situações especialíssimas, como v.g., o estado de necessidade e a exigência de preservação da vida humana (trecho do voto do Ministro Luiz Fux, no REsp 876.528). A desdúvidas, o presente caso se enquadra nessa hipótese de preservação da vida humana como elemento viabilizador a adoção de medida jurisdicional temporária em face da caracterização do dano iminente, notadamente porque a medida perseguida está vinculada a assegurar o direito à vida e à saúde do cidadão. Não se pode olvidar que a sobredita garantia integra a essência nuclear dos direitos fundamentais. Em verdade, o direito à saúde assegurado na Carta Política de 1988 constitui direito indisponível, em função do bem comum maior a proteger, derivado da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública que regulam a matéria. O eminente Ministro Celso de Mello do Pretório Excelso, em decisão lançada no RE 393.175, 01/02/2006, transcrita no Informativo 414 desta excelsa Corte, oferta valiosa contribuição sobre a proteção do direito à vida e à saúde em contraposição ao interesse financeiro ou secundário do Estado, verbatim: (...) Tal como pode enfatizar em decisão por mim proferida no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, em contexto assemelhado ao da presente causa (Pet 1.246/SC), entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, caput e art. 196), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro ou secundário do Estado, entendo - uma vez configurado esse dilema - que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humanas. Cumpre não perder de perspectiva que o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do estado brasileiro (JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, 'Comentários à Constituição de 1988', vol. VIII/ 4332-4334, item n.181, 1993, Forense Universitária) - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do estado. Nesse contexto, incide, sobre o Poder Público, a gravíssima obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover, em favor das pessoas e das comunidades, medidas - preventivas e de recuperação-, que, fundadas em politicas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar e dar concreção ao que prescreve, em seu art. 196, a Constituição da república. O sentido de fundamentalidade do direito à saúde - que representa, no contexto da evolução histórica dos direitos básicos da pessoa humana, uma das expressões mais relevantes das liberdades reais ou concretas - impõe ao Poder Público um dever de prestação positiva que somente se terá por cumprido, pelas instâncias governamentais, quando estas adotarem providências destinadas a promover, em plenitude, a satisfação efetiva da determinação ordenada pelo texto constitucional. O Constituinte originário manifestou, de forma clara, que o Poder Público deve priorizar a assistência à saúde do cidadão. No presente caso, o relatório médico (fls. 23/26) informa o estado de saúde da autora, portadora de Esclerose Múltipla, onde se verifica o registro de adoção de urgência do tratamento, havendo justificativa aceitável para fornecimento do medicamento. Essa circunstância fática, ao meu viso, constitui ponto relevante para o reconhecimento judicial da adequação da medida como meio de salvaguardar a vida do cidadão. Quanto à necessidade da medida postulada pela requerente, o reportado relatório médico demonstra a gravidade do quadro clínico, a necessidade do tratamento através do medicamento indicado, o que induz este juízo, ainda que de modo perfunctório, a concluir em sede temporária pela verossimilhança da alegação, nada impedindo que no decorrer da ação o ente requerido demonstre a não caracterização do que ali consta. Em relação à hipossuficiência da autora, nesta fase de urgência há de se presumir como verdadeira a declaração firmada às fls. 22, inexistindo, contudo, qualquer obstáculo para que se possa analisar com maior vagar tal condição, inclusive com elementos que possam vir a ser colhidos no decorrer da tramitação do feito. Por tais motivos, hei por bem CONCEDER, liminarmente, a eficácia da tutela jurisdicional almejada, determinando ao requerido, Estado do Ceará, que adote as providências necessárias para o fornecimento do medicamento FINGOLIMOD, ao escopo de dar continuidade ao tratamento da senhora Waneska Pereira Macedo , na forma prescrita no receituário médico de fls. 26, e que deverá ser juntado ao mandado intimatório, até ulterior decisão deste juízo. Defiro o pedido de gratuidade judiciária (Lei 1.060/1950, art. 4º). Cite-se o ente requerido do inteiro teor da inicial. Intimem-se as partes desta decisão. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016. Joaquim Vieira Cavalcante Neto Juiz de Direito Assinado Por Certificação Digital

ADV: GLAYDSON DE FARIAS LIMA (OAB 23259/CE) - Processo 0106217-66.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - IMPETRANTE: Glaydson de Farias Lima - Alzenir Farias Lima - Antonio Carlos de Lima - IMPETRADO: ILMO. SR. CHEFE DA DÍVIDA ATIVA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, - ADVOGADO: Glaydson de Farias Lima - Glaydson de Farias Lima - Glaydson de Farias Lima - R.H. Vistos e examinados. Depois da análise da petição inicial e documentação acostada, tenho como relevante e necessária a audição da parte contrária, para que novas luzes jurídicas sobre a questão sejam lançadas, permitindo a formação de convencimento mais seguro do juízo sobre a matéria, mormente porque em sede de cognição sumária exauriente, reservando-me para enfrentar o pedido de liminar logo após as informações. Notifique-se o impetrado para prestar as informações, com base no art. 7º, inc. I , da Lei nº 12.016/2009. Intime-se o representante judicial do Estado do Ceará, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do art.7º, inc. II , da Lei nº 12.016/2009. Intimações e expedientes necessários.

ADV: ANTONIA SIMONE MAGALHAES OLIVEIRA (OAB 16945/CE), JOSE AURILO CAVALCANTE LIMA (OAB 2694/CE), LILIAN TELES CAMILO DE ALBUQUERQUE (OAB 17666/CE), MARIA TERESA DE FIGUEIREDO PEIXOTO (OAB 22447/CE) - Processo 0150169-03.2013.8.06.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: METROFOR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - 'Estado do Ceará - REQUERIDO: Maria Ramos de Abreu - Rh. Intime-se a parte requerente, para, no prazo 30(trinta)dias, requerer o que entender, sob pena de arquivamento. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, arquivem-se. Expediente necessário.

ADV: CARLOS ALBERTO BARBOSA MENDES (OAB 13576/CE), IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE) - Processo 0192415-14.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: TEREZA BARBOSA MENDES - REQUERIDO: Estado do Cear - R.H. Intimem-se as parte para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Decorrido o prazo acima estipulado, sem manifestação, arquivem-se os autos. Expediente necessário.

ADV: JAIME DE MORAIS VERAS JUNIOR (OAB 16921/CE) - Processo 0195069-03.2015.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Atos Administrativos - IMPETRANTE: Construtora e Incorporadora Douglas Ltda - IMPETRADO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO - SEUMA - R.H. Manifeste-se a parte autora acerca de contestação de fls. 47/59. Expediente necessário.

ADV: FABRICIA FERNANDES RIBEIRO DE CASTRO (OAB 19972/CE) - Processo 0204258-05.2015.8.06.0001 -

Procedimento Sumário - Curso de Formação - REQUERENTE: Francisco de Assis Pereira dos Santos - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - R.H. Manifeste-se a parte autora acerca de contestação de fls. 312/333. Expediente necessário.

ADV: VALDETARIO ANDRADE MONTEIRO (OAB 11140/CE) - Processo 0212418-19.2015.8.06.0001 - Ação Civil Pública - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - AUTOR: Ordem dos Advogados do Brasil Secção Ceará - RÉU: Tribunal de Justiça do Estado D Ceará - Estado do Ceará - R.H. Manifeste-se a parte autora acerca de contestação de fls. 1.214/1.235. Expediente necessário.

ADV: MARCIO BESSA NUNES (OAB 10615/CE), WOLNEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 12282/CE) - Processo 0330607-78.2000.8.06.0001 - Ação Popular - REQUERENTE: Octavio Costa Neto - REQUERIDO: Tribunal de Contas dos Municipios do Estado do Ceara - Vistos etc. Trata-se de ação Popular c/c pedido liminar, ajuizada em 25 de outubro de 2004, por Octávio Costa Neto em face do Tribunal de Contas dos Município do Estado do Ceará, objetivando a decretação de nulidade do Acórdão n° 1976/2004. Instado a se manifestar acerca da existência do interesse no prosseguimento do feito, a parte requerente não foi localizada no endereço indicado na exordial, conforme certidão de fls. 131. Intimada por meio do causídico, para dizer se ainda tinha interesse no prosseguimento do feito, a parte requerente deixou transcorrer in albis, conforme certidão de fls. 141. Sob esse contexto, considerando que a ação foi ajuizada em 2004, e que a parte requerente em prazo estipulado nada apresentou, a extinção do processo sem julgamento do mérito é medida que se impõe. ANTE O EXPOSTO, declaro, por sentença, extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço com escopo no art. 267, inciso III, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. P.R.I.

ADV: VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO (OAB 9665/CE) - Processo 0424208-41.2000.8.06.0001 - Cautelar Inominada - REQUERENTE: Antonio Bezerra Marques - REQUERIDO: Tribunal de Contas dos Municipios do Estado do Ceara. - Rec. Hoje. Intime-se a parte requerente, para, no prazo de 10(dez) dias, informar se a ação principal foi interposta, sob pena de extinção e revogação da medida liminar. Exps. cabíveis.

ADV: ALINNE GUERRA DA COSTA (OAB 21363/CE), DAFNE OLIVEIRA ALVES SOUZA (OAB 19214/CE), ANTONIO ALVES DE MORAIS FILHO (OAB 17981/CE), FRANCISCO DEUSITO DE SOUZA (OAB 10361/CE) - Processo 0647138-69.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REQUERENTE: Carlos Luiz Vieira Teixeira Mendes - REQUERIDO: Autarquia Municipal de Transito,servicos Publicos e de Cidadania de Fo - R.H. Intime-se a requerida, Autarquia Municipal de Transito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - AMC, no prazo de 5 (cinco) dias, para manifestar-se acerca de peticionamento de fls. 188/191 sob pena de preclusão. Expediente necessário.

ADV: ADRYU REGIS ROLIM FERNANDES (OAB 24916/CE), LUIZ HENRIQUE GADELHA DE OLIVEIRA (OAB 22125/CE), JORGE GUSTAVO GOMES MACIEL (OAB 23130/CE), THALES DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 29558/CE) - Processo 0777069-28.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Antonio Linhares Neto - Rogerio Silva Moreira - Francisco Cleto de Sousa Soares - Jorge Pereira Neto - Jose Litaercio Patricio Alexandre - REQUERIDO: Estado do Ceara - R.H. Defiro o pedido de fls. 213. Oportunidade em que determino que a Secretaria providencie as anotações necessárias. Expediente necessário.

ADV: MOAB SALDANHA JUNIOR (OAB 21928/CE), PROCURADOR MARIA VANILDE REBOUÇAS MACHADO (OAB 3/CE), ARSENIO JORGE FLEXA VIEIRA (OAB 5118/CE), RODRIGO BARBOSA TELES DE CARVALHO (OAB 19845/CE), THIAGO CAMARA LOUREIRO (OAB 19245/CE), JAIRO ROCHA XIMENES PONTE (OAB 15869/CE), CECILIA PARENTE PINHEIRO (OAB 19065/CE) - Processo 0791299-75.2000.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4) - REQUERENTE: Jose Moreira da Silva - REQUERIDO: Instituto de Previdencia do Municipio de Fortaleza Ipm - Rh. Em correição permanente nos autos que formam o acervo processual deste gabinete, observa-se que o despacho que determinou a expedição dos requisitórios não contemplou o recolhimento do tributo devido. Assim, expeça-se as requisição de pequeno valor, devendo-se, em tais casos , sempre proceder com a retenção na fonte, quando devidos, de eventuais valores, referentes ao imposto de renda e contribuição previdenciária, nos termos da Resolução 04/2012, do Órgão Especial TJCE, e da legislação relativa à espécie (art. 46, da Lei 8.541/92). Efetuado o depósito judicial pelo ente devedor, expeça-se o alvará judicial para levantamento do valor pelas partes e, após, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Expediente necessário.

ADV: MARIA DO DESTERRO TEIXEIRA CABRAL (OAB 28736/CE), REGIS DA PAZ DINIZ (OAB 22154/CE), ALCIMAR NOGUEIRA DE MOURA (OAB 8499/CE) - Processo 0871626-16.2014.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Liberação de Veículo Apreendido - IMPETRANTE: DENISE DE ALBUQUERQUE MACEDO - ME - IMPETRADO: Presidente da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR - R.H. Recebo a apelação apenas no efeito devolutivo. Intime-se a parte recorrida, para, querendo, contrarrazoar o recurso interposto. Uma vez transcorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, subam os autos ao segundo grau de jurisdição. Expediente necessário.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO VIANA DINIZ DE FREITAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO CLAVIO SARAIVA NUNES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2016

ADV: RAQUEL ARRAIS ROCHA (OAB 12390/CE), ANDREA VIANA ARRAIS MAIA (OAB 7543/CE), MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE), RODRIGO JEREISSATI DE ARAUJO (OAB 8175/CE), SANDRA ARRAES ROCHA (OAB 21284/CE), FABIA AMANCIO CAMPOS (OAB 12813/CE), VICTOR DIEGO SOARES DE ALMEIDA (OAB 21415/CE) - Processo 0037582-77.2009.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Edital - IMPETRANTE: Vega Construcoes e Servicos Ltda - IMPETRADO: Pregoeiro do Instituto Doutor Jose Frota - Ijf - Feito originariamente distribuído à 2ª VFP e redistribuído em face da instalação das novas varas da espécie. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por VEGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA em face do Pregoeiro do Instituto Doutor José Frota - IJF, objetivando a nulidade da decisão administrativa que desclassificou a proposta da impetrante no Pregão Eletrônico n° 14/2008 e todos os atos subsequentes, inclusive qualquer contratação caso já tenha ocorrido. Ocorre que o presente feito encontra-se paralisado desde 2009, sem qualquer impulso processual. Assim, em conformidade com o parecer ministerial de páginas 169, intime-se a parte impetrante para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se persiste interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expedientes necessários.

ADV: GILVAN LINHARES LOPES (OAB 5629/CE) - Processo 0075700-83.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - REQUERENTE: Francisco Firmino de Almeida Filho - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - O Municipio de Fortaleza - CE - Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de FRANCISCO FIRMINO DE ALMEIDA FILHO, confirmando a tutela antecipada concedida, determinando que o ESTADO DO CEARÁ e o MUNICÍPIO DE FORTALEZA forneçam ao requerente o medicamento GALVUS-MET 50mg+500mg, na quantidade,

frequência e período necessários, consoante prescrição do(a) médico(a) que a acompanha ou que venha a acompanhá-lo. Deve ser ressaltado que esta decisão envolve prestação positiva dos demandados por tempo indeterminado e está embasada em prescrição médica. Assim, em respeito ao controle quanto à destinação das verbas públicas e ao cuidado com a saúde do indivíduo, poderá a Administração, para fins de cumprimento de sua obrigação, exigir da parte autora que apresente, trimestralmente, relatório médico sobre a doença aqui retratada e a necessidade da manutenção da prescrição de alimentação especial. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Sem honorários advocatícios em face da parte autora ser patrocinada pela Defensoria Pública Estadual, nos termos da súmula 421 do STJ. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. P.R.I.

ADV: ALOISIO CAVALCANTI JUNIOR (OAB 12426/CE) - Processo 0105211-24.2016.8.06.0001 - Mandado de Segurança - Curso de Formação - IMPETRANTE: Manuela Lima da Costa Ribeiro - IMPETRADO: Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Publico para Delegado da Policia Civil 1ª Classe Ceará - Reservo-me para decidir a respeito do pedido liminar após informações. Notifique-se a autoridade impetrada, para informações, no prazo de lei. Providencie-se, ademais, a realização das demais comunicações pertinentes, especialmente aquela prevista no art. 7º, II, da Lei 12.016/2009. Após, conclusos para apreciação do pedido de liminar. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO HERALDO MENEZES FARIAS (OAB 3576/CE), JOAO BARBOSA DE PAULA PESSOA CAVALCANTE FILHO (OAB 12585/CE) - Processo 0135684-27.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0574322-89.2000.8.06) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Instituto de Previdencia do Municipio - EMBARGADA: Raimunda Nonata de Menezes de Souza - Intimem-se as partes para, no prazo comum de cinco dias, manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pelo setor de contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua (páginas 42/47) . Após, conclusos para desate. Expedientes necessários. Fortaleza

ADV: IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE), RAIMUNDO SOARES FILHO (OAB 11087/CE), PAULA DANIELA BEZERRA DE MEDEIROS (OAB 17164/CE), WINSTON FERNANDES LEITE (OAB 25860/CE) - Processo 0169323-07.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DE LOURDES LOPES MELO - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE pedido de MARIA DE LOURDES LOPES MELO, confirmando a tutela antecipada concedida, determinando que o Estado do Ceará adote, todas as medidas administrativas necessárias, em caráter de urgência, para a realização da cirurgia na promovente, de acordo com prescrição médica, sob pena de multa diária R$ 1.000,00 (mil reais), em caso de descumprimento. Sem custas, na forma da lei. Fixo honorários advocatícios ao promovido no valor de 500,00 (quinhentos reais), dado o disposto no art. 20, § 4° , do CPC (não houve recurso, nem instrução). P. R. I. Após o trânsito em julgado, mesmo que não sobrevenha recurso voluntário, remetam-se os autos ao TJCE, para devidos fins.

ADV: GILVAN LINHARES LOPES (OAB 5629/CE), LUIZ GADELHA ROCHA NETO (OAB 10604/CE) - Processo 0186648-92.2013.8.06.0001 - Procedimento Sumário - Liminar - REQUERENTE: Maria Odele Holanda Silva - REQUERIDO: Estado do Ceará - Por todo o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, para o fim de, confirmando a tutela antecipada concedida, no sentido de determinar que o Estado do Ceará forneça a MARIA ODELE HOLANDA SILVA o medicamento indicado, qual seja, INSULINA LANTUS E NOVORAPID, conforme descrito à fl.14/15, na quantidade, frequência e período necessários, consoante prescrição do(a) médico(a) que o acompanha ou que venha a acompanhá-lo. Deve ser ressaltado que esta decisão envolve prestação positiva do Estado por tempo indeterminado e está embasada em prescrição médica. Assim, em respeito ao controle quanto à destinação das verbas públicas e ao cuidado com a saúde do indivíduo, poderá a Administração, para fins de cumprimento de sua obrigação, exigir da parte autora que apresente, trimestralmente, relatório médico sobre a doença aqui retratada e a necessidade da manutenção da prescrição medicamentosa. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Em face da sucumbência, deixo de condenar qualquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, por entender que está figurada a hipótese de compensação proporcional decorrente da sucumbência recíproca resultante da presente decisão, nos moldes do art. 21 do CPC. Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório. P.R.I

ADV: AROLDO DE BARROS VERINO (OAB 11939/CE), GIOVANA LOPES DO NASCIMENTO SILVA (OAB 14716/CE) - Processo 0187703-49.2011.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - REQUERENTE: Maria Liduina Pereira da Silva - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, ratifico a decisão liminar de fls.33/36, julgando TOTALMENTE PROCEDENTE o pleito da Aurora, Sra. MARIA LIDUINA PEREIRA DA SILVA, a fim de condenar o Réu, ESTADO DO CEARÁ, a fornecer gratuitamente o medicamento DECITABINA, conforme relatório médico de fls.23, pelo período determinado pelo médico que a assiste ou vier a assistir. Condeno o Réu ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais). Sentença sujeita a reexame necessário (art. 475 do CPC). P.R.I.

ADV: IURI CHAGAS DE CARVALHO (OAB 18478/CE) - Processo 0207195-56.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO - REQUERIDO: 'Estado do Ceará - Diante do exposto, julgo, por sentença, parcialmente procedente o pedido autoral, no sentido de confirmar os efeitos da tutela antecipada concedida, condenando o Estado do Ceará na obrigação de fazer consistente em providenciar a realização do procedimento cirúrgico de Artroplastia Total de Joelho Esquerdo e de todos os procedimentos pré e pós operatórios que se fizerem necessários para o efetivo tratamento da enfermidade que acomete o autor, ANTÔNIO ALVES DO NASCIMENTO, ou, alternativamente, o custeio de seu tratamento em hospital da rede privada de saúde, conforme prescrito pelo médico que o assiste, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação deste decisum. Rejeito o pleito de condenação do promovido ao pagamento de danos morais. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Sem honorários advocatícios em face da parte autora ser patrocinada pela Defensoria Pública Estadual, nos termos da súmula 421 do STJ. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: GERARDO COELHO FILHO (OAB 3796/CE) - Processo 0879765-54.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Saúde - REQUERENTE: ANA FÁTIMA MENEZES DE SÁ BARRETO - REQUERIDO: Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC - Diante do exposto, julgo, por sentença, parcialmente procedente o pedido autoral, no sentido de confirmar os efeitos da tutela antecipada concedida; por conseguinte, deixo de acolher o pedido de danos morais, posto que referidos danos não foram devidamente comprovados pela autora. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Sem honorários advocatícios em face da parte autora ser patrocinada pela Defensoria Pública Estadual, nos termos da súmula 421 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CELIA BATISTA RODRIGUES - Processo 0896724-03.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Augusta Ferreira - REQUERIDO: Municipio de Fortaleza - Diante do exposto, julgo, por sentença, parcialmente procedente o pedido autoral, confirmando a tutela antecipada concedida, porém, negando o pedido que corresponde ao dano moral, determinando que o MUNICIPIO DE FORTALEZA forneça a Sra. MARIA AUGUSTA FERREIRA, gratuitamente, no prazo impreterível de 72 (setenta e duas horas) horas, contados da intimação da presente decisão, fraldas

geriátricas para que sejam utilizadas pela autora, nos moldes da especificação e na quantidade constantes da inicial, o que faço com supedâneo no Art. 273 do Código de Processo Civil. Sem custas, em face da isenção legal prevista no artigo 10, I, da lei 12.381/94. Fixo honorários advocatícios em R$500,00 (quinhentos reais) com fundamento no art. 20, §§3° e 4° do CPC, em face da parte autora ser patrocinada pela Defensoria Pública Estadual em desfavor do Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público diversa da que pertence. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

VARAS DOS REGISTROS PÚBLICOS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO SILVIA SOARES DE SA NOBREGA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NILTON GURGEL FIGUEIREDO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2016

ADV: RITA SOUSA DE BRITTO MOREIRA (OAB 16905/CE) - Processo 0019167-80.2008.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Patricia Maria de Sousa - Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, documento de fls. 09, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no Art. 32, § 1º da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido Mandado ao Cartório de 1º Ofício de Registro Civil desta capital para que se faça a trasladação do assento de casamento de PATRÍCIA MARIA DE SOUSA, que passou a assinar PATRÍCIA MARIA KLEMETSEN com JAN ARTHUR KLEMETSEN. Custas na forma da lei. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: RAFAEL MIRANDA PAIVA CASTELO BRANCO (OAB 23955/CE) - Processo 0107267-30.2016.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Elma Machado - Defiro a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte autora. Trata-se in casu de Retificação de Registro Civil de Óbito para correção na do estado civil do falecido, com fulcro no art. 109 da Lei dos Registros Públicos. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente certidão de nascimento de Francisco Nogueira da Fonseca expedida em data recente, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284, § único da Lei Adjetiva Civil.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0124648-85.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Manuel Bezerra Filho - Isto posto considerando o que mais dos autos consta, especialmente as respostas aos quesitos do art. 80 da Lei 6.015/73, declaração de fls. 74, julgo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no art. 78, da Lei 6-15/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido MANDADO a um dos Cartórios de Registro Civil da Comarca de Fortaleza-CE para lavratura do ÓBITO de FRANCISCO ERTON BEZERRA, ocorrido aos 02 de setembro de 2000, em Fortaleza-CE. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0185039-06.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Brenda Yvna Jerônimo Oliveira e outro - Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 29, julgo por sentença, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTES os pedidos das autoras, a fim de deferi-los, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, sejam expedidos Mandados aos Cartórios de origem para que se façam as retificações pretendidas, fazendo constar no assento de nascimento e casamento de Maria Elizangela Jerônimo Maia o nome de sua genitora como MARIA JERÔNIMO MAIA, e no assento de nascimento da menor o nome de sua avó materna como sendo MARIA JERÔNIMO MAIA. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I

ADV: AUGUSTO RANIERI BRITO (OAB 9532/CE) - Processo 0193006-05.2015.8.06.0001 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Casamento - REQUERENTE: Gabriela Studart Galdino - Ante o exposto e considerando o que mais dos autos consta, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no parágrafo 1º do art. 1565, do Código civil c/c art. 57, da Lei nº 6015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido o competente Mandado ao Cartório de origem para que se faça a alteração pretendida fazendo constar no assento de casamento da autora seu nome de casada como sendo GABRIELA STUDART GALDINO DE CARVALHO, publicando-se edital de alteração de nome para ciência de terceiros. Custas na forma da lei. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: GILBERTO COELHO DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 24915/CE) - Processo 0197230-83.2015.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Registro de Imóveis - REQUERENTE: Doriane Schwartz Costa e outro - Em face da resposta cartorária de fls. 115/116, intime-se a parte autora.

ADV: MICHELE ALENCAR PONTE (OAB 13486/CE) - Processo 0197947-95.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Irismar Cavalcante Silva - Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 14, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido Mandado ao Cartório de origem para que se faça a retificação pretendida, fazendo constar no assento de óbito de Pedro Henrique Cavalcante Silva o seu local de sepultamento como sendo o CEMITÉRIO SÃO VICENTE DE PAULA, no bairro Mucuripe - Fortaleza-CE. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0198553-26.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Kely de Almeida Alves Varela - Pelo exposto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 15, julgo por sentença, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTES os pedidos dos autores, a fim de deferi-los, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, sejam expedidos Mandados aos Cartórios de origem para que se façam as retificações pretendidas, fazendo constar nos assentos de nascimento de RODRIGO ALMEIDA DE ARAUJO, JOSE ÍTALO ALMEIDA MACIEL SILVA, MARIA THIELY ALMEIDA MACIEL SILVA e ESTHER HADASSA ALMEIDA DA SILVA VARELA, o nome de sua genitora como KELY DE ALMEIDA ALVES VARELA. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: YANAYHER MYDORE DE VERAS TAVARES (OAB 16132/CE) - Processo 0198840-86.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Evonete Xavier da Silva - Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 12, julgo por sentença, PROCEDENTE o pedido autoral, em seus termos, a fim de deferi-lo, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido Mandado ao Cartório de origem para que se faça a retificação pretendida, fazendo constar no assento de nascimento da autora seu nome como sendo EVONETE XAVIER DA SILVA. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: NATALI MASSILON PONTES (OAB 12769/CE) - Processo 0199033-04.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Francisca Mariza dos Santos Silva e outro - Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 15, parecer ministerial favorável, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido da parte autora, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido Mandado ao Cartório de origem para que se faça a retificação pretendida, fazendo constar no assento de óbito de ANTONIO MARCOS BATISTA DA SILVA seu estado civil como VIÚVO. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: RENATA VARJAO VITALINO (OAB 30367/CE), CARLOS EFREN PINHEIRO FREITAS (OAB 7613/CE) - Processo 0202817-86.2015.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Paula Queiroz Frota - REQUERIDO: Espólio de Candido Silveira, Rep. Heber Quinderé Júnior - Em face da resposta cartorária de fls. 45/46, intime-se a parte autora.

ADV: SABRINNA RICARDO BARROS (OAB 25551/CE) - Processo 0202906-12.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Sabrinna Ricardo Barros - ADVOGADA: Sabrinna Ricardo Barros - Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 07, julgo por sentença, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos PROCEDENTES os pedidos da parte autora, a fim de deferi-los, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, sejam expedidos Mandados aos Cartórios de origem para que se façam as retificações pretendidas, fazendo constar no assento de nascimento da autora o nome de sua genitora e de seus avós maternos como VANDA LÚCIA RICARDO ALEXANDRE, JOÃO ALEXANDRE NETO e OTACILIA ANTUNES ALEXANDRE, respectivamente e no assento de casamento o nome da genitora da nubente como VANDA LÚCIA RICARDO ALEXANDRE Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0213829-97.2015.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Retificação de Nome - REQUERENTE: Enilson Militão de Lima - Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, especialmente o documento de fls. 09, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido Mandado ao Cartório de origem para que se faça a retificação pretendida, fazendo constar no assento de casamento de Enilson Militão de Lima o nome de sua genitora como sendo ANA TEREZA DE LIMA. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: NELSON A¿DSON ALMEIDA DO AMARAL (OAB 7203/PA) - Processo 0217826-88.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Alex Sandro Bezerra da Silva - Defiro a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte autora. Trata-se in casu de Retificação de Registro Civil de Óbito para correção do nome da falecida, com fulcro no art. 109 da Lei dos Registros Públicos. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente certidão de casamento de Margarida Maria Bezerra da Silva expedida em data recente, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284, § único da Lei Adjetiva Civil. Oficie-se ao Setor de Certidões deste Fórum acerca de existência de ação de Divórcio em nome da falecida.

ADV: REBECA MARIA MARQUES BASTOS (OAB 32323/CE) - Processo 0218245-11.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Rosemary Batista Maia - Defiro a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte autora. Trata-se in casu de Alteração de Nome para inclusão de patronímico do cônjuge, com fulcro na Lei dos Registros Públicos. Intime-se a autora a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente as seguintes certidões em seu nome: Distribuidor do Fórum Estadual (Cível e Criminal), Justiça Federal, Auditoria Militar Federal, Receita Federal, Tribunal Regional Eleitoral, Cartórios de registro da distribuição de protestos e declaração do Serviço de Proteção ao Crédito e SERASA, bem como, declaração do cônjuge manifestando sua ciência do pedido, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284, § único da Lei Adjetiva Civil.

ADV: NATALI MASSILON PONTES (OAB 12769/CE) - Processo 0891970-18.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Aluísio Lopes Cavalcante - Ante o exposto e, considerando o que mais dos autos consta, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, seus termos, com esteio no art. 46, § 3º, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão expeça-se mandado a um dos Cartórios de Registro Civil da Comarca de Fortaleza-CE, para que seja lavrado o assento de nascimento de ALUÍSIO LOPES CAVALCANTE, nos termos supra citados. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO SILVIA SOARES DE SA NOBREGA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NILTON GURGEL FIGUEIREDO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2016

ADV: FRANCISCO WANTUIL DE CASTRO CHAGAS (OAB 5342/CE), ESTAGIÁRIO WANTUIL DE CASTRO JUNIOR (OAB 90000/CE) - Processo 0096975-98.2007.8.06.0001 - Retificação de registro de imovel - REQUERENTE: Suzy Guimareas de Castro Gurgel do Amaral - Em atenção às informações prestadas pelo Cartório de Imóvei da 1ª Zona, intime-se a parte autora.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO SILVIA SOARES DE SA NOBREGA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NILTON GURGEL FIGUEIREDO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2016

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0177058-23.2015.8.06.0001 - Retificação ou

Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: NATANEL SOUSA FREIRE assistido por seu Genitor Antonio Gleidson Freires da Silva e outro - Isto posto, e considerando o que mais dos autos constam, especialmente o documento de fls. 23, julgo por sentença, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTES os pedidos dos autores, a fim de deferi-los, em seus termos, com esteio no art. 109, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, sejam expedidos Mandados aos Cartórios de origem para que se façam as retificações pretendidas, fazendo constar nos assentos de nascimento em epígrafe o nome dos requerentes como NATANAEL SOUSA FREIRES e NATANAELE SOUSA FREIRES, filhos de ANTONIO GLEIDSON FREIRES DA SILVA, tendo como avô paterno ANTONIO FREIRES DA SILVA. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0181334-97.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Andreia Almeida da Silva - Ante o exposto e, considerando o que mais dos autos consta, notadamente os documentos de fls. 05/11, julgo por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido autoral, a fim de deferi-lo, em seus termos, com esteio no art. 46, § 3º, da Lei 6.015/73, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão expeça-se mandado a um dos Cartórios de Registro Civil da Comarca de Fortaleza-CE, para que seja lavrado o assento de nascimento de ANDREIA ALMEIDA DA SILVA, nos termos supra citados. Custas prejudicadas. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
JUIZ(A) DE DIREITO SILVIA SOARES DE SA NOBREGA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SILVANA MARIA RÔLA SOARES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2016

ADV: JOAO EUDES FERREIRA FILHO (OAB 6405/RN) - Processo 0044933-62.2013.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Concessão / Permissão / Autorização - REQUERENTE: Jose Janilson Rosa da Fonseca - Vistos, etc., JOSÉ JANILSON ROSA DA FONSECA, ingressou, através da Defensoria Pública, com ação de Registro de óbito tardio, de sua genitora, perante o Juízo de Ipanguaçu/RN, conforme inicial de fls. 03/07. Consoante decisão interlocutória às fls.39/40, foi declarada a incompetência daquele Juízo, tendo em vista que o óbito ocorreu em Fortaleza, sendo redistribuído para este Juízo.Determinada a intimação do requerente para atender o despacho às fls.48, restou prejudicada a referida intimação e, consequentemente, o autor não cumpriu a diligência requerida, deixando transcorrer em branco o prazo assinalado. Posto isto, procedeu-se com intimação do autor por edital, para este manifestar interesse no feito, sob pena de extinção do processo. Todavia, decorreu o prazo e nada foi apresentado, conforme se verifica em certidão de fls. 67. Breve relato. Decido. Trata-se, no caso, de abandono da causa pelo(a) autor(a), medida que autoriza o julgador, de ofício, a extinguir o processo, conforme dispõe o art. 267, III, do Código de Processo Civil. O Código de Ritos, para tanto, prevê a necessidade de se observar um requisito intrínseco ao decreto extintivo de que se trata, consubstanciado na ciência pessoal do autor do processo para, em 48 horas, manifestar interesse no prosseguimento do feito, oportunidade na qual deve cumprir o que se deixou inerte, aduzir dificuldades encontradas para perfectibilizar o ato de intimação ou mesmo solicitar prazo para adimplir com o dever processual. O que é vedado, diga-se, é abandonar o processo. Tem-se a intimação pessoal como da substância do ato de extinção, a fim de evitar prejuízos para as partes, oportunizando que, constatada a inércia apenas por parte do representante jurídico, possa o interessado constituir novo advogado e, aí então, dar prosseguimento ao processo. Antes da sentença prevista no art. 267, III, ressalte-se, necessária é a intimação pessoal da parte, informando-lhe da sanção disposta na legislação processual, em caso de abandono. Inexistindo tal formalidade, nula é a decisão. No caso sob análise, caberia à parte constituir novo Advogado ou a Defensoria Pública (fls.48) o que não foi feito em prazo razoável, uma vez que a intimação restou prejudicada (fls.56/57), implicando a intimação por edital para aduzir interesse (fls.65), finalmente com certidão do decurso do prazo sem qualquer manifestação (fls. 67). Observados foram todos os requisitos que permitem o decreto extintivo previsto no art. 267, III, conquanto não tenha a parte se pronunciado em prazo hábil, constatando-se o abandono da causa pela parte autora. Ante o exposto, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, extinto este processo sem resolução de mérito, de conformidade com o que dispõe o art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e após, arquivem-se. Sem custas. P.R.I.

ADV: JULIANA DE ABREU TEIXEIRA (OAB 13463/CE) - Processo 0132692-64.2013.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: FBP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. - Defiro o pedido de dilação de prazo. Aguarde-se por 30(trinta) dias para o devido cumprimento do despacho. Intime-se. Expedientes necessários

ADV: JOSE CELIO ROBERTO ALVES (OAB 11434/CE) - Processo 0158359-52.2013.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Propriedade - REQUERENTE: Airton Martins do Carmo - Indefiro o pedido requerido às fls.82. Aguarde-se por 30(trinta)de para devido cumprimento do despacho. Intime-se. Exp.Nec.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0175572-03.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Francisca Lucivam Pereira de Lima - Vistos etc. FRANCISCA LUCIVAM PEREIRA DE LIMA, requer, por meio da Defensoria Pública do Estado, depois de expor os fundamentos de fato, retificação no seu assento de casamento, lavrado sob no livro B-24, fls. 480, sob o nº 13.625 do Cartório de Registro Civil de Messejana, Fortaleza - CE, para que ali passe a constar corretamente o seu nome como sendo FRANCISCA LUCIVAM FERREIRA LIMA, bem como o de sua genitora como sendo MARIA FEITOSA DE OLIVEIRA LIMA, conformidade com o que dispõe o artigo 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Alega a autora que, por equívoco do Cartório de Registro Civil, o seu nome e o de sua genitora encontram-se grafados de maneira incorreta. Pretende, pois, as devidas retificações. Para comprovar o alegado na peça inicial, a postulante instruiu o feito com documentação de fls. 10/15, dentre os quais consta a certidão de casamento de sua genitora, através da qual é possível visualizar o nome apontado como sendo o correto. Quanto ao seu nome, a autora não logrou êxito em provar o alegado, já que foi intimada para juntar aos autos sua certidão de nascimento, mas não cumpriu tal determinação. Em relação ao nome de sua genitora, a requerente comprovou o nome apontado como sendo o correto, através da certidão de casamento daquela. Às fls. 18/19, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e/ou se manifestar sobre o mérito do pedido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73. Sendo assim, frente à imprescindibilidade de tal assento para as relações jurídicas que representam, eventual equívoco, cometido na sua feitura, deverá ser sanado, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso vertente, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo,

no tocante aos fatos alegados na peça exordial. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento do requerente quanto ao nome de sua mãe e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Por todo o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO para determinar, depois do trânsito em julgado, a expedição do competente MANDADO para que seja retificado o assentamento de nascimento de FRANCISCA LUCIVAM PEREIRA DE LIMA, lavrado sob no livro B-24, fls. 480, sob o nº 13.625 do Cartório de Registro Civil de Messejana, Fortaleza - CE, para que ali passe a constar corretamente o de sua genitora como sendo MARIA FEITOSA DE OLIVEIRA LIMA. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: CASSIO RABELO CARVALHO (OAB 25470/CE), EURO LUIZ AUN DE BARROS BRASIL DE PAULA (OAB 21998/CE) - Processo 0182931-09.2012.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Enfiteuse - REQUERENTE: Lazuli Empreendimento Imobiliário Ltda - Processo julgado. Intime-se a parte autora sobre as pendências levantadas pelo CRI da 4ª Zona, em seu expediente de fls.70/71. Após retornem os autos ao arquivo. Exp.Nec.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0196509-34.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Jaime Rachid Pontes - Vistos etc. JAIME RACHID PONTES, devidamente qualificado nos autos, requer, por intermédio da Defensoria Pública, retificação no assento de casamento de sua falecida mãe, lavrado sob o nº 153882 01 55 1946 2 00001 017 0000030 79, no Cartório Martins, em Senador Guiomard-AC, objetivando retificar o nome de sua genitora Esmeralda Rachid Amin, para que ali passe a constar que o cônjuge virago passou a utilizar o nome Esmeralda Rachid Pontes, de conformidade com o que dispõe o art. 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Aduz o autor que, na certidão de casamento de sua falecida genitora, não consta o nome que esta passou a utilizar, qual seja, Esmeralda Rachid Pontes. Ademais, ressalta que sua mãe, quando em vida, utilizava o nome de casada, uma vez que à época da celebração do casamento a esposa era obrigada a adotar o sobrenome do marido. Para comprovar o alegado na peça inicial, o requerente instruiu o feito com a certidão de óbito de sua genitora (fls.11), bem como juntou o RG da mesma, o qual demonstra que sua mãe utilizava o nome de casada. Às fls. 15/16, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido. É o que basta relatar. Decido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73, in verbis; "Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório." Destarte, a adequação das anotações contidas nos assentos devem estar coincidentes à realidade dos fatos. Por conseguinte, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventuais equívocos, cometidos na sua feitura, deverão ser sanados, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso em tela, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça vestibular. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento de casamento aludido e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE O PEDIDO para, com efeito, ordenar que se expeça, após o trânsito em julgado, o competente MANDADO, para que seja procedida a retificação no assento de casamento de ESMERALDA RACHID AMIN, lavrado sob o nº 153882 01 55 1946 2 00001 017 0000030 79, no Cartório Martins, em Senador Guiomard-AC, para que passe a constar no referido assento que a cônjuge passou a utilizar o nome ESMERALDA RACHID PONTES. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: JOEL RODRIGUES FARIAS (OAB 19917/CE) - Processo 0206655-37.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Maria Helena do Nascimento Torquato - Vistos etc. MARIA HELENA DO NASCIMENTO TORQUATO requer, nos termos da inicial, por meio de advogado, depois de expor os fundamentos de fato, retificação em seu assento de casamento, lavrado no livro B-6, fls. 103, sob o nº de ordem 1.603 do Cartório de Registro Civil Norões Milfont, de Fortaleza - CE, para que ali passe a constar corretamente o nome de seu falecido esposo como sendo ANTONIO DE PADUA TORQUATO, de conformidade com o que dispõe o artigo 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Alega a autora que, por equívoco do Cartório de Registro Civil, o nome de seu falecido esposo foi erroneamente grafado como 'Antonio Torquato' na certidão de casamento. Desta feita, pretende, apenas, a devida retificação. Para comprovar o alegado na peça inicial, a postulante instruiu o feito com os documentos de fls. 05/17, dentre os quais está a certidão de óbito de seu marido, bem como certidão de nascimento de 'Lorena Helena do Nascimento Torquato', filha da requerente e do de cujus, através dos quais é possível observar o nome apontado como correto. Às fls.22/23, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73. Sendo assim, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventual equívoco, cometido na sua feitura, deverá ser sanado, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso vertente, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça exordial. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento da requerente e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Por todo o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE O PEDIDO para determinar, depois do trânsito em julgado, a expedição do competente MANDADO para que seja retificado o assentamento de casamento de MARIA HELENA DO NASCIMENTO TORQUATO, lavrado no livro B-6, fls. 103, sob o nº de ordem 1.603 do Cartório de Registro Civil Norões Milfont, de Fortaleza - CE, para que ali passe a constar corretamente o nome de seu falecido esposo como sendo ANTONIO DE PADUA TORQUATO. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: SUZANA FERREIRA GOES DE OLIVEIRA (OAB 5323/CE) - Processo 0209654-60.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Claudiana Ribeiro dos Praseres - Vistos etc. CLAUDIANA RIBEIRO DOS PRASERES, requer, através de advogado, lavratura de seu registro de nascimento. Alega a autora que, ao tentar retirar uma segunda via de sua certidão de nascimento, recebeu a informação de que não constavam as informações acerca do seu registro nos livros do Cartório de Registro Civil Almeida, Chaval - Ceará, local em que afirma ter nascido, motivo pelo qual pretende a lavratura de uma nova certidão. Explica que possui a primeira certidão de nascimento, bem como outros documentos, tais como carteira de trabalho, título de eleitor e passaporte, com o nome de Claudiana Ribeiro dos

Praseres. Às fls. 11, repousa certidão negativa do Cartório de Registro Civil Almeida, Chaval - Ceará, local em que a requerente aponta como de seu nascimento, informando que realizaram buscas em seus arquivos e não localizaram assento em nome de Claudiana Ribeiro dos Praseres. Segundo os dados do art. 54 da Lei 6015/73, constantes às fls. 10, Claudiana Ribeiro dos Praseres nasceu em Chaval - Ceará, em 05 de janeiro de 1985, sendo filha de Aristeu Ribeiro dos Praseres e Maria do Carmo da Conceição Filha. Tendo como avós paternos Pedro Ribeiro do Nascimento e Maria Manoel dos Praseres. E como avó materna Maria do Carmo da Conceição. Às fls. 21/22, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido Como sabido, todos os cidadãos mesmo que tardiamente, fora do prazo legal, têm direito ao documento gerador da cidadania, qual seja, a certidão de nascimento, porém quando houver necessidade terão que fazer prova suficiente. Nesse sentido corrobora a jurisprudência: Agravo Regimental 369200580600552 Relator(a): MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Comarca: Fortaleza Órgão julgador: 4ª Câmara Cível Data de registro: 16/06/2011. Ementa: PROCESSO CIVIL. REGIMENTAL CONTRA MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE LAVRATURA DE REGISTRO TARDIO DE NASCIMENTO. POSSIBILIDADE. PROVAS QUE CORROBORAM A TESE AUTORAL. DECISÃO MANTIDA. REGIMENTAL CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata o caso de agravo regimental interposto em face de decisão monocrática desta Relatora, proferida em sede de apelação cível, que conheceu do recurso interposto, para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença recorrida. 2. O registro de nascimento é a verdadeira "prova" jurídica da existência da pessoa, a base através da qual todos os outros documentos são confeccionados, e, principalmente, a exigência primeira para o reconhecimento e o exercício de uma série de direitos. 3. Em que pesem os argumentos apresentados pelo Parquet, não há nos autos quaisquer indícios de que o requerente estivesse faltando com a verdade. Não existe, enfim, qualquer razão para presumir sua má-fé. Ao contrário, o que se presume é a boa-fé. E na falta de qualquer prova em contrário, não há que se duvidar das alegações do apelado/agravado. 4. Ademais, embora o longínquo tempo decorrido desde o nascimento do requerente (há mais de 60 anos), vale ressaltar que este acostou prova suficientemente capaz de comprovar suas alegações. - Agravo Regimental conhecido e desprovido. - Decisão monocrática mantida. - Unânime Na hipótese, à luz das provas carreadas aos autos, que formam o conjunto probatório suficiente ao convencimento deste Juízo, restaram atendidos os requisitos necessários ao deferimento do pedido da postulante. Por todo o exposto, com fulcro no parágrafo 3.º do art. 46 da Lei 6.015/73 e por tudo o mais que dos autos consta, julgo por sentença, procedente o pedido de fls. 01/04, a fim de deferi-lo, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão expeça-se MANDADO ao Cartório de Registro Civil competente, para registrar CLAUDIANA RIBEIRO DOS PRASERES, nos termos supracitados. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0209713-48.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Rosa Mirtes Silva Soares - Vistos etc. ROSA MIRTES SILVA SOARES, requer, nos termos da inicial, por meio da Defensoria Pública Estadual, depois de expor os fundamentos de fato, retificação em seu assento de nascimento, lavrado no livro A-03, fls. 122v, sob o nº de ordem 2.160 do Cartório de Registro Civil Brito Ramos, Caucaia - Ceará, para que ali passe a constar corretamente o nome de seu genitor como sendo FRANCISCO SOARES DE MOURA, de conformidade com o que dispõe o artigo 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Alega a autora que, por equívoco do Cartório de Registro Civil, o nome de seu genitor foi grafado erroneamente em seu assento de casamento como Francisco Firmino Soares. Desta feita, pretende, apenas, a devida correção. Para provar o alegado a postulante juntou aos autos os documentos de fls. 04/11, dentre os quais está a certidão de nascimento de seu genitor, através da qual é possível visualizar o nome apontado como correto. Às fls. 14/15, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73. Sendo assim, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventual equívoco, cometido na sua feitura, deverá ser sanado, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso vertente, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça exordial. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento de nascimento aludido e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Por todo o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE O PEDIDO para determinar, depois do trânsito em julgado, a expedição do competente MANDADO para que seja retificado o assentamento de nascimento de ROSA MIRTES SILVA SOARES, lavrado no livro A-03, fls. 122v, sob o nº de ordem 2.160 do Cartório de Registro Civil Brito Ramos, Caucaia - Ceará, para que ali passe a constar corretamente o nome de seu genitor como sendo FRANCISCO SOARES DE MOURA. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0209935-16.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Felipe Rodrigues Pinheiro - Vistos etc. FELIPE RODRIGUES PINHEIRO, parte legítima, devidamente qualificada, requer, por meio da Defensoria Pública Estadual, retificação no seu assento de nascimento, lavrado no livro A-295, fls. 102v, sob o nº 230358, do Cartório de Registro Civil e Tabelião de Notas, Itaquera - São Paulo, para que ali passe a constar corretamente o local de seu nascimento como sendo, São Paulo - SP, de conformidade com o que dispõe o art. 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Alega o autor que em sua certidão de nascimento, especificamente quanto ao local de seu nascimento consta 'Hospital Municipal Profº Waldomiro de Paula' ao invés de 'São Paulo - SP'. Desta feita, pretende, apenas, a devida retificação. Para comprovar o alegado na peça inicial, o postulante instruiu sua própria certidão de nascimento, na qual é possível perceber que o mesmo nasceu em São Paulo - SP. Às fls. 17/18, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73. Sendo assim, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventuais equívocos, cometidos na sua feitura, deverão ser sanados, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso vertente, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça vestibular. Assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, procedente o pedido para, com efeito, ordenar que se expeça, depois do trânsito em julgado, o competente MANDADO para que seja procedida a retificação no assento de nascimento de FELIPE RODRIGUES PINHEIRO, lavrado no livro A-295, fls. 102v, sob o nº 230358, do Cartório de Registro Civil e Tabelião de Notas, Itaquera - São Paulo, para que ali

passe a constar corretamente o local de seu nascimento como sendo , São Paulo - SP. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: CLAUDYANNA BASTOS DE OLIVEIRA (OAB 27866/CE) - Processo 0210751-95.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Antonia Alves Goes - Vistos etc. ANTONIA ALVES GOES, devidamente qualificada nos autos, requer, por intermédio de Advogado, retificação em seu assento de casamento, lavrado sob o nº 018762 01 55 1982 2 00020 006 0008176 66, no Cartório de Registro Civil Jaime Araripe, em Fortaleza-CE, objetivando retificar seu nome no referido registro, para que ali seja passe a constar que o cônjuge virago passou a utilizar o nome Antonia Alves Goes, de conformidade com o que dispõe o art. 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Aduz a autora que, ao solicitar a segunda via de sua certidão de casamento, notou que o nome escolhido para utilizar após o casamento estava diverso do nome contido na certidão de casamento original. Na segunda via de seu assento de casamento consta o nome que passou a utilizar como sendo Antonia Costa Goes, no entanto o correto seria Antonia Alves Goes conforme consta na primeira via do referido assento. Para comprovar o alegado na peça inicial, a requerente instruiu o feito com a primeira via de sua certidão de casamento (fls.24), Título Eleitoral, RG, Carteira de Habilitação (fls.10/11), bem como juntou as certidões de nascimento de seus filhos (fls.14/16). Às fls. 46/47, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido. É o que basta relatar. Decido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73, in verbis; “Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório.” Destarte, a adequação das anotações contidas nos assentos devem estar coincidentes à realidade dos fatos. Por conseguinte, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventuais equívocos, cometidos na sua feitura, deverão ser sanados, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso em tela, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça vestibular. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento de casamento aludido e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE O PEDIDO para, com efeito, ordenar que se expeça, após o trânsito em julgado, o competente MANDADO, para que seja procedida a retificação no assento de casamento de ANTONIA ALVES COSTA , lavrado sob o nº 018762 01 55 1982 2 00020 006 0008176 66, no Cartório de Registro Civil Jaime Araripe, em Fortaleza-CE, para que passe a constar no referido assento que o cônjuge virago passou a utilizar o nome ANTONIA ALVES GOES. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO PINTO DE OLIVEIRA FILHO - Processo 0211024-74.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Saiva Saiara Martins Santos - Vistos etc, SAIVA SAIARA MARTINS SANTOS, menor impúbere, representada por sua genitora Sra. SAIVA SAMAIA DA SILVA, devidamente qualificadas nos autos, requer, por intermédio da Defensoria Pública, retificação no seu assento de nascimento, lavrado sob o nº 018762 01 55 2004 1 00290 012 0273285 41, do Cartório de Registro Civil Jaime Araripe, em Fortaleza - Ceará , para que ali seja feita a correção no nome de sua genitora, passando a constar Saiva Samaia da Silva Martins, de conformidade com o que dispõe o artigo 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Aduz a requerente que em sua certidão de nascimento, consta o nome de sua genitora como sendo Saiva Samara da Silva Martins, todavia a grafia correta seria Saiva Samaia da Silva Martins, conforme documentos acostados nos autos. Para comprovar o alegado na exordial, a postulante instruiu o feito com sua certidão de nascimento, bem juntou certidão de nascimento de sua genitora, os qual ratificam a veracidade dos fatos expostos pela requerente. A representante do Ministério Público, em parecer às fls.79, opinou pela procedência do pedido. É o que basta relatar. Decido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73, in verbis: “Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório.” Destarte, a adequação das anotações contidas nos assentos devem estar coincidentes à realidade dos fatos. Por conseguinte, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventuais equívocos, cometidos na sua feitura, deverão ser sanados, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso em tela, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça exordial. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento da requerente e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE O PEDIDO para, com efeito, ordenar que se expeça, depois do trânsito em julgado, o competente MANDADO para que seja procedida a retificação no assento de nascimento de SAIVA SAIARA MARTINS SANTOS, lavrado sob o nº 018762 01 55 2004 1 00290 012 0273285 41 do Cartório de Registro Civil Jaime Araripe, Fortaleza - Ceará , para que ali passe a constar o nome de sua genitora como sendo SAIVA SAMAIA DA SILVA MARTINS. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: JOSEFA BEZERRA DE LIMA (OAB 9328/CE) - Processo 0213233-16.2015.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Maria Rosemary de Lima - Vistos etc. MARIA ROSIMARY DE LIMA GOMES, devidamente qualificada nos autos, requer, por intermédio de Advogado, retificação em seu assento de casamento, lavrado sob o nº 0203700155 1986 2 00029 223 0016631 22, no Cartório de Registro Civil Cavalcanti Filho, em Fortaleza-CE, objetivando retificar seu segundo prenome no referido registro, para que ali passe a constar como sendo Rosemary, de conformidade com o que dispõe o art. 109 da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Aduz a autora que, em sua certidão de casamento, consta seu segundo prenome como sendo ROSIMARY, todavia a grafia correta seria ROSEMARY , conforme documentos acostados nos autos. Para comprovar o alegado na peça inicial, a requerente instruiu o feito com sua certidão de nascimento (fls.11), a qual noticia o nome apontado como sendo o correto. Às fls. 16/17, parecer da representante do Ministério Público entendendo que, no caso vertente, é dispensável a intervenção ministerial, deixando, pois, de solicitar diligência e / ou manifestar-se sobre o mérito do pedido. É o que basta relatar. Decido. Como cediço, a legislação dos registros públicos autoriza o suprimento ou retificação nos assentamentos de registro civil, objetivando as correções necessárias a adequação das anotações neles contidas à realidade dos fatos, ex vi do art. 109, da Lei nº. 6.015/73, in verbis; “Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos

ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório." Destarte, a adequação das anotações contidas nos assentos devem estar coincidentes à realidade dos fatos. Por conseguinte, frente à imprescindibilidade de tais assentos para as relações jurídicas que representam, eventuais equívocos, cometidos na sua feitura, deverão ser sanados, transmitindo, portanto, certeza e segurança ao sistema. No caso em tela, as provas documentais carreadas aos autos formam o conjunto probatório necessário ao convencimento deste Juízo, no tocante aos fatos alegados na peça vestibular. Induvidosa, pois, a erronia apontada no assento de casamento aludido e, assim sendo, na conformidade dos documentos colacionados, restaram atendidos os requisitos indispensáveis ao deferimento do pleito. Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, PROCEDENTE O PEDIDO para, com efeito, ordenar que se expeça, após o trânsito em julgado, o competente MANDADO, para que seja procedida a retificação no assento de casamento de MARIA ROSIMARY DE LIMA GOMES, lavrado sob o nº 0203700155 1986 2 00029 223 0016631 22, no Cartório de Registro Civil Cavalcanti Filho, em Fortaleza-CE, para que passe a constar no referido assento seu segundo prenome como sendo ROSEMARY. Cumpridas as providências de estilo e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RODRIGO ANTONIO MAIA BARRETO (OAB 12176/CE) - Processo 0217830-28.2015.8.06.0001 - Consignação em Pagamento - Enfiteuse - CONSGTE: Lusoinvest Investimentos Imobiliários Ltda. - LUSOINVEST INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA requer, nesta ação de Resgate de Enfiteuse, a concessão de tutela antecipada para seja determinado a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Zona para que averbe na Matrícula nº 20.237, às expensas da autora, que o aforamento consignado na Av-1/20.237 e, também, na Av-3/43.290 (mencionada na Av-1/20.237) foi integralmente resgatado, pelo pagamento de um laudêmio e dez pensões pela Guia de Depósito Judicial de fls. 28, nos termos da legislação de regência A tutela antecipada dos efeitos da sentença de mérito tem o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. "É tutela satisfativa no plano dos fatos, já que realiza o direito, dando ao requerente o bem da vida por ele pretendido com a ação de conhecimento", conforme ensina Nelson Nery Júnior (in Código de Processo Civil Comentado, 3ª. Edição, Editora Revista dos Tribunais, 1997). Volta-se à satisfação concreta e urgente do direito material, afeiçoando-se ao título e juízo executivos, apesar de não favorecer a coisa julgada material. A tutela antecipatória, portanto, concretiza a vontade do direito e a execução com sede na cognição sumária. Daí, a exigência legal da possibilidade de reversão do provimento judicial, da existência de prova inequívoca, conducente ao convencimento do juiz da verossimilhança da alegação, além da presença do fundado receio de dano irreparável ou difícil reparação. Contudo, entendo que não se faz presente, no caso concreto, a presença do "periculum in mora" (inciso I, art. 273, do CPC), necessário à concessão da medida requestada, haja vista que não restou demonstrada a possibilidade de dano irreparável ou até mesmo de difícil reparação caso a providência almejada seja concedida posteriormente, não se vislumbrando, por conseguinte, a existência de qualquer prejuízo à promovente na hipótese de eventual deferimento do pleito ao final do procedimento. Desse modo, indefiro o pedido de antecipação de tutela formulado às fls. 25/26, haja vista que desde a aquisição do imóvel, ocorrida em 30 de junho de 2009, a requerente tem ciência do ônus existente e das consequências da manutenção de tal restrição sobre seu patrimônio, somente procurando solucioná-lo após decorridos mais de seis anos. Com fulcro nas disposições do art. 130 do CPC, determino, de logo a citação dos senhorios diretos apontados na inicial. Intime-se. Expedientes necessários e na forma da lei. Fortaleza/CE, 27 de janeiro de 2016.

ADV: JOSE MARIA COSTA (OAB 3120/CE) - Processo 0297456-24.2000.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REQUERENTE: Manoel Vieira - Vistos, etc Trata-se de Restauração de autos, sendo notória a paralisação do feito (dezenove anos) por negligência da parte autora, através de seu procurador judicial, o qual fez carga do processo em epígrafe no dia 26/09/1996 sem que tenha sido devolvido à secretaria. Feita sua intimação para devolver os autos o mesmo não cumpriu, deixando fluir, in albis, o prazo concedido, conforme certidão às fls. 06. Caracterizando o extravio dos autos originais, e especialmente, considerando a sua importante função de retratar a realidade processual pela qual a parte busca provar o seu direito, merece a proteção do legislador configurada no art. 1063 ao art. 1069 do CPC. Todavia, decorridos mais de 19 (dezenove) anos em que a parte, através do seu advogado, retirou o processo da Secretaria em carga, e regularmente intimada para devolver, deixou fluir o prazo concedido sem qualquer manifestação, faz-se presumir então, sua completa falta de interesse no prosseguimento do feito. Cinge-se observar que o presente feito encaminha-se sobre o procedimento voluntário, não consubstanciando em qualquer perda para o Requerente que, a qualquer momento, poderá intentar nova ação para requerer sua prestação jurisdicional. Relatei. Decido a seguir. Com base no exposto supra e documentos acostados, determino RESTAURADO OS AUTOS de nº 0297456-24.2000.8.06.0001, Ação de Retificação Registro Civil, ajuizada por Manoel Vieira. Outrossim, o Código do Processo Civil, prescreve "Artigo 267 - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito: II - Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes". A paralisação do processo por inércia das partes faz presumir o desinteresse em obter a prestação da tutela jurisdicional. Por isso, a lei prevê que, havendo negligência do interessado em dar andamento ao feito, neste caso, por dezenove anos, a consequência será a extinção do processo sem resolução do mérito. Isto posto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, II, do Código do Processo Civil, pela evidente negligência da parte. Depois do trânsito em julgado, arquive-se, com baixa na distribuição. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016.

ADV: TIAGO OTACILIO DE ALFEU (OAB 659/CE), FRANCISCO CARLOS TOLSTOI SILVEIRA DE ALFEU (OAB 4126/CE), FRANCISCO JOSE RAMOS DE LIMA (OAB 4452/CE) - Processo 0376491-33.2000.8.06.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REQUERENTE: Patricia Macedo Picanco - Joao Eduardo Guinle Gentil - Vistos, etc Trata-se de Restauração de autos, sendo notório a paralisação do feito (dezessete anos) por negligência da parte autora, através de seu procurador judicial, o qual fez carga do processo em epígrafe no dia 28/05/1998 sem que tenha sido devolvido à secretaria. Feita sua intimação para devolver os autos o mesmo não cumpriu, deixando fluir, in albis, o prazo concedido, conforme certidão às fls. 12. Caracterizando o extravio dos autos originais, e especialmente, considerando a sua importante função de retratar a realidade processual pela qual a parte busca provar o seu direito, merece a proteção do legislador configurada no art. 1063 ao art. 1069 do CPC. Todavia, decorridos mais de 17 (dezessete) anos em que a parte, através do seu advogado, retirou o processo da Secretaria em carga, e regularmente intimada para devolver, deixou fluir o prazo concedido sem qualquer manifestação, faz-se presumir então, sua completa falta de interesse no prosseguimento do feito. Cinge-se observar que o presente feito encaminha-se sobre o procedimento voluntário, não consubstanciando em qualquer perda para a Requerente que, a qualquer momento, poderá intentar nova ação para requerer sua prestação jurisdicional. Relatei. Decido a seguir. Com base no exposto supra e documentos acostados, determino RESTAURADO OS AUTOS de nº 0376491-33.2000.8.06.0001, Ação de Traslado ajuizada por Patrícia Macedo Picanso. Outrossim, o Código do Processo Civil, prescreve "Artigo 267 - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito: II - Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes". A paralisação do processo por inércia das partes faz presumir o desinteresse em obter a prestação da tutela jurisdicional. Por isso, a lei prevê que, havendo negligência do interessado em dar andamento ao feito, neste caso por 17 (dezessete) anos, a consequência será

a extinção do processo sem resolução do mérito. Isto posto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, II, do Código do Processo Civil, pela evidente negligência da parte. Depois do trânsito em julgado, arquive-se, com baixa na distribuição. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016.

ADV: JOSE MARIA COSTA (OAB 3120/CE) - Processo 0407810-19.2000.8.06.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - AUTOR: Eustacia Lira Chaves - Vistos, etc Trata-se de Restauração de autos, sendo notório a paralisação do feito (dezesseis anos) por negligência da parte autora, através de seu procurador judicial, o qual fez carga do processo em epígrafe no dia 25/03/1999 sem que tenha sido devolvido à secretaria. Feita sua intimação para devolver os autos o mesmo não cumpriu, deixando fluir, in albis, o prazo concedido, conforme certidão às fls. 19. Caracterizando o extravio dos autos originais, e especialmente, considerando a sua importante função de retratar a realidade processual pela qual a parte busca provar o seu direito, merece a proteção do legislador configurada no art. 1063 ao art. 1069 do CPC. Todavia, decorridos mais de 16 (dezesseis) anos em que a parte, através do seu advogado, retirou o processo da Secretaria em carga, e regularmente intimada para devolver, deixou fluir o prazo concedido sem qualquer manifestação, faz-se presumir então, sua completa falta de interesse no prosseguimento do feito. Cinge-se observar que o presente feito encaminha-se sobre o procedimento voluntário, não consubstanciando em qualquer perda para a Requerente que, a qualquer momento, poderá intentar nova ação para requerer sua prestação jurisdicional. Relatei. Decido a seguir. Com base no exposto supra e documentos acostados, determino RESTAURADO OS AUTOS de nº 0407810-19.2000.8.06.0001, Ação de Retificação Imobiliária, ajuizada por Eustacia Lira Chaves. Outrossim, o Código do Processo Civil, prescreve “Artigo 267 - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito: II - Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes”. A paralisação do processo por inércia das partes faz presumir o desinteresse em obter a prestação da tutela jurisdicional. Por isso, a lei prevê que, havendo negligência do interessado em dar andamento ao feito, neste caso por dezesseis anos, a consequência será a extinção do processo sem resolução do mérito. Isto posto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, II, do Código do Processo Civil, pela evidente negligência da parte. Depois do trânsito em julgado, arquive-se, com baixa na distribuição. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Fortaleza/CE, 28 de janeiro de 2016.

ADV: ANNALIDIA NOGUEIRA CORDEIRO CRISOSTOMO (OAB 13453/CE) - Processo 0916304-19.2014.8.06.0001 - Procedimento Ordinário - Retificação de Área de Imóvel - REQUERENTE: Osmar Gonçalves Cordeiro - Sobre a contestação de fls.197/200, manifeste-se o Autor no prazo de 10 (dez) dias. Exp. Nec.

VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL

VARAS CRIMINAIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTÔNIO JOSÉ DE NORÕES RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO JANOEBIO DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2016

ADV: JOSE JOBSON BACURAU ALENCAR (OAB 16677/CE) - Processo 0061688-93.2015.8.06.0001 - Carta Precatória Criminal - Receptação - J DEPCTE: Juizo de Direito da Primeira Vara Criminal de Crato - RÉU: Josefran Teixeira Sampaio - Inquirição de Testemunha Data: 17/02/2016 Hora 13:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTÔNIO JOSÉ DE NORÕES RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO JANOEBIO DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0032/2016

ADV: PAULO JOSE GOMES MOTA (OAB 26136/CE) - Processo 0062498-68.2015.8.06.0001 - Carta Precatória Criminal - Roubo Majorado - J DEPCTE: Juiz de Direito da 1a. Vara Criminal da Comarca de Maracanaú/CE - RÉU: Gabriel Linhares de Oliveira e outro - Inquirição de Testemunha Data: 17/02/2016 Hora 14:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

EXPEDIENTES DA 2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTÔNIO JOSÉ DE NORÕES RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DEISMEIRE QUEIROZ SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2016

ADV: ARIANE ANDRADE SAMPAIO (OAB 16767/CE) - Processo 0184346-61.2011.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: Antonio Roberio dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 22/02/2016 Hora 16:02 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTÔNIO JOSÉ DE NORÕES RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DEISMEIRE QUEIROZ SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2016

ADV: HELIO NOGUEIRA BERNARDINO (OAB 11539/CE) - Processo 0043171-40.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Robson Pereira dos Santos - Intime-se o acusado, por seu advogado, para apresentar memoriais no prazo de 05 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTÔNIO JOSÉ DE NORÕES RAMOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DEISMEIRE QUEIROZ SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2016

ADV: HEDY NAZARE NOGUEIRA (OAB 21069/CE) - Processo 0056417-74.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Paulo Felipe de Oliveira Juliao - Instrução e Julgamento Data: 23/02/2016 Hora 15:01 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

EXPEDIENTES DA 3ª VARA CRIMINAL

3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA
JUIZ(A) TITULAR : RICARDO EMIDIO DE AQUINO NOGUEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA: MARINA BENVINDA DE JESUS
EXPEDIENTE Nº 120/ 2016 EM: 29 DE JANEIRO DE 2016
OAB /CE : 7030
OAB/CE : 17.221.
1) Processo : 0462237.77.2011.8.06.0001
Acusado : Gidalton Cavalcante Queiroz
FICAM INTIMADOS PARA AUDIÊNCIA DE IINSTRUÇÃO CRIMINAL NO DIA 17.02.2016 ÁS 10:20 HORAS NA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE QUIXADÁ - CEARÁ.
INT. DR(S) FRANCISCO QUEIROZ DOS SANTOS E DANIEL FRANCISCO DE ALMEIDA FERREIRA

EXPEDIENTES DA 4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MAGNA OLIVEIRA DOURADO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2016

ADV: JOAO THEOPHILO NETO (OAB 27430/CE) - Processo 0022290-42.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: Antonio Fernando Reis da Silva - Fica o patrono do acusado intimado para apresentar os memoriais, nos termos do art. 403, do CPP. Prazo de Lei.

ADV: JOSE ROCHA LEITE (OAB 5336/CE), VALDEMIRTES LEITAO PEDROSA REBOUÇAS MOTA (OAB 15761/CE) - Processo 0033738-12.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Lucas Ferreira de Oliveira - BRUNO DE OLIVEIRA FERREIRA - ficam os patronos dos acusados intimados da Decisão transcrita, em parte, a seguir: “Assim, dentro da linha de fundamentação exposta, INDEFIRO o pedido formulado pela Defesa.”

ADV: THALYTA MAGALHAES CASTELO (OAB 19334/CE) - Processo 0055094-63.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Evanebio Barros Nogueira - Fica a patrona do acusado intimada para apresentar os memoriais, nos termos do art. 403, do CPP. Prazo de Lei..

ADV: FRANCISCO FERNANDO CASTRO SARAIVA LEAO (OAB 5870/CE) - Processo 0071869-56.2015.8.06.0001 (processo principal 0063105-81.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Roubo Majorado - REQUERENTE: Gerson Thiago da Conceição - Fica o partrono do requerente intimado da Decisão transcrita, em parte, a seguir: “À vista do exposto, a manutenção da excepcional constrição cautelar lançada quando da homologação do auto de prisão em flagrante subsiste, razão porque indefiro a súplica do acusado Gerson Thiago da Conceição, o que faço com fulcro nos artigos 312 e seguintes do Código de Processo Penal.”

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MAGNA OLIVEIRA DOURADO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2016

ADV: JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE) - Processo 0063176-83.2015.8.06.0001 (processo principal 0061595-33.2015.8.06) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Quadrilha ou Bando - REQUERENTE: Mayra Barboza Pitombeira - Fica o patrono da requerente intimado da Decisão transcrita, em parte, a seguir: “Isto posto, julgo o presente pedido prejudicado.”

ADV: RAIMUNDO AGUIAR AZEVEDO (OAB 10483/CE), DENYS GARDELL DA SILVA FIGUEIREDO (OAB 31624/CE) - Processo 1082099-68.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Janildo Valerio Aguiar e outros - Ficam os patronos do acusado intimados para Audiência designada para o dia 01/03/2016, às 16:00h, bem como da expedição de carta precatória à Comarca de Maracanaú/CE, para oitiva das testemunhas Francisco Valdenor e Erisvaldo..

EXPEDIENTES DA 5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CHRISTIANNE BRAGA MAGALHÃES CABRAL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SHIRLEY AGUIAR GIRÃO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0010/2016

ADV: YURI MARTINS BATISTA DA SILVA (OAB 28309/CE) - Processo 0064828-38.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTOR: Ministério Público Estado do Ceará - AUTUADO: Jardel Rodrigues Lima - Fica o advogado intimado para os fins do art. 403, §3º, do CPP.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CHRISTIANNE BRAGA MAGALHÃES CABRAL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA THEMIS MEDEIROS ALENCAR
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2016
ADV: LEIDYANNE BEZERRA DE MACEDO (OAB 31639/CE) - Processo 0065650-27.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: FRANCISCO LEONARDO PEREIRA DA SILVA e outro - FICA INTIMADA PARA, NO PRAZO LEGAL, APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO

EXPEDIENTES DA 9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIZABETH SANTOS VALE RODRIGUES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUCIA DE FATIMA MARQUES DAMASCENO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2016
ADV: MATEUS LIMA LOUZADA (OAB 17782/CE), MARCOS RIGONY MENEZES COSTA (OAB 12659/CE) - Processo 0039465-49.2015.8.06.0001 - Carta Precatória Criminal - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francisco Assis Cordeiro Sousa - Antônio Gleidson Ripardo Silveira - Ficam os advogados intimados da instrução criminal designada para o dia 24/02/2016, às 16h30, na sala de audiências da 9ª Vara Criminal.

EXPEDIENTES DA 11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0029/2016
ADV: MOACIR CARNEIRO DO NASCIMENTO (OAB 8991/CE) - Processo 0036209-98.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Francinildo dos Santos Silva - Instrução Data: 25/02/2016 Hora 14:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2016
ADV: CLÁUTENIS PEREIRA DO CARMO (OAB 18804/CE) - Processo 0057891-80.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Jose Souza da Silva Filho e outro - Fica a defesa do réu Jose Souza da Silva Filho intimada para apresentação de contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministerio Publico.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0033/2016
ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 0965793-16.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMA: Maria Telma Miranda Barreto e outros - RÉU: Pedro Assuncao Frota de Souza - R. hoje. Considerando a certidão de fls. 160 e 163, intime-se o advogado subscritor da petição de fls. 155, para que informe a este Juízo o atual endereço do acusado, a fim de que seja citado para apresentar defesa preliminar escrita, no prazo de 10 (dez) dias, haja vista que não localizado no endereço anteriormente informado a este juízo. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 11 de novembro de 2015. Sandra Elizabete Jorge Landim Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2016
ADV: FRANCISCO DE ASSIS LIMA (OAB 12231/CE) - Processo 0797363-13.2014.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Laenio Andrade de Almeida e outro - DISPOSITIVO Ante o exposto, com base em todas as provas constantes no feito, julgo procedente a pretensão punitiva do Estado, materializada na acusação oferecida pelo Ministério Público, em face do que: * CONDENO o acusado FRANCISCO CARLOS DO NASCIMENTO ALVES como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código penal e, ainda, artigo 14, da Lei nº 10.826/2003, tudo na forma do artigo 69, do CP e * CONDENO o acusado LAÊNIO ANDRADE DE ALMEIDA nas penas do artigo 12, da Lei nº 10.826/2003. DOSIMETRIA DA PENA Assim, passo ao critério trifásico de aplicação da pena, examinando, inicialmente, as circunstâncias judiciais para, em seguida, verificar a eventual presença de circunstâncias legais atenuantes ou agravantes e, por fim, as causas de diminuição ou aumento de pena (minorantes e majorantes). Em relação ao Réu FRANCISCO CARLOS DO NASCIMENTO ALVES Para o crime de PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO 1ª Fase: Circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Culpabilidade: A conduta do réu ultrapassou aquela inerente ao tipo penal. Reconheceu, havia adquirido a pistola há uns dois anos antes. Ou seja, durante todo este interregno, o acusado teve à sua disposição uma arma municiada, causando, silente, perigo iminente a toda a população DESFAVORÁVEL. Antecedentes: Vê-se que o acusado não responde a outros procedimentos criminais. FAVORÁVEL. Conduta social: de inadaptado social, mencionou ter inimigos. Entendo que a conduta do acusado já se mostra alheia àquela dita comum, desmerecendo-o sobremaneira. DESFAVORÁVEL. Personalidade: Não existe elementos suficientes

à sua aferição. NEUTRA. Motivos: Entendo ser banal o motivo, na medida em que, possuindo uma arma municiada à sua disposição, o réu aceitou a condição de ferir terceira pessoa, admitindo machucar o semelhante a qualquer tempo. DESFAVORÁVEL. Circunstâncias: Elementos são inerentes ao tipo. NEUTRA. Consequências do crime: Atentou contra o SISNARM (Sistema Nacional de Armas). DESFAVORÁVEL. Comportamento da vítima: Neste tipo penal inexistiu vítima. NEUTRA. PENA BASE: Concluída a análise, ante o princípio da individualização da pena, tendo por base as diretrizes do artigo 68, do Código Penal Brasileiro, fixo a pena base em 02 anos e 06 meses de reclusão e 30 dias multa, por considerá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase: Atenuantes e Agravantes: Quanto à atenuante da CONFISSÃO, observando as manifestações do réu, através de seus interrogatórios, verifica-se que o mesmo confessara o porte da arma apreendida. Embora as razões do réu para justificar tal porte de arma seja completamente distorcida, o mesmo confessou a prática de tal delito. Diminuo a pena em 03 meses de reclusão e 03 dias multa. Desconsidero a atenuante inominada, pelas razões supra elencadas. Assim, perfaz-se uma pena de 02 anos e 03 meses de reclusão e 27 dias multa. Passo à fase seguinte. 3ª FASE: Minorantes e Majorantes (causas de diminuição e aumento de pena): Inexiste, para este tipo penal, qualquer causa que diminua ou aumente a pena, razão pela qual computa-se uma pena final de 02 anos e 03 meses de reclusão e 27 dias multa, tornando-as concretas e definitivas, à míngua de circunstâncias outras a serem levadas em consideração. Para o crime de RECEPTAÇÃO - Artigo 180, caput, do CP 1ª Fase: Circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Culpabilidade: O denunciado agiu em grau de reprovabilidade superior à espécie. DESFAVORÁVEL. Antecedentes: Vê-se que o acusado não responde a outros procedimentos criminais. FAVORÁVEL. Conduta social: De inadaptado social mencionou ter inimigos. Entendo que a conduta do acusado já se mostra alheia àquela dita comum, desmerecendo-o sobremaneira. DESFAVORÁVEL. Personalidade: Não existe elementos suficiente à aferição.NEUTRA. Motivos: No caso dos presentes autos, entende ser banal o motivo, na medida em que, ao adquirir arma sem registro, sabia do ilícito que praticava (inerente ao tipo penal). Além disso, o que extrapola as inferências do tipo penal, é que o réu sabia dos perigos inerentes e consequentes acerca da aquisição de uma arma que, diga-se, encontrava-se municiada. DESFAVORÁVEL. Circunstâncias: Inerentes ao tipo penal. NEUTRA. Consequências do crime: Fomentou o comércio ilícito de armas. DESFAVORÁVEL. Comportamento da vítima: Neste tipo penal inexistiu vítima. NEUTRA. PENA BASE: Concluída a análise, tendo por base as diretrizes do artigo 68, do Código Penal Brasileiro, fixo a pena base em 01 ano e 06 meses de reclusão e 30 dias multa, por considerá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase: Atenuantes e Agravantes: Acerca da atenuante da CONFISSÃO, observando as manifestações do réu, vejo que o mesmo reconheceu que adquirira a arma. Diminuo a pena em 03 meses de reclusão e 05 dias multa. Passo à fase seguinte, apondo uma pena de 01 ano e 03 meses de reclusão e 25 dias multa. Como dito, desconsidero a atenuante inominada. Passo à fase seguinte. 3ª FASE: Minorantes e Majorantes: (causas de diminuição e aumento de pena): Inexiste, para este tipo penal, qualquer causa que diminua ou aumente a pena, razão pela qual computa-se uma pena final de 01 ano e 03 meses de reclusão, além de 25 dias multa. DO CONCURSO MATERIAL (Em relação a Francisco Carlos do Nascimento Alves): Reconhecendo, finalmente, o concurso material, previsto no artigo 69 do CPB. entre os crimes, faço o cúmulo material, já que são delitos autônomos e que atingem diferentes bens jurídicos. Torno, assim, a pena concreta e definitiva em 03 anos e 06 meses de reclusão e 52 dias multa. A pena deverá ser cumprida em REGIME ABERTO. Considerando que o sentenciado respondeu ao processo em liberdade, resta despiciendo qualquer deliberação a este respeito. DO ARTIGO 44 DO CP (em relação ao sentenciado Francisco Carlos do Nascimento Alves): Conforme prevê o art. 44 do Código Penal, é possível a substituição de penas privativas de liberdade por restritivas de direitos se o delito praticado não o for com violência ou grave ameaça à pessoa, a pena de reclusão imposta não ultrapassar o limite de quatro anos e o agente preencher os requisitos subjetivos para receber o benefício. Entendo que os delitos praticados pelo sentenciado, em tese, suportariam a apliação da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em face da pena aplicada ser inferior a quatro anos, de não ser reincidente e de o crime não ter sido cometido com violência ou ameaça de violência contra a pessoa. No entanto, como preleciona o mesmo artigo, vejo que algumas circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, não se mostram favoráveis ao réu. Analiso este artigo de forma bastante cuidadosa e acurada, para não se aplicar pena mais grave àquele que a desmerece ou, ainda, aplicar pena menos severa àquele que deveria ter uma pena Destarte, atenta às finalidades da sentença (e da pena), entendo que o acusado Francisco Carlos do Nascimento Alves não faz jus à substituição. Ora, os delitos por ele praticados demonstram, já, uma personalidade voltada para a prática de delitos. Assim, não se pode desmerecer que o acusado reconheceu que adquirira uma arma (pistola) municiada. Reconheceu, ainda, que a havia adquirido há uns dois anos antes. Ou seja, durante todo este interregno, o acusado teve à sua disposição uma arma municiada, causando, silente, perigo iminente a toda a população. A conduta do réu, desta feita, desmerece-lhe a aplicação do disposto no artigo 44, do CP. “A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito requer o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos constantes no artigo 44, do CP.” (STJ, HC 126.199/SP, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, Dje, 01/06/2009). DOSIMETRIA DA PENA DA POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO e MUNIÇÕES Réu: Laênio Andrade de Almeida 1ª Fase: Circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Culpabilidade: A conduta do réu não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal. NEUTRA. Antecedentes: Vê-se que o acusado respondeu e foi condenado pela prática do delito de furto, a uma pena de 01 ano de reclusão e 10 dias multa, no regime aberto, procedimento que tramitou na 4ª Vara Criminal (nº 0928666-44.2000.8.06.0001). Segundo informações obtidas no E-Saj, a decisão transitou em julgado em 22.04.2002. Embora este feito não sirva para configurar a reincidência, dado o lapso temporal existente, esta condenação faz subsistir, para fazer figurar o réu com maus antecedentes. DESFAVORÁVEL. Conduta social: de inadaptado social.Conduta totalmente diversa daquela do homem comum, desmerecendo-o sobremaneira. DESFAVORÁVEL. Personalidade: totalmente deturpada e voltada para o submundo do crime. O sentenciado Laênio responde na 14ª Vara Criminal pela prática do delito descrito no artigo 157,§2º,I e II e art. 288 ambos do CPB, fato este que teria ocorrido no dia 09.10.2013, e que ocasionou a prisão em flagrante do réu e de um comparsa (nº 0069610-59.2013.8.06.0001). Ainda, responde a procedimento pela suposta prática do delito de homicídio, que inicialmente tramita na 4ª Vara do Júri (nº 0139873-92.2008.8.06.0001). DEsFAVORÁVEL. Motivos: Entendo ser banal o motivo, na medida em que, possuindo uma arma municiada à sua disposição, o réu aceitou a condição de ferir terceira pessoa, admitindo machucar o semelhante a qualquer tempo. DESFAVORÁVEL. Circunstâncias: Elementos são inerentes ao tipo. NEUTRA. Consequências do crime: Atentou contra o SISNARM (Sistema Nacional de Armas). DESFAVORÁVEL. Comportamento da vítima: Neste tipo penal inexistiu vítima. NEUTRA. PENA BASE: Concluída a análise, ante o princípio da individualização da pena, tendo por base as diretrizes do artigo 68, do Código Penal Brasileiro, fixo a pena base em 02 anos de reclusão e 30 dias multa, por considerá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase: Atenuantes e Agravantes: Não há atenuantes a serem consideradas. De outra forma, acerca da REINCIDÊNCIA, tem-se que o sentenciado foi processado e condenado na 1º Vara de Delitos de Tráfico de Drogas, pela prática do delito do artigo 33, da Lei nº 11.343/2006, a uma pena de 05 anos de reclusão e 500 dias multa, a ser cumprido, inicialmente, em regime fechado. Referida sentença transitou em julgado, para Laênio, no dia 03.06.2013, conforme Certidão de página 233, dos autos principais - feirto nº 0497733-70.2011.8.06.0001. Neste ensejo, o procedimento tramita na 1ª Vara de Execução Penal (nº 0057662-52.2015.8.06.0001). Destarte, referido feito se adequa aos ditames dos artigos 63 e 64, do CP,

tendo em vista que ainda permanece em trâmite. Assim, em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, necessidade e suficiência à reprovação e à prevenção do crime, incremento a pena em 1/6 (um sexto) da pena aplicada, ou seja, 04 meses de reclusão e 05 dias multa, totalizando uma pena de 02 anos e 04 meses de reclusão, além de 35 dias multa. Nada mais a apreciar por hora, passo à fase seguinte. 3ª FASE: Minorantes e Majorantes (causas de diminuição e aumento de pena): Inexiste, para este tipo penal, qualquer causa que diminua ou aumente a pena, razão pela qual computa-se uma pena final de 02 anos e 04 meses de reclusão e 35 dias multa, tornando-as concretas e definitivas, à míngua de circunstâncias outras a serem levadas em consideração. DO ARTIGO 44, DO CP - INAPLICABILIDADE: Deixo de aplicar as disposições do artigo 44, do CP, tendo em vista que as circunstâncias judiciais do réu lhes são desfavoráveis, mormente sua conduta social e sua personalidade, além do que o mesmo figura como reincidente. "A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito requer o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos constantes no artigo 44, do CP." (STJ, HC 126.199/SP, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, Dje, 01/06/2009). Aplico ao sentenciado o REGIME FECHADO para o início do cumprimento da pena, mormente porque o mesmo é reincidente. Quanto às penas de multa (aplicadas aos réus) estas devem ser pagas no prazo de 10 (dez) dias após o trânsito em julgado, correspondendo o dia-multa a 1/30(um trigésimo do salário mínimo vigente (art. 49 e 50 do CPB), devendo ser recolhida ao Fundo Penitenciário. DA DETRAÇÃO PENAL (em relação a Laênio Andrade de Almeida): Vejo que o sentenciado foi preso em flagrante no dia 24.11.2014, assim permanecendo até a presente data. Desta feita, o sentenciado permaneceu preso por exatos 01 ano 01 mês e 28 dias. Detraindo-se este tempo da pena total, a si aplicada, resta-se cumprir uma pena de 01 ano 02 meses e 02 dias de reclusão, além de 35 dias multa. DO REGIME APLICADO A LAÊNIO ANDRADE DE ALMEIDA (REGIME FECHADO) DECRETO DE PRISÃO O delito praticado pelo réu tornou-se algo corriqueiro no cotidiano citadino. Aliás, delitos desta natureza são observados tanto nas grandes cidades, como em pequenos vilarejos. É a banalização da criminalidade. Do histórico do réu, tem-se que o mesmo: * Foi processado e condenado na 1º Vara de Delitos de Tráfico de Drogas, pela prática do delito do artigo 33, da Lei nº 11.343/2006, a uma pena de 05 anos de reclusão e 500 dias multa, a ser cumprido, inicialmente, em regime fechado. Referida sentença transitou em julgado, para Laênio, no dia 03.06.2013, conforme Certidão de página 233, dos autos principais - feirto nº 0497733-70.2011.8.06.0001. Neste ensejo, o procedimento tramita na 1ª Vara de Execução Penal (nº 0057662-52.2015.8.06.0001). * Responde na 14ª Vara Criminal pela prática do delito descrito no artigo 33, da Lei nº 11.343/2003, fato este que teria ocorrido no dia 09.10.2013, e que ocasionou a prisão em flagrante do réu e de um comparsa (nº 0069610-59.2013.8.06.0001). * Respondeu e foi condenado pela prática do delito de furto, a uma pena de 01 ano de reclusão e 10 dias multa, no regime aberto, procedimento que tramitou na 4ª Vara Criminal (nº 0928666-44.2000.8.06.0001). Segundo informações obtidas no E-Saj, a decisão transitou em julgado em 22.04.2002. * Responde a procedimento pela suposta prática do delito de homicídio, que inicialmente tramita na 4ª Vara do Júri (nº 0139873-92.2008.8.06.0001). Analisando-se os fatos, em ordem crescente, tem-se que: - Dia 28.07.2011 foi preso em flagrante (feito da 1ª Vara de Tráfico de Drogas); - Dia 24.11.2011 teve sua prisão relaxada - data esta, da decisão (feito da 1ª Vara de Tráfico de Drogas); - Dia 09.10.2013 foi novamente preso em flagrante (feito da 14ª Vara Criminal); - Dia 19.05.2014 teve sua prisão relaxada - data esta, da decisão (feito da 14ª Vara Criminal) - Dia 24.11.2014 foi novamente preso, dando origem a este processo. Assim, o sentenciado voltou a delinquir, embora tenha-lhe sido concedida a liberdade em oportunidades anteriores, por mais de uma vez (prisões relaxadas). Destarte, o conteúdo do presente julgamento reafirma os fundamentos e a necessidade da prisão cautelar, pelo que não concedo o direito ao apenado de apelar em liberdade. O acusado, ao que dimana dos autos e da pesquisa realizada na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Ceará, não tem boa conduta social, possuindo uma personalidade violenta e já deformada. Destaca-se, inclusive, que em outros procedimentos em que figura como réu Laênio, destacou-se que este expulsava pessoas de suas casas para utilizarem o imóvel para a prática de tráfico de drogas. Esta informação também foi relatada neste processo, pelos policiais que realizaram a prisão do réu. Assim, estes fatos não estão sendo analisados nestes autos, no entanto servem como prova indiciária, a desmerecer, ainda mais, a ação do réu. Destaca-se, ainda, que o princípio constitucional da presunção de inocência ou da não culpabilidade não é incompatível com as custódias cautelares, não obstando a decretação de prisão antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, desde que presentes uma das hipóteses previstas em lei. No caso, vislumbro razões fáticas para tal. Anoto, finalmente, que o acusado foi mantido preso durante toda a instrução criminal, e que agora, sobrevindo uma sentença condenatória, com muito mais razão deve permanecer custodiado, como o que, repita-se, não se atenta contra a Carta Política em vigor. Com essas considerações, e tendo por base as disposições da Resolução nº 113, de 20.04.2010, oriunda do CNJ, mister que o acusado permaneça em cárcere, pelo que DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE LAÊNIO ANDRADE DE ALMEIDA, a fim de evitar que o réu pratique novos delitos e continue a vilipendiar a ordem pública, cabendo ao Exmo. Juízo das Execuções dar início ao cumprimento desta sentença, inclusive acerca do regime inicialmente aplicado. Expeça-se o competente Mandado de Prisão, o fazendo, sobretudo e fundamentadamente, em tributo à ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei penal, tendo em vista também o disciplinamento da nova Lei 12.403, que modificou o Código de Processo Penal Brasileiro, em que não pode mais perdurar a prisão em flagrante. Em caso de interposição de recurso, expeça-se carta de guia de recolhimento provisório e remeta-se prontamente ao Juízo da Execução Criminal (Resolução nº 113 do C.N.J.), certificando-se nos autos. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos réus no livro do rol dos culpados, com as anotações devidas e comunicações de praxe; oficie-se ao Cartório Eleitoral dando ciência desta decisão para fins de suspensão dos direitos políticos do apenado, bem como se expeça a guia de execução e envie ao Juízo das Execuções Criminais. Custas pelos cofres públicos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se (o réu, pessoalmente). Fortaleza(CE) 21 de janeiro de 2016. SANDRA ELIZABETE JORGE LANDIM Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0035/2016

ADV: HELIO NOGUEIRA BERNARDINO (OAB 11539/CE) - Processo 0800193-49.2014.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Anderson Rodrigues de Araújo e outros - DISPOSITIVO Pelo exposto acima, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado, materializada na acusação oferecida pelo Ministério Público, em face do que CONDENO os acusados HENRIQUE ANDRADE SILVA FAÇANHA, ANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO e DANILO SOUSA DE OLIVEIRA como incursos nas sanções do Artigo 157, § 2º, incisos I e II, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal e Artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, aplicando-se o disposto no artigo 71, também do Código Penal. Como ressaltado nas linhas anteriores, considerando a possibilidade da Emendatio Libelli, ABSOLVO o acusado ANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO das penas descritas no artigo 309, Lei nº 9.503/97. DOSIMETRIA DA PENA Passo ao critério trifásico de aplicação da pena, examinando, de per si, as circunstâncias judiciais para, em seguida, verificar a eventual presença de

circunstâncias legais atenuantes ou agravantes e, por fim, as causas de diminuição ou aumento de pena (minorantes e majorantes). Sentenciado: HENRIQUE ANDRADE SILVA FAÇANHA Considerando a aplicação do crime continuado, descrito no artigo 71, do CP, e considerando a aplicação da pena (como descrito no referido artigo), analiso a dosimetria da pena em relação à vítima José Ronialisson Cunha Nobre, por entender que a ação do réu em relação a esta vítima se deu de forma mais grave: 1ª Fase: Circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Culpabilidade: A conduta do réu ultrapassou aquela inerente ao tipo penal, vez que praticou o delito com extrema violência. Exacerbou os meios necessários à consecução do tipo penal. DESFAVORAVEL. Antecedentes: Somente serão consideradas as condenações definitivas por crime anterior à prática do fato descrito nos presentes autos, e que não impliquem em reincidência. Assim, analisando a vida pregressa do réu, embora não tenha antecedentes imaculados, desconsidera-se neste ensejo, por entendê-los desprovidos de apreciação neste momento. NEUTRALIZADA. c) Conduta social: A conduta do réu já se mostra deturpada. Ressalte-se que a própria testemunha trazida pela defesa admitiu que o acusado era mal visto na comunidade. DESFAVORÁVEL. d) Personalidade: Violenta.Vê-se que o réu responde a um procedimento criminal na 14ª Vara Criminal pela suposta prática do delito do artigo 16, IV, da Lei nº 10.826/2003, fato este que ocorrera no dia 05/07/2014. Embora este feito não sirva para desmerecer seus antecedentes, indicia que o réu possui personalidade já transgressora, com comportamento pernicioso à sociedade. DESFAVORÁVEL. Motivos: Intrínseco ao tipo penal, ou seja, auferir vantagem de forma fácil (segundo o réu, para pagar dívida referente á aquisição de drogas). NEUTRA. Circunstâncias: são em tudo e por tudo desfavoráveis. O sentenciado e seus comparsas em plena luz do dia abordaram as vitimas que trafegavam em rua movimentada, podendo até causar um acidente de trânsito. DESFAVORÁVEL. Consequências do crime: O objeto da vítima foi recuperado. De toda sorte, entendo ter havido um forte abalo emocional nas vítimas, eis que o fato criminoso aconteceu na véspera de seu casamento, período que, por si só, já se mostra tenso. DESFAVORÁVEL . Comportamento da vítima: A vítima não contribuiu para a prática do delito. NEUTRA. PENA BASE: Concluída a análise, ante o princípio da individualização da pena, tendo por base as diretrizes do artigo 68, do CP, fixo a pena base em 05 anos de reclusão e 40 dias multa, por considerá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase: Atenuantes e Agravantes: Embora por razões esdrúxulas, entendo que o acusado reconheceu a prática deste delito. aplico a atenuante da confissão e diminuo a pena em 03 meses de reclusão e 03 dias multa. Deixo de aplicar, outrossim, a ATENUANTE INOMINADA, pelas razões já expostas retro. Inexistem agravantes. Passo à fase seguinte, com uma pena de 04 anos e 09 meses de reclusão e 37 dias multa. 3ª Fase: Minorantes e Majorantes (causas de diminuição e aumento de pena): Observa-se, in casu, a aplicação de duas causas de aumento de pena, porquanto o réu praticara o crime de roubo com o auxílio de um revólver e em conluio com outros dois comparsas (também réus neste feito). Como não se pode dar tratamento igual a duas situações jurídicas diferentes, entendo que ante a aplicabilidade de duas causas de aumento de pena, deva se dar majoração à pena em limite superior ao mínimo de 1/3, pois, inadmissível aumentar uma pena em que presentes duas causas de aumento, no mínimo e, utilizar o mesmo critério quando da existência de apenas uma causa de aumento. Assim, em sede de roubo, quando houver uma única qualificadora, o aumento sobre a pena base é de 1/3, quando forem três, será a metade e, quando ocorrerem duas, o aumento deverá ficar entre o mínimo e o máximo estipulado, ou seja, em 2/5. (TACRIM-SP-AC 12/138). No entanto, no caso destes autos, reputo suficiente aplicar o agravamento da pena em 3/8 (três oitavos), ou seja, 01 ano 09 meses e 11 dias de reclusão e 12 dias multa, resultando numa pena (NA 3ª FASE) de 06 anos 06 meses e 11 dias de reclusão e 49 dias multa. DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 71, DO CP (Continuidade Delitiva) Observa-se ter havido a prática do tipo penal descrito no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do CP, em duas condutas, uma delas em sua forma consumada,. Assim, nos termos do artigo 71, do CP, aplico a pena de um dos roubos - diga-se, a pena mais grave, conforme explicitado acima e a aumento em 1/6 (um sexto), ou seja: 01 ano 01 mês e 01 dia de reclusão e 08 dias mula, firmando-se numa pena final de 07 ANOS 07 MESES E 12 DIAS DE RECLUSÃO e 57 DIAS MULTA. Aplico ao acusado o REGIME SEMIABERTO para o início do cumprimento da pena, nos termos do artigo 33, §2º, do CP. DOSIMETRIA DA PENA Sentenciado: ANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO Considerando a aplicação do crime continuado, descrito no artigo 71, do CP, e considerando a aplicação da pena (como descrito no referido artigo), analiso a dosimetria da pena em relação à vítima José Ronialisson Cunha Nobre, por entender que a ação do réu em relação a esta vítima se deu de forma mais grave: 1ª Fase: Circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Culpabilidade: A conduta do réu não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal. NEUTRA. Antecedentes: Somente serão consideradas as condenações definitivas por crime anterior à prática do fato descrito nos presentes autos, e que não impliquem em reincidência. Assim, analisando a vida pregressa do réu, embora não tenha antecedentes imaculados, desconsidera-se neste ensejo, por entendê-los desprovidos de apreciação neste momento. NEUTRA. c) Conduta social: A conduta do réu já se mostra deturpada. Ressalte-se que a própria testemunha trazida pela defesa admitiu que o acusado era mal visto na comunidade. DESFAVORÁVEL. d) Personalidade: Vê-se que o réu responde a um procedimento criminal na 3ª Vara de Tráfico de Drogas, pela suposta pratica do delito descrito no artigo 33, da Lei nº 11.343/2006, fato ocorrido no dia 12/08/2014. Embora este feito não sirva para desmerecer seus antecedentes, indicia que o réu possui personalidade já transgressora, com comportamento pernicioso à sociedade. DESFAVORÁVEL. Motivos: Intrínseco ao tipo penal, ou seja, auferir vantagem de forma fácil. NEUTRA. Circunstâncias: são em tudo e por tudo desfavoráveis. O sentenciado e seus comparsas em plena luz do dia abordaram as vitimas que trafegavam em rua movimentada, podendo até causar um acidente de trânsito. DESFAVORÁVEL. Consequências do crime: O objeto da vítima foi recuperado. De toda sorte, entendo ter havido um forte abalo emocional nas vítimas, eis que o fato criminoso aconteceu na véspera de seu casamento, período que, por si só, já se mostra tenso. DESFAVORÁVEL. Comportamento da vítima: A vítima não contribuiu para a prática do delito. NEUTRA. PENA BASE: Concluída a análise, ante o princípio da individualização da pena, tendo por base as diretrizes do artigo 68, do CP, fixo a pena base em 04 anos e 09 meses de reclusão e 35 dias multa, por considerá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase: Atenuantes e Agravantes: Embora por razões esdrúxulas, entendo que o acusado reconheceu a prática deste delito. aplico a atenuate da confissão e diminuo a pena em 03 meses de reclusão e 02 dias multa. Verifico, ainda, que o acusado era, ao tempo do crime, maior de 18 anos e menor de 21 anos de idade, devendo receber as benesses da atenuante descrita no artigo 65, I, do CP, no que pertine à menoridade relativa. Diminuo a pena em 03 meses de reclusão e 02 dias multa. Deixo de aplicar, outrossim, a ATENUANTE INOMINADA, pelas razões já expostas retro. Inexistem agravantes. Passo à fase seguinte, com uma pena de 04 anos e 03 meses de reclusão e 31 dias multa. 3ª Fase: Minorantes e Majorantes (causas de diminuição e aumento de pena): Observa-se, in casu, a aplicação de duas causas de aumento de pena, porquanto o réu praticara o crime de roubo com o auxílio de um revólver e em conluio com outros dois comparsas (também réus neste feito). Como não se pode dar tratamento igual a duas situações jurídicas diferentes, entendo que ante a aplicabilidade de duas causas de aumento de pena, deva se dar majoração à pena em limite superior ao mínimo de 1/3, pois, inadmissível aumentar uma pena em que presentes duas causas de aumento, no mínimo e, utilizar o mesmo critério quando da existência de apenas uma causa de aumento. Assim, em sede de roubo, quando houver uma única qualificadora, o aumento sobre a pena base é de 1/3, quando forem três, será a metade e, quando ocorrerem duas, o aumento deverá ficar entre o mínimo e o máximo estipulado, ou seja, em 2/5. (TACRIM-SP-AC 12/138). No entanto, reputo suficiente aplicar, no caso destes autos, o agravamento da pena em 3/8 (três oitavos), ou seja, 01 ano 07 meses

e 03 dias de reclusão e 10 dias multa, resultando numa pena (NA 3ª FASE) de 05 anos 10 meses e 03 dias de reclusão e 41 dias multa. DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 71, DO CP (Continuidade Delitiva) Assim, nos termos do artigo 71, do CP, aplico a pena de um dos roubos - diga-se, a pena mais grave, conforme explicitado acima e a aumento em 1/6 (um sexto), ou seja: 11 meses e 20 dias de reclusão e 06 dias multa, firmando-se numa pena final de 06 ANOS 09 MESES E 23 DIAS DE RECLUSÃO e 47 DIAS MULTA. Aplico ao acusado o REGIME SEMIABERTO para o início do cumprimento da pena, nos termos do artigo 33, §2º, do CP. DOSIMETRIA DA PENA Sentenciado: DANILO SOARES DE OLIVEIRA Considerando a aplicação do crime continuado, descrito no artigo 71, do CP, e considerando a aplicação da pena (como descrito no referido artigo), analiso a dosimetria da pena em relação à vítima José Ronialisson Cunha Nobre, por entender que a ação do réu em relação a esta vítima se deu de forma mais grave: 1ª Fase: Circunstâncias judiciais (art. 59, CP): Culpabilidade: A conduta do réu não ultrapassou aquela inerente ao tipo penal. NEUTRA. Antecedentes: Não os possui. FAVORÁVEL. c) Conduta social: Não há parâmetros para desmerecer ou favorecer o réu, no que se refere à sua conduta. NEUTRA. d) Personalidade: Da mesma forma, não há como analisar com acuidade a personalidade do sentenciado. NEUTRA. Motivos: Intrínseco ao tipo penal, ou seja, auferir vantagem de forma fácil. NEUTRA. Circunstâncias: são em tudo e por tudo desfavoráveis. O sentenciado e seus comparsas em plena luz do dia abordaram as vitimas que trafegavam em rua movimentada, podendo até causar um acidente de trânsito. DESFAVORÁVEL.. Consequências do crime: O objeto da vítima foi recuperado. De toda sorte, entendo ter havido um forte abalo emocional nas vítimas, eis que o fato criminoso aconteceu na véspera de seu casamento, período que, por si só, já se mostra tenso. DESFAVORÁVEL. Comportamento da vítima: A vítima não contribuiu para a prática do delito. NEUTRA. PENA BASE: Concluída a análise, ante o princípio da individualização da pena, tendo por base as diretrizes do artigo 68, do CP, fixo a pena base em 04 anos e 03 meses de reclusão e 30 dias multa, por considerá-las necessárias e suficientes à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase: Atenuantes e Agravantes: Não houve confissão por parte do acusado. Verifico, outrossim, que o sentenciado era, ao tempo do crime, maior de 18 anos e menor de 21 anos de idade, devendo receber as benesses da atenuante descrita no artigo 65, I, do CP, no que pertine à menoridade relativa, Diminuo,pois, a pena em 03 meses de reclusão e 02 dias multa. Á título de esclarecimento, deixo de considerar a ATENUANTE INOMINADA, pelas razões já expostas retro. Inexistem agravantes. Passo à fase seguinte, com uma pena de 04 anos de reclusão e 30 dias multa. 3ª Fase: Minorantes e Majorantes (causas de diminuição e aumento de pena): Observa-se, in casu, a aplicação de duas causas de aumento de pena, porquanto o réu praticara o crime de roubo com o auxílio de um revólver e em conluio com outros dois comparsas (também réus neste feito). Como não se pode dar tratamento igual a duas situações jurídicas diferentes, entendo que ante a aplicabilidade de duas causas de aumento de pena, deva se dar majoração à pena em limite superior ao mínimo de 1/3, pois, inadmissível aumentar uma pena em que presentes duas causas de aumento, no mínimo e, utilizar o mesmo critério quando da existência de apenas uma causa de aumento. Assim, em sede de roubo, quando houver uma única qualificadora, o aumento sobre a pena base é de 1/3, quando forem três, será a metade e, quando ocorrerem duas, o aumento deverá ficar entre o mínimo e o máximo estipulado, ou seja, em 2/5. (TACRIM-SP-AC 12/138). No entanto, reputo suficiente aplicar, no caso destes autos, o agravamento da pena em 3/8 (três oitavos), ou seja, 01 ano e 06 meses de reclusão e 10 dias multa, resultando numa pena de 05 anos e 06 meses de reclusão e 40 dias multa. DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 71, DO CP (Continuidade Delitiva) Observa-se ter havido a prática do tipo penal descrito no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do CP, em duas condutas, uma delas em sua forma consumada,. Assim, nos termos do artigo 71, do CP, aplico a pena de um dos roubos - diga-se, a pena mais grave, conforme explicitado acima e a aumento em 1/6 (um sexto), ou seja: 11 meses de reclusão e 06 dias multa, o que enseja uma pena final de 06 anos e 05 meses de reclusão e 46 dias multa. Aplico ao acusado o REGIME SEMIABERTO para o início do cumprimento da pena, nos termos do artigo 33, §2º, do CP. DA DETRAÇÃO: Por força do que dispõe o artigo 33, parágrafo único, do Código Penal Brasileiro, faz-se a detração do tempo de prisão dos réus até esta data, vez que estão em cárcere desde o dia 13/12/2014 (ou seja, há exatos 01 ano 01 mês e 10 dias). Assim, resta aos acusados o cumprimento das seguintes penas: *HENRIQUE ANDRADE SILVA FAÇANHA, resta-lhe cumprir uma pena de 06 anos, 06 meses e 02 dias de reclusão, além de 57 dias multa; * ANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO, resta-lhe cumprir uma pena de 05 anos 08 meses e 13 dias de reclusão e 47 dias multa; * DANILO SOUSA DE OLIVEIRA, resta-lhe cumprir uma pena de 05 anos 03 meses e 20 dias de reclusão. Aplico-lhes (aos três sentenciados) o REGIME SEMIABERTO para iniciar o cumprimento do restante da pena. DO DECRETO DE PRISÃO No que se refere ao sentenciado Henrique Andrade Silva Façanha, vê-se que o mesmo está a responder a um procedimento criminal na 14ª Vara Criminal pela suposta prática do delito do artigo 16, IV, da Lei nº 10.826/2003, fato este que ocorrera no dia 05/07/2014. No mais, quando aos delitos narrados nestes autos, vê-se que a atuação de Henrique foi extremamente reprovável, tendo em vista que era ele quem trazia consigo um revólver, este que foi apontado para as vítimas e, diga-se, encontrava-se municiado. Quanto ao sentenciado Anderson Rodrigues de Araújo, este, igualmente, responde a outro procedimento criminal (que tramita na 3ª Vara de Tráfico de Drogas, pela suposta pratica do delito descrito no artigo 33, da Lei nº 11.343/2006, fato ocorrido no dia 12/08/2014). Neste feito, a atuação do réu foi de extrema importância, porquanto o mesmo fora a pessoa que dirigiu o veículo roubado proporcionando a fuga dos três. Tem-se que as duas ações perpetradas pelos acusados foram dotadas de extrema gravidade. Aliás, pelo que foi narrado pela vítima do segundo roubo, Henrique agiu com total frieza e de forma bastante violenta, enquanto Anderson dava total guarida à ação do comparsa. A atitude dos réus poderia, inclusive, ter causado mal maior e, quiçá, ter matado qualquer uma das vítimas. Não há, pois, como desconsiderar as ações dos réus como de extrema gravidade, sendo mister que sejam rechaçadas delitos de igual teor. No mais, entendo que o princípio constitucional da presunção de inocência ou da não culpabilidade não é incompatível com as custódias cautelares, não obstando a decretação de prisão antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, desde que presentes uma das hipóteses previstas em Lei. No caso, vislumbro razões fáticas para tal. Anoto, ainda, que os acusados foram mantidos presos durante toda instrução criminal, e que agora, sobrevindo uma sentença condenatória, com muito mais razão devem permanecer custodiados, como o que, repita-se, não se atenta contra a Carta Política em vigor. Finalmente, entendo que o conteúdo do presente julgamento reafirma os fundamentos e a necessidade da prisão cautelar dos condenados, pelo que não concedo o direito aos apenados Henrique Andrade Silva Façanha e Anderson Rodrigues de Araújo de apelar em liberdade, eis que a soltura dos mesmos (por hora) representa uma ameaça à sociedade, se justificando pelo modus operandi dos roubos praticados, e pela frieza com que os mesmos praticaram os dois assaltos. Sendo assim, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de HENRIQUE ADRADE SILVA FAÇANHA E ANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO, o fazendo, sobretudo e fundamentadamente a fim de evitar que os réus pratiquem novos delitos e continuem a vilipendiar a ordem pública, bem como para assegurar a aplicação da Lei penal, tendo em vista também o disciplinamento da nova Lei nº 12.403, que modificou o Código de Processo Penal Brasileiro. Expeçam-se os competentes mandados de prisão, isto em relação aos dois sentenciados HENRIQUE ANDRADE SILVA FAÇANHA e ANDERSON RODRIGUES DE ARAÚJO. DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE Finalmente, tem-se o sentenciado DANILO SOUSA DE OLIVEIRA. Observa-se que o mesmo não responde a outros procedimentos criminais. Além disto, a sua atuação nos delitos perpetrados por ele e seus comparsas foi dotado - digamos - de menor periculosidade. Segundo a vítima e os próprios comparsas, o sentenciado Anderson tinha a função de observar o movimento do local, servindo de apoio para a prática dos assaltos. De outra forma, dos três réus, Danilo foi aquele que mostrou-

se menos agressivo na ação, porquanto estaria na retaguarda.. Sua função também seria indicar um comprador para o veículo por eles roubado Questionado acerca de suas ações, entendeu por bem negar qualquer participação nos delitos, aduzindo, ainda, que desconhecia que os seus dois amigos tivessem praticado qualquer assalto. Alegou que tomou conhecimento do fato posteriormente, quando já estava com os companheiros, no interior do veículo roubado instantes antes. Por estas razões, considerando, ainda, a idade do réu, que figura ainda na seara da menoridade relativa, hei por bem conceder ao sentenciado Danilo Sousa de Oliveira o direito de recorrer em liberdade. Quanto à pena de multa esta deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da presente sentença, correspondendo o dia multa a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente (artigos 49 e 50 do CPB), devendo ser recolhida ao Fundo Penitenciário Nacional. Acerca do artigo 387, inciso IV, do CPP, não obstante ter havido danos (morais, que sejam), deixo de fixar o valor mínimo para a respectiva reparação, considerando que inexistiram parâmetros para o cálculo de referidos prejuízos. Assim, entendo caber a qualquer das vítimas a possibilidade de buscar, na Justiça Comum, a reparação de referidos danos. Comunique-se o inteiro teor desta decisão à vítima que foi identificada. Custas Processuais aplicadas no valor de 1/3 ao sentenciado Danilo Sousa de Oliveira, vez que foi acompanhado por advogado constituído. O restante das custas (2/3), ficará a cargo dos Cofres Públicos. Em caso de interposição de recurso, expeça-se guia de recolhimento provisório e remeta-se prontamente ao Juízo da Execução Criminal (resolução nº 113 do C.N.J.), certificando-se nos autos. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos réus no livro do rol dos culpados, com as anotações devidas e comunicações de praxe; oficie-se ao Cartório Eleitoral dando ciência desta decisão para fins de suspensão dos direitos políticos do apenado, bem como se expeça a guia de execução e remessa ao Juízo das Execuções Criminais competente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Fortaleza (CE), 22 de janeiro de 2016. SANDRA ELIZABETE JORGE LANDIM Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0036/2016

ADV: ADAILTON FREIRE CAMPELO (OAB 11515/CE) - Processo 1040478-91.2000.8.06.0001 - Restituição de Coisas Apreendidas - Outras fraudes - REQUERENTE: Cleiton de Almeida Gomes - RÉU: . - (...) DISPOSITIVO: Diante do exposto, entendo assistir razão ao Ministério Público, restando o pleito carente de comprovação da propriedade do bem pleiteado. Desta forma, INDEFIRO O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO do bem individualizado na exordial.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NADINE LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2016

ADV: KATIA GUIMARAES GONDIM (OAB 9197/CE) - Processo 0977330-09.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMA: Warley Pereira dos Santos - RÉU: Lance Peter Ferreira Bolster - Pelo exposto, neste momento processual, com fundamento nos artigos 107 e 109, do Código Penal Brasileiro e, ainda, no artigo 61, do Codigo de Processo Penal, hei por bem RECONHECER A PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva do Estado no caso destes autos e declarar extinta a punibilidade de LANCE PETER FERREIRA BOLSTER, do delito descrito no art. 155, §§3º e 4º, do Codigo Penal, na forma do art. 71 do CPB. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 12ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA ILNA LIMA DE CASTRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA COSTA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2016

ADV: MARIA BETANIA SOUSA LOUREIRO (OAB 25433/CE) - Processo 0050597-74.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - AUTOR: M.P.E.C. - RÉU: J.S.S.A. - Fica intimada a advogada, defensora do acusado para apresentar os memoriais escritos no prazo legal.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA ILNA LIMA DE CASTRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA COSTA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2016

ADV: JOSE MONTEIRO PRIMO DA PAZ (OAB 9776/CE) - Processo 0054338-54.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - AUTOR: M.P.E.C. - RÉU: F.S.G. - Fica intimado o advogado, defensor do acusado, para participar da audiência de Instrução e Julgamento que se realizará no dia 07/03/2016 às 14 horas.

EXPEDIENTES DA 14ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROSANGELA PINTO PEIXOTO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2016

ADV: JOSE FLAVIO DIONISIO SANTANA (OAB 15458/CE) - Processo 0066978-89.2015.8.06.0001 - Carta Precatória Criminal - Favorecimento da Prostituição - DEPRECANTE: J.D.V.C.C.J.N. - ACUSADO: M.L.F.S. - Inquirição de Testemunha Data: 15/02/2016 Hora 14:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO ROSILENE FERREIRA TABOSA FACUNDO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROSANGELA PINTO PEIXOTO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0031/2016
ADV: JOSE ITONI DE COUTO ROCHA FILHO (OAB 25995/CE) - Processo 0060448-16.2008.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - AUTOR: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: Humberto Fontenele de Albuquerque Neto - Suspensão Condicional do Processo (Lei 9.099/95) Data: 18/02/2016 Hora 13:45 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

EXPEDIENTES DA 16ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2016
ADV: FRANCISCA BEATRIZ PEREIRA DA COSTA (OAB 9019/CE) - Processo 0036933-05.2015.8.06.0001 (processo principal 0021610-57.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Furto Qualificado - REQUERENTE: Marcus Aurelio Silva de Oliveira - Defiro, portanto, a súplica. Todavia, as circunstâncias em que, segundo consta na denúncia, provavelmente fora praticado o delito, recomendam a adoção das medidas cautelares diversas da prisão, elencadas no art. 319, I, II e IV do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0045/2016
ADV: BRUNO GASPAR MARQUES (OAB 22097/CE) - Processo 0037504-73.2015.8.06.0001 (processo principal 0023194-62.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Estelionato - REQUERENTE: Jessica Lane Guimarães Braga - Assim sendo, presentes estão os pressupostos autorizadores da medida prisional, e temerário seria para o prestígio e segurança da atividade jurisdicional relaxar a prisão da ré, pondo em risco a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal. Isto posto, ante o constante nos autos e acolhendo o parecer ministerial, INDEFIRO o pleito da defesa, recomendando a manutenção da ré na prisão.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0046/2016
ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE), SONIA MARINA CHACON BRANDAO (OAB 10728/CE), JOAO PAULO BRANDAO MATIAS (OAB 22306/CE), BRUNO CHACON BRANDAO (OAB 25257/CE) - Processo 0027313-66.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Adenilson da Silva do Amaral - Recebido o recurso, intime-se a parte apelante para apresentar suas razões, no prazo legal.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2016
ADV: VANESSA BEZERRA VENANCIO (OAB 26790/CE) - Processo 0788133-44.2014.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - ACUSADO: Arlindo Mariano da Silva Junior - R.H. Intime-se a advogada constituída pelo réu para a apresentação de defesa preliminar, ante o contido às fls. 92/93. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0048/2016
ADV: BRUNO GASPAR MARQUES (OAB 22097/CE) - Processo 0037504-73.2015.8.06.0001 (processo principal 0023194-62.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Estelionato - REQUERENTE: Jessica Lane Guimarães Braga - Into posto, ante o constante nos autos e acolhendo o parecer ministerial, INDEFIRO o pleito da defesa, recomendando a manutenção da ré na prisão.Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0049/2016
ADV: FRED RIOS NOBREGA (OAB 30326/CE) - Processo 0050087-90.2015.8.06.0001 (processo principal 0046976-98.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Uso de documento falso - REQUERENTE: Antonio Rodrigues e Silva - Isto posto, verificando a necessidade de resguardar os interesses envolvidos na presente ação penal, mormente a garantia da ordem pública e da instrução criminal, bem como, tendo como adequadas as medidas cautelares ora aplicadas ao caso em vertente, substituo a prisão do requerente ANTÔNIO RODRIGUES E SILVA pelas medidas cautelares previstas no art. 319, I e IV do CPP, devendo o mesmo ficar sujeito as condições abaixo descriminadas: a) comparecimento trimestral à Secretaria da Vara para informar e justificar suas atividades, assinando folha de frequência; b) não se ausentar desta Comarca, por prazo superior a

quinze (15) dias, sem autorização deste Juízo ou mudar de endereço sem informar o novo endereço.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2016

ADV: JAIME PINTO DE ALMEIDA JUNIOR (OAB 7156/CE) - Processo 0058711-31.2015.8.06.0001 (processo principal 0041355-23.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Roubo - REQUERENTE: Francisco Eliton de Sousa - Ante o exposto, DEFIRO o pedido para relaxar a prisão do acusado FRANCISCO ELITON DE SOUSA, de acordo com o art. 5º, inciso LXV, da Constituição Federal. Expeça-se o alvará de soltura. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 10 de setembro de 2015.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2016

ADV: MARIA GORETH SILVA FERREIRA (OAB 14336/CE) - Processo 0033812-37.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0030823-58.2013.8.06) (processo principal 0030823-58.2013.8.06) - Relaxamento de Prisão - Roubo Majorado - REQUERENTE: Francisco Afonso Sousa dos Santos - Inobstante tenha o requerente alegado na preambular ser primário, mesmo assim demonstra ter suplicante uma propensão ao submundo do crime, pairando em seu desfavor as hipóteses ensejadoras da decretação da prisão cautelar, como forma da garantia da ordem pública, razões pelas quais não há de acolher a pretensão aforada. A propósito vejamos o seguinte entendimento Jurisprudencial; A denegação da liberdade provisória, apesar da primariedade e dos bons antecedentes do acusado, não acarreta constrangimento ilegal quando a preservação de prisão em flagrante se recomenda, pela presença dos motivos que autorizam a custódia preventiva (STJ RT 583/471). Como visto, não procedem as argumentações do pedinte, posto que ao requente é imputado um crime de roubo, sendo que crimes desse naipe afronta sobremodo nossa população, portanto merecendo de uma resposta altiva por parte do judiciário, para resguardar a ordem pública e aplicação da Lei Penal, a teor do art. 312 do CPPenal, o que se afigura, no momento, incompatível com o beneficio pleiteado. Nestas condições e considerando parecer Ministerial de fls. julgo improcedente o pedido, para indeferir a pretensão aforada, por não reunir, no momento, os requisitos para fruição do beneficio, por isso, devendo o réu permanecer enclausurado na prisão em que se encontra à disposição do Juízo até ulterior deliberação da Justiça, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2016

ADV: FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE SOUZA (OAB 7321/CE) - Processo 0078127-53.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0058575-05.2013.8.06) (processo principal 0058575-05.2013.8.06) - Relaxamento de Prisão - Roubo Majorado - REQUERENTE: Francisco Walysson Fidelis da Silva - Ante o exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do réu e determino a expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor Francisco Walysson Fidelis da Silva, salvo se por outro motivo estiver preso, a fim de que possa responder ao processo em liberdade, mediante termo de advertência das medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, II, IV e V, do CPP, sob pena de decretação da sua segregação provisória, quais sejam: I - COMPARECER a este Juízo mensalmente, entre os dias 15 e 20, para informar e justificar suas atividades; II - ABSTER-SE de entrar, permanecer e frequentar locais onde predomine a venda de bebida alcoólica; IV - PROIBIÇÃO de ausentar-se da Comarca, salvo autorização expressa desse juízo; V - RECOLHIMENTO domiciliar das 22:00h às 05:00h e nos dias de folga, salvo para exercer atividade laboral lícita ou estudantil devidamente comprovada perante este juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2016

ADV: FRANCISCA BEATRIZ PEREIRA DA COSTA (OAB 9019/CE) - Processo 0036933-05.2015.8.06.0001 (processo principal 0021610-57.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Furto Qualificado - REQUERENTE: Marcus Aurelio Silva de Oliveira - Defiro, portanto, a súplica. Todavia, as circunstâncias em que, segundo consta na denúncia, provavelmente fora praticado o delito, recomendam a adoção das medidas cautelares diversas da prisão, elencadas no art. 319, I, II e IV do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LARISSE DE OLIVEIRA MATOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2016

ADV: FRANCISCO CARLOS DAS CHAGAS RAMOS (OAB 5380/CE) - Processo 0035946-66.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Paulo Douglas Almeida Gadelha e outro - Audiência de Instrução designada para o dia 17/02/2016, às 15:00 horas.

EXPEDIENTES DA 18ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA AIDE GADELHA VIDAL

INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0012/2016
ADV: LUCINEZIA LIMA DE MELO (OAB 7958/CE) - Processo 0012911-43.2016.8.06.0001 (processo principal 0037969-82.2015.8.06) - Relaxamento de Prisão - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Teofanes Carneiro Lemos - Por tais considerações, INDEFIRO o petitório de fls. 01/07. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimações e expedientes necessários. Cumpra-se com a brevidade que o caso requer, por tratar-se o presente caso de réu preso. P. R. I.
ADV: MICHEL SAMPAIO COUTINHO (OAB 18109/CE), EDUARDO BARRETO PERDIGAO FILHO (OAB 18783/CE), SOCRATES RASPANTE SUARES (OAB 321696/SP) - Processo 0047367-24.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUTUADO: Daniel Fernandes de Araújo e outro - Abra-se vista às partes para os fins apontados no art. 403, § 3º, do CPP.
ADV: JOSE ITAMAR EVANGELISTA DE ALMEIDA (OAB 8327/CE) - Processo 0049004-39.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Fabiano Silva de Oliveira - Expedição de carta precatória à Comarca de Caucaia-CE, objetivando a intimação e oitiva da testemunha Juliana Maria Conceição Almeida, arrolada pela Defesa do Réu.
ADV: ANGELO RODRIGUES GADELHA MOREIRA (OAB 20585/CE), RAIMUNDO GUALBERTO CARDOSO FILHO (OAB 11331/CE), CAIO CESAR FERNANDES FARIAS (OAB 30303/CE) - Processo 0062862-11.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Difamação - RÉU: Jose Santos da Silva - Intimação da Defesa do Réu para apresentação de memoriais finais escritos, na forma do art. 403, § 3º, do CPP.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA AIDE GADELHA VIDAL
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2016
ADV: SILVIO VIEIRA DA SILVA (OAB 11147/CE), FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7030/CE) - Processo 0206617-30.2012.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTUADO: Natanael de Freitas Damasceno - Macimileano Matias dos Santos - Luan Felipe do Nascimento - Intimação da Defesa dos Réus para apresentação de memoriais finais escritos, na forma do art. 403, § 3º, do CPP.
ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE), ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES (OAB 27422/CE), JUVENAL LAMARTINE AZEVEDO LIMA (OAB 2587/CE) - Processo 0470215-08.2011.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Duplicata Simulada - VÍTIMA: Credmix Credito e Fomento Mercantil Ltda - RÉU: Vitor Manuel Almeida Completo da Costa - Dionísio Fernandes Lopes - Chrisanto Teixeira Lima - Instrução e Julgamento Data: 11/02/2016 Hora 13:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente
ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE), JUVENAL LAMARTINE AZEVEDO LIMA (OAB 2587/CE), ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES (OAB 27422/CE) - Processo 0470215-08.2011.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Duplicata Simulada - VÍTIMA: Credmix Credito e Fomento Mercantil Ltda - RÉU: Vitor Manuel Almeida Completo da Costa - Dionísio Fernandes Lopes - Chrisanto Teixeira Lima - Conclusos. Recebidos hoje. Observando a Petição de fls. 383/384, intime-se o acusado Chrisanto Teixeira Lima para que constitua novo patrono nos autos, de outra forma, será patrocinado pela Defensoria Pública oficiante na 18º Vara Criminal. Cumpra-se com a brevidade que o caso requer. Expedientes necessários.
ADV: MARIA DE FATIMA ALVES TEIXEIRA (OAB 6841/CE), MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 1082494-60.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: Cicero Ferreira dos Santos - Jose Walter da Silva - Jose Alaenio da Silva - Ex positis, pelos fundamentos acima elencados, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Cícero Ferreira dos Santos, fazendo-o com arrimo no art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Quanto aos réus José Walter da Silva e José Alaenio da Silva, o processo tem sua regular continuidade. Sendo assim, à Secretaria para que: a) Junte certidões de antecedentes criminais dos referidos acusados; b) Intime as partes para os fins do art. 403, § 3.º, do Código de Processo Penal, como determinado no despacho de fl. 338. Cumpra-se com a brevidade que o caso requer. Expedientes Necessários.
ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE), MARIA DE FATIMA ALVES TEIXEIRA (OAB 6841/CE) - Processo 1082494-60.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: Cicero Ferreira dos Santos - Jose Walter da Silva - Jose Alaenio da Silva - Intimação da Defesa para apresentação de memoriais finais escritos, na forma do art. 403, § 3º, do CPP.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA AIDE GADELHA VIDAL
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2016
ADV: PEDRO HENRIQUE ALMEIDA LEITE (OAB 21128/CE), EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (OAB 15499/CE) - Processo 0054249-02.2013.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Mardônio Serafim da Silva - Conclusos. Recebidos hoje. Defiro o pedido de juntada de procuração de fls. 119/120. À Secretaria para que proceda com as anotações necessárias. Cumpra-se com a brevidade que o caso requer. Expedientes necessários.

VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ BESSA NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SOLANGE PEREIRA DE ALENCAR ARARIPE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0011/2016
ADV: MICHELLE SEVERO DE MESQUITA (OAB 31635/CE) - Processo 0000563-97.2008.8.06.0154/01 - Agravo de Execução Penal - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Antonio Ivan Soares de Oliveira - Por estes fundamentos, mantenho

firme a decisão vergastada, por seus lúcidos fundamentos, para, em consequência, determinar a subida do recurso ao e. Tribunal de Justiça do Ceará. P.I.

ADV: HELANE NEPOMUCENO REBOUÇAS (OAB 28440/CE), NATHALIA MATIAS DE OLIVEIRA BEZERRA (OAB 33198/CE) - Processo 0004619-85.2014.8.06.0083 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - CONDENADO: Antonio Giliard Oliveira dos Santos - Ao Ministério Público, para se manifestar acerca do pedido de progressão de regime e do livramento condicional diante do exame criminológico de fls. 137/144. Renove-se o expediente de fls. 103/104. Intime-se o apenado para constituir novo patrono no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DARLAN DA ROCHA LOPES (OAB 17647/CE) - Processo 0022618-69.2015.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - VÍTIMA: Edson Ferreira Gomes Filho - RÉU: Jonathan Rodrigues da Silva - POR ESSES FUNDAMENTOS, em desacordo com o parecer ministerial, atento aos princípios que informam a execução penal, INDEFIRO o trabalho externo requerido em favor de Jonathan Rodrigues da Silva Dê-se ciência ao Ministério Público. P.I.

ADV: DARLAN DA ROCHA LOPES (OAB 17647/CE) - Processo 0022618-69.2015.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - VÍTIMA: Edson Ferreira Gomes Filho - RÉU: Jonathan Rodrigues da Silva - Por esses fundamentos, valendo-se de Interpretação Sistemática dos dispositivos mencionados, mantenho a decisão de págs. 57/58. P.I.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA EUZEBIO FELIZARDO BENTO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2016

ADV: NUNES RAMOS DE LIMA (OAB 8427/CE) - Processo 0002725-65.2011.8.06.0120 - Execução da Pena - Aplicação da pena - RÉU: Alex dos Santos - Por estes fundamentos e do mais que dos autos consta, em consonância com o parecer do representante do Ministério Público, DEFIRO o pedido de progressão de regime do fechado para o semiaberto em favor do reeducando acima identificado, de conformidade com o que dispõe o artigo 112 da Lei 7210, de 11 de julho de 1984, determinando a observação exata do disposto nos demais artigos pertinentes à espécie, devendo ser conduzido a unidade prisional adequada ao novo regime. Oficie-se à SEJUS e ao Coordenador da COSIPE e à Coordenadora do NAPAE para que insira o preso em Programa de Psicológico para acompanhamento desse traço característico da personalidade do reeducando, ressaltando que, neste caso, não é uma faculdade do preso, mas sim uma condição para manter-se em regime intermediário, devendo ser remetido relatório trimestral a este Juízo acerca da evolução de seu acompanhamento. Expedientes necessários. Vista ao MP para se manifestar sobre o pedido de remição.

ADV: ALAN FROTA BASTOS (OAB 24742/CE), ALEXANDRINA CABRAL PESSOA (OAB 27003/CE) - Processo 0040258-85.2015.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: RAIMUNDO PRUDÊNCIO GUEDES - Intime-se o advogado subscritor da petição supra, para juntar certidão carcerária atualizada. Após a juntada, ao Ministério Público.

ADV: MARIA GORETH SILVA FERREIRA (OAB 14336/CE) - Processo 0045835-44.2015.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: WASHINGTON SALES PORTO - Junte-se certidão carcerária atualizada. Intime-se.

ADV: BALTAZAR JOSÉ DE OLIVEIRA BRITO (OAB 1547/RN) - Processo 0133844-21.2011.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Roviney da Silva Rodrigues - Por estes fundamentos e do mais que dos autos consta, acorde com o parecer ministerial, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, DEFIRO o regime aberto em favor do reeducando, nos termos do art. 112 da LEP.

ADV: BALTAZAR JOSÉ DE OLIVEIRA BRITO (OAB 1547/RN) - Processo 0383897-56.2010.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - STCIADO: Antonio Marcio Dias Ferreira - Portanto, em respeito à finalidade execução penal (retributiva e ressocializadora), e buscando dar efetividade ao título executivo judicial, acolho o parecer do MP, e INDEFIRO O PEDIDO.

ADV: FRANCISCO FERNANDO CASTRO SARAIVA LEAO (OAB 5870/CE), TALLITA ALMEIDA SARAIVA LEAO (OAB 27537/CE) - Processo 0426863-34.2010.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - STCIADA: Priscila Batista Barbosa - Ante o exposto, comprovados os requisitos legais, acolhendo o Parecer do Ministério Público, concedo à sentenciadà Priscila Batista Barbosa, o benefício do INDULTO, com base no art. 1º e 5º do Decreto 8380/2014, declarando EXTINTA a pena com fulcro no art. 107, II, do CPB.

ADV: MARIA DO SOCORRO MAIA LANDIM (OAB 12442/CE) - Processo 0790127-10.2014.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - STCIADO: Luiz Henrique Rodrigues de Almeida - Isso posto, acolho REGRIDO provisoriamente o regime de cumprimento da pena do condenado do regime aberto para o fechado. Comunique-se ao estabelecimento prisional onde se encontra recolhido o apenado, e ao juízo da 17ª Vara Criminal de Fortaleza, solicitando que não compute para fins de detração o período de prisão de 21.11.2015 em diante, posto estar sendo utilizado na presente execução, evitando, portanto, cômputo em dobro do tempo de privação de liberdade. Na data do cumprimento da decisão, atente-se à distribuição do processo ora vinculado à 17ª Vara Criminal. Solicite-se certidão carcerária atualizada. Liquide-se a pena.

ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 2004531-46.2006.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Carlos Eduardo Ferreira Nunes - Por estes fundamentos e do mais que dos autos consta, em consonância com o parecer do representante do Ministério Público, DEFIRO o pedido de progressão de regime do fechado para o semiaberto em favor do reeducando acima identificado, de conformidade com o que dispõe o artigo 112 da Lei 7210, de 11 de julho de 1984, determinando a observação exata do disposto nos demais artigos pertinentes à espécie, devendo ser conduzido ao IPPOO II, unidade prisional destinada provisoriamente aos presos que cumprem pena nesse regime.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LIMA (OAB 12231/CE) - Processo 2007305-15.2007.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Francisco Lindemberg Bezerra Lopes - Com efeito, verifica-se que o apenado não se enquadra nos requisitos do Decreto Presidencial 8380/2014. Assim, não havendo comprovação dos requisitos, acolhendo o Parecer do Ministério Público, INDEFIRO a concessão do benefício. Intime-se.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL
JUIZ(A) DE DIREITO CÉZAR BELMINO BARBOSA EVANGELISTA JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LILIANE XAVIER DOS SANTOS
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0009/2016

ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE) - Processo 0034837-85.2013.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Romario Barros de Oliveira - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Justificação para o dia 02 de fevereiro de 2016, às 14:20h. O referido é verdade.

ADV: IOHARI BEZERRA FERNANDES (OAB 31668/CE) - Processo 0050367-61.2015.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: VALCLEILSON ALMEIDA FERREIRA - Cuida-se de pedido de autorização de participação dos festejos de fim de ano. O objetivo principal do Estado é garantir que a reclusão deve ser aplicada de maneira justa e adequada, respeitando os ditames constitucionais, assegurando aos presos o respeito à integridade física e moral, conforme o artigo 5º, XLIX da CF/88. A referida saída constitui-se medida de grande importância no processo de ressocialização do condenado, possibilitando-as reingressar, aos poucos, ao convívio social, através do exercício das relações sociais. Isso posto, AUTORIZO a inclusão do raio de monitoração eletrônica dos dois endereços de pág. 141/142 para os dias 24/25 e 01/02 de janeiro de 2016. Intimem-se.

ADV: JOSE DIRKSON DE FIGUEIREDO XAVIER (OAB 6949/CE) - Processo 0053270-40.2013.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Jacinto Vieira de Brito - Por estes fundamentos e do mais que dos autos consta, DEFIRO o pedido de progressão de regime para o ABERTO em favor do reeducando Jacinto Vieira de Brito,

ADV: MARIA GORETH SILVA FERREIRA (OAB 14336/CE) - Processo 0056045-28.2013.8.06.0001 - Execução da Pena - Prestação de Serviços à Comunidade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Carlos Augusto Alves Barros - Isso posto, hei por bem, visando promover as condições harmônicas na execução da pena, DETERMINO o retorno do apenado Carlos Augusto Alves Barros ao regime ABERTO

ADV: JOAO FRANCISCO FARIAS DA COSTA (OAB 13047/CE) - Processo 0076211-57.2008.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Mirlanio Roseno da Silva - Por esses fundamentos, AUTORIZO A SAÍDA TEMPORÁRIA do respectivo estabelecimento penal, com monitoramento eletrônico, em favor do reeducando Mirlanio Roseno da Silva,

ADV: DURVAL VIEIRA MAIA (OAB 5775/CE) - Processo 0213551-04.2012.8.06.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - STCIADO: Samaycon de Souza Borges - Por esses fundamentos, acorde com o parecer do representante do Ministério Público, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, AUTORIZO A SAÍDA TEMPORÁRIA

ADV: RUY MARQUES BARBOSA FILHO (OAB 22100/CE), EUDES THIAGO SANTOS JALES RODRIGUES (OAB 23863/CE) - Processo 1061316-64.2014.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: Genésio Mateus Botica - Isso posto, hei por bem, como alternativa ao sistema prisional, de forma excepcional e em substituição ao cumprimento de pena no interior da unidade prisional, CONCEDO a prisão domiciliar ao apenado Genésio Mateus Botica, contudo, submetidos ao monitoramento eletrônico, com esteio nos artigos 146-B, 146-C e 146-D da Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 hediondo e a época em que o mesmo aconteceu) e a primariedade ou não do apenado.

ADV: FRANCISCO RÔMULO ARAUJO DE SOUZA FILHO (OAB 28354/CE) - Processo 2001010-69.2001.8.06.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - AUTOR: Justiça Pública - CONDENADO: José Eduardo Lima da Silva - Por esses fundamentos, CONCEDO O TRABALHO EXTERNO ao reeducando José Eduardo Lima da Silva

VARAS DO JÚRI

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA PATRÍCIA ALBUQUERQUE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0024/2016

ADV: ADVOGADO SEM OAB DR: REGINALDO HISSA (OAB/CE 5830) (OAB 11111/CO) - Processo 0871759-49.2000.8.06.0001 - Art. 121 § 1º cpb - Homicídio Qualificado - VÍTIMA: Francisco Carlos Goncalves - RÉU: Paulo Henrique Dias Pestana e outro - Cls., Trata-se de processo proveniente da pauta do ano próximo passado, cuja sessão havia sido designada para dia 27/11/2015, às 13 h 30 min, mas que não aconteceu porque, no mesmo dia, a sessão de julgamento de outro processo, que havia iniciado no período matutino, ultrapassou o horário da sessão vespertina. Nova data para ter lugar julgamento do réu Paulo Henrique Dias Pestana, dia 15 de fevereiro de 2016, às 13 h 30 min. Por se tratar de réu revel, proceda-se com a intimação via edital. Outras intimações: M. Público e Defesa.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA PATRÍCIA ALBUQUERQUE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2016

ADV: MAURO GOMES CASTELO (OAB 9242/CE) - Processo 0156742-48.2014.8.06.0025 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - VÍTIMA: Rauenna Silva de Sousa - AUTUADO: Cicero Danilo Tavares de Sousa - Recebo a defesa de fls. retro. Intime-se o advogado, Dr. Mauro Gomes Castelo, por meio do DJ/CE, para no prazo legal, apresentar instrumento procuratório.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA PATRÍCIA ALBUQUERQUE

INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0026/2016
ADV: ELIZABETE RIBEIRO E SILVA - Processo 0167939-43.2012.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: João Marcos Ferreira de Castro - Preclusa a decisão de pronúncia, abra-se vista às partes para os fins do art. 422 do Código de Processo Penal, devendo, no prazo de 05(cinco) dias, querendo, apresentarem rol de testemunhas para depor em plenário, até o máximo de 05(cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligências no mesmo prazo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA PATRÍCIA ALBUQUERQUE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0027/2016
ADV: ANTONIO VALDIR DE ALMEIDA (OAB 8506/CE) - Processo 0208195-28.2012.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcos Humberto de Lima - Julgamento Data: 11/03/2016 Hora 08:30 Local: 2º Salão do Júri Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA PATRÍCIA ALBUQUERQUE
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0028/2016
ADV: JOSE SERGIO BARBOSA ANGELO (OAB 10141/CE), JOSE WALDIR DE PAULA FILHO (OAB 10881/CE), ROBERTO CESAR GOMES DE PAULA (OAB 10943/CE), ALEXANDRE LIMA DA SILVA (OAB 9054/CE) - Processo 0109376-61.2009.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMA: Thiago Magno de Lima Silva - RÉU: João Paulo Soares da Silva e outro - Vistos e examinados estes autos de processo por crimen homicidii em que figura como vítima Thiago Magno de Lima, etc. Com suporte no inquérito policial que lhe fora às mão, deu o M. Público denúncia do indivíduo João Paulo Soares da Silva, o popular “Touta” ou “Tota”. Em síntese, diz a Promotoria Pública: [...] No dia 06 de agosto de 2009, por volta das 19h50min, na rua Tim Maia, defronte ao numeral 181, bairro Bela Vista, município de Fortaleza/CE, o denunciado na companhia de indivíduo conhecido como “UEL” ou “EL”, utilizando instrumento perfuro-contundente (projétil de arma de fogo) assassinou THIAGO MAGNO DE LIMA SILVA. O denunciado e o indivíduo “UEL” ou “EL” assassinaram o irmão da vítima, Sebastião Clairton de Lima Silva, no ano de 21005. THIAGO MAGNO DE LIMA SILVA, indignado, ainda os teria ameaçado de morte, sem contudo, materializar seu intento. Na noite do crime, a vítima caminhava pela via pública, nas proximidades do canal, acompanhado de uma pessoa identificada apenas por “Paulista”, quando o acusado e seu comparsa passam pela vítima em uma moto modelo XR 200, de cor amarela. Esta se distraíra cumprimentando um conhecido que encontrara na via, quando foi atingido pelos primeiros disparos de arma de fogo pelas costas. “Paulista” se abrigara dos tiros no canal, por pouco não foi atingido. Os agentes porém prosseguiam friamente à execução da vítima, evadindo-se do local em seguida. Esta, infelizmente, não resistiu à gravidade dos ferimentos, vindo a óbito, após receber nove tiros. [...] Grifo original. (Sic.) Com a recepção da delatória que, a propósito, o douto Promotor, estribado na investigatio delicti, dera de João Paulo Soares da Silva, foi este citado e respondeu a acusação por meio do Advogado Jair Célio Moreira. Procedeu-se à instrução, oportunidade em que se tomaram os depoimentos e/ou declarações de Lúcia Maria de Lima Silva, Francisco Erandir Florêncio Pinto e Carlos Leandro Ribeiro de Sousa. O sumário de culpa encerrou-se com o ato de interrogatório do réu, quando, em síntese, disse: Que não é verdadeira a imputação que lhe é feita; que não conhece “Emanuel”, v. “El”; que também não conhecia a vítima; que não sabe que seja o autor ou os autores da morte de Thiago; que só prestou declarações sobre o fato denunciado a partir de sua prisão; que foi ouvido pela autoridade policial na própria prisão; que o interrogando era foragido da Comarca de Redenção e foi capturado e preso no ano de 2011; que também prestou declarações sobre outro fato de homicídio em processo que hoje tramita na Quarta Vara do Júri; que a primeira vez que esteve preso no ano de 2005 por prática de furto de uma motocicleta; que fugiu da prisão e em seguida capturado; que cumpriu pena e prestou serviço à comunidade; que depois foi preso por porte ilegal de arma de fogo no ano de 2007 para 2008, também na Comarca de Redenção; que no ano de 2009 houve uma quebradeira na cadeia pública e fugiu; que ficou foragido até o ano de 2011, não sabendo o mês; que sua última captura ocorreu na Comarca de Maracanaú; que dos dois crime de homicídios ocorridos no Bairro Bela Vista de que está sendo acusado o interrogando nega a autoria; que de passagem já passou no Bairro da Bela Vista, precisamente na Av. Humberto Monte; que na data do fato denunciado o interrogando morava na Cidade de Barreira, no Distrito de Olho D’água; que morava com os pais; que na época estava solteiro; que no ano de 2005 o interrogando estava preso na Comarca de Redenção; que não assassinou Sebastião Claírton, irmão de Thiago; que nunca possuiu motocicleta; que já pilotou motocicleta de terceiros; que está preso há três anos e alguns dias; que não conhece nenhumas das testemunhas arroladas na denúncia; que trabalhava cortando lenha à foice ou à machado; que recebia como pagamento quarenta reais por diária, em média; que na prisão, na chamada rua Babilônia, atentaram contra a vida do interrogando; que atualmente está preso na CPPL III. (Texto reduzido a termo a partir da mídia gravada no SAJ). Durante o período de coleta de provas houve a renúncia do advogado constituído e o acusado passou a ser assistido pela Defensoria Pública. Nas alegações finais o M. Público requereu a pronúncia do acusado pela prática de homicídio qualificado pela desprevenção-surpresa. O Defensor Público pugnou pela impronúncia do assistido, conforme requerido nos memoriais finais de fls., 366/367. Fez-se juízo positivo de admissibilidade da acusação e João Paulo Soares da Silva foi pronunciado nas reprimendas do art. 121, § 2.º, IV, c/c o art. 29, ambos do C.P.B. Através de advogado de sua preferência o acusado manejou recurso em sentido estrito e deu suas razões, que, contrariadas e seguidas de despacho de sustentação, foram ter a instância Superior. A Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal negou provimento o recurso e mandou o recorrente a julgamento perante o Segundo Tribunal Popular do Júri. As partes foram intimadas para os fins do art. 422 do CPP. Diante da renúncia do Advogado Luís Átila Bezerra Filho o acusado subscreveu novo instrumento de procuração e outorgou poderes aos Advogados Alexandre Lima da Silva, José Waldir de Paula Filho, José Sérgio Barbosa Ângelo e Roberto César Gomes de Paula. Não foram arroladas testemunhas para o plenário do júri. É o relatório. Designo o dia 16 de março de 2016, às 13 h 30 min, data para ter lugar julgamento do réu João Paulo Soares da Silva. Intimações e expedientes necessários no sentido de tornar possível a realização do ato. Oficie-se à CIAAC requisitando apresentação do réu que se encontra preso por outro motivo. Extraiam-se certidões de antecedentes do acusado e vítima, juntando-as nos autos.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO VALENCIA MARIA ALVES DE SOUSA AQUINO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DO SOCORRO GOMES VIEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0042/2016
ADV: JOSE ADRIANO PAIVA DE AGUIAR (OAB 13431/CE), PAULO CESAR FEITOSA ARRAIS (OAB 7084/CE), JOSE AUGUSTO NETO (OAB 11514/CE) - Processo 0000916-88.2005.8.06.0075 - Ação Penal de Competência do Júri - Desaforamento - RÉU: Philipe Guilherme Bonfim - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, designado o julgamento para o dia 05.02.2016, às 13h30 e por tratar-se de processo físico de ordem da MM. Juíza, deve esta Secretaria de Vara confeccionar os expedientes necessários para a realização do ato.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO VALENCIA MARIA ALVES DE SOUSA AQUINO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DO SOCORRO GOMES VIEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0043/2016
ADV: ANA LIGIA PEIXE LARANJEIRA (OAB 7300/CE), JOSE HILZAIRTON GOMES ALVES (OAB 14079/CE) - Processo 1050949-69.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - RÉU: Paulo Roberto Silva e outro - Julgamento Data: 24/02/2016 Hora 13:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO VALENCIA MARIA ALVES DE SOUSA AQUINO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DO SOCORRO GOMES VIEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2016
ADV: ELIZABETE RIBEIRO E SILVA - Processo 0736397-84.2014.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Jose Cleuton Celestino Barroso e outro - Instrução Data: 25/02/2016 Hora 13:30 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

VARA DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
JUIZ(A) DE DIREITO FLAVIO VINICIUS BASTOS SOUSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROSEMARY OLIVEIRA DE BRITO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0015/2016
ADV: AUDIZIO FERREIRA LIMA (OAB 11225/CE) - Processo 0026846-87.2015.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - STCIADO: Valdenor Maurício de Sousa - SENTENÇA Processo n.º:0026846-87.2015.8.06.0001 Classe:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos Assunto:Tráfico de Drogas e Condutas Afins Ministerio Publico:Ministério Público Estado do Ceará Acusado:Valdenor Maurício de Sousa A representante do MINISTÉRIO PUBLICO com atuação neste juízo, embasada nos inclusos autos do INQUÉRITO POLICIAL instaurado por AUTO FLAGRANCIAL lavrado no 32º DP e que tramitou e foi concluído pelo 32º DP tombado sob o Nº 132-23/2015 ofereceu denúncia em desfavor de VALDENOR MAURÍCIO DE SOUSA, qualificado na vestibular acusatória, dando-o como incurso nas tenazes dos artigos 33, caput e 35 da LEI 11.343/2006 (CRIMES DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO) . Narra a vestibular delatória : " .....que , em 13.02.2015, policiais militares foram informados que um homem apresentando as seguintes características: louro , branco , estava traficando entorpecentes na área da Granja Lisboa, nesta Capital. A informação ainda relativa que tal traficante estava naquele momento, bebendo com outras duas pessoas na rua Frank Sinatra , próximo ao Campo da Águia. No local, a equipe policial abordou VALDENOR MAURÍCIO DE SOUSA que apresentava as características apresentadas pelo informante. Após pedirem autorização para entrarem em seu imóvel, localizado na casa de numeral 314 da rua Franck Sinatra, em buscas pela casa, os policiais apreenderam 350 g (trezentos e cinquenta gramas) de MACONHA, 620 g (seiscentos e vinte gramas de CRACK , 02(duas) balanças de precisão, cordões de prata , celulares , além da quantia de R$ 1.459,65 (um mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). O acusado também confessa em seu interrogatório , que estava traficando drogas há cerca de dois meses, de forma associada com uma mulher vulgarmente conhecida por "Loura", que referida droga no bairro Lagamar e sempre repassa no terminal do Antonio do Antonio Bezerra. Segundo o réu, vende cem gramas por R$1.000,00 (mil reais) , referindo-se ao CRACK. Mas , em relação à MACONHA e a COCAÍNA, a droga é da sua fornecedora, sendo ela que dá o preço para revenda. Tudo isso denota que o destino dos entorpecentes era o consumo de terceiros, de forma associada. O material foi periciado e contém MACONHA, CRACK e COCAÍNA, droga de uso proibido/controlado no Brasil , conforme Portaria 344/2008 , da ANVISA". O a denúncia vem aparelhada com os autos do INQUÉRITO POLICIAL e rol testemunhal. O AUTO FLAGRANCIAL foi judicialmente homologado e convertido em PRISÃO PREVENTIVA conforme decisão (pág.28/30). O processo seguiu o rito emoldurado no artigo 55 da LEI Nº 11.343/2006. Pessoalmente notificado, o delatado no decênio legal por intermédio de advogado constituído ofereceu DEFESA PRÉVIA COM ROL TESTEMUNHAL (pág.77/78). Via decisão (pág.85) foi RECEBIDA A DENÚNCIA e dentre outras deliberações ordenado a designação da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para a primeira data desimpedida, tendo a SECRETARIA JUDICIÁRIA aprazado o ato para 30 DE JULHO DE 2015, às 13H conforme certificação (pág.86). O ato processual realizou-se, sendo colhido o interrogatório do delatado e inquiridas as testemunhas, FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR e GEORGE EMERSON BARROS COSTA arroladas na denúncia, além de MICHELI FIGUEREDO DOS SANTOS, ROBERTO PESSOA DA MOTA E ESTEVÃO PATRÍCIO LUZ arroladas pela defesa. Vieram os debates orais no prazo legal e sucessivo de 20(vinte) minutos. A titular da ação penal sustentou que : o conjunto probante carreado aos autos demonstra cabalmente a culpabilidade do denunciado quanto a infração penal , já que as drogas em quantidade considerável e de natureza

diversificadas teria sido apreendidas em depósito na residência do réu, inclusive havendo também apreensão de dinheiro, balança de precisão e objetos de origem desconhecida . Quanto a ao crime de associação para o tráfico diz a Dra. Promotora de Justiça que não há provas seguras de que ele estivesse associada com alguém para reiteradamente vender drogas, embora tenha ele afirmado que receberia as drogas de uma mulher conhecida “Loura”, residente no Bairro Lagamar. Ao final, pugna a representante do Ministério Público pela procedência parcial do réu, condenando-o por crime de tráfico de drogas e a absolvição da acusação de crime de associação para o tráfico. A defesa por seu turno, sustentou que , o denunciado confessou espontaneamente a prática do crime e que em caso de condenação seja reconhecida em favor a mencionada atenuante. Requer ainda, que sendo o réu tecnicamente primário e sem antecedentes criminais e não participando de organização criminosa ou grupo armado , que sua pena seja reduzida de 1/6 a 2/3 nos termos do § 4º do artigo 33 da Lei Nº 11.343/2006. Os depoimentos colhidos e os debates orais estão devidamente gravados no SAJ. O processo desenvolveu-se regularmente, assegurando-se ao delatado a garantia constitucional do devido processo legal com os seus colorários do contraditório e da ampla defesa, inexistindo pois, nulidade relativa ou absoluta que comprometa sua validade. EM SUMA, É O RELATóRIO. PASSO A DECIDIR: Cuida-se de AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA, objetivando-se apurar à responsabilização criminal de VALDENOR MAURÍCIO DE SOUSA, qualificado na peça atrial, pela prática de CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO respectivamente previstos nos artigos 33, caput, e 35 da LEI Nº 11.343/2006. Preconiza o artigo artigo 33 da Lei Nº 11.343/2006: “Importar , exportar, remeter, preparar, produzir , fabricar, adquirir, vender, expor a venda, oferecer, ter em depósito , transportar , trazer consigo , guardar, prescrever, ministrar, entregar ao consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15(quinze) anos e pagamento de 500(quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. O artigo 35 da referida Lei prevê: “Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts.33, caput, §1º, e 34 desta Lei. Pena - reclusão de 3(três) a 10(dez) anos, e pagamento de 700(setecentos) a 1.200(mil e duzentos dias multa. A materialidade da infração penal restou comprovada pelo AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO (pág. 47) e pelos LAUDOS TOXICOLÓGICOS DEFINITIVOS (pág.109/111) quando testificam que o material narcótico apreendido é positivado para CRACK, COCAÍNA E MACONHA substâncias que causam dependência física e mental, sendo pois , de uso e comercialização proscrita no território nacional.. Saliente-se, que para a caracterização típica do delito, além da comprovação da materialidade, mister se faz , a análise da autoria delitiva atirbuída ao delatado. Destarte, torna-se imprescindível o exame dos elementos probatórios carreados aos autos, quanto a incidência das circunstâncias enumeradas no artigo 52 , I, da LEI Nº 11.343/2006, quais sejam: a) natureza e quantidade da droga apreendida; b) local e condições em que se desenvolveu a ação criminosa; c) circunstâncias das prisão; d) conduta e antecedentes do agente. Quanto à autoria do crime atribuído ao delatado, bem assim, as demais circunstâncias retro mencionadas, exige-se análise acurada do conjunto probante carreado aos autos, cotejando-o com os fatos descritos na delação proemial. Interrogado pela autoridade policial quando da lavratura do AUTO FLAGRANCIAL, o delatado declarou “ .....que, .Presta depoimento da presença de seu advogada Dra. MARIA VIVIANE DE VASCONCELOS; que está traficando drogas há pouco mais de dois meses; que os produtos apreendidos em sua residência tem a dizer que os celulares estavam em sua casa, porque seu filho WILLIAN MAURÍCIO DE SOUSA, de 17 anos de idade , está trabalhando com conserto de aparelho s; que os outros objetos , tais como relógios, câmeras , etc., são de propriedade do interrogando ; que os comprou para o seu uso pessoal; que nega que sejam produtos trocados ou empenhados por usuários de drogas; que a droga ora apreendida se destinava ao carnaval de Aracati , para onde o interrogando iria em companhia de outra pessoa , a saber, uma mulher que mora na Barra do Ceará , conhecida apenas por “ LOURA”; que perguntado sobre o fornecedor , o interrogando respondeu “ela” é , que pega , ela vai pegar lá no LAGAMAR ; que não sabe precisar onde a “LOURA” mora, pois sempre se encontra com ela no terminal de Antonio Bezerra;.....Que perguntado sobre o preço da droga, respondeu “ eu vendo cem gramas por mil reais”, referindo -se ao preço do crack; que em relação a maconha, “ela é quem dá o preço lá, é dela”; que quanto a cocaína, “também é dela”; que nunca foi preso nem processado.....”. Em juízo, o delatado declarou :”..... que, em parte são verdadeiras suas declarações prestadas à autoridade policial. Confessa que há pouco mais de dois meses estaria traficando drogas e que o material narcórtico lhe era fornecido por uma mulher conhecida apenas por “LOURA”. Diz ele, que recebeu drogas da mencionada mulher apenas duas vezes, sendo a entrega feita no TERMINAL RODOVIÁRIO DO ANTONIO BEZERRA. Diz desconhecer a completa identidade e o endereço de “LOURA”. Segundo ele não é verdadeira a afirmação constante em seu interrogatório policial de que vendia 100G(CEM) GRAMAS DE CRACK por R$1.000,00(UM MIL REAIS), até porque ficou sabendo no interior da Casa de Custódia onde se acha recolhido que tal quantidade de droga dessa natureza tem preço superior a R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS). Afirma que não auferiu nenhum lucro com a venda das drogas que mantinha em depósito em sua residência, a qual, seria vendida no CARNAVAL DE ARACATI, ocasião em que ganharia algum dinheiro. Quanto ao objetos celulares e diversos eletrônicos e relógios apreendidos em sua casa, alega que os celulares estava sob a posse do filho para conserto enquanto que os demais objetos lhe pertenciam e apresentavam defeitos não mais tinham qualquer utilidade. Assevera que foi coagido pelos policiais que participaram da diligência e que dele exigiam a entrega de arma de fogo, inclusive lhe agrediram fisicamente na presença de seus filhos. Afirma que foi esbofeteado e atingido no rosto com um pano molhado.....”. O conjunto probante carreado aos autos, traz à lume a certeza da culpabilidade do réu quanto a violação de pelo menos um dos núcleos delitivos insertos no artigo 33 da LEI DE DROGAS, na modalidade manter em depósito substância que causa dependência física ou psíquica sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, incidindo pois, o réu na infração penal prevista no mencionado diploma repressivo. Com efeito afirma a testemunha FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR “..... .... que, de serviço em composição do BPCHOQUE juntamente com os colegas OSCAR RIBEIRO DE LIMA NETO E GEORGE EMERSON BARROS COSTA realizava patrulhamento ostensivo pelo Bairro Granja Lisboa e adjacentes que compõe o Grande Bom Jardim quando receberam informações anônimas de populares dando conta de que na proximidades do Campo do Águia havia um homem magro, branco e louro estaria traficando drogas. Dirigindo-se ao local, foram vistas algumas pessoas debaixo de uma árvore ingerido bebidas alcóolicas, mais precisamente na Rua Franck Sinatra, sendo que uma delas apresentavam as características físicas que batiam com fornecidas pelo informante anônimo. Na posse direta, do então suspeito nenhum objeto ilícito foi apreendido, igualmente em relação as demais pessoas que ali se encontravam. Indagado sobre seu endereço residencial o suspeito, indicou a casa vizinha e de numeral 314 da rua Franck Sinatra. Realizadas buscas no imóvel, foram apreendidas as drogas; dinheiro e demais objetos constantes do auto de apresentação e apreensão, tendo o homem identificado por VALDENOR MAURÍCIO DE SOUSA recebido voz de prisão e em seguida conduzido a Delegacia Policial para os devidos procedimentos.....”. A testemunha GEORGE EMERSON BARROS COSTA corrobora com o depoimento da primeira testemunha. . A prova produzida pelo Parquet, não obstante ser constituído exclusivamente por depoimentos de policiais responsáveis pela apresentação das drogas e demais apetrechos do crime e prisão do delatado é idônea, pois, firme, harmônica e detalhista . Portanto, idônea de modo a merecer credibilidade. Prevê o artigo 202: “Toda pessoa pode ser testemunha”. Assim os depoimentos de policiais somente tornar-se-ão desacreditados , se o réu trouxer aos autos elementos de prova com força para para desconstitui-los. Demonstrar por exemplo, que os policiais tentaram extorqui-lo. Que entre ele, réu, e

alguns ou todos os policiais envolvidos na diligência existir animosidade anterior, que enseje eventual perseguição dos agentes da lei contra o delatado. Enfim, que haja motivo suficiente para demonstrar quer a prisão operou por capricho ou represália. Não é o caso dos autos. Réu e policiais não se conheciam. O réu declarou em juízo haver sido sofrido maus-tratos impingidos pelos policiais, todavia, isto não ficou demonstrado quer por exame periciais ou por qualquer outro elemento de prova, sendo pois, sua eversão isolada, por sinal negada pelos policiais. Ressalte-se, que pelas circunstâncias da prisão do réu, não havia necessidade sequer do uso da força, porquanto incorreu resistência à prisão. O material ilícito apreendido foi suficiente para a configuração do crime. As testemunhas arroladas pela defesa, como de costume vieram a juízo com o mero intuito de abonar-lhe a conduta, alguma delas elogiando a vida pessoal e social do réu , dizendo-se até surpresas com a prisão. Nada acrescentaram em seu prol. A quantidade de droga apreendida, além de considerável é diversificada (MACONHA, COCAÍNA, CRACK), sem falar-se de apetrechos de tráfico de drogas, bem assim, objetos que provavelmente servia de moeda de trocas. O local da apreensão é visado e reconhecido pelas autoridades policiais como de grande incidência de consumo e comercialização de drogas ilícitas, inclusive palco de homicídios motivados por dívidas de drogas e disputa de pontos de vendas do nocivo produto. A diligência que resultou na apreensão da droga e prisão do delatado originou-se informações anônimas dirigidas à integrantes de composição policial em atividade naquela área da cidade. Trata-se pois, na espécie, de caso nítido de traficância, conduta descrita em em lei especial como crime punível com pena de reclusão e multa. Em favor do réu inexiste qualquer excludente de ilicitude , não havendo outro caminho senão sua condenação nos moldes da peça delatória atrial. ASSIM SENDO, JULGO PROCEDENTE a imputação inserida na denúncia e, por conseguinte, condeno como condenado tenho o delatado VALDENOR MAURÍCIO DE SOUSA , anteriormente qualificado, como incurso nas reprimendas do artigo 33, caput, da LEI Nº 11.343/2006, razão pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto no artigo 68, caput, do Código Penal. Considerando as diretrizes do artigo 59 do Código Penal C/C artigo 42 da LEI Nº11.343/2006, verifico que o réu agiu com a culpabilidade normal à espécie, nada tendo a se valorar; é tecnicamente primário; sem retrospectos criminais ; quanto a personalidade e conduta social pelos elementos de provas trazidos aos autos não é possível aferi-los; a motivação do crime é absolutamente identificável como o desiderato ou desejo de lucro fácil , o que já é punido pelo próprio tipo penal, sendo que as circunstâncias judiciais lhe são amplamente desfavoráveis, em virtude não só da elevada quantidade de drogas apreendidas, bem assim, pela diversificação de naturezas (MACONHA, COCAÍNA E CRACK.); as consequências do crime são desconhecidas , tendo em vista que não se chegou a confirmação do exato tempo em que ele comercializava drogas ilícitas, daí porque não há falar-se em comportamento de vítimas; finalmente, inexistem dados para aferir a situação sócio-econômica do réu. À vista das circunstâncias analisadas individualmente, fixo a pena-base em 08(OITO) ANOS DE RECLUSÃO e ao pagamento de 800(OITOCENTOS) DIAS-MULTA no valor unitário de 1/30º (um trigésimo) do salário mínimo ao tempo do crime, em observância ao disposto no artigo 43, caput, da LEI Nº 11.343/2006. Reconheço em favor do réu a atenuante da confissão espontânea (artigo 65, III, letra “d” do CP), decrescendo a pena base de 06(SEIS) MESES, resultando a pena 07 (SETE) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO. Considerando que o réu é tecnicamente primário; sem retrospectos criminais e inexistindo provas nos autos de que seja ele não se dedique à atividades criminosa nem integrante de organização criminosa ou de, reconheço em favor réu a incidência do redutor de pena previsto no § 4º do artigo 33 da LEI Nº 11.343/2006, reduzindo a pena concreta de 1/6º (UM SEXTO) , perfazendo 15(QUINZE) MESES, resultando na pena de 85 (OITENTA E CINCO) MESES, ou seja, 07(SETE) ANOS e 01(UM) MÊS. Condeno-o ainda, no pagamento das custas processuais. Decreto a perda do valor em dinheiro apreendido em favor do FUNAD, já que sua origem é proveniente do comércio de drogas ilícitas. Em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 387, do CPP, procedo de plano a detração penal, do período em que o réu encontra-se preso preventivamente, 13 DE FEVEREIRO DE 2015, ou seja, 290(DUZENTOS E NOVENTA) DIAS) restando cumprir da pena que ora lhe é irrogada, 06(SEIS) ANOS, 03 (TRÊS) E 10(DEZ) DIAS. Nos termos do artigo 33, § 2º, letra “ b “ do Código Penal, o regime inicial de cumprimento de pena será o SEMI-ABERTO. Tendo em vista que no ESTADO DO CEARÁ ainda não existe estabelecimento penitenciário para cumprimento de pena em REGIME SEMI-ABERTO, opera-se como se fosse em regime fechado e que as VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS não recebem cartas de guia para cumprimento de pena em regime SEMI-ABERTO, estando o condenado solto, deixo de mandar expedir o ALVARÁ DE SOLTURA. Havendo recurso expeça-se imediatamente a CARTA DE GUIA PROVISÓRIA, remetendo-a ao SETOR COMPETENTE para distribuição a uma das VARAS DE EXECUÇÕES CRIMINAIS desta COMARCA. P.R.I . Certificado o trânsito em julgado deste decreto condenatório , adotem as seguintes providências: 1º) Lance-se o nome do réu no ROL DOS CULPADOS; 2º) Oficie-se ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL , comunicando a condenação do delatado , com sua devida identificação, acompanhada de cópia deste ato sentencial e da certificação do trânsito em julgado para para fins de cessação de seus direitos políticos pelo lapso temporal da apenação, tudo em cumprimento do disposto nos artigos 71, parágrafo 2º do CÓDIGO ELEITORAL C/C artigo 15, III, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 3º) Oficie-se o DELEGADO DA DIVISÃO DE COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS requisitando a incineração das drogas apreendidas, remetendo-se cópia do respectivo auto a este juízo no prazo de 10(DEZ) DIAS. 4º) Procedam-se as baixas no SAJ de todos os DEPENDENTES que figurem nos autos, apreciados ou aguardando apreciação, estes com o objeto exaurido em razão da presente sentença condenatória.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
JUIZ(A) DE DIREITO FLAVIO VINICIUS BASTOS SOUSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROSEMARY OLIVEIRA DE BRITO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0016/2016

ADV: FRANCISCO JOSE TEIXEIRA DA COSTA (OAB 24045/CE), ANDRE EUGENIO DE OLIVEIRA (OAB 25992/CE) - Processo 0046413-07.2015.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - STCIADO: Pedro Henrique Afonso Oliveira - Em correição interna, observo que a defesa do sentenciado, Pedro Henrique Afonso Oliveira interpôs o recurso de apelação, conforme páginas 120 dos autos digitais. Recebo o recurso em seu efeito devolutivo. Abra-se vistas à defesa, através de seu advogado, apresentar as RAZÕES DA APELAÇÃO no prazo de oito (8) dias. Empós, no mesmo prazo, vistas ao Ministério Público para as contrarrazões da apelação. Apresentadas as referidas peças processuais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará para as devidas providencias. Expedientes Necessários. Fortaleza/CE, 25 de janeiro de 2016. Flavio Vinicius Bastos Sousa Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
JUIZ(A) DE DIREITO FLAVIO VINICIUS BASTOS SOUSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROSEMARY OLIVEIRA DE BRITO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: MARIA DO SOCORRO MAIA LANDIM (OAB 12442/CE) - Processo 0512783-39.2011.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - STCIADO: Carlos Jefferson Verissimo dos Santos - Observo que a defesa interpôs o recurso de apelação, conforme páginas 211 dos autos digitais. Recebo o recurso em seus efeitos legais. Abra-se vistas à defesa para apresentação das RAZÕES DA APELAÇÃO no prazo de oito (8) dias. Empós, no mesmo prazo, vistas ao Ministério Público para as contrarrazões da apelação. Apresentadas as referidas peças processuais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará para as devidas providencias. Expedientes Necessários. Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2016. Flavio Vinicius Bastos Sousa Juiz de Direito

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
JUIZ(A) DE DIREITO FLAVIO VINICIUS BASTOS SOUSA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA BRUNA RAFAELA GOMES VIEIRA FRAGA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2016

ADV: FRANCISCO SERGIO BARROS ONOFRE FILHO (OAB 27109/CE) - Processo 0065430-29.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADA: Ana Patricia Felix Vidal e outro - Vistos etc. Intime-se o patrono constituído à fl. 129 para apresentar defesa preliminar da ré Ana Patrícia Félix Vidal, pelo prazo de 10 (dez) dias. Expediente necessário.

ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 0469139-46.2011.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - MINISTERIO PUBL: Ministério Público Estado do Ceará - RÉU: Vanderson Gomes da Silva e outros - Vistos etc. Intimem-se as partes para, querendo, se manifestar acerca do Laudo Toxicológico anexado às fls. 630/631 dos autos. Após, com ou sem manifestação, sigam os autos conclusos para sentença. Expediente necessário.

VARAS DA JURISDIÇÃO ESPECIAL OU MISTA

VARAS DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
JUIZ(A) DE DIREITO GESILIA PACHECO CAVALCANTI
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO MARCELO MACIEL DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0017/2016

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0002858-47.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza-ce - EXEQUIDO: Francisco Ediberto Albuquerque - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0051741-25.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Walber Nogueira da Silva - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0052286-95.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Varner Colares Vieira - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSE CAUBY ANSELMO DA SILVA (OAB 16610/CE), MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0052997-03.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - Ce - EXEQUIDO: Camarse Empreendimentos e Negocios Hoteleiros Ltda - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0080502-37.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Paulo Andre Furtado Santiago - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua

cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0100251-93.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Espolio de Jose Teixeira Pinheiro - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104040-03.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Rui Novais Dias - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104095-51.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Hs Imobiliaria Ltda - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0107064-39.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Joao Batista de Paula Filho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0164308-91.2012.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXECUTADO: Diocelio Teixeira de Lima - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
JUIZ(A) DE DIREITO GESILIA PACHECO CAVALCANTI
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO MARCELO MACIEL DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0018/2016

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0058319-04.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUIDO: Jose Flavio Peixoto Gondim - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0058390-06.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Ioannis Konstantinos Pelatas - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0058582-36.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Royal Factoring Fomento Mercantil Ltda - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0058601-42.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Francisco Holanda Lima - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0058629-10.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUIDO: Francisco Holanda Lima - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - Ce - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil,

combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0060146-50.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Maria Alberto Costa Sousa Gurgel - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0106433-95.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Ana Celina Irulegui Bueno - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0106451-19.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Regina Celia da Silva Medeiros - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0106920-65.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Alessandra Sales Fontenele - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0107052-25.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Michelly Landin - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
JUIZ(A) DE DIREITO GESILIA PACHECO CAVALCANTI
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO MARCELO MACIEL DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0019/2016

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0062456-29.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Francisco Antonio Vieira Martins - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0066733-88.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Judith Camara Ferreira de Medeiros - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0067343-56.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUIDO: Jose Nilo Costa Maia - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0067963-68.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Jose Gomes Filho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0073098-61.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa

- EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza -ce - EXECUTADO: Pedro Pereira da Silva - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0075488-04.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Sarah Carneiro Araujo - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza -ce - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0075807-69.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXECUTADO: Silvio Luis de Oliveira Leite - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: INGRID BARREIRA DE CARVALHO PASSOS (OAB 6151/CE) - Processo 0076833-05.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXECUTADO: Valmir Vilar de Carvalho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0079120-38.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza-ce - EXECUTADO: Lucia Maria Bezerra de Almeida - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0102561-72.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Espolio de Sergio da Silva Canellas - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
JUIZ(A) DE DIREITO GESILIA PACHECO CAVALCANTI
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO MARCELO MACIEL DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0020/2016

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0009549-48.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: A Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Edmundo Rodrigues Sa - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0009666-39.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: LUPUS ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA LTDA - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0037785-44.2006.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Osvaldo Alcantara Junior - Nos termos dos arts. 794, inc. II e 795 do CPC, c/c 26 da LEF e 156, inc. IV, do CTN, julgo extinta a Execução Fiscal em epígrafe, haja vista que o devedor foi beneficiado com a Remissão prevista no art. 22 c/c o art. 24, da Lei Municipal nº 9859, de 26/12/2011. Em consequência, declaro insubsistente a penhora, se efetivada, e determino o cancelamento da inscrição da dívida ativa. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0040687-62.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: A Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Nuno Alfredo Ribeiro T. de Almeida - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Determino o desbloqueio dos valores retidos via sistema bacenjud (fl 32). Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe,

arquive-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0043784-41.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: M e A Imoveis Ltda - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0055980-72.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza -ce - EXECUTADO: Joao Bosco de Araujo - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0062138-46.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Maria Laudir de Freitas Melo - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Determino o desbloqueio dos valores retidos via sistema bacenjud (fls.20/21). Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0070430-54.2008.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Joao Teixeira Barros - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0077203-52.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Jose Ribamar Alvino Mesquita - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0079022-24.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: A Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Luiz Claudio Maia de Meneses - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0079435-03.2008.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Francisco Jose Costa Eleuterio - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0081088-06.2009.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Hanah Consultoria e Comercio Ltda - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza -ce - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0089360-57.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXEQUIDO: Teresa Ribeiro de Sena - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0100562-84.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Jose Maria Costa Martins - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101091-06.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Josafa Cruz Oliveira - Assim, considerando a quitação da dívida

pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101248-76.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Luzinete Rachid Matheus - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
JUIZ(A) DE DIREITO GESILIA PACHECO CAVALCANTI
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO MARCELO MACIEL DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2016

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101335-32.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Terezinha Cerqueira de Sousa - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101396-87.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Carlos Augusto Figueiredo - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101432-32.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Artur Roberto Pompeu Wichmann - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101607-26.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Jose Maria Pessoa Cardoso - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101746-22.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: A Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Jose Rodrigues Aragao - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
JUIZ(A) DE DIREITO GESILIA PACHECO CAVALCANTI
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO MARCELO MACIEL DA SILVA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2016

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101910-40.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Sonia Maria de Almeida - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0101990-04.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Eunice Martins Nogueira - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0102097-48.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida

Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Maramaldo Dias de Carvalho Filho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0102261-13.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Francisco Ramos de Vasconcelos - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0102369-42.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Baquit Empreendimentos e Construcoes Ltd - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE), LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0102443-43.2007.8.06.0001 - Execução Fiscal - EXEQUENTE: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza - EXEQUIDO: Maria de Fatima Lopes M M Claudino - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0102481-11.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Raimunda Chaves Barroso - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0103625-20.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Luiz Menezes Sobrinho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0103677-16.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Naiza Batista Frota - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104340-62.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Ariadna de Castro Bruno - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104382-14.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Newton Benevides Castelo Teixeira - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104490-43.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Mateus Alves Dias - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104641-09.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Francisco Eduardo Mourao Lira e S/m - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua

cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104730-32.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Marcos Andre Sousa Aguiar - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104866-29.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Marcelo de Holanda Maranhao - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0104950-30.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Levino Alexandre Pereira Sancho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0105404-10.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Antonio Evanio Nobre Souza - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0106559-48.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Jose Valdeque da Silva - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0107349-32.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Jose Maria Lacerda da Cruz - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0107577-07.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADA: Norberto Aguiar Montezuma de Carvalho - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0107583-14.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Cebrita Ceara Britagem Ltda - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0107625-63.2014.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Fortaleza - EXECUTADO: Jaime Campos Cruz - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0129570-48.2010.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública Municipal de Fortaleza - EXECUTADO: Maria Carmelita Leandro - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: FRANCISCO DEUSITO DE SOUZA (OAB 10361/CE) - Processo 0140660-19.2011.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - AMC - EXECUTADO:

Naelson Lima Florencio - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA CARNEIRO SANFORD (OAB 4270/CE) - Processo 0168870-80.2011.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Fazenda Pública do Município de Fortaleza - EXECUTADO: Ana Maria Nativo de Godoy - Assim, considerando a quitação da dívida pelo(a) executado(a), JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional. Custas pelo(a) executado(a), a teor do artigo 20 do Código de Processo Civil, ressalvado eventual deferimento dos benefícios da assistência judiciária, caso em que será obstada sua cobrança pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas de praxe, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: PAULO SERGIO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 5857/CE), FRANCISCO JOSE MAPURUNGA CALDAS (OAB 7853/CE) - Processo 0424702-75.2015.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Procuradoria Geral do Municãpio de Fortaleza - EXECUTADO: Pinho Mororo Construcoes e Incorporacoes - ISTO POSTO, restando comprovada a desnecessidade da citação inicial, DETERMINO a intimação do(a,s) Executado(a,s), para que este(a,s) promova o pagamento da dívida aqui excutida, acrescidas dos juros, multa de mora e encargos descritos na(s) certidão(ões) de dívida ativa - CDA(s) então apresentada(s), no prazo e na forma então disciplinados pela Lei n. 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais - LEF). Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (CPC, art. 652-A, caput), salvo embargos. Advirta-se, ainda, ao(a,s) Executado(a,s) de que disporá do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da efetivação do depósito integral da dívida, ou da juntada da prova da fiança bancária, ou da intimação da penhora, para, se desejar, opor embargos à execução (LEF, art. 16). Ademais, atenda-se o pedido de fl. 3, desde que recolhido previamente as custas. Expedientes necessários.

VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

EXPEDIENTES DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
JUIZ(A) DE DIREITO FATIMA MARIA ROSA MENDONCA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ALINE MONTEIRO DE FREITAS MENEZES
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0006/2016

ADV: ZAIRA UMBELINA RABELO DE LIMA (OAB 18684/CE), PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO (OAB 17677/CE), JOSE HELIO ARRUDA BARROSO (OAB 21248/DF) - Processo 0021247-37.2011.8.06.0025 - Inquérito Policial - Ameaça - VÍTIMA: T.A.A. - RÉU: F.B.S.G. - Diante do exposto declaro extinta a punibilidade do fato descrito nestes autos pela ocorrência da prescrição punitiva., nos moldes do art. 107, IV c/c art. 109, VI, todos do CPB, bem como cancelo o ato audiencial designado para esta data e revogo todas e quaisquer medidas protetivas de urgência, caso deferidas por este Juízo ao longo desta prestação judicial.P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos. Fortaleza, 21 de outubro de 2015.

ADV: ANTONIA ORMEZINDA SAMPAIO (OAB 11226/CE) - Processo 0022564-70.2011.8.06.0025 - Inquérito Policial - Injúria - VÍTIMA: F.S.S. - RÉ: E.S.S. - Diante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, notadamente a prescrição da pretensão punitiva estatal, declaro extinta a punibilidade, nos termos do art. 107, inciso IV, art. 109, inciso VI, vigente à época do fato, e art. 117, inciso I, todos do CPB, quanto aos delitos que lhe são imputados na peça vestibular acusatória, bem como revogo todas e quaisquer medidas protetivas de urgência deferidas por este Juízo ao longo desta prestação jurisdicional. P.R.I.. Intime-se a vítima, nos termos da Lei 11.340/2006. Intimadas as partes em audiência. Oficie-se a SIP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa nas estatísticas

ADV: LAECIO NOGUEIRA REBOUCAS (OAB 6934/CE) - Processo 0489391-07.2010.8.06.0001 - Inquérito Policial - Ameaça - ASSISTENTE DE: E.E.C. - RÉU: M.S.S.A. - Diante do exposto declaro a extinção da punibilidade do fato descrito nestes autos pela ocorrência da prescrição punitiva, nos moldes do art. 107, IV c/c art.109, VI, todos do CPB, bem como cancelo o ato audiencial designado para esta data e revogo todas e quaisquer medidas protetivas de urgência, caso deferidas por este Juízo ao longo desta prestação judicial. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se estes Fortaleza, 26 de outubro de 2015.

FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROFESSOR DOLOR BARREIRA

TURMAS RECURSAIS DAS VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

TERCEIRA TURMA RECURSAL
Número do Despacho 42 - Ano: 2016

6831-28.2013.8.06.0176/1 - RECURSO INOMINADO
Recorrente : BANCO CRUZEIRO DO SUL S. A.
Rep. Jurídico : 20115 - CE HENRIQUE AUGUSTO NUNES DE VASCONCELOS
Rep. Jurídico : 26241 - CE TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS
Recorrido : MARIA NONATA DO NASCIMENTO
Rep. Jurídico : 16712 - CE PAULO REGIS SOUSA BARROS
Relator(a): FRANCISCO MARCELLO ALVES NOBRE
Despacho: Parte final da Decisão...

Isto posto, em razão de restar ausente pressuposto de admissibilidade do recurso, dele não conheço, por ser manifestamente deserto.

Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem.
É como voto.
Fortaleza, 22 de janeiro de 2016

Ricardo Alexandre da Silva Costa
Juiz Convocado

EDITAIS

VARAS CÍVEIS

EDITAIS DA 36ª VARA CIVEL

A Doutora ANTONIA DILCE RODRIGUES FEIJÃO, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, FAZ SABER aos interessados que o presente edital de citação, com prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele tiverem conhecimento ou notícia, que por parte de JOSÉ ODILON DUARTE, brasileiro, casado, vigilante, CPF nº 558.713.643-49 e ANTONIA ROSELI SAMPAIO DUARTE, brasileira, casada, doméstica, CPF nº 609.149.053-25, residentes na Rua 920, 125, Conjunto Ceará, 4ª Etapa, Fortaleza/CE, CEP 60.532-560, foi promovida a Ação de Usucapião Extraordinário nº 0837385-16.2014.8.06.0001, com o objetivo de que lhes seja declarado o domínio do seguinte imóvel, para posterior transcrição em seus nomes no registro de imóveis competente: ...Um imóvel localizado na rua 920 número 125, bairro Conjunto Ceará 4 Etapa, Fortaleza, tendo limites e confrontações: ao sul medindo 18m (dezoito metros) extremando com o imóvel localizado na rua 920 de número 135 pertencente ao Sr. Aldeci Gomes Vieira e cônjuge, ao norte medindo 18m (dezoito metros) extremando com o imóvel localizado na rua 920 número 115 pertencente ao Sr. John Dias Batista e cônjuge, a leste medindo 8,5m (oito metros e cinquenta centímetros) extremando com o imóvel localizado na rua 918 número pertencente a Sr. Antônio Carlos Banes e cônjuge e a oeste medindo 8,5m (oito metros e cinquenta centímetros) extremando com a rua 920. Terreno de formato regular, perfazendo uma área terreno igual a 153m² e de área construída 138m²... Por meio deste ficam citado(s) os réus ausentes, incertos ou desconhecidos, além de eventuais interessados e seus cônjuges, os que casados forem, para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, contestar a presente ação, sob pena de não o fazendo, serem presumidos aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (art. 285, do CPC). Em observância ao artigo 942 do CPC, foi expedido o presente, que vai devidamente ase assinado. Dado e passado nesta cidade e comarca de Fortaleza/CE, aos 15 de janeiro de 2016.

A Dra. Antonia Dilce Rodrigues Feijão, Juíza de Direito Titular da 36ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, FAZ SABER AOS INTERESSADOS e aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a Ação Civil Pública acima em que se requer a Medida Protetiva de MARIA PEREIRA BARBOSA contra FRANCISCO FLAVIO PEREIRA BARBOSA, brasileiro, maior, filho de Maria Pereira Barbosa e de Daniel Gabriel Barbosa, FLÁVIA BARBOSA e GABRIELA DA SILVA BARBOSA, brasileiras, maiores, netas de Maria Pereira Barbosa e de Daniel Gabriel Barbosa, nº 0856636-20.2014.8.06.0001. Pelo presente edital ficam as promovidas FLÁVIA BARBOSA e GABRIELA DA SILVA BARBOSA, dadas como residentes na Rua Princesa Isabel, 1817, casa 08, Vila Condese, Centro, Fortaleza/CE, devidamente CITADAS, do conteúdo da ação, para vir compor a presente lide e contestar, querendo, a presente ação sob pena de revelia e confissão (art. 319, do CPC), ficando advertidas de que, não sendo contestada a ação, no prazo improrrogável de 15 (quinze), a contar do decurso do prazo da circulação deste edital, presumir-se-ão aceitos pelas promovidas como verdadeiros os fatos articulados pelo promovente (art. 285, do CPC). E para que não aleguem, no futuro, desconhecimento, foi expedido o presente edital de citação. Dado e passado nesta cidade e comarca de Fortaleza, aos 25 de janeiro de 2016.

VARAS DE FAMÍLIA

EDITAIS DA 3ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº:	**0200859-36.2013.8.06.0001**
Classe:	**Interdição**
Assunto:	**Partes e Procuradores**
Interditante	**MARIA ELINEIDE DA SILVA ALVES**
Interditando	**FRANCISCO MARTINS DA SILVA**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de FRANCISCO MARTINS DA SILVA, por ser portador de demência por Alzheimer moderada a avançada. O processo foi julgado em 14/05/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO do requerido FRANCISCO MARTINS DA SILVA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, inclusive tendo suspensos seus direitos políticos, conforme Art. 15, II, da Constituição Federal, nomeando-lhe curador sua filha MARIA ELINEIDE DA SILVA ALVES . O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0887185-13.2014.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante **Carlos Antônio Alves de Souza**
Interditando **Suenir Alves de Souza**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Suenir Alves de Souza, por ser portador de Retardo Mental CID 10 - F70.1 + G40.3. O processo foi julgado em 19/05/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO da requerida Suenir Alves de Souza, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, inclusive tendo suspensos seus direitos políticos, conforme Art. 15, II, da Constituição Federal, nomeando-lhe curador seu irmão Carlos Antonio Alves de Souza. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0034672-72.2012.8.06.0001**

Classe: **Tutela e Curatela - Nomeação**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Requerente **JOSE DANIEL BRANDÃO DE OLIVEIRA**
Interditando **José Venancio Sobrinho**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de José Venancio Sobrinho, por ser portador de invalidez. O processo foi julgado em 12/04/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO do requerido José Venancio Subrinho , declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o

art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curador seu sobrinho José Daniel Brandão de Oliveira. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0138189-30.2011.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante **Maria Benizia Guedes da Silva**
Interditando **Francisca Fabiana da Silva Eufrasio**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Francisca Fabiana da Silva Eufrasio, por ser portador de deficiência mental cognitiva. O processo foi julgado em 15/04/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO da requerida Francisca Fabiana da Silva Eufrasio, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curadora sua genitora Maria Benizia Guedes da Silva. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0052570-98.2012.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Família**
Interditante **IMEUDA PONTE BARBOSA**
Interditando **Alice Cruz Miranda**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Alice Cruz Miranda, por ser portador de idade avançada. O processo foi julgado em 12/07/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO da requerida Alice Cruz Miranda , declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curadora sua sobrinha Imêuda Ponte Barbosa. Quanto ao pedido de expedição de alvará específico para a venda do imóvel acato ao opinado pelo Ministério Público. Caso persista do interesse em promover tal alienação que o faça em ação autônoma. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0048124-52.2012.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante **MARIA ESTER ROLIM**
Interditando **MARIA IRACY ROLIM**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de MARIA IRACY ROLIM, por ser portador de doença de Alzheimer. O processo foi julgado em 08/08/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO do requerido Maria Iracy Rolim , declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curador sua filha Maria Ester Rolim. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0138317-16.2012.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante **Antonia Erbennia Medeiros Cavalcante**
Interditando **Dafne Medeiros Negreiros**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Dafne Medeiros Negreiros, por ser portador de problemas encefálicos. O processo foi julgado em 10/10/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante ao exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO da requerida DAFNE MEDEIROS NEGREIROS, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curadora sua mãe ANTÔNIA ERBENNIA MEDEIROS CAVALCANTE. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0090363-76.2009.8.06.0001**
Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Requerente **Maria Bernadete de Sousa Maciel**
Interditando **Ruth Maria de Sousa Oliveira**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Ruth Maria de Sousa Oliveira, por ser portador de AVC. O processo foi julgado em 01/10/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO da requerida Ruth Maria de Sousa Oliveira, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curadora sua filha Maria Bernadete de Sousa Maciel. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0128055-75.2010.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante **Moises Gadelha Costa**
Interditando **Laiz Gadelha Costa**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Laiz Gadelha Costa, por ser portador de (CID F.711). O processo foi julgado em 11/05/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: Ante todo o exposto, e considerando tudo que dos autos consta, DECRETO a INTERDIÇÃO da requerida LAIZ GADELHA COSTA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3.º, inciso II, e de acordo com o art. 1.774 e 1.775 do Código Civil, nomeando-lhe curador seu irmão MOISÉS GADELHA COSTA. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0107500-71.2009.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Requerente **Maria Aparecida Bezerra Sampaio**
Interditando **Joao Batista Sales Sampaio Neto**

Maria Marleide Maciel Mendes, 3ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Joao Batista Sales Sampaio Neto, por ser portador de demência. O processo foi julgado em 25/06/2013 e o teor final da sentença e o seguinte: De conformidade com o artigo 1.772, declaro o interditando totalmente incapaz, nomeando o autor curador do interditando, que deverá prestar o compromisso legal no prazo de cinco dias (artigo 1.187 do CPC) , e nos termos do artigo 1.184 do CPC inscreva-se a sentença no Cartório de Pessoas Naturais e publique-se pela imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Maria Marleide Maciel Mendes
Juíza de Direito

EDITAIS DA 4ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0170621-63.2015.8.06.0001**

Classe: **Interdição-Curatela**

Interditante **Eliana Coelho de Souza Almeida**
Interditando **Maria Irismar Coelho de Souza**

O Dr. Sergio Luiz Arruda Parente, Juiz de Direito da 4ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de MARIA IRISMAR COELHO DE SOUZA, brasileira, viúva, aposentada, residente na Rua Teodoro de Paiva nº 10, Engenheiro Luciano Cavalcante, por ser portadora de síndrome demencial, Doença de Alzheimer. O processo foi julgado em 29/09/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: ...ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a presente ação para decretar a interdição do(a) requerido(a) MARIA IRISMAR COELHO DE SOUZA, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do Código Civil Brasileiro e nomeio CURADOR(A) o(a) seu/sua filho(a), Sr./Sra. ELIANA COELHO DE SOUZA ALMEIDA, haja vista ter restado induvidosamente demonstrado nos autos ser esta a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da lei civil, reunindo, a mesma, condições de ordem moral para o exercício da curatela do(a) requerido(a), extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 269, inciso I, do CPC, ressaltando-se, por sua vez, que não poderá, sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome do(a) interditando(a) e nem alienar bens a ele/ela pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade do(a) mesmo(a). Sem custas. P.R.I. Eu, MMLB, o digitei.

O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**.

Sergio Luiz Arruda Parente
Juiz de Direito

EDITAIS DA 6ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0127510-29.2015.8.06.0001**

Classe: **Interdição - Curatela**
Interditante **Edna Feitosa de Lucena**
Interditando **Evandro Castro e Maia**

O Dr. Jose Ricardo Costa D Almeida, Juiz de Direito da 6ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de EVANDRO CASTRO E MAIA, brasileiro, convivente em união estável, aposentado, residente na Rua Barbosa de Freitas, nº 1910, Ap. 201, bairro Aldeota, por ser portador de transtorno mental e comportamental devido ao uso de álcool, havendo ainda degeneração do sistema nervoso em razão do mesmo, denominando-se “polineuropatia alcoólica”, O processo foi julgado em 03/07/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: ...Em face do exposto e do mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado nesta ação, e por consequência, decreto a interdição de EVANDRO CASTRO E MAIA, nomeando-lhe curadora a sua companheira, EDNA FEITOSA DE LUCENA, após prestar compromisso legal, com os poderes mencionados nos arts. 1774 e 1741 usque 1752, todos do CCB. Expedientes necessários, para fim de se levar esta decisão à inscrição no Cartório de Registro de Pessoas Naturais competente. E O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**. Eu, MMLB, o digitei.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: **0010305-91.2006.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Execução de Alimentos - Alimentos**
Exequente **Nayane de Aguiar Machado,** representada por EVA MARIA DE AGUIAR
Exequido **Antonio Machado de Aguiar**

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 15 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. EVA MARIA DE AGUIAR, brasileira, separada, desempregada, desconhecido seu atual endereço, para no prazo de 15 dias, dizer se mantém interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 48 HORAS)

Processo nº: **0034559-26.2009.8.06.0001**

Classe – Assunto: Execução de Alimentos - Fixação
Requerente Gerbson Queiroz Fontes e outra, menores representados por Josefa Joselina de Queiroz Fontes
Exequido **Gerbson Carlos Pessoa Fontes**

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 48 HORAS virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. JOSEFA JOSELINA DE QUEIROZ FONTES, brasileira, casada, vendedora ambulante, desconhecido seu atual endereço, para no prazo de 48 horas cumprir o despacho das fls.51, bem como para dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção, nos termos do art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 48 HORAS)

Processo nº: **0037917-91.2012.8.06.0001**

Classe – Assunto: Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas
Requerente Caio Ribeiro Le Sueur, menor representado **por Ellen Cristine dos Santos Ribeiro**
Requerido Yury Gomes Le Sueur

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 48 HORAS virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra.ELLEN CRISTINE DOS SANTOS RIBEIRO, brasileira, vivendo em União Estável, professora, desconhecido seu atual endereço, para *no prazo máximo de QUARENTA E OITO (48) HORAS, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento deste feito, sob pena de extinção do pedido, sem resolução do seu mérito, nos termos do art. 267, § 1º do CPC.* Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 48 HORAS)

Processo nº: **0086530-84.2008.8.06.0001**

Classe – Assunto: Procedimento Ordinário - Investigação de Paternidade
Requerente MELISSA DE SOUSA DUARTE, representada por **Telma de Sousa Nascimento**
Requerido Antônio Plauto Cavalcante do Vale

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal,
FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 48 horas virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra.TELMA DE SOUSA NASCIMENTO, brasileira, solteira, comerciaria, desconhecido seu atual endereço, para dizer se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do pedido, sem resolução do seu mérito, nos termos do art.267, §1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0130128-44.2015.8.06.0001**

Classe – Assunto: Procedimento Ordinário - Reconhecimento / Dissolução
Requerente Valéria Rodrigues da Hora
Requerido Marcos Paulo Rodrigues Rocha e outros

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ

SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 30 DIAS virem ou dele conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. VALÉRIA RODRIGUES DA HORA, brasileira, solteira, costureira, desconhecido seu atual endereço, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção com base no art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 27 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0139000-58.2009.8.06.0001**

Classe – Assunto: Procedimento Ordinário - Regulamentação de Visitas
Requerente Márcio Wanks de Oliveira Martins
Requerido Guilherme Eyke Santos Martins, representado por Nelita da Costa dos Santos

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 30 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADO o Sr. MÁRCIO WANKS DE OLIVEIRA MARTINS, brasileiro, solteiro, analista de sistema, desconhecido seu atual endereço, para *no prazo máximo de **QUARENTA E OITO (48) HORAS**, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento deste feito, **sob pena de extinção do pedido,** sem resolução do seu mérito, nos termos do art. 267, § 1º do CPC.* Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0139458-36.2013.8.06.0001**

Classe – Assunto: Execução de Alimentos - Família
Exequente **Renan Santos da Silva, representado por** ANA LUCIA DOS SANTOS FREITAS
Executado Adriano José da Silva

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 30 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. ANA LUCIA DOS SANTOS FREITAS, brasileira, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção com base no art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 27 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: **0140554-86.2013.8.06.0001**

Classe – Assunto: Divórcio Consensual - Dissolução
Requerente **José Carlos Ramos de Farias e** Alexsandra Lopes Pereira de Farias

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 15 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que sejam INTIMADOS o Sr. **JOSE CARLOS RAMOS DE FARIAS**, brasileiro, separado de fato, administrador, e a Sra. **ALEXSANDRA LOPES PEREIRA DE FARIAS**, brasileira, separada de fato, do lar, com endereço desconhecido, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizerem se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção com base no art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

José Ricardo Costa D'Almeida
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 48 HORAS)

Processo nº: **0143439-15.2009.8.06.0001**

Classe – Assunto: Procedimento Ordinário - Reconhecimento / Dissolução
Requerente Vanderci da Silva
Requerido Alexandre Albiero Pedro

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 48 HORAS virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra.VANDERCI DA SILVA, brasileira, solteira, fonoaudiologa, desconhecido seu atual endereço, para *no prazo máximo de QUARENTA E OITO (48) HORAS, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento deste feito,* ***sob pena de extinção do pedido,*** *sem resolução do seu mérito, nos termos do art. 267, § 1º do CPC.* Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

José Ricardo Costa D'Almeida
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0151570-37.2013.8.06.0001**

Classe – Assunto: Divórcio Litigioso - Dissolução
Requerente FRANCISCA MARY DA SILVA COSTA
Requerido LUCIMAR GOMES COSTA

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 30 DIAS virem ou dele conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. FRANCISCA MARY DA SILVA COSTA, brasileira, casada, doméstica de casa de família, desconhecido seu atual endereço, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção com base no art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 27 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0153822-13.2013.8.06.0001**

Classe – Assunto: Execução de Alimentos - Alimentos
Exequente RENAN SANTOS DA SILVA, representado por sua genitora Ana Lúcia dos Santos Freitas
Executado ADRIANO JOSÉ DA SILVA

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 30 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. ANA LÚCIA DOS SANTOS FREITAS, brasileira, solteira, de prendas domésticas, desconhecido seu atual endereço, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção com base no art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 27 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo nº: **0159090-48.2013.8.06.0001**

Classe – Assunto: Procedimento Ordinário - Investigação de Paternidade
Requerente JONAS MARIO ENEAS DA ROCHA
representado por **Dina Ilka Eneas da Rocha**
Requerido Francisco Alves da Silva

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 30 DIAS virem ou dele conhecimento tiverem que, por

este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADA a Sra. DINA ILKA ENEAS DA ROCHA, brasileira, solteira, vendedora, desconhecido seu atual endereço, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de
extinção com base no art.267, § 1º do CPC. Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 27 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 48 HORAS)

Processo nº:	**0403680-34.2010.8.06.0001**
Classe – Assunto:	Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas
Requerente	Francisco Matos Tabosa
Requerido	Francisca Dulce Aparecida dos Santos Silva

O(A) MM(a) Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família desta Comarca, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 48 HORAS virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que seja INTIMADO o Sr.FRANCISCO MATOS TABOSA, brasileiro, solteiro, metalúrgico, desconhecido seu atual endereço, para *no prazo máximo de QUARENTA E OITO (48) HORAS, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento deste feito,* ***sob pena de extinção do pedido,*** *sem resolução do seu mérito, nos termos do art. 267, § 1º do CPC.* Eu, MMLB, o digitei.

Fortaleza/CE, em 28 de janeiro de 2016.

José Ricardo Costa D'Almeida
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família
Assinado Por Certificação Digital

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº:	**0038472-50.2008.8.06.0001**
Classe:	**Interdição**
Assunto:	**Tutela e Curatela**
Requerente	Ana Cristina da Silva Pereira
Interditando	FRANCISCO CARLOS PEREIRA

O Dr. Jose Ricardo Costa D Almeida, Juiz de Direito da 6ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de FRANCISCO CARLOS PEREIRA, brasileiro, casado, sem profissão, residente e domiciliado na Rua do Guajiru, nº 185, Tancredo Neves, por ser portador de sequela neurológica de acidente vascular cerebral isquêmico. O processo foi julgado em 16/12/2011 e o teor final da sentença e o seguinte: ...JULGO, por sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos, PROCEDENTE o pedido de fls. 03/09, decretando a interdição total de FRANCISCO CARLOS PEREIRA, por ser incapaz para gerir a si e a seus bens, em face da deficiência que o acomete, no momento. Nomeio curadora do interditado a requerente, ANA CRISTINA DA SILVA PEREIRA, que deverá prestar o compromisso legal. Deixo de determinar a especialização de hipoteca de bens, em razão de não haver menção sobre a existência dos mesmos nos autos e, ainda, pela idoneidade moral da Curadora, ora nomeada. Inscreva-se e Registre-se a sentença no Registro Civil, como manda a lei. Sem custas. O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**. Eu, MMLB, o digitei.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº:	**0171438-35.2012.8.06.0001**
Classe:	Interdição - Curatela
Interditante	Marcelo Guimarães Martins
Interditando	Zenilde Guimarães Martins

O Dr. Jose Ricardo Costa D Almeida, Juiz de Direito da 6ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de Zenilde Guimarães Martins, brasileira, casada, residente na Rua Professor Heráclito ,856, Vicente Pinzon, por ser portadora de Mal de Parkinson. O processo foi julgado em 02/12/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: ...Diante de todo o exposto, tomando por base o artigo 3º, inciso II, do Código Civil, bem como o artigo 1.767 e seguintes do mesmo estatuto e em conjunto com artigo 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, DECRETO a interdição de ZENILDE GUIMARÃES MARTINS,

declarando sua incapacidade absoluta. Nomeio na oportunidade como curador, sob compromisso, a ser prestado, a pessoa de MARCELO GUIMARÃES MARTINS, nos moldes do artigo 1.187 do CPC, sendo que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao Interdito (se existentes) ou contratar empréstimos em nome do Interditado, sem Judicial autorização específica mediante procedimento próprio. Os valores eventualmente recebidos de entidade Previdenciária ou de outra natureza deverão ser aplicados na saúde, alimentação e no bem-estar do Interdito... O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**. Eu, MMLB, o digitei.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0193961-07.2013.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Interditante ELIZAURA FERREIRA SILVA
Interditando ITALO ROGERS SILVA DO NASCIMENTO

O Dr. Jose Ricardo Costa D Almeida, Juiz de Direito da 6ª Vara de Família, desta cidade **Fortaleza,** Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos que virem o presente **edital** ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foi decretada a interdição de ITALO ROGERS SILVA DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, aposentado, residente na Rua Nunes Feijó, nº 1100, Bairro Jangurussu, por ser portador de esquizofrenia paranoide (CID 10 F200), e portador de insuficiência renal crônica grau V (CID N 18.0). O processo foi julgado em 04/12/2015 e o teor final da sentença e o seguinte: ...Diante de todo o exposto, tomando por base o artigo 3º, inciso II, do Código Civil, bem como o artigo 1.767 e seguintes do mesmo estatuto e em conjunto com artigo 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, DECRETO a interdição de Ítalo Rogers do Nascimento, declarando sua incapacidade absoluta. Nomeio na oportunidade como curadora, sob compromisso, a ser prestado, a pessoa de Elizaura Ferreira Silva, nos moldes do artigo 1.187 do CPC, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao Interdito (se existentes) ou contratar empréstimos em nome do Interditado, sem Judicial autorização. Os valores eventualmente recebidos de entidade Previdenciária deverão ser aplicados na saúde, alimentação e no bem-estar do Interdito... O presente edital deverá ser publicado **três vezes** com intervalo de **dez dias**. Eu, MMLB, o digitei.

Jose Ricardo Costa D Almeida
Juiz de Direito

EDITAIS DA 7ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0004156-40.2010.8.06.0001**

Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
Requerente **Jose Oswaldo Vasconcelos Neto e outro**

Shirley Maria Viana Crispino Leite, 7ª Vara de Família, desta cidade Fortaleza, Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc... FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a INTERDIÇÃO de FRANCISCA SARAH CHAGAS VASCONCELOS, alegando, em síntese, que é o interditando portador de graves problemas mentais, sendo que estes problemas o tornaram completamente incapaz , o que impede de exercer os atos da vida civil , tendo em vista os efeitos degenerativos que a doença provoca nas suas vítimas sendo em conseqüência, total e permanentemente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, tornando-se civilmente incapaz de discernir os seus atos. O conjunto das provas testemunhal e pericial revela a veracidade das alegações da parte autora, sendo o interditando incapaz de gerir a si e seus bens. Foi nomeado a Sra JOSÉ OSWALDO VASCONCELOS NETO curadora do referido interditando, cujo múnus será exercido. O referido processo foi julgado EM ,29/06/2011 pelo Dr.ª SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE, cujo o teor final da sentença é o seguinte:", decreto a interdição de Nomeando-lhe curador plena JOSÉ OSWALDO VASCONCELOS NETO , que exercerá o múnus sem restrições, após prestar o compromisso legal, cumpridas as outras formalidades que os Códigos Civil e de Processo Civil prescrevem, notadamente no que respeita ao ART. 1.184,1.187 deste, podendo entrar em exercício desde logo, nos moldes do art. 1.190 do referido diploma legal adjetivo, dispensada a especialização de hipoteca legal. A presente decisão acompanhada de termo de compromisso e do trânsito em julgado servirá como mandado junto ao Cartório João de Deus. Sem custas.Publique-se, intimem-se arquive-se. Fortaleza,16 DE DEZEMBRO de 2013.Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito. O presente Edital deverá ser publicado três vezes, com intervalo de 10 dias. . Eu, LUZIMAR FACUNDO, o digitei.

Shirley Maria Viana Crispino Leite
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: **0384661-42.2010.8.06.0001**
Classe: **Interdição**
Assunto: **Tutela e Curatela**
RequeridoRequerente **Felipe Gomes de Freitas e outro, Maria Heliana Freitas da Silva**

Shirley Maria Viana Crispino Leite, 7ª Vara de Família, desta cidade Fortaleza, Capital do estado do Ceará, por nomeação legal, etc... FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a INTERDIÇÃO de FELIPE GOMES DE FREITAS alegando, em síntese, que é o interditando portador de graves problemas mentais, sendo que estes problemas o tornaram completamente incapaz , o que impede de exercer os atos da vida civil , tendo em vista os efeitos degenerativos que a doença provoca nas suas vítimas sendo em conseqüência, total e permanentemente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, tornando-se civilmente incapaz de discernir os seus atos. O conjunto das provas testemunhal e pericial revela a veracidade das alegações da parte autora, sendo o interditando incapaz de gerir a si e seus bens. Foi nomeado a Sr.MARIA HELIANA FREITAS DA SILVA curadora do referido interditando, cujo múnus será exercido. O referido processo foi julgado EM , 16 DE AGOSTO DE 2010.pelo Dr.ª SHIRLEY MARIA VIANA CRISPINO LEITE, cujo o teor final da sentença é o seguinte:", decreto a interdição de Nomeando-lhe curador plena MARIA HELIANA FREITAS DA SILVA , que exercerá o múnus sem restrições, após prestar o compromisso legal, cumpridas as outras formalidades que os Códigos Civil e de Processo Civil prescrevem, notadamente no que respeita aos art. 1.184, deste, podendo entrar em exercício desde logo, nos moldes do art. 1.190 do referido diploma legal adjetivo, dispensada a especialização de hipoteca legal. A presente decisão acompanhada de termo de compromisso e do trânsito em julgado servirá como mandado. Sem Custas. Publique-se, intimem-se arquive-se. Fortaleza,12 DE DEZEMBRO de 2013.Shirley Maria Viana Crispino Leite Juíza de Direito. O presente Edital deverá ser publicado três vezes, com intervalo de 10 dias. . Eu, LUZIMAR FACUNDO, o digitei.

Shirley Maria Viana Crispino Leite
Juíza de Direito

VARAS DE FALÊNCIA

EDITAIS DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS

AVISO AOS INTERESSADOS

Processo nº **0171211-11.2013.8.06.0001**

Classe **Embargos de Terceiro**
Assunto **Recuperação judicial e Falência**
Embargante MANOEL MARCONE BORGES PEREIRA e outro
Embargado DIBRA PARTICIPAÇÕES LTDA e outro

O Dr. Cláudio Augusto Marques de Sales, Juiz de Direito da 1.ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Fortaleza/CE, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que ficam, neste ato, **INTIMADOS os credores da MASSA FALIDA DA M.B PEREIRA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA., (Incorporadora de Dibra Participações LTDA.), da petição de fls. 339/340, que consta o pedido de homologação de acordo apresentado por MANOEL MARCONE BORGES PEREIRA, OTÍLIA CARVALHO BORGES E DIAS BRANCO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, o qual visa encerrar esta e outras demandas judiciais relacionadas ao imóvel arrematado nos autos da Falência.** Diligência isenta de custas por força do Decreto-lei n.º 7.661/45. Dado e passado nesta cidade de FORTALEZA/CE, em 21 de janeiro de 2016. Eu, M.ª Dolores F. Pereira, Técnica Judiciária, Mat. 201601, o digitei.

Cláudio Augusto Marques de Sales
Juiz de Direito
Assinado por certificação digital

VARAS DO JÚRI

EDITAIS DA 2ª VARA DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: **1001047-50.2000.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
Réu: **Hermenegildo Rodrigues Damasceno Neto e outro**

O(A) Dr(a). **LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, Juiz(a) de Direito respondendo nesta SEGUNDA VARA DO JÚRI de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAÇO saber que, perante este Juízo da 2ª Vara do Juri, foi denunciado pela Drª Promotora de Justiça desta Comarca, **MANOEL DAMASCENO SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido em Ibicuitinga/Ce, aos 09 de abril de 1982, filho de Antônio Mariano da Silva e Maria Rodrigues Damasceno, residente na Rua Castilho Soares, 216-B, bairro Bela Vista, ou Rua Pedro

Machado, 720, bairro Damas, ambos nesta capital; como incurso na sanção do artigo 121, § 2º, inciso IV c/c art. 29 do CPB. E como não foi possível intimá-lo pessoalmente, haja vista não ter sido o réu encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, pelo que, nos termos do art. 420, parágrafo único do Código de Processo Penal, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, **ficando o acusado devidamente intimado a comparecer perante este Juízo, no Edifício do Forum Clóvis Beviláqua, Secretaria da 2ª Vara o Júri, sito na Av. Floriano Benevides, 220, Água Fria, nesta capital, no dia 18 de fevereiro de 2016 às 15:00 horas, a fim de participar da audiência de instrução criminal, debates e decisão.** Eu, Anal. Judic., matr. 11955, o digitei.

Fortaleza/CE., em 19 de janeiro de 2016.

Luciano Nunes Maia Freire
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: **1001047-50.2000.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
Réu: **Hermenegildo Rodrigues Damasceno Neto e outro**

O(A) Dr(a). **LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, Juiz(a) de Direito respondendo nesta SEGUNDA VARA DO JÚRI de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAÇO saber que, perante este Juízo da 2ª Vara do Juri, foi denunciado pela Drª Promotora de Justiça desta Comarca, **HERMENEGILDO RODRIGUES DAMASCENO NETO,** de alcunha "Egídio", brasileiro, casado, servente, nascido em Ibicuitinga/Ce, aos 13 de agosto de 1976, filho de Maria Rodrigues Damasceno, residente na Rua Castilho Soares, 216-B, bairro Bela Vista, nesta capital ou Rua José Romério, 1177, Itapipoca/Ce; como incurso na sanção do artigo 121, § 2º, inciso IV c/c art. 29 do CPB. E como não foi possível intimá-lo pessoalmente, haja vista não ter sido o réu encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, pelo que, nos termos do art. 420, parágrafo único do Código de Processo Penal, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, **ficando o acusado devidamente intimado a comparecer perante este Juízo, no Edifício do Forum Clóvis Beviláqua, Secretaria da 2ª Vara o Júri, sito na Av. Floriano Benevides, 220, Água Fria, nesta capital, no dia 18 de fevereiro de 2016 às 15:00 horas, a fim de participar da audiência de instrução criminal, debates e decisão.** Eu, Anal. Judic., matr. 11955, o digitei.

Fortaleza/CE., em 19 de janeiro de 2016.

Luciano Nunes Maia Freire
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: **0871759-49.2000.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Art. 121 § 1º Cpb - Homicídio Qualificado**
Vítima: **Francisco Carlos Goncalves**
Réu: **Paulo Henrique Dias Pestana e outro**

O(A) Dr(a). LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, Juiz(a) de Direito respondendo pela SEGUNDA VARA DO JÚRI de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAÇO saber que, perante este Juízo, foi denunciado, **PAULO HENRIQUE DIAS PESTANA**, vulgo "Carioca", brasileiro, solteiro, filho de Olivier Pestana e de Carmelita Dias Pestana, nascido aos 19.04.1968 no Rio de Janeiro/RJ, residente na Rua Coronel Odílio Diniz, 302, bairro São Félix, Santo Antônio de Pádua/RJ, como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos II e IV e art. 121, § 2º, incisos II e IV c/c art. 14, II, e art. 129, caput, todos c/c art. 69 do Código Penal. Concluída a instrução criminal, a denúncia foi julgada procedente, e o réu foi pronunciado como incurso nas sanções do o art. 121, § 2º, incisos II e IV e art. 121, § 2º, II e IV c/c art. 14, II e art. 129, caput do C.P.B. , submetendo-o a julgamento pelo Colendo Tribunal Popular do Júri. Que expedido mandado para a intimação do aludido denunciado, certificou o Oficial de Justiça encarregado da diligência encontrar-se ele, em lugar incerto e não sabido. Injustificada foi a mudança de endereço do acusado, e a comunicada não traduz a verdade, sendo declarada a revelia do réu. Pelo que, nos termos do art. 431 c/c parágrafo único do art. 420 da Nova Lei Processual, e c/c art. 370 do mesmo diploma legal, mandei expedir o presente edital, com o prazo de 15 dias, pelo qual fica o mesmo denunciado **intimado a comparecer perante este Juízo**, no Edifício do Fórum Clóvis Beviláqua, Auditório do 2º. Salão do Tribunal do Júri, sito à Avenida Desembargador Floriano Benevides, 220, Água Fria, nesta capital, **para ser SUBMETIDO A JULGAMENTO PELO 2º. TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI NO DIA 15 (QUINZE) DE FEVEREIRO DE 2016 ÀS 13:30 HORAS.** Eu, Anal. Judic., mat. 11955, o digitei.

Fortaleza/CE., em 28 de janeiro de 2016.

Luciano Nunes Maia Freire
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: **0149957-16.2012.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples e Crime Tentado**
Autor: **Ministério Público Estado do Ceará**

Autuado: **Pedro Rodrigues dos Santos**

O(A) Dr(a). LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, Juiz(a) de Direito respondendo pela SEGUNDA VARA DO JÚRI de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER a quem possa interessar que, por meio deste Edital, tramita perante este Juízo da 2ª. Vara do Júri uma AÇÃO PENAL, registrada sob o Nº 0149957-16.2012.8.06.0001, em desfavor de **PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS**, filho de Francisco Antônio Pereira dos Santos e de Maria das Graças Rodrigues, de apelido "Lourinho da Itaoca", brasileiro, solteiro, nascido em Fortaleza/CE aos 23.12.1992, residente na TRAVESSA EUSÉBIO DE QUEIRÓS, 90, BAIRRO ITAOCA, NESTA CAPITAL; o qual foi denunciado como incurso na sanção do artigo 121, § 2º, inciso IV c/c art. 14, II e art. 29 do Código Penal, sendo ao fim da instrução preliminar pronunciado nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV c/c art. 14, II e art. 29 do C.P.B. E como não foi possível intimá-lo pessoalmente da decisão de PRONÚNCIA, haja vista não ter sido o réu encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, pelo que, nos termos do art. 420, parágrafo único do Código de Processo Penal, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, **ficando o acusado devidamente intimado do inteiro teor da decisão de Pronúncia de fls. 535/541 dos autos,** podendo, no prazo de 05 (cinco) dias, interpor recurso cabível, sob pena de ver passar em julgado dita decisão. Outrossim, faz saber que este juízo tem sede no Edifício do Fórum Clóvis Beviláqua, sito na Avenida Desembargador Floriano Benevides, 220, Água Fria, nesta capital. Eu, Anal. Judic., matr. 11955, o digitei. Subscrevo, HORÁCIO FRANÇA DRAGAUD NETO, Diretor da secretaria.

Fortaleza/CE., em 28 de janeiro de 2016.

Luciano Nunes Maia Freire
Juiz de Direito

EDITAIS DA 5ª VARA DO JÚRI

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 10 (Dez) DIAS

Processo n.º: **0882752-54.2000.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Vítima: **Raimundo Morais de Lima e outro**
Réu: **Jose Alves Alencar**

Finalidade da Citação: **Processo de Restauração e audiência**

A Dra Valencia Maria Alves de Sousa Aquino, Juíza de Direito da 5ª Vara do Juri por nomeação legal, Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o acusado **José Alves Alencar**, endereço Rua Rio Grande do Norte, nº 1405, Pan -Americano, Fortaleza-Ce, nascido em 03/07/1955, solteiro, filho de Ebidias Alencar e de Francisca Idalice Alencar, Natural de Solonópole-Ce, como incurso nas sanções do Art.121**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **10 (dez) dias**, pelo qual o denunciado, nos termos do artigo 541§ 2º "c" do CPP fica citado para o processo de Restauração de Autos. Ficando de logo intimado para participar da audiência designada para o dia **23/02/2016, às 14h30,** conforme preceitua o artigo 542 do CPP, cabendo-lhe exibir as cópias, contrafé e mais reproduções dos atos e documentos que estiverem em seu poder. **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 25 de janeiro de 2016.

Valencia Maria Alves de Sousa Aquino
Juíza de Direito

Assinado por certificação digital

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAIS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo nº: 0102014-61.2016.8.06.0001
Classe: Medidas de Proteção À Criança e Adolescente
Assunto: Abandono Material
Requerente: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Requerido: Sheila Sousa Pereira e outro

A Meritíssima Juíza de Direito da 3a. Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, Mabel Viana Maciel, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou o seu conhecimento deva pertencer, que perante este Juízo tramita a Ação de Medidas de Proteção à Criança e Adolescente, requerida por Defensoria Pública Estadual, tendo a Meritíssima Juíza determinado a expedição do presente Edital de Citação, pelo qual fica CITADO(A), haja vista se encontrar em lugar incerto e não sabido, o(a) Sr(a). Sheila Sousa Pereira e Carlos Wagner dos Reis, acerca dos autos em epigrafe, para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que pretende produzir, sob pena de revelia (art. 802 do CPC) e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos contra a referida ação. Dado e passado nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

VARAS DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

EDITAIS DA 2ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Edital de Citação(Prazo de 30 dias)

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para, em 5 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, efetuar(em) o pagamento do principal, acessórios, honorários advocatícios e despesas processuais, ou garantir(em) o juízo, através de: a) depósito em dinheiro; b) fiança bancária; ou c) nomeação de bens à penhora, observada a gradação estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, provando-os de sua propriedade e livres e desembaraçados, facultando-se, em momento posterior adequado, a interposição de embargos, em 30 (trinta) dias. Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia do Juízo, proceder-se-á a penhora ou arresto dos bens do executado, nos termos dos arts. 10 e 11, do aludido diploma legal. E,para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

1) Processo nº: 0099425-43.2009.8.06.0001
Classe Assunto: Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
Exequente: Fazenda Publica do Municipio de Fortaleza
Executado: Jose Arlindo de Araujo Alves
Valor da Causa R$ 1.818,12
Citando(a)(s): Jose Arlindo de Araujo Alves, Endereço: Rua Itapage, 27, Centro - CEP 60040-060, Fortaleza-CE, CPF: 001136383-53.
Certidão de Dívida Ativa: nºs. 2009/014535, 2009/014599, 2009/014565. Valor do Débito: R$ 1.818,12(Hum mil, oitocentos e dezoito reais e doze centavos), Data do Cálculo: 23 de Abril de 2009.

Fortaleza/CE., em 13 de agosto de 2013.

André Aguiar Magalhães
Juiz
Assinado por certificação digital

COMARCAS DO INTERIOR

EDITAIS, EXPEDIENTES E AVISOS

COMARCA DE ABAIARA - COMARCA VINCULADA DE ABAIARA

Juiz(a) Titular : MARCELINO EMIDIO MARCIEL FILHO
Diretor(a) de Secretaria: JOSE GERVAZIO SAMPAIO
EXPEDIENTE nº 05/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/24477	1		/	1

1) 25-82.2015.8.06.0183/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: VANDERVÂNIO ALMEIDA SANTOS .**"Intimo Vossa Senhoria para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 19/02/2016, às 9:00hs"**- INT. DR(S). RAFHAEL DA SILVA PETRONIO .

COMARCA DE ACOPIARA - 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA

Juiz(a) Titular : WELITHON ALVES DE MESQUITA
Diretor(a) de Secretaria: JACY DIAS CAVALCANTE E SILVA
EXPEDIENTE nº 7/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25025	1		/	1

CE/25535	2		/	2
CE/15942	3		/	3
CE/27346	4		/	4
CE/27974	5		/	5

1) 10776-47.2011.8.06.0029/0 - Tombo: 0106 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: JOSE NILSON TOMAZ VIEIRA REQUERENTE.: RAIMUNDA SOARES DE LIMA. **“”DESPACHO: DEFIRO O PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO.””.**- INT. DR(S). FRANCISCO WILLIAMS CABRAL FILHO

2) 12948-54.2014.8.06.0029/0 - Tombo: 110 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRANTE.: JONATHAN GUILHERME OLIVEIRA IMPETRADO.: SECRETARIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA IMPETRADO.: SECRETARIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. **“”SENTENÇA: (PARTE DISPOSITIVA) DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE AÇÃO. DENEGO SEGURANÇA PRETENDIDA. CONDENO O IMPETRANTE AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. DEIXO DE CONDENAR O IMPETRADO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR SE TRATAR DE MANDADO DE SEGURANÇA, CONFORME SÚM.512-STF E SÚM.105-STJ. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. DECORRIDO O PRAZO PARA APELAÇÃO, ARQUIVE-SE COM BAIXA NO SISTEMA DE INFORMÁTICA.””.**- INT. DR(S). JONATHAS PINHO CAVALCANTE

3) 13223-66.2015.8.06.0029/0 - Tombo: 164 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: FRANCISCO ALISSON ARAUJO DE MELO REQUERIDO.: JOSE AIRTON DE MELO. REQUERENTE.: PEDRO JALISSON ARAUJO DE MELO REPR. LEGAL.: VANDERLANDIA ARAUJO DA SILVA. **“”SENTENÇA: CUIDA-SE DE AÇÃO DE ALIMENTOS EM QUE NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO A PARTE PROMOVIDA PROPÔS PENSÃO ALIMENTÍCIA EQUIVALENTE A 30% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE, O QUE NÃO FOI ACEITO PELA REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE AUTORA (FL. 16). A REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE AUTORA PETICIONOU À FL. 17, CONCORDANDO COM A PROPOSTA DE ALIMENTOS OFERTADA NA AUDIÊNCIA. É O RELATÓRIO. DECIDO. EXAMINANDO EM MINUDÊNCIA AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DO PRESENTE CASO, TENHO QUE A PROPOSTA APRESENTADA PELAS PARTES EM LITÍGIO REVELA-SE EQUÂNIME E, AO MEU JUÍZO, PRESERVA E CONSERVA, DE FORMA SATISFATÓRIA, E NA MEDIDA DE ECONOMICAMENTE POSSÍVEL E DENTRO DA REALIDADE, OS INTERESSES DO MENOR E A CAPACIDADE CONTRIBUITIVA DO ALIMENTANTE. ADEMAIS, NÃO VERIFICO QUISQUER VÍCIOS OU NULIDADES QUE POSSAM INQUINAR A AVENÇA ENTABULADA. ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES PARA QUE SURTAM SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS. EM VIA DE CONSEQUÊNCIA EXTINGO O FEITO NA FORMA DO ART. 269, III DO CPC. SEM CUSTAS EM FACE DA GRATUIDADE DEFERIDA. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE, O MINISTÉRIO PÚBLICO COM VISTA DOS AUTOS. TRANSIDA EM JULGADO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS COM BAIXA.””.**- INT. DR(S). LIVIO MARTINS ALVES

4) 14012-65.2015.8.06.0029/0 - Tombo: 281 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO.: LUIZA AURELIA COSTA DOS SANTOS TEIXEIRA-(SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACOPIARA-CE) IMPETRANTE.: PEDRO GUILHERME DE ARAUJO NETO. **“”DESPACHO: INTIME-SE O IMPETRANTE (PESSOALMENTE E POR MEIO DE SEU ADVOGADO) PARA QUE EXIBA O ATO ADMINISTRATIVO QUE O LOTOU NO DISTRITO DE BARRA DO INGÁ, NO PRAZO DE DEZ DIAS. INTIME-SE O IMPETRADO (PESSOALMENTE E POR MEIO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO) PARA QUE EXIBA O ATO ADMINISTRATIVO QUE LOTOU O IMPETRANTE NO DISTRITO DE EBRON, NO PRAZO DE DEZ DIAS, CONFORME ART. 6°, §§ 1°,2° E 3° DA LMS. INTIME-SE PESSOALMENTE O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA PARA QUE EXIBA A LEI MUNICIPAL N° 1.205/2003 E A LEI MUNICIPAL QUE REGULA A DISCIPLINA FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, NO PRAZO DE DEZ DIAS.””.**- INT. DR(S). DOMINGOS M. BEZERRA JUNIOR

5) 14621-82.2014.8.06.0029/0 - Tombo: 342 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ANA CLARA PEREIRA SILVA REPR. LEGAL.: MARIA FILISMINA PEREIRA DA SILVA REQUERIDO.: MARIA MOREIRA DA SILVA REQUERENTE.: PEDRO HENRIQUE PEREIRA SILVA .**””DESPACHO: INTIME-SE O APELADO PARA CONTRA-ARRAZOAR NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. APÓS, VISTA AO M.P.””**- INT. DR(S). CARLOS GEORGE ROCHA E SILVA .

Juiz(a) Titular : WELITHON ALVES DE MESQUITA
Diretor(a) de Secretaria: JACY DIAS CAVALCANTE E SILVA
EXPEDIENTE nº 8/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/29614	1		/	1

1) 18151-26.2016.8.06.0029/0 - Tombo: 01 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE REPRESENTADO.: JHONY GUILHERME UCHOA DA SILVA REPRESENTADO.: JOSE ITAMAR FERREIRA GONDIM JUNIOR REPRESENTADO.: MESSIAS LIMA DA SILVA .**””CERTIDÃO : CERTIFICO QUE EM CUMPRIMENTO Á DETERMINAÇÃO DESTE JUIZO,DESIGNEI AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO DO FEITO, PARA O DIA 03/02/2016 ÀS 14:00 HORAS, NESTA UNIDADE JUDICIARIA.””**- INT. DR(S). FRANCISCO MARLUCIO PAZ LIMA JUNIOR .

COMARCA DE AMONTADA - VARA UNICA DA COMARCA DE AMONTADA

Curatela nº 3711-50.2015.8.06.0032
Requerente:Neemias Pereira de Azevedo
Requerido: Bilga Pereira de Azevedo
Advogado a ser intimado: Dr. M arcos Fábio Pires Lima OAB-CE nº 7879

Conteúdo:"Intime-se a parte autora para emendar a inicial, devendo, no prazo de 10(dez) dias, formular adequadamente sua demanda, observando os requisios da petição inicial (art. 282 e 283 do CPC), explicitando todos os seus pedidos..."

Ação Penal nº 3268-02.2015.8.06.0032
Vítima:Joaquim Darlan Costa
Vítima:Antonio Jose de Lima
Réu:Francisco Alberto da Frota
Réu:Marcelo Ribeiro Teixeira
Advogados a serem intimados: Dr. Geraldo Azevedo Filho- OAB-CE 10281 e Dra. Isabel Martins Meneses OAB/SP nº 28.985
Conteúdo: "Intime-se a defesa, para os fins do art. 422 do CPP.."

Busca e Apreensão nº 3350-67.2014.8.06.0032
Requerente: Banco Fiat S/a
Requerido:Cristiane Michele Alves Albano
Advogado a ser intimado: Dr. Felippe Dourado Borges- OAB-CE 123.065
Conteúdo: "Intima-lo para tomar ciência sentença"...Isso posto, homologo a desistência manifestada á fl. 29, extinguindo o processo sem resolução de mérito nos termos do art.267, VIII, do CPC..."

Adoção nº 3365-41.2011.8.06.0032
Requerente: Cícero Romão Batista
Requerido:Maria Augusto Batista
Advogado a ser intimado: Dr. Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues- OAB-CE 23.149
Conteúdo: "...Intimem-se pessoalmente os requerentes para que apresentem , no prazo de 15(quinze) dias, a certidão de nascimento da menor e regularizem sua representação processual, definindo claramente seu advogado para que este providencie a juntada de procuração ou substalecimento se for o caso ..."

Diversas-Cível nº 624-14.2000.8.06.0032
Requerente: José Aristeu dos Santos
Advogado a ser intimado: Dr. Eduardo Carneiro dos Santos- OAB-CE 7246
Conteúdo: "...Intimem-se o requerente para que tomar ciência do retorno dos autos e para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar réplica à contestação oferecida às fls. 18/26..." ..."

Juizado Especial nº 3630-72.2013.8.06.0032
Requerente: Silvia Ribeiro de Araujo
Requerido:Banco IBI
Advogado a ser intimado: Dr. Afranio Santos Rodrigues- OAB-CE 10.546 e Edson Sampaio de Castro OAB nº 12.620
Conteúdo: Intima-lo para tomar ciência sentença"...Isso posto, homologo, por sentença o acordo fimado entre as partes fls.60/61, inclusive no que se refere no direito de recorrer fl.61..."

Procedimento Ordinário nº 3367-11-.2011.8.06.0032
Requerente: Banco do Nordeste do Brasil S.A
Requerido:Marcelino Tiexeira Cardoso
Advogado a ser intimado: Dr. Eurivaldo Cardoso de Brito- OAB-CE 16.196
Conteúdo: Intime-se a parte autora para dizer se ainda tem interesse no feito, inclusive no julgamento de embargos de declaração de fls. 26, haja vista o teor do pedido de suspensão do feito, formulado mais de 02(dois) anos atrás..."

ART. 121 Combinado com art.14 nº 821-22.2007.8.06.0032
Vítima : Manoel Raimundo Moreno
Réu:Sebastião Honorato da Silva
Advogado a ser intimado: Dr. Afranio Santos Rodrigues - OAB-CE 10.546
Conteúdo:"... Intime-se o advogado para tomar ciência do ofício de fls. 181..."

Divórcio Consensual nº 3580-75.2015.8.06.0032
Requerente : Roberto Wagne Alves
Requerido:Dayana Rivane dos Santos Barros
Advogado a ser intimado: Dra. Isabel Martins Meneses - OAB-CE 28985
Conteúdo:"... Intime-se a parte autora para manifestar-se e requerer o que entender cabível ...."

Procedimento Ordinário nº 52-09.2010.8.06.0032
Requerente : Maria do Carmo de Holanda
Requerido:Banco BMG
Requerido: Banco Votorantim
Advogado a ser intimado: Dr. Marcos Fábio Pires Lima - OAB-CE 7879 e Wilson Sales Belchior OAB nº 17.314
Conteúdo:"Intimá-lo para tomar ciência da sentença"... Isso posto, julgo procedente o pedido da autora, extinguindo o feito com resolução de mérito nos moldes do art. 51 da lei 9.099/95..."

COMARCA DE AQUIRAZ - 2ª VARA DA COMARCA DE AQUIRAZ

2ª VARA DA COMARCA DE AQUIRAZ
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 30 (trinta) dias Particular

0 Dr. Francisco das Chagas Gomes, Juiz de Direito Titular pela 2ª Vara da Comarca de Aquiraz, por nomeação legal, etc.

FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo, tem curso uma ação de Usucapião, processo n° **14360-39.2013.8.06.0034/0,** proposta por **MÁRCIO HELIUS PINTO BILHAR E SANDRA VERÔNICA SIQUEIRA BILHAR** requerendo que lhe declare o domínio do imóvel a seguir descrito: **Um terreno** situado no lugar MARIÜBA, distrito sede, desta Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado Porto das Dunas III ETAPA, constituído pelo lote n°2 (dois), da quadra n°21 (vinte e um), localizado do lado par da Vila Local 11, distando 18,00m (dezoito metros) para o lado esquerdo (norte) da Vila local 28, com uma área de 8G2,86m² (oitocentos e dois metros e oitenta e seis centímetros quadrados), de forma irregular, medindo e extremando: AO NASCENTE, (frente) 16,00m (dezesseis metros) com Vila local 11; AO POENTE (fundos) 16,16m (dezesseis metros e dezesseis centímetros), com partes dos lotes n°s 25 e 26 ambos da mesma quadra, pertencentes a JG Empreendimentos e Participações LTDA. AO SUL, (lado direito) 52,00m (cinquenta e dois metros) com o lote n°3 da mesma quadra, pertencente a JG Empreendimentos e Participações LTDA e AO NORTE, (lado esquerdo) 50,00m (cinquenta metros) com o lote n°01 da mesma quadra, pertencente a JG Empreendimentos e Participações LTDA, limites esses de acordo com a planta respectiva arquivada neste cartório competente, cadastrado na Prefeitura Municipal de Aquiraz, sob o n° 2637-0 PROPRIETÁRIA - JG EMPREENDIMENTOS E PARTTICIPAÇÕES LTDA, sociedade comercial, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.418.179/0001-76, estabelecida na cidade de Fortaleza - Ceará, à Av. Historiador Raimundo Girão, n°1337, Cobertura ~ Bairro Meireles Assim, por este edital ficam citados todos os possíveis interessados, ausentes, incertos e desconhecidos para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contestarem a presente ação, sob pena de revelia, caso em que presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial pelo(a)(s) autor(a)(s). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Aquiraz- CE, em 24 de Abril de 2015. Eu, Larisse de Oliveira Matos, analista judiciária, digitei e subscrevi.

FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES
Juiz de Direito Titula

Juiz(a) Substituto : MARIA TEREZA FARIAS FROTA
Diretor(a) de Secretaria: MARIA LIDIANE ALVES CAVALCANTE
EXPEDIENTE nº 19/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/9974	1		/	1

1) 2619-75.2008.8.06.0034/0 - ART. 15 DA LEI 10.826/2003 AUTOR.: JOSE ALVES DE ARAUJO FILHO .**"Pelo presente, fica V. Sa intimada conforme fls 63 retro, que foi designado audiencia de instrução e julgamento para o dia 02/02/2016 as 11:30h, quando proceder-se-á a oitiva das testemunhas ministeriais, a oitiva da testemunha de defesa, assim como interrrogatório do réu."**- INT. DR(S). ANTONIO JORGE COUTINHO .

COMARCA DE ARACATI - 2ª VARA DA COMARCA DE ARACATI

Juiz(a) Titular : ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA EDNA PINHEIRO BARROS
EXPEDIENTE nº 30/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/5142	1		/	1

1) 193-24.2007.8.06.0035/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: THOMAS LEITNER .**"Pelo presente fica V.Sa. Intimada para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17/03/2016 às 10:30h, que será realizada na Sala de Audiências da 2ª Vara do Fórum Ministro Jesus Costa Lima, sito na Trav. Felismino Filho, nº 1079, Aracati-CE. As partes devem trazer suas testemunhas trazidas independentemente de intimação. Outrossin intime-se o advogado da parte requerente para que, no prazo legal, arrole testemunhas necessárias, com o escopo de serem oitivadas no ato audiencial."**- INT. DR(S). EGIDIO BARRETO DE OLIVEIRA .

Juiz(a) Titular : ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA EDNA PINHEIRO BARROS
EXPEDIENTE nº 31/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/17779	1		CE/12311	1
CE/5386	1		/	1

1) 8041-57.2010.8.06.0035/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REPR. LEGAL.: CARLOS ALBERTO GONÇALVES DE LIMA REQUERIDO.: LUCIANO RIBEIRO DA SILVA REQUERIDO.: OCEZIA MARIA DE LIMA .**"Pelo presente, fica V.Sa. Intimada para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17/03/2016 às 09:00h, que será realizada na Sala de Audiências da 2ª Vara do Fórum Ministro Jesus Costa Lima, sito na Trav. Felismino Filho, nº 1079, Aracati-CE. As partes devem comparecer com suas testemunhas, trazidas independentemente de intimação."**- INT. DR(S). CARLOS EDUARDO

LIMA DE FREITAS , JOSE NILSON QUEIROZ DE ALMEIDA , WALNEI MACHADO DE CASTRO .

Juiz(a) Titular : ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA EDNA PINHEIRO BARROS
EXPEDIENTE nº 32/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16755	1		CE/5207	1
CE/15205	1		CE/7564	1
/	1			

1) 715-51.2007.8.06.0035/0 - USUCAPIÃO REQUERIDO.: ESPÓLIO DE JOÃO CIDÃO DE OLIVEIRA AUTOR.: MDM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. .**"Pelo presente, fica V.Sa. Intimada para comparecer à audiência de instrução designada para o dia 17/03/2016 às 10:00h, que será realizada na Sala de Audiências da 2ª Vara do Fórum Ministro Jesus Costa Lima, sito na Trav. Felismino Filho, nº 1079, Aracati-CE. As partes devem comparecer com suas testemunhas trazidas independentemente de intimação."**- INT. DR(S). ADRIANO PESSOA BEZERRA DE MENEZES , CARLOS OTAVIO DE ARRUDA BEZERRA , FRANCISCO ERIONALDO CRUZ , JOAO TEOBALDO DE SOUSA .

Juiz(a) Titular : ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA EDNA PINHEIRO BARROS
EXPEDIENTE nº 33/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/11221	1		CE/11606	1
/	1			

1) 13314-12.2013.8.06.0035/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: BIT INFORMÁTICA LTDA .**"Pelo presente, fica V.Sa. Intimada para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 17/03/2016 às 11:00h, que será realizada na Sala de Audiências da 2ª Vara do Fórum Ministro Jesus Costa Lima, sito na Trav. Felismino Filho, nº 1079, Aracati-CE."**- INT. DR(S). ANDRÉIA NOGUEIRA SALES GRAÇA , JANAINA ROBERTO NUNES .

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ARACATI
2ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO
prazo: 30 (trinta) dias

Processo nº : 12022-89.2013.8.06.0035/0
Promovente: José Valtênio Maciel
Ação: Usucapião.

O DR. JAMYERSON CÂMARA BEZERRA, MM. JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA COMARCA DE ARACATI/CE, POR NOMEAÇÃO LEGAL, NA FORMA DA LEI, ETC.

Faz saber, a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele notícia tiverem e a quem interessar, que perante este juízo, tramita uma ação de Usucapião, tendo como promovente **JOSÉ VALTÊNIO MACIEL,** brasileiro, solteiro, pintor, portador do CPF de nº 355.745.403-25 e do RG de nº 1.174.062-SSP/CE, com endereço na Rua Pedro Pereira, nº 310, Farias Brito, Aracati-CE e como objeto o imóvel com as seguintes confrontações: Um imóvel situado no Bairro Farias Brito, Rua Pedro Pereira, nº 310, neste município de Aracati-CE, possuindo uma área total de 83,6 metros quadrados, se no sentido do Vértice V-1 o azimute em relação ao Norte é de 103º.Partindo-se do **Vértice 0=0,**(coordenadas E635829,97 e N9494930,95) com um ângulo interno de 81º20', lado NORDESTE, mede-se 20,0 metros até o Vértice V-1, onde se limita com o imóvel pertencente a Helena Meneses. Do **Vértice V-1**, (coordenadas E635849,46 e N9494926,33) com um ângulo interno de 94º28', lado LESTE, mede-se 4,2 metros até o Vértice V-2, onde se limita com a rua Pedro Pereira . Do **Vértice V-2**, (coordenadas E635848,81 e N9494922,20) com um ângulo interno de 85º46', lado SUDOESTE, mede-se 19,7 metros até o Vértice V-3, onde se limita com o imóvel pertencente a João Rodrigues dos Santos (João Bolinha). Do Vértice **V-3**, (coordenadas E635829,62 e N9494926,67) com um ângulo interno de 98º26', lado OESTE, mede-se 4,3 metros até oVértice =0, inicial do caminhamento, onde se limita com a Rua Teófilo Pinto, fechando a poligonal. Com a poligonal fechada, temos o perímetro do imóvel perfazendo 48,2m (quarenta e oito metros e vinte centímetros). Quanto à distância do terreno para os mananciais hídricos que recebem influência de maré, o georeferenciamento do mesmo, realizado a partir da coleta de pontos com GPS, permite concluir que o imóvel, em relação ao litoral, situa-se, no mínimo, a 236,0m (duzentos e trinta e seis metros) da linha de preamar, *tudo na conformidade do incluso memorial descritivo.*E para que ninguém alegue ignorância, ordenou este juízo, a expedição do presente edital, por meio do qual **CITA** aquele em cujo nome porventura estiver registrado o imóvel usucapiendo, além de réus desconhecidos e eventuais terceiros interessados, de todos os termos da presente ação, bem como para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC, ficando desde já todos advertidos de que em não contestando, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelos promoventes, afixando este no lugar de costume e publicando uma vez no Diário da Justiça do Estado do Ceará ou em jornal de grande circulação estadual.

Cumpra-se na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de Aracati/CE, ao 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2013 (dois mil e treze). Eu, _____, Rosa Emília da Costa Oliveira, Técnica Judiciária, digitei e imprimi e eu, _____, Francisca Edna Pinheiro Barros, Diretora de Secretaria, conferi.

Jamyerson Câmara Bezerra
Juiz de Direito Respondendo pela 2ª Vara

COMARCA DE ARACATI - 3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI

COMARCA DE ARACATI-CE – 3ª VARA
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 30 (trinta) dias
Processo n. 51081-50.2014.8.06.0035/0
AÇÃO DE USUCAPIÃO
AUTORES: ANTONIO RODRIGUES DA SILVA GIOVANA MARIA LIMA SILVA.

O DOUTOR JAMYERSON CÂMARA BEZERRA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI-CE, POR NOMEAÇÃO LEGAL, NA FORMA DA LEI, ETC. Faz saber, a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele notícia tiverem e a quem interessar que tramita uma ação de Usucapião, tendo como promoventes ANTONIO RODRIGUES DA SILVA e GIOVANA MARIA LIMA SILVA, tendo como objeto, um terreno situado na Rua Dragão do Mar, Centro, Aracati-CE, possuindo uma área total de 45,5 metros quadrados. Do Vértice 0=0, com coordenadas retangulares 24M E637016.7 N9495555.1 (em UTM/UPS, Datum SIRGAS 2000), caminhando-se no sentido do Vértice V-1, o azimute em relação ao Norte é de 113°. POLIGONAL E LIMITES DO TERRENO: Partindo-se do Vértice 0=0 (coordenadas E637016.7 N9495555.1), lado NORDESTE, com um ângulo interno de 90°, mede-se 8,1 metros até o Vértice V-1, onde se limita com o imóvel pertencente ao espólio de José Rocha ou sucessores. Do Vértice V-1 (coordenadas E637024.1 N9495551.9), lado SUDESTE, com um ângulo interno de 90°, mede-se 5,6 metros até o Vértice V-2, onde se limita com a rua Armando Praça. Do Vértice V-2 (coordenadas E637021.9 N9495546.7), lado SUDOESTE, com um ângulo interno de 90°, mede-se 8,1 metros até o Vértice V-3, onde se limita com o imóvel pertencente a José Airton Pinheiro Garcia. Do Vértice V-3 (coordenadas E637014.4 N9495549.9), lado NOROESTE, com um ângulo interno de 90°, mede-se 5,6 metros até o vértice 0=0, inicial do caminhamento, onde se limita com o imóvel pertencente a José Airton Pinheiro Garcia, fechando a poligonal. Com a poligonal fechada, temos o perímetro do imóvel perfazendo 27,4m (vinte e sete metros e quarenta centímetros). O imóvel dista cerca de 1.155,0 metros da linha de Preamar presumida. E para que ninguém alegue ignorância, ordenou este juízo, a expedição do presente edital, através do qual CITA-SE aquele(a) em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, assim como os réus que estejam em lugar incerto e não sabido e eventuais interessados e ainda, os confinantes e seus respectivos cônjuges, se casados forem, de todos os termos da presente ação, bem como para apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze)dias, sob as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC, ficando desde já os mesmos advertidos de que em não contestando, presumir-se-ão como aceitos os fatos alegados pelos promoventes, afixando este no lugar de costume e publicando uma vez no Diário da Justiça/CE e/ou em jornal de grande circulação estadual. Cumpra-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Aracati-Ce., aos 23(vinte e três) dias do mês de janeiro de 2015. Eu, _____ Elaine Cristina Gondim dos Santos, o digitei e imprimi Eu, Francisco Dione Braga, Diretor de Secretaria, Conferi e assino.

JAMYERSON CÂMARA BEZERRA
JUIZ DE DIREITO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO 15 DIAS)

O DOUTOR DOMINGOS JOSÉ DA COSTA, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA, POR DETERMINAÇÃO LEGAL ETC.

FAÇO SABER QUE, PERANTE ESTE JUÍZO CURSA UMA **AÇÃO PENAL SOB O N. 11596-14.2012.8.06.0035/0, COM INFRAÇÃO AO ART. 155 do CPB**, EM QUE FIGURA COMO RÉU **ANTÔNIO MARCOS DA SILVA, ALCUNHA: FOFÃO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NATURAL DE ARACATI-CE, NASCIDO AOS 28/09/1989, FILHO DE MARIA MADALENA DA SILVA, ANTERIORMENTE RESIDENTE NA VILA CAJUEIRO, PRÓXIMO AO MERCADO DO POMBO, ZONA RURAL, ARACATI-CE, MAS ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, CONFORME CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA ÀS FLS. 58. NOS TERMOS DO ART. 361 DO CPP, MANDEI EXPEDIR O PRESENTE EDITAL, PELO QUAL FICA O RÉU, **ANTÔNIO MARCOS DA SILVA, ALCUNHA: FOFÃO, CITADO PARA QUE RESPONDA POR ESCRITO À ACUSAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SI, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS**, DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE ARACATI-CE, AOS 22(VINTE E DOIS) DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2016. EU, MARDEN SILVIO FERNANDES DE VASCONCELOS, TÉCNICO JUDICIÁRIO, MAT. 22561, O DIGITEI. EU, FRANCISCO DIONE BRAGA, DIRETOR DE SECRETARIA, MAT. 9194, O CONFERI.

DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Juiz de Direito Respondendo

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO 15 DIAS)

O DOUTOR DOMINGOS JOSÉ DA COSTA, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA 3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI-CE, POR DETERMINAÇÃO LEGAL ETC.

FAÇO SABER QUE, PERANTE ESTE JUÍZO CURSA UMA **AÇÃO PENAL SOB O N. 11596-14.2012.8.06.0035/0, COM INFRAÇÃO AO ART. 155 do CPB**, EM QUE FIGURA COMO RÉU **JOSÉ EDUARDO DA SILVA, ALCUNHA: ZUNZUM**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NATURAL DE ARACATI-CE, NASCIDO AOS 01/09/1991, FILHO DE ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA E MARIA MADALENA DA SILVA, ANTERIORMENTE RESIDENTE NA VILA DO CAJUEIRO, PRÓXIMO AO MERCADO DO POMBO, ZONA RURAL, ARACATI-CE, MAS ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, CONFORME CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA ÀS FLS. 53. NOS TERMOS DO ART. 361 DO CPP, MANDEI EXPEDIR O PRESENTE EDITAL, PELO QUAL FICA O RÉU, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA, ALCUNHA: ZUNZUM, CITADO PARA QUE RESPONDA POR ESCRITO À ACUSAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SI, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS**, DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE ARACATI-CE, AOS 22(VINTE E DOIS) DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2016. EU, MARDEN SILVIO FERNANDES DE VASCONCELOS, TÉCNICO JUDICIÁRIO, MAT. 22561, O DIGITEI. EU, FRANCISCO DIONE BRAGA, DIRETOR DE SECRETARIA, MAT. 9194, O CONFERI.

Domingos José da Costa
Juiz de Direito Respondendo

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (PRAZO 90 DIAS)

O DOUTOR DOMINGOS JOSÉ DA COSTA, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA 3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI-CE, POR DETERMINAÇÃO LEGAL ETC.

FAÇO SABER QUE, PERANTE ESTE JUÍZO CURSA UMA **AÇÃO PENAL SOB O N. 10763-93.2012.8.06.0035/0, COM INFRAÇÃO AO ART. 155 DO CPB**, EM QUE FIGURA COMO RÉU **ANTÔNIA CARLA QUIRINO DO NASCIMENTO**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NATURAL DE FORTALEZA-CE, NASCIDO AOS 05/09/1982, FILHA DE FRANCISCA QUIRINO DO NASCIMENTO, ANTERIORMENTE RESIDENTE ÀS MARGENS DO RIO JAGUARIBE, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ARACATI-CE. NOS TERMOS DO ART. 392 DO CPP, MANDEI EXPEDIR O PRESENTE EDITAL, PELO QUAL FICA A RÉ INTIMADA DA **SENTENÇA PROFERIDA ÀS FLS. 69/71V**, QUE JULGOU PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA, EM CONSEQUÊNCIA, CONDENAR A RÉ **ANTÔNIA CARLA QUIRINO DO NASCIMENTO, NAS PENAS DO ART. 155 DO CPB...** AO FINAL FIXO A PENA DEFINITIVAMENTE EM **01(UM) ANO DE RECLUSÃO** E NO PAGAMENTO DE **10(DEZ) DIAS-MULTA,** SENDO CADA DIA NO VALOR DE 1/30 DO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO DELITO**. FIXO O REGIME ABERTO** PARA O CUMPRIMENTO INICIAL DA PENA E, POR FIM, **SUBSTITUO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR UMA RESTRITIVA DE DIREITOS (ART.44, § 2º DO CP), QUAL SEJA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**. **CONFIRO À RÉ O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE,** CONTANDO O PRAZO DO RECURSO A PARTIR DO FINAL DO PRAZO DESTE EDITAL. E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO RÉU, MANDEI **PUBLICAR O PRESENTE EDITAL NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ** E AFIXÁ-LO NO LUGAR DE COSTUME DESTE FÓRUM. DADO E PASSADO NESTA CIDADE E COMARCA DE ARACATI-CE, AOS 26(VINTE E SEIS) DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2016. EU, MARDEN SILVIO FERNANDES DE VASCONCELOS, TÉCNICO JUDICIÁRIO, MAT. 22561, O DIGITEI. EU, FRANCISCO DIONE BRAGA, DIRETOR DE SECRETARIA, MAT. 9194, O CONFERI.

Domingos José da Costa
Juiz de Direito Respondendo

COMARCA DE ARARIPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARIPE

Juiz(a) Titular : MARCELO WOLNEY ALENCAR PEREIRA DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria: DIOGO DIMAS BENTO SERAFIM
EXPEDIENTE nº 25/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/30786	1		CE/16856	1
/	1			

1) 2638-25.2015.8.06.0038/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: ALEX WEBERLLAN DE ALENCAR BEZERRA REPR. LEGAL.: LILIA DE OLIVEIRA TAVARES LIMA .**"Pelo presente, ficam Vossas Senhorias INTIMADOS para no prazo de 10 (dez) dias, dizer sobre a contestação de fls. 37/45."**- INT. DR(S). CAIO VICTOR BATISTA ALENCAR , ISABEL BATISTA SOUTO DE ALENCAR .

COMARCA DE ASSARÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE ASSARÉ

Juiz(a) Substituto : PERICLES VICTOR GALVAO DE OLIVEIRA

Diretor(a) de Secretaria: DAYANE ALVES BARBOSA
EXPEDIENTE nº 005/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25099	1		CE/22469	1
/	1		CE/29277	2
CE/24334	2		/	2
CE/29277	3		CE/24334	3
/	3		CE/29277	4
CE/24334	4		/	4
CE/29277	5		CE/24334	5
/	5		CE/29277	6
CE/24334	6		/	6
CE/29277	7		CE/24334	7
/	7		CE/29277	8
CE/24334	8		/	8
CE/29277	9		CE/24334	9
/	9		CE/29277	10
CE/24334	10		/	10
CE/33239	11		/	11

1) 2836-95.2011.8.06.0040/0 - Tombo: 13552011 - AÇÃO PENAL VITIMA.: ANTONIO EDSON PERCINIO FILHO REU.: FRANCISCO SILVEIRA DE LIMA NETO. **"Intimar os patronos da AUDIÊNCIA DE OITIVA DESIGNADA PARA O 18 DE FEVEREIRO DE 2016, ÁS 15;15, NA 3ª VARA CRIMINAL DE JUAZEIRO DO NORTE/CE. Assaré/CE, 29/01/2016. Juiz Antônio Vandemberg Francelino Freitas respondendo.".**- INT. DR(S). BRUNNA GRASIELLA MATIAS SILVEIRA , GERALDO BARROSO LIMA

2) 3710-41.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 25242015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAUCARD S/A REQUERENTE.: FRANCISCO MACIEL DE ARAUJO. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 10:20 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

3) 3767-59.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 26802015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIO DUARTE DE HOLANDA REQUERIDO.: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CREDITO - SPC. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 09:50 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

4) 3768-44.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 26812015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIO DUARTE DE HOLANDA REQUERIDO.: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 09:40 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

5) 3801-34.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 27652015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOCICLEIA ALENCAR DE LIMA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 09:20 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

6) 3802-19.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 27662015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOCICLEIA ALENCAR DE LIMA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 09:00 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

7) 3803-04.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 27672015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOCICLEIA ALENCAR DE LIMA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 09:10 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

8) 3804-86.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 27682015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOCICLEIA ALENCAR DE LIMA REQUERIDO.: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CREDITO - SPC. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 09:30 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

9) 3840-31.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 28562015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA-COELCE REQUERENTE.: FRANCISCA RODRIGUES PEREIRA. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 10:40 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

10) 3873-21.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 29682015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIA DA SILVA CANDIDO REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 10:00 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO DA SILVA BATISTA , SAMUEL FERREIRA ROLIM

11) 3922-62.2015.8.06.0040/0 - Tombo: 31072015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIO TAVEIRA DOS SANTOS REQUERIDO.: BANCO CACIQUE S/A .**"Intimar o patrono da Audiência de Conciliação para o dia 22 de março de 2016, ás 11:00 horas. Assaré/CE, 28/01/2016. Juiz Péricles Victor Galvão de Oliveira respondendo."**- INT. DR(S). FRANCISCO LUCAS DE SOUZA MACEDO .

COMARCA DE AURORA - VARA UNICA DA COMARCA DE AURORA

Juiz(a) Titular : JOAO PIMENTEL BRITO
Diretor(a) de Secretaria: ARIANNE DE AQUINO TAVARES
EXPEDIENTE nº 4013/2015 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/28445	1		/	1

1) 4013-52.2015.8.06.0041/0 - AÇÃO PENAL QUERELADO.: MARIA LUCIENE DUARTE SILVA QUERELANTE.: RANIELE ALVES DA SILVA .**"Intimar Vossa Senhoria da audiência de conciliação, nos termos do art. 520 do CPP, designada nos autos em epígrafe para o dia 03/02/2016, ÀS 11:30 horas. Aurora-CE, João Pimentel Brito- Juiz de Direito/Titular"**- INT. DR(S). JOSÉ NANDA BEZERRA .

Juiz(a) Titular : JOAO PIMENTEL BRITO
Diretor(a) de Secretaria: DANIELLA PIRES GONÇALVES
EXPEDIENTE nº 15/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16477	1		CE/10247	1
/	1		CE/25810	2
/	2		CE/5923	3
CE/29593	3		/	3
CE/8123	4		CE/11784	4
/	4		CE/25810	5
/	5		CE/21483	6
CE/3	6		/	6
CE/25810	7		/	7
CE/21356	8		CE/16629	8
CE/11784	8		CE/16696	8
/	8			

1) 1030-08.2000.8.06.0041/0 - Nº Antigo: 2002035005368 - EXECUÇÃO REU.: ANTÕNIO PEREIRA DE SOUZA AUTOR.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A REU.: CÍCERO PEREIRA DA SILVA VITIMA.: FRANCISCA VANDA DA SILVA SOUZA REU.: GERALDO PEDRO COELHO. **"Intimar Vossa Senhoria do despacho de fls. 78, a parte autora para se manifestar sobre os ofícios de fls. 74 e 77, no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , MARCOS AURELIO CORREIA DE SOUZA

2) 3208-36.2014.8.06.0041/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: EDMILSON CORNÉLIO DA SILVA INTERDITANDO.: JUARES ALVES DE MENEZES. **"Intimar Vossa Senhoria do despacho de fls. 34. Intime-se a parte autora para dizer se há outras provas a produzir em 10 (dez) dias, sob pena de julgamento a lide.".**- INT. DR(S). HERBERT MOREIRA GONÇALVES

3) 3327-94.2014.8.06.0041/0 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO.: ESTADO DO CEARÁ IMPETRANTE.: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA. **"Intimar Vossa Senhoria do despacho de fls. 140. Ante o transito em julgado. Intime-se as partes do retorno dos autos, para requerer o que for de direito em 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.".**- INT. DR(S). CROACI AGUIAR , JOÃO BOSCO RANGEL JUNIOR

4) 3568-39.2012.8.06.0041/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL, S/A - AGÊNCIA DE AURORA REQUERENTE.: JOSEFA ALVES DE LUCENA SOUSA. **"Intimar Vossa Senhoria da decisão de fls. 158. A Contadoria deste juízo ao proceder os cálculos devidos chegou ao valor de R$ 11.473,68 a titulo total de condenação de indexação, tudo em conformidade com os decisum dos autos, como facilmente se vê pelo memorial de fls. 139/140. Por outro lado, observo que o executado adimpliu quantia maior daquele encontrada pelo contador judicial (fls. 138), posto às fls. 126 e 130. Isto posto, acolhendo na integra os cálculos realizados por este juízo (fls. 138/140), devendo só valores que lá consta ser pagos em favor do exequente, tudo conforme fundamentação supra.".**- INT. DR(S). LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS , REGINALDO GONCALVES DE MACEDO

5) 3588-25.2015.8.06.0041/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANRISUL S/A REQUERENTE.: JOANA BATISTA SOARES SARAIVA. **"Intimar Vossa Senhoria do despacho de fls. 123. Intime-se o requerente para que fale sobre a petição de fls. 114 e documentos retro em 05 (cinco) dias, sob pena de seu silencio ser interprestado como anuência dos valores postos.".**- INT. DR(S). HERBERT MOREIRA GONÇALVES

6) 3643-10.2014.8.06.0041/0 - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA REQUERIDO.: BANCO BRADESCO

FINANCIAMENTO REQUERENTE.: PEDRO RODRIGUES COSTA. **"Intimar Vossa Senhoria do despacho de fls. 115.Ante o transito em julgado. Intime-se as partes do retorno dos autos, para requerer o que for de direito em 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.".**- INT. DR(S). CLAYTON MÖLLER , PROCURADOR REGINALDO GONÇALVES DE MACÊDO

7) 3815-83.2013.8.06.0041/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: SEBASTIÃO FRANCISCO DA SILVA REQUERENTE.: YGNO DE PAULO E SILVA. **"Intimar Vossa Senhoria da decisão de fls. 52. Dito isto, INDEFIRO o pedido de fls. 46/48. Precluso este decisum, intime-se o exequente para requerer o que for de direito em 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.".**- INT. DR(S). HERBERT MOREIRA GONÇALVES

8) 746-82.2009.8.06.0041/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ESTADO DO CEARÁ REQUERENTE.: GREGÓRIO ALVES SARAIVA .**"Intimar Vossa Senhoria do despacho de fls. 496, ante o transito em julgado. Intime-se as partes do retorno dos autos, para requerer o que for de direito em 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento."**- INT. DR(S). LEONARDO GONÇALVES SANTANA BORGES , PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA , REGINALDO GONCALVES DE MACEDO , YANNA PAULA LUNA ESMERALDO .

COMARCA DE BARBALHA - 1ª VARA DA COMARCA DE BARBALHA

Juiz(a) Titular : ALEXSANDRA LACERDA BATISTA BRITO
Diretor(a) de Secretaria: CARLOS HENRIQUE AMORIM DE OLIVEIRA
EXPEDIENTE nº 2603/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/15635	1		/	1
CE/17456	2		CE/15943	2
CE/2799	2		/	2

1) 10224-98.2015.8.06.0043/0 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: LINDETE LEITE DE SÁ BARRETO. **"DECISÃO"(...) Destarte, não havendo dependentes habilitados perante a Previdencia Social, a quantia deve ser sacada pelos sucessores na ordem estabelecida pela legislação civil, ou seja, pelo Código Civil brasileiro, que dispõe em seu art. 1.829. (...) Em face das Considerações expendidas, determino a expedição de alvará, dirigido ao: a) Banco do Brasil S/A, Agência 1024-3 (...) e; b) Banco Bradesco S/A, Agência 0714, com escopo de levantar a importância depositada nas contas bancárias de titularidade de FRANCISCO ADÁVIO, em favor da suplicante LINDETE LEITE DE SÁ BARRETO". Sem custas em face da gratuidade deferida.P.R.IBarbalha-CE, 26 de janeiro de 2016Alexsandra Lacerda Batista BritoJuíza de Direito - Titular da 1ª Vara".**- INT. DR(S). DAMARIS DE SÁ BARRETO DIAZ

2) 628-13.2003.8.06.0043/0 - INVENTÁRIO E ARROLAMENTO REQUERENTE.: ANTONIO CRUZ MACÊDO CRIANÇA/ADOLESCENTE.: ARTUR MACÊDO CRUZ REQUERENTE.: BENEDITA CRUZ MACÊDO REQUERENTE.: ESCOLÁSTICA MARIA JULIÃO GOMES ESPÓLIO.: ESPÓLIO DE JOÃO VICENTE DE MACÊDO REQUERENTE.: GERALDO CRUZ MACÊDO E ESPOSA REQUERENTE.: JOSÉ GILBERTO MACÊDO (FALECIDO) REQUERENTE.: JOSÉ MARTINHO TAVARES CRUZ CRIANÇA/ADOLESCENTE.: JOÃO GILBERTO GOMES MACÊDO REQUERENTE.: LUCIÊDA MACÊDO CRUZ (FALECIDA) REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO MACÊDO SANTOS E ESPOSO REQUERENTE.: MARIA LEOMAR MACÊDO E ESPOSO REQUERENTE.: MARIA LUCIMAR MACÊDO CRUZ E ESPOSO REQUERENTE.: MARIA LURDITE MACÊDO CRUZ E ESPOSO CRIANÇA/ADOLESCENTE.: MARINA MACÊDO CRUZ CRIANÇA/ADOLESCENTE.: MARTINHO MACÊDO CRUZ REQUERENTE.: PLÁCIDO CRUZ MACÊDO E ESPOSA REQUERENTE.: QUERUBINA MARIA DE MACÊDO .**"DECISÃO"(...) Assim, por estas razões e considerando que todos os sucessores são capazes, HOMOLOGO POR SENTENÇA, a partilha amigável celebrada às fls. 206/212, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, ficando ressalvados erros, omissões ou direitos de terceiros, o que faço com esteio no artigo 1.026 do Código Civil".Empós o recolhimento de eventuais custas processuais e trânsito em julgado, expeçam - se os formais de partilha.Expeça-se o competente alvará de transferencia do automóvel identificado às fls. 316, para GERALDO CRUZ MACEDO.Empós o trânsito em julgado, arquivem-se os autos mediante baixa na distribuição.Publique-se. Registre-se. Intime-seBarbalha-CE, 15 de dezembro de 2015.Dra. Alexsandra Lacerda Batista BritoJuíza de Direito - Titular da 1ª Vara"**- INT. DR(S). GERALDO CRUZ MACÊDO , SAMUEL FURTADO SOBRAL , SERGIO GURGEL CARLOS DA SILVA .

COMARCA DE BARBALHA - 2ª VARA DA COMARCA DE BARBALHA

Juiz(a) Titular : LEONARDO AFONSO FRANCO DE FREITAS
Diretor(a) de Secretaria: PERICLES MENESES DE CASTRO
EXPEDIENTE nº 25/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/8811	1		/	1
CE/8823	2		/	2
CE/12464	3		CE/3976	3
/	3		CE/15553	4
CE/8823	4		/	4

1) 607-66.2005.8.06.0043/0 - ART. 157 § 2º CPB REU.: EDMILSON JOSÉ DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria devidamente intimado, que foi expedida Carta Precatoria a Comarca de Juazeiro do Norte-CE, com a fidalidade de interrogar o acusado.".**- INT. DR(S). JULIO MARIUDEDITH SARAIVA ALVES

2) 696-55.2006.8.06.0043/0 - ART. 155 § 1º CPB VITIMA.: DOMICIO LANDIM DA CRUZ TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REU.: PEDRO WILSON DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria devidamente INTIMADO, a fim de comparecer no dia 04/05/16, às 08h30min, na sala de audiência da 2ª Vara, no Forum local de Barbalha-CE, para audiêcia de instrução.".**- INT. DR(S). MANASSES GOMES DA SILVA

3) 719-69.2004.8.06.0043/0 - ART. 214 CPB- ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR REU.: ANTONIO JAMISSON SAMPAIO REU.: DANIEL LOPES DOS SANTOS REU.: JÚLIO GARCIA DE SÁ BARRETO NETO REU.: MARCELO JOSÉ DA SILVA VITIMA.: MARIA GONÇALVES BRITO ROCHA VITIMA.: REGINALDO VIEIRA FERREIRA REU.: ANTONIO JAMISSON SAMPAIO REU.: DANIEL LOPES DOS SANTOS REU.: JÚLIO GARCIA DE SÁ BARRETO NETO REU.: MARCELO JOSÉ DA SILVA VITIMA.: MARIA GONÇALVES BRITO ROCHA VITIMA.: REGINALDO VIEIRA FERREIRA. **"Fica Vossa Senhoria devidamente INTIMADO da sentença proferida nos autos, em sua parte final, a seguir transcrita, "... Ante o exposto, julgo improcedente a denúncia para absover todos os acusados MARCELO JOSÉ DA SILVA, DANIEL LOPES DOS SANTOS, ANTONIO JAMISSON SAMPAIO E JÚLIO GARCIA DE SÁ BARRETO NETO, já qualificados nos autos, nas penas do art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal Brasileiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquive-se. Barbalha-CE, 7 de dezembro de 2015. Henrique Lacerda de Vasconcelos, Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). APARECIDO LEITE DE FIGUEIREDO , LEDA MARIA PARENTE GARCIA

4) 736-37.2006.8.06.0043/0 - ART. 155 § 4º CPB VITIMA.: AGOSTINHO BASTOS DOS SANTOS REU.: ANTÔNIO CARLOS SOARES DE SANTANA REU.: MARIA PAULA DE QUEIROZ TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR .**"Fica Vossa Senhoria devidamente intimado, para comparecer no dia 04/02/16, às 15h20min horas, na Comarca de Campo Grande, na 7ª Vara Criminal da Competência Especial, sito na rua da Paz, 14, 1º andar, bloco II, Jardim dos Estados, Campo Grande/MS."**- INT. DR(S). ANIBAL LEITE DE SA BARRETO , MANASSES GOMES DA SILVA .

COMARCA DE BARROQUINHA - VARA UNICA DA COMARCA DE BARROQUINHA

Juiz(a) de Direito: CLÁUDIA WALESKA MATTOS MASCARENHAS
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA
EXPEDIENTE nº 6/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/17427	1		/	1
CE/17427	2		/	2
CE/17427	3		/	3
CE/17427	4		/	4
CE/17427	5		/	5
CE/17427	6		/	6
CE/17427	7		/	7
CE/17427	8		/	8
CE/17427	9		/	9
CE/17427	10		/	10
CE/17427	11		/	11
CE/17427	12		/	12
CE/17427	13		/	13
CE/17427	14		/	14
CE/17427	15		/	15
CE/17427	16		/	16
CE/17427	17		/	17
CE/17427	18		/	18
CE/17427	19		/	19
CE/17427	20		/	20
CE/17427	21		/	21
CE/17427	22		/	22
CE/17427	23		/	23
CE/17427	24		/	24
CE/17427	25		/	25
CE/17427	26		/	26
CE/17427	27		/	27
CE/17427	28		/	28
CE/17427	29		/	29
CE/17427	30		/	30
CE/17427	31		/	31
CE/17427	32		/	32
CE/17427	33		/	33
CE/17427	34		/	34
CE/17427	35		/	35

CE/17427	36		/	36
CE/17427	37		/	37
CE/17427	38		/	38
CE/17427	39		/	39
CE/17427	40		/	40
CE/17427	41		/	41
CE/17427	42		/	42
CE/17427	43		/	43
CE/17427	44		/	44
CE/17427	45		/	45
CE/17427	46		/	46
CE/17427	47		/	47
CE/17427	48		/	48
CE/17427	49		/	49
CE/17427	50		/	50
CE/17427	51		/	51
CE/17427	52		/	52
CE/17427	53		/	53
CE/17427	54		/	54
CE/17427	55		/	55
CE/17427	56		/	56
CE/17427	57		/	57
CE/17427	58		/	58
CE/17427	59		/	59
CE/17427	60		/	60
CE/17427	61		/	61
CE/17427	62		/	62
CE/17427	63		/	63
CE/17427	64		/	64
CE/17427	65		/	65
CE/17427	66		/	66
CE/17427	67		/	67
CE/17427	68		/	68
CE/17427	69		/	69
CE/17427	70		/	70
CE/17427	71		/	71
CE/17427	72		/	72

1) 2268-90.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 1532113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: IZIDORIO XAVIER MAGALHÃES REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 101/108, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

2) 2269-75.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCILDA PAIVA CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 102/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

3) 2270-60.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ELINEUDA VERAS DE ARAÚJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 99/106, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

4) 2271-45.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: RITA MARIA FERREIRA VERAS. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 101/108, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

5) 2272-30.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: ROSELITA ALVES FONTENELE DOS SANTOS. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 105/112, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente**

desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

6) 2273-15.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153713 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: OTACILIA BELCHIOR DE OLIVEIRA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 99/106, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

7) 2274-97.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 99/106, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

8) 2275-82.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 153913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: GEREZ VERAS DE CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

9) 2276-67.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

10) 2277-52.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA MIRANDA OLIVEIRA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

11) 2278-37.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: DIANA VERAS DE ALMEIDA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 159/166, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

12) 2280-07.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CLARA DE SOUSA ARAUJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 159/166, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

13) 2281-89.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO FERNANDES DE CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 156/163, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

14) 2282-74.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: EDNEIA CASTRO GOMES REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 96/103, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT.

DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

15) 2283-59.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154713 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: VANDERLENE NOGUEIRA NEVES. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 97/104, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

16) 2284-44.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: NEUMA RUFINO DE ALMEIDA COSTA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/110, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

17) 2285-29.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 154913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: VANUSA ROCHA DOS REIS. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 102/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

18) 2286-14.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO METEIO DE SOUSA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 104/111, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

19) 2287-96.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FELISMINA FERREIRA DA SILVA ALEXANDER REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/110, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

20) 2288-81.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA CEARA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 160/167, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

21) 2289-66.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA CEARA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 154/161, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

22) 2290-51.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: GRACINEIDE TORRES DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 154/161, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

23) 2291-36.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: VERA CLAUDIA BRAGA VERAS. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 157/164, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

24) 2293-06.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155713 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: RIVENE AMARAL FERREIRA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 155/162, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

25) 2294-88.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: IVONE DA SILVA ARAÚJO ESMERINO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 155/162, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

26) 2295-73.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 155913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES SANTANA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 154/161, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

27) 2296-58.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA DAS CHAGAS DE LIMA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 155/162, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

28) 2297-43.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CARLOS ALVES DE ARAUJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 154/161, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

29) 2298-28.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCILENE PEREIRA DA SILVA REIS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 104/111, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

30) 2299-13.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CONCEIÇÃO FERREIRA DA COSTA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

31) 2300-95.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO CARLOS VASCONCELOS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA CEARA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

32) 2301-80.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FERNANDO GOUVEIA VERAS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 101/108, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".-** INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

33) 2302-65.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANA CHARINE DE SOUSA CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS.**

100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

34) 2303-50.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156713 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA DAS CHAGAS BELCHIOR DE CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/110, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

35) 2304-35.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: VERONICA MARIA VERAS. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 104/111, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

36) 2305-20.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 156913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARTA DE SOUSA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 105/112, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

37) 2306-05.2013.8.06.0046/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ELENA CRISTINA PEREIRA DA SILVA RODRIGUES REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/110, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

38) 2307-87.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA GENERINA VERAS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/110, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

39) 2308-72.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ELENILDA VERAS GOUVEIA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 104/111, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

40) 2309-57.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ADELAIDE SOUSA DE ARAUJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 101/108, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

41) 2310-42.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LEAH DIAS DE ARAÚJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 103/110, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

42) 2311-27.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: KITÉRIA BEZERRA DE CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 89/96, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas**

pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

43) 2312-12.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA CELINA PEREIRA PESSOA DE MENDONÇA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 99/106, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

44) 2314-79.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA SOCORRO FERREIRA MOREIRA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 96/103, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

45) 2315-64.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 157913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA AUXILIADORA ALVES DOS SANTOS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 95/102, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

46) 2316-49.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MAIRLON TORRES DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 102/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

47) 2317-34.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA GOMES DE SOUSA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 106/113, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

48) 2318-19.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA DAS CHAGAS SOUSA VERAS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 104/113, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

49) 2319-04.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ALDENOR MACHADO BRITO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 102/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

50) 2320-86.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA REQUERENTE.: SEBASTIÃO FERREIRA ARAÚJO. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 99/106, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

51) 2321-71.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DO ROSÁRIO GOMES DE CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 106/113, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei**

1.060/50...””.- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

52) 2322-56.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LUCIA MARIA PEREIRA ALVES DE ANDRADE REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

53) 2323-41.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158713 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA COSTA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 106/113, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

54) 2324-26.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DE FÁTIMA ROQUES MONTEIRO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 100/107, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

55) 2325-11.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 158913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS ARAÚJO TORRES REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 102/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

56) 2326-93.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOÃO ORLANDO DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 102/109, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

57) 2327-78.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LINDALVA DIAS DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 101/108, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

58) 2328-63.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA LAURA DE ARAUJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 101/108, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

59) 2329-48.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA GORSAL DO NASCIMENTO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 98/105, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

60) 2330-33.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LUCILENE DA SILVA ARCANJO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **“INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 98/105, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: “...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50...””.**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

61) 2331-18.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSÉ TELES DOS SANTOS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 96/103, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

62) 2332-03.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA JAUCELINA PESSOA DE CARVALHO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 98/105, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

63) 2333-85.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159713 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA BENEDITA SILVA SANTOS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 97/104, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

64) 2334-70.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159813 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA OLIVEIRA DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 98/105, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

65) 2335-55.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 159913 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 98/105, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

66) 2336-40.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSE CORNELIO DA SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 98/105, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

67) 2337-25.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160113 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO TORRES DE SOUSA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 97/104, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

68) 2338-10.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160213 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA JOSE DE ARAUJO SILVA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 154/161, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

69) 2339-92.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160313 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA ROCHA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 152/159, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

70) 2340-77.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160413 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA DAS CHAGAS VERAS DE LIMA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE**

FLS. 148/155, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

71) 2341-62.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160513 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA GORETE GOUVEIA BRAGA REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. **"INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 152/159, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO

72) 2342-47.2013.8.06.0046/0 - Tombo: 160613 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LAURILENE NOGUEIRA NEVES REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA ."**INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 151/158, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "...Isto posto, REJEITO o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o autor, ao ressarcimento das custas processuais eventualmente desembolsadas pelo réu, assim como ao pagamento de honorários advocatícios de acordo com o art. 20, § 4º do CPC, fixados em R$ 1.000,00(um mil reais), o qual suspendo a sua execução, o que faço com fulcro no art. 12 da Lei 1.060/50..."".**- INT. DR(S). EZIO GUIMARÃES AZEVEDO .

COMARCA DE BATURITÉ - 2ª VARA DA COMARCA DE BATURITÉ

3317-23.2000.8.06.0047 – AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXEQUENTE: CEDAP. EXECUTADO: JOSÉ AIRTON CARDOSO. DESPACHO: "DÊ-SE VISTA À PARTE AUTORA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A RESPOSTA DE FLS. 116/117, NO PRAZO DE LEI. INT: DR. FRANCISCO AUGUSTO NUNES PINHEIRO, OAB/CE 4364.

*

582-12.2003.8.06.0047 – AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE BATURITÉ. EXECUTADO: FERNANDO LIMA LOPES. SENTENÇA: "ISTO POSTO, ENTENDO QUE A PRESENTE AÇÃO SE REPETE EM CONDIÇÃO IDÊNTICA A ANTERIORMENTE PROPOSTA E JULGADA SENDO ASSIM IMPOSSÍVEL REPETIR-SE A AÇÃO, SEU DESTINO SERÁ INEXORAVELMENTE O DA EXTINÇÃO A SER DECRETADA DE PLANO POR ESTA JUÍZA. ASSIM SENDO, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 267, V DO CPC (COISA JULGADA). INT: DR. FRANCISCO AUGUSTO NUNES PINHEIRO, OAB/CE 4364 E DR. PAULO ROBERTO RABELO LEAL, OAB/CE 13.591.

*

828-03.2006.8.06.0047 – AÇÃO DE COBRANÇA. REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. EXECUTADO: ORQUIDEA NORDESTE LTDA E OTAVIO ANTONIO SCHEFER. DESPACHO: "INTIME-SE PARTE AUTORA PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CERTIDÃO DE FLS. 174V., BEM COMO PARA ACOSTAR AOS AUTOS O ATUAL ENDEREÇO DO EXECUTADO OTÁVIO ANTONIO SCHEFER, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. INT: DRA. SOLANA MARIA MARTINS CARMO, OAB/CE 6972.

*

COMARCA DE BEBERIBE - VARA UNICA DA COMARCA DE BEBERIBE

JUIZ DE DIREITO: WHOSEMBERG DE MORAIS FERREIRA
DIREITORA DE SECRETARIA SUBSTITUTA: CRISTINE GIRÃO BEZERRA DE OLIVEIRA
EXPEDIENTE Nº 17/2016 29 DE JANEIRO DE 2016

OAB	**SEQ**
OAB/CE 5.864	1
OAB/CE 31.398	1

1) 10488-97.2015.8.06.0049 JUIZADO ESPECIA CÍVEL - REQUERENTE: XAVIELES RODRIGUES RIBEIRO. REQUERIDO: COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ *...INTIMAR o promovido* **COELCE - COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ,** *para, no prazo de cinco dias, religar a energia elétrica da residência do requerente, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais)..."...,* **(ass. Juiz Whosemberg de Morais Ferreira."** INT(S). DR. ANTONIO CLETO GOMES E RODRIGO COLARES FREIRE.

JUIZ DE DIREITO TITULAR: WHOSEMBERG DE MORAIS FERREIRA
DIRETORA DE SECRETARIA SUBSTITUTA: CRISTINE GIRÃO BEZERRA DE OLIVEIRA
EXPEDIENTE Nº 12/2016 – DIA 29 DE JANEIRO DE 2016

OAB	SEQ.	OAB	SEQ.
CE 13607	1	CE 11677	2
CE 15287	2	CE 9092	3
CE 9092	4	CE 8320-A	5
CE 8320-A	6		

1. PROCESSO Nº 1701-89.2009.8.06.0049 (Nº SPROC 2009.0001.1399-3) – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

E MATERIAIS C/C TUTELA ANTECIPADA – REQUERENTE: REBECA FERNANDES DA SILVA, REP. POR JOSÉ CARLOS FÉLIX TEIXEIRA. REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BEBERIBE, DO ESTADO DO CEARÁ. POR ESTE FICA DEVIDAMENTE INTIMADO DO DESPACHO DE FLS. 47-V, DO SEGUINTE TEOR: "INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO, PARA NO PRAZO DE 10 DIAS, REPLICAR OS TERMOS DA CONTESTAÇÃO. APÓS À CONCLUSÃO.. DR(S) KAUE CIRIACO BARROSO.

2. REPRESENTAÇÃO CRIMINAL Nº 9523-61.2011.8.06.0049 – AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA – ART. 312, §1º E ART. 299, C/C ART. 29 E 327, TODOS DO CPB – REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO. REPRESENTADO: EDUARDO RIBEIRO LIMA, MARIA LINO CASSIANO, FELIPE JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS E LIDIANE DA ROCHA CORREIRA. POR ESTE FICAM DEVIDAMENTE INTIMADOS DO DESPACHO DE FLS. 357/358, DO SEGUINTE TEOR: "(...) ADEMAIS, COMO RESSALTADO PELO MP, INEXISTE NOS AUTOS PROVA PERICIAL A CORROBORAR A "CONFISSÃO DA ENTÃO TESTEMUNHA MARIA ELIZABETE BARBOSA QUANTO A SUBSCRIÇÃO DO DCUMENTOS DE FLS. 24 DO PROCESSO. OPORTUNO, POIS, QUE TAL DELIBERAÇÃO OCORRA AO FINAL JULGAMENTO EM FACE DAS PROVAS APURADAS NO PROCESSO, NADA IMPEDINDO QUE OUTRA AÇÃO SE DEFLAGRE SE FOR O CASO, EM DESFAVORR DA REAL SUBSCREVENTE DO REPORTADO DOCUMENTO. ENTENDO, PORTANTO, NESTE PARTICULAR, NÃO SER O MOMENTO OPORTUNO PARA PROMOVER A EXCLUSÃO DE LIDE DA PESSOA INICIALMENTE DENUNCIADA EM FACE UNICAMENTE DO DEPOIMENTO TOMADO EM JUÍZO PELA TESTEMUNHA ACIMA REFERENDADA, DESAPEGADA DE OUTROS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO IGUALMENTE RELEVANTES. CUMPRE ENTÃO DAS SEGUIMENTO À LIDE. (□c) NO MAIS O PEDIDO DE FLS. 347/348 FEZ-SE SUBSCRITO HÁ UM SÓ TEMPO POR AMBOS E ILUSTRADOS ADVOGADOS, O ÚLTIMO DELES, É CERTO ATUAL PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, NÃO SUBSISTINDO ATÉ POR ISSO QUALQUER ILEGALIDADE OU IRREGULARIDADE A SER SANADA. TAMBÉM É FATO QUE DEPOIS DE PROFERIDA A DECISÃO JÁ CITADA DE EXCLUSÃO DO FEITO DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE, SEJA CMO AUTOR DA QUEIXA CRIME OU ASSISTENTE, NÃO SOBREVEIO NOVO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA A ACUSAÇÃO A DESPEITO, COMO ANTES DITO, A REPUTAR SANADO TAL QUESTIONAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE, DALI EM DIANTE, PASSOU À CONDIÇÃO DE TITULAR ABSOLUTO DA AÇÃO. NESTE SENTIDO, CUMPRE A SECRETARIA DO FORO PROCEDER A "RETIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO DO PROCESSO DE MODO A FIGURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AUTOR DA QUEIXA CRIME Nº 9523-61.2011.... À VISTA DISSO E EM PROSSEGUIMENTO AO FEITO CUMPRA-SE OS ITENS 2 E 3 DO TERMO DE AUDIÊNCIA DE FLS. 345/346 DO PROCESSO. CIÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO E OS ADVOGADOS DAS PARTES. DR(S). CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA, FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA VIANA.

3. PROCESSO Nº 10455-10.2015.8.06.0049 – AÇÃO ORDINÁRIA – REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BEBERIBE – SINDSERV. REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BEBERIBE-CE. POR ESTE FICA DEVIDAMENTE INTIMADO DO DESPACHO DE FLS. 114, DO SEGUINTE TEOR: "R.H. CONSIDERANDO O TEOR DA CERTIDÃO DE FLS 113, INTIME-SE A PARTE AUTORAPARA, NO PRAZO DE DEZ DIAS, EMENDAR A INICIAL JUNTANDO CÓPIAS DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PETIÇÃO INICIAL, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL.. DR(S) JOSÉ ARIMÁ ROCHA BRITO.

4. PROCESSO Nº 10103-52.2015.8.06.0049 – AÇÃO ORDINÁRIA – REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BEBERIBE – SINDSERV. REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BEBERIBE-CE. POR ESTE FICA DEVIDAMENTE INTIMADO DO DESPACHO DE FLS. 147, DO SEGUINTE TEOR: "R.H. CONSIDERANDO O TEOR DA CERTIDÃO DE FLS. 146, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE DEZ DIAS, EMENDAR A INICIAL JUNTANDO CÓPIAS DOS DOCUMENTOS QUE INTRUEM A PETIÇÃO INICIAL, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL.. DR(S) JOSÉ ARIMÁ ROCHA BRITO.

5. PROCESSO Nº 10552-15.2012.8.06.0049 – EXECUÇÃO FISCAL – EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE BEBERIBE-CE. EXECUTADO: SIIF CINCO GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. POR ESTE FICA DEVIDAMENTE INTIMADO DO DESPACHO DE FLS. 220/221, DO SEGUINTE TEOR: "(...) QUANTO AS DEMAIS CONSIDERAÇÕES LANÇADAS SOBRE A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE DESCABE MANIFESTAR-ME UMA VEZ MAIS MONOCRATICAMENTE, DE VEZ QUE SE TRATA DE QUESTÃO RESOLVIDA POR DECISÃO JUDICIAL DE MÉRITO COMO ASSIM PROPRIAMENTE ADMITE E RECONHECE O EMBARGANTE. DE VER SE, PORTANTO, OS PRESENTES EMBARGOS OSTENTA CARÁTER NITIDAMENTE PROTELATÓRIO. DEIXO DE ACOLHER ESTES EMBARGOS, NOTADAMENTE PARA O FIM REQUERIDO, QUAL SEJA SUSPENDER A EXECUÇÃO FISCAL ATÉ A RESOLUÇÃO DEFNITIVA DO INCIDENTE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POR FIM, EM FACE DO CARÁTER NITIDAMENTE PROTELATÓRIO DESSES ÚLTIMOS EMBARGOS AFLORA CONDENO A EMPRESA EMBARGANTE SOB 1% (UM POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, O FAÇO COM FUNDAMENTO NOS ARTIGOS 14, INCISOS II E III BEM COMO 17, INCISOS V E VII, AMBOS DO CPC. INTIMEM-SE AS PARTES NS TERMOS DESSA DELIBERAÇÃO(...).DR(S) FERNANDO SCIASCIA CRUZ.

6. PROCESSO Nº 10645-75.2012.8.06.0049 – AÇÃO ANULATÓRA DE DÉBITO FISCAL – REQUERENTE: SIIF CINCO GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. POR ESTE FICA DEVIDAMENTE INTIMADO DO DESPACHO DE FLS. 1201, DO SEGUINTE TEOR: " (□c) INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE 10 DIAS, APRESENTAR RÉPLICA À CONTESTAÇÃO.. DR(S) FERNANDO SCIASCIA CRUZ.

COMARCA DE BELA CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ

JUIZ DE DIREITO AUXILIAR DA 7ª ZJ, RESPONDENDO: JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS SOARES
DIRETORA DE SECRETARIA: ANDREIA VASCONCELOS SAMPAIO VIEIRA
AÇÃO: RELAXAMENTO DE PRISÃO - CRIME
PROCESSO N º 4492-18.2015.8.06.0050
REQUERENTE: FRANCINALDO OLIVEIRA DE SOUSA
ADVOGADO: Dr. João Francisco Carmo OAB-CE 5.825
EXPEDIENTE: Intimo V. Sa acima nominada do inteiro teor da decisão de fls. 35, a seguir parte transcrita: " Ante do exposto, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória... Bela Cruz, 18 de dezembro de 2015. (a) José Arnaldo dos Santos Soares. Juiz de Direito Auxiliar da 7ª ZJ. Respondendo pela Comarca de Bela Cruz".

JUIZ DE DIREITO AUXILIAR DA 7ª ZJ, RESPONDENDO: JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS SOARES
DIRETORA DE SECRETARIA: ANDRÉIA VASCONCELOS SAMPAIO VIEIRA
AÇÃO: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL
PROCESSO N º 3860-89.2015.8.06.0050
REQUERENTE: FERNANDO GUILHERME MENEZES PEREIRA
REQUERIDO: CASA BAHIA COMERCIAL LTDA
ADVOGADO: Dr. Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti OAB-PE 19.353
EXPEDIENTE: Intimo V. Sa(s) acima nominada(s) do inteiro teor da sentença de fls. 63/64, a seguir parte transcrita: " Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Sem custas. Sem honorários Bela Cruz/CE, 23 de novembro de 2015. (a) José Arnaldo dos Santos Soares. Juiz de Direito Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo."

COMARCA DE BREJO SANTO - 1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE BREJO SANTO
SECRETARIA DA 1ª. VARA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS
(Justiça Gratuita)
Proc. Cível nº 10311-90.2016.8.06.0052/0

O Exmo. Sr. Dr. JORGE CRUZ DE CARVALHO, Juiz de Direito Titular da 1ª. Vara da Comarca de Brejo Santo, Estado do Ceará, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara(Av: Antonio Florentino, s/n, Bairro São Francisco, em Brejo Santo/CE), tramita Ação Cautelar Inominada de Acolhimento Institucional em relação à adolescente J.S.S, que tem como promovente Ministério Público e dentre os acionados o genitor JOÃO VIEIRA SANTANA, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido. Assim, mandou o MM. Juiz publicar o presente Edital com prazo de 20(vinte) dias, pelo qual fica(m) CITADO(S) o acionado acima indicado, para os atos e termo da ação, bem como, querendo, apresentar defesa que entender necessária, no prazo de 15(quinze) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário da Justiça, sob pena de revelia, se aplicável à espécie, caso em que poderão os fatos alegados na inicial e não contestados serem aceitos como verdadeiros por este Juízo. Dá-se à causa a gratuidade da justiça, conforme despacho do MM.Juiz de Direito, Dr. Jorge Cruz de Carvalho, às fls. 24/24v. E, para que ninguém alegue ignorância da lei, foi expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Brejo Santo/CE, aos 28(vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2016. Eu, _____, Marcela Rodrigues de Araújo Miranda, Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevo.

JORGE CRUZ DE CARVALHO
-Juiz de Direito -

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO
PORTARIA Nº 01/2016

O Exmo Sr. *JORGE CRUZ DE CARVALHO*, MM Juiz de Direito titular da 1ª Vara da Comarca de Brejo Santo, Estado do Ceará, por nomeação legal, e no uso de suas atribuições, etc...

CONSIDERANDO a realização próxima das festividades do CARNAVAL/2016;

CONSIDERANDO o ambiente e a natureza das festas carnavalescas que, apesar do apelo cultural, envolvem cosumo de bebidas alcoólicas pelo público adulto e grande concentração de pessoas, com a possibilidade de tumultos;

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o público infanto-juvenil de qualquer situação de risco, inclusive exploração sexual e consumo de álcool e de substâncias entorpecentes;

CONSIDERANDO que é competência do Juiz da Infância e da Juventude regulamentar a matéria no que toca à presença de menores em tais ambientes, conforme art. 149, I e II da Lei federal nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor;

RESOLVE editar a presente portaria:

Art. 1º - Em razão dos inúmeros riscos que permeiam os eventos carnavalescos, inclusive de tumultos com consequências imprevisíveis, é proibida a participação de crianças e adolescentes de idade inferior a 16 (dezesseis) anos completos, salvo se acompanhados dos pais ou de responsável, seja em espaço público ou privado.

§ 1º - são considerados representantes legais: pai, mãe, tutor ou guardião que porte certidão/ mandado judicial; enquanto os responsáveis acompanhantes são: avós, irmãos e tios que comprovem documentalmente o parentesco, assim como qualquer pessoa maior e capaz, desde que portadora da autorização escrita de representante legal, com firma reconhecida em cartório.

§ 2º - somente será permitido ao menor desacompanhado participar dos eventos mediante exibição de documento oficial com foto que comprove a sua idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos.

§ 3º- Os representantes legais das crianças ou responsáveis, deverão sempre portar documento de identificação oficial com foto, tais como: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Certificado de Reservista, Carteira de Trabalho ou Passaporte.

Art. 3º - Caberá aos promotores e organizadores dos eventos dar cumprimento à presente portaria, realizando controle de ingresso junto às entradas de acesso aos shows artísticos.

§ 1º - Os promotores e organizadores do evento deverão fixar na entrada do local em que a festa se realizará, cartazes, faixas e banners esclarecedores sobre as exigências referentes às faixas etárias e documentos estabelecidas nesta Portaria.

§2º - A desobediência a este artigo sujeitará o infrator a multa de 03 (três) a 20 (vinte) salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, podendo a autoridade judiciária suspender eventos, caso permaneça a falta (art 525 e 258 Lei

8.069/90).

Art. 4º – A restrições ora impostas não se aplicam aos eventos voltados exclusivamente para o público infantil (de idade até 12 anos), realizados durante o dia em locais fechados de acesso público (v.g.: clubes, ginásios, escolas), sem comercialização de bebida alcoólica.

Art. 5º- Compete ao Conselho Tutelar:

I- Exercer estrita fiscalização, mediante a apresentação de identificação funcional ou credencial específica, sobre qualquer forma de negligência, exploração- inclusive laboral, violência, discriminação, maus tratos e constrangimentos praticados contra crianças e adolescentes, podendo desenvolver suas atividades em todos os setores e espaços onde estiver ocorrendo festa carnavalesca, inclusive nos espaços fechados de acesso público (v.g.: clubes).

II- lavrar o competente AUTO DE INFRAÇÃO na hipótese de descumprimento da presente Portaria, assim como na constatação de infrações administrativas outras, nos termos do art. 194 da Lei 8.069/90.

III- requisitar, quando necessário, a intervenção ou auxílio de agentes públicos, em especial policiais civis ou militares, para a garantia do cumprimento de suas atividades.

Parágrafo único: o desatendimento à solicitação de auxílio ou intervenção descrita no inciso III deverá ser comunicada ao juízo da Infância e Juventude desta Comarca mediante termo de Ocorrência com identificação mínima do servidor desidioso, para que sejam contra ele tomadas as medidas penais e administrativas cabíveis.

Art. 6º- É dever do promotor do evento garantir a segurança do público, e também, em conjunto com os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais, impedir consumo de bebidas alcoólicas, cigarros ou similares por crianças e adolescentes nas dependências do local de realização da festa.

Parágrafo único: as informações sobre a proibição de venda e fornecimento de bebidas alcoólicas aos menores devem ser amplamente divulgadas, inclusive no sistema de som ambiente.

Art. 7º- Os menores encontrados sem acompanhamento ou sem documentação na área dos shows serão encaminhados ao setor de atendimento do Conselho Tutelar, que decidirá as medidas necessárias à solução do caso concreto, dentro de suas atribuições legais.

Art. 8º - As autoridades somente deverão promover a apreensão de adolescentes (de 12 a 18 anos) se estiverem eles praticando atos infracionais, fazendo imediata apresentação à Autoridade Policial para adoção dos procedimetnos legais cabíveis à espécie.

Art. 9º- Na hipótese de adultos estarem vendendo ou fornecendo bebidas alcoólicas, drogas ou outras substâncias lícitas que causem dependência física ou psíquica, às crianças e adolescentes, devem ser conduzidas à Delegacia de Policia Civil a fim de ser lavrado o Auto de Prisão em Flagrante ou TCO correspondente, e processado na forma da lei, podendo ser condenado a pena de prisão, de 02 meses a 1 ano, ou multa (art. 63, I, LCP), ou prisão de 6 meses a 2 anos e multa (art. 243, do ECA).

Parágrafo único: a pena será de 5 a 15 anos de prisão e multa, em se tratando de venda ou fornecimento de drogas ilícitas, podendo a pena ser aumentada de 1/6 a 2/3 (art. 33 c/c art. 40, VI, da Lei 11.343/06)

Art. 10 - O adulto que submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, como também o proprietário, gerente ou responsável pelo local onde ocorra a prostituição ou exploração sexual de menores, será processado pela prática do crime previsto no art. 244- A da Lei 8.069/90, podendo ser condenado a pena de 4 a 10 anos de reclusão e multa, bem como ter cassada a licença de localização e funcionamento do estabelecimento.

Art. 11 - Quem mantiver qualquer tipo de prática sexual ou ato libidinoso com pessoa menor de 14 (quatorze) anos será processado por “estupro de vulnerável”, na forma do art. 217- A do Código Penal, podendo ser condenado a reclusão de 08 (oito) a 15 (quinze) anos.

Art. 12 - Aos infratores das normas estatuídas nesta portaria, inclusive os pais ou responsáveis, em virtude da falta de vigilância das crianças e adolescentes sob sua guarda e responsabilidade, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.069/90, sem prejuízo de imputação de crime mais grave previsto na lei penal cabível.

Art. 13 - A vigilância e fiscalização no evento serão exercidas solidariamente pelas entidades destinadas à proteção e fiscalização da Criança e do Adolescente no Município, dentre elas, o Conselho Tutelar, as Autoridades Civis e Militares, Municipais, Estaduais ou Federais e o Ministério Público.

Parágrafo único: Impedir ou embaraçar a ação da autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público, no exercício de suas funções de fiscalização do cumprimento das normas de proteção à criança ou adolescente, inclusive as insertas nesta Portaria, constitui o crime de embaraço, art. 236, do Estatuto da crainça e do Adolescente, com pena de até 02 (dois) anos de prisão.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se, inclusive nas emissoras de rádio locais, afixando cópias em todos os locais de eventos.

Comunique-se ao Conselho Tutelar e demais Autoridades Civis e Militares, para que deem fiel cumprimento a esta Portaria.

Ciência ao Ministério público.

Registre-se.

Cumpra-se.

Brejo Santo (CE), 28 de janeiro de 2016.

JORGE CRUZ DE CARVALHO

Juiz de Direito

Juiz(a) Titular : JORGE CRUZ DE CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: MARCELA RODRIGUES DE ARAUJO MIRANDA
EXPEDIENTE nº 09/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/30481	1		/	1
CE/23340	2		CE/23330	2
/	2		CE/17982	3
/	3		CE/27120	4
/	4		CE/24392	5
/	5			

1) 3125-64.2011.8.06.0125/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: GENILSON TELES DE MENESES. **"Fica a advogada do Apenado INTIMADA para acostar, no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do despacho de fl. 180, eventual CERTIDÃO de ÓBITO daquele, tendo em vista seu suposto falecimento veiculado em mídia. Brejo Santo/CE, 27 de janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO / Juiz de Direito Titular.".**- INT. DR(S). JAMILLE RODRIGUES PEREIRA

2) 6763-33.2011.8.06.0052/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REQUERENTE.: LAURO VICENTE. **"Ficam os advogados da parte Requerente INTIMADO(S) da Audiência de Instrução e Julgamento designada, pela Secretaria deste Juízo, para o dia 12.04.2016, às 09h30, Fórum Local (Sala de Audiências da 1ª Vara), cf. certidão constante à fl. 56v dos autos. Brejo Santo/CE, 25 de janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO / Juiz de Direito Titular.".**- INT. DR(S). ANDRE FREIRE DOS SANTOS , LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA

3) 6850-52.2012.8.06.0052/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: JOSE ELTON FERREIRA. **"Fica o advogado da parte Requerente INTIMADO da Audiência de Instrução e Julgamento designada, pela Secretaria deste Juízo, para o dia 12.04.2016, às 10h00, Fórum Local (Sala de Audiências da 1ª Vara), cf. certidão constante à fl. 96 dos autos. Brejo Santo/CE, 25 de janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO / Juiz de Direito Titular.".**- INT. DR(S). FRANCISCO TAVARES DOS SANTOS

4) 8128-20.2014.8.06.0052/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: EVERALDO ALVES TAVARES REQUERIDO.: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **"Fica o advogado da parte Requerente INTIMADO da Audiência de Instrução e Julgamento designada, por esta Secretaria de Juízo, para o dia 12.04.2016, às 10h30, no Fórum Local (Sala de Audiências da 1ª Vara), cf. certidão lavrada às fls. 150 dos autos. Brejo Santo/CE, 25 de janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO / Juiz de Direito Titular.".**- INT. DR(S). FRANCISCO ANASTACIO DE SOUSA

5) 8431-97.2015.8.06.0052/0 - MONITÓRIA REQUERENTE.: A A FEITOSA ME REQUERIDO.: FRANCISCO KANTARELLE DA SILVA ALVES .**"Fica a parte Requerente INTIMADA, através de seu patrono/advogado, para que recolha as custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 257, do CPC, a teor do despacho proferido à fl. 18 destes autos. Brejo Santo/CE, 03 de novembro de 2015. LUIS SÁVIO DE AZEVEDO BRINGEL / Juiz de Direito Auxiliar em respondência."**- INT. DR(S). ANDERSON EUGÊNIO DE OLIVEIRA .

Juiz(a) Titular : JORGE CRUZ DE CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: MARCELA RODRIGUES DE ARAUJO MIRANDA
EXPEDIENTE nº 8/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

1) 6861-76.2015.8.06.0052/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERIDO.: FRANCISCO RINALDO FERREIRA FIGUEIREDO REQUERENTE.: MIRLA MORAIS DE LUCENA FERREIRA. **"Os advogados ficam intimados da audiência de instrução e julgamento marcada para 10/03/2016, às 14:00 horas, no Fórum local, bem como ficam cientes que poderão acostar rol de testemunhas com antecedência de 20(vinte) dias da audiência aprazada.".**- INT. DR(S). JOAO AUGUSTO CRUZ VIEIRA DA CUNHA , SERGIO VASCONCELOS SANTANA

2) 7935-05.2014.8.06.0052/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: JOSE ROBERTO RODRIGUES PEREIRA. **"O advogado fica intimado da audiência marcada para 02/02/2016, às 14:30 horas, no Fórum local(Art. 118, §2º da LEP).".**- INT. DR(S). ARMANDO JOSE BASILIO ALVES

3) 7995-46.2012.8.06.0052/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: JURANDE COSTA DA SILVA .**"O advogado fica intimado da Sentença de fls. 128/128 que declarou extinta a punibilidade face o cumprimento integral da reprimenda."**- INT. DR(S). LIERBETH GALVAO DE OLIVEIRA .

COMARCA DE BREJO SANTO - 2ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: DECLARATÓRIA DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
PROCESSO Nº5828-90.2011.8.06.0052/0
REQUERENTE: NORMEIDE GOMES NOGUEIRA
REQUERIDOS: ATLÂNTICO FUNDO DE INVESTIMENTO
ADVOGADO: SÉRGIO VASCONCELOS SANTANA OAB/CE Nº16257

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado INTIMADO para se manifestar sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: DECLARATÓRIA DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

PROCESSO Nº1523-34.2009.8.06.0052/0
REQUERENTE: MARIA APARECIDA PATRICIO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: PERFIL CALÇADOS
ADVOGADO: GETÚLIO BEZERRA RESENDE OAB/SP Nº34.139

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado INTIMADO para cumprimento voluntário da sentença prolatada por este Juízo, o que deve fazer, no prazo de 15(QUINZE) DIAS, sob pena de incidência da multa de 10% do art.475-J, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: INVENTÁRIO
PROCESSO Nº7091-21.2015.8.06.0052/0
INVENTARIANTE: GERALDO FRANCELINO QUEIROZ
ADVOGADO: ANTÔNIO DANIEL GOMES ARAUJO OAB/CE Nº29515

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado INTIMADO para que esclareça a razão pela qual o herdeiro JOSÉ FRANCELINO QUEIROZ foi nomeado duas vezes na relação de herdeiros. Indispensável também que a ação seja instruida com os seguintes documentos: Certidão cartorárias dos imóveis inventariados; Certidões de inexistência de débitos fiscais em nome do espólio; pagamento imposto “causa mortis”. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CRIME: QUEIXA CRIME
PROCESSO Nº7857-45.2013.8.06.0052/0
AUTOR DO FATO: MARIA DE FATIMA DE BRITO SIEBRA
VÍTIMA: EMERY CIANA FIGUEIREDO VIDAL
ADVOGADOS: ARMANDO JOSÉ BASILIO ALVES OAB/CE Nº24293
STÊNIO ROLIM DE OLIVEIRA OAB/CE Nº17.880

Intimação de Sentença

Fica o advogado acima mencionado INTIMADO da Sentença de fl.126/128 cujo dispositivo segue na íntegra**:** DIANTE DO EXPOSTO, em especial por ter a querelante EMERY CIANA FIGUEIREDO VIDAL decaído de seu direito de ofertar QUEIXA-CRIME contra MARIA DE FÁTIMA DE BRITO SIÉBRA em razão dos fatos noticiados nos autos e no qual é acusada de ter falsificado o conteúdo de ata de reunião de servidores da FUNASA datado de 28/OUTUBRO/2010, declaro, a requerimento da defesa, extinta a punibilidade do crime de calúnia atribuído à querelada, o que faço na conformidade do art.107, IV, c/c art.103, do CPB. Custas processuais e honorários do advogado da parte querelada, este de logo fixados no valor de R$500,00(quinhentos reais) pela querelante. P.R.I Transitada em julgado, aguarde-se interesse das partes no ARQUIVO. Expedientes necessários. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CRIME: ART.147 DO CPB, 150 CP C/C LEI 11.340/06
PROCESSO Nº10196-69.2016.8.06.0052/0
INDICIADO: JOSÉ ROBERTO LACERDA INÁCIO
VÍTIMA: THAIS OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS OAB/CE Nº4882

Intimação de Audiência

Ficam os advogados acima mencionados, intimados da Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 18 de Fevereiro de 2016, às 09h00min., na sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Brejo Santo/CE. Brejo Santo/CE, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CRIME: ART.21 E 65 DA LCP, C/C LEI 11.340/06
PROCESSO Nº8371-95.2013.8.06.0052/0

ACUSADO: JOÃO PAULO CARLOS DA SILVA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS – OAB/CE Nº4882

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado intimado, do despacho de fl.27v em que este Juízo o nomeia como Defensor Dativo, devendo pois referido causídico ser intimado para aceitação deste encargo e consequentemente apresentar, no prazo de lei, Defesa Prévia. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: APELAÇÃO
PROCESSO Nº3120-53.2000.8.06.0052/1
APELANTE: MARIA ZÉLIA ARARUNA
APELADO(A): MARIA AUCICLEIDE DA SILVA
ADVOGADOS: CICERO SARAIVA ROCHA OAB/CE Nº8466
HERSON SOUSA GRANGEIRO OAB/CE Nº28458

Intimação de Despacho

Ficam os advogados acima mencionados INTIMADOS para movimentarem os autos no prazo de 10(dez) dias. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: INVENTÁRIO E ARROLAMENTO
PROCESSO Nº12-11.2003.8.06.0052/0
REQUERENTE: GISEUDA ARRAES DE ARAUJO
ESPÓLIO: HILDEBRANDO ARRAIS
ADVOGADO: JOSÉ ARIMÁ ROCHA BRITOOAB/CE Nº9.092

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado INTIMADO para no prazo de 10(dez) dias: trazer aos autos certidão cartorária atualizada do imóvel inventariado; atualizar informações sobre o valor desse imóvel, apresentar plano de partilha. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: INVENTÁRIO E ARROLAMENTO
PROCESSO Nº892-08.2000.8.06.0052/0
REQUERENTE: MARIA ALDEIDE MAXIMILIANO
ADVOGADO: CICERO SARAIVA ROCHA OAB/CE Nº8466

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado INTIMADO para dizer se ainda há bens a inventariar. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT
PROCESSO Nº8049-75.2013.8.06.0052/0
REQUERENTE: FRANCISCA CYBELLI GOMES MAIA
ADVOGADOS: FRANCISCA VIVIA TEIXEIRA COSTA OAB/CE Nº28089
ANTONIO DOS SANTOS MOTA OAB/CE Nº19283

Intimação de Despacho

Ficam os advogados acima mencionados INTIMADOS para que declinem, no prazo comum de 10(dez) dias, sobre pretensão de produzirem outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide(art.330, I, do CPC). Dado

e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CIVEL: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
PROCESSO Nº169-08.2008.8.06.0052/0
REQUERENTE: INES DOLORES TELES FIGUEIREDO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A – AGÊNCIA DE BREJO SANTO/CE
ADVOGADOS: FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO DIÓGENES OAB/CE Nº17.765-B
MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO OAB/CE Nº15.096

Intimação de Despacho

Ficam os advogados acima mencionados INTIMADOS para que declinem, no prazo comum de 10(dez) dias, sobre pretensão de produzirem outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide(art.330, I, do CPC). Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE BREJO SANTO/CE
SECRETARIA DA 2ª VARA
AÇÃO CRIME: ART.157, § 2º, II DO CPB
PROCESSO Nº1006-29.2009.8.06.0052/0
ACUSADO: LEONARDO DA SILVA GOMES
ADVOGADO: ARMANDO JOSÉ BASILIO ALVES – OAB/CE Nº24.293

Intimação de Despacho

Fica o advogado acima mencionado intimado, do despacho de fl.115 em que este Juízo o nomeia como Defensor Dativo, devendo pois referido causídico ser intimado para aceitação deste encargo e consequentemente apresentar, no prazo de lei, Defesa Prévia. Dado e passado nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, 29 de Janeiro de 2016. JORGE CRUZ DE CARVALHO- JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO(PORTARIA 2741/2015).

COMARCA DE CAMOCIM - 1ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM

Juiz(a) Titular : ROGERIO HENRIQUE DO NASCIMENTO
Diretor(a) de Secretaria: ANTONIO MARCOS DA SILVA ARAUJO
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Vinte (20) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/7703	1		/	1
CE/30482	2		/	2

1) 12567-37.2015.8.06.0053/0 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REQUERENTE.: FRANCIVANDO LIMA DO NASCIMENTO. **" ...PORTANTO, PELOS MOTIVOS ACIMA EXPOSTOS, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA EFETUADO POR FRANCIVANDO LIMA DO NASCIMENTO, O QUE FAÇO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DETERMINANDO QUE O DIRETOR DE SECRETARIA TOME AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À CÉLERE TRAMITAÇÃO DA AÇÃO RESPECTIVA."**.- INT. DR(S). JOSE GILDO SOARES DE LIMA

2) 14292-27.2016.8.06.0053/0 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: MARIA ELIANE CARNEIRO .**"R.HINTIME-SE A REQUERENTE PARA JUNTAR PROVA DA SUA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAR AS CUSTAS DO INCIDENTE E PARA INDICAR ONDE SE ENCONTRA NOS AUTOS OS TERMOS DE APREENSÃO DA MOTO CUJA RESTITUIÇÃO PLEITEIA.CAMOCIM, 20/01/2016 ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP."**- INT. DR(S). JOSE TARCISIO SOUSA NETO .

Juiz(a) Titular : ROGERIO HENRIQUE DO NASCIMENTO
Diretor(a) de Secretaria: ANTONIO MARCOS DA SILVA ARAUJO
EXPEDIENTE nº 04/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/23487	1		/	1
CE/23487	2		/	2
CE/23487	3		/	3

CE/23487	4		/	4
CE/23487	5		/	5
CE/23487	6		/	6
CE/23487	7		/	7
CE/23487	8		/	8
CE/23487	9		/	9
CE/23487	10		/	10
CE/23487	11		/	11
CE/23487	12		/	12
CE/23104	13		/	13
CE/30542	14		/	14
CE/6474	15		CE/28375	15
CE/10414	15		CE/22502	15
CE/8283	15		CE/21746	15
/	15		CE/3183	16
/	16		CE/23487	17
/	17		CE/23487	18
/	18		CE/23487	19
/	19		CE/23487	20
/	20		CE/23487	21
/	21		CE/23487	22
/	22		CE/23487	23
/	23		CE/23487	24
/	24		CE/23487	25
/	25		CE/23487	26
/	26		CE/23487	27
/	27		CE/23487	28
/	28		CE/23487	29
/	29		CE/23487	30
/	30		CE/23487	31
/	31		CE/23487	32
/	32		CE/23487	33
/	33		CE/23487	34
/	34		CE/23487	35
/	35		CE/23487	36
/	36		CE/23487	37
/	37			

1) 10157-40.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSÉ VITORIANO BARROS JÚNIOR REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

2) 10219-80.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE REQUERENTE.: RAIMUNDA DE SOUSA MONTEIRO. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

3) 10316-80.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOANA GLAUCIA BRASIL LINHARES

REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016."**.- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

4) 10333-19.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSE VAGNER MEDEIROS MACEDO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016."**.- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

5) 10336-71.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: DEILSON JOSÉ SILVEIRA GOMES REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016."**.- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

6) 10339-26.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA MARTA SABINO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016."**.- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

7) 10355-77.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANA CLAUDIA FREITAS NASCIMENTO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM**

COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

8) 10373-98.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LUZINETE MARTINS DE MOURA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

9) 10376-53.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE REQUERENTE.: VALMIRA RODRIGUES SILVA. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

10) 10383-45.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIO CARLOS DE LIMA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

11) 10402-51.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ERNILDA MOREIRA SAMPAIO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO**

DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

12) 10404-21.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCILENE DE OLIVEIRA CAPISTRANO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

13) 10416-98.2015.8.06.0053/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA INTERDITANDO.: MARIA DO SOCORRO ARCELINO. **"REDESIGNO A AUDIÊNCIA PARA O DIA 04/02/2016, ÀS 09:00 HORAS.".**- INT. DR(S). KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA

14) 10625-67.2015.8.06.0053/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ANGELO GABRIEL NUNES DA SILVA , REPRESENTADO POR: LUCIANA CARNEIRO NUNES REQUERIDO.: FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA REQUERENTE.: JUSTIÇA PÚBLICA. **"TENDO A PARTE AUTORA DISCORDADO DA OFERTA DE ALIMENTOS SE FAZ NECESSÁRIA A COLETA DE PROVAS, MOTIVO PORQUE DESIGNO O DIA 07/06/2016, ÀS 10:30 HORAS, PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, ONDE SERÃO COLHIDOS OS DEPOIMENTOS PESSOAIS DAS PARTES, SOB PENA DE CONFESSOS.".**- INT. DR(S). ANA CRISTINA ARAÚJO TEIXEIRA

15) 10889-84.2015.8.06.0053/0 - ALVARÁ JUDICIAL TERCEIRO INTERESSADO.: CAMILA DE OLIVEIRA GOMES INVENTARIANTE.: ELENI GOMES DE BRITO TERCEIRO INTERESSADO.: GESSIANE GOMES DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: JOSMAILO SOTERO DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: JOSÉ ALBERTO GOMES DE ARAÚJO ESPÓLIO.: JOSÉ GOMES DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: LIDIANA SOTERO DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: MARIA TAINARA BRITO DE ARAÚJO (MENOR) REP. POR ELENI GOMES DE BRITO TERCEIRO INTERESSADO.: CAMILA DE OLIVEIRA GOMES INVENTARIANTE.: ELENI GOMES DE BRITO TERCEIRO INTERESSADO.: GESSIANE GOMES DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: JOSMAILO SOTERO DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: JOSÉ ALBERTO GOMES DE ARAÚJO ESPÓLIO.: JOSÉ GOMES DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: LIDIANA SOTERO DE ARAÚJO TERCEIRO INTERESSADO.: MARIA TAINARA BRITO DE ARAÚJO (MENOR) REP. POR ELENI GOMES DE BRITO. **"R.HCOMPULSANDO SO AUTOS, VERIFICO QUE EMBORA TENHA SIDO RECOLHIDO O ITCMD,OS AUTOS AINDA NÃO FORAM ENVIADOS PGE/CE PARA MANIFESTAÇÃO. CONSIDERANDO QUE O EVENTUAL INGRESSO DE OUTRO HERDEIRO NÃO MODIFICARÁ, EM TESE, O VALOR DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO A SER RECOLHIDO, DETERMINO QUE APÓS A JUNTADA DA CERTIDÃO DE FAZENDA S PÚBLICAS DA UNIÃO E DO MUNICÍPIO, OS AUTOS SEJAM ENCAMINHADOS Á PGE PARA MANIFESTAÇÃO. RESERVO-ME PARA DELIBERAR SOBRE A HABILITAÇÃO DO TERCEIRO INTERESSADO(FLS. 161/165), APÓS O RETORNO DOS AUTOS, DANDO TEMPO A QUE ELE TENHA QUE SE DIRIGIR DIRETAMENTE CONTRA OS HERDEIROS PARA REAVER SEU QUINHÃO CASO O PEDIDO SEJA JULGADO PROCEDENTE. CAMOCIM, 29/01/2016. ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.".**- INT. DR(S). EUGENIO PACELI VIDAL DE SOUSA , FRANCISCO EMIDIO VIANA DE OLIVEIRA FILHO , MARCOS ANTONIO SILVA VERAS COELHO , MAURO MONÇÃO DA SILVA , MOISES DE CASTRO SILVA , ZENILSON BRITO VERAS COELHO

16) 11011-34.2014.8.06.0053/0 - DEMARCAÇÃO / DIVISÃO REQUERIDO.: ANTÔNIO SALES MAGALHÃES REQUERENTE.: ESPÓLIO DE HAMILTON FONSECA ROCHA, REPRESENTADO POR: ANTÔNIO ALCINDO ROCHA. **"POR HAVER AÇÕES CONEXAS ONDE O RÉU SE MANIFESTOU E POR HAVER A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA ANÁLISE DO MÉRITO. ASSIM SENDO, DESIGNO O DIA 19/02/2016, ÀS 09:30HS, PARA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PREVISTA NO ART.331 DO CPC, RECEBENDO O PROMOVIDO O FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. INTIMEM-SE AS PARTES, O RÉU, POR CARTA PRECATÓRIA. INTIMEM-SE OS ADVOGADOS ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA. ."".**- INT. DR(S). PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO

17) 12185-44.2015.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIO JOSÉ MARQUES TOMAZ REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO**

HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

18) 12187-14.2015.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA CÍRIA ARRUDA DOS SANTOS ARAÚJO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

19) 9451-57.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: AMARILDO ALMEIDA DE OLIVEIRA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

20) 9455-94.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIA DIAS DOURADO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

21) 9461-04.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIO SOARES CARVALHO ROCHA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

22) 9465-41.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: AUDICEIA DE OLIVEIRA SOUSA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA**

INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

23) 9501-83.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CRISTINA ALVES DA COSTA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

24) 9508-75.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: EVERLANE DO NASCIMENTO GALVÃO DE BRITO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

25) 9531-21.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA IVO DA SILVA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

26) 9550-27.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA SILVA FRANÇA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E**

PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

27) 9554-64.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DO LIVRAMENTO PEREIRA DA SILVA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

28) 9557-19.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA EDITE DA CRUZ RIBEIRO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

29) 9563-26.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA HELENA CUNHA SAMPAIO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

30) 9605-75.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE REQUERENTE.: ROSA MARIA DA SILVA PEREIRA. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO

ALVES BEZERRA

31) 9716-59.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANA KILVIA DE ANDRADE DA SILVA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

32) 9721-81.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIA CLEONICE MOREIRA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

33) 9722-66.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIA BENEDITO TEIXEIRA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

34) 9751-19.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA DIAS DOURADO DA SILVA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

35) 9756-41.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: GERSON ARAÚJO DE SOUSA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE**

DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

36) 9763-33.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA LEIA BENEDITO TEIXEIRA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE. **"R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016.".**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

37) 9764-18.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA GRACILENE ARAÚJO DA SILVA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE ."**R.HPELA LEITURA DO ART. 273 DO CPC, PODEMOS AFIRMAR QUE SÃO REQUISITOS OBRIGATÓRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA: REQUERIMENTO DA PARTE; PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO: REVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO: FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPRÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO OU ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTELATÓRIO DO RÉU.COMO TRAMITA NESTE JUÍZO INÚMERAS AÇÕES DA MESMA NATUREZA, ONDE FOI DETERMINADA A IMPLANTAÇÃO DE FORMA PARCIAL DO ANUÊNIO A QUE FAZ JUS O (S) SERVIDOR(S), BEM COMO O MUNICÍPIO INFORMOU TAL IMPLANTAÇÃO PARA SEUS SERVIDORES, RESTA APENAS AFERIR, A CORREÇÃO SOBRE TAIS VENCIMENTOS E OS VALORES RETROATIVOS A QUE O SERVIDOR POSSA VIR A TER.ISTO POSTO E PARA NÃO CAUSAR SÉRIOS DANOS À FINANÇAS PÚBLICAS, VEZ QUE SE TRATA DE EXTENÇÃO DE VANTAGENS, COM REPERCUSSÕES GRAVES SOBRE TODO O QUADRO ECONÔMICO E SOCIAL, COM POSSIBILIDADE DE OCORRER PREJUÍZO DIRETO AO ENTE PÚBLICO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL, INDEFIRO A TUTELA NOS TERMOS REQUERIDO. CITE-SE O MUNICÍPIO DE CAMOCIM PARA CIÊNCIA DA PRESENTE AÇÃO E OFERECIMENTO DE RESPOSTA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS.INTIME-SE O AUTOR ATAVÉS DE ADVOGADO , VIA DJE. CAMOCIM, 28/01/2016.ROGÉRIO HENRIQUE DO NASCIMENTO-JUIZ DE DIREITO RESP.CONFORME PORTARIA 48/2016."**- INT. DR(S). ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA .

COMARCA DE CAMOCIM - 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM

Juiz(a) Titular : ANTONIO WASHINGTON FROTA
Diretor(a) de Secretaria: JOAO RICARDO HOLANDA DO NASCIMENTO
EXPEDIENTE nº 4/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/23018	1		CE/17314	1
/	1		CE/24956	2
/	2		CE/28072	3
/	3		CE/25660	4
/	4		CE/3557	5
/	5		CE/25191	6
/	6		CE/28375	7
/	7		CE/28671	8
MG/76696	8		CE/21746	8
/	8		CE/30542	9
CE/22312	9		/	9
CE/30542	10		/	10
CE/20630	11		CE/23018	11
/	11		CE/20630	12
BA/20767	12		SP/178930	12
CE/6330	12		/	12

PI/12402	13		/	13
CE/28671	14		CE/21746	14
/	14			

1) 10039-30.2015.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S.A. REQUERENTE.: UBIRAJARA FERRO DA ROCHA. **"Sentença "(...) Isto posto, com fundamento no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos para , a) declarar inexistente o(s) contrato(s) declinado(s) na inicial que envolveu as partes sob rubrica" Bradesco vida Prev-seg.vida" com valor de R$ 33,077 (trinta e três reais e setenta e sete centavos); b) condenar o réu a restituir em dobro todas as quantias indevidamente pagas, as últimas corrigidas pela variação do INPC desde respectivas datas de consignações e juros de mora de 1%(um por cento) ao mês a partir da citação; c) condenar o réu a pagar à parte autora indenização por danos morais no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais) com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação correção monetária pela variação do INPC desde a publicação desta decisão (Súmula 362 do STJ) (...)"".**- INT. DR(S). JOSÉ MAURÍCIO SOBRINHO COÊLHO , WILSON SALES BELCHIOR

2) 10108-62.2015.8.06.0053/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: RAIMUNDO MARQUES CARNEIRO E MARIA ODETE BARROSO CARNEIRO. **"INTIMAÇÃO: pela presente, fica a parte autora, por seu advogado, INTIMADA para recolher as custas referentes ao edital de citação já publicado, no valor equivalente a R$326,25 (trezentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos)."**.- INT. DR(S). RAIMUNDO ROSIVAN DO NASCIMENTO

3) 10354-58.2015.8.06.0053/0 - NOTIFICAÇÃO NOTIFICADO.: ASSOCIAÇÃO DOS RETALHISTAS DE CAMOCIM NOTIFICANTE.: FRANCISCO BARCELOS FONTENELE NETO. **"Despacho: (...)Deste modo, considerando o teor das disposições do caput do art. 2º e do §1º do art. 3º, ambos da referida Lei Estadual nº 14.859/2010, concedo à parte autora o prazo de 10 (dez) dias para comprovar o seu estado de pobreza mediante a apresentação de qualquer dos documentos enumerados nos incisos do artigo por último apontado ou de outros documentos a partir dos quais se possa inferir a sua alegada hipossuficiência financeira, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade judiciária."**.- INT. DR(S). MAGNUM KIT WILLER QUEIROZ ALMADA

4) 11238-24.2014.8.06.0053/0 - AÇÃO PENAL DENUNCIADO.: JOSÉ FABRÍCIO FARIAS MULATO VITIMA.: MARIA CLAUDENIA DE ALBUQUERQUE BRAGA. **"Intime-se o Acusado, por seu advogado, para que apresente as Razões Recursais."**.- INT. DR(S). CLEILSON DE PAIVA LOURIVAL

5) 11281-58.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: JANIELE ALVES DA SILVA , REPRESENTADA POR ANTONIA ALVES DA SILVA DO CARMO. **"Decisão Interlocutória: Considerando que o feito comporta julgamento antecipado da lide, declaro encerrada a instrução processual, facultando às partes o prazo sucessivo de 10 (dez) dias para juntada de documentos, especialmente o CPF da promovente, pela parte autora, e os documentos em que se fundaram a divergência de informação referida no documento f. 22."**.- INT. DR(S). JOSE ADAUTO ARAUJO

6) 11304-38.2013.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: CÉSAR AUGUSTO ROCHA REQUERENTE.: FRANCISCA BARBOSA DOS SANTOS REQUERENTE.: FÁTIMA BARBOSA DOS SANTOS REQUERIDO.: JEANE VIANA DOS SANTOS REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO SANTOS DE SOUSA REQUERENTE.: MARIA LUCIMAR DOS SANTOS AIRES. **"Sentença "(...) Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demandada para condenar o promovidos ao pagamento dos alugueis mensais, a título de ressarcimento por enriquecemento sem causa, a partir de Agosto/2010, no valor de 1% do valor venal do imóvel, monetariamente corrigido pela variação do INPC a partir de cada período e juros de mora de 1% a partir da citação (...)""**.- INT. DR(S). CAIO FERREIRA ROLIM DIAS

7) 11688-30.2015.8.06.0053/0 - JUSTIFICAÇÃO REQUERENTE.: RAIMUNDO DAS CHAGAS CRUZ. **"INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) ASSIM SENDO, com base na fundamentação supra e considerando o parecer ministerial, acima referido, com fulcro no art. 109, § 4º, da LRP, defiro o pedido a fim de proceder a lavratura do respectivo assento de óbito, tudo de conformidade com a Lei n.º 6.015/73, de JOSÉ ROBERTO DA CRUZ, filho de Roberto José Ferreira e de Maria das Chagas da Cruz, nascido ao(s) 15/07/1946, falecido no dia 02/02/2015, às 11h30min, em razão de politraumatismo decorrente de acidente de trânsito ocorrido na estrada que liga Camocim a Jijoca de Jericoacoara/CE., aos 68 anos de idade, sem deixar cônjuge/companheira ou filhos, nem bens a inventariar. Sem custas, ante a gratuidade que ora defiro, inclusive no que se refere aos emolumentos cobrados em Cartório, no sentido de estender o benefício da Assistência Judiciária aos Necessitados, disciplinada pela Lei n. 1.060/50, aos atos praticados por serventias extrajudiciais. Servem vias da presente sentença, com selo de autenticidade, como MANDADO DE REGISTRO DE ÓBITO junto ao Cartório de Registro Civil local. (...)""**.- INT. DR(S). FRANCISCO EMIDIO VIANA DE OLIVEIRA FILHO

8) 12382-33.2014.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: MANOEL SERAFIM FILHO. **"Sentença "(...) Assim HOMOLOGO , por sentença irrecorrível (vide art. 41 da Lei 9.099/95), para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 33/34, decretando, em consequência, a extinção do processo com resolução de mérito, sob amparo das disposições do inciso III, do art. 269, do Código de Porcesso Civil (...)""**.- INT. DR(S). ANTONIO GILSON DE SOUZA DIVINO , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , ZENILSON BRITO VERAS COELHO

9) 12970-40.2014.8.06.0053/0 - AÇÃO PENAL VITIMA.: ADRIANO FERREIRA SIMPLÍCIO REU.: ANDERSON DE SOUZA. **"Intime-se o Acusado, por seu advogado, para que apresente as Razões Recursais."**.- INT. DR(S). ANA CRISTINA ARAÚJO TEIXEIRA , MARIA MICHELLE GOMES DA SILVA

10) 2992-30.2000.8.06.0053/0 - Nº Antigo: 1999038006489 - EXECUÇÃO EXEQÜIDO.: EMANUEL GILBERTO TORRES DE SOUSA ME EXEQUENTE.: FAZENDA NACIONAL. **"INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: "(...) Trata-se de ação de execução ajuizada por/pela UNIÃO em desfavor de EMANUEL GILBERTO TORRES DE SOUSA -ME, todos qualificados nos autos,**

objetivando o pagamento de crédito tributário. A parte exequente juntou comprovante de pagamento e pugnou pela extinção do processo. É o breve relatório. Decido. A execução foi satisfeita com o pagamento do valor devido pela parte executada, como informado pela parte exequente, nada mais havendo a ser cobrado nestes autos. Isto posto, considerando a quitação da dívida, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 156, inciso I do CTN. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Após o decurso do prazo legal, arquivem-se estes autos, procedendo-se as cautelas legais. (...)"".- INT. DR(S). ANA CRISTINA ARAÚJO TEIXEIRA

11) 7423-58.2010.8.06.0053/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQÜIDO.: ALEX FRAGOSO DA SILVA EXEQUENTE.: JOSEANE DE OLIVEIRA LIMA. **"Sentença: (...)Isto posto, reconheço a falta do interesse de agir, pela perda do objeto do pedido, e, com esteio no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, declaro extinto a presente execução.".**- INT. DR(S). CARLOS ALESSANDRO SANTOS DE ALMEIDA , JOSÉ MAURÍCIO SOBRINHO COÊLHO

12) 8919-88.2011.8.06.0053/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: FRANCISCO CHAGAS DE PAULA FILHO REQUERIDO.: PAGSEGURO INTERNET LTDA. **"Sentença "(...) Sendo assim, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR A DEMANDADA a restituir o valor pago pelo requerente (R$ 346,33), devidamente atualizado pela variação do INPC-IBGE a partir da data do pagamento, bem como a pagar juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (...)"".**- INT. DR(S). CARLOS ALESSANDRO SANTOS DE ALMEIDA , MURILO GOMES MATTOS , ROSELY CRISTINA CRUZ , TERESA CRISTINA PINTO MOREIRA

13) 9616-70.2015.8.06.0053/0 - AÇÃO PENAL DENUNCIADO.: DANIEL AZEVEDO DE OLIVEIRA. **"Intime-se a defesa para apresentar as alegações finais no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). ANTÔNIO JOSÉ LIMA

14) 9829-76.2015.8.06.0053/0 - PETIÇÃO REQUERENTE.: AUDECI ANTONIO DA SILVA REQUERIDO.: C I S PESSOA ME , REPRESENTADA POR: CARLOS IRAMAR SOTERO PESSOA E MARCOS ANTONIO SOTERO PESSOA ."**Sentença "(...) A anãlise dos autos demonstra sem maiores dificuldades que o Autor desistiu da ação, e uma vez que não existem óbices à extinção do feito - por inexistir citação da parte demandada, nos termos do parágrafo único do art. 158, d CPC, HOMOLOGO por sentença, para que surta os seus juridicos e legais efeitos, a desistência da ação, e, via de consequência, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII, c/c p art. 329, ambos do C.P.C (...)""**- INT. DR(S). ANTONIO GILSON DE SOUZA DIVINO , ZENILSON BRITO VERAS COELHO .

COMARCA DE CAMPOS SALES - VARA UNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES

Juiz(a) Titular : MARCELO WOLNEY ALENCAR PEREIRA DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria: MARIA ILMA DE CASTRO PERICLES FERREIRA
EXPEDIENTE nº 09/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/8622	1		/	1
CE/6039	2		/	2

1) 2757-69.2014.8.06.0054/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: ALLIANZ SEGUROS S.A. " **PROC. N.º 2757-69.2014.8.06.0054/0 ¿ AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGUROS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - JE - PROMOVENTE(S): LUIZ PÉRICLES FERREIRA. PROMOVIDO(A): ALLIANZ SEGUROS S/A - ¿Através da presente publicação, fica(m) intimado(s) o(a)(s) Advogado(a)(s) constituído(a)(s) da(s) parte(s) REQUERIDA da sentença prolatada às fls. 91/95 dos autos em epígrafe, a seguir transcrita em sua parte DISPOSITIVA: ¿ ... Diante do que foi exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral para condenar a requerida a indenizar, a título de danos materiais, a parte promovente em R$ 1.746,68 (mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), atualizado monetariamente e com juros de mora desde o evento danoso. Sem custas e honorários, na forma do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas de estilo. P. R. I. Campos Sales, 25 de setembro de 2015. (a) Saulo Gonçalves Santos ¿ Juiz Substituto Respondendo ¿ Grupo de Descongestionamento do Interior ¿ Portaria 190/2015-TJCE.¿ Eu, Maria Telma Ferreira Lima, Técnica Judiciário, digitei, conferi e publiquei.".**- INT. DR(S). VLADIA ARAUJO MAGALHAES

2) 672-91.2006.8.06.0054/0 - AÇÃO PENAL REU.: ERISVALDO ALVES MARTINS ." **Proc. n.º 672-91.2006.8.06.0054/0 ¿ AÇÃO PENAL. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. RÉU(S): FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA e ERISVALDO ALVES MARTINS - ¿Através da presente publicação, fica(m) intimado(s) o(a)(s) advogado(a)(s) constituído(s) do(s) RÉU(s) ERISVALDO ALVES MARTINS, da sentença prolatada às fls. 131/133 dos autos em epígrafe, a seguir transcrita em sua PARTE DISPOSITIVA: Diante do acima exposto, com fulcro no art. 386, IV do Código de Processo Penal, ABSOLVO os réus Francisco Monteiro da Silva e Erisvaldo Alves Martins, já qualificados na denúncia, por entender não existir prova concreta de ter os mesmos concorrido para a infração penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com a devida baixa na estatística. P. R. I. Campos Sales, 22 de setembro de 2015. (a) Daniel Carvalho Carneiro ¿ Juiz de Direito Auxiliar ¿ Grupo de Descongestionamento do Interior ¿ Portaria 190/2015-TJCE.¿ Eu, Maria Telma Ferreira Lima, Técnica Judiciário, digitei, conferi e publiquei."**- INT. DR(S). JOSE JOAO ARAUJO NETO .

COMARCA DE CANINDÉ - 1ª VARA DA COMARCA DE CANINDÉ

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 46/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/24894	1		/	1

1) 11716-89.2015.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: FRANCISCA ALDENICIA RODRIGUES DE PAULA REQUERIDO.: FRANCISCO DONIZETE MARINHO SOUSA .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fl. 20, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, (...)""**- INT. DR(S). MARCELO DE OLIVEIRA LIMA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 47/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/9857	1		CE/12716	1
/	1			

1) 11938-57.2015.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS REPR. LEGAL.: ANTONIA ERIVANIA ABREU GOMES EXEQÜIDO.: MARCELO GUEDES AGUIAR .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, nos termos do art. 269, inc. III c/c arts. 794, inc. II e 795, todos do CPC, HOMOLOGO o acordo de fls. 22/23 e, ato contínuo, DECLARO, por sentença, extinta a execução (...)""**- INT. DR(S). JOAO VALMIR PORTELA LEAL JUNIOR , JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 48/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25775	1		/	1

1) 13038-47.2015.8.06.0055/0 - DIVÓRCIO CONSENSUAL REQUERENTE.: CAYO CESAR ARAUJO BRAGA REQUERENTE.: LUANA SILVINO NUNES .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo os termos da exordial de fls. 02/06, a qual se torna parte integrante desta decisão, e, por consequência, concedo o pretendido divórcio, (...)""**- INT. DR(S). LEANDRA ALMEIDA CRUZ HOLANDA COSTA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 49/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		/	1

1) 12721-49.2015.8.06.0055/0 - DIVÓRCIO CONSENSUAL REQUERENTE.: ANTONIO RICARDO SOUSA CAVALCANTE REQUERENTE.: GLEICINARA BATISTA SOUSA CAVALCANTE ." **SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo os termos da exordial de fls. 02/03, a qual se torna parte integrante desta decisão, e, por consequência, concedo o pretendido divórcio, (...)""**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 50/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/24894	1		/	1

1) 12135-12.2015.8.06.0055/0 - DIVÓRCIO CONSENSUAL REQUERENTE.: FRANCISCO WELSON OLIVEIRA DA SILVA REQUERENTE.: MARIA ALDILENE SILVA VAZ .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo os termos da exordial de fls. 02/04, a qual se torna parte integrante desta decisão, e por consequência, concedo o pretendido divórcio, (...)""**- INT. DR(S). MARCELO DE OLIVEIRA LIMA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 51/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/8575	1		CE/12716	1
/	1			

1) 42096-39.2013.8.06.0064/0 - REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS REQUERENTE.: JOAO CORNELIO ALVES NETO REQUERIDO.: NIVIA MARIA CORDEIRO SILVA .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com arrimo no art. 267, inc. VI do CPC, diante da superveniente falta de interesse de agir, para que possa gerar todos os seus justos e efetivos efeitos. (...)""**- INT. DR(S). ELIEZER GUILHERME DE OLIVEIRA JUNIOR , JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 52/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		/	1

1) 13708-90.2012.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: FRANCISCA CARLA DA SILVA GOMES REPR. LEGAL.: FRANCISCA NEUDA PAZ DA SILVA .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com base no art. 267, inc. III e § 1º, do CPC, (...)""**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 53/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/5164	1		CE/17944	1
/	1			

1) 1622-97.2006.8.06.0055/0 - CURATELA INTERDITANDO.: ANGELO RODRIGUES MACHADO REQUERENTE.: ANTONIA MACHADO DOS ANJOS INTERDITANDO.: ANGELO RODRIGUES MACHADO REQUERENTE.: ANTONIA MACHADO DOS ANJOS .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com base no art. 267, inc. III e § 1º, do CPC, para que possa gerar todos os seus justos e efetivos efeitos. (...)""**- INT. DR(S). JOAO JACKSON CAMPOS DA SILVA , MARIA HIDELVANIA DOS SANTOS SOARES .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 54/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		/	1

1) 13135-52.2012.8.06.0055/0 - AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE REQUERIDO.: FRANCISCO RAFAEL SILVA SOUSA REPR. LEGAL.: MARIA DAS GRAÇAS ALVES MOREIRA .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com base no art. 267, inc. III e § 1º, do CPC, para que possa gerar todos os seus justos e efetivos efeitos. (...)""**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 55/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		/	1

1) 12052-93.2015.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: MARIA ESTELA FERREIRA DA SILVA REQUERIDO.: RAIMUNDO FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA REPR. LEGAL.: MARIA ESTELA FERREIRA DA SILVA REQUERIDO.: RAIMUNDO FRANCISCO FERNANDES DE SOUZA .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fl. 25, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, (...)""**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 56/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/28194	1		/	1

1) 12853-09.2015.8.06.0055/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI REU.: ANTONIO CRISTIANO RODRIGUES GOMES REU.: FRANCISCO AGENILDO BARBOSA DA SILVA REU.: FRANCISCO EDIGLEISON SILVA FREITAS VITIMA.: ROMARIO SOUSA CARNEIRO .**"Fica Vossa Senhoria devidamente intimado para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar as razões finais, mediante a entrega de memoriais."**- INT. DR(S). JOSÉ RICARDO VIEIRA ARAÚJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 57/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16477	1		CE/3648	1
/	1			

1) 10929-02.2011.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. AGÊNCIA CANINDÉ/CE EXECUTADO.: JOSE ARNALDO BRAGA MESQUITA ME EXECUTADO.: JUSILENE DIAS SOUSA .**"SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, dou PROVIMENTO aos Embargos de Declaração, de modo que o dispositivo da sentença de fl. 53 passe a ter a seguinte redação: Ante o exposto, homologo a desistência da ação (parágrafo único do art. 158 do CPC) e, ato contínuo, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inc. VIII do CPC. (...)""**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 58/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		/	1

1) 11601-68.2015.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQÜIDO.: FRANCISCO DE TARCIO SILVA CUNHA REPR. LEGAL.: SUELY BEZERRA FERREIRA .**"TERMO DE AUDIENCIA: '(...) Ante o exposto, considerando o acordo acima deduzido, na forma do Art. 269, inc. I e III do CPC, HOMOLOGO O ACORDO estabelecido entre as partes, e JULGO EXTINTO O PROCESSO, (...)""**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 59/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/28194	1		/	1

1) 12872-15.2015.8.06.0055/0 - RELAXAMENTO DE PRISÃO REQUERENTE.: FRANCISCO EDIGLEISON SILVA FREITAS .**"...Com as considerações supra e considerando, ademais, que persistem os motivos que legitimaram a edição da medida extrema, INDEFIRO o pedido de revogação do decreto de Prisão Preventiva formulado por FRANCISCO EDIGLEISON SILVA FREITAS, mantendo, em consequencia, a prisão do acusado. Recomenda-se o réu na prisão onde se encontra recolhido..."**- INT. DR(S). JOSÉ RICARDO VIEIRA ARAÚJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 60/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/28194	1		/	1

1) 12871-30.2015.8.06.0055/0 - RELAXAMENTO DE PRISÃO REQUERENTE.: ANTONIO CRISTIANO RODRIGUES GOMES .**"...Com as considerações supra e considerando, ademais, que persistem os motivos que legitimaram a edição da medida extrema, INDEFIRO o pedido de revogação do decreto de Prisão Preventiva formulado por ANTONIO CRISTIANO RODRIGUES GOMES, mantendo, em consequencia, a prisão do acusado. Recomende-se o réu na prisão onde se encontra recolhido o acusado..."**- INT. DR(S). JOSÉ RICARDO VIEIRA ARAÚJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 61/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/13227	1		/	1

1) 11133-07.2015.8.06.0055/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CLEONICE MARTINS DA SILVA REQUERENTE.: LUIS RODRIGUES VIEIRA .**"ATO ORDINATÓRIO: "Intime-se o promovido, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar memoriais, consoante os termos do despacho de fl. 47. Exp. Nec. Cdé, 14.01.16.""**- INT. DR(S). ELAN DE CASTRO MACHADO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 62/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/9857	1		/	1

1) 9285-58.2010.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: CRISTIANE ROCHA FERREIRA REQUERIDO.: JOAO IRINEU DOS SANTOS TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERENTE.: CRISTIANE ROCHA FERREIRA REQUERIDO.: JOAO IRINEU DOS SANTOS TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR .**"TERMO DE AUDIÊNCIA: "(...) Em seguida o MM. Juiz esclareceu aos presentes os objetivos do presente ato processual, entretanto chamou o feito a ordem tendo em vista que, atendendo a requerimento da parte autora, foram efetuadas duas diligências a saber: 1) junto ao DETRAN/CE, no sentido de localizar veículos no nome do promovido; 2) a avaliação do imóvel identificado no expediente de fls. 128. As diligências foram efetivadas e acostadas aos autos os respectivos expedientes, entretanto a parte adversa não foi intimada sobre os novos documentos acostados aos autos, razão pela qual assinalou o prazo de dez dias a fim de que a parte promovida ofereça manifestação acerca dos novos documentos encartados aos autos. (...)"."**- INT. DR(S). JOAO VALMIR PORTELA LEAL JUNIOR .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 63/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16477	1		/	1

1) 10927-32.2011.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. AGÊNCIA CANINDÉ/CE EXECUTADO.: JOSE ARNALDO BRAGA MESQUITA- ME .**"SENTENÇA: "...Ante o exposto, homologo a desistencia da ação(parágrafo único do art. 158 do CPC), e ato contínuo, JULGO extinto o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no Art. 267, inc. VIII do CPC."**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 64/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		/	1

1) 13367-59.2015.8.06.0055/0 - DIVÓRCIO CONSENSUAL REQUERENTE.: MARIA APARECIDA MACIEL BIANOR

REQUERENTE.: MARIO ERNANI PEREIRA COSMO .**"SENTENÇA: "...Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fls. 02/03, o qual torna parte integrante desta decisão, e por consequencia, concedo o pretendido divorcio, decretando a dissolução do vínculo matrimonial de M.E.P.C. e M.A.M.B.C...."**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 65/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/26501	1		CE/25295	1
/	1			

1) 11276-93.2015.8.06.0055/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A REQUERIDO.: JOSE ROBERTO COELHO TAVARES .**"SENTENÇA: "...Ante o exposto, homologo a desistencia da ação(parágrafo unico do art. 158 do CPC) e, ato contínuo, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inc. VIII do CPC. Custas pela parte autora, a serem calculadas sobre o total do débito(fl.33). Sem honorários, considerando que a parte promovida sequer foi citada..."""**- INT. DR(S). CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ , TIAGO AQUERY MORAES DE ARAGAO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 66/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		CE/30062	1
/	1			

1) 12706-80.2015.8.06.0055/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: EDIVAN SILVA TORRES REQUERIDO.: MARIA EDIVANIA SOUSA TORRES REQUERIDO.: MARIA ERISVANIA FREITAS TORRES REPR. LEGAL.: MARIA FREITAS DE SOUSA .**"SENTENÇA: "...Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fl. 20, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inc. III, do CPC, para que possa surtir os efeitos e legais e jurídicos. Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita..."""**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO , RUTHE ELLEN ARISTON UCHOA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 67/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/9857	1		/	1

1) 13360-38.2013.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: AILTON SILVEIRA SILVA REPR. LEGAL.: JANAINA DE SOUSA SILVA REQUERENTE.: MARIA JENNIFER DE SOUSA SILVA REQUERIDO.: AILTON SILVEIRA SILVA REPR. LEGAL.: JANAINA DE SOUSA SILVA REQUERENTE.: MARIA JENNIFER DE SOUSA SILVA .**"SENTENÇA: "... Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fl. 40, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do Art. 269, inc. III do CPC, para que possa surtir os efeitos legais e jurídicos..."""**- INT. DR(S). JOAO VALMIR PORTELA LEAL JUNIOR .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 68/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/23854	1		/	1

1) 11804-64.2014.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: FRANCISCO DAVI VAZ GUERRA REQUERENTE.: FRANCISCO FABIO SOUTO GUERRA .**"SENTENÇA; "...Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fl. 24, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inc. III do CPC, para que possa surtir os efeitos legais e jurídicos. Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiarias da justiça gratuita..."""**- INT. DR(S). THIAGO VASCONCELOS JUVÊNCIO SOUSA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 69/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/4351	1		/	1

1) 10966-87.2015.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQÜIDO.: ANTONIO EDVAN ALMEIDA SILVA EXEQUENTE.: FRANCISCA ELAINE SAMPAIO DA SILVA REPR. LEGAL.: FRANCISCA ELENIR SAMPAIO CRUZ EXEQUENTE.: IANDRA KARINE SAMPAIO SILVA .””**...Ante o exposto, considerando que nos autos constata-se a demonstração da quitação da dívida alimentar(fls. 18 e 23) e a ausencia de manifestação acerca da remanescente de débito a ser exigido, nos termos do Art. 794, inciso I combinado com art. 795 ambos do Código de Processo Civil, DECLARO, por sentença, extinta a execução promovida por F.E.S.S. e I.K.S.S., representadas por sua genitora, Francisca Elenir Sampaio Cruz, contra Antonio Edvanio Almeida Silva, para que possa surtir os efeitos legais e jurídicos. Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita....””**- INT. DR(S). VICTOR DIOGO DE SAMPAIO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 70/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		CE/11297	1
/	1			

1) 9781-87.2010.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQÜIDO.: FRANCISCO ELEILTON SALES MARTINS REPR. LEGAL.: ISABELLY ALMEIDA DE OLIVEIRA EXEQUENTE.: PAMELA EMANUELLY ALMEIDA MARTINS EXEQUENTE.: RAABE GABRIELLY ALMEIDA MARTINS EXEQUENTE.: REBECKA EMILLY ALMEIDA MARTINS .”**SENTENÇA: “...Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com base no Art. 267, inc. III e § 1º, do CPC, para que possa gerar todos os seus justos e efetivos efeitos. Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita...”**”- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO , MANOEL SEVERINO GONZAGA MARREIRO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 71/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/30062	1		/	1

1) 12137-50.2013.8.06.0055/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXECUTADO.: JOSE ELIARDO SOARES PEREIRA EXEQUENTE.: JOSE VICTOR PEREIRA SILVA EXEQUENTE.: MARIA JOSE SANTOS SILVA .”**SENTENÇA: “... Ante o exposto, homologo os termos do acordo de fl. 35, o qual se torna parte integrante desta decisão, e, ato continuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inc. III, do CPC, para que possa surtir os efeitos legais e juridicos. Sem custas, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita...”**”- INT. DR(S). RUTHE ELLEN ARISTON UCHOA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 72/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
PR/45445	1		/	1

1) 11317-60.2015.8.06.0055/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: ANDREA FERREIRA CRUZ LUSTOSA REQUERENTE.: BANCO FIAT S/A .”**SENTENÇA: “...Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, com espeque no parágrafo unico do art. 284 do CPC, já que a parte Autora nao implementou sua obrigação inserta no despacho de emenda de fl. 29, e ato contínuo, JULGO extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inc. I do CPC, para que possa gerar todos os seus justos e efetivos efeitos. Custas ex lege...”**”- INT. DR(S). JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 73/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12716	1		CE/28194	1
CE/4351	1		/	1

1) 12804-65.2015.8.06.0055/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI VITIMA.: BRUNO SOUSA ASSIS REU.: CREGINALDO MONTE SANTOS REU.: DANIEL DA SILVA SOUSA REU.: ISMAEL DE SOUSA SILVA REU.: QUERGINALDO DE SOUSA ALVES .**"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimadas para comparecerem a audiencia de instrução designada para o dia 29.02.2016 às 09:00h, na Sala de Audiencias da 1ª Vara desta Comarca."**- INT. DR(S). JOSE MARIA DA SILVA ARAUJO , JOSÉ RICARDO VIEIRA ARAÚJO , VICTOR DIOGO DE SAMPAIO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 74/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/28545	1		/	1

1) 12069-03.2013.8.06.0055/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BMC S/A REQUERENTE.: MARIA GILDETE RIBEIRO DO CARMO .**"ATO ORDINÁRIO: "À parte autora para se manifestar sobre os termos do(a) contestação de fls. 111/127 e 128/174. Prazo: 10 (dez) dias"."**- INT. DR(S). ANTONIO CARLOS ALVES MARINHO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 75/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/4073	1		CE/5164	1
CE/9857	1		CE/28194	1
/	1			

1) 11097-96.2014.8.06.0055/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI VITIMA.: ERMESON SAMPAIO DE OLIVEIRA REU.: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA REU.: FRANCISCO SAMUEL LOPES DE ALMEIDA REU.: JOAO ANASTACIO MAGALHAES FILHO .**"Ficam vossas senhorias devidamente intimada para comparecerem a audiencia de instrução designada para o dia 24 de fevereiro de 2016 às 15:00h, na Sala de Audiencias da 1ª Vara desta Comarca."**- INT. DR(S). BRUNILO JACO DE C E SILVA FILHO , JOAO JACKSON CAMPOS DA SILVA , JOAO VALMIR PORTELA LEAL JUNIOR , JOSÉ RICARDO VIEIRA ARAÚJO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 76/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/19207	1		CE/29442	1
/	1			

1) 12860-35.2014.8.06.0055/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI VITIMA.: FRANCISCO AIRTON LOPES AQUINO REU.: PAULO SERGIO LIMA DA SILVA .**"FICAM VOSSA SENHORIA DEVIDAMENTE INTIMADOS PARA COMPARECEREM A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, REDESIGNADA PARA O DIA 18 DE ABRIL DE 2016, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA DA COMARCA DE CANINDÉ/CE. (ficando cientes que o não comparecimento a referida audiência, será nomeado defensor dativo para patrocinar os interesses do réu)"**- INT. DR(S). SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS , WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 77/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/17944	1		CE/4988	1
/	1			

1) 12495-78.2014.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: AURELIO PARENTE BARBOSA REPR. LEGAL.: GEANGELA MARIA PINTO BANDEIRA .**"FICAM VOSSA SENHORIA DEVIDAMENTE INTIMADOS PARA COMPARECEREM A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DESIGNADA PARA O DIA 21 DE MARÇO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA DA COMARCA DE CANINDÉ/CE. DESPACHO: "(...) Intimem-se as partes, através de seus advogados, para que, querendo, tragam suas testemunhas ao ato independente de intimação; caso contrário, que depositem em cartório o respectivo rol, até 20(vinte) dias antes da audiência (art. 407 do CPC). (...)""**- INT. DR(S). MARIA HIDELVANIA DOS SANTOS SOARES , RAIMUNDO NONATO HOLANDA COSTA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 78/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/9857	1		CE/24894	1
/	1			

1) 11180-78.2015.8.06.0055/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: FLAVIO ROBERTO SOUSA ALVES REQUERIDO.: MARIA NEUMA SOUSA ARAUJO GOMES .**"FICAM VOSSA SENHORIA DEVIDAMENTE INTIMADOS PARA COMPARECEREM A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DESIGNADA PARA O DIA 21 DE MARÇO DE 2016, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA DA COMARCA DE CANINDÉ/CE. DESPACHO: "(...) Intimem-se as partes, através de seus advogados, para que, querendo, tragam suas testemunhas ao ato independente de intimação; caso contrário, que depositem em cartório o respectivo rol, até 20(vinte) dias antes da audiência (art. 407 do CPC). (...)""**- INT. DR(S). JOAO VALMIR PORTELA LEAL JUNIOR , MARCELO DE OLIVEIRA LIMA .

Juiz(a) Titular : ANTONIO JOSIMAR ALMEIDA ALVES
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO EVANDRO PINHEIRO MOTA
EXPEDIENTE nº 79/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/5164	1		CE/28194	1
/	1			

1) 11098-81.2014.8.06.0055/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI VITIMA.: FRANCISCO GERSON GOMES DE ANDRADE REU.: FRANCISCO SAMUEL LOPES DE ALMEIDA REU.: JOAO ANASTACIO MAGALHAES FILHO .**"FICAM VOSSA SENHORIA DEVIDAMENTE INTIMADOS PARA COMPARECEREM A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, REDESIGNADA PARA O DIA 13 DE ABRIL DE 2016, ÀS 15:00 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA DA COMARCA DE CANINDÉ/CE."**- INT. DR(S). JOAO JACKSON CAMPOS DA SILVA , JOSÉ RICARDO VIEIRA ARAÚJO .

COMARCA DE CAPISTRANO - VARA UNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO

ESTADO DO CEARA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAPISTRANO
SECRETARIA DE VARA
Juiz de Direito Respondendo: Dr. RICARDO DE ARAÚJO BARRETO
Diretora de Secretaria: MARIA AUXILIADORA ARAÚJO LEAL
Expediente nº 12/2016 em 29 de janeiro de 2016.

01) 3703-88.2000.8.06.0056/0 EXECUÇÃO EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. EXECUTADOS: FRANCISCO CESAR BARBOSA LIMA-ME E HENRIQUE ANTONIO FONSECA DA MOTA. DESPACHO: ...Ante o exposto, suspendo cautelarmente a hasta pública designada às fls. 325, e determino que se proceda à intimação do exequente para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da exceção de pré-executividade e dos documentos apresentados às fls. 334/379, notadamente acerca da proposta de substituição do bem constrito nestes autos (Fazenda Lagoa Seca) por outro dos imóveis indicados pelo executado... INTIMAR: DR. PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO, OAB-CE Nº 3.183, DR. CICERO CESAR QUEZADO, OAB-CE Nº 9.947 e DRA. LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, OAB-PR Nº 8.123.

COMARCA DE CARIRÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRÉ

ESTADO DO CEARÁ
PODERJUDICIÁRIO
COMARCA DE CARIRÉ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

(JUSTIÇA GRATUITA)

Processo n. 1583-18.2011.8.06.0058
Ação de Interdição
Interditados: Sara Aquino de Oliveira, Misael Aquino de Oliveira e Moabe Aquino de Oliveira

O M.M. Juiz Titular da Comarca de Cariré, Estado do Ceará, Dr. Gilvan Brito Alves Filho, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente edital, que por este Juízo foi processado o TERMO DE INTERDIÇÃO de SARA AQUINO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira; MISAEL AQUINO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro; MOABE AQUINO OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, todos residentes na rua Sebastião Miranda, n. 273, bairro Japão, Cariré-CE, por se tratar de pessoas incapazes de exercer por si só os atos da vida civil, sendo nomeada curadora, sem limitações, a Sra. Águida de Aquino Oliveira, brasileira, agricultora, casada, Rg n. 99097107092, SSP-CE, residente na rua Sebastião Miranda, n. 273, bairro Japão, Cariré-CE, conforme sentença prolatada às fls. 83/84, parte dispositiva como segue: "Ante o exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, julgo PROCEDENTE O PEDIDO para decretar a interdição de SARA AQUINO OLIVEIRA, MISAEL AQUINO OLIVEIRA, MOABE AQUINO OLIVEIRA, tornando definitiva a curatela provisória anteriormente concedida, ao tempo em que nomeio como sau curadora a requerente e GENITORA AGDA AQUINO OLIVEIRA, que deverá exercer o *munus* da curatela na forma plena, considerando a gravidade das enfermidades". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, o MM Juiz determinou expedir o presente que deverá ser publicado por 3 (três) vezes no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias, o edital, contendo os nomes do interditado e da curadora e a plenitude da curatela. Dado e passado, aos 9 dias do mês de outubro do ano de 2015. Eu, Auxiliar Judiciário, Matricula n. 671, o digitei, e eu, Diretor de Secretaria, matrícula n. 4821, o subscrevi.

Gilvan Brito Alves Filho
JUIZ TITULAR

COMARCA DE CARNAUBAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL

Secretaria de Vara Única da Comarca de Carnaubal-CE
Juiz de Direito Respondendo: Moisés Brisamar Freire
Diretora de Secretaria: Michele Mendes de Oliveira
Responsável Pelo Envio da Publicação ao Diário da Justiça Michele Mendes de Oliveira
Intimação de Advogado Comparecer à Audiência
Expediente: 13/2016

Processo n° 2559.45.2013.8.06.0061
Tipo de Ação Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil Cível
Requerente Maria Auxiliadora Soares de Sousa

Advogado:(Requerente) Dr. David Benevides Falcão Melo OAB/CE 15.118

Fica o advogado da requerente, intimado para comparecer na Sala das Audiências do Fórum local, situado na Rua José Barroso Veras, 143, Centro, Nesta Cidade de Carnaubal-CE, no dia 17 (dezessete) de fevereiro do ano de 2016(dois mil e dezesseis), ás 09 (nove) horas, para a realização da audiência de instrução.

Secretaria de Vara Única da Comarca de Carnaubal-CE
Juiz de Direito Respondendo: Moisés Brisamar Freire
Diretora de Secretaria: Michele Mendes de Oliveira
Responsável Pelo Envio da Publicação ao Diário da Justiça Michele Mendes de Oliveira
Intimação de Advogado Comparecer à Audiência
Expediente: 14/2016

Processo n° 2596.09.2012.8.06.0061
Tipo de Ação Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil Cível
Requerente João Pedro Brito Oliveira, menor representado por seus genitores Antônio Marcio Ribeiro Oliveira e Maria Joelma Brito Sampaio.

Advogado:(Requerente) Dr. David Benevides Falcão Melo OAB/CE 15.118

Fica o advogado da requerente, intimado para comparecer na Sala das Audiências do Fórum local, situado na Rua José Barroso Veras, 143, Centro, Nesta Cidade de Carnaubal-CE, no dia 17 (dezessete) de fevereiro do ano de 2016(dois mil e dezesseis), ás 09 (nove) horas e 30(trinta) minutos, para a realização da audiência de instrução.

COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL

Juiz(a) Substituto : MAGNO ROCHA THÉ MOTA
Diretor(a) de Secretaria: NEIRILANDE DA SILVA SOARES DE SOUZA
EXPEDIENTE nº 6/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/21347	1		/	1
CE/15565	2		/	2
CE/31677	3		/	3
CE/12420	4		CE/24945	4
/	4		CE/6756	5
/	5		CE/23188	6
/	6		/	7
CE/23535	8		CE/25101	8
/	8		CE/7523	9
/	9		CE/10051	10
/	10		CE/1870	11
CE/10952	11		/	11
CE/10051	12		/	12
CE/5800	13		/	13
CE/15096	14		/	14
CE/15888	15		CE/17631	15
/	15		CE/612	16
CE/11329	16		/	16

1) 11617-98.2015.8.06.0062/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A EXECUTADO.: FERNANDO LIVIO GUIMARÃES ROCHA - ME. **"DECISÃO: "Cite-se a parte executada para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida (art. 652 do CPC). Fixo os honorários advocatícios em 15% (quinze por cento) do valor em execução, com fundamento no art. 652-A do CPC. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.(...)"".**- INT. DR(S). ALEXSANDRA DE LIMA

2) 11827-52.2015.8.06.0062/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: FRANCISCO PEREIRA DA COSTA. **""Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação. Empós, à Secretaria de vara para designar data e hora para realização de audiência de conciliação.""**.- INT. DR(S). RANIERE DE SOUSA BARROS

3) 12355-86.2015.8.06.0062/0 - Tombo: 10471 - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA REQUERIDO.: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO JARBAS DE ARAUJO - CASCAVEL-CE REQUERENTE.: MARIANA VIANNA DE ARAÚJO. **"DESPACHO: "Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação do interessado na inicial de ser necessitado de assistência judiciária e se achar em condição de pobreza jurídica. Adoto o rito previsto nos arts. 355 e seguintes, do Código de Processo Civil, por força do art. 845, do mesmo codex. Intime-se o requerido para resposta, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias, a teor do art. 357, do Código de Ritos Cíveis.""**.- INT. DR(S). CRISTINA DE OLIVEIRA SOUSA

4) 12365-04.2013.8.06.0062/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSÉ CLAIRTON LIMA FREIRES REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DEPVAT S/A. **""Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação e o petitório de fls. 134/148.""**.- INT. DR(S). CARLOS ALBERTO LOPES DA COSTA , MARCO AURELIO MARQUES DE QUEIROZ

5) 13050-74.2014.8.06.0062/0 - MONITÓRIA REQUERENTE.: CLAUDIMAR PINHEIRO CARNEIRO REQUERIDO.: JOÃO L. SOARES - EPP (IMPERIAL MADEIRAS). **"DESPACHO: "Defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação na inicial da parte autora de ser necessitada de assistência judiciária e se achar em condição de pobreza jurídica, afirmação realizada sob as penas da lei, e sob pena de pagamento do décuplo das custas judiciais. Expeça-se mandado de pagamento para que o promovido pague a importância reclamada.(...)""**.- INT. DR(S). JOSE MARIA FARIAS GOMES

6) 13113-65.2015.8.06.0062/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO LEANDRO DE ALMEIDA CARVALHO REQUERIDO.: BANCO PANAMERICANO S/A. **""Intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação de fls. 39/132."**.- INT. DR(S). ANDRÉA LOPES DE SOUZA

7) 13217-57.2015.8.06.0062/0 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: MARÍLIA FERREIRA DO NASCIMENTO. **"SENTENÇA: "(...) Isto posto, acolho o parecer ministerial e defiro o pedido autoral,ordenando a devolução do bem apreendido de propriedade da requerente.""**.

8) 135059-90.2015.8.06.0001/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BRADESCO SEGUROS S/A REQUERENTE.: GUIOMAR GOMES DA COSTA. **""Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação. Empós, à Secretaria de vara para designar data e hora para realização de audiência de conciliação.""**.- INT. DR(S). MARIANA ARAUJO MENDES , PRISCILA PINTO COSTA

9) 13547-54.2015.8.06.0062/0 - GUARDA MENOR.: EMANUELSON BARROS DA SILVA REQUERENTE.: MANOEL NELSON DO NASCIMENTO. **"DECISÃO: "(...) Defiro o requerimento de concessão dos benefícios da justiça gratuita, ante a declaração do interessado na inicial de ser necessitado de assistência judiciária e se achar em condição de pobreza jurídica, declaração realizada sob as penas da lei, e sob pena de pagamento do décuplo das custas judiciais. Determino que seja feito um estudo social do ambiente familiar onde se encontra o menor, devendo a secretaria oficiar à Secretaria de Assistência Social deste município a fim de realizar os trabalhos, e, ao final, elaborar laudo pormenorizado e detalhado, providenciando sua entrega neste juízo no prazo de 10 (dez) dias.(...)""**.- INT. DR(S). LUZIRENE GONCALVES DA SILVA

10) 16769-93.2016.8.06.0062/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA IRACILDA SEVERIANO

DA SILVA REQUERIDO.: JOSIMAR RODRIGUES ROCHA REQUERENTE.: SANDY SEVERIANO DA SILVA REQUERENTE.: SANDYLA SEVERIANO DA SILVA. **"DECISÃO: "(...) Ante o exposto, nego, por ora, o pedido de medida liminar cautelar. Cite-se a parte requerida, para, querendo, opor defesa, no prazo legal previsto no artigo 297 do Código de Processo Civil, observadas as normas dos artigos 213 a 233 do CPC na forma legal.(...)"".**- INT. DR(S). SUZY CERES E SANTOS FRANCO

11) 16775-03.2016.8.06.0062/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A REQUERIDO.: NATALIA PESSOA DA COSTA. **"DECISÃO: "(...) Ante o exposto, concede-se a liminar, a fim de determinar a imediata busca e apreensão do bem descrito na exordial, inclusive com o auxilio de força policial e demais diligências necessárias. Autorizo a nomeação para o encargo de fiel depositário o representante legal da parte autora, a ser posteriormente informado. Efetivada a apreensão, cite-se o requerido para pagar a integralidade do débito, no prazo de 05 (cinco) dias, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus, ressalvando que poderá responder a ação no prazo de 15 (quinze) dias, ainda que tenha pago o referido valor, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição.(...)"".**- INT. DR(S). MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO , ROSEANY ARAUJO VIANA

12) 16870-33.2016.8.06.0062/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ISLANA DA SILVA VAZ REPR. LEGAL.: LUCIMAR FERREIRA DA SILVA REQUERIDO.: NAZARENO MORAIS VAZ. **"DECISÃO: "Processe-se em segredo de justiça, nos termos do art. 155, II do Código de Processo Civil. Recebo a presente ação e concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita. Considerando que a obrigação alimentar deve ser partilhada entre os pais, fixo o percentual dos alimentos provisórios em 30%, que incidirá sob o valor de um salário mínimo.(...)"".**- INT. DR(S). SUZY CERES E SANTOS FRANCO

13) 4739-85.2000.8.06.0062/0 - Nº Antigo: 2000006002184 - REPARAÇÃO DE DANOS TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CASCAVEL-CE REQUERENTE.: RAIMUNDO BALTAZAR FILHO. **""Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, dar andamento ao feito ou requerer o que lhe for de direito.Em caso de inércia, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar andamento ao feito cumprindo o presente despacho ou requerer o que de direito, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do art. 267[1], III, § 1º do Código de Processo Civil.""**.- INT. DR(S). JOSE RIBAMAR FILHO

14) 546-51.2005.8.06.0062/0 - INDENIZAÇÃO REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S.A REQUERENTE.: LUIZA BARROS DA SILVA. **""Intime-se a parte requerida para manifestar-se sobre os cálculos apresentados no petitório retro.""**.- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO

15) 8751-93.2010.8.06.0062/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: FRANCISCO DE ASSIS MACIEL RODRIGUES REQUERENTE.: LOJAS LIMA LTDA.. **""Defiro o requerido no petitório retro. Tendo em vista a certidão de fls. 105v, intime-se a parte autora, para no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar requerendo o que lhe for de direito.""**.- INT. DR(S). FREDERICO BANDEIRA FERNANDES , SAID GADELHA GUERRA JUNIOR

16) 895-25.2003.8.06.0062/0 - REPARAÇÃO DE DANOS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL - CE REQUERENTE.: SOLON FERREIRA DE QUEIROZ NETO ."**"Tendo em vista o contido no ofício de fls. 186/187, intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestem. Passado o prazo, sigam os autos com vista ao Ministério Público.""**- INT. DR(S). ELZA RODRIGUES BERNARDINO , RONALD ARAGAO XAVIER .

COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL

Juiz(a) Titular : TACIO GURGEL BARRETO
Diretor(a) de Secretaria: CRISTIANO ALVES HOLANDA
EXPEDIENTE nº 05/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
SP/53974	1		CE/8012	1
CE/16539	1		/	1
CE/26483	2		/	2
CE/10395	3		/	3
CE/4968	4		/	4
CE/7030	5		/	5
CE/26373	6		/	6
CE/18681	7		/	7
CE/16539	8		/	8
CE/11860	9		CE/27674	9
/	9			

1) 10292-30.2011.8.06.0062/0 - Tombo: 3245 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAÚ S.A. REQUERENTE.: LUIS JAIME FERREIRA FILHO. **"SENTENÇA: As partes são regularmente capazes e o acordo celebrado revela-se lícito. Ante o exposto, homologo o acordo celebrado entre as partes, às fls. 66/67, e, em consequência, extingo o presente processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários de sucumbência (lei nº 9.099/95, artigo 54 e 55).".**- INT. DR(S). ERNESTO A. DE CARVALHO , MOISES

NETO DE OLIVEIRA , PEDRO JAZON DE SOUSA CRISOSTOMO

2) 11335-94.2014.8.06.0062/0 - Tombo: 12290 - AÇÃO PENAL REU.: FRANCISCA EDINALVA OLIVEIRA RODRIGUES. **"Informo por ordem do MM. Juiz de Direito Tácio Gurgel Barreto, que a audiência designada para o dia 01 de fevereiro de 2016, às 11:00 horas não se realizará, sendo a mesma REMARCADA para o dia 15 de março de 2016, às 09:00 horas, intimando o mesmo a comparecer à Sala das Audiências da 2ª Vara da Comarca para participar da audiência de instrução e julgamento.".**- INT. DR(S). TALES DIEGO DE MENEZES

3) 11544-63.2014.8.06.0062/0 - Tombo: 12698 - AÇÃO PENAL REU.: LEILIANE DA SILVA OLIVEIRA. **"Informo por ordem do MM. Juiz de Direito Tácio Gurgel Barreto, que a audiência designada para o dia 01 de fevereiro de 2016, às 14:00 horas não se realizará, sendo a mesma REMARCADA para o dia 15 de março de 2016, às 11:00 horas, intimando o mesmo a comparecer à Sala das Audiências da 2ª Vara da Comarca para participar da audiência de instrução e julgamento.".**- INT. DR(S). ZACARIAS ANTONIO OLIVEIRA PINTO

4) 12680-61.2015.8.06.0062/0 - Tombo: 12614 - AÇÃO PENAL REU.: ILMA DE SOUZA SILVA. **"Para comparecer à Sala das Audiências da 2ª Vara da Comarca de Cascavel/CE., no dia 21 de março de 2016, às 13:30 horas, para participar da audiência de instrução e julgamento.".**- INT. DR(S). FRANCISCO JOSE BEZERRA GOMES

5) 12741-19.2015.8.06.0062/0 - Tombo: 12600 - AÇÃO PENAL REU.: ANDRÉ NUNES DA SILVA. **"Para comparecer à Sala das Audiências da 2ª Vara da Comarca de Cascavel/CE., no dia 04 de abril de 2016, às 10:00 horas, para participar da audiência de instrução e julgamento.".**- INT. DR(S). FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS

6) 12813-06.2015.8.06.0062/0 - Tombo: 12615 - AÇÃO PENAL VITIMA.: A SOCIEDADE REU.: FRANCISCA EDINALVA OLIVEIRA RODRIGUES REU.: LEILIANE DA SILVA OLIVEIRA. **"Informo por ordem do MM. Juiz de Direito Tácio Gurgel Barreto, que a audiência designada para o dia 01 de fevereiro de 2016, às 13:00 horas não se realizará, sendo a mesma REMARCADA para o dia 15 de março de 2016, às 10:00 horas, intimando o mesmo a comparecer à Sala das Audiências da 2ª Vara da Comarca para participar da audiência de instrução e julgamento.".**- INT. DR(S). EMMANUEL SARAIVA FERREIRA

7) 13146-55.2015.8.06.0062/0 - Tombo: 13662 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ADONIAS SILVA PEIXOTO (REP. POR ELIANE SILVA PEIXOTO). **"Intimação para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer réplica à contestação do réu, nos termos do artigo 327 do CPC.".**- INT. DR(S). NEWTON VASCONCELOS MATOS TEIXEIRA

8) 13294-66.2015.8.06.0062/0 - Tombo: 4494 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: RAIMUNDO PEREIRA MIRANDA. **"DECISÃO: Destarte, restando, a meu ver, manifestadamente demonstrando os pressupostos para a concessão da tutela antecipada, sendo forçoso reconhecer que a antecipaçao dos efeitos da tutela deve ser concedida, e assim, restabelecer o fornecimento de energia elétrica na residência do promovente. Em razão disso tudo, inverto, desde já, o ônus da prova, e concedo, liminarmente, a antecipação dos efeitos da tutela vindicada na exordial, para, com isso, determinar que a COELCE restabeleça o fornecimento de energia elétrica na residência do autor, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da presente decisão, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 20 (vinte) salários mínimos. Intimação para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 01/03/2016, às 09:40 horas.".**- INT. DR(S). PEDRO JAZON DE SOUSA CRISOSTOMO

9) 16926-66.2016.8.06.0062/0 - Tombo: 13868 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: SISTEMA DE SAUDE VICENTINA MARGARIDA NASEAU ."**DECISÃO INICIAL: Destarte, é forçoso reconhecer a necessidade e a utilidade da medida antecipatória vindicada pela parte autora, bem como da imposição de providência garantidora da efetividade desta medida e da medida contracautelar em favor da parte requerida. Em razão disso, concedo a antecipação dos efeitos da tutela, a fim de determinar ao MUNICÍPIO DE CASCAVEL o repasse imediato, em no máximo 48 horas, das verbas contratadas no convênio, sob pena de multa díária no valor de R$ 30.000,00 (tinta mil reais), a ser revestida em favor da requerente, devendo a parte autora, de outro lado, enquanto medida contracautelar, apresentar plano de regularização dos débitos fiscais, no prazo de 30 dias, sob pena de revogação dos efeitos da decisão concessiva da presente medida antecipatória."**- INT. DR(S). JARDSON SARAIVA CRUZ , JOANA IZABEL ALVES VALE .

COMARCA DE CATARINA - VARA UNICA DA COMARCA DE CATARINA

Juiz(a) Substituto : WELITHON ALVES DE MESQUITA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA VALDENIA BEZERRA RIBEIRO
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/32165	1		/	1
CE/27989	2		/	2

1) 2994-76.2014.8.06.0063/0 - AÇÃO PENAL REU.: FRANCISCA DAUVIRENE ALVES DA SILVA VITIMA.: JOSÉ MARTINS BATISTA REU.: RENAN TADEU DOS SANTOS. **"FICA INTIMADO para apresentar as alegações finais no prazo legal de 05 (cinco) dias.".**- INT. DR(S). FRANCISCO JURANDIR TENORIO JUNIOR

2) 3110-82.2014.8.06.0063/0 - AÇÃO PENAL REU.: MARCIANO AVELINO DE SOUZA VITIMA.: VALERIA RODRIGUES AVELINO ."**FICA INTIMADO para comparecer à audiência de continuação da instrução e julgamento designada para o dia**

19/05/2016., às 9:30 horas, no Fórum local de Catarina-CE.”- INT. DR(S). RENAN BARROS GUEDES .

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

AÇÃO DE INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº 221-34.2009.8.06.0063/0
REQUERENTE: Marineide Calixto dos Santos
INTERDITANDO: Antonio Calixto dos Santos
JUSTIÇA GRATUITA

0 Dr. LUIS EDUARDO GIRÃO MOTA, MM. Juiz de Direito Auxiliar da 2ª Zona Judiciária respondendo por esta Comarca de Catarina, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que tendo em vista o requerimento formulado por MARINEIDE CALIXTO DOS SANTOS, foi decretada por este Juízo a INTERDIÇÃO de ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, constatando que o mesmo é portador de CID G 40.9, atestado por perícia médica, não tendo capacidade de se responsabilizar por seus atos, tudo de conformidade com a sentença deste Juízo, datada de 17/12/2015 ,prolatada nos autos acima mencionados, tendo sido nomeada a Sra. MARINEIDE CALIXTO DOS SANTOS, CURADORA do interditando, cujo munus será exercido sem limites enquanto persistir a anomalia psíquica. E para que de fato ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça por três vezes, com intervalo de dez (10) dias, na forma do art. 1.184, do CPC e afixado no átrio desse Fórum. Obs: A requerente encontra-se sob o pálio da justiça gratuita. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Catarina, Estado do Ceará, aos 25 de janeiro de 2016. Eu Técnica Judiciária, o digitei e o subscrevi.

Eduardo Mota
JUIZ DE DIREITO AUXILIAR respondendo

COMARCA DE CATUNDA - VARA UNICA VINCULADA DE CATUNDA

Juiz(a) Titular : JOSE VALDECY BRAGA DE SOUSA
Diretor(a) de Secretaria: MARIA GILSILENE BEZERRA LOPES
EXPEDIENTE nº 04/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/27916	1		/	1
CE/27916	2		/	2
CE/27916	3		/	3
CE/27916	4		/	4
CE/27916	5		/	5
CE/27916	6		/	6
CE/27916	7		/	7
CE/27916	8		/	8
CE/27916	9		/	9
CE/27916	10		CE/30845	10
/	10		CE/27916	11
/	11		CE/27916	12
/	12		CE/27916	13
/	13		CE/27916	14
/	14		CE/27916	15
CE/30845	15		/	15
CE/27916	16		CE/30845	16
/	16		CE/27916	17
CE/30845	17		/	17
CE/27916	18		CE/30845	18
/	18		CE/27916	19
CE/30845	19		/	19
CE/27916	20		CE/30845	20
/	20		CE/27916	21
CE/30845	21		/	21
CE/27916	22		CE/30845	22
/	22		CE/27916	23
/	23		CE/27916	24
/	24		CE/27916	25
/	25		CE/27916	26
/	26		CE/27916	27
/	27		CE/27916	28
/	28		CE/27916	29
/	29		CE/27916	30
/	30		CE/27916	31
/	31		CE/27916	32
CE/30845	32		/	32

CE/27916	33		CE/30845	33
/	33		CE/27916	34
CE/30845	34		/	34
CE/27916	35		CE/30845	35
/	35		CE/27916	36
CE/30845	36		/	36
CE/27916	37		CE/30845	37
/	37		CE/27916	38
CE/30845	38		/	38
CE/27916	39		CE/30845	39
/	39		CE/27916	40
CE/30845	40		/	40
CE/27916	41		CE/30845	41
/	41		CE/27916	42
CE/30845	42		/	42
CE/27916	43		CE/30845	43
/	43		CE/11081	44
/	44		CE/32401	45
/	45			

1) 131-26.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINACIAMENTOS S.A. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 11:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

2) 132-11.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 11:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

3) 133-93.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S. A.. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 11:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

4) 134-78.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 11:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

5) 135-63.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 14:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

6) 136-48.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 14:20 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

7) 137-33.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 14:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

8) 138-18.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 14:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

9) 139-03.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 14:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

10) 140-85.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 14:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

11) 141-70.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 09:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

12) 142-55.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 09:20 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

13) 143-40.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 08:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

14) 144-25.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 09:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

15) 148-62.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 09:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

16) 149-47.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 09:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

17) 150-32.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO INDUSTRIAL. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 16:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

18) 151-17.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM - S/A. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 16:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

19) 152-02.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO INDUSTRIAL. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 16:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

20) 153-84.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO INDUSTRIAL. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 16:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

21) 154-69.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 08:45 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

22) 155-54.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: AMADEUS GOMES DA SILVA REQUERIDO.: BANCO CIFRA L. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 16:20 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

23) 261-16.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 15:20 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

24) 262-98.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 10:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

25) 263-83.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 10:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

26) 264-68.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG., REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 09:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

27) 265-53.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 10:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

28) 266-38.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 10:20 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

29) 267-23.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIN S/A REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 16:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

30) 268-08.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S. A. REQUERENTE.: PEDRO FREIRES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 13:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

31) 269-90.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL FINANCIAMENTO REQUERENTE.: PEDRO FREIRE DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 15:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA

32) 286-29.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 15:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

33) 287-14.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 10:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

34) 288-96.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 10:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

35) 289-81.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORATIM S/A REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 15:50 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

36) 290-66.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BONSUCESSO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 15:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

37) 291-51.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 11:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

38) 292-36.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO DE DESCONTOS S/A REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 13:20 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

39) 293-21.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 13:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

40) 294-06.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 13:10 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

41) 295-88.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRADESCO S.A REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 15:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

42) 296-73.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINACIAMENTO S.A. REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 13:30 hrs, na sala de audiências do Fórum Local.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

43) 304-50.2015.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S. A. REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 26 de fevereiro às 13:40 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDNALDO ANDRADE FERREIRA , RONDINELE RODRIGUES DE OLIVEIRA

44) 323-56.2015.8.06.0189/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: AISSA MARGARIDA FARIAS XIMENES REQUERIDO.: FRANCISCO MESQUITA XIMENES FILHO REPR. LEGAL.: JHOSEKELLY FARIAS MUNIZ. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, que será realizada no dia 03 de fevereiro de 2016, às 09:00 hrs, na sala de audiência do Fórum Local."**.- INT. DR(S). JOÃO PAULO JUNIOR

45) 348-40.2013.8.06.0189/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIA CHAVES DO NASCIMENTO REQUERIDO.: LEADER S/A ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO ."**Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer à audiência de conciliação, no dia 05 de fevereiro às 12:00 hrs, na sala de audiências do Fórum Local."**- INT. DR(S). MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI .

COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ, Juiz de Direito respondendo pela 1a Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do MUNICIPIO DE CAUCAIA, foi requerida uma Ação de EXECUÇÃO FISCAL, devidamente registrada nesta Secretaria sob o Nº 289-54.2004.8.06.0064/0, contra WALTER DE BORBA E VELOSO, e como consta está o (a) mesmo (a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o (a) MM. Juiz (a) de Direito expedir o presente edital ficando CITADO (A) (S), WALTER DE BORBA E VELOSO de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco (05) dias, quitar a dívida no valor R$ 6.324,82 (seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também CIENTIFICADO (A) de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo (a) mesmo (a) como verdadeiros os fatos articulados pelo (a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 28 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Jamila da Silva Miranda Oliveira, Técnica Judiciária "ad hoc", digitei. E eu, Roberta Christie Pereira da Silva, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO - RESPONDENDO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ, Juiz de Direito respondendo pela 1a Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte da UNIÃO, foi requerida uma Ação de EXECUÇÃO FISCAL, devidamente registrada nesta Secretaria sob o Nº 413-95.2008.8.06.0064/0, contra FRANCISCO FERNANDO DE ARAUJO RESTAURANTE - ME, e como consta está o (a) mesmo (a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o (a) MM. Juiz (a) de Direito expedir o presente edital ficando CITADO (A) (S), FRANCISCO FERNANDO DE ARAUJO RESTAURANTE ME NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco (05) dias, quitar a dívida no valor R$ 13.872,97 (treze mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também CIENTIFICADO (A) de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo (a) mesmo (a) como verdadeiros os fatos articulados pelo (a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 28 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Jamila da Silva Miranda Oliveira, Técnica Judiciária "ad hoc", digitei. E eu, Roberta Christie Pereira da Silva, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO - RESPONDENDO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ, Juiz de Direito respondendo pela 1a Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do MUNICIPIO DE CAUCAIA, foi requerida uma Ação de EXECUÇÃO FISCAL, devidamente registrada nesta Secretaria sob o Nº 1756-29.2008.8.06.0064/0, contra F.J. CARNEIRO ALBUQUERQUE, e como consta está o (a) mesmo (a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o (a) MM. Juiz (a) de Direito expedir o presente edital ficando CITADO (A) (S), F.J. CARNEIRO ALBUQUERQUE NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco (05) dias, quitar a dívida no valor R$ 678,08 (seiscentos e setenta e oito reais e oito centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também CIENTIFICADO (A) de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo (a) mesmo (a) como verdadeiros os fatos articulados pelo (a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 28 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Jamila da Silva Miranda Oliveira, Técnica Judiciária "ad hoc", digitei. E eu, Roberta Christie Pereira da Silva, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO - RESPONDENDO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ, Juiz de Direito respondendo pela 1a Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do MUNICIPIO DE CAUCAIA, foi requerida uma Ação de EXECUÇÃO FISCAL, devidamente registrada nesta Secretaria sob o Nº 7523-14.2009.8.06.0064/0, contra 3 D. CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA, e como consta está o (a) mesmo (a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o (a) MM. Juiz (a) de Direito expedir o presente edital ficando CITADO (A) (S), 3 D. CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco (05) dias, quitar a dívida no valor R$ 2.299,89 (dois mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também CIENTIFICADO (A) de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo (a) mesmo (a) como verdadeiros os fatos articulados pelo (a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 28 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Jamila da Silva Miranda Oliveira, Técnica Judiciária “ad hoc”, digitei. E eu, Roberta Christie Pereira da Silva, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO - RESPONDENDO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ, Juiz de Direito respondendo pela 1a Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte do MUNICIPIO DE CAUCAIA, foi requerida uma Ação de EXECUÇÃO FISCAL, devidamente registrada nesta Secretaria sob o Nº 8167-88.2008.8.06.0064/0, contra GEMAC COMERCIAL E TECNICA S/A, e como consta está o (a) mesmo (a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o (a) MM. Juiz (a) de Direito expedir o presente edital ficando CITADO (A) (S), GEMAC COMERCIAL E TECNICA S/A NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL de todo teor da ação supramencionada para com base no art. 8º da Lei 6.830/80 no prazo de cinco (05) dias, quitar a dívida no valor R$ 975,48 (novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargos do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear bens para garantir a Execução, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem a integral satisfação da dívida. Ficando também CIENTIFICADO (A) de que tem prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo (a) mesmo (a) como verdadeiros os fatos articulados pelo (a) exequente. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 28 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Jamila da Silva Miranda Oliveira, Técnica Judiciária “ad hoc”, digitei. E eu, Roberta Christie Pereira da Silva, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO - RESPONDENDO

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE QUINZE DIAS. O DOUTOR FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ, Juiz de Direito respondendo pela 1a Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por parte de RAFAEL DA SILVA DUARTE, foi requerida uma Ação de INTERDITO PROIBITÓRIO, devidamente registrada nesta Secretaria sob o Nº 45637-80.2013.8.06.0064/0, contra NASTHIALISE LIVERA CARDONHA, e como consta está o (a) promovente RAFAEL DA SILVA DUARTE (a) em local incerto e não sabido, pelo que mandou o (a) MM. Juiz (a) de Direito expedir o presente edital ficando INTIMADO (A) (S), RAFAEL DA SILVA DUARTE para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, demostrar interesse no feito sob pena de extinção, nos termos do artigo 267, § 1º do CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 28 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Jamila da Silva Miranda Oliveira, Técnica Judiciária “ad hoc”, digitei. E eu, Roberta Christie Pereira da Silva, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO BISERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ
JUIZ DE DIREITO - RESPONDENDO

Juiz(a) Substituto : MARIA VALDILENY SOMBRA
Diretor(a) de Secretaria: ROBERTA CHRISTIE PEREIRA MACIEL
EXPEDIENTE nº 9/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/8195	1		CE/16252	1
CE/15877	1		/	1
CE/6207	2		/	2
CE/20565	3		CE/18682	3
/	3		CE/12498	4
CE/13500	4		CE/14458	4
SC/7701	4		RJ/48812	4
/	4		CE/15955	5
CE/12008	5		CE/13174	5
CE/19937	5		CE/6241	5
/	5		CE/22795	6
/	6		CE/26501	7

CE/25462	7		CE/25295	7
/	7		CE/27422	8
CE/24331	8		/	8
CE/15310	9		CE/15067	9
/	9		CE/6246	10
/	10		PR/47733	11
PR/37007	11		/	11
CE/31219	12		/	12
SP/230206	13		/	13
CE/6246	14		CE/17609	14
/	14		CE/6622	15
/	15		CE/13867	16
/	16		SP/129055	17
SP/180743	17		/	17
CE/21292	18		RJ/57069	18
CE/8779	18		/	18

1) 1211-90.2007.8.06.0064/0 - AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERIDO.: ESPOLIO DE DOMINGOS JOSE BRASILEIRO PONTES REQUERENTE.: O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA REU.: RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS. **"AGUARDE-SE O TÉRMINO DO MOVIMENTO PAREDISTA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA. APÓS, EXPEÇA-SE NOVO MANDADO DE CITAÇÃO.".**- INT. DR(S). AUGUSTO CESAR RODRIGUES VIANA PONTE , DANIEL TEOFILO DE SOUZA , TIBERIO DE MELO CAVALCANTE

2) 2436-58.2001.8.06.0064/0 - Nº Antigo: 0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERIDO.: ANTONIA SOLANGE DE SOUSA GUIMARAES REQUERENTE.: BANCO ABN AMRO REAL S.A TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"INTIME-SE O EXEQUENTE PARA QUE INDIQUE O VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO CORRETAMENTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS, ESCLARECENDO QUE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOMENTE DEVE SER REALIZADA APÓS O CÁLCULO DO VALOR DO DÉBITO CONSOANTE O VALOR DA CAUSA CONSTANTE NA EXORDIAL.".**- INT. DR(S). SILVIO CESAR FARIAS

3) 33513-70.2010.8.06.0064/0 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE REQUERENTE.: DIBENS - LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL REQUERIDO.: NILCEIA NAZARE COSTA DA SILVA. **"TENDO EM VISTA QUE JÁ FOI REALIZADA A PESQUISA REQUESTADA, CONFORME SE INFERE À FL. 77, INDEFIRO O PETITÓRIO DE FL. 82.DESTA FEITA, INTIME(M)-SE O(A)(S) PROMOVENTE(S) PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO, NO PRAZO DE DEZ DIAS.".**- INT. DR(S). ALINE SILVA LEMOS , NELSON PASCHOALOTTO

4) 34895-64.2011.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO CARLOS COSTA CARVALHO REQUERENTE.: DIOMAR QUEIROZ DUARTE REQUERIDO.: FEDERAL DE SEGUROS REQUERENTE.: FRANCINILDA DA SILVA OLIVEIRA REQUERENTE.: FRANCISCA HOLANDA DE LIMA REQUERENTE.: MANOEL DIAS DE LIMA REQUERENTE.: MARCOS GLEYDSON DA CONCEIÇAO SOUZA REQUERENTE.: MARIA ADRIANA DE CASTRO REQUERENTE.: MARIA APARECIDA DOS SANTOS REQUERENTE.: RITA DE CASSIA MELO NASCIMENTO REQUERENTE.: SEBASTIAO GONÇALVES LIMA FILHO. **"9. NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO SUPRA E, MORMENTE, DIANTE DO MANIFESTO INTERESSE DEMONSTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA DEMANDA, EM RELAÇÃO AOS AUTORES CUJOS CONTRATOS ENCONTRAM-SE VINCULADOS AO RAMO 66 (RITA DE CÁSSIA MELO NASCIMENTO, FRANCINILDA DA SILVA OLIVEIRA, SEBASTIÃO GONÇALVES LIMA FILHO, MARCOS GLEYDSON DA CONCEIÇÃO SOUZA, MANOEL DIAS DE LIMA, MARIA PARECIDA DOS SANTOS, MARIA ADRIANA DE CASTRO, FRANCISCA HOLANDA DE LIMA E DIOMAR QUEIROZ DUARTE), DECLINO DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR A PRESENTE AÇÃO EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL, COM ESPEQUE NO ARTIGO 109, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.10. MANTENHA-SE NESTE JUÍZO SOMENTE OS PEDIDOS INICIAIS EM RELAÇÃO AO AUTOR, SR. ANTONIO CARLOS COSTA CARVALHO, DIANTE DA FALTA DE INTERESSE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO LITÍGIO EM RELAÇÃO A ESTE DEMANDANTE.11. EXPEÇA-SE, POIS, OFÍCIO À JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ, REMETENDO OS PRESENTES AUTOS DESMEMBRADOS, NOS CASOS DOS PROMOVENTES RELACIONADOS NO ITEM 9, PARA FINS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 113, §2º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.".**- INT. DR(S). DHEYNE MARQUES VIDAL LIRA , JOSE MARIA VALE SAMPAIO , LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA , MARIO MARCONDES NASCIMENTO , ROSANGELA DIAS GUERREIRO

5) 37382-70.2012.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: CAIXA SEGURADORA S/A REQUERENTE.: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA NUNES REQUERENTE.: FRANCISCO SILVESTRE DE SOUSA REQUERENTE.: JOSE CARLOS FERREIRA DA SILVA REQUERENTE.: MARIA DAS DORES SOARES CAVALCANTE REQUERENTE.: MARIA HELIANE DA SILVA ALVES REQUERENTE.: MARIA JOSE ARAUJO LIMA REQUERENTE.: MARIA VALDERINA DE SOUSA SENA REQUERENTE.: MARIANO GOMES DE ABREU REQUERENTE.: RAIMUNDO BRITO DE SOUSA REQUERENTE.: TEREZINHA BARBOSA DOS SANTOS REQUERENTE.: VANDERBIL DOS SANTOS SILVA. **"8. NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO SUPRA E, MORMENTE, DIANTE DO MANIFESTO INTERESSE DEMONSTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA DEMANDA, INCLUSIVE APRESENTANDO FARTA DOCUMENTAÇÃO (FLS. 402/433), DECLINO DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR A PRESENTE AÇÃO EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL, COM ESPEQUE NO ARTIGO 109, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.9. EXPEÇA-SE, POIS, OFÍCIO À JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ, REMETENDO OS PRESENTES AUTOS PARA FINS DE DISTRIBUIÇÃO.10. INTIMEM-SE.".**- INT. DR(S). ARQUIMEDES BUCAR LAGES CARVALHO , CAIO VALERIO GONDIM REGINALDO FALCAO , CHRISTIANO PEREIRA DE ALENCAR , MARIA ROSA DE CARVALHO LEITE NETA , NEUMAYER DE SOUSA MAIA

6) 37934-69.2011.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REPR. LEGAL.: ANTONIO LUIZ DE ARAUJO MENEZES REQUERENTE.: CAMARA MUNICIPAL DE CAUCAIA REQUERIDO.: LAURO MENDES DA SILVA SORVETES ME. **" ACERCA DA(S) INFORMAÇÃO(ÕES) DE FL.88, MANIFESTE-SE O(A)(S) DEMANDANTE(S).".**- INT. DR(S). JOSE VANDERLEI MARQUES VERAS

7) 38160-69.2014.8.06.0064/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A REQUERIDO.: JULIANA TAVARES LEITE. **"ACERCA DA CERTIDÃO DE FL. 98V, MANIFESTE(M)-SE O(A)(S) PROMOVENTE(S)."**.- INT. DR(S). CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ , ROCHELLE BESSA RAMOS GURGEL , TIAGO AQUERY MORAES DE ARAGAO

8) 38941-91.2014.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A REQUERENTE.: JULIANA TAVARES LEITE. **"ACERCA DA INFORMAÇÃO DE FL. 74, MANIFESTE(M)-SE O(A)(S) PROMOVENTE(S)."**.- INT. DR(S). ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES , VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA

9) 440-10.2010.8.06.0064/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: B.V FINANCEIRA S.A C.F.I REQUERIDO.: MARIA DO LIVRAMENTO CARDOSO BARBOSA. **"TENDO EM VISTA A IMPROCEDÊNCIA DA APELAÇÃO E O TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO DE FLS. 91/93V, ARQUIVEM-SE OS PRESENTES AUTOS."**.- INT. DR(S). ANTONIO EDILSON MOURAO , EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA

10) 4529-81.2007.8.06.0064/0 - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE REQUERIDO.: ALTERNATIVA MANUTENÇAO INDUSTRIAL LTDA REQUERENTE.: FERNANDA SILVA PEREZ REQUERIDO.: GENOVA NOGUEIRA GUEDES REQUERIDO.: LUIZ ALBERTO ARRUDA FILHO. **"TENDO EM VISTA A INFORMAÇÃO FL(S). 69, BEM COMO A RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA EM INFORMAR O ENDEREÇO CORRETO NA INICIAL OU A SUA POSTERIOR ALTERAÇÃO, CONSOANTE O DISPOSTO NO ARTIGO 238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REPUTO COMO VÁLIDA E EFICAZ A(S) INTIMAÇÃO(ÕES) DE FL(S). 69.DESTA FEITA, CONSIDERANDO A INSTAURAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL E O TEOR DA SÚMULA Nº 240 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INTIME(M)-SE O(S) PROMOVIDO(S) PARA QUE SE MANIFESTE(M) ACERCA DA EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM RAZÃO DA NEGLIGÊNCIA DA PARTE AUTORA EM PROMOVER O REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO (ARTIGO 267, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB PENA DE CONCORDÂNCIA.SÚMULA Nº 240 DO STJ - ¿A EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR, DEPENDE DE REQUERIMENTO DO RÉU¿."**.- INT. DR(S). JORGE FERRAZ NETO

11) 4772-54.2009.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIO DO BANCO DO BRASIL - PREVI REQUERIDO.: EDSON PEREIRA CUTRIM REQUERIDO.: MARLENE MARIA REGO CUTRIM. **"CONSIDERANDO AS CERTIDÕES DE FLS. 107/109, QUE ATESTAM NÃO TER HAVIDO BLOQUEIO DE VALORES ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO BACENJUD, TENDO EM VISTA NÃO CONSTAR SALDOS POSITIVOS NAS CONTAS DO EXECUTADO(A), INTIME-SE O EXEQUENTE, PARA SE MANIFESTAR NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS."**.- INT. DR(S). ANA PRISCILA FURST , PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN

12) 48472-70.2015.8.06.0064/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BANCO BRADESCO S/A REQUERIDO.: JOAO MARCELO LIMA MARTINS. **"DESTARTE, INTIME-SE O AUTOR PARA EMENDAR A INICIAL, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, COMPROVANDO A MORA, MEDIANTE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, CONSOANTE DETERMINA O ARTIGO 2°, §2°, DO DECRETO-LEI 911/69, SOB PENA DE EXTIÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO."**.- INT. DR(S). RAFAELL CAMINHA DE FREITAS

13) 4906-23.2005.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ICANE- INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERIDO.: TRANSPORTADORA RINALDO GARCIA LTDA. **"TENDO EM VISTA A INFORMAÇÃO FL(S). 96/97, BEM COMO A RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA EM INFORMAR O ENDEREÇO CORRETO NA INICIAL OU A SUA POSTERIOR ALTERAÇÃO, CONSOANTE O DISPOSTO NO ARTIGO 238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REPUTO COMO VÁLIDA E EFICAZ A(S) INTIMAÇÃO(ÕES) DE FL(S). 95.DESTA FEITA, CONSIDERANDO A INSTAURAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL E O TEOR DA SÚMULA Nº 240 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INTIME(M)-SE O(S) PROMOVIDO(S) PARA QUE SE MANIFESTE(M) ACERCA DA EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM RAZÃO DA NEGLIGÊNCIA DA PARTE AUTORA EM PROMOVER O REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO (ARTIGO 267, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL), NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB PENA DE CONCORDÂNCIA.SÚMULA Nº 240 DO STJ - ¿A EXTINÇÃO DO PROCESSO, POR ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR, DEPENDE DE REQUERIMENTO DO RÉU¿."**.- INT. DR(S). JOSE DANIEL LINS MELO

14) 506-24.2009.8.06.0064/0 - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA IMPUGNADO.: FERNANDA SILVA PEREZ IMPUGNANTE.: GENOVA NOGUEIRA GUEDES IMPUGNANTE.: LUIZ ALBERTO ARRUDA FILHO. **"INCLUA-SE NA PAUTA DE JULGAMENTO, CONSIDERANDO A ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO E PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO (SE EXISTENTE)."**.- INT. DR(S). JORGE FERRAZ NETO , RICARDO GONCALVES PINHEIRO

15) 5701-29.2005.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: BANCO BRADESCO S.A REQUERIDO.: JOSE PEREGRINO DIAS DE CARVALHO REQUERIDO.: LABORATORIO ODALY SOARES LTDA REQUERIDO.: MARIA DE FATIMA CAVALCANTE SOARES. **"TENDO EM VISTA A CERTIDÃO SUPRA, INTIME-SE O CAUSÍDICO DOS PROMOVIDOS PARA REGULARIZAR A REPRESENTAÇÃO, NO PRAZO DE QUINZE DIAS, SOB PENA DO ATO CONTESTATÓRIO SER CONSIDERADO INEXISTENTE, COM FULCRO NO ARTIGO 37, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL."**.- INT. DR(S). WELLINGTON ROCHA LEITAO FILHO

16) 6111-82.2008.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSS INTITUTO NACIONAL DE S. SOCIAL REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA DA COSTA RIBEIRO. **"ACERCA DO LAUDO PERICIAL DE FLS. 133/136, MANIFESTE(M)-SE OS LITIGANTES, NO PRAZO COMUM DE DEZ DIAS."**.- INT. DR(S). CHRISTINA DE MORAIS MENDONCA

17) 6775-79.2009.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ALDO CARNEIRO EMBIRUSSU REQUERENTE.: CAIXA BENEFICENTE FUNCIONARIO DO ESTADO SÃO PAULO. **"ACERCA DA INFORMAÇÃO(ÕES) DE FL(S). 134V, MANIFESTE-SE O(A)(S) PROMOVENTE(S)."**.- INT. DR(S). LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA , NEUZA TERESA DA

LUZ

18) 7955-33.2009.8.06.0064/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA MEIRE CARDOSO GOMES REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A .**"TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO, CONSOANTE ACÓRDÃO DE FLS. 161V/163V, INTIME-SE A PROMOVENTE PARA CUMPRIR O DESPACHO DE FLS. 111/111V, NO PRAZO DE DEZ DIAS, PROMOVENDO A EMENDA DA INICIAL, SOB AS PENAS DO ARTIGO 284, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL."**- INT. DR(S). JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA , JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA , VALERIA JACO VALE ADJAFRE .

COMARCA DE CAUCAIA - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Juiz(a) Titular : ELIZABETE SILVA PINHEIRO
Diretor(a) de Secretaria: ANA CLAUDIA MAIA CAMINHA
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12119	1		/	1
CE/8327	2		/	2

1) 37885-86.2015.8.06.0064/0 - ADOÇÃO REQUERIDO.: ANTONIA MARA BENTO CRIANÇA/ADOLESCENTE.: J. M. B. REQUERENTE.: JUAREZ DE SOUSA PINHEIRO REQUERENTE.: MAIZA CAVALCANTE MOURA. **""Fica Vossa Senhoria INTIMADA na qualidade de Advogada constituída nos autos para comparecer acompanhada do Sr. Juarez de Sousa Pinheiro e Sra. Maiza Cavalcante Moura e de suas próprias testemunhas (no máximo três), à sala de audiências da Vara Única da Infância e Juventude de Caucaia, para audiência de instrução designada para o dia 04 de Abril de 2016 às 11:00 horas, nos autos da ação retro mencionada"."**- INT. DR(S). ANTONIA NARCELIA SARAIVA CAVALCANTE COELHO

2) 45941-11.2015.8.06.0064/0 - GUARDA REQUERIDO.: FRANCISCA CRISVANIA CANDIDA DE LIMA MENOR.: J. R. DE L. C. REQUERENTE.: JOSE VANDECIO CORREIA LIMA MENOR.: PEDRO RYAN DE LIMA CORREIA ."**"Fica Vossa Senhoria INTIMADA na qualidade de Advogada constituída nos autos, a comparecer acompanhada do requerente Sr. José Vandécio Correia Lima e das testemunhas arroladas na inicial, à sala de audiências da Vara da Infância e Juventude de Caucaia, para audiência de instrução designada para o dia 25 de Abril de 2016 às 09 horas, nos autos da ação retro mencionada"."**- INT. DR(S). JOSE ITAMAR EVANGELISTA DE ALMEIDA .

COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

Processo nº 44235-27.2014.8.06.0064/0.
Acusado(s): André Felipe Teixeira Mota
Vítima(s): Patrícia Guimarães da Silva
Infração ao art. 129, § 9 e 147, do CPB, aplicando-se ainda a Lei 11.340/06.
Advogado(s): Dra. Mary Alyson Aguiar Ximenes, OAB/CE 29.810.

Intimo a Vossa Senhoria, na qualidade de advogado do acusado, para no prazo de 10 (dez) dias, responder a acusação por escrito, quando se poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa.

Processo nº 42770-51.2012.8.06.0064/0.
Acusado(s): Edmilson Pereira de Souza
Vítima(s): Clemilda Amaral dos Santos
Infração ao art. 147, caput, do CP, c/c art. 5° da Lei 11.340/06.
Advogados: Dr. Francisco Erivaldo Rodrigues, OAB/CE 12.976.

Intimo Vossa Senhoria na qualidade de advogado do acusado, para o oferecimento de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

Processo nº 46978-10.2014.8.06.0064/0
Acusado: José Adailton Pinheiro Ferreira
Vítima: Zenaide Maria de Sousa
Infração ao art. 129, § 9° do CP, c/c art. 5°, I e 7°, II da Lei 11.340/06.
Advogado(s): Dr. Audízio Ferreira Lima, OAB/CE 11.225.

Intimo a Vossa Senhoria, na qualidade de advogado do(s) acusado(s), de todo teor da sentença de fls. 72/73, na qual o réu foi absolvido.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.
Processo nº 45377-03.2013.8.06.0064/0. O DOUTOR MAGNO GOMES DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA 3A. VARA CRIMINAL TITULAR DA COMARCA DE CAUCAIA, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por este Juízo tramita uma ação PENAL promovida pela JUSTIÇA PÚBLICA, contra VITOR DE AZEVEDO MOURA, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital cuja 2a. Via será afixado no local de costume, para a INTIMAÇÃO do acusado VITOR DE AZEVEDO MOURA, brasileiro, solteiro,

nascido aos 09/12/1993, filho de Adamir de Azevedo Moura, atualmente em lugar incerto e não sabido, acerca da sentença de fls. 98/102, que condena o réu, cuja parte conclusiva é a seguinte: "Isto posto, considerando as evidências de autoria e materialidade, bem assim a intensidade de dolo com que se houve o acusado, julgo procedente a pretensão punitiva estatal, e CONDENO o réu VITOR DE AZEVEDO MOURA como incurso nas sanções do art. 217-A c/c art. 226, inc. II, ambos do CPB. () Finalmente, destaco a inexistência de circunstâncias extraordinárias de diminuição de pena, mas observo a majorante prevista no art. 226, inc. II, do CPB (irmão da vítima), aumentando a pena em metade, convertendo-a em concreto e definitivo no patamar de 22 (vinte e dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Estabeleço ao apenado o REGIME INICIALMENTE FECHADO, e assim procedo com amparo no art. 33, § 3° do CPB. () DENEGO ao apenado o direito de apelar em liberdade aos réus o direito de apelar em liberdade. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, aos 29 de janeiro de 2016. Eu, _____ Isla Mônica Feitosa Bezerra, Diretora de Secretaria da 3ª Vara Criminal, o subscrevi.

MAGNO GOMES DE OLIVEIRA
JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL

Processo nº 43903-94.2013.8.06.0064/0
Acusado(s): Antônio Carlos Teixeira Alves
Infração ao art. 61 e 62 da LCP e dos arts. 147 e 217-A do CP
Advogados: Dr. Fabrício de Souza Campos, OAB/CE 9.983.

Intimo-o a Vossa Senhoria, na qualidade de advogado do primeiro acusado(s), do teor de despacho de fls. 165, para juntar aos autos as custas processuais, sob pena do recurso ser considerado deserto.

Processo nº 43036-38.2012.8.06.0064/0.
Acusado(s): Cleilson Barbosa dos Santos
Infração ao art. 16 da Lei 10.826/03.
Advogados: Dra. Narcélia Saraiva, OAB/CE 25.680.

Intimo Vossa Senhoria na qualidade de advogado do primeiro acusado, para manifestarem-se sobre a faculdade do art. 402 do CPP, no prazo de 24h, bem como para o oferecimento de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de cinco dias (art. 403 do CPP).

Processo nº 3778-60.2008.8.06.0064/0.
Acusado(s): Francisco de Souto da Costa e Francisco Wesley Marques Bezerra
Infração ao art. 171, "caput" c/c art. 14, inc. II e art. 294 c/c art. 70, todos do CPB.
Advogados: Dr. Francisco das Chagas Pinto Tavares, OAB/CE 20.521.

Intimo Vossa Senhoria na qualidade de advogado do acusado, para o oferecimento de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 403 do CPP).

Processo nº 44140-94.2014.8.06.0064/0.
Acusado(s): João Newton Santos Nascimento
Vítima(s): Maria Elizangela Soares dos Santos
Infração ao art. 147 do CP e no art. 21 da LCP, aplicando-se ainda a Lei 11.340/06.
Advogados: Dr. Francisco Evandro Rocha, OAB/CE 6.150.

Intimo Vossa Senhoria na qualidade de advogado do primeiro acusado, para o oferecimento de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de cinco dias (art. 403 do CPP).

Processo nº 40724-89.2012.8.06.0064/0
Acusado(s): José Cleuton Celestino Barroso
Infração ao art. 147, caput e 129, § 9°, ambos do CP c/c o art. 5° da Lei 11.340/06.
Advogados: Dra. Elizabete Ribeiro e Silva, OAB/CE 3.383.

Intimo-o a Vossa Senhoria, na qualidade de advogado do primeiro acusado(s), do teor de despacho de fls. 71, para juntar aos autos as custas processuais, sob pena do recurso ser considerado deserto.

Processo nº 3095-28.2005.8.06.0064/0.
Acusado(s): José Edineldo Menezes
Vítima(s): Francisco Ednarde de Melo Rodrigues
Infração ao art. 157, § 2°, inc. I e II do CP.
Advogados: Dr. Francisco Evandro Rocha, OAB/CE 6.150.

Intimo Vossa Senhoria na qualidade de advogado do primeiro acusado, para o oferecimento de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de cinco dias (art. 403 do CPP).

Processo nº 38914-79.2012.8.06.0064/0.
Acusado(s): Núbia Ponciano Alves
Vítima(s): Adalberto Ferreira da Rocha
Infração ao art. 171, caput c/c 71 do CPB.
Advogados: Dr. Fabrício de Sousa Campos, OAB/CE 9.983.

Intimo Vossa Senhoria na qualidade de advogado do acusado, acerca da sentença de fls. 107/110 na qual a ré foi absolvida.

Processo nº 41623-53.2013.8.06.0064/0

Acusado(s): Valdembergue Lima Santos
Infração ao art. 304 do CPB
Advogados: Dr. José Ribamar Lima Filho, OAB/CE 27.312.

Intimo-o a Vossa Senhoria, na qualidade de advogado(s) do segundo acusado, do teor de despacho de fls. 77, no qual o pedido da defesa para ofertar razões recursais em 2° grau viola o princípio constitucional da razoável duração do processo, mesmo porque exigirá remessa dos autos ao TJCE apenas para esse fim, e posterior retorno dos autos ao 1° grau para colheita das contrarrazões recursais do MP, bem como foi indeferido a manobra protelatória e assinalo à defesa o prazo de 08 (oito) dias para ofertar suas razões recursais sob pena de que sua omissão caracterize desistência de recurso.

COMARCA DE CEDRO - VARA UNICA DA COMARCA DE CEDRO

COMARCA DE CEDRO / VARA ÚNICA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O DR. WELITHON ALVES DE MESQUITA, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE CEDRO-CE, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou seu conhecimento tiverem, que tem perante este Juizo, um pedido de Desapropriação n° 5736-31.2015.8.06.0066, requerida por Companhia de Água e Esgoto do Ceará -CAGECE em face de proprietário desconhecido, com o objetivo de possibilitar a implementação de um amplo Programa de Sistema de Abastecimento de Água, visando a saúde e o bem estar das população cearense, no tocante a construção o Reservatório Elevado 02, para tanto ingressou com dita ação do seguinte imóvel: 01 (um) terreno com área de 300,00m2, de formato retangular, com os seguinte limites e confrontamentos: ao norte com terreno na Rua Paulo Néri, medindo 15,00m; ao sul com terreno de proprietário desconhecido, medindo 15,00m; ao leste com a Rádio Mandacaru, medindo 15,00m; ao oeste com o Posto de Saúde do Bairro Pega Avoante, medindo 15,00m, avaliado em RS 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais). Fica(m) por meio deste edital, **CITADOS** os eventuais interessados, ausentes, incertos e desconhecidos, para todos os atos e termos do processo, e contestarem a ação, querendo, no prazo de quinze (15) dias. após o término do prazo deste edital, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na inicial, bem como intimado(s) acerca do pedido liminar em que deferida a ordem a determinar a imissão provisória do autor na posse do imóvel expropriado, autorizada, inclusive a requisição de força policial, se for o caso. Dado passado nesta cidade de Cedro, Estado do Ceará, aos cinco (05) dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze (2015). Eu, (msmvlopes), Auxiliar Judiciária, digitei. Eu, José Roberto de Souza, Diretor de Secretaria, subscrevi.

Dr. Welithon Alves de Mesquita
Juiz de Direito
-

Juiz(a) Titular : WELITHON ALVES DE MESQUITA
Diretor(a) de Secretaria: JOSE ROBERTO DE SOUZA
EXPEDIENTE nº 6/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/7067	1		/	1
CE/27332	2		CE/9075	2
/	2		CE/27332	3
CE/9075	3		/	3
CE/27332	4		CE/9075	4
/	4		CE/27332	5
CE/9075	5		/	5
CE/27332	6		CE/9075	6
/	6		CE/29665	7
CE/16045	7		/	7
CE/16983	8		CE/29665	8
/	8		CE/27332	9
CE/9075	9		/	9
CE/27332	10		CE/9075	10
/	10		CE/27332	11
CE/9075	11		/	11
CE/27332	12		CE/9075	12
/	12		/	13
CE/27332	14		/	14
CE/1141	15		CE/16780	15
CE/17314	15		/	15
CE/1141	16		CE/16780	16
CE/17314	16		/	16
CE/24754	17		CE/17314	17
/	17		CE/24754	18
CE/17314	18		/	18
CE/24754	19		CE/17314	19
/	19		CE/24754	20
CE/17314	20		/	20
CE/24754	21		CE/17314	21

/	21		CE/24754	22
CE/17314	22		/	22
CE/24754	23		CE/17314	23
/	23		CE/24754	24
CE/17314	24		/	24
CE/30966	25		/	25
CE/7067	26		/	26
CE/17314	27		/	27
CE/7681	28		/	28
CE/7681	29		/	29
CE/7067	30		/	30
CE/16190	31		/	31
CE/27332	32		CE/28184	32
CE/15096	32		/	32
CE/7067	33		/	33
CE/17314	34		/	34
CE/9656	35		/	35
CE/16005	36		/	36
CE/7681	37		/	37
CE/7067	38		/	38
CE/7067	39		/	39
CE/7067	40		/	40
CE/7681	41		/	41
CE/23997	42		/	42
CE/7067	43		/	43
CE/16190	44		/	44
CE/16190	45		/	45
CE/12315	46		/	46
CE/7067	47		/	47
CE/25945	48		/	48
CE/7067	49		/	49
CE/7067	50		/	50
CE/7067	51		/	51
CE/7067	52		/	52
CE/27332	53		/	53
CE/4788	54		/	54
CE/27345	55		/	55
PE/36013	56		CE/13186	56
/	56		CE/13316	57
/	57		CE/24754	58
/	58		CE/7067	59
/	59		CE/27345	60
/	60			

1) 1016-65.2008.8.06.0066/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"Fica(m) o(a/s) advogado(a/s) intimado(a/s) do inteiro teor da sentença prolatado nos autos supra, a seguir transcrito: " Posto isto e considerando tudo mais que dos autos constam, DECLARO POR SENTENÇA a extinção da punibilidade delitiva atribuída ao condenado JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS, v. "Frade", já sobejamente qualificado, em face da incidência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, o que faço com arrimo nos arts. 107, IV, primeira figura e 109, IV, do CP, c/c o art. 61, caput, do CPP. Sem custas. P.R.I. Transitada em julgado, proceda-se com a retirada do nome do réu do livro do rol dos culpados, caso tenha sido lançado, oficiando ao cartório eleitoral para levantamento dos direitos políticos, conforme precedentes jurisprudenciais do TJ/RJ: "reconhecendo a sentença que o Estado não possui mais o ius puniendi, restam afastados os efeitos principais e secundários da condenação". Expeça-se, por fim, ofício requisitando os mandados de prisão expedido, arquivando-se os autos. Cedro, CE, 29/01/2016.".**- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

2) 5125-78.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: RITA MARIA DE OLIVEIRA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 56/57, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RITA MARIA DE OLIVEIRA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 58. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.."".**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

3) 5147-39.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: JOSEFA PINHEIRO MACEDO. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 58/59, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre JOSEFA PINHEIRO MACENO em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº nº 5178-59.2015.8.06.0066, 5148-24.2015.8.06.0066 e 5147-39.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas**

honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 60. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE..””.- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

4) 5148-24.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: JOSEFA PINHEIRO MACEDO. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 58/59, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre JOSEFA PINHEIRO MACENO em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº nº 5178-59.2015.8.06.0066, 5148-24.2015.8.06.0066 e 5147-39.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 60. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE..””.**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

5) 5149-09.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: JOSEFA PINHEIRO MACEDO. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 58/59, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre JOSEFA PINHEIRO MACENO em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº nº 5178-59.2015.8.06.0066, 5148-24.2015.8.06.0066 e 5147-39.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 60. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE..””.**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

6) 5178-59.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: JOSEFA PINHEIRO MACEDO. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 58/59, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre JOSEFA PINHEIRO MACENO em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº nº 5178-59.2015.8.06.0066, 5148-24.2015.8.06.0066 e 5147-39.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 60. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE..””.**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

7) 5186-36.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: EXCELSIOR CIA DE SEGUROS S.A., REQUERENTE.: LUCIANA PINHEIRO DA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, e com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo o presente pedido de COBRANÇA DE SEGURO DPVAT formulado por LUCIANA PINHEIRO DA SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e EXCELSIOR CIA DE SEGUROS S/A, extinto sem resolução do mérito. Sem custas ou honorários. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se ..””.**- INT. DR(S). ELAINE CRISTINA LIMA , FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR

8) 5192-43.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: EXCELSIOR CIA DE SEGUROS S.A., REQUERENTE.: JOÃO PAULO LINO SABINO REQUERIDO.: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, e com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo o presente pedido de COBRANÇA DE SEGURO DPVAT formulado por JOÃO PAULO LINO SABINO em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e EXCELSIOR CIA DE SEGUROS S/A, extinto sem resolução do mérito. Sem custas ou honorários. P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se ..””.**- INT. DR(S). ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA , ELAINE CRISTINA LIMA

9) 5317-11.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BRADESCO FINANCIAMENTO REQUERENTE.: MARIA SOCORRO DE MELO. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 77/78, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre MARIA SOCORRO DE MELO em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Cancele-se a audiência designada. Aguarde-se o cumprimento do acordo e por conseguinte, arquivem-se..””.**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

10) 5340-54.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO GARCIA DINIZ REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “...Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 54/55, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre ANTONIO GARCIA DINIZ em face de BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as no processo nº 5340-54.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Aguarde-se o cumprimento do acordo e por conseguinte, arquivem-se..””.**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

11) 5341-39.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO GARCIA DINIZ REQUERIDO.: BRADESCO FINANCIAMENTO. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "...Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 54/55, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre ANTONIO GARCIA DINIZ em face de BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as no processo nº 5340-54.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Aguarde-se o cumprimento do acordo e por conseguinte, arquivem-se.."".-** INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

12) 5343-09.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS REQUERENTE.: FRANCISCA PAULO DA SILVA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 54/55, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre FRANCISCA PAULO DA SILVA em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se alvará e, empós, arquivem-se..."".-** INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR

13) 5357-90.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINACIAMENTOS REQUERENTE.: JOSEFA ALVES. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 58/59, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre JOSEFA ALVES em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado às fls. 60, e tudo cumprido, arquivem-se os autos....'".**

14) 5493-87.2015.8.06.0066/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA REQUERIDO.: MOACIR XAVIER DE OLIVEIRA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "...Ante o exposto e mais o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido e em consequência DECRETO a INTERDIÇÃO de MOACIR XAVIER DE OLIVEIRA, nomeando como seu curador o requerente JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, o que faço amparado nos arts. 1.767 e seguintes do Código Civil, combinado com o art. 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, devendo o curador responsável prestar o compromisso de estilo para bem e fielmente cumprir os deveres do encargo que assume em caráter definitivo. Sem custas. Inscreva-se a presente sentença no Registro Civil das pessoas naturais e publique-se EDITAL na forma do art. 1.184 do CPC, sem prejuízo dos efeitos imediatos desta decisão. Publicados os editais, transitada em julgado, procedidas as anotações devidas junto ao registro civil e no cadastro eleitoral cumprindo todas as demais formalidades cabíveis à espécie, ARQUIVEM-SE. P. R. I. .."".-** INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA

15) 5579-58.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A REQUERENTE.: MARIA ALVES DE SOUZA COSTA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) da parte promovida intimado(s) acerca do despacho:" ... Recebo o recurso interposto pela parte promovente, por preencher os requisitos legais, ele atribuos efeitos devolutivo e suspensico, por expressa disposição legal (art. 520 CPC). Intimar a parte contrária para apresentar sua contrarrazões, em 15 dias..."".-** INT. DR(S). CELSO DAVID ANTUNES , LUÍS CARLOS LAURENÇO , WILSON SALES BELCHIOR

16) 5580-43.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A REQUERENTE.: MARIA ALVES DE SOUZA COSTA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) da parte promovida intimado(s) acerca do despacho:" ... Recebo o recurso interposto pela parte promovente, por preencher os requisitos legais, ele atribuos efeitos devolutivo e suspensico, por expressa disposição legal (art. 520 CPC). Intimar a parte contrária para apresentar sua contrarrazões, em 15 dias..."".-** INT. DR(S). CELSO DAVID ANTUNES , LUÍS CARLOS LAURENÇO , WILSON SALES BELCHIOR

17) 5600-34.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.""-** INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

18) 5601-19.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após**

as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

19) 5602-04.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

20) 5603-86.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

21) 5604-71.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

22) 5605-56.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

23) 5606-41.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

24) 5607-26.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado às fls. 80/83, o qual fica fazendo parte integrante desta decisão, entre RAIMUNDO ALVES DE SOUZA em face de BANCO BRADESCO S/A e em consequência julgo o presente processo extinto com resolução do mérito, com base no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Extraia-se cópias da presente sentença e acoste-as nos processos nº 5601-19.2015.8.06.0066, 5602-04.2015.8.06.0066. 5603-86.2015.8.06.0066, 5604-71.2015.8.06.0066, 5605-56.2015.8.06.0066, 5606-41.2015.8.06.0066 e 5607-26.2015.8.06.0066. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Expeça-se de imediato ALVARÁ para levantamento do depósito de fl. 84. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes, ARQUIVEM-SE.””.**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO , WILSON SALES BELCHIOR

25) 5732-91.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JACY DIAS CAVALCANTE E SILVA REQUERIDO.: JOSÉ LEONARDO DA SILVA FILHO. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Considerando o pedido de desistência de fl. 31 e atento ao enunciado 90 do FONAJE, o qual diz que o pedido de desistência do autor independe da anuência do requerido, julgo a presente ação de reparação de danos materiais movida por JACY DIAS CAVALCANTE E SILVA contra JOSÉ LEONARDO DA SILVA FILHO, extinto sem resolução do mérito, com base no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, ARQUIVEM-SE..."".**- INT. DR(S). JACY DIAS CAVALCANTE E SILVA

26) 5769-55.2014.8.06.0066/0 - AÇÃO DE ALIMENTOS CRIANÇA/ADOLESCENTE.: ARYEL BEIJAMIM PEREIRA DA SILVA REQUERIDO.: LUCIANO CORREIA PEREIRA REPRESENTANTE.: MARIA JOSÉ DA SILVA. **"Fica intimado o advogado da parte autora para se manifestar sobre a não localização do promovido no endereço fornecido nos autos, ou requerer o que entender de direito, no prazo de 30 dias."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

27) 5773-63.2012.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: NAIDE DA SILVA ALENCAR. **"Fica(m) o(s) advogado(s) da parte executada intimado(s) acerca da penhora dos valores bloqueados, conforme detalhamento de fls. 76/77, para, querendo, em 15 dias oferecer impugnação ou requerer o que entender de direito."**.- INT. DR(S). WILSON SALES BELCHIOR

28) 5826-39.2015.8.06.0066/0 - TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO REQUERENTE.: EDIGLEUDA MARCOLINO VIANA REQUERENTE.: ERMINIA ALVES BEZERRA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da audiência de Interrogatória redesignada para o dia 29/03/2016, às 11:00 horas no fórum local."**.- INT. DR(S). GILDASIO OLIVEIRA PINHEIRO

29) 5831-61.2015.8.06.0066/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: CELMA DE SOUSA COELHO REQUERENTE.: FRANCISCO MATHEUS COELHO DE ALMEIDA REQUERENTE.: MILLENI COELHO DE ALMEIDA REQUERIDO.: MOISES DE MENDONÇA ALMEIDA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da audiência de Conciliação redesignada para o dia 26 de abril de 2016, às 09:15 horas no fórum local."**.- INT. DR(S). GILDASIO OLIVEIRA PINHEIRO

30) 5872-62.2014.8.06.0066/0 - TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO REQUERIDO.: JOANA GONÇALVES EUFRÁSIO REQUERENTE.: TEREZINHA DA COSTA SILVA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Ante o exposto, e com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo o presente pedido de CURATELA formulado por TEREZINHA DA COSTA SILVA em face de JOANA GONÇALVES EUFRÁSIO, extinto sem resolução do mérito. P. R. I. Sem custas ou honorários. Transitada em julgado, arquivem-se..."".**- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

31) 5941-94.2014.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FABIANA DE OLIVEIRA LAVOR MONTEIRO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CEDRO - CEARÁ. **"Fica(m) o(s) advogado(s) da parte autora intimado(s) acerca do despacho:" Intimar a parte autora para, querendo, promover o cumprimento do acordão, no prazo de 30 dias, após o que, havendo inércia, o feito deverá ser arquivado, aguardando ali a iniciativa da parte vencedora.""**.- INT. DR(S). FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA

32) 6153-81.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: RAIMUNDO SOLIMAR DE OLIVEIRA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "...Posto isto e considerando tudo mais que dos autos constam, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, o acordo de fls. 87/88, o qual passa a fazer parte desta decisão decretando a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 22, § único, da Lei 9.099/95, c/c art. 269, inciso III, do CPCB. Sem custas ou verbas honorárias. PRI. Tendo em vista que contra esta decisão não cabe recurso, nos termos do art. 41, da Lei 9099/95, após as intimações pertinentes e com o cumprimento do acordo, arquivem-se os autos..."".**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA , LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS , MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO

33) 6197-03.2015.8.06.0066/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: MARIA MONTEIRO DA SILVA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 29/03/2016, às 11:30 horas no fórum local."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

34) 6215-24.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM S.A REQUERENTE.: FRANCISCA MARCELINO DE SOUZA. **"Fica o advogado da parte promovida intimado acerca do despacho: " Sobre o pedido de desistência fale a parte promovida, no prazo de 5(cinco) dias.""**.- INT. DR(S). WILSON SALES BELCHIOR

35) 6333-97.2015.8.06.0066/0 - RELAXAMENTO DE PRISÃO REU.: MARCIO PEREIRA DA SILVA. **" Fica(m) o(a/s) advogado(a/s) intimado(a/s) do inteiro teor da decisão prolatada nos autos, cuja parte dispositiva é a seguinte: " ...Ante o exposto, não conheço do presente pedido de revogação de prisão preventiva formulada por MÁRCIO PEREIRA DA SILVA, mantendo a prisão preventiva decretada na interlocutória de fls. 20v/22v. (auto de prisão em flagrante)..."".**- INT. DR(S). JOSÉ RONALD GOMES BEZERRA

36) 6348-66.2015.8.06.0066/0 - GUARDA REQUERIDO.: CÍCERA RODRIGUES DOS SANTOS REQUERENTE.: DEUSIMAR DOS SANTOS SILVA REQUERENTE.: LÍVIA DARLIANE DA SILVA MOREIRA MENOR.: PABLLO DYUMAR DOS SANTOS. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 29/03/2016, às 11:15 horas no fórum local."**.- INT. DR(S). MARIA DE FATIMA DE ALENCAR BARROS

37) 6390-52.2014.8.06.0066/0 - GUARDA MENOR.: JOSÉ ALYSON ALVES PINHEIRO REQUERENTE.: JOSÉ WANDERLEI DAVID PINHEIRO REQUERIDO.: LUZIA ALVES RIBEIRO. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Assim, HOMOLOGO-O POR SENTENÇA, o pedido de desistência da ação formulado**

pelo autor, decretando a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos dos arts. 158, parágrafo único e 267, inciso VIII, do CPC. Sem custas. PRI. Após o trânsito, arquivem-se os autos com baixa na estatística....'".- INT. DR(S). GILDASIO OLIVEIRA PINHEIRO

38) 6403-17.2015.8.06.0066/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BRENDA KELLE VIEIRA SOARES REQUERENTE.: MARIA BIANCA SOARES BARRETO REQUERIDO.: ROSINALDO DA SILVA BARRETO. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca do despacho:"... Preliminarmente, observo, à primeira vista, que, na hipótese, revelam-se presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Defiro a gratuidade... Reservo-me para a apreciar o pedido de liminar após à audiência designada para 22 de março de 2016, às 12:15 horas, no fórum local"."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

39) 6418-83.2015.8.06.0066/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: DAMIÃO CORREIA LIMA REPR. LEGAL.: FRANCIMEIRE BORGES BARBOSA REQUERENTE.: JULIANY BARBOSA LIMA. **"Fica intimado o advogado do parte acerca da audiência de conciliação designada p/ 22/ 03 /2016, às 11:55h, no fórum local."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

40) 6422-23.2015.8.06.0066/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: FRANCISCA JOVERLANIA LEANDRO BABOSA REQUERIDO.: JOSÉ AIRTON SILVA DIAS REQUERENTE.: KAROLINA KELLY BARBOSA DIAS. **"Fica intimado o advogado do parte acerca da audiência de conciliação designada p/ 22/ 03 /2016, às 11:45h, no fórum local."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

41) 6423-08.2015.8.06.0066/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: ANA PAULA PESSOA DE LIMA REQUERIDO.: JOSÉ PAULINO BATISTA REQUERENTE.: KAUA DE LIMA BATISTA. **"Fica intimado o advogado do parte acerca da audiência de conciliação designada p/ 22/ 03 /2016, às 11:50h, no fórum local."**.- INT. DR(S). GILDASIO OLIVEIRA PINHEIRO

42) 6450-88.2015.8.06.0066/0 - INTERDIÇÃO REQUERIDO.: ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO RIBEIRO REQUERENTE.: MARIA MARLUCE DO NASCIMENTO. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da decisão: " Assim, antecipo parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, nomeando em caráter provisório a senhora MARIA MARLUCE DO NASCIMENTO como curador provisório da interditanda ANA CLÁUDIA DO NASCIMENTO RIBEIRO com o poder de representá-la junto ao INSS e/ou administrar o seu benefício previdenciário... bem como acerca da audiência de interrogatório designada para o dia 26/04/2016, às 11:20 horas no fórum local."**.- INT. DR(S). LUIZ GONZAGA DOS SANTOS NETO

43) 6486-33.2015.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ALICE FERREIRA DE MELO REQUERIDO.: INTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS REQUERENTE.: JOAQUIM PEREIRA DA SILVA. **"Fica o advogado da parte autora intimado acerca do despacho:" Inteme-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, juntar Declaração de Pobreza e/ou recolher as custas iniciais, na forma do artigo 259, inciso II, do Código de Processo Civil. ""**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

44) 6512-65.2014.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOICIA ROMÃO OLIVEIRA DE SOUZA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CEDRO-CE, REP. POR FRANCISCO NILSON ALVES DINIZ. **"Fica(m) o(s) advogado(s) da parte autora intimado(s) acerca do despacho:" Intimar a parte autora para, querendo, promover o cumprimento do acordão, no prazo de 30 dias, após o que, havendo inércia, o feito deverá ser arquivado, aguardando ali a iniciativa da parte vencedora.""**.- INT. DR(S). FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA

45) 6514-35.2014.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOÃO RODRIGUES VIANA REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE CEDRO-CE, REP. POR FRANCISCO NILSON ALVES DINIZ. **"Fica(m) o(s) advogado(s) da parte autora intimado(s) acerca do despacho:" Intimar a parte autora para, querendo, promover o cumprimento do acordão, no prazo de 30 dias, após o que, havendo inércia, o feito deverá ser arquivado, aguardando ali a iniciativa da parte vencedora."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA

46) 6542-66.2015.8.06.0066/0 - RELAXAMENTO DE PRISÃO REQUERENTE.: DENISMAR BORGES DE OLIVEIRA. **"Fica(m) o(a/s) advogado(a/s) intimado(a/s) do inteiro teor da decisão prolatada nos autos, cuja parte dispositiva é a seguinte: " ...Assim, com base nos arqumentos acima expostos e no parecer ministerial, indefiro a súplica, posto que encontram-se presentes os requisitos autorizadores de sua custódia preventiva, mantendo a ré no cárcere onde se encontra..""**.- INT. DR(S). JOSÉ IRAN DOS SANTOS

47) 6583-33.2015.8.06.0066/0 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: MARIA CLAUDIA DOS SANTOS SANTANA. **"Fica o advogado intimado acerca do despacho a seguir transcrito: "... Intime-se o requerente, através de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar documentos que comprovem a propriedade do referido bem"."**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

48) 6587-70.2015.8.06.0066/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ARYANE DE LIMA BARBOZA REPR. LEGAL.: JOSEFA VILDEMAR DE LIMA REQUERIDO.: JOSÉ ACLERISTON BARBOZA LIMA REQUERENTE.: LARISSA DE LIMA BARBOZA. **"Fica intimado o advogado do parte acerca da audiência de conciliação designada p/ 22/ 03 /2016, às 12:05h, no fórum local."**.- INT. DR(S). RENATO MATIAS TEIXEIRA

49) 6649-13.2015.8.06.0066/0 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: FRANCISCO JADSON BEZERRA CORREIA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "... Ante tais considerações, julgo PROCEDENTE o pedido e autorizo FRANCISCO JADSON BEZERRA CORRÊA a levantar e receber os valores e eventuais correções que tinha direito a beneficiária JURACEMA DINIZ BEZERRA, CPF Nº 425.639.413-34, referente conta nº 50.537606-7, cartão nº 4001990036662511. Sem custas, tendo em conta da gratuidade processual deferida. Sem honorários, eis que o procedimento é de jurisdição voluntária. Cientifique-se o órgão do Ministério Público.**

Expeça-se de imediato o alvará. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquivem-se os autos com baixa....””.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

50) 6654-35.2015.8.06.0066/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: FRANCISCO GILBERTO FREIRE REQUERENTE.: MARIA JOSÉ FREIRE. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “...Ante o exposto, com amparo em todo o conjunto probatório, atento ao parecer do Ministério Público, e ainda com base no art. 109, § 2.º, da lei N.º 6.015/73, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por Francisco Gilberto Freire, representado por Sra. Maria José Freire, para que no assento de nascimento do menor lavrado sob o nº 22.504, lavrado às fls. 280v do Livro A-22, passe a constar constar o nome da avó materna como PETRONILIA MARIA ROMANA, em vez de PETRONILIA MARTA ROMANA. Expeça-se imediatamente mandado ao Cartório de Registro Civil desta Comarca de Cedro-CE para a retificação devida quanto ao nome da avó materna do autor, e após as devidas providências, lavre nova certidão. P. R. I. Sem custas. Tudo cumprido, arquivem os autos por se cuidar de procedimento de jurisdição voluntária..””.**- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

51) 6670-86.2015.8.06.0066/0 - OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA REQUERENTE.: ANGELA MARIA DOS SANTOS COSTA REQUERENTE.: FRANCISCO MIGUEL DA COSTA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “... Ante o exposto, com amparo em todo o conjunto probatório, bem como atento ao parecer do Ministério Público, e ainda com base na lei N.º 6.015/73, c/c arts. 281 e seguintes, do Provimento N.º 01/2007, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por ÂNGELA MARIA DOS SANTOS COSTA, para ordenar o registro do óbito de seu genitor FRANCISCO MIGUEL DA COSTA, nascido aos 25/01/1940, filho de João Miguel da Costa e Izabel Miguel da Costa, falecido no Hospital Maternidade Zulmira Sedrin de Aguiar, em Cedro-CE, em 1º de setembro de 2015, às 14:50 horas, vítima de parada cardíaca, ocorrendo o sepultamento no Cemitério Comunitário Leopoldo da Costa Moura, em Cedro-CE, no dia 03/10/2015. Expeça-se, desde logo o mandado para lavratura do registro de óbito extemporâneo ao Cartório do Registro Civil de Cedro/CE, por se cuidar de procedimento de jurisdição voluntária. Sem custas. P. R. I. Tudo cumprido, arquivem-se estes autos....””.**- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

52) 6672-56.2015.8.06.0066/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: DIOGO COSTA DE FREITAS REQUERENTE.: FRANCINEIDE FERREIRA NOBRE COSTA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “...Ante o exposto, com amparo em todo o conjunto probatório, atento ao parecer do Ministério Público, e ainda com base no art. 109, § 2.º, da lei N.º 6.015/73, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por Diogo Costa de Freitas, representado por Sra. Francineide Ferreira Nobre, para que no assento de nascimento do menor Diogo Costa de Freitas, sob o nº 12.605, lavrado às fls. 5 do Livro 278-A, passe a constar constar Diogo Nobre de Freitas, em vez de Diogo Costa de Freitas e no assento de casamento da representante legal do menor, matrícula 0173270155 1993 2 00011 506 0003238 87 passe a constar que a nubente nasceu em Itabira-MG, em vez de Tipi-CE. Expeça-se imediatamente mandados de retificação ao Cartório de Registro Civil na Comarca de Manaus/AM, para a devida averbação concernente ao sobrenome do menor e ao Cartório de Registro Civil de Cedro-CE para a retificação devida quanto a cidade de nascimento da nubente e representante legal do menor, e após as devidas providências, lavradas novas certidões. P. R. I. Sem custas. Tudo cumprido, arquivem os autos por se cuidar de procedimento de jurisdição voluntária..””.**- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

53) 6688-10.2015.8.06.0066/0 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: ANTONIO MENDONÇA PINHEIRO REQUERENTE.: FRANCISCA FRANCY BATISTA PINHEIRO REQUERENTE.: ISABEL MENDONÇA PINHEIRO. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: Ante tais considerações, julgo PROCEDENTE o pedido e autorizo os autores FRANCISCA FRANCY BATISTA PINHEIRO, ANTONIO MENDONÇA PINHEIRO e ISABEL MENDONÇA PINHEIRO a levantarem e receberem os valores e eventuais correções que tinha direito a beneficiária FRANCISCA BATISTA PINHEIRO, CPF Nº 520.105.203-78, referentes benefícios n.º 1381644500 e 0561116032. Sem custas, tendo em conta da gratuidade processual deferida. Sem honorários, eis que o procedimento é de jurisdição voluntária. Cientifique-se o órgão do Ministério Público. Expeça-se de imediato o alvará. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquivem-se os autos com baixa ..””.**- INT. DR(S). FELIPE JORGE DE SOUZA BEZERRA

54) 6699-39.2015.8.06.0066/0 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: MARIA ALVES PEREIRA. **“Fica o advogado intimado acerca do despacho a seguir transcrito: “... Intime-se o requerente, através de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar documentos que comprovem a propriedade do referido bem”.”.**- INT. DR(S). JOSE AMARILO SAMPAIO

55) 6700-24.2015.8.06.0066/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: CICERO DA PAZ SOUZA REQUERIDO.: FRANCISCA MARCIANA DA PAZ SOUSA. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da decisão interlocutória, cuja parte dispositiva assim o transcrevo:”... No tocante ao pedido de antecipação de tutela, indefo pedido, por não vislumbrar a existência de prova inequívoca das alegações do aoutor no que tange a suposta incapacidade civil da interditada ...”. Ficanco ainda intimado(s) acerca da audiência de Interrogatória designada para o dia 29/03/2016, às 10:45 horas no fórum local.”.**- INT. DR(S). LUCAS FREITAS VIANA

56) 6722-82.2015.8.06.0066/0 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REQUERENTE.: CICERO FLAVIO NUNES DUARTE. **“Fica(m) o(a/s) advogado(a/s) intimado(a/s) do inteiro teor da decisão prolatada nos autos, cuja parte dispositiva é a seguinte: “ ...Ante o exposto, concedo a liberdade provisória em favor do preso CÍCERO FLÁVIO NUNES DUARTE...”.**- INT. DR(S). ERIVANDO BEZERRA DE LIMA , LUCIANO VELOSO DA SILVA

57) 6731-78.2014.8.06.0066/0 - INTERDIÇÃO INTERDITANDO.: JOÃO PAULO DE SOUZA FELIPE REQUERENTE.: RAIMUNDA FRANCISCA DA LUZ. **“Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: “... Ante o exposto e mais o que dos autos consta, julgo PROCEDENTE o pedido formulado por RIMUNDA FRANCISCA DA LUZ e em consequencia DECRETO a INTERDIÇÃO de JOÃO PAULO DE SOUZA FELIPE e nomeio como curadora a requerente, o que faço amparado nos arts. 1.767 e seuintes do Código Civil, combinado com o art. 1.1177 e seguinte do CPC....””.**- INT. DR(S). JOACI ALVES DA COSTA

58) 6774-15.2014.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: JOSEFA ERMINA DE SOUZA. **"Fica o advogado da parte requerente intimado para querendo, promover o cumprimento da sentença, no prazo de 30 dias.".**- INT. DR(S). JOSÉ NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO

59) 7577-27.2016.8.06.0066/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: JOSÉ MOREIRA BARRETO JÚNIOR REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA. **"Fica(m) o(s) advogado(s) intimado(s) acerca da sentença, cuja parte dispositiva é a seguinte: "Ante mesmo do despacho inicial a parte autora pediu a desistência da ação, consoante petição que repousa às fls. 12. O pedido de desistência da ação formulado pela autora, encerra manifestação unilateral de vontade escoimada de qualquer vício, mormente porque subscrita por procurador judicial habilitado e legitimado a desistir, capaz de extinguir imediatamente os direitos processuais decorrentes da mesma, desde que referendado judicialmente Assim, HOMOLOGO-O POR SENTENÇA, o pedido de desistência da ação formulado pela autora, decretando a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos dos arts. 158, parágrafo único e 267, inciso VIII, do CPCB. Sem custas. PRI. Arquivem-se com baixa na estatística.""**.- INT. DR(S). FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE

60) 7641-37.2016.8.06.0066/0 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: JOCILDO LIMA DA SILVA .**"Fica o advogado intimado acerca do despacho a seguir transcrito: "... Intime-se o requerente, através de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar documentos que comprovem a propriedade do referido bem"."**- INT. DR(S). LUCAS FREITAS VIANA .

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRO
Rua Cel. João Cândido, 578-Cedro-CE -CEP 63.400-000, Fone (88) 35641340/1341 -E-mail:cedro@tjce.jus.br

Proc. Nº 5493-87.2015.8.06.0066

EDITAL DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA

A DRA. LEILA REGINA CORADO LOBATO, JUÍZA AUXILIAR DA 2ª ZONA JUDICIÁRIA, RESPONDENDO P/ ESTA COMARCA DE CEDRO-CE, POR DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo foram processados os termos da interdição de MOACIR XAVIER DE OLIVEIRA, brasileiro, viúvo, aos 05 de janeiro de 1927, natural de Missão Velha/CE, filho de Izac Xavier de Oliveira e Faustina Xavier de Oliveira, residente e domiciliado em Cedro-CE, nos autos da ação de interdição supra a requerimento do seu filho JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, , casado, agricultor, residente e domiciliado no mesmo endereço, tendo a respectiva sentença, datada de 29/01/2016, nomeado o mesmo JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, curador do interditando e declarado este com absoluta incapacidade civil, visto que é portador de doença crônica e não transitória – DEMÊNCIA NA DOENÇA DE ALZHEIMER (G 30 - CID 10), não havendo prognóstico de cura, classificada como pessoa totalmente incapaz, cujo múnus será exercido sem limites. Este edital será publicado por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, pelo órgão oficial, para os devidos fins. Dado e passado nesta cidade de Cedro, aos vinte e nove (29) dias de janeiro de dois mil e dezesseis (2016). Eu, José Roberto de Souza, Diretor de Secretaria, que digitei e subscrevi.

Dra. Leila Regina Corado Lobato.
Juíza Auxiliar da 2ª Zona Jud./Resp.

COMARCA DE CHAVAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CHAVAL

COMARCA DE CHAVAL / CEARÁ **Fone do fórum de Chaval/CE (88) 3625-1635** chaval@tjce.jus.br 29/01/16
JUIZ(A) TICIANE SILVEIRA MELO / DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANK JOSÉ DUARTE DA SILVA

26112320138060067/0 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Parte autora: MARIA DAS GRAÇAS DE FREITAS
Adv.: DR. JORGE UMBELINO DA SILVA, OAB/CE nº 23.626
Parte ré: LOJA AQUÁRIO LTDA
Adv.: DR(A). THAIS ALVES LIMA, OAB/SP Nº 250.982 E NADJALA KAROLINA DA S. R. O. E SANTOS, OAB/CE Nº 26.510, FL. 55
Intime a parte executada para que fique ciente da penhora realizada.
Obs.: fl. 122. BANCO BRADESCO. SALDO BLOQUEADO REMANESCENTE: R$ 7.801,46

COMARCA DE CHAVAL / ESTADO DO CEARÁ 29/01/2016 chaval@tjce.jus.br
JUIZ(A) TICIANE SILVEIRA MELO DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANK JOSÉ DUARTE DA SILVA

Processo nº 29311020128060067/0 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - RECLAMATÓRIA
Reclamante: ROSÂNGELA ARAÚJO SOUSA
adv: DR. JOSÉ MAURÍCIO SOBRINHO COELHO, OAB/CE nº 23.018 E DRA. ROSA MARIA FAUSTINO DE OLIVEIRA, OAB/CE nº 26.843
Reclamado(a): BANCO DO BRASIL S/A
Adv.: DR. MARCOS ANTÔNIO SAMPAIO DE MACEDO, OAB/CE nº 15.096

Intime o executado da penhora, cientificando que poderá embargar a execução, no prazo de 15(quinze) dias, a partir da intimação da penhora, art. 52, IV e IX da Lei 9.099/95 e enunciados cíveis números 97 e 142 do FONAJE.
Obs.: FL. 144. BANCO DO BRASIL S/A. PENHORA DE R$ 12.419,18

COMARCA DE CHAVAL / CEARÁ **Fone do fórum de Chaval/CE (88) 3625-1635** chaval@tjce.jus.br 29/01/16
JUIZ(A) TICIANE SILVEIRA MELO / DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANK JOSÉ DUARTE DA SILVA

302028201580600670 AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE
Parte autora: FRANCISCA JULIANA OLIVEIRA MEDEIROS
Adv.: DR(A). FRANCISCO FONTENELE FILHO, OAB/CE Nº 31.672
Parte ré: WELLINGTON CARNEIRO
Adv.: DR. JORGE UMBELINO DA SILVA, OAB/CE nº 23.626
SENTENÇA - ... declaro por sentença... a paternidade de FRANCISCA JULIANA MEDEIROS, atribuindo-a a WELLINGTON CARNEIRO. Determino... que a requerente passe a assinar-se FRANCISCA JULIANA CARNEIRO.
Obs.: deve a autora juntar aos autos sua certidão de nascimento, para fins de AVERBAÇÃO.

COMARCA DE CHAVAL / CEARÁ **Fone do fórum de Chaval/CE (88) 3625-1635** chaval@tjce.jus.br 29/01/16
JUIZ(A) TICIANE SILVEIRA MELO / DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANK JOSÉ DUARTE DA SILVA

Proc. nº 22807020158060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: BENEDITA TELES DA MOTA
Adv(a): DR(A/S). ARTUR PARENTE PONTE, OAB/CE Nº 27882
Interditando(a): LUIZA TELES DA MOTA ARAÚJO
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 11h45, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc. nº 25771420148060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: ANTÔNIO GREGÓRIO DOS SANTOS
Adv(a): DR(A/S). JUAREZ MARQUES DE MEDEIROS, OAB/CE Nº 10998
Interditando(a): FRANCISCO GREGÓRIO DOS SANTOS
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 11h30, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, bem como assinar o termo de compromisso de curador do/a interditando/a na secretaria deste juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc. nº 23898420158060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: MARIA VILANI DE ARAÚJO
Adv(a): DR. KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA, OAB/CE nº 23.104
Interditando(a): ANDERSON CLAYTON BRITO DE ARAÚJO
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 11h15, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc. nº 28765420158060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: ANTÔNIA MARIA DE CARVALHO
Adv(a): DR(A/S). DRA. NADJALA KAROLINA DA S. R. O. E SANTOS, OAB/CE Nº 26.510
Interditando(a): ANTÔNIO RAIMUNDO TELES DE CARVALHO
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 10h30, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc. nº 31707220168060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: JORGE DE BRITO ARAÚJO
Adv(a): DR. JORGE UMBELINO DA SILVA, OAB/CE nº 23.626
Interditando(a): MARIA GORETE DE ARAÚJO
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 10h, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc. nº 24261420158060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: FRANCISCO HÉRBERT DOS SANTOS
Adv(a): DR. JORGE UMBELINO DA SILVA, OAB/CE nº 23.626
Interditando(a): ANTÔNIA MARQUES DOS SANTOS
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 09h45, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc. nº 24868420158060067/0 INTERDIÇÃO
Parte Autora: ORÁCIO SILVA BRITO
Adv(a): DR. JORGE UMBELINO DA SILVA, OAB/CE nº 23.626
Interditando(a): MARIA LÚCIA DA SILVA
Audiência de Interrogatório: 03/03/2016, às 09h30, a realizar-se-á na sala de audiências do Fórum Judiciário, sito na Rua Major Fiel, 299, centro, Chaval/CE, CEP: 62.420-000 88 3625-1635, chaval@tjce.jus.br
INTIME a parte autora acima qualificada para comparecer ao citado interrogatório e apresentar quesitos ou confirmar os apresentados por este Juízo, no prazo de 05(cinco) dias.

COMARCA DE CHORO LIMÃO - VARA UNICA VINCULADA DE CHORO LIMÃO

O DOUTOR SAULO GONÇALVES DOS SANTOS, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª ZONA DA COMARCA DE MOMBAÇA, RESPONDENDO POR ESTA COMARCA VINCULADA DE CHORÓ, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC...**FAZ SABER** que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria de Vara única da Comarca de Choró, Estado do Ceará, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **Maria Irene de Paula Nobre**, brasileira, solteira, filha de Eduardo de Sousa Nobre e de Mamédia Leandra de Paula Nobre, RG nº 2002015052386, CPF nº 007.491.643-28, residente na localidade de São José, Choró/Ce, por ser incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, tendo sido nomeada, **Sra. LUCIVANDA PAULA NOBRE,** brasileira, solteira, agricultora, nascida aos 05.11.1979, CPF nº 903272683-87, RG Nº 2007162109-6, filha de Eduardo de Sousa Nobre e de Mamédia Leandra de Paulo Nobre, residente na localidade de São José, Choró/Ce, curadora da mesma, cujo múnus será exercido sem limites. *E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância, será este Edital afixado na forma da lei, em local próprio deste fórum e publicado 03 vezes no Diário da Justiça, com intervalo de dez (10) dias.* Eu, _____, Cely Sales Campêlo – Diretora de Secretaria, digitei e o subscrevi. **ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA. JUIZ DE DIREITO – RESPONDENDO**

O DOUTOR ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 3ª ZONA JUDICIÁRIA, RESPONDENDO POR ESTA COMARCA VINCULADA DE CHORÓ, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC... **FAZ SABER** aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que atendendo ao requerimento formulado pelo(a) requerente**: Antônia Evanilda Alves da Silva,** brasileira, casada, agricultora, residente na Fazenda Teodósio, Choró/Ce, *o MM. Juiz mandou expedir este **EDITAL** pelo qual fica **CITADA O REQUERIDO*** **FRANCISCO VALDECI GOMES DA SILVA,** *brasileiro, solteiro, residente na localidade de Teodósio, Choró/Ce, atualmente em local incerto e não sabido, para que fique ciente da ação, advertindo-o de que o prazo para contestar fluirá a partir da citação, **conforme despacho proferido pelo MM. Juiz de Direito Dr. Roberto Nogueira Feijó.*** Dado e passado nesta Comarca de Choró-Ce., aos dezoito (18) dias do mês de janeiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis). Eu, _____, Cely Sales Campêlo – Diretora de Secretaria, digitei e o subscrevi. **ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA. JUIZ DE DIREITO – RESPONDENDO**

O DOUTOR ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 3ª ZONA JUDICIÁRIA, RESPONDENDO POR ESTA COMARCA VINCULADA DE CHORÓ, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC... **FAZ SABER** aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que atendendo ao requerimento formulado pelo(a) requerente**: LUCINEIRE GOMES SILVA,** brasileira, divorciada, residente na Rua Santa Helena, nº 21, Putiú, Quixadá/Ce, *o MM. Juiz mandou expedir este **EDITAL** pelo qual fica **CITADA A REQUERIDA*** **AURINEIDE SANTOS DE OLIVEIRA,** *brasileira, solteira, residente na Trav. Francisco de Almeida, 88, parque Presidente Vargas, Fortaleza/Ce, atualmente em local incerto e não sabido, para que fique ciente da ação, advertindo-a de que o prazo para contestar fluirá a partir da citação, **conforme despacho proferido pelo MM. Juiz de Direito Dr. Roberto Nogueira Feijó.*** Dado e passado nesta Comarca de Choró-Ce., aos dezoito (18) dias do mês de janeiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis). Eu, _____, Cely Sales Campêlo – Diretora de Secretaria, digitei e o subscrevi. **ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA. JUIZ DE DIREITO – RESPONDENDO**

O DOUTOR ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 3ª ZONA JUDICIÁRIA, RESPONDENDO POR ESTA COMARCA VINCULADA DE CHORÓ, ESTADO DO CEARÁ, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ETC.... FAZ SABER aos que o presente EDITAL, virem, ou tiverem conhecimento que perante este Juízo e Secretaria desta Comarca tramitam os autos da AÇÃO DE USUCAPIÃO, Processo Nº PROC. Nº 135-94.2014.8.06.0190 (763/2008)no qual é requerente: **Luzia Gerlane Fernandes Lima**, brasileira, solteira, comerciante, residente na Rua Clarindo José de Brito, Bairro Alto do Cruzeiro, Choró/Ce**,** com o objetivo de lhe ser declarada o exclusivo domínio **de um terreno de 343,05m², onde se encontra encravada um imóvel residencial, com uma área construída de 88,28m², e 254,77m² de área descoberta situada na Rua Clarindo José de Brito, 137, Bairro Alto do Cruzeiro,** Choró/Ce, **tendo como confinantes quais sejam: Ao Norte: limitando-se com à rua José Clarindo de Brito; ao Sul: limitando-se com a propriedade do Sr. José Mauro Holanda Jucá; ao Leste: com a propriedade da Sra. Lais Sales Campêlo e ao Oeste, com terra do Sr. José Nilson Germano de Queiroz, perfazendo assim uma área total de 343, 05m³.** E para que se cumpra o disposto no inciso IV do Art. 232 do C.P.C., o MM. Juiz mandou expedir este EDITAL pelo qual ficam CITADOS os confinantes: **Lais Sales Campêlo, José Nilson Germano de Queiroz, e José Mauro de Holanda Jucá com suas respectivas esposas,** para contestarem a Ação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do vencimento do prazo deste Edital, sob pena de revelia, caso em que se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora na Petição Inicial, sendo o presente Edital afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Choró-Ce., aos dezoito (18) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, _____, Cely Sales Campêlo, Diretora de Secretaria, digitei e o subscrevi. **ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA. JUIZ DE DIREITO – RESPONDENDO**

COMARCA DE CRATEÚS - 1ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS

Juiz(a) Substituto : NELIANE RIBEIRO DE ALENCAR
Diretor(a) de Secretaria: MARIA EVANILDE PAIVA GOMES
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25766	1		/	1

1) 49220-21.2014.8.06.0070/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: JANAINA ALVES DE PINHO REQUERIDO.: MARCELO DO NASCIMENTO FREITAS REQUERENTE.: MARIA YASMIM ALVES FREITAS .**"Pelo presente, fica o advogado devidamente intimado, para os termos da sentença transcrita em sua parte final: A desistência da ação é um direito que assiste à parte. No caso em comento, o requerido informou que nada tinha a opor quanto ao pedido. Isto posto, com fundamento no art. 267, VIII, do CPC, extingo a presente ação sem resolução de mérito. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I."**- INT. DR(S). VANDERSON PRUDENCIO DA SILVA .

Juiz(a) Substituto : NELIANE RIBEIRO DE ALENCAR
Diretor(a) de Secretaria: MARIA EVANILDE PAIVA GOMES
EXPEDIENTE nº 4/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/17892	1		CE/16394	1
CE/29265	1		/	1

1) 15514-52.2011.8.06.0070/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: CRISTIANE SOUSA BEZERRA REQUERENTE.: HELEN CRISTINA SOUSA DA CRUZ REQUERIDO.: PAULO HENRIQUE LEITAO DA CRUZ REQUERENTE.: PAULO HENRIQUE LEITAO DA CRUZ FILHO .**"Pelo presente, ficam os advogados devidamente intimados, para os termos da sentença transcrita em sua parte final: HOMOLOGO O ACORDO FORMULADO PELAS PARTES, conf. petição de fls. 53/55, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III do CPC. Recolham-se os mandados de prisão. Sem custas processuais e honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I."**- INT. DR(S). ANTÔNIO CLEÍLSON CÉSAR DE PAIVA , FRANCISCO JOSE MOURAO DIAS FILHO , VELLUMA LORHAINE FÁTIMA DA SILVA MAQUES .

COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

Juiz(a) Titular : JOSE BATISTA DE ANDRADE
Diretor(a) de Secretaria: EDLA MARIA NEVES FEITOSA NORONHA
EXPEDIENTE nº 527/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/24016	1		CE/14944	1
/	1		CE/28789	2
CE/32168	2		CE/28897	2
CE/24016	2		/	2
CE/23026	3		/	3
CE/14005	4		CE/13613	4
CE/16629	4		/	4
CE/31864	5		/	5
CE/31864	6		/	6
CE/4007	7		/	7
CE/23502	8		CE/20787	8
/	8		CE/23502	9
CE/20787	9		/	9
CE/8077	10		/	10
CE/8077	11		/	11
CE/8077	12		/	12
CE/8077	13		/	13
CE/8077	14		/	14
CE/31864	15		/	15
CE/31864	16		/	16
CE/31864	17		/	17
CE/31864	18		/	18
CE/31864	19		/	19
CE/31864	20		/	20

1) 31947-26.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ARTUR DE SOUZA SILVA FILHO REPRESENTADO POR BRUNA MIKAELE CARDOSO TELES REQUERIDO.: UNIMED CARIRI -COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2016, às 09:30, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria**

10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".- INT. DR(S). SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES , TALLES ANTONIO CALOU DE MENESES LOBO

2) 36313-74.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: RAFAEL LUNA ARRAES RODRIGUES REPRES/POR CANDICE LUNA ARRAES REQUERIDO.: UNIMED DO CARIRI - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2016, às 09:00, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOSÉ CLÍSTENES ROCHA COELHO , KAUÊ LUNA FONTES DE PAIVA QUEIROZ , LÍVIA MARIA SIEBRA FELÍCIO CALLOU , SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES

3) 36521-92.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: JOSE MELO DE OLIVEIRA REQUERENTE.: MARIA DA CONCEIÇAO GONÇALVES DA SILVA. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1° Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 01 de março de 2016, às 15:00 horas, que se realizará no Fórum desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que, de acordo com a Portaria 01/2012, Art. 1°, fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). EMMANUEL LEAL DE SANTANA

4) 36597-82.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA DENILDA DA SILVA SOUSA E JOSE LUCIER DE SOUSA REPRES/ BRUNO HENRIQUE DA SILVA SOUSA REQUERIDO.: JOSE AURELIANO GALVAO RODRIGUES. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2016, às 10:00, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). CICERO LUIZ BEZERRA FRANCA , FLACIANA KARINA LIMA DE ALENCAR , PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA

5) 37701-12.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: MARCOS VINICIUS PEREIRA VIRAÇAO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGUROS - DPVAT. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 16 (dezesseis) de março de 2016, às 10:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

6) 37846-68.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO - DPVAT. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 16 (dezesseis) de março de 2016, às 09:30 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

7) 38030-24.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: LEANDRO GOMES DE OLIVEIRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 16 (dezesseis) de março de 2016, às 09:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA

8) 38081-35.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: GERSON VITORINO BEZERRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT S/A. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 15 (quinze) de março de 2016, às 10:30 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA , THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

9) 38082-20.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: GLEICIANE DOS SANTOS VIANA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT S/A. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 15 (quinze) de março de 2016, às 11:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos**

cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".- INT. DR(S). ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA , THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

10) 46535-67.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: GUSTAVO HENRIQUE AGAPTO BEZERRA DE ALMEIDA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 29 (vinte e nove) de março de 2016, às 09:00, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

11) 46537-37.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO CARLOS GONÇALVES MARQUES REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 29 (vinte e nove) de março de 2016, às 09:20, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

12) 46575-49.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANA MARIA DE SOUSA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 15 (quinze) de março de 2016, às 10:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

13) 46576-34.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO ALENCAR MARTINS REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 15 (quinze) de março de 2016, às 09:30 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

14) 46579-86.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO OSMELDO CARDOSO RIBEIRO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 15 (QUINZE) de março de 2016, às 09:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

15) 46788-55.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: RONALDO RICARTO DE ARAUJO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 (trinta) de março de 2016, às 09:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

16) 46789-40.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: SAMUEL DA SILVA ROSA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 (trinta) de março de 2016, às 09:45 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

17) 46790-25.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: IGOR SILVA DOS SANTOS REPRES/POR ELIETE DA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO - DPVAT. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 (trinta) de março de 2016, às 10:15 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

18) 46796-32.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSE ALEX DOS SANTOS PEREIRA

REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT. **“ De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 (trinta) de março de 2016, às 09:15 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.”.**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

19) 46798-02.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO COSTA PEREIRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT. **“De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 (trinta) de março de 2016, às 10:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.”.**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

20) 46800-69.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: CICERO ANTONIO SILVA BEZERRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT .**”De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 1ª Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimados(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 30 (trinta) de março de 2016, às 09:30 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.”**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI .

Juiz(a) Titular : JOSE BATISTA DE ANDRADE
Diretor(a) de Secretaria: EDLA MARIA NEVES FEITOSA NORONHA
EXPEDIENTE nº 2/2016 em: Quatorze (14) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/6675	1		CE/16718	1
CE/12289	1		/	1
CE/17880	2		/	2
SP/138646	3		/	3
CE/10129	4		SC/7701	4
RJ/48812	4		/	4
CE/13261	5		CE/17179	5
CE/23709	5		/	5
CE/28161	6		CE/16497	6
SP/128457	6		CE/20725	6
CE/16329	6		/	6
CE/1870	7		CE/10952	7
/	7		CE/17399	8
CE/17972	8		/	8
CE/18682	9		SP/108911	9
/	9		CE/29694	10
/	10		CE/15645	11
CE/13261	11		/	11
CE/15645	12		CE/13261	12
/	12		CE/13261	13
CE/24230	13		/	13
CE/9679	14		CE/15309	14
/	14		CE/15067	15
/	15		CE/13261	16
/	16		CE/23748	17
CE/20762	17		/	17
CE/17399	18		/	18
CE/13261	19		/	19
CE/7714	20		CE/12656	20
/	20		CE/14458	21
/	21		CE/4448	22
CE/18095	22		/	22
CE/23112	23		CE/17314	23
/	23		CE/31864	24
/	24		CE/16675	25
/	25		CE/20417	26
/	26		CE/18682	27
SP/108911	27		/	27
CE/11873	28		CE/24394	28
/	28		CE/11471	29
/	29		CE/17314	30

/	30		CE/23112	31
/	31		CE/21493	32
/	32		CE/32677	33
CE/24508	33		/	33
CE/13998	34		CE/10129	34
CE/12997	34		/	34
CE/25204	35		CE/23997	35
/	35		CE/10534	36
CE/7963	36		CE/18057	36
CE/5688	36		/	36
CE/13261	37		CE/27592	37
CE/24230	37		/	37
CE/16542	38		CE/9254	38
/	38		CE/20762	39
/	39		CE/13261	40
CE/15480	40		CE/3604	40
CE/28761	40		/	40

1) 16336-24.2000.8.06.0071/0 - Nº Antigo: 2001009005797 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXEQÜIDO.: FATIMA MARIA PEREIRA ESMERALDO - ME TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para requerer o que entender de direito, em dez (10) dias.".**- INT. DR(S). ADAIL COLARES TAVORA , ALLAN XENOFONTE DE BRITO , MARIA DAS GRAÇAS ALBUQUERQUE COSTA DE AQUINO

2) 16543-23.2000.8.06.0071/0 - Nº Antigo: 2001009000361 - EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE.: FAZENDA NACIONAL EXEQÜIDO.: JOSE NAZARENO PINHEIRO E CIA LTDA. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 77 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos etc. A decisão embargada (fls. 59/63v) não contém omissão, contradição, dúvida, obscuridade ou erro material passível de ensejar embargos de declaração. No mais, a embargante pretende rediscutir o mérito da questão para suposta correção da decisão, o que é descabido em sede de embargos de declaração. Ademais, nas causas em que a Fazenda Pública for vencida, o §4º do artigo 20 do CPC aduz que os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, "atendidas as normas das alíneas a, b, e c do parágrafo anterior" (§3º) - sem referência ao caput, portanto - do dispositivo em comento. Destarte, não configuradas quaisquer das hipóteses do art. 535 do CPC, os embargos opostos não merecem acolhimento, pois a decisão embargada apenas colide com as tesesapresentadas pela embargante. Ante o exposto, desacolho os embargos de declaração interpostos.".**- INT. DR(S). STÊNIO ROLIM DE OLIVEIRA

3) 29634-97.2011.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ACE SEGURADORA SA REQUERIDO.: MARIA EDILANIA OLIVEIRA LIRA. **"(Setor) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para apresentar cópia da apólice securitária, no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). EDUARDO GALDAO DE ALBUQUERQUE

4) 29638-03.2012.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: FEDERAL DE SEGUROS REQUERENTE.: FRANCISCO FABIO ALENCAR REIS REQUERENTE.: GERALDA LOPES DA SILVA REQUERENTE.: JOAQUINA DE MORAIS LACERDA REQUERENTE.: LEUMAR RAMIRO CHAVES REQUERENTE.: MARIA ANI LEITE CHAVES REQUERENTE.: MARIA BATISTA DE OLIVEIRA SILVA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 821 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "FEDERAL DE SEGUROS, qualificada nos autos, apresentou agravo retido às fls. 524/559 dos autos, na forma prevista no art. 523 do Código de Processo Civil, contra a decisão de fls. 506/509v do volume processual. A decisão agravada rejeitou todas as preliminares arguidas na contestação e deferiu as provas requeridas, especialmente a prova pericial. Ouvido o agravo no prazo legal (fls. 760/820). Não obstante as razões e assertivas lançadas na petição de agravo, mantenho a decisão agravada pelos fundamentos firmados no despacho de fls. 506/509v dos autos, a míngua de elementos que deem suporte fático e jurídico à revogação ou reforma da decisão interlocutória atacada. Cientifiquem as partes. A seguir, voltem conclusos para regular prosseguimento do feito.""".**- INT. DR(S). FRANCISCO LEOPOLDO MARTINS FILHO , MARIO MARCONDES NASCIMENTO , ROSANGELA DIAS GUERREIRO DE ALMEIDA

5) 30946-40.2013.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS REQUERIDO.: O MUNICIPIO DO CRATO. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do indeferimento do pedido de reconsideração constante às fls. 83/85, uma vez que a sentença transitou em julgado e pela ausência de prova que a condenação exceda 60 (sessenta) salários mínimos, motivo indicado na sentença para não conceder o recurso de ofício, como se infere das fls. 76.".**- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES , HINA MIRELLA VILAR PORTELA AGUIAR , LIVIA SAMARA OLIVEIRA CONSTANTINO

6) 31513-03.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: CREFISA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERENTE.: RITA ELICIDAN ROLIM BATISTA. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para dizer sobre a possibilidade de acordo e/ou pretensão de produzir provas, especificando-as, no prazo de dez (10) dias, estando claro que o silêncio será interpretado como anuência ao julgamento antecipado do feito, desde já declarado.".**- INT. DR(S). AECIO MOTA DE SOUSA , ANDRE CARVALHO ALVES , LEILA MEJDALANI PEREIRA , PATTRICK LUÍS RAMOS DE CARVALHO , SAMUEL DE OLIVEIRA LACERDA

7) 31532-09.2015.8.06.0071/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO BRADESCO S/A EXEQUENTE.: J ROCHA CONSTRUÇAO ME. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 44 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: R. H. BANCO BRADESCO S/A, qualificado nos autos, autora desta Ação de Busca e Apreensão, ajuizada em face de J ROCHA CONSTRUÇÃO ME, igualmente qualificada nos autos, ingressou com pedido de conversão da presente ação em AÇÃO DE EXECUÇÃO, com fundamento no art. 5º do Decreto/Lei 911/69, mediante as razões de fls. 40/42 dos autos. A conversão da ação de busca e apreensão diretamente em ação executiva, sem a necessidade de conversão prévia em ação de depósito, somente é possível quando não angularizada a relação processual. Neste sentido, os seguintes julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONVERSÃO DA AÇÃO ORIGINÁRIA DE BUSCA E APREENSÃO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE ANTES DE ANGULARIZADA A RELAÇÃO PROCESSUAL. É possível, antes de angularizada a relação processual, a conversão da ação de busca e apreensão em ação de execução, nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 911/69, combinado com o art. 294 do CPC. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70049264575, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miriam A. Fernandes, Julgado em 28/12/2012); AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. Não tendo sido angularizado o feito, e tendo o agravante emendado a inicial, postulando pelo aditamento da ação, nos termos do art. 5º do DL 911/69, cumulado com o art. 294 do CPC, é permitida a conversão da ação originária de busca e apreensão em ação de execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70048954978, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roberto Sbravati, Julgado em 16/08/2012); AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. POSSIBILIDADE. CONVERSÃO. Quando ainda não angularizada a relação processual, não há óbice à conversão da ação de busca e apreensão em execução por quantia certa. Exegese dos artigos 294 do CPC e 5º do DL 911/69. AGRAVO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70040402737, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dorval Bráulio Marques, Julgado em 17/12/2010); No caso concreto, antes mesmo de ser angularizada a relação processual (fls. 37), a parte autora emendou a inicial, requerendo a conversão da Ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução, o que é possível nos termos do art. 294 do Código de Processo Civi, in verbis: ¿Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa¿. Nelson Nery Junior, ao comentar o referido artigo, aponta para a possibilidade de tal emenda à inicial: ¿Modificação do pedido. Como antes da citação a relação processual ainda nãoestá completa, o autor poderá aditar ou modificar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de qualquer autorização. As despesas que eventualmente decorrerem dessa modificação deverão ser carreadas ao autor, que a elas deu causa, sendo responsável pelo pagamento.¿ Ademais, o Decreto-Lei n. 911/69, em seu artigo 5º prevê a possibilidade do credor recorrer à ação executiva: Art 5º. Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução. Além disso, conforme Arnaldo Rizzardo, o Decreto-Lei n. 911/69 assegura duas ações ao credor fiduciário para a satisfação do crédito a que faz jus, no caso a execução e a busca e apreensão. Vejamos: ¿Para a visão global da matéria, necessário abordar os caminhos garantidos ao credor fiduciário, visando a satisfação de seu crédito. Pelo Decreto-Lei nº 911, duas as ações asseguradas ao credor fiduciário (...). a) A ação de execução, permitida pelo art. 5º do Decreto-lei nº 911: ¿Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se for o caso, ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.¿ Ressalva o parágrafo único: ¿Não se aplica à alienação fiduciária o disposto nos incisos VI e VIII do art. 649 do Código de Processo Civi¿; (...) b) A ação de busca e apreensão que, na forma do § 8º, art. 3º, do Decreto-lei nº 911, em redação da Lei nº 10.931, constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior. Logo, é facultado ao credor fiduciário a interposição da ação de busca e apreensão, ou da ação de execução, consoante está expressamente previsto no Decreto-Lei n. 911/69. Portanto, no presente caso, ainda não tendo sido angularizado o feito, e tendo a autora emendado a inicial, é permitida a conversão da ação originária de busca e apreensão em ação de execução. Assim, com fundamento no art. 5º, do Decreto-Lei nº 911/69, com redação da Lei nº 6.071/74, converto a Ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução. Efetuem-se as necessárias anotações, inclusive no Sistema Processual/ SPROC, e retifique a autuação e registro nos autos.""**.- INT. DR(S). MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO , ROSEANY ARAUJO VIANA

8) 3157-76.2007.8.06.0071/0 - EXECUÇÃO FISCAL EXEQÜIDO.: JOSE GILSON RIBEIRO DE ALENCAR PARENTE EXEQUENTE.: O MUNICIPIO DO CRATO. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 35/36 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. O MUNICÍPIO DO CRATO move Execução Fiscal contra JOSÉ GILSON RIBEIRO DE ALENCAR PARENTE, através da qual pretende receber valores correspondentes à multa imposta pelo TCM - Tribunal de Contas dos Municípios. O executado foi citado e nomeou bem à penhora que foi aceito pelo credor mas não foi localizado para ser avaliado pelo Oficial de Justiça, estando o feito aguardando o fim das greve dos oficiais de justiça para que o devedor seja intimado para indicar a localização do bem(fls. 09/13, 21/22 e 30/33). É O RELATÓRIO. DECIDO: Trata-se de execução de multa imposta pelo TCM - Tribunal de Contas dos Municípios, proposta pelo Município do Crato contra ex-agente público ordenador de despesas. De início, convém ressaltar que o tema da competência para execução de multas dos Tribunais de Contas somente será pacificado quando do julgamento do ARE 641896-RJ pelo pleno do STF, ainda em tramitação, a que se atribuiu repercussão geral. Ali se questiona a legitimidade do Estado ou do Município para executar multa imposta pelo Tribunal de Contas, este enquanto órgão mantido pelo Estado. Passa-se, portanto, ao julgamento da causa, conforme entendimento já estabelecido e consolidado na 2ª Vara Cível da Comarca de Crato-CE, onde exerço a titularidade. Entende-se que, diversamente da imputação de débito/ressarcimento ao erário, em que se busca a recomposição do dano sofrido pelo ente público, nas multas há uma sanção a um comportamento ilegal da pessoa fiscalizada, tais como, verbi gratia, nos casos de contas julgadas irregulares sem resultar débito; descumprimento das diligências ou decisões do Tribunal de Contas; embaraço ao exercício das inspeções e auditorias; sonegação de processo, documento ou informação; ou reincidência no descumprimento dedeterminação da Corte de Contas. As multas têm por escopo fortalecer a fiscalização desincumbida pela própria Corte de Contas, que certamente perderia em sua efetividade caso não houvesse a previsão de tal instrumento sancionador. Em decorrência dessa distinção essencial entre ambos - imputação de débito e multa - é que se merece conferir tratamento distinto. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal ao qual esteja vinculada a Corte de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. "Diferentemente, porém, do que até aqui**

foi visto, em se tratando de multa, a mesma não deve reverter para a pessoa jurídica cujas contas se cuida. Nesse caso, deve reverter em favor da entidade que mantém o Tribunal de Contas." (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes in Tribunais de Contas do Brasil - Jurisdição e Competência). Não foi outra a solução preconizada pela próprio Tribunal de Contas da União, por meio da Portaria n. 209, de26 de Junho de 2001 (BTCU n. 46/2001), relativa ao Manual para Formalização de Processos de Cobrança Executiva, no qual se destacou que "a multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional". Em seguida, por meio da Portaria-SEGECEX n. 9, de 18.8.2006, também relativa ao Manual de Cobrança Executiva (BTCU n. 8/2006), a Corte de Contas da União dispôs: "A multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional e sua execução judicial está sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da União/AGU." Logo, mesmo nos casos em que a Corte de Contas da União fiscaliza outros entes que não a própria União, a multa eventualmente aplicada é revertida sempre à União - pessoa jurídica a qual está vinculada - e não à entidade objeto da fiscalização. Este mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos Tribunais de Contas Estaduais, de modo que as multas deverão ser revertidas ao ente público ao qual a Corte está vinculada, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. Destarte, a legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito originado de multa aplicada a gestor municipal por Tribunal de Contas é do ente público que mantém a referida Corte - in casu, o Estado do Ceará -, que atuará por intermédio de sua Procuradoria. Veja-se nesse mesmo sentido os seguintes precedentes do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MULTA IMPOSTA A EX-GESTOR MUNICIPAL POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. 1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar os EAG 1.138.822/RS, da relatoria do Min. Herman Benjamin (DJe de 01/03/2011), firmou orientação no sentido de que é preciso "distinguir os casos de imputação de débito/ressarcimento ao Erário - em que se busca a recomposição do dano sofrido, e, portanto, o crédito pertence ao ente público cujo patrimônio foi atingido - dos de aplicação de multa, que, na ausência de disposição legal específica, deve ser revertida em favor do ente a que se vincula o órgão sancionador". 2.Em se tratando de execução de multa imposta ao ex-prefeito do Município de Rio Pardo/RS por infringência de Normas de Administração Financeira e Orçamentária pelo Tribunal de Contas Estadual, deve ser reconhecida a legitimidade ativa do Estado do Rio Grande do Sul. 3. Recurso especial provido. (REsp 1328779/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 22/10/2012) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO FORMADO NO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL EM RAZÃO DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EX-PREFEITO. LEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO. 1. As multas aplicadas pelos Tribunais de Contas Estaduais deverão ser revertidas ao ente público com o qual a Corte tenha ligação, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal a que esteja vinculado o Tribunal de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. Precedente: AgRg no REsp 1181122/RS. 2. A legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito oriundo de multa aplicada a ex-prefeito por Tribunal de Contas é do ente público que mantém o referido Órgão, neste caso, o Estado do Rio Grande do Sul. 3. Agravo Regimental provido. (AgRg no Ag 1333402/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 04/02/2011) Do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará também os seguintes precedentes: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTA. MULTA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ILEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível em execução fiscal aparelhada em Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios referente à imputação de multa ao Sr. RAIMUNDO ACINESIO BEZERRA, ex-gestor, decorrente de prestações de contas. 2. O município de General Sampaio não detém legitimidade para executar multa imposta a gestor municipal pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Legitimidade ativa ad causam do Estado do Ceará. 3. Recurso conhecido e não provido. 4. Sentença mantida. (Apelação nº 0000039-41.2012.8.06.0193, Rel. Desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, julgado em 14.08.2013). APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVAS NÃO-TRIBUTÁRIA. MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS A EX-GESTOR MUNICIPAL (PREFEITO). ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA DO ÓRGÃO AUXILIAR DO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EXEQUENTE. PRECEDENTES DO STF, STJ E TJCE. SENTENÇA CONFIRMADA. I. O apelante ajuizou a execução do crédito contido em Certidão da Dívida Ativa Não-Tributária decorrente da aplicação de multa pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará em face de ex-gestor municipal. II - O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento ao julgar os Embargos de Divergência no Agravo nº 1.138.822/RS de que cabe ao ente da Federação que mantém o Tribunal de Contas a legitimidade para cobrar o valor decorrente de multa aplicada ao ex-gestor por infringência de normas de administração financeira e orçamentária. III - No mesmo sentido é a jurisprudência do STF até o momento, embora tenha reconhecido a repercussão geral da matéria sem, contudo, haver examinado o seu mérito, sendo desnecessário sobrestar o julgamento do feito. IV - Ilegitimidade ativa do exequente reconhecida pela sentença, que não deve ser modificada. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Apelação nº 0000478-71.2009.8.06.0059, rel. Des. Paulo Airton Albuquerque Filho, Dje 18.08.2014) Assim, embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a repercussão geral da matéria no ARE-RG 641.896/RJ, cujo mérito ainda se encontra pendente de julgamento, certo é que há divergências na jurisprudência atual da mencionada Corte, encontrando-se a posição consolidada no Superior Tribunal de Justiça, bem assim no próprio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no sentido de se afirmar a ilegitimidade do Município para executar multas impostas pelo Tribunal de Contas na fiscalização das contas municipais. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTA a execução fiscal em epígrafe, em razão da ilegitimidade do Município do Crato para executar multa imposta pelo TCM a agente público. Sem custas ou honorários."".- INT. DR(S). DAVI FRANÇA ARARIPE CARIRI , JOÃO PAULO SILVA MACEDO LIMA

9) 33105-82.2015.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: ARTUR EMILIO LOBO REQUERENTE.: BANCO SAFRA S/A. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 35 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc... BANCO SAFRA S/A, qualificado nos autos, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO contra ARTHUR EMÍLIO LOBO, igualmente qualificado, com fundamento na Lei nº 10.931/04 e Decreto-Lei Nº 911/69, conforme exordial de fls. 02/04. Juntos os documentos de fls. 04/20. Deferida a liminar de busca e apreensão(fls. 23), antes que fosse cumprida a decisão e citado o promovido, a autora requereu a extinção do processo por desistência, com base no art. 267, VIII, do CPC(fls. 25/27 e 32/34). É O RELATÓRIO. DECIDO. Como decorrência do princípio da disponibilidade processual, a desistência consiste na abdicação expressa da posição processual, alcançada pelo autor após o ajuizamento da ação. Para tanto, é necessário que ainda não tenha decorrido o prazo para resposta do réu, posto que, uma vez apresentada, está formada a relação processual e a desistência passa a carecer do consentimento do promovido. No caso vertente,**

o pedido merece ser acolhido, pois ainda não houve sequer a citação do promovido, portanto, desnecessário seu consentimento (inteligência do § 4o do art. 267 do CPC). Isto posto e o mais que dos autos consta, HOMOLOGO a desistência, para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil e JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, tornando sem efeito a liminar de fls. 23. Sem Custas.”".- INT. DR(S). NELSON PASCHOALOTTO , NELSON PASCHOALOTTO

10) 33298-34.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE CRATO CE REQUERENTE.: RBA PRODUÇOES E EVENTOS. **“(Setor ANDREA) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 71 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: CERTIFICO para os devidos legais, independentemente de despacho, nos termos da Portaria 2005-002 de 14/03/2005 e como autoriza o art. 162, § 4º, do Código de Processo Civil, e art. 389, alínea ¿a¿, da Lei Estadual nº 12.342, de 28.07.1994 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará): VISTA AO ADVOGADO DA PARTE CONTRÁRIA para se manifestar sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 59/70.”.**- INT. DR(S). PAULA DE ALENCAR LIMA

11) 33401-07.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ESTADO DO CEARA REPRES/POR CAMILO SOBREIRA DE SANTANA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DO CRATO REPRESENTADO POR RONALDO GOMES DE MATTOS REQUERENTE.: SEVERINO DANTAS DA SILVA REPRES/POR FRANCISCA DANTAS DE LIMA. **“(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 68/69 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: “Vistos, etc. SEVERINO DANTAS DA SILVA, qualificado nos autos, neste ato representado por sua curadora, FRANCISCA DANTAS DE LIMA, igualmente qualificada na inicial, através da defensoria pública, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra o MUNICÍPIO DO CRATO, representado pelo gestor municipal, RONALDO GOMES DE MATTOS, e o ESTADO DO CEARÁ, representando pelo governador CAMILO SOBREIRA SANTANA, igualmente qualificados, com base nos arts. 196, 198 245, 248 da CF c/c art. 2º da Lei 8.080/90, mediante as razões abaixo expendidas. Consta na inicial que o autor é portador de OSTEOPOROSE FRAVE DE JOELHO DIREITO (CID M.17), por isso necessita da cirurgia de ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO ESQUERDO, conforme prescrição do médico Marcel Pita. Disse que não possui condições financeiras para custear a cirurgia e que buscou auxílio da Secretaria de Saúde, mas não obteve êxito, sendo informado que o procedimento só poderia ser realizado na cidade de Fortaleza-CE, pelo que requereu a concessão de antecipação de tutela para que os promovidos forneçam o tratamento, tendo em vista a inviabilidade de deslocamento para a capital, sendo, ao final, o pleito julgado procedente. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/19. Deferida a antecipação de tutela (fls. 22/23). O município foi citado (fls. 29) e contestou às fls. 34/47, alegando preliminarmente a responsabilidade exclusivo do Estado quanto ao custeio do procedimento. Defendeu, ainda, a ineficácia plena do art. 196 da Constituição Federal em face da obrigação do município em disponibilizar medicação de alto custo, por ser uma norma de eficácia limitada. Argumentou a aplicação do princípio da reserva do possível, alegando a inexistência da obrigação legal dos municípios fornecerem medicamentos de alto custo, de modo que não há previsão orçamentária. Afirmou, também, que o atendimento de um caso de alto custo comprometeria o coletivo; sustentando, baseado no princípio da indisponibilidade do interesse público, que não pode fazer liberalidades com o dinheiro público, não podendo, assim, arcar com os custos do referido tratamento. Por fim, requereu a improcedência em parte da lide, uma vez que não negou o fornecimento do procedimento e cumpriu a liminar (fls. 49/52 e 65/67). O Estado, citado às fls. 31, deixou de apresentar contestação. O autor replicou às fls. 55/60. O Ministério Público opinou favorável ao pedido (fls. 62/64). É O RELATÓRIO. DECIDO. O pleito autoral se funda em princípios constitucionais, inerentes a manutenção da saúde e preservação da vida, bem como nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, constantes na Carta Magna e Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. O STJ tem reiteradamente decidido que: “A ordem constitucional vigente, emseu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não “qualquer tratamento”, mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento”. Portanto, deve ser mantida absoluta prioridade no tocante à proteção da saúde e vida digna. Para tanto, a Constituição Federal preconiza (art. 196) o dever do Estado e demais entes federativos em providenciar a saúde, através de políticas públicas. Esta norma possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, como expressamente prevê o § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal. O art. 5º, caput, da CF, garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País. Por outro lado, dentre os direitos sociais fundamentais, o art. 6º, caput, da nossa Carta Política, destaca o direito à saúde. E este direito é explicitado em seu art. 196, que assim estabelece: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem á redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Na sequência, no delineamento da rede pública de saúde, art. 198, dispõe que: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralizado, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Por sua vez, regulamentando as normas constitucionais acima, a Lei nº 8.080/90, precisamente em seu art. 7º, III, dispõe sobre a integralização do sistema de assistência à saúde da população, estabelecendo que: Art. 7º. As ações e serviços de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS - são desenvolvidos de acordo com as diretrizes do art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: (...) II - integralidade de assistência, entendida como um conjunto de ações preventivas e curativas, individuais e coletivas, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Assim sendo, fazendo a interpretação sistemática das normas acima, facilmente se conclui que os entes federados (União, Estados-Membros e Município) são solidariamente responsáveis pela garantia e preservação do direito fundamental da saúde de qualquer brasileiro e dos estrangeiros residentes no País. Assim sendo, em razão da responsabilidade solidária dos três entes da federação no que diz respeito ao funcionamento do SUS a ao fornecimento de medicamento ou tratamento sem restrição quando à complexidade da doença, ao impetrante compete ingressar com ação, à sua escolha, em desfavor de um isoladamente ou de todos deles, por se tratar de litisconsórcio facultativo. Ademais, a urgência do tratamento pleiteado não poderia aguardar uma solução demorada e burocrática sob pena de malferir o texto constitucional. In casu, a hipossuficiência financeira do promovente não pode privá-lo do tratamento médico que lhe foi prescrito, tal como a realização da cirurgia já mencionada, sendo dever de todos os entes estatais garantir sua saúde e vida, conforme decisão abaixo colacionada:**

DECISÃO MONOCRÁTICA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA SAÚDE. SOLIDARIEDADE DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. As entidades federativas têm o dever comum de zelar pela saúde dos seus cidadãos. A condenação no fornecimento dos medicamentos é ampla e visa proteger o direito à saúde e à vida, prestigiando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde e á vida, atrelados à dignidade da pessoa humana se sobrepõe ao princípio da reserva do possível. Precedentes. Possibilidade de substituição do medicamento prescrito por outro com o mesmo princípio ativo, vulgo genérico. Cautela suficiente para garantir a melhor utilização dos recursos públicos. Multa fixada em valor adequado. Manutenção da sentença. Recurso que se nega seguimento do segundo recurso, na forma do art. 557, caput, do CPC.557CPC. (TJ/RJ 0006456-26.2010.8.19.0061, SEXTA CAMARA CIVEL, Relator: DES. TERESA CASTRO NEVES, Data de Julgamento: 31/05/2011). Quanto à necessidade de observação da reserva do possível no custeio do tratamento pelo município, importante destacar que este princípio nunca poderá estar dissociado do "mínimo existencial", pois somente depois de atendido o mínimo existencial, onde se inclui o direito à saúde, é que o Poder Público terá discricionariedade para cogitar a efetivação de outros gastos. Importante entender que a Administração Pública realiza tarefas as mais diversas possíveis, no entanto, existem determinados serviços públicos que jamais podem ser negligenciados, como é o caso da saúde, direito fundamental, inerente à vida, haja vista que sem vida não se poderia falar em quaisquer outros direitos. Nesta esteira, vislumbra-se inafastável a superioridade do valor da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas. Ademais, não se trata de comodidade de tratamento ou mesmo privilégio concedido de forma individualizada em desfavor de outros cidadãos, mas sim de necessidade imprescindível e inadiável para a própria saúde da promovente, o que afasta a violação ao princípio da isonomia, inclusive, determina o art. 195, § 5º, da Carta da República, que é defeso ao administrador esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão sob o argumento de que não dispõe de verbas públicas disponíveis. Os documentos acostados aos autos não deixam dúvida acerca da enfermidade do requerente e da necessidade do procedimento reclamado, como forma de lhe garantir uma vida saudável. Também restou provada e reconhecida a responsabilidade dos promovidos pelo custeio do procedimento, que somente foi realizado após a concessão da liminar (fls. 65/67). ANTE O EXPOSTO e o mais que dos autos consta, com base no art. 269, inciso I do CPC e demais fundamentação supra, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, ratificando a antecipação de tutela de fls. 22/23. Condeno o município e o Estado promovido no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com base na apreciação equitativa (CPC, art. 20, § 4º)."".- INT. DR(S). ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA , GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES

12) 33437-49.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO BARBOSA DA SILVA REPRES/ POR GILSON BARBOSA DA SILVA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DO CRATO REPRESENTADO POR RONALDO GOMES DE MATTOS. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 61/62 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc... ANTÔNIO BARBOSA DA SILVA, representado pelo seu filho GILSON BARBOSA DA SILVA, qualificado na inicial, através da defensoria pública, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra o MUNICÍPIO DO CRATO, representado pelo gestor municipal RONALDO SAMPAIO GOMES DE MATOS, igualmente qualificado, com base nos arts. 195 e 196 da CF, art. 2º, da Lei 8.080/90 e art. 461, do CPC, mediante as razões abaixo expendidas. Alega, em síntese, que é portador de doença de alzheimer - CID G30.9 - e necessita, mensalmente, de 20 latas de ENSURE 900g e 20 pacotes de fraldas geriátricas tamanho "G" . Disse que não tem condições de adquirir a medicação e que buscou o auxílio da secretaria de saúde mas não obteve êxito. Discorreu acerca da necessidade dos medicamentos e obrigação do réu fornecê-los, requerendo a concessão de tutela antecipada e a procedência do pleito. Juntou os documentos de fls. 11/18. Deferida a tutela antecipada (fls. 21/21v). O promovido foi citado (fls. 23v) e contestou às fls. 30/42, defendendo a ineficácia do art. 196 da CF. Discorreu sobre sua responsabilidade de fornecer medicamentos, alimentos e produtos de baixo custo desde que demonstrada a necessidade do autor e observados os princípios da reserva do possível, indisponibilidade do interesse público e legalidade, informando que não se opõe e nem dificulta o fornecimento de medicamento da atenção básica, pelo que requereu a improcedência do pedido. O autor replicou às fls. 51/55. O Ministério Público opinou favorável ao pedido (fls. 57/59). É O RELATÓRIO. DECIDO. O pleito autoral se funda em princípios constitucionais inerentes a manutenção da saúde e preservação da vida, bem como nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, constantes naCarta Magna e Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. O STJ tem reiteradamente decidido que: "A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento". Destarte, deve ser mantida absoluta prioridade no tocante à proteção da saúde e vida digna. Para tanto, a Constituição Federal preconiza (art. 196) o dever do Estado e demais entes federativos em providenciar a saúde, através de políticas públicas. Esta norma possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, como expressamente prevê o § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal. Importante destacar que o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades tem legitimidade "ad causam" para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à saúde, Assim, sendo a saúde pública responsabilidade solidária dos entes federados, ao autor compete ingressar com ação em desfavor de todos ou de um deles isoladamente por se tratar de litisconsórcio facultativo, não merecendo prosperar o argumento de que compete exclusivamente ao ESTADO o fornecimento da medicação requerida. No caso, a hipossuficiência financeira autoral não pode privá-lo do tratamento médico que lhe foi prescrito, diante do seu quadro de saúde, sendo dever de todos os entes estatais garantir sua saúde e vida, conforme decisão abaixo colacionada: DECISÃO MONOCRÁTICA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA SAÚDE. SOLIDARIEDADE DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. As entidades federativas têm o dever comum de zelar pela saúde dos seus cidadãos. A condenação no fornecimento dos medicamentos é ampla e visa protegerodireito à saúde e à vida, prestigiando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde e á vida, atrelados à dignidade da pessoa humana se sobrepõe ao princípio da reserva do possível. Precedentes. Possibilidade de substituição do medicamento prescrito por outro com o mesmo princípio ativo, vulgo genérico. Cautela suficiente para garantir a melhor utilização dos recursos públicos. Multa fixada em valor adequado. Manutenção da sentença. Recurso que se nega seguimento do segundo recurso, na forma do art. 557, caput, do CPC.557CPC. (TJ/RJ 0006456-26.2010.8.19.0061, SEXTA CAMARA CIVEL, Relator: DES. TERESA**

CASTRO NEVES, Data de Julgamento: 31/05/2011). Quanto à necessidade de observação da reserva do possível na aquisição do alimento e das fraldas pelo município, importante destacar que este princípio nunca poderá estar dissociado do "mínimo existencial", pois somente depois de atendido o mínimo existencial, onde se inclui o direito à saúde, é que o Poder Públicoterá discricionariedade para cogitar a efetivação de outros gastos. Necessário entender que a administração pública realiza tarefas as mais diversas possíveis, contudo, existem determinados serviços públicos que jamais podem ser negligenciados, como é o caso da saúde, direito fundamental, inerente à vida, haja vista que sem vida não se poderia falar em quaisquer outros direitos. Nesta esteira, vislumbra-se inafastável a superioridade do valor da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas. Ademais, não se trata de comodidade de tratamento ou mesmo privilégio concedido de forma individualizada em desfavor de outros cidadãos, mas sim de necessidade imprescindível e inadiável para a própria saúde do promovente, o que afasta a violação ao princípio da isonomia, inclusive, determina o art. 195, § 5º, da Carta da República, que é defeso ao administrador esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão sob o argumento de que não dispõe de verbas públicas disponíveis. Os documentos acostados aos autos não deixam dúvida acerca da enfermidade do requerente e necessidade das fraldas e alimento prescritos, não sendo plausível que o autor aguarde indefinidamente a realização de processo licitatório para aquisição dos produtos, sob pena de agravamento do seu quadro clínico e como forma de garantir um tratamento de saúde digno e sobrevivência. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, tornando definitiva a antecipação de tutela deferida às fls. 21/21v, no sentido de que o município forneça ao autor, mensalmente, 20 latas de ENSURE 900g e 20 pacotes de fraldas geriátricas tamanho "G", sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) e/ou bloqueio de verbas públicas. Condeno o promovido no pagamento de honorários advocatícios, no valor de 02(dois) salários mínimos, com base na apreciação equitativa (CPC, art. 20, § 4º)."".- INT. DR(S). ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA , GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES

13) 33456-55.2015.8.06.0071/0 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE REQUERIDO.: ANTONIO BATISTA DA SILVA FILHO REQUERIDO.: CHARLES DELANO PIRES MOREIRA REQUERIDO.: EMANUEL MELO RIBEIRO REQUERIDO.: EVILASIO VIEIRA DA SILVA REQUERIDO.: HERMANO CARLOS GARCIA REQUERIDO.: IGOR BATISTA PEREIRA REQUERIDO.: MAYLSON LEONARDO LEAL CONRADO MAIA REQUERENTE.: O MUNICIPIO DO CRATO REQUERIDO.: PASCOAL DE SOUZA ARAUJO. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 67 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: " É de conhecimento público a greve dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará. Assim, tendo em vista a necessidade de cumprimento do expediente retro para o prosseguimento do feito, e que este não está relacionado como diligência urgente no ofício circular adiante visto, suspendo o processo até o término da greve da categoria, devendo a secretaria renovar a expedição do mandado logo após o fim da mesma.""**.- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES , RENNAN LOBO XENOFONTE

14) 33553-55.2015.8.06.0071/0 - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA REQUERIDO.: MARIA AUXILIADORA SALDANHA E SEU FILHO FRANCISCO IZAQUE SALDANHA MENDONÇA REQUERENTE.: MEDIONAL SERVIÇOS DE CONSTRUÇAO CIVIL LTDA ME. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para apresentar manifestação no prazo de dez (10) dias."**.- INT. DR(S). CARLOS ANTONIO PEREIRA MAIA , LUCIANO CARTAXO PAIVA

15) 33922-20.2013.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BV FINANCEIRA SA CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO.: DAYANE BEZERRA MELO. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 46 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. BV FINANCEIRA S/A CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, qualificada nos autos, através de advogado habilitado, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR contra DAYANE BEZERRA MELO, também qualificada, com fundamento no Decreto-Lei Nº 911/69, alterado pela Lei 10.931/04, objetivando a busca e apreensão do veículo VOLKSWAGEM - GOL 1.0 8V - G4 - TOTAL FLEX - 2P, COR VERMELHA, ANO/MODELO 2011/2012, PLACA OCG 2763, CHASSI 9BWAA05W0CP017669, mediante as razões de fls. 02/04. Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/22. Emenda à inicial às fls. 30/35 Deferida a liminar de busca e apreensão (fls. 37), o veículo foi apreendido e entregue ao depositário fiel, enquanto que a promovida foi citada e deixou transcorrer "in albis" o prazo para contestar (fls. 43/44). O silêncio da ré importa em revelia e confissão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil c/c o Decreto-Lei Nº 911/69, estando comprovado que o autor é credor da suplicada, sendo que o veículo apreendido foi dado em alienação fiduciária em garantia da dívida. ANTE O EXPOSTO e o mais que dos autos consta, decreto a revelia da promovida e, atento à documentação colacionada, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, fundado no art. 319 e art. 330, incisos I e II, do Código de Processo Civil c/c as diretrizes do Decreto-Lei Nº 911/69, declarando rescindido o contrato e consolidando no poder do autor o domínio e a posse direta do veículo VOLKSWAGEM - GOL 1.0 8V - G4 - TOTAL FLEX - 2P, COR VERMELHA, ANO/MODELO 2011/2012, PLACA OCG 2763, CHASSI 9BWAA05W0CP017669, condenando a ré em custas e honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) do valor da causa.""**.- INT. DR(S). EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA

16) 34071-45.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA MARLENE FERREIRA SOUSA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DO CRATO REPRESENTADO POR RONALDO GOMES DE MATTOS. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 55/56 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. MARIA MARLENE FERREIRA SOUSA, qualificada na inicial, através da Defensoria Pública, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra o MUNICÍPIO DO CRATO, representado pelo gestor municipal, RONALDO GOMES DE MATTOS, igualmente qualificados, com base nos arts. 195 e 196 da CF c/c art. 2º da Lei 8.080/90, mediante as razões abaixo expendidas Consta na inicial que a autora é portadora de FIBROMIALGIA (CID 79.7), por isso necessita mensalmente dos medicamentos VELIJA 60 mg e TRAMAL 50mg, na quantidade de 02 (duas) caixas cada, conforme prescrição do médico Aloísio Brasil, CRM 8393. Disse que não possui condições financeiras para aquisição dos medicamentos e que buscou auxílio da Secretaria de Saúde, inclusive através da Defensoria, mas não obteve êxito, sendo informado que os medicamentos não estavam disponíveis, pelo que requereu a concessão de antecipação de tutela para que o promovido forneça os medicamentos, sendo, ao final, o pleito julgado procedente. Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/20. Deferida a antecipação de tutela (fls. 22). O promovido foi citado (fls. 24) e contestou às fls.**

29/41, alegando a ineficácia plena do art. 196 da Constituição Federal em face da obrigação do município em disponibilizar medicação de alto custo, por ser uma norma de eficácia limitada. Argumentou ainda a aplicação do princípio da reserva do possível, alegando a inexistência da obrigação legal dos municípios fornecerem medicamentos de alto custo, de modo que não há previsão orçamentária. Afirmou, também, que o atendimento de um caso de alto custo comprometeria o coletivo; sustentando, baseado no princípio da indisponibilidade do interesse público, que não pode fazer liberalidades com o dinheiro público, não podendo, assim, arcar com os custos do referido tratamento. Por fim, requereu a improcedência em parte da lide no que diz respeito a condenação nos ônus da sucumbência, uma vez que, não negou o tratamento (fls. 26/28). O autor replicou às fls. 45/49. O Ministério Público opinou favorável ao pedido (fls. 51/53). É O RELATÓRIO. DECIDO. O pleito autoral se funda em princípios constitucionais, inerentes a manutenção da saúde e preservação da vida, bem como nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, constantes na Carta Magna e Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. O STJ tem reiteradamente decidido que: "A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento". Portanto, deve ser mantida absoluta prioridade no tocante à proteção da saúde e vida digna. Para tanto, a Constituição Federal preconiza (art. 196) o dever do Estado e demais entes federativos em providenciar a saúde, através de políticas públicas. Esta norma possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, como expressamente prevê o § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal. O art. 5º, caput, da CF, garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País. Por outro lado, dentre os direitos sociais fundamentais, o art. 6º, caput, da nossa Carta Política, destaca o direito à saúde. E este direito é explicitado em seu art. 196, que assim estabelece: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem á redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Na sequência, no delineamento da rede pública de saúde, art. 198, dispõe que: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralizado, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Por sua vez, regulamentando as normas constitucionais acima, a Lei nº 8.080/90, precisamente em seu art. 7º, III, dispõe sobre a integralização do sistema de assistência à saúde da população, estabelecendo que: Art. 7º. As ações e serviços de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS - são desenvolvidos de acordo com as diretrizes do art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: (...) II - integralidade de assistência, entendida como um conjunto de ações preventivas e curativas, individuais e coletivas, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Assim sendo, fazendo a interpretação sistemática das normas acima, facilmente se conclui que os entes federados (União, Estados-Membros e Município) são solidariamente responsáveis pela garantia e preservação do direito fundamental da saúde de qualquer brasileiro e dos estrangeiros residentes no País. Assim sendo, em razão da responsabilidade solidária dos três entes da federação no que diz respeito ao funcionamento do SUS a ao fornecimento de medicamento ou tratamento sem restrição quando à complexidade da doença, ao impetrante compete ingressar com ação, à sua escolha, em desfavor de um isoladamente ou de todos deles, por se tratar de litisconsórcio facultativo. Ademais, a urgência do tratamento pleiteado não poderia aguardar uma solução demorada e burocrática sob pena de malferir o texto constitucional. In casu, a hipossuficiência financeira da promovente não pode privá-la do tratamento médico que lhe foi prescrito, tal como o uso dos medicamentos VELIJA 60 mg e TRAMAL 50mg, sendo dever de todos os entes estatais garantir sua saúde e vida, conforme decisão abaixo colacionada: DECISÃO MONOCRÁTICA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA SAÚDE. SOLIDARIEDADE DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. As entidades federativas têm o dever comum de zelar pela saúde dos seus cidadãos. A condenação no fornecimento dos medicamentos é ampla e visa proteger o direito à saúde e à vida, prestigiando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde e á vida, atrelados à dignidade da pessoa humana se sobrepõe ao princípio da reserva do possível. Precedentes. Possibilidade de substituição do medicamento prescrito por outro com o mesmo princípio ativo, vulgo genérico. Cautela suficiente para garantir a melhor utilização dos recursos públicos. Multa fixada em valor adequado. Manutenção da sentença. Recurso que se nega seguimento do segundo recurso, na forma do art. 557, caput, do CPC.557CPC. (TJ/RJ 0006456-26.2010.8.19.0061, SEXTA CAMARA CIVEL, Relator: DES. TERESA CASTRO NEVES, Data de Julgamento: 31/05/2011). Quanto à necessidade de observação da reserva do possível no custeio do tratamento pelo município, importante destacar que este princípio nunca poderá estar dissociado do "mínimo existencial", pois somente depois de atendido o mínimo existencial, onde se inclui o direito à saúde, é que o Poder Público terá discricionariedade para cogitar a efetivação de outros gastos. Importante entender que a Administração Pública realiza tarefas as mais diversas possíveis, no entanto, existem determinados serviços públicos que jamais podem ser negligenciados, como é o caso da saúde, direito fundamental, inerente à vida, haja vista que sem vida não se poderia falar em quaisquer outros direitos. Nesta esteira, vislumbra-se inafastável a superioridade do valor da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas. Ademais, não se trata de comodidade de tratamento ou mesmo privilégio concedido de forma individualizada em desfavor de outros cidadãos, mas sim de necessidade imprescindível e inadiável para a própria saúde da promovente, o que afasta a violação ao princípio da isonomia, inclusive, determina o art. 195, § 5º, da Carta da República, que é defeso ao administrador esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão sob o argumento de que não dispõe de verbas públicas disponíveis. Os documentos acostados aos autos não deixam dúvida acerca da enfermidade da requerente e da necessidade do procedimento reclamado, como forma de garantir-lhe uma vida saudável. Também restou provada e reconhecida a responsabilidade do promovido pelo custeio do tratamento associado ao uso de VELIJA 60 mg e TRAMAL 50mg, que somente passou a ser disponibilizado após a concessão da liminar (fls. 22 e 26/28). ANTE O EXPOSTO e o mais que dos autos consta, com base no art. 269, inciso I do CPC e demais fundamentação supra, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, ratificando a antecipação de tutela de fls. 22. Condeno o município promovido no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios no valor de 02 (dois) salários-mínimos, em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com base na apreciação equitativa (CPC, art. 20, § 4º)."".- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES

17) 34141-62.2015.8.06.0071/0 - DESPEJO REQUERIDO.: JOSE NERGINO SOBREIRA REQUERENTE.: RITA DE FATIMA OLIVEIRA FRUTUOSO. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m)**

Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar a respeito do pedido de desistência da autora, acostado às fls. 50 dos autos.".- INT. DR(S). FRANCISCO DANIEL MATOS NASCIMENTO , ILO FEIJO NEPOMUCENO

18) 34839-05.2014.8.06.0071/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL EMBARGANTE.: JOSE GILSON RIBEIRO DE ALENCAR PARENTE EMBARGADO.: O MUNICIPIO DO CRATO. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 90 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. JOSÉ GILSON RIBEIRO DE ALENCAR PARENTE, qualificado nos autos, opôs EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL que lhe fora promovida pelo MUNICÍPIO DO CRATO, igualmente qualificada, mediante as razões e fundamentos de fls. 02/78. Antes que fosse determinada a citação do embargado, a ação de execução fiscal que deu origem a este embargos foi extinta por ilegitimidade ativa, como se infere da sentença proferidas na execução em apenso - processo nº 3157-76.2007.8.06.0071. Assim sendo, pode se dizer que os embargos perderam a sua finalidade e porque não dizer o seu objeto, não havendo mais interesse processual, devendo, pois, ser também extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV e VI, da Lei Adjetiva Processual: Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: (...). IV.quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; (...). VI. quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o INTERESSE PROCESSUAL. (grifo meu). Isto posto, o mais que dos autos consta, com fundamento nas disposições legais supramencionadas, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, em face da flagrante falta de interesse processual e pela perda do seu objeto. Sem custas.""**.- INT. DR(S). DAVI FRANÇA ARARIPE CARIRI

19) 35040-60.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA IVANILDA DE ALCANTARA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DO CRATO REPRESENTADO POR RONALDO GOMES DE MATTOS. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 67/68 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc... MARIA IVANILDA DE ALCÂNTARA, qualificada na inicial, através da defensoria pública, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra o MUNICÍPIO DO CRATO, representado pelo gestor municipal RONALDO SAMPAIO GOMES DE MATOS, igualmente qualificado, com base nos arts. 195 e 196 da CF, art. 2º, da Lei 8.080/90 e art. 461, do CPC, mediante as razões abaixo expendidas. Alega, em síntese, que é portadora de depressão moderada - CID10 F32.1 - e necessita dos medicamentos DIAZEPAM 5mg, AMITRIPTTILINA 25mg, OMEPRAZOL 20mg, BUSONID 50mg, CIPROFLOXAMINA 500mg, IBUPROFENO 600mg, MAXSULID. Disse que não tem condições de adquirir a medicação e que não está conseguindo receber as medicações com regularidade. Discorreu acerca da necessidade dos medicamentos e obrigação do réu fornecê-los, requerendo a concessão de tutela antecipada e a procedência do pleito. Juntou os documentos de fls. 13/29. Deferida a tutela antecipada (fls. 32/32v). O promovido foi citado (fls. 35v) e contestou às fls. 27/49, defendendo a ineficácia do art. 196 da CF, dizendo que não está obrigado a fornecer medicamento de alto custo por ser uma obrigação do Estado. Arguiu a necessidade de observância dos princípios da reserva do possível, indisponibilidade do interesse público e legalidade, informando que não se opõe e nem dificulta o fornecimento de medicamento da atenção básica, pelo que requereu a improcedência do pedido. O autor replicou às fls. 57/61. O Ministério Público opinou favorável ao pedido (fls. 63/65). É O RELATÓRIO. DECIDO. O pleito autoral se funda em princípios constitucionais inerentes a manutenção da saúde e preservação da vida, bem como nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, constantes na Carta Magna e Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. O STJ tem reiteradamente decidido que: "A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento". Destarte, deve ser mantida absoluta prioridade no tocante à proteção da saúde e vida digna. Para tanto, a Constituição Federal preconiza (art. 196) o dever do Estado e demais entes federativos em providenciar a saúde, através de políticas públicas. Esta norma possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, como expressamente prevê o § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal. Importante destacar que o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades tem legitimidade "ad causam" para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à saúde, Assim, sendo a saúde pública responsabilidade solidária dos entes federados, ao autor compete ingressar com ação em desfavor de todos ou de um deles isoladamente por se tratar de litisconsórcio facultativo, não merecendo prosperar o argumento de que compete exclusivamente ao ESTADO o fornecimento da medicação requerida. No caso, a hipossuficiência financeira autoral não pode privá-lo do tratamento médico que lhe foi prescrito, diante do seu quadro de saúde, sendo dever de todos os entes estatais garantir sua saúde e vida, conforme decisão abaixo colacionada: "ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. SÚMULA 83/STJ. 1. A Saúde Pública consubstancia direito fundamental do homem e dever do Poder Público, expressão que abarca a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos em conjunto. 2. O legislador pátrio instituiu um regime de responsabilidade solidária entre as pessoas políticas para o desempenho de atividades voltadas a assegurar o direito fundamental à saúde, que inclui o fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros, para o tratamento de enfermidades. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido"(STJ, AgRg no AREsp 468.887/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/03/2014). Quanto à necessidade de observação da reserva do possível na aquisição do medicamento pelo município, importante destacar que este princípio nunca poderá estar dissociado do "mínimo existencial", pois somente depois de atendido o mínimo existencial, onde se inclui o direito à saúde, é que o Poder Público terá discricionariedade para cogitar a efetivação de outros gastos. Necessário entender que a administração pública realiza tarefas as mais diversas possíveis, contudo, existem determinados serviços públicos que jamais podem ser negligenciados, como é o caso da saúde, direito fundamental, inerente à vida, haja vista que sem vida não se poderia falar em quaisquer outros direitos. Nesta esteira, vislumbra-se inafastável a superioridade do valor da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas. Ademais, não se trata de comodidade de tratamento ou mesmo privilégio concedido de forma individualizada em desfavor de outros cidadãos, mas sim de necessidade imprescindível e inadiável para a própria saúde do promovente, o que afasta a violação ao princípio da isonomia, inclusive, determina o art. 195, § 5º, da Carta da República, que é defeso ao administrador esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão sob o argumento de que não dispõe de verbas públicas disponíveis. Os documentos acostados aos autos não deixam dúvida acerca da enfermidade da requerente e necessidade dos medicamentos prescritos, não sendo plausível que o autor aguarde**

indefinidamente a realização de processo licitatório para aquisição dos produtos, sob pena de agravamento do seu quadro clínico e como forma de garantir um tratamento de saúde digno. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, tornando definitiva a antecipação de tutela deferida às fls. 32/32v, no sentido de que o município forneça à promovente os medicamentos DIAZEPAM 5mg, AMITRIPTTILINA 25mg, OMEPRAZOL 20mg, BUSONID 50mg, CIPROFLOXAMINA 500mg, IBUPROFENO 600mg, MAXSULID, pelo tempo necessários ao tratamento, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) e/ou bloqueio de verbas públicas. Condeno o promovido no pagamento de honorários advocatícios, no valor de 02(dois) salários mínimos, com base na apreciação equitativa (CPC, art. 20, § 4º)."".- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES

20) 35810-53.2015.8.06.0071/0 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE REQUERENTE.: FRANCISCA NILDA DE CARVALHO MOREIRA REQUERIDO.: NATANAEL LOPES MOREIRA. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para falar sobre a contestação e documentos que a acompanham."**.- INT. DR(S). ANTONIA CILEIDE DE ARAUJO , FRANCISCA LUCIA BARRETO RIBEIRO

21) 36026-48.2014.8.06.0071/0 - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA REQUERIDO.: BANCO BMG SA REQUERENTE.: JOSE TELES PEREIRA REQUERENTE.: LUIZA DAMIAO DA SILVA REQUERENTE.: MARIA DE LOURDES DA SILVA. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) sobre o deferimento do pleito de fls. 75 dos autos, autorizando o desarquivamento do processo, devendo requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias."**.- INT. DR(S). LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA

22) 36242-09.2014.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: CICERA ANTONIETE LEITE DOS SANTOS REQUERENTE.: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos o endereço correto e atualizado da demandada, para fins de busca e apreensão do bem e citação da ré, sob pena de arquivamento."**.- INT. DR(S). EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA , GUSTAVO DE SOUSA LOPES

23) 36627-88.2013.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: LUCELIA PEREIRA DA SILVA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 60 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Conforme consta na certidão de fls. 58, este processo foi digitalizado e tramita de forma eletrônica na instância superior, através do sistema SAJSC, devendo aguardar o julgamento do recurso interposto sem a prática de atos processuais. Assim sendo, este juízo está impedido de apreciar o pleito de fls. 60/85, razão pela qual determino seu desentranhamento e devolução aos subscritores, mediante certidão, para que seja protocolado na instância superior.""**.- INT. DR(S). RENAN BARBOSA DE AZEVEDO , WILSON SALES BELCHIOR

24) 36782-23.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ADAUTO DA SILVA MOURA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar acerca da contestação de fls. 24/51 dos autos."**.- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

25) 36819-84.2014.8.06.0071/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA MOREIRA LEITE DE MENEZES. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para apresentar 3 cópias da inicial, e 3 cópias das certidões de fls. 56 e 57 dos autos, para fins de intimações das Fazendas Públicas."**.- INT. DR(S). RICARDO DE SOUSA AGUIAR

26) 37052-47.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO LUIZ FILHO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSOCIOS DE SEGURO DPVAT. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar sobre a contestação de fls. 21/59 dos autos."**.- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

27) 37768-74.2015.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO ITAU VEICULOS S.A REQUERIDO.: RAIMUNDO GREGORIO TEIXEIRA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para emendar a inicial, no prazo de 30 (trinta) dias, juntando documentos de constituição jurídica, procuração e substabelecimento em original ou cópia devidamente autenticada, sob pena de indeferimento da inicial."**.- INT. DR(S). NELSON PASCHOALOTTO , NELSON PASCHOALOTTO

28) 37784-28.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIA DE ALCANTARA LOURENÇO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, no prazo de dez (10) dias, juntar declaração de pobreza, sob pena de indeferimento da gratuidade judiciária."**.- INT. DR(S). ANTONIO GERALDO LEITE , WALLYSSON RODRIGUES GONÇALVES

29) 37788-65.2015.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: FRANCISCO REGINALDO MARIANO COSTA REQUERENTE.: JOAO MACEDO CRUZ. **"(Setor) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, atento à certidão de fls. 28 dos autos("Certifico que deixei de dar cumprimento ao presente mandado, em face do domicílio do requerido não se localizar nesta cidade, sendo pertencente ao município de Juazeiro do Norte - CE, de conformidade com o relatório constante em anexo"), indicar o endereço atualizado do promovido no prazo de dez (10) dias."**.- INT. DR(S). ANTONIO FLAVIO ROLIM

30) 37860-86.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ICATU SEGUROS S.A REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA VARELO. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 67 dos autos, cujo inteiro teor segue**

adiante: "R. H. Compulsando os autos verifico que a secretaria cometeu equívoco no expediente citatório, pois expediu carta de citação para pessoa estranha à lide, no caso, ITAÚ SEGUROS S/A, quando a acionada é a empresa ICATU SEGUROS S/A. A ITAÚ SEGUROS S/A apresentou agravo retido e contestação, alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva, tendo a autora concordado com a preliminar arguida, não havendo dúvida de que a ITAÚ SEGUROS S/A é parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide. Isto posto, reconheço a ilegitimidade passiva da ITAÚ SEGUROS S/A, determinando sua exclusão do polo passivo da ação, devendo ser providenciada a alteração da capa do processo e no sistema SPROC, incluindo a ICATU SEGUROS no polo passivo."".- INT. DR(S). WILSON SALES BELCHIOR

31) 38070-06.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BV FINANCEIRA SA CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERENTE.: LUCICLEIDE ALVES SOARES. **"(Setor RITA) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 18 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: Defiro a gratuidade judiciária. Intime-se a promovente para emendar a inicial, obedecendo ao disposto no art. 285-B, do Código de Processo Civil, discriminando, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter e quantificando o valos incontroverso, ainda juntando cópia do contrato de financiamento e demonstrativo de cálculo, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.".**- INT. DR(S). RENAN BARBOSA DE AZEVEDO

32) 38072-73.2015.8.06.0071/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: MARIA CONCEIÇAO DA SILVA. **"(Setor ANREA) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 15 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: R. H. Intime-se a autora para emendar a inicial, no prazo de 10(dez) dias, esclarecendo o verdadeiro nome do seu companheiro falecido, considerando que indicou nomes diversos às fls. 02 e 03, bem como para informar e comprovar documentalmente a causa mortis, local do falecimento e sepultamento do "de cujus".".**- INT. DR(S). MARCELO VIEIRA BORGES

33) 38077-95.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO DE SOUSA BRASIL -EPP REPRES/POR ANTONIO DE SOUSA BRASIL REQUERIDO.: JBS S.A. **"(Setor RITA) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 26 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: R. H. Para a concessão do benefício da assistência judiciária, embora a Lei nº 1.060/50 preveja a mera declaração de hipossuficiência do interessado, é indispensável a prova da necessidade, ou seja, a situação excepcional de ausência de recursos financeiros. No caso, a autora não juntou declaração de hipossuficiência e também não comprovou a impossibilidade de arcar com os encargos processuais, razão pela qual indefiro o pedido de gratuidade judiciária, com fulcro na Súmula 481 do STJ, determinando que seja intimada para providenciar o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, conforme preceitua o art. 257, do Código de Processo Civil.".**- INT. DR(S). HANNAH GONÇALVES MENDONÇA , JONAS RIBEIRO GOMES DE MATOS

34) 4140-41.2008.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ANTONIO ROBISMARIO SARAIVA FONTES REQUERENTE.: LUIZ HUMBERTO DE ALMEIDA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 529/530 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. LUIZ HUMBERTO DE ALMEIDA, qualificado na inicial, ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS c/c LUCROS CESSANTES contra ANTÔNIO ROBISMÁRIO SARAIVA FONTES, igualmente qualificado, mediante os argumentos de fato e direito abaixo expendidos. Alega que adquiriu um veículo da marca L200 SPORT 4X4 GLS, através de contrato de compra e venda firmado com ALDEMIR PEREIRA CALIXTO. Que o automóvel foi posteriormente apreendido por força de liminar de busca e apreensão proferida pelo juízo da Comarca de Exu, nos autos da Ação Cautelar de Arresto movida pelo ora promovido, ANTÔNIO ROBISMÁRIO SARAIVA FONTES em face de ALDEMIR PEREIRA CALIXTO. Disse que ajuizou embargos de terceiro visando a restituição do bem e que o juízo da Comarca de Exu acabou extinguindo por ilegitimidade, sem resolução do mérito, a Ação Cautelar de Arresto e a principal de Dissolução do Negócio Jurídico que foram ajuizadas pelo promovido e, por conseguinte, em virtude do caráter acessório, extinguiu também o embargo de terceiro, determinando a devolução do bem para o promovente. Acrescentou que o promovido não devolveu o veículo, mesmo com ordem de busca e apreensão e mandado de prisão por depositário infiel, sendo que busca e apreensão do veículo e sua não devolução geraram danos morais, no valor de R$ 100.000,00(cem mil reais), pelos boatos gerados na cidade e forma de apreensão do veículo, assim como dano material de R$ 90.116,00(noventa mil e cento e dezesseis reais) em razão da perda do veículo e consequente locação de carros para suas atividades de comerciante, além dos custos com contração de advogado. Também reclamou lucros cessantes de R$ 35.000,00(trinta e cinco mil reais) pela diminuição do fluxo de clientes em seu comércio, pelo que requereu a condenação do réu no pagamento de indenização no valor total de R$ 225.116,00(duzentos e vinte e cinco mil, cento e dezesseis reais). Juntou os documentos de fls. 12/48. O promovido foi citado e contestou, arguindo, preliminarmente, carência de ação por falta de interesse processual, alegando que o contrato de compra e venda firmado pelo autor tinha por objetivo iludir terceiros, portanto, eivado de má-fé. Discorrer acerca da ausência de prova dos danos sofridos e lucro cessante reclamado, também não havendo que se falar de nexo de causalidade entre os supostos danos e a conduta do contestante, pelo que requereu a extinção preliminar do processo ou sua total improcedência(fls. 55/346). Réplica e juntada de novos documentos (fls. 349/354). O autor atravessou petição nos autos requerendo a extinção do processo, com base no art. 267, incisos IV e VI do CPC, alegando a incompetência deste juízo para processar e julgar o feito, com fulcro no art. 100, V, "a" do CPC (fls. 360/365). A conciliação resultou infrutífera (fls. 374/374v). Na audiência de instrução, ausente o autor e suas testemunhas, foram ouvidas as testemunhas do réu, a saber, Mardônio Luiz Leitão de Brito e Gilvânio Martins de Freitas(fls. 407/409). Posteriormente, através de precatória, foram ouvidas as testemunhas Gustavo Venâncio Alves Cruz e Israel Varela Clementino(fls. 442/443 e 447/448). Memoriais acostados às fls. 504/507 e 511/528. É O RELATÓRIO. DECIDO. Antes de adentrar o mérito da questão, imprescindível superar a fase preliminar, pelo que passo a analisar as questões preliminares de carência de ação por falta de interesse e incompetência deste juízo. Quanto à carência de ação por falta de interesse, a doutrina ensina que existe interesse processual quando a parte tem necessidade de vir a juízo para alcançar a tutela de um direito pretendido e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode lhe trazer alguma utilidade do ponto de vista prático. Em outras palavras, verifica-se o interesse processualquando um direito tiver sido ameaçado ou efetivamente violado, pelo inadimplemento**

da prestação devida e pela resistência do réu à pretensão autoral. Assim sendo, resta sobejamente evidenciado o interesse autoral de ser indenizado pelos danos causados em decorrência da busca e apreensão do veículo por ele adquirido e até hoje não devolvido, apesar da determinação judicial. Ademais, entendo que a alegada falta de interesse se confunde com mérito da demanda, pelo que INDEFIRO a preliminar de carência de ação. Melhor sorte também não ampara a preliminar de incompetência deste juízo para processar e julgar o feito, com fulcro no art. 100, V, "a" do CPC. Isso porque embora o art. 100, inciso V, alínea "a" do Código de Processo Civil disponha que o foro competente para o ajuizamento de ações de reparação de dano é o do local do ato ou fato, possui o autor a faculdade de escolher pelo domicilio do réu, sendo que este pode se opor a escolha apenas quando demonstrar a existência de prejuízo. Assim sendo, tal permissivo não deve excluir a regra geral prevista no caput do art. 94, do diploma processual, que possibilita o ajuizamento da ação, fundada em direito pessoal, no foro do domicílio do réu. Ademais, à época do ajuizamento da demanda, o autor residia neste município, inclusive aqui foi devidamente citado e contestou sem arguir a incompetência deste juízo e sem demonstrar qualquer prejuízo, pelo que indefiro a preliminar. Quanto ao mérito, importante destacar que a tutela cautelar, por sua excepcionalidade e pela sumariedade com que é concedida, exige que sua execução ocorra por conta e risco do requerente. Assim, ocorrendo as hipóteses previstas no art. 811 do CPC e havendo dano provocado ao requerido face a concessão da medida, haverá responsabilidade do beneficiário da medida, sendo esta responsabilidade objetiva, pois dispensa a comprovação do elemento subjetivo (dolo ou culpa), bastando a comprovação que o dano guarda nexo de causalidade com a medida cautelar deferida. Conforme previsão do art. 811 do Código de Processo Civil, o requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida: I - se a sentença no processo principal lhe for desfavorável; II - se, obtida liminarmente a medida no caso do art. 804 deste Código, não promover a citação do requerido dentro em 5 (cinco) dias; III - se ocorrer a cessação da eficácia da medida, em qualquer dos casos previstos no art. 808, deste Código; IV - se o juiz acolher, no procedimento cautelar, a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor (art. 810). Na hipótese do inciso III, a responsabilidade do beneficiário somente ocorrerá se o processo principal for extinto sem resolução de mérito ou se for julgado improcedente. Na verdade, toda vez que o beneficiário da medida concedida liminarmente, for vencido na ação cautelar, sujeita-se à responsabilidade civil pelos danos causados. No caso, o réu foi beneficiado com a concessão de medida liminar de busca e apreensão, proferida nos autos da Cautelar de Arresto que tramitou pela Comarca do Exu, onde foi determinada a apreensão do veículo que estava na posse do autor e sua entrega ao promovido. Acontece que a cautelar de Arresto e a ação principal de Dissolução de Negócio Jurídico, ajuizadas pelo réu na Comarca de Exu, foram extintas, sem resolução de mérito, em razão da ilegitimidade do promovente, sendo revogada a liminar e determinada a devolução do veículo ao anterior possuidor, no caso, o promovente desta ação, como se infere das fls. 37/39. Destarte, estamos diante de um caso de cessação da eficácia da medida cautelar em razão da extinção do processo cautelar e principal, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 811, inciso III c/c art. 808, inciso III, ambos do CPC, sendo indiscutível a obrigação do promovido indenizar o promovente pelo danos causados pela execução da medida liminar de busca e apreensão e também pela não devolução do veículo apesar de determinado judicialmente. Vale destacar que o réu se limitou a alegar, sem provar, a ausência de dano moral e material impingidos ao autor em razão da execução da liminar de busca e apreensão. Em sentido contrário, o promovente demonstrou, através de prova documental e testemunhal, que sofreu abalo moral e material em decorrência da busca e apreensão do veículo. Insta salientar que, por força da responsabilidade objetiva, os danos causados a partir da execução de tutela antecipada (assim também a tutela cautelar e a execução provisória) devem ser indenizados, sendo que a obrigação de indenizar o dano causado ao adversário, pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada, é consequência natural da extinção do processo com ou sem resolução do mérito, responsabilidade que independe de reconhecimento judicial prévio, ou de pedido do lesado na própria ação ou em ação autônoma ou, ainda, de reconvenção, cabendo até a liquidação dos danos nos próprios autos, conforme comando legal previsto nos arts. 475-O, incisos I e II, 273, § 3º e 811 do CPC. Neste sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL LOCALIZADO EM SHOPPING CENTER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS PELA EXECUÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. ARTS. 273, § 3º, ART. 475-O, INCISOS I E II, E ART. 811, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. INDAGAÇÃO ACERCA DA MÁ-FÉ DO AUTOR OU DA COMPLEXIDADE DA CAUSA. IRRELEVÂNCIA. RESPONSABILIDADE QUE INDEPENDE DE PEDIDO, AÇÃO AUTÔNOMA OU RECONVENÇÃO. (...) 2. Recurso especial interposto por Mozariém Gomes do Nascimento: 2.1. Os danos causados a partir da execução de tutela antecipada (assim também a tutela cautelar e a execução provisória) são disciplinados pelo sistema processual vigente à revelia da indagação acerca da culpa da parte, ou se esta agiu de má-fé ou não. Basta a existência do dano decorrente da pretensão deduzida em juízo para que sejam aplicados os arts. 273, § 3º, 475-O, incisos I e II, e 811 do CPC. Cuida-se de responsabilidade objetiva, conforme apregoa, de forma remansosa, doutrina e jurisprudência. 2.2. A obrigação de indenizar o dano causado ao adversário, pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada, é consequência natural da improcedência do pedido, decorrência ex lege da sentença e da inexistência do direito anteriormente acautelado, responsabilidade que independe de reconhecimento judicial prévio, ou de pedido do lesado na própria ação ou em ação autônoma ou, ainda, de reconvenção, bastando a liquidação dos danos nos próprios autos, conforme comando legal previsto nos arts. 475-O, inciso II, c⁄c art. 273, § 3º, do CPC. Precedentes. (...) (REsp 1191262⁄DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25⁄09⁄2012, DJe 16⁄10⁄2012) Quanto ao dano material o autor comprovou a aquisição do veículo L200 SPORT 4X4 GLS, como se infere dos documentos de fls. 353/354, inexistindo indício de prova de simulação, fraude, dolo ou má-fé por parte dos contratantes. O promovente também demonstrou que a apreensão do veículo lhe obrigou a fazer locação veículos para suas necessidades pessoais e profissionais, além de ter que contratar advogado para tentar reaver o bem apreendido, conforme documentos de fls. 14/33. Com relação ao dano moral, o descumprimento de ordem judicial que revogou a liminar concedida no arresto e determinou ao réu a restituição do veículo ao promovente, caracteriza ato ilícito, pela privação da posse do bem em relação ao promovente, situação que supera mero dissabor, sem falar no constrangimento sofrido pela apreensão do veículo realizada em seu comércio. Portanto, evidenciada a culpa e o nexo de causalidade entre o resultado lesivo provocado e a conduta do agente, resta ainda mais caracterizando o dano moral, sendo imperativo o dever de indenizar, com respaldo no art. 186 c/c 927 e 944, todos do Código Civil, devendo a fixação da indenização por danos morais atender ao princípio da razoabilidade. Já em relação ao alegado lucro cessante, entendo que inexiste prova suficiente capaz de demonstrar a diminuição do fluxo dos clientes no comércio do autor após a execução da medida liminar de busca e apreensão, inexistindo parâmetro para aferir esta diminuição, como, por exemplo, balanço do ativo e passivo do comércio antes e depois da busca e apreensão . Isto Posto e o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, nos

termos do art. 269, inciso I, do CPC, condenando o promovido a ressarcir o autor pelos danos materiais sofridos, no valor de R$ 90.116,00(noventa mil e cento e dezesseis reais), com correção monetária pelo INPC, acrescido de juros legais de 1% ao mês, contados a partir da citação, bem como indenizá-lo por danos morais, no valor de R$ 2.000,00(dois mil reais), corrigido monetariamente pelo INPC a partir dessa data (SUMULA 362 STJ), acrescidos de juros de 1% ao mês, contados a partir da citação. Condeno o promovido em custas e honorários advocatícios que arbitro no percentual de 15%(quinze por cento) da condenação.””.- INT. DR(S). EDSON SARAIVA TAVARES , FRANCISCO LEOPOLDO MARTINS FILHO , JOAO WALBER CIDADE NUVENS AMORIM

35) 4577-82.2008.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: G3 MOTO PEÇAS TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO GREGORIO DA COSTA. **“(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para efetuar o pagamento da dívida exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme pleito executório e atualização de fls. 240/244, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.”.**- INT. DR(S). GEORGE FREITAS GREGÓRIO , LUIZ GONZAGA DOS SANTOS NETO

36) 4845-78.2004.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: ANTONIO LEAL SOBRINHO REQUERENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **“(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, ficam Vossas Senhorias regularmente intimadas do despacho de fls. 222 dos autos, cujo inteiro teor segue: O artigo 475-J do CPC, alterado pela lei n. 11.232/2005, restou assim redigido: Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação. Como se vê do artigo citado, não há determinação expressa a respeito do momento do início do prazo de 15 dias para a aplicação da verba punitiva. Não obstante, após longo debate, o e. STJ, pela Corte Especial, no julgamento do REsp n. 1.262.933-RJ, submetido ao regime dos recursos repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil), definiu a necessidade de prévia intimação da parte devedora, na pessoa de seu advogado, mediante publicação na imprensa oficial, para o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que somente na hipótese de inadimplemento haverá incidência da penalidade: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. TÍTULO JUDICIAL. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO APENAS NA PESSOA DO ADVOGADO DO DEVEDOR, MEDIANTE PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Na fase de cumprimento da sentença, o devedor deverá ser intimado, na pessoa de seu advogado, mediante publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir a multa de 10% (dez por cento) sobre montante da condenação (art. 475-J do CPC). 2. No caso concreto, recurso especial parcialmente provido, apenas para sanar o erro material detectado no acórdão que julgou os embargos de declaração, de modo que não há falar em aplicação da multa do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. (REsp. 1262933/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 20/08/2013). Por conseguinte, é indispensável a intimação da parte devedora, por meio de seu advogado, para cumprimento espontâneo da obrigação, no prazo legal, sob pena de incidência da multa prevista no artigo 475-J, do CPC, providência esta não observada pela Secretaria no cumprimento do determinado no despacho de fls. 178 dos autos. Destarte, indefiro o pleito de fls. 211/218, bem como fica o executado regularmente intimado do inteiro teor do despacho de fls. 178 dos autos, que segue adiante: “Intime-se o executado para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida indicada no pleito de fls. 165/168, sob pena de aplicação de multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do débito (C.P.C., art. 475-J). Decorrido o prazo sem o devido pagamento, expeça-se mandado de penhora e avaliação a ser cumprido por oficial de justiça e, no caso de inexistência de bens, prepare-se o processo para realização de penhora “on-line”.””.**- INT. DR(S). JOSE SERGIO DANTAS LOPES , PEDRO ERNESTO FILHO , PEDRO HENRIQUE PEIXOTO LEAL , PEDRO VALTER LEAL

37) 5124-30.2005.8.06.0071/0 - EXECUÇÃO FISCAL EXEQÜIDO.: FRANCISCO TAVARES DE OLIVEIRA EXEQUENTE.: MUNICÍPIO DO CRATO-CE. **“(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 38/39 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: “Vistos, etc. O MUNICÍPIO DO CRATO, qualificado na inicial, representando pelo seu Procurador Fiscal Municipal, ajuizou AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL contra FRANCISCO TAVARES DE OLIVEIRA, igualmente qualificado, objetivando receber a importância de R$ 9.360,00(Nove mil e trezentos e sessenta reais), inscrita na certidão de dívida ativa. O executado foi citado e não se manifestou(fls. 09/10v), sendo o processo suspenso, a requerimento do exequente, em face do falecimento do executado e não localização de bens passíveis de penhora (fls. 12/34), tendo o exequente juntado cópia do acordão proferido no procedimento que gerou a multa em execução (fls. 35/36). É O RELATÓRIO. DECIDO: Compulsando atentamente os autos, verifico que se trata de execução de multa imposta ao executado pelo TCM - Tribunal de Contas dos Municípios, pela ausência de envio de Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, referentes ao exercício financeiro de 2001. Neste contexto, importante observar que o tema referente à competência para execução de multas dos Tribunais de Contas vem sendo discutido no pleno do STF, através do ARE 641896-RJ, de repercussão geral, onde se questiona a legitimidade do Estado ou do Município para executar multa imposta pelo Tribunal de Contas. Entende-se que, diversamente da imputação de débito/ressarcimento ao erário, em que se busca a recomposição do dano sofrido pelo ente público, nas multas há uma sanção a um comportamento ilegal da pessoa fiscalizada, tais como, verbi gratia, nos casos de contas julgadas irregulares sem resultar débito; descumprimento das diligências ou decisões do Tribunal de Contas; embaraço ao exercício das inspeções e auditorias; sonegação de processo, documento ou informação; ou reincidência no descumprimento de determinação da Corte deContas. As multas têm por escopo fortalecer a fiscalização desincumbida pela própria Corte de Contas, que certamente perderia em sua efetividade caso não houvesse a previsão de tal instrumento sancionador. Em decorrência dessa distinção essencial entre ambos - imputação de débito e multa - é que se merece conferir tratamento distinto. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal ao qual esteja vinculada a Corte de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. “Diferentemente, porém, do que até aqui foi visto, em se tratando de multa, a mesma não deve reverter para a pessoa jurídica cujas contas se cuida. Nesse caso, deve reverter em favor da entidade que mantém o Tribunal de Contas.” (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes in Tribunais de Contas do Brasil - Jurisdição e Competência). Não foi outra a solução preconizada pela próprio Tribunal de Contas da União, por meio da**

Portaria n. 209, de 26 de Junho de 2001 (BTCUn. 46/2001), relativa ao Manual para Formalização de Processos de Cobrança Executiva, no qual se destacou que "a multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional". Em seguida, por meio da Portaria-SEGECEX n. 9, de 18.8.2006, também relativa ao Manual de Cobrança Executiva (BTCU n. 8/2006), a Corte de Contas da União dispôs: "A multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional e sua execução judicial está sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da União/AGU." Logo, mesmo nos casos em que a Corte de Contas da União fiscaliza outros entes que não a própria União, a multa eventualmente aplicada é revertida sempre à União - pessoa jurídica a qual está vinculada - e não à entidade objeto da fiscalização. Este mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos Tribunais de Contas Estaduais, de modo que as multas deverão ser revertidas ao ente público ao qual a Corte está vinculada, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. Destarte, a legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito originado de multa aplicada a gestor municipal por Tribunal de Contas é do ente público que mantém a referida Corte - in casu, o Estado do Ceará -, que atuará por intermédio de sua Procuradoria. Veja-se nesse mesmo sentido os seguintes precedentes do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MULTA IMPOSTA A EX-GESTOR MUNICIPAL POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. 1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar os EAG 1.138.822/RS, da relatoria do Min. Herman Benjamin (DJe de 01/03/2011), firmou orientação no sentido de que é preciso "distinguir os casos de imputação de débito/ressarcimento ao Erário - em que se busca a recomposição do dano sofrido, e, portanto, o crédito pertence ao ente público cujo patrimônio foi atingido - dos de aplicação de multa, que, na ausência de disposição legal específica, deve ser revertida em favor do ente a que se vincula o órgão sancionador". 2. Em se tratando de execuçãode multa imposta ao ex-prefeito do Município de Rio Pardo/RS por infringência de Normas de Administração Financeira e Orçamentária pelo Tribunal de Contas Estadual, deve ser reconhecida a legitimidade ativa do Estado do Rio Grande do Sul. 3. Recurso especial provido. (REsp 1328779/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 22/10/2012) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO FORMADO NO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL EM RAZÃO DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EX-PREFEITO. LEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO. 1. As multas aplicadas pelos Tribunais de Contas Estaduais deverão ser revertidas ao ente público com o qual a Corte tenha ligação, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal a que esteja vinculado o Tribunal de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. Precedente: AgRg no REsp 1181122/RS. 2. A legitimidade paraajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito oriundo de multa aplicada a ex-prefeito por Tribunal de Contas é do ente público que mantém o referido Órgão, neste caso, o Estado do Rio Grande do Sul. 3. Agravo Regimental provido. (AgRg no Ag 1333402/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 04/02/2011) Do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará também os seguintes precedentes: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTA. MULTA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ILEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível em execução fiscal aparelhada em Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios referente à imputação de multa ao Sr. RAIMUNDO ACINESIO BEZERRA, ex-gestor, decorrente de prestações de contas. 2. O município de General Sampaio não detém legitimidade para executar multa imposta a gestor municipal pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Legitimidade ativa ad causam do Estado do Ceará. 3. Recurso conhecido e não provido. 4. Sentença mantida. (Apelação nº 0000039-41.2012.8.06.0193, Rel. Desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, julgado em 14.08.2013). APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVAS NÃO-TRIBUTÁRIA. MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS A EX-GESTOR MUNICIPAL (PREFEITO). ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA DO ÓRGÃO AUXILIAR DO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EXEQUENTE. PRECEDENTES DO STF, STJ E TJCE. SENTENÇA CONFIRMADA. I. O apelante ajuizou a execução do crédito contido em Certidão da Dívida Ativa Não-Tributária decorrente da aplicação de multa pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará em face de ex-gestor municipal. II - O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento ao julgar os Embargos de Divergência no Agravo nº 1.138.822/RS de quecabe ao ente da Federação que mantém o Tribunal de Contas a legitimidade para cobrar o valor decorrente de multa aplicada ao ex-gestor por infringência de normas de administração financeira e orçamentária. III - No mesmo sentido é a jurisprudência do STF até o momento, embora tenha reconhecido a repercussão geral da matéria sem, contudo, haver examinado o seu mérito, sendo desnecessário sobrestar o julgamento do feito. IV - Ilegitimidade ativa do exequente reconhecida pela sentença, que não deve ser modificada. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Apelação nº 0000478-71.2009.8.06.0059, rel. Des. Paulo Airton Albuquerque Filho, Dje 18.08.2014) Assim, embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a repercussão geral da matéria no ARE-RG 641.896/RJ, cujo mérito ainda se encontra pendente de julgamento, certo é que há divergências na jurisprudência atual da mencionada Corte, encontrando-se a posição consolidada no Superior Tribunal de Justiça, bem assim no próprio Tribunal de Justiça doEstado do Ceará, no sentido de se afirmar a ilegitimidade do Município para executar multas impostas pelo Tribunal de Contas na fiscalização das contas municipais. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTA a execução fiscal em epígrafe, em razão da ilegitimidade do Município do Crato para executar multa imposta pelo TCM a agente público. Sem custas ou honorários."".- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES , MARIANA BRITO GOMES DE MATOS VILAR , RENNAN LOBO XENOFONTE

38) 5506-96.2000.8.06.0071/0 - Nº Antigo: 0000009044337 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: LUIZ FLAVIO HORTA COELHO REQUERENTE.: PAULO SALVIANO DA COSTA. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para requerer o que entender de direito, em dez (10) dias."**.- INT. DR(S). ANTONIO IRAN DE AMORIM RODRIGUES , FRANCISCA MARTA OTONI MARINHEIRO RODRIGUES

39) 6631-84.2009.8.06.0071/0 - EXECUÇÃO FISCAL TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR EXEQUENTE.: O MUNICIPIO DO CRATO EXEQÜIDO.: WALTER DE OLIVEIRA BRITO. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 44/45 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. O MUNICÍPIO DO CRATO move Execução Fiscal contra WALTER DE OLIVEIRA BRITO, através da qual pretende receber valores correspondentes à multa imposta pelo TCM - Tribunal de Contas dos Municípios. O executado foi citado e não encontrado bem penhorável, tendo arguido litispendência com o processo nº 23951-16.2010(em trâmite pela 2ª Vara Cível deste juízo) e requerido a**

suspensão da execução alegando que o processo administrativo junto ao TCU está em grau de recurso, portanto, a dívida não pode ser executada(fls. 09/35). O exequente requereu a suspensão do processo até julgamento do ARE 641896-RJ que trata da competência para execução de multas aplicadas pelo TCM(fls.42/43). É O RELATÓRIO. DECIDO: Trata-se de execução de multa imposta pelo TCM - Tribunalde Contas dos Municípios, proposta pelo Município do Crato contra ex-secretário de saúde, por irregularidades na prestação de contas de gestão. De início, convém ressaltar que o tema da competência para execução de multas dos Tribunais de Contas somente será pacificado quando do julgamento do ARE 641896-RJ pelo pleno do STF, ainda em tramitação, a que se atribuiu repercussão geral. Ali se questiona a legitimidade do Estado ou do Município para executar multa imposta pelo Tribunal de Contas, este enquanto órgão mantido pelo Estado. Passa-se, portanto, ao julgamento da causa, conforme entendimento já estabelecido e consolidado na 2ª Vara Cível da Comarca de Crato-CE, onde exerço a titularidade. Entende-se que, diversamente da imputação de débito/ressarcimento ao erário, em que se busca a recomposição do dano sofrido pelo ente público, nas multas há uma sanção a um comportamento ilegal da pessoa fiscalizada, tais como, verbi gratia, nos casos de contas julgadas irregulares sem resultar débito; descumprimento das diligências ou decisões do Tribunal de Contas; embaraço ao exercício das inspeções e auditorias; sonegação de processo, documento ou informação; ou reincidência no descumprimento de determinação da Corte de Contas. As multas têm por escopo fortalecer a fiscalização desincumbida pela própria Corte de Contas, que certamente perderia em sua efetividade caso não houvesse a previsão de tal instrumento sancionador. Em decorrência dessa distinção essencial entre ambos - imputação de débito e multa - é que se merece conferir tratamento distinto. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal ao qual esteja vinculada a Corte de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. "Diferentemente, porém, do que até aqui foi visto, em se tratando de multa, a mesma não deve reverter para a pessoa jurídica cujas contas se cuida. Nesse caso, deve reverter em favor da entidade que mantém o Tribunal de Contas." (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes in Tribunais de Contas do Brasil - Jurisdição e Competência). Não foi outra a solução preconizada pela próprio Tribunal de Contas da União, por meio da Portaria n. 209, de 26 de Junho de 2001 (BTCU n. 46/2001), relativa ao Manual para Formalização de Processos de Cobrança Executiva, no qual se destacou que "a multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional". Em seguida, por meio da Portaria-SEGECEX n. 9, de 18.8.2006, também relativa ao Manual de Cobrança Executiva (BTCU n. 8/2006), a Corte de Contas da União dispôs: "A multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional e sua execução judicial está sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da União/AGU." Logo, mesmo nos casos em que a Corte de Contas da União fiscaliza outros entes que não a própria União, a multa eventualmente aplicada é revertida sempre à União - pessoa jurídica a qual está vinculada - e não à entidade objeto da fiscalização. Este mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos Tribunais de Contas Estaduais, de modo que as multas deverão ser revertidas ao ente público ao qual a Corte está vinculada, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. Destarte, a legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito originado de multa aplicada a gestor municipal por Tribunal de Contas é do ente público que mantém a referida Corte - in casu, o Estado do Ceará -, que atuará por intermédio de sua Procuradoria. Veja-se nesse mesmo sentido os seguintes precedentes do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MULTA IMPOSTA A EX-GESTOR MUNICIPAL POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. 1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar os EAG 1.138.822/RS, da relatoria do Min. Herman Benjamin (DJe de 01/03/2011), firmou orientação no sentido de que é preciso "distinguir os casos de imputação de débito/ressarcimento ao Erário - em que se busca a recomposição do dano sofrido, e, portanto, o crédito pertence ao ente público cujo patrimônio foi atingido - dos de aplicação de multa, que, na ausência de disposição legal específica, deve ser revertida em favor do ente a que se vincula o órgão sancionador". 2. Em se tratando de execução de multa imposta ao ex-prefeito do Município de Rio Pardo/RS por infringência de Normas de Administração Financeira e Orçamentária pelo Tribunal de Contas Estadual, deve ser reconhecida a legitimidade ativa do Estado do Rio Grande do Sul. 3. Recurso especial provido. (REsp 1328779/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 22/10/2012) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO FORMADO NO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL EM RAZÃO DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EX-PREFEITO. LEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO. 1. As multas aplicadas pelos Tribunais de Contas Estaduais deverão ser revertidas ao ente público com o qual a Corte tenha ligação, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal a que esteja vinculado o Tribunal de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. Precedente: AgRg no REsp 1181122/RS. 2. A legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito oriundo de multa aplicada a ex-prefeito por Tribunal de Contas é do ente público que mantém o referido Órgão, neste caso, o Estado do Rio Grande do Sul. 3. Agravo Regimental provido. (AgRg no Ag 1333402/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 04/02/2011) Do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará também os seguintes precedentes: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTA. MULTA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ILEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível em execução fiscal aparelhada em Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios referente à imputação de multa ao Sr. RAIMUNDO ACINESIO BEZERRA, ex-gestor, decorrente de prestações de contas. 2. O município de General Sampaio não detém legitimidade para executar multa imposta a gestor municipal pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Legitimidade ativa ad causam do Estado do Ceará. 3. Recurso conhecido e não provido. 4. Sentença mantida. (Apelação nº 0000039-41.2012.8.06.0193, Rel. Desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, julgado em 14.08.2013). APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVAS NÃO-TRIBUTÁRIA. MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS A EX-GESTOR MUNICIPAL (PREFEITO). ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA DO ÓRGÃO AUXILIAR DO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EXEQUENTE. PRECEDENTES DO STF, STJ E TJCE. SENTENÇA CONFIRMADA. I. O apelante ajuizou a execução do crédito contido em Certidão da Dívida Ativa Não-Tributária decorrente da aplicação de multa pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará em face de ex-gestor municipal. II - O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento ao julgar os Embargos de Divergência no Agravo nº 1.138.822/RS de que cabe ao ente da Federação que mantém o Tribunal de Contas a legitimidade para cobrar o valor decorrente de multa aplicada ao ex-gestor por infringência de normas de administração financeira e orçamentária. III - No mesmo sentido é a jurisprudência do STF até o momento, embora tenha reconhecido a repercussão geral da matéria sem, contudo, haver examinado o seu mérito, sendo desnecessário sobrestar o julgamento do feito. IV - Ilegitimidade ativa do exequente reconhecida pela sentença, que não deve ser modificada. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Apelação nº 0000478-71.2009.8.06.0059, rel. Des. Paulo Airton Albuquerque Filho, Dje 18.08.2014) Assim,

embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a repercussão geral da matéria no ARE-RG 641.896/RJ, cujo mérito ainda se encontra pendente de julgamento, certo é que há divergências na jurisprudência atual da mencionada Corte, encontrando-se a posição consolidada no Superior Tribunal de Justiça, bem assim no próprio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no sentido de se afirmar a ilegitimidade do Município para executar multas impostas pelo Tribunal de Contas na fiscalização das contas municipais. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTA a execução fiscal em epígrafe, em razão da ilegitimidade do Município do Crato para executar multa imposta pelo TCM a agente público. Sem custas ou honorários."(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 44/45 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. O MUNICÍPIO DO CRATO move Execução Fiscal contra WALTER DE OLIVEIRA BRITO, através da qual pretende receber valores correspondentes à multa imposta pelo TCM - Tribunal de Contas dos Municípios. O executado foi citado e não encontrado bem penhorável, tendo arguido litispendência com o processo nº 23951-16.2010(em trâmite pela 2ª Vara Cível deste juízo) e requerido a suspensão da execução alegando que o processo administrativo junto ao TCU está em grau de recurso, portanto, a dívida não pode ser executada(fls. 09/35). O exequente requereu a suspensão do processo até julgamento do ARE 641896-RJ que trata da competência para execução de multas aplicadas pelo TCM(fls.42/43). É O RELATÓRIO. DECIDO: Trata-se de execução de multa imposta pelo TCM - Tribunal de Contas dos Municípios, proposta pelo Município do Crato contra ex-secretário de saúde, por irregularidades na prestação de contas de gestão. De início, convém ressaltar que o tema da competência para execução de multas dos Tribunais de Contas somente será pacificado quando do julgamento do ARE 641896-RJ pelo pleno do STF, ainda em tramitação, a que se atribuiu repercussão geral. Ali se questiona a legitimidade do Estado ou do Município para executar multa imposta pelo Tribunal de Contas, este enquanto órgão mantido pelo Estado. Passa-se, portanto, ao julgamento da causa, conforme entendimento já estabelecido e consolidado na 2ª Vara Cível da Comarca de Crato-CE, onde exerço a titularidade. Entende-se que, diversamente da imputação de débito/ressarcimento ao erário, em que se busca a recomposição do dano sofrido pelo ente público, nas multas há uma sanção a um comportamento ilegal da pessoa fiscalizada, tais como, verbi gratia, nos casos de contas julgadas irregulares sem resultar débito; descumprimento das diligências ou decisões do Tribunal de Contas; embaraço ao exercício das inspeções e auditorias; sonegação de processo, documento ou informação; ou reincidência no descumprimento de determinação da Corte de Contas. As multas têm por escopo fortalecer a fiscalização desincumbida pela própria Corte de Contas, que certamente perderia em sua efetividade caso nãohouvesse a previsão de tal instrumento sancionador. Em decorrência dessa distinção essencial entre ambos - imputação de débito e multa - é que se merece conferir tratamento distinto. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal ao qual esteja vinculada a Corte de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. "Diferentemente, porém, do que até aqui foi visto, em se tratando de multa, a mesma não deve reverter para a pessoa jurídica cujas contas se cuida. Nesse caso, deve reverter em favor da entidade que mantém o Tribunal de Contas." (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes in Tribunais de Contas do Brasil - Jurisdição e Competência). Não foi outra a solução preconizada pela próprio Tribunal de Contas da União, por meio da Portaria n. 209, de 26 de Junho de 2001 (BTCU n. 46/2001), relativa ao Manual para Formalização de Processos de Cobrança Executiva, no qual se destacou que "a multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional". Em seguida, por meio da Portaria-SEGECEX n. 9, de 18.8.2006, também relativa ao Manual de Cobrança Executiva (BTCU n. 8/2006), a Corte de Contas da União dispôs: "A multa é sempre recolhida aos cofres da União ou Tesouro Nacional e sua execução judicial está sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da União/AGU." Logo, mesmo nos casos em que a Corte de Contas da União fiscaliza outros entes que não a própria União, a multa eventualmente aplicada é revertida sempre à União - pessoa jurídica a qual está vinculada - e não à entidade objeto da fiscalização. Este mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos Tribunais de Contas Estaduais, de modo que as multas deverão ser revertidas ao ente público ao qual a Corte está vinculada, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. Destarte, a legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito originado de multa aplicada a gestor municipal por Tribunal de Contas é do ente público que mantém a referida Corte - in casu, o Estado do Ceará -, que atuará por intermédio de sua Procuradoria. Veja-se nesse mesmo sentido os seguintes precedentes do STJ: PROCESSUAL CIVIL. MULTA IMPOSTA A EX-GESTOR MUNICIPAL POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. 1. A Primeira Seção do STJ, ao julgar os EAG 1.138.822/RS, da relatoria do Min. Herman Benjamin (DJe de 01/03/2011), firmou orientação no sentido de que é preciso "distinguir os casos de imputação de débito/ressarcimento ao Erário - em que se busca a recomposição do dano sofrido, e, portanto, o crédito pertence ao ente público cujo patrimônio foi atingido - dos de aplicação de multa, que, na ausência de disposição legal específica, deve ser revertida em favor do ente a que se vincula o órgão sancionador". 2. Em se tratando de execução de multa imposta ao ex-prefeito do Município de Rio Pardo/RS por infringência de Normas de Administração Financeira e Orçamentária pelo Tribunal de Contas Estadual, deve ser reconhecida a legitimidade ativa do Estado do Rio Grande do Sul. 3. Recurso especial provido. (REsp 1328779/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 22/10/2012) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO FORMADO NO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL EM RAZÃO DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EX-PREFEITO. LEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO. 1. As multas aplicadas pelos Tribunais de Contas Estaduais deverão ser revertidas ao ente público com o qual a Corte tenha ligação, mesmo se aplicadas contra gestor municipal. A solução adequada é proporcionar ao próprio ente estatal a que esteja vinculado o Tribunal de Contas a titularidade do crédito decorrente da cominação da multa por ela aplicada no exercício de seu mister. Precedente: AgRg no REsp 1181122/RS. 2. A legitimidade para ajuizar a ação de cobrança relativa ao crédito oriundo de multa aplicada a ex-prefeito por Tribunal de Contas é do ente público que mantém o referido Órgão, neste caso, o Estado do Rio Grande do Sul. 3. Agravo Regimental provido. (AgRg no Ag 1333402/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 04/02/2011) Do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará também os seguintes precedentes: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CERTIDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTA. MULTA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ILEGITIMIDADE PARA EXECUÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO. LEGITIMIDADE ATIVA DO ESTADO A QUE PERTENCE A CORTE DE CONTAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível em execução fiscal aparelhada em Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios referente à imputação de multa ao Sr. RAIMUNDO ACINESIO BEZERRA, ex-gestor, decorrente de prestações de contas. 2. O município de General Sampaio não detém legitimidade para executar multa imposta a gestor municipal pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Legitimidade ativa ad causam do Estado do Ceará. 3. Recurso conhecido e não provido. 4. Sentença mantida. (Apelação nº 0000039-41.2012.8.06.0193, Rel. Desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, julgado em 14.08.2013). APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DA DÍVIDA

ATIVAS NÃO-TRIBUTÁRIA. MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS A EX-GESTOR MUNICIPAL (PREFEITO). ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA DO ÓRGÃO AUXILIAR DO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO EXEQUENTE. PRECEDENTES DO STF, STJ E TJCE. SENTENÇA CONFIRMADA. I. O apelante ajuizou a execução do crédito contido em Certidão da Dívida Ativa Não-Tributária decorrente da aplicação de multa pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará em face de ex-gestor municipal. II - O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento ao julgar os Embargos de Divergência no Agravo nº 1.138.822/RS de que cabe ao ente da Federação que mantém o Tribunal de Contas a legitimidade para cobrar o valor decorrente de multa aplicada ao ex-gestor por infringênciade normas de administração financeira e orçamentária. III - No mesmo sentido é a jurisprudência do STF até o momento, embora tenha reconhecido a repercussão geral da matéria sem, contudo, haver examinado o seu mérito, sendo desnecessário sobrestar o julgamento do feito. IV - Ilegitimidade ativa do exequente reconhecida pela sentença, que não deve ser modificada. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Apelação nº 0000478-71.2009.8.06.0059, rel. Des. Paulo Airton Albuquerque Filho, Dje 18.08.2014) Assim, embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a repercussão geral da matéria no ARE-RG 641.896/RJ, cujo mérito ainda se encontra pendente de julgamento, certo é que há divergências na jurisprudência atual da mencionada Corte, encontrando-se a posição consolidada no Superior Tribunal de Justiça, bem assim no próprio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no sentido de se afirmar a ilegitimidade do Município para executar multas impostas pelo Tribunal de Contas na fiscalização das contas municipais. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTA a execução fiscal em epígrafe, em razão da ilegitimidade do Município do Crato para executar multa imposta pelo TCM a agente público. Sem custas ou honorários.””.- INT. DR(S). ILO FEIJO NEPOMUCENO

40) 949-17.2010.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CICERO HELTON DA SILVA MENOR.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERIDO.: MUNICIPIO DO CRATO .**”(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 103/104 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: “Vistos, etc... CICERO HELTON DA SILVA, qualificado na inicial, ajuizou AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA contra o MUNICÍPIO DO CRATO, igualmente qualificado, conforme inicial de fls. 03/05. Alega, em síntese, ser servidor efetivo do município, admitido no dia 01 de julho de 2003, no cargo de Guarda Municipal e com jornada de trabalho de 120 horas mensais, tendo vencimento base no valor de 1(um) salário mínimo, porém, o promovido passou a exigir jornada ampliada de 180 horas mensais. Aduz que o promovido não observa a regra cogente do art. 5º da CF/88 e CLT. Por isso, assegura que faz jus a percepção de horas extras, férias, 13º e acréscimo de 1/3 constitucional, requerendo a procedência da ação para condenar o promovido a pagar as seguintes verbas trabalhistas: 1) 3.600 (três mil e seiscentos) horas extras; 2) 13º, férias e 1/3 sobre o valor das horas extras. Juntou os documentos de fls. 06/40 e 52/57. O réu foi citado e contestou, arguindo, em preliminar, a inépcia da inicial, pela falta de requisitos indispensáveis à propositura da ação, a saber, a data que o reclamante passou a exercer jornada de trabalho acima da contratada e o horário que labora, ou seja, o promovido elencou uma série de verbas trabalhistas sem um pedido decorrente ao alegado; a compensação; e a prescrição quinquenal das verbas trabalhistas. No mérito, alegou a inexigibilidade de pagamento de horas extras, pelo fato do autor laborar com jornada reduzida de 12x36, pugnando pela improcedência do pedido(fls. 19v e 22/39). O autor silenciou quando intimado a se pronunciar sobre a pretensão de produzir prova documental e acerca do julgamento antecipado da lide(fls. 58/59 e 60v). Julgado improcedente o pedido(fls. 63/64), o autor interpôs apelação(fls. 71/75) e o processo seguiu para instância superior onde a sentença foi cassada, sendo declarada, de ofício, a nulidade dos atos processuais praticados a partir do despacho de anúncio de julgamento antecipado da lide (fls. 86/100). Com o retorno dos autos, as partes silenciaram quando intimadas para manifestar interesse na produção de provas, como se infere das fls. 101/103v. É O RELATÓRIO. DECIDO: I. Da preliminar - Prescrição Quinquenal: O art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal instituiu a prescrição quinquenal das verbas trabalhistas nos seguintes termos: Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000). Isso significa dizer que o trabalhador não faz jusàs verbas trabalhistas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos que precedem o ajuizamento da ação. Assim sendo, como a presente ação foi ajuizada no dia 01.12.2009, o autor não faz jus à percepção das verbas trabalhistas anteriores a 01.12.2004. II. Do mérito: Inicialmente, convém destacar que o autor já foi intimado 02(duas) vezes para dizer sobre a pretensão de produção de provas, especificando-as, porém, silenciou nas duas oportunidades, como se infere das certidões de fls. 60v e 102v, sendo que nesta última o município também foi intimado. Esta atitude revela que as partes não possuem interesse na produção de outras provas além das que já foram apresentadas e, ao meu sentir, o processo está pronto para julgamento. Antes, porém, de adentrar no mérito propriamente dito, destaco que o servidor que exerce a atividade inerente ao cargo de Guarda Municipal é um agente público e como tal deve obediência às normas de direito administrativo, especialmente a Lei Municipal 2.061 de 31.10.2001,que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras do Servidor Público deste município. Guarda Municipal: trata-se de agente público que simboliza a segurança pública nos municípios. Sua função é de extrema importância porque o exercício das atividades inerente a esse cargo público consiste em zelar pelo bem dos cidadãos e pela segurança patrimonial dos bens públicos municipais, fazendo verdadeiro policiamento administrativo ostensivo. Adicional de hora extra: aqui deve ser aplicado o Princípio da especialidade. Por esse princípio a lei especial deve prevalecer sobre a lei geral. Como o autor é servidor público é de ser aplicada a lei municipal citada (Lei 2.061/2003), que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Município do Crato), não as disposições da CLT. Assim sendo, é de ser aplicada a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais estabelecida pela Lei municipal nº 2.136 de 27.02.2003, que alterou o art. 9º da Lei nº 2.061/2001, in verbis: Art. 9º. A carga horária do servidor público regido por esta Lei é de 40 (quarenta) horas semanais, desempenhas, em cada Secretaria, através de escalas estabelecidas pela Secretaria de Administração. (...) § 2º. A carga horária superior a 40 (quarenta) horas será em caráter provisório, tendo os valores fixados no anexo III desta lei, os acréscimos em 1/3 (um terço) à hora de trabalho, quando o servidor ultrapassar a jornada normal de labuta. Com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, o servidor trabalha 200 (duzentas) horas por mês, nos termos da Súmula 431 do TST: Aplica-se o divisor 200 (duzentos) para o cálculo do valor do salário-hora do empregado sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. Com jornada de trabalho reduzida de 12 x 36, o servidor trabalha 180 horas/mês, como é o caso do autor. Portanto, ele trabalha menos de 40 (quarenta) horas semanais, e como tal não há falar em hora extra de trabalho, consoante remansosa jurisprudência abaixo colacionada: Guarda Municipal Verbas indenizatórias previstas na CLT Inexigibilidade Recebimento de RETP Cumulação não permitida - Princípio da legalidade a nortear os**

atos da administração Pretensa declaração de inconstitucionalidade do sistema de turnos (12x36 horas) relativas à jornada de trabalho Inadmissibilidade Regime estatutário - Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 3530193320098260000 SP 0353019-33.2009.8.26.0000, Relator: Alves Bevilacqua, Data de Julgamento: 19/04/2011, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 29/04/2011) GUARDA MUNICIPAL. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. HORA EXTRAORDINÁRIA. JORNADA ESPECIAL. 1. Guarda municipal que pretende receber horas-extras, adicional noturno, adicional de periculosidade. 2. O servidor que labora no regime 12 x 36 horas acaba, ao fim e ao cabo, laborando menos do que as 40 horas semanais, mesmo considerando a jornada noturna; logo, há uma verdadeira compensação: a jornada ininterrupta de trabalho acaba por ser compensada com um intervalo de 36 horas de descanso cada e uma jornada semanal menor Legalidade na prestação de jornada ininterrupta, mesmo que ausente horário de refeição Precedentes desta Corte. 3. Adicional de periculosidade devido a servidor que exerce atividade perigosa, na qual não se enquadra a atividade desempenhada pelo autor. Ausência de previsão legal para sua concessão aos guardas municipais. Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - APL: 11278720118260292 SP 0001127-87.2011.8.26.0292, Relator: Nogueira Diefenthaler, Data de Julgamento: 10/10/2011, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 14/10/2011) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIGILANTES DA UFRPE. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. INDEVIDO. ESCALA 12 X 36 HORAS. NÃO ULTRAPASSA 200 HORAS MENSAIS. ADICIONAL NOTURNO. PAGAMENTO DEMONSTRADO. 1. Apelação contra sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do direito à incorporação do pagamento do adicional de serviços extraordinários (horas extras), do adicional noturno e do adicional de periculosidade, em virtude da jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso. 2. Alegação de nulidade da sentença rejeitada, porquanto a matéria não enseja dilação probatória, sendo claramente passível de julgamento antecipado da lide (STJ, 5ª T, AGA 315106, Rel. Ministro Edson Vidigal, DJU 13/11/2000, pág. 24207). 3. O art. 19 da Lei nº 8.112/90 fixa em 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores públicos federais, com a delimitação de um expediente mínimo diário de 6 (seis) horas e máximo de 8 (oito) horas, ressalvando, ainda, em seu parágrafo 2º, que os respectivos ditames não se aplicam à duração de trabalho estabelecida em leis especiais. 4. O Decreto nº 1.590/95 dispõe, em seu art. 2º, que "para os serviços que exigirem atividades contínuas de 24 (vinte e quatro) horas, é facultada a adoção do regime de turno ininterrupto de revezamento." 5. O serviço de vigilância exige continuidade e turnos ininterruptos de revezamento, eis que a ausência de profissional entre os expedientesdos servidores investidos na função faria a atividade perder completamente o sentido, significando, os intervalos, oportunidades facilitadoras dos atos danosos que a vigilância visa coibir. 6. Os vigilantes recorrentes trabalham, em regra, cumprindo plantões de 12 horas ininterruptas, com intervalos de 36 horas entre um e outro plantão. Desse modo, observa-se que, ao fim do período de 30 dias, a carga horária trabalhada pode chegar a 180 horas, eis que trabalham 15 (quinze) dias por mês. 7. A atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera que o pagamento de horas extraordinárias aos servidores públicos obedece à jornada máxima de trabalho fixada pelo artigo 19 da Lei nº 8.112/90, ou seja, 200 (duzentas) horas mensais, devendo o número total de horas ser utilizado como parâmetro para o pagamento do aludido adicional. Precedente do STJ (REsp. 1019492, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma. DJe 21.02.2011) 8. Se o vigilante trabalha em turno de revezamento de 12 x 36 horas, não tem amparo legal a sua pretensão de receber pelo serviço extraordinário. Isso porque, conforme visto, se trabalha 12 (doze) horas contínuas, o tempo de excesso é compensado com folga de 36 (trinta e seis) horas, sendo, por via de consequência, devidas apenas as horas extraordinárias que excedessem ao parâmetro de 200 horas mensais, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.112/90. Precedentes do TRF - 5ª Região (AC 00005918320124058400, Desembargador Federal José Maria Lucena, Primeira Turma, DJE 05/09/2013; AC 00057740620104058400, Desembargador Federal Geraldo Apoliano, Terceira Turma, DJE 01/04/2013; AC 200984010011383, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE 11/10/2012) 9. As anotações cadastrais e as fichas financeiras dos autores demonstram o pagamento do adicional noturno, razão pela qual não há que se imputar omissão à UFRPE quanto ao pagamento em destaque. 10. "À falta de parcelas a serem pagas aos autores, o pedido de reflexos sobre férias, adicional de férias e gratificação natalina torna-se prejudicado." 11. Apelação improvida. (TRF-5 - AC: 200583000044438, Relator: Desembargador Federal Fernando Braga, Data de Julgamento: 03/12/2013, Segunda Turma, Data de Publicação: 05/12/2013). Assim sendo, é de ser REJEITADO o pedido de pagamento de hora extra. Isto posto e o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, por conseguinte, EXTINGO o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios (justiça gratuita).""- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES , KELSEN RUBEM PEREIRA DOS SANTOS , PAULO DOS SANTOS NETO , TIBÉRIO MÚCIO A.C.BEZERRA .

Juiz(a) Titular : JOSE BATISTA DE ANDRADE
Diretor(a) de Secretaria: EDLA MARIA NEVES FEITOSA NORONHA
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/13092	1		/	1
CE/6182	2		CE/15129	2
/	2		CE/16718	3
CE/24313	3		/	3
CE/20837	4		/	4
CE/12467	5		CE/6402	5
/	5		CE/7245	6
/	6		CE/9391	7
CE/15096	7		/	7
CE/23747	8		/	8
CE/4433	9		/	9
CE/13261	10		CE/24230	10
/	10		CE/9679	11
/	11		CE/10129	12
/	12		CE/24016	13
/	13		CE/11111	14

/	14		CE/16156	15
/	15		SP/158779	16
CE/30079	16		/	16
CE/21771	17		/	17
CE/23813	18		CE/27039	18
CE/12855	18		/	18
CE/28714	19		/	19
CE/6764	20		CE/16498	20
/	20		CE/12875	21
/	21		CE/15519	22
CE/119384	22		CE/2774	22
/	22		CE/108911	23
SP/108911	23		/	23
CE/8077	24		/	24
CE/19431	25		/	25
CE/25636	26		/	26
CE/8267	27		/	27
CO/9184	28		CE/10129	28
CE/15458	28		/	28
CE/14003	29		CE/11074	29
/	29			

1) 11470-70.2000.8.06.0071/0 - Nº Antigo: 1999009021424 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXEQUENTE.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EXEQUENTE.: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - PFN. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 59 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "R. H. Recebo o apelo de fls. 57/58, no duplo efeito (C.P.C., art. 520), desde que apresentado tempestivamente. Intime-se a apelada para contrarrazoar, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de subida sem estas (C.P.C., art. 508 e art. 518). Decorrido o prazo, lançadas as certidões de estilo e providenciada a baixa no sistema, remeta-se os autos ao Tribunal Regional Federal.""**.- INT. DR(S). JORGEMISA JORGE AUAD

2) 1593-91.2009.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ALDEMIR SEVERINO ISIDORO REQUERENTE.: ANTONIA ALVES DE SOUZA REQUERIDO.: LEONARDO PIRES REIS REQUERIDO.: MALVINA APARECIDA RAMOS REQUERENTE.: MANOEL SEVERINO IZIDORIO REQUERENTE.: MANUEL COSTA NETO REQUERENTE.: MARIA DA GLORIA MACHADO COSTA MENOR.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se ainda tem interesse no depoimento pessoal da promovida Malvina Aparecida Ramos, sob pena de preclusão."**.- INT. DR(S). JOSEFA IRANIR MENDES LIMA HONORATO , VERA MARIA CASSIANO DO NASCIMENTO FERREIRA

3) 30091-61.2013.8.06.0071/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL EXEQÜIDO.: CERAMICA TREZZI LTDA EXEQÜIDO.: ETIENE AQUILES TREZZI EXEQÜIDO.: KYARE CHRISTIE OLIVEIRA TREZZI. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do último parágrafo do despacho cível de fls. 88 dos autos, cujo teor segue adiante: "Recaindo a penhora sobre o imóvel, intime-se o exequente, através do procurador judicial, para, no prazo de cinco (5) dias, providenciar a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante apresentação de certidão do inteiro teor do termo ou auto de penhora, a fim de assegurar a presunção absoluta de conhecimento por terceiros (C.P.C., art. 659, §4º; c/c a Lei Nº 6.015/73, art. 167, inciso I, item 5), devendo ainda juntar aos autos certidão do registro da referida averbação.""**.- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , FELIPE DANTAS DE CARVALHO

4) 31065-35.2012.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO HONDA S.A REQUERIDO.: PAULA ANDREA TELES MACEDO. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça acostada às fls. 60 ("Certifico que, em cumprimento ao mandado do MM Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca, dirigi-me ao endereço indicado no expediente, tendo constatado que PAULA ANDRÉIA TELES MACEDO não se encontra na posse da motocicleta descrita nos autos. Certifico ainda ter a requerida afirmado ser titular do financiamento, porém o veículo foi destinado para seu irmão - Sr. CARLOS EDUARDO TELES MACEDO, que, segundo ela, não mais reside nesta cidade, tendo a informante ressaltado desconhecer o paradeiro do proprietário de fato, tampouco da motocicleta.")".**- INT. DR(S). ALDENIRA GOMES DINIZ

5) 31420-40.2015.8.06.0071/0 - MONITÓRIA REQUERENTE.: DISTRIBUIDORA NORONHA LTDA ME REPRES/ POR GERARDO JUNIOR CAVALCANTE LOPES REQUERIDO.: LUIZA ELIZIANE COELHO. **"(Setor RITA) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 48 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: CERTIFICO para os devidos legais, independentemente de despacho, nos termos da Portaria 2005-002 de 14/03/2005 e como autoriza o art. 162, § 4º, do Código de Processo Civil, e art. 389, alínea ¿a¿, da Lei Estadual nº 12.342, de 28.07.1994 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará): VISTAS AO ADVOGADO DA PARTE AUTORA, PARA PAGAR AS CUSTAS REFERENTES A CARTA PRECATÓRIA."**.- INT. DR(S). JOSE LAIR DE SOUSA MANGUEIRA , MÁRCIO ANDRETTI QUESADO BESERRA

6) 31448-42.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: COMERGE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E REPRESENTAÇAO GENTIL LTDA REQUERIDO.: SEFAZ - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARA. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 434 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. COMERGE - Comercial de medicamento e Representações Gentil Ltda, qualificada na exordial, ajuizou AÇÃO**

ANULATÓRIA contra o ESTADO DO CEARÁ, igualmente qualificado, objetivando desconstituir o lançamento do Auto de Infração nº 1/200015272, com a consequente extinção do crédito tributário decorrente, nos termos do art. 156, inciso X, do Código Tributário Nacional, arguindo a nulidade dos atos de fiscalização realizado pela Secretaria da Fazenda do Ceará, conforme consta na exordial de fls. 02/17. Juntou os documentos de fls. 18/212. O promovido foi citado (fls. 291v) e contestou às fls. 293/320, arguindo, preliminarmente, ausência de pressuposto processual, impossibilidade jurídica do pedido pela quitação do débito originado do autor de infração, faltade interesse de agir pela ausência de inscrição da autora na dívida ativa e prescrição. No mérito, defendeu a legalidade da atuação estatal e procedimento administrativo, requerendo a improcedência do pleito inicial. Anexou os documentos de fls. 233/427. Na réplica a autora concordou com a extinção do processo por falta de interesse processual, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC, por haver aderido ao REFIS do Estado do Ceará, reconhecendo o débito oriundo do auto de infração contestado(fls. 430/433). É O RELATÓRIO. DECIDO. No caso em liça, a adesão do promovente ao REFIS 2009 e a consequente quitação do débito originado da Infração nº 2000.15272, revelam a ausência de interesse processual da autora pela perda superveniente do objeto, uma vez que a adesão ao parcelamento implica na confissão irretratável da dívida e expressa renúncia ou desistência a qualquer recurso administrativo ou judicial. Dispõe o art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil que "Extingue-se o processo, sem resolução do mérito: VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual". Isto posto e o mais que dos autos consta, EXTINGO O PROCESSO, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, por já não haver interesse processual; faltando-lhe, pois, condição de procedibilidade. Condeno o promovido em custas e honorários advocatícios, que arbitro em Condeno o promovido no pagamento de honorários advocatícios, no valor de 02(dois) salários mínimos, com base na apreciação equitativa (CPC, art. 20, § 4º)."".- INT. DR(S). CAIO CESAR PINHEIRO DE OLIVEIRA

7) 32144-15.2013.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA REQUERENTE.: FRANCISCO HENRIQUE DA SILVA. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 133 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "FRANCISCO HENRIQUE DA SILVA, qualificado nos autos, adentrou com a presente Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais (Cumprimento de Sentença), nos termos da inaugural, em face do BANCO DO BRASIL S/A, igualmente qualificado nos autos. Em suma, o autor alega que é correntista do banco promovido e que foi vítima de golpe do interior da agência, tendo o respectivo banco negado a restituição da quantia referente ao benefício previdenciário sacado indevidamente. Ajuizou a ação com a finalidade de compelir a parte requerida a devolver a quantia sacada em dobro, bem como a pagar danos morais no valor de 50 (cinquenta) salários mínimos. Regularmente citada (fls. 36), a promovida apresentou contestação (fls. 39/65). Réplica às fls. 81/91. Realizada audiência de instrução (fls. 97). Sentença às fls. 109/110 julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o promovido a restituir ao promovente a quantia de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), na forma simples, com correção monetária pelo INPC, a partir do saque, acrescido de juros legais de 1% ao mês, contados a partir da citação e pagar-lhe indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigido monetariamente pelo INPC, acrescidos de juros de 1% ao mês. Com o trânsito em julgado da sentença (fls. 113v), o autor requereu o cumprimento da sentença, apresentando planilha de cálculos atualizada (fls. 116). Penhora on line realizada (fls. 125/126), o valor foi transferido para a conta única do poder judiciário (fls. 128/129). É o relatório. DECIDO. O presente processo tem por escopo derradeiro a obtenção de um resultado útil e eficaz, resultando na satisfação do crédito do autor, assim, impondo-se a extinção quando a dívida for quitada. No presente caso, depreende-se que o crédito restou satisfeito consoante se depreende do documento acostado às fls. 125/126 do caderno processual, nada mais restando senão a extinção do feito, uma vez efetuado o pagamento da dívida. ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 794, inciso I, c/c art. 795, ambos do Código de Processo Civil, julgo EXTINTA a presente ação de indenização por danos morais e materiais (cumprimento de sentença), em face do BANCO DO BRASIL S/A. Expeça(m)-se o(s) competente(s) alvará(s) para levantamento do valor bloqueado. Custas ex legis a cargo da executada. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos.""**.- INT. DR(S). LUIZ CARLOS ARRAES FERREIRA , MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO

8) 32212-28.2014.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: ANTONIA CECILIA RODRIGUES DE CARVALHO REQUERENTE.: BANCO ITAUCARD S/A REQUERIDO.: HAULLYANY RODRIGUES CARVALHO REQUERIDO.: LUIS PEREIRA DE CARVALHO. **"(Setor PAULA) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 141 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: R. H. Realizado o bloqueio on line de valor depositado em conta do executado (fls. 136 e 139), como também inexistindo informações de que o valor bloqueado constitui bem absolutamente impenhorável (C.P.C., art. 649, IV), mando que a secretaria providencie a transferência do valor bloqueado para a conta única do poder judiciário na Caixa Econômica Federal, conforme convênio formalizado entre a instituição bancária e o Tribunal de Justiça, juntando aos autos a guia própria de depósito e termo nos autos, consolidando desta forma a penhora. A seguir, intime-se o executado para, querendo, oferecer impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 475, J, § 1º, CPC). Intimações e expedientes necessários.".**- INT. DR(S). ANTONIO BRAZ DA SILVA

9) 32568-86.2015.8.06.0071/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA ESTER LIMA VERDE PEREIRA. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para apresentar cópias de contra-fé suficientes para fins de citação.".**- INT. DR(S). VALMIR ALVES DO NASCIMENTO

10) 33306-74.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO HONOFRE DE MOURA NETO REPRES/POR LUCIELDA SILVA DE SOUSA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DO CRATO REPRESENTADO POR RONALDO GOMES DE MATTOS. **"(Setor Ana) De ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta 1ª Vara Cível da Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 58/61 dos autos, bem como para comprovar seu efetivo cumprimento, relativamente ao fornecimento mensal do leite e das fraldas determinadas na liminar e ratificada na sentença, no prazo de dez (10) dias, sob pena de bloqueio de valores. O inteiro teor da sentença de fls. 58/61 segue adiante: "Vistos, etc. ANTÔNIO HONOFRE DE MOURA NETO, menor impúbere, representado por sua genitora, LUCIELDA SAILVA DE SOUSA, qualificada na inicial, através da Defensoria Pública, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra o MUNICÍPIO DO CRATO, representado pelo**

gestor municipal, RONALDO GOMES DE MATTOS, igualmente qualificados, com base nos arts. 195 e 196 da CF c/c art. 2º da Lei 8.080/90, mediante as razões abaixo expendidas Consta na inicial que a autora possui PARALISIA CEREBRAL NA FORMA TETRAPLÉGICA ESPÁSTICA (CID G82.4), necessitando de uma dieta específica à base de LEITE DE INTEGRAL, na quantidade de 10 (dez) latas por mês, além de 100 (cem) FRALDAS INFANTIS TAMANHO G POR MÊS, e uma CADEIRA DE RODAS, conforme prescrição da médica Liliany M. Pereira. Disse que não possui condições financeiras para aquisição dos produtos e que buscou auxílio da secretaria de saúde, inclusive através da defensoria, mas não obteve êxito, sendo informada que o leite, as fraldas infantis e a cadeira de rodas ainda não estavam disponíveis, pelo que requereu a concessão de antecipação de tutela para que o promovido forneça o aparelho, sendo, ao final, o pleito julgado procedente. Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/18. Deferida a antecipação de tutela (fls. 21/23). O promovido foi citado (fls. 25) e contestou às fls. 27/39, alegando a ineficácia plena do art. 196 da Constituição Federal, acrescentando a aplicação do princípio da reserva do possível, argumentando a inexistência da obrigação legal dos municípios fornecerem medicamentos ou tratamentos de alto custo, de modo que não há previsão orçamentária, asseverando que a responsabilidade é da União e/ou do Estado-Membro. Afirmou, ainda, que o atendimento de um caso de alto custo comprometeria o coletivo; sustentando, baseado no princípio da indisponibilidade do interesse público, que não pode fazer liberalidades com o dinheiro público, não podendo, assim, arcar com os custos da aquisição do referido tratamento. Por fim, aduz que não nega o fornecimento de qualquer medicamento, alimentos ou outro tipo de produto de atenção básica, desde que o paciente se dirija à Secretaria Municipal de Saúde com a receita médica e que também seja feito um Laudo Social. Requereu a improcedência em parte da lide no que diz respeito a condenação nos ônus da sucumbência, uma vez que, logo após, a parte requerida juntou aos autos os documentos que comprovam o fornecimento dos produtos à parte requerente (fls. 41/45). A parte autora replicou às fls. 48/52. O Ministério Público opinou favorável ao pedido (fls. 55/57). É O RELATÓRIO. DECIDO. O pleito autoral se funda em princípios constitucionais, inerentes a manutenção da saúde e preservação da vida, bem como nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, constantes na Carta Magna e Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. O STJ tem reiteradamente decidido que: "A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento". Portanto, deve ser mantida absoluta prioridade no tocante à proteção da saúde e vida digna. Para tanto, a Constituição Federal preconiza (art. 196) o dever do Estado e demais entes federativos em providenciar a saúde, através de políticas públicas. Esta norma possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, como expressamente prevê o § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal. O art. 5º, caput, da CF, garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País. Por outro lado, dentre os direitos sociais fundamentais, o art. 6º, caput, da nossa Carta Política, destaca o direito à saúde. E este direito é explicitado em seu art. 196, que assim estabelece: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem á redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Na sequência, no delineamento da rede pública de saúde, art. 198, dispõe que: Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralizado, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Por sua vez, regulamentando as normas constitucionais acima, a Lei nº 8.080/90, precisamente em seu art. 7º, III, dispõe sobre a integralização do sistema de assistência à saúde da população, estabelecendo que: Art. 7º. As ações e serviços de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS - são desenvolvidos de acordo com as diretrizes do art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: (...) II - integralidade de assistência, entendida como um conjunto de ações preventivas e curativas, individuais e coletivas, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Assim sendo, fazendo a interpretação sistemática das normas acima, facilmente se conclui que os entes federados (União, Estados-Membros e Município) são solidariamente responsáveis pela garantiae preservação do direito fundamental da saúde de qualquer brasileiro e dos estrangeiros residentes no País. A urgência do tratamento pleiteado não poderia aguardar uma solução demorada e burocrática sob pena de malferir o texto constitucional. In casu, a hipossuficiência financeira do promovente não pode privá-lo do tratamento médico que lhe foi prescrito, como o uso do leite, da cadeira de rodas e das fraldas infantis, sendo dever de todos os entes estatais garantir sua saúde e vida, conforme decisão abaixo colacionada: DECISÃO MONOCRÁTICA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA SAÚDE. SOLIDARIEDADE DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. As entidades federativas têm o dever comum de zelar pela saúde dos seus cidadãos. A condenação no fornecimento dos medicamentos é ampla e visa proteger o direito à saúde e à vida, prestigiando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde e ávida, atrelados à dignidade da pessoa humana se sobrepõe ao princípio da reserva do possível. Precedentes. Possibilidade de substituição do medicamento prescrito por outro com o mesmo princípio ativo, vulgo genérico. Cautela suficiente para garantir a melhor utilização dos recursos públicos. Multa fixada em valor adequado. Manutenção da sentença. Recurso que se nega seguimento do segundo recurso, na forma do art. 557, caput, do CPC.557CPC. (TJ/RJ 0006456-26.2010.8.19.0061, SEXTA CAMARA CIVEL, Relator: DES. TERESA CASTRO NEVES, Data de Julgamento: 31/05/2011). Quanto à necessidade de observação da reserva do possível na aquisição dos produtos pelo município, importante destacar que este princípio nunca poderá estar dissociado do "mínimo existencial", pois somente depois de atendido o mínimo existencial, onde se inclui o direito à saúde, é que o Poder Público terá discricionariedade para cogitar a efetivação de outros gastos. Importante entender que a Administração Pública realiza tarefas as mais diversas possíveis, no entanto, existem determinados serviços públicos que jamais podem ser negligenciados, como é o caso da saúde, direito fundamental, inerente à vida, haja vista que sem vida não se poderia falar em quaisquer outros direitos. Nesta esteira, vislumbra-se inafastável a superioridade do valor da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas. Ademais, não se trata de comodidade de tratamento ou mesmo privilégio concedido de forma individualizada em desfavor de outros cidadãos, mas sim de necessidade imprescindível e inadiável para a própria saúde do promovente, o que afasta a violação ao princípio da isonomia, inclusive, determina o art. 195, § 5º, da Carta da República, que é defeso ao administrador esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão sob o argumento de que não dispõe de verbas públicas disponíveis. Os documentos acostados aos autos não deixam dúvida acerca da enfermidade do requerente e necessidade do tratamento reclamado, como forma de garantir-lhe uma vida saudável. Também restou provada e reconhecida a responsabilidade do promovido pelo fornecimento do leite, da cadeira de rodas e dos pacotes

de fraldas infantis, que somente passou a ser disponibilizado após a concessão da liminar (fls. 21/23 e 41/45). ANTE O EXPOSTO e o mais que dos autos consta, com base no art. 269, inciso I do CPC e demais fundamentação supra, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral, ratificando a antecipação de tutela de fls. 21/23. Condeno o município promovido no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios no valor de 02 (dois) salários mínimos, em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com base na apreciação equitativa (CPC, art. 20, § 4º).".- INT. DR(S). GEORGE ERICO DE ALENCAR BRAGA BORGES , RENNAN LOBO XENOFONTE

11) 33879-15.2015.8.06.0071/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERIDO.: FRANCISCA MATIAS SALES(FELECIDA) REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA SALES FEITOSA. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para prestar as seguintes informações: Os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais da falecida; Se faleceu com testamento conhecido; Se deixou filhos, o nome e idade de cada um; Se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes (não está legível na Declaração de Óbitobito de fls. 09); Se deixou bens e herdeiros menores ou interditos; Se era eleitora e em qual cidade. Tais informações são necessárias, pois deverão constar do assento de óbito a ser confeccionado.".**- INT. DR(S). CARLOS ANTONIO PEREIRA MAIA

12) 34215-53.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: AV ICH CONSTRUÇOES LTDA REQUERIDO.: CENTRO EMPRESRIAL ATHENAS REQUERENTE.: JORGE HENRIQUE ARRAES DE ALENCAR PIERRE REQUERIDO.: LILIA BRREIRA DE FIGUEIREDO REQUERIDO.: REGIS SANTANA DE FIGUEIREDO. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça acostada às fls. 171v.".**- INT. DR(S). FRANCISCO LEOPOLDO MARTINS FILHO

13) 35506-54.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA ALICE ARRAES ALENCAR TEIXEIRA MENDES REPRESENTDA POR MARIA JOSE TEIXEIRA MENDES DE ALENCAR REQUERIDO.: UNIMED CARIRI - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, em cumprimento a cota ministerial de fls. 172/174, trazer aos autos o Plano de Atenção Domiciliar - PAD confeccionado para atendimento da requerente, acompanhado de parecer técnico do profissional que coordena a Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD quanto à suficiência ou não do atendimento dispensado.".**- INT. DR(S). SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES

14) 35521-23.2015.8.06.0071/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: ANTONIA ANSELMA LIMA. **"(Setor Andrea) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s), conforme cota ministerial de fls. 24, para que indique os bens deixados pela senhora BEATRIZ GOMES LINARD, fazendo provas dos mesmos.".**- INT. DR(S). MARIA DE FATIMA PINHEIRO CAIRO

15) 36187-58.2014.8.06.0071/0 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE REQUERENTE.: ALMINA ARRAES DE ALENCAR PINHEIRO REQUERIDO.: GRUPO FORMADO POR APROXIMADAMENTE 100 PESSOAS. **"POR DETERMINAÇÃO do MM. Juiz desta Secretaria da 1ª vara Cível, INTIMAMOS Vossa Senhoria do despacho de fls.187, cujo teor é o seguinte:" DESPACHO CÍVELPROCESSO Nº 36187-58.2014.8.06.0071R. H.Considerando as razões lançadas na decisão de fls. 178/179, torno sem efeito o despacho de fls. 185, por entender que a simples interposição de agravo não tem o condão de suspender o cumprimento da liminar de reintegração há muito proferida por este juízo, pelo que designo o dia 12 de fevereiro de 2016, às 06h da manhã, para cumprimento da ordem de reintegração.intime-se a autora para disponibilizar, com antecedência mínima de 48h, em relação à data de cumprimento da reintegração, os meios logísticos necessários ao cumprimento da ordem judicial, conforme listado às fls. 186 dos autos(20 capatazes, 01 trator, 02 caminhões caçambas, 01 ônibus para transportar os invasores e 01 reboque), devendo comunicar a este juízo. Oficie-se ao Presidente do Conselho Tutelar para que os seus membrosestejam presentes no local de cumprimento do mandado, na data e horário designados, de maneira a garantir a proteção necessária às famílias e menores por ventura presentes no local.Oficie-se à Secretária de Assistência Social para que disponibilize equipe composta por assistentes sociais, no local de cumprimento do mandado, na data e horário designados, de maneira a garantira proteção necessária às famílias despejadas.Oficie-se ao Comandante do Corpo de Bombeiros em Crato/CE, à Secretária de Saúde e Coordenador do SAMU/Cariri, para que disponibilizem profissionais de saúde e ambulâncias no local do evento.Oficie-se à COELCE para disponibilizar uma equipe no local do evento.Oficie-se ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Comandante do Batalhão de Polícia de Choque(fls. 186), cientificando-lhes sobre a data para cumprimento da ordem e das providências determinadas, para que sejam adotadas as medidas necessárias ao perfeito cumprimento da ordem de desocupação. Expeça-se novo mandado de reintegração para cumprimento por 02(dois) oficiais de justiça, devendo os ofícios e intimações supra também serem cumpridos por Oficial de Justiça, com exceção do ofício a ser encaminhado ao Comando Geral da PM.Ciência ao Ministério Público e Defensoria PúblicaExpedientes Necessários. Crato/CE, 25 de janeiro de 2016.Dr. José Batista de Andrade Juiz de Direito Titular".".**- INT. DR(S). LIA MARIA ALENCAR

16) 36238-35.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FERNANDO PANICO REQUERIDO.: GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar sobre a contestação de fls. 34/38 dos autos.".**- INT. DR(S). HIARLES EUGENIO MACEDO SILVA , LUÃ ALENCAR ALVES SOARES

17) 36264-33.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: DAMIAO ROMAO DE MORAIS REQUERIDO.: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar sobre a contestação de fls. 34/72.".**- INT. DR(S). PAULO HENRIQUE P. ROCHA

18) 36317-14.2015.8.06.0071/0 - NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA REQUERENTE.: FRANCISCO ANTONIO TAVORA COLARES REQUERIDO.: LUANNA JESSICA ANSELMO JUSTINO. **"(Setor Ana) De ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta 1ª Vara Cível da Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s), regularmente intimado(a)(s) da decisão cível de fls. 128 dos autos,**

cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc... Trata-se de Pedido de Reconsideração de decisão liminar de fl. 30, de autoria de Luana Jéssica Anselmo Justino, conforme petição de fl. 108/113. Ainda na contestação, de fl. 37/42, a requerente/promovida alegou, em preliminar, a invalidade de do Laudo Técnico de Vistoria, de fl. 18/19, por não ter vido acompanhado da respetiva Anotação de Responsabilidade técnica (ART). No mérito, informa que a falta de impermeabilização reclamada pelo autor é a última etapa da construção do muro embargado. E sendo assim, como a obra foi paralisada por determinação deste juízo ainda na quarta etapa, nada há de irregular. Por tais motivos, a liminar de fl. 18 deve ser reconsiderada. Na réplica, o autor/nunciante disse que a ART é um documento de responsabilidade administrativa do técnico prestado de obras ou serviços, e como tal não deve invalidar laudo técnico de vistoria subscrito por engenheiro devidamente habilitado. Em seguida, juntou a respectiva ART. Relatei. Decido: A Lei 6.496/77, que dispõe sobre a ART na prestação de serviço de engenharia, e dá outra providências, estabelece: Art. 1º. Todo contrato, escrito ou verbal, para execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica "sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART). Art. 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia. Ver tópico (1423 documentos) (...) Art. 3º - A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea a do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e demais cominações legais. Portanto, a ART tem a finalidade de definir a responsabilidade técnica do Engenheiro, Arquiteto ou Agrônomo contratado (art. 2º). No entanto, a falta da respectiva ART sujeita-o apenas a multa (art. 3º). Dessa forma, não é possível estender os efeitos da ausência desse documento à invalidação do Laudo Técnico de Vistoria de fl. 18. Pois, como se sabe, é princípio da exegética não fazer interpretação extensiva a norma sancionadora. Assim sendo, não há falar em nulidade de referido laudo. No mérito, a contestante/nunciada confirma a ausência da impermeabilização da obra reclamada pelo autor. A única divergência é que enquanto este afirma que referido procedimento deveria ter sido feito na quarta etapa da obra, a contestante afirma que deve ser por ocasião da sexta etapa. Portanto, esse ponto deve ser esclarecido em audiência de instrução. Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação da decisão liminar. Por conseguinte, mantenho-a até posterior deliberação. Por outro lado, considerando que não há irregularidade a sanada, declaro o feito saneado. Por conseguinte, fixo como ponto controvertido a fase da impermeabilização reclamada, a qual deverá ser esclarecida em audiência de instrução, onde serão ouvidos os engenheiros contratados pelas partes. Designe-se a audiência de instrução e julgamento para oitiva dos engenheiros das partes, com as cautelas necessárias."".- INT. DR(S). FELIPE CARTAXO ESMERALDO , ICARO DAVI TAVARES MONTEIRO , JOSE HERLÂNIO RODRIGUES

19) 36349-19.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA REQUERENTE.: GEORGE ROMAO PINHEIRO. **"(Setor Ana) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) da sentença cível de fls. 26 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: "Vistos, etc. GEORGE ROMÃO PINHEIRO, qualificado nos autos, ajuizou AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS contra a ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA, também qualificada, mediante as razões expendidas na exordial de fls. 02/12. Juntou os documentos de fls. 13/17. Indeferida a tutela antecipada (fls. 20), o autor requereu a extinção do processo por desistência, na forma do art. 267, inciso VIII, do CPC (fls. 24). É O RELATÓRIO. DECIDO. Como decorrência do princípio da disponibilidade processual, a desistência consiste na abdicação expressa da posição processual alcançada pelo autor, após o ajuizamento da ação. Para tanto, é necessário que ainda não tenha decorrido o prazo para a apresentação da resposta do réu, posto que, uma vez proposta, está formada a relação processual e a desistência passa a carecer do consentimento do promovido. No caso vertente, antes que fosse determinada a citada da ré, o autor requereu a desistência do processo. Destarte, o pedido merece ser acolhido, uma vez que a relação processual não se formou, sendo desnecessário, portanto, o consentimento da suplicada, conforme inteligência do § 4o do art. 267 do CPC. Isto posto e o mais que dos autos consta, HOMOLOGO a desistência da ação, para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VIII, do Estatuto Processual Civil. Sem custas, posto que defiro a gratuidade judiciária.""**.- INT. DR(S). LEANDRO BESSA BASTOS GONÇALVES

20) 36420-55.2014.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: FRANCISCA MUNIZ SUZANA REQUERIDO.: TELEMAR NORTE LESTE S.A. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para realizar visita técnica na residência da exequente, no prazo de dez (10) dias, com o intuito de cumprir, na íntegra, a sentença de fls. 104/105, restabelecendo o serviço prestado à consumidora, devendo juntar aos autos comprovante de realização da visita e de restabelecimento do serviço.".**- INT. DR(S). MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA , ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS

21) 36694-19.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO PANAMERICANO SA REQUERENTE.: JOSE DIONISIO JACO. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar sobre a contestação de fls. 31/55 dos autos.".**- INT. DR(S). FRANCISCO OLIVEIRA DA NOBREGA

22) 36721-65.2015.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: FRANCISCO RICARTE ALVES DE MORAES REQUERENTE.: GISELDA GOMES DE ALMEIDA FREITAS REQUERENTE.: LEDA FULCO DE FIGUEIREDO REQUERENTE.: LUCIA FULCO DE FIGUEIREDO MARTINS REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO BEZERRA SOUZA REQUERENTE.: MARIA NEIVA BRUNO DE MORAES REQUERENTE.: SEBASTIANA GOMES DE ALMEIDA. **"(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para providenciar o integral recolhimento das custas iniciais, no prazo de 30 (trinta) dias, com base nos valores constantes da Tabela de Custas constante da Lei nº 15.834/15, publicada no D.O. de 30.07.15, sob pena de extinção do processo.".**- INT. DR(S). CANDIDO ALEXANDRINO BARRETO NETO , FATIMA APARECIDA ZULIANI FIGUEIRA , NORIVAL SEBASTIAO RODRIGUES DE FRANCA

23) 36891-37.2015.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA REQUERIDO.: JOSE ONOFRE DA SILVA. **"(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acostada às fls. 33("Certifico que em cumprimento ao respeitável mandado dirigi-me ao endereço indicado e ali, deixei de apreender o veículo marca Honda CG FAN 150, placa OSQ 1745, pois não localizei o bem,**

ademais deixei de citar o requerido, Sr. José Onofre da Silva, pois segundo sua genitora o requerido mudou-se para o Bairro Seminário, contudo não sabe informar seu novo endereço.”).”.- INT. DR(S). NELSON PASCHOALOTTO , NELSON PASCHOALOTTO

24) 37379-26.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: PEDRO IGOR ROCHA BEZERRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT. **“(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar acerca da contestação e documentos de fls. 153/185, no prazo de 10 (dez) dias.”.**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

25) 37407-57.2015.8.06.0071/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO ITAUCARD S/A REQUERIDO.: MARIA SANIA ESMERALDO. **“(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) do despacho cível de fls. 57 dos autos, cujo inteiro teor segue adiante: “BANCO ITAUCARD S/A, qualificado nos autos, ingressou com a presente AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, com amparo no Decreto-lei nº 911/69, alterado pela Lei 10.931/04, contra MARIA SANIA ESMERALDO, igualmente qualificada nos autos, fundamentando o pleito nas razões de fato e direito delineados na inicial. Constata-se que o instrumento procuratório e respectivo substabelecimento foram juntados em cópia, desprovidos da devida autenticação do próprio advogado ou cartorária (fls. 11/17). O instrumento procuratório constitui documento indispensável à propositura da ação, conforme previsto no art. 37 do Código de Processo Civil, devendo ser apresentado original ou cópia autenticada por cartório ou pelo próprio advogado, consoante entendimento jurisprudencial dominante: Esta Câmara tem acolhido a tese da imprestabilidade do instrumento de procuração xerocopiado, vez que este documento não se qualificou juridicamente como instrumento da vontade do outorgante pela facilidade com que se extrai a cópia. A autenticação não valida o conteúdo da declaração de vontade contida no instrumento, ou seja, a autenticação é mero atestado de que a cópia corresponde ao original mais não duplica o conteúdo procuratório. Fosse outro entendimento, de um único instrumento procuratório, um profissional sem escrúpulo (certamente não é o caso examinado) lograria intentar, em nome de seu cliente, tantas ações quanto desejasse. (Ac. da 2ª C. do 2º TAC SP ¿ mv ¿ AC 311.926/9-00 ¿ Rel. Juiz Ferraz de Arruda ¿ j 09.03.92 ¿ Apte.: João Carlos Butim; Apdo.: José Luiz Lagana ¿ ementa IOB, por transcrição parcial). DTZ1028934 - PROCESSUAL CIVIL - AFORAMENTO DE AÇÃO - EXIGÊNCIA DE PROCURAÇÃO ATUAL - É escorreita a exigência feita pelo juiz, no sentido da exibição de procuração atual, contemporânea ao aforamento da ação. Desserve a cópia de procuração antiga que instruir ação precedente, a qual, bem por isso, é de se entender exaurida, não ensejando a compreensão de que o mandante tenha ficado cativo ao mandatário à propositura da ação nova independentemente de se perquirir a sorte ou a identidade de processo anterior. (TRF4ª R. - AI 2002.04.01.009038-9 - SC - 4ª T. - Rel. p/Ac. Amaury Chaves de Athayde - DJU 17.12.2003). Ref. Legislativa: CC arts. 653 a 666. A procuração “só tem serventia válida para certo e determinado processo” (RT 655/140), não sendo aceita a duplicação reprográfica, embora a irregularidade possa ser sanada. A procuração em fotocópia é aceita quando se trata de empresa com diversas filiais, tais como as instituições bancárias, onde cada unidade tem o poder de gerência conferido por procuração do presidente ou administrador geral e, ainda assim, devidamente autenticada com os devidos substabelecimentos. Destarte, uma vez que restou configurada a imprestabilidade do documento de fls. 11/17 dos autos, que sequer está autenticado, intime-se o subscritor da inicial, para, no prazo de dez (10) dias, apresentar o mandato original ou autenticar as cópias referidas, regularizando a falha da inicial.”.**- INT. DR(S). CELSO MARCON

26) 37785-13.2015.8.06.0071/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL EMBARGADO.: A UNIAO FEDERAL- FZENDA NACIONAL EMBARGANTE.: LUIZ BARRETO DE MORAIS JUNIOR EMBARGANTE.: MARIA DE LOURDES COELHO DE ALENCAR BARRETO. **“(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, no prazo de dez (10) dias, juntarem aos autos o competente instrumento de mandato, nos termos do art. 37 do Código de Processo Civil, sob pena de indeferimento da inicial. Fica(m) ainda intimado(a)(s) para, no prazo de trinta (30) dias, conforme previsto no art. 13 da Lei nº 12.381/94, recolherem as custas, taxas e contribuições, sob pena de cancelamento na distribuição (C.P.C., art. 257) e consequente arquivamento do feito.”.**- INT. DR(S). THAMIRES TÁBATA GONÇALVES DE FERREIRA GOMES

27) 4032-80.2006.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA - 10 - REGIAO REQUERIDO.: INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO IPORA LTDA. **“(Setor Paula) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para recolher o alvará, em dez (10) dias.”.**- INT. DR(S). ANTONIO CARLOS MENDONCA DE ALENCAR

28) 4615-65.2006.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIA PEREIRA CALIXTO REQUERIDO.: JOAO CORREIA SARAIVA. **“(Setor Rita) De ordem do MM Juiz de Direito titular desta 1ª Vara Cível e Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para se manifestar acerca dos documentos de fls. 542/544 e 548, no prazo legal de 10 (dez) dias.”.**- INT. DR(S). ALDA MARIA TELES OLIVEIRA , FRANCISCO LEOPOLDO MARTINS FILHO , JOSE FLAVIO DIONISIO SANTANA

29) 5682-31.2007.8.06.0071/0 - USUCAPIÃO REQUERIDO.: FILEMON FERNANDES TELES S/A REPRES/POR MARTA EUNICE TELES COELHO REQUERENTE.: NEMESIO BARBOSA FILHO .**”(Setor Ana) De ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta 1ª Vara Cível da Comarca de Crato, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para, declarada a nulidade da sentença de fls. 47/48, conforme decisão monocrática de fls. 108v/114, manifestar-se acerca da contestação e documentos de fls. 30/43, bem como emendar a inicial, no prazo de 10(dez) dias, apresentando as informações e documentos a seguir indicados: a) Indicar e qualificar a(o) representante do espólio confinante de José Sampaio Macêdo, assim como a esposa do confinante Gilberto Alves Pereira, para fins de citação; b) informar a caracterização do imóvel, conforme exigências do art. 225 da Lei Nº 6.015/73, para os fins do art. 226 do referido estatuto, na hipótese de procedência da ação de usucapião; c) Juntar certidões, positiva ou negativa, de registro de imóvel em nome do autor, referente aos cartórios do 2º e 5º ofício. d) Juntar certidão de registro do imóvel usucapiendo, assim como certidão negativa de registro do imóvel usucapiendo referente ao Cartório do 5º Ofício; e) Entregar na Secretaria de Vara 02(duas) cópias da inicial para citação dos confinantes; O descumprimento implicará na pena de indeferimento da petição inicial e, consequentemente, na extinção do processo sem julgamento do mérito. (Código de Processo Civil, art. 284, parágrafo único).””**- INT. DR(S). ALEXEI TEIXEIRA LIMA , CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALENCAR .

COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

Juiz(a) Titular : JOSE FLAVIO BEZERRA MORAIS
Diretor(a) de Secretaria: JOCEANDRA MENDES CHAVES
EXPEDIENTE nº 519/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/21974	1		CE/15474	1
CE/29956	1		/	1
CE/31864	2		/	2
CE/23502	3		CE/20787	3
/	3		/	4
CE/21493	5		/	5
CE/8077	6		/	6
CE/8077	7		/	7
CE/8077	8		/	8
CE/8077	9		/	9
CE/8077	10		/	10
CE/8077	11		/	11
CE/8077	12		/	12
CE/8077	13		/	13
CE/8077	14		/	14
CE/8077	15		/	15
CE/20417	16		/	16
CE/31864	17		/	17
CE/31864	18		/	18

1) 33088-46.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO LINDOVAL DE OLIVEIRA REQUERIDO.: BV FINANCEIRA SA CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 16 (dezesseis) de Março de 2016, às 09:00, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que, de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). FERNANDO LUZ PEREIRA , MOISES BATISTA DE SOUZA , RENAN CHAVES MOREIRA MOTA

2) 37377-22.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: LUIZ ERLANIO DA SILVA FERREIRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 31 (trinta e um) de Março de 2016, às 09:00horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

3) 37813-78.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FERNANDA DE LIMA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT S/A. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 31 (trinta e um) de Março de 2016, às 09:45 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA , THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

4) 38031-09.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOAO ALVES SOBRINHO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSEORCIOS DOS SEGUROS DPVAT S.A. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 01(primeiro) de Março de 2016, às 14:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC- Centro Judiciário de solucoes de conflitos e cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º ¿ Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, da parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**

5) 38071-88.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO TRAJANO DA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 31 (trinta e um) de Março de 2016, às 10:00horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos**

cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".- INT. DR(S). MARCELO VIEIRA BORGES

6) 46533-97.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: MARIA IRENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 22 (vinte e dois) de março de 2016, às 09:00h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

7) 46534-82.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: LUIZ HENRIQUE DE AGUIAR REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 23(vinte e três) de março de 2016, às 09:00h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

8) 46536-52.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: CARLOS PEREIRA DA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 22 (vinte e dois) de março de 2016, às 10:20h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

9) 46539-07.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: MARIA ALDEIDE RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 22 (vinte e dois) de março de 2016, às 09:40h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

10) 46573-79.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: MARIA HELYETE PEREIRA DE SOUZA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 23 (vinte e três) de março de 2016, às 09:20h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

11) 46574-64.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOAO VICTOR NOGUEIRA DO NASCIMENTO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 22 (vinte e dois) de março de 2016, às 10:40h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

12) 46577-19.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: RAIMUNDA CARVALHO DE LIMA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIO DE SEGUROS LTDA. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 22 (vinte e dois) de março de 2016, às 09:20h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

13) 46578-04.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: LUIZ CESAR XAVIER DOS SANTOS REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIO DE SEGUROS LTDA. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 23 (vinte e três) de Março de 2016, às 10:00horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

14) 46580-71.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSE DIAS DE MOURA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 23 (vinte e três) de Março de 2016, às 09:40horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

15) 46603-17.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO CILTON CARDOSO GOMES REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"De ordem do M.M. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 22 (vinte e dois) de março de 2016, às 11:00h, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). LUIS VALTERLE SILVA

16) 46604-02.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: CICERO BARROS CAVALCANTE REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 01(primeiro) de Março de 2016, às 14:30 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC- Centro Judiciário de Soluçoes de conflitos e Cidadania . Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º ¿ Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, da parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

17) 46741-81.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: DAVI ALVES ANDRELINO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT. **"De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 31 (trinta e um) de Março de 2016, às 09:30horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.".**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI

18) 46747-88.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO WILSON GOMES CIEBRA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONCORCIOS DO SEGURO DPVAT ."**De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 31 (trinta e um) de Março de 2016, às 09:15 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do NUPEC - Núcleo Permanente de Conciliação. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º - Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos."**- INT. DR(S). JOICE CRISTINA DE MELLO FIORELLI .

COMARCA DE CRATO - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO

Juiz(a) Titular : ROMULO VERAS HOLANDA
Diretor(a) de Secretaria: ANA PAULA GOES MARINHO
EXPEDIENTE nº 500/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/14005	1		/	1
CE/17880	2		/	2
CE/17276	3		/	3
/	4			

1) 34870-88.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: EVERALDO SIQUEIRA FEITOSA REQUERENTE.: ILDERVANIA BEZERRA E SILVA. **"De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 09 de Março de 2016, às 09:30 horas, que se realizará nesta comarca, na sala de audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), 1º andar. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 02/2015, Art. 7º, Parágrafo Único ¿ As comunicações às partes que constituírem advogados dar-se-ão por meio de seus advogados que possuírem poderes para receber intimação.".**- INT. DR(S). CICERO LUIZ BEZERRA FRANCA

2) 36722-84.2014.8.06.0071/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: FELIPE AUGUSTO PEREIRA DE LIMA REQUERENTE.: THAYNA LUCENA GRANGEIRO REPRESENTADA POR THERCIA LUCENA GRANGEIRO MARANHAO. **" De ordem do M.M Juiz de Direito Titular da 2ª Vara cível desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 10(dez) de Março de 2016,**

às 15:00 horas, que se realizará no Fórum Local desta Comarca, especificamente na sala de audiências do CEJUSC-Centro Judiári de soluçao de conflitos e cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º ¿ Fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, da parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.”.- INT. DR(S). STÊNIO ROLIM DE OLIVEIRA

3) 37512-34.2015.8.06.0071/0 - REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS REQUERIDO.: FRANCISCA VANESSA DIAS DA SILVA REQUERENTE.: FRANCISCO GERSON ALVES DE LIMA. **“De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões, fica(m) Vossa Senhoria(s) regularmente intimado(a)(s) para que compareça(m) à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 08 de Março de 2016, às 11:00 horas, que se realizará nesta comarca, na sala de audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), 1º andar. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 02/2015, Art. 7º, Parágrafo Único ¿ As comunicações às partes que constituírem advogados dar-se-ão por meio de seus advogados que possuírem poderes para receber intimação.”.**- INT. DR(S). RICARDO DIMAS OLIVEIRA

4) 38137-68.2015.8.06.0071/0 - GUARDA REQUERIDO.: FRANCISCO HUMBERTO ALVES E TEREZA DAVILA AMARO GOMES REQUERENTE.: JOSE GOMES DOS SANTOS E MARIA DE FATIMA AMARO GOMES MENOR.: NICOLAS ANARO GOMES ALVES E TARCILA AMARO GOMES ALVES .” **De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões desta Comarca, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) regularmente intimada(a)(s) para que compareça(m) à Audiência de Conciliação designada para o dia 14/03/2016 às 14:00 horas que se realizará no Fórum local desta Comarca especificamente na sala de audiências do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Outrossim, informo que de acordo com a Portaria 10/2012, Art. 1º- fica dispensada a intimação pessoal, nos processos cíveis, para audiências, de parte que tenha advogado devidamente constituído nos autos.”**- INT. DR(S). .

Juiz(a) Titular : ROMULO VERAS HOLANDA
Diretor(a) de Secretaria: ANA PAULA GOES MARINHO
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Vinte e um (21) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/11074	1		/	1
CE/4833	2		CE/17139	2
/	2		CE/11111	3
/	3		CE/18303	4
/	4		CE/15309	5
/	5		CE/29224	6
CE/23748	6		CE/14940	6
/	6		CE/21493	7
/	7		CE/4304	8
/	8		CE/27341	9
CE/28549	9		/	9
CE/23730	10		/	10
CE/9391	11		/	11
CE/20620	12		/	12
CE/14934	13		/	13
CE/4833	14		/	14

1) 30981-97.2013.8.06.0071/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: IGOR SILVA SANTOS REQUERIDO.: ITALO SILVA SANTOS REQUERENTE.: NAZILTON ALVES DOS SANTOS. **“”Fica Vossa Senhoria regularmente intimada para manifestar-se acerca da certidão de fls.40-v, no prazo de 10 dias, requerendo o que entender cabível. “”.**- INT. DR(S). CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALENCAR

2) 33450-48.2015.8.06.0071/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: MARIA LUCIA FELIX DOS SANTOS REQUERENTE.: MARTA MARIA DOS SANTOS TOME. **“¿Fica Vossa Senhoria regulamente intimada sobre decisão de fls 28/28v.””.**- INT. DR(S). FRANCISCA PEREIRA FELIZARDA , HERMAN CRISTIAN RIBEIRO BATISTA

3) 33789-12.2012.8.06.0071/0 - TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO MENOR.: ANA CLARA PINHEIRO SANTOS REQUERIDO.: MARIA CECILIA PINHEIRO CAIRO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA PINHEIRO CAIRO. **“”Fica vossa senhoria devidamente intimada para apresentar contrarrazões de apelação””.**- INT. DR(S). MARIA DE FATIMA PINHEIRO CAIRO

4) 33941-55.2015.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: JULIA RACHEL CARVALHO ALVES PONTES MATIAS REQUERENTE.: WERISLEIK PONTES MATIAS. **“”Fica Vossa Senhoria regularmente intimada para se manifestar acerca da contestação, no prazo de 10 dias. “”.**- INT. DR(S). EGIDIA DE ANDRADE MORAIS

5) 35531-67.2015.8.06.0071/0 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERIDO.: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: RODRIGO JOSE AVILA CARTAXO. **“”Fica vossa senhoria devidamente intimado da sentença de fls60/60v,disponivel para consulta no SPROC.””.**- INT. DR(S). LUCIANO CARTAXO PAIVA

6) 35548-40.2014.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOELITON DE MENEZES ROCHA REQUERIDO.: JOSE NUNES DA ROCHA REQUERIDO.: ROSALINA ALVES ROCHA REQUERIDO.: TACITO JARDEL ALVES ROCHA. **“”Ficam vossas senhorias devidamente intimados do despacho de fls.69,disponivel para consulta no SPROC.””.**- INT. DR(S). DARIO LIMA RIBEIRO FILHO , FRANCISCO DANIEL MATOS NASCIMENTO , LUCIANE DE SOUSA

SILVA

7) 35549-25.2014.8.06.0071/0 - TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO REQUERENTE.: MARIA BETANIA FERREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO.: MARIA HELENA FERREIRA RIBEIRO. **“”Fica vossa senhoria devidamente intimado do despacho de fls.31, disponivel para consulta no SPROC.””.**- INT. DR(S). MARCELO VIEIRA BORGES

8) 35648-29.2013.8.06.0071/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERIDO.: NATERCIO BEZERRA DA SILVA REQUERENTE.: POLLIANNA RAFAELLE SALVADOR DE CARVALHO BEZERRA. **“”Fica vossa senhoria devidamente intimado para apresentar contrarrazões de apelação, no prazo legal.””.**- INT. DR(S). ESPEDITO RIBEIRO SOBRINHO

9) 36007-08.2015.8.06.0071/0 - INVENTÁRIO ESPÓLIO.: ESPOLIO DE ANTONIO JOSE DE MOURA E MARIA ALVES DE LIMA REQUERENTE.: EXPEDITO ALVES DE MOURA. **“”Ficam vossas senhorias devidamente intimados do despacho de fls.13, adiante transcrito: a gratuidade no processo de inventário tem por base o valor do acervo hereditário a não condições economicas do requerente. Por este motivo, deixo de apreciar o pedido de gratuidade, após as primeiras declarações. Fica intimado para no prazo de 20(vinte) dias, a partir do dia 28/01/2016, apresentar as primeiras declarações com as informações detalhadas no artigo 993 do CPCB.””.**- INT. DR(S). MAURICIO JORGE MACEDO BARBOSA , PETRÚCIO MONTEIRO DE SOUZA

10) 36094-61.2015.8.06.0071/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: FLAVIO PEREIRA DA SILVA REQUERENTE.: YARA FERREIRA DA SILVA E NICOLE FERREIRA DA SILVA REPRESENTADA POR CICERA IRANEIDE FERREIRA. **“”Fica Vossa Senhoria regularmente intimada para se manifestar sobre termo de audiência de fls.18, atualizando o endereço do requerido. “”.**- INT. DR(S). RAMON SOUZA LIMA

11) 36222-81.2015.8.06.0071/0 - RESTAURAÇÃO DE AUTOS REQUERENTE.: JOSE RIBAMAR DE SOUSA. **“”Fica vossa senhoria devidamente intimado da sentença de fls.87/87v, disponivel para consulta no SPROC.””.**- INT. DR(S). LUIZ CARLOS ARRAES FERREIRA

12) 36722-50.2015.8.06.0071/0 - RESTAURAÇÃO DE AUTOS REQUERENTE.: FRANCISCA AGNOLIA CORREIA OLIVEIRA E FRANCISCO DURVAL OLIVEIRA. **“”Fica vossa senhoria devidamente intimado da sentença de fls.161//161v, disponivel para consulta no SPROC.””.**- INT. DR(S). KESIA CORREIA DE OLIVEIRA

13) 37830-51.2014.8.06.0071/0 - GUARDA REQUERENTE.: MARIA CELIA DO NASCIMENTO REQUERIDO.: ROBERTO FERREIRA LIMA. **“”Fica Vossa senhoria regularmente intimada para no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca do contido na contestação, haja vista que o promovido afirma não se opor a que a filha resida em São Paulo pelo período de um ano, requerendo que lhe seja concedido o direito de ter a menor sob sua guarda durante a férias escolares. “”.**- INT. DR(S). HUMBERTO ALEXANDRINO PINHEIRO

14) 46725-30.2016.8.06.0071/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MARTA MARIA DOS SANTOS TOME .**”¿Fica Vossa Senhoria regulamente intimada sobre deisão de fls 17/17v, para no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca dos embargos.””**- INT. DR(S). FRANCISCA PEREIRA FELIZARDA .

O Juiz RÔMULO VERAS HOLANDA, Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões desta Comarca de Crato, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Secretaria tramitou uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, processo nº29641-89.2011.8.06.0071, intentada por MARIA JOSÉ PINHEIRO em desfavor de JOSÉ EDILSON PINHEIRO E MARIA DO CARMO PINHEIRO. Referido feito tramitou normalmente, coletando-se provas suficientes à comprovação do alegado, tendo o Ministério Público se manifestado favoravelmente ao pedido em seu parecer de fls. 67/69, razão pela qual este Juízo, às fls. 70/70v, julgou procedente o pedido inaugural decretando a interdição de JOSÉ EDILSON PINHEIRO E MARIA DO CARMO PINHEIRO, por ser pessoa absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, nomeando-lhe curador(a) MARIA JOSÉ PINHEIRO que exercerá o múnus da interdição no que tange à administração da vida civil do(a) requerido(a) SEM RESTRIÇÕES, após prestar o compromisso de estilo, sendo, de logo, dispensado da obrigação hipotecária legal. E, para que chegue ao conhecimento dos possíveis interessados, incertos e desconhecidos, vai o presente afixado no local público de costume, Átrio do Fórum Des. Hermes Parahyba e publicado no Diário Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, como expediente judiciário. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Crato, Estado do Ceará, aos 28 (vinte e oito) de janeiro de 2.016 (dois mil e dezesseis). Eu, _____, Diretor(a) de Secretaria, o subscrevi.

RÔMULO VERAS HOLANDA
Juiz de Direito Titular

O Juiz RÔMULO VERAS HOLANDA, Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões desta Comarca de Crato, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Secretaria tramitou uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, processo nº32472-76.2012.8.06.0071, intentada por FRANCEILDO PEREIRA DA SOUSA em desfavor de FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE SOUZA. Referido feito tramitou normalmente, coletando-se provas suficientes à comprovação do alegado, tendo o Ministério Público se manifestado favoravelmente ao pedido em seu parecer de fls.45/46, razão pela qual este Juízo, às fls. 4747v, julgou procedente o pedido inaugural decretando a interdição de FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE SOUZA, por ser pessoa absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, nomeando-lhe curador(a) FRANCEILDO PEREIRA DE SOUSA que exercerá o múnus da interdição no que tange à administração da vida civil do(a) requerido(a) SEM RESTRIÇÕES, após prestar o compromisso de estilo, sendo, de logo, dispensado da obrigação hipotecária legal. E, para que chegue ao conhecimento dos possíveis interessados, incertos e desconhecidos, vai o presente afixado no local público de costume, Átrio do Fórum Des. Hermes Parahyba e publicado no Diário

Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, como expediente judiciário. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Crato, Estado do Ceará, aos 28 (vinte e oito) de janeiro de 2.016 (dois mil e dezesseis). Eu, _____, Diretor(a) de Secretaria, o subscrevi.

RÔMULO VERAS HOLANDA
Juiz de Direito Titular

O Juiz RÔMULO VERAS HOLANDA, Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões desta Comarca de Crato, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Secretaria tramitou uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, processo nº35123-13.2014.8.06.0071, intentada por MARIA MUNIZ DUARTE em desfavor de ANTONIA MUNIZ DUARTE. Referido feito tramitou normalmente, coletando-se provas suficientes à comprovação do alegado, tendo o Ministério Público se manifestado favoravelmente ao pedido em seu parecer de fls. 48/49, razão pela qual este Juízo, às fls. 50/50v, julgou procedente o pedido inaugural decretando a interdição de ANTONIA MUNIZ DUARTE, por ser pessoa absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, nomeando-lhe curador(a) MARIA MUNIZ DUARTE que exercerá o múnus da interdição no que tange à administração da vida civil do(a) requerido(a) SEM RESTRIÇÕES, após prestar o compromisso de estilo, sendo, de logo, dispensado da obrigação hipotecária legal. E, para que chegue ao conhecimento dos possíveis interessados, incertos e desconhecidos, vai o presente afixado no local público de costume, Átrio do Fórum Des. Hermes Parahyba e publicado no Diário Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, como expediente judiciário. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Crato, Estado do Ceará, aos 28 (vinte e oito) de janeiro de 2.016 (dois mil e dezesseis). Eu, _____, Diretor(a) de Secretaria, o subscrevi.

RÔMULO VERAS HOLANDA
Juiz de Direito Titular

O Juiz RÔMULO VERAS HOLANDA, Juiz de Direito Titular da Vara Única de Família e Sucessões desta Comarca de Crato, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e respectiva Secretaria tramitou uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, processo nº 37973-40.2014-.8.06.0071, intentada por MIRIAN TOMAZ DOS SANTOS em desfavor de JOSIVAN TOMAZ DOS SANTOS. Referido feito tramitou normalmente, coletando-se provas suficientes à comprovação do alegado, tendo o Ministério Público se manifestado favoravelmente ao pedido em seu parecer de fls. 38/40, razão pela qual este Juízo, às fls. 41/41v, julgou procedente o pedido inaugural decretando a interdição de JOSIVAN TOMAZ DOS SANTOS, por ser pessoa absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, nomeando-lhe curador(a) MIRIAN TOMAZ DOS SANTOS que exercerá o múnus da interdição no que tange à administração da vida civil do(a) requerido(a) SEM RESTRIÇÕES, após prestar o compromisso de estilo, sendo, de logo, dispensado da obrigação hipotecária legal. E, para que chegue ao conhecimento dos possíveis interessados, incertos e desconhecidos, vai o presente afixado no local público de costume, Átrio do Fórum Des. Hermes Parahyba e publicado no Diário Oficial por 03 (três) vezes, como intervalo de 10 (dez) dias, como expediente judiciário. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Crato, Estado do Ceará, aos 29 (vinte e nove) de janeiro de 2.016 (dois mil e dezesseis). Eu, _____, Diretor(a) de Secretaria, o subscrevi.

RÔMULO VERAS HOLANDA
Juiz de Direito Titular

COMARCA DE CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE CRUZ

1) 2762-94..2015.8.06.0074/0: PROCEDIMENTO ORDINARIO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL: REQUERENTE: LUIZ CARLOS MUNIZ: REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A: FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA PARA COMPARECER AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA **17 DE FEVEREIRO DE 2016, AS 08H30**..:INT DR(S) MARIA EDNA SILVEIRA OAB/CE Nº 22.193.

COMARCA DE FRECHEIRINHA - VARA UNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA

37-64.2008.8.06.0079/0 – USUCAPIÃO - CÍVEL – REQUERENTE: **MARIA CAMPOS DE MOURA.** INTIMAÇÃO DE DESPACHO: " Idêntica certidão a de fl. 107 deverá vir do Cartório do 2º Ofício de Tianguá e Coreaú. Intimem-se o advogado e autora. Prazo: 20 dias. 21 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812).

1674-40.2014.8.06.0079/0 – PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL – REQUERENTE: **VALTER DOS SANTOS ARAÚJO.** REQUERIDO: **MARKET SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME.** INTIMAÇÃO DE DECISÃO: " Em fl. 52 dos autos, foi solicitado que o autor indicasse o endereço correto do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento, a fim de se dar o prosseguimento da citação. Decorrido o prazo, nada foi apresentado. Determino o arquivamento dos autos, podendo o autor a qualquer tempo, até a data da prescrição do crédito, solicitar o desarquivamento do mesmo, mediante o cumprimento do pedido de fl. 52. 25 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812).

1357-47.2011.8.06.0079/0 – AÇÃO TRABALHISTA - CÍVEL – REQUERENTE: **MARIA ENEIDE LIMA AGUIAR.** REQUERIDO: **MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA.** INTIMAÇÃO DE DESPACHO: " Aguarde-se por 6 meses. Caso o vencedor não requeira o cumprimento do julgado, ao arquivo. 25 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). JOSÉ MEDEIROS DE SOUZA LIMA (OAB/CEI 9.217), LUCAS DE PAULO SALES (OAB/CE 29.330).

1801-46.2012.8.06.0079/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CÍVEL – EXEQUENTE: **BANCO BRADESCO S/A.**

EXECUTADO: **NEUSA VIEIRA DA SILVA - ME.** INTIMAÇÃO DE DESPACHO: " Intime-se o advogado da parte exequente para se manifestar sobre às fls. 29/32. Frecheirinha-CE, 29 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). CLAYTON MOLLER (OAB/RS 21.483).

1603-04.2015.8.06.0079/0 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – CÍVEL – EXEQUENTE: **BANCO BRADESCO S/A.** EXEQUIDOS: **F. F. FEITOSA ME, FRANCISCO FLÁVIO FEITOSA e ADRIANO AGUIAR LIMA.** INTIMAÇÃO DE DESPACHO: " Cancele-se a distribuição, pois a exeção de pré-executividade tramita nos autos da própria execução. Após, fale a exequente sobre a exeção. Frecheirinha-CE, 30 de novembro de 2015. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). JOÃO PAULO ARRUDA BARRETO (OAB/CE 22.880), FRANCISCO SAMUEL GUIMARÃES BARBOSA (OAB/CE 24.365), PAULO RÉGIS SOUSA BARROS (OAB/CE 16.712).

1672-36.2015.8.06.0079/0 – EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÍVEL – EMBARGANTE: **ADRIANO AGUIAR LIMA.** EMBARGADO: **BANCO BRADESCO S/A.** INTIMAÇÃO DE DESPACHO: " Recebo os embargos, sem atribuir-lhe efeito suspensivo, art. 739-A, CPC. À parte embargante para impugnar. Antes, porém recolham-se as custas, pois o executado externa condições de pagar as custas. Frecheirinha-CE, 30 de novembro de 2015. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). JOÃO PAULO ARRUDA BARRETO (OAB/CE 22.880), FRANCISCO SAMUEL GUIMARÃES BARBOSA (OAB/CE 24.365), PAULO RÉGIS SOUSA BARROS (OAB/CE 16.712), PEDRO HENRIQUE LIMA FERNANDES OLIVEIRA (OAB/CE 29.965).

1840-38.2015.8.06.0079/0 – PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL – REQUERENTE: **BENY NOGUEIRA PORTELA.** REQUERIDO: **EDITORA VERDES MARES. DECISÃO**: " Conforme sentença de fls. 60/61, já foi determinado a extinção da dívida do autor perante o requerido. Determino que o requerido cumpra a decisão de fls. .0/61 no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa de R$ 500,00 por dia de atraso. Intime-se, da presente decisão, o requerido e o Banco do Brasil, a fim da exclusão do débito de fls. 64/65. Frecheirinha-CE, 25 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S).FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812), CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB/CE 14.325-A) e RUBENS EMÍDIO COSTA KRISCHKE JÚNIOR (OAB/CE 25.189-A).

1492-25.2012.8.06.0079/0 – GUARDA - CÍVEL – REQUERENTES: **ANTONIO RODRIGUES DA SILVA e MARIA SOUSA SILVA.** REQUERIDO: **FÁBIA SOUSA SILVA.** INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: " **DIANTE DO EXPOSTO,** acolho o pedido inicial, para conceder a guarda dos menores aos autores, confirmando a liminar de fl. 29, **RESOLVENDO O MÉRITO DA DEMANDA**, na forma do art. 269, I, do CPC. Defiro o item "B" de fl. 45. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Frecheirinha-CE, 7 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812).

2431-34.2014.8.06.0079/0 – DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL – REQUERENTE: **LUIZ SILVINO AGUIAR.** REQUERIDOS: **BENEDITO SILVINO AGUIAR e MARIA RODRIGUES DA ROCHA.** INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: " **DIANTE DO EXPOSTO,** rejeitando as preliminares, julgo IMPROCEDENTE o pedido do autor, **RESOLVENDO O MÉRITO DA DEMANDA**, na forma do art. 269, I, do CPC. Não há custas processuais nem condenação em honorários advocatícios neste grau de jurisdição (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Na forma do art. 40 do CPP, remetam-se cópias dos autos ao MP. Frecheirinha-CE, 19 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812).

2020-25.2013.8.06.0079/0 – ORDINÁRIO - CÍVEL – REQUERENTE: **ANTONIA CLAUDIA MACHADO PORTELA.** REQUERIDO: **MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE.** INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: " Ante o exposto e à luz das demais regras e princípios atinentes à espécie, mantenho a **ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** de fls. 55/56, e **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial e determino o cancelamento da multa impugnada na inicial. Sem custas pelo réu. Condeno o réu em verba honorária fixada em R$ 1.000,00 (mil reais), em face do zelo profissional, art. 20, § 4□‹, do CPC. Deixo de submeter a sentença ao duplo grau porque o valor discutido não suplanta 60 salários-mínimos. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Frecheirinha-CE, 25 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). FRANCISCO UBIRATAN PONTES DE ARAÚJO (OAB/CE 25.812), MARCELO MOREIRA CRUZ (OAB/CE 21.679), MARCELO CRISTIAN SAMPAIO MARTINS (OAB/CE 29.352) e JOÃO VICTOR ALENCAR GRANGEIRO (OAB/CE 19.225).

373-34.2009.8.06.0079/0 – AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CÍVEL – REQUERENTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO.** REQUERIDO: **MARLÚCIA DE AZEVEDO ARAGÃO.** INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: " Face ao exposto e o mais que dos autos consta, REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Frecheirinha-CE, 18 de dezembro de 2015. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo. INT. DR(S). OREILLY GABRIEL DO NASCIMENTO (OAB/CE 25.533).

2037-90.2015.8.06.0079/0 – DO JUIZADO ESPECIAL - CÍVEL – REQUERENTE: **ANTONIO FAUSTINA DA SILVA.** REQUERIDO: **OI S/A.** INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: " Face ao exposto e com fundamento no dispositivo supramencionado, **HOMOLOGO POR SENTENÇA** o acordo formulado entre as partes **ANTONIO FAUSTINA DA SILVA,** ora requerente e **OI S/A,** ora requerida, conforme acordo extrajudicial celebrado pelas partes de fls. 88/89, bem como cumprimento de acordo de fls. 90/92 dos autos e, **EXTINGO** o processo com **RESOLUÇÃO DE MÉRITO,** nos termos do **art. 269, inciso III,** do CPC nos termos em que foi pactuado. Expeça-se alvará judicial em favor do requerente **ANTONIO FAUSTINA DA SILVA** para que possa realizar levantamento da quantia de **R$ 2.000,00 (dois mil reais)** referente ao depósito judicial na Caixa Econômica Federal, conforme comprovante de pagamento da guia de depósito judicial de fl. 92. Após, cumprido os expedientes, **arquive-se**, com a devida baixa. P. R. I. Sem custas. Frecheirinha-CE, 28 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO** – Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). CARLOS TIBÉRIO PORTELA PONTES (OAB/CE 25.367), RÔMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB/CE 16.498).

2113-17.2015.8.06.0079/0 – DO JUIZADO ESPECIAL – CÍVEL - REQUERENTE: **JANCILENE ARAÚJO DOS SANTOS. REQUERIDOS: DECOLAR.COM LTDA e TAM LINHAS AÉREAS S/A.** INTIMAÇÃO DE DESPACHO: " Intime-se a parte autora para informar o novo endereço da parte promovida. Prazo: 10 (dez) dias. 28 de janeiro de 2016. **ANTONIO CARNEIRO ROBERTO -** Juiz de Direito respondendo". INT. DR(S). ÔNIO FRANCISCO PORTELA PONTES (OAB/CE 31.423), CARLOS TIBÉRIO PORTELA PONTES (OAB/CE 25.367).

COMARCA DE GRAÇA - VARA UNICA DA COMARCA DE GRAÇA

Juiz(a) Substituto : CLEIRIANE LIMA FROTA
Diretor(a) de Secretaria: ANTONIO CARLOS VIANA MONTE
EXPEDIENTE nº 006/2016 em: Vinte e um (21) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/15352	1		/	1
CE/15352	2		/	2
CE/22308	3		/	3
CE/21242	4		/	4
CE/32378	5		CE/31428	5
/	5		CE/15352	6
/	6		CE/15352	7
/	7		CE/15352	8
/	8			

1) 1082-95.2011.8.06.0080/0 - Tombo: 2615 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: ANTÔNIO AZEVEDO DE ALCÂNTARA REQUERENTE.: FRANCISCA JAMILLE DE ALCÂNTARA AZEVEDO REPR. LEGAL.: LUZIMEIRE DE ALCÂNTARA AZEVEDO. **“”Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-lo de todo o teor do despacho de fls. 101v, bem como para esclarecer no prazo de 05(cinco)dias, se resta adimplente o requerido dos valores descorrentes da liminar de fls.16/17, ou apresentar planilha atualizada, e ainda informar no mesmo prazo, se há interesse em produção probatória, justificando o objetivo da produção.””.**- INT. DR(S). JOSE ADAILSON MELO AGUIAR

2) 1104-51.2014.8.06.0080/0 - Tombo: 3537 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: JOSÉ MADEIRA DE CARVALHO. **“””Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-lo do despacho de fls.84v, bem como , para esclarecer se tem interesse em produzir provas , além do já constante nos autos, caso haja interesse, apresentar memoriais escritos no prazo de 05(cinco) dias.””.**- INT. DR(S). JOSE ADAILSON MELO AGUIAR

3) 1133-09.2011.8.06.0080/0 - Tombo: 2664 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANA RODRIGUES DA SILVEIRA REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM - S/A. **“”Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-los do despacho de fls. 273, bem como da petição e documentos acostados às fls. 267/271, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias.””.**- INT. DR(S). FELIPE MARTINS DE SOUSA

4) 1275-76.2012.8.06.0080/0 - Tombo: 2991 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTÔNIO FRANCISCO RODRIGUES IZAIAS REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **“””Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-lo acerca da devolução dos autos, para requerer o que for de direito, no prazo de 15(quinze) dias.””.**- INT. DR(S). ANTONIO MELO MOURÃO NETO

5) 1401-24.2015.8.06.0080/0 - Tombo: 4124 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DAMASCENO. **“””Prezados Senhores, sirvo-me da presente para intimá-los acerca da contestação e documentos de fls. 49/53, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias.””.**- INT. DR(S). ANTÔNIO JOÃO DE MORAIS JÚNIOR , FRANCISCO WILSON LINHARES PARENTE ALVES

6) 1408-16.2015.8.06.0080/0 - Tombo: 4130 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS LIMA ALVES. **“”Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-lo acerca da contestação e documentos de fls. 34/37v, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias.””.**- INT. DR(S). JOSE ADAILSON MELO AGUIAR

7) 1409-98.2015.8.06.0080/0 - Tombo: 4131 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: NILZA MARIA PAIVA. **“”Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-lo acerca da contestação e documentos de fls. 41/47v, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias.””.**- INT. DR(S). JOSE ADAILSON MELO AGUIAR

8) 1448-66.2013.8.06.0080/0 - Tombo: 3514 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA .**”””Prezado Senhor, sirvo-me da presente para intimá-lo acerca da petição e documentos de fls. 75/77v, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias.””**- INT. DR(S). JOSE ADAILSON MELO AGUIAR .

COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE

Processo nº 5350-44.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Antônia Ribeiro Salviano e Outros. Requerido: Banco Pine S.A.. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 102 dos autos a seguir transcrito: **“... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 70/101 dos autos, no prazo legal. ...” Guaraciaba do Norte/CE, 28 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5342-67.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Cecilio Marques e Outros. Requerido: Banco Pine S.A.. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 160 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 65/159 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 28 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5294-11.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Luiz Cesario de Oliveira e Outros. Requerido: Banco Dayacoval S.A.. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 55 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 50/54 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5373-87.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Antônio Luiz Raquel e Outros. Requerido: Banco Cifra S.A.. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 89 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 78/88 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5401-55.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Expedita Rodrigues Torres e Outros. Requerido: Banco Cifra S.A.. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls.69 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 57/68 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5384-19.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Antônia Ribeiro Salviano e Outros. Requerido: Banco Santander S/A. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 41dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 30/40 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5359-06.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Afonso Tomé Vieira e Outros. Requerido: Banco Cetelem. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 871dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 65/85 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5374-72.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Antônia de Sousa Sales e Outros. Requerido: Banco Industrial do Brasil. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 128 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 57/126 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 4224-32.2010.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Francisco das Chagas Cardoso Rodrigues e Outros. Requerido: INSS – Instituto Nacional de Seguro Social. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 116 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para se manifestar acerca da proposta de acordo de fls. 111/115 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Marlúcia**

Fernandes Martins , OAB/CE 16.670, Francisco Gomes Ribeiro, OAB/CE 7.847, Neidiane Fernandes Martins, OAB/CE 19.980.

Processo nº 5362-58.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Antônio Lemos Ribeiro e Outros. Requerido: Banco BMC S/A. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 242 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 84/241 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5375-57.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Expedita Bento do Nascimento e Outros. Requerido: Banco BMC S/A. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 120 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 77/118 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5325-31.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Antônio Ferreira do Nascimento e Outros. Requerido: Banco BMC S/A. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 182 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 85/181 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

Processo nº 5352-24.2015.8.06.0084/. Ação: **Exibição de Documentos ou Coisa.** Requerente: Cassiano Alves Correia e Outros. Requerido: Banco BMC S/A. Intimar o(a) advogado(a) da parte requerente para se manifestar acerca do despacho de fls. 104 dos autos a seguir transcrito: **"... Intime-se a parte requerente para apresentar réplica à Contestação de fls. 82/103 dos autos, no prazo legal. ..." Guaraciaba do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016. O Dr. Moisés Brisamar Freire, Juiz de Direito em Respondência. Intimado(a) o Dr(a). Luiz Valdemiro Soares Costa, OAB/CE 14.458, José Maria Vale Sampaio, OAB/C 13.500**

COMARCA DE HIDROLÂNDIA - VARA UNICA DA COMARCA DE HIDROLÂNDIA

Juiz(a) Substituto : LUCIO ALVES CAVALCANTE
Diretor(a) de Secretaria: RAIMUNDA SINHA MARIA RODRIGUES ROCHA
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/6673	1		/	1
CE/7542	2		CE/17375	2
/	2		CE/17375	3
/	3		CE/28060	4
/	4		CE/31061	5
CE/12657	5		/	5
CE/31061	6		CE/12657	6
/	6		CE/28060	7
/	7		CE/7542	8
/	8		CE/12657	9
/	9			

1) 111-32.2010.8.06.0085/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: TERESINHA RODRIGUES DE SOUSA. **"R.h.Sobre a manifestação de fls. 89, manifeste-se a parte adversa no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). PEDRO PERES DE SOUZA

2) 2525-27.2015.8.06.0085/0 - ALIMENTOS - PROVISIONAIS REQUERIDO.: FRANCISCO NETO DE MESQUITA REPR. LEGAL.: GEIZA MARIA ALVES FERNANDES MESQUITA REQUERENTE.: VICTOR EMANUEL FERNANDES MESQUITA. **"Processo n.º 2525-27.2015.8.06.0085/0 Secretaria de Vara Única S E N T E N Ç A(...) Desta forma, desapareceu o interesse processual por este feito, uma vez que as partes pactuaram o valor efetivamente devido a título de alimentos - objeto desta demanda - naquela Ação de Divórcio. Isto posto, com fulcro no art. 267, inciso VI, do CPC, em razão da superveniente falta de interesse de agir, extingo o processo sem resolução de mérito. Sem custas e honorários. P.R.I. Hidrolândia-CE, 17 de dezembro de 2015. Lúcio Alves Cavalcante JUIZ DE DIREITO (em respondência)".**- INT. DR(S). ALBANEIDE TIMBO ARAUJO , ANTONIO BOSCO PEREIRA CID

3) 2629-19.2015.8.06.0085/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQÜIDO.: FRANCISCO NETO DE MESQUITA REPR. LEGAL.: GEIZA MARIA ALVES FERNANDES MESQUITA EXEQUENTE.: VICTOR EMANUEL FERNANDES MESQUITA. **"R.h. Intime-se o exequente, através de seu advogado, para se manifestar sobre as peças de fls. 16/18v. e recibo que a acompanha,**

advertindo-o de que o silêncio será interpretado como concordância à quitação integral do débito em questão. Prazo: 10 (dez) dias.".- INT. DR(S). ANTONIO BOSCO PEREIRA CID

4) 2664-76.2015.8.06.0085/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: KATIELY ALVES DE ABREU REPR. LEGAL.: LINDA INES ALVES REQUERIDO.: PAULO ROBERTO ALVES DE ABREU. **"R.h.Sobre a certidão de fls. 26, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS

5) 2879-52.2015.8.06.0085/0 - NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA REQUERENTE.: FRANCISCO PERES PAULO REQUERIDO.: FRANCISCO PIO CID TIMBÓ REQUERENTE.: LUCIA PEREIRA DE MORAIS DE PAULO. **"R.h.Sobre a contestação e documentos, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). ALDENIR DE SOUZA LEOPOLDINO , ANTONIO NARCISO VARELA MORORO

6) 2894-21.2015.8.06.0085/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LUÍS RUBENS MAGALHAES BARBOSA REPR. LEGAL.: MARCIA MAGALHÃES BARBOSA REQUERIDO.: SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA. **"R.h.Sobre a certidão de fls. 23, manifeste-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). ALDENIR DE SOUZA LEOPOLDINO , ANTONIO NARCISO VARELA MORORO

7) 3049-24.2015.8.06.0085/0 - DIVÓRCIO CONSENSUAL REQUERENTE.: FRANCISCO DAS CHAGAS CUNHA MOURÃO REQUERENTE.: MIKAELY XIMENES LIMA MOURÃO. **" Processo n.º 3049-24.2015.8.06.0085/0 Secretaria de Vara Única S E N T E N Ç A (...) Isto posto, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, incisos I e III, do Código de Processo Civil, dissolvendo o vínculo matrimonial e decretando o divórcio de FRANCISCO DAS CHAGAS CUNHA MOURÃO e MIKAELY XIMENES LIMA MOURÃO e homologando o acordo celebrado entre as partes, devendo a requerente voltar a usar o nome de solteira, qual seja, MIKAELY XIMENES MACIEL LIMA. Após o trânsito em julgado, expeça-se Mandado de Averbação ao cartório competente. Sem custas e honorários. P.R.I. Hidrolândia-CE, 17 de dezembro de 2015. Lúcio Alves Cavalcante JUIZ DE DIREITO (em respondência)".**- INT. DR(S). ANTONIO NIVANDO FREITAS MARTINS

8) 3108-46.2014.8.06.0085/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: JOÃO BATISTA PERES DE SOUSA. **" Processo n.º 3108-46.2014.8.06.0085/0 Ação de Restauração de Registro Civil Requerente: João Batista Peres de Sousa S E N T E N Ç A (...) Isto posto, acolhendo o parecer ministerial, julgo procedente o pedido autoral, com fulcro no art. 269, I, CPC, determinando que o cartório de registro civil desta Comarca lavre o registro de nascimento de JOÃO BATISTA PERES DE SOUSA em livro próprio, de acordo com os dados constantes nos documentos de fls. 06 e 07. Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado correspondente, arquivando-se em seguida os presentes autos. P.R.I. Hidrolândia-CE, 17 de dezembro de 2015. Lúcio Alves Cavalcante JUIZ DE DIREITO (em respondência)".**- INT. DR(S). ALBANEIDE TIMBO ARAUJO

9) 3126-67.2014.8.06.0085/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ANDRESSA FERREIRA FREIRES REQUERIDO.: JOSÉ BANDEIRA FREIRES REPR. LEGAL.: RAIMUNDA IRENE RIBEIRO FERREIRA FREIRES .**"Intimação do advogado da parte autora para atender ao requerido no parecer emitido pelo representante do Ministério Público às fls. 27/28."**- INT. DR(S). ANTONIO NARCISO VARELA MORORO .

COMARCA DE IBICUITINGA - VARA UNICA VINCULADA DE IBICUITINGA

COMARCA DE IBICUITINGA
PROCESSO Nº.: 230-08.2015.8.06.0088/0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JÚRI

O Dr. **Sérgio Augusto Furtado Neto Viana**, Juiz Auxiliar da 4ª zona judiciária de Russas, respondendo pela Comarca de Ibicuitinga, Estado do Ceará, por designação legal, etc.

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Intimação virem ou dele conhecimento tiverem que foi precedido ao sorteio dos vinte e cinco jurados que servirão na primeira reunião periódica do Tribunal do Júri do ano de 2015, bem como dos 10 (dez) suplentes que poderão servir, a iniciar-se no dia 23 de fevereiro de 2016, às 09h30min, no plenário do Fórum desta Comarca Vinculada de Ibicuitinga – CE, a saber: ***1) Maria Edileuda de Aguiar – Sede / Creche; 2) Francisca Jocenilma dos Santos Saraiva – Sede / Escola Enéas; 3) Terezinha Pessoa de Lima – Escola MEDF; 4) Verice Anny Rubens Batista Félix – Sede / Escola Enéas; 5) Francisco Nogueira Rodrigues Silva – Sec. de Obras e Ser. Urbano; 6) Diógenes Nobre de Sousa – Escola MEDF; 7) Francisco Nacelio de Jesus Silva – Sec.de Obras e Ser. Urbano; 8) Wesley Castelo Branco da Silva – Ação Social; 9) Vitória Maria Serafim da Silva – Pref. Municipal de Ibicuitinga; 10) Francisco Jocélio de Lima Castelo – Sede / Escola Enéas; 11) Flaviana Pinheiro Lima – Sede / Escola Enéas; 12) Antônia Iracilda de Andrade Rabelo – Sec. Saúde; 13) Darleudo Soares Lopes -Escola Açude dos Pinheiros; 14) Francisca Valdenice Alves Damasceno – Sede / Creche; 15) Amanda Damasceno Rabelo – Sede / Escola Enéas; 16) Francisca Auzilene Costa Lima / Ação Social; 17) Francisca Flaviana Mariano Moreira – Sede / Sec. de Educação; 18) Adão Coelho do Nascimento – Escola Canindezinho; 19) Alcivane Maria Batista de Góes – Escola MEDF; 20) Geraldo Rodrigues de Sousa Jr.- Quixadá / Escola Enéas; 21) Sônia Maria Damasceno Silva- Escola MEDF; 22) Eliania Maria Bandeira Rabelo – Sede / Sec. de Educação; 23) Maria da Paz Barros Rabelo – Sede/ Creche; 24) Maria Eunice Ferreira do Nascimento – Escola MEDF; 25) Leidiane Bandeira Damasceno – Pref. Mun.Ibicuitinga. Suplentes 1) Maria Eliane do Nascimento – Barbada II/ Escola; 2) Francisca Benedita C. Lima – Salão / Escola Currais; 3) Maria Adriana Oliveira de Lima – Bradesco; 4) Janielle Lopes de Sousa – Ação Social; 5) Francisco Edson Machado de Araújo – Sec. de Obras e Ser. Urbano; 6) Roberto Carlos Lima Lopes – Currais /Escola; 7) Francisco Edson da Silva Freitas – Melancias / Escola; 8) José Deusdete Barros da Silva – Sec. de Obras e Ser. Urbano; 9) Maria Daniele Lima – Escola MEDF; 10) Maria de Jesus Alves da Silva – Antônio Pereira / Escola,*** *todos residentes neste município.A todos os quais e a cada um por si, bem como aos interessados em geral, convida-se a comparecerem no dia, hora e local acima mencionados, e ainda nos dias subsequentes, enquanto durarem os trabalhos da*

presente sessão ordinária e até ser julgado o último processo preparado, sob as penas da Lei, se faltarem. E para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mandou expedir o presente Edital, que será publicado por uma só vez pelo Diário da Justiça e afixado no átrio deste Fórum. Dado e passado nesta Cidade de Ibicuitinga, aos 26 de janeiro de 2016. Eu, Regina Paula Lima Nobre Maia, Diretora de Secretaria, subscrevi. **Sérgio Augusto Furtado Neto Viana Juiz Auxiliar Respondendo Port. nº 498/15**

COMARCA DE ICÓ - VARA UNICA DA COMARCA DE ICÓ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

(Justiça Gratuita)

Dá-se a gratuidade da Justiça, conforme despacho 12 dos autos.

Publicar no Diário da Justiça por três (03) vezes, com intervalo de 10 dias de uma publicação para a outra.

O MM. Juiz de Direito Bruno Gomes Benigno Sobral, respondendo por esta Secretaria de Vara Única da Comarca de Icó - Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.....

FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença exarada nos autos da ação de Interdição, registrada sob o n.º 1819-44.2006.8.06.0090, datada de 20/02/2015, foi decretada a interdição de FRANCINEUDA RODRIGUES DA SILVA, e via de consequência, declarou-se a incapacidade civil do(a) paciente, para todos os atos da vida civil, suprindo-se tal incapacidade pela curadora FRANCISCA FERNANDES DA SILVA, avó da interditanda, para exercer a curatela de FRANCINEUDA RODRIGUES DA SILVA, com os poderes referidos nos artigos 1.774 e 1.741 a 1.752, todos do Código Civil Brasileiro. E para constar, vai o presente Edital que deverá ser publicado no Diário da Justiça por três (03) vezes, com intervalo de 10 dias de uma publicação para a outra. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Icó-CE, **aos 18 de janeiro de 2016**. Eu,_____ (Neziane de Oliveira Pinho), Agente Administrativo, o digitei. Eu, _____(Raimundo Erlânio Vidal Ferreira,) Diretor de Secretaria, subscrevi.

Bruno Gomes Benigno Sobral
Juiz de Direito - respondendo

EDITAL DE INTERDIÇÃO

(Justiça Gratuita)

Dá-se a gratuidade da Justiça, conforme despacho 10 dos autos.

Publicar no Diário da Justiça por três (03) vezes, com intervalo de 10 dias de uma publicação para a outra.

O MM. Juiz de Direito Bruno Gomes Benigno Sobral, respondendo por esta Secretaria de Vara Única da Comarca de Icó - Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.....

FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença exarada nos autos da ação de Interdição, registrada sob o n.º 9893-43.2013.8.06.0090, datada de 29/06/2015, foi decretada a interdição de FRANCISCO NUCELIO BARROS SILVA, e via de consequência, declarou-se a incapacidade civil do(a) paciente, para todos os atos da vida civil, suprindo-se tal incapacidade pelo curador JOÃO GERCIONE BARROS SILVA, irmão do interditando, para exercer a curatela de FRANCISCO NUCELIO BARROS SILVA, com os poderes referidos nos artigos 1.774 e 1.741 a 1.752, todos do Código Civil Brasileiro. E para constar, vai o presente Edital que deverá ser publicado no Diário da Justiça por três (03) vezes, com intervalo de 10 dias de uma publicação para a outra. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Icó-CE, **aos 21 de janeiro de 2016**. Eu,_____ (Neziane de Oliveira Pinho), Agente Administrativo, o digitei. Eu, _____(Raimundo Erlânio Vidal Ferreira,) Diretor de Secretaria, subscrevi.

Bruno Gomes Benigno Sobral
Juiz de Direito - respondendo

EDITAL DE INTERDIÇÃO

(Justiça Gratuita)

Dá-se a gratuidade da Justiça, conforme despacho 13 dos autos.

Publicar no Diário da Justiça por três (03) vezes, com intervalo de 10 dias de uma publicação para a outra.

O MM. Juiz de Direito Bruno Gomes Benigno Sobral, respondendo por esta Secretaria de Vara Única da Comarca de Icó - Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.....

FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença exarada nos autos da ação de Interdição, registrada sob o n.º 667-53.2009.8.06.0090, datada de 06/10/2015, foi decretada a interdição de CLETIANO LINO DA SILVA, e via de consequência, declarou-se a incapacidade civil do(a) paciente, para todos os atos da vida civil, suprindo-se tal incapacidade pela curadora MARELENE SILVA MENDES, irmã do interditando, para exercer a curatela de CLETIANO LINO DA SILVA, com os poderes referidos nos artigos 1.774 e 1.741 a 1.752, todos do Código Civil Brasileiro. E para constar, vai o presente Edital que deverá ser publicado no Diário da Justiça por três (03) vezes, com intervalo de 10 dias de uma publicação para a outra. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Icó-CE, **aos 21 de janeiro de 2016**. Eu,_____ (Neziane de Oliveira Pinho), Agente Administrativo, o digitei. Eu, _____(Raimundo Erlânio Vidal Ferreira,) Diretor de Secretaria, subscrevi.

Bruno Gomes Benigno Sobral
Juiz de Direito - respondendo

COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA DA COMARCA DE IGUATU

Juiz(a) Titular : JOSUÉ DE SOUSA LIMA JÚNIOR
Diretor(a) de Secretaria: JOSIMARIO FREIRE DE AMORIM
EXPEDIENTE nº 10/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25815	1		CE/16326	1
CE/9334	1		CE/22902	1
CE/16468	1		/	1
CE/16326	2		PB/14976	2
CE/22718	2		/	2
CE/14737	3		CE/9334	3
CE/16468	3		/	3
CE/16326	4		CE/9334	4
CE/22902	4		CE/15877	4
/	4		CE/16326	5
CE/12961	5		CE/22718	5
/	5		CE/19283	6
CE/16326	6		CE/16045	6
CE/12961	6		SP/265931	6
CE/22902	6		CE/16468	6
/	6		CE/21231	7
CE/163626	7		CE/12961	7
CE/22718	7		/	7
CE/21154	8		CE/16326	8
CE/14752	8		/	8
CE/9334	9		CE/20417	9
/	9		CE/9334	10
CE/20417	10		/	10
CE/9334	11		CE/20417	11
/	11		CE/16983	12
CE/29743	12		CE/20417	12
/	12		CE/25815	13
CE/16326	13		CE/22902	13
/	13		CE/31514	14
CE/14752	14		CE/27954	14
/	14		CE/20417	15
CE/15877	15		/	15
CE/20417	16		CE/15877	16
/	16		CE/20417	17
CE/15877	17		/	17
CE/20417	18		CE/32405	18
/	18			

1) 20575-59.2010.8.06.0091/0 - Tombo: 7843 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A REQUERIDO.: CONSORCIO NACIONAL DAS SEGURADORAS LIDER DPVAT REQUERENTE.: JOSE ALVES VIANA. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 10:00 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). DIEGO VICTOR LOBO SILVEIRA , EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , KATIA MARIA BASTOS FURTADO , LIGIA SAMARA ALBURQUEQUE PINTO , ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO

2) 23665-75.2010.8.06.0091/0 - Tombo: 8347 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: CONSORCIO NACIONAL DAS SEGURADORAS LIDER DPVAT REQUERENTE.: FRANCISCA ANTONIA DO NASCIMENTO ALEXANDRE REQUERIDO.: SANTANDER SEGUROS S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 11:00 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , MARILIA ALBERNAZ PINHEIRO DE CARVALHO , ROSTAND INACIO DOS SANTOS

3) 29336-74.2013.8.06.0091/0 - Tombo: 705 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO FELIPE DA COSTA E SILVA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 13:50 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). JOHN KENNEDY VIANA DINIZ , KATIA MARIA BASTOS FURTADO , ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO

4) 31120-23.2012.8.06.0091/0 - Tombo: 1137 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MAPFRE SEGURADORA S/A REQUERENTE.: ROGER MOURA SARMENTO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT S.A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de**

Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 15:10 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".- INT. DR(S). EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , KATIA MARIA BASTOS FURTADO , LIGIA SAMARA ALBURQUEQUE PINTO , TIBERIO DE MELO CAVALCANTE

5) 411-73.2010.8.06.0091/0 - Tombo: 2281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCINILDO AQUINO DE CARVALHO REQUERIDO.: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 14:10 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , IVAN MONTE CLAUDINO JUNIOR , ROSTAND INACIO DOS SANTOS

6) 477142-24.2010.8.06.0001/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: CONSORCIO NACIONAL DAS SEGURADORAS LIDER DPVAT REQUERENTE.: FRANCISCA BATISTA DE SOUSA REQUERIDO.: MAPFRE SEGURADORA S/A.. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 11:40 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). ANTONIO DOS SANTOS MOTA , EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR , IVAN MONTE CLAUDINO JUNIOR , JOAO LUIZ CUNHA DOS SANTOS , LIGIA SAMARA ALBURQUEQUE PINTO , ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO

7) 779-82.2010.8.06.0091/0 - Tombo: 7652 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: CONSORCIO NACIONAL DAS SEGURADORAS LIDER DPVAT REQUERENTE.: FRANCISCO PAULO DE ALMEIDA REQUERIDO.: MAPFRE SEGURADORA S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 09:40 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). CARLOS ROBSON NOGUEIRA LIMA FILHO , EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , IVAN MONTE CLAUDINO JUNIOR , ROSTAND INACIO DOS SANTOS

8) 80596-14.2009.8.06.0001/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: CONSORCIO NACIONAL DAS SEGURADORAS LIDER REQUERENTE.: JOSE CARDOSO NETO REQUERIDO.: SANTANDER SEGUROS S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 11:20 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO , EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , FABIO POMPEU PQUENO JUNIOR

9) 96295-56.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 83 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CARLA EVILLYN DE SOUSA REPR. LEGAL.: FRANCISCO JOSE DE SOUSA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 14:30 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). KATIA MARIA BASTOS FURTADO , MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

10) 96335-38.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 1142015 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: RAIMUNDA RAFAELA SOARES DE SOUZA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 10:20 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). KATIA MARIA BASTOS FURTADO , MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

11) 96482-64.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 168 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ALBERTINA CAVALCANTE REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 14:50 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). KATIA MARIA BASTOS FURTADO , MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

12) 96487-86.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 173 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A REQUERENTE.: VALMIR BATISTA DE OLIVEIRA FILHO. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 13:30 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA , LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA , MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

13) 97014-38.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 4352015 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REPR. LEGAL.: EDNOLIA CICERA PEREIRA DE ARAUJO REQUERIDO.: EDSON ANTONIO DA SILVA REQUERENTE.: MARIA SANTANA PEREIRA DA SILVA REQUERENTE.: MARIA SOPHIA PEREIRA DA SILVA. **"Designada audiência de instrução para o dia 16.02.2016, às 11h30min.".**- INT. DR(S). DIEGO VICTOR LOBO SILVEIRA , EURIJANE AUGUSTO FERREIRA , LIGIA SAMARA ALBURQUEQUE PINTO

14) 98195-74.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 9812015 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSE ALVES PEQUENO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 15:30 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). CAMILA JESSICA ALVES BEZERRA , FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR , JOÃO BARBOSA ALVES FILHO

15) 98221-72.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 993 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FAUSTO MARTINS CHAVES FILHO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 12:00 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA , TIBERIO DE MELO CAVALCANTE

16) 98224-27.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 996 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO PEREIRA DE AMORIM REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 10:40 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA , TIBERIO DE MELO CAVALCANTE

17) 98439-03.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 1098 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARCILEIDE RODRIGUES DOS SANTOS GOMES REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 09:00 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA , TIBERIO DE MELO CAVALCANTE

18) 98465-98.2015.8.06.0091/0 - Tombo: 1116 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A REQUERENTE.: SILVANIR BEZERRA DE ARAUJO .**"Ficam Vossas Senhorias devidamente intimados(as) para comparecerem à Audiência de Instrução em sede de Mutirão do Seguro DPVAT designada para o dia _18/03/20116, às 09:20 horas, nó Fórum local, ficando ciente a parte autora de que deverá comparecer munida de documento oficial com foto, bem como, deverá trazer os documentos médicos que possuir (exames, laudos etc) , uma vez que será submetida a exame pericial e de que as partes poderão apresentar quesitos complementares e indicar assistentes técnicos na até o momento da audiência."**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA , ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES .

COMARCA DE INDEPENDÊNCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA

Juiz(a) Titular : PAULO SANTIAGO DE ANDRADE SILVA E CASTRO
Diretor(a) de Secretaria: SALUSTIANO JOSÉ NEGREIROS BARROSO
EXPEDIENTE nº 21/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/23976	1		/	1
CE/11993	2		/	2
CE/11993	3		/	3

CE/17994	4		/	4
CE/11993	5		/	5
CE/16100	6		/	6
CE/16100	7		/	7
CE/16100	8		/	8
CE/16100	9		/	9
CE/16100	10		/	10
CE/16100	11		/	11
CE/16100	12		/	12
CE/16100	13		CE/27985	13
CE/17913	13		/	13
CE/16100	14		/	14
CE/16100	15		CE/27985	15
CE/17913	15		/	15

1) 11588-89.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18606 - GUARDA MENOR.: ANTONIA ANA LUIZA SALES DE SOUSA REQUERENTE.: ANTONIA RODRIGUES SALES REQUERENTE.: ANTONIO RAFAEL MENEZES DE SOUSA REQUERENTE.: JOSÉ FRANCISCO SALES. **"Comparecer no prazo de 5 dias com a finalidade de assinar o termo de compromisso de guarda.".**- INT. DR(S). JOSÉ FRANCISCO SALES JÚNIOR

2) 11599-84.2015.8.06.0092/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXECUTADO.: ANTONIO DOS REIS SOARES DA SILVA EXEQUENTE.: JOEL PATRICK DO NASCIMENTO SOARES REPR. LEGAL.: MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO. **"Informar se a dívida exequenda no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.".**- INT. DR(S). ANTONIO VALDONIO DE OLIVEIRA BRITO

3) 11610-16.2015.8.06.0092/0 - Tombo: 19306 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ANA CAROLINA ALVES COSTA EXECUTADO.: FRANCISCO ALVES PERES. **"Informe a parte autora, no prazo de 10 dias, se a dívida alimentícia foi adimplida.".**- INT. DR(S). ANTONIO VALDONIO DE OLIVEIRA BRITO

4) 11669-09.2012.8.06.0092/0 - PERDA OU SUSPENSÃO OU RESTABELECIMENTO DO PODER FAMILIAR REQUERIDO.: ANTONIA NAIANE DE OLIVEIRA PAIXÃO TERCEIRO INTERESSADO.: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA PAIXÃO REQUERENTE.: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ NA COMARCA DE INDEPENDENCIA. **"Manifestar no prazo de 10 dias, acerca do teor do Estudo Social de f. 164/166.".**- INT. DR(S). JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA

5) 11703-76.2015.8.06.0092/0 - Tombo: 19377 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ANA BRENDA ALVES ROCHA REPR. LEGAL.: ANA CELIA ALVES BARBOSA EXECUTADO.: FRANCISCO DIASSIS ROCHA RODRIGUES. **"Informar se a dívida exequenda no prazo de 10mdias, sob pena de extinção.".**- INT. DR(S). ANTONIO VALDONIO DE OLIVEIRA BRITO

6) 11747-32.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18723 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: MARIA ELOIZA COUTINHO VIEIRA. **"Sobre o pedido de f. 197/211, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

7) 11749-02.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18724 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: FRANCISCO DE ASSIS ARIMATEIA NORTE. **"Sobre o pedido de f. manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

8) 11751-69.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18708 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: PAULO CÉSAR PIMENTEL LOUREIRO. **"Sobre o pedido de f. manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

9) 11764-68.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18730 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXEQUENTE.: ALDA ARAÚJO LOUREIRO EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA. **"Sobre o pedido de f. manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

10) 11775-97.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18717 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: FRANCISCO SOARES DA SILVA. **"Sobre o pedido de f. manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

11) 11798-43.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18762 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA REQUERENTE.: ESPÓLIO DE ANTONIO WILSON BEZERRA FARIAS. **"Sobre o pedido de f. manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

12) 11803-65.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18766 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: ESPÓLIO DE JOSÉ GOMES VIEIRA. **"Sobre o pedido de f. manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

13) 11805-35.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18767 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: ESPÓLIO DE FILOMENO TEIXEIRA LIRA. **"Sobre o pedido de f. 197/211, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS , RAFAEL MOTA REIS , WAUFRANIO COUTINHO ROCHA

14) 11806-20.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18768 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL

S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: ESPÓLIO DE JOSÉ GULIM DE SOUSA. **"Sobre o pedido de f. 197/211, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS

15) 11927-48.2014.8.06.0092/0 - Tombo: 18840 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: BANCO DO BRASIL S.A. AGÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA EXEQUENTE.: JOSÉ MARIA SOARES .**"Sobre o pedido de f. 197/211, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 dias."**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS , RAFAEL MOTA REIS , WAUFRANIO COUTINHO ROCHA .

COMARCA DE IPAPORANGA - VARA UNICA DA COMARCA DE IPAPORANGA

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - DR. JOSÉ ALMIR CLAUDINO SALES - OAB/CE 2897

NATUREZA CRIME

Processo nº 1774-16.2015.8.06.0093/0
Ação: TCO - ART. 129 e 121, §2º, II c/c art. 14, II, do CPB
Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: MANOEL CHAVES DE MELO

INTIMAÇÃO: FICA O ADVOGADO DO RÉU INTIMADO ACERCA DA EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA A COMARCA DE TAGUATINGA/DF PARA OITIVA DA VÍTIMA ALLANY MARTINS DE SOUSA, NOS TERMOS DA SÚMULA 273 DO STJ. IPAPORANGA/CE, 29.01.2016, TIAGO DIAS DA SILVA - JUIZ DE DIREITO/RESP.

INTIMAÇÃO DE ADVOGAD0 - DR. JOSÉ ALMIR CLAUDINO SALES - OAB/CE 2897

NATUREZA CRIME

Processo nº 1933-27.2013.8.06.0093/0
Ação: ART. 33 DA LEI 11343/06
Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: RAFAEL NASCIMENTO PEREIRA

INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 113: "R. HOJE. INTIME-SE A DEFESA PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO LEGAL. IPAPORANGA, 28/01/2016. TIAGO DIAS DA SILVA - JUIZ DE DIREITO/RESP."

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - DR. FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JÚNIOR - OAB/CE 9.075

NATUREZA CÍVEL

Processo nº 1873-83.2015.8.06.0093/0
Ação: DESCONSTITUIÇÃO DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
Requerente: ANA PAULA DE ARAÚJO
Requerido: CREFISA E BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 131: "R. HOJE. CIÊNCIA AO BANCO BRADESCO S/A, POR SEU REPRESENTANTE JUDICIAL, ACERCA DOS TERMOS DA PETIÇÃO DE FLS. 123/127, PARA MANIFESTAÇÃO NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS. IPAPORANGA, 28/01/2016. TIAGO DIAS DA SILVA - JUIZ DE DIREITO/RESP." *DR. FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JÚNIOR - OAB/CE 9.075*

COMARCA DE IRACEMA - VARA UNICA DA COMARCA DE IRACEMA

Juiz(a) Substituto : TACIO GURGEL BARRETO
Diretor(a) de Secretaria: MARIA DO CARMO ALVES DE SENA
EXPEDIENTE nº 10/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/27283	1		/	1
CE/17677	2		/	2
CE/17677	3		/	3
CE/17677	4		/	4
CE/17677	5		/	5
CE/17677	6		/	6

1) 2153-42.2015.8.06.0097/0 - Tombo: 43272015 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: MARIA CANDIDA NEIDE DA SILVA REQUERENTE.: MARIA DO CARMO FERNANDES DA SILVA. **"Devolver os autos do presente processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.".**- INT. DR(S). LEANDRO LUIS GOMES PINHEIRO

2) 2211-45.2015.8.06.0097/0 - Tombo: 43522015 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA REQUERENTE.: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO CEARÁ REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE IRACEMA,. **"Devolver os autos do presente processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.".**- INT. DR(S). PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO

3) 2275-80.2000.8.06.0097/0 - Nº Antigo: 2002072004981 - ORDINÁRIA OUTRAS AUTOR.: FRANCISCO FILGUEIRA DE ANDRADE REU.: MUNICÍPIO DE IRACEMA. **"Devolver os autos do presente processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.".**- INT. DR(S). PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO

4) 2296-65.2014.8.06.0097/0 - Tombo: 40372014 - PETIÇÃO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE IRACEMA REQUERENTE.: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO CEARÁ - SINDSAÚDE. **"Devolver os autos do presente processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.".**- INT. DR(S). PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO

5) 2510-22.2015.8.06.0097/0 - Tombo: 44802015 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MUNICÍPIO DE IRACEMA, REQUERENTE.: ROSÂNGELA BEZERRA DE MOURA MUNIZ. **"Devolver os autos do presente processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.".**- INT. DR(S). PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO

6) 453-12.2007.8.06.0097/0 - Tombo: 16162007 - DESAPROPRIAÇÃO REQUERIDO.: FRANCISCO FILGUEIRA DE ANDRADE REQUERENTE.: O MUNICÍPIO DE IRACEMA .**"Devolver os autos do presente processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas."**- INT. DR(S). PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO .

COMARCA DE ITAITINGA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAITINGA

AÇÃO PENAL
PROCESSO nº6268-76.2010.8.06.0099/0 (1015/11)
RÉU: JOCELIR ASSUNÇÃO DE SOUSA.
EXPEDIENTE de 10/11/15 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do réu da audiência designada para o dia 21/01/2016 às 10:00hs. Itaitinga,10/11/15.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr FRANCELSO COELHO ASSUNÇÃO - OAB/CE nº 5.327.

AÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
PROCESSO Nº 10035-15.2016.8.06.0099/0 (59/16)
REQUERENTE: DEBORA KATE DOS REIS.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 19V para juntar aos autos documento comprobatório da paternidade. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dra MARIA CRISTINA FERREIRA DA COSTA - OAB/CE nº 10.709.

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
PROCESSO Nº 7585-36.2015.8.06.0099/0 (20/15)
REQUERENTE: CIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI DO BRASIL.
REQUERIDO: RAIMUNDA COELHO BORGES.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 41 para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos instrumento de mandado procuratório referente ao advogado subscrevente do pedido de desistência da presente ação. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr ANTÔNIO CÉSAR GUEDES FILHO - OAB/CE nº 32.610.

AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL COM PEDIDOS LIMINARES
PROCESSO Nº 8498-86.2013.8.06.0099/0 (406/13)
REQUERENTE: GLAUDIANO AZEVEDO NOBRE.
REQUERIDO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTOSE INVESTIMENTOS S/A.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do requerido do despacho de fl. 103 para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos instrumento de mandado procuratório referente à advogada subscrevente em favor do banco, bem como o Contrato Social, no sentido de comprovar sua situação de pessoa jurídica. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dra ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES - OAB/CE nº 10.952; DR RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO – OAB/CE 3.432.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8475-09.2014.8.06.0099/0 (433/14)
REQUERENTE: FRANCISCA MENDES RODRIGUES; JOSE DE OLIVEIRA; MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LIMA; MARIA SARAIVA DOS SANTOS.
REQUERIDO: BANCO MERCANTIL BRASIL S/A.

EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 104 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8396-30.2014.8.06.0099/0 (364/14)
REQUERENTE: FRANCISCA FERREIRA DA COSTA.
REQUERIDO: BANCO ORIGINAL S/A.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 52 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8476-91.2014.8.06.0099/0 (405/14)
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LIMA.
REQUERIDO: BANCO CETELEM S/A - BGN.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 65 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8456-03.2014.8.06.0099/0 (362/14)
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LIMA; MARIA SARAIVA DOS SANTOS E JOSE DE OLIVEIRA.
REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADOS S/A.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 71 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8467-32.2014.8.06.0099/0 (427/14)
REQUERENTE: MARIA SARAIVA DOS SANTOS.
REQUERIDO: BANCO BCV S/A - BMG.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 89 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8407-59.2014.8.06.0099/0 (366/14)
REQUERENTE: FRANCISCA FERREIRA DA COSTA.
REQUERIDO: BANCO BCV S/A - BMG.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 83 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8468-17.2014.8.06.0099/0 (434/14)
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA GOMES DE LIMA.
REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 178 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8458-70.2014.8.06.0099/0 (426/14)
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA GOMES DE LIMA.
REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A - BGN.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 60 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.
Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
PROCESSO Nº 8438-79.2014.8.06.0099/0 (439/14)
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA GOMES DE LIMA.
REQUERIDO: BANCO CETELEM S.A - BGN.
EXPEDIENTE de 29/01/16 – Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) do autor do despacho de fl. 65 para réplica no prazo legal. Itaitinga, 29/01/16.

Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito Titular;
Adv. Dr JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - OAB/CE nº 13.500; DR LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA – OAB/CE 14.458.

COMARCA DE ITAPIPOCA - 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA

Juiz(a) Titular : SAMARA DE ALMEIDA CABRAL
Diretor(a) de Secretaria: JOSE JURACI FERREIRA MARQUES
EXPEDIENTE nº 16/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/33159	1		CE/29368	1
/	1			

1) 11235-85.2015.8.06.0101/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: MIGUEL OTAVIO MARINHO DA CRUZ SANTOS REPRESENTADO POR EMANUELE MARINHO ROCHA REQUERIDO.: WILLAMY DA CRUZ SANTOS .**"Sentença, parte final: "... Assim, para que surta os efeitos jurídicos, HOMOLOGO POR SENTENÇA com resolução de mérito, o acordo firmado entre as partes, nos moldes especificados em audiência de conciliação às fls. 25, julgando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, III do CPC..." Intimar Dra. THAYS KRYSHANA MARINHO DA SILVA - 29368 e Dra. ESLA MARIA CRUZ LOPES - 33159."**- INT. DR(S). ESLA MARIA CRUZ LOPES , THAYS KRYSHANA MARINHO DA SILVA .

COMARCA DE ITAPIPOCA - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA

Juiz(a) Titular : GONÇALO BENICIO DE MELO NETO
Diretor(a) de Secretaria: MARIA LENILDA RIBEIRO
EXPEDIENTE nº 016/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16718	1		CE/16477	1
/	1		CE/21560	2
CE/17314	2		/	2
CE/26096	3		CE/17314	3
/	3		CE/16718	4
CE/24313	4		/	4
CE/6252	5		CE/17314	5
/	5		CE/16477	6
CE/16196	6		CE/3869	6
/	6		CE/16718	7
CE/16477	7		/	7
CE/16477	8		CE/16196	8
PI/4202	8		CE/15433	8
CE/3648	8		/	8
CE/16477	9		CE/16196	9
CE/6486	9		CE/8985	9
CE/3937	9		/	9
CE/16718	10		CE/16477	10
CE/16196	10		/	10
CE/16477	11		CE/16196	11
/	11		CE/16718	12
CE/3648	12		/	12
CE/16718	13		CE/16477	13
CE/27660	13		/	13
CE/16477	14		CE/6836	14
CE/8985	14		/	14
CE/16477	15		CE/17798	15
CE/6836	15		CE/8730	15
CE/8985	15		/	15
CE/16477	16		CE/16196	16
CE/6836	16		CE/3648	16
/	16		CE/16718	17
CE/23462	17		/	17
CE/16718	18		CE/23462	18
/	18		CE/21560	19
CE/17314	19		/	19
CE/16718	20		CE/3648	20
/	20			

1) 10121-19.2012.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXECUTADO.: JOAO CORREIA FILHO EXECUTADO.: SERGIO TEIXEIRA PIRES EXECUTADO.: VALDIMIRO PACHECO DE SOUSA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , DAVID SOMBRA PEIXOTO

2) 10306-52.2015.8.06.0101/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA BRAGA ARAUJO. **"DESPACHO ¿ R.H. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de dez dias, se têm provas a produzir, indicar sua pertinência para o deslinde do feito. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 27 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). CLEUDIVÂNIA BRAGA VERAS , WILSON SALES BELCHIOR

3) 10486-68.2015.8.06.0101/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG CONSIGANDO S/A REQUERENTE.: LUIS RIBAMAR DOS SANTOS. **"DESPACHO ¿ R.H. Intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de dez dias, quanto ao extrato de fls. 99. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 27 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). CHEYLLA MARA TELES DE ALBUQUERQUE , WILSON SALES BELCHIOR

4) 11655-95.2012.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A EXECUTADO.: FRANCISCO TEIXEIRA DE ARAUJO EXECUTADO.: JOSE CORDEIRO CHAVES EXECUTADO.: MANOEL DE SOUSA MOTA EXECUTADO.: MANOEL PIRES DA MOTA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , FELIPE DANTAS DE CARVALHO

5) 12176-69.2014.8.06.0101/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERIDO.: BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (BANCO VOTORANTIM) REQUERENTE.: LUIS ANDERSON ARNAUD SOUSA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de dez dias, quanto ao documento de fls. 61/69. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 27 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO , WILSON SALES BELCHIOR

6) 1410-69.2005.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO EXEQÜIDO.: ANTONIO VALDEMIR PIRES EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A (AG. ITAPIPOCA). **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO , TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE

7) 2124-87.2009.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXEQÜIDO.: JOSE APARECIDO MONTENEGRO EXEQÜIDO.: JOSE APARICIO MONTENEGRO. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , DAVID SOMBRA PEIXOTO

8) 252-76.2005.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO EXEQÜIDO.: ANTONIO PATRICIO MONTEIRO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A LITISCONSORTE PASSIVO.: FRANCISCO DANILO PIRES LITISCONSORTE PASSIVO.: RAIMUNDO ANTERO PESSOA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO , HELVECIO VERAS DA SILVA , KARLA PATRICIA REBOUCAS SAMPAIO , MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO

9) 7213-09.2000.8.06.0101/0 - Nº Antigo: 2001015009456 - EXECUÇÃO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXEQÜIDO.: FRANCISCO DE MOURA SOBRINHO EXEQÜIDO.: MARIA DAS DORES MOURA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO , RAIMUNDO CAMELO VASCONCELOS JUNIOR , RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA , SILVANA MARIA ROLA SOARES

10) 7730-62.2010.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BNB BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A EXECUTADO.: JOSE EVANGELISTA DE SOUSA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , DAVID SOMBRA PEIXOTO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO

11) 778-48.2002.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO EXEQÜIDO.: AIRTON AGUIAR BARROSO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE S.A (AG. ITAPIPOCA) EXEQÜIDO.: HELIA SILVIA AGUIAR BARROSO. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO

12) 7812-59.2011.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A (AG. ITAPIPOCA) EXEQÜIDO.: JOSE AGUIMAR DA MOTA EXEQÜIDO.: LOURENÇO SILVESTRE DE SOUSA EXEQÜIDO.: MANOEL ALVES BEZERRA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de**

2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO

13) 8034-27.2011.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BARSIL S/A (AG. ITAPIPOCA) EXEQÜIDO.: JOSE AGUIMAR DA MOTA EXEQÜIDO.: JOSE PACHECO DE SOUSA EXEQÜIDO.: MANOEL ALVES BEZERRA EXEQÜIDO.: VALDIMIRO PACHECO DE SOUSA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , DAVID SOMBRA PEIXOTO , JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA

14) 8227-28.2000.8.06.0101/0 - Nº Antigo: 2000015011565 - EXECUÇÃO EXEQÜIDO.: ANTONIO GAUDENCIO ANASIO BRAGA EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , FRANCISCO FABIO MONTENEGRO , RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA

15) 8588-45.2000.8.06.0101/0 - Nº Antigo: 2000015009064 - EXECUÇÃO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXEQÜIDO.: FRANCISCO JOSE CARNEIRO DA SILVA EXEQÜIDO.: MARIA IVANIR GOIS CARNEIRO. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , FLAVIA HOLANDA DUARTE , FRANCISCO FABIO MONTENEGRO , MANOEL TOMAZ DE ALMEIDA NETO , RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA

16) 939-58.2002.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE S.A (AG. ITAPIPOCA) EXEQÜIDO.: FRANCISCO OLIVEIRA CHAVES EXEQÜIDO.: RAIMUNDO RODRIGUES CHAVES EXEQÜIDO.: RAIMUNDO VIANA LIMA. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO , FRANCISCO FABIO MONTENEGRO , MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO

17) 9576-12.2013.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜIDO.: ALDEIZA DE CARVALHO MACHADO BARROSO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - BNB. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO

18) 9577-94.2013.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQÜIDO.: ALDEIZA DE CARVALHO MACHADO BARROSO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - BNB. **"DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO

19) 9621-45.2015.8.06.0101/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOAQUIM JOSE DE SOUSA, REP POR SEU PROCURADOR ANTONIO LEITAO DE SOUSA REQUERIDO.: UNIBANCO. **" DESPACHO ¿ R.H. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de dez dias, se têm provas a produzir, indicar sua pertinência para o deslinde do feito. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 27 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito.".**- INT. DR(S). CLEUDIVÂNIA BRAGA VERAS , WILSON SALES BELCHIOR

20) 9658-14.2011.8.06.0101/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. EXECUTADO.: MANOEL PIRES DE LIMA EXECUTADO.: RAIMUNDO ANTERO PESSOA ."**DESPACHO ¿ R.H. Intime-se o Banco/autor, para dar andamento ao feito, requerendo o que for de direito, fixando o prazo de 10 dias. Expedientes Necessários. Itapipoca-CE, 28 de janeiro de 2016. Dr. Gonçalo Benício de Melo Neto ¿ Juiz de Direito."**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO .

COMARCA DE ITAPIPOCA - 3ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA

Juiz(a) Titular : RENATA SANTOS NADYER BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: RAFAELA FREDERICO COELHO
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/17369	1		/	1
CE/17369	2		/	2
CE/19623	3		CE/21560	3
CE/27577	3		/	3
CE/6252	4		/	4
CE/12593	5		/	5
CE/8651	6		/	6

1) 10847-85.2015.8.06.0101/0 - TUTELA ADOLESCENTE.: BRUNA TEIXEIRA FERNANDES E JULIANA TEIXEIRA FERNANDES REQUERENTE.: CARLA CARINA TEIXEIRA. **"Ante o exposto, com amparo no Parecer do Ministério Público e com fundamento no art. 269 I do CPC, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para que a tutela das menores BRUNA TEIXEIRA FERNANDES E JULIANA TEIXEIRA FERNANDES seja deferida em favor da Sra. CARLA CARINA TEIXEIRA. Expedientes necessários. As partes saem intimadas da sentença e renunciam de pronto o prazo recursal. Com o cumprimento dos expedientes, arquivem-se com baixa. P.R.I." RENATA SANTOS NADYER BARBOSA - JUÍZA DE DIREITO - 3ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA/CE.".**- INT. DR(S). DENIS RICARDO SOUSA TEIXEIRA

2) 10893-74.2015.8.06.0101/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LEIDIANA NOBRE OLIVEIRA REQUERIDO.: MARIA SALES DE SOUSA. **"SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Vistos.. Cuidam os autos de homologação de acordo em ação de Reconhecimento de união estável post mortem, ajuizada por LEIDIANA NOBRE OLIVEIRA em desfavor de MARIA SALES DE SOUSA, genitora do falecido, João Batista Sales Sousa (certidão de óbito às fls. 12). Narram os autos que a Requerente e o de cujus, João Batista Sales Sousa, conviveram em regime de união estável desde maio de 1994 até 6/11/1997. Dessa união, nasceu uma filha, já maior de idade, THAMIRES NÁYRA SALES DE OLIVEIRA (certidão de nascimento às fls. 11). Ajuíza a autora a presente demanda requerendo a declaração, por sentença, do reconhecimento da união estável vivida entre ela e o de cujus, filho da Requerida. Aos 25 de novembro de 2015, em audiência conciliatória realizada neste Juízo (termo às fls. 23), as partes firmaram acordo nesses termos: A requerida, mãe de João Batista Sales de Sousa, reconhece a união estável existente entre o seu filho e a Requerente, Leidiana Nobre Oliveira. Desta forma, julgo procedente a ação, e com fundamento no art. 269, III, CPC, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, para que surta seus efeitos legais, e decreto o Reconhecimento da união estável post mortem do casal LEIDIANA NOBRE OLIVEIRA e JOÃO BATISTA SALES DE SOUSA. P.R.I.. Sem custas. Após, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Cumpra-se.".**- INT. DR(S). DENIS RICARDO SOUSA TEIXEIRA

3) 11050-47.2015.8.06.0101/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: URBANO JACIO AGUIAR BARBOSA REQUERIDO.: VITORIA REGIA AGUIAR BARBOSA. **"DECISÃO-TRATAM OS FÓLIOS DE AÇÃO DE DIVÓRCIO, ESTANDO AS PARTES DEVIDAMENTE QUALIFICADAS. CONSIDERANDO QUE A PARTE PROMOVIDA, SRA.VITÓRIA RÉGIA AGUIAR BARBOSA, SEMPRE VIVEU ÀS EXPENSAS DO REQUERENTE, TENDO EM VISTA QUE O MESMO A IMPOSSIBILIDADE DE CONCLUIR OS ESTUDOS E DE TRABALHAR, CONFORME AFIRMADO EM CONTESTAÇÃO DE FLS. 17/26; CONSIDERANDO , TAMBÉM, O PLEITO DA ADVOGADA DA PROMOVIDA EM AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA (FL.61), DETERMINO O PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA PROVISÓRIA NO VALOR DE 3(TRÊS) SALÁRIOS-MÍNIMOS A SRA. VITÓRIA RÉGIA AGUIAR. CONSIDERANDO, AINDA, EXISTIREM VÁRIOS BENS A SEREM OBJETO DE PARTILHA ENTRE AS PARTES, DETERMINO A INDISPONIBILIDADE DE TODOS OS BENS IMÓVEIS E MÓVEIS EM NOME DE URBANO JÁCIO AGUIAR BARBOSA, FICANDO ESTE PROIBIDO DE ALIENÁ-LOS OU TRANSFERI-LOS, A QUALQUER TÍTULO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 798 DO CPC. OFICIE-SE AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS (CERTIDÕES ÀS FLS. 42/47 DO PROCESSO APENSO-11357-98.2015.8.06.0101/0). DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. CUMPRA-SE.ITAPIPOCA, 14 DE JANEIRO DE 2016. DRA. RENATA SANTOS NADYER BARBOSA- JUÍZA DE DIREITO. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 08/03/16 ÀS 11HMIN.".**- INT. DR(S). ANDERSON BARROSO DE FARIAS , CLEUDIVÂNIA BRAGA VERAS , WESLEY MARINHO CORDEIRO

4) 11537-17.2015.8.06.0101/0 - DIVÓRCIO CONSENSUAL REQUERENTE.: ALEXANDRE CARVALHO PONTES REQUERENTE.: MARIA DE NAZARE SANTOS TEIXEIRA PONTES. **"Homologação de acordo - Divórcio consensualProcesso nº 11537-17.2015.8.06.0101/0 SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Vistos, etc. Cuidam os autos de Homologação de acordo - Divórcio consensual, celebrado entre ALEXANDRE CARVALHO PONTES e MARIA DE NAZARE SANTOS TEIXEIRA PONTES. Os requerentes casaram em 11/07/1998, conforme certidão de casamento em anexo (fls. 08). Da união, nasceram 3 filhos, todos menores, conforme certidões de nascimento acostadas aos autos (fls. 9/11). O Ministério Público deu parecer às fls. 27/28, manifestando-se pelo homologação pleito inicial. As partes celebraram acordo nestes termos: Os requerentes declaram não terem adquirido bens móveis ou imóveis, na vigência do casamento, passíveis de partilha, exceto os de uso doméstico, que ficaram para o cônjuge virago; Os cônjuges renunciaram, expressamente, alimentos, um do outro, porém, o cônjuge Varão pagará a quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais), correspondentes a 46,29% do valor líquido, da locação, percebido pelo cônjuge varão (valor da locação, deduzido o valor da administração do imóvel), do imóvel localizado na Rua José do Patrocínio, 1315, Bairro Coqueiro, a título de alimentos, em prol dos filhos menores. O cônjuge virago opta por retornar a usar o nome de solteira, qual seja: MARIA DE NAZARÉ SANTOS TEIXEIRA. Os filhos menores ficarão sob a guarda do cônjuge Virago, assegurando-se livre visita ao cônjuge varão. Desta forma, julgo procedente a ação, e com fundamento no art. 269, III, CPC, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, para que surta seus efeitos legais, e decreto o DIVÓRCIO do casal. Proceda-se a averbação do decisum. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório do 1° Ofício desta Comarca - Cartório Amélia Frota (certidão de fls. 08). P.R.I.. Sem custas. Após, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.Cumpra-se. Itapipoca, 15 de dezembro de 2015.".**- INT. DR(S). JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO

5) 11763-22.2015.8.06.0101/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: FRANCISCO RENAN PEDROSA CARVALHO REQUERIDO.: INAJARA ANTUNES MELO BANDEIRA. **"Considerando o acordo firmado pelas partes em audiência conciliatória, bem como o parecer ministerial favorável ao mesmo, julgo PROCEDENTE a ação, e com fundamento no art. 269, III do CPC, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, para que surta seus efeitos legais, e DECRETO o divórcio do casal. Proceda-se a averbação do decisum. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório do 1º Ofício - Cartório Amélia Frota.".**- INT. DR(S). LUIS CARLOS TEIXEIRA FERREIRA

6) 9220-46.2015.8.06.0101/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: GENESIO MAGALHAES FROTA REQUERIDO.: MARIA VALDELICE DE SOUSA FROTA ."**SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Cuidam os autos de Ação de oferta de Alimentos, sendo partes, promovente GENESIO MAGALHÃES FROTA, e promovida, MARIA VALDELICE DE SOUSA FROTA. Parecer ministerial favorável à homologação do acordo às fls. 22/verso. As partes celebraram acordo nestes termos (termo de audiência às fls. 14): O requerido pagará, a título de pensão alimentícia, o percentual de 47,83% de seus vencimentos básicos, acrescido de todas as vantagens e gratificações, correspondente a R$ 920,00 (novecentos e vinte reais), devendo ser oficiado ao Ministério da Saúde para realizar o referido desconto e transferir para a conta-**

corrente da Promovida, qual seja: Conta 69243-2, Agência 0748. Desta forma, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, para que surta seus efeitos legais, e julgo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso III do CPC. P.R.I.. Após, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Itapipoca, 16 de dezembro de 2015."- INT. DR(S). FABIO XAVIER ROCHA .

COMARCA DE ITAREMA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAREMA

Juiz(a) Respondendo: CÉSAR DE BARROS LIMA
Diretor(a) de Secretaria: GISETE BRAGA DE OLIVEIRA
EXPEDIENTE nº 42/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/5472	1		CE/18191	1
/	1		CE/5472	2
/	2		CE/9806	3
/	3		CE/20690	4
CE/16477	4		/	4
CE/20690	5		CE/16477	5
/	5		CE/11387	6
/	6		CE/6023	7
CE/15469	7		CE/15470	7
CE/16411	7		/	7

1) 3334-33.2010.8.06.0104/0 - Tombo: 4105 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSÉ DILTON DA SILVA LOPES TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERIDO.: MUNICIPIO DE ITAREMA. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA PARTE AUTORA PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, FALAREM SOBRE OS DOCUMENTOS DE FLS. 547/556.".**- INT. DR(S). ANTONIO JOSE SAMPAIO FERREIRA , FRANCISCO OSVANDO MUNIZ LIMA FILHO

2) 3482-10.2011.8.06.0104/0 - Tombo: 4560 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO RECONVINTE.: MARIA SANDRA MARQUES RECONVINDO.: MUNICIPIO DE ITAREMA. **"INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, FALAR SOBRE OS DOCUMENTOS DE 429/438.".**- INT. DR(S). ANTONIO JOSE SAMPAIO FERREIRA

3) 3682-17.2011.8.06.0104/0 - Tombo: 4668 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: AIRTON BARROS DE AMORIM REQUERIDO.: FRANCISCO SILVESTRE SANTOS SILVA REQUERIDO.: FRANCISCO SILVESTRE SANTOS SILVA FILHO REQUERENTE.: JOSE SEVERIANO MUNIZ. **"INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 28 DE MARÇO DE 2016, ÀS 11H00MIN, NO FÓRUM JUDICIÁRIO DE ITAREMA/CEARÁ.".**- INT. DR(S). MARIA SOCORRO SOUSA LIMA

4) 4172-05.2012.8.06.0104/0 - Tombo: 5156 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A EXECUTADO.: VALMIR RODRIGUES. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA DESIGNADA PARA O DIA 07 DE MARÇO DE 2016, ÀS 10H00MIN, NO FÓRUM JUDICIÁRIO DE ITAREMA/CEARÁ.".**- INT. DR(S). ANA CRISTINA MARTINS SILVEIRA , DAVID SOMBRA PEIXOTO

5) 4460-50.2012.8.06.0104/0 - Tombo: 5358 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGADO.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A EMBARGANTE.: VALMIR RODRIGUES. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA DESIGNADA PARA O DIA 07 DE MARÇO DE 2016, ÀS 10H15MIN, NO FÓRUM JUDICIÁRIO DE ITAREMA/CEARÁ.".**- INT. DR(S). ANA CRISTINA MARTINS SILVEIRA , DAVID SOMBRA PEIXOTO

6) 4516-78.2015.8.06.0104/0 - Tombo: 7402 - INTERDIÇÃO INTERDITANDO.: ANTONIA ALVES DOS SANTOS REQUERENTE.: DANIEL ALVES DOS SANTOS INTERDITANDO.: ANTONIA ALVES DOS SANTOS REQUERENTE.: DANIEL ALVES DOS SANTOS. **"INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA: EX POSITIS, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, COM ESTEIO NOS ARTS. 267, INC. I E 284, PARÁGRAFO ÚNICO TODOS DO CPC, JÁ QUE O PROMOVENTE NÃO IMPLEMENTOU SUA OBRIGAÇÃO INSERTA NO DESPACHO DE EMENDA SUSO MENCIONADA, MESMO DEVIDAMENTE INTIMADO PARA TANTO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. P.R.I. TRANSITADA EM JULGADO ARQUIVEM-SE COM BAIXA. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA/CE, 03 DE DEZEMBRO DE 2015. CÉSAR MOREL ALCÂNTARA - JUIZ TITULAR DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE SOBRAL/CE, RESPONDENDO.".**- INT. DR(S). CLARA LINDA AGUIAR RIOS

7) 995-53.2000.8.06.0104/0 - Nº Antigo: 2002111000309 - EXECUÇÃO FISCAL REU.: HERF CONSTRUÇÕES LTDA AUTOR.: UNIÃO ."**INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DA PARTE EXECUTADA DA DECISÃO PARCIALMENTE TRANSCRITA: DIANTE DISSO, DETERMINO O BLOQUEIO ONLINE ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD DE VALORES NAS CONTAS DA EXECUTADA ATÉ O VALOR CONSTANTE NO CÁLCULO DE FOLHA 272/273, CONVERTENDO O BLOQUEIO REALIZADO EM PENHORA. UMA VEZ EFETIVADA A PENHORA, INTIME-SE A EXECUTADA, CIENTIFICANDO-A DA CONSTRIÇÃO REALIZADA, COM INÍCIO DO PRAZO LEGAL PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. INEXISTINDO VALORES A SEREM BLOQUEADOS, VISTA À PARTE EXEQUENTE PARA, EM CINCO DIAS, APRESENTAR MANIFESTAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA BACENJUD, BEM COMO PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA-CE, 09 DE NOVEMBRO DE 2015. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ RESPONDENDO."**- INT. DR(S). ALEXANDRE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE , MIGUEL ROCHA NASSER HISSA , RODRIGO MACEDO DE CARVALHO , RUI BARROS LEAL FARIAS .

Juiz(a) Respondendo: CÉSAR DE BARROS LIMA
Diretor(a) de Secretaria: GISETE BRAGA DE OLIVEIRA
EXPEDIENTE nº 43/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16477	1		CE/8400	1
/	1		CE/25966	2
CE/21950	2		/	2
CE/23791	3		CE/28843	3
/	3		CE/5321	4
/	4		CE/11387	5
/	5			

1) 326-97.2000.8.06.0104/0 - Nº Antigo: 2003111003643 - MONITÓRIA AUTOR.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A REU.: FRANCISCA MARTINS DE SOUSA SILVA REU.: FRANCISCO DE ASSIS NUNES DA SILVA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA DECISÃO PARCIALMENTE TRANSCRITA: ASSIM, DETERMINO O BLOQUEIO ONLINE ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD DE VALORES NAS CONTAS DOS EXECUTADOS ATÉ O VALOR CONSTANTE NO CÁLCULO INICIAL, CONVERTENDO O BLOQUEIO REALIZADO EM PENHORA. UMA VEZ EFETIVADA A PENHORA, INTIMEM-SE OS EXECUTADOS, CIENTIFICANDO-OS DA CONSTRIÇÃO REALIZADA, BEM COMO PARA, NO PRAZO DE CINCO DIAS, COMPARECER À SECRETARIA DFO JUÍZO PARA ASSINATURA DO RESPECTIVO TERMO DE PENHORA REFERENTE AOS VALORES BLOQUEADOS, COM INÍCIO DO PRAZO LEGAL PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. INEXISTINDO VALORES A SEREM BLOQUEADOS, VISTA À PARTE EXEQUENTE PARA, EM CINCO DIAS, APRESENTAR MANIFESTAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA BACENJUD. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA-CE, 12 DE NOVEMBRO DE 2015. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ RESPONDENDO."**.- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO , GERALDO MAGELA RIOS FILHO

2) 4269-34.2014.8.06.0104/0 - Tombo: 6602 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ALEXANDRE JOSÉ CELESTINO REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES PARA, SUCESSIVAMENTE, NO PRAZO LEGAL, APRESENTAREM SEUS MEMORIAIS FINAIS."**.- INT. DR(S). ANA GABRIELLA GOMES MENEZES , THIAGO SÁ PONTES

3) 4346-09.2015.8.06.0104/0 - Tombo: 965 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA REQUERENTE.: RAIMUNDO EDMAR BARROS. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA: EX POSITIS, HOMOLOGO POR SENTENÇA PARA QUE POSSA SURTIR TODOS OS SEUS JUSTOS EFEITOS O PRESENTE ACORDO DE FLS. 41, COM ESTEIO NO ART. 269, INC. III DO CPC. SEM CUSTAS. CADA PARTE ARCARÁ COM A VERBA HONORÁRIA DE SEU PATRONO. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS. P.R.I. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA/CE, 14 DE JANEIRO DE 2016. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ DE DIREITO, RESPONDENDO."**.- INT. DR(S). EDGAR B XIMENES NETO , FRANCISCO WESLEY DE VASCONCELOS SILVEIRA

4) 4432-77.2015.8.06.0104/0 - Tombo: 7351 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS REPR. LEGAL.: ANA MARISA DE SOUSA-GENITORA EXEQUENTE.: MÁIRA ELISA DE SOUSA BRAGA-MENOR EXECUTADO.: VICTOR FELIPE BRAGA. **"INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA: EX POSITIS, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM ESTEIO NO ART. 794, INC. I DO CPC, JÁ QUE O EXECUTADO IMPLEMENTOU A OBRIGAÇÃO REQUESTADA NA EXORDIAL. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS EM RAZÃO DAS PARTES SEREM BENEFICIÁRIOS DE JUSTIÇA GRATUITA, CÔNSCIO ART. 4° DA LEI N° 1.060/50. P.R.I. CIÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO. TRANSITADA EM JULGADO ARQUIVEM-SE COM BAIXA. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA/CE, 15 DE DEZEMBRO DE 2015. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ DE DIREITO, RESPONDENDO."**.- INT. DR(S). JOSE WEYNE DE AMORIM

5) 4716-85.2015.8.06.0104/0 - Tombo: 7518 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERIDO.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL REQUERENTE.: FRANCISCA FERREIRA JÚNIOR ."**INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DO DESPACHO ADIANTE TRANSCRITO: R.H. COMPULSANDO O CADERNO PROCESSUAL EM EPÍGRAFE, VERIFICO QUE HÁ DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO AO NOME DO REQUERENTE, POIS À FL. 03, A CAUSÍDICA PEDE QUE O ALVARÁ SEJA EXPEDIDO, EM FAVOR DO REQUERENTE JOSÉ LUIZ FERREIRA DE SOUSA E NA PROCURAÇÃO AD-JUDICIA ENCONTRA-SE COMO PARTE AUTORA FRANCISCA FERREIRA JÚNIOR. EX POSITIS, DETERMINO QUE INTIME A CAUSÍDICA DA PARTE AUTORA PARA QUE, NO PRAZO LEGAL DE 10 (DEZ) DIAS, EMENDE A PREFACIAL CORRIGINDO AS IMPERFEIÇÕES, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO COM ESTEIO NOS ARTS. 284 E 267, INC. I DO CPC. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA/CE, 25 DE JANEIRO DE 2016. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ DE DIREITO, RESPONDENDO."**- INT. DR(S). CLARA LINDA AGUIAR RIOS .

Juiz(a) Respondendo: CÉSAR DE BARROS LIMA
Diretor(a) de Secretaria: GISETE BRAGA DE OLIVEIRA
EXPEDIENTE nº 44/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/11410	1		/	1
CE/7128	2		/	2
CE/28565	3		CE/21950	3

/	3		CE/27181	4
/	4			

1) 4448-31.2015.8.06.0104/0 - Tombo: 7365 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGANTE.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL EMBARGADO.: MARIA VILMA DA SILVA ARAÚJO. **"INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE EMBARGADA PARA, QUERENDO, NO PRAZO LEGAL, OFERECER IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO.".**- INT. DR(S). RAIMUNDO NONATO ARAUJO

2) 4740-16.2015.8.06.0104/0 - Tombo: 7532 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGANTE.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL EMBARGADO.: MARIA GEANA DA MOTA. **"INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE EMBARGADA PARA, NO PRAZO LEGAL, OFERECER IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS.".**- INT. DR(S). ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO

3) 4925-88.2014.8.06.0104/0 - Tombo: 7004 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MESSIAS ANASTÁCIO DE FREITAS REQUERIDO.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA: DIANTE DO EXPOSTO E À LUZ DAS DEMAIS REGRAS E PRINCÍPIOS ATINENTES À ESPÉCIE, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, ANTE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. P.R.I. ITARERMA, 15 DE DEZEMBRO DE 2015. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ RESPONDENDO.".**- INT. DR(S). DYEGO LIMA RIOS , THIAGO SÁ PONTES

4) 5735-92.2016.8.06.0104/0 - Tombo: 7564 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: AMARO JOSÉ DA CRUZ - EPP REQUERENTE.: FORTFIBRA COMÉRCIO DE SUBPRODUTOS DE COCO EIRELI EPP, REPRESENTADA NESTE ATO POR SEU ADMINISTRADOR MATEUS BOTELHO FORTE .**"INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DA PARTE AUTORA DO DESPACHO ADIANTE TRANSCRITO: R.H. COMPULSANDO O CADERNO PROCESSUAL EM EPÍGRAFE, VERIFICO QUE A PARTE AUTORA NÃO EFETUOU O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. EX POSITIS, DETERMINO QUE INTIME A CAUSÍDICA DA PARTE AUTORA PARA QUE, NO PRAZO LEGAL DE 10 (DEZ) DIAS, EMENDE A PREFACIAL CORRIGINDO AS IMPERFEIÇÕES, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO COM ESTEIO NOS ARTS. 284 E 267, INC. I DO CPC. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. ITAREMA/CE, 25 DE JANEIRO DE 2016. CÉSAR DE BARROS LIMA - JUIZ DE DIREITO, RESPONDENDO."**- INT. DR(S). RAQUEL ROZALBA ALBUQUERQUE DE COUTO .

COMARCA DE JAGUARETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA

COMARCA DE JAGUARETAMA - SECRETARIA DE VARA ÚNICA - Processo nº 2977-71.2015.8.06.0106/0 - Natureza da Ação: Auto de Prisão em Flagrante e Pedido de Liberdade Provisória - Autor(a)(es)/Requerente(s): Justiça Pública – Réu(s)/Requerido(a)(s): Francisco Ivagner Gonçalves de Sousa. Venho através do presente efetuar a intimação do(a)(s) causídico(a)(s) JOÃO BATISTA DA SILVA – OAB/CE 11.468, para ficar(em) ciente(s) da parte final da decisão de fls. 74/75, a seguir transcrito: "(...) Isto posto, indefiro o pedido de liberdade provisória e revogação da custódia preventiva. Intimem-se, requerente e MP. Inexistindo novo requerimento, arquive-se com baixa. Traslados necessários para documentação. Expedientes de praxe. Jaguaretama/CE, 27 de outubro de 2015. (a) Sérgio Augusto Furtado Neto Viana – Juiz Auxiliar – port. 104/15".

COMARCA DE JAGUARUANA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
Juiz de Direito Titular: DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Diretor de Secretaria: CELSO LUÍS DE SOUSA GIRÃO NETO
Expediente em: 29 de janeiro de 2016

Processo Nº 3898-29.2012.8.06.0108/0. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA – CÍVEL. REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA. REQUERIDO(A): INSS. FICA(M) O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) INTIMADO(A)(S) DO ESPACHO: CERTIFICO para os devidos fins que as audiências designadas para esta data deixaram de realizar-se tendo em vista que o Dr. Domingos José da Costa, Juiz de Direito Titular desta Comarca, estar Lparticipando do Curso Básico de Justiça Juvenil Restaurativa na Comarca de Fortaleza/CE no período de 16 à 19 de novembro do corrente ano. CERTIFICO, outrossim, que a audiência ficou redesignada para o dia 16/03/2016 às 14h15min. O referido é verdade. Dou fé. Celso Luis de Sousa Girão Neto – Diretor de Secretaria. Jaguaruana-CE, 16/11/2015. INT. DR. MAIKON WANDERSON MARQUES BARRETO – OAB/CE 26.269.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
Juiz de Direito Titular: DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Diretor de Secretaria: CELSO LUÍS DE SOUSA GIRÃO NETO
Expediente em: 29 de janeiro de 2016

Processo Nº 4381-88.2014.8.06.0108/0. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS – CÍVEL. REQUERENTE: MARIA LIDUINA LIMA VALENTE. REQUERIDO(A): COELCE – COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ. FICA(M) O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) INTIMADO(A)(S) DO ESPACHO: CERTIFICO para os devidos fins que aprazei audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07/03/2016 às 15h00min. O referido é verdade. Dou fé. Jaguaruana-CE, 05/11/2016. INT. DR. JOSÉ EDSON MATOSO RODRIGUES – OAB/CE 7869. DR. MARCO ANTÔNIODE ARAÚJO BICA JÚNIOR – OAB/CE 26.953.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
Juiz de Direito Titular: DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Diretor de Secretaria: CELSO LUÍS DE SOUSA GIRÃO NETO
Expediente em: 29 de janeiro de 2016

Processo Nº 3953-09.2014.8.06.0108/0. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE C/C ANULATÓRIA PARCIAL DE REGISTRO DE NASCIMENTO – CÍVEL. REQUERENTE: JOSÉ ROBÉRIO DE LIMA. REQUERIDO(A): PEDRO GUSTAVO DA SILVA LIMA, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA GENITORA MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA. FICA(M) O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) INTIMADO(A)(S) DO(A) DESPACHO E/OU DECISÃO: CERTIFICO para os devidos fins que as audiências designadas para esta data deixaram de realizar-se tendo em vista que o Dr. Domingos José da Costa, Juiz de Direito Titular desta Comarca, estar participando do Curso Básico de Justiça Juvenil Restaurativa na Comarca de Fortaleza/CE no período de 16 à 19 de novembro do corrente ano. CERTIFICO, outrossim, que a audiência ficou redesignada para o dia 16/03/2016 às 15h45min. O referido é verdade. Dou fé. Jaguaruana-CE, 16/11/2015. Celso Luis de Sousa Girão Neto – Diretor de Secretaria. INT. DR. MAIKON WANDERSON MARQUES BARRETO – OAB/CE 28.239.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
Juiz de Direito Titular: DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Diretor de Secretaria: CELSO LUÍS DE SOUSA GIRÃO NETO
Expediente em: 29 de janeiro de 2016

Processo Nº 4902-62.2016.8.06.0108/0. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR – CÍVEL. REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA. REQUERIDO: ZÉ VILANI. FICA(M) O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) INTIMADO(A)(S) DO(A) DESPACHO E/OU DECISÃO: CERTIFICO para os devidos fins que aprazei audiência de Justificação para o dia 03 de fevereiro de 2016 às 09h30 min. O referido é verdade. Dou fé. Jaguaruana-CE, 28/01/2016. Celso Luis de Sousa Girão Neto – Diretor de Secretaria. INT. DR. MICARTON ANTÔNIO PEREIRA BARBOSA – OAB/CE 24.328.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
Juiz de Direito Titular: DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Diretor de Secretaria: CELSO LUÍS DE SOUSA GIRÃO NETO
Expediente em: 29 de janeiro de 2016

Processo Nº 4685-24.2013.8.06.0108/0. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA – CÍVEL. REQUERENTE: J. EDSON MATOSO RODRIGUES – ME (EDOSN AUTO PEÇAS). REQUERIDO: FRANCISCO XAVIER DE SENA. FICA(M) O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) INTIMADO(A)(S) DO(A) DESPACHO E/OU DECISÃO: CERTIFICO para os devidos fins que aprazei audiência de Instrução e Julgamento para o dia 14/03/2016 às 14h30 min. O referido é verdade. Dou fé. Jaguaruana-CE, 01/12/2015. Celso Luis de Sousa Girão Neto – Diretor de Secretaria. INT. DR. JOSÉ EDSON MATOSO RODRIGUES – OAB/CE 7869.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
Juiz de Direito Titular: DOMINGOS JOSÉ DA COSTA
Diretor de Secretaria: CELSO LUÍS DE SOUSA GIRÃO NETO
Expediente em: 29 de janeiro de 2016

Processo Nº 3391-97.2014.8.06.0108/0. AÇÃO DE INTERDIÇÃO – CÍVEL. REQUERENTE: LUCELINE DE ARAÚJO DE ANDRADE FÉLIX. INTERDITANDA: FERNANDA ANDRADE FÉLIX. FICA(M) O(A)(S) ADVOGADO(A)(S) INTIMADO(A)(S) DO(A) DESPACHO E/OU DECISÃO: CERTIFICO para os devidos fins que aprazei audiência de Interrogatório para o dia 14/03/2016 às 15h00 min. O referido é verdade. Dou fé. Jaguaruana-CE, 01/12/2015. Celso Luis de Sousa Girão Neto – Diretor de Secretaria. INT. DR. MAIKON WANDERSON MARQUES BARRETO – OAB/CE 28.239.

COMARCA DE JARDIM - VARA UNICA DA COMARCA DE JARDIM

Estado do Ceará - Poder Judiciário
Comarca de Jardim

Edital de Interdição
Prazo: (10 dias)

"Dar-se a gratuidade da justiça, conforme despacho do MM.º Juiz Substituto, Dr. Juraci de Souza Santos Junior, às fls. 32/34 dos autos.

O Meritíssimo Dr. Juraci de Sousa Santos Junior, Juiz Substituto, titular desta Comarca de Jardim, Estado do Ceará, por nomeação legal etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, tramita o processo nº 3473-91.2015.8.06.0109/0, Ação de interdição, requerida pelo Representante do Ministério Público em favor da idosa INTERDITADA OLINDINA MARIA SOARES, CPF nº 550.106.444-87, residente na Serra Jatobá, Jardim-CE, sendo que foi nomeado curador a interditada o Sr. Antono Rodrigues Soares, RG nº 2005029065609, residente na Serra Jatobá, Jardim-CE, conforme decisão deste Juízo às fls. 32/34 dos autos. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o MM.º Juiz expedir o presente Edital que deverá ser publicado no átrio deste Fórum por 30(trinta) dias e por 03(três) vezes com intervalo de 10(dez) dias, na forma do art. 1.184 do CPC, no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jardim, Estado do Ceará, aos 29 de janeiro de 2016. Eu, Roberto Leandro Ferreira, Téc. Judiciário, o digitei.

Juraci de Sousa Santos Junior
Juiz Substituto

Juiz(a) Titular : JURACI DE SOUZA SANTOS JUNIOR
Diretor(a) de Secretaria: ANA LUCIA ALVES COSTA
EXPEDIENTE nº 10/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/19120	1		/	1
CE/3171	2		CE/19948	2
CE/26351	2		CE/25547	2
/	2		CE/1870	3
CE/10952	3		/	3
CE/1870	4		CE/10952	4
/	4		CE/13330	5
/	5		CE/5993	6
/	6		CE/28038	7
CE/21840	7		/	7

1) 3277-29.2012.8.06.0109/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO ITAUCARD S/A REQUERIDO.: PEDRO PINHEIRO NETO. **"Pelo presente fica Vossa Senhoria intimada para proceder ao recolhimentos das custas de cumprimento, expedição e serviços de comunicação da Carta Precatória a ser remetida à Comarca de Juazeiro do Norte-CE, conforme informação de fls. 53 dos autos.".**- INT. DR(S). CLARISSA NUNES BOTELHO

2) 3361-64.2011.8.06.0109/0 - INVENTÁRIO REQUERENTE.: ANGELICA MARIA LEITE JORGE ESPÓLIO.: AZARIAS PEREIRA DOS REIS E LINDONORA LEITE PEREIRA REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS LEITE REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS LEITE PEREIRA REQUERENTE.: MARINALVA PEREIRA LEITE SAMPAIO. **"Pelo presente ficam Vossas Senhorias intimados para comparecerem a audiência de conciliação designada para o dia 31/03/2016 às 14:00 horas, a ser realizada no Fórum Local, rua Santo Antônio, s/n, Jardim-CE.".**- INT. DR(S). ANTONIO DAUDET GONDIM BARRETO , BERNARDO DE OLIVEIRA NETO , FRANCISCO THIAGO DA SILVA MENDES , SAMIA LUCIANO BARRETO

3) 3419-28.2015.8.06.0109/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: MARIA EVANILDA MIRANDA DE SA. **"Fica V. Sa. intimado para que no prazo de cinco dias recolha a fração que lhe cabe no pagamento das custas.".**- INT. DR(S). MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO , ROSEANY ARAUJO VIANA

4) 3513-73.2015.8.06.0109/0 - CAUTELAR INOMINADA REQUERIDO.: BANCO BRADESCO REQUERENTE.: MARIA EVANILDA MIRANDA DE SA. **"Fica V. Sa. intimado para que no prazo de cinco dias recolha a fração que lhe cabe no pagamento das custas.".**- INT. DR(S). MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO , ROSEANY ARAUJO VIANA

5) 3665-24.2015.8.06.0109/0 - Tombo: 462015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - SUMARIÍSSIMO IMPETRADO.: CLAUDIANO JOSÉ VITAL DA SILVA IMPETRANTE.: JOSE OZANAN COUTO CALLOU. **"Pelo presente fica Vossa Senhoria intimado do despacho de fls. 12 dos autos cuja parte dispositiva é a seguinte: Ante o exposto, intime-se o patrono do querelante para que adeque a renúncia manifestada às fls. 11 às exigências contidas no art. 50 do Código de Processo Penal, no prazo de 05(cinco) dias, da forma que melhor lhe aprouver.".**- INT. DR(S). FRANCISCO ELDO DE SOUZA

6) 4045-47.2015.8.06.0109/0 - PETIÇÃO REQUERENTE.: FRANCISCO ASSIS FERRER DOS SANTOS REQUERENTE.: NAIDE DE SOUZA SANTOS. **"Pelo presente fica Vossa Senhoria intimado do despacho de fls. 22, consistente e adequar a inicial quanto ao disposto no art. 1.120 do Código de Processo Civil, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da exordial.".**- INT. DR(S). JOSE PINTO QUEZADO NETO

7) 823-96.2000.8.06.0109/0 - Nº Antigo: 1999076000239 - ORDINÁRIA OUTRAS REQUERENTE.: MARIA PORFIRIO RAMALHO ."**Pelo presente ficam Vossas Senhorias intimados para comparecerem a audiência de conciliação designada para o dia 24/02/2016 às 13:00 horas, a ser realizada no Fórum Local, rua Santo Antônio, s/n, Jardim-CE."**- INT. DR(S). JADER ROCHA FILHO , NÉLCIA TURBANO DE SANTANA .

COMARCA DE JATI - VARA UNICA DA COMARCA DE JATI

Juiz(a) Substituto : ANA CAROLINA MONTENEGRO CAVALCANTI
Diretor(a) de Secretaria: IZABEL HAISA LEITE PEREIRA
EXPEDIENTE nº 12/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/3	1		/	1
CE/15037	2		/	2
CE/27669	3		CE/21681	3
CE/3	3		/	3

1) 1450-77.2012.8.06.0110/0 - AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERIDO.: MARIA VARELINALVA GOMES DE LUCENA. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA COMO ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS NO PRAZO LEGAL.".**- INT. DR(S). PROCURADOR PETRUCIO MUNIZ FERREIRA - OAB/CE 26455

2) 1566-78.2015.8.06.0110/0 - AÇÃO DE ALIMENTOS REPRESENTANTE.: FRANCISCA MARAIZA BANDEIRA VIDAL CRIANÇA/ADOLESCENTE.: GUSTAVO VIDAL SILVA. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA, COMO ADVOGADA DA PARTE REQUERENTE PARA, EM 10 (DEZ) DIAS, EMENDAR A INICIAL, ESPECIFICAMENTE PARA ATRIBUIR VALOR ESCORREITO À CAUSA, SOB PENA DE SEU INDEFERIMENTO.".**- INT. DR(S). RITA DE CÁSSIA NOGUEIRA LEITE UCHÔA

3) 167-29.2006.8.06.0110/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: CLAUDINE MARIA QUEIROZ COUTO, REPRESENTADA POR SEU GENITOR CLAUDIO ANTONIO VIDAL COUTO IMPETRADO.: SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JATI .**"FICAM VOSSAS SENHORIAS INTIMADAS COMO ADVOGADOS DAS PARTES DA DECISÃO DE FLS. 437/438 DOS AUTOS, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO, EM SÍNTESE: :"Assim, sem prejuízo da retomada do cumprimento, a partir de fevereiro de 2016, da obrigação nos moldes estabelecidos até o momento anterior a esta decisão (ou seja, de acordo com o pacto firmado às fls. 286-287 e com as decisões de fls. 345 e 364, verso), deverá, excepcionalmente, em janeiro/2016, inclusive para que este juízo apreenda diretamente elementos fáticos que integram os já ressaltados sucessivos impasses, haver ação de ambas as partes nos seguintes termos: 1) a Impetrante deverá informar nestes autos, com dez dias de antecedência, o dia em que irá protocolar pedido junto ao Município dos itens componentes do tratamento; 2) no dia do protocolamento, deverá este se dar diretamente pela impetrante ou por pessoa a quem documentalmente outorgue por instrumento idôneo poderes para tanto, em ambos os casos devendo o oficial de justiça desta comarca acompanhar o ato (de protocolamento, que deve se dar junto às pessoas indicadas às fls. 347) e certificar sobre sua ocorrência (ou não) e sobre o contexto em que se deu (agente da municipalidade recebedor ou responsávelpela recusa e, neste caso, as razões para tanto); 3) passadas 96 horas do protocolamento do requerimento, retornarão oficial de justiça e protocolante para coletarem o material; 4) tanto o ato de protocolamento quanto o de entrega do material estarão sujeitos à aferição da eventual ocorrência do crime de desobediência previsto no art. 26 da Lei do Mandado de segurança, que, em caso de configuração de flagrante, deverá ocasionar a prisão imediata de qualquer das pessoas indicadas às fls. 347 (Manoela Ferreira da Silva, Honória Soares Machado, Maria Naiara Ferreira Lucena e Francisca Gomes de Souza), desde que seja lguma delas a responsável pela desobediência; 5) a polícia militar deverá acompanhar o oficial de justiça em ambos os casos para eventual materialização da prisão a que se refere o item anterior..."(A) JURACI DE SOUZA SANTOS JÚNIOR - JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO."**- INT. DR(S). JAELCIO PEREIRA VIDAL , JOBSON SANTANA CARDOZO , PROCURADOR RITA DE CASSIA NOGUEIRA LEITE .

COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA - VARA UNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA

EXPEDIENTE ELETRÔNICO Nº 05/2016

922-35.2015.8.06.0111/0 (5651/2015)- RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS- REQUERENTE: AGOSTINHO RODRIGUES DE CARVALHO. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 25/25-v, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido de restituição de coisa apreendida, qual seja, do veículo MARCA MODELO YAMAHA/FACTOR YBR125K PLACA NQO3022, COR VERMELHA, ANO FAB 2008 MODELO 2009, CHASSI 9C6KE122090020100, com esteio no art. 120, *caput, do* CPP, já que o bem não mais interessa a persecução penal. (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr. José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DRA.(S) MARIA DO LIVRAMENTO ALVES DOS SANTOS OLIVEIRA-OAB/CE nº 12.087.

601-97.2015.8.06.0111/0 (2221/2015)- TCO- AUTOR (ES) DO FATO: MARIA ROSINEUDA DE SOUSA FERREIRA e JOSÉ MAGNO MARQUES DE SOUSA. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 36, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade de MARIA ROSINEUDA DE SOUSA FERREIRA e JOSÉ MAGNO MARQUES DE SOUSA, em razão do cumprimento da pena transacionada. (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr. José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DRA.(S) GRAÇA NIKAELLE BALBINO FERREIRA COSTA-OAB/CE nº 25.799.

218-22.2015.8.06.0111/0 (2157/2015)- TCO- AUTOR (ES) DO FATO: ANTÔNIO OTACÍLIO DE SOUZA. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 29, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade de ANTÔNIO OTACÍLIO DE SOUZA, em razão do cumprimento da pena transacionada. (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr. José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DR.(S) EMANOEL NASARENO MENEZES COSTA-OAB/CE nº 22.394.

294-46.2015.8.06.0111/0 (2160/2015)- TCO- AUTOR (ES) DO FATO: EVAIR SANTOS DA SILVA. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 33, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade de EVAIR SANTOS DA SILVA, em razão do cumprimento da pena transacionada. (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr. José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DRA. (S)GRAÇA NIKAELLE BALBINO FERREIRA COSTA-OAB/CE nº 25.799.

568-49.2011.8.06.0111/0 (1151/2011)- TCO- AUTOR (ES) DO FATO: DOMINGOS TEIXEIRA DE FREITAS. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 34/34-v, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 107, IV, do CP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de MANOEL OLIVARDO TEIXEIRA em relação aos crimes previstos nos arts. 140 e 147, do CPB (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr. José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DRA.(S)RONÍZIA ÁUREA DE VASCONCELOS-OAB/CE nº 24.162.

205-62.2011.8.06.0111/0 (3677/2012)- AÇÃO PENAL- RÉU: JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 47/47-v, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 107, IV, do CP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA em relação aos crimes previstos nos arts. 147 do CPB c/c arts. 5º, III e 7º, II, ambos da lei nº 11.340/06 (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr.

José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DR.(S)MATEUS LIMA LOUZADA-OAB/CE nº 17.782.

358-61.2012.8.06.0111/0 (2060/2008)- AÇÃO PENAL- RÉU: ALEXANDRE ROLIM RIBEIRO. Fica(m) o (a/s) advogado (a/s) mencionado(a)(s) intimado (a/s) da sentença de fls. 128/129, a seguir transcrita: "(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 107, IV, do CP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ALEXANDRE ROLIM RIBEIRO em relação ao delito previsto no art. 306, da lei nº 9503/97 (...)". Jijoca de Jericoacoara, 29 de janeiro de 2016. Dr. José Arnaldo dos Santos Soares - Juiz de Direito, Auxiliar da 7ª ZJ, Respondendo - INT. DRS.(S) CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA-OAB/CE nº 5.207; INT. DRS.(S) ADRIANO PESSOA BEZERRA DE MENEZES-OAB/CE nº 16.755; INT. DRS.(S) ANA THEREZA GRAÇA MARCELO PINTO-OAB/CE nº 19.246; INT. DRS.(S) FRANCISCO ERIONALDO CRUZ-OAB/CE nº 15.205.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Juiz(a) Titular : JOSE ACELINO JACOME CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: FABRICIO ANDRADE BRITO
EXPEDIENTE nº 03/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/27136	1		CE/27135	1
CE/31096	1		/	1
SC/8927	2		CE/27126	2
SC/33416	2		/	2
CE/3	3		/	3
CE/27609	4		CE/18682	4
/	4			

1) 107787-79.2015.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA SEVERINA DO NASCIMENTO. **"FICAM INTIMADAS AS ADVOGADAS DA PARTE REQUERENTE DE TODO CONTEÚDO DO DESPACHO DE FLS.128V. A SEGUIR TRANSCRITO: "INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA COMPROVAR O ENDEREÇO DA PROMOVENTE, DIANTE DA DISCREPÂNCIA QUANTO AO NÚMERO E DO NOME NO QUAL CONSTA O NOME DO CONSUMIDOR DA ENERGIA ELÉTRICA.""**.- INT. DR(S). AGNES MACEDO FREIE , GEITA NAYANE SANTANA CIRILO , TATIANA MARIA VIDAL PARENTE

2) 30774-43.2011.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL 1 REQUERIDO.: JOAO LANDIM CRUZ. **"FICAM INTIMADOS OS ADVOGADOS DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO DE FLS.93V. A SEGUIR TRANSCRITO: "A REQUERIMENTO DA PARTE AUTORA, SUSPENDO O FEITO PELO PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS. OFICIE-SE, CONFORME REQUERIDO, PARA COMUNICAR DA SUSPENSÃO DO PROCESSO, BEM COMO PARA O CANCELAMENTO DAS RESTRIÇÕES DE QUE TRATAM O DESPACHO DE FLS.31. DECORRIDO O PRAZO DA SUSPENSÃO DO PROCESSO, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA PROMOVER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS AO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.""**.- INT. DR(S). GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI , MARIANA DE ALMEIDA LAERT LAGO , RODRIGO FRASSETTO GOES

3) 34111-40.2011.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ALEXSANDRO SANTOS MORAIS BORGES REQUERIDO.: MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE (PREFEITURA MUNICIPAL). **"FICA INTIMADO O PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE DO DESPACHO DE FLS.33/33V. PARA, NO PRAZO DE DEZ (10) DIAS, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE AINDA PRETENDA PRODUZIR, UMA VEZ QUE FOI ANUNCIADO O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.".**- INT. DR(S). PROCURADOR JOÃO VICTOR DE ALENCAR GRANGEIRO

4) 53146-78.2014.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA REQUERIDO.: CHIRLEY GONÇALVES DE SOUZA .**"FICAM INTIMADOS OS ADVOGADOS DAS PARTES REQUERENTE E REQUERIDA DO DESPACHO DE FLS.38/39 CUJO TEOR FINAL SEGUE TRANSCRITO: "ISTO POSTO, HEI POR BEM CONCEDER À DEVEDORA O BENEFÍCIO DE PURGAR A MORA, DEVENDO, POIS, ADIMPLIR AS PRESTAÇÕES EM ATRASO, COMPREENDENDO AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ATÉ A PROPOSITURA DA AÇÃO E AS QUE SE VENCERAM NO DEAMBULAR DO PROCESSO, DEVENDO DEPOSITAR OS VALORES DAS PARCELAS EM ATRASO COM OS ACRÉSCIMOS DOS JUROS DE MORA E MULTA ESTABELECIDOS NO CONTRATO (VIDE CLÁUSULA 6 DO CONTRATO DE CONSÓRCIO). A PURGAÇÃO DA MORA PODERÁ SER FEITA MEDIANTE DEPÓSITO JUDICIAL, NA CONTA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA CONTA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS DA TITULARIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, COMPREENDENDO NÃO SOMENTE O VALOR DE R$1.898,46 (HUM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS), COMO TAMBÉM DOS JUROS DE MORA, MULTA ESTABELECIDOS NO CONTRATO DE CONSÓRCIO (CLÁUSULA 6 DO CONTRATO), COMO TAMBÉM DO VALOR DAS CUSTAS PROCESSUAIS JÁ RECOLHIDAS, E DAS PARCELAS EM ATRASO, QUE SE VENCERAM APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO, COM OS ACRÉSCIMOS DOS JUROS DE MORA E MULTA, CONFORME PACTUADO PELAS PARTES. DESDE QUE PURGADA A MORA, CONFORME JÁ EXPLICITADO ACIMA, FICA DE LOGO DETERMINADA A RESTITUIÇÃO, NO PRAZO DE VINTE E QUATRO HORAS, EM FAVOR DA PARTE PROMOVIDA - CHIRLEY GONÇALVES DE SOUZA, INSCRITA NO CPF, SOB O Nº 971.666.933-04, DO VEÍCULO AUTOMOTOR: MOTOCICLETA DA MARCA HONDA, MODELO CG 150 FAN ESI, ANO/MODELO 2012, DE PLACA OIJ 7293, DE COR VERMELHA, CHASSI 9C2KC1670CR639100. EMBORA A MORA VENHA A SER PURGADA, NÃO SE DESCARTA A POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR QUE, JUSTIFICADAMENTE, DEVA SER PAGO À FIDUCIÁRIA PROMOVENTE, A SER COMPUTADO COM RETIDÃO, COM OBSERVÂNCIA DAS PRESCRIÇÕES LEGAIS. COLOCADAS EM DIA AS PRESTAÇÕES EM ATRASO, CONSIDERAR-SE-Á REVOGADA A DECISÃO EM SEDE DE**

TUTELA ANTECIPADA QUE DECRETOU A BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO AUTOMOTOR DESCRITO, REVOGANDO-SE, AINDA, O DESPACHO QUE NOMEOU DEPOSITÁRIO FIEL NA PESSOA DE JOÃO FREIRE TEIXEIRA, RESTITUINDO-SE A POSSE DO BEM À FIEL DEPOSITÁRIA LEGALMENTE INSTITUÍDA EM DECORRÊNCIA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CHYRLEY GONÇALVES DE SOUZA.""- INT. DR(S). NAYANE GONÇALVES DOS SANTOS DUARTE , NELSON PASCHOALOTTO .

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL
LUÍS SÁVIO DE AZEVEDO BRINGEL
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA- ISENÇÃO DE CUSTAS

O Dr. LUÍS SÁVIO DE AZEVEDO BRINGEL, MM. Juiz de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível desta Comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc... Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo se processam os autos de uma Ação de ADOÇÃO, processo n.º 105458-94.2015.8.06.0112/0, ajuizada por ANTONIO ROMERO SIQUEIRA DODOU e ANA ELIZABETH SAMPAIO LEITE SIQUEIRA; em relação à infante MARIA GABRIELLA GOMES DA SILVA, nascida aos 03/09/2014, filha de Maria Ivoneide Gomes da Silva. E como a **MÃE BIOLÓGICA** encontra-se em lugar incerto e não sabido, determinou o MM. Juiz a expedição do presente com o fito de CITAR **MARIA IVONEIDE GOMES DA SILVA**, acerca do teor da presente ação e de todos os seus termos e atos, para, querendo, no **prazo de dez (10) dias,** oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos, sob pena de revelia (art. 320,II, do C.P.C c/c art. 158 da Lei 8.069/90). **Dá-se a gratuidade da justiça, conforme despacho do MM Juiz de Direito, às f. 80.** E para que chegue ao conhecimento do mesmo, a fim de que posteriormente não se alegue desconhecimento ou ignorância, vai o presente afixado no Átrio deste Fórum e publicado no Diário da Justiça. ***CUMPRA-SE***. Dado e passado nesta cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 29 de janeiro de 2016. Eu, Luciana Félix Teixeira, Analista Judiciária, respondendo p/ Diretor de Secretaria, digitei e subscrevi.

LUÍS SÁVIO DE AZEVEDO BRINGEL
Juiz de Direito

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Juiz(a) Titular : LUIS SAVIO DE AZEVEDO BRINGEL
Diretor(a) de Secretaria: SAMUEL PINHEIRO DE LUCENA MORAIS
EXPEDIENTE nº 12/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20569	1		CE/16171	1
/	1		CE/23649	2
CE/18556	2		CE/19328	2
CE/14694	2		/	2
CE/3171	3		CE/26351	3
CE/31859	3		/	3
SP/84206	4		/	4
CE/20511	5		CE/16018	5
SP/84206	5		/	5
CE/23649	6		CE/29030	6
CE/23731	6		/	6
CE/4448	7		CE/18095	7
CE/10422	7		/	7
SP/231747	8		/	8
CE/20565	9		CE/18682	9
SP/108911	9		/	9
PE/9259	10		CE/20837	10
/	10		PE/16983	11
CE/24600	11		CE/22660	11
/	11		CE/15067	12
CE/21974	12		CE/15474	12
CE/18172	12		CE/28711	12
CE/19230	12		/	12

1) 33767-88.2013.8.06.0112/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA ALVES DE SOUZA REQUERENTE.: JOAO BATISTA MOREIRA. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA PARA DEPOSITAR O ROL TESTEMUNHAL, EM 10 (DEZ) DIAS, TUDO EM CONFORMIDADE COM O DESPACHO DE FL. 75-V, A SEGUIR TRANSCRITO:**

"R.h. Designe a Secretaria audiência de instrução e julgamento para fins de colheita de prova oral acerca da efetiva posse "ad usucapionem" pelos requerentes e do tempo em que (..) mantêm a posse alegada. Intime-se a parte autora para depositar o rol testemunhal em 10 dias. Expedientes necessários. J. do Norte, 25/01/16. (a) David Fortuna da Mata - Juiz de Direito."".- INT. DR(S). CINTIA VIEIRA PEREIRA , MATEUS PEREIRA DO NASCIMENTO

2) 37485-64.2011.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. **" FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 51, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos etc. ... Diante do exposto, evidenciada inércia da parte autora, que não manifestou interesse no prosseguimento do presente feito, decreto a extinção do processo em epígrafe, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, III, do Código de Processo Civil. Custas, já recolhidas. P.R.I. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE. Juazeiro do Norte, 21 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016)".".**- INT. DR(S). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES , GUILHERME MARINHO SOARES , MARIA ISABEL AGUIAR PESSOA DE BARROS , TEREZA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO

3) 39885-17.2012.8.06.0112/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA JANET PAULO DOS SANTOS. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, ATENDER AO DESPACHO DE FL. 81, A SEGUIR TRANSCRITO: "Recebido hoje, Considerando o teor do parecer do Órgão do Ministério Público de fls. 64/66, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, coligir aos presentes autos termo de anuência ao ajuizamento da presente ação, expedido pelos herdeiros da falecida Francisca Maria da Conceição ou em caso negativo, requerer a citação dos mesmos. Expedientes necessários, urgente. Juazeiro do Norte, 25 de janeiro de 2016. (a) David Fortuna da Mata - Juiz de Direito - respondendo (Portaria TJCE 55/2016).""**.- INT. DR(S). ANTONIO DAUDET GONDIM BARRETO , FRANCISCO THIAGO DA SILVA MENDES , LUAN VICTOR DE SOUZA LUNA

4) 42463-16.2013.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. **"FICA PARTE AUTORA, POR SUA ADVOGADA, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 51, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... Face ao exposto, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, julgo extinta a ação sem resolução de mérito. Custas já recolhidas às fls. 05. Sem condenação em honorários. Fica a(o) promovente desde logo autorizado a desentranhar possíveis documentos por ele acostados, substituindo-os por cópia nos autos. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) Luciano Nunes Maia Freire - Juiz de Direito.""**.- INT. DR(S). MARIA LUCILIA GOMES

5) 42656-31.2013.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. **" FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FLS. 55/56, PARTE FINAL A SEGUIR TRANSCRITA: "Rec. hoje. Vistos etc. ... A presente ação, nos termos do Decreto-lei 911/69 c/c a Lei 10.931/04, se constitui de processo autônomo e independente. Efetuada a apreensão do veículo descrito na inicial, procedida a citação do devedor, não houve contestação e purgação da mora, pelo que hei por bem julgar procedente a ação para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva em poder do proprietário fiduciário - CONSÓRCIO NACIONAL HONDA S.A - do seguinte veículo automotor MARCA/MODELO HONDA POP 100, cor preta, ano/modelo 2011/2011, placa OII 0414, chassi 9C2H0210CR432270, ficando, pois, rescindido o contrato de alienação fiduciária, devendo ser oficiado ao DETRAN para a exclusão da anotação "com alienação fiduciária" no documento de propriedade do veículo, bem como proceda ao desbloqueio do aludido veículo, caso imposto por decisão judicial, porquanto faculta-se ao credor fiduciário o direito de alienar extrajudicialmente o veículo descrito, restituindo-se ao devedor fiduciante o remanescente do crédito do autor, porventura existente. Imponho ao promovido o pagamento das verbas sucumbenciais, relativas às custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Expedientes necessários. Certifique-se "oportuno tempore", o trânsito em julgado desta decisão e, empós, arquivem-se estes autos, procedendo-se, inclusive, as anotações e baixas nos livros de protocolamento e tombamento de feitos desta Comarca. P.R.I. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016)".".**- INT. DR(S). JOAO CARVALHO QUIXADA NETO , MARIA LUCILIA GOMES , MARIA LUCILIA GOMES

6) 4461-16.2009.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BANCO ITAUCARD S/A. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 145, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos etc. ... Diante do exposto, evidenciada inércia da parte autora, que não manifestou interesse no prosseguimento do presente feito, decreto a extinção do processo em epígrafe, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, III, do Código de Processo Civil. Custas, já recolhidas. P.R.I. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE. Juazeiro do Norte, 20 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016)".".**- INT. DR(S). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES , LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO , ROSA DOMICÍLIA MOREIRA ARAGÃO LIMA

7) 46003-72.2013.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FLS. 41/42, PARTE FINAL A SEGUIR TRANSCRITA: "Rec. hoje. Vistos etc. ... A presente ação, nos termos do Decreto-lei 911/69 c/c a Lei 10.931/04, se constitui de processo autônomo e independente. Efetuada a apreensão do veículo descrito na inicial, procedida a citação do devedor, não houve contestação e purgação da mora, pelo que hei por bem julgar procedente a ação para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva em poder do proprietário fiduciário - CONSÓRCIO NACIONAL HONDA S.A - do seguinte veículo automotor MARCA/MODELO HONDA POP 100, cor preta, ano/modelo 2013/2013, placa OSU 8571, chassi 9C2HB0210DR401585, ficando, pois, rescindido o contrato de alienação fiduciária, devendo ser oficiado ao DETRAN para a exclusão da anotação "com alienação fiduciária" no documento de propriedade do veículo, bem como proceda ao desbloqueio do aludido veículo, caso imposto por decisão judicial, porquanto faculta-se ao credor fiduciário o direito de alienar extrajudicialmente o veículo descrito, restituindo-se ao devedor fiduciante o remanescente do crédito do autor, porventura existente. Imponho ao promovido o pagamento das verbas sucumbenciais, relativas às custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Expedientes necessários. Certifique-se "oportuno tempore", o trânsito em julgado desta decisão**

e, empós, arquivem-se estes autos, procedendo-se, inclusive, as anotações e baixas nos livros de protocolamento e tombamento de feitos desta Comarca. P.R.I. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016)".".- INT. DR(S). EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA , GUSTAVO DE SOUSA LOPES , HIRAN LEAO DUARTE

8) 46836-90.2013.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA.. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 51/52, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Rec. hoje. Vistos etc. ... A presente ação, nos termos do Decreto-lei 911/69 c/c a Lei 10.931/04, se constitui de processo autônomo e independente. Efetuada a apreensão do veículo descrito na inicial, procedida a citação do devedor, não houve contestação e purgação da mora, pelo que hei por bem julgar procedente a ação para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva em poder do proprietário fiduciário - CONSÓRCIO NACIONAL HONDA S.A - do seguinte veículo automotor MARCA/MODELO HONDA CG 150, cor amarela, ano/modelo 2012/2013, placa ORY 1713, chassi 9C2KC1650DR301441, ficando, pois, rescindido o contrato de alienação fiduciária, devendo ser oficiado ao DETRAN para a exclusão da anotação "com alienação fiduciária" no documento de propriedade do veículo, bem como proceda ao desbloqueio do aludido veículo, caso imposto por decisão judicial, porquanto faculta-se ao credor fiduciário o direito de alienar extrajudicialmente o veículo descrito, restituindo-se ao devedor fiduciante o remanescente do crédito do autor, porventura existente. Imponho ao promovido o pagamento das verbas sucumbenciais, relativas às custas processuais e honorários advocatícios, estes à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Expedientes necessários. Certifique-se "oportuno tempore", o trânsito em julgado desta decisão e, empós, arquivem-se estes autos, procedendo-se, inclusive, as anotações e baixas nos livros de protocolamento e tombamento de feitos desta Comarca. P.R.I. Juazeiro do Norte-CE, 20 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016)".".**- INT. DR(S). EDEMILSON KOJI MOTODA

9) 49735-27.2014.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 32, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... Face ao exposto, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, julgo extinta a ação sem resolução de mérito. Custas já recolhidas às fls. 19/20. Sem condenação em honorários. Fica a(o) promovente desde logo autorizado a desentranhar possíveis documentos por ele acostados, substituindo-os por cópia nos autos. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) Luciano Nunes Maia Freire - Juiz de Direito.""**.- INT. DR(S). ALINE SILVA LEMOS , NELSON PASCHOALOTTO , NELSON PASCHOALOTTO

10) 56498-44.2014.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO VOLKSWAGEN S.A.. **"FICA PARTE AUTORA, POR SUA ADVOGADA, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 35, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos etc. ... Diante do exposto, evidenciada inércia da parte autora, que não manifestou interesse no prosseguimento do presente feito, decreto a extinção do processo em epígrafe, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, § 1º, do Código de Processo Civil. Custas, já recolhidas. P.R.I. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE. Juazeiro do Norte, 20 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016)".".**- INT. DR(S). ALDENIRA GOMES DINIZ , ALDENIRA GOMES DINIZ

11) 57057-98.2014.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSE DA CRUZ FILHO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. **" FICAM AS PARTES, POR SEUS ADVOGDOS, INTIMADAS DA SENTENÇA DE FL. 74, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "... Por conseguinte, homologo, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado pelas partes, através da avença consubstanciada no termo de fls. 67/68, pelo que ordeno que se cumpra tudo como nele se contém e declara, ex vi do art. 269, inciso III, do CPC. Deferida a gratuidade judiciária. Honorários advocatícios pelas partes. P.R.I. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE. Juazeiro do Norte, 21 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE - 07/2016).""**.- INT. DR(S). ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA , MARCONDES YURI DE SOUSA DAMASCENO , MILTON CORREIA DE ALMEIDA

12) 98689-70.2015.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A REQUERIDO.: FRANCISCA FRANCA DA SILVA FILHA ."**FICAM AS PARTES, POR SEUS ADVOGDOS, INTIMADAS DA SENTENÇA DE FL. 47, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "... Por conseguinte, homologo, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado pelas partes, através da avença consubstanciada no termo de fls. 44/45, pelo que ordeno que se cumpra tudo como nele se contém e declara, ex vi do art. 269, inciso III, do CPC. Custas, já recolhidas. Honorários advocatícios pelas partes. P.R.I. Transitada em julgado, ARQUIVE-SE. Juazeiro do Norte, 21 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE- 07/2016).""**- INT. DR(S). EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA , FERNANDO LUZ PEREIRA , MOISES BATISTA DE SOUZA , RENATO ALBUQUERQUE SOARES , THIAGO ARAUJO DE PAIVA DANTAS , TIBERIO ALMEIDA PERES .

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL
DAVID FORTUNA DA MATA
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA

O Dr. David Fortuna da Mata, MM. Juiz de Direito Respondendo pela ª Vara Cível desta Comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará no uso de suas atribuições legais, etc... Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juzo se processam os autos de uma ação de Usucapião, **processo nº 48934-14.2014.8.06.0112/0,** ajuizada por **FRANCISCA EVELYNE VIVIANE RAMALHO FARIAS.** na conformidade com despacho judicial encartado nos autos, determinou o MM. Juiz a expedição do presente com o fito de **CITAR JOSÉ HÉLIO RIBEIRO LIMA, O QUAL** se encontra

em lugar incerto e não sabido, acerca do inteiro teor da presente ação e de todos os seus termos e atos, para, querendo, contestar a ação dentro do prazo de **quinze (15) dias**, sob pena de revelia, caso em que, no que aplicável, os fatos alegados na inicial e não contestados, poderão ser tidos como verdadeiros por este Juízo, tudo em conformidade com art. 942 do CPC. E para que chegue ao conhecimento do mesmo, a fim de que posteriormente no se alegue desconhecimento ou ignorância, vai o presente afixado no átrio deste Fórum e publicado no Diário da Justiça. **Dá-se a gratuidade da justiça, conforme despacho do MM Juiz de Direito às fl. 35. *CUMPRA-SE***. Dado e passado nesta cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 19 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Noêmia Coelho Noronha, Analista Judiciária, digitei, e eu, Samuel Pinheiro de Lucena Morais, Diretor de Secretaria, subscrevo.

DAVID FORTUNA DA MATA
Juiz de Direito/Respondendo
Portaria 55/2016 TJCE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL
DR. DAVID FORTUNA DA MATA
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA

O Dr. David Fortuna da Mata, MM. Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível desta Comarca de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará no uso de suas atribuições legais, etc... Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo se processam os autos de uma ação de Usucapião, processo nº 48934-14.2014.8.06.0112/0, ajuizada por FRANCISCA EVELYNE VIVIANE RAMALHO FARIAS em relação ao imóvel: AO LESTE, (FRENTE) ONDE MEDE 20,00M (VINTE METROS) COM O LEITO DA RUA TRINTA E UM DE MARÇO; AO OESTE (FUNDOS) ONDE MEDE 20,00M (VINTE METROS), COM OS LOTES “11” E “12” DA MESMA QUADRA, QUE DE ACORDO COM AS CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS , 2º E 5º OFÍCIO À 37 ANOS NÃO HÁ REGISTRO DESSE IMÓVEL; AO NORTE, ONDE MEDE 31,00 (TRINTA E UM METROS) COM O LOTE “19”, PERTENCENTE AO SENHOR CÍCERO LIMA DE ALMEIDA E COM OS LOTES “20” E “21” DA MESMA QUADRA, QUE DE ACORDO COM AS CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS 2º E 5º OFÍCIO À 37 ANOS NÃO HÁ REGISTRO DESSE IMÓVEL; E AO SUL, ONDE MEDE 31,00M (TRINTA E UM METROS) COM O LOTE “16” DA MESMA QUADRA, PERTENCENTE AO SENHOR JOSÉ HÉLIO RIBEIRO LIMA. na conformidade com despacho judicial encartado nos autos, determinou o MM. Juiz a expedição do presente com o fito de CITAR OS RÉUS E EVENTUAIS INTERESSADOS, OS QUAIS se encontram em lugar incerto e não sabido, acerca do inteiro teor da presente ação e de todos os seus termos e atos, para, querendo, contestarem a ação dentro do prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia, confissão e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial pela parte autora, tudo em conformidade com art. 942 do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos mesmos, a fim de que posteriormente no se alegue desconhecimento ou ignorância, vai o presente afixado no átrio deste Fórum e publicado no Diário da Justiça. Dá-se a gratuidade da justiça, conforme despacho do MM Juiz de Direito às fl. 35. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 19 dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Ana Noêmia Coelho Noronha, Analista Judiciária, digitei, e eu, Samuel Pinheiro de Lucena Morais, Diretor de Secretaria, subscrevo.

DAVID FORTUNA DA MATA
Juiz de Direito/Respondendo
Portaria 55/2016 TJCE

Juiz(a) Titular : LUIS SAVIO DE AZEVEDO BRINGEL
Diretor(a) de Secretaria: SAMUEL PINHEIRO DE LUCENA MORAIS
EXPEDIENTE nº 13/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/21658	1		/	1
CE/11784	2		CE/16696	2
/	2		CE/23649	3
CE/18556	3		PR/47710	3
CE/19328	3		CE/14694	3
/	3		CE/8905	4
/	4		CE/19348	5
CE/16629	5		/	5
CE/20569	6		CE/27427	6
/	6		CE/20569	7
CE/27427	7		/	7
CE/17972	8		CE/21673	8
CE/23426	8		/	8
CE/15067	9		CE/18556	9
SP/149225	9		CE/14694	9
CE/19232	9		/	9
CE/23649	10		CE/18556	10
PR/47710	10		CE/14694	10
/	10		CE/13584	11

CE/12875	11		/	11

1) 31961-23.2010.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: BETIZA MARIA TARGINO DE ARAUJO REQUERENTE.: JOAO TARGINO DE ARAUJO. REQUERENTE.: JOSE AUGUSTO DE ARAUJO NETO REQUERENTE.: MARTILIA TARGINO DE ARAUJO. **"FICAM AUTORES, POR SEU ADVOGADO, INTIMADOS DA SENTENÇA DE FLS. 94/96, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "... Dessa forma, em que pese a seriedade da enfermidade que acometeu a autora, não havendo comprovação de sua vulnerabilidade e hipossuficiência, de modo a necessitar urgentemente do custeio de suas passagens aéreas e hospedagens por parte do Poder Público, sob pena de inviabilizar seu tratamento médico, tenho que não há como prosperar sua pretensão deduzida na inicial em ver ressarcidos os gastos efetuados com passagens aéreas e hospedagens. Entender de modo diverso significaria inviabilizar a realização de políticas públicas por todo o Poder Público estatal, na medida em que após a Constituição de 1988, diversas obrigações surgiram para o aparelho estatal, não podendo ser custeados transportes aéreos indistintamente a todos os cidadãos, salvo se comprovada a indispensabilidade de referido transporte e urgência do mesmo, além de que a parte interessada não possui condições de arcar com tais despesas. Face ao exposto, não estando provada a hipossuficiência da demandante, JULGO IMPROCEDENTE o pedido exordial. Sem custas, dada a assistência judiciária gratuita concedida. P.R.I. Juazeiro do Norte, 20 de janeiro de 2016. (a) DANIEL CARVALHO CARNEIRO - JUIZ DE DIREITO AUXILIAR.""**.- INT. DR(S). PAULO FRANCISCO DE ANDRADE JUNIOR

2) 342-12.2009.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: VICENTE DAMASCENO. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FLS. 204/207, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "... Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, determinado ao INSS que conceda o benefício de aposentadoria por invalidez à parte requerente a partir de sua citação. A concessão do benefício ora requerido a parte da citação deve-se ao fato de que inexistem nos autos qualquer informação no sentido de que a parte requerente já tenha postulado anteriormente idêntico benefício no âmbito administrativo. Dessa forma, a primeira vez em que foi postulado pelo requerente a aposentadoria por invalidez deu-se com o ajuizamento da presente ação, não sendo possível cominar ao INSS a concessão do benefício pretendido desde o requerimento administrativo anteriormente apresentado pela demandante, uma vez que neste se foi requerido benefício previdenciário diverso ao ora requerido na presente ação. As quantias referentes à condenação deverão ser monetariamente atualizadas combase no Manual de Cálculos do Conselho da Justiça Federal desde o momento em que deveriam ser pagas, bem como deverão ainda incidir os juros legais a partir da citação, os quais corresponderão a 1% ao mês, nos termos do art.406 do Código Civil. Condeno ainda o INSS no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 15% do valor da condenação. P.R.I. Juazeiro do Norte, 21 de janeiro de 2016. (a) DANIEL CARVALHO CARNEIRO - JUIZ DE DIREITO AUXILIAR".".**- INT. DR(S). REGINALDO GONCALVES DE MACEDO , YANNA PAULA LUNA ESMERALDO

3) 34641-10.2012.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENNTO . **" FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 82, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... Face ao exposto, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, julgo extinta a ação sem resolução de mérito. Custas já recolhidas às fls. 28. Sem condenação em honorários. Fica a(o) promovente desde logo autorizado a desentranhar possíveis documentos por ele acostados, substituindo-os por cópia nos autos. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) Edison Ponte Bandeira de Melo - Juiz de Direito.""**.- INT. DR(S). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES , GUILHERME MARINHO SOARES , LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO , MARIA ISABEL AGUIAR PESSOA DE BARROS , TEREZA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO

4) 37524-27.2012.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: RODRIGO CAVALCANTE TEIXEIRA ME. **"FICA PARTE PROMOVIDA, ORA EXECUTADA, POR SEU ADVOGADO, INTIMADA PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA QUANTIA DE R$ 29.740,16 (VINTE E NOVE MIL SETECENTOS E QUARENTA REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS), REFERENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONSTANTES DO ACORDO CELEBRADO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE MULTA NO IMPORTE DE 10% SOBRE TAL VALOR, TUDO EM COFORMIDADE COM A DECISÃO DE FLS. 92/93, PARTE FINAL, LETRA "B", A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... Ante o exposto, recebo os presentes Embargos Declaratórios, com fundamento no art. 535, II, do CPC, e no mérito julgo-os PROCEDENTES para o fim de suprir a omissão apontada e determinar: (...) b) a intimação do executado para pagamento da quantia de R$ 29.740,16 referente aos honorários advocatícios constantes do acordo celebrado, no prazo de 15 dias, sob pena de multa no importe de 10% sobre tal valor. Intimem-se. Juazeiro do Norte, 25 de janeiro de 2016. (a) DAVID FORTUNA DA MATA - Juiz de Direito respondendo".".**- INT. DR(S). RONALDO CESAR BENEVIDES TEIXEIRA

5) 37898-77.2011.8.06.0112/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA IONE DE SOUSA ROCHA. **"FICAM AS AUTORAS, MARIA IONE DE SOUSA ROCHA, IRACEMA DE SOUSA ROCHA, FRANCISCA DE SOUSA ROCHA MOURA, MARIA IANDÊ DE SOUSA ROCHA e MARIA ROSELI DE FIGUEIREDO VANDERLEI, ATRAVÉS DE SEUS ADVOGADOS, INTIMADAS DA SENTENÇA DE FLS. 106/108, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... DIANTE DO EXPOSTO, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIO para declarar o DOMÍNIO do imóvel localizado na RUA DA MATRIZ, 248, BAIRRO CENTRO, JUAZEIRO DO NORTE/CE, com limites e confrontações especificados na planta e memorial descritivo de fls. 21/24 e que passam a fazer parte integrante desta decisão com selo de autenticidade deste Juízo, em favor de MARIA IONE DE SOUSA ROCHA, IRACEMA DE SOUSA ROCHA, FRANCISCA DE SOUSA ROCHA MOURA, MARIA IANDÊ DE SOUSA ROCHA e MARIA ROSELI DE FIGUEIREDO VANDERLEI, o que faço, por sentença, na conformidade do art. 1.238, do CCB, combinado com art. 945, do CPCB. Custas processuais, já recolhidas. P.R.I. Transitada em julgado, expeça-se MANDADO DE REGISTRO, remetendo-o, em seguida, ao competente CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS desta Comarca, a fim de que proceda, sem prejuízo de observância às demais imposições legais referentes à espécie, a matrícula e registro do imóvel usucapiendo, expediente que deve ser instruído com cópia desta sentença, planta e memorial descritivo. Expedientes necessários. JUAZEIRO DO NORTE/CE, 25 de janeiro de 2016. (a) David Fortuna da Mata - Juiz de Direito - respondendo. (Portaria TJCE 55/2016).""**.- INT. DR(S). MARIANA PEDROSA GURGEL , PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA

6) 38708-18.2012.8.06.0112/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: EUGENIO GONÇALVES PINHEIRO. **"FICA PARTE AUTORA, ATRAVÉS DE SUAS ADVOGADAS, INTIMADAS DA SENTENÇA DE FLS. 78/80, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... DIANTE DO EXPOSTO, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIO para declarar o DOMÍNIO do imóvel localizado na RUA AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA, Nº860, BAIRRO NOVO JUAZEIRO, JUAZEIRO DO NORTE/CE, com limites e confrontações especificados na planta e memorial descritivo de fls. 12/13 e que passam a fazer parte integrante desta decisão com selo de autenticidade deste Juízo, em favor de EUGENIO GONÇALVES PINHEIRO, o que faço, por sentença, na conformidade do art. 1.238, do CCB, combinado com art. 945, do CPCB. Custas processuais, já recolhidas. P.R.I. Transitada em julgado, expeça-se MANDADO DE REGISTRO, remetendo-o, em seguida, ao competente CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS desta Comarca, a fim de que proceda, sem prejuízo de observância às demais imposições legais referentes à espécie, a matrícula e registro do imóvel usucapiendo, expediente que deve ser instruído com cópia desta sentença, planta e memorial descritivo. Expedientes necessários. JUAZEIRO DO NORTE/CE, 27 de janeiro de 2016. (a) David Fortuna da Mata - Juiz de Direito - respondendo. (Portaria TJCE 55/2016)."".-** INT. DR(S). CINTIA VIEIRA PEREIRA , JOCELAINE DOS SANTOS MELO

7) 38867-58.2012.8.06.0112/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: JOSE LEANDRO DA SILVA REQUERENTE.: MARGARIDA DA GLORIA TEIXEIRA DA SILVA. **"FICAM AUTORES, POR SUAS ADVOGADAS, INTIMADOS DA SENTENÇA DE FLS. 74/76, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... DIANTE DO EXPOSTO, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIO para declarar o DOMÍNIO do imóvel localizado na RUA AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA, Nº 870, BAIRRO NOVO JUAZEIRO, JUAZEIRO DO NORTE/CE, com limites e confrontações especificados na planta e memorial descritivo de fls. 12/14 e que passam a fazer parte integrante desta decisão, com selo de autenticidade deste Juízo, em favor de JOSÉ LEANDRO DA SILVA e MARIA DA GLÓRIA TEIXEIRA DA SILVA, o que faço, por sentença, na conformidade do art. 1.238, do CCB, combinado com art. 945, do CPCB. Custas processuais, já recolhidas. P.R.I. Transitada em julgado, expeça-se MANDADO DE REGISTRO, remetendo-o, em seguida, ao competente CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS desta Comarca, a fim de que proceda, sem prejuízo de observância às demais imposições legais referentes à espécie, amatrícula e registro do imóvel usucapiendo, expediente que deve ser instruído com cópia desta sentença, planta e memorial descritivo. Expedientes necessários. JUAZEIRO DO NORTE/CE, 27 de janeiro de 2016. (a) David Fortuna da Mata - Juiz de Direito - respondendo. (Portaria TJCE 55/2016)."".-** INT. DR(S). CINTIA VIEIRA PEREIRA , JOCELAINE DOS SANTOS MELO

8) 41608-71.2012.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: VICENTE TAVARES LEITE. **"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FLS. 143/146, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Recebidos hoje ... DIANTE DO EXPOSTO, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para determinar que o MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE, forneça à parte autora VICENTE TAVARES LEITE, portador de esquizofrenia, o seguinte medicamento: LEPONEX - 100MG(30 COMPRIMIDOS POR MÊS), por tempo indeterminado, o que, entretanto, deve se dar mediante apresentação de receituário médico atualizado indicando e disciplinando a necessidade de continuidade do uso do mencionado medicamento, confirmando, assim a liminar concedida nos autos. Honorários advocatícios revertidos em proveito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, devidos pelo município acionado no montante correspondente a 10% do valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Comunique-se à relatoria do Agravo de Instrumento interposto contra decisão deste Juízo que concedeu liminar, sobre o julgamento da ação. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Expedientes necessários. JUAZEIRO DO NORTE, 19 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz de Direito (Portaria TJCE 07/2016)."".-** INT. DR(S). JOÃO PAULO SILVA MACEDO LIMA , LUIZ EDUARDO SILVA MACEDO LIMA , MURYELLE TAVARES LEITE GONÇALVES

9) 41695-27.2012.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S.A. C.F.I.. **" FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 63, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... Face ao exposto, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, julgo extinta a ação sem resolução de mérito. Custas já recolhidas às fls. 22/23. Sem condenação em honorários. Fica a(o) promovente desde logo autorizado a desentranhar possíveis documentos por ele acostados, substituindo-os por cópia nos autos. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) Edison Ponte Bandeira de Melo - Juiz de Direito."".-** INT. DR(S). EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA , GUILHERME MARINHO SOARES , MOISES BATISTA DE SOUZA , TEREZA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO , TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE

10) 42592-55.2012.8.06.0112/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S/A CREDITO , FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. **" FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FL. 64, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Vistos, etc. ... Face ao exposto, com fulcro no art. 267, VIII do CPC, julgo extinta a ação sem resolução de mérito. Custas já recolhidas às fls. 32. Sem condenação em honorários. Fica a(o) promovente desde logo autorizado a desentranhar possíveis documentos por ele acostados, substituindo-os por cópia nos autos. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Juazeiro do Norte-CE, 21 de janeiro de 2016. (a) Edison Ponte Bandeira de Melo - Juiz de Direito."".-** INT. DR(S). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES , GUILHERME MARINHO SOARES , LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO , TEREZA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO

11) 45271-91.2013.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: CARMELITA MARQUES LEITE .**"FICA PARTE AUTORA, POR SEUS ADVOGADOS, INTIMADA DA SENTENÇA DE FLS. 92/95, PARTE FINAL, A SEGUIR TRANSCRITA: "Recebidos hoje ... DIANTE DO EXPOSTO, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para determinar que o MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE, custeie à parte autora CARMELITA MARQUES LEITE, portadora de clipagem de aneurisma cerebral, o seguinte procedimento cirúrgico: EMBOLIZAÇÃO ARTERIAL, confirmando, assim a liminar concedida nos autos. Honorários advocatícios revertidos em proveito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, devidos pelo município acionado no montante correspondente a 10% do valor da causa. P.R.I. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Expedientes necessários. JUAZEIRO DO NORTE, 19 de janeiro de 2016. (a) DJALMA SOBREIRA DANTAS JÚNIOR - Juiz**

de Direito (Portaria TJCE 07/2016).""- INT. DR(S). ANTONIO PINTO DE MACEDO , FRANCISCO OLIVEIRA DA NOBREGA .

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
FÓRUM DES. JUVÊNCIO JOAQUIM DE SANTANA
VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 40830-67.2013.8.06.0112/0

O Dr. Djalma Sobreira Dantas Junior, Juiz Auxiliar da 1ª Zona Judiciária respondendo pela Vara Única de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo tramita a Ação de Interdição requerida por **ANA LIDEVALDA DA SILVA RIBEIRO** em face de MARIA LINDELBA DA SILVA e tendo em vista não haver sido localizada a parte autora no endereço constante nos autos, determinou-se a expedição do presente Edital com o fim de **INTIMAR** a parte autora para***, no prazo de quarenta e oito (48) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do mesmo sem apreciação do mérito, nos termos do art. 267, III, do CPC.*** E para que chegue ao conhecimento de todos, a fim de que posteriormente não se alegue desconhecimento ou ignorância vai o presente afixado no Átrio deste Fórum e publicado no Diário da Justiça. CUMPRA-SE. Juazeiro do Norte/CE, aos 29 de janeiro de 2016.

Dr. Djalma Sobreira Dantas Júnior
Juiz Auxiliar da 1ª Zona Judiciária
Portaria nº 2.741/2015

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
FÓRUM DES. JUVÊNCIO JOAQUIM DE SANTANA
VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 51981-93.2014.8.06.0112/0

O Dr. Djalma Sobreira Dantas Junior, Juiz Auxiliar da 1ª Zona Judiciária respondendo pela Vara Única de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo tramita a Ação de Interdição requerida por **CICERO DA COSTA SILVA** contra PEDRO FERREIRA e tendo em vista não haver sido localizada a parte autora no endereço constante nos autos, determinou-se a expedição do presente Edital com o fim de **INTIMAR** a parte autora para***, no prazo de quarenta e oito (48) horas, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do mesmo sem apreciação do mérito, nos termos do art. 267, III, do CPC.*** E para que chegue ao conhecimento de todos, a fim de que posteriormente não se alegue desconhecimento ou ignorância vai o presente afixado no Átrio deste Fórum e publicado no Diário da Justiça. CUMPRA-SE. Juazeiro do Norte/CE, aos 29 de janeiro de 2016.

Dr. Djalma Sobreira Dantas Júnior
Juiz Auxiliar da 1ª Zona Judiciária
Portaria nº 2.741/2015

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
FÓRUM DES. JUVÊNCIO JOAQUIM DE SANTANA
VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo 20 (vinte) dias

Processo nº 96429-20.2015.8.06.0112/0

O Dr. Djalma Sobreira Dantas Junior, Juiz Auxiliar da 1ª Zona Judiciária respondendo pela Vara Única de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, etc., faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo se processam os autos da Ação de Tutela promovida por **SILVANIA DOS SANTOS BISPO** em face de **CICERO IDELFONSO BISPO e MARIA IVONEIDE GOMES DA SILVA,** esta encontrando-se em local incerto e não sabido, e, por isso, determinou o Juiz de Direito a expedição do presente, com a finalidade de **CITAR MARIA IVONEIDE GOMES DA SILVA, filha de Francisco Gomes da Silva e Francisca Gomes da Silva,** para contestar a presente ação, querendo, **no prazo de 15 dias,** sob pena de revelia e confissão, e caso não seja contestada a ação se presumirão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados na inicial, pela parte autora, conforme art. 285, segunda parte, e 319 do CPC. E para que chegue ao conhecimento de todos, a fim de que posteriormente não se alegue desconhecimento ou ignorância vai o presente afixado no Átrio deste Fórum e publicado no Diário da Justiça. CUMPRA-SE. Juazeiro do Norte/CE, 29 de janeiro de 2016.

Dr. Djalma Sobreira Dantas Júnior
Juiz Auxiliar da 1ª Zona Judiciária
Portaria nº 2.741/2015

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Juiz(a) Titular : ANA RAQUEL COLARES DOS SANTOS LINARD
Diretor(a) de Secretaria: JANNY EYRE RODRIGUES DE ARAÚJO
EXPEDIENTE nº 04/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25610	1		CE/28134	1
/	1		CE/9387	2
/	2		CE/25179	3
/	3			

1) 100848-83.2015.8.06.0112/0 - AÇÃO PENAL REU.: ANDRE MOTA DE SOUSA AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO. **"FICAM VOSSAS SENHORIAS INTIMADAS DE SENTENCA CUJO TEOR DO DISPOSITIVO É O SEGUINTE: "Diante do exposto, julgo procedente a denúncia oferecida contra ANDRÉ MOTA DE SOUSA, já qualificado nestes autos, para condená-lo como incurso no art. 33, da Lei 11.343/06, passando, em seguida, de acordo com as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal c/c art. 42, da Lei 11.343/06 e demais dispositivos legais, a dosar-lhe as penas"".**- INT. DR(S). FRANCISCO HELDER RIBEIRO DE ALBUQUERQUE , JAIME MELO RIBEIRO

2) 1219-83.2008.8.06.0112/0 - AÇÃO PENAL REU.: EDVAN SILVA DA CRUZ. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO DE SENTENCA CUJO TEOR DO DISPOSITIVO É O SEGUINTE: "Ante o exposto, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de EDVAN SILVA DA CRUZ, qualificado nos autos, na forma dos artigos 107, IV c/c 109, V e 114, II, todos do Código Penal, em face do reconhecimento da prescrição"".**- INT. DR(S). CICERO DEMONTIER OLIVEIRA SANTOS

3) 26609-84.2010.8.06.0112/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI REU.: RONI CHAGAS FERREIRA .**"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO PARA, NO PRAZO LEGAL, APRESENTAR AS ALEGAÇÕES FINAIS."**- INT. DR(S). CIRO ROCHA PAZ .

COMARCA DE JUCÁS - VARA UNICA DA COMARCA DE JUCÁS

Juiz(a) Substituto : DAVID MELO TEIXEIRA SOUSA
Diretor(a) de Secretaria: CARLOS PEREIRA ALBUQUERQUE
EXPEDIENTE nº 6/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
PI/3490	1		/	1
CE/27418	2		/	2

1) 3319-37.2010.8.06.0113/0 - EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL EXECUTADO.: ANTONIO ALDENOR GONÇALVES PALÁCIO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S A. **"DESPACHO: Intime-se o exequente para manifestar-se nos autos, no prazo de 05 dias, requerendo o que entender necessário. Dr. Luís Eduardo Girão Mota. Juiz de Direito, Respondendo."**.- INT. DR(S). JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA

2) 4620-43.2015.8.06.0113/0 - Tombo: 0492 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRANTE.: ANTONIO VENTURA FILHO IMPETRADO.: PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JUCAS .**"DESPACHO: Intime-se o impetrante para informe se ainda tem interesse na ação, no prazo de 05 (cinco) dias. Luís Eduardo Girão Mota. Juiz de Direito, Respondendo."**- INT. DR(S). RODRIGO CORREIA .

COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA

Juiz(a) Titular : LARISSA BRAGA COSTA DE OLIVEIRA
Diretor(a) de Secretaria: SILVOLANGE FERREIRA DA SILVA
EXPEDIENTE nº 0011/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/13342	1		/	1
CE/13342	2		CE/16429	2
/	2		CE/5472	3
/	3		CE/13342	4
/	4		CE/8491	5
/	5		CE/13342	6
CE/16174	6		/	6
CE/11117	7		/	7
CE/27026	8		CE/26221	8
/	8		CE/10440	9
/	9		SP/177696	10
CE/10440	10		/	10
CE/13342	11		/	11
CE/4788	12		/	12
CE/13342	13		/	13

1) 4267-39.2011.8.06.0114/0 - Tombo: 11211 - AÇÃO PENAL REU.: ERASMO DA SILVA SANTOS VITIMA.: FRANCISCA FERREIRA DA SILVA REU.: LUIS ALVES DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para, no prazo legal, apresentar alegações finais referente ao Réu ERASMO DA SILVA SANTOS, sob pena de multa na forma do art. 265, CPP.".**- INT. DR(S). EVARISTO LOBO DE MACEDO

2) 48242-09.2014.8.06.0114/0 - Tombo: 153615314 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS REQUERIDO.: JOSÉ NUNES PEREIRA DE SOUZA EXEQUENTE.: MARIA CÉLIA MACHADO EXEQUENTE.: MARIA LAVÍNIA DE LUCENA MACHADO NUNES PEREIRA. **"Ficam as partes, por conduto de Vossas Senhorias, INTIMADAS da sentença proferida nos autos em referência, a qual julgou EXTINTA a presente execução de alimentos, nos termos do art. 794, inciso I, do CPC.".**- INT. DR(S). EVARISTO LOBO DE MACEDO , JOSE CICERO RICARTE VIEIRA

3) 4828-29.2012.8.06.0114/0 - Tombo: 65313812 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSEFA FERREIRA CAVALCANTE REQUERIDO.: MUNICIPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA- CE. **"Fica a parte autora, por conduto de Vossa Senhoria, INTIMADA do retorno dos autos do E. TJ/CE, bem como para requerer o que entender cabível, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento.".**- INT. DR(S). ANTONIO JOSE SAMPAIO FERREIRA

4) 48413-63.2014.8.06.0114/0 - Tombo: 160822514 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: ANTÔNIA CINTIA BATISTA FERREIRA DE SOUSA REQUERIDO.: MANOEL RUBENS BATISTA DE SOUSA REQUERIDO.: MATHEUS BATISTA DE SOUSA REQUERENTE.: VICENTE BEZERRA DE SOUSA FILHO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para, no prazo de 10 dias, juntar aos autos em epígrafe as seguintes peças: i) cópia da decisão judicial que fixou o valor da pensão alimentícia; ii) cópia das certidões de nascimento dos descendentes menores, ora promovidos, M.B.S e M.R.B.S; iii) cópia da carteira de trabalho da parte autora, nos termos do art. 284 ss do CPC.".**- INT. DR(S). EVARISTO LOBO DE MACEDO

5) 5084-35.2013.8.06.0114/0 - Tombo: 54316314 - AÇÃO PENAL REU.: SEBASTIÃO COSME DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO de que foi designado por este Juízo Audiência preliminar para o dia 16 de março de 2016, às 08h15min., a fim de avaliar a proposta de suspensão condicional do presente processo.".**- INT. DR(S). RAIMUNDO CAVALCANTE NETO

6) 5172-73.2013.8.06.0114/0 - Tombo: 4577814 - AÇÃO PENAL REU.: LEONARDO DA SILVA MENDES. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS da decisão proferida nos autos em referência, a qual deixou de analisar o pedido de fls. 67, por a PIRC fazer parte de outra jurisdição, devendo, portanto, tal requerimento ser formulado perante o Diretor da Unidade Prisional e, em caso de recusa injustificada, perante o Juízo da Execução Penal de Juazeiro do Norte/CE. Versou ainda a presente decisão acerca do pedido de fls. 83 (carga dos autos), o que foi deferido por este Juízo.".**- INT. DR(S). EVARISTO LOBO DE MACEDO , ROMERO SOUSA MARQUES

7) 5415-17.2013.8.06.0114/0 - Tombo: 130640513 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: CARLOS ALVES DOS SANTOS REQUERIDO.: CLEIDE FERREIRA LUCENA. **"Fica o requerente, por conduto de Vossa Senhoria, INTIMADO do despacho proferido nos autos em referência, contendo o seguinte teor: "Intimem-se as partes, por intermédio de seus causídicos, para informarem se ainda possuem interesse no prosseguimento do feito, apresentando, em caso positivo, o endereço atual das partes, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento."".**- INT. DR(S). VALDENIRA ALVES DE MELO

8) 96138-14.2015.8.06.0114/0 - Tombo: 2915 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: ANDRÉ LUSTOSO DAMASCENO REQUERIDO.: FRANCISCA JANIELLY LEANDRO ANDRADE. **"Ficam as partes, por conduto de Vossas Senhorias, INTIMADAS do despacho proferido nos autos em referência, contendo o seguinte teor: "Intimem-se as partes, por intermédio de seus causídicos, para informarem se ainda possuem interesse no prosseguimento do feito, apresentando,**

em caso positivo, o endereço atual das partes, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.”".- INT. DR(S). MARINA MACHADO VIEIRA , MÁCIA MARIA BESERRA DE MACÊDO

9) 96283-70.2015.8.06.0114/0 - Tombo: 10315 - AÇÃO DE ALIMENTOS REQUERENTE.: JUSCIVAN BESERRA DE ALMEIDA REQUERIDO.: MARIA TEREZINHA ALVES EVANGELISTA. **“Fica o requerente por conduto de Vossa Senhoria INTIMADO da sentença proferida nos autos em referência, a qual EXTINGUIU o feito sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso VI, do CPC.”.**- INT. DR(S). CARLOS ANTONIO DE MACEDO GOMES

10) 96478-55.2015.8.06.0114/0 - Tombo: 19915 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: MARIA BEZERRA DA COSTA LANDIM REQUERIDO.: PEDRO SOBREIRA LANDIM. **“Ficam as partes por conduto de Vossas Senhorias, INTIMADAS da sentença proferida nos autos em referência, a qual, com amparo no art. 226, § 6º, da CF/1988, EXTINGUIU o feito com resolução do mérito, na forma do art. 269, inciso II, do CPC. Sem condenação em honorários advocatícios.”.**- INT. DR(S). ANA MARIA SVIATEK PASCHOAL , CARLOS ANTONIO DE MACEDO GOMES

11) 96736-65.2015.8.06.0114/0 - Tombo: 30215 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERIDO.: BRUNO PAULINO DA SILVA REQUERENTE.: FRANCISCA FRANCILENE BEZERRA BRITO. **“Ficam as partes, por conduto de Vossa Senhorias, INTIMADAS da sentença proferida nos autos em referência, a qual acolheu o pedido de desistência de fls. 12, EXTINGUINDO o feito sem resolução de mérito, na forma do art., inciso VIII, do CPC.”.**- INT. DR(S). EVARISTO LOBO DE MACEDO

12) 97052-78.2015.8.06.0114/0 - Tombo: 30315 - AÇÃO PENAL REU.: HELIO GOMES DE LIMA JUNIOR VITIMA.: LUCIENE CAETANO GOMES VITIMA.: MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES BEZERRA. **“Fica Vossa Senhoria INTIMADO de que foi designado por este Juízo Audiência preliminar para o dia 16 de março de 2016, às 09h50min., a fim de avaliar a proposta de suspensão condicional do presente processo. Ficando o referido causídico advertido de que o não comparecimento será reputado como recusa à proposta de suspensão condicional do processo.”.**- INT. DR(S). JOSE AMARILO SAMPAIO

13) 97061-40.2015.8.06.0114/0 - Tombo: 29115 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REQUERENTE.: LEONARDO DA SILVA MENDES .**”Fica o requerente, por conduto de Vossa Senhoria, INTIMADO da decisão proferida nos autos em referência, a qual EXTINGUIU o feito sem julgamento sem julgamento do mérito.”**- INT. DR(S). EVARISTO LOBO DE MACEDO .

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 1ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ
SECRETARIA DA 1ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 DIAS
Justiça Gratuita
A Dra. Flávia Setúbal de Sousa Duarte, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara desta Comarca, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e Secretaria da 1ª Vara, se processam os autos de nº 11239-80.2015.8.06.0115 Ação de Investigação de Paternidade movida pelo Ministério Público, substituto processual de L.G.P.S.S, menor impúbere, filho de Benedita Santos da Silva contra LANDI PAULO LIMA DA SILVA, onde consta nos autos que o acionado Landi Paulo Lima da Silva, brasileiro, casado, filho de Raimundo Paulo da Silva e Maria Auxiliadora da Silva, encontra-se em lugar incerto e não sabido, tendo este Juízo determinado sua citação, por edital, razão pela qual foi expedido o presente edital com o prazo de 30(trinta) dias, pelo qual fica o promovido LANDI PAULO LIMA DA SILVA, CITADO de todos os termos da ação de investigação de paternidade para, querendo, contestar, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor. Este Juízo tem sede na rua João Maria de Freitas,1147, bairro João XXIII. Dado e passado nesta cidade de Limoeiro do Norte/CE., aos 27 de janeiro de 2016. Eu (Luciana Gadelha), Auxiliar Judiciário o digitei. Eu (Rdo. Eriberto N. Conrado) Diretor de Secretaria conferi e subscrevo.
Flávia Setúbal de Sousa Duarte
Juíza de Direito Titular

Juiz(a) Titular : FLAVIA SETUBAL DE SOUSA DUARTE
Diretor(a) de Secretaria: RAIMUNDO ERIBERTO NOGUEIRA CONRADO
EXPEDIENTE nº 402/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/21544	1		CE/20938	1
/	1			

1) 4288-45.2012.8.06.0125/0 - Tombo: 04 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: FRANCISCO GUSTAVO DOS SANTOS NETO .**”Tomar conhecimento de que foi deferido o pedido de saída temporária do apenado Francisco Gustavo dos Santos Neto pelo período de 07(sete) dias.”**- INT. DR(S). RAIMUNDO SIDNEY BESSA PINHEIRO , TAYLLINE DA SILVA MAIA .

Juiz(a) Titular : FLAVIA SETUBAL DE SOUSA DUARTE
Diretor(a) de Secretaria: RAIMUNDO ERIBERTO NOGUEIRA CONRADO

EXPEDIENTE nº 2574/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/10771	1		/	1

1) 10386-71.2015.8.06.0115/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: CESAR REYNOLDS FREIRE CABO REQUERIDO.: RITA DE CASSIA DOS SANTOS MELO CABO .**"Fica Vossa Senhoria intimado a se manifestar , no prazo de 10(dez) dias, sobre a certidão do Oficial de Justiça da Comarca de Alto Santo, em que diz ter deixado de proceder à citação da requerida, por não ter localizado o endereço apontado nos autos."**- INT. DR(S). JOSE MAIA GUERREIRO .

Juiz(a) Titular : FLAVIA SETUBAL DE SOUSA DUARTE
Diretor(a) de Secretaria: RAIMUNDO ERIBERTO NOGUEIRA CONRADO
EXPEDIENTE nº 2695/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25086	1		/	1

1) 11144-50.2015.8.06.0115/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ANA JULIA SALDANHA DOS SANTOS REPR. LEGAL.: CINTIA THAIS SALDANHA EXEQÜIDO.: MARCOS ANTONIO FIRMINO DOS SANTOS JUNIOR .**"Fica Vossa Senhoria intimado a dizer, no prazo de dez dias, se ainda existe débito alimentar."**- INT. DR(S). ITALO FEIJO GRANJA .

Juiz(a) Titular : FLAVIA SETUBAL DE SOUSA DUARTE
Diretor(a) de Secretaria: RAIMUNDO ERIBERTO NOGUEIRA CONRADO
EXPEDIENTE nº 1121/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25704	1		/	1

1) 11211-15.2015.8.06.0115/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI REU.: LEANDRO MOURA DE SOUSA AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO VITIMA.: VIANO ARRUDA DA SILVA .**"INTIMADO ACERCA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 22 (VINTE E DOIS) DE MARÇO DE 2016, ÀS 09H00MIN, A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - CE."**- INT. DR(S). CARLOS MARDUQUE SILVA DUARTE .

Juiz(a) Titular : FLAVIA SETUBAL DE SOUSA DUARTE
Diretor(a) de Secretaria: RAIMUNDO ERIBERTO NOGUEIRA CONRADO
EXPEDIENTE nº 913/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20521	1		CE/20955	1
/	1			

1) 10319-09.2015.8.06.0115/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI REU.: CLÉSIO GEORGE DA COSTA VENÂNCIO VITIMA.: JACINTO FREDERICO DE SOUSA REU.: JOSÉ ORLANDO MOREIRA DE OLIVEIRA AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO REU.: MIQUEIAS VIEIRA DE OLIVEIRA REU.: RAVELLY JEFERS0N LEITÃO CLÁUDIA REU.: VALDENIR CARNEIRO CHAVES .**"INTIMADO ACERCA DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA O RÉU RAVELLY JEFERSON LEITÃO CLÁUDIA, EM RESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, A SE REALIZAR NO DIA 17 (DEZESSETE) DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 14H00MIN, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA DESTA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - CE."**- INT. DR(S). FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO TAVARES , JORGE ROBERTO ALVES .

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 2ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 115/2016 em: Vinte e um (21) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/8334	1		/	1

1) 638-25.2009.8.06.0115/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERIDO.: FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA REQUERENTE.: RAIMUNDO DA SILVA .**"TOMBO: N° 7174/09 Intimação da sentença de fls. 77/78, no qual declarou a extinção do processo sem o seu julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, III e §1º do CPC."**- INT. DR(S). ANTONIO EVILAZIO SOARES .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 158/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/32401	1		CE/21544	1
/	1			

1) 10207-74.2014.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ARINETE PINHEIRO MENDES AUGUSTO REQUERIDO.: BANCO BMG S.A. .**"TOMBO: N° 3332/14 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 90/91, no qual julgou extinto o processo sem julgamento do mérito, haja vista que inadmissível o procedimento instituído pela Lei n° 9.099/95"**- INT. DR(S). MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI , RAIMUNDO SIDNEY BESSA PINHEIRO .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 160/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
SP/144766	1		CE/9882	1
/	1			

1) 11733-76.2014.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: AVON COSMETICOS REQUERENTE.: FRANCISCO RODRIGUES FILHO .**"TOMBO: N° 3531/14 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 36, no qual homologou o acordo celebrado entre as partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais efeitos."**- INT. DR(S). RODRIGO NUNES , VANDA MARIA LOPES DE SOUSA .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 161/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20106	1		CE/90000	1
SP/299346	1		/	1

1) 11989-19.2014.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: DELLA VIA PNEUS LTDA REQUERENTE.: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO DA SILVA .**"TOMBO: N° 3552/14 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 57/60, no qual julgou procedente, em parte, o pedido exordial, reconhecendo a inexistência do débito ora questionado na presente ação, condenando a instituição promovida no pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) como forma de compensar os danos morais suportados pelo promovente."**- INT. DR(S). CHARLES FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA , ESTAGIÁRIO RAFAEL CABO LIMA, LUIS EDUARDO MEURER AZAMBUJA .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 162/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/6764	1		CE/3	1
CE/16498	1		/	1

1) 11618-55.2014.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: IDEATECH PESQUISA DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP REQUERIDO.: TELEMAR NORTE LESTE S/A .**"TOMBO: N° 3502/14 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 88/90, no qual julgou improcedente os pedidos autorais, extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC."**- INT. DR(S). MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA , PROCURADOR DIEGO EMMANUEL P. BANDEIRA REGIS, ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 163/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/24196	1		CE/3	1
CE/3	1		CE/3432	1
/	1			

1) 8747-57.2011.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO SANTANDER REQUERENTE.: LUIS JOSE ALMEIDA COSTA .**"TOMBO: N° 2717/11 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 119/124, no qual julgou procedente o pedido da inicial e, nessa linha, condenando os promovidos ao pagamento, a titulo de dano moral, que, por arbitramento, atento às condições do caso concreto antes expostas, bem assim o princípio da razoabilidade, fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente a partir dessa data, acrescidos de juros, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, de forma não capitalizada, a partir do ato ilícito (data da inscrição retritiva de crédito), bem como determino a promovida que proceda com a retirada do nome do autor dos cadastros de inadimplentes."**- INT. DR(S). JOAQUIM CABRAL DE MELO NETO , PROCURADOR CICIANE ROCHA DE LIMA, PROCURADOR PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA, RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 166/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
RN/619	1		SP/256917	1
CE/26940	1		RJ/173624	1
/	1			

1) 12060-21.2014.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN REQUERENTE.: JOSE COSMO ARAUJO DE LIMA .**"TOMBO: N° 3570/14 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 138/142, DIANTE DO EXPOSTO, acolhido o pedido inicial para: a) ANULAR as cláusulas 29.1, 29.2 e 32 referentes ao contrato 002084456 (grupo 90876, cota 309); b) REDUZIR a taxa de administração para o patamar de 10% e; c) CONDENAR o promovido, a pagar a parte autora, a quantia de R$ 1.986,27 (mil, novecentos e oitenta e seis reais e sete centavos), a título de restituição do valor efetivamente pago pela parte autora, deduzido o valor da taxa de administração de 10%. sobre este valor, deverão incidir correção monetária a partir do pagamento de cada parcela e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação."**- INT. DR(S). ALUISIO BENTO FILHO , FABRICIO FAGGIANI DIB , GUIDO PINHEIRO PEIXOTO , MAIARA FERREIRA PIRES .

Juiz(a) Titular : JOAO DANTAS CARVALHO
Diretor(a) de Secretaria: BENEDITA LUCILENE BARRETO
EXPEDIENTE nº 170/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/19283	1		CE/16045	1
CE/21544	1		CE/20873	1
/	1			

1) 2066-42.2009.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA MENEZES TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERIDO.: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A .**"TOMBO: N° 2460/09 Intimar as partes, por seus procuradores, da sentença de fls. 251/254, na qual foi conhecido do presente embargos, para negar-lhe provimento, e por consequência, determinando que a execução prossiga nos exatos termos da sentença, inclusive com expedição de alvará em favor da parte autora, para levantamento do valor bloqueado."**- INT. DR(S). ANTONIO DOS SANTOS MOTA , FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR , RAIMUNDO SIDNEY BESSA PINHEIRO , SAMUEL MARQUES CUSTÓDIO DE ALBUQUERQUE .

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 3ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

Juiz(a) Titular : SAMEA FREITAS DA SILVEIRA
Diretor(a) de Secretaria: MARIA DA CONCEIÇAO DOS SANTOS PEREIRA
EXPEDIENTE nº 9929/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/3	1		/	1

1) 9929-39.2015.8.06.0115/0 - AÇÃO PENAL REU.: DIEGO ELPIDIO ANGLARILL PINHEIRO AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO .**"PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 02 DE MARÇO DE 2016, ÀS 16:00 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 3ª VARA DESTA COMARCA."**- INT. DR(S). PROCURADOR CECÍLIA DE LIMA PINHEIRO GADELHA - OAB/RN 11.570.

Juiz(a) Titular : SAMEA FREITAS DA SILVEIRA
Diretor(a) de Secretaria: MARIA DA CONCEIÇAO DOS SANTOS PEREIRA
EXPEDIENTE nº 1235/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/3	1		/	1

1) 12353-88.2014.8.06.0115/0 - AÇÃO PENAL REU.: DIEGO ELPIDIO ANGLARILL PINHEIRO AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO .**"PARA COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 02 DE MARÇO DE 2016, ÀS 15:00 HORAS, NA SALA DE AUDIÊNCIAS DA 3ª VARA DESTA COMARCA."**- INT. DR(S). PROCURADOR CECÍLIA DE LIMA PINHEIRO GADÊLHA - OAB/RN 11570.

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDREA PIMENTA FREITAS PINTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MÁRCIA MARIA PIMENTA PAZ
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0062/2016

ADV: ANTONIO LUIZ PAIVA VIANA (OAB 5439/CE) - Processo 0009492-89.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Nulidade - REQUERENTE: José Uiranilson Rodrigues Soares - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Rec. Hoje. Cls. Sobre a contestação e documentos de fls. 54/86, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Exp. Necessários.

ADV: DAVI EVERTON VIEIRA DE ALMEIDA (OAB 26150/CE) - Processo 0010437-76.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Adeylson de Sousa Costa - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Rec. Hoje. Cls. Sobre a contestação e documentos de fls. 47/74, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Exp. Necessários.

ADV: RONALD TORRES DE OLIVEIRA (OAB 16310/CE), FRANCISCO OLIVANDO PAIVA DE SOUZA (OAB 25620/CE) - Processo 0010478-43.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Maria de Fátima Gomes de Paiva - REQUERIDO: BANCO SANTADER S/A - Rec. Hoje. Cls. Sobre a contestação e documentos de fls. 39/69, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Exp. Necessários.

ADV: FELIPE SOUZA GALVAO (OAB 73825RS) - Processo 0010835-23.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Vícios de Construção - REQUERENTE: Sergio Pereira da Costa - Neuma Maria Honorato - José Clebio Lino - Lucia Maria Rodrigues do Nascimento - Maria Nilsa Viana Bezerra - José Nunes de Paulo - Rafael de Souza Sampaio - Francisco Correia de Lima - Zenilda Pereira dos Santos - Francisca Antonieta Lima dos Santos - Maria José da Silva Lima - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A - Sobre a contestação e documentos de fls. 175/535, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Exp. Necessários.

ADV: FELIPE SOUZA GALVAO (OAB 73825RS) - Processo 0010867-28.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Vícios de Construção - REQUERENTE: Maura Guilerme da Silva - Antonia Perpetua de Lima Cirilo - Oseas Gomes Pereira - Maria José da Silva - José Iran Moreira de Souza - Antonio Anastacio da Silva - Maria Madalena Alves dos Santos - Maria Auxiliadora Rodrigues Claudino - Maria Fatima dos Santos Moreira - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A - Bradesco Seguros S/A - Sobre as contestações e documentos de fls. 197/372 e 373/497, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias. Intime-se. Exp. Necessários.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0011697-91.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Maria Zenilda Silva Sales - REQUERIDO: Banco Itaucard S.a. - Rh. Cls. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 dias, junte aos autos documento idôneo que comprove a alegada impossibilidade de custear as despesas processuais, de logo indeferida a simples declaração produzida unilateralmente pela parte interessada, sob pena de não-deferimento do pedido de gratuidade. Exp. Nec..

ADV: RANIERE DE SOUSA BARROS (OAB 15565/CE) - Processo 0011826-96.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nacelio Angelo de Sousa - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Tendo em vista o pedido de gratuidade judiciária formulado pelo(a) requerente, intime-se aquele(a) para que comprove a alegada hipossuficiência de recursos, colacionando aos autos comprovante de rendimento, sob pena de indeferimento do pedido. Exp. Nec..

ADV: EUDES THIAGO SANTOS JALES RODRIGUES (OAB 23863/CE) - Processo 0011868-48.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francimar Oliveira Lima Me - REQUERIDO: Comercial Ramires Ltda e outro - Rh. Cls. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 dias, junte aos autos documento idôneo que comprove, objetivamente, a alegada impossibilidade de custear as despesas processuais sem comprometer a própria atividade empresarial, de logo indeferida a simples declaração produzida unilateralmente pela parte interessada, sob pena de não-deferimento do pedido de gratuidade. Exp. Nec.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018AC/E) - Processo 0011876-25.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDA: Maria Ronize Viera da Silva - Rh. Cls. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, junte aos cópia do contrato objeto da presente demanda, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 284 do CPC. Exp. Nec..

ADV: MERIANE DO NASCIMENTO ARAUJO PEREIRA (OAB 26277/CE), BARBARA BATISTA BASTOS (OAB 31551/CE) - Processo 0011880-62.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Haroldo Duarte Lopes - Silviane Pinheiro Campos de Andrade - Avimar Floriano Lopes Junior - Douglas Duarte Lopes - REQUERIDO: Lagoa Parque Empreendimentos Imobiliarios Spe Ltda - Scopel Sp-55 Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Urbplan Urbano Sa - Rec. Hoje. Cls. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, complemente o valor das custas processuais em conformidade ao que preconiza a lei estadual 15.834 de julho de 2015, sob pena de cancelamento na Distribuição, nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. Exp. Necessários.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018AC/E) - Processo 0020014-44.2016.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: Luciana Cavalcante Arruda Me - Rh. Cls. Intime-se a parte autora, por meio de seu patrono, para que, no prazo de 10 dias, emende a inicial no tocante à regularização da notificação extrajudicial do promovido, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284, parágrafo único, do CPC. Exp. Nec..

ADV: MAURO FERREIRA SALES (OAB 3523/CE), DECIO MOREIRA ROCHA (OAB 5476/CE), WILL ROBSON FERREIRA SOBREIRA (OAB 13858/CE), ANA KAROLINA MEDEIROS SALES (OAB 24879/CE) - Processo 0040009-14.2014.8.06.0117 (apensado ao processo 0035156-93.2013.8.06) - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Jose William Arruda Cavalcante Forte - Sonia Leal Parreiras Forte - REQUERIDO: Imobiliaria Mauro Sales S/c - Rec. Hoje. Cls. Tendo em vista a possibilidade de efeitos infringentes dos Embargos de Declaração interpostos (fls. 60/63), manifeste-se a parte embargada/requerida, no prazo de 05 (cinco) dias. Exp. Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDREA PIMENTA FREITAS PINTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MÁRCIA MARIA PIMENTA PAZ
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2016

ADV: ARMANDO HELIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES (OAB 13781-0/CE), MARIA IMACULADA GORDIANO BARBOSA VALENTE (OAB 8667/CE) - Processo 0008970-71.2005.8.06.0001 - Monitória - Citação - REQUERENTE: Atlantica Distribuidora de Bebidas Ltda - REQUERIDO: Bernardo Marques dos Santos Me - Rh. Cls. O presente feito se encontra extinto, não havendo que se falar em sua suspensão. Intimem-se. Exp. Nec..

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDREA PIMENTA FREITAS PINTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MÁRCIA MARIA PIMENTA PAZ
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0065/2016

ADV: IVA DA PAZ MONTEIRO FILHO (OAB 21407/CE) - Processo 0002746-94.2004.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Citação - REQUERENTE: Elio Rodrigues Cavalcante - REQUERIDO: Banco Abn Amro Bank S.a. - Proc. Nº 2746-94.2004.8.06.0117 Rec. Hoje Cls. Certifique se houve a apresentação de contrarrazões pela parte a autora. Em seguida, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Intime-se. Exp. Necessários. Maracanaú/CE, 26 de janeiro de 2016. Andréa Pimenta Freitas Pinto Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDREA PIMENTA FREITAS PINTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MÁRCIA MARIA PIMENTA PAZ
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0066/2016

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 29465/CE), RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE) - Processo 0033791-72.2011.8.06.0117 - Cumprimento Provisório de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Benedito Gomes de Oliveira - Decidida a impugnação, intimem-se as partes para, querendo, deem seguimento ao feito.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº:
0036624-58.2014.8.06.0117

Apensos:
Classe: **Usucapião**
Assunto: **Citação**
Requerente: **Magno Elson Fernandes Gurgel**

A Doutora Andréa Pimenta Freitas Pinto, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú, no Estado do Ceará, na forma da Lei, Etc.

A Doutora Andréa Pimenta Freitas Pinto, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ saber aos que o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Cível, tem curso uma AÇÃO DE USUCAPIÃO, proposta por MAGNO ELSON FERNANDES GURGEL, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF sob o nº 049.488.604-84, pretendendo-lhes declare o domínio sobre o imóvel a seguir descrito: Um imóvel, situado na Avenida Chanceler Edson Queiroz, nº 131, lote 26, Quadra 04, Conjunto Industrial/ Loteamento Cidade Menino Jesus, CEP 61.900-000, Município de Maracanaú/CE, sendo a área total de cento e cinco metros quadrados (105,00m²), com os seguintes limites e confrontações: **AO NORTE (lado direito)**: medindo cem metros e noventa centímetros (100,90m), limitando-se com a Rua sem denominação oficial; **AO LESTE (frente)**: medindo dez metros e cinquenta centímetros (10,50cm), com a Av. Chanceler Queiroz; **AO OESTE (fundos)**: medindo dez metros e cinquenta centímetros

(10,50cm), definido em um seguimento contínuo do E3 e E4, no sentido norte/sul e ângulo interno de 80º, limitando-se com o lote nº 27 da mesma quadra, de propriedade Gleba Empreendimentos Urbanos e Rurais Ltda; **AO SUL (lado direito)**: medindo dez metros (10,00m), definido em um seguimento contínuo, E4 e E1, no sentido oeste/leste e ângulo interno de 100º, limitando-se com parte do lote nº 26, da mesma quadra distando 14,50m (quatorze metros e cinquenta centímetros), no sentido sul/norte, da Rua São José, de propriedade Gleba Empreendimentos Urbanos e Rurais Ltda. Assim, por intermédio do presente, FICAM CITADOS, os requeridos em lugar incerto e não sabido e eventuais interessados, para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar no termo final do prazo assinado neste edital, contestarem a presente ação sob a pena de revelia, caso em que presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados na petição inicial. Dado e Passado nesta Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, aos 12 de janeiro de 2016. Eu, Jordana Pinheiro Saraiva, acadêmica de Direito, o digitei e eu, _____Márcia Maria Pimenta Paz, Diretora de Secretaria, o subscrevo.

Dra. Andréa Pimenta Freitas Pinto
Juíza de Direito Titular

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº:
0036624-58.2014.8.06.0117

Apensos:
Classe: **Usucapião**
Assunto: **Citação**
Requerente: **Magno Elson Fernandes Gurgel**

A Doutora Andréa Pimenta Freitas Pinto, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú, no Estado do Ceará, na forma da Lei, Etc.

A Doutora Andréa Pimenta Freitas Pinto, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc. FAZ saber aos que o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Cível, tem curso uma AÇÃO DE USUCAPIÃO, proposta por MAGNO ELSON FERNANDES GURGEL, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF sob o nº 049.488.604-84, pretendendo-lhes declare o domínio sobre o imóvel a seguir descrito: Um imóvel, situado na Avenida Chanceler Edson Queiroz, nº 131, lote 26, Quadra 04, Conjunto Industrial/ Loteamento Cidade Menino Jesus, CEP 61.900-000, Município de Maracanaú/CE, sendo a área total de cento e cinco metros quadrados (105,00m²), com os seguintes limites e confrontações: **AO NORTE (lado direito)**: medindo cem metros e noventa centímetros (100,90m), limitando-se com a Rua sem denominação oficial; **AO LESTE (frente)**: medindo dez metros e cinquenta centímetros (10,50cm), com a Av. Chanceler Queiroz; **AO OESTE (fundos)**: medindo dez metros e cinquenta centímetros (10,50cm), definido em um seguimento contínuo do E3 e E4, no sentido norte/sul e ângulo interno de 80º, limitando-se com o lote nº 27 da mesma quadra, de propriedade Gleba Empreendimentos Urbanos e Rurais Ltda; **AO SUL (lado direito)**: medindo dez metros (10,00m), definido em um seguimento contínuo, E4 e E1, no sentido oeste/leste e ângulo interno de 100º, limitando-se com parte do lote nº 26, da mesma quadra distando 14,50m (quatorze metros e cinquenta centímetros), no sentido sul/norte, da Rua São José, de propriedade Gleba Empreendimentos Urbanos e Rurais Ltda. Assim, por intermédio do presente, FICAM CITADOS, os requeridos em lugar incerto e não sabido e eventuais interessados, para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar no termo final do prazo assinado neste edital, contestarem a presente ação sob a pena de revelia, caso em que presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados na petição inicial. Dado e Passado nesta Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, aos 12 de janeiro de 2016. Eu, Jordana Pinheiro Saraiva, acadêmica de Direito, o digitei e eu, _____Márcia Maria Pimenta Paz, Diretora de Secretaria, o subscrevo.

Dra. Andréa Pimenta Freitas Pinto
Juíza de Direito Titular

COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0050/2016

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), JOAO CARVALHO QUIXADA NETO (OAB 20511/CE) - Processo 0042403-28.2013.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Administradora de Concorcio Nacional Honda Ltda - REQUERIDO: Francisco Lindoclecio Pereira - Recebi hoje. Em face do teor da certidão de folhas 49, que notícia que o veículo descrito na inicial não foi encontrado pelo meirinho, determino a intimação do patrono do promovente para, no prazo de 10 (dez), informar onde o veículo possa ser encontrada, a fim de que seja efetivada a busca e apreensão já determinada por este juízo, ou requerer a conversão da presente ação em ação de execução, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários. Maracanaú, 18 de setembro de 2015. Claúdio Augusto Marques de Sales Juiz de Direito-Auxiliando

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA

DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0051/2016
ADV: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE) - Processo 0009652-17.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antonio Augusto Chagas de Queiroz - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2016
ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE) - Processo 0008355-72.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Samuel Simao de Oliveira Aires - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2016
ADV: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE) - Processo 0008492-54.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymore Credito Financiamento e Investimento S.a - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Lima - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2016
ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0008684-84.2015.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - EXECUTADA: MARIA LUCIENE OLIVEIRA DE MELO - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, bem assim, em considerando a possibilidade jurídica do pedido, HOMOLOGO por sentença, para todos os fins de direito, o referido acordo firmado entre partes e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei (CPC, 26, § 2º) e honorários advocatícios conforme estabelecido na avença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e, após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Maracanaú/CE, 21 de janeiro de 2016.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0055/2016
ADV: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE) - Processo 0008880-54.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Aymore Credito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Elias Ferreira de Oliveira - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0056/2016
ADV: DAVI EVERTON VIEIRA DE ALMEIDA (OAB 26150/CE) - Processo 0011639-88.2015.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Francisco de Assis Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: BV FINANCEIRA - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, bem assim considerando a possibilidade

jurídica do pedido, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação, para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Custas pela parte autora, ficando, entretanto, suspenso o pagamento por estar amparada pelos benefícios da gratuidade da Justiça, que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2016

ADV: ELIEZÉ MOURA BRASIL TEIXEIRA (OAB 4644/CE) - Processo 0000209-23.2007.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Citação - EXEQUENTE: Centrais de Abastecimento do Ceara S/A - Ceasa - EXEQUIDO: Mariana Otaviano Pereira - Me (santana Auto Park) - R. H. A penhora on line, através do sistema BACEN-JUD, não foi efetivada, em virtude da ausência de saldo (cf. fls. 49/50). Assim, INTIMAR a parte exequente, através do Advogado, para, no prazo de 20 (vinte) dias, requerer o que mais entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINA PINTO MARZAGAO (OAB 22522/CE) - Processo 0001166-68.2000.8.06.0117 - Cautelar Inominada - Sustação de Protesto - REQUERENTE: CIC S/A e outro - REQUERIDO: Royal Factoring Fomento Mercantil Ltda - Recebidos hoje. Intimar a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito, indicando se o processo mencionado na certidão de fls. 96 trata-se da ação principal, e, em caso negativo, informar o número do processo principal, requerendo o que entender de direito. Se o(a) Advogado(a) manter-se inerte, intimar pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar-se nos termos do item 1 deste despacho, sob pena de extinção e arquivamento do processo. Expedientes necessários. Maracanaú, 26 de novembro de 2015.

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0004012-58.2000.8.06.0117 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Finaustria -companhia de Credito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Francisco Cleyton de Sousa Pereira - Considerando que o presente processo foi ajuizado no ano de 2001, estando sem movimentação há mais de seis meses por inércia da parte autora, determino a INTIMAÇÃO da parte promovente, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se ainda tem interesse no seguimento do feito, sob pena de arquivamento.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO (OAB 3432/CE), MARIA ISABEL AGUIAR PESSOA DE BARROS (OAB 19328/CE), RAFAEL VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES (OAB 19035/CE) - Processo 0004704-76.2008.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Aymoré Credito, Financiamento e Investimento S.a Atual Denominação do Banco Abn Real S.a - REQUERIDO: Big Brilho e Com de Prod de Limpeza - Recebi hoje. Intime-se o patrono da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, falar sobre a certidão de folhas 20, e promover a citação válida da parte promovida, informando o seu endereço atual ou requerendo a sua citação por edital, caso o mesmo seja desconhecido, ou juntar o acordo supostamente firmando entre as partes, conforme petição de folhas 18/19, pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários. Maracanaú, 08 de maio de 2015.

ADV: GUSTAVO DE SOUSA LOPES (OAB 18095/CE) - Processo 0006378-55.2009.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Antonio Nargilson Araujo Gomes - R.H. 1. Oficiar ao DETRAN/CE para averbar cláusulas de intransferibilidade do veículo. 2. Indefiro o pedido de expedição de ofícios à Polícia, com finalidade de apreender o veículo, por se trata de demanda com interesse puramente privado. Expedientes necessários. Maracanaú, 17 de agosto de 2012. Carla Susiany Alves de Moura - JUÍZA DE DIREITO

ADV: EDSON JOSE SAMPAIO CUNHA FILHO (OAB 6512/CE) - Processo 0007123-50.2000.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - EXEQUENTE: J. Pinheiro Equipamentos Pneumaticos Ltda - EXEQUIDO: Econ Empresa Construçoes do Nordeste Ltda - Sobre a petição de folhas 47/48, manifeste-se a parte exequente, através do seu procurador judicial.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0007518-61.2008.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERIDO: Jose Walmir Costa - REQUERENTE: Banco Finasa - S/A - R.H. 1. Oficiar ao DETRAN/CE conforme solicitado às fls.18/19. 2.Oficiar à Secretaria da Fazenda Estadual e solicitando o endereço atualizado do(a) demandado (a), posto que não configura quebra de sigilo fiscal. 3.Indefiro o pedido de expedição de ofícios à Polícia, com finalidade de apreender o veículo, por se tratar de demanda com interesse puramente privado. ints. 4. Indefiro o pedido de solicitação de envio de ofício às empresas COELCE, CAGECE, TIM, CLARO e OI, vez que a informação poderá ser obtida independente de intervenção judicial, e, somente demonstrando o esgotamento das possibilidades colocadas à disposição do credor, caberá requisição judicial. Ints. Expedientes necessários. Maracanaú/ CE, 14 de fevereiro de 2012. Carla Susiany Alves de Moura. JUÍZA DE DIREITO TITULAR

ADV: MARIA DE JESUS FERREIRA CORREA (OAB 10254/CE) - Processo 0010098-45.2000.8.06.0117 - Monitória - REQUERENTE: Aço Cearense Comercial Ltda - REQUERIDO: Jose Gomes Coutinho - A penhora on line, através do sistema BACEN-JUD, não foi efetivada, em virtude da ausência de saldo (cf. fls. 41/42). Assim, intimar a parte exequente, através do Advogado, para, no prazo de 20 (vinte) dias, requerer o que mais entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE) - Processo 0027055-72.2010.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.v Financeira S.a C.f.i - REQUERIDO: Jose Arimateia Paiva de Oliveira - Dessa forma, considerando que a parte autora não assinou o pedido de substituição do polo ativo, DETERMINO a intimação da BV FINANCEIRA, ora promovente, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o pedido de substituição de fls. 29/30, bem assim para juntar, no mesmo prazo, cópia da cessão de crédito. Se o advogado manter-se inerte, intimar pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar-se nos termos do item 2 deste despacho, esclarecendo que o seu silêncio presumir-se-á como concordância com o pedido de substituição do polo ativo da ação. Expedientes necessários. Maracanaú, 10 de dezembro de 2015.

ADV: HENRIQUE DE PAULA MACHADO (OAB 19864/CE), OSIRIS ANTINOLFI FILHO (OAB 22189/RS) - Processo 0027742-49.2010.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Citação - EXEQUENTE: Banco Bradesco (cnpj 60.746.948/0001-12) - EXEQUIDO: Wellington Silva Moveis - Me e outro - 1. Intimar a parte autora, através do (a) Advogado (a), para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre as certidões dos oficiais de justiça às fls. 23/25, fornecendo o atual endereço da parte promovida ou requerendo o que entender de direito. 2.Se a parte autora fornecer outro endereço, renovar o mandado de Citação, e, sendo em Comarcas diversa, expedir carta precatória, intimando-se para recolher as custas. 3. Expedientes necessários. Maracanaú-CE, 23 de março de 2015 CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA- JUÍZA DE DIREITO

ADV: FELIPPE DOURADO BORGES (OAB 23065/CE), ALINE SILVA LEMOS (OAB 20565/CE) - Processo 0028374-75.2010.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Panamericano

S/A - REQUERIDO: Antonio Fabricio Santos do Nascimento - Em face do teor da certidão de folhas 38, determino a intimação, para cumprir o despacho de folhas 37, dos demais advogados do promovente.

ADV: ALEXANDRE IUNES MACHADO (OAB 17275/GO) - Processo 0028522-52.2011.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Saga Ltda e outro - Defiro o pedido formulado na petição de folhas 49 e determino a intimação do advogado indicado naquela petição para, no prazo de 10 (dez) dias, movimentar o feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução de mérito.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE) - Processo 0035432-27.2013.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Carlos Antonio Silva de Oliveira - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - Diante do exposto, considerando que não estão presentes os pressupostos legais, capitulados no artigo 273 do Código de Processo Civil, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Cientificar a parte autora, através do(a) Advogado(a), acerca do teor desta decisão. Citar a parte promovida dos termos da inicial e da emenda de fls. 49/50, para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser decretada a revelia, presumindo-se como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, 297, 319). No mais, defiro os benefícios da Justiça gratuita. Expedientes necessários.

ADV: MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0035909-21.2011.8.06.0117 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ricardo Jose Nobre Vieira - Ricardo Jose Nobre Vieira - DESPACHO 1. Intimem-se as advogadas subscritoras do pedido de fls. 30 para juntarem documento comprobatório da cessão do crédito, tendo em vista que o Termo de Declaração de Cessão de fls. 31/32, refere-se a todos os direitos e obrigações com relação aos Créditos relacionados no anexo I, o qual não acompanhou a mencionada petição. 2. Intimem-se, ainda, referidas causídicas para comprovarem a legitimidade da RECOVERY DO BRASIL CONSULTORA S/A em ingressar na demanda, já que o crédito teria sido cedido ao FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I. 3. Prazo: 10 (dez) dias. 4. Expedientes necessários. Maracanaú-CE, 04 de maio de 2015.

ADV: DAYANE DE CASTRO CARVALHO (OAB 13904/CE) - Processo 0036296-36.2011.8.06.0117 - Procedimento Ordinário - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Christiane Randal Pompeu Moreira Massa - REQUERIDO: Municipio de Maracanau - Fica Vossa Senhoria, intimada para apresentar resposta ao recurso de apelação, no prazo de 15 dias.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649-A/CE) - Processo 0036974-17.2012.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bv Financeira S/A Credito , Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Francisca Lucia Siqueira do Nascimento - Recebidos hoje. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADO PCG BRASIL MULTICARTEIRA (Fundo PCG-Brasil) e a BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO requereram o ingresso daquele no presente processo no polo ativo da demanda, em substituição processual da BV FINANCEIRA S/A, ora autora. Ocorre que o pedido não foi subscrito pela BV FINANCEIRA. Dessa forma, considerando que a parte autora não assinou o pedido de substituição do polo ativo, DETERMINO a intimação da BV FINANCEIRA, ora promovente, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o pedido de substituição de fls. 55/56 e 69, bem assim para juntar, no mesmo prazo, cópia da cessão de crédito. Se o advogado manter-se inerte, intimar pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar-se nos termos do item 2 deste despacho, advertindo-a que o seu silêncio presumir-se-á como concordância com o pedido de substituição do polo ativo da ação. Expedientes necessários. Maracanaú, 10 de dezembro de 2015.

ADV: EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA (OAB 15067/CE), TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE (OAB 19232-0/CE) - Processo 0037303-29.2012.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.v Financeira S.a C.f.i - REQUERIDO: Joao Alves de Oliveira - Intime-se o patrono da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre a certidão de folhas 30, indicando o endereço atual da parte provida, a fim de viabilizar a citação pessoal desta, ou requerer a conversão da presente ação em ação de execução e a citação da parte promovida pela via editalícia, caso seja desconhecido o seu paradeiro, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: DANIEL AUGUSTO DE MORAIS URBANO (OAB 71886-0/MG) - Processo 0039655-86.2014.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Citação - EXEQUENTE: Caixa Seguradora S/A - EXECUTADO: Tania Maria Alexandre Chaves - Sobre a certidão de folhas 50, manifeste-se a parte exequente, através do seu procurador judicial, requerendo o que entender de direito.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0057/2016

ADV: TIAGO AQUERY MORAES DE ARAGAO (OAB 25295/CE), CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ (OAB 26501/CE), TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA (OAB 30766/CE) - Processo 0009414-95.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Emerson Marcondes Rocha Moreira - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0058/2016

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0010069-67.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Lianofelicio dos Reis - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CARLA SUSIANY ALVES DE MOURA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FERNANDA NUNES BRANDAO
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2016

ADV: ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0009484-15.2015.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Wellington de Almeida Fernandes - Diante do exposto, tendo em vista que foram cumpridas as formalidades legais, homologo por sentença o requerimento de desistência da ação formulado pela parte promovente, para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, e o faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do supracitado Diploma Legal, ficando revogada a liminar anteriormente concedida. Recolher, COM URGÊNCIA, o mandado de busca e apreensão, se expedido. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se, e, após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se estes autos.

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FLÁVIA MARIA AIRES FREIRE ALLEMÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENILSON DA NÓBREGA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0014/2016

ADV: AUGUSTO CESAR SOARES CAMPOS (OAB 8913/CE) - Processo 0002996-44.2015.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Francisco Alexandre Ferreira da Silva e outro - R. H. Tendo em vista a juntada de petição intermediária, fls. 118/131, de forma errônea, haja vista o disposto no art. 120, § 2º, do CPP, que determina que o incidente de relaxamento de prisão por excesso de prazo autuar-se-á em apartado, determino que se torne sem efeito referida juntada, bem como se intime o(a) requerente, por seu advogado, para que, no prazo de 5 dias, proceda à instauração do referido incidente do modo correto. Expediente necessário.

ADV: DETINO DE SOUSA LINS NETO (OAB 21304/CE) - Processo 0004049-60.2015.8.06.0117 - Carta Precatória Criminal - Atos Processuais - RÉU: Joao Alexandre Baltazar - R.H Designo a audiência de Instrução para o dia 22/02/2016 às 10:30 horas. Exp. Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FLÁVIA MARIA AIRES FREIRE ALLEMÃO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DENILSON DA NÓBREGA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0023/2016

ADV: EDUARDO GRAZIENI CALIXTO BEZERRA (OAB 25206/CE), JOSE RIBAMAR LIMA FILHO (OAB 27312/CE), CAYO LUIZ LOURENCO RIBEIRO (OAB 31754/CE), CLARYSSA LOURENÇO RIBEIRO (OAB 32209/CE) - Processo 0003404-35.2015.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - AUTUADO: Haroldo Alves Nóbrega - Amarilio Soares Bizerra Neto - Jerry Adriano Silva de Oliveira - designada para o dia 24/02/2016, às 10;00 horas.

ADV: TIBERIO ALMEIDA PERES (OAB 19230/CE), ELIANE SOUSA BORGES (OAB 28603/CE) - Processo 0005073-26.2015.8.06.0117 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - AUTUADO: Manoel Paes de Sousa Filho - Francisco Lucas de Souza Maciel - Instrução e Julgamento Data: 25/02/2016 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

COMARCA DE MILHA - VARA UNICA VINCULADA DE MILHA

PROCESSO CÍVEL Nº 343-48.2014.8.06.0200 – TOMBO Nº 2102/14 – AÇÃO DE ALVARÁ – REQUERENTES: ALZIRA PINHEIRO ALVES, CICERO PINHEIRO NETO E CLAUDIO SOCORRO ALVES PINHEIRO.

SENTENÇA PARTE FINAL: Diante do exposto, julgo procedente o pedido contido na exordial, para o só fim de determinar a expedição do competente alvará judicial, autorizando ALZIRA ALVES PINHEIRO a receber junto ao Banco do Brasil S/A, agência 4377-X, os saldos da conta nº 8897-8, de titularidade do seu falecido esposo, O Sr. JOSÉ OSVALDO PINHEIRO, pelo que fica o presente processo extinto, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, CPC. Desde logo nomeio a requerente como depositária fiel do(s) bem(ens) em questão, cabendo-lhe a expressa obrigação de prestação de contas, caso seja instada para tanto, nos termos do art. 919, do CPC. Custas já recolhidas. Após o trânsito em julgado, expeçam-se os competentes alvarás e demais expedientes necessários. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as formalidades legais. P. R. I. INT. DR(A). LUÍS SÉRGIO BARROS CAVALCANTE (OAB/CE Nº 8.890).

COMARCA DE MISSÃO VELHA - VARA UNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA

Juiz(a) Titular: MATHEUS PEREIRA JÚNIOR
Diretor(a) de Secretaria: ELIANE MOURA ALENCAR FERREIRA
EXPEDIENTE nº 5/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.

CE/23502	1		CE/10224	1
CE/27179	1		CE/20787	1
/	1		CE/23502	2
CE/20787	2		/	2
CE/999999999	3		CE/21451	3
CE/2305	3		/	3
CE/27371	4		CE/17763	4
CE/30081	4		/	4
CE/21373	5		CE/18538	5
/	5		CE/16017	6
/	6		CE/14741	7
CE/11768	7		/	7
CE/10224	8		/	8
CE/10224	9		/	9
CE/26037	10		PB/15186	10
PB/11755	10		PB/12526	10
CE/20417	10		PB/10334	10
PB/11488	10		CE/21572	10
/	10		CE/18538	11
/	11		CE/10224	12
/	12		CE/20925	13
CE/11405	13		/	13
CE/31835	14		CE/9909	14
/	14		CE/18538	15
/	15		CE/30031	16
CE/28029	16		/	16
MP	17		/	17
CE/16641	18		CE/25636	18
/	18		CE/10224	19
/	19		CE/19744	20
CE/20623	20		CE/9999999999	20
CE/19925	20		CE/12844	20
/	20			

1) 3625-91.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - JUSTIFICAÇÃO REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO SILVA DANTAS. **"SENTENÇA DE FLS. 17: Intimado(a) para emendar a inicial, informando o lugar do sepultamento e juntando declaração do cemitério onde o corpo foi sepulado, o(a) requerente não se manifestou no prazo legal (fls. 16). Referidas informação e declaração são imprescidíveis para o julgamento do pedido. Por essas razões, dando efetividade ao princípio da economia e celeridade processuais, indefiro a inicial e decreto a extinção do processo, nos termos dos arts. 284, parágrafo único, e 267, inciso I do Código de Processo Civil. P.R.I. Missão Velha/CE, 02 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA , JARBAS MACEDO SILVA , JOAO BRUNO TAVARES LACERDA , THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

2) 3730-05.2014.8.06.0125/0 - Tombo: 4714 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: FRANCISCA FRASSINETE COSTA SANTOS ARAUJO REQUERIDO.: FRANCISCO DA COSTA SANTOS. **"SENTENÇA DE FLS. 63/63V: Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial e decreto a interdição de Francisco da Costa Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, o que faço com fundamento nos arts. 1.767, I e 1.768, I, todos do citado Código, c/c o art. 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil. Nomeio curador(a) do(a) interdito(a) sua irmã, Francisca Frassinete Costa Santos Araújo, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao(à) interdito(a), sem autorização judicial. Os valores porventura recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do(a) interdito(a). Aplica-se, no caso, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos arts. 1.184 e 1.188 (sendo que dispenso a especialização em hipoteca legal em face da ausência de bens imóveis) do Código de Processo Civil, publicando-se os editais.Inscreva-se a sentença no Registro Civil. Publique-se no Diário da Justiça por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 dias. Intime-se o(a) curador(a) para o compromisso.Sem custas, em face da gratuidade deferida.Ciência à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, II da Constituição Federal. P.R.I. Missão Velha/CE, 2 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA , THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

3) 3743-38.2013.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: FLORACIR RIBEIRO TORRES REQUERIDO.: FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO DA SILVA. **"SENTENÇA DE FLS. 47/47V: (...) Ante o exposto, e tendo em vista que o divórcio se trata de direito potestativo, defiro o pedido da autora e decreto o divórcio do casal, com fundamento no art. 40, caput, da Lei de Divórcio, declarando cessada a união conjugal entre Floracir Ribeiro Torres e Francisco José Ribeiro da Silva (art. 2º, IV da referida Lei). A promovida voltará a usar o nome de solteira, Floracir Ribeiro Torres. Sem custas finais, em razão da gratuidade judiciária deferida. Após o trânsito em julgado, expeça(m)-se o(s) mandado(s) necessário(s) e arquive-se. P.R.I. Missão Velha/CE, 2 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito titular".**- INT. DR(S). CURADOR ESPECIAL JOÃO BRUNO TAVARES LACERDA - OAB/CE 27179, GEORGE FECHINE TAVARES , JOSE DANTAS TAVARES

4) 3881-34.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRANTE.: AQUILES SOARES DE SAMPAIO IMPETRANTE.: JOSÉ PEDRO DA SILVA SOBRINHO IMPETRADO.: MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/ CEARÁ IMPETRADO.: TARDINY PINHEIRO ROBERTO IMPETRANTE.: THANARA PAULINO DE ALMEIDA. **"SENTENÇA DE FLS.77/77v: O**

Município de Missão Velha, com fulcro no art. 535 do CPC, interpõe, às fls. 68/72, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em face da sentença de fls. 63/64, alegando, em resumo, que os impetrantes não teriam legitimidade para protocolar o presente mandamus, porquanto o direito vindicado e classificado como líquido e certo havia sido administrativamente perquerido em nome da Ordem dos Advogados do Brasil.Conclusos, vieram-me os autos. É o relatório. Decido. Dispõe o Código de Processo Civil:Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Ora, o dispositivo legal é claro no sentido de que os embargos só cabem quando, na decisão impugnada, houver obscuridade, contradição ou omissão. Obscuridade ocorre quando o pronunciamento não se mostra inteligível ou compreensível. Contradição, quando há incompatibilidades lógicas entre argumentos; entre determinações judiciais; entre pontos da fundamentação e do dispositivo; ou entre os pedidos e o dispositivo. A omissão, por sua vez, se constata quando o julgador deixa de apreciar pedidos ou argumentos de alguma das partes; quando acolhe ou rejeita um pedido sem a respectiva fundamentação; ou quando ausente um dos requisitos formais da decisão. No caso em exame, todavia, nenhum dos vícios pode ser imputado ao decisum embargado, dada a evidência de que a questão ora levantada pelo recorrente - suposta ilegitimidade dos impetrantes - sequer chegou a ser suscitada pelo embargante ou pelo impetrado, no prazo de defesa. Ainda assim, ficou expressamente consignado, às fls. 63/63v da sentença, que toda e qualquer pessoa poderia ter acesso às informações pleiteadas pelo impetrante, consideração que já afastaria eventual arguição de ilegitimidade. Por fim, cumpre esclarecer que os embargos de declaração não constituem via adequada para levantar questões que deixaram de ser suscitadas no momento oportuno pelos interessados (mesmo que de ordem pública), nem a questionar divergências entre julgamentos proferidos por juízo diversos, pretensões para os quais a lei prevê os recursos adequados às superiores instâncias. Ex positis, REJEITO os embargos de declaração, mantendo o teor da decisão embargada, em todos os seus termos. P.R.I.Missão Velha/CE, 12 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juz de Direito Titular".- INT. DR(S). AQUILES SOARES DE SAMPAIO , JOSÉ PEDRO DA SILVA SOBRINHO , THANARA PAULINO DE ALMEIDA

5) 3884-86.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: PAULO ROBERTO BELÉM DE FARIAS REQUERIDO.: RUTIELE GOMES CRUZ BELÉM DE FARIAS. **"SENTENÇA DE FLS. 51/52V: (...) Nesses termos, tenho por satisfeitas as exigências legais, e julgo procedente o pedido autoral, para: a) Decretar a dissolução do vínculo matrimonial pelo divórcio, nos termos dos arts. 2o inciso IV, 40 da Lei N.6.515/77 e 226, parágrafo 6o da Constituição Federal; b) Fixar a pensão alimentícia devida pelo promovente Paulo Roberto Belém de Farias em favor da filha, Lewen Rhuama Cruz de Farias, no valor de 38,1% (trinta e oito vírgula um por cento) do salário mínimo. c) Determinar que Paulo Roberto Belém de Farias exerça o direito de visitas à filha Lewen Rhuama Cruz de Farias, no último final de semana de cada mês, a partir de dezembro de 2015, ficando o mesmo responsável de pegar a menor na residência de Rutilele Gomes Cruz, a partir das 19h da sexta-feira, e a devolvê-la no mesmo local, até as 18h do domingo, pessoalmente, ou através outra pessoa da famíliad) Definir a partilha de bens, determinando que Paulo Roberto Belém de Farias fique com a posse ea propriedade exclusiva da motoneta Yamaha T115 Crypton ED 2010, e impondo ao mesmo a obrigação de pagar o valor de R$ 1.842,00 (mil oitocentos e quarenta e dois reais) à requerida Rutilele Gomes Cruz, a título de meação, com a ressalva de que o referido pagamento ficará sujeito à compensação com metade do valor da dívida deixada pelos cônjuges junto ao Banco Panamericano S/A, relativa ao financiamento da motoneta, até o limite do valor arbitrado da meação.O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira, Rutilele Gomes Cruz. Sem custas e honorários de sucumbência, em razão da pobreza declarada por ambos os litigantes. Após o trânsito em julgado, expeça(m)-se o(s) mandado(s) necessário(s) e arquive-se. P.R.I. Missão Velha/CE, 8 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). DIOGO PINHEIRO PEIXOTO , JOSE CELMA TAVARES

6) 3910-55.2013.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: IVAN LEITE LANDIM REQUERIDO.: MUNICIPIO DE MISSAO VELHA-CE REQUERENTE.: TEREZINHA LEITE LUCENA. **"INTIMO-O a apresentar as RAZÕES FINAIS ESCRITAS da PARTE AUTORA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determinado no termo de audiência de fls. 124".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE SOUSA

7) 3955-88.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - INTERDIÇÃO INTERDITANDO.: MANUEL FERREIRA LIMA REQUERENTE.: MARIA ROCILDA LOURENÇO LIMA. **"SENTENÇA DE FLS.40/40V: (...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial e decreto a interdição de Manuel Ferreira Lima, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, o que faço com fundamento nos arts. 1.767, I e 1.768, I, todos do citado Código, c/c o art. 1.177 e seguintes do Código de ProcessoCivil. Nomeio curador(a) do(a) interdito(a) sua esposa, Maria Rocilda Lourenço Lima, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao(à) interdito(a), sem autorização judicial. Os valores porventura recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do(a) interdito(a). Aplica-se, no caso, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos arts. 1.184 e 1.188 (sendo que dispenso a especialização em hipoteca legal em face da ausência de bens imóveis) do Código de Processo Civil, publicando-se os editais.Inscreva-se a sentença no Registro Civil. Publique-se no Diário da Justiça por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 dias. Intime-se o(a) curador(a) para o compromisso.Sem custas, em face da gratuidade deferida.Ciência à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, II da Constituição Federal. P.R.I. Missão Velha/CE, 2 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). CICERA FRANCISCA GENUINO DO NASCIMENTO , IZAC GENUINO DO NASCIMENTO

8) 4089-18.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 02 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ANA LÚCIA FERNANDES TELES EXECUTADO.: HÉLIO MARIANO DOS SANTOS. **"SENTENÇA DE FLS. 23: Indefiro o pedido de fls. 22, uma vez que o próprio executado assinou os termos do acordo de fls. 18/19. Diante, pois, da composição amigável celebrada entre as partes, HOMOLOGO o acordo de fls. 18/19 e extingo o processo, com esteio no art. 794, II do Código de Processo Civil. Sem custas finais. P.R.I. Missão Velha/CE, 14 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). JARBAS MACEDO SILVA

9) 4090-03.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 02 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ANA LÚCIA FERNANDES TELES EXECUTADO.: HÉLIO MARIANO DOS SANTOS. **"SENTENÇA DE FLS. 16: Indefiro o pedido de fls. 15, uma vez que o acordo não foi firmado pelo advogado em nome do executado, mas pelo próprio, já que assinado pelo mesmo. Diante,**

pois, da composição amigável celebrada entre as partes, HOMOLOGO o acordo de fls. 11/12 e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Sem custas finais. P.R.I. Missão Velha/CE, 14 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".- INT. DR(S). JARBAS MACEDO SILVA

10) 4161-39.2014.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: ADÉLIA FERREIRA DIAS INTERDITANDO.: JOSÉ FERREIRA DIAS. **"SENTENÇA DE FLS. 41/41v: (...) Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial e decreto a interdição de José Ferreira Dias, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, o que faço com fundamento nos arts. 1.767, I e 1.768, I, todos do citado Código, c/c o art. 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil. Nomeio curador(a) do(a) interdito(a) sua irmã, Adélia Ferreira Dias, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao(à) interdito(a), sem autorização judicial. Os valores porventura recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do(a) interdito(a). Aplica-se, no caso, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos arts. 1.184 e 1.188 (sendo que dispenso a especialização em hipoteca legal em face da ausência de bens imóveis) do Código de Processo Civil, publicando-se os editais. Inscreva-se a sentença no Registro Civil. Publique-se no Diário da Justiça por 03 (três)vezes, com intervalo de 10 dias. Intime-se o(a) curador(a) para o compromisso. Sem custas, em face da gratuidade deferida.Ciência à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, II da Constituição Federal.P.R.I.Missão Velha/CE, 14 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). ANTONIO MACEDO COELHO NETO , EMANUELE ALCANTARA DE OLIVEIRA , KARLA GABRIELA SOUSA LEITE , LETICIA BOLZANI GONDIM , MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA , NARRIMAN XAVIER DA COSTA , NELSON AZEVEDO TORRES , NIEDSON FREIRES PEREIRA

11) 4244-55.2014.8.06.0125/0 - Tombo: 21014 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: ANA LÚCIA PEREIRA DE MORAIS REQUERIDO.: SEVERINA PEREIRA MORAIS. **"SENTENÇA DE FLS. 37: (...) Ante o exposto, com fundamento nos arts. 109 e seguintes da Lei de Registros Públicos, julgo procedente o pedido autoral e, por conseguinte, determino que se proceda ao registro de óbito de Severina Pereira Morais, devendo nele constar todas as informações contidas na presente decisão, observadas as demais formalidades do art. 80 da Lei de Registros Públicos. Transitada em julgado esta sentença, seja expedido o respectivo mandado para registro no cartório competente, com cópias dos documentos juntados ao processo, arquivando-se os autos com baixa na estatística. P.R.I. Missão Velha/CE, 3 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). JOSE CELMA TAVARES

12) 4273-08.2014.8.06.0125/0 - Tombo: 5814 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS TERCEIRO INTERESSADO.: ANA CLÁUDIA SILVA ESCARIOLANO EXECUTADO.: ANTONIO JOÃO ESCARIOLANO EXEQUENTE.: CÍCERA SILVA DOS SANTOS TERCEIRO INTERESSADO.: LUIS ANTONIO SILVA ESCARIOLANDO. **"SENTENÇA DE FLS. 29: Intimada por advogado e pessoalmene para indicar o endereço atualizado do executado, a parte exequente não se manifestou no prazo legal. O Ministério Público nada requereu. Evidenciada, pois, a desídia da promovente para com o feito, dando efetividade ao princípio da economia e celeridade processuais (art. 125, II do CPC) indefiro a inicial e extingo o processo, com fundamento no art. 267, III do Código de proceso Civil. P.R.I. Missão Velha/CE, 14 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). JARBAS MACEDO SILVA

13) 4585-52.2012.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - USUCAPIÃO TERCEIRO INTERESSADO.: ESPÓLIO DE JOSÉ MOACIR OLEGÁRIO DE SANTANA TERCEIRO INTERESSADO.: ESPÓLIO DE OSVALDO ESMERALDO DE MORAIS TERCEIRO INTERESSADO.: MANUELLA CALDAS DE OLIVEIRA REQUERENTE.: REGILÂNIO ANTÔNIO BARBOSA. **"SENTENÇA DE FLS. 137/138: (...) Considerando, portanto, que as posses do promovente e da pessoa que lhe vendeu o imóvel tiveram inicio há menos de cinco anos; que essas não podem ser somadas à posse dos herdeiros cessionários; e que a lei prevê o mínimo de 10 (dez) anos para a constituição da usucapião ordinária, a teor do que dispõe o art. 1.242 da do Código Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral e, em consequência, extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil. Sem honorários de sucumbência, haja vista que não houve contestação ao pedido. Sem custas finais. P.R.I.Missão Velha/CE, 8 de outubro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR Juiz de Direito titular".**- INT. DR(S). NORMA JEANNE PEREIRA MACHADO , WILLIAM MARDEN PEREIRA MACHADO

14) 4591-54.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - ARROLAMENTO SUMÁRIO ESPÓLIO.: ESPÓLIO DE JOSÉ SAMPAIO NETO REQUERENTE.: JOÃO EUDES FURTADO SAMPAIO REQUERENTE.: MARIA ROSANE FURTADO SAMPAIO REQUERENTE.: ZÉLIA FURTADO DE ARAÚJO SAMPAIO. **"SENTENÇA DE FLS. 19/19V: (...) Por todo o exposto, homologo por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a partilha do veículo descrito na inicial em favor de Zélia Furtado de Araújo Sampaio, Maria Rosane Furtado Sampaio e João Eudes Furtado Sampaio, atribuindo a estes a propriedade exclusiva do bem, salvo erro ou omissão, e ressalvados direitos de terceiros. Expeça-se alvará, autorizando Zélia Furtado de Araújo Sampaio a vender o veículo para terceiros, em nome dos herdeiros. Em seguida, arquivem-se os autos. Sem custas, face à gratuidade judicial deferida. P.R.I. Missão Velha/CE, 11 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). FELLIPE NEVES FURTADO , SEBASTIÃO FURTADO ALVES

15) 4675-89.2014.8.06.0125/0 - Tombo: 317 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: JOSEPH MAYKON DE SENA LINARD REQUERIDO.: PAULA JESSICA ROCHA SILVA LINARD. **"SENTENÇA DE FLS. 21: Intimada para dizer se ainda possuía interesse em prosseguir com o presente processo, a parte autora não se manifestou no prazo legal (fls. 20). Evidenciado, pois, o desinteresse da promovente para com o presente feito, dando efetividade ao princípio da economia e celeridade processuais (art. 125, II do CPC), extingo o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, III do CPC. P.R.I. Missão Velha/CE, 2 de dezembro de 2015. (as) MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). JOSE CELMA TAVARES

16) 4703-23.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERENTE.: ECLÉBIA MARILENE GONÇALVES REQUERENTE.: JOSÉ VICENTE FILHO . **"SENTENÇA DE FLS. 10: Considerando que as mesmas partes já ajuizaram ação de divórcio consensual, resta evidente que a autora não tem mais interesse no prosseguimento do processo, razão**

pela qual indefiro a inicial e extingo o processo, sem resolução de mérito, com esteio no art. 267, I e VI do Código de Processo Civil. Desapensem-se os autos. Decorrido o prazo recursal, arquive-se.P.R.I. Missão Velha/CE, 13 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito titular".- INT. DR(S). GRASIELA MARIA FIDELES LEITE BEZERRA , JOSE GOMES DOS PASSOS NELO

17) 4704-08.2015.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: FRANCISCO ANTÔNIO SANTOS. **"SENTENÇA DE FLS. 15/15V: (...) Ante o exposto, DEFIRO o pedido do requerente, pelo que autorizo Francisco Antonio Santos a efetuar o levantamento de todos os valores depositados em conta individual do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do fundo de participação PIS/PASEP em nome de João Silva Santos (CPF nº 056.613.033-51), junto ao INSS e instituções financeiras conveniadas. Expeça-se o competrente alvará e arquivem-se os autos. Sem custas, face à gratuidade deferida. P.R.I. Missão Velha/CE, 13 de janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). DEFENSOR PÚBLICO MÔNICA ALVES FERREIRA ALEXANDRE E SOUSA

18) 4762-11.2015.8.06.0125/0 - SUPRIMENTO DE CAPACIDADE OU DE CONSENTIMENTO PARA CASAR REQUERENTE.: DOMMANE XAVIER QUEIROZ. **"SENTENÇA DE FLS. 19: (...) Em vista, pois, da vontade dos interessados, da prova produzida e do parecer do representante do Ministério Público, defiro o requerimento inicial e declaro suprida a idade da menor Beatriz Xavier Vitoriano, autorizando-a a casar-se com José Lucas Nascimento Brito. O casamento se realizará pelo regime obrigatório de separação de bens, que é obrigatório, de acordo com o art. 1.641, III do Código Civil. Expeça-se o alvará e arquive-se. P.R.I. Missão Velha/CE, 28 de Janeiro de 2016. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). CLAUVER RENNÊ LUCIANO BARRETO , THAMIRES TÁBATA GONÇALVES DE FERREIRA GOMES

19) 4923-89.2013.8.06.0125/0 - Tombo: 05 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: CÍCERA MARIA DO SOCORRO PEREIRA INTERDITANDO.: FRANCISCA MARIA PEREIRA. **"SENTENÇA DE FLS. 57/57V: Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial e decreto a interdição de Francisca Maria Pereira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, o que faço com fundamento nos arts. 1.767, I e 1.768, I, todos do citado Código, c/c o art. 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil. Nomeio curador(a) do(a) interdito(a) sua filha, Cícera Maria do Socorro Pereira, ora requerente, que não poderá por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao(à) interdito(a), sem autorização judicial. Os valores porventura recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do(a) interdito(a). Aplica-se, no caso, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções. Lavre-se termo de curatela, constando as restrições acima. Cumpra-se o disposto nos arts. 1.184 e 1.188 (sendo que dispenso aespecialização em hipoteca legal em face da ausência de bens imóveis) do Código de Processo Civil, publicando-se os editais.Inscreva-se a sentença no Registro Civil. Publique-se no Diário da Justiça por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 dias. Intime-se o(a) curador(a) para o compromisso. Sem custas, em face da gratuidade deferida. Ciência à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, II da Constituição Federal. P.R.I. Missão Velha/CE, 3 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular".**- INT. DR(S). JARBAS MACEDO SILVA

20) 810-34.2009.8.06.0125/0 - AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERIDO.: JOSE LEITE LANDIM REQUERENTE.: MINISTÉRIO PÚBLICO ."**SENTENÇA DE FLS. 788/792: (...) Ex positis, e em vista da natureza e a gravidade dos atos ímprobos reconhecidos por este juízo - ausência de remessa de RREOs e RGFs e gasto de recursos públicos com saúde em percentual inferior ao mínimo previsto no art. 77, III da ADCT da Constituição Federal (8,21%) - JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, para condenar José Leite Landim à suspensão dos direitos políticos pelo período de 04 (quatro) anos; ao pagamento de multa civil no importe de 40 (quarenta) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente; e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos pelo prazo de 03 (três) anos. Por fim, condeno o promovido, por fim, ao pagamento das custas processuais.Transitada em julgado esta decisão, dê-se efetividade à mesma, expedindo-se os expedientes correspondentes. P.R.I.Missão Velha/CE, 11 de dezembro de 2015. MATHEUS PEREIRA JÚNIOR - Juiz de Direito Titular"**- INT. DR(S). ALEXANDRE DIOGO DE SABOYA CRUZ , LEONARDO WANDEMBERG L. BATISTA , PROMOTOR DE JUSTIÇA NESTOR ROCHA CABRAL, ROBSON MARTINS LOPES , WILSON DA SILVA VICENTINO .

COMARCA DE MONSENHOR TABOSA - VARA UNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA

EXPEDIENTE nº 13/2016

1) 2978-95.2012.8.06.0127/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL EXECUTADO.: FRANCISCO CHAGAS MIGUEL. **"INTIMAÇAO DO DESPACHO DE FL. 32: "Defiro o pedido de fl. 31. Suspendo o feito pelo prazo de 60 dias''.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE 16477;

2) 3461-23.2015.8.06.0127/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCA SULIANE JORGE LIMA - ME REQUERIDO.: GERAIS ELETROMOVEIS LTDA - DANTAS. **"INTIMAÇAO DO DESPACHO DE FL. 19: Ante o exposto, intime-se a parte autora para que providencie a emenda da inicial, com o pagamento das custas processuais, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento e extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 283 c/c o art. 284, do CPC e seu § único''.".**- INT. DR(S). BRUNA EVELLY SANTOS RODRIGUES - OAB/CE/27493 , JOÃO BRUNO RODRIGUES BALTAZAR -OAB CE/24215 ;

3) 427-55.2006.8.06.0127/0 - PRESTAÇÃO DE CONTAS REQUERENTE.: FRANCISCO CARLOS DE SOUSA ."**INTIMAÇAO DA DECISAO DE FL. 351:''Para que no prazo de 10 dias promova a juntada do pagamento das custas processuais, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito''."**- INT. DR(S). PROCURADOR JOSE MOURAO JUNIOR - OAB/CE 10.598.

COMARCA DE MORADA NOVA - 2ª VARA DA COMARCA DE MORADA NOVA

Juiz(a) Titular : GERANA CELLY DANTAS DA CUNHA VERISSIMO
Diretor(a) de Secretaria: STÊNIO ALVES DA SILVA
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/14260	1		CE/21111	1
/	1		CE/14260	2
CE/26823	2		/	2
CE/14260	3		CE/26823	3
/	3		CE/14260	4
CE/21111	4		/	4
CE/14260	5		CE/21111	5
/	5		CE/14260	6
CE/26823	6		/	6
CE/14260	7		CE/26823	7
/	7		CE/14260	8
/	8		CE/24500	9
CE/3085	9		CE/26953	9
/	9		CE/24500	10
CE/3085	10		CE/26953	10
/	10		CE/14260	11
CE/21111	11		/	11
CE/14260	12		CE/26823	12
/	12		CE/14260	13
CE/26823	13		/	13
CE/14260	14		CE/21111	14
/	14		CE/14260	15
CE/21111	15		/	15
CE/25366	16		/	16
CE/27565	17		/	17
CE/25366	18		/	18
CE/14260	19		/	19
CE/14260	20		CE/26823	20
/	20		CE/14260	21
CE/21111	21		/	21
CE/14260	22		CE/21111	22
/	22		CE/14260	23
CE/21111	23		/	23
CE/14260	24		CE/21111	24
/	24		CE/14260	25
CE/21111	25		/	25
CE/14260	26		CE/21111	26
/	26		CE/14260	27
CE/21111	27		/	27
CE/14260	28		CE/21111	28
/	28		CE/14260	29
CE/21111	29		/	29
CE/14260	30		CE/26823	30
/	30		CE/14260	31
CE/26823	31		/	31
CE/14260	32		CE/26823	32
/	32		CE/3085	33
CE/26953	33		/	33
CE/25366	34		/	34
CE/25366	35		/	35
CE/25366	36		/	36
CE/14260	37		/	37
CE/3085	38		/	38
CE/9018	39		/	39
CE/14260	40		/	40
CE/14260	41		/	41
CE/14260	42		/	42
CE/14260	43		/	43
MG/88302	44		MG/84400	44
MG/76696	44		MG/91458	44
MG/70431	44		CE/14260	44
MG/52529	44		CE/19091	44

MG/81188	44		MG/99155	44
MG/60006	44		MG/50342	44
MG/51452	44		/	44
MG/88302	45		MG/84400	45
MG/76696	45		MG/91458	45
MG/70431	45		CE/14260	45
MG/52529	45		MG/81188	45
MG/99155	45		MG/60006	45
MG/50342	45		MG/51452	45
/	45		MG/88302	46
MG/84400	46		CE/30071	46
MG/76696	46		MG/91458	46
CE/16190	46		MG/70431	46
CE/14260	46		MG/52529	46
MG/81188	46		MG/99155	46
MG/60006	46		MG/50342	46
MG/51452	46		/	46
CE/17960	47		CE/22020	47
CE/27121	47		CE/21310	47
CE/26467	47		CE/17207	47
CE/24841	47		CE/27221	47
CE/17226	47		CE/29367	47
CE/19564	47		CE/30319	47
CE/18023	47		CE/31377	47
CE/14260	47		CE/22734	47
CE/16960	47		CE/24000	47
CE/23178	47		CE/20978	47
CE/27899	47		CE/28416	47
CE/27486	47		CE/33160	47
CE/21981	47		CE/21048	47
CE/17497	47		CE/22037	47
CE/28047	47		CE/24585	47
CE/17314	47		/	47
CE/15443	48		CE/8502	48
CE/19842	48		CE/19741	48
CE/15095	48		CE/9687	48
CE/18476	48		CE/19892	48
CE/20977	48		CE/14260	48
CE/26823	48		CE/22734	48
CE/19407	48		CE/20978	48
CE/17343	48		CE/21048	48
CE/18205	48		CE/20699	48
CE/17314	48		CE/19449	48
/	48		MG/88302	49
MG/84400	49		MG/76696	49
MG/91458	49		CE/16190	49
MG/70431	49		CE/14260	49
MG/52529	49		MG/81188	49
MG/99155	49		MG/60006	49
CE/21111	49		MG/50342	49
MG/51452	49		/	49
MG/88302	50		MG/84400	50
MG/76696	50		MG/91458	50
CE/16190	50		MG/70431	50
CE/14260	50		MG/52529	50
MG/81188	50		MG/99155	50
MG/60006	50		CE/21111	50
MG/50342	50		MG/51452	50
/	50		CE/5864	51
CE/25366	51		CE/31430	51
CE/21111	51		/	51
CE/14260	52		CE/26823	52
/	52			

1) 10003-54.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: RAIMUNDO MACIEL DO NASCIMENTO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 12:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

2) 10070-19.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: JOAO RAULINO NETO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 13:15 horas,**

que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

3) 10081-48.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA IRACI DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 14:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

4) 10082-33.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: FRANCISCA ANGINHA SARAIVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 11:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

5) 10156-87.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: SEBASTIAO ANTONIO DO NASCIMENTO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 11:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

6) 10171-56.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: FRANCISCO BENTO NOGUEIRA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 09:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

7) 10180-18.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: GERALDA FERREIRA LIMA DE BRITO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 14:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

8) 10188-92.2015.8.06.0128/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: FRANCISCO CHAGAS DA SILVA REQUERENTE.: JAILSON COSTA DA SILVA REQUERENTE.: JANE KELLY COSTA DA SILVA REPR. LEGAL.: MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA COSTA. **"Intime-se da audiência designada para o dia 05/04/2016 às 11:00 horas, que realizar-se-á na Sala de Audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

9) 10204-46.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: NEUZA SERAFIM DE PAULA VIEIRA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 13:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). DAVID DENY FERREIRA FELIX , FRANCISCO CAVALCANTE JUNIOR , MARCO ANTONIO DE ARAUJO BICA JUNIOR

10) 10206-16.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: NEUZA SERAFIM DE PAULA VIEIRA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 10:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). DAVID DENY FERREIRA FELIX , FRANCISCO CAVALCANTE JUNIOR , MARCO ANTONIO DE ARAUJO BICA JUNIOR

11) 10367-26.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: RAIMUNDA CANDIDA DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 29/02/2016 às 10:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

12) 10423-59.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA ZENEIDE DOS SANTOS MAIA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 09:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

13) 10424-44.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM

REQUERENTE.: MARIA ALVES DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 13:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

14) 10433-06.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA CONCEIÇAO SABOIA DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 29/02/2016 às 10:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

15) 10442-65.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA GONÇALVES DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 10:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

16) 10486-84.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA REQUERENTE.: SANDRA DE FATIMA RAULINO CELESTINO. **"Intime-se da audiência designada para o dia 14/0/2016 às 09:30 horas, que realizar-se-á na Sala de Audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). AVNER DE OLIVEIRA NERES

17) 10644-42.2015.8.06.0128/0 - AÇÃO PENAL VITIMA.: A SOCIEDADE REU.: DIONES OLIVEIRA BANDEIRA REU.: JOSE BRENO DE LIMA DUTRA REU.: RONALDO DE OLIVEIRA RIBEIRO REU.: VALDENIR CAVALCANTE. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 17/02/2016 às 16:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE.".**- INT. DR(S). FILIPE BEZERRA CATUNDA CAMPELO

18) 10686-91.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BRADESCO S.A REQUERENTE.: SANDRA DE FATIMA RAULINO CELESTINO. **"Intime-se da audiência designada para o dia 14/03/2016 às 09:45 horas, que realizar-se-á na Sala de Audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). AVNER DE OLIVEIRA NERES

19) 10769-10.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: FRANCISCA MOURA BENTO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 09:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

20) 10777-84.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: MATIAS BENICIO RABELO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 11:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

21) 10780-39.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: LUIZA AVELINA DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 09:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

22) 10799-45.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: JOSE MOREIRA NETO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 10:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

23) 10800-30.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: JOSE MOREIRA NETO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 11:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

24) 10839-27.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA NAZARE DE SOUZA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 29/02/2016 às 10:45 horas,**

que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

25) 10850-56.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: VALDIR PINTO BEZERRA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 11:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

26) 10898-15.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA IRDENIA DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 15:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

27) 10899-97.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: ROCILDA ELIAS DO NASCIMENTO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 10:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

28) 10903-37.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA FRANKLIN. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 15:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

29) 10909-44.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: INES HELENA SARAIVA MAIA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 15:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

30) 10913-81.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: JOSE MURILO E SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 10:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

31) 10916-36.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: FRANCISCA DE SOUSA LIMA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 13:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

32) 10925-95.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: SUZETE OLIVEIRA DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 10:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA

33) 10944-04.2015.8.06.0128/0 - AÇÃO PENAL REU.: COSME DE FREITAS SOUSA REU.: GLAUDEVAN GOMES SARAIVA VITIMA.: MELISSA RAQUEL FERREIRA DE LIMA VITIMA.: O ESTADO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 17/02/2016 às 15:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE".**- INT. DR(S). FRANCISCO CAVALCANTE JUNIOR , MARCO ANTONIO DE ARAUJO BICA JUNIOR

34) 11181-38.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ALEX MARTINS DE SOUSA REQUERIDO.: EMBRATEL TV SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 29/02/2016 às 11:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). AVNER DE OLIVEIRA NERES

35) 11182-23.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ALEX MARTINS DE SOUSA REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 16:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não**

comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".- INT. DR(S). AVNER DE OLIVEIRA NERES

36) 11183-08.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ALEX MARTINS DE SOUSA REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 16:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). AVNER DE OLIVEIRA NERES

37) 11693-84.2016.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: DOMINGOS MENDES REGIS JUNIOR. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 11:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

38) 837-81.2004.8.06.0128/0 - ART. 158 CPB- EXTORSÃO REU.: DANILO SERGIO RAQUEL MARTINS REU.: EDILSON SANTANA VITIMA.: ESTADO - MORADA NOVA REU.: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO REU.: FRANCISCO REGIVALDO MARCELO DE LIMA REU.: IZAQUE BISPO SALDANHA REU.: JOSE BRUNO MAGALHAES JUNIOR REU.: JOSE FABIO DO NASCIMENTO LIMA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REU.: PABLO MAGNO EVANGELISTA REU.: DANILO SERGIO RAQUEL MARTINS REU.: EDILSON SANTANA VITIMA.: ESTADO - MORADA NOVA REU.: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO REU.: FRANCISCO REGIVALDO MARCELO DE LIMA REU.: IZAQUE BISPO SALDANHA REU.: JOSE BRUNO MAGALHAES JUNIOR REU.: JOSE FABIO DO NASCIMENTO LIMA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REU.: PABLO MAGNO EVANGELISTA REU.: DANILO SERGIO RAQUEL MARTINS REU.: EDILSON SANTANA VITIMA.: ESTADO - MORADA NOVA REU.: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO REU.: FRANCISCO REGIVALDO MARCELO DE LIMA REU.: IZAQUE BISPO SALDANHA REU.: JOSE BRUNO MAGALHAES JUNIOR REU.: JOSE FABIO DO NASCIMENTO LIMA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REU.: PABLO MAGNO EVANGELISTA REU.: DANILO SERGIO RAQUEL MARTINS REU.: EDILSON SANTANA VITIMA.: ESTADO - MORADA NOVA REU.: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO REU.: FRANCISCO REGIVALDO MARCELO DE LIMA REU.: IZAQUE BISPO SALDANHA REU.: JOSE BRUNO MAGALHAES JUNIOR REU.: JOSE FABIO DO NASCIMENTO LIMA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REU.: PABLO MAGNO EVANGELISTA REU.: DANILO SERGIO RAQUEL MARTINS REU.: EDILSON SANTANA VITIMA.: ESTADO - MORADA NOVA REU.: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO REU.: FRANCISCO REGIVALDO MARCELO DE LIMA REU.: IZAQUE BISPO SALDANHA REU.: JOSE BRUNO MAGALHAES JUNIOR REU.: JOSE FABIO DO NASCIMENTO LIMA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REU.: PABLO MAGNO EVANGELISTA. **"¿Intime-se da parte final da sentença de (fls.936/947)... Nestas condições, ante a fundamentação acima, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTEa denúncia para CONDENAR os acusados EDILSON SANTANA e PABLO MAGNO EVANGELISTA, já qualificados nosautos, nas penas do crime de concussão. Ao mesmo tempo, ABSOLVER os acusados FRANCISCO DAS CHAGASSOBRINHO, DANILO SÉRGIO RAQUEL MARTINS, JOSÉ BRUNO MAGALHÃES JÚNIOR, FRANCISCO REGIVALDOMARCELO DE LIMA, IZAQUE BISPO SALDANHA e JOSÉ FABIO DO NASCIMENTO LIMA das demais imputações expostasna inicial. Fixo, pois, a pena-base do acusado Santana em 5 (cinco) anos de reclusão, ao passo que a do acusado Pablovai fixada em 3 (três) anos de reclusão, as quais se mantém DEFINITIVAS em razão da ausência de casos de aumentoou de diminuição de pena. O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade será o SEMI-ABERTO, a sercumprida em estabelecimento penal indicado pelo juízo das execuções penais. Nos termos do art. 92, I, alíneas a e b, doCódigo Penal, DECLARO a perda do cargo público do acusado EDILSON SANTANA, eis que condenado a crime crimecontra a administração pública a pena superior a quatro anos. O acusado cometeu crime contra a administração públicasistematicamente durante longo período, se valendo de outro agente, contra várias vítimas.¿".**- INT. DR(S). FRANCISCO CAVALCANTE JUNIOR

39) 8394-07.2013.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL DO BRASIL REQUERENTE.: GIANEUDA NOGUEIRA GIRAO PEIXOTO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 14:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). FABIANA DE ARAUJO BICA

40) 8647-24.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA DO NASCIMENTO GOMES. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 13:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

41) 8648-09.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL REQUERENTE.: MARIA DO NASCIMENTO GOMES. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 14:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

42) 8650-76.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: FRANCISCO EDMIR SARAIVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 16:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

43) 8801-42.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: FRANCISCA RITA SALVIANO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 26/02/2016 às 14:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não**

comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA

44) 8805-79.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL REQUERENTE.: FRANCISCO SEBASTIAO FILHO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 11/03/2016 às 15:00 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANA CAROLINA SILVEIRA COUTINHO ALVES , BREINER RICARDO DINIZ RESENDO MACHADO , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , FERNANDO STEHLING FILHO , JOAO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS , MARCUS ANDRE FORTALEZA DE SOUSA , MARIA LUCIA DA SILVA , MARIANA GUIMARÃES COELHO , NIZAN OLIVEIRA AMORIM JUNIOR , ROBERTA ESPINHA CÔRREA , SERGIO SANTOS SETTE CAMARA

45) 8976-36.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL REQUERENTE.: MARIA IRISMAR RABELO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 11/03/2016 às 14:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANA CAROLINA SILVEIRA COUTINHO ALVES , BREINER RICARDO DINIZ RESENDO MACHADO , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , FERNANDO STEHLING FILHO , JOAO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS , MARIA LUCIA DA SILVA , MARIANA GUIMARÃES COELHO , NIZAN OLIVEIRA AMORIM JUNIOR , ROBERTA ESPINHA CÔRREA , SERGIO SANTOS SETTE CAMARA

46) 8980-73.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL DO BRASIL (BMB) REQUERENTE.: PAULINA ALVES FERREIRA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 11/03/2016 às 16:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANA CAROLINA SILVEIRA COUTINHO ALVES , BREINER RICARDO DINIZ RESENDO MACHADO , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , FERNANDO STEHLING FILHO , FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA , JOAO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS , MARIA LUCIA DA SILVA , MARIANA GUIMARÃES COELHO , NIZAN OLIVEIRA AMORIM JUNIOR , ROBERTA ESPINHA CÔRREA , SERGIO SANTOS SETTE CAMARA

47) 8981-58.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A REQUERENTE.: FRANCISCO FERREIRA FILHO. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 11/03/2016 às 11:30 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANA CAROLINNE LIMA DA SILVA , ANDRESSA MARTINS FRANÇA , ANEELE MENEZES MAGALHÃES , ANTONIO EDUARDO DE LIMA MACHADO FERRI , CAROLINA BEZERRA MORAES , CRISTIANA MONIQUE DE OLIVEIRA FREITAS , CRISTIANE FROTA OLIVEIRA , EDUARDO LINCOLN SILVA GUERRA , EINARDO DE SOUSA LIMA JUNIOR , ELANE KAMILA DE CARVALHO , FABIOLA FERNANDES FEIJÓ , FERNANDA LUIZA FONTES FREIRE , HEITOR MARQUES LINS DE SOUSA , ISABEL FERREIRA PORTELA , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JULIO CABRAL , LIANE PIMENTEL FIGUEIREDO , LIVIA GONDIM DE SOUZA , LUIZ ABRANNTES PEQUENO JUNIOR , MARCUS CESAR FREITAS , MARIANA FIGUEIREDO , MATHEUS CAMPOS DE OLIVEIRA PINHEIRO , MICHELLE PONTES FONTENELE , MONIQUE DA SILVA FERREIRA , RACHEL DE QUEIROZ VIANA , RACHEL SOUZA VIEIRA DE MELO , ROBERTA DE AZEVEDO PORTELA , TATIANA SALES CADENA , VANESSA LOBO CAVALCANTE , VICTOR BOSSARD QUINDERE , WILSON SALES BELCHIOR

48) 9160-89.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: MARIA MAIA DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 11:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANA PAULA TABOSA MARTINS , ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO , ANTONIO VALDENISIO BEZERRA JUNIOR , BEATRIZ FONTELES GOMES PINHEIRO , CAIO CESAR VIEIRA ROCHA , DEBORAH SALES BELCHIOR , FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL , FRANCISCO DAVID VERAS ROCHA , HERMANO MENEZES DE LIMA , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA , JULIO CABRAL , LEONARDO CAPISTRANO , MARCUS CESAR FREITAS , PATRICIA ARAUJO RAMOS , RACHEL SOUZA VIEIRA DE MELO , SAMILA ROCHA DE ANDRADE , SIMONE ROCHA GONÇALVES AMORIM , WILSON SALES BELCHIOR , YARA LISBOA

49) 9237-98.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL DO BRASIL REQUERENTE.: FRANCISCO XAVIER DA SILVA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 11/03/2016 às 11:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANA CAROLINA SILVEIRA COUTINHO ALVES , BREINER RICARDO DINIZ RESENDO MACHADO , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , FERNANDO STEHLING FILHO , FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA , JOAO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS , MARIA LUCIA DA SILVA , MARIANA GUIMARÃES COELHO , NIZAN OLIVEIRA AMORIM JUNIOR , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO , ROBERTA ESPINHA CÔRREA , SERGIO SANTOS SETTE CAMARA

50) 9249-15.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL DO BRASIL REQUERENTE.: ZULEIDE FERREIRA LIMA. **"Intime-se da audiêncida designada para o dia 11/03/2016 às 13:15 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito,**

conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".- INT. DR(S). ANA CAROLINA SILVEIRA COUTINHO ALVES , BREINER RICARDO DINIZ RESENDO MACHADO , FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , FERNANDO STEHLING FILHO , FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA , JOAO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO , JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS , MARIA LUCIA DA SILVA , MARIANA GUIMARÃES COELHO , NIZAN OLIVEIRA AMORIM JUNIOR , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO , ROBERTA ESPINHA CÔRREA , SERGIO SANTOS SETTE CAMARA

51) 9315-29.2014.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO CEARÁ - COELCE REQUERENTE.: VILMA LOPES DE OLIVEIRA NERES. **"Intime-se da audiência designada para o dia 17/03/2016 às 10:30 horas, que realizar-se-á na Sala de Audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95.".**- INT. DR(S). ANTONIO CLETO GOMES , AVNER DE OLIVEIRA NERES , GABRIELA DE FREITAS SALES , PAULO SUDERLAN RAULINO GIRAO

52) 9642-37.2015.8.06.0128/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM REQUERENTE.: JOSE ZITO FERREIRA ."**Intime-se da audiêncida designada para o dia 04/03/2016 às 09:45 horas, que realizar-se-á na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Morada Nova/CE, cientificando-o de que o seu não comparecimento a qualquer das audiências implicará na extinção do presente feito sem resolução do mérito, conforme estatuído pelo art. 51, I, da Lei 9.099/95."**- INT. DR(S). JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA , JOSEFA MILENA MUNIZ GONZAGA .

COMARCA DE MORADA NOVA - 3ª VARA DA COMARCA DE MORADA NOVA

Juiz(a) Titular : RICARDO BRUNO FONTENELLE
Diretor(a) de Secretaria: MARIA LUCINEIDE CAVALCANTE
EXPEDIENTE nº 04/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/31442	1		/	1
CE/24150	2		CE/31442	2
/	2		CE/25366	3
/	3			

1) 10753-56.2015.8.06.0128/0 - PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL INFRATOR.: ANA PAULA DA SILVA VITIMA.: CLEMILSON ARRUDA DE SOUSA INFRATOR.: JOSE MAXWELL DA SILVA VITIMA.: JOSE OLAVO LIMA DE SOUSA. **"Fica vossa senhoria devidamente intimado à comparecer no Fórum da Comarca de Fortaleza, secretaria da 1ª Vara da Infância e Juventude, com endereço na Rua: Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Água Fria, Fortaleza/CE, no dia 02/02/2016, às 13h30min, para realização de audiência para a oitiva da vítima Clemilson Arruda de Sousa.".**- INT. DR(S). TALVANE ROBSON MOTA DE MOURA

2) 10874-84.2015.8.06.0128/0 - AÇÃO PENAL VITIMA.: CLEMILSON ARRUDA DE SOUSA REU.: FRANCISCO WESLEY DOS SANTOS LIMA VITIMA.: JOSE OLAVO LIMA DE SOUSA REU.: VAGNER DA SILVA. **"Fica vossa senhoria devidamente intimado à comparecer no Fórum da Comarca de Fortaleza, secretaria da 2ª Vara Criminal, com endereço na Rua: Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Água Fria, Fortaleza/CE, no dia 16/02/2016, às 13h50min, para realização de audiência para a oitiva da vítima Clemilson Arruda de Sousa.".**- INT. DR(S). RENAN DE MATOS SILVA , TALVANE ROBSON MOTA DE MOURA

3) 8326-86.2015.8.06.0128/0 - PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL INFRATOR.: LUCAS MARTINS DOS SANTOS VITIMA.: RAIMUNDO NONATO QUEIROZ DA SILVA ."**Intime-se para apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias."**- INT. DR(S). AVNER DE OLIVEIRA NERES .

COMARCA DE MUCAMBO - VARA UNICA DA COMARCA DE MUCAMBO

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 32/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/26244	1		/	1

1) 2154-25.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 0915 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: EDVALDO BRITO DE ARAUJO ."**Resumo da Decisão: Defiro a progressão de regime para o regime aberto. Devido à inexistência de casa de albergado na Comarca e às condições da Cadeia Pública local, deverá o apenado cumprir as seguintes condições:..."**- INT. DR(S). TAMIRIS MARIA SOUSA ARAUJO .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 33/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/23299	1		/	1

1) 2192-37.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 542015 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REU.: ANTONIO CLAUDIO DE AZEVEDO .**"Resumo da sentença: Sendo assim, considerando a perda do objeto da ação e o parecer ministerial, determino o arquivamento deste procedimento."**- INT. DR(S). DAVID FERNANDES SOUSA PORTELA .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 34/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/10517	1		/	1

1) 2662-68.2015.8.06.0130/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXEQUENTE.: ALDENI DE SOUSA LIMA EXEQUENTE.: ELIANE FERREIRA PIMENTA DE MARIA EXEQUENTE.: INACIA FERNANDES MANÇO EXEQUENTE.: JOSE RAIMUNDO DO NASCIMENTO EXEQUENTE.: LUSANIRA GOMES RODRIGUES FERREIRA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 35/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2412-35.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1122015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIA AGUIAR REQUERENTE.: ANTONIA SOUSA ALVES REQUERENTE.: ERIBERTO SOUZA RODRIGUES REQUERENTE.: EROTILDE DE ALMEIDA LOPES REQUERENTE.: FRANCISCA XIMENES DE ARAUJO DUARTE EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 36/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2425-34.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1032015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: MARIA GECIENE DE SOUZA MESQUITA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 37/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2423-64.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1022015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ALTINA DE AGUIAR BEZERRA REQUERENTE.: ANA DUARTE ALCANTARA REQUERENTE.: ANGELINA LUCAS DE MELO REQUERENTE.: ANTONIA PEREIRA DO NASCIMENTO REQUERENTE.: ANTONIA SILVA FIRMO EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 38/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2416-72.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1112015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: LUIZA AZEVEDO GOMES REQUERENTE.: MARIA ANIZIA FERREIRA DA SILVA REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA DA CUNHA BRANDAO REQUERENTE.: MARIA MADALENA GOMES ALVES REQUERENTE.: MARIA MOURAO DE CASTRO REQUERIDO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 39/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2426-19.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1152015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: EDILMA DE MELO FERNANDES REQUERENTE.: FRANCISCA MARIA BRANDAO REQUERENTE.: MARIA CELITA FERREIRA RODRIGUES REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO TAVARES XIMENES REQUERENTE.: MARIA JOSE FREIRE ALCANTARA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 40/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2418-42.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1102015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: JOSE FERREIRA PIMENTA

REQUERENTE.: JOSE WILSON MOURA BARBOSA REQUERENTE.: MARIA LIDUINA RODRIGUES GOMES REQUERENTE.: MARIA RODRIGUES PARENTE REQUERENTE.: MARIZETE RODRIGUES LIMA DE SOUSA REQUERIDO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 41/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2421-94.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1092015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIA CELMA FERREIRA LIMA REQUERENTE.: ANTONIA PEREIRA DA SILVA COSTA REQUERENTE.: CICERA MARIA DE JESUS AGUIAR REQUERENTE.: JUELINA ALVES DE OLIVEIRA LIMA REQUERENTE.: LINDALVA GOMES MARTINS EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 42/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2422-79.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1052015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: MARIA LUIZA DE SOUZA REQUERENTE.: MARIA RODRIGUES NEPOMUCENO DA SILVA REQUERENTE.: MARIA SOCORRO PARENTE DA SILVA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE REQUERENTE.: PAULO FRANCISCO MARTINS REQUERENTE.: ROSELMA TUDES DE ARAUJO .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 43/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2664-38.2015.8.06.0130/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO EXEQUENTE.: NARCELIO CASTRO CUSTODIO EXEQUENTE.: RAIMUNDO NONATO DA SILVA EXEQUENTE.: ROSA LOURENÇO DE AZEVEDO SILVA EXEQUENTE.: ROSA MARIA DE LIMA EXEQUENTE.: TEREZA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA

Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 44/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2429-71.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1192015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO-CE REQUERENTE.: RAIMUNDA MESQUITA DE SOUZA REQUERENTE.: ROZILENE ALCANTARA DO NASCIMENTO MESQUITA .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 45/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2428-86.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1142015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANA GLAUCIA DE ALCANTARA FREIRE REQUERENTE.: ANTONIA PEREIRA DO CARMO SILVA REQUERENTE.: DEISE FERNANDES DO NASCIMENTO REQUERENTE.: FRANCISCA DE SOUSA FERNANDES ARAUJO REQUERENTE.: FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇAO OLIVEIRA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 46/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2424-49.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1062015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIA MARIA DE OLIVEIRA MANSO EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE REQUERENTE.: SEBASTIANA VIEIRA DE AMORIM REQUERENTE.: VALDEMI FERREIRA MARTINS REQUERENTE.: VICENTE BORGES DA SILVA .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 47/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2431-41.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1182015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: CICERO DE OLIVEIRA LIMA REQUERENTE.: FRANCISCO NETO DE ALBUQUERQUE REQUERENTE.: FRANCISCO VIEIRA DE SANTANA REQUERENTE.: JOSE NETO DE ALBUQUERQUE EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à**

título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação.”- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 48/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2430-56.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1172015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIA FERNANDES SALES DE LIMA REQUERENTE.: ELIANA CASTRO CUSTODIO RAMOS REQUERENTE.: MARCIA FERREIRA PONTES REQUERENTE.: MARIA DILURDES ALMEIDA FERREIRA REQUERENTE.: MARIA NEUZA MESQUITA DE OLIVEIRA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**”Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação.”**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 49/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2417-57.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1082015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANETE FURTADO GOMES DA SILVA REQUERENTE.: ANTONIA LUANA FERNANDES DA SILVA REQUERENTE.: DALVA ALCANTARA MELO REQUERENTE.: FRANCISCA HELIA FERREIRA REQUERENTE.: IRLANDA SOUSA AGUIAR REQUERIDO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**”Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação.”**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 50/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2427-04.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1162015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: FRANCISCO TACIANO DE AGUIAR REQUERENTE.: JOAO LIMA DE BRITO REQUERENTE.: MARIA APARECIDA LOPES EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE REQUERENTE.: RAIMUNDO COSTA PACIFICO .**”Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação.”**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 51/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.

CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2420-12.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1072015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: MARIA SOCORRO LOPES REQUERIDO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE REQUERENTE.: RAIMUNDA SUSANA DE OLIVEIRA REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO DE CASTRO REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO LINHARES AGUIAR REQUERENTE.: SANDRA MARIA DE CASTRO LISBOA MARTINS .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 52/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2419-27.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1042015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ALAIDE FERREIRA DE ARAUJO REQUERENTE.: ANTONIA URSULINO AGUIAR REQUERENTE.: FRANCISCA DE JESUS DE LIMA ARAUJO REQUERENTE.: IRENE BRANDAO DE LIMA REQUERENTE.: JOAO BATISTA DE CASTRO LIMA REQUERIDO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

Juiz(a) Substituto : DENYS KAROL MARTINS SANTANA
Diretor(a) de Secretaria: JANE MARIA PARENTE AGUIAR
EXPEDIENTE nº 53/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/25986	1		CE/10517	1
/	1			

1) 2409-80.2015.8.06.0130/0 - Tombo: 1132015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE CASTRO REQUERENTE.: MARIA MARISMAR RODRIGUES LIMA REQUERENTE.: MARIA VIEIRA LIMA EXECUTADO.: MUNICIPIO DE MUCAMBO- CE REQUERENTE.: NILZA MARIA DO NASCIMENTO CUNHA REQUERENTE.: VERA LUCIA LIMA FERNANDES .**"Desta forma, notifique-se a Fazenda Pública ré para que implemente o pagamento mínimo da quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo à título de vencimentos, em favor dos credores, a serem creditados já na folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2016, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de mora, limitado até a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais serão revestidos em favor dos credores, sem prejuízo do cumprimento da obrigação."**- INT. DR(S). ANTONIA ALCIMARIA PAULA DE ARAUJO , VALDECY DA COSTA ALVES .

COMARCA DE NOVA OLINDA - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA

Estado do Ceará
Poder Judiciário
Comarca de Nova Olinda
Rua Alvin Alves, s/nº, Centro, Nova Olinda/CE – CEP 63.165-000 – Tel. (88) 3546.1678
Fórum Dr. Leônidas Ferreira de Souza

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
SEM CUSTAS

O Dr. Herick Bezerra Tavares, Juiz Titular desta Comarca de Nova Olinda, Estado do Ceará, por nomeação legal etc...

Faz saber aos que o presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por parte de Jeane Freire Oliveira

Silva, brasileira, casada, do lar, foi requerida uma Ação de Inventário - Proc. Nº 1272-82.2000.8.06.0132, dos bens deixados por falecimento de seu genitor FRANCISCO EVALDO FREIRE, falecido aos 22 de Dezembro de 2004, filho de Henrique Freire da Costa e de Alzira Pequeno da Silva. Pelo qual mandou expedir o presente Edital, em conformidade com o art. 999, do CPC, determinou a citação dos herdeiros ausentes e desconhecidos, bem como dos possíveis interessados, acerca das primeiras declarações para, querendo, dentro do pelo prazo comum de 10 (dez) dias, para dizerem sobre as primeiras declarações nos termos do art. 1000 do CPC, se manifestar(em) sobre as mesmas, apresentando possíveis impugnações. E para que chegue ao conhecimento do(s) mesmo(s) a fim de que posteriormente não se alegue(m) desconhecimento ou ignorância vai o presente afixado no local público de costume e publicado no Diário da Justiça. E para que não se alegue ignorância mandou expedir o presente Edital de Citação com prazo de 30 (trinta) dias, que será publicado no Diário da Justiça, e afixado no local de costume, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Nova Olinda, Estado do Ceará, Secretaria de Vara Única, 29 de Janeiro de 2016. Eu, _____ (André Mendes Bezerra Batista), Diretor da Secretaria, subscrevi.

HERICK BEZERRA TAVARES
JUIZ TITULAR

Juiz(a) Titular : HERICK BEZERRA TAVARES
Diretor(a) de Secretaria: ANDRE MENDES BEZERRA BATISTA
EXPEDIENTE nº 7/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB
CE/23754	1		/
CE/14003	2		CE/25969
/	2		CE/7035
CE/27375	3		/
CE/23754	4		/
CE/21493	5		/

1) 177-26.2014.8.06.0132/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: CARLOS HENRIQUE ALENCAR DE OLIVEIRA EXEQUENTE.: INGRYDY ALENCAR DE OLIVEIRA EXECUTADO.: JOSE BATISTA DE OLIVEIRA REPR. LEGAL.: MARIA VERLANGE DA SILVA ALENCAR. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA DA CERTIDÃO JUNTADA AOS AUTOS, NA QUAL CONSTA A NÃO LOCALIZAÇÃO DO REQUERIDO PELA OFICIALA DE JUSTIÇA, MAS OBTEVE A INFORMAÇÃO DE QUE O REQUERIDO RESIDE ATUALMENTE EM UMA CHÁCARA, MAS NÃO SABE A LOCALIZAÇÃO.".**- INT. DR(S). ANGELA GEORGIA SILVA MATOS

2) 190-59.2013.8.06.0132/0 - Tombo: 12662013 - AÇÃO PENAL AUTOR.: JUSTIÇA PÚBLICA VITIMA.: MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES DOS SANTOS REU.: VALDEMAR GOMES DA SILVA. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA PARA INFORMAR SE TEM DILIGÊNCIAS A REQUERER NA FASE DO ART.402 DO CPP.".**- INT. DR(S). ALEXEI TEIXEIRA LIMA , ARMANDO WALLYSON DE OLIVEIRA CALDAS

3) 372-11.2014.8.06.0132/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGANTE.: FRANCISCO RANILSON DA SILVA. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA DA PARTE FINAL DA DECISÃO DE FLS.40 ''...DIANTE DO EXPOSTO, E CONSIDERANDO A AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS, EM DECORRÊNCIA DE SUA TEMPESTIVIDADE, MAS PARA REJEITÁ-LOS, POR NÃO EXISTIR QUALQUER OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. FICA TAMBEM INTIMADA A PARTE EMBARGADA PARA, NO PRAZO DE CINCO DIAS, REQUERER O QUE ENTENDER CABÍVEL, ESPECIALMENTE PORQUE NÃO FORAM ENCONTRADOS VEÍCULOS AUTOMOTORES EM NOME DO EXECUTADO (FL.30) NEM SALDO MONETÁRIO SUFICIENTE PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA (FLS.28/29 E 31/39).".**- INT. DR(S). CARLOS ALBERTO MILFONT BELEM , RENATA COLARES DOS SANTOS SOARES

4) 527-77.2015.8.06.0132/0 - Tombo: 33432015 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: AMANDA MESSIAS DOS SANTOS EXECUTADO.: ELIAS MESSIAS DA SILVA REPR. LEGAL.: FRANCIDALVA DOS SANTOS. **"FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA PARA SE MANIFESTAR EM DEZ DIAS SOBRE O COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE FLS.14".**- INT. DR(S). ANGELA GEORGIA SILVA MATOS

5) 807-48.2015.8.06.0132/0 - Tombo: 4037 - INTERDIÇÃO INTERDITANDO.: LUIZ CARLOS DANTAS REQUERENTE.: ROSA DANTAS ."**FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA DE PARTE DA DECISÃO DE FLS.25 ''...ESTANDO PRESENTES OS REQUISITOS DA MEDIDA LIMINAR PLEITEADA, QUAIS SEJAM, FUMUS BONI IURIS E O PERICULUM IN MORA, CONCEDO A ROSA DANTAS, LIMINARMENTE, A CURATELA PROVISÓRIA DO INTERDITANDO, LUIZ CARLOS DANTAS MEDIANTE TERMO NOS AUTOS (ART.1768,I,CC)"**- INT. DR(S). MARCELO VIEIRA BORGES .

Juiz(a) Titular : HERICK BEZERRA TAVARES
Diretor(a) de Secretaria: ANDRE MENDES BEZERRA BATISTA
EXPEDIENTE nº 8/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
MG/85228	1		/	1

1) 49-40.2013.8.06.0132/0 - Tombo: 01402013 - AÇÃO PENAL REU.: FLÁVIO UÊNIO DA SILVA VITIMA.: FRANCISCA MENDES GOMES VITIMA.: GABRIEL QUIRINO PEREIRA DE OLIVEIRA VITIMA.: IVANILDA ALVES PEREIRA DE OLIVEIRA

VITIMA.: JOSE QUIRINO DE OLIVEIRA AUTOR.: JUSTIÇA PÚBLICA .**" FICA VOSSA SENHORIA INTIMADA PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PARA OITIVA DA TESTEMUNHA ARROLADA, NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 15:00 HORAS, A SER REALIZADA NA COMARCA DE CAMBUÍ, FÓRUM PAIVA JUNIOR."**- INT. DR(S). DANIELA MERANTE DA COSTA .

COMARCA DE NOVA RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE NOVA RUSSAS
SECRETARIA DA 2ª VARA

FÓRUM ESCRIVÃO ANTÔNIO BEZERRA DO VALLE
Rua Leonardo Araújo, nº 1752, Patronato - CEP: 62200-000 - FONE: (88)3672 1042 –

Processo nº: **6606-06.2014.8.06.0133/0**
Natureza da Ação: **USUCAPIÃO**

Requerente: **JOSÉ DE LIMA MEDEIROS,** qualificado nos autos como brasileiro, trabalhador rural, CPF Nº 046.224.133-53, RG Nº 377.247 – SSP/CE, residente na Rua Manoel Evangelista, s/n, Bairro Timbaúba, Nova Russas-CE.
Advogado: Dr. Francisco Melo dos Santos – OAB/CE 5254.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS
(PRAZO DE 30 DIAS)

O Excelentíssimo Doutor Paulo Santiago de Andrade Silva e Castro, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Independência/CE, Respondendo pela 2ª vara da comarca de Nova Russas, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** para conhecimento de terceiros, com prazo de **30 (trinta) dias**, virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e expediente na Secretaria da 2ª Vara, tramita uma AÇÃO DE USUCAPIÃO, processo cível nº **6606-06.2014.8.06.0133/0**, movida por **JOSÉ DE LIMA MEDEIROS**, acima qualificado, através de seu patrono Dr. Francisco Melo dos Santos (OAB/CE 5254), de *"um terreno para construção, o qual mede 09,90m (nove metros e noventa centímetros) de frente por 30,80m (trinta metros e oitenta centímetros) de comprimento, perfazendo uma área de 304,92m², situado nesta cidade à Rua Prefeito Manoel Evangelista, s/n, Bairro Timbaúba, limitando-se da seguinte forma:* ***ao nascente (leste)****, com* ***JOSÉ SÉRGIO ALVES LIMA; ao poente (oeste),*** *com* ***Sistema Seara de Comunicação****;* **ao sul**, à frente com a referida Rua Manoel Evangelista e ao **norte**, o fundo com **Sistema Seara de Comunicação.** Assim, determinou o MM. Juiz a expedição do presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, por intermédio do qual ficam citados os eventuais **interessados**, bem como os herdeiros de **José Evangelista e Silva e Aldenora Gomes Evangelista,** de todos os termos da ação, para, querendo, acompanhar e **CONTESTÁ-LA, no prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia; ficando cientes de que, no caso de não ser contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pela autora na inicial. E para que chegue ao conhecimento de quem possa interessar, expediu-se o presente **EDITAL** que será publicado e afixado no átrio do Fórum Escrivão Antônio Bezerra do Vale, além de publicado no Diário da Justiça deste Estado.

CUMPRA-SE. DADO E PASSADO nesta cidade de Nova Russas, Estado do Ceará, aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, *Antônio Flávio Firmino de Oliveira*, (Servidor Requisitado), o digitei. Eu, _____*Rita Maria Alves de Aragão Miranda*, Diretora de Secretaria , o subscrevi.

***P*aulo Santiago de Andrade Silva e Castro**
Juiz de Direito/Respondendo

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE NOVA RUSSAS
SECRETARIA DA 2ª VARA

FÓRUM ESCRIVÃO ANTÔNIO BEZERRA DO VALLE
Rua Leonardo Araújo, nº 1752, Patronato - CEP: 62200-000 - FONE: (88)3672 1042 – email:

Processo nº: **6076-02.2014.8.06.0133/0 (5223/14)**
Natureza da Ação: **USUCAPIÃO**
Requerente: **AUGUSTO CÉSAR ESTEVÃO FARIAS,** qualificado nos autos como brasileiro, casado, autônomo, RG Nº 09945906-7 – SSP/CE, CPF Nº 699.311.433-04, residente na Rua Prefeito Anastácio Rodrigues de Carvalho, nº 555, Bairro Universidade, Nova Russas-CE.
Advogado: Dr. Francisco Melo dos Santos – OAB/CE 5254.

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)
Justiça Gratuita

O Excelentíssimo Doutor Paulo Santiago de Andrade Silva e Castro, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Independência/CE, Respondendo pela 2ª vara da comarca de Nova Russas, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, **com prazo de 30 (trinta) dias**, virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e expediente na Secretaria da 2ª Vara, tramita uma AÇÃO DE USUCAPIÃO, processo cível **nº 6076-02.2014.8.06.0133/0 (5223/14)**, movida por **AUGUSTO CÉSAR ESTEVÃO FARIAS**, acima qualificado, através de seu

patrono Dr. Francisco Melo dos Santos (OAB/CE 5254), de *"um terreno para construção, o qual mede 33,00 (trinta e três) metros de frente por 33,00m (trinta e três) metros de comprimento, situado nesta cidade à Rua Francisco Xavier Pereira, nº 1.654, Bairro Universidade, limitando-se da seguinte forma:* ***Ao nascente*** *(Leste), o fundo* ***Flávio Sousa Farias****;* ***ao poente (oeste)****, à frente com a Rua Prefeito Anastácio Rodrigues de Carvalho;* ***ao sul****, com a Rua Maria Socorro da Silva e ao norte com* ***Ester Bezerra Martins"****.* Assim, determinou o MM. Juiz a expedição do presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, por intermédio do qual ficam citados **QUAISQUER HERDEIRO(S) DO ESPÓLIO DE JOSEFA MENDES GUERREIRO DE SENA E DE LUÍS RODRIGUES MENDES,** bem como a **CONFINANTE ESTER BEZERRA MARTINS** dos termos da ação, inicial de fls. 02/04, procuração de fls. 05, documentos de fls. 06/13, Despacho de fls. 40, para, querendo, acompanhar e **CONTESTÁ-LA, no prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia; ficando cientes de que, no caso de não ser contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pela autora na inicial. E para que chegue ao conhecimento de quem possa interessar, expediu-se o presente **EDITAL** que será publicado e afixado no átrio do Fórum Escrivão Antônio Bezerra do Vale.

CUMPRA-SE. DADO E PASSADO nesta cidade de Nova Russas, Estado do Ceará, aos 19 (dezenove) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, *Antônio Flávio Firmino de Oliveira*, (Servidor Requisitado), o digitei. Eu, _____*Rita Maria Alves de Aragão Miranda*, Diretora de Secretaria , o subscrevi.

***P*aulo Santiago de Andrade Silva e Castro**
Juiz de Direito/Respondendo

Juiz(a) Substituto : PAULO SANTIAGO DE ANDRADE SILVA E CASTRO
Diretor(a) de Secretaria: RITA MARIA ALVES DE ARAGAO MIRANDA
EXPEDIENTE nº 09/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/15096	1		/	1
CE/5254	2		CE/27722	2
CE/21192	2		/	2
CE/8342	3		/	3
CE/13500	4		CE/14458	4
/	4		CE/16498	5
/	5		CE/23170	6
/	6		CE/5254	7
/	7		CE/7820	8
/	8		CE/5254	9
/	9		CE/6764	10
CE/16498	10		/	10
CE/5254	11		CE/13856	11
/	11		CE/27845	12
/	12		CE/23170	13
/	13		CE/15416	14
/	14		CE/15416	15
/	15		CE/5254	16
/	16		CE/30773	17
/	17			

1) 1026-78.2003.8.06.0133/0 - EXECUÇÃO EXEQUENTE.: BANCO DO BRASIL S.A - BB. FINANCEIRA. **"Intimação do despacho proferido nos presentes autos: A contadoria do Juízo não tem a incumbência de realizar cálculo para instituições financeiras, mas somente para hipossuficientes. Ante o exposto, indefiro o pedido de fl. 69, devendo o exequente ser intimado para cumprir o despacho de fl. 66, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO

2) 320-22.2008.8.06.0133/0 - AÇÃO PENAL REU.: RAIMUNDO ERIBERTO TAVARES PINTO ASSITENTE DE ACUSACAO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. **"Intimação para comparecer à audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 08/03/2016, às 09:00 horas, na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Nova Russas/CE.".**- INT. DR(S). FRANCISCO MELO DOS SANTOS , GILBERTO FERNANDES , PEDRO HENRIQUE FRANCO

3) 4955-41.2011.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA. **"Intimação do Despacho proferido nos presentes autos: Defiro o pedido de desarquivamento, após o pagamento das respectivas custas processuais.".**- INT. DR(S). MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA

4) 5741-85.2011.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BMG REQUERENTE.: FRANCISCA MARIA PEREIRA. **"Intimação do Despacho proferido nos presentes autos: Intime-se os advogados constantes do Instrumento Procuratório acostado às fls. 19 acerca da constituição de novo procurador judicial, para, querendo, manifestar no prazo de 15 dias, reputando o silêncio em aceitação tácita.".**- INT. DR(S). JOSE MARIA VALE SAMPAIO , LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA

5) 5870-56.2012.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: PAGGO ADMINISTRADORA DE CREDITO LTDA. **"Intimação da parte promovida para pagar o valor remanescente do débito, no prazo de 15 (quinze) dias.".**- INT. DR(S). ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS

6) 6086-46.2014.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO PEDRO DE MORAIS. **"Intimação da sentença proferida nos presentes autos: (...) Ante o exposto, extingo o processo, sem exame do mérito, com fulcro**

no artigo 284, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, em razão do requerimento de gratuidade judiciária.".- INT. DR(S). CLEITON RODRIGUES DE MELO

7) 6197-93.2015.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIA DE MARIA DE SOUSA LIMA. **"Intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre a notícia de cumprimento da obrigação, sob pena de extinção do processo.".**- INT. DR(S). FRANCISCO MELO DOS SANTOS

8) 6205-70.2015.8.06.0133/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: EDVAR DE FREITAS VIEIRA. **"Intimação da Sentença proferida nos presentes autos: (...) FACE AO EXPOSTO e o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão do postulante, de consequencia, determino que se proceda à LAVRATURA DO ASSENTO DO ÓBITO do falecido Edmar de Freitas Vieira, nos termos do art. 77 da Lei nº 6.015/73.".**- INT. DR(S). ANTONIO PADUA DO NASCIMENTO

9) 6433-45.2015.8.06.0133/0 - CAUTELAR INOMINADA REQUERENTE.: ANA KARLA DO NASCIMENTO CAVALCANTE REQUERENTE.: JOSE ALVES CAVALCANTE. **"Intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, informar se as promovidas forneceram os documentos da falecida.".**- INT. DR(S). FRANCISCO MELO DOS SANTOS

10) 6549-85.2014.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: TELEMAR NORTE LESTE S/A. **"Intimação do despacho proferido nos presentes autos: Cite-se o requerido para pagar o valor cobrado na presente execução, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de à luz do art. 475-J, do CPC, de multa e penhora.".**- INT. DR(S). MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA , ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS

11) 6745-89.2013.8.06.0133/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A REQUERIDO.: FRANCISCO DO CARMO FILHO REQUERIDO.: FRANCISCO DO CARMO FILHO PUBLICIDADES-ME9VISAOMAX MARKETING E INTRETERIMENTOS). **"Intimação da Decisão proferida nos presentes autos: (...) Sendo assim, intime-se o requerido para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nos termos do artigo 475-J, do Código de Processo Civil.".**- INT. DR(S). FRANCISCO MELO DOS SANTOS , WELTON COELHO CYSNE FILHO

12) 6834-78.2014.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIO RODRIGUES ALVES. **"Intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, informar se houve o pagamento do débito, sob pena de extinção do processo.".**- INT. DR(S). FRANCISCO CARLOS DE SOUSA

13) 6853-50.2015.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS SOUZA AMBROSIO. **"Intimação da parte autora para manifestar-se sobre a notícia de cumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela, bem como para, querendo, apresentar réplica, no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). CLEITON RODRIGUES DE MELO

14) 6922-82.2015.8.06.0133/0 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: FRANCISCO ANDERSON RODRIGUES CAMELO. **"Intimação da sentença proferida nos presentes autos: (...) Diante do exposto, acolho o pedido inicial com base no art. 56, da Lei nº 6.015/73 e por tudo que dos autos consta para determinar a alteração do nome da genitora do autor, no registro de nascimento do promovente, devendo o nome da GENITORA passar de Antônia Liduína Rodrigues CAMELO para Antônia Liduína Rodrigues DE PAIVA.".**- INT. DR(S). PEDRO HENRIQUE GONÇALVES ROSA

15) 7043-13.2015.8.06.0133/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGANTE.: VERA LUCIA DA C OLIVEIRA EPP EMBARGANTE.: VERA LUCIA DA CONCEIÇAO OLIVEIRA. **"Intimação da embargante, por seu advogado, para, no prazo de 10 dias, emendar a petição inicial dos embargos, indicando o valor da causa, correspondente à dívida, e comprovando o recolhimento das custas processuais.".**- INT. DR(S). PEDRO HENRIQUE GONÇALVES ROSA

16) 7066-56.2015.8.06.0133/0 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: ESMERALDA RIBEIRO BARBOSA REQUERENTE.: JUSCELINO RIBEIRO BARBOSA REQUERENTE.: LUCIMAR RIBEIRO BARBOSA MUNIZ. **"Intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, anexar aos autos os comprovantes de endereço dos promoventes.".**- INT. DR(S). FRANCISCO MELO DOS SANTOS

17) 7086-47.2015.8.06.0133/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: TAM LINHAS AEREAS S/A .**"Intimação para comparecer à audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 27/06/2016, às 09:00 horas, na Sala de audiências da 2ª Vara da Comarca de Nova Russas/CE."**- INT. DR(S). FABIO RIVELLI .

COMARCA DE PALMÁCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE PALMÁCIA

Juiz(a) Substituto : DAVID RIBEIRO DE SOUZA BELÉM
Diretor(a) de Secretaria: MARIA SONIA LINHARES DE PAIVA
EXPEDIENTE nº 6/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/12342	1		/	1

1) 1846-59.2015.8.06.0139/0 - AÇÃO PENAL VITIMA.: ANTÔNIA VITÓRIA TAVARES ALVES REU.: ELIZANDRO SILVA

CAVALCANTE .**"DECISÃO DE FLS. 111/112: "(...) e, após, à defesa, para apresentação das razões finais no prazo legal. Palmácia, 18 de dezembro de 2015. David Ribeiro de Souza Belém. Juiz de Direito Auxiliar Respondendo.""**- INT. DR(S). JOAO ANTONIO DESIDERIO DE OLIVEIRA .

COMARCA DE PARACURU - VARA UNICA DA COMARCA DE PARACURU

SECRETARIA DE VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO: EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO
DIRETOR DE SECRETARIA: ANA BÁRBARA NUNES DE SOUZA AZEVEDO
EXPEDIENTE S/N - 29 DE JANEIRO DE 2016

1) – AÇÃO PENAL n.º 5428-64.2015.8.06.0140 – AUTOR: Justiça Pública – ACUSADOS: Tiago Alves Eufrásio; Cidna Moreira dos Santos e Maria Evaniza Caraúba – Intimar os advogados dos acusados para comparecerem ao Fórum Judiciário da Comarca de Paracuru, na data de 09/03/2016 às 10h:00min, a fim de participarem da audiência de instrução e julgamento designada nos autos do processo em epígrafe. Int. Dr. PAULO CAUBY BATISTA LIMA – OAB-CE 19.849-B e Dr. FRANCISCO WESLEY DE VASCONCELOS SILVEIRA – OAB-CE 28.843.

Juiz(a) Substituto : EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO
Diretor(a) de Secretaria: ANA BÁRBARA NUNES DE SOUZA AZEVEDO
EXPEDIENTE nº 05/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/18932	1		CE/27328	1
/	1		CE/11141	2
/	2			

1) 5472-83.2015.8.06.0140/0 - IMISSÃO NA POSSE REQUERENTE.: GUILHERME DONATO SANTIAGO REQUERIDO.: SOLLUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. **"fica intimada a advogada da parte requerida: Sollus Empreendimentos Imobiliários Ltda, para comparecer a audiência de conciliação, designada para a data de 22/03/2016, as 10:00 horas, no Fórum Des. Francisco Adalberto de Oliveira barros Leal, sito à Rua São João Evangelista, 525, Campo de Aviação, Paracuru/CE.".**- INT. DR(S). EMANUELLE ALENCAR CUNHA E SILVA , PAULO CESAR FREGNAN

2) 5873-53.2013.8.06.0140/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: MARCIA CASTELO BRANCO .**"Fica intimado o advogado da parte requerida Sra. Marcia Castelo Branco do inteiro teor do despacho de fls. 84 a seguir transcrito: "...R.H. Tendo em vista petição do requerentes informando o não cumprimento do acordo constante no ítem 3 do termo de audiencia (fls. 77), DESIGNO o dia 17/02/2016, às 10:00 horas para que o Oficial de Justiça acompanhe o autor à casa da requerida para retirada dos seguintes móveis: 04 cadeiras de bambu, 02 camas de casal, além de uma mesa com duas cadeiras. Intimem-se. Paracuru, 27/01/2016. as. Edison Ponte Bandeira de Melo - Juiz de Direito Auxiliar da 6ª. Zona Respondndo pela Comarca de Paracuru."**- INT. DR(S). CARLOS WENDERSON REGO VASCONCELOS SINIMBU .

SECRETARIA DE VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU-CE
JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO: DR. EDSON PONTE BANDEIRA DE MELO
DIRETORA DE SECRETARIA: ANA BARBARA NUNES DE SOUSA AZEVEDO
EXPEDIENTE S/N – 29 DE JANEIRO DE 2016

AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CUMULADA COM REIVINDICATORIA - PROCESSO Nº. 5165-66.2014.8.06.0140. REQUERENTE: LOCATION CEARA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. REQUERIDO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA - IDACE. Fica intimada a advogada abaixo nominada do despacho que deferiu o pedido de carga dos autos supramencionado formulado pela SEMACE. Dra. LORENA SILVA VASCONCELOS – Procuradora autárquica/SEMACE – OAB/CE 18.004

COMARCA DE PARAMOTI - VARA UNICA VINCULADA DE PARAMOTI

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 50-31.2012.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: Armando Moreira Fernandes e Francisca Aurea Pereira dos Santos.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 47, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" Cls.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 51-16.2012.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executada: Antônia Garcia Lopes do Nascimento.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 44, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" Cls.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 182-25.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executado: Francisco Domingos da Silva.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 71, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" Cls.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 197-57.2012.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: Francisco de Assis Inácio Felizardo e Antônio Inácio Felizardo.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 44, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" Cls.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 205-68.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executado: Miguel Pereira Viana.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 60, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" Cls.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 207-38.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: Francisco Gilvan Silveira Cordeiro e Luiz José Ribeiro.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 66, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" Cls.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 227-92.2012.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: Antônio Inácio Felizardo e José Inácio Felizardo.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 43, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:
" Cls.
Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.
Expedientes Necessários.
Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.
Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 231-32.2012.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executado: Antônio Ivanildo Moreira Uchôa.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 47, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:
" Cls.
Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.
Expedientes Necessários.
Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.
Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 259-34.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executado: Francisco Alves Maciel.

Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 55, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 316-52.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executado: Osanildo Varela Maciel.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 47, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 332-06.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: Francisco Miranda de Moura e Maria Luciene Ribeiro de Moura.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 45, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 459-41.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: José Gilberto Lopes Ribeiro e Francisco Evangelista da Silva.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 49, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 461-11.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: Francisco Evangelista da Silva e José Gilberto Lopes Ribeiro.
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 50, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 462-93.2011.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executados: José Gilberto Lopes Ribeiro e Francisco Evangelista da Silva .
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 50, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.

Expedientes Necessários.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.
Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 471-21.2012.8.06.0206/0.
Ação de Execução por Título Extrajudicial.
Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Executado: Menandro Almeida da Silva .
Advogado: Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A.

Fica o advogado, **Dr. Felipe Dantas de Carvalho- OAB/CE nº 24.313-A, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 45, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:
" Cls.
Intime-se a parte autora para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos. Devendo praticar os atos e diligências que lhe compete. Prazo: 10 dias.
Expedientes Necessários.
Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.
Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 241-71.2015.8.06.0206/0.
Ação de Alimentos.
Requerente: Antonia Girliane Alves Coelho.
Requerido: Francisco Wellington Barros de Sousa.
Advogado: Dr. Luiz Eduardo Ferreira Lima- OAB/CE nº 8.386.

Fica o advogado, **Dr. Luiz Eduardo Ferreira Lima- OAB/CE nº 8.386, INTIMADO** da sentença de p. 23, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo parcialmente transcrita:
"...
Isso posto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelos requerentes, no exato teor encartado à fls. 21, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 269, III, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Trânsitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais.
Paramoti (CE), 12 de janeiro de 2016.
Saulo Belfort Simões- Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 264-17.2015.8.06.0206/0.
Ação de Alimentos.
Requerente: Maria Elizângela Almeida Lobato.
Requerido: Iranildo Santos Costa.
Advogado: Dr. Luiz Eduardo Ferreira Lima- OAB/CE nº 8.386.

Fica o advogado, **Dr. Luiz Eduardo Ferreira Lima- OAB/CE nº 8.386, INTIMADO** da sentença de p. 19, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo parcialmente transcrita:

"...

Isso posto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelos requerentes, no exato teor encartado à fls. 17, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 269, III, do Código de Processo Civil.

Sem custas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Trânsitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

Paramoti (CE), 12 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões- Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 291-97.2015.8.06.0206/0.
Ação de Usucapião.
Requerentes: Juarez Castelo de Oliveira e Ivanilda Carlos Maurício de Oliveira.
Advogado: Dr. Honório Francelino- OAB/CE nº 15.075.

Fica o advogado, **Dr. Honório Francelino- OAB/CE nº 15.075, INTIMADO** da sentença de p. 19, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo parcialmente transcrita:

"...

Isso posto, com fulcro no art. 284, parágrafo único, c/c o art. 295, VI, do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, medida adotada com espeque no art. 267, I, do citado diploma legal.

Após as cautelas legais, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

Custas legais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Paramoti (CE), 19 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões- Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 28 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 430-54.2012.8.06.0206/0.
Ação Monitória.
Requerente: Noronha Distribuidora de Petróleo LTDA.
Requerido: Paulo Geovane Araújo Carvalho.
Advogada: Dra. Ibaneide Noronha Machado– OAB/CE nº 9169.

Fica a advogada, **Dra. Ibaneide Noronha Machado– OAB/CE nº 9169, INTIMADA** do inteiro teor do despacho de p. 46, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:

" CIs.

Vista à parte exequente.

Expedientes necessários.

Paramoti (CE), 12 de janeiro de 2016.

Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 29 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA VINCULADA DE PARAMOTI
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO CÍVEL
Processo nº: 499-86.2016.8.06.0206/0.
Ação Ordinária de Cobrança.
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paramoti.
Requerido: O Município de Paramoti.
Advogado: Dr. Germano Monte Palácio – OAB/CE nº 11.569.

Fica o advogado, **Dr. Germano Monte Palácio – OAB/CE nº 11.569, INTIMADO** do inteiro teor do despacho de p. 244, nos autos de dados acima epigrafados, abaixo transcrito:
" Cls.
Diga, a parte ré, sobre a(s) peça(s) de fl. 240/244.
Expedientes necessários.
Paramoti (CE), 12 de janeiro de 2016.
Saulo Belfort Simões. Juiz Substituto."

Paramoti (CE), 29 de janeiro de 2016. Eu,____, Juliana Castro, Servidora Requisitada, o digitei. E eu,____, Isabel Cristina Almeida Feijó, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. SAULO BELFORT SIMÕES - JUIZ SUBSTITUTO.

COMARCA DE PEREIRO - VARA UNICA DA COMARCA DE PEREIRO

Juiz(a) Titular : MAGNO ROCHA THÉ MOTA
Diretor(a) de Secretaria: TARCIANNA JAMILLE DANTAS BRASIL
EXPEDIENTE nº 04/2016 em: Vinte (20) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16429	1		/	1
CE/7838	2		/	2
CE/20058	3		/	3
RN/9392	4		RN/7144	4
/	4		CE/11606	5
/	5		CE/16492	6
CE/18498	6		CE/8714	6
CE/7838	6		/	6
CE/20879	7		/	7
CE/24123	8		/	8
CE/20837	9		/	9
RN/7144	10		/	10
CE/7838	11		/	11
CE/7838	12		CE/20879	12
CE/23487	12		/	12
CE/7838	13		CE/20879	13
CE/23487	13		/	13
CE/28119	14		/	14
CE/7838	15		CE/20879	15
CE/23487	15		/	15
RN/1057	16		PE/20335	16
RN/7144	16		/	16
RN/1057	17		PE/20335	17
RN/7144	17		/	17
PE/20335	18		RN/7144	18
/	18		CE/19283	19
RN/7144	19		/	19
CE/17314	20		/	20
CE/7838	21		CE/20879	21

CE/23487	21		/	21
CE/17314	22		/	22
CE/20879	23		/	23
SP/166349	24		/	24
RN/7144	25		CE/21693	25
/	25		RN/7144	26
/	26		CE/23350	27
CE/90000	27		RN/7144	27
/	27		RN/13994	28
CE/28119	28		CE/15877	28
CE/9665	28		/	28
CE/90000	29		RN/7144	29
/	29		SP/166349	30
/	30		CE/7838	31
/	31		CE/28119	32
/	32		CE/28119	33
/	33		RN/7144	34
/	34		CE/20879	35
/	35		RN/7144	36
/	36		CE/20879	37
/	37		RN/7144	38
/	38		CE/17040	39
/	39		CE/20879	40
/	40		CE/7838	41
/	41		CE/7838	42
/	42		CE/7838	43
/	43		CE/7838	44
/	44		CE/7838	45
/	45		CE/7838	46
/	46		CE/7838	47
/	47		BA/1141	48
BA/16780	48		/	48
CE/7838	49		/	49
CE/7838	50		/	50
CE/7838	51		/	51
CE/7838	52		/	52
CE/7838	53		/	53
CE/7838	54		/	54
CE/7838	55		/	55
CE/7838	56		/	56
CE/7838	57		/	57
CE/7838	58		/	58
CE/7838	59		/	59
CE/7838	60		/	60
CE/7838	61		/	61
CE/7838	62		/	62
CE/7838	63		/	63
CE/7838	64		/	64
CE/7838	65		/	65
CE/7838	66		/	66
CE/7838	67		/	67
CE/7838	68		/	68
CE/7838	69		/	69
CE/7838	70		/	70
CE/7838	71		/	71
CE/7838	72		/	72
CE/7838	73		/	73
CE/7838	74		/	74
CE/7838	75		/	75
CE/7838	76		/	76
CE/7838	77		/	77
CE/7838	78		/	78
CE/7838	79		/	79
CE/7838	80		/	80
CE/7838	81		/	81
CE/7838	82		/	82
CE/7838	83		/	83
CE/7838	84		/	84
CE/7838	85		/	85
CE/7838	86		/	86
CE/7838	87		/	87
CE/7838	88		/	88
CE/7838	89		/	89
CE/7838	90		/	90

CE/7838	91		/	91
CE/7838	92		/	92
CE/7838	93		/	93
CE/7838	94		/	94
CE/7838	95		/	95
CE/7838	96		/	96
CE/7838	97		/	97
CE/7838	98		/	98
CE/7838	99		/	99
CE/7838	100		/	100
CE/7838	101		/	101
CE/7838	102		/	102
CE/7838	103		/	103
CE/7838	104		/	104
CE/7838	105		/	105
CE/7838	106		/	106
CE/7838	107		/	107
CE/7838	108		/	108
CE/7838	109		/	109
CE/7838	110		/	110
CE/7838	111		/	111
CE/7838	112		/	112
CE/7838	113		/	113
CE/7838	114		/	114
CE/7838	115		/	115
CE/7838	116		/	116
CE/7838	117		/	117
CE/7838	118		/	118
CE/7838	119		/	119
CE/7838	120		/	120
CE/7838	121		/	121
CE/7838	122		/	122
CE/7838	123		/	123
CE/7838	124		/	124
CE/7838	125		/	125
CE/7838	126		/	126
CE/7838	127		/	127
CE/7838	128		/	128
CE/7838	129		/	129
CE/7838	130		/	130
CE/7838	131		/	131
CE/7838	132		/	132
CE/7838	133		/	133
CE/7838	134		/	134
CE/7838	135		/	135
CE/19901	136		/	136
RN/13993	137		CE/24734	137
/	137		RN/7144	138
/	138		RN/4762	139
CE/23791	139		CE/16429	139
RN/7126	139		CE/24734	139
CE/1301	139		/	139

1) 138-68.2006.8.06.0145/0 - Tombo: 6092006 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ALESSANDRA LIMA DE SOUSA E OUTROS REQUERIDO.: ANTONIO ANGELO DE SOUSA FILHO EXEQUENTE.: JOANA FREIRE DE LIMA SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "S E N T E N Ç A - Vistos, etc. Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos proposta por ALESSANDRA LIMA DE SOUSA E OUTROS em face de ANTÔNIO ÂNGELO DE SOUSA FILHO, com fulcro no art. 733 do Código de Processo Civil. Após regular andamento processual, a parte autora foi intimada pessoalmente para, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) dar andamento ao feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos preconizados pelo art. 267, III, §1º do CPC. Às fls. 92v foi certificado que a parte autora deixou decorrer o prazo acima sem nada requerer ou apresentar em secretaria. Vieram os autos conclusos. É o relatório em abreviado. Decido. FUNDAMENTAÇÃO Assim dispõe o art. 267, III e §1º do CPC: Art. 267 - Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. (...) § 1ºO juiz ordenará, nos casos dos números II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas." Nos exatos termos da legislação colacionada, para que possa o Juiz declarar a extinção do processo e seu arquivamento, necessária a intimação pessoal da parte, para suprir a falta em 48 (quanta e oito) horas. In casu, houve a intimação pessoal da parte exequente para que promovesse as diligências necessárias ao prosseguimento do feito, ao que nada requereu. Tal desídia caracteriza o disposto no inciso III do art. 267 do CPC, já transcrito. Isto é, a exequente não promoveu as diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias. Em casos como tais, em que a parte se desinteressa pelo prosseguimento do feito, deixando de atender às intimações que lhe são feitas para impulsionar o processo, outra alternativa não resta senão extinguir o feito. Afinal, o processo não pode permanecer na Secretaria de Vara Única, aguardando providências que**

a parte promovente, principal interessada no seu andamento, não toma. Diante do exposto, JULGO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o presente processo, com fundamento no inciso III e § 1º do art. 267 do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade judiciária deferida às fls. 18. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Pereiro/CE, 25 de 01 de 2016. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1 “”.- INT. DR(S). JOSE CICERO RICARTE VIEIRA

2) 1830-63.2010.8.06.0145/0 - Tombo: 2142010 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR REQUERENTE.: JOSÉ ROBERTO MAIA LOPES REQUERENTE.: LEOBERTO LOPES REQUERENTE.: MARIA MAIA LOPES REQUERENTE.: RENAN MAIA LOPES REQUERENTE.: VALBERTO MAIA LOPES REQUERENTE.: VINICIUS MATEUS MAIA LOPES. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para receber cópia do despacho de fls. 149/152, bem como cumprir, no prazo de 20 (vinte) dias.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

3) 1890-36.2010.8.06.0145/0 - Tombo: 2742010 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL REQUERIDO.: BANCO REAL REQUERENTE.: KLEBER ANTONIO FALCÃO NOGUEIRA. **“Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para, prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a petição de fls. 385/386 e comprovante de fls. 412, dizendo se concorda com o valor depositado.”.**- INT. DR(S). JOSE BRAGA FALCAO NETO

4) 2329-42.2013.8.06.0145/0 - Tombo: 0062013 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: FABIANO CARLOS DE OLIVEIRA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre petição e documentos de fls. 100/168, dizendo se concorda com o valor depositado.”.**- INT. DR(S). JESSICA SAMARA FREITAS DE ARAUJO , JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

5) 2333-79.2013.8.06.0145/0 - Tombo: 0102013 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A REQUERENTE.: FABIANO CARLOS DE OLIVEIRA. **“ Fica Vossa Senhoria Intimado(a) do despacho de fls. 71, cuja parte final segue trancrito: (... para efetuar o adimplemento do valor das astreintes fixados na sentença de fls. 23/24 (R$ 30.000,00) mais a diferença pelo descumprimento da condenação pelos danos, conforme cálculos de fls. 54/55, ... no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cumprimento forçado e aplicação da multa prevista no artigo 475-J do CPC.)”.**- INT. DR(S). JANAINA ROBERTO NUNES

6) 2343-55.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 0802015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: DIAGEO BRASIL LTDA REQUERIDO.: FRETLOG CARGAS E LOGISTA LTDA REQUERENTE.: LAURECI MOURAO DE LIMA ME EPP. **“Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: “S E N T E N Ç A - Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, ajuizada por LAURECI MOURÃO DE LIMA EPP em face de DIAGEO BRASIL LTDA e FRETLOG CARGAS E LOGÍSTICA LTDA, já qualificados, na qual requerer a declaração de nulidade de restrição de crédito e a condenação das promovidas ao pagamento de danos morais. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. FUNDAMENTAÇÃO. Das preliminares: Da preliminar de ilegitimidade passiva alegada pela demanda FRETLOG CARGAS E LOGÍSTICA LTDA. A legitimidade da parte só pode ser averiguada em face daquele que é parte, pois a todos é garantido o direito constitucional de provocar a atividade jurisdicional, porém para levá-la ao Judiciário é necessário haver um vínculo entre os sujeitos da demanda e a situação jurídica afirmada que lhes autorize a condução do processo, é a legitimidade ad causam. No caso em questão, a autora afirma que ficou temporariamente impedida de realizar compras com a DIAGEO BRASIL LTDA, devido ao suposto atraso no pagamento de um boleto, documento este, elaborado com base em uma compra não solicitada e não entregue. Tem-se, no presente caso, que a Empresa Autora, cliente costumeira da DIAGEO BRASIL LTDA, requer reparação de danos perante esta e a empresa Fretlog, devido aos fatos acima narrados. Acorre que, conforme narrado pela transportadora acionada e confirmado pela outra demandada, o contrato de transporte foi firmado entre a DIAGEO BRASIL LTDA e a FRETLOG CARGAS E LOGÍSTICA LTDA, além disso, conforme narrado pela parte autora, os produtos que deveriam ser entregue, não foram solicitados. Assim, embora a responsabilidade civil do transportador seja objetiva, no caso em tela, existe uma relação contratual entre a DIAGEO e a FRETLOG, e não entre a FRETLOG e a Empresa Requerente. Vale ressaltar, que já está comprovado nos autos, que a empresa transportadora, já ressarciu a outra demanda pelos danos da mercadoria extraviada, conforme confirmado nos depoimentos de fls. 92. Portanto, merece prosperar a preliminar de ilegitimidade passiva alegada pela empresa FRETLOG, uma vez que inexistente dano indenizável deste, com relação à parte autora, já que a mercadoria a ser entregue não foi solicitada, também embora não faça parte da presente discussão, ausente dano indenizável da FRETLOG para com a DIAGEO, uma vez que o dano não mais subsiste, já que é fato comprovado o ressarcimento. Diante do acima exposto, acolho a preliminar suscitada pela FRETLOG CARGAS E LOGÍSTICA LTDA, para reconhecer a carência da ação, por ilegitimidade passiva, dessa requerida, nos termos do art. 301, X, do CPC. Da preliminar de ausência de documento essencial suscitada pela DIAGEO BRASIL LTDA. Rechasso a preliminar de ausência de documeto essencial a propositura da ação, bem como, a incompetência do juizo, uma vez que, conforme documento de fls. 138, foi comprovada tempestivamente, que a parte Autora trata-se de uma Empresa de Pequeno Porte, para efeitos do art. 3º, I e II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o julgamento de suas lides, abarcadas pela competência dos Juizados Especias Estaduais. Do mérito A priori, importante salientar que a relação travada entre as partes não é amparada pelo Código de Defesa do Consumido, não apenas porque a parte autora é um pessoa jurídica, mas porque o produto que gerou o suposto dano moral, seria utilizado pela demandante como insumos necessário ao aperfeiçoamento da sua atividade lucrativa. Nesse sentido, Arruda Alvim, Thereza Alvim, Eduardo Alvim, e James Marins propugnam que: “... a pessoa jurídica - empresa - que adquire ou utiliza o produto como destinatária final, não o incorporando em outro, nem revendendo-o, terá a proteção deste Código inclusive para as hipóteses de vício do produto” (“Código do Consumidor Comentado”, 2a edição, Revista dos Tribunais, 1995, p.30). (sem grifos no original) Ou seja, para os Nobres doutrinadores, a Empresa recebe proteção do CDC quando compra o produto como destinatária final, como por exemplo, a compra de uma computador por um comércio de cerais. No caso em tela, os produtos “supostamente” comprados, ou não, pela empresa requerente seriam utilizados como produtos de venda, afim de aferir lucros, por meio da atividade fim praticada pela mesma, qual seja, comercializar cereais e bebidas. Sendo assim, no presente caso, a Pessoa Jurídica não pode ser considerada “Consumidor”. Sobre o tema, colaciono seguinte julgado. “Indenização. Responsabilidade civil. Ajuizamento por pessoa jurídica. Fundamento no Código de Defesa do Consumidor. Inadmissibilidade. Bem adquirido para ser utilizado na sua atividade empresarial. Qualidade de consumidor inexistente. Interpretação do art.2º da Lei Federal nº 8.078, de 1990, Sentença confirmada” (TJSP, 16ª Câmara Cível, AC nº 243.878-2,**

j. em 11.4.95, rel. Dês. Pereira Calças, v.u., JTJ - Lex 173/96-103). (sem grifos no original). A presente demanda trata de um pedido de nulidade derelação jurídica cumulada com danos morais, formulado em face das empresas demandadas, já qualificadas. Quanto ao pedido de nulidade de relação jurídica, o mesmo perdeu seu objeto, uma vez que, conforme afirmado pela demandada DIAGEO e confirmado pela Requerente Laureci Mourão de Lima EPP, por meio de sua representante legal, em juízo (fls. 91/92), o "suposto" pedido já foi cancelado e o crédito novamente aberto, configurando a solução administrativa, não necessitando, nesse ponto, de amparo do Poder Judiciário. Quanto ao pedido de reparação de danos morais, segundo Maria Helena Diniz: "(...)dano moral é a lesão a interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica provocada pelo fato lesivo, lembrando, com Zannoni, que "o dano moral não é a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois esses estados do espírito constituem a consequência do dano".(Revista Literária de Direito, Janeiro/fevereiro de 1996, Ano II, n.9, pág. 8). Nos termos do art. 186 do Código Civil de 20021, o direito à indenização por lesão moral decorrente de ato ilícito exige prova do dano efetivo, ação culposa e nexo de causalidade. É de fácil percepção a ocorrência do dano moral quando ele é diferido a uma pessoa natural, porém o mesmo não se pode afirmar, quando a "suposta" lesão é aplicada a uma pessoa jurídica, nesse caso, embora, na maioria das vezes, esteja clara a ação culposa e o nexo de causalidade, o dano efetivo, por sua vez, é de difícil percepção e configuração. Sílvio de Salvo Venosa, ensina que: "(¿) em se tratando de pessoa jurídica, o dano moral de que é vítima atinge seu nome e tradição de mercado e terá sempre repercussão econômica, ainda que indireta. De qualquer forma, a reparabilidade do dano moral causado à pessoa jurídica ainda sofre certas restrições na doutrina e na jurisprudência, principalmente por parte dos que defendem que a personalidade é bem personalíssimo, exclusivo da pessoa natural. Para essa posição, seus defensores levam em consideração que dano moral denota dor e sofrimento, que são exclusivos do Homem. Não são, entretanto, somente dor e sofrimento que traduzem o dano moral, mas, de forma ampla, um desconforto extraordinário na conduta do ofendido e, sob esse aspecto, a vítima pode ser tanto a pessoa natural como a pessoa jurídica" (Direito Civil - Responsabilidade Civil. 3. ed. São Paulo: Atlas 2003 - p. 203). (sem grifos no original). Ou seja, para o Ilustre Doutrinador, a pessoa jurídica, assim como a pessoa natural, podem ser vítimas do dano moral, porém pra que o mesmo se configure para essa primeira, é necessário que o dano sofrido atinja o nome da Empresa e sua tradição no mercado, gerando, de certa forma, uma repercussão econômica negativa. No caso em comento, a parte autora, por meio de sua representante legal, em seu depoimento de fls. 91/92, afirma que NÃO TEVE NENHUM PREJUÍZO; que CONTINUOU A COMPRAR DA EMPRESA COM OUTRO CNPJ; que O NOME DA EMPRESA NÃO FOI INSCRITO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO; que NÃO FICOU IMPOSSIBILITADA DE VENDER O PRODUTO; e QUE A RESTRIÇÃO FOI INTERNA E TEMPORÁRIA. Ou seja, o ato da DIAGEO, de restringir temporariamente o crédito de compra da parte autora junto a ela, não gerou para empresa demandante qualquer violação aos valores sociais, a imagem da mesma perante os seus clientes ou demais fornecedores, visto que, o ato foi apenas interno, e que por outros meios, o produto fornecido exclusivamente pela fornecedora ré não faltou nas prateleiras. Sobre o tema, colaciono o seguinte julgado: DANO MORAL - HONRA - CONCEITO - INDENIZAÇÃO RECLAMADA POR PESSOA JURÍDICA - 1. Entende-se como honra também os valores morais, relacionados com a reputação, o bom nome ou o crédito, valores estes inteiramente aplicáveis às pessoas jurídicas; não apenas aqueles que afetam a alma e o sentimento do indivíduo, valores próprios do ser humano. 2. A ofensa à empresa tanto pode causar-lhe prejuízo de ordem material quanto de ordem apenas moral, devendo recompor-se o seu patrimônio dessa natureza atingido. Irrelevante que o reflexo não seja íntimo, psíquico ou espiritual, pois que a tanto não se limita o conceito a extrair-se do vocábulo "honra". O uso indevido do nome da empresa configura violação à imagem e valores sociais da ofendida no meio comercial, prejudicando as atividades e acarretando descrédito frente aos membros de determinada comunidade. 3. A pessoa jurídica pode reclamar indenização por dano moral, desde que violados quaisquer dos direitos pela mesma titulados e previstos no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, porquanto o legislador não a distinguiu, para esses efeitos, da pessoa física. (TJDF - EIAC 31.941-DF - (Reg. Ac. 78.369) - 2ª C - Rel. Des. Valter Xavier - DJU 06.09.1995). Assim, diante da análise das provas constantes nos autos, principalmente dos depoimentos de fls. 91/92, percebe-se que o objeto desta demanda em momento algum gerou descrédito junto aos fornecedores e consumidores, atingiu a honra ou a imagem da autora ou, pelo menos, lhe gerou algum prejuízo de natureza material, estando configurado apenas um mero dissabor do dia a dia, e não, o dano moral, como requer a demandante. DISPOSITIVO Diante do exposto e de tudo mais que dos autos consta: EXTINGUO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com relação a Ré FRETLOG CARGAS E LOGÍSTICA LTDA por falta de legitimidade passiva, baseado no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. E com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de nulidade de relação jurídica c/c indenização em danos morais, com relação a Ré DIAGEO BRASIL LTDA, por entender que não houve ofensa de natureza jurídica de dano moral no presente caso. Sem custas ou honorários (art. 55, Lei 9.099/95). Transitada em julgado, com as cautelas de estilo, dê-se baixa na distribuição e arquive-se, independente de nova conclusão ao Juízo. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Pereiro/CE, 26 de 01 de 2016. Magno Rocha ThéMota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ2"".- INT. DR(S). ALESSIA PIOL SA , FABIO GENTILE , FABIO JOSE DE OLIVEIRA OZORIO , FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

7) 2373-27.2014.8.06.0145/0 - Tombo: 1092014 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: FELIPE BENTO VICTOR (MENOR) EXECUTADO.: VICENTE SARAIVA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de fls. 63, bem como informar endereço atualizado e completo do requerido.".**- INT. DR(S). SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA

8) 2409-40.2012.8.06.0145/0 - Tombo: 1582012 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO RICARDO DE AQUINO LIMA REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **" Fica Vossa Senhoria Intimado Perícia designada para o dia 16 de Março de 2016, a partir das 14h00min, no Posto de Saúde do Sítio Baião, neste Município de Pereiro/CE, devendo o requerente comparecer portando documentos pessoais, bem como os exames médicos que acaso tenha, oportunidade em que será realizada perícia na pessoa do requerente pelo Dr. Francisco de Assis Charamba Dutra. Fica ainda, Vossa Senhoria intimado, para, querendo, indicar assistente técnico, em 05 (cinco) dias.".**- INT. DR(S). VICENTE PAULO DA SILVA

9) 2544-52.2012.8.06.0145/0 - Tombo: 2912012 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO HONDA S/A REQUERIDO.: FRANCISCO MENDES DA SILVA. **" Fica Vossa Senhoria Intimado(a) da sentença, cuja parte final segue transcrita: "... Conforme entendimento pacífico da doutrina e jurisprudência pátrias, eventual saldo remanescente da dívida, apurado após a alienação do bem financiado não pode ser cobrado nos mesmos autos da busca e apreensão.**

Nesse sentido, a Súmula 384 do STJ, inclusive, prevê que, preenchidos os requisitos legais, é cabível ação monitória com tal desiderato, in verbis STJ - Súmula 384 Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia. Pelo exposto, conclui-se que o presente processo não tem mais razão de ser. Com efeito, os objetivos que com ele poderiam ser atingidos, já o foram. Patente, pois, que não mais se faz presente o interesse de agir que motivou o ajuizamento da ação. Assim, a extinção do feito é medida que se impõe. Assim, JULGO EXTINTO O FEITO, com base no art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Registre-se. Intimem-se. Publique-se. Após, com as cautelas legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Pereiro/CE, 12 de 01 de 2015 Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1"".- INT. DR(S). ALDENIRA GOMES DINIZ

10) 2548-84.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 2442015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO SANTANDER BRASIL S/A REQUERENTE.: JOSE NILTON MARIANO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado do deferimento do pedido de fls. 49, concedendo vista dos autos pelo prazo de 10 (dez) dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo."**.- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

11) 2563-87.2014.8.06.0145/0 - Tombo: 2992014 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: FRANCISCO BARROS SOBRINHO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado do todo teor da decisão de fls. 151/152, cuja parte final segue transcrito: "... Diante do exposto, nos termos da Lei 7.210/84, defiro o pedido e concedo progresso de regime semiaberto para o aberto ao apenado FRANCISCO BARROS SOBRINHO, mediante o cumprimento das seguintes condições e exigências: ... ".".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

12) 2580-94.2012.8.06.0145/0 - Tombo: 3272012 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANALIA BEZERRA DE LIMA REQUERIDO.: O MUNICÍPIO DE PEREIRO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "S E N T E N Ç A - Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer proposta por Anália Bezerra de Lima em face do Município de Pereiro/CE. Inicial instruída com os documentos de fls. 11/79. Contestação acostada às fls. 81/84. Às fls. 89/95 foi proferida sentença judicial. Inconformada, a parte demandada apresentou apelação às fls. 100/108. Remetidos os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme fls. 109. O acórdão de fls. 124/128 conheceu E negou provimento à apelação e ao reexame necessário, negando-lhes provimento, para manter, in totum, o decisório de primeira instância. Com o retorno dos autos a este Juízo, as partes juntaram às fls. 133/135 manifestação em que informam que a promovente aderiu ao acordo firmado em ação coletiva, motivo pelo qual não tem interesse na tramitação do presente feito. Com efeito, o presente processo já atingiu sua finalidade, tendo em vista que o mérito foi analisado e o acórdão de fls. 124/128 já transitou em julgado. Contudo, tratando-se de interesses patrimoniais disponíveis, não há óbice a que as partes transacionem a qualquer momento, inclusive após o trânsito em julgado, como de fato fizeram às fls. 133/135. Tem-se, in casu, que o Município réu celebrou um acordo individual com a promovente, nos mesmos termos do que fora realizado nos autos da ACP 2696-32.2014.8.06.0145/0. Segundo o art. 449 do Código de Processo Civil, o termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença. Acresça-se que, a teor do que dispõe o art. 269, inciso III, do CPC, haverá solução de mérito sempre que as partes transigirem, como ocorreu na hipótese dos autos. A esse respeito, merece transcrição a lição do mestre MOACYR AMARAL SANTOS: "O art. 269 do Código de Processo Civil enumera os casos em que se extingue o processo com julgamento do mérito, sobre os quais nos referiremos a seguir: (...) "III - quando as partes transigirem." Transigência é transação. Tem seu fundamento no Código Civil, artigo 1025: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas." O inciso que estamos a comentar, cogita da transigência no curso da lide. Pode abranger todo o pedido ou apenas parte dele. No primeiro caso, o processo se extingue, "porque o fundamento para a sentença foi o mérito, objeto da transação" (PONTES DE MIRANDA). No segundo caso, o processo continua para decisão da parte do pedido que não constituiu objeto de transação. São pressupostos da transação: a) que as partes sejam capazes de contratar e, assim, de dispor de seus direitos; b) que diga respeito a direitos patrimoniais (Código Civil, art. 1035). Com referência a direitos indisponíveis, não se admite a transação e, assim, a transigência. Como a transigência, a que alude o inciso, subentende em curso a lide, deverá ser feita por termo nos autos ou por escritura pública (Cód. Civil, art. 1.028). Deste ou daquele modo feita, para fins do processo, deverá ser homologada por sentença pelo juiz." [PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 2.º Volume - Ed. Saraiva - 1998, páginas 107/108]. Compulsando os autos, entendo que o acordo entabulado pelos requerentes atende plenamente aos requisitos legais. Ante o exposto, com fundamento no art. 449 c/c art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo apresentado em juízo pelas partes às fls. 133/135, que passará a fazer parte integrante desta. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Pereiro/CE, 26 de 01 de 2016. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1 ""**.- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO , SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA , ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

13) 2595-63.2012.8.06.0145/0 - Tombo: 3422012 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIA ELIZEUDA DE AQUINO REQUERIDO.: O MUNICIPIO DE PEREIRO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "S E N T E N Ç A - Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer proposta por Antônia Elizeuda de Aquino em face do Município de Pereiro/CE. Inicial instruída com os documentos de fls. 02/10. Contestação acostada às fls. 21/74. Réplica juntada às fls. 76/79. Às fls. 83/85 foi proferida sentença judicial. Inconformada, a parte demandada apresentou apelação às fls. 91/99. Remetidos os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme fls. 100. O acórdão de fls. 117/121 conheceu e deu provimento à remessa necessária, asseverando que houve error in procedendo em primeiro instância. Ademais, declarou prejudicado o recurso de apelação, nos moldes do art. 557, caput, do CPC. Em decorrência da cassação da sentença recorrida, determinou-se a remessa dos autos ao juízo a quo, para regular processamento do feito. Após o retorno dos autos a este Juízo, as partes informaram às fls. 124/128 que a promovente aderiu ao acordo firmado em ação coletiva, motivo pelo qual não tem mais interesse na tramitação do presente feito. Com efeito, tratando-se de interesses patrimoniais disponíveis, não há óbice a que as partes transacionem a qualquer momento, como de fato fizeram às fls. 124/128. Tem-se, in casu, que o Município réu celebrou um acordo individual com a promovente, nos mesmos termos do que fora realizado nos autos da ACP 2696-32.2014.8.06.0145/0. Segundo o art. 449 do Código de Processo Civil, o termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença. Acresça-se que, a teor do que dispõe o art. 269, inciso III, do CPC, haverá solução de mérito sempre que as partes transigirem, como ocorreu na hipótese dos autos. A esse respeito, merece transcrição a lição do**

mestre MOACYR AMARAL SANTOS: "O art. 269 do Código de Processo Civil enumera os casos em que se extingue o processo com julgamento do mérito, sobre os quais nos referiremos a seguir: (...) "III -quando as partes transigirem." Transigência é transação. Tem seu fundamento no Código Civil, artigo 1025: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas." O inciso que estamos a comentar, cogita da transigência no curso da lide. Pode abranger todo o pedido ou apenas parte dele. No primeiro caso, o processo se extingue, "porque o fundamento para a sentença foi o mérito, objeto da transação" (PONTES DE MIRANDA). No segundo caso, o processo continua para decisão da parte do pedido que não constituiu objeto de transação. São pressupostos da transação: a) que as partes sejam capazes de contratar e, assim, de dispor de seus direitos; b) que diga respeito a direitos patrimoniais (Código Civil, art. 1035). Com referência a direitos indisponíveis, não se admite a transação e, assim, a transigência. Como a transigência, a que alude o inciso, subentende em curso a lide, deverá ser feita por termo nos autos ou por escritura pública (Cód. Civil, art. 1.028). Deste ou daquele modo feita, para fins do processo, deverá ser homologada por sentença pelo juiz." [PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 2.º Volume - Ed. Saraiva - 1998, páginas 107/108]. Compulsando os autos, entendo que o acordo entabulado pelos requerentes atende plenamente aos requisitos legais. Ante o exposto, com fundamento no art. 449 c/c art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo apresentado firmado pelas partes, que passará a fazer parte integrante desta. Junte-se aos presentes autos cópia da avença firmada na ação coletiva. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Pereiro/CE, 26 de 01 de 2016. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1"".- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO , SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA , ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

14) 2610-27.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3052015 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: LAYANE BARBOSA RIBEIRO REQUERENTE.: SUELITON NUNES DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para, prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a informação de fls. 30, bem como informar o endereço atualizado da requerida.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

15) 2611-17.2012.8.06.0145/0 - Tombo: 3582012 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: O MUNICIPIO DE PEREIRO REQUERENTE.: SOCORRO LEILA DE CARVALHO COSTA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "S E N T E N Ç A - Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer proposta por Socorro Leila de Carvalho Costa em face do Município de Pereiro. Inicial instruída com os documentos de fls. 11/18. Contestação acostada às fls. 22/74. Réplica juntada às fls. 76/79. Às fls. 83/88 foi proferida sentença judicial. Inconformada, a parte demandada apresentou apelação às fls. 94/102. Remetidos os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme fls. 103. O acórdão de fls. 123/129v conheceu e deu provimento à remessa necessária, asseverando que houve error in procedendo em primeiro instância. Ademais, declarou prejudicado o recurso de apelação, nos moldes do art. 557, caput, do CPC. Em decorrência da cassação da sentença recorrida, determinou-se a remessa dos autos ao juízo a quo, para regular processamento do feito. Após o retorno dos autos a este Juízo, as partes informaram às fls. 133/137 que a promovente aderiu ao acordo firmado em ação coletiva, motivo pelo qual não tem mais interesse na tramitação do presente feito. Com efeito, tratando-se de interesses patrimoniais disponíveis, não há óbice a que as partes transacionem a qualquer momento, como de fato fizeram às fls. 133/137. Tem-se, in casu, que o Município réu celebrou um acordo individual com a promovente, nos mesmos termos do que fora realizado nos autos da ACP 2696-32.2014.8.06.0145/0. Segundo o art. 449 do Código de Processo Civil, o termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença. Acresça-se que, a teor do que dispõe o art. 269, inciso III, do CPC, haverá solução de mérito sempre que as partes transigirem, como ocorreu na hipótese dos autos. A esse respeito, merece transcrição a lição do mestre MOACYR AMARAL SANTOS: "O art. 269 do Código de Processo Civil enumera os casos em que se extingue o processo com julgamento do mérito, sobre os quais nos referiremos a seguir: (...) "III - quando as partes transigirem." Transigência é transação. Tem seu fundamento no Código Civil, artigo 1025: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas." O inciso que estamos a comentar, cogita da transigência no curso da lide. Pode abranger todo o pedido ou apenas parte dele. No primeiro caso, o processo se extingue, "porque o fundamento para a sentença foi o mérito, objeto da transação" (PONTES DE MIRANDA). No segundo caso, o processo continua para decisão da parte do pedido que não constituiu objeto de transação. São pressupostos da transação: a) que as partes sejam capazes de contratar e, assim, de dispor de seus direitos; b) que diga respeito a direitos patrimoniais (Código Civil, art. 1035). Com referência a direitos indisponíveis, não se admite a transação e, assim, a transigência. Como a transigência, a que alude o inciso, subentende em curso a lide, deverá ser feita por termo nos autos ou por escritura pública (Cód. Civil, art. 1.028). Deste ou daquele modo feita, para fins do processo, deverá ser homologada por sentença pelo juiz." [PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 2.º Volume - Ed. Saraiva - 1998, páginas 107/108]. Compulsando os autos, entendo que o acordo entabulado pelos requerentes atende plenamente aos requisitos legais. Ante o exposto, com fundamento no art. 449 c/c art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo firmado pelas partes, que passará a fazer parte integrante desta. Junte-se aos presentes autos cópia da avença firmada na ação coletiva. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Pereiro/CE, 26 de 01 de 2016. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1"".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO , SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA , ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

16) 2622-41.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3182015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA GRACIELA GOMES DA SILVA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) do inteiro teor do despacho de fls. 38/39, cuja parte final segue transcrita: "... Sobre a preliminar de incompetência em face do valor da causa, entendo que assiste razão á empresa ré. Contudo, antes de extinguir o feito, resolvo determinar qua a parte autora seja intimada, por seu causídico, para informar de pretende prosseguir com o processo atribuindo-lhe o valor da causa em R$ 43.440,00 ou renuncia á quantia que, por ventura, exceder 40 (quarenta) salários mínimos, caso em que deverá emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo. ...""**.- INT. DR(S). CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA , CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA , JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

17) 2623-26.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3192015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA GRACIELA GOMES DA SILVA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) do inteiro teor**

do despacho de fls. 37/38, cuja parte final segue transcrita: "... Sobre a preliminar de incompetência em face do valor da causa, entendo que assiste razão á empresa ré. Contudo, antes de extinguir o feito, resolvo determinar qua a parte autora seja intimada, por seu causídico, para informar de pretende prosseguir com o processo atribuindo-lhe o valor da causa em R$ 43.440,00 ou renuncia á quantia que, por ventura, exceder 40 (quarenta) salários mínimos, caso em que deverá emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo. ..."".- INT. DR(S). CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA , CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA , JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

18) 2625-93.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3212015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA GRACIELA GOMES DA SILVA REQUERIDO.: TIM CELULAR S/A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) do inteiro teor do despacho de fls. 39/40, cuja parte final segue transcrita: "... Sobre a preliminar de incompetência em face do valor da causa, entendo que assiste razão á empresa ré. Contudo, antes de extinguir o feito, resolvo determinar qua a parte autora seja intimada, por seu causídico, para informar de pretende prosseguir com o processo atribuindo-lhe o valor da causa em R$ 43.440,00 ou renuncia á quantia que, por ventura, exceder 40 (quarenta) salários mínimos, caso em que deverá emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo. ..."".**- INT. DR(S). CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA , JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

19) 2627-97.2014.8.06.0145/0 - Tombo: 3632014 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO HENRI BEZERRA DE OLIVEIRA (MENOR) REQUERENTE.: FRANCISCO HENRIQUE BEZERRA DE OLIVEIRA (MENOR) REQUERENTE.: JEFF ALESSON SAMPAIO OLIVEIRA (MENOR) REQUERIDO.: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para especificarem as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, caso entendam cabível ao julgamento da causa, justificando sua necessidade, sob pena de preclusão. Não havendo manifestação, enteder-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos e os autos seguem para julgamento antecipado da lide.".**- INT. DR(S). ANTONIO DOS SANTOS MOTA , JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

20) 2629-33.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3252015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A REQUERENTE.: COSMA CARNEIRO DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para especificarem as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, caso entendam cabível ao julgamento da causa, justificando sua necessidade, sob pena de preclusão. Não havendo manifestação, enteder-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos e os autos seguem para julgamento antecipado da lide.".**- INT. DR(S). WILSON SALES BELCHIOR

21) 2650-14.2012.8.06.0145/0 - Tombo: 3972012 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA JANE CLEIDE BEZERRA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DE PEREIRO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "S E N T E N Ç A - Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer proposta por MARIA JANE CLEIDE BEZERRA em face do MUNICÍPIO DE PEREIRO/CE. Inicial instruída com os documentos de fls. 11/19. Contestação acostada às fls. 23/76. Réplica acostada às fls. 78/82. Às fls. 85/90 foi proferida sentença judicial. Inconformada, a parte demandada apresentou apelação às fls. 95/103. Remetidos os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme fls. 104. A decisão de fls. 128/141, monocraticamente, negou seguimento à remessa oficial e ao recurso de apelação, confirmando, in totum, o decisório de primeira instância. Com o retorno dos autos a este Juízo, as partes juntaram às fls. 150/152 manifestação em que informam que a promovente aderiu ao acordo firmado em ação coletiva, motivo pelo qual não tem interesse na tramitação do presente feito. Com efeito, o presente processo já atingiu sua finalidade, tendo em vista que o mérito foi analisado e a decisão monocrática de fls. 128/141 já transitou em julgado. Contudo, tratando-se de interesses patrimoniais disponíveis, não há óbice a que as partes transacionem a qualquer momento, inclusive após o trânsito em julgado, como de fato fizeram às fls. 150/152. Tem-se, in casu, que o Município réu celebrou um acordo individual com a promovente, nos mesmos termos do que fora realizado nos autos da ACP 2696-32.2014.8.06.0145/0. Segundo o art. 449 do Código de Processo Civil, o termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença. Acresça-se que, a teor do que dispõe o art. 269, inciso III, do CPC, haverá solução de mérito sempre que as partes transigirem, como ocorreu na hipótese dos autos. A esse respeito, merece transcrição a lição do mestre MOACYR AMARAL SANTOS: "O art. 269 do Código de Processo Civil enumera os casos em que se extingue o processo com julgamento do mérito, sobre os quais nos referiremos a seguir: (...) "III - quando as partes transigirem." Transigência é transação. Tem seu fundamento no Código Civil, artigo 1025: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas." O inciso que estamos a comentar, cogita da transigência no curso da lide. Pode abranger todo o pedido ou apenas parte dele. No primeiro caso, o processo se extingue, "porque o fundamento para a sentença foi o mérito, objeto da transação" (PONTES DE MIRANDA). No segundo caso, o processo continua para decisão da parte do pedido que não constituiu objeto de transação. São pressupostos da transação: a) que as partes sejam capazes de contratar e, assim, de dispor de seus direitos; b) que diga respeito a direitos patrimoniais (Código Civil, art. 1035). Com referência a direitos indisponíveis, não se admite a transação e, assim, a transigência. Como a transigência, a que alude o inciso, subentende em curso a lide, deverá ser feita por termo nos autos ou por escritura pública (Cód. Civil, art. 1.028). Deste ou daquele modo feita, para fins do processo, deverá ser homologada por sentença pelo juiz." [PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 2.º Volume - Ed. Saraiva - 1998, páginas 107/108]. Compulsando os autos, entendo que o acordo entabulado pelos requerentes atende plenamente aos requisitos legais. Ante o exposto, com fundamento no art. 449 c/c art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo apresentado em juízo pelas partes às fls. 150/152, que passará a fazer parte integrante desta. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Pereiro/CE, 26 de 01de 2016. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1 "".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO , SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA , ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA

22) 2-66.2009.8.06.0145/0 - Tombo: 0212009 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BV FINANCEIRA - FORTALEZA REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o quantum de R$ 10.610,39, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 475-J, do CPC, conforme despacho de fls. 516.".**- INT. DR(S). WILSON SALES BELCHIOR

23) 2690-88.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3862015 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: JOSE FELIPE GABRIEL DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "... Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de expedição de alvará judicial formulado pelo autor, com resolução de mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade deferida. Deixo de fixar honorários advocatícios ante a ausência de litigiosidade. Com o trânsito em julgado, oportunamente, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se Expedientes necessários. Pereiro/CE,26 de 01 de 2015. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1 "".**- INT. DR(S). SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA

24) 2692-58.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 3882015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIO SARAIVA DE LIMA REQUERIDO.: RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. **"Fica Vossa Senhoria Intimado do deferimento do pedido de fls. 87, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do contrato entre o autor e o cedente que originou a dívida dos autos.".**- INT. DR(S). GIZA HELENA COELHO

25) 2731-55.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 4272015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: CAGECE REQUERENTE.: JOSE FABIO FIRMINO MARTINS. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para especificarem as provas que ainda pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, caso entendam cabível ao julgamento da causa, justificando sua necessidade, sob pena de preclusão. Não havendo manifestação, enteder-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos e os autos seguem para julgamento antecipado da lide, bem como todo o teor do despacho de fls. 94/95.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS , JOSE ARAUJO DE PONTES NETO

26) 2748-91.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 4422015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: DULSINEIDE SOARES FERREIRA REQUERIDO.: MAGAZINE LUIZA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para no prazo de 10 (dez) dias, informar o endereço atualizado da demandante, bem como, querendo, apresentar réplica á contestação e documentos de fls. 23/43.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

27) 2767-68.2013.8.06.0145/0 - Tombo: 4432013 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ESPÓLIO DE MARIA DO CARM DIAS SOUSA DOS SANTOS REQUERENTE.: LUIZ ANTONIO DE ABREU. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da Sentença, cuja parte final segue transcrita: "S E N T E N Ç A - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de reconhecimento de união estável post mortem proposta por LUIZ ANTÔNIO DE ABREU em face dos herdeiros de Maria do Carmo Dias Sousa dos Santos. Após regular andamento processual, a parte autora foi intimada pessoalmente para, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) dar andamento ao feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos preconizados pelo art. 267, III, §1º do CPC (cf. fls. 46/46v). Às fls. 46v foi certificado que a parte autora deixou decorrer o prazo acima sem nada requerer ou apresentar em secretaria. Vieram os autos conclusos. É o relatório em abreviado. Decido. FUNDAMENTAÇÃO Assim dispõe o art. 267, III e §1º do CPC: Art. 267 - Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. (...) § 1º O juiz ordenará, nos casos dos números II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas." Nos exatos termos da legislação colacionada, para que possa o Juiz declarar a extinção do processo e seu arquivamento, necessária a intimação pessoal da parte, para suprir a falta em 48 (quanta e oito) horas. In casu, houve a intimação pessoal da parte autora para que promovesse as diligências necessárias ao prosseguimento do feito (determinadas às fls. 43), ao que nada requereu. Tal desídia caracteriza o disposto no inciso III do art. 267 do CPC, já transcrito. Isto é, o demandante não promoveu as diligências que lhe competiam, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias. Em casos como tais, em que a parte se desinteressa pelo prosseguimento do feito, deixando de atender às intimações que lhe são feitas para impulsionar o processo, outra alternativa não resta senão extinguir ofeito. Afinal, o processo não pode permanecer na Secretaria de Vara Única, aguardando providências que a parte promovente, principal interessada no seu andamento, não toma. Diante do exposto, JULGO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o presente processo, com fundamento no inciso III e § 1º do art. 267 do Código de Processo Civil. Sem custas, ante a gratuidade judiciária deferida às fls. 43. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Pereiro/CE, 25 de 01 de 2016. Magno Rocha Thé Mota Juiz Auxiliar da 4ª ZJ1 "".**- INT. DR(S). CLAUDIO ALEXANDRE DA SILVA , ESTAGIÁRIO FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA, JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

28) 2771-71.2014.8.06.0145/0 - Tombo: 5102014 - AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERENTE.: O MUNICIPIO DE PEREIRO REQUERIDO.: RAIMUNDO ESTEVAM NETO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado da decisão de fls. 266/269, cuja parte final segue transcrita: "... Assim, intimem-se o Município requerente para que, no parazo de 10 (dez) dias, emende a inicial de Improbidade Administrativa, devendo inclir no polo passivo da presente demanda a Empresa vencedora do certame, DR Construtora e Serviços de Mãos de Obra LTDA, bem como, TODOS os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, qualificando-os devidamente. ...""**.- INT. DR(S). FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA , JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS , TIBERIO DE MELO CAVALCANTE , VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO

29) 2779-82.2013.8.06.0145/0 - Tombo: 4552013 - AÇÃO POPULAR REQUERIDO.: JOAO FRANCISMAR DIAS REQUERENTE.: JOSE FRANCINALDO FILHO REQUERIDO.: O MUNICIPIO DE PEREIRO. **"Fica Vossa Intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões de apelação.".**- INT. DR(S). ESTAGIÁRIO FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA, JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

30) 2783-51.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 4772015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JANILSON BEZERRA DA SILVA REQUERIDO.: RENOVA COMPANHIA SECURITY. **"Fica Vossa Senhoria Intimado do deferimento do pedido de fls. 84, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do contrato entre o autor e o cedente que originou a dívida dos autos.".**- INT. DR(S). GIZA HELENA COELHO

31) 2828-55.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 5222015 - INVENTÁRIO INVENTARIADO.: COSMA MARIA DE JESUS INVENTARIANTE.: MOACIR PEDRO SARAIVA INVENTARIADO.: PEDRO ANDRE DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado**

para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar as pendências apontadas pela Fazenda pública Estadual através da petição de fls. 25/37, bem como para se manifestar sobre o ofício de fls. 38.".- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

32) 2831-10.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 525 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOSÉ EUGENIO DA SILVA REQUERIDO.: TIM CELULAR S.A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para, querendo, apresentar réplica à contestação no prazo de 10 (dez) dias.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

33) 2835-47.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 5292015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BLUE SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA REQUERENTE.: JOSIMAR GONÇALVES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado(a) da da Audiência de Conciliação designada para o dia 02 de Maio de 2016, às 09h00min, no Fórum de Pereiro/CE.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

34) 2920-33.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 6142015 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: DANUBIA NUNES REQUERIDO.: FRANCISCO FRANCO DE AQUINO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, em última oportunidade, regularizar o polo passivo da demanda e junte documentos essenciais a sua propositura, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

35) 2943-13.2014.8.06.0145/0 - Tombo: 6482014 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ELLEN TAUANY FIDELES PESSOA (MENOR) REQUERENTE.: ERIK CAUÃ FIDELES PESSOA (MENOR) REQUERIDO.: REGIVAN PESSOA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos a certidão de óbito do requerido.".**- INT. DR(S). SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA

36) 2943-76.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 6372015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: OI MOVEL S/A REQUERENTE.: RONALDO ADRIANO DE AQUINO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado(a) da da Audiência de Conciliação designada para o dia 07 de Março de 2016, às 09h30min, no Fórum de Pereiro/CE.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

37) 2944-95.2014.8.06.0145/0 - Tombo: 6492014 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: JOSE EUDES NUNES REQUERENTE.: RAIANE ANTONIA OLIVEIRA NUNES (MENOR) REQUERENTE.: RYANARA STEFANIE OLIVEIRA NUNES (MENOR) REQUERENTE.: TAISE DE OLIVEIRA NUNES (MENOR). **"Fica Vossa Senhoria Intimado para no prazo de 10 (dez) dias arrole testemunhas que tenha conhecimento acerca da necessidade da requerente e possibilite ao requerido.".**- INT. DR(S). SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA

38) 2947-16.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 6412015 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: DANY LENI DA SILVA NOGUEIRA REQUERENTE.: DYULIA IRIS DA SILVA NOGUEIRA (MENOR) REQUERENTE.: GUILHERME RAMON NOGUEIRA DA SILVA (MENOR) REQUERENTE.: INGRID NOGUEIRA DA SILVA (MENOR) REQUERENTE.: LIDIANA VICENTE DA SILVA REQUERENTE.: LUIZ CRISPIM NOGUEIRA REQUERENTE.: WILDERLAN NOGUEIRA DA SILVA (MENOR). **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para tomar ciência do requerimento ministerial de fls. 14v, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar a respeito.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

39) 2962-82.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 6562015 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXEQUENTE.: ANTONIA MARIA ROCHA DA SILVA (MENOR) EXEQUENTE.: COSME ROCHA DA SILVA (MENOR) EXEQUENTE.: DAMIAO ROCHA DA SILVA (MENOR) EXECUTADO.: FRANCISCO EUDES ROCHA DE SOUZA EXEQUENTE.: FRANCISCO ROCHA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para ficar ciente do indeferimento parcial da petição inicial, bem como, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, nos termos dos itens 1 a 4 do despacho de fls. 23/25.".**- INT. DR(S). MARDÊNIA AQUINO DIÓGENES

40) 2966-22.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 6602015 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERIDO.: ACRISIO LOPES SOBRINHO REQUERENTE.: GABRIEL DE SOUZA LOPES (MENOR) REQUERENTE.: JOSE NATANAEL DE SOUSA LOPES (MENOR) REQUERENTE.: KAROLAYNE SOUSA LOPES. **"Fica Vossa Senhoria Intimada da Audiência de Conciliação designada para o dia 09 de Março de 2016, às 10h00min, no Fórum de Pereiro/CE.".**- INT. DR(S). SILVIA RENATA PINHEIRO FEITOSA

41) 3007-86.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7062015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA LEUDIENE VIEIRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

42) 3008-71.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7072015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: RAIMUNDA NONATA DA SILVA BEZERRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

43) 3009-56.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7082015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANTONIA NEUMA AFONSO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

44) 3010-41.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7092015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: AURINEIDE FRANCO MOURÃO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

45) 3011-26.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7102015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: SILVANEIDE FRANCO VIDAL. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

46) 3012-11.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7112015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: LUCILENE ALVES DE MELO. **"Fica**

Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

47) 3013-93.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7122015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: APARECIDA DE SOUSA MAGALHÃES. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

48) 301-43.2009.8.06.0145/0 - Tombo: 3052009 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAUCARD S.A REQUERENTE.: EDSON CARLOS DE SOUSA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado dos despachos de fls. 159 e 161, cuja parte final segue transcrita: “... Ante o exposto, intime-se a empresa ré, dando-lhe ciência do inteiro teor deste despacho e concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para esclarecer o depósito judicial descrito às fls. 155/156”. “com a advertência de que , decorrido in albis o prazo de 10 (dez) dias, os autos retornarão ao arquivo.””.**- INT. DR(S). CELSO DAVID ANTUNES , LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO

49) 3014-78.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7132015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA AUREA DE NEGREIROS. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

50) 3015-63.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7142015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: GORETE LOPES DOS SANTOS. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

51) 3016-48.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7152015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA GISELE NUNES DE SOUSA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

52) 3017-33.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7162015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANTONIA PEREIRA DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

53) 3018-18.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7172015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE LOURDES DE AQUINO. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

54) 3028-62.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7222015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA MARTINS DE MOURA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

55) 3029-47.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7232015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA LUCIA BESSA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

56) 3030-32.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7242015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ARLETE DE OLIVEIRA SOUZA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

57) 3031-17.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7252015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA MONICA DOS SANTOS. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

58) 3032-02.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7262015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA RITA DE CASSIA ALVES DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

59) 3033-84.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7272015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANA LUCIA NOGUEIRA DE CARVALHO. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

60) 3034-69.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7282015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: COSMA FLAVIA SILVEIRA DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

61) 3035-54.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7292015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ELINEUZA EDUARDO DE LIMA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

62) 3036-39.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7302015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: DEUSIMAR RIBEIRO DE ASSIS. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

63) 3037-24.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7312015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA ANTONIA DE BARROS. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

64) 3038-09.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7322015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA ILNAR JANUARIO DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

65) 3039-91.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7332015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: CLEUDETE NUNES DE MELO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

66) 3040-76.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7342015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO DE SOUSA PINHEIRO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

67) 3041-61.2015.8.06.0145/0 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: RAIMUNDA GALDINO DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

68) 3042-46.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7362015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA MARCIA DE OLIVEIRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

69) 3043-31.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7372015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANTONIO MARCOS ALVES MARTINS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

70) 3044-16.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7382015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: LUCIANO EDUARDO DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

71) 3045-98.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7392015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DAS DORES BATISTA DO NASCIMENTO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

72) 3046-83.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7402015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA IRIS DE OLIVEIRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

73) 3047-68.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7412015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANA GILDETE MAGALHÃES FREITAS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

74) 3048-53.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7422015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ROSA MEDEIROS DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

75) 3049-38.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7432015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ENAILMA TEOFILO DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

76) 3050-23.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7442015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA SELMA ALVES MARTINS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

77) 3051-08.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7452015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: JOANA SIMONE FERREIRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

78) 3052-90.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7462015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ALDA MARIA DA CONCEIÇÃO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

79) 3053-75.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7472015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA FIRMINA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

80) 3054-60.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7482015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA ALVES DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

81) 3055-45.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7492015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE LOURDES ALVES PINTO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

82) 3056-30.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7502015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA LUCICLEIDE ALVES. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do**

imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

83) 3057-15.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7512015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: LUCIA MARIA DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

84) 3058-97.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7522015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DO CARMO PEREIRA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

85) 3059-82.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7532015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANTONIA NUBIA MATIAS. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

86) 3060-67.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7542015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: COSMA ANTONIA DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

87) 3061-52.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7552015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: REGIANA MARTINS DE MOURA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

88) 3062-37.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7562015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

89) 3063-22.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7572015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: COSMA DARCIA BONINA DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

90) 3064-07.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7582015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCO SELDOMAR FERREIRA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

91) 3065-89.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7592015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA ELIZEUDA VIEIRA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

92) 3066-74.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7602015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: BENTO NONATO DE LIMA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

93) 3067-59.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7612015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANA LUCIA DA SILVA SENA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

94) 3068-44.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7622015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: REGIA MARIA AFONSO DA SILVA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

95) 3069-29.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7632015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ELIZANGELA PEREIRA MAGALHAES. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

96) 3070-14.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7642015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ZULEIDE DELMIRO LOPES. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

97) 3071-96.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7652015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: RAIMUNDA CLESCIA LOPES. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

98) 3072-81.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7662015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: SILVIA KATEURCE AFONSO. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

99) 3073-66.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7672015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS BONINA. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

100) 3074-51.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7682015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA FRANCO MOURAO. **“Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.”.**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

101) 3075-36.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7692015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO MATIAS DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

102) 3076-21.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7702015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: EDILEUZA MARIA DE AQUINO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

103) 3077-06.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7712015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: JOSE SANAUDO DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

104) 3078-88.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7722015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

105) 3079-73.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7732015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: CLEUDIMAR NUNES DE MELO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

106) 3080-58.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7742015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA APARECIDA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

107) 3081-43.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7752015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANA PAULA GERMANO DO CARMO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

108) 3082-28.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7762015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA MATIAS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

109) 3083-13.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7772015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DAS CANDEIAS CARNEIRO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

110) 3084-95.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7782015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA ALVES. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

111) 3085-80.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7792015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA EULENE DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

112) 3086-65.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7802015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA EUNICE DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

113) 3087-50.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7812015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: SOLINEIDE MOURAO DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

114) 3088-35.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7822015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARGARIDA GALDINO DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

115) 3089-20.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7832015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANTONIO MARCOS ALVES MARTINS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

116) 3090-05.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7842015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: JOSE DENILTON DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

117) 3091-87.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7852015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA AUXILIADORA DE SENA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

118) 3092-72.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7862015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA LUCIA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

119) 3093-57.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7872015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA SABINA DE CARVALHO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória**

do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

120) 3094-42.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7882015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ALINE CRISTINA DE SOUSA VIEIRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

121) 3095-27.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7892015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA ARLETE DE MOURA AQUINO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

122) 3096-12.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7902015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA VIDAL DE SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

123) 3097-94.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7912015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARCIANO FERREIRA DANTAS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

124) 3098-79.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7922015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: COSME ELENILSON DE QUEIROZ. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

125) 3099-64.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7932015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA MATIAS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

126) 3100-49.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7942015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA ALVES DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

127) 3101-34.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7952015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: FRANCISCA DE FATIMA DA SILVA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

128) 3102-19.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7962015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA LINDALVA ALVES. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

129) 3103-04.2015.8.06.0145/0 - Tombo: 7972015 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA CECILIA PEREIRA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

130) 3397-22.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0012016 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: JOSE RIBAMAR GOMES. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

131) 3398-07.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0022016 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

132) 3399-89.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0032016 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: CELECINA UBALDINA DE FREITAS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

133) 3400-74.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0042016 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ZILMA NOGUEIRA DE SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

134) 3401-59.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0052016 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: DAMIANA FRANCO MOURAO. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

135) 3402-44.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0062016 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: RAIMUNDA CARNEIRO MARTINS. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar certidão de Inexistência de ação possessória do imóvel no período de 15 (quinze) anos.".**- INT. DR(S). FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO

136) 3404-14.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0082016 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: AFRANIO TAVARES ANDRE REQUERENTE.: MARIA JOSELIA BEZERRA ROCHA REQUERIDO.: O ESTADO DO CEARA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para, no prazo de 10 (dez) dias, apresente declaração de próprio punho, afirmando necessitar de assistência judiciária, por achar em condição de pobreza jurídica OU subscrever a inicial.".**- INT. DR(S). JOSE CELIO DE AQUINO

137) 3406-81.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0102016 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ANTONIO WALBER HOLANDA MAGALHAES REQUERENTE.: RAIMUNDO MORAIS FIGUEIREDO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para**

ficar ciente de todo o teor do despacho de fls. 22, bem como, no prazo de 10 (dez) dias, pagar as custas judiciais, sob pena de indeferimento da petição inicial.".- INT. DR(S). FRANCISCA RENATA BEZERRA FERNANDES , PAULO DIORGE VIEIRA DE ANDRADE

138) 3409-36.2016.8.06.0145/0 - Tombo: 0132016 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIO EUDES DA SILVA REQUERIDO.: RENOVA COMPANHIA SECURITIZADA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A. **"Fica Vossa Senhoria Intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, EMENDAR A INICIAL, juntando comprovante (em que conste o nome do autor) de que reside neste município, com data recente (no máximo 6 meses), ou, na ausência desta, declaração substrita pela pessoa indicada no comprovante, sob pena de indeferimemto da inicial, conforme despacho de fls. 20.".**- INT. DR(S). JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS

139) 58-02.2009.8.06.0145/0 - Tombo: 0062009 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: FRANCISCO BATISTA DE SOUSA REQUERIDO.: HSBC BANK BRASIL SA ."**Fica Vossa Senhoria Intimado da Decisão de fls, 328/331, cuja parte final segue transcrita: "... Do exposto e, tendo em vista que os cálculos de fls. 236/271 não cimportam qualquer reparação, tendo seguido precisamente os termos fixados na preclusa decisão de fls. 231 e os extratos da conta poupança do requerente, homologo os cálculos da Contadoria Judicial e fixo a quantia devida em R$ 15.466,14 (quinze mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos), para janeiro/2015. ..."**"- INT. DR(S). DANIEL DAHER MAIA , EDGAR B XIMENES NETO , JOSE CICERO RICARTE VIEIRA , JOSÉ EDILSON LOPES FREIRE FILHO , PAULO DIORGE VIEIRA DE ANDRADE , WAGNER BARREIRA FILHO .

COMARCA DE PORTEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE PORTEIRAS

Juiz(a) Respondendo: MARCELO WOLNEY A P DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria: DANIELE FERREIRA RIBEIRO
EXPEDIENTE nº 2433/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/19756	1		/	1

1) 2422-22.2015.8.06.0149/0 - Tombo: 4942 - RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL REQUERENTE.: FRANCISCA DE SOUSA ARAUJO ."**De ordem do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Respondendo por esta Comarca, INTIMO-LHE do despacho proferido nos autos o qual passo a transcrevê-lo: " R. h. Apresente a autora o original do documento de fls. 10. Em seguida, ao Representante do Ministério Público. Expedientes necessários. Porteiras, 10 de novembro de 2015. Marcelo Wolney A P de Matos. Juiz Auxiliar - Respondendo". Porteiras/CE, 29 de janeiro de 2016. Daniele Ferreira Ribeiro. Diretora de Secretaria."**- INT. DR(S). FRANCISCO HENRIQUE GOMES SOBREIRA .

Juiz(a) Respondendo : MARCELO WOLNEY A P DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria: DANIELE FERREIRA RIBEIRO
EXPEDIENTE nº 2434/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
DF/19423	1		RJ/81391	1
CE/13531	1		CE/25308	1
SP/89277	1		/	1

1) 2113-69.2013.8.06.0149/0 - Tombo: 4163 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA JANAINA DOS SANTOS & CIA (POSTO DE COMB. N. SRA. DA CONCEIÇÃO) REQUERIDO.: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A. ."**De ordem do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Respondendo por esta Comarca, INTIMO-LHES do despacho proferido nos autos o qual passo a transcrevê-lo: "R. h. Dada a apresentação de mandado de segurança pela Petrobras contra a decisão do então Juiz Titular que não recebeu o recurso, deixo de ordenar seguimento à execução no aguardo da decisão, por precaução, já que o passo seguinte envolve bloqueio de dinheiro do executado. Porteiras/CE, 27 de janeiro de 2016. Marcelo Wolney A P de Matos. Juiz Auxiliar - Respondendo". Porteiras/CE, 29 de janeiro de 2016. Daniele Ferreira Ribeiro. Diretora de Secretaria."**- INT. DR(S). CARLOS ANDRÉ VIAN COUTINHO , DIRCEU ANSELMINI , JOSE NILO AVELINO FILHO , PAULO DE TARSO GOMES TAVARES , TÂNIA DA CONSOLAÇÃO BAHIA CARVALHO SIQUEIRA .

Juiz(a) Respondendo: MARCELO WOLNEY AP DE MATOS
Diretor(a) de Secretaria: DANIELE FERREIRA RIBEIRO
EXPEDIENTE nº 2435/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/9669	1		CE/19756	1
/	1			

1) 2130-08.2013.8.06.0149/0 - Tombo: 4132 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: LOSANGO - PROMOTORA DE VENDAS LTDA REQUERENTE.: MARIA DEVANI DOS SANTOS .**"De ordem do MM. Juiz desta Comarca, INTIMO-LHE do despacho proferido nos autos o qual passo a transcrevê-lo: "R. h. Fale a autora sobre a petição de fls. 72, importando o seu silêncio em arquivamento. Porteiras/CE, 27 de janeiro de 2016. Marcelo Wolney A P de Matos. Juiz Auxiliar - Respondendo". Porteiras/CE, 29 de janeiro de 2016. Daniele Ferreira Ribeiro. Diretora de Secretaria."**- INT. DR(S). ANA CRISTINA BOMFIM FARIAS , FRANCISCO HENRIQUE GOMES SOBREIRA .

COMARCA DE POTENGI - VARA UNICA VINCULADA DE POTENGI

SECRETARIA DE VARA ÚNICA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO N.º 35-53.2012.8.06.0209/0
JUSTIÇA GRATUITA

Dá-se a gratuidade da Justiça, conforme despacho do MM. Juiz de Direito, fls. 48.

O Exmo. Sr. Marcelo Wolney Alencar Pereira de Matos, MM. Juiz de Direito Auxiliar Respondendo na Comarca de Araripe e nesta Comarca Vinculada de Potengi, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo e Secretaria de Vara Única os termos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO que JOAQUIM ALVES CAVALCANTE move contra ANTONIO ALVES CAVALCANTE que decretou a interdição deste, por ser incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-lhe curador na pessoa de JOAQUIM ALVES CAVALCANTE, conforme se vê da sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar Respondendo, Dr. Marcelo Wolney Alencar Pereira de Matos, às fls. 48, 48 verso, datada de 21 de setembro de 2015. E, para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado três (03) vezes pelo Diário da Justiça, com intervalo de dez (10) dias e afixado no lugar público de costume, na forma legal. Dado e passado nesta cidade de Potengi, aos vinte e nove (29) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, Emannuelle Rodrigues Alencar, servidora requisitada, o digitei e Eu, Diogo Dimas Bento Serafim, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

Marcelo Wolney A P de Matos
Juiz Auxiliar respondendo
(assinatura eletrônica com uso autorizado pela Portaria nº 01/2016)

SECRETARIA DE VARA ÚNICA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO N.º 119-54.2012.8.06.0209/0
JUSTIÇA GRATUITA

Dá-se a gratuidade da Justiça, conforme despacho do MM. Juiz de Direito, fls. 52.

O Exmo. Sr. Marcelo Wolney Alencar Pereira de Matos, MM. Juiz de Direito Auxiliar Respondendo na Comarca de Araripe e nesta Comarca Vinculada de Potengi, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo e Secretaria de Vara Única os termos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO que ODILOM GONÇALVES DE OLIVEIRA move contra ISAULINA SIMÃO DE OLIVEIRA que decretou a interdição deste, por ser incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-lhe curador na pessoa de ODILOM GONÇALVES DE OLIVEIRA, conforme se vê da sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar Respondendo, Dr. Marcelo Wolney Alencar Pereira de Matos, às fls. 52, 52 verso, datada de 21 de setembro de 2015. E, para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado três (03) vezes pelo Diário da Justiça, com intervalo de dez (10) dias e afixado no lugar público de costume, na forma legal. Dado e passado nesta cidade de Potengi, aos vinte e nove (29) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, Emannuelle Rodrigues Alencar, servidora requisitada, o digitei e Eu, Diogo Dimas Bento Serafim, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

Marcelo Wolney A P de Matos
Juiz Auxiliar respondendo
(assinatura eletrônica com uso autorizado pela Portaria nº 01/2016)

COMARCA DE QUIXADÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXADÁ

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 53/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/4834	1		CE/15075	1

/	1	

1) 16342-96.2011.8.06.0151/0 - AÇÃO PENAL VITIMA.: FRANCISCO ADAILTON DA SILVA GONÇALVES REU.: GEILTON SOARES DE SOUZA .**"Fica vossa senhoria intimado para para comparecer no dia 17/02/2016 às 13h:45min à sala de audiências da 1a Vara do Fórum Desembargador Avelar Rocha, a fim de participar de audiência de instrução e julgamento, conforme certidão ás fls. 148 dos autos do processo em epígrafe."**- INT. DR(S). FRANCISCO ALDENOR XAVIER , HONORIO FRANCELINO .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 84/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/3	1		/	1

1) 957-55.2004.8.06.0151/0 - ALIMENTOS REQUERIDO.: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVEIRA REQUERIDO.: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVEIRA .**"Fica Vossa Senhoria intimada do teor da Certidão de fls. 164, a seguir transcrita: Foi designada audiência de instrução para o dia 24 de fevereiro de 2016, às 16:00 horas."**- INT. DR(S). PROCURADOR WASHINGTON LUIS TERCEIRO VIEIRA JUNIOR- 15733-CE.

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 85/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20837	1		/	1

1) 21397-23.2014.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO HONDA S/A. REQUERIDO.: MARCOS AURELIO SA DE QUEIROZ .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 32, a seguir transcrito: Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, se manifestar sobre a certidão de fls. 31 dos autos, requerendo o que for de direito."**- INT. DR(S). ALDENIRA GOMES DINIZ .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 86/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20638	1		CE/15067	1
SP/147020	1		CE/18556	1
CE/23162	1		SP/196847	1
CE/23169	1		SP/149225	1
CE/23000	1		CE/14694	1
CE/19232	1		/	1

1) 15720-17.2011.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S.A C.F.I REQUERENTE.: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA REQUERIDO.: MARIA LAIDE BORGES PEREIRA .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 51, a seguir transcrito: Tendo em vista a certidão de fls. 50, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de arquivamento."**- INT. DR(S). ANTONIO LAERTE GUEDES NETO , EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA , FERNANDO LUZ PEREIRA , GUILHERME MARINHO SOARES , JOSE ISAIAS LIMA ALVES , MARCELO AUGUSTO DE SOUZA , MARINA DO NASCIMENTO SIQUEIRA VIEIRA , MOISES BATISTA DE SOUZA , SAMUEL DE CARVALHO FERREIRA , TEREZA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO , TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 87/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/1870	1		CE/10952	1
/	1			

1) 19131-97.2013.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A (ATUAL DENOMINAÇÃO DO BANCO FINASA BMC S.A) REQUERIDO.: PAULO SERGIO DE CASTRO LIMA .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 52, a seguir transcrito: Tendo em vista a certidão de fls. 51, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de arquivamento."**- INT. DR(S). MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO , ROSEANY ARAUJO VIANA .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 88/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/15067	1		/	1

1) 1719-95.2009.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO FINASA BMC S/A REQUERIDO.: ROGERIO RIBEIRO DA SILVA .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 69, a seguir transcrito: Tendo em vista a certidão de fls. 68, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de arquivamento."**- INT. DR(S). EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 89/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20837	1		/	1

1) 18754-58.2015.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO HONDA S.A REQUERIDO.: JUSCELENE BATISTA FREITAS LIMA .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 34, a seguir transcrito: Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, se manifestar sobre a certidão de fls. 33 dos autos, requerendo o que for de direito."**- INT. DR(S). ALDENIRA GOMES DINIZ .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 90/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/15067	1		/	1

1) 1200-23.2009.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BANCO FINASA BMC S/A.. REQUERIDO.: VERIDIANO LEANDRO DE QUEIROZ .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 55, a seguir transcrito: Tendo em vista a certidão de fls. 54, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de arquivamento."**- INT. DR(S). EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 91/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/20586	1		CE/15067	1
SP/147020	1		CE/19232	1
/	1			

1) 23884-34.2012.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S/A -CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO.: JOSE ARIMATEIA RODRIGUES DE MENESES .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 51, a seguir transcrito: Tendo em vista a certidão de fls. 50, intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do presente feito, sob pena de arquivamento."**- INT. DR(S). BRUNO VELLOSO FONTENELLE C. RODRIGUES , EMANUELLE FERREIRA GOMES SILVA MOURA , FERNANDO LUZ PEREIRA , TICIANA LEITE ESCORCIO ATHAYDE .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 92/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/23649	1		PR/47710	1
/	1			

1) 18342-98.2013.8.06.0151/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO.: MARIA LUSCELENE DE LIMA SOARES .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 64, a seguir transcrito: Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, no prazo de dez (10) dias, se manifestar sobre a certidão de fls. 63 dos autos, requerendo o que for de direito."**- INT. DR(S). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES , LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 93/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/13185	1		/	1

1) 1934-13.2005.8.06.0151/0 - EXECUÇÃO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXEQÜIDO.: JOSE RIBEIRO DA SILVA .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 104, a seguir transcrito: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito."**- INT. DR(S). KATARINA TEIXEIRA EVANGELISTA .

Juiz(a) Substituto : ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
Diretor(a) de Secretaria: JORGE LUIZ FREIRES VIEIRA
EXPEDIENTE nº 94/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/5901	1		CE/4026	1
/	1			

1) 1228-30.2005.8.06.0151/0 - INVENTARIO REQUERIDO.: ANDRE CORCINO DE HOLANDA - FALECIDO REQUERENTE.: MARIA IOLANDA MAIA HOLANDA .**" Ficam Vossas Senhorias intimados do teor do despacho fls. 138, a seguir transcrito: intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito."**- INT. DR(S). JOSE DE ASSIS RODRIGUES , VALDECIO ALVES DA SILVA .

COMARCA DE QUIXADÁ - 3ª VARA DA COMARCA DE QUIXADÁ

Juiz(a) Titular : ARIANA CRISTINA DE FREITAS
Diretor(a) de Secretaria: PAULO SERGIO FERNANDES CALIXTO
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/27109	1		CE/1465	1
CE/20256	1		CE/28184	1
PR/35270	1		/	1
CE/15547	2		/	2
CE/23654	3		CE/7042	3
/	3			

1) 19866-62.2015.8.06.0151/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S.A.-AGENCIA DE QUIXADÁ REQUERENTE.: MAXIMIANO LEITE BARBOSA CHAVES. **"Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) para comparecer(em) à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22 de junho de 2016 às 10h00min, na sala de audiências da 3ª Vara deste Juízo, bem como fica(m) intimado(a)(s) do despacho da MMª Juíza a seguir transcrito: "Por ocasião do artigo 407 do Código de processo Civil, fixo em 30 dias o prazo repressivo para que as partes depositem em juízo o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão, residência e o local de trabalho. O prazo de 30 (trinta) dias será regressivo, isto é, deve ser apresentado até 30 (trinta) dias antes da data da AIJ. Ademais, registre-se que o**

prazo acima deve ser observado mesmo quando as testemunhas vão comparecer independente de intimação, pois o seu objetivo é sobretudo ensejar às partes ciências das pessoas que irão depor, possibilitando a contradita.””.- INT. DR(S). FRANCISCO SERGIO BARROS ONOFRE FILHO , JOSE ARAMIDES PEREIRA , LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO , LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS , MELISSA ABRAMOVICI PILOTTO

2) 21329-39.2015.8.06.0151/0 - AÇÃO PENAL VITIMA.: A SOCIEDADE REU.: MARIA LIDUINA DA COSTA. **“Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) para comparecer(em) à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 29/02/2016 às 09h00min, na sala de audiências da 3ª Vara deste Juízo.”.**- INT. DR(S). RICARDO ALEXANDRE PINHEIRO COSTA

3) 26699-67.2013.8.06.0151/0 - AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERIDO.: HENRIQUE JORGE LELIS RABELO REQUERIDO.: M GURGEL COSTA BEBIDAS ME REQUERENTE.: MINISTÉRIO PÚBLICO .**”Fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) intimada(s) para comparecer(em) à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 14 de junho de 2016 às 15h00min, na sala de audiências da 3ª Vara deste Juízo, bem como fica(m) intimado(a)(s) do despacho da MMª Juíza a seguir transcrito: “Por ocasião do artigo 407 do Código de processo Civil, fixo em 30 dias o prazo repressivo para que as partes depositem em juízo o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão, residência e o local de trabalho. O prazo de 30 (trinta) dias será regressivo, isto é, deve ser apresentado até 30 (trinta) dias antes da data da AIJ. Ademais, registre-se que o prazo acima deve ser observado mesmo quando as testemunhas vão comparecer independente de intimação, pois o seu objetivo é sobretudo ensejar às partes ciências das pessoas que irão depor, possibilitando a contradita.””**- INT. DR(S). EUDES JOHSONS TAVARES PINHEIRO , KENNEDY MOURA RAMOS .

COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM

1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO: ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
DIRETOR: SYDNEY DYARLEY BONFIM RODRIGUES
EXPEDIENTE Nº 007-2016

Processo nº 10393-77.2014.8.06.0154/0
Ação: Interdição
Requerente(s): Francisca Faustino do Nascimento
Advogado(a) do requerente: Dr(a). SÉRGIO DE OLIVEIRA SOUSA – OAB-CE Nº 21.091
Interditando: Fernando Faustino do Nascimento
Finalidade: INTIMAR o(a) advogado(a) supramencionado(a), de todo teor do despacho proferido às fls. 72, dos autos do processo supra, no seguinte teor: “R.h. Defiro o pedido de fl. 69/70 fixando o prazo de 15(quinze) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim, 14/01/2016. Dr. Adriano Ribeiro Furtado Barbosa. Juiz de Direito respondendo”.

Processo nº: 9415-66.2015.8.06.0154/0
Ação: Interdito Proibitório
Requerente: Gleison Nobre Câmara
Advogado dos requerentes: DR. KARLUS ANDRÉ HOLANDA MARTINS - OAB/CE Nº 26.710
Requerido: José Alves Fernandes
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) de todo teor do despacho de fls. 33 a seguir transcrito: “R. h. Em face da certidão retro, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim, 08/12/2015. Fabrícia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito respondendo”.

Processo nº 409-55.2003.8.06.0154/0
Ação: Reclamação Cível
Requerente: Bruna Passos Vieira, rep. por Luzilane Ferreira Passos
Requerido: Banco do Brasil S/A
Requerido: Gilberto Costa Vieira
Advogado do requerido: Dr. MARCOS AURÉLIO PINHEIRO – OAB/CE nº 9.798
Finalidade: INTIMAR o(a)s advogado(a)s supramencionado(a)s, de todo teor do despacho proferido às fls. 30, dos autos do processo supra, no seguinte teor: “R.h. Em face do teor da certidão de fl. 28, determino o desentranhamento da petição e documentos de fls. 22/26, na mesma oportunidade em que determino a entrega a seu subscritor. Expedientes necessários. Quixeramobim, 14/01/2016. Dr. Adriano Ribeiro Furtado Barbosa. Juiz de Direito respondendo”.

Processo nº 11764-76.2014.8.06.0154/0
Natureza: Cumprimento de Sentença
Requerente(s): Luiz Tomaz da Rocha
Advogado(a)(s) do requerente: Dr(a). FÁBIO FÉLIX FERNANDES – OAB/CE nº 19.876
Requerido(a)(s): Banco do Brasil S.A.
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s), de todo teor do despacho proferido às fls. 93, dos autos do processo supra, no seguinte teor: “R.h. Defiro o pedido de fl. 92(o qual requer prazo de 30 dias). Expedientes necessários. Quixeramobim, 01/12/2015. Fabrícia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito respondendo”.

Processo nº 10076-84.2011.8.06.0154/0
Ação: Ordinária de Cobrança
Requerente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Requerido(a)(s): José Rufino de Araújo
Advogado(a)(s): Dr(a). SOLANA MARIA MARTINS CARMOS – OAB/CE Nº 6.972
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 123, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: “... Após o decurso do prazo, intime-se o exequente

para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim, 11/03/2015. Fabrícia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito."

Processo nº 9822-77.2012.8.06.0154/0
Ação: Ordinária de Cobrança
Requerente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Requerido(a)(s): Francisco Teles da Silva
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 102, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: "... Após o decurso do prazo, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 11/03/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.

Processo nº 10734-11.2011.8.06.0154/0
Ação: Execução por Título Extrajudicial
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Antônio Cláudio Rodrigues de Oliveira e Francisco Odilon Matias do Nascimento
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 40, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: "... Após o decurso do prazo, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 25/02/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito."

Processo nº 11257-52.2013.8.06.0154/0
Ação: Embargos à Execução
Embargante(s): Espólio de Tiago Abreu Diogo de Siqueira
Embargado(a)(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Advogado(a)(s): Dr(a). KATARINA TEIXEIRA EVANGELISTA - OAB/CE Nº 13.185
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor do Despacho de fl. 81, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrito: "R. h. Determino a intimação das partes para apresentarem memoriais finais, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 13/11/2014. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.

Processo nº 11540-12.2012.8.06.0154/0
Ação: Execução por Título Extrajudicial
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Francisco José de Araújo e outro
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 69, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: "... Decorrido o aludido lapso temporal, intime-se a parte autora, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 16/04/2015. Fabrício Vasconcelos Mazza. Juiz de Direito."

Processo nº 9821-92.2012.8.06.0154/0
Ação: Execução por Título Extrajudicial
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Francisco Teles da Silva
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 138, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: "... Após o decurso do prazo, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 11/08/2014. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito."

1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO: ADRIANO RIBEIRO FURTADO BARBOSA
DIRETOR: SYDNEY DYARLEY BONFIM RODRIGUES
EXPEDIENTE Nº 008-2016

Processo nº 10257-17.2013.8.06.0154/0
Ação: Execução
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): João Bosco Pimentel Mendes
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 40, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: "... Decorrido o aludido lapso temporal, intime-se a parte autora, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 31/03/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito."

Processo nº 10466-83.2013.8.06.0154/0
Ação: Execução
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Ricardo Pinto Porto e outros
Advogado(a)(s): Dr(a). PAULO RODRIGUES DUARTE LIMA - OAB/CE Nº 19.979
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor do Despacho de fl. 192, proferido

nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrito: “R. h. Em face da informação retro, intime-se a executada Fládia Maria Machado Rodrigues Girão, através do subscritor da petição de fls. 172/176 para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 15/02/2016. Dr. Adriano Ribeiro Furtado Barbosa. Juiz de Direito respondendo.”

Processo nº 9450-94.2013.8.06.0154/0
Ação: Execução por Título Extrajudicial
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Fátima Maciel Pinheiro
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 67, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: “... Decorrido o aludido lapso temporal, intime-se a parte autora, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 31/03/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.”

Processo nº 9452-64.2013.8.06.0154/0
Ação: Execução por Título Extrajudicial
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Fátima Maciel Pinheiro
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 72, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: “... Decorrido o aludido lapso temporal, intime-se a parte exequente, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 17/03/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.”

Processo nº 10228-35.2011.8.06.0154/0
Ação: Ordinária de Cobrança
Requerente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Requerido(a)(s): Clóvis Nobre do Nascimento
Advogado(a)(s): Dr(a). SOLANA MARIA MARTINS CARMOS – OAB/CE Nº 6.972
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 67, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: “... Após o decurso do prazo, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim, 11/03/2015. Fabrícia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.”

Processo nº 11860-62.2012.8.06.0154/0
Ação: Execução por Título Extrajudicial
Exequente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Exequido(a)(s): Francisco Duarte do Nascimento e outra
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 70, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: “... Decorrido o aludido lapso temporal, intime-se a parte exequente, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 17/03/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.”

Processo nº 9092-03.2011.8.06.0154/0
Ação: Ordinária de Cobrança
Requerente(s): Banco do Nordeste do Brasil S/A
Requerido(a)(s): Benício Paulino de Melo e outra
Advogado(a)(s): Dr(a). DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB/CE Nº 16.477
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) acerca do inteiro teor da parte dispositiva do Despacho de fl. 52, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrita: “... Após o decurso do prazo, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários. Quixeramobim-CE, 31/03/2015. Fabricia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito.”

Processo nº. 10125-86.2015.8.06.0154/0
Natureza: Insanidade Mental do Acusado
Réu(s): Francisco Anastácio de Souza
Advogado(a)(s): Dr(a). FREDERICO NÓBREGA LEMOS – OAB/CE Nº. 28.951
Finalidade: INTIMAR o(a)(s) advogado(a)(s) supramencionado(a)(s) do inteiro teor do despacho proferido às fls. 71-verso, proferido nos autos do processo em epígrafe, a seguir transcrito: “R.h. Intime-se a defesa para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o laudo pericial de fls. 60/68. Após, retornem-me os autos conclusos para decisão acerca do presente incidente. Expediente Necessários. Quixeramobim(CE), 22/01/2016. Adriano Ribeiro Furtado Barbosa. Juiz de Direito.”

Processo nº 9734-05.2013.8.06.0154
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Requerido: João Franklin Teixeira
Advogado(s) do(a) impetrante: DR. LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO, OAB/PR Nº 47.710 e DRA. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB/CE Nº 23.649-A
FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) supramencionado(s) de todo o teor da parte dispositiva da Sentença proferida às fls. 105/106, dos autos do processo supra, a seguir transcrita: “Por conseguinte, à luz das razões fáticas e jurídicas expendidas, INDEFIRO o pedido de fólios 103/104, por não ter o mesmo embasamento jurídico que o ampare. Intimem-se. Expedientes necessários. Quixeramobim, 21/10/2015. Fabrícia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito respondendo”.

Processo nº: 9714-14.2013.8.06.0154
Ação de Busca e Apreensão convertida em Ação de Execução
Autor: BV Financeira S/A posteriormente substituída pelo Fundo PCG Brasil
Réu: Antônia Barroso de Sousa
Advogado(s) do(a) requerente: DRA. CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES, OAB/CE Nº 23.649-A e DR. LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO, OAB/PR Nº 47.710.

FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) supramencionado(s) de todo o teor da parte dispositiva da Sentença proferida às fls. 94/95, dos autos do processo supra, a seguir transcrita: "Isso posto, DECLARO extinto o processo, abstendo-me de apreciá-lo meritoriamente, o que faço com fulcro na legislação em comento. Por fim, torno sem efeito a penhora realizada às fls. 70/72. P.R.I.. Exaustos os prazos, arquivem-se os presentes autos com a devida baixa, certificando no processo principal o acontecido neste. Quixeramobim, 28/10/2015. Fabrícia Ferreira de Freitas. Juíza de Direito".

COMARCA DE QUIXERÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE QUIXERÉ

Juiz(a) de Direito, Resp. : MAGNO ROCHA THÉ MOTA
Diretor(a) de Secretaria: RAFAELA REBOUÇAS
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Dezenove (19) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/16718	1		CE/16196	1
CE/27660	1		CE/8730	1
/	1		CE/16477	2
/	2		CE/18628	3
CE/15813	3		/	3
PR/24730	4		RN/2679	4
/	4		CE/16477	5
/	5		CE/16477	6
/	6		CE/16477	7
/	7		CE/18159	8
CE/16477	8		CE/23346	8
CE/9378	8		CE/22427	8
/	8		CE/16477	9
/	9		CE/16606	10
CE/10145	10		CE/20891	10
/	10		CE/16477	11
/	11		CE/16477	12
/	12		CE/22373	13
CE/6972	13		/	13
CE/16477	14		/	14
RN/8511	15		RN/4778	15
/	15		CE/16477	16
/	16		CE/18159	17
CE/23346	17		CE/9378	17
CE/22427	17		/	17
DF/19423	18		RJ/81391	18
CE/13802	18		CE/13531	18
SP/89277	18		/	18
CE/20106	19		RJ/134307	19
/	19		CE/4596	20
CE/30005	20		/	20
CE/20353	21		/	21
CE/5952	22		CE/22910	22
/	22		CE/14336	23
/	23		CE/9378	24
/	24		CE/20353	25
PR/50775	25		PR/62021	25
/	25		PR/39274	26
PR/32698	26		PR/45335	26
PR/49802	26		/	26
CE/20353	27		/	27

1) 1086-87.2000.8.06.0155/0 - Nº Antigo: 2003118001590 - MONITÓRIA AUTOR.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **"INTIMAR OS CAUSÍDICOS DA PARTE EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). ALLAN XENOFONTE DE BRITO , EURIVALDO CARDOSO DE BRITO , JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA , MANOEL TOMAZ DE ALMEIDA NETO

2) 1087-72.2000.8.06.0155/0 - Nº Antigo: 2003118001603 - MONITÓRIA AUTOR.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **"INTIMAÇÃO DO REQUERENTE, POR SEU PATRONO, PARA QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS SE MANIFESTE SOBRE OS DOCUMENTOS DE FLS. 348/359, REQUERENDO O QUE ENTENDER CABÍVEL.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA

PEIXOTO

3) 12100-71.2012.8.06.0115/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: ANTONIA MEDEIROS ALVES. **"INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, POR SEU PATRONO, PARA TOMAR CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS DE FLS. 119/120 E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.".**- INT. DR(S). CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO , DÁRIO IGOR NOGUEIRA SALES

4) 2592-49.2010.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO PAULISTA S/A REQUERENTE.: FRANCISCO AURELIO FRANCO. **"INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR SEUS PATRONOS, ACERCA DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, QUE SEGUE: "[...] ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REQUESTADA E JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 269, I, DO CPC, PARA DECLARAR A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE JUROS E MULTA MORATÓRIOS FIXADOS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL, BEM COMO A ILEGALIDADE DA TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO, DETERMINANDO, POR CONSEGUINTE, A EXCLUSÃO DE TAIS ENCARGOS DO CONTRATO BANCÁRIO OBJETO DESTA AÇÃO, MANTENDO O CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES NAS DEMAIS CLÁUSULAS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTES ARBITRADOS EM 10 % DO VALOR DA CAUSA, A SEREM SUPORTADOS INTEGRALMENTE PELA PARTE AUTORA, POSTO QUE DECAIU EM MAIOR PARTE DO PEDIDO, NOS TERMOS DOS ARTS. 20 E 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.[...]"".**- INT. DR(S). ADRIANO MUNIZ RABELLO , AURINEIDE GONDIM FREIRE

5) 2729-94.2011.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

6) 277-82.2009.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE, POR SEU ADVOGADO, PARA QUE EM 10 (DEZ) DIAS REQUEIRA O QUE ENTENDER CABÍVEL, TENDO EM VISTA O CONTIDO NAS FLS. 115/117.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

7) 2898-18.2010.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE EXEQUENTE DO TEOR DO DESPACHO DE FLS. 63 DA AÇÃO EM EPÍGRAFE: "INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA TOMAR CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS DE FLS. 61/62 E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO. (...)"".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

8) 2952-47.2011.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAR OS CAUSÍDICOS DAS PARTES PARA QUE REQUEIRAM O QUE ENTENDER POR DIREITO, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). CICIANE ROCHA DE LIMA , DAVID SOMBRA PEIXOTO , FATIMA WESLLYA FREIRE DE OLIVEIRA , PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA , RAPHAELA BARROS GADELHA

9) 3010-50.2011.8.06.0155/0 - MONITÓRIA REQUERENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - AG. LIMOEIRO DO NORTE. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

10) 3166-38.2011.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ANTONIO AMERICO FILHO REQUERIDO.: RAIMUNDO NONATO GUIMARÃES MAIA. **"INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR SEUS PROCURADORES, SOBRE O TEOR DO DESPACHO DE FLS. 351 A SABER: "NO PETITÓRIO DE FLS. 345/350, O EXEQUENTE REQUER A PENHORA DE BENS INDICADOS. RESSALTE-SE QUE, EM RELAÇÃO AO VEÍCULO, HÁ PRESUNÇÃO DE PROPRIEDADE QUANDO O EXECUTADO SE ENCONTRA NA SUA POSSE, AINDA QUE TAL BEM ESTEJA REGISTRADO EM NOME DE TERCEIRO, JÁ QUE A PROPRIEDADE É ADQUIRIDA COM A TRADIÇÃO. QUANTO AO IMÓVEL, CONSIDERANDO QUE, A PRIORI, CONFORME APONTADO PELO EXEQUENTE, TRATA-SE DE IMÓVEL RESIDENCIAL, CONSEQUENTEMENTE IMPENHORÁVEL, DESCABE SUA CONSTRIÇÃO JUDICIAL. DESTARTE, DEFIRO EM PARTE O PEDIDO E DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DO VEÍCULO APONTADO. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS".".**- INT. DR(S). DANIEL COSTA HOLANDA , ERIANO MARCOS ARAUJO DA COSTA , ÉDERSON CLEYTON DA COSTA CASTRO

11) 3327-48.2011.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE DEMANDADA PARA MANIFESTAR INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, REQUERENDO O QUE LHE FOR DE DIREITO, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

12) 3353-12.2012.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, PARA TOMAR CONHECIMENTO DA PESQUISA REALIZADA (FLS. 67/68) E REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

13) 3363-90.2011.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAR AS CAUSÍDICAS DA PARTE EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES , SOLANA MARIA MARTINS CARMO

14) 3368-10.2014.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEU PATRONO, ACERCA DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, QUE SEGUE: "[...] IN CASU, A PARTE EXECUTADA NÃO APRESENTOU EMBARGOS À EXECUÇÃO, DE MODO QUE DEVE PREVALECER O PRINCÍPIO DA DISPONIBILIDADE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO, NÃO FICANDO A MANIFESTAÇÃO DE DESISTÊNCIA DO AUTOR CONDICIONADA À CONCORDÂNCIA DO EXECUTADO. ANTE O EXPOSTO, COM FULCRO NO ART. 267, VIII, E ART. 569, AMBOS DO CPC, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA FORMULADA PELO EXEQUENTE E EXTINGO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CUSTAS PELO EXEQUENTE.[...]"".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

15) 3463-45.2011.8.06.0155/0 - AÇÃO PENAL REU.: ANTONIO DE OLIVEIRA. **"INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DO RÉU, PARA QUE EM 05 (CINCO) DIAS, INFORME O ENDEREÇO ONDE O ACUSADO PODE SER ENCONTRADO.".**- INT. DR(S). ABRAAO DIOGENES TAVARES DE OLIVEIRA , FRANCISCO GERVASIO LEMOS DE SOUSA

16) 3489-09.2012.8.06.0155/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGADO.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE EMBARGADA PARA REQUERER O QUE FOR DE DIREITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONSIDERANDO O DECURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO FEITO.".**- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

17) 3498-68.2012.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ARGEMIRO DE AGUIAR. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE AUTORA PARA DIZER SE TEM INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO, HAJA VISTA DECORRIDO O PRAZO DE SUSPENSÃO DOS PRESENTES AUTOS.".**- INT. DR(S). CICIANE ROCHA DE LIMA , FATIMA WESLLYA FREIRE DE OLIVEIRA , PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA , RAPHAELA BARROS GADELHA

18) 3555-52.2013.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - BR. **"INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SEUS PATRONOS, PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, INFORMAR NOVO ENDEREÇO DO DEMANDADO OU REQUERER O QUE ENTENDER CABÍVEL.".**- INT. DR(S). CARLOS ANDRÉ VIAN COUTINHO , DIRCEU ANSELMINI , GILMAR COELHO DE SALLES JUNIOR , JOSE NILO AVELINO FILHO , TÂNIA DA CONSOLAÇÃO BAHIA CARVALHO SIQUEIRA

19) 3596-19.2013.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: JOSE EDILEUZO DA SILVA RIBEIRO REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR SEUS PATRONOS, ACERCA DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, QUE SEGUE: "[...] ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO POR SENTENÇA, PARA QUE SURTA OS SEUS JURÍDICOS EFEITOS LEGAIS, O TERMO DE ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES E JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/95 C/C ARTS. 449 E ART. 269, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CUSTAS NA FORMA DA LEI. TRANSITADA EM JULGADO, ARQUIVE-SE OS AUTOS COM AS BAIXAS E ANOTAÇÕES DE ESTILO.[...]"".**- INT. DR(S). CHARLES FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA , JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

20) 3614-69.2015.8.06.0155/0 - AÇÃO PENAL REU.: BRIAN WINTER OLIVEIRA REU.: RODOLFO DA SILVA MELO. **"INTIMAÇÃO DOS RÉUS, POR SEUS PATRONOS, PARA QUE APRESENTEM COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DOS MESMOS.".**- INT. DR(S). JOSE ERISMAR FERREIRA LIMA , LAECIO DE SOUSA LIMA

21) 3707-32.2015.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: ANTONIO WESLEY LIMA NASCIMENTO REPR. LEGAL.: MARIA JOSÉ LIMA. **"INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, POR SUA ADVOGADA, DOS TERMOS DO DESPACHO A SEGUIR: "ANTES DE ANALISAR O PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO E TENDO EM VISTA O FIM INSTRUMENTAL DO PROCESSO, CHAMO O FEITO À ORDEM PARA DETERMINAR A INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE PARA EMENDAR A INICIAL, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, APRESENTANDO O TÍTULO EXECUTIVO QUE EMBASA A PRESENTE AÇÃO, EIS QUE O MESMO NÃO É SUPRIDO PELA MERA JUNTADA DE TERMO DE ACORDO FIRMADO EM AUDIÊNCIA, COM AS ADVERTÊNCIAS DO ART. 284 DO CPC.""**.- INT. DR(S). ANACLEIA DE SOUSA LIMA

22) 3724-68.2015.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAÚ S/A REQUERENTE.: MARIA ELIANE DE SOUSA COSTA BAIMA. **"INTIMAR OS CAUSÍDICOS DAS PARTES DO TEOR DO DESPACHO DE FLS. 51 DA AÇÃO EM EPÍGRAFE, PARCIALMENTE TRANSCRITO: "INDEFIRO O PEDIDO DE PRAZO PARA APRESENTAR RÉPLICA À CONTESTAÇÃO FORMULADO ÀS FLS. 38, VISTO QUE NÃO FOI ALEGADA NA PEÇA DEFENSIVA QUAISQUER DAS MATÉRIAS ELENCADAS NO ART. 301 DO CPC. OUTROSSIM, INTIMEM-SE AS PARTES PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ESPEDIFICAREM AS PROVAS QUE PRETENDEM PRODUZIR, CASO ENTENDEM PRODUZIR, CASO ENTENDAM CABÍVEL AO JULGAMENTO DA CAUSA, JUSTIFICANDO SUA NECESSIDADE E SOB PENA DE PRECLUSÃO. CONSIGNE-SE QUE, EM NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO A RESPEITO, ENTENDER-SE-Á QUE NÃO HÁ INTERESSE NA PRODUÇÃO DE QUAISQUER OUTRAS PROVAS ALÉM DAS QUE JÁ FIGURAM NOS AUTOS. (...)""**.- INT. DR(S). FRANCISCO ERNESTO MATOS GURGEL DO AMARAL , JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO

23) 3796-26.2013.8.06.0155/0 - AÇÃO PENAL REU.: MAGNO LIMA FERREIRA. **"INTIMAÇÃO DA DEFESA, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.".**- INT. DR(S). MARIA GORETH SILVA FERREIRA

24) 3797-40.2015.8.06.0155/0 - EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE.: MARIA ELIANE ARAÚJO LIMA MELO. **"INTIMAR O CAUSÍDICO DA PARTE EXEQUENTE DO TEOR DO DESPACHO DE FLS. 40 DA AÇÃO EM EPÍGRAFE, A SEGUIR TRANSCRITO: "INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SUBSCREVER A INICIAL, BEM COMO JUNTAR PROCURAÇÃO AOS AUTOS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 284 DO CPC.(...)""**.- INT. DR(S). PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA

25) 3841-59.2015.8.06.0155/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ECÍLIO RODRIGUES DE MATOS REQUERIDO.: LOSANGO. **"INTIMAÇÃO DAS PARTES, POR SEUS PATRONOS, ACERCA DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, QUE SEGUE: "[...] ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO POR SENTENÇA, PARA QUE SURTA OS SEUS JURÍDICOS EFEITOS LEGAIS, O ACORDO REALIZADO NOS AUTOS (CF. FLS. 23/45), E JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.099/95 C/C ARTS. 449 E ART. 269, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SEM CUSTAS. À SECRETARIA PARA QUE PROCEDA À RETIRADA DA PAUTA A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 19.01.16, CONFORME REQUERIDO. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. ANTE A RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL POR AMBAS AS PARTES, APÓS A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA, ARQUIVE-SE COM AS BAIXAS DEVIDAS. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS.[...]""**.- INT. DR(S). ANACLEIA DE SOUSA LIMA , CRISTIANY WAGNER , VANESSA BAPTISTA

26) 4063-27.2015.8.06.0155/0 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S/A. **"INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA SOBRE O TEOR DA DECISÃO, SUA PARTE FINAL, QUE SEGUE:"[...] ANTE O EXPOSTO, CONCEDE-SE A LIMINAR, A FIM DE DETERMINAR A IMEDIATA BUSCA E APREENSÃO**

DO BEM DESCRITO NA EXORDIAL, INCLUSIVE COM O AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL E DEMAIS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS. AUTORIZO A NOMEAÇÃO PARA ENCARGO DE FIEL DEPOSITÁRIO O REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE AUTORA, A SER POSTERIORMENTE INFORMADO. EFETIVADA A APREENSÃO, CITE-SE O REQUERIDO PARA PAGAR A INTEGRALIDADE DO DÉBITO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, HIPÓTESE NA QUAL O BEM LHE SERÁ RESTITUÍDO LIVRE DE ÔNUS, RESSALVANDO QUE PODERÁ RESPONDER A AÇÃO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, AINDA QUE TENHA PAGO O REFERIDO VALOR, CASO ENTENDA TER HAVIDO PAGAMENTO A MAIOR E DESEJAR RESTITUIÇÃO. DEVERÁ SER ADVERTIDO O REQUERIDO DE QUE CINCO DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR ORA DEFERIDA, CONSOLIDAR-SE-ÃO A PROPRIEDADE E A POSSE PLENA E EXCLUSIVA DO BEM NO PATRIMÔNIO DO CREDOR FIDUCIÁRIO, CABENDO AS REPARTIÇÕES COMPETENTES, QUANDO FOR O CASO, EXPEDIRNOVO CERTIFICADO DE REGISTRO DE PROPRIEDADE EM NOME DO CREDOR, OU DE TERCEIRO POR ELE INDICADO, LIVRE DE ÔNUS DE PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, TUDO NOS TERMOS DO ART. 3º DO DECRETO-LEI Nº 911/69, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.931, DE 02.08.2004. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS[...]””.- INT. DR(S). ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI , FERNANDO DALLA PALMA ANTÔNIO , RAFAEL CORDEIRO DO REGO , ROBERTA SIMONE SERVELO DE FREITAS

27) 4548-61.2014.8.06.0155/0 - ALVARÁ JUDICIAL REQUERENTE.: EDMILSON DE MATOS LIMA REQUERENTE.: ERNESTO HONORATO DE LIMA FILHO REQUERENTE.: JOSÉ DE MATOS LIMA REQUERENTE.: LUCIMAR DE MATOS LIMA DA SILVA REQUERENTE.: MARIA APARECIDA DE MATOS LIMA REQUERENTE.: SILVIO VILMÁRIO LIMA .**”INTIMAR A CAUSÍDICA DO(S) AUTOR(ES) DO TEOR DO DESPACHO DE FLS. 40 DA AÇÃO EM EPÍGRAFE, A SEGUIR TRANSCRITA: “DEFIRO O PEDIDO RETRO. INTIME-SE A REQUERENTE PARA QUE EM 30 (TRINTA) DIAS APRESENTE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA HERDEIRA HABILITADA JUNTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL. (...)””**- INT. DR(S). ANACLEIA DE SOUSA LIMA .

COMARCA DE RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE RUSSAS

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 97137-29.2015.8.06.0158/0

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA MACIEL
INTERDITANDO(A): ROBERTA MILENNA DE OLIVEIRA MACIEL

CURADOR DA INTERDITANDO: NAYARA LIMA FREITAS OAB/CE Nº 32.148

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, TENDO SIDO VOSSA SENHORIA NOMEADA COMO CURADOR ESPECIAL DO INTERDITANDO NOS AUTOS SUPRA, FICA INTIMADA PARA, NO PRAZO LEGAL, APRESENTAR A RESPECTIVA DEFESA

SECRETARIA DA 2ª VARA DA COMARCA DE RUSSAS

PROCESSO Nº: 15774-63.2012.8.06.0158/0
AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
REQURENTE: ROBERTA MASCARENHAS DA SILVEIRA
REQUERIDO: ESPOLIO DE CLEITON RODRIGUES DE LIMA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO ADVOGADO DO REQUERENTE
PATRICIA BEZERRA CAMPOS - OAB/CE 11150
ADRIANO ALMEIDA BARBALHO OAB/CE 12706
IGOR CARVALHO CASTRO OAB-CE 23403

DECISÃO: “CLS. INTIME-SE O REQUERENTE PARA, NO PRAZO DE 15 DIAS, APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES DO RECURSO (ART. 508 DO CPC). FINDO O PRAZO PARA AS CONTRARRAZÕES, COM OU SEM ELAS, SUBAM OS AUTOS À EGRÉGIA CORTE. EXPEDIENTES NECESSÁRIOS. RUSSAS, 28 DE JANEIRO DE 2016. ABRAÃO TIAGO COSTA E MELO JUIZ DE DIREITO.”

SECRETARIA DA 2ª VARA DA COMARCA DE RUSSAS
EXPEDIENTE EM: 29 DE JANEIRO DE 2016

PROCESSO Nº: 98373-16.2015.8.06.0158
AÇÃO: INTERPELAÇÃO JUDICIAL
INTERPELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
INTERPELADO: MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA MOURA.

INTIMAÇÃO DE DESPACHO ADVOGADO (A) DO INTERPELANTE
ADVOGADO (A): ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO - OAB/CE 23.462

FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO(A) PARA PROVIDENCIAR A PUBLICAÇÃO DO EDITAL NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, E DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO A SEGUIR TRANSCRITO:
“Vistos etc. Cite-se a promovida, por edital com prazo de 60 (sessenta) dias (art. 231, II, art. 232, IV, art. 870, II e art. 867,

todos do CPC), para, querendo, contraprotestar o pedido do autor em processo distinto, conforme art. 871 do CPC. Expedientes necessários. Russas-CE, 07 de janeiro de 2016. Abraão Tiago Costa e Melo Juiz de Direito"

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 15310-98.2012.8.06.0158/0

AÇÃO: BUSCA APREENSÃO

REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
REQUERIDO: ANTÔNIO MAGNO GUEDES MESQUITA

ADVOGADO DO REQUERENTE: LUCAS AZEVEDO RIOS MALDONADO OAB/CE Nº 29.030A
ADVOGADO DO REQUERIDO: ANTÔNIO HAROLDO GUERRA LOBO OAB/CE Nº 15.166

PELO PRESENTE FICAM VOSSA SENHORIAS INTIMADOS DO INTEIRO TOER DA SENTENÇA QUE SEGUE TRANSCRITA: (...) ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO O ACORDO FIRMADO ENTRE OS LITIGANTES, PARA QUE PRODUZA SEUS JURIDICOS E LEGAIS EFEITOS, JULGANDO O FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART 269, III DI CODIGO DE PROCESSO CIVIL. CUSTAS E HONORÁRIOS CONFORME TRANSACIONADOS. DECLRO O TRANSITO EM JULGADO NESTA DATA, ANTE A RENUNCIA AO PRAZO RECURSAL. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL EM FAVOR DA PARTE AUTORA, CONFORME ASSEVERADO NO ACORDO. PUBLIQUE-SE (...)

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 98530-86.2015.8.06.0158/0

AÇÃO: COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - DIFERENÇA

REQUERENTE: KEYLA CHAVES DE SOUZA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGUROS DPVAT

ADVOGADO DA REQUERENTE: FAGNER XAVIER GOMES OAB/CE Nº 30.339

FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO DO INTEIRO TOER DA SENTENÇA QUE SEGUE TRANSCRITA: Processo: 98530-86.2015.8.06.0158/0

SENTENÇA

Vistos etc.
RELATÓRIO
Cuida-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT em que a parte autora aduz, em apertada síntese, que foi vítima de acidente automobilístico, tendo recebido, como segurado obrigatório, quantia inferior ao que disposto na lei de regência. Defende a existência de invalidez permanente reconhecida pela seguradora ré e a inaplicabilidade da Tabela de Valores de sinistro. Sustenta que a norma de regência não faz diferenciação quanto aos valores a serem pagos e que a cobertura do sinistro deve se dá no máximo estipulado. Postulou os benefícios da justiça gratuita. Juntou procuração e documentos.
FUNDAMENTAÇÃO
Tendo em consideração que a matéria versada nestes autos é unicamente de direito e que já tenho entendimento firmado de que o pleito autoral não merece prosperar, passo a sentenciar a presente demanda com arrimo no art. 285-A, do CPC.
Nos termos do artigo 285-A, passo a reproduzir integralmente a fundamentação da sentença prolatada no âmbito do processo n° 11924-49.2011.8.06.0158/0, rigorosamente semelhante ao presente (promovente: Francisco Adailzo Araújo Rodrigues; promovida: Seguradora Líder dos Consórcio do Seguro DPVAT):

"A discussão travada na presente ação diz respeito somente à legalidade ou ilegalidade do pagamento já efetuado pela seguradora, a título de indenização do seguro DPVAT, com base na fixação do grau de invalidez permanente da parte, cabendo, pois, o julgamento antecipado da lide, com fulcro no art. 330, I, do Código de Processo Civil, por ser a questão de mérito unicamente de direito.
Ressalte-se que a parte autora não questiona as conclusões da seguradora acerca do grau de invalidez, mas apenas a legalidade/ilegalidade do pagamento realizado com fundamento nessas conclusões.
A matéria tratada não demanda maiores questionamentos.
Inicialmente, rejeito a alegada inconstitucionalidade formal da Lei 11.945/2009. O argumento reside na violação pelo legislador ordinário à Lei Complementar 95/98, que regulamenta a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis.
Argumenta o promovente que a matéria relativa ao seguro DPVAT seria completamente estranha ao objeto da Lei 11.945/09, a qual visava a "simplesmente alterar a tabela de alíquota do imposto de renda".
Ocorre que a lei impugnada teve como objetivo alterar vários aspectos referentes à legislação tributária federal e assuntos afins, tais como formalidade de registros de empresa junto à Receita, isenção de tributos, repasse de verbas de convênios, subvenções econômicas, dentre outros. É inegável que o seguro obrigatório, que tem natureza parafiscal, como já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, possui pertinência com a matéria objeto da lei.
O que buscou vedar o legislador, portando, através da LC 95/98, foi a introdução de matérias completamente diversas da

tratada na lei, com o intuito de fazê-las aprovar despercebidamente.

Tal artifício, entretanto, não foi utilizado na Lei 11.945/09, a qual tratava de matéria tributária federal, além de outras providências afins, não sendo estranha a regulação do pagamento de seguro cuja contribuição possui natureza parafiscal. Não há, pois, que se falar em inconstitucionalidade formal da lei.

Rejeito, outrossim, a arguição de inconstitucionalidade material. Alegou, em resumo, o requerente que a tabela de pagamento de indenizações proporcionalmente ao grau de invalidez, existente na lei, viola a dignidade da pessoa humana, "quando loteia o corpo humano, parte a parte, fixando preço por membro lesado".

Os sinistros automobilísticos têm gerado uma diversidade de danos pessoais, e muitos deles têm gerado invalidez de caráter permanente, entretanto, não se pode pretender equiparar todas as situações, obviamente, sob pena de restar agredido não apenas o princípio isonômico com também o princípio da proporcionalidade, ou razoabilidade. Se de um lado, é correto afirmar que a perda total da visão, ou de membros superiores, ou ainda de membros inferiores, em razão de sinistro automobilístico justifica plenamente o pagamento do valor indenizatório máximo, tal como estabelecido na Lei nº 11.482/2007, o mesmo não se pode afirmar quando o indivíduo sinistrado sofre incapacidades de menor envergadura, tais como redução da mobilidade ou flexibilidade de algum de seus membros, ou mesmo perda de dedos.

Somente se pode exigir legalmente o valor indenizatório máximo quando a invalidez for de envergadura tal que impossibilite ao acidentado o exercício de qualquer atividade laborativa lícita, isto é, que o torne efetivamente inválido para prover a própria subsistência.

Limitações outras que dificultem ou causem transtornos ao acidentado até podem ensejar o pagamento de verba indenizatória, mas nunca em seu grau máximo. Nessa linha de raciocínio, resta claro que ao adotar uma gradação na concessão de verbas indenizatórias derivadas de sinistros automobilísticos, as empresas seguradoras nada mais fazem senão emprestar aplicabilidade ao princípio da proporcionalidade.

Outro não é o raciocínio do festejado Prof. Paulo Bonavides, senão vejamos:

"Na medida em que se possa tomar por método interpretativo, o princípio da proporcionalidade tem muito a ver com a tópica, embora os juristas alemães não hajam atentado para esse aspecto. Com efeito, o critério da proporcionalidade é tópico, volve-se para a justiça do caso concreto ou particular, se aparenta consideravelmente com a equidade e é um eficaz instrumento de apoio às decisões judiciais que, após submeterem o caso a reflexões prós e contras (Abwägung), a fim de averiguar se na relação entre meios e fins não houve excesso (Über-massverbot), concretizam assim a necessidade do ato decisório de correção. O emprego do critério de proporcionalidade pode resultar sem dúvida no grave risco de um considerável reforço dos poderes do juiz, com a conseqüente diminuição do raio de competência elaborativa atribuída ao legislador. Mas em verdade, esse risco se atenua bastante quando o princípio da proporcionalidade, como via interpretativa, entra em conexão com a chamada interpretação conforme a Constituição, de largo uso jurisprudencial nos arestos da Corte Constitucional de Karlsruhe, na Alemanha, onde também a doutrina já o consagrou por um dos métodos mais eficazes e recomendáveis de solução hermenêutica de conflitos"

(in, Curso de Direito Constitucional, 4ª edição, São Paulo, Malheiros, 1993, págs. 345/346).

Nesse giro, a atual jurisprudência do STJ já havia pacificado entendimento no sentido de que, em casos de invalidez permanente parcial, é legal o pagamento proporcional ao grau de invalidez. Essa proporcionalidade, de efeito, era retirada, exatamente, da graduação disposta na Tabela para Cálculo da Indenização em caso de Invalidez Permanente prevista no art. 5.º da Circular/SUSEP n.º 29/91.

Eis a ementa:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.

II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

III. Recurso não conhecido.

(RESP 1119614/RS, 4.ª TURMA, Min. Aldir Passarinho Junior, DJe 31.8.2009)

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.

1. É válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedente.

2. Recurso conhecido e improvido.

(RESP 1101572/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 25/11/2010)

De igual forma, cito as seguintes decisões monocráticas: RESP 1185491/RS, Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 7.5.2010; Ag 1.222.619/SP, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJ 4.2.10; Ag 1.149.437/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ 2.2.10; Ag 1.188.454/RJ, Min. SIDNEI BENETI, DJ 27.10.09.

O fundamento utilizado como causa de decidir pelo STJ, com efeito, cingiu-se ao fato de que o legislador estabeleceu apenas o limite do valor da indenização por invalidez permanente, não havendo razão para a determinação de que as lesões fossem quantificadas pelo instituto médico legal competente se, em todos os casos, a indenização tivesse que ser paga sempre de forma integral, independentemente do grau da incapacidade.

Assim, os argumentos do autor de que, com a tabela, estar-se-iam precificando partes do corpo humano, ao questionar "qual o valor de uma mão, de um olho, de uma perna", buscam nitidamente sentimentalizar a questão, ao desviar o enfoque do verdadeiro princípio aplicável ao caso, qual seja a razoabilidade.

Como já se disse alhures, fosse levada em consideração a tese emotiva do autor, estariam proibidos não só todos os contratos de seguro civil em que houvesse tabela progressiva de pagamento de acordo com a invalidez, como também os contratos que seguram apenas partes do corpo das pessoas, o que é bastante comum quanto a atletas e modelos.

Não se atenta o requerente que ao determinar certo percentual para, por exemplo, a invalidez permanente de um pé, o que se está afirmando não é "quanto custa aquele pé", mas sim quanto a deficiência impactará proporcionalmente na vida daquela pessoa, no seu trabalho, no exercício de suas atividades cotidianas.

Mais: nada impede que o acidentado busque a reparação integral de seu dano junto ao responsável civil pelo infortúnio, o que logicamente não é a intenção do seguro DPVAT, vez que os valores securitários são sabidamente baixos.

Assim, por não vislumbrar qualquer violação à dignidade da pessoa humana no estabelecimento de critérios razoáveis e proporcionais ao pagamento do seguro, não vejo inconstitucionalidade material na norma atacada.

Nesse sentido, decidiu o STF em sede de Repercussão Geral:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE(DPVAT). 2. REDUÇÃO DOS VALORES DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT PELA MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006, CONVERTIDA NA LEI 11.482/2007. 3. CONSTITUCIONALIDADE DA MODIFICAÇÃO EMPREENDIDA PELO ART. 8º DA LEI 11.482/2007 NO ART. 3º DA LEI 6.1794/74. 4. MEDIDA PROVISÓRIA. PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. DISCRICIONARIEDADE. PRECEDENTES. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. REPERCUSSÃO GERÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 704.520/SP. Relator Ministro Gilmar Mendes. Julgamento 02/10/2014).

Passo ao exame do mérito propriamente dito.

A indenização decorrente do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) deve ser paga no patamar disposto no art. 3.º da Lei n.º 6.194/74: ["Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2.º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país - no caso de morte; b) - Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente"].

A par disso, as Leis 6.205/75 e 6.423/77 não revogaram o art. 3.º da Lei n.º 6.194/74. A vedação imposta por elas - como também pela norma constitucional - é a de utilização do salário mínimo como coeficiente de atualização monetária. Na hipótese, o salário mínimo serve, tão-somente, como critério para o cálculo indenizatório do seguro obrigatório. É que a superveniência da Lei n.º 6.205/75, lei geral, que teve por fim estabelecer a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, não descaracterizou o salário mínimo adotado pela Lei n.º 6.194/74 para fins de estabelecimento do valor da indenização devida em matéria de seguro obrigatório, lei especial, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Logo, essa é a indenização - a prevista no art. 3.º - que é devida, pouco importando que outra venha prevista no bilhete de seguro ou em resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados. Com efeito, tais resoluções podem estabelecer normas para o pagamento da indenização e a forma de sua distribuição da responsabilidade entre as seguradoras, sem intervir, porém, no quantum da indenização, visto que este se encontra regulado pela lei.

No respeitante, objetivamente às diferenças securitárias devidas, e a partir da leitura do art. 3.º da Lei n.º 6.194/74, seja na redação anterior, seja com a redação dada pelo art. 8.º da Lei n.º 11.482/2007 percebo, ao contrário da hipótese de indenização por morte em que a lei taxativamente estabelece como devida a quantia de R$ 13.500,00 (inciso I do art. 3.º da Lei nº 6.194/74) - ou 40 (quarenta) salários mínimos, na dicção da derrogada alínea a -, nos casos de incapacitação, a dicção do inciso II é de que o valor pode alcançar até R$ 13.500,00 - ou até 40 (quarenta) salários mínimos, consoante a antiga alínea b. Trata-se, portanto, de limite máximo, ensejando a reparação em valores que guardem correspondência com o grau aferido.

A legislação, seja a anterior seja a atual, estabelecem nitidamente um limite máximo, autorizando a conclusão de que possa existir indenizações em valores inferiores, tanto que mantida a expressão "até". Da mesma forma, tanto a lei anterior como a que hoje vigora, mantiveram a determinação de que nos demais casos o pagamento será feito na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (§ 3º, artigo 3º da Lei 11.482/07 e artigo 4º da Lei 6.194/74), autorizando a interpretação de que as disposições do referido conselho possuem natureza regulamentar e complementar, podendo assim ser aplicadas para o cálculo do montante indenizatório.

Quanto aos parâmetros para determinação do quantum indenizatório por incapacidade permanente parcial, a Lei n.º 6.194/74 atribuiu sua fixação ao Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Reza o art. 4.º do referido diploma legal que: "o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados".

Cumpre destacar que, dimensionando a distribuição dos ônus processuais, cabe ao autor, ao alegar pagamento a menor da verba securitária em razão de discordância com a quantificação mensurada pela seguradora apresentar, como afirmei linhas atrás, laudo do departamento médico-legal - IML que atende a localidade do acidente, pois cabe a este órgão quantificar as lesões sofridas, utilizando justamente a tabela ditada pelo CNSP para aferir o grau de invalidez permanente.

Por sua vez, o art. 5.º, § 5.º, da Lei nº 6.194/74, estabelece que "O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

Assim, cabe ao departamento médico-legal que atende a localidade do acidente quantificar as lesões sofridas, utilizando justamente a tabela ditada pelo CNSP para aferir o grau de invalidez permanente. Não há falar, então, em ilegalidade na utilização da tabela para cálculo, haja vista expressa autorização legal (arts. 4.º, 5.º, § 5.º, e 12 da Lei nº 6.194/74).

Imperioso denotar que a MP 451, de 16.12.2008, convertida na Lei n.º 11.945/2009 novamente inovou na legislação acerca da verba securitária DPVAT, estabelecendo que a cobertura para os sinistros automobilísticos, as lesões deles decorrentes deverão enquadrar-se da tabela anexa.

Assim, a gradação em caso de invalidez parcial, antes de aplicação duvidosa, agora é cogente, tendo o legislador normatizado tabelamento que antes era feito através da Tabela para Cálculo da Indenização prevista no art. 5.º da Circular/SUSEP n.º 29/91.

A nova legislação operou efeitos imediatos, devendo a seguradora, quando da avaliação e regulação do sinistro, proceder ao exame pericial, enquadrando as sequelas conforme disposto nos incisos I a II do § 1.º do art. 3.º da Lei n.º 6.194/74, com redação dada pela MP 451/2008, convertida na Lei n.º 11.945/2009. Eis a redação:

"§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

Posta a matéria nesse diapasão, não há como ser acolhida a pretensão inicial, pois o seguro DPVAT, no teto pleiteado pela parte autora, somente é devido em caso de morte ou de invalidez permanente, e, não tendo a parte autora ao menos impugnado o laudo e as suas conclusões realizado em administrativa pela seguradora, deve ser julgado improcedente o pedido, sendo certo, ainda, que é legal o pagamento proporcial segundo a Tabela para Cálculo da Indenização prevista no art. 5.º da Circular/ SUSEP n.º 29/91. Essa é a conclusão, tanto para os sinistros ocorridos antes de 16/12/2008, como para depois.

Importante destacar o entendimento vazado no REsp 1303038/RS , leading case tomado como representativo da controvérsia: "Para fins do art. 543-C do CPC: "Validade da utilização de tabela do CNSP para se estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08" (REsp 1303038/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014). De toda sorte, destaco o teor da Súmula n.º 474/STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Cito, no ponto, valiosos arestos dos Tribunais de Justiça e das Turmas Recursais de diversas unidades da federação, cuja orientação do magistério jurisprudencial alinha-se com perfeição ao caso em exame:

"SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. NÃO CONFIGURAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROVA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LESÃO MAIS GRAVE DO QUE A AFERIDA ADMINISTRATIVAMENTE. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 10 E 11 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO. (2007.0011.2939-0/1 - RECURSO CÍVEL Relator(a).: JOSE RICARDO VIDAL PATROCINIO, 2ª Turma dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, DJ de 27/03/2009)"

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO NESSA PARTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA, INTELIGÊNCIA DO ART. 515, §3º. DA LEI PROCESSUAL CIVIL. Levando-se em consideração a "teoria da Causa Madura", ou seja, a previsão do art. 515, §3º. da lei processual civil que permite à Instância "ad quem" adentrar ao julgamento da lide, nos casos de extinção com base no art.267, CPC, desde que verse sobre questão exclusivamente de direito, considerando, também, que a previsão legal se amolda ao presente caso. PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA JULGAR A MATÉRIA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. CAUSA COMPLEXA. INOCORRÊNCIA. Não há tal necessidade de laudo, sendo que a convicção do juiz basta para o julgamento da questão, tendo em vista constar nos autos provas da ocorrência do sinistro e do pagamento administrativo realizado pela seguradora, que suprem uma eventual ausência. QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. DO SEGURO. POSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO PELA LEI QUE REGE A MATÉRIA NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. No que tange à possibilidade de graduação do valor da indenização securitária em face do grau de invalidez, revendo meu entendimento anterior sobre o tema, forçoso reconhecer que o art.3º. da lei nº.6.194/74 já dispunha na alínea "b" sobre a possibilidade do estabelecimento da indenização em "até 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, no caso de invalidez permanente. Referida lei não determinou, por sua vez, que seria editada uma norma para regulamentar essa graduação, prevendo, tão somente, em caráter geral no art.12, que o Conselho Nacional de Seguros Privados "expedirá normas disciplinadoras que atendam ao disposto nesta lei" não sendo este o caso para a previsão do art.3º. letra "b" onde resta estipulada, claramente, a possibilidade de graduação do valor do seguro. Tal conclusão se mostra mais verossímil quando no citado artigo, alínea "a", há a previsão de pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos para o caso de morte do segurado, e de até 40 (quarenta) salários mínimos, letra "b", para os casos de invalidez permanente, ou seja, a lei tratou diferentemente situações, também, diferentes, o evento morte e o evento invalidez. Aquele, pela própria natureza do dano infligido ao segurado, como teto para valor indenizatório, e este, a depender do grau de invalidez, terá o valor fracionado podendo atingir o valor máximo. Assim se a lei distinguiu as situações, não é dado ao intérprete equipará-las tratando-as da mesma forma. Incumbe, nesse diapasão, ao Judiciário, à falta de expressa estratificação na lei dos valores do seguro nos casos de invalidez permanente, a valoração do quantitativo de acordo com as seqüelas deixadas no segurado, não se podendo argüir, desse ato, nenhuma nulidade posto que em situações de reparação por dano moral, constitucionalmente prevista, se mensura constrangimento, aborrecimento, sofrimento e dor, através de critérios bem mais subjetivos que o caso. RECURSO CONHECIDO. SENTENÇA REFORMADA. "2007.0018.8469-5/1 - RECURSO INOMINADO Relator(a): SERGIA MARIA MENDONCA MIRANDA, Publicação: Diário da Justiça do Ceará de 04/06/2009)"

"SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. NÃO CONFIGURAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROVA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LESÃO MAIS GRAVE DO QUE A AFERIDA ADMINISTRATIVAMENTE. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 10 E 11 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO. RECURSO CONHECIDO. SENTENÇA REFORMADA PARCIAL. (2006.0008.3291-0/1 - RECURSO CÍVEL Relator(a).: HENRIQUE JORGE GRANJA DE CASTRO QUINTA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO CEARÁ. DJ de 04/06/2009)"

"SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. NÃO CONFIGURAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROVA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE LESÃO MAIS GRAVE DO QUE A AFERIDA ADMINISTRATIVAMENTE. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS 10 E 11 DAS TURMAS RECURSAIS DO ESTADO. (2006.0027.5852-0/1 - RECURSO CÍVEL Relator(a).: CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, QUINTA TURMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS, Publicação: Diário da Justiça do Ceará de 04/06/2009)"

"CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DPVAT. PEDIDO DE PAGAMENTO DA COBERTURA MÁXIMA. INVALIDEZ PERMANENTE NÃO COMPROVADA. LAUDO E RELATÓRIO MÉDICO INDICANDO DEBILIDADE PERMANENTE EM MEMBRO INFERIOR DIREITO, NÃO RESULTANDO, PORÉM, EM INCAPACIDADE PARA O TRABALHO, NEM EM PERDA OU INUTILIZAÇÃO DE MEMBRO, SENTIDO OU FUNÇÃO. Se o laudo médico atesta que, em razão do acidente automobilístico, que lhe causou fratura do fêmur, a paciente claudica ao andar, por ter ficado com o membro inferior direito um centímetro e meio mais longo que o esquerdo, defeito que não a impede de exercer suas atividades normais, incabível a indenização securitária no valor de 40 salários mínimos, a qual é destinada apenas aos casos de morte ou aqueles em que a lesão é expressiva, a ponto de ficar o sobrevivente incapacitado de exercer normalmente suas atividades. Decisão: Negar provimento. Unânime. (20060110390557ACJ, Relator JESUÍNO RISSATO, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 18/09/2007, DJ 09/10/2007 p. 111)."

"AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. DISTINÇÃO ENTRE DEBILIDADE E INVALIDEZ PERMANENTE. DEBILIDADE PERMANENTE EM MEMBRO INFERIOR EM GRAU MÍNIMO. EXIGÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. NÃO-CONFIGURAÇÃO. - Se o acidentado não restou totalmente incapaz para a vida laboral, e tratando-se de invalidez parcial,

a verba indenizatória decorrente do DPVAT sofre variação no seu quantum, conforme alínea “b” do art. 3º da Lei Federal n. 6.194/74, e em percentual correspondente à redução funcional apresentada pelo membro ou órgão atingido. - A melhor interpretação da Lei n.º 6.194/74 é no sentido de que “a intenção do legislador ao utilizar a expressão ‘’invalidez permanente¿¿ foi abarcar aqueles casos em que a lesão experimentada pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesões que, embora afetem em caráter permanente sua integridade corporal, não o impossibilitem de exercer atividade laboral. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. APC20050310258042, Relator Benito Tiezzi, 2ª Turma Cível, DJU de 01-03-07). - Recurso provido. Maioria. (20070110935092APC, Relator OTÁVIO AUGUSTO, 6ª Turma Cível, julgado em 25/06/2008, DJ 23/07/2008 p. 76).”

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - ÔNUS DA PROVA - PERCENTUAL CORRESPONDENTE À EXTENSÃO DA INVALIDEZ A indenização do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente deve ser calculada em valor proporcional à extensão da incapacidade do beneficiário, incumbindo ao autor o ônus de comprovar percentual de invalidez diverso daquele apurado pela seguradora. (APELAÇÃO CÍVEL N° 1.0512.08.056801-1/001 Relator: DES DOMINGOS COELHO Data do Julgamento: 03/06/2009 Data da Publicação: 18/06/2009)”

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CONFIGURADA. LAUDO MÉDICO NÃO COMPROVA A INCAPACIDADE DO AUTOR, EM CARÁTER DEFINITIVO E PERMANENTE. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Trata-se de ação de cobrança relativa ao seguro obrigatório DPVAT. Insurge-se o recorrente/autor contra a decisão de extinção do feito, sem julgamento do mérito (fls. 54/56), que acolheu a preliminar de complexidade da causa, tendo em vista a necessidade de produção de prova pericial. Não merece prosperar o recurso do recorrente. O boletim de ocorrência (fls. 17/18) evidencia a queda de bicicleta relatada pelo autor. Quanto à invalidez alegada, o laudo médico juntado (fl. 21), não comprova a incapacidade permanente do demandante para as atividades laborais. Logo, diante da prova acostada, não há como ser acolhida a pretensão inicial, pois o seguro DPVAT, no teto pleiteado, só é devido em caso de morte ou de incapacidade permanente para o trabalho. Sendo que, quanto às lesões, apenas reembolsa o valor do tratamento, até os limites indicados na legislação. Assim, em consonância com as reiteradas decisões acerca da matéria, é de se negar provimento ao recurso do autor por falta de documentos imprescindíveis para o exame da questão, em especial no que tange à comprovação da incapacidade laboral. (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Primeira Turma Recursal Cível Data do julgamento: 16/07/2009 Recurso Inominado Nº 71002177137, Comarca de Santo Ângelo)”.

“Seguro obrigatório (DPVAT) - Cobrança - Indenização equivalente à incapacidade - Observância - Necessidade - Recurso provido. Nos termos do disposto no artigo 3°, “b”, da Lei n° 6.194/74 os danos pessoais cobertos pelo seguro obrigatório, em caso de invalidez permanente, varia de acordo com o grau dessa invalidez. Resultando do acidente para o autor incapacidade parcial e permanente estimada em grau equivalente a 20% (vinte por cento), a esse percentual deve equivaler também a indenização, tendo como base de cálculo para obtenção desse percentual o total equivalente a quarenta salários mínimos vigentes à época do acidente. (APELAÇÃO S/ REVISÃO N° 1146886- 0/7 Relator: Desembargador Orlando Pistoresi. Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo - 30ª Câmara Data do julgamento: 24/06/2009)”.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em consideração minha posição quanto à constitucionalidade da Lei 11.945/2009 e havendo o pagamento sido feito pela seguradora ao requerente em consonância com a referida norma, julgo improcedente o pedido contido na inicial, com fulcro no artigo 285-A do Código de Processo Civil

Gratuidade judiciária deferida.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais.

Russas/CE, 07 de janeiro de 2016.

Abraão Tiago Costa e Melo
Juiz de Direito

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 14861-09-2013.8.06.0158/0

AÇÃO: REVISIONAL DE CONTRATO

REQUERENTE: JOSÉ LIDOMAR RODRIGUES
REQUERIDO: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE (UNICRED)

ADVOGADO DA REQUERENTE: HILDEMAR FALCÃO FREIRE OAB/CE Nº 2181

FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO DO INTEIRO TOER DA SENTENÇA QUE SEGUE TRANSCRITA: SENTENÇA
I-RELATÓRIO

Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO envolvendo as partes em epígrafe.

Na p. 19 foi determinada a emenda da inicial, mais especificamente a juntada do contrato, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284 do CPC.

O despacho foi publicado no DJ em 13 de setembro de 2013, tendo a parte autora permanecido em silêncio.

É o relatório, passo a decidir.

II - FUNDAMENTAÇÃO

[¿]

Cabe a parte autora instruir o feito com as informações necessárias para o seu correto julgamento, completando eventuais lacunas ou dúvidas que possam dificultar o seu processamento. A petição inicial possui uma série de requisitos que devem ser observados sob pena de indeferimento.

[¿]

Assim sendo, tendo a parte sido omissa em completar a inicial no prazo de dez dias previsto no art. 284 do CPC, a consequência processual é a extinção do processo sem resolução de mérito.

III - DISPOSITIVO

Face ao exposto, extingo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso I, do CPC.

P. R. I., após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

Expedientes necessários.

Russas, 9 de abril de 2015.

EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO
Juiz de Direito - Portaria n. 190 - Grupo de Descongestionamento Processual

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 98290-97.2015.8.06.0158/0

AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS

REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO SANTIAGO LEÃO
REQUERIDO: BANCO BRADESCO

ADVOGADOS REQUERENTE: JOSÉ TORQUATO DE SOUSA OAB/CE Nº 7988, DIEGO NOGUEIRA GONÇALVES LIMA OAB/CE Nº 22.186 E RAIMAR MACHADO DA SILVA OAB/CE Nº 25.180

FICAM VOSSAS SENHORIAS INTIMADOS PARA EMENDAR INICIAL JUNTADO AOS AUTOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INCIAL

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 98730-93.2015.8.06.0158/0

AÇÃO:EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: BANCOA DO BRASIL S/A
EXEQUIDO: INÁCIO EUGÊNIO MAIA DA SILVA

ADVOGADO REQUERENTE: GUIDO PENHEIRO PEIXOTO OAB/CE Nº 26.940

FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO QUE SEGUE: Processo: 98730-93.2015.8.06.0158/0

DESPACHO

Vistos etc.

Em atenção ao princípio da instrumentalidade do processo, em conformidade com entendimento firmado pelo STJ (informativo 471/STJ: 4ª Turma, REsp 924.989/RJ, rel. Min. Luis Salomão, j. 2011), e nos termos dos artigos 283 e 614, I, do Código de Processo Civil, determino que o exequente apresente o original do título executivo, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.

Expedientes necessários.

Russas/CE,19 de janeiro de 2016.

Abraão Tiago Costa e Melo
Juiz de Direito

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 48641-03.2014.8.06.0158/0

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA VALZEIR DO NASCIMENTO SANTOS
INTERDITANDO: JOSÉ MARCOS DOS SANTOS

ADVOGADO REQUERENTE: JOSÉ ALÉCIO CARVALHO MAIA OAB/CE Nº 19.600

FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO PARA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, FORNECER O ENDEREÇO DAS PARTES, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

SECRETARIA DA 2ª VARA DA COMARCA DE RUSSAS

PROCESSO Nº: 50065-80.2014.8.06.0158
AÇÃO: PENAL
ACUSADO: DIEGO RAFAEL DE SOUSA SILVA E OUTROS

INTIMAÇÃO ADVOGADO DO(A) ACUSADO
ADVOGADO: JOAQUIM FRANCO JUNIOR OAB/CE 7001

FICA VOSSA SENHORIA INTIMADO, PARA NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, OFERECER AS ALEGAÇÕES FINAIS DE DEFESA NOS AUTOS DO PROCESSO ACIMA ESPECIFICADO. (AS.) ALEXSANDRO GONÇALVES DE SOUSA DIRETOR DE SECRETARIA EM SUBSTITUIÇÃO.

ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE RUSSAS
SECRETARIA DA SEGUNDA VARA
FÓRUM JUIZ MOACIR DE SOUZA ROCHA

PROCESSO: 97247-28.2015.8.06.0158/0

AÇÃO: EXECUÇÃO

EXEQUENTE: RICARDO AMARAL LIMA
EXEQUIDO: PAULA AYANE DA SILVA MONTEIRO

ADVOGADO DO EXEQUENTE: JOSÉ ERISMAR FERREIRA LIMA OAB/CE Nº 4596 E LOYANA SELMA LUCAS FERREIRA LIMA OAB/CE Nº 30883

PELO PRESENTE FICAM VOSSAS SENHORIAS INTIMADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 16 DE MARÇO DE 2016 ÀS 08H30MIN

COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 2ª VARA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA

Juiz(a) Titular : KATHERINE MARTINS DA COSTA
Diretor(a) de Secretaria: SANDRA MARIA MUNIZ MESQUITA
EXPEDIENTE nº 09/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
BA/12996	1		/	1
CE/26959	2		/	2
CE/31449	3		CE/22972	3
/	3		CE/28480	4
CE/31562	4		/	4
CE/24902	5		CE/29387	5
/	5		CE/28480	6
/	6		CE/12071	7
/	7		CE/27926	8
CE/29297	8		CE/21027	8
CE/14219	8		CE/29298	8
/	8		CE/27926	9
CE/21027	9		SP/195142	9
/	9			

1) 3881-65.2011.8.06.0160/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIA DE MARIA SOUSA DOS SANTOS REQUERIDO.: ASSOCIAÇAO COMERCIAL DE SAO PAULO REQUERIDO.: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO CARTOES REQUERIDO.: BANCO CARREFOUR S.A REQUERIDO.: CAMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE ITAPIPOCA - CE REQUERIDO.: CRED MARQUES. **"Fica V.Sª. intimado do teor do despacho proferido às fls.351 dos autos em epígrafe, o qual INTIMA a parte promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 475-J, do CPC.".**- INT. DR(S). RICARDO CHAGAS DE FREITAS

2) 4901-52.2015.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL AUTOR.: LUIZ CARLOS RIBEIRO DE MORAIS REU.: VALDIR SALES PINTO. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 04/03/2016 às 09h:00min, na Sala de audiências da Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Santa**

Quitéria.".- INT. DR(S). LUIZ CARLOS R MORAIS

3) 5146-97.2014.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO ESTADO DO CEARA - CAGECE REQUERENTE.: MARIA LUISA PAZ DE MESQUITA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 04/03/2016 às 10h:00min, na Sala de audiências da Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria.".**- INT. DR(S). FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA , RENATO CATUNDA MESQUITA

4) 5215-95.2015.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO PANAMERICANO REQUERENTE.: MARIANA MESQUITA DE SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 04/03/2016 às 10h:20min, na Sala de audiências da Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria.".**- INT. DR(S). JORDANNA AZEVEDO TIMBO , KLEZER CATUNDA MARTINS FILHO

5) 5871-52.2015.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: CASAS BAHIA REQUERENTE.: FRANCISCO LUCILANE DA SILVA FRANCO REQUERIDO.: NOKIA DO BRASIL TECNOGOGIA LTDA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 04/03/2016 às 10h:40min, na Sala de audiências da Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria.".**- INT. DR(S). DANIEL FARIAS TAVARES , JOAO AFONSO PARENTE NETO

6) 5930-40.2015.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: CAGECE - COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA REQUERENTE.: MARIA ENEDINA DE SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 04/03/2016 às 09h:20min, na Sala de audiências da Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria.".**- INT. DR(S). JORDANNA AZEVEDO TIMBO

7) 5962-45.2015.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BMG S/A REQUERENTE.: FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de conciliação designada para o dia 04/03/2016 às 11h:00min, na Sala de audiências da Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria.".**- INT. DR(S). JOÃO PAULO JUNIOR

8) 6173-18.2014.8.06.0160/0 - AÇÃO PENAL REU.: ANTONIO TALISON RODRIGUES DE OLIVEIRA VITIMA.: CARLOS HENRIQUE LIMA FERREIRA VITIMA.: FRANCISCO EDINEUDO DE LIMA FERREIRA VITIMA.: LINDALVA ONOFRE DE LIMA FERREIRA VITIMA.: PAULO HENRIQUE DE LIMA FERREIRA REU.: RODRIGO CARDOSO DE SOUSA. **"Fica Vossa Senhoria intimado para comparecer a audiência de interrogatório designada para o dia 04/02/2016 às 10h:30min, na Sala de audiências da Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Santa Quitéria.".**- INT. DR(S). ALFREDO JADER LOBO CAVALCANTE FILHO , FRANCISCO DAS CHAGAS ARAÚJO DE PAIVA , RAFAEL VICTOR DE ANDRADE MEDEIROS E ALMEIDA , RAIMUNDO EDILSON ALBUQUERQUE , RAIMUNDO NONATO BRAGA MUNIZ

9) 74-08.2009.8.06.0160/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO PINE S/A REQUERENTE.: FRANCISCO DAS CHAGAS PIRES .**"Fica V.Sª. intyimado do teor do despacho proferido às fls. 97 dos autos em epígrafe, o qual INTIMA a parte promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor indicado, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), consoante art. 475-J do CPC, bem como cientifica que, no mesmo prazo, poderá oferecer impugnação."**- INT. DR(S). ALFREDO JADER LOBO CAVALCANTE FILHO , RAFAEL VICTOR DE ANDRADE MEDEIROS E ALMEIDA , VIVIEN LYS PORTO FERREIRA DA SILVA .

COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO JÚRI

O Doutor CÉSAR MOREL ALCÂNTARA, Juiz de Direito Presidente do Tribunal do Júri Popular desta Comarca de Santana do Acaraú, Estado do Ceará,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de convocação de jurados virem que, tendo sido designado o dia 15 de fevereiro de 2016, às 11h00min e o dia 17 de fevereiro de 2016, às 9h00min, para início da Primeira Reunião Ordinária do Júri Popular desta Comarca e que, havendo procedido ao sorteio dos vinte e cinco (25) jurados, que terão de servir na reunião, foram sorteados os seguintes nomes: 01) PAULO ROBERTO SALES NETO – Professor; 2) FRANCISCO TEÓGENES SABINO – Militar; 3) LILIOSA HELANA PONTE – Funcionária Pública; 4) CÍCERO MECEU CARNEIRO RODRIGUES – Titular Substituto de Cartório; 5) EXPEDITO ARRUDA COSTA FILHO – Comerciante; 6) JOSÉ AURICÉLIO VITAL – Funcionário Público; 7) REGINA MARTA VASCONCELOS – Professora; 8) MARCOS AURÉLIO DE OLIVEIRA – Comerciante; 9) RAIMUNDO NONATO CARNEIRO – Comerciante; 10) DOMINGOS SÁVIO DO NASCIMENTO – Radialista; 11) FRANCISCO HELDER LOPES – Veterinário; 12) FRANCISCO DAS CHAGAS BRANDÃO – Enfermeiro; 13) FERNANDA ANTÔNIA VITAL – Funcionária Pública; 14) JOSÉ TARCÍSIO VASCONCELOS – Funcionário Público; 15) FRANCISCO EXPEDITO CARNEIRO – Comerciante; 16) JOSÉ OLAVO PEREIRA FILHO – Comerciante; 17) RITA MARIA VASCONCELOS SOUSA SALES – Funcionária Pública; 18) FRANCISCO JOSÉ VASCONCELOS – Comerciante; 19) CARLOS JOSÉ ARCANJO – Funcionário Público; 20) MARIA JOSÉ CAVALCANTE – Funcionária Pública; 21) MARIA SILVÂNIA SOUSA – Professora; 22) JOÃO BATISTA FILHO – Comerciante; 23) CLAUDETE DOS SANTOS – Professora; 24) MARIA ALBERTINA VASCONCELOS – Gerente da Cerâmica Santanense e 25) FRANCISCO CLEITON CARNEIRO – Professor Universitário. SUPLENTES: 1. ANTÔNIO LUZIELTON PONTE – Comerciante; 2. FRANCISCA SONILÂNDIA DIAS – Pedagoga; 3. FRANCISCO LÚCIO TOMÁS ARCANJO – Agrônomo; 4. LUIZ ARMANDO DE VASCONCELOS – Comerciante; e 5. MARIA ELIANA AUGUSTA DA SILVA – Professora. A todos eles e a cada um per si, bem como aos interessados em geral, são por esta forma convidados a comparecerem à Sala das Sessões do Tribunal do Júri,

no edifício do Fórum, no dia e hora acima citados, bem como nos demais enquanto durar a Reunião, sob as penas da lei. E, para que chegue ao conhecimento de todos, se passou o presente edital, o qual será afixado na porta principal deste Fórum e publicado no Diário da Justiça.

Da Função do Jurado
(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 436. o serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008).

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008).

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008).

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008).

I – O Presidente da República e os Ministros de Estado; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

II – os Governadores e seus respectivos Secretários; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

IV - os Prefeitos Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

VIII – os militares em serviço ativo; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar o serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em cado de crime comum, até o julgamento definitivo. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salários do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 442. Ao jurado que , sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código . (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 9 de julho de 2008)

Santana do Acaraú, Estado do Ceará, 22 de janeiro de 2016. Eu, _____, *Paulo Sérgio Araújo*, Técnico Judiciário, a digitei e eu, _____, Max Fábio da Silva Lopes, Diretor de Secretaria, subscrevo.

César Morel Alcântara
JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI

Juiz(a) de Direito : CESAR MOREL ALCÂNTARA
Diretor(a) de Secretaria: MAX FÁBIO DA SILVA LOPES
EXPEDIENTE nº 09/2016 em: Vinte e seis (26) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/10569	1		CE/2331	1
CE/7855	1		CE/23789	1
CE/12329	1		/	1
CE/7088	2		CE/10569	2
CE/2331	2		CE/21214	2
CE/7855	2		CE/22007	2
CE/10915	2		CE/17443	2
CE/22779	2		CE/19624	2
/	2		CE/30482	3
/	3		CE/5066	4
/	4		CE/22910	5
/	5		CE/24029	6
CE/17314	6		/	6
CE/22910	7		CE/24029	7
/	7		CE/26108	8
/	8		CE/24029	9
/	9		CE/23104	10
/	10		CE/26108	11
CE/30549	11		CE/24029	11
/	11		CE/7484	12
CE/5066	12		CE/15904	12
/	12		CE/24029	13
/	13		CE/24029	14
/	14		CE/26108	15
/	15		CE/24029	16
/	16		CE/15096	17
/	17		CE/16100	18
CE/27985	18		/	18
CE/16100	19		CE/27985	19
/	19		CE/16100	20
CE/27985	20		/	20
CE/24029	21		/	21
CE/29296	22		/	22
CE/30482	23		/	23
CE/7088	24		/	24

1) 364-59.2005.8.06.0161/0 - AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERIDO.: ANA SILVÂNIA GOMES REQUERIDO.: JOÃO ANANIAS VASCONCELOS NETO TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR REQUERENTE.: O MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogados do apelados para apresentarem resposta ao recurso de apelação, no prazo legal".**- INT. DR(S). CHRISTIANE DO VALE LEITAO , EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES , HELIO DAS CHAGAS LEITAO NETO , THAIS MOTA AQUINO , VIRGILANIA FONSECA MOREIRA

2) 3766-75.2010.8.06.0161/0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA REQUERIDO.: ANA ARLINDA MEDEIROS REQUERIDO.: ANA LUCIA ARUJO REQUERIDO.: ANA MARIA MEDEIROS REQUERIDO.: CARLOS JOSE ARCANJO REQUERIDO.: FRANCISCA LUCILA CARNEIRO REQUERIDO.: FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO REQUERIDO.: FRANCISCO NEUMAR DE OLIVEIRA REQUERIDO.: IZABEL MARIA CARNEIRO REQUERIDO.: JOÃO ANANIAS VASCONCELOS NETO REQUERIDO.: JOÃO BATISTA DA PONTE REQUERIDO.: LIDUINA MARQUES REQUERIDO.: MARIA ANGELUCIA ADEODATO REQUERIDO.: MARIA CRISTIANE CARNEIRO REQUERIDO.: MARIA DE FATIMA CARNEIRO LOPES REQUERIDO.: MARIA DO SOCORRO ADRIANO REQUERIDO.: MARIA LEDA AMARANTE REQUERIDO.: MARIA LUCILENE AMARANTE REQUERIDO.: MARIA SOLANGE CANDIDO REQUERIDO.: MARTA CLAUDENIA LINHARES REQUERIDO.: MARTA MARIA FLORENCIO REQUERENTE.: MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ REQUERIDO.: MUNICIPIO DE SANTANA DO ACARAÚ-CE REQUERIDO.: RAIMUNDO ELIEZE DA SILVA REQUERIDO.: SEBASTIÃO CARNEIRO LOPES REQUERIDO.: SILVANIA MARIA PONTE SABINO. **"Ficam Vossa Senhorias INTIMADOS como advogados das partes promovidas, para tomarem ciência da decisão de fl. 715, com o seguinte teor: Na decisão lançada às fls. 641/644, não indiquei corretamente no cabeçalho os nomes de todos os promovidos. Como a inexatidão material havida em decisão jurisdicional é passível de correção a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte, na forma prevista do artigo 463, I, do CPC, retifico os nomes dos promovidos lançados no cabeçalho de decisão de fls. 641/644, para constar exatamente aqueles indicados na inicial da presente ACP, que deverão sofrer os efeitos da interlocutória.".**- INT. DR(S). ANTONIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA , CHRISTIANE DO VALE LEITAO , EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES , FRANCISCO VICTOR VASCONCELOS , HELIO DAS CHAGAS LEITAO NETO , HENRIQUE GARCIA FERREIRA DE SOUZA , LAUDEMIR LOPES BACELLAR JUNIOR , LAURA MOURA XAVIER , LIVIA PASSOS BENEVIDES LEITAO , MARIO FERREIRA DE PRAGMACIO TELLES

3) 4053-67.2012.8.06.0161/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA INTERDITANDO.: FRANCISCO JULIO NETO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) como advogado da parte promovente para junta aos autos, em dez dias, os documentos requeridos na manifestação ministerial de fls. 54/54-v, qual seja: a) Certidões negativas criminal, civil e militar; b) Prova de sua capacidade, condições e aptidão mental; C) Comprovante de bens em nome do interditado.".**- INT. DR(S). JOSE TARCISIO SOUSA NETO

4) 4262-02.2013.8.06.0161/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: FRANISCA ELINETE MENDES INTERDITANDO.: MARIA ROSIMERE DE CARVALHO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) como advogado da parte promovente se manifestar sobre o Estudo Social de fls. 62/63, no prazo de três dias.".**- INT. DR(S). JOSE EXPEDITO TOMAS ARCANJO

5) 4267-24.2013.8.06.0161/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO REQUERIDO.: VIVO S A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) como advogado da parte promovida, para providenciar o pagamento do valor de R$ 11.116,76 (onze mil cento e dezesseis reais e setenta e seis centavos) devidamente corrigidos, à parte promovente, no prazo máximo de quinze dias, contados da intimação, sob pena de aplicação de multa, no valor correspondente a dez por cento do valor devido, nos termos do artigo 475-J, do Código de Processo Civil".**- INT. DR(S). JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO

6) 4268-38.2015.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A REQUERENTE.: FRANCISCO DAS CHAGAS FILOMENO. **"FicamVossas Senhorias INTIMADOS como advogados dos litigantes, para apresentarem manifestação acerca do ofício de fl. 74 e documentos que o instrui, no prazo de dez dias".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA , WILSON SALES BELCHIOR

7) 4269-23.2015.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A - BANRISUL REQUERENTE.: JOAQUIM AIRTON LOPES. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogado das partes promovente e promovida para se manifestarem, no prazo de dez dias, acerca do teor do Ofício de fl. 62 e documento que o instrui.".**- INT. DR(S). JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO , ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

8) 4276-49.2014.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA INGRIT MONTEIRO RODRIGUES REQUERIDO.: MUNICIPIO DE SANTANA DO ACARAÚ-CE. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) como advogado da parte promovida para informar, em dez dias, se concorda com a substituição do polo ativo pretendida pela parte autora".**- INT. DR(S). FRANCISCO SERGIO VASCONCELOS

9) 4365-43.2012.8.06.0161/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERIDO.: J.B.R MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - RABELO REQUERENTE.: MANOEL MESSIAS DE PAULO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado da parte promovente para, no prazo de dez dias, trazer aos autos cálculo detalhado e atualizado do débito.".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

10) 4428-63.2015.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REPR. LEGAL.: ANTONIO NILSON DE PAULO REQUERIDO.: CERAMICA SANTANENSE LTDA REQUERIDO.: COELCE - CAMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ REQUERENTE.: PEDRO HENRIQUE DA SILVA PAULO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado da parte promovente, para se manifestar acerca das contestações e dos documentos que as instruem fl. 56/103 e 108/254, no prazo legal.".**- INT. DR(S). KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA

11) 4451-09.2015.8.06.0161/0 - AÇÃO POPULAR REQUERENTE.: FRANCISCA DAS CHAGAS ARAUJO PEIXOTO REQUERENTE.: JOSE DO CARMO PEIXOTO REQUERENTE.: MARIA IRACI DE ARAUJO REQUERIDO.: O MUNICIPIO DE SANTANA DO ACARAU REQUERENTE.: REGINA SHIRLEY CARNEIRO VASCONCELOS NOGUEIRA REQUERIDO.: ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA REQUERENTE.: VICTOR DE CARVALHO NOGUEIRA. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogados das partes promovidas, para tomarem ciência da decisão de fls. 559/559v dos autos em epígrafe: "(...)Ante o exposto, revogo o provimento liminar que determinou a suspensão da obra, mas com a ressalva de que o promovido deverá observar, doravante, o alinhamento dos meios-fios das edificações existentes para dentro do terreno, na forma pontuada na resposta ao Quesito nº 07 dos autores.".**- INT. DR(S). FRANCISCO SERGIO VASCONCELOS , REGINA SHIRLY CARNEIRO VASCONCELOS , ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

12) 4464-13.2012.8.06.0161/0 - INTERDITO PROIBITÓRIO REQUERIDO.: MARIA CELENE VASCONCELOS REQUERENTE.: MARIA RAIMUNDA DE PAULA REQUERENTE.: PEDRO MARTINS DE SOUZA. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogados das partes promovente e promovida, para tomarem ciência da decisão de fl. 440/443: "...Ora, como já ressaltado por este magistrado quando da decisão liminar, em verdade, estamos a tratar de assunto que se assemelha a uma moeda, onde acolher ou rejeitar o pedido, gera consequência possessória inversa para outra parte. Outrossim, mantenho a decisão liminar pelos seus próprios fundamentos. Tendo havido impugnação/incidente de falsidade de documento na réplica, em sintonia com o art. 394 do CPC, SUSPENDO O FEITO, e determino a intimação da parte promovida para se manifestar sobre o tema, em 10 dia." Fica intimado a parte promovida para, no prazo de dez dias, se manifestar sobra o tema.".**- INT. DR(S). EDILENE MOREIRA DA PONTE , JOSE EXPEDITO TOMAS ARCANJO , MARIA CLARICE DE SOUZA

13) 4661-31.2013.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO FERREIRA DA PONTE REQUERIDO.: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) como advogado da parte promovente, para tomar ciência da decisão proferida nos autos: "...Ispo posto, DEFIRO o pedido de ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, razão pela qual determino que o INSS conceda, no prazo de 05(cinco) dias, em favor do requerente, o benefício do auxílio-doença, a partir da intimação, determinando a remessa dos autos à Procuradoria Seccional Federal em Sobral, para cumprimento". Fica intimado, ainda, para se manifestar, em dez dias, acerca do laudo pericial produzido.".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

14) 4674-93.2014.8.06.0161/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA INTERDITANDO.: MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado da parte promovente para trazer aos autos declarações de testemunhas maiores e capazes, acerca da situação fática em que se encontra inserido o interditando, no prazo de dez dias".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

15) 4842-61.2015.8.06.0161/0 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRANTE.: ANA RENATA ANSELMO IMPETRADO.: MARIA DO CARMO GOMES IMPETRADO.: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO**

como advogado da parte impretada para firmar as informções apresentadas, em cinco dias.".- INT. DR(S). FRANCISCO SERGIO VASCONCELOS

16) 4987-88.2013.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: MARIA LUCIENE DO NASCIMENTO DOS SANTOS. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado da parte promovente, para tomar ciência da sentença proferida nos autos: "(...) À luz do exposto e de tudo o mais que dos autos consta RESOLVO O MÉRITO DA PRESENTE DAMANDA, na forma prevista no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGANDO IMPROCEDENTE o pedido autoral. Sem custas nem honorários, ante a gratuidade deferida.".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

17) 4991-91.2014.8.06.0161/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIO HORACIO NETO REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado da parte promovida para se manifestar sobre o pedido de desistência do pedido, formuldo na petição de fl. 148, em dez dias, com a advertência de que o silêncio será interpretado como anuência tácita.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO SAMPAIO DE MACEDO

18) 4993-61.2014.8.06.0161/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIO ARAGÃO VASCONCELOS REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogados das partes promoventes, para tomar ciência da decisão proferida nos autos: "...Diante o exposto não conheço da impugnação ofertada, por ser intempestiva. Todavia, afasto, de ofício, a incidência de juros remuneratórios, razão pela qual DETERMINO a remessa dos autos à Contadoria Judicial do TJCE para que proceda à elaboração da memória de cálculo, obedecendo aos seguintes parâmetros, além dos ficados na ACP em comento: a. Atualização monetária (INPC) da direrença devida em razão da aplicação do percentual de 42,72% (sentença da ACP), subtraído do percentual aplicado à época de 22,3591%, considerando o extrato de poupança à fl. 32 (data inicial para atualização 01.02.1989); b. Incidência de juros moratórios a partir da citação na ACP (08/06/1993); c. Atual saldo existente; d. Fixação de honorários advocatícios no importe de 10% do valor apurado.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS , RAFAEL MOTA REIS

19) 4995-31.2014.8.06.0161/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIO DEUSDETE PINTO PONTE REQUERENTE.: ARNOBIO PINTO PONTE REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: JOSE VILMAR PONTE REQUERENTE.: JOÃO BATISTA DA PONTE REQUERENTE.: MANOEL EDGAR DA PONTE REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA DA PONTE REQUERENTE.: MARIA NUBIA PONTE DA ROCHA REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO DA PONTE. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogados das partes promoventes, para tomar ciência da decisão proferida nos autos: "...Diante o exposto, afasto, de ofício, a incidência de juros remuneratórios, razão pela qual DETERMINO a remessa dos autos à Contadoria Judicial do TJCE para que proceda à elaboração da memória de cálculo, obedecendo aos seguintes parâmetros, além dos ficados na ACP em comento: a. Atualização monetária (INPC) da direrença devida em razão da aplicação do percentual de 42,72% (sentença da ACP), subtraído do percentual aplicado à época de 22,3591%, considerando o extrato de poupança à fl. 32 (data inicial para atualização 01.02.1989); b. Incidência de juros moratórios a partir da citação na ACP (08/06/1993); c. Atual saldo existente; d. Fixação de honorários advocatícios no importe de 10% do valor apurado.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS , RAFAEL MOTA REIS

20) 5000-53.2014.8.06.0161/0 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE.: ANTONIO EDITO DA SILVA REQUERIDO.: BANCO DO BRASIL S/A REQUERENTE.: ESPEDITO ELIELI DA SILVA REQUERENTE.: FRANCISCA ELIANE DA SILVA REQUERENTE.: FRANCISCO HELIO DA SILVA REQUERENTE.: JOSE EDILSON DA SILVA REQUERENTE.: MARIA ELIS DA SILVA LOPES REQUERENTE.: MARIA ERIZETE DA SILVA ARAUJO REQUERENTE.: MARIA LINDALVA DA SILVA ARAUJO REQUERENTE.: RAIMUNDO ELIEZER DA SILVA. **"Ficam Vossas Senhorias INTIMADOS como advogados das partes promoventes, para tomar ciência da decisão proferida nos autos: "...Ante o exposto, não conheço da impugnação ofertada, por ser intempestiva. Todavia, afasto, de ofício, a incidência de juros remuneratórios, razão pela qual DETERMINO a remessa dos autos à Contadoria Judicial do TJCE para que proceda à elaboração da memória de cálculo, obedecendo aos seguintes parâmetros, além dos ficados na ACP em comento: a. Atualização monetária (INPC) da direrença devida em razão da aplicação do percentual de 42,72% (sentença da ACP), subtraído do percentual aplicado à época de 22,3591%, considerando o extrato de poupança à fl. 32 (data inicial para atualização 01.02.1989); b. Incidência de juros moratórios a partir da citação na ACP (08/06/1993); c. Atual saldo existente; d. Fixação de honorários advocatícios no importe de 10% do valor apurado.".**- INT. DR(S). AUDIC CAVALCANTE MOTA DIAS , RAFAEL MOTA REIS

21) 5029-40.2013.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE.: MARIA MARILENE CARNEIRO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) como advogado da parte promovente se manifestar sobre o laudo de fls. 87/88, no prazo de cinco dias.".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

22) 5044-72.2014.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S/A REQUERENTE.: CAL ALVES LTDA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para recolher, em cinco dias, as custas de expedição e cumprimento da precatória expedida.".**- INT. DR(S). MARCOS ANTONIO ALVES DA SILVA

23) 5078-13.2015.8.06.0161/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REQUERENTE.: ANTONIO ALEXANDRE FERREIRA REQUERENTE.: MARIA LARA SOUZA FERREIRA REPR. LEGAL.: MARIA NILMA DE SOUZA FERREIRA REQUERIDO.: MARIA TEODORA EUZEBIO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado da parte promovente para, em dez dias, trazer os demais avós em litisconsórcio necessário".**- INT. DR(S). JOSE TARCISIO SOUSA NETO

24) 6090-28.2016.8.06.0161/0 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO.: EDINARDO UCHÔA COSTA FILHO IMPETRANTE.: MARIA DO CARMO GOMES IMPETRADO.: PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTANA ACARAU .**"Fica Vossa Senhoria INTIMADO como advogado impetrante, para tomar ciência da decisão de fl. 186/189 dos autos em epígrafe, como o seguinte teor: "(...) Por todo o exposto, defiro o pedido liminar, para determinar que o impetrado dê posse a impetrante, no prazo improrrogável de 3 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais). Notifique-se a autoridade coatora para prestar as informações de estilo, consoante art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009."**- INT. DR(S). ANTONIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA .

Juiz(a) de Direito : CESAR MOREL ALCÂNTARA
Diretor(a) de Secretaria: MAX FÁBIO DA SILVA LOPES
EXPEDIENTE nº 06/2016 em: Vinte e dois (22) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/24029	1		/	1
CE/20281	2		/	2
CE/16291	3		/	3
CE/24029	4		/	4
CE/2812	5		/	5
CE/25526	6		/	6
CE/26874	7		/	7
CE/26874	8		/	8

1) 4270-08.2015.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA ELIS DA SILVA LOPES. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para comparecer na sede deste juízo, no dia 21 de março de 2016, às 11h00min, a fim de participar da audiência de conciliação, a qual será presidida por Conciliador.".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

2) 4376-04.2014.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARINETH TEIXEIRA NASCIMENTO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para comparecer na sede deste juízo, no dia 21 de março de 2016, às 11h30min, a fim de participar da audiência de conciliação, a qual será presidida por Conciliador.".**- INT. DR(S). CLINIO DE OLIVEIRA MEMORIA CORDEIRO

3) 4473-04.2014.8.06.0161/0 - AÇÃO PENAL REU.: FRANCISCO DHEMY CARVALHO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A), para comparecer na sede deste juízo, no dia 9 de março de 2016, às 9h00min, a fim de participar da audiência preliminar.".**- INT. DR(S). DR. PAULO SÉRGIO RIPARDO

4) 4650-31.2015.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOSE JOCELIO GONÇALVES. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A) para comparecer na sede deste juízo, no dia 21 de março de 2016, às 11h15min, a fim de participar da audiência de conciliação, a qual será presidida por Conciliador.".**- INT. DR(S). ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA

5) 521-32.2005.8.06.0161/0 - AÇÃO PENAL REU.: LUIZ ALVES DA SILVA FILHO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A), para tomar ciência da sentença proferida nos autos: "(...) Isto posto, considerando as evidências de autoria e materialidade, bem assim a intensidade de dolo com que se houve o acusado, julgo procedente a pretensão punitiva estatal, e condeno o réu LUIZ ALVES DA SILVA FILHO como incurso nas sanções do art. 1º, inciso I, "a" c/c §4º da Lei 9.455/97. (...) Por essas razões, aumento a pena base de um sexto e torno definitiva a pena em 3 (três) anos e 6 (seis) meses, aumentando-se a pena no grau inferior pelas razões acima indicadas. (...) FIXO O REGIME ABERTO para cumprimento da pena do réu. Sendo o réu primário e de bons antecedentes, bem assim pela pena aplicada, não se encontram presentes os requisitos para decretação de prisão cautelar. Fixo como valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos exatos termos do art. 387, IV, do CPP. (...) Assim, decreto a perda do cargo do réu. (...) Publique-se. Registre-se. Intimem-se.¿".**- INT. DR(S). FRANCISCO HELIO GOMES FERREIRA

6) 5250-23.2013.8.06.0161/0 - ADOÇÃO REQUERENTE.: MARIA JOSE DE MENEZES FONSECA REQUERENTE.: TARCISIO MARTINS DA FONSECA. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A), para tomar ciência da decisão interlocutória de fls. 42/43 destes autos, que deferiu de ofício a guarda provisória da adotanda aos autores, em observância ao art. 33 e 1§ do ECA.".**- INT. DR(S). JOSE ITALO PONTE

7) 6091-13.2016.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO JONES RIBEIRO LOPES FILHO. **"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A), para tomar ciência da decisão interlocutória de fls. 54/61 destes autos, a qual DEFERIU o pedido do autor, para o fim específico de determinar que o Estado do Ceará, por meio de seus órgãos, providencie a matrícula da parte requerente no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e que realize as provas de conclusão do Ensino Médio, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a fim de possibilitar a matrícula do autor na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, nos próximos dias 15 e 16 de fevereiro do corrente ano, em caso de sucesso nas provas aplicadas. Determinou, ainda, que a Universidade Estadual Vale do Acaraú, se abstenha de recusar o certificado de conclusão do ensino médio apresentado pelo autor, caso aprovado nos exames do CEJA, por ocasião da realização da matrícula nos dias 15 e 16 de fevereiro do corrente ano, tal como previsto no edital nº 14/2015, que regulou o processo seletivo no qual foi aprovado, item 7.5.2. Fora fixada multa pecuniária diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para o caso de descumprimento, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pessoal do agente estatal encarregado de seu cumprimento, tanto sob o prisma penal como civil, e, ainda, a caracterização das sanções apontadas nos art. 17 e 18 do CPC.".**- INT. DR(S). CATARINA OLIMPIO DE ALBUQUERQUE SALES

8) 6092-95.2016.8.06.0161/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANA RAINA CARNEIRO VASCONCELOS .**"Fica Vossa Senhoria INTIMADO(A), para tomar ciência da decisão interlocutória de fls. 55/62 destes autos, a qual DEFERIU o pedido da autora, para o fim específico de determinar que o Estado do Ceará, por meio de seus órgãos, providencie a matrícula da parte requerente no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e que realize as provas de conclusão do Ensino Médio, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a fim de possibilitar a matrícula da autora na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, nos próximos dias 15 e 16 de fevereiro do corrente ano, em caso de sucesso nas provas aplicadas. Determinou, ainda, que a Universidade Estadual Vale do Acaraú, se abstenha de recusar**

o certificado de conclusão do ensino médio apresentado pela autora, caso aprovada nos exames do CEJA, por ocasião da realização da matrícula nos dias 15 e 16 de fevereiro do corrente ano, tal como previsto no edital nº 14/2015, que regulou o processo seletivo no qual foi aprovada, item 7.5.2. Fora fixada multa pecuniária diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para o caso de descumprimento, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pessoal do agente estatal encarregado de seu cumprimento, tanto sob o prisma penal como civil, e, ainda, a caracterização das sanções apontadas nos art. 17 e 18 do CPC."- INT. DR(S). CATARINA OLIMPIO DE ALBUQUERQUE SALES .

COMARCA DE SANTANA DO CARIRI - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI

Juiz(a) Titular : ANTONIO VANDEMBERG FRANCELINO FREITAS
Diretor(a) de Secretaria: FILIPE GONÇALVES DE ALMEIDA
EXPEDIENTE nº 018/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/11471	1		/	1

1) 2649-70.2015.8.06.0162/0 - Tombo: 15992015 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI REU.: FERNANDES COELHO DA SILVA AUTOR.: JUSTIÇA PÚBLICA REU.: LUCILENE CARLOS DE SOUZA VITIMA.: MARIA SUYANI DE SOUSA .**"Fica Vossa Senhoria INTIMADO para comparecer à audiência de instrução, designada para o dia 02 de março de 2016, às 09:30 horas, que realizar-se-á na Sala de Audiência do Fórum desta Comarca, localizado na Rua Dep. Furtado Leite, S/N, nesta Cidade de Santana do Cariri/CE."**- INT. DR(S). ANTONIO FLAVIO ROLIM .

Juiz(a) Titular : ANTONIO VANDEMBERG FRANCELINO FREITAS
Diretor(a) de Secretaria: FILIPE GONÇALVES DE ALMEIDA
EXPEDIENTE nº 020/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/10164	1		/	1

1) 2541-41.2015.8.06.0162/0 - Tombo: 10402015 - AÇÃO PENAL VITIMA.: ANTONIO JOSE DA SILVA REU.: CICERO DA SILVA TELES AUTOR.: JUSTIÇA PÚBLICA REU.: ORLANDO DA SILVA MARIANO VITIMA.: PAULO GEAN MUNIZ .**"Fica Vossa Senhoria INTIMADA para comparecer à audiência de instrução, designada para o dia 02 de março de 2016, às 08:30 horas, que realizar-se-á na Sala de Audiência do Fórum desta Comarca, localizado na Rua Dep. Furtado Leite, S/N, nesta Cidade de Santana do Cariri/CE."**- INT. DR(S). ANTONIA JOELMA CESAR CABRAL .

COMARCA DE SÃO BENEDITO - VARA UNICA DA COMARCA DE SAO BENEDITO

EDITAL DE INTERDIÇÃO – 2ª Publicação
Justiça Gratuita

O Exmo. Sr. Dr. Luiz Augusto de Vasconcelos, MM. Juiz de Direito respondendo nesta Comarca de São Benedito, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo tramitou os autos de nº **7571-59.2012.8.06.0163**, Ação de Interdição, tendo como autora a Sra. **Zenadia Maria Gomes**, que por sentença do MM. Juiz desta Comarca de São Benedito, Dr. José Cleber Moura do Nascimento, datada de 09/07/2015, foi decretada a Interdição de **Francisco Eduardo Gomes** declarado(a) como absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os autos da vida civil, foi nomeada a requerente **Zenadia Maria Gomes,** curadora sob compromisso. Tendo o MM. Juiz, determinando a expedição do presente edital, para que ninguém possa alegar ignorância, que deverá ser publicado por três(03) vezes, com intervalo de 10(dez) dias e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Benedito, Estado do Ceará, aos oito (08) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015).. Eu, Maria Luci Pio Martins, o digitei. Eu,_____, Diretora de Secretaria, o subscrevo.

Luiz Augusto de Vasconcelos
Juiz de Direito respondendo

Juiz(a) Titular : JOSÉ CLEBER MOURA DO NASCIMENTO
Diretor(a) de Secretaria: ANTÔNIA ALVES DO NASCIMENTO COSTA
EXPEDIENTE nº 3/2016 em: Vinte (20) de Janeiro de 2016

1) 48618-42.2014.8.06.0163/0 - Tombo: 18922014 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: PANAMERICANO S/A REQUERIDO.: ROBERTO FERREIRA DO VALE. **"DESPACHO: Diga a parte autora sobre a petição e fls. 316/318, em 10 dias. São Benedito, 21/10/15. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito, Resp.".**- INT. DR(S). CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES , GIOVANI ARAÚJO DA CUNHA

2) 49467-14.2014.8.06.0163/0 - Tombo: 23212014 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO S.A REQUERENTE.: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES MAGALHÃES. **"SENTENÇA: " ... À luz do exposto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido inaugural para condenar o banco promovido na devolução em dobro do valor de R$ 15,20 (quinze reais e vinte centavos), devendo ser corrigido monetariamente pelo INPC e com juros de 1% a.m, ambos a partir da data do desembolso, o que se deu em outubro de 2014...". São Benedito, 08 de dezembro de 2015. Candice Arruda Vasconcelos. Juíza Designada (port. n. 1840/2015)."**.- INT. DR(S). ANTONIO RAFAEL DINIZ PINHEIRO , DOUGLAS DINIZ QUEIROZ PINHEIRO , WILSON SALES BELCHIOR

3) 49597-04.2014.8.06.0163/0 - AÇÃO PENAL REU.: ANTONIO CLAYTON PIMENTA DA SILVA REU.: GERSON DE MEDEIROS VIANA REU.: GUILHERME DE MEDEIROS VIANA. **"DESPACHO: "(...). A peça aditiva à denúncia traz modificação do delito imputado aos acusados na peça denunciatória, no caso o delito de latrocínio, tipificado na segunda parte do § 3º, do art. 157, do CP, praticado em concurso formal com a primeira parte do § 3º, do art. 157, do CP e, pelos seus fundamentos e leitura dos autos, não vislumbro qualquer circunstância ensejadora de sua rejeição. Sendo assim, recebo o aditamento de fls. 158/161 em todos os seus termos, por seus expressos fundamentos e determino: I- Designe a Secretaria data para audiência de instrução e julgamento com urgência, por tratar-se de réus presos; II- proceda-se a retificação dos assentamentos do presente processo. Expedientes necessários. Urgência. São Benedito, 14/12/2015. Luiz Augusto de Vasconcelos - Juiz de Direito - Respondendo.""**.- INT. DR(S). MANOEL TEIXEIRA JORGE JÚNIOR

4) 6256-30.2011.8.06.0163/0 - Tombo: 40212011 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FERNANDO DA SILVA. **"SENTENÇA: "... Assim sendo, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para RECONHECER E DISSOLVER A SOCIEDADE DE FATO antes existente entre FERNANDO DA SILVA e CLECIANE MENDES VIANA, deixo para sede própria, via ordinária, na forma do artigo 1.121, § 1°, CPC c/c o artigo 40, §2°, da Lei n° 6.515/77, a questão relativa à partilha de bens. Fica mantida, como descrito na inicial, o valor da pensão alimentícia em prol dos filhos do casal, até que se prove não mais necessitarem da mesma. Por fim, declaro a extinção do processo, com resolução do mérito, com base no artigo269, I, CPC...". São Benedito, 08 de dezembro de 2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito Respondendo."**.- INT. DR(S). BRENO DE PAULA G. SOUZA

5) 640-79.2008.8.06.0163/0 - Tombo: 22152008 - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE REQUERIDO.: JOSE ALDEMIR MAGALHÃES REQUERENTE.: OSMARINA RODRIGUES DO NASCIMENTO. **"SENTENÇA: "... Assim sendo, não havendo interesse de menor e nem a necessidade de intervenção do Ministério Público, DECLARO, por sentença, o RECONHECIMENTO e a DISSOLUÇÃO da SOCIEDADE CONJUGAL DE FATO antes existente entre JOSÉ ALDEMIR MAGALHÃES e OSMARINA RODRIGUES DO NASCIMENTO, bem como, a partilha dos bens. Quanto a partilha, caberá a autora Osmarina Rodrigues do Nascimento, o direito à metade da casa construída em Itapipoca/CE, à Rua João Tabosa, n° 1610, Boa Vista, muito embora pareça não estar ainda registrada junto ao CRI competente (ausente comprovação documental nos autos) como admite a jurisprudência pátria,...". "... Caberá ainda, a autora, a importância de R$ 2.060,40, metade do valor depositado na conta poupança de n° 013.00.073.087-3, junto à agência 0748 da CEF, em 07/07/2008, devidamente corrigida pelos índices aplicados pelas cadernetas de poupança, até a data da efetivação do pagamento. De igual modo caberá a autora metade do valor atribuído à motocicleta, adquirida pelo promovido, como ele mesmo afirmou, muito embora esteja registrada em nome de seu irmão haja vista que a propriedade de veículo automotor dá-se por meio da tradição. Por fim, cabe a mesma metade dos bens descritos à fls. 22 ou seu valor correspondente, intercalando os bens, ou seja: um de maior valor para a autora, seguido de um de menor valor ao qual se seguirá um de maior valor para o promovido e a este um de menor valor, assim sucessivamente até se esgotar a divisão...". São Benedito, 08 de dezembro de 2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito Respondendo."**.- INT. DR(S). ALBERICO TEIXEIRA DE MATOS , FRANCISCO HELIO BARRETO DE OLIVEIRA

6) 6495-97.2012.8.06.0163/0 - Tombo: 1872012 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS REPR. LEGAL.: ANTONIA ROGERIA NUNES ALVES EXEQUENTE.: CAMILA MARIA NUNES ALVES GOMES EXEQÜIDO.: FRANCISCO MARCOS RODRIGUES GOMES. **"SENTENÇA: "... Assim sendo, na forma do artigo 794, I do CPC, DECLARO A EXTINÇÃO DA PRESENTE EXECUÇÃO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos...". São Benedito/ CE, 05/12/2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito- Resp."**.- INT. DR(S). FRANCISCO MENESES DE SOUZA , MANOEL TEIXEIRA JORGE JÚNIOR

7) 7470-85.2013.8.06.0163/0 - Tombo: 14032013 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS EXEQUENTE.: LUAN FARNEY SILVA DE SOUZA REPR. LEGAL.: LUCIANA SOUSA SILVA. **"SENTENÇA: "... Ante todo o exposto, DECLARO A EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, III DO CPC...". São Benedito/ CE, 08 de dezembro de 2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito- Resp."**.- INT. DR(S). FRANCISCO MENESES DE SOUZA

8) 96755-21.2015.8.06.0163/0 - Tombo: 27072015 - GUARDA MENOR.: DAVY JOSE SANTOS FERREIRA MENOR.: MARIA JULYA SANTOS FERREIRA REQUERENTE.: MARIA LUCIA DOS SANTOS NASCIMENTO REQUERENTE.: SEBASTIÃO GRIGORIO DO NASCIMENTO. **"SENTENÇA: "... Assim sendo, tenho que não há necessidade de que a promovida seja intimada para anuir com o pedido de desistência dos autores, pelo que DECLARO a extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VIII do CPC. extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VIII do CPC...". São Benedito, 16/12/2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito - Resp."**.- INT. DR(S). FRANCISCO MENESES DE SOUZA

9) 97628-21.2015.8.06.0163/0 - Tombo: 30872015 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: GERMANA ALVES MELO. **"SENTENÇA: "... Diante do exposto, homologo por sentença irrecorrível (art. 41, LJECC), para que surta seus efeitos jurídicos, o acordo de vontades celebrado entre os litigantes, tal como discriminado na petição de fls. 31/32 e , em consequência, declaro extinta a presente ação, com análise de mérito, nos termos do art. 22, § único, da Lei n° 9.099/1995...". São Benedito (CE), 24 de novembro de 2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito, respondendo."**.- INT. DR(S). CARLOS HENRIQUE CARVALHO ALCÂNTARA

10) 97815-29.2015.8.06.0163/0 - Tombo: 21932015 - RELAXAMENTO DE PRISÃO REU.: CRISTIAN NUNES ALVES DE

SOUZA. **"SENTWENÇA: "...Por tudo INDEFIRO, novamente, o pleito, mantendo a decisão decretada às fls. 35/36, do Auto de Prisão em Flagrante n° 97764-18.2015.8.06.0163/0, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos...". São Benedito/CE, 03 de dezembro de 2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito- respondendo."**.- INT. DR(S). JOAO BRITO DA COSTA FILHO , PEDRO CESAR MOURAO BEZERRA

11) 97882-91.2015.8.06.0163/0 - Tombo: 22082015 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: ANTONIO LUZINALDO ROQUE DA SILVA. **"SENTENÇA: "... Por tudo exposto, INDEFIRO, o pleito, mantendo acautelada pelo Estado, a quantia em dinheiro apreendida quando da prisão em flagrante do requerente Antônio Luzinaldo Roque da Silva...". São Benedito/CE, 03 de dezembro de2015. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito- Resp".**- INT. DR(S). ALEX VASCONCELOS SOUSA

12) 98054-33.2015.8.06.0163/0 - Tombo: 22162015 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REU.: ADRIANO RIBEIRO LIMA ."**SENTENÇA: "... Isso posto, diante da desnecessidade da prisão para a garantia da ordem pública, neste momento e,considerando a comprovação de residência fixa e profissão definida, há que se admitir o desaparecimento dos motivos da prisão preventiva de ADRIANO RIBEIRO LIMA, impondo-se a restituição de sua liberdade, razão pela qual, substituo a prisão preventiva pela seguintes medidas protetivas: a) proibição de aproximar-se da vítima ede seus familiares, fixando o limite mínimo de 200 metros, até decisão ulterior desse juízo; b) proibição de ter contato com a vítima e com seus familiares por qualquer meio de comunicação; c) proibição de frequentar os mesmos lugares que a ofendida, a fim de preservar a integridade física e psicológica dela. O descumprimento de quaisquer condições impostas acarretará a revogação do benefício que ora é concedido, com a expedição de mandado de prisão contra a sua pessoa, nos termos do § 4°, artigo 282, do Código de Processo Penal, com redação incluída pela Lei n° 12.403/2011...". São Benedito, 02/12/15. Luiz Augusto de Vasconcelos. Juiz de Direito Respondendo."**- INT. DR(S). TIAGO LIMA MACIEL .

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 6586-56.2015.8.06.0163

O Dr. MOISÉS BRISAMAR FREIRE, MM Juiz de Direito Respondendo nesta Comarca de São Benedito, Estado do Ceará, por designação legal, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital de Citação, virem e ou dele tiverem notícias, que se tramita por este Juízo e Secretaria de Vara Única, a Ação de EXECUÇÃO FISCAL, em que é exequente IBAMA, na qual o MM Juiz despachou os autos mandando expedir o presente edital, através do qual fica **S BENEDITO REVENDEDORA DE PETRÓLEO LTDA**, portador do CNPJ-07.127.673/0001-56, em lugar incerto e não sabido, patomar ciência da Ação supra, como para, no prazo de cinco (05) dias pagar a dívida no valor de **R$ 1.111,12 (mil, cento e onze reais e doze centavos)**, devidamente atualizada, não sendo contestada a ação serão presumidos como verdadeiros os fatos narrados pela autora na inicial (art. 285 e 319 do C.P.C.).E, para que chegue ao conhecimento de todos, notadamente do promovido acima nominado, é passado o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará.CUMPRA-SE, observando as formalidades legais. Dado e passado nesta cidade de São Benedito,Estado do Ceará, aos vinte e oito (28) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015). Eu, Rita Dalila Alves Otaviano, Estagiária de Direito, o digitei. Eu, ____, Diretora de Secretaria de Vara Única, subscrevi após conferido.

DR. MOISÉS BRISAMAR FREIRE
JUIZ Substituto respondendo

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (Prazo do Edital 10 dias)

Proc. n.º: 960-71.2004.8.06.0163

O DR. MOISÉS BRISAMAR FREIRE, MM. Juiz de Direito respondendo na Comarca de São Benedito-CE, por nomeação legal, etc. **FAZ SABER,** que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, o presente edital, com prazo acima mencionado que, no PROCESSO a que responde perante este Juízo o Réu **LUZIMAR DE LIMA VIANA**, brasileiro, agricultor, RG Nº 950228023443-SSP-CE, natural de São Benedito-CE, filho de Inácio Ferreira Viana e de Maria do Carmo de Lima Viana, nascido aos 09/03/1977, atualmente em local incerto e não sabido, por infração ao art. 243, do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi EXTINTA A PUNIBILIDADE, pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, por sentença de 23/06/2014. E como não foi possível intimá-lo, pessoalmente, pelo presente edital o intima da mencionada sentença. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede no(a) Av. Tabajaras, s/n. Para o conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2a. via fica afixada no local de costume. E, para que de fato ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça. Dado e passado aos 19 (dezenove) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, Rita Dalila Alves Otaviano, Estagiária de Direito, o digitei. Eu, Diretora de Secretaria o subscrevi.

MOISÉS BRISAMAR FREIRE
Juiz de Direito respondendo

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo n.º: 6750-05.2013.8.06.0163

O MM Juiz de Direito respondendo na Vara Única da Comarca de São Benedito(CE), **Dr. MOISÉS BRISAMAR FREIRE,** forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria de Vara Única, tramita a Ação de **USUCAPIÃO**, requerida por **FRANCISCO VALÉRIO BARROS PARENTE e MARIA ELIZABETH PERES MOURÃO**, qual o MM Juiz despachou os autos mandando expedir o presente edital, através do qual

fica o **espólio de MARIA NEUDA MARTINS LIMA, e os proprietários ANTÔNIO MARTINS LIMA e sua esposa RAIMUNDA COELHO MARTINS, CITADO**acerca **terreno urbano**, localizado na Rua Aristides Barreto, Bairro Centro, neste município de São Benedito(CE), a seguir descrito: ao **Norte** Espólio de Maria Neuda martins Lima;ao **Leste** Espólio de Antônio Martins Lima; ao **Oeste** a Rua Coronel Aristides Barreto; ao **Sul** José Mardônio da Costa, dointeiro teor da presente ação, em todos os seus termos e atos, para querendo, contestar o pedido no prazo de quinze (15) dias, a fluir a partir da publicação deste **EDITAL**, com a advertência de que não sendo contestada a ação no prazo hábil, presumir-se-ão verdadeiras as alegações articuladas pelo autor na Petição Inicial da ação em comento. Dado e passado, dezenove (19) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, Rita Dalila Alves Otaviano, Estagiária de Direito, o digitei. ,_____, Diretora de Secretaria o subscrevi.

MOISÉS BRISAMAR FREIRE
Juiz de Direito respondendo

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo n.º: 6690-48.2013.8.06.0163

O MM Juiz de Direito respondendo na Vara Única da Comarca de São Benedito(CE), **Dr. MOISÉS BRISAMAR FREIRE,** forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria de Vara Única, tramita a Ação de **USUCAPIÃO**, requerida por **JOSÉ FRANCISCO PIMENTA**, qual o MM Juiz despachou os autos mandando expedir o presente edital, através do qual fica o **espólio de EDMAR LIRA CAMPOS, CITADO**acerca **terreno urbano**, localizado na Rua Monsenhor Custódio, nº 1050, Bairro Centro, neste município de São Benedito(CE), a seguir descrito: ao **Norte** Rua Ministro Antônio Coelho;ao **Leste** imóvel pertencente a Francisca Isaías da Conceição e imóvel pertencente a Valdir Isaías Chaves; ao **Oeste** a bifurcação da Rua Ministro Antônio Coelho e Monsenhor Custódio; ao **Sul** a Rua Monsenhor Custódio, dointeiro teor da presente ação, em todos os seus termos e atos, para querendo, contestar o pedido no prazo de quinze (15) dias, a fluir a partir da publicação deste **EDITAL**, com a advertência de que não sendo contestada a ação no prazo hábil, presumir-se-ão verdadeiras as alegações articuladas pelo autor na Petição Inicial da ação em comento. Dado e passado, dezenove (19) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, Rita Dalila Alves Otaviano, Estagiária de Direito, o digitei. ,_____, Diretora de Secretaria o subscrevi.

MOISÉS BRISAMAR FREIRE
Juiz de Direito respondendo

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 7452-98.2012.8.06.0163

O Dr. MOISÉS BRISAMAR FREIRE, MM Juiz de Direito Respondendo nesta Comarca de São Benedito, Estado do Ceará, por designação legal, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital de Citação, virem e ou dele tiverem notícias, que se tramita por este Juízo e Secretaria de Vara Única, a Ação de EXECUÇÃO FISCAL, em que é exequente INMETRO-INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL, na qual o MM Juiz despachou os autos mandando expedir o presente edital, através do qual fica o **SRA. ANA PAULA F AGUIAR-ME**, portadora do CNPJ-09.318.561/0001-08, em lugar incerto e não sabido, patomar ciência da Ação supra, como para, no prazo de cinco (05) dias pagar a dívida no valor de **R$ 642,26 (seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos)**, devidamente atualizada, não sendo contestada a ação serão presumidos como verdadeiros os fatos narrados pela autora na inicial (art. 285 e 319 do C.P.C.).E, para que chegue ao conhecimento de todos, notadamente do promovido acima nominado, é passado o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará.CUMPRA-SE, observando as formalidades legais. Dado e passado nesta cidade de São Benedito,Estado do Ceará, aos vinte e oito (28) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015). Eu, Rita Dalila Alves Otaviano, Estagiária de Direito, o digitei. Eu, ____, Diretora de Secretaria de Vara Única, subscrevi após conferido.

DR. MOISÉS BRISAMAR FREIRE
JUIZ Substituto respondendo

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - VARA UNICA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Juiz(a) Titular : RICARDO EMIDIO DE AQUINO NOGUEIRA
Diretor(a) de Secretaria: MARINA BENVINDA DE JESUS LIMA
EXPEDIENTE nº 07/2016 em: Vinte e oito (28) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/10194	1		/	1
CE/19207	2		/	2
CE/29727	3		/	3

1) 9020-44.2015.8.06.0164/0 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REQUERENTE.: FRANCISCO ADEMIR BARBOSA. **"Fica V.Sª intimada da decisão cuja parte transcrita segue adiante: "Diante do exposto, com base nos arts. 311 e 312 do CPP, sendo ainda necessária a prisão para manutenção de ordem pública e benefício da instrução, uma vez que permanecem os motivos (conforme decisão pretérita) para a custódia cautelar, além de constatada a existência de excesso de prazo para a formação da culpa, mantenho prisão preventiva de Francisco Ademir Barbosa.""**.- INT. DR(S). JOSE FRANCISCO DE LIMA FERREIRA

2) 9036-95.2015.8.06.0164/0 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REQUERENTE.: NATANIO DA SILVA FEITOSA. **"Fica V.Sª intimada da decisão cuja parte transcrita segue adiante: "Diante do exposto, com base nos arts. 311 e 312 do CPP, sendo ainda necessária a prisão para manutenção de ordem pública e benefício da instrução, uma vez que permanecem os motivos (conforme decisão pretérita) para a custódia cautelar, além de constatada a existência de excesso de prazo para a formação da culpa, mantenho prisão preventiva de Natanio da Silva Feitosa.""**.- INT. DR(S). SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS

3) 9159-93.2015.8.06.0164/0 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REU.: ELIEZIO DOS SANTOS FREITAS ."**Fica V.Sª intimada da decisão cuja parte transcrita segue adiante: "Diante do exposto, com base nos arts. 311 e 312 do CPP, sendo ainda necessária a prisão para manutenção de ordem pública e benefício da instrução, uma vez que permanecem os motivos (conforme decisão pretérita) para a custódia cautelar, além de constatada a existência de excesso de prazo para a formação da culpa, mantenho prisão preventiva de Eliezio dos Santos Freitas.""**- INT. DR(S). DANIEL DIAS PEIXOTO DE ALENCAR .

COMARCA DE SENADOR POMPEU - VARA UNICA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO 60 (sessenta) dias

O Doutor Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador Pompeu-CE, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos do **Boletim de Ocorrência Circunstanciada**, tombada nesta Secretaria sob o nº **0658-91.2008.8.06.0166/0 (0017/08)**, que tem como adolescente, TACIANO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA e JANIO CESAR ALVES MARTINS (brasileiro, solteiro, natural de Mombaça/CE, nascido aos 24/07/1990, filho de Antonia Sonia Alves Martins), atualmente em lugar incerto e não sabido, fica **INTIMADO o adolescente, JANIO CESAR ALVES MARTINS**, para querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da **sentença exarada por este Juízo (fls. 104/105)**, cujo dispositivo final: ...**Diante do exposto, com base nos dispositivos mencionados, extingo o procedimento pela inaplicabilidade de qualquer medida sócio-educativa aos adolescentes Taciano Henrique dos Santos Silva, nascido aos 05.10.1992 e Janio Cesar Alves Martins...** E para conhecimento do réu e demais interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum local. Secretaria de Vara Única da Comarca de Senador Pompeu, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Antônia Lioneide Pinheiro de Holanda, Servidora Pública requisitada, o digitei e eu, ___, Jacqueline Frota de Sá Carneiro, Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa
Juiz de Direito Titular

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO 60 (sessenta) dias

O Doutor Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador Pompeu-CE, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, na **AÇÃO PENAL**, tombada nesta Secretaria sob o nº **1504-89.2000.8.06.0166/0 (1013/01)**, que tem como réu, **MOISES EVANGELISTA ALCANTARA FILHO** (brasileiro, casado, micro comerciante, natural de Arneiroz/CE, nascido aos 05/09/1971, filho de Moisés Monteiro Alcantara e Antonia Irismar de Alcantara), atualmente em lugar incerto e não sabido, por infração ao art. 171, do CPB, fica **INTIMADO** para querendo, se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da **sentença criminal (fls. 377), na qual, JULGA EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA EM FACE DE MOISES EVANGELISTA ALCANTARA FILHO, por ocorrência de prescrição,...** E para conhecimento do réu e demais interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum local. Secretaria de Vara Única da Comarca de Senador Pompeu, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de janeiro de 2016. Eu, Antônia Lioneide Pinheiro de Holanda, Servidora Pública requisitada, o digitei e eu, Jacqueline Frota de Sá Carneiro,___ Diretora de Secretaria, o subscrevi.

Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa
Juiz de Direito Titular

VARA ÚNICA DE SENADOR POMPEU- EXPEDIENTE nº 37/2016 datado de 29/01/2016
JUIZ DE DIREITO TITULAR: **DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA**
DIRETORA DE SECRETARIA: **BELª JACQUELINE FROTA DE SÁ CARNEIRO**

1. PROCESSO Nº 96635-66.2015.8.06.0166/0
AÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: V.K.R.B e T.I.R.B, REP. POR SUA MÃE SILANIA RODRIGUES FERREIRA
Advogado: DR. FERNANDO CARLOS NOBRE, OAB/CE, Nº 31.919.

Requerido: JOSÉ LAECKSON BATISTA
Advogado: DR. ANTÔNIO RUBENS LIMA DE SOUSA, OAB/CE, 29.284.
Despacho/Decisão/Sentença: FICAM OS ADVOGADOS INTIMADOS DO INTEIRO TEOR DA SENTENÇA DE FLS. 36/37, CUJO DISPOSITIVO FINAL:...ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO O PRESENTE ACORDO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO CPC, EM SEU ART. 269, INCISO III, DECLARANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO...
SENADOR POMPEU/CE, 14 DE JANEIRO DE 2016.
DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA – JUIZ DE DIREITO TITULAR

2. PROCESSO Nº 1449-41.2000.8.06.0166/0
AÇÃO DE USUCAPIÃO
Autor: MARIA DE LOURDES PRUDENTE
Advogado: DR. VALDECLIDES ALMEIDA PIRES, OAB/CE, Nº 9877, DR. FRANCISCO BIONOR DO N. JUNIOR, OAB/CE, Nº 10.363.
Despacho/Decisão/Sentença: FICAM OS ADVOGADOS INTIMADOS DO INTEIRO TEOR DA SENTENÇA DE FLS. 54/54v, CUJO DISPOSITIVO FINAL:.....ANTE O EXPOSTO, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL...
SENADOR POMPEU/CE, 19 DE JANEIRO DE 2016.
DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA – JUIZ DE DIREITO TITULAR

3. PROCESSO Nº 975-70.2000.8.06.0166/0
AÇÃO POSSESSORIA
Autor: FRANCISCO ZOMIM DE OLIVEIRA
Advogado: DR. ANTÔNIO SALDANHA FREIRE, OAB/CE, Nº 4.072, DRA. MARIA VERBENA DE OLIVEIRA, OAB/CE, Nº 5.350.
Réu: MOVIMENTO DOS SEM TERRAS
Despacho/Decisão/Sentença: FICAM OS ADVOGADOS INTIMADOS DO INTEIRO TEOR DA SENTENÇA DE FLS. 73/73V, CUJO DISPOSITIVO FINAL:...ANTE O EXPOSTO, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL...
SENADOR POMPEU/CE, 20 DE JANEIRO DE 2016.
DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA – JUIZ DE DIREITO TITULAR

4. PROCESSO Nº 96295-25.2015.8.06.0166/0
AÇÃO ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: FRANCISCO WELLINGTON DA PAZ
Advogado: DR. ROBERT JASON DA SILVA PESSOA, OAB/CE, Nº 21.557.
Despacho/Decisão/Sentença: FICA O ADVOGADO INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO SENTENÇA DE FLS. 29/30, CUJO DISPOSITIVO FINAL:...ISTO POSTO, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 267, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL...
SENADOR POMPEU/CE, 21 DE JANEIRO DE 2016.
DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA – JUIZ DE DIREITO TITULAR

5. PROCESSO Nº 249-96.2000.8.06.0166/0
AÇÃO DE USUCAPIÃO
Requerente: GEORNE FERNANDES BARROS
Advogado: DRA. JOSÉLIA DE MORAES SERAFIM, OAB/CE, Nº 13.942.
Despacho/Decisão/Sentença: FICA A ADVOGADA INTIMADA DO INTEIRO TEOR DO SENTENÇA DE FLS. 91/91v, CUJO DISPOSITIVO FINAL:...ANTE O EXPOSTO, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 267, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL...
SENADOR POMPEU/CE, 20 DE JANEIRO DE 2016.
DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA – JUIZ DE DIREITO TITULAR

6. PROCESSO Nº 6245-21.2013.8.06.0166/0
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Exequente: J.V.L.D, REP. POR SUA MÃE JOSIANA DUARTE DE LIMA
Advogado: DR. REGINALDO PATRICIO DE SOUSA, OAB/CE, Nº 21.396, DR. JOSÉ DALVANIR BEZERRA DE ALMEIDA FILHO, OAB/CE, Nº25.338
Despacho/Decisão/Sentença: FICAM OS ADVOGADOS INTIMADOS DO INTEIRO TEOR DO SENTENÇA DE FLS. 19/20, CUJO DISPOSITIVO FINAL:...ANTE O EXPOSTO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DO MINISTÉRIO PUBLICO, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE, COM ESTEIO NO ART. 267, VI DO CPC...
SENADOR POMPEU/CE, 29 DE OUTUBRO DE 2015.
DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA – JUIZ DE DIREITO TITULAR

JUIZ DE DIREITO: **DR. WILDEMBERG FERREIRA DE SOUSA**
DIRETORA DE SECRETARIA: **JACQUELINE FROTA DE SÁ CARNEIRO**
EXPEDIENTE nº 040/2016 em 29/01/2016

1. Processo nº 96754-27.2015.8.06.0166/0 (6136/15)
Ação de Execução de Alimentos. Exequentes: W.L.A.F., e W.P.A.F., representados por sua genitora, Sra. Alciene Paula de Araujo Fernandes, advogado(as): Dr. Fernando Carlos Nobre - OAB/CE Nº 31.919. Exequido: Gepson Rene Fernandes.
Despacho/Decisão: FICA OS(A) ADVOGADOS(A) INTIMADOS(A) da **SENTENÇA** exarada às fls. 25, cujo dispositivo final: ... Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTENCIA, nos termos do disposto do artigo 267, inciso VI do CPC, declarando extinto o processo sem resolução do mérito. Deferi o pedido de assistência judiciária gratuita, razão pela qual não haverá custas. Dê-se ciência ao representante do Ministério Público. Intimem-se. Diligencie-se. Cumpra-se

Senador Pompeu/CE, 14 de janeiro de 2016. Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular

2. Processo nº 97000-23.2015.8.06.0166/0 (6221/15)
Ação de Execução de Alimentos. Exequentes: F.M.R., representada por sua genitora, Sra. Madalena Chaves Rodrigues, advogado(as): Dra. Eliane Barbosa Silva - OAB/CE Nº 27.940. Exequido: Bonfim de Oliveira Ferreira, advogado(as): Dr. Veridiano Lima de Oliveira - OAB/CE Nº 23.193 e Dra. Maria das Dores Silva Marcelino - OAB/CE Nº 32.523.
Despacho/Decisão: FICA OS(A) ADVOGADOS(A) INTIMADOS(A) da **SENTENÇA** exarada às fls. 38, cujo dispositivo final: ... Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO, o que faço com fulcro no art. 794, I, do CPC. Sem custas, face a gratuitadade processual deferida. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Senador Pompeu/CE, 14 de janeiro de 2016. Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular

3. Processo nº 48988-12.2014.8.06.0166/0 (5808/14)
Ação de Alimentos. Requerentes: J.A.N.S.C., representada por sua genitora, Sra. Sandra Maria Nascimento Silva, advogado(as): Dr. Romulo de Oliveira Coelho – OAB/CE Nº 19.315. Requerido: Moisés Araújo Cazuza, advogado(as): Dr. João Bosco de Oliveira Almeida – OAB/CE Nº 3.994.
Despacho/Decisão: FICA OS(A) ADVOGADOS(A) INTIMADOS(A) da **SENTENÇA** exarada às fls. 36/37, cujo dispositivo final: ... Ante o exposto, HOMOLOGO o presente acordo, nos termos do disposto no CPC, em seu art. 269, inciso III, declarando extinto o processo com resolução do mérito. Sem custas, tendo em vista o deferimento de pedido de assistência judiciária gratuita. Dê-se ciência ao representante do Ministério Público. Intimem-se. Diligencie-se. Cumpra-se, servindo cópia da presente de mandado.
Senador Pompeu/CE, 14 de janeiro de 2016. Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular

4. Processo nº 6136-07.2013.8.06.0166/0 (5218/13)
Ação de Execução de Alimentos. Exequentes: J.F.B., representada por sua genitora, Sra. Cleidiane da Silva Fernandes, advogado(as): Dr. Veridiano Lima de Oliveira - OAB/CE Nº 23.193. Exequido: Roberto de Brito Passos, advogado(as): Dr. Tiago Vidal Freitas - OAB/CE Nº 25.079.
Despacho/Decisão: FICA OS(A) ADVOGADOS(A) INTIMADOS(A) da **SENTENÇA** exarada às fls. 45/46, cujo dispositivo final: ... À guisa das considerações expendidas, em consonância com parecer ministerial, com fulcro no art. 794, inciso I, do CPC, DECLARO EXTINTO O PROCESSO *sub oculi*, em face do adimplemento da obrigação executada. Sem custas ou honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Senador Pompeu/CE, 29 de outubro de 2015. Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular

5. Processo nº 8042-27.2016.8.06.0166/0 (3382/16)
Pedido de Liberdade Provisória. Requerente: Gabriel Vieira Lima, advogado(as): Dr. Fernando Carlos Nobre - OAB/CE Nº 31.919.
Despacho/Decisão: FICA OS(A) ADVOGADOS(A) INTIMADOS(A) da **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** exarada às fls. 23/25, cujo dispositivo final: ... Ante o exposto, pelas razões acima esposadas e em consonância com prévio parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de revogação e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado GABRIEL VIEIRA LIMA, com fundamento na garantia da ordem pública, não sendo recomendado, por ora, a aplicação de medidas cautelares alternativas... Preclusa a decisão, arquive-se.
Senador Pompeu/CE, 25 de janeiro de 2016. Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa, Juiz de Direito Titular

COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

Juiz(a) Titular : ANDRE TEIXEIRA GURGEL
Diretor(a) de Secretaria: ANTONIO PAIXAO DO CARMO JUNIOR
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/18346	1		/	1

1) 44902-63.2012.8.06.0167/0 - AÇÃO PENAL REU.: JOSE MARQUES DO NASCIMENTO .**"Fica Vossa Senhoria devidamente intimado acerca da decisão parcialmente transcrita a seguir: "...Ante o exposto, reconheço EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu JOSÉ MARQUES DO NASCIMENTO, já devidamente qualificado, com fundamento no art. 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95..."**"- INT. DR(S). RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO .

COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE

Juiz(a) Substituto : MAGNO ROCHA THÉ MOTA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA NILDETE CHAVES MEDEIROS
EXPEDIENTE nº 10/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/10887	1		/	1
CE/1870	2		CE/10952	2

/	2		CE/22641	3
/	3		CE/5992	4
/	4		CE/4120	5
/	5		CE/4120	6
/	6		CE/21167	7
/	7		CE/27567	8
/	8		CE/4120	9
/	9		CE/26972	10
/	10		CE/13179	11
/	11		PB/15631	12
/	12		CE/31682	13
/	13		CE/10887	14
/	14		CE/10887	15
/	15		CE/3893	16
/	16			

1) 1265-32.2007.8.06.0169/0 - EXECUÇÃO FISCAL EXEQÜIDO.: ASSOCIAÇAO DE PROTEÇAO A MATERNIDADE E A INFANCIA EXEQUENTE.: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. **"Fica intimado da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante do exposto, hei por bem extinguir o presente processo executivo, com fundamento no artigo 156, I, do CTN e no art. 794, I, do CPC, tendo em vista a satisfação da dívida. Custas na forma da Lei. P.R.I. Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 20.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ, respondendo.".**- INT. DR(S). JOSE EDVALDO DE OLIVEIRA

2) 5749-80.2013.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A REQUERIDO.: EDSON FERNANDES BRAGA. **"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, extingo o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC. Sem custas. P.R.I. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 20.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO , ROSEANY ARAUJO VIANA

3) 5750-36.2011.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: MONICA CRISTINA DE OLIVEIRA. **"Fica intimado(a) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, declaro extinto o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 267, V, c/c art. 329, ambos do CPC. Custas na forma da Lei. Após o trânsito em julgado desta decisão e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 13.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ, respondendo.".**- INT. DR(S). ANA GARDENE ALVES UCHOA BARBOSA

4) 5817-98.2011.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ELIAS NEVES DA COSTA REQUERENTE.: JOSEFA ETELVINA DA COSTA. **"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Destarte, comprovada a posse, sua mansidão e decurso de tempo da prescrição aquisitiva e do que mais dos autos consta, julgo procedente a presente ação de usucapião extraordinário promovida por Elias Neves da Costa e Josefa Etelvina da Costa, para atribuir-lhes o domínio sobre o imóvel usucapiendo declinado e descrito no memorial descritivo, com base na planta topográfica monitória da inicial, o que faço com escora no art. 1.238 do Código Civil. Cumpridas as formalidades legais e transitada em julgado a presente sentença, proceda-se a sua transcrição no registro de imóveis, em conformidade com as prescrições estabelecidas na Lei nº 6.015/73. Custas na forma da Lei. P.R.I. Após cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 20.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). JESUS MOREIRA DE ANDRADE

5) 6026-67.2011.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - EXECUÇÃO FISCAL EXECUTADO.: MARIA ERISMAR GADELHA CHAVES EXEQUENTE.: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL). **"Fica intimado da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante do exposto, hei por bem extinguir o presente processo executivo, com fundamento no artigo 156, I, do CTN e no art. 794, I, do CPC, tendo em vista a satisfação da dívida. Custas na forma da Lei. P.R.I. Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 19.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ, respondendo.".**- INT. DR(S). ANTONIO JÚLIO BRILHANTE DE FREITAS

6) 6106-89.2015.8.06.0169/0 - Tombo: 000 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: ANTONIO RENOVATO DA SILVA REQUERENTE.: DENIZIA DA COSTA DA SILVA. **"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, considerando tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 257, do CPC, determino o cancelamento da distribuição do feito. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 13.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). ANTONIO JÚLIO BRILHANTE DE FREITAS

7) 6115-22.2013.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: FRANCISCO ERIVAN NUNES DE LIMA REQUERENTE.: MARIA JOEIRES NORONHA DE ARAUJO. **"Fica intimado da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante do exposto, julgo extinta a ação, sem resolução de mérito, com fundamento no inciso III e § 1º do art. 267, do CPC. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 20.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ, respondendo.".**- INT. DR(S). TALINE FREIRE ROQUE

8) 6123-96.2013.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE.: BANCO BRADESCO S.A. REQUERIDO.: TABULEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA. **"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, extingo o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC. Sem custas. P.R.I. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 19.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI

9) 6329-42.2015.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA REQUERENTE.: ALEX MOREIRA DE ALENCAR. **"Fica intimado da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante do que foi exposto, deixo de dar prosseguimento ao presente feito, pela perda de objeto, determinando, via de consequência, o arquivamento destes autos. P.R.I. Tudo cumprido, arquive-se com as devidas baixas. Tabuleiro do Nore, 23.09.2015. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). ANTONIO JÚLIO BRILHANTE DE FREITAS

10) 6373-61.2015.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS REQUERENTE.: VANUSA MARIA SOUSA DE ARAUJO. **"Fica intimado(a) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Isto posto, acolhendo o parecer ministerial, defiro o pedido autoral e ordeno a devolução do bem apreendido, qual seja, motocicleta Honda CG 125 TITAN KS, de placas HXW0604/CE, mediante termo de entrega. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 20.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ, respondendo.".**- INT. DR(S). ADELLE THAYS BRITO CABRAL

11) 6399-30.2013.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - TERMO CIRCUNSTANCIADO AUTOR DO FATO.: GEORGINA MAYARA DE LIMA. **"Fica intimado da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante da proposta de transação penal, devidamente aceita pela autora do fato e seu Advogado, e considerando a edição da Súmula Vinculante nº 35-STF, que prescreve que a homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial, resolvo homologar a transação, nos termos do art. 76, § 4º, da Lei 9.099/95. Determino que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. P.R.I. Após o cumprimento integral da transação, certifique-se e façam-se com vista ao Ministério Público. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 22.07.2015. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ, respondendo.".**- INT. DR(S). STEPHENSON FRANCISCO MAIA JOSUE

12) 6401-29.2015.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL REQUERENTE.: JUCIEDNA PATRICIA MAIA REQUERENTE.: VALDEMIR GOMES PEDROSA. **"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, com apoio no parecer minsterial, homologo por sentença, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo firmado pelas partes, conforme termo às fls. 02/04, e julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 449 c/c art. 269, III, do CPC. Sem custas, em razão do deferimento da gratuidade judiciária. P.R.I. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 13.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). TAISA GONÇALVES NOBREGA GADELHA SA

13) 6655-36.2014.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - TERMO CIRCUNSTANCIADO VITIMA.: GILMAR FELIPE DA SILVA AUTOR DO FATO.: MARIA NUNES BIZERRA. **"Fica intimado(a) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, extingo a punibilidade da autora do fato Maria Nunes Bizerra, pela renúncia, com fundamento no art. 107, V, do Código Penal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 14.10.2015. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). LINAMARIA DE MELO OLIVEIRA

14) 6874-20.2012.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - USUCAPIÃO REQUERENTE.: NEUZA TAVARES CHAVES. **"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante do exposto, julgo extinta a ação de usucapião, sem resolução de mérito, com fundamento no inciso III e § 1º, do art. 267, do CPC. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 19.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). JOSE EDVALDO DE OLIVEIRA

15) 6919-53.2014.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - TERMO CIRCUNSTANCIADO VITIMA.: ADELIANO MOREIRA DE SOUZA AUTOR DO FATO.: SAMILO NUNES ALEXANDRE. **"Fica intimado da sentença a seguir parcialmente transcrita: Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fulcro no art. 107, V, do CP, por analogia. Esta sentença valerá com título executivo judicial. P.R.I. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 13.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ.".**- INT. DR(S). JOSE EDVALDO DE OLIVEIRA

16) 723-82.2005.8.06.0169/0 - ART. 70 DO CPB CONCURSO FORMAL REU.: ALFREDO SIMAO FILHO AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO VITIMA.: PEDRO ESTEVAO DA COSTA VITIMA.: RAIMUNDO NONATO FILHO REU.: ALFREDO SIMAO FILHO AUTOR.: MINISTÉRIO PÚBLICO VITIMA.: PEDRO ESTEVAO DA COSTA VITIMA.: RAIMUNDO NONATO FILHO .**"Fica(m) intimado(s) da sentença a seguir parcialmente transcrita: Diante do exposto, declaro extinta a punibilidade do réu Alfredo Simão Filho, com fulcro no art. 107, inciso IV, art. 109, V c/c art. 115, todos do Código Penal, em relação ao delito previsto no artigo 302, da Lei nº 9.503/97 - CTB. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Expedientes necessários. Tabuleiro do Nore, 13.01.2016. (a) Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito Auxiliar da 4ª ZJ."**- INT. DR(S). ANTONIO AUGUSTO FERREIRA GOMES .

Juiz(a) Substituto : MAGNO ROCHA THÉ MOTA
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCA NILDETE CHAVES MEDEIROS
EXPEDIENTE nº 11/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/4120	1		CE/7274	1
/	1		CE/31682	2
/	2		CE/13179	3
/	3			

1) 5604-92.2011.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: JOSE DE OLIVEIRA AQUINO. **"Fica(m) intimado(s)**

da certidão de liquidação de pena atualizada, acostada à fl. 99/99v.".- INT. DR(S). ANTONIO JULIO BRILHANTE DE FREITAS , VICENTE ROBSON CHAVES FREIRE

2) 5754-73.2011.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: RAIMUNDO NONATO MAIA. **"Fica(m) intimado(s) da certidão de liquidação de pena atualizada, acostada à fl. 155/155v.".**- INT. DR(S). LINAMARIA DE MELO OLIVEIRA

3) 7299-47.2012.8.06.0169/0 - Tombo: 00 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: AMBROZIO EPIFANIO DE LIMA .**"Fica intimado da certidão de liquidação de pena atualizada, acostada à fl. 82/82v."**- INT. DR(S). STEPHENSON FRANCISCO MAIA JOSUE .

COMARCA DE TAMBORIL - VARA UNICA DA COMARCA DE TAMBORIL

Juiz(a) Substituto : MARCOS AURELIO MARQUES NOGUEIRA
Diretor(a) de Secretaria: AUCILENE GONÇALVES RABELO ARAUJO
EXPEDIENTE nº 03/2016 em: Vinte e cinco (25) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/15095	1		CE/17314	1
/	1		CE/17314	2
/	2		CE/3948	3
/	3		RS/21483	4
RS/19555	4		/	4
CE/4566	5		CE/15416	5
/	5		CE/24902	6
CE/31449	6		/	6
CE/28987	7		CE/8825	7
/	7		CE/23240	8
/	8		CE/23240	9
/	9		CE/23240	10
/	10		CE/23240	11
/	11		CE/13583	12
/	12		CE/22176	13
CE/22728	13		CE/26146	13
/	13		CE/13500	14
/	14		CE/3865	15
CE/27477	15		CE/32522	15
/	15		CE/23170	16
/	16		CE/23240	17
/	17		CE/8342	18
/	18		CE/7820	19
/	19		CE/7820	20
/	20		CE/31248	21
/	21		CE/3865	22
/	22		CE/15416	23
/	23		CE/15311	24
/	24		CE/15311	25
/	25		CE/15311	26
/	26		CE/22146	27
CE/22176	27		CE/23944	27
CE/22728	27		/	27

1) 1599-10.2000.8.06.0170/0 - Nº Antigo: 0000093001541 - EXECUÇÃO AUTOR.: BANCO DO ESTADO DO CEARÁ - BEC REU.: FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"VISTA A PARTE AUTORA QUANTO AO RESULTADO NEGATIVO DDO INFOJUD DE FRANCISCO FRANCIVALDO BEZERRA E PARA CORRIGIR OS DEMAIS CPFS APRESENTADOS A FLS. 256, UMA VEZ QUE O SISTEMA INFOJUD DISSE SER INVÁLIDOS".**- INT. DR(S). CAIO CESAR VIEIRA ROCHA , WILSON SALES BELCHIOR

2) 1769-79.2000.8.06.0170/0 - Nº Antigo: 0000093000154 - EXECUÇÃO AUTOR.: BANCO DO ESTADO DO CEARÁ - BEC REU.: LUIZ NASCIMENTO SOUSA TERCEIRO INTERESSADO.: MIGRAÇÃO A REGULARIZAR. **"VISTA AO EXEQUENTE SOBRE O RESULTADO DO RENAJUD.".**- INT. DR(S). WILSON SALES BELCHIOR

3) 200-28.2009.8.06.0170/0 - AÇÃO PENAL REU.: FRANCISCA JOYCE GUERREIRO JORGE MARQUES AUTOR.: JUSTIÇA PÚBLICA. **"INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA QUE INFORME O NOVO ENDEREÇO DE ERONILDES LIMA ARAÚJO FILHO, NO PRAZO DE 10 DIAS, ADVERTINDO-O QUE, CASO NADA SEJA APRESENTADO, NO PRAZO SUPRA, TAL FATO SERÁ INTERPRETADO COMO DESISTÊNCIA DA TESTEMUNHA.".**- INT. DR(S). ANTONIO JAIRO LIMA ARAUJO

4) 226-41.2000.8.06.0170/0 - Nº Antigo: 2002093005405 - COBRANÇA AUTOR.: BANCO DO ESTADO DO CEARÁ - BEC REU.: EXPEDITO EVANGELISTA PONTES REU.: FRANCISCO LIMA ARAUJO REU.: JOÃO BATISTA DE SOUSA. **"AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 18 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). CLAYTON MOLLER , CYLON MOLLER

5) 4256-31.2014.8.06.0170/0 - INTERDITO PROIBITÓRIO REQUERENTE.: JOAQUIM DE SOUSA CARVALHO REQUERIDO.: MARIA GENELISSE DE SOUSA. **"AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 18 DE MARÇO DE 2016 ÀS 10:00 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). JOAO RODRIGUES NETO , PEDRO HENRIQUE GONÇALVES ROSA

6) 4357-34.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA DEUZELINA ALVES DE SOUSA REQUERIDO.: TELEFONICA BRASIL S/A. **"Intimação da parte requerente para que, no prazo de 10 dias, informe se há provas a produzir, justificando-as.".**- INT. DR(S). DANIEL FARIAS TAVARES , FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA

7) 4421-78.2014.8.06.0170/0 - CRIMES DE CALÚNIA, INJÚRIA E DIFAMAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUIZ SINGULAR AUTOR.: MANUEL SALES DE ABREU NETO REU.: RODRIGI FILHO REU.: SILVIO JOSE FERREIRA CID. **"AUDIÊNCIA PRELIMINAR DESIGNADA PARA 07 DE MARÇO DE 2016 ÀS 13:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). JOSÉ RENATO MOTA , MARIA LUIZA CAMELO TIMBO

8) 4431-88.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ITAUCARD S/A REQUERENTE.: MARIA JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA. **"Intimação do advogado da requerente para que, no prazo de dez (10) dias, informe se há provas a produzir, justificando-as".**- INT. DR(S). FRANCISCO RUDINEI SOARES DE SOUZA

9) 4446-57.2015.8.06.0170/0 - INVENTÁRIO REQUERENTE.: CESÁRIO CLAUDINO DE SOUSA REQUERENTE.: ELVINA DOS SANTOS SOUSA ESPÓLIO.: ESPÓLIO DE GECIVALDO DOS SANTOS SOUSA. **"INTIMAÇÃO DA INVENTARIANTE PARA QUE DÊ CUMPRIMENTO AO REQUERIDO PELA FAZENDA ESTADUAL À FLS. 77".**- INT. DR(S). FRANCISCO RUDINEI SOARES DE SOUZA

10) 4455-19.2015.8.06.0170/0 - ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 REPR. LEGAL.: MARIA VALDENE BARROS AGAPITO REQUERENTE.: MATHEUS BARROS DE SOUSA REQUERENTE.: RAFAEL BARROS DE SOUSA REQUERIDO.: RAIMUNDO SOARES DE SOUSA. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 09 DE MAIO DE 2016 ÀS 09:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). FRANCISCO RUDINEI SOARES DE SOUZA

11) 4489-62.2013.8.06.0170/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: FRANCISCO FERDINANDO MATOS SOUSA. **"O APENADO JUNTOU CÓPIA DE UM FOLHETO, COM A PRETENSÃO DE COMPROVAR O SEU NOVO ENDEREÇO. REFERIDO DOCUMENTO NÃO É DOCUMENTO IDONEO, HAJA VISTA A FACILIDADE DE SE CONSEGUIR TAL FOLHETO. INTIMAÇÃO DO APENADO PARA QUE JUNTE COMPROVANTE DE ENDEREÇO IDONEO (CONTA DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE), DO LOCAL ONDE PODERÁ SER ENCONTRADO, NO PRAZO DE 15 DIAS.".**- INT. DR(S). FRANCISCO RUDINEI SOARES DE SOUZA

12) 4510-67.2015.8.06.0170/0 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE.: FRANCISCO CARLOS DE SOUSA EXECUTADO.: FRANCISCO SAMPAIO RODRIGUES - ME. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 18 DE MARÇO DE 2016 ÀS 10:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). ANTONIO AURELIO DE AZEVEDO NETO

13) 4519-97.2013.8.06.0170/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: ANTONIO DOUGLAS VIEIRA DE OLIVEIRA. **"O DOCUMENTO RETRO NÃO POSSUI IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE, E NÃO HÁ COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DA EMPRESA ONDE SUPOSTAMENTE TRABALHA O RÉU. INTIMAÇÃO DO APENADO PARA QUE APRESENTE COMPROVAÇÃO IDONEA, NO PRAZO DE CINCO DIAS.".**- INT. DR(S). FRANCISCO CLAYTON BRITO JUNIOR , TALITA CAVALCANTE TIMBO , WALESKA DUQUE ESTRADA VIEIRA

14) 4717-66.2015.8.06.0170/0 - INVENTÁRIO REQUERENTE.: DULCE REIS DE MELO ESPÓLIO.: ESPÓLIO DE MARIA LUIZA DO VALE. **"NOMEIO COMO INVENTARIANTE A REQUERENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 990, I DO CPC, INTIMANDO-A PARA PRESTAR O COMPROMISSO DE ESTILO, NO PRAZO DE CINCO DIAS. APÓS, NO PRAZO DE VINTE DIAS, DEVERÁ PRESTAR AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES.".**- INT. DR(S). JOSE MARIA VALE SAMPAIO

15) 4752-26.2015.8.06.0170/0 - DIVÓRCIO LITIGIOSO REQUERIDO.: MARIA LÚCIA SALES MELO REQUERENTE.: SEBASTIÃO SABINO DE MELO. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 09 DE MAIO DE 2016 ÀS 12:00 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). FERNANDO TEIXEIRA NOGUEIRA , MARIA ALICE PINHEIRO NOGUEIRA , MARIA CECILIA PINHEIRO NOGUEIRA

16) 4779-09.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: SILCAR LOJA DE VENDA DE VEICULOS REQUERENTE.: VERA LUCIA RODRIGUES SOUSA DOS SANTOS. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 14 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). CLEITON RODRIGUES DE MELO

17) 4785-16.2015.8.06.0170/0 - AÇÃO DE ALIMENTOS REQUERIDO.: ANTONIO ALEX SANDRO DE PAULA PINHO CRIANÇA/ADOLESCENTE.: GUSTAVO HENRIQUE SAMPAIO DE PAULA - REP.PORSUA GENITORA,ADRIANA RODRIGUES GOMES. **"AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA 09 DE MAIO DE 2016 ÀS 09:00 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.ALIMENTOS PROVISÓRIOS FIXADOS NO PERCENTUAL DE VINTE POR CENTO, QUE INCIDIRÁ SOBRE O VALOR DA REMUNERAÇÃO LÍQUIDA.".**- INT. DR(S). FRANCISCO RUDINEI SOARES DE SOUZA

18) 4927-20.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: ALEXANDRE JUNIOR CEDRO DO NASCIMENTO REQUERIDO.: MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 14 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:45 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA

19) 4929-87.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: FRANCISCO JOSE MARTINS BIZERRA REQUERIDO.: TIM CELULAR S.A. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 11 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:15 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). ANTONIO PADUA DO NASCIMENTO

20) 4930-72.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: ANTONIO FERRO DE CARVALHO REQUERENTE.: GONÇALO BEZERRA DE CARVALHO. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 14 DE MARÇO DE 2016 ÀS 14:15 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). ANTONIO PADUA DO NASCIMENTO

21) 4942-86.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: FRANCISCO ELIMAR VERAS FRANCELINO REQUERENTE.: MARIA TORRES ARAUJO. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 14 DE MARÇO DE 2016 ÀS 14:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). ANTONIO ACACIO ARAUJO RODRIGUES

22) 4944-56.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BMG S/A REQUERIDO.: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A REQUERENTE.: MARLENE MARIA DO NASCIMENTO SOUZA. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 18 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:00 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). FERNANDO TEIXEIRA NOGUEIRA

23) 4960-10.2015.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO IBI REQUERENTE.: JUCILENE DE ALMEIDA GOMES. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 14 DE MARÇO DE 2016 ÀS 10:15 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). PEDRO HENRIQUE GONÇALVES ROSA

24) 6134-20.2016.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. REQUERENTE.: JOÃO PAULO SOUSA DOS SANTOS. **"AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 21 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:30 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). ISMAEL PEDROSA MACHADO

25) 6135-05.2016.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO SANTANDER S.A REQUERENTE.: JOÃO PAULO SOUSA DOS SANTOS. **"AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 21 DE MARÇO DE 2016 ÀS 09:00 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL".**- INT. DR(S). ISMAEL PEDROSA MACHADO

26) 6136-87.2016.8.06.0170/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO ITAU CARD S/A REQUERENTE.: JOÃO PAULO SOUSA DOS SANTOS. **"AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA 21 DE MARÇO DE 2016 ÀS 10:00 HORAS, NO FÓRUM DA COMARCA DE TAMBORIL.".**- INT. DR(S). ISMAEL PEDROSA MACHADO

27) 6139-42.2016.8.06.0170/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGADO.: FRANCISCA DE PINHO BRASIL EMBARGANTE.: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL .**"EM VISTA DO EXPOSTO, CONSIDERANDO TUDO O MAIS QUE DOS AUTOS CONSTAM, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NOS PRESENTES EMBARGOS PARA O FIM DE CONSIDERAR VÁLIDOS PARA A AUTORA FRANCISCA DE PINHO BRASIL, OS VALORES FORNECIDOS PELO INSS À FLS. 5/5V. DEIXO DE CONDENAR EM HONORÁRIOS POR TER A EMBARGADA LITIGADO SOB O PÁLIO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA. EXTRAIAM-SE CÓPIAS DESTA SENTENÇA E DOS VALORES APRESENTADOS PELO INSS PARA QUE SEJAM JUNTADOS AOS AUTOS PRINCIPAIS."**- INT. DR(S). DANIELA COSTA RODRIGUES DOS SANTOS , FRANCISCO CLAYTON BRITO JUNIOR , NAYANNA NOGUEIRA BRAGA TIMBÓ , TALITA CAVALCANTE TIMBO .

COMARCA DE TAUÁ - 2ª VARA DA COMARCA DE TAUÁ

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TAUÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA

PROCESSO Nº 09254-05.2015.8.06.0171/Art. 129, § 9º, do CPB c/c o art. 7º, I, da Lei Maria da Penha

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO (15) DIAS

O BEL. EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO**,** MMº. Sr. Juiz de Direito, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Tauá/CE, por título e nomeação legal, etc.

FAZ saber aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tramita pelos expedientes desta Secretaria, o Processo Crime Nº 09254-05.2015.8.06.0171, figurando como acusado **ANTONIO VALDERLANE PEREIRA DA SILVA:** nascido em Tauá/CE, aos 14.08.1991, filho de Luiz Pereira da Silva e Maria Evangelista da Silva, na época dos fatos, residia na Rua Três de Maio, (vizinho a um mercantil)-Alto Brilhante, mas atualmente em lugar incerto ou não sabido, denunciado nas reprimendas do art. 129, § 9º, do CPB c/c o art. 7º, I, da lei Maria da Penha, e, tendo em vista não ser conhecido seu atual endereço, mandou o MM. Sr. Juiz de Direito **expedir** o presente **Edital de Citação,** com prazo de quinze (15) dias, **CITANDO** o nominado acusado, para **RESPONDER**, POR ESCRITO, À ACUSAÇÃO QUE LHE É FEITA, no PRAZO DE DEZ DIAS, (art. 396 do CPP), sob pena de ser o processo encaminhado à Defensoria Pública desta Comarca para fazê-lo, **DEVENDO** arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa**,** - inclusive no tocante ao mérito -, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário (art. 396-A do CPP). **A DEFESA DEVE** atentar para o fato de que a nova lei não prevê outra oportunidade de arrolar testemunhas nem de indicar

provas cuja produção possa desde logo ser requerida. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos vinte e dois (22) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016). Eu, Altina de Sousa Loiola, Técnica Judiciária, digitei-o e subscrevi.

Edison Ponte Bandeira de Melo
JUIZ DE DIREITO / RESPONDENDO

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TAUÁ
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO - CÍVEL
PROCESSO Nº 7417-12.2015.8.06.0171/0

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 15 DIAS)

O DR. EDISON PONTE BANDEIRA DE MELO, MM. Sr. Juiz de Direito Respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Tauá/CE, por nomeação legal etc...

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem que, por este Juízo e Secretaria, **tramita uma AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO sob o nº 7417-12.2015.8.06.0171/0,** promovida por **MIGUEL CORDEIRO DO NASCIMENTO,** brasileiro, casado, trabalhador rural aposentado, natural de Tauá/Ce, nascido aos 01.08.1950, filho de Juvenal Cordeiro do Nascimento e de Maria Gonçalves Lima, portador do RG nº 3505326-2000 SSP/CE e do CPF/MF nº 013.339.978-84, residente na Josué Onório de Almeida – Vila de Santa Tereza, em face de **EVANNIZA MARIA DE LOIOLA CORDEIRO,** brasileira, natural de Tauá/Ce, nascida aos 03.04.1960, e tendo em vista que a parte requerida é pessoa ausente, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, mandou o MM. Juiz de Direito respondendo expedir o presente Edital de Citação, com prazo de quinze (15) dias, **CITANDO** dita requerida da ação de características supra, e para, **querendo, contestá-la**, no **prazo de 15 (quinze)dias, desde que o faça por meio de advogado, devendo nesta oportunidade indicar as provas que pretende produzir, sob pena de revelia e confissão, quanto à matéria de fato (art. 802 do CPC)**. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 21 (vinte e um) dias do mês de janeiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis). Eu, Liduino de Castro Fontenele, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.

EDSON PONTE BANDEIRA DE MELO
JUIZ DE DIREITO/RESPONDENDO

COMARCA DE TIANGUÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ

Juiz(a) Titular : EDUARDO BRAGA ROCHA
Diretor(a) de Secretaria: ANTONIO ERIMAR DA SILVA LUCAS
EXPEDIENTE nº 8/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/18413	1		/	1
CE/26370	2		/	2
CE/4348	3		CE/23228	3
/	3		CE/8151	4
/	4		CE/17668	5
/	5		CE/6569	6
CE/4648	6		/	6
CE/23228	7		/	7
CE/27343	8		/	8
CE/4644	9		CE/11047	9
/	9		CE/17668	10
/	10		CE/18888	11
/	11		CE/16983	12
CE/23467	12		/	12
CE/8151	13		CE/14355	13
/	13		CE/21730	14
CE/23302	14		/	14
CE/15107	15		CE/3004	15
/	15		MG/76696	16
/	16		CE/15502	17
/	17		CE/27877	18
/	18		CE/20837	19
/	19		CE/30071	20
CE/13500	20		CE/14458	20
/	20		CE/15095	21
CE/20783	21		CE/23708	21
CE/17314	21		/	21
CE/10423	22		CE/18095	22

CE/10422	22		/	22
CE/26319	23		/	23
CE/23467	24		CE/22718	24
/	24		CE/16477	25
/	25		CE/8502	26
CE/15095	26		CE/9687	26
/	26		CE/27567	27
/	27		CE/18888	28
RJ/94228	28		/	28

1) 10198-98.2015.8.06.0173/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: FRANCISCO ALVES LINO. **"INTIMAR O APENADO, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, ACERCA DE CONTA DE LIQUIDAÇÃO DE FLS. 16/17, COM PROGRESSÃO PREVISTA PARA 14/06/2017.".**- INT. DR(S). MARCONDES JOSÉ SARAIVA DE AGUIAR

2) 10269-03.2015.8.06.0173/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: DEIVISON MARTINS DE LIMA. **"INTIMAR O APENADO, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, ACERCA DE CONTA DE LIQUIDAÇÃO DE FLS. 17/18, COM PROGRESSÃO PREVISTA PARA 05/05/2016.".**- INT. DR(S). DAVI FERNANDES DO CARMO CABRAL

3) 2605-43.2000.8.06.0173/0 - Nº Antigo: 1998030007647 - REPARAÇÃO DE DANOS REQUERENTE.: JOSE RIBAMAR MUNIZ FEITOSA REQUERIDO.: O MUNICIPIO DE TIANGUA. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA DECISÃO DESTE JUÍZO NOS AUTOS EM REFERÊNCIA (FL. 161) QUE HOMOLOGOU OS CÁLCULOS APRESENTADOS ÀS FLS. 148/150, TENDO EM VISTA QUE O MUNICÍPIO DE TIANGUÁ NÃO OPÔS EMBARGOS À EXECUÇÃO E DETERMINOU SEJA CUMPRIDA A PARTE FINAL DO DESPACHO DE FL. 152, OU SEJA, EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO.".**- INT. DR(S). MARIA DARCI DE V. MENEZES , MOISES CASTRO DE ANDRADE NETO

4) 5949-32.2000.8.06.0173/0 - Nº Antigo: 2002030000368 - EXECUÇÃO EXEQUENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A EXEQÜIDO.: JOAO LIMA DE MENEZES EXEQÜIDO.: MARIA DE JESUS BARBOSA LIMA - ME. **"INTIMAR A EXEQUENTE, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, PARA CIÊNCIA DO DESPACHO DE FL. 143v, QUE SEGUE TRANSCRITO: "Já existe nos autos acionamento do sistema BACENJUD que restou infrutífero (fls. 118/119). A penhora on-line não pode ser realizada de maneira desmedida, mormente quando inexistir comprovação de alteração na movimentação bancária do devedor, razão pela qual indefiro o novo pedido de penhora eletrônica. Inobstante, acolho a pesquisa de bens no âmbito do DETRAN o que haverá de ser mediante utilização do sistema RENAJUD.""".**- INT. DR(S). JOSÉ INÁCIO ROSA BARREIRA

5) 600-33.2009.8.06.0173/0 - AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI REU.: ANTONIO CARLOS DA CONCEIÇAO VITIMA.: FRANCISCO JARDEL ARAUJO DE MELO. **"INTIMAR A DEFESA PARA OS FINS DO ART. 422, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.".**- INT. DR(S). JOSÉ HELTER CARDOSO DE VASCONCELOS JUNIOR

6) 6485-91.2010.8.06.0173/0 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE REQUERENTE.: ADELÇA BRANDAO DA SILVA REQUERIDO.: DIULIANE DE MENEZES ARAUJO REQUERIDO.: FRANCIMEIRE SA DE MENEZES REQUERIDO.: JUBVENAL CESAR DE MENEZES REQUERIDO.: MARIA ILCA SA DE MENEZES. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DO DESPACHO DE FL. 278 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, QUE ANUNCIA O JULGAMENTO NO PROCESSO NO SEU ESTADO ATUAL.".**- INT. DR(S). FERNANDO LUIS MELO DA ESCOSSIA , JOSE AMSTERDAM GOMES RODRIGUES

7) 6847-59.2011.8.06.0173/0 - DESAPROPRIAÇÃO REQUERENTE.: MARIA DE FATIMA TERCEIRO DE AZEVEDO REQUERIDO.: MUNICIPIO DE TIANGUA REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO DE AZEVEDO. **"INTIMAR A PARTE PROMOVIDA, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, PARA CIÊNCIA E MANIFESTAÇÃO ACERCA DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DE FLS. 130/152 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, FICANDO OS AUTOS A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA.".**- INT. DR(S). MOISES CASTRO DE ANDRADE NETO

8) 745-60.2007.8.06.0173/0 - DECLARATORIA REQUERIDO.: BANCO ITAU S.A REQUERENTE.: MANUEL CARLOS SILVA DOS SANTOS REQUERIDO.: BANCO ITAU S.A REQUERENTE.: MANUEL CARLOS SILVA DOS SANTOS. **"FICA INTIMADO O ADVOGADO CONSIGNANTE DA PEÇA DE FLS. 79/80 PARA JUNTAR O IMPRESCINDÍVEL INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO, PENA DE DESENTRANHAMENTO. PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.".**- INT. DR(S). SINÉSIO TELES DE LIMA NETO

9) 7749-70.2015.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: ANTONIO REGINALDO COSTA MOREIRA REQUERIDO.: CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARA S/A REQUERENTE.: FRANCISCO MACHADO PORTELA REQUERENTE.: MARIA FRANCISCA DA CUNHA PORTELA. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA DECISÃO DE FL. 76V, QUE ANUNCIOU O JULGAMENTO ANTECIPADO DO PROCESSO.".**- INT. DR(S). ELIEZE MOURA BRASIL TEIXEIRA , JOSE SA DE ARAUJO

10) 7830-58.2011.8.06.0173/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: JOAO RODRIGUES DA SILVA NETO. **"INTIMAR O JUDICIAL PROCURADOR DO APENADO, PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA DESIGNADA PARA O DIA 20 (VINTE) DE ABRIL DE 2016, A PARTIR DAS 09H00M, NESTA SECRETARIA DE VARA.".**- INT. DR(S). JOSÉ HELTER CARDOSO DE VASCONCELOS JUNIOR

11) 7993-38.2011.8.06.0173/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: SILVIO LUIZ DOS SANTOS. **"INTIMAR O APENADO, POR SEU PROCURADOR JUDICIAL, PARA JUNTAR AOS AUTOS CERTIDÕES ATUALIZADAS DE COMPORTAMENTO CARCERÁRIO E DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. CUMPRIDA A DETERMINAÇÃO OS AUTOS IRÃO COM VISTA AO MP.".**- INT. DR(S). MANOEL GALBA VASCONCELOS DE AGUIAR JÚNIOR

12) 8193-06.2015.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: LUIZ ROBERTO BARROSO NUNES REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA SENTENÇA DE FL. 84 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, CUJA PARTE DISPOSITIVA SEGUE TRANSCRITA: "Isto posto, HOMOLOGO a convenção espelhada na petição de fls. 78/79, determinando que se guarde e se cumpra fielmente o que nela contém, ficando resolvida a lide nos termos do art. 269 III, do Código de Processo Civil, fazendo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Uma vez realizado o depósito, fica de logo autorizada a expedição do alvará e determinado o arquivamento dos autos. Sem custas.""**.- INT. DR(S). ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA , LORENA FERNANDES DA CUNHA

13) 8267-60.2015.8.06.0173/0 - EMBARGOS À EXECUÇÃO EMBARGANTE.: ANTONIO PRADO FERREIRA EMBARGADO.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - S/A. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA DECISÃO DE FL. 185 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, QUE RECEBEU A APELAÇÃO NO SEU EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO, NOS TERMOS DO ART. 520, V, DO CPC E CONCEDEU AOS APELANTES OS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. FICA INTIMADO O EMBARGADO PARA RESPONDER A APELAÇÃO NO PRAZO DE LEI. COM OU SEM RESPOSTA, OS AUTOS SERÃO REMETIDOS AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO."**.- INT. DR(S). JOSÉ INÁCIO ROSA BARREIRA , ROGERBERT DE VASCONCELOS TEIXEIRA

14) 8301-06.2013.8.06.0173/0 - MONITÓRIA REQUERENTE.: ANTONIO BENTO FERREIRA VERAS REQUERIDO.: EMILIANO REQUERIDO.: TIANGUA MAQUINAS E CARROCERIAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. **"INTIMAR A PARTE EXEQUENTE, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DO DESPACHO DE FL. 84v DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, QUE ABRIU VISTA DOS AUTOS AO EXEQUENTE PARA DIZER SOBRE A PENHORA ELETRÔNICA DE FLS. 82/84 (VALOR BLOQUEADO R$ 125,48 (cento e vinte e cinco reais, quarenta e oito centavos), ASSIM COMO REQUERER O QUE LHE APROUVER E, OBVIAMENTE, FOR DE DIREITO."**.- INT. DR(S). DINA MARCIA AGUIAR VERAS , FRANCISCO CASSIO PEREIRA DIAS

15) 8357-39.2013.8.06.0173/0 - AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE REQUERIDO.: FELIPE LIMA VASCONCELOS REQUERENTE.: MARIA VALENTINA DE QUEIROZ REPR. LEGAL.: ROBERTA DOS ANJOS JUCA DE QUEIROZ. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES PARA, CASO QUEIRAM, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, MANIFESTAREM-SE ACERCA DOS DOCUMENTOS DE FLS. 124/135 (requisição de informações BACENJUD e extratos), 137 (informação negativa - BRADESCO), 143/165 (informações da junta comercial) E 166/210 (informações INFOJUD), DOS AUTOS EM REFERÊNCIA."**.- INT. DR(S). FERNANDO CARLOS OLIVEIRA FEITOSA , RILDSON MAGALHAES MARTINS

16) 8369-53.2013.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO BMB - BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A REQUERENTE.: TEREZA AMARO FONTENELE. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA SENTENÇA DE FLS. 126/129, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "Face o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação para tornar definitiva a antecipação de tutela antes concedida, declarando inexistente a relação jurídica/contratual entre a autora e a instituição financeira promovida, desconstituindo os contratos de empréstimos bancários nºs 007248202, 008064671, 008958308 e 008958332. Por consequência, a promovida deverá restituir os valores indevidamente descontados, o que haverá de ser na sua forma simples, corrigidos monetariamente a partir dos efetivos descontos com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo índice da poupança. Condeno a requerida a pagar indenização à autora, a título de danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente desde a data da sentença pelo índice da poupança e juros legais de 1% ao mês, contados a partir da citação. Por fim, condeno a requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação.""**.- INT. DR(S). FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES

17) 8411-39.2012.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: IMOBILIARIA JARDINS DA SERRA LTDA REQUERIDO.: MARIA VALDILANIA BEZERRA VIANA. **"INTIMAR A PARTE AUTORA, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, DA DECISÃO DE FL. 53V DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, TRANSCRITO ADIANTE: "Indefiro, por ora, o pedido de citação por edital da promovida, haja vista que não houve o esgotamento das diligências possíveis a fim de localizar o endereço da promovida. Por oportuno, determino que a secretaria desta vara realize consulta junto ao sistema INFOJUD, visando obter o endereço atualizado da parte ré e, caso tenha êxito, cite-se a mesma, por mandado ou precatória a depender do caso, no seu novo endereço eventualmente encontrado." FICA O JUDICIAL PROCURADOR DA AUTORA CIENTE DA CONSULTA INFOJUD DE FL. 54 QUE INFORMA O ENDEREÇO DA RÉ COMO SENDO (Rua 3 de Maio, 1104, Bela Vista, Fortaleza-CE, CEP 60.442-202), DEVENDO EFETUAR O PAGAMENTO DAS CUSTAS REFERENTES A EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA NO ENDEREÇO MENCIONADO."**.- INT. DR(S). JOAO GUSTAVO MAGALHAES FONTENELE

18) 8518-15.2014.8.06.0173/0 - EXECUÇÃO DA PENA REU.: ALAERCIO SOUZA DO NASCIMENTO. **"INTIMAR O APENADO, POR SUA JUDICIAL PROCURADORA, ACERCA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO DE FLS. 77/78, COM PROGRESSÃO PREVISTA PARA 26/02/2017."**.- INT. DR(S). IRLANE MATOS PRADO

19) 8561-20.2012.8.06.0173/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO HONDA S/A REQUERIDO.: VENCESLAU COSTA RODRIGUES. **"INTIMAR A PARTE AUTORA, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, QUE, APÓS ACOLHIDO O PEDIDO DE FL. 49 FOI REALIZADA RESTRIÇÃO JUDICIAL ON-LINE JUNTO AO RENAJUD, CUJO ESPELHO DE FL. 51 CONSTA INFORMAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DO VEÍCULO PLACA OHZ5601, ANO 2011/2012, HONDA/CG 150 FAN ESI, BEM COMO DA ORDEM DE BLOQUEIO DE VALORES, CUJO ESPELHO BACENJUD DE FL. 53/54 INFORMA O BLOQUEIO DE R$ 5,25 (CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)."**.- INT. DR(S). ALDENIRA GOMES DINIZ

20) 8793-61.2014.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A REQUERENTE.: LUCIMAR OLIVEIRA GOMES REQUERENTE.: MANOEL MESSIAS DE SOUZA REQUERENTE.: RAIMUNDO GOMES DA SILVA. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA SENTENÇA DE FLS. 60/62 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, DATADA DE 30/11/2015, CUJA PARTE DISPOSITIVA SEGUE TRANSCRITA: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, determinando ao promovido que exiba os contratos de empréstimos cogitados na inicial, assim como os documentos que comprovem o repasse dos valores correspondentes. Por via de consequência, fica resolvido o mérito com fundamento no artigo 269, II, do Código de Processo Civil. Sem sucumbência""**.- INT. DR(S).

FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES , JOSE MARIA VALE SAMPAIO , LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA

21) 8827-07.2012.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM - S/A REQUERENTE.: RAIMUNDA ALVES DE CASTRO. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA SENTENÇA DE FLS. 118/122 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, CUJA PARTE DISPOSITIVA SEGUE TRANSCRITA: "Isto posto, julgo parcialmente procedente o pedido para reconhecer e declarar a nulidade do contrato objeto dos autos (nº 196915690), afastando qualquer condenação em dano moral, devendo as partes retornarem ao estado anterior, ou seja, cabendo à autora a devolução ao promovido do valor recebido à título de empréstimo, assim como deverá o promovido devolver à autora as parcelas descontadas do benefício desta, a se compensarem, observando-se para ambos a taxa de juros convencionada no contrato e correção monetária com base no índice da poupança. No caso dos autos, onde se impõe a restituição das partes ao status quo ante, obviamente que a devolução dos valores deverá ser na forma pura e simples. Em razão da sucumbência recíproca as partes arcarão com custas processuais, pro rata, cuja exigibilidade fica suspensa somente com relação a autora,em razão da sua qualidade de juridicamente pobre. Cada parte arcará com os honorários de seu advogado.""**.- INT. DR(S). CAIO CESAR VIEIRA ROCHA , DANIEL DE VASCONCELOS MELLO , RAFAEL AUGUSTUS V. SPAGNOLO , WILSON SALES BELCHIOR

22) 9055-79.2012.8.06.0173/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE.: BANCO GMAC S.A REQUERIDO.: MARIA RICARDO DA SILVA. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA SENTENÇA DE FL. 56 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, CUJO DISPOSITIVO SEGUE TRANSCRITO: "Isto posto, HOMOLOGO a convenção espelhada na petição de fls. 54/55, determinando que se guarde e se cumpra fielmente o que nela contém, pelo que revogo a decisão liminar de apreensão do bem, ficando resolvida a lide nos termos do art. 269 III, do Código de Processo Civil, fazendo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Tendo em vista a condição contida no corpo do acordo, mantenham-se os autos em secretaria até que se dê o efetivo pagamento, previsto para dia 21/02/2016. Custas já recolhidas.""**.- INT. DR(S). ELIETE SANTANA MATOS , GUSTAVO DE SOUSA LOPES , HIRAN LEAO DUARTE

23) 9166-92.2014.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ELIENE LIMA DA COSTA REQUERIDO.: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **"INTIMAR O JUDICIAL PROCURADORA DA PARTE AUTORA, DO DESPACHO DE FL. 40 DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, A SEGUIR TRANSCRITO: "Quem tem que notificar o mandante acerca da renúncia é o advogado constituído, e não o juízo, conforme estabelece o art. 45 do CPC. Assim, indefiro o pedido de fl. 39, e tenho como ineficaz a renúncia apresentada.""**.- INT. DR(S). ANTONIO EDUARDO DE SOUZA SILVA

24) 9204-41.2013.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO ROBSON SOUZA BRAGA REQUERIDO.: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. **"INTIMAR AS PARTES, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, DA DATA PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA NA PESSOA DE FRANCISCO ROBSON SOUZA BRAGA, DIA 07 DE ABRIL DE 2016, NO HORÁRIO DE 14H ÀS 17H, NO NÚCLEO DE PERÍCIAS FORENSES DE SOBRAL-CE, SITO AVENIDA JOHN SANFORD, 2895, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, SOBRAL-CE. FONE 3611-7925."**.- INT. DR(S). LORENA FERNANDES DA CUNHA , ROSTAND INACIO DOS SANTOS

25) 938-17.2003.8.06.0173/0 - MONITÓRIA REQUERENTE.: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A REQUERIDO.: PAULO ROBERTO DE AGUIAR MATOS. **"INTIMAR O EXEQUENTE, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, DO DESPACHO DE FL. 107v DOS AUTOS EM REFERÊNCIA, QUE ABRIU VISTA PARA DIZER ACERCA DA INEXITOSA PENHORA ELETRÔNICA (fls. 107), ASSIM COMO REQUERER O QUE LHE APROUVER E, OBVIAMENTE, FOR DE DIREITO."**.- INT. DR(S). DAVID SOMBRA PEIXOTO

26) 9411-74.2012.8.06.0173/0 - MONITÓRIA REQUERIDO.: A. BARROS DE OLIVEIRA - ME REQUERENTE.: GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA. **"INTIMAR A PARTE AUTORA, POR SEUS JUDICIAIS PROCURADORES, PARA DIZER ACERCA DA CERTIDÃO DE FL. 33V, DEVENDO REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS."**.- INT. DR(S). ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO , CAIO CESAR VIEIRA ROCHA , DEBORAH SALES BELCHIOR

27) 9735-30.2013.8.06.0173/0 - BUSCA E APREENSÃO REQUERIDO.: ATHOS BRITO CORREIA REQUERENTE.: BANCO BRADESCO S/A.. **"INTIMAR O AUTOR, POR SEU JUDICIAL PROCURADOR, DA INFORMAÇÃO DE FL. 59 (INFOJUD, consta endereço da promovida: OTR AC TIANGUA SEDE) E INFORMAÇÃO DE FLS. 61 (BACENJUD, consta endereço da promovida: AV ENFER J E VASCONCELO, 997, ANTÃO, TIANGUÁ), FICANDO OS AUTOS COM VISTA AO AUTOR PARA SE MANIFESTAR E REQUERER O QUE LHE APROUVER E, OBVIAMENTE, FOR DE DIREITO."**.- INT. DR(S). CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI

28) 9819-31.2013.8.06.0173/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERIDO.: CAPESESP - CAIXA DE PECULIOS, ASSISTENCIA E PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDACAO SERVICOS DE SAUDE PUBLICA REQUERENTE.: LUIS CARLOS DO NASCIMENTO ."**Ficam intimados da audiência de CONCILIAÇÃO marcada para o dia 08 (OITO) de MARÇO de 2016, às 11:00 horas, nos autos do processo supramencionado, que será realizada na Sala das Audiências da 1ª Vara da Comarca de Tianguá/CE"**- INT. DR(S). MANOEL GALBA VASCONCELOS DE AGUIAR JÚNIOR , RAFAEL SALEK RUIZ .

COMARCA DE TIANGUÁ - 3ª VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ

Juiz(a) Titular : ANTONIO CARNEIRO ROBERTO
Diretor(a) de Secretaria: ANTONIO PORTELA DE LIMA
EXPEDIENTE nº 18/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.

CE/28787	1		/	1

1) 9165-73.2015.8.06.0173/0 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO.: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL DE TIANGUA-CE IMPETRANTE.: LAVEBRAS GESTAO DE TEXTEIS S/A .**"INTIMAR O ADVOGADO DA PARTE AUTORA, DA SENTENÇA PROLATADA ÀS FLS. 67/70, TRANSCRITA A SEGUIR: "TRATA-SE DE MANDADO DE SEGURANÇA AJUIZADO POR LAVEBRÁS GESTÃO DE TÊXTEIS CONTRA ATO DO AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL DE TIANGUÁ-CE, NO QUAL A IMPETRANTE PEDE QUE LHE SEJA CONCEDIDA MEDIDA LIMINAR PARA A IMEDIATA LIBERAÇÃO DA MERCADORIA APREENDIDA POR ORDEM DA REFERIDA AUTORIDADE. NO MÉRITO, PEDIU A CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. A IMPETRANTE RELATA, EM SÍNTESE, QUE A AUTORIDADE FISCAL LAVROU AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2015.07613-5, PELA SUPOSTA IRREGULARIDADE NA NOTA FISCAL Nº 38, PORQUE TRANSPORTAVA QUANTIDADE DE LENÇÓIS SUPERIOR ÀQUELA CONSTANTE NA NOTA FISCAL, SENDO APLICADA A MULTA DE QUE TRATA O ART. 123, III, "F", DA LEI N.º 12.670/96, BEM COMO A RETENÇÃO DA MERCADORIA. ADUZ VIOLAÇÃO À SÚMULA Nº 323 DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REQUER, POIS, A CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR INAUDITA ALTERA PAR PARA A LIBERAÇÃO IMEDIATA DA MERCADORIA APREENDIDA. DEFERI A LIMINAR DE FLS. 38/41. NOTIFICADA A AUTORIDADE COATORA, FL. 49V, NADA APRESENTOU. O ESTADO DO CEARÁ APRESENTOU A CONTESTAÇÃO DE FLS. 50/61, ALEGANDO A IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA LIMINAR E A LEGALIDADE DA APREENSÃO. (...) ANTE O EXPOSTO, COM FULCRO NA LEI Nº 12.016/2009 (MANDADO DE SEGURANÇA), CONFIRMO A MEDIDA LIMINAR DE FLS. 38/41, E, EM CONCEDO A SEGURANÇA E EM CONSEQUÊNCIA, DETERMINO A IMEDIATA LIBERAÇÃO DO BEM APREENDIDO ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 201507613-5 (FLS. 14), LAVRADA POR ATO DO AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL PEDRO FERNANDO DAMASCENO ROCHA, QUE DEVERÁ SER ENTREGUE À AUTORA OU A PESSOA POR ELA INDICADA, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTE JUÍZO, MEDIANTE RECIBO, SALVO SE OUTRO MOTIVO JUSTIFIQUE A APREENSÃO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS, SÚMULA Nº 105 DO STJ. SUBMETO O JULGAMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, SEM PREJUÍZO DA IMEDIATA EXECUÇÃO DA ANTECIPAÇÃO DA SEGURANÇA, ART. 14, § 1º, DA LEI Nº 12.016/2009. P.R.I. ARQUIVEM-SE APÓS RETORNO DO E.TJCE. A PRESENTE SENTENÇA TEM FORÇA DE MANDADO DE INTIMAÇÃO À AUTORIDADE COATORA E OFÍCIO DE INTIMAÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ. TIANGUÁ, 16 DE DEZEMBRO DE 2015. (A) ANTÔNIO CARNEIRO ROBERTO. JUIZ DE DIREITO EM RESPONDÊNCIA AUTOMÁTICA.""**- INT. DR(S). JULYANNA MATOS TEIXEIRA .

COMARCA DE URUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE URUOCA

Juiz(a) Respondendo: ANTÔNIO WASHINGTON FROTA
Diretor(a) de Secretaria: YANA PATRÍCIA BRASIL DE ARAÚJO
EXPEDIENTE nº 07/2016 em: Vinte e sete (27) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/30848	1		CE/30835	1
CE/17314	1		/	1
CE/18015	2		/	2
CE/4549	3		/	3
CE/19808	4		CE/17314	4
/	4		CE/9669	5
CE/19808	5		/	5
CE/26098	6		CE/30848	6
CE/30835	6		/	6
CE/10998	7		/	7
CE/19808	8		/	8
CE/18015	9		CE/30035	9
/	9		CE/20630	10
CE/9813	10		/	10

1) 1626-38.2015.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS/ S.A REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM S.A REQUERENTE.: MARIA JOSE TEIXEIRA CUNHA. **"INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 17/03/16, às 09:00 horas. Uruoca, CE, em 28 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). LARISSA LIMA LINHARES , PATRÍCIA SOARES AZEVEDO , WILSON SALES BELCHIOR

2) 1652-70.2014.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MARIA SAMIELE SOUZA DE LIMA. **"INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 14/03/16, às 10:00 horas, devendo o ROL DE TESTEMUNHAS ser depositado em juízo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência, precisando-lhe o nome, profissão, local de trabalho e residência, sob pena de preclusão desse meio de prova. Uruoca, CE, em 27 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). ABDIAS FILHO XIMENES GOMES

3) 1811-13.2014.8.06.0179/0 - GUARDA REQUERENTE.: MARIA CICERA DE PAULA. **"INTIMAÇÃO: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada juntada aos autos do Laudo Pericial de fls. 47/52. Uruoca, CE, em 29 de janeiro de**

2016. Antônio Washington Frota - Juiz de Direito Respondendo.".- INT. DR(S). VOLEIDE FARIAS ROCHA

4) 1818-05.2014.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERIDO.: BANCO VOTORANTIM S.A REQUERENTE.: JOÃO EUGENIO DA COSTA. **"INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 17/03/16, às 09:40 horas. Uruoca, CE, em 28 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE , WILSON SALES BELCHIOR

5) 1828-20.2012.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: JOAQUIM FONTENELE CARDOSO REQUERIDO.: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LIDA. **"INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 17/03/16, às 11:00 horas. Uruoca, CE, em 29 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). ANA CRISTINA BONFIM FARIAS , JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE

6) 1835-41.2014.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: MAGILA SAMPAIO ROCHA. **"INTIMAÇÃO/ AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 14/03/16, às 09:00 horas, devendo o ROL DE TESTEMUNHAS ser depositado em juízo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência, precisando-lhe o nome, profissão, local de trabalho e residência, sob pena de preclusão desse meio de prova. Uruoca, CE, em 27 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). JOAO RAFAEL BEZERRA FELIZOLA TORRES , LARISSA LIMA LINHARES , PATRÍCIA SOARES AZEVEDO

7) 1877-90.2014.8.06.0179/0 - INTERDIÇÃO REQUERENTE.: RAIMUNDO NONATO DA SILVA. **"INTIMAÇÃO: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada a se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Relatório Sócioeconômico de fls. 59/61 e do Laudo Pericial de fls. 62/65. Uruoca, CE, em 29 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota - Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). JUAREZ MARQUES DE MEDEIROS

8) 1889-70.2015.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: FRANCISCO FILHO DE CARVALHO. **"INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de conciliação, instrução e julgamento AGENDADA para o dia 17/03/16, às 10:20 horas. Uruoca, CE, em 28 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE

9) 1940-18.2014.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARÍLIA DIAS DA SILVA REQUERIDO.: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. **"INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 14/03/16, às 10:40 horas, devendo o ROL DE TESTEMUNHAS ser depositado em juízo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência, precisando-lhe o nome, profissão, local de trabalho e residência, sob pena de preclusão desse meio de prova. Uruoca, CE, em 27 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo.".**- INT. DR(S). ABDIAS FILHO XIMENES GOMES , ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES

10) 1978-64.2013.8.06.0179/0 - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REQUERENTE.: MARIA AURILEDA SILVESTRE REQUERIDO.: MULTIBENS COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA-ME ."**INTIMAÇÃO/AUDIÊNCIA: Pela presente, fica Vossa Senhoria devidamente intimada para comparecer na Sala de Audiências da Comarca de Uruoca, Estado do Ceará, sito na rua João Rodrigues, s/nº, Centro, Uruoca-CE, para audiência de instrução e julgamento AGENDADA para o dia 14/03/16, às 11:20 horas, devendo o ROL DE TESTEMUNHAS ser depositado em juízo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da audiência, precisando-lhe o nome, profissão, local de trabalho e residência, sob pena de preclusão desse meio de prova. Uruoca, CE, em 27 de janeiro de 2016. Antônio Washington Frota- Juiz de Direito Respondendo."**- INT. DR(S). CARLOS ALESSANDRO SANTOS DE ALMEIDA , NATHANIEL DA SILVEIRA BRITO NETO .

COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

Juiz(a) Titular : RAFAEL LOPES DO AMARAL
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO ANTONIO FERNANDO FROTA CARNEIRO
EXPEDIENTE nº 88/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/27164	1		CE/29552	1
/	1			

1) 7845-92.2014.8.06.0182/0 - AÇÃO PENAL REU.: FRANCISCO DANILO ALVES DA CUNHA. VITIMA.: VICENTE DE PAULO CARVALHO DO NASCIMENTO ."**AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 17/03/2016 A PARTIR DAS 10 HORAS E 15 MINUTOS A SE REALIZAR NA SALA DAS AUDIÊNCIAS DO FÓRUM DE VIÇOSA DO CEARÁ - CE"**- INT. DR(S). FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES , GIOVANI ARAÚJO DA CUNHA .

Juiz(a) Titular : RAFAEL LOPES DO AMARAL
Diretor(a) de Secretaria: FRANCISCO ANTONIO FERNANDO FROTA CARNEIRO
EXPEDIENTE nº 89/2016 em: Vinte e nove (29) de Janeiro de 2016

OAB	Seq.		OAB	Seq.
CE/21757	1		CE/8956	1
CE/25057	1		/	1

1) 9233-64.2013.8.06.0182/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: ANTONIETA MENDES DE CARVALHO REQUERIDO.: ANTÔNIO ANDRÉ FONTENELE DE BRITO .**"Intimação do despacho a seguir transcrito: " ... Ante a existência de sigificativo patrimônio de ambas as partes, e uma vez que houve acordo quanto ao mérito, entendo que as partes não preenchem mais os requisitos para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita. Com base no art. 8º da Lei 1.060/50 intimem-se as partes para que se manifestem acerca da revogação do aludido benefício. ..."**"- INT. DR(S). CHRISTIAN DE OLIVINDO FONTENELLE , OLINTHO FRANKLIN GADELHA , SAULO MOURA GADELHA .

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente **Desa. Maria Iracema Martins do Vale - Presidente**
Endereço **Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. Cambeba - CEP: 60822-325**
Telefone **(85) 3207-7000**
Internet **www.tjce.jus.br**
Diário da Justiça Eletrônico
Diretor da Divisão Editorial e Gráfica **José Eleomá de Vasconcelos Ponciano**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2
EXPEDIENTES DO 2º GRAU 2
ÓRGÃO ESPECIAL 2
DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial 2
DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE 3
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS 7
DESPACHOS DOS RELATORES - Câmaras Cíveis Reunidas 7
CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS 7
1ª Câmara Cível 8
DESPACHOS - 1ª Câmara Cível 8
PAUTA DE JULGAMENTO 11
2ª Câmara Cível 11
DESPACHOS - 2ª Câmara Cível 11
3ª Câmara Cível 12
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara Cível 12
DESPACHOS - 3ª Câmara Cível 25
PAUTA DE JULGAMENTO 27
4ª Câmara Cível 28
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 4ª Câmara Cível 28
DESPACHOS - 4ª Câmara Cível 33
5ª Câmara Cível 39
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 5ª Câmara Cível 39
DESPACHOS - 5ª Câmara Cível 51
PAUTA DE JULGAMENTO 55
6ª Câmara Cível 56
DESPACHOS - 6ª Câmara Cível 56
7ª Câmara Cível 56
DESPACHOS - 7ª Câmara Cível 56
PAUTA DE JULGAMENTO 58
8ª Câmara Cível 59
DESPACHOS - 8ª Câmara Cível 59
ATOS,EDITAIS,AVISOSE OUTROS EXPEDIENTES 60
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS 61
DESPACHO DOS RELATORES - Câmaras Criminais Reunidas 61
CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS 61
1ª Câmara Criminal 61
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara Criminal 61
DESPACHOS - 1ª Câmara Criminal 65
PAUTA DE JULGAMENTO 66
ATAS DAS SESSÕES 67
2ª Câmara Criminal 70
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 2ª Câmara Criminal 70
PAUTA DE JULGAMENTO 72
EXPEDIENTES DO 1º GRAU 72
COMARCA DE FORTALEZA 72
DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA 72
ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS 72
VARAS DA JURISDIÇÃO CÍVEL 146
VARAS CÍVEIS 146
EXPEDIENTES DA 1ª VARA CIVEL 146
EXPEDIENTES DA 3ª VARA CIVEL 156
EXPEDIENTES DA 4ª VARA CIVEL 157
EXPEDIENTES DA 6ª VARA CIVEL 159
EXPEDIENTES DA 8ª VARA CIVEL 162
EXPEDIENTES DA 9ª VARA CIVEL 171
EXPEDIENTES DA 10ª VARA CIVEL 172
EXPEDIENTES DA 13ª VARA CIVEL 178
EXPEDIENTES DA 14ª VARA CIVEL 190
EXPEDIENTES DA 15ª VARA CIVEL 192
EXPEDIENTES DA 16ª VARA CIVEL 193
EXPEDIENTES DA 19ª VARA CIVEL 197
EXPEDIENTES DA 20ª VARA CIVEL 201
EXPEDIENTES DA 21ª VARA CIVEL 203
EXPEDIENTES DA 22ª VARA CIVEL 207
EXPEDIENTES DA 24ª VARA CIVEL 207

SUMÁRIO

EXPEDIENTES DA 25ª VARA CIVEL 208
EXPEDIENTES DA 26ª VARA CIVEL 210
EXPEDIENTES DA 30ª VARA CIVEL 211
EXPEDIENTES DA 31ª VARA CIVEL 215
EXPEDIENTES DA 32ª VARA CIVEL 217
EXPEDIENTES DA 33ª VARA CIVEL 218
EXPEDIENTES DA 35ª VARA CIVEL 219
EXPEDIENTES DA 37ª VARA CIVEL 220
EXPEDIENTES DA 38ª VARA CIVEL 249
EXPEDIENTES DA 39ª VARA CIVEL 258
VARAS DE FAMÍLIA 259
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE FAMÍLIA 259
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE FAMÍLIA 260
EXPEDIENTES DA 6ª VARA DE FAMÍLIA 260
EXPEDIENTES DA 7ª VARA DE FAMÍLIA 262
EXPEDIENTES DA 8ª VARA DE FAMÍLIA 269
EXPEDIENTES DA 9ª VARA DE FAMÍLIA 270
EXPEDIENTES DA 10ª VARA DE FAMÍLIA 273
EXPEDIENTES DA 13ª VARA DE FAMÍLIA 274
VARAS DE SUCESSÕES 275
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE SUCESSÕES 275
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE SUCESSÕES 276
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE SUCESSÕES 280
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE SUCESSÕES 280
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE SUCESSÕES 281
VARAS DA FAZENDA PÚBLICA 282
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 282
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 283
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 289
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 290
EXPEDIENTES DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 292
EXPEDIENTES DA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 292
EXPEDIENTES DA 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 300
EXPEDIENTES DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 302
EXPEDIENTES DA 13ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 304
EXPEDIENTES DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 306
VARAS DOS REGISTROS PÚBLICOS 308
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS 308
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS 310
VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL 315
VARAS CRIMINAIS 315
EXPEDIENTES DA 1ª VARA CRIMINAL 315
EXPEDIENTES DA 2ª VARA CRIMINAL 315
EXPEDIENTES DA 3ª VARA CRIMINAL 316
EXPEDIENTES DA 4ª VARA CRIMINAL 316
EXPEDIENTES DA 5ª VARA CRIMINAL 316
EXPEDIENTES DA 8ª VARA CRIMINAL 316
EXPEDIENTES DA 9ª VARA CRIMINAL 317
EXPEDIENTES DA 11ª VARA CRIMINAL 317
EXPEDIENTES DA 12ª VARA CRIMINAL 322
EXPEDIENTES DA 14ª VARA CRIMINAL 322
EXPEDIENTES DA 16ª VARA CRIMINAL 323
EXPEDIENTES DA 18ª VARA CRIMINAL 324
VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS 325
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL 325
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL 326
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL 326
VARAS DO JÚRI 327
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DO JÚRI 327
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DO JÚRI 328
VARA DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES 329
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 329
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 332
VARAS DA JURISDIÇÃO ESPECIAL OU MISTA 332
VARAS DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 332
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 332
VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS 340
EXPEDIENTES DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 340
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROFESSOR DOLOR BARREIRA 340
TURMAS RECURSAIS DAS VARAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS 340
EDITAIS 341

SUMÁRIO

VARAS CÍVEIS 341
EDITAIS DA 36ª VARA CIVEL 341
VARAS DE FAMÍLIA 341
EDITAIS DA 3ª VARA DE FAMÍLIA 341
EDITAIS DA 4ª VARA DE FAMÍLIA 344
EDITAIS DA 6ª VARA DE FAMÍLIA 345
EDITAIS DA 7ª VARA DE FAMÍLIA 350
VARAS DE FALÊNCIA 351
EDITAIS DA 1ª VARA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS 351
VARAS DO JÚRI 351
EDITAIS DA 2ª VARA DO JÚRI 351
EDITAIS DA 5ª VARA DO JÚRI 353
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 353
EDITAIS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 353
VARAS DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 353
EDITAIS DA 2ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 354
COMARCAS DO INTERIOR 354
EDITAIS, EXPEDIENTES E AVISOS 354
COMARCA DE ABAIARA - COMARCA VINCULADA DE ABAIARA 354
COMARCA DE ACOPIARA - 1ª VARA DA COMARCA DE ACOPIARA 354
COMARCA DE AMONTADA - VARA UNICA DA COMARCA DE AMONTADA 355
COMARCA DE AQUIRAZ - 2ª VARA DA COMARCA DE AQUIRAZ 356
COMARCA DE ARACATI - 2ª VARA DA COMARCA DE ARACATI 357
COMARCA DE ARACATI - 3ª VARA DA COMARCA DE ARACATI 359
COMARCA DE ARARIPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARIPE 360
COMARCA DE ASSARÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE ASSARÉ 360
COMARCA DE AURORA - VARA UNICA DA COMARCA DE AURORA 362
COMARCA DE BARBALHA - 1ª VARA DA COMARCA DE BARBALHA 363
COMARCA DE BARBALHA - 2ª VARA DA COMARCA DE BARBALHA 363
COMARCA DE BARROQUINHA - VARA UNICA DA COMARCA DE BARROQUINHA 364
COMARCA DE BATURITÉ - 2ª VARA DA COMARCA DE BATURITÉ 373
COMARCA DE BEBERIBE - VARA UNICA DA COMARCA DE BEBERIBE 373
COMARCA DE BELA CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ 374
COMARCA DE BREJO SANTO - 1ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO 375
COMARCA DE BREJO SANTO - 2ª VARA DA COMARCA DE BREJO SANTO 377
COMARCA DE CAMOCIM - 1ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM 380
COMARCA DE CAMOCIM - 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM 389
COMARCA DE CAMPOS SALES - VARA UNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES 391
COMARCA DE CANINDÉ - 1ª VARA DA COMARCA DE CANINDÉ 391
COMARCA DE CAPISTRANO - VARA UNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO 399
COMARCA DE CARIRÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRÉ 399
COMARCA DE CARNAUBAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL 400
COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL 400
COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL 402
COMARCA DE CATARINA - VARA UNICA DA COMARCA DE CATARINA 403
COMARCA DE CATUNDA - VARA UNICA VINCULADA DE CATUNDA 404
COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA 408
COMARCA DE CAUCAIA - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 412
COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA 412
COMARCA DE CEDRO - VARA UNICA DA COMARCA DE CEDRO 414
COMARCA DE CHAVAL - VARA UNICA DA COMARCA DE CHAVAL 422
COMARCA DE CHORO LIMÃO - VARA UNICA VINCULADA DE CHORO LIMÃO 424
COMARCA DE CRATEÚS - 1ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS 424
COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO 425
COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO 452
COMARCA DE CRATO - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO 454
COMARCA DE CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE CRUZ 457
COMARCA DE FRECHEIRINHA - VARA UNICA DA COMARCA DE FRECHEIRINHA 457
COMARCA DE GRAÇA - VARA UNICA DA COMARCA DE GRAÇA 458
COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE 459
COMARCA DE HIDROLÂNDIA - VARA UNICA DA COMARCA DE HIDROLÂNDIA 461
COMARCA DE IBICUITINGA - VARA UNICA VINCULADA DE IBICUITINGA 462
COMARCA DE ICÓ - VARA UNICA DA COMARCA DE ICÓ 463
COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA DA COMARCA DE IGUATU 463
COMARCA DE INDEPENDÊNCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA 466
COMARCA DE IPAPORANGA - VARA UNICA DA COMARCA DE IPAPORANGA 468
COMARCA DE IRACEMA - VARA UNICA DA COMARCA DE IRACEMA 468
COMARCA DE ITAITINGA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAITINGA 469
COMARCA DE ITAPIPOCA - 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA 471
COMARCA DE ITAPIPOCA - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA 471
COMARCA DE ITAPIPOCA - 3ª VARA DA COMARCA DE ITAPIPOCA 473

SUMÁRIO

COMARCA DE ITAREMA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAREMA 475
COMARCA DE JAGUARETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA 477
COMARCA DE JAGUARUANA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA 477
COMARCA DE JARDIM - VARA UNICA DA COMARCA DE JARDIM 478
COMARCA DE JATI - VARA UNICA DA COMARCA DE JATI 479
COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA - VARA UNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA 480
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 481
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 482
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 482
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 488
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE 489
COMARCA DE JUCÁS - VARA UNICA DA COMARCA DE JUCÁS 489
COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA 490
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 1ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE 491
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 2ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE 492
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 3ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE 494
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ 495
COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ 497
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ 501
COMARCA DE MILHA - VARA UNICA VINCULADA DE MILHA 501
COMARCA DE MISSÃO VELHA - VARA UNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA 501
COMARCA DE MONSENHOR TABOSA - VARA UNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA 505
COMARCA DE MORADA NOVA - 2ª VARA DA COMARCA DE MORADA NOVA 506
COMARCA DE MORADA NOVA - 3ª VARA DA COMARCA DE MORADA NOVA 513
COMARCA DE MUCAMBO - VARA UNICA DA COMARCA DE MUCAMBO 513
COMARCA DE NOVA OLINDA - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA 519
COMARCA DE NOVA RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS 521
COMARCA DE PALMÁCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE PALMÁCIA 523
COMARCA DE PARACURU - VARA UNICA DA COMARCA DE PARACURU 524
COMARCA DE PARAMOTI - VARA UNICA VINCULADA DE PARAMOTI 524
COMARCA DE PEREIRO - VARA UNICA DA COMARCA DE PEREIRO 532
COMARCA DE PORTEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE PORTEIRAS 547
COMARCA DE POTENGI - VARA UNICA VINCULADA DE POTENGI 548
COMARCA DE QUIXADÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXADÁ 548
COMARCA DE QUIXADÁ - 3ª VARA DA COMARCA DE QUIXADÁ 551
COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM 552
COMARCA DE QUIXERÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE QUIXERÉ 555
COMARCA DE RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE RUSSAS 558
COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 2ª VARA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA 565
COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ 566
COMARCA DE SANTANA DO CARIRI - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO CARIRI 572
COMARCA DE SÃO BENEDITO - VARA UNICA DA COMARCA DE SAO BENEDITO 572
COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - VARA UNICA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE 575
COMARCA DE SENADOR POMPEU - VARA UNICA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU 576
COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL 578
COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE 578
COMARCA DE TAMBORIL - VARA UNICA DA COMARCA DE TAMBORIL 581
COMARCA DE TAUÁ - 2ª VARA DA COMARCA DE TAUÁ 583
COMARCA DE TIANGUÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ 584
COMARCA DE TIANGUÁ - 3ª VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ 587
COMARCA DE URUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE URUOCA 588
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ 589